



V Contextos e Conceitos  
Mostra de Produção Científica e Extensão  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas  
18 e 19 de fevereiro de 2016

# V CONTEXTOS E CONCEITOS

## MOSTRA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO

**Coordenação:** Profa. Dra. Adriana Couto Pereira

**Equipe:** Prof. Me. Alexandre Milkievics Sanches

Prof. Me. Rodrigo Batista de Almeida

## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	8
<b>ARTIGOS</b> .....	9
AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA OBTENÇÃO DE CIRURGIA RENAL URGENTE DE UMA PACIENTE, PROMOVIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM PATO BRANCO	10
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.....	21
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO E AS FASES DE DESENVOLVIMENTO .....	28
ALFABETIZAÇÃO: O PROCESSO CRUCIAL PARA DESPERTAR O HÁBITO DA LEITURA NA VIDA DOS ALUNOS .....	35
ANÁLISE COMPARATIVA DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO E RENTABILIDADE DA SOJA E DO MILHO EM UMA PROPRIEDADE DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA .....	45
ANÁLISE DA VIABILIDADE DO ENQUADRAMENTO DE SERVIÇOS DA SAÚDE NO ANEXO VI DO SIMPLES NACIONAL .....	60
ANÁLISE DOS CUSTOS EM UMA EMPRESA DE MOVEIS SOB MEDIDA.....	72
ANÁLISE PRELIMINAR DA DIVERSIDADE DE FAMÍLIAS DE DIPTERA DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DOS CAMPOS DE PALMAS.....	86
A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E SEUS INSTRUMENTOS DE VERIFICAÇÃO	98
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E SUAS MODALIDADES.....	106
AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS .....	112
AVALIAÇÃO DO VIGOR DE SEMENTES DE <i>ILEX PARAGUARIENSIS</i> ST. HIL (ERVA – MATE).....	119
AVALIAÇÃO ESCOLAR: DESAFIOS NO TRABALHO DO PROFESSOR.....	127
AVALIAÇÃO ESCOLAR: UM NOVO OLHAR PARA TRANSFORMAÇÃO DO ALUNO .....	134
AVALIAÇÃO FORMATIVA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM.....	139
A AVALIAÇÃO NA PRÁTICA ESCOLAR E OS PROTAGONISTAS DO PROCESSO: PROFESSOR E ALUNO.....	146
CAMISA DE FORÇA: DOS HOSPÍCIOS À LUTA PELO MOVIMENTO ANTIMANICOMIAL.....	151
CASAMENTO OU UNIÃO ESTÁVEL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL: DIREITO ADQUIRIDO À LUZ DA CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	160
CHAMAMENTO AO PROCESSO COMO INSTRUMENTO DE ACESSO A MEDICAMENTOS .....	171
COMEDIA DELL´ARTE: A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DO TEATRO NA ESCOLA	181

CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO IFPR/UNICS DE PALMAS - PR PARA A ASCENSÃO PROFISSIONAL E SOCIOECONÔMICA DE SEUS EGRESSOS .....	187
COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO PARANÁ E O MERCADO MUNDIAL .....	216
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA PROPOSTA DE (RE)EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA COOPERATIVA AGRÍCOLA.....	241
AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO BRASIL: EM ANÁLISE A META 8 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO .....	250
AS DIVERSAS CONCEPÇÕES QUANTO A COMPETÊNCIA DOS MAGISTRADOS: APLICADORES OU CRIADORES DO DIREITO? .....	260
DO SER RESPONSÁVEL ÀS RESPONSABILIDADES: QUANDO O ANSEIO PELA DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO ULTRAPASSA OS LIMITES ÉTICOS JORNALÍSTICOS .....	271
EDUCAÇÃO BÁSICA: UNIVERSALIZAÇÃO <i>VERSUS</i> QUALIDADE – O DESAFIO DA META 7 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO .....	282
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E HUMANOS .....	289
OS EFEITOS DA INFLAÇÃO ALTA SOBRE O MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO .....	300
UMA ANÁLISE ÉTICA ACERCA DA ELISÃO FISCAL.....	311
ENFERMEIROS DA ALEGRIA: PRATICANDO O CUIDADO BRINCANDO .....	321
O ERRO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO .....	326
ESCRAVIDÃO E PROPAGAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO: HERANÇAS HISTÓRICO-SOCIAIS .....	332
O ESTÍMULO DA LITERATURA INFANTIL E O SEU DESENVOLVIMENTO COM A PRÁTICA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIA.....	342
A ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO .....	349
A ÉTICIDADE E A GRADUAÇÃO JURÍDICA.....	356
FINALIDADES DA AVALIAÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA NO PROCESSO EDUCACIONAL.....	363
FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – IFPR: ALGUNS IMPACTOS SOBRE O TRABALHO DOCENTE.....	370
AS FUNÇÕES DO PROFESSOR E DO ALUNO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO .....	381
A IMPLANTAÇÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA EM UMA EMPRESA DE PALMAS - PARANÁ .....	389
IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO CONTROLE DE CUSTOS .....	402
JOGOS COOPERATIVOS NO CONTEXTO PEDAGÓGICO DA ESCOLA.....	415
JUSTIÇA RESTAURATIVA: PROCESSOS CIRCULARES NA APURAÇÃO DE ATOS INFRAACIONAIS .....	424

LEITURA, FERRAMENTA PARA A CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA .....	434
LETRAMENTO E LUDICIDADE: UMA RELAÇÃO DE RECIPROCIDADE NA ALFABETIZAÇÃO .....	445
LEVANTAMENTO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS EM BAIROS DO MUNICÍPIO DE PALMAS – PR E IMPORTÂNCIA DA ESTERILIZAÇÃO PARA CONTROLE POPULACIONAL.....	452
MEDIDAS PREVENTIVAS PARA ÚLCERA POR PRESSÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	457
OS EFEITOS DA INFLAÇÃO ALTA SOBRE O MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO .....	472
NÍVEIS DE FLEXIBILIDADE: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2014 E 2015 EM ESCOLARES DE PALMAS/PR.....	483
OCORRÊNCIA DE PEIXES NÃO NATIVOS NO RESERVATÓRIO SEGREDO, BACIA DO MÉDIO IGUAÇU, PARANÁ .....	491
O PAPEL DA ESCOLA: SUA FUNÇÃO POLÍTICA E SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA .....	498
O PAPEL DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	511
PARALELO ENTRE O CARÁTER INDIVIDUALISTA DA PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E OS DIREITOS HUMANOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E CULTURAIS. ....	517
PERFIL DOS ACADÊMICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS PALMAS INGRESSANTES NOS ANOS DE 2012 A 2015.....	523
PIBID: FORMAÇÃO DOCENTE NO IFPR CAMPUS PALMAS - PR.....	537
PIBID: SER E MANTER-SE PROFESSOR: “PARA SER ALGUÉM NA VIDA É PRECISO ESTUDAR” .....	552
PIBID: UM RE-CONHECIMENTO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE .....	565
POLINIZADORES DE <i>SENECIO BRASILIENSIS</i> LESS. (ASTERACEAE) NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS PALMAS .....	570
AS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL .....	577
PRÁTICA DOCENTE E AS INFLUÊNCIAS DOS CONDICIONANTES NA EDUCAÇÃO .....	586
PRÁTICAS AVALIATIVAS NA APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DE CHARLES HADJI E JUSSARA HOFFMANN.....	592
PRÁTICAS MUSICAIS ADAPTADAS PARA O ALUNO SURDO .....	597
A PRÁXIS JURÍDICA E A ÉTICA: CONDUTAS INCOMPATÍVEIS COM O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA.....	608
REFLEXÕES NECESSÁRIAS À PRÁTICA DOCENTE .....	620
RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO – CONFLITOS COM AUTORITARISMO .....	629
RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO INFLUÊNCIAS NO ENSINO APRENDIZAGEM..	635

SOBERANIA POPULAR: O ELEMENTO DIFERENCIADOR DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	640
A SUBORDINAÇÃO OBRIGATÓRIA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	649
UMA ANÁLISE DA TRIBUTAÇÃO FISCAL DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E SUA PROGRESSIVIDADE.....	662
UMA ANÁLISE ÉTICA ACERCA DA ELISÃO FISCAL.....	674
A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL – DESAFIOS DA META 3 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO .....	684
A VIVÊNCIA DE UM GRADUANDO DE ENFERMAGEM A PARTIR DA VISITA DOMICILIAR.....	691
<b>RESUMOS</b> .....	698
ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO CENTESIMAL DE AÇÚCAR REDUTOR DOS EXTRATOS DE <i>SMALLANTHUS SONCHIFOLIUS</i> (YACON).....	699
ANÁLISE DE FERRAMENTAS <i>OPEN SOURCE</i> PARA MODELAGEM DE <i>SOFTWARE</i> UTILIZANDO A UML.....	701
APTIDÃO CARDIORRESPIRATÓRIA DE ESCOLARES DE 7 E 13 ANOS DE IDADE. ....	703
ATIVIDADE FÍSICAS AQUÁTICAS NA MELHORIA DA QUALIDADE DO SONO DE IDOSAS.....	704
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE AERÓBICA EM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I NA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PALMAS-PR.....	705
AVALIAÇÃO DA FREQUÊNCIA DE PARASITOSES INTESTINAIS EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE PALMAS-PR .....	706
AVALIAÇÃO DE VEGETAIS COMO BIOINDICADORES E PARA O DESENVOLVIMENTO DE CARVÃO ATIVADO.....	708
CLUBE DE LEITURA DOM CARLOS .....	709
COMPARAÇÃO FENOLÓGICA DE QUATRO VARIEDADES DE MACIEIRA PRESENTES NO BANCO DE GERMOPLASMA DO IAPAR.....	710
DANÇA DO DRAGÃO .....	712
DESCARTE DE EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS NO OESTE DE SANTA CATARINA .....	713
DIABETES, HIPERTENSÃO ARTERIAL E <i>SISTEMA DE CUIDADOS À SAÚDE</i> : ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS DOS ADOECIDOS CRÔNICOS DAS CLASSES POPULARES DE PALMAS, PR.....	714
DIAGNÓSTICOS DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM QUEIMADURA DE TERCEIRO GRAU: UM ESTUDO DE CASO.....	716
DIREÇÃO DE ARTE.....	717
DIVERSIDADE DE TEPHRITIDAE (DIPTERA) NO MUNICÍPIO DE PALMAS, PARANÁ .....	718

EDUCAÇÃO PERMANENTE DE TRABALHADORES DE ENFERMAGEM EM UMA INSTITUIÇÃO HOSPITALAR: UMA NOTA PRÉVIA .....	720
EFEITO DA CINZA DE CALDEIRA SOBRE ACIDEZ PONTENCIAL, PH E ÍNDICE SMP EM SOLOS DEGRADADOS .....	721
EFEITO DE BORDA SOBRE A RIQUEZA E ABUNDÂNCIA DE DÍPTEROS EM FRAGMENTO DE FLORESTA OMBRÓFILA MISTA.....	722
EFEITOS DA CINZA DE CALDEIRA SOBRE O TEOR DE CARBONO, MAGNÉSIO, FÓSFORO E POTÁSSIO EM SOLOS DEGRADADOS .....	723
ESTUDO DA AGILIDADE E NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA EM ESCOLARES DE 8 A 12 ANOS .....	724
ESTUDO DE EXTRATOS DE <i>OCIMUM SP.</i> MONITORADOS ATRAVÉS DE ESPECTROSCOPIA DE ULTRAVIOLETA VISÍVEL (UV-VIS).....	726
A EVASÃO ESCOLAR NO IFPR – PALMAS .....	727
O FIGURINO COMO ENCENAÇÃO NA ESCOLA.....	728
FISIOLOGIA FÁCIL: MODELO DIDÁTICO DO SISTEMA CARDIO-RESPIRATÓRIO .....	729
IMPORTÂNCIA DA MUTAÇÃO R337H NO GENE TP53 PARA O CÂNCER DE MAMA ESPORÁDICO.....	731
A IMPORTÂNCIA DO PIBID NA FORMAÇÃO DOS ACÂDEMICOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO IFPR CAMPUS PALMAS .....	732
INIBIÇÃO DA GERMINAÇÃO DE ISOLADOS DE <i>COLLETOTRICHUM SPP.</i> NA PRESENÇA DOS FUNGICIDAS MANCOZEBE E TIOFANATO METÁLICO. ....	733
INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM AO PORTADOR DE DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA (DPOC): ESTUDO DE CASO. ....	734
<i>LASER HARP</i> COM ARDUINO .....	736
LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL, O INÍCIO DE UMA VIDA ATIVA. ....	737
NÍVEL DE FLEXIBILIDADE EM ESCOLARES DE 07 A 10 ANOS DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PALMAS PR .....	738
NÍVEL DE FORÇA EXPLOSIVA DE MEMBROS INFERIORES EM CRIANÇAS COM IDADES DE 7 E 8 ANOS .....	739
NÍVEL DE FORÇA EXPLOSIVA DE MEMBROS INFERIORES EM CRIANÇAS COM IDADE ENTRE 7 E 8 ANOS .....	741
NÍVEL DE FORÇA EXPLOSIVA DOS MEMBROS SUPERIORES EM ALUNOS DE 8 A 9 ANOS DE IDADE EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA CIDADE DE PALMAS – PR .....	743
OCORRÊNCIA DE <i>TEMNOCEPHALA SP.</i> EM <i>AEGLA PARANA</i> SCHMITT, 1942 NO ARROIO DO BRINCO, RIO IGUAÇU .....	744
ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS: ESTUDO PARA O SETOR DE COMPRAS EM ORGANIZAÇÕES COMERCIAIS .....	745

ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS: PROPOSTA DE MELHORIA DE LAYOUT PRODUTIVO EM INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS .....	747
PARA SER ALGUÉM NA VIDA É PRECISO ESTUDAR: “NOSSO PLANETA, NOSSA CASA – SUSTENTABILIDADE.” .....	748
PARA SER ALGUÉM NA VIDA É PRECISO ESTUDAR: VALORES MORAIS - A CHARGE EM SALA DE AULA.....	749
PERFORMANCE: UMA PROPOSTA DE MANIFESTAÇÃO ARTÍSTICA E DE INTERVENÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR.....	750
PIBID - SER E MANTER-SE PROFESSOR: “PARA SER ALGUÉM NA VIDA É PRECISO ESTUDAR” .....	751
PLANEJAR PARA DECLARAR O IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA .....	752
PÓS-OPERATÓRIO DE ANEURISMA CEREBRAL: DIAGNÓSTICOS DE ENFERMAGEM A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO.....	755
A PRÁTICA CINEMATOGRAFICA NA ESCOLA COM BASE NO CINEMA MUDO ..	756
PROJETO PIBID – PORTUGUÊS: PARA SER ALGUÉM NA VIDA É PRECISO ESTUDAR. O QUÊ E COMO?.....	757
REAPROVEITAMENTO: ELABORANDO OBJETOS E BRINQUEDOS A PARTIR DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.....	758
SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA: PROMOVENDO DISCUSSÕES .....	759
SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM (SAE) AO PACIENTE COM INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO (IAM): UM ESTUDO DE CASO DA PRÁTICA HOSPITALAR.....	761
SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM TUNGÍASE – UM ESTUDO DE CASO .....	762
SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM FRATURA DE FÊMUR, TÍBIA E FÍBULA EM USO DE FIXADOR EXTERNO: ESTUDO DE CASO. ....	763
SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM PICADA DE ARRANHA MARROM: ESTUDO DE CASO.....	764
SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO TRAUMATISMO CRÂNIO ENCEFÁLICO: ESTUDO DE CASO.....	766

## APRESENTAÇÃO

A V Contextos e Conceitos - Mostra de Produção Científica e Extensão aconteceu no *campus* Palmas nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2016, apresentando os trabalhos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelos corpos docente e discente do IFPR *campus* Palmas durante o ano de 2015.

Foram submetidos 72 artigos completos e 52 resumos expandidos, comprovando o amadurecimento e o fortalecimento da cultura acadêmica do *campus*. O grande volume de artigos completos deve-se provavelmente ao maior tempo disponibilizado para a elaboração dos mesmos uma vez que, devido à greve ocorrida em 2015, a presente edição do evento ocorreu com um intervalo maior que um ano em relação à edição anterior. Esse tempo, como podemos perceber, foi muito bem aproveitado para o aprimoramento e conclusão dos trabalhos em andamento do ano, o que gerou um número maior de artigos completos do que de resumos expandidos.

Dessa forma, a Equipe Organizadora do evento parabeniza e agradece a todas as pessoas que participaram e enviaram seus trabalhos! Esperamos vê-los novamente na próxima edição!

### **Objetivos do evento:**

#### **Objetivos gerais:**

- Fomentar atividades de pesquisa e extensão no IFPR campus Palmas;
- Promover discussões a respeito dos rumos da pesquisa e extensão deste campus;

#### **Objetivos específicos:**

- Divulgar os projetos já implementados, tanto de pesquisa quanto de extensão;
- Desenvolver e motivar atividades de pesquisa e extensão entre os alunos;
- Aprimorar a vivência científica do corpo discente desta instituição;
- Apresentar os resultados da vivência acadêmica do alunado nos últimos 12 meses.





**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

# **ARTIGOS**

## AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA OBTENÇÃO DE CIRURGIA RENAL URGENTE DE UMA PACIENTE, PROMOVIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM PATO BRANCO

Adriano Chagas<sup>1</sup> (cronicaprosaica@gmail.com)

**Resumo:** O caso em análise, nesse artigo, trata-se de uma Ação Civil Pública realizada pelo Ministério Público do Paraná, como sujeito especial no processo a defender o direito da cidadã D.B.C., para obtenção de um procedimento cirúrgico renal denominado Nefrolitomia Percutânea. O Estado do Paraná e o Município de Pato Branco (PR) formam um litisconsórcio passivo necessário de acordo com o entendimento do Professor Fredie Didier Júnior. O princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o consequente Direito Fundamental à Saúde, figuram como norteadores do direito material pleiteado. Outros princípios constitucionais são brevemente apontados, com o objetivo de respaldar a decisão que deferiu positivamente a referida ação: o Princípio da Proporcionalidade e o da Reserva do Possível.

Palavras-chave: Direito Fundamental à saúde; Ministério Público; Ação Civil Pública; Litisconsórcio passivo; Antecipação de tutela.

Sou variamente outro do que um eu que não sei se existe (se é esses outros)... \Sinto crenças que não tenho. \Enlevam-me ânsias que repudio.[...]  
(Leviatã, Fernando Pessoa)

### 1 INTRODUÇÃO: O fiscal da lei

Nesse escrito, particularmente, se debruça em um caso de saúde pública pleiteado Ministério Público, em que esse age no polo ativo da Ação Civil Pública e, por isso, ambos os réus, a saber, o Estado do Paraná e o Município de Pato Branco (PR) se colocam em um litisconsórcio passivo, entendido como necessário (tal como será respaldado em afirmações de juristas do Direito Processual).

O princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o consequente direito fundamental à saúde, figuram como norteadores do direito material que se quer alcançar por intermédio da ação em análise. Para tanto recorreu-se às decisões da Suprema Corte Federal em casos que tem similaridade quanto a causa de pedir. A hermenêutica que se faz é pautada no Princípio da Proporcionalidade e na Reserva do Possível como apresentado no tópico: A antecipação de tutela.

<sup>1</sup> Licenciado em Letras Português- UNICENTRO- GUARAPUAVA. Graduando Bacharelado em Direito – IFPR PALMAS

As análises permeiam a sentença favorável ao autor que a apresenta e está representado pelo Ministério Público do Estado Paraná.

O caso em tela trata-se de um requerimento de uma Nefrolitomia Percutânea, cirurgia explicada de forma sucinta pelo médico Dr. Andrei Salvioni:

Esse procedimento consiste em realizar o tratamento do cálculo renal com o uso de um aparelho (nefrocópio) que entra através da pele por uma pequena incisão. Inicialmente, é passado um cateter pelo ureter através da uretra. Posteriormente, o paciente é posicionado de bruços e é injetado um material (contraste) através do cateter. O rim é visualizado através de um “aparelho de raio x” (radioscópio) e é introduzido uma agulha dentro do rim e, depois, dilatado o trajeto, onde passará o nefrocópio para tratamento dos cálculos. (SALVIONI, 2015, p. 01)

Delinea-se, na história contemporânea, a ação do Ministério Público, ensejado pela Carta Magna, ao construir com força e firmeza o direito da sociedade pautada em Direitos Humanos entendidos como constitucionalizados e indisponíveis, por meio de seu ator de primeiro grau de jurisdição.

Orientado pelo dispositivo do Texto Magno, vê-se presentificar o *custos legis*:

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;(Constituição Federal, 1988, art. 129, I;II;III)

O Ministério Público, como sujeito especial no processo, defende o direito de todos os cidadãos, age de forma independente no que tange às liberdades civis e democráticas e dessa forma, em sua missão constitucional, tutela tanto os direitos individuais quanto os sociais indisponíveis por meio dos Promotores de Justiça, os quais atuam no primeiro grau de jurisdição e os Procuradores de Justiça que tem suas atuações no segundo grau. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ)

O Ministério Público Social é caracterizado pelo contato com a sociedade em Audiências Públicas na sua busca pela paz social e de uma cidadania reiterada, de modo dinâmico e sintonizado com a realidade da sociedade, assim, está em construção, pois aqueles que dele fizerem parte deverão buscar, firme e fortemente, pela liberdade, justiça e solidariedade. Pode-se, também vê-lo delineado pelo processualista Humberto Theodoro Júnior:

Dessa função primitiva [Estado-Juiz] evoluiu a atuação do Ministério Público para áreas do processo civil onde, também, se notava prevalência do interesse público sobre o privado.

Modernamente, tanto no processo criminal como no civil, o Ministério Público “é a personificação do interesse coletivo ante os órgãos jurisdicionais”, ou seja, o representante da “ação do Poder Social do Estado junto ao Poder Judiciário”.

Pode, destarte, o Ministério Público ser conceituado como “o órgão através do qual o Estado procura tutelar, com atuação militante, o interesse público e a ordem jurídica, na relação processual e nos procedimentos de jurisdição voluntária. Enquanto o juiz aplica imparcialmente o direito objetivo, para compor litígios e dar a cada um o que é seu, o Ministério Público procura defender o interesse público na composição da lide, a fim de que o Judiciário solucione esta secundum ius, ou administre interesses privados, nos procedimentos de jurisdição voluntária, com observância efetiva e real da ordem jurídica”. (THEODORO JÚNIOR, 2014, p. 274)

De modo *sui generis*, no caso apresentado é possível observar o desempenho do Ministério Público ante duas pessoas jurídicas de direito público interno.

Essa instituição projetou-se a partir da Constituição Cidadã e passou a travar um diálogo com a população e, ainda, tornou-se veículo das reivindicações adjacentes aos órgãos públicos e jurisdicionais. Esse Ministério arquiteta-se no decorrer do século XXI, sendo uma Instituição que se enreda com questões relevantes, do ponto de vista social, por isso age para promoção da saúde pública e demais polos relacionados aos direitos humanos e, por consequência, constitucionais (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ).

## **2 O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE:**

A Ação Civil Pública, que embasa esse artigo científico, foi ajuizada na 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Pato Branco da Proteção à Saúde Pública, o pedido consistia na concessão da tutela antecipada para o cumprimento da autorização de interdição, cirurgia e outros procedimentos necessários, como se observa na Constituição Federal, no seu Art. 6º, “estabelece como direitos sociais fundamentais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância.” Ainda, a lei unívoca ao ordenamento jurídico do Brasil sob o nº 8080, de 19 de setembro de 1990, em seu artigo 2º, afirma que “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.”

Um conceito ventilado sobre o termo saúde, adotado nesse escrito, segundo Naomar de Almeida Filho, em seu trabalho *Conceito de saúde, ponto cego da epidemiologia*: “Saúde é o estado de completo bem estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doença ou incapacidade”.

Por seu turno, o egrégio Professor José Afonso da Silva, em seu livro Curso de Direito Constitucional Positivo, se pode respaldar o pedido do Ministério Público em nome da paciente que se encontra enferma. Estas são suas palavras:

[...] nos casos de doença, cada um tem o direito de um tratamento condigno de acordo com o estado atual da ciência médica, independentemente de sua situação econômica, sob pena de não ter muito valor sua consagração em normas constitucionais

A partir da lição do José Afonso da Silva entrelaçada ao conceito de Naomar de Almeida filho, pode-se dizer que todos, independentemente, de sua condição financeira, tem direito a tratamentos quando necessário, sendo sabido que o Estado, junto ao SUS, deve dar efetividade ao direito à saúde sempre quando pleiteado pela população, independentemente de sua condição.

Nesse momento, recorre-se ao entendimento da Suprema Corte, com a dicção do ministro Celso de Mello, na decisão do Recurso Especial 267612, de 23/08/2000, dispôs o seguinte:

O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular – e implementar – políticas sociais e econômicas que visem a garantir, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência médico-hospitalar. O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política – que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado Brasileiro – não pode converter-se em promessa institucional inconsequente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever por um gesto de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado.

Baseando-se nas afirmações anteriores, pode-se dizer que o Estado tem o poder-dever de custear todos os tratamentos que afetem a saúde humana, sob pena de deixar de cumprir algo estabelecido na Constituição Federal, porém, em uma situação concreta, não é de tal forma que ocorre, pois nem sempre o Estado tem condições de custear todos os tratamentos médicos que são solicitados, sendo alguns muito onerosos, e logo, fazendo com que muitas pessoas, por não terem o tratamento almejado, ajuízem uma ação contra o estado requerendo o(s) tratamentos que necessitam, seja pela demora ou pelo fato de o Estado não ofertar o tratamento.

A paciente representada pelo Ministério Público, busca tutelar tanto os seus direitos individuais quanto os sociais indisponíveis, como o é a saúde.

### **3 O MINISTÉRIO PÚBLICO “EM AÇÃO”:**

O Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art.127, CF/88). Deste modo, ajuizou o presente processo abordado no artigo, para pleitear o direito fundamental a saúde de uma cidadã. Conforme abaixo descrito:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA-0009471-97.2012.8.16.0131-MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ e outro x ESTADO DO PARANÁ e outro- << (Sentença fls. 150/152) I - Relatório: Ministério Público do Estado do Paraná na tutela do interesse indisponível de D. B.C., já qualificada nos presentes autos, ajuizou Ação Civil Pública, em face do Estado do Paraná e Município de Pato Branco, também já qualificados, alegando que a tutelada apresenta extenso cálculo coraliforme, medindo cerca de 6,6 centímetros no rim direito (CID n.º 20), onde pelo seu tamanho e forma não consegue sair na urina, bem como os tratamentos convencionais não funcionam, onde foi receitado pelo médico urologista do SUS o procedimento cirúrgico Nefrolitotomia percutânea, no entanto o cálculo que acomete o tutelado bem crescendo de forma vertiginosa, e diante da deficiência do serviço pelo SUS não consegue realizar a cirurgia, sustenta que a solicitação de tratamento fora do domicílio foi emitida em 08.08.2012, no entanto foi encaminhada por duas vezes ao Hospital Angelina Caron, em Campina Grande do Sul/PR, que não faz esse tipo de procedimento cirúrgico, tendo que retornar a Pato Branco sem o atendimento necessário, onde seu encaminhamento para cirurgia é urgente, pois corre o risco de perder o rim, diante disso sustenta que necessita com urgência de internação em hospital cadastrado para realizar o procedimento, conforme solicitação para tratamento fora de domicílio emitida, mas sem autorização até o momento. Requereu a procedência do pedido para condenar os réus solidariamente a obrigação de fazer, consistente em autorizar a internação, cirurgia e outros procedimentos necessários, na forma prescrita pelo médico do SUS, sob pena de multa diária. Juntou documentos às fls. 16 a 32. Por meio da decisão de fls. 36/37, foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela.(DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO PARANÁ, Sentença fls. 150/152)

A ação principiou-se com fulcro nos dispositivos da Lei de Ação Civil Pública nº 7347/85, em seus arts. 11 e 12 :

Art. 11. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor.

Art. 12. Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.

§ 1º A requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, poderá o Presidente do Tribunal a que competir o conhecimento do respectivo recurso suspender a execução da liminar, em decisão fundamentada, da qual caberá agravo para uma das turmas julgadoras, no prazo de 5 (cinco) dias a partir da publicação do ato.

Observa-se que, a citação dos polos passivos ocorreu neste processo, caso não ocorresse o mesmo seria extinto.

O processo em si, tem como litisconsortes no polo passivo Pessoas jurídicas de Direito Público Interno sendo o Estado do Paraná juntamente com o Município de Pato Branco, e como polo ativo o Ministério Público, que pleiteia a ação no nome da cidadã, para o melhor aproveitamento de seu direito, que estava sendo negligenciado pela Saúde Pública do Município e do Estado, ocorrendo à negação do procedimento indispensável.

A espécie de litisconsórcio apresentada pode ser observada no dispositivo do Código de Processo Civil.

Art. 47. Há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.

Parágrafo único. O juiz ordenará ao autor que promova a citação de todos os litisconsortes necessários, dentro do prazo que assinar, sob pena de declarar extinto o processo. (Código do Processo Civil, art. 47, parágrafo único)

Na doutrina jurídica existe uma divergência entre grandes autores sobre o litisconsórcio no polo passivo que seriam as seguintes: Humberto Theodoro Júnior diz que: No litisconsórcio passivo facultativo há a divisão de irrecusável e recusável, sendo que irrecusável o réu não pode negar o seu envolvimento na lide, e recusável o réu pode não aceitar ser parte no processo. Ao passo que no artigo do Professor Fredie Didier é possível observar que no litisconsórcio passivo não existe facultativo apenas necessário, pois não há uma escolha própria de ser réu, se ele é legítimo no processo deve ser inserido no mesmo. E se for facultativo, só é possível no polo ativo.

Segundo o Professor Fredie Didier (2015, p. 01), em seu entendimento particular sobre o litisconsórcio:

Há litisconsórcio sempre que houver uma pluralidade de sujeitos em um dos polos da relação processual. Pode haver litisconsórcio e cumulação de demandas, como é o caso do litisconsórcio formado por quem se afirma titular de situações jurídicas homogêneas.

O litisconsórcio necessário se dá por disposição de lei ou pela própria natureza da pretensão à tutela do direito. Neste caso, vejamos que o litisconsórcio no processo apresentado é legítimo, pois busca a concretização da tutela do direito.

Também segundo o Autor Moacyr Amaral dos Santos (2002, p. 08)

A admissibilidade do litisconsórcio fundado na conexão de causas justifica-se por dois motivos: 1º) o princípio da economia processual recomenda se reúnam no mesmo processo as várias lides, disso resultando redução de tempo, despesas e atividades processuais; 2º) a reunião de várias lides



conexas, no mesmo processo, evita a possibilidade de sentenças contraditórias”.

Nesse sentido, no polo passivo como litisconsortes necessários, ambos os réus apresentaram os embargos, aos quais não foi dado provimento pelo magistrado.

Seguindo os ensinamentos do Professor de Direito Amaral dos Santos somados aos do processualista Fredie Diddier, verifica-se que realmente no caso concreto o litisconsórcio vem com objetivo de economia processual e redução de tempo, para que a citação dos pólos passivos seja imediata e a paciente tenha uma decisão favorável a seu pedido de tutela antecipada já que é um caso de máxima urgência.

#### **4 A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA:**

##### **4.1 PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE:**

Ao ajuizar uma ação contra o estado reivindicando o direito a saúde, o judiciário entra em uma grande incógnita, qual seria a melhor decisão a fazer? E através de tal questionamento, pode analisar um princípio, sendo o primeiro o da Proporcionalidade.

No Princípio da Proporcionalidade, afirma-se que para se tomar uma decisão, é necessário antes avaliar como que se dará tal decisão, partindo de uma premissa de que com a garantia de um direito pode-se afetar outro direito, e quando tal ocorre, deve-se analisar atentamente se uma escolha não afetará um direito maior e prejudique-o, como por exemplo, não seria proporcional ceder um tratamento que é disponível do Brasil para ser feito no estrangeiro, pois o gasto do estado seria muito maior, e isso poderia retirar verbas de outro setor, pois como é sabido, o estado planeja os custos que terá com cada setor, e retirar verba de um setor pode significar sua ineficiência. O princípio da proporcionalidade, em regra, analisa antes de tomar uma decisão, três perguntas básicas que devem ser feitas caso a garantia do direito seja efetivada, são elas:

- a) O meio escolhido é adequado para atingir o resultado?
- b) O meio escolhido para atingir o resultado foi o menos oneroso?
- c) O benefício a ser alcançado com a adoção da medida procurou preservar os direitos fundamentais mais importantes do que os direitos que a medida limitou?

Avaliando os questionamentos expostos provindos do princípio da proporcionalidade, deve-se verificar se a medida adotada pelo juiz na decisão será ou não uma vantagem, levando em consideração os direitos que mais serão afetadas com medida ou decisão formulada pelo judiciário.

##### **4.2 O PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL:**



Ricardo Lobo Torres (2008, p. 81-82), assevera e aponta um sopesamento entre o Mínimo Existencial e a Reserva do Possível:

A proteção positiva do mínimo existencial não se encontra sob a reserva do possível, pois sua fruição não depende do orçamento nem de políticas públicas, ao contrário do que acontece com os direitos sociais. Em outras palavras, o Judiciário pode determinar a entrega das prestações positivas, eis que tais direitos fundamentais não se encontram sob a discricionariedade da Administração ou do Legislativo, mas se compreendem nas garantias institucionais da liberdade, na estrutura dos serviços públicos essenciais e na organização de estabelecimentos públicos (hospitais, clínicas, escolas primárias, etc.).

O Princípio da Reserva do Possível regula a possibilidade de o estado efetivar alguns direitos sociais e fundamentais, sendo que a sua efetivação está ligada e submetida à reserva do financeiramente possível, ou seja, deve-se fazer um estudo e analisar se a garantia de determinado direito fundamental não ir retirar dinheiro que seriam investidos em outras áreas.

A grande problemática envolvendo a reserva do possível no Brasil se dá pelo fato de que é comum o estado alegar tal princípio como base para a não efetivação de algum direito, porém, o Estado deve, ao menos, garantir o mínimo existencial do cidadão, conforme o ministro Celso de Mello em sua decisão do Recurso Extraordinário com Agravo 639.337 em 23/08/2011:

[...] a destinação de recursos públicos, sempre tão dramaticamente escassos, faz instaurar situações de conflito, quer com a execução de políticas públicas definidas no texto constitucional, quer, também, com a própria implementação de direitos sociais assegurados pela Constituição da República, daí resultando contextos de antagonismo que impõem, ao Estado, o encargo de superá-los mediante opções por determinados valores, em detrimento de outros igualmente relevantes, compelindo, o Poder Público, em face dessa relação dilemática, causada pela insuficiência de disponibilidade financeira e orçamentária, a proceder a verdadeiras “escolhas trágicas”.

Esse parâmetro fundado na dignidade da pessoa humana deverá ter em perspectiva a intangibilidade do mínimo existencial, em ordem a conferir real efetividade às normas programáticas positivadas na própria lei fundamental.

Portando, pode-se afirmar, com base no trecho da decisão de Celso de Mello, que o estado deve fornecer ao menos o mínimo existencial, não alegando simplesmente o princípio da Reserva do Possível como forma de não efetivar um direito e que o judiciário deve analisar se a medida requerida é ou não proporcional.

Nesse sentido foi a procedida a decisão em favor do interesse do tutelado, em que se pode observar a fundamentação da sentença:

Tratam os autos de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público no interesse do tutelado para que os réus providenciassem a autorização de internação, cirurgia de nefrolitotomia percutânea e outros procedimentos necessários na forma prescrita pelo médico em hospital, conforme solicitação para tratamento fora do domicílio emitida em 08 de agosto de 2012, porquanto necessário à manutenção da saúde e da vida do tutelado. Cirurgia esta disponibilizada ao tutelado em data de 18 de fevereiro de 2013, conforme manifestação de fls. 124 a 133. Portanto, o objeto da presente ação, ou seja, o a realização do procedimento Nefrolitotomia Percutânea, conforme prescrição médica [...] (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO PARANÁ, Sentença fls. 150/152)

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Há que se ressaltar que como “fiscal da lei” o Ministério Público, segundo os ensinamentos de Humberto Theodoro Júnior (2014, 275), “não tem compromisso nem com a parte ativa nem com a passiva da relação processual, e só defende a prevalência da ordem jurídica e do bem comum.” No entanto, exerce um poder tão vasto como os poderes dos litigantes e figura como substituto processual, dessa forma, cumpre a sua missão constitucional ao proteger o patrimônio social e público e também aos interesses difusos e coletivos.

Por fim, embasado nas decisões apresentadas anteriormente, afirma-se que no caso em questão, sobre a paciente que necessitava de cirurgia de Nefrolitotomia Percutânea, foi julgado procedente pelo fato dela ter o Direito Fundamental à Saúde e, ainda, estar em Jurisprudência que tem firmado o posicionamento em ceder o tratamento adequado em casos graves quando o estado não age de forma suficiente para sanar o direito à saúde dos cidadãos, levando em consideração o mínimo existencial da pessoa humana, além de analisar a proporcionalidade da decisão, e ainda, sendo um grande princípio respaldado pela Constituição Federal de 1988: A Dignidade da Pessoa Humana, para o qual o Ministério Público é legítimo para atuar, com a finalidade da manutenção da saúde e da vida de D. B. C. .

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

PARANÁ. AÇÃO CIVIL PÚBLICA-0009471-97.2012.8.16.0131-MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ e outro x ESTADO DO PARANÁ e outro- << (Sentença fls. 150/152). Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/61219195/djpr-04-11-2013-pg-1035>> Acesso 27/06/2015

AMARAL DOS SANTOS, Moacyr.TJ-SP - Agravo de Instrumento : AI 20873319820148260000 SP 2087331-98.2014.8.26.000. Disponível em: <<http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/128106369/agravo-de-instrumento->

ai-20873319820148260000-sp-2087331-9820148260000/inteiro-teor-128106379> Acesso 26/06/2015

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 76/2013, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/1994. 40.ed. com índice. Brasília: Centro de Documentação e Informação (CEDI), 2013. 464 p. Disponível em: < [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao1988.html](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html) >. Acesso 26/06/2015

BRASIL. Superior Tribunal Federal. STF - RECURSO EXTRAORDINÁRIO : RE 267612 RS. Disponível em: < <http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14825430/recurso-extraordinario-re-267612-rs-stf>>. Acesso 26/06/2015

BRASIL. Superior Tribunal Federal. STF - RECURSO EXTRAORDINÁRIO : AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 639.337 SÃO PAULO Disponível em: < <http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14825430/recurso-extraordinario-re-267612-rs-stf>>. Acesso 26/06/2015

DIDDIER, Fredie. Litisconsórcio unitário e litisconsórcio. Disponível em: <<http://www.frediedidier.com.br/artigos/litisconsorcio-unitario-e-litisconsorcio-necessario/>> Acesso 26/06/2015

LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Lels/L7347orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Lels/L7347orig.htm)> Acesso 26/07/2015

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. *O Ministério público*. Disponível em:<<http://www.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>> Acesso 26/06/2015

CANTO PEREIRA. Flávia do .LITISCONSÓRCIO (CPC, ARTS. 46 a 49). Disponível em:<<http://www.tex.pro.br/home/artigos/102-artigos-mai-2005/5176-litisconsorcio-cpc-arts-46-a-49>> Acesso 26/06/2015

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. *O Ministério público*. Disponível em:



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

<<http://www.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>>  
Acesso 26/06/2015

PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11050&revista\\_caderno=9](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11050&revista_caderno=9)>  
Acesso 29/06/2015

SALVIONI, Andrey. *Nefrolitomia percutânea*. Disponível em: <<http://drandreisalvioni.site.med.br/index.asp?PageName=Nefrolitotomia-20Percut-E2nea>> Acesso 27/06/2015

SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*. SP: Saraiva, 2002, p.8.

SILVA, José Afonso. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. SP: Malheiros Editores, 2008, p.308.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento – vol. I – Humberto Theodoro Júnior – Rio de Janeiro: Forense, 2014.*

TORRES, Ricardo Lobo. O mínimo existencial, os direitos sociais e os desafios de natureza orçamentária. In: SARLET, Ingo Wolfgang. TIMM, Luciano Benetti (Org.). *Direitos fundamentais, orçamento e reserva do possível*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, p. 81-82

## ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Andreia Santos da Silva (dreiasantos92@gmail.com)  
Prof. Jussara Isabel Stockmanns, (jussara.stockmanns@ifpr.edu.br)

### Resumo

O referido artigo fala sobre concepções de letramento e alfabetização na Educação Infantil dos Anos Iniciais é um tema muito importante para ser abordado, pois esta causando muitos impactos na Educação, esses impactos são desde por falta de estrutura nas escolas, falta de materiais, desvalorização entre as classes a grande maioria dos alunos passa por muitas dificuldades tanto na alfabetização, como no letramento por varias circunstancias. Por isso quis desenvolver esse estudo, no Conceito Alfabetização e letramento, citando a ideia de Magda Soares, que busca melhorar esse ensino, com alguns conceitos ligados a, habilidades cognitivas, de traduzir fonemas e grafemas, códigos de escrita, habilidades de leitura e escrita, apontando qual são as maiores dificuldades das crianças e também dos professores com relação a esse assunto, assim colocando ideias que talvez até sejam aplicadas no espaço escolar, mas que por alguns motivos sejam eles do aluno ou do professor não esta funcionando corretamente como deveria funcionar.

**Palavras-chave:** Alfabetização, letramento, criança, ler, escrever.

### Abstract

The article talks about notions of literacy and literacy in Children of Early Years Education is a very important issue to be addressed because it is causing many impacts on education, these impacts are provided by lack of infrastructure in schools, lack of materials, depreciation of classes the majority of students go through many difficulties both in literacy, and in literacy by various circumstances. So I wanted to develop this study, the concept Literacy and literacy, citing the idea of Magda Soares, which seeks to improve this teaching, with some concepts related to, cognitive skills, translate phonemes and graphemes, written codes, reading and writing skills , indicating which are the biggest difficulties for children and also for teachers with regard to this matter, making ideas that maybe are applied within the school, but for some reason whether the student or the teacher is not working properly as it should work .

### Introdução

Este artigo tem por objetivo mostrar que devemos alfabetizar letradas umas junções das duas para que o ensino melhore e seja mais proveitoso para assim despertar habilidades nas crianças, as dificuldades que são encontradas na Escola são muitas, desde falta de materiais, classes favorecidas e desfavorecidas, dificuldades na hora de ensinar, como ocorrem os conceitos de alfabetização e letramento dentro das escolas para o melhor aprendizado das crianças na leitura e na escrita. Mostra que as crianças aprendem não só na escola, mas também com o seu desenvolvimento com o mundo, que o professor acima de tudo deve conhecer a história de seus alunos para poder trabalhar em sala de aula com os mesmo.

Tratar a leitura e a escrita sempre como foco central nas escolas independente de sua condição social, formando leitores e escritores independentes que tenham argumentos.

### **Concepções do processo de Alfabetização**

A alfabetização da criança é um processo que é despertado desde quando ela nasce, seria a aprendizagem da língua materna, esse aprendizado nunca vai terminar, pois não tem como rompe-lo é um conhecimento que vem desde muito cedo com a criança com os ensinamentos de seus familiares, com sua chegada à escola é função do professor fazer com que a criança, mude sua alfabetização e entre no padrão da escola.

Mas como em todo e qualquer lugar existem preconceitos, desigualdades, nas escolas também não é diferente, a criança entra na escola com suas manias, culturas, hábitos, que trazem de sua família e muitas das vezes sofrem muito por isso. Soares (2008) ao abordar sobre os preconceitos escolares que nas escolas ainda é um grande problema para o ensino na Educação Infantil afirma que “É evidente que esse contexto escolar, com seus preconceitos linguísticos e culturais, afeta o processo de alfabetização das crianças”. (SOARES, 2008, P.15). Por isso é de fundamental importância que o professor trabalhe com esse aluno essas diferenças, mas muitas das vezes a discriminação é feita pelos próprios professores pelos alunos mais pobres, dando preferência aos que tem maior renda, na sala começa a separação dos alunos que é feita pelos próprios professores, com divisão de grupos e nas atividades de recriação.

O processo escolar sofre muito principalmente nas escolas públicas, onde a quantidade de aluno é muito grande e a maioria não tem nem o básico material escolar para estudar, e na escola também não tem nem isso para oferecer, dando ao aluno material do ano anterior (caderno, lápis, borracha) que era de alguma outra criança. O professor por sua vez sente e nota em atividades na sala de aula que esse aluno que não tem o material para estudar também precisa participar dessas atividades, e como acontece com frequência o professor vai e compra papel sulfite, caderno, lápis, giz de cera, massinha de modelar, tudo isso com o seu próprio dinheiro.



Essas escolas devem ter um acompanhamento pela Secretaria da Educação para que esse material necessário às escolas seja fornecido e os alunos consigam ter acesso a esses materiais para poderem estudar e ter um melhor aproveitamento das aulas. “Basta afirmar que o processo de alfabetização na escola, sofre talvez mais que qualquer outra aprendizagem escolar, marca da discriminação em favor das classes socioeconomicamente privilegiadas” (SOARES, 2008, p.22). Na alfabetização por mais que a criança não saiba ler, ela entende o que quer dizer através de código, o fato de conhecer uma ou duas letras ela compreende o desenho por habilidades básicas de leitura, ela vai ver a primeira letra, e ver as outras que ela conhece assim construindo seu caminho, saber compreender o que quer dizer mesmo sem ter uma palavra escrita, por exemplo, a criança pode ler uma figura, um desenho, um gesto, fazendo com que isso torne mais amplo seu conhecimento.

Cabe não só por parte do professor despertar maneiras de ler, para ensinar aquele aluno, mas também em casa os pais auxiliarem na em um local de leitura e escrita, em coisas básicas do seu dia a dia para estar ajudando, como ler contos, fazer historinhas, jogos, lista de compra, assim o ambiente familiar vai inserir, ajudando a criança no mundo da leitura, não vai ser um ensino formalmente, pois isso é função do professor, mas é uma obrigação dos pais que querem o melhor para seu filho despertar essa curiosidade todos os dias assim vai percebendo a importância que tem e buscar sempre o conhecimento que seus pais lhe passam.

Em sala de aula os professores vão se deparar com diferentes tipos de alunos, alguns que já são alfabetizados, por que tiveram desde muito cedo a ajuda dos pais em casa crescendo em contato com a leitura e com a escrita, isso facilitou e muito sua aprendizagem de ler e escrever na escola. Mas também tem aqueles que infelizmente não tiveram incentivo nenhum de seus pais, talvez porque na maioria das vezes não tiveram acesso a nenhum a algum tipo de material, de leitura, escrita, é muito comum isso.

Essas crianças que tem problemas, dificuldades na escola sofrem demais porque precisam ser mais ajudados pelos professores, na maioria das vezes acabam abandonando a escola por serem piadas, chamados de burros, preguiçosos dentro da sala de aula.

Dessa maneira, escrever engloba desde a habilidade de traduzir fonemas e grafemas, até habilidades cognitivas e metacognitivas: incluem habilidades motoras, ortografia, uso adequado da pontuação habilidades de selecionar informações relevantes sobre o tema do texto e identificar os leitores pretendidos, habilidades de fixar os objetos do texto e decidir como o desenvolvem, habilidades de organizar as ideias no texto, de estabelecer relações entre elas, de expressá-las adequadamente. (SOARES, 2008, p. 15)

A alfabetização é muito importante para o desempenho da criança na sociedade, também como para sua família que tem grande importância na aprendizagem efetiva, dentro da escola a criança deve receber todos os

materiais didáticos necessários para sua aprendizagem, é de grande importância que ela consiga ter também facilidades com todos os tipos de materiais e desperte interesse por eles.

Assim a criança tendo interesse pelos materiais ela aprende até mais rápido também é bom a família incentivar a criança em casa também, não só esperar pela escola, pois muitas vezes a escola não tem esses materiais didáticos disponíveis para essas crianças, às vezes até tem, mas ficam guardados em um espaço qualquer das escolas, os professores não utilizam com as crianças esses materiais, para evitar bagunça manter a ordem na sala de aula, deixando assim o interesse das crianças adormecido e ensinando as mesmas coisas, que elas já estão acostumadas a ver. “Necessidade e importância do alfabetismo para o funcionamento efetivo na sociedade, material didático para a alfabetização” (SOARES, 2008, p.22). Por isso devemos sempre buscar o lúdico para nossas crianças e não deixar que a falta de materiais nas escolas estraguem o aprendizado dessas crianças, que com várias maneiras podem construir seus próprios materiais de aula, ou seja deixar que elas mesmo criem seus brinquedos e vejam a importância de criar e recriar, desenvolvendo ainda mais seus interesses nos estudos.

Muitas vezes o entendimento, desenvolvimento da criança, dos professores está relacionado com o ambiente e o meio que o indivíduo se localiza uma criança que mora em uma casa simples, que enfrenta dificuldades para comer, se vestir, dormir, ir para aula, com certeza não vai ter a mesma aprendizagem que uma criança, de uma criança que vem de uma família que tem mais condições não só nos estudos, mas também na vida daquela criança,

Pois desde pequena ela tem uma educação muito diferenciada, com mais caminhos e oportunidades abertas para ela, pois sua família tem mais condições financeiras para manter ela em uma boa escola, uma casa onde ela come, dorme, e tem seu espaço para com a ajuda dos pais ela leia um livro, crie uma história, brinque, estude.

Não estou dizendo que esses alunos que tem uma condição de vida melhor possam ter tudo, e os de classes trabalhadoras nada, mas em muitos dos casos infelizmente os mais oprimidos são os mais prejudicados, porque eles não estão acostumados com aquela realidade, à língua deles é materna e é muito difícil deixar alguns hábitos para trás, pois esse conhecimento adquirido já vem desde o berço.

Assim pessoas que ocupam diferentes lugares sociais exercendo diferentes profissões e vivendo diferentes estilos de vida, enfrentam demandas funcionais de leitura e escrita muito diferentes: sexo, idade, localização urbana ou rural, etnia são entre outros fatores que determinam a natureza das práticas de leitura e escrita. (SOARES, 2008 p.37)

Por isso o professor deve saber o que se passa na vida cotidiana desse aluno para poder ligar os assuntos em sala de aula, trabalhar a cultura, para que eles vejam que não é só aquilo que eles sabem, ou imaginam que seja mostrar a eles que toda a cultura é muito importante e devem ser trabalhados



em sala de aula, seus elementos, como ideias, crenças, valores, mitos, festas populares, danças, alimentação, modo de se vestir entre outras coisas é muito importante ser transmitido esses conhecimentos para as crianças. Pois a cultura é transmitida de geração em geração.

### **Letramento: atividade e psicomotricidade nos anos iniciais**

O letramento é de grande importância despertar na vida de nossos alunos, e o professor tem a função de saber despertar esse interesse nas crianças, desde cedo alguns pais se preocupam com a vida e a aprendizagem de seus filhos, e desde quando a criança começa a entender e a querer escrever os pais ajudam auxiliando da melhor forma possível para seu entendimento. Assim que chegam aos anos iniciais esses alunos, já estão mais a frente daqueles alunos que nunca foram ensinados, e com isso eles poderão fazer atividades em sala de aula com o auxílio de seu professor, e assim a aprendizagem de todos fica bem mais facilitada e eles não se sentiram excluídos por não saberem ler, nem escrever.

Quando a pessoa passa a fazer uso da leitura e da escrita ela está despertando conhecimento dentro dela que antes de não ser alfabetizada não existia, mudando sua relação com o outro, convivência em sociedade, sua maneira de pensar é diferente que a de uma pessoa que é analfabeta ou iletrada.

Letramento surgiu porque apareceu um fato novo para o qual precisávamos de um nome, um fenômeno que não existia antes, ou, se existia, não nos dávamos conta dele. Uma diferença de saber ler e escrever, ser letrado, ou seja, a pessoa que aprende a ler e escrever que se torna alfabetizada.

O letramento ele é uma junção de habilidades, valores, capacidades e funções sociais, envolvem complexidades difíceis de serem abordadas em uma única definição.

Para estudar e interpretar o letramento, três tarefas são necessárias. A primeira a formular uma definição consistente que permita estabelecer comparações ao longo do tempo e através do espaço. Níveis básicos ou primários de leitura e escrita constituem os únicos indicadores ou sinais, flexíveis e razoáveis, para responder a esse critério essencial, o letramento é acima de tudo, uma tecnologia ou um conjunto de técnicas usadas para a comunicação e para a decodificação e reprodução de materiais escritos ou impressos, não pode ser considerado nem mais nem menos que isso. (SOARES, 2012, p. 66).

Existe mistura entre essas duas denominações e tem pessoas que ainda não sabem a diferença de uma pessoa alfabetizada com uma analfabeta, mas tem como ela ser analfabeta e ser letrada. Uma pessoa que não teve a oportunidade de ler ou escrever, mas convive em um ambiente onde a leitura e a escrita é praticada, ouve noticiário, trás informações da rua é muito diferente

com uma pessoa que foi para a escola sabe ler e escrever, mas não faz uso dessas praticas de ensino pode-se dizer que a pessoa que não teve acesso à escola quando mais jovem é analfabeta, mas letrada, e a outra que sempre foi à escola é iletrada, mas alfabetizada. “É letrada a pessoa que consegue tanto ler quanto escrever com compreensão uma frase simples e curta sobre a vida cotidiana, é iletrada a pessoa que não consegue ler nem escrever com compreensão uma frase simples curta sobre a vida cotidiana”. (UNESCO, 1958.p.4). Ou seja, a pessoa que é letrada mesmo nunca frequentando uma sala de aula com professores dispostos a ensinar, mas ela consegue com situações e fatos simples que acontecem no seu dia-a-dia se comunicar, e no caso da pessoa iletrada ela já vem com uma bagagem de conhecimentos porque teve em uma sala de aula e também teve um professor para ensinar e orienta-la, mas que por algum motivo depois que parou de estudar, deixou de ler, e perdeu esse habito pela leitura e a aprendizagem também se tornando assim uma pessoa iletrada.

O ato de ler e escrever devem estar sempre juntos nenhum pode acontecer sem o outro, é função do professor orientar e incentivar seus alunos sobre a importância da leitura e da escrita em diferentes gêneros textuais, ler e reescrever, desenvolver habilidades de leitura dos textos para se formarem grandes, verdadeiros leitores e escritores.

### **Conclusão**

Esse artigo busca uma melhor compreensão sobre conceito de Alfabetização e letramento está muito ligado um com o outro porque um não pode existir sem o outro, e mostrar a importância do letramento e leitura da escrita, mostrando um sentido mais amplo, e com função do professor conduzir os hábitos de leitura e escrita, até os alunos acharem essas praticas natural, a criança necessita desse conhecimento, capacidades, valores, de sua própria cultura, para poder ser um cidadão critico, e saber conviver em sociedade.

No primeiro capitulo é preciso que o processo de alfabetização seja com significativo na vida dos alunos o professor tem a função de ensinar o aluno a aprimorar seu desempenho linguístico, mostrar que através da pratica que suas capacidades de aprender iram ser desenvolvidas. Não podemos tratar nossos alunos como objetos, devemos criar e construir situações transformar a sala de aula em um espaço de descobertas e conhecimentos despertar a curiosidades de seus alunos pela leitura e escrita.

No segundo capitulo esta falando sobre letramento, suas dificuldades no processo de alfabetização apresentados por crianças que devem ser observadas pelos professores e pelos pais, para juntos poderem buscar ajuda dependendo da necessidade de cada uma dessas crianças. A responsabilidade é de todos na escola os professores ajudam e em casa os seus pais.

Com tudo isso se espera que os alunos tenham direito a atividades educativas e uma educação com qualidade, e também valorização do professor, pois é ele o maior responsável pela educação desse aluno.



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

Portanto é de grande importância desenvolver essa cultura de leitura e escrita entre as crianças, pois com isso poderemos ser formadores de opinião e conduzi-las a serem sujeitos com opiniões formadas.

**REFERENCIAS**

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento/ 5ª Edição, Cidade São Paulo, Editora Contexto, 2008

SOARES, Magda. Letramento: Um Tema em Três Gêneros. Edição 3: Cidade: Belo Horizonte, Editora Autentica ,2012.

## ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO E AS FASES DE DESENVOLVIMENTO

Diana FELTRIN - dianafeltrin@hotmail.com  
Jussara Isabel STOCKMANN - jussara.stockmanns@ifpr.edu.br

### RESUMO

Este artigo científico tem como objetivo principal refletir sobre alfabetização e letramento e as fases de desenvolvimento, dos conceitos, métodos da alfabetização e letramento, como um processo de contínua reflexão, sobre o ato da leitura e escrita e de decodificar a língua escrita em oral. Abordam ainda os níveis do desenvolvimento da língua escrita da criança, todas as crianças passam por diversas etapas durante o seu processo de aquisição da língua escrita. E que em cada uma delas observamos pontos mais fáceis de ser entendido do que em outras, mas que varia de criança para criança, pois cada uma tem consigo seu momento de desenvolvimento da língua escrita.

**PALAVRAS-CHAVES:** aprendizagem, alfabetização, letramento, níveis de desenvolvimento.

### ABSTRACT

This research paper aims to reflect on literacy and literacy and the development stages, concepts, methods of literacy and literacy, as a process of continuous reflection on the act of reading and writing and to decode written language in oral. Even approach the levels of development of the child's written language, all children go through several stages during the process of acquisition of written language. And that in each observed points easier to understand than others, but it varies from child to child, as each has with his moment of written language development.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como ponto de partida realizar uma abordagem teórica sobre a Alfabetização e Letramento no processo de Aprendizagem da leitura em especial, na aquisição da escrita, em que permeia o processo de alfabetização e letramento.

Nessa perspectiva a justificativa desse trabalho para sobre a alfabetização e letramento como processo de apropriação da escrita e de inserção e participação do sujeito na cultura escrita, ou seja, alfabetizar letrando, e que assim se torne um processo produtivo de ensinar e aprender no âmbito educativo.

Partindo do ponto de estudo já adquirido damos embasamento para o aprofundamento do estudo sobre a psicogênese da língua escrita que trará:

a) Estudar as hipóteses de aquisição da escrita como processo de construção do conhecimento levando em conta dos aspectos cognitivos ou

construtivista, meios pelos quais a criança figura-se como sujeito ativo da sua própria aprendizagem;

b) Conhecer e refletir sobre as contribuições da psicogênese da escrita para a criação de contextos de alfabetização e letramento no sentido de entender que o domínio da língua escrita e o seu uso nas práticas sociais é uma condição vital para a vida do sujeito na sociedade letrada;

c) Buscar compreender formas mais ricas e adequadas para uma ação pedagógica eficaz e que seja capaz de articular a alfabetização e letramento para a aquisição e o uso da escrita no contexto escolar e social.

Portanto este artigo demonstrará os apontamentos sobre a alfabetização como processo de continua construção do conhecimento voltado para uma perspectiva de que o educando se torna o sujeito da sua própria aprendizagem, que contribui de forma significativa, que abrange um processo permanente, que se estende pela vida toda. Assim desta forma abrange-se o estudo para as fases de desenvolvimento que buscará explicar de uma forma clara como cada fase é desenvolvida e como os educandos se comportam diante desta perspectiva de estudo que possibilitará um melhor desenvolvimento educacional.

### CONCEITOS E MÉTODOS DA ALFABETIZAÇÃO SEGUNDO EMILIA FERREIRO E ANA TEBEROSKY

Neste capítulo falaremos sobre os métodos e conceito de alfabetização que contribui de forma significativa que abrange um processo permanente, que se estende pela vida toda da criança nas fases iniciais de alfabetização. A criança quando chega à escola já traz com ela sua língua materna, quer escrita, quer oral, um processo permanente que não pode ser interrompido.

O professor carrega com ele um papel primordial do saber, necessita reconhecer e valorizar o conhecimento que o aluno já adquiriu aos longos dos anos, e consegue moldar esse conhecimento em uma cognição absoluta na alfabetização que fará com que esse educando se desenvolva cada vez mais no processo de alfabetização. Conforme FREIRE (2015, p.28), “a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo”.

Como afirma Freire o educador não tem só a função de transmitir conhecimento para os educandos mais sim de fazer com que apreendam o certo, de que tenham a possibilidade de pensar em seus conceitos e assim aprimorá-los para o seu melhor desenvolvimento. Assim podemos partir para um melhor entendimento do conceito de alfabetização que estão presentes em duplo significado o *ler e escrever* que possuem em nossa língua. Segundo (LEMLE, 1984 e KRAMER, 1982 citado por SOARES 2008, p. 15-16):

Pedro já sabe *ler*. Pedro já sabe *escrever*.

Pedro já *leu* Monteiro Lobato. Pedro *escreveu* uma redação sobre Monteiro Lobato. No exemplo (1), ler e escrever significa o domínio da “mecânica” da

língua escrita; nessa perspectiva, alfabetizar significa adquirir a habilidade de codificar a língua oral em língua escrita (escrever) e de decodificar a língua escrita em língua oral (ler). A alfabetização seria um processo de representação de fonemas em grafemas (escrever) e de grafemas em fonemas (ler); “o que o alfabetizando deve construir para si é uma teoria adequada sobre a relação entre sons e letras na língua portuguesa”. No exemplo (2), ler e escrever significam apreensão e compreensão de significados expressos em língua escrita (ler) ou expressão de significados por meio da língua escrita (escrever); nessa perspectiva, a alfabetização seria um processo de compreensão/expressão de significados, “um processo de representação que envolve substituições gradativa (“ler” um objeto, um gesto, uma figura ou desenho, uma palavra) em que o objetivo primordial é a apreensão e a compreensão do mundo, desde o que está mais próximo à criança ao que lhe está mais distante, visando à comunicação, à aquisição de conhecimento... à troca”. [...].

Esse duplo significado de verbos ler e escrever interfere na alfabetização que é um processo de representação de fonemas e grafemas, nos dois exemplos acima podemos ver a diferença que a em cada um deles, no primeiro vê que a habilidade de codificar a língua oral em língua escrita. Já no segundo exemplo acontece a apreensão e compreensão de significados expressos em língua escrita. Mesmo que se combinem os dois conceitos é preciso que se lembre de que ambos são parcialmente verdadeiros. Conforme SOARES (2008, p.16-17) ainda afirma:

Em primeiro lugar, a língua escrita não é uma mera representação da língua oral, como faz supor o primeiro conceito. Além de apenas em poucos casos haver total correspondência entre fonemas e grafemas, de modo que a língua escrita não é, de forma alguma, um registro fiel dos fonemas da língua oral, há também uma especificidade morfológica, sintática e semântica da língua escrita: não se escreve como se fala, mesmo quando se escreve em contextos informais. Em segundo lugar, e em relação ao segundo conceito, os problemas de compreensão/expressão da língua escrita são diferentes dos problemas de compreensão/expressão da língua oral: o discurso oral e o discurso escrito são organizados de forma diferentes.

Assim vemos que entre estes dois conceitos há formas diferentes de se trabalhar por isso a importância de que o educador domine bem os conceitos a ser trabalhado para que não aja nem uma defasagem da alfabetização dos educandos. Ainda a um terceiro conceito que se torna de grande importância ao se comparar com os primeiros. Conforme SOARES (2008, p. 17) “o conceito de alfabetização depende, assim, de características culturais, econômicas e tecnológicas; a expressão alfabetização funcional, usada pela UNESCO nos programas de alfabetização”. Assim, é necessário compreender um pouco de cada um para que o conhecimento que será transmitido aos educandos seja de qualidade e que os educando consigam assim, compreender de uma forma mais abrangente os conceitos. Conforme FREIRE (2015, p.28), “o educador



democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforça a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”.

O educador é aquele que desperta ao educandos a curiosidade de aprender isso porque é o mediador do conhecimento, e nessa mediação necessita transmitir o conhecimento de forma única e significativa, para que assim, os educandos se tornem críticos e que sempre busquem mais de suas capacidades.

Sendo assim, partiremos para o segundo capítulo, que falaremos sobre o processo de aquisição da língua escrita na educação infantil, buscar identificar as fases de seu desenvolvimento e compreender os diferentes desempenhos dos educandos.

### **FASES DO DESENVOLVIMENTO DA LINGUA ESCRITA SEGUNDO EMILIA FERREIRO E ANA TEBEROSKY**

Desde muito pequenas, as crianças assistem a diversos atos de leitura e de escrita. Dessa maneira, a criança é capaz de produzir escritas desde a mais tenra idade. Conforme (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.191), as suas “primeiras tentativas de escrita são de dois tipos: traços ondulados contínuos [...] ou uma série de pequenos círculos ou de linhas verticais”. Assim desta forma já existe uma escrita feita pela criança, que começa a partir dos 2 anos e meio ou 3 anos, a qual já uma semelhança global do traçado do adulto: traçados ondulados representam a escrita cursiva e os círculos e riscos verticais, a escrita de imprensa.

Em virtude disso perguntas importantes são colocadas em discussão para que se aja um melhor entendimento do assunto abordado. Conforme (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.191), “a partir de que momento a criança dá interpretação a sua escrita? Em outras palavras, a partir de que momento deixa de ser um traçado para se converter numa representação simbólica?”. Vemos que somente é possível responder a estas perguntas com estudos mais aprimorados com crianças da faixa etária de dois a três anos de idade.

Procurava-se explorar a escrita das crianças de várias maneiras: pedindo que representassem seu nome, também nome de amigos e membros da família observando cada sinal, contrastando situações de desenho com escrita, observando cada traçado que elas poderiam fazer, pedia para que depois de escrita às palavras que elas lessem o que tinha escrito. Os estudos realizados com crianças de quatro a seis anos das duas classes sociais permitiram às autoras definir cinco níveis do desenvolvimento da escrita.

No nível 1 segundo as autoras (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.193), “escrever é reproduzir os traços típicos da escrita que a criança identifica como a forma básica da mesma”. A forma básica conhecida pela criança é a escrita de imprensa, temos grafismos separados entre si, compostos de linhas cursas. Mas, se temos grafismos ligados por uma linha, essa forma básica será a escrita cursiva. Fica bem claro que neste nível segundo as autoras (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.193), “a intenção

subjetiva do escritor conta mais que as diferenças objetivas no resultado”. Assim mesmo que todas as escritas sejam parecidas entre si, mas para a criança é de total diferença, cada criança pode compreender a sua escritas, mas não a do outro. Assim afirma as autoras (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.202):

Somente quando o modelo escolhido é o de imprensa, se evidenciam duas hipóteses de base sobre as quais trabalha a criança, e, acerca de sua importância, teremos muito a dizer no que se segue: as grafias são variadas e a quantidade de grafias é constante.

Desse modo, o tipo de letra usado na escola ou no meio social interfere na forma como a criança produz suas primeiras escritas. O que marca o final desse nível é o fato de as crianças formularem duas hipóteses acerca das características que a sua escrita deve ter para ser interpretável. Dessa forma, estabelece que, para ser lida, a escrita precisa ter grafias variadas e quantidade de grafias constantes, ou seja, escrevem observando a variação e a quantidade mínimas de caracteres.

No nível 2 conforme as autoras (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.193), “para poder ler coisas diferentes, deve haver uma diferença objetiva nas escritas”. Neste nível a forma gráfica esta mais próxima da letra. Porém, a forma conceitual mais interessante. Conforme cita ainda as autoras (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.202):

Segue-se trabalhando com a hipótese de que faz falta certa quantidade mínima de grafismos para escrever e com a hipótese da variedade nos grafismos. Agora, em algumas crianças, a disponibilidade de formas gráficas é muito limitada, e a única possibilidade de responder ao mesmo tempo a todas as exigências consiste em utilizar a posição na ordem linear. É assim como estas crianças expressam a diferença de significação por meio de variações de posição na ordem linear, descobrindo, dessa maneira, em pleno período pré-operatório, os antecessores de uma combinatória, o que constitui uma aquisição cognitiva notável.

As formas fixas de escrita podem levar a duas reações opostas: bloqueio e utilização dos modelos adquiridos para novas escritas. Com isso, o bloqueio, que pode ser profundo ou momentâneo, leva a criança pensar que se aprende a escrever copiando e que não é possível escrever de outra forma. A aquisição de formas fixas se deve às influências culturais, mais presentes na classe média. Em um exemplo dado pelas autoras (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.206), “quando lhe perguntamos o que sabe escrever, responde assim: “mamãe, papai, urso, Laura”. Laura nega-se a escrever o que ela não aprendeu no seu livrinho. As autoras ainda afirmam (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.206), “[...] Além disso, assinalamos que a regra geral é uma proeminência marcante da escrita em maiúsculas de imprensa sobre a cursiva”. Pois essas aparecem com mais frequência nas amostras, sendo que a cursiva indica



claramente a origem escolar deste conhecimento e, segundo, porque a escrita de imprensa é mais fácil da criança ver e aprender a traçar.

No nível 3 este é caracterizado segundo as autoras (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.209), “pela tentativa de dar um valor sonoro a cada uma das letras que compõem uma escrita”. Este período é de grande importância, pois a criança passa, a saber, que cada letra vale uma sílaba. Segundo as autoras (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.209), “é o surgimento do que chamaremos de hipótese silábica. Com essa hipótese, a criança dá um salto qualitativo com respeito aos níveis precedentes”. Nesse momento, há uma superação da correspondência global da escrita para uma correspondência entre partes do texto; portanto, pela primeira vez, a criança começa a trabalhar com ideia de que a escrita representa partes sonoras da fala. Ainda segundo as autoras (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.213), “a hipótese silábica é uma construção original da criança que não pode ser atribuída a uma transmissão por parte do adulto”. Deste modo para uma melhor compreensão as autoras citam Mariano como exemplo (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.213), “que escreve AO para “sapo” e PO para “pau” (palo), e ainda, segundo as autoras, “ela faz uma análise silábica exaustiva na oração ‘minha menina toma ‘sol’ e escreve IEAOAO”.

No nível 4 como cita as autoras (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.214), “passagem da hipótese silábica para a alfabética”. As autoras ainda complementam sobre a evolução da escrita (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.214):

A criança abandona a hipótese silábica e descobre a necessidade de fazer uma análise que vá “mais além” da sílaba pelo conflito entre a hipótese e a exigência de qualidade mínima de grafemas [...] e o conflito entre as formas gráficas que meio lhe propõe e a leitura dessas formas em termos de hipótese silábica [...].

Assim o conflito torna-se mais intenso, tratando-se da escrita de nomes de que a criança não tem uma imagem visual estável entre a hipótese silábica e a quantidade mínima de caracteres. Para ilustrar temos como exemplo a escrita de Geraldo de seis anos, exemplificada no texto de (FERREIRO; TEBEROSKI, 1999, p.216). “em plena transição entre a hipótese silábica e a escrita alfabética propõe:

MCA = ‘mesa’ (mesa)

MAP = ‘mapa’ (mapa)

PAL = ‘pau’ (palo)”

No nível 5 a criança já escreve alfabeticamente e é o final desta evolução. (Conforme FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.219), “a criança se defronta com dificuldades próprias da ortografia, mas sem problemas de escrita no seu sentido estrito”. Como exemplo, podemos observar a escrita de Vanina:

MESA = MESA (só ficou na dúvida se escrevia com S ou com Z).

PALO = PALO

YO ME LLAMO VANINA = LLO ME LLAMO VANINA.

Pode-se assim observar que nem todas as crianças avançam de uma mesma maneira, mesmo que tenham utilizado uma mesma metodologia para todas. Aquelas que chegam a aprender a ler e a escrever são as que já estavam em níveis mais avançados na conceptualização, principalmente na hipótese silábica.

## CONCLUSÃO

A aprendizagem não é feita de certezas, mas de inquietações, de crises e dúvidas que nos projetam às novas descobertas. Nesta constatação, observamos que na atuação do professor é necessário que seja incorporado como característica essencial, a atenção para cada sujeito. Observando atentamente os processos de ensino-aprendizagem identificamos sua evolução ou algumas dificuldades presentes, assim desta forma o educador pode intervir para que aja um melhor entendimento do conhecimento cultural e histórico do educando.

Portanto não somente o papel do educador se faz importante nas fases de desenvolvimento, mas sim é preciso que por parte da família e também dos que estão ligados de uma forma direta ou indiretamente com este educando se façam também peças fundamentais para que assim, o educando seja estimulado e tenha a capacidade de compreender melhor cada fase e, desta forma se destacar cada vez mais no âmbito educacional, mas não se pode esquecer que cada sujeito necessita de um tempo, um momento para que compreenda e domine os conhecimentos e assim se desenvolva e se aproprie dos conhecimentos necessários para seu desenvolvimento.

Por tudo isso, é indispensável que se alfabetize letrando, ou seja, reconstruir a leitura e a escrita a partir do mundo vivenciado, criando um agradável vínculo através de práticas reais, contextualizadas e significativas. Acreditando que todos têm possibilidades de aprimoramento e dependemos uns dos outros para nos constituirmos em uma sociedade melhor.

## REFERÊNCIAS

- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999).
- FREIRE, PAULO. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015.
- SOARES, MAGDA. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: contexto, 2008.

## ALFABETIZAÇÃO: O PROCESSO CRUCIAL PARA DESPERTAR O HÁBITO DA LEITURA NA VIDA DOS ALUNOS

Shirle Cristina Dambros CARNEIRO, shirle\_cris@hotmail.com  
Jussara Isabel STOCKMANN, jussara.stockmanns@ifpr.edu.br

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo aprofundar o debate sobre o papel do processo da alfabetização na formação de leitores, esclarecendo a importância do porque nas séries iniciais desenvolver esse hábito de leitura, como rotina na vida dos alunos, mostrando que a prática da leitura é essencial na vida das pessoas, para que possam se comunicar e expressar corretamente na sociedade em que vive. Será apresentado o conceito de alfabetização diferenciando uma pessoa letrada, de outra pessoa que verdadeiramente faz o uso do ato de ler/escrever se tornando pessoas conseqüentemente alfabetizada. Nesse momento iremos focar a gestão pedagógica do professor como precursor de desenvolver ao educando esse hábito prazeroso de ler, esse desenvolvimento será concretizado no momento em que o mesmo está inserido e participando de seu processo de alfabetização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alfabetização, Letramento, Leitores, Professor, Rotina.

### ABSTRACT

This article aims to deepen the debate on the role of the literacy process in the formation of readers, explaining the importance of why the initial series develop the habit of reading, as a routine in the lives of students, showing that the practice of reading is essential in people's lives, so they can communicate and correctly express the society in which he lives. The concept of literacy differentiating a literate person, another person that truly makes using the act of reading / writing becoming literate people consequently will appear. At that moment we will focus on the pedagogical management of the teacher as a precursor to developing the learner this delightful habit of reading, this development will be realized at the time that it is inserted and participating in their literacy.

### INTRODUÇÃO

O conceito de alfabetização no campo educacional aparece com frequência nos debates, discussões com os pesquisadores da área da educação. Os estudiosos em suas pesquisas percebem que o conceito

alfabetização, é o ato de alfabetizar uma pessoa, tornando alguém que saiba ler, escrever e interpretar. Com frequência vemos muitos professores comentar sobre o processo de alfabetização e, em seus relatos compreendemos que para o processo ser algo significativo na vida do educando necessita de uma organização pedagógica que pense no bem estar dos alunos, para que aprendizagem se torne algo prazerosa e significativa na vida do mesmo.

Em debate sobre esse processo o que se procura e fazer com que os alunos sejam pessoas que se apropriem desse uso da cognição, utilizando essa aprendizagem em toda sua caminhada escolar e, além disso se tornem sujeitos que pratiquem esse conhecimento em sua vida profissional e pessoal. E pensando nessa pratica de exercitar o que já adquiriu em seu processo de alfabetização que esse presente artigo irá tratar, pois e quando os alunos estão ainda pequenos que se pode desenvolver a sensibilidade, criticidade para se tornarem seres curiosos e, eventualmente se torne pessoas que tem o hábito de ler, pois quando pequenos se depararam com um mundo mágico, onde a leitura era algo prazeroso, em que poderia fugir da realidade de um âmbito cheio de normas e entrar em um mundo de conto, de fantasias se fazendo personagem dentro da leitura, desenvolvendo assim a imaginação. Esse desenvolvimento só ocorre quando o professor faz com que o processo de alfabetização venha sair das entre linhas e ir em um mundo fantástico, através de uma literatura rica, fazendo com que os alunos demonstre interesse no momento da leitura. Sabemos que boa parte da população brasileira não cultiva o hábito da leitura, sendo assim o artigo trás algumas formas de fazer com que os professores consigam adotar algumas dicas para tornarem suas aulas mais interessantes.

Portanto para que essa metodologia seja eficaz e se torne algo prazeroso o professor deve deixar bem claro e implícito que ninguém é obrigado a ler, mas fazer com que no consciente do aluno ele possa compreender que no momento da leitura, ele pode imaginar, recriar e reventar histórias. Essa perspectiva faz com que no futuro os alunos se tornem pessoas na sociedade que tem gosto de terem o hábito da leitura, lembrando que na sala de aula liam pelo gosto de se apropriar de conhecimentos, e não por ser uma obrigatoriedade imposta pelo professor.

### **O QUE É ALFABETIZAÇÃO NO ÂMBITO ESCOLAR?**

A alfabetização é um processo significativo no âmbito escolar, isso é evidenciado através da escolarização, pois é na escola que os sujeitos vivenciam esse processo que é a aquisição e apropriação dos conhecimentos linguísticos.

Por ser um processo significativo apresenta algumas dificuldades que são característica própria desse processo, pois muitas crianças vêem o alfabeto como um sistema complexo, outras tem facilidade em um primeiro contato reconhecer e diferenciar as vogais das consoantes. O professor para facilitar a aprendizagem na criança pode criar métodos de atividades que

chamem a atenção dela, vale ressaltar que todas as atividades devem ter um propósito de aprendizagem porque o aluno principalmente as crianças mais críticas argumentam se vêem que atividade não corresponde a uma prática educativa. A primeira solução a ser feita para facilitar a aprendizagem no aluno é organizar na sala de aula um ambiente em que a criança possa interagir com o outro para se desenvolver dialogar, pensar, refletir, associar, trocar informações e construir seu próprio conhecimento a partir de experiências trocadas entre os colegas, às vezes essa interação com o outro é a chave percussora para ajudar o aluno se alfabetizar.

O processo de alfabetizar, é a etapa em que a criança esta na fase de descobrir o mundo dos sistemas alfabéticos e a cada passo que descobrem algo novo dão continuidade em sua prática educativa e, despertam a curiosidade de aprender cada dia mais mostrando interesse na sala de aula em relação as atividades trabalhadas. As atividades trabalhadas devem despertar o interesse do aluno assim o ensino será transmissível ao nível das crianças.

O conhecimento linguístico na vida do aluno, entretanto, em sua plenitude visa nesse momento fazer com que os leitores desse artigo, compreendam o porquê que a alfabetização é uma das etapas importante na vida do aluno, visando que é a partir dessa etapa é que se pode desenvolver o hábito da leitura na vida do educando. Esse aspecto será discorrido no segundo capítulo, que será tratado sobre como o professor pode despertar o hábito da leitura no processo da alfabetização dos alunos. Entendamos que nesse primeiro capítulo tem a pretensão de explicar a definição da alfabetização.

Vejamus que para compreendermos o conceito de alfabetização, primeiro devemos entender que os alunos nesse processo de aquisição do conhecimento precisam ser sujeitos ativos capazes de adquirir três etapas essenciais no momento da alfabetização, que são: ler, escrever e interpretar. Quando os alunos conseguem codificar essas três etapas se tornam serem letrados capazes de ler e compreender o que estão lendo. Nesse contexto identificamos a palavra “letrado”, convenhamos que a palavra letrado e alfabetização andam junto e estritamente ligados, sendo assim se tornam um corpo só, se tornando através dessa fusão apenas um processo na formação do aluno. Entretanto veremos a definição quanto o termo letrado e alfabetização, para podermos unir em uma só ideia esse único processo da educação.

Alfabetizar, isto é, segundo o Aurélio, de “ensinar a ler” (e também a escrever, que o dicionário curiosamente omite) é designar por alfabetização, e alfabetizado é “aquele que sabe ler” (e escrever). Já o letrado, segundo o mesmo dicionário é aquele “versado em letras, erudito. (SOARES,2007, p.16).

Essa citação de Soares, nos ajuda ter umacompreensão das ideias sobre esses dois termos. Vejamus que segundo o dicionário, a ação de alfabetizar é o ato de ensinar ler e a escrever, sendo assim uma pessoa que

adquiriu esse ensinamento consegue ler, e reproduzir através do ato de escrever, usando assim o uso da escrita. Já o letramento aparece nessa realidade como a pessoa que por sua vez é versado de letras, entretanto não faz uso da leitura e da escrita em seu cotidiano.

A partir dessa compreensão expandimos nossa concepção de alfabetização, assim na abordagem temática sobre a alfabetização, Soares (2007), conceitua que a alfabetização é o processo da aquisição do código escrito e de desenvolver a habilidade da leitura, essa implicação da alfabetização se desenvolvem em seu sentido próprio, dessa maneira o sentido se torna específico.

Com essa perspectiva compreendemos que a habilidade da leitura se trata do letramento que é interpretar e identificar letras, sendo nesse sentido a ação de ler. O aluno lê e consegue entender o que está lendo, com aquisição dessa competência cognitiva se torna um ser alfabetizado. Contudo, a perspectiva já enunciada acima faz com que identificamos que a alfabetização na vida dos alunos deve ir além da alfabetização funcional, pois os alunos devem compreender o sistema alfabético, caso contrário os mesmos não fazem o uso da escrita corretamente e, portanto nem o uso correto da leitura.

Respectivamente a pessoa alfabetizada desenvolve a competência de identificar todos os elementos que estruturam a escrita e leitura. Entretanto, vale ressaltar que a realidade social que o educando exerce em suas relações implica diretamente com a forma do mesmo se expressar, isso significa dizer, que o uso da oralidade não-formal implica em como o aluno escreve, em outras palavras o aluno escreve conforme fala.

Comumente, vemos que a alfabetização está estritamente ligada com as prévias experiências que o aluno já possui. Esse contato em sua realidade educacional faz com que o surja uma questão, questão essa que o professor alfabetizador é o agente principal da ação, tem o designo de transformar esse conhecimento empírico, em um conhecimento científico, na qual o aluno verdadeiramente se torne uma pessoa alfabetizada, podendo se expressar corretamente e mais, descobre um mundo novo através da leitura e escrita.

O professor por ser responsável dessa transferência do conhecimento, necessita reconhecer e valorizar o conhecimento que o aluno já adquiriu aos longos dos anos, e em respeito consegue moldar esse conhecimento em uma cognição absoluta na alfabetização. Conforme Freire, (FREIRE, 2015, p.28), “o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforça a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”.

Como afirma Freire(2015), o professor é aquele que desperta ao aluno a curiosidade de aprender isso porque é o mediador do conhecimento, e nessa mediação necessita transmitir o conhecimento de forma única e significativa, para que cada dia o aluno possa olhar o mundo alfabético com um olhar minucioso e curioso, querendo aprender e se fazer dono da própria aprendizagem. Com esse caminho encaminhado na vida do aluno, o professor pode ajudá-lo a ter o gosto de ler, produzir textos, nesse patamar o aluno já exercita o exercício da leitura e da escrita ativamente no processo educacional.



A hipótese é que aprender a ler e a escrever e, além disso, fazer uso da leitura e da escrita transformam o indivíduo, levam o indivíduo a um outro estado ou condição sob vários aspectos: social, cultural, cognitivo, lingüístico, entre outros. (SOARES, 2007, p. 38).

Quando o professor consegue realizar o objetivo de proporcionar esse momento único na vida do aluno, consegue fazer com que o mesmo esteja ativamente ligado no processo da alfabetização, proporciona que o aluno seja participante na aprendizagem, fazendo com que o aluno se expresse, criando dentro do mesmo um entusiasmo. Assim os alunos acreditam que são capazes de aprender e compreender o processo da alfabetização, superando suas dificuldades, criando uma autoconfiança buscando á cada dia aprender e reproduzir essa aprendizagem. Essa reprodução o professor pode perceber através da expressão da oralidade, e/ou da escrita dos alunos.

O professor em sua prática didática deve possuir a atenção redobrada no exato momento em que o aluno entra no contato com a alfabetização, tendo ou não uma maturidade a criança necessitará de um apoio pedagógico para poder desenvolver suas potencialidades, porque na realidade o primeiro contato dessa modalidade da educação marca a vida da criança em ambos os sentidos. Nesse sentido que entraremos no segundo capítulo abordando a temática de que maneira os professores podem despertar o hábito da leitura na vida dos alunos no processo da alfabetização, visando para que esse momento seja algo prazeroso na vida dos educandos, fazendo com que se tornem adultos leitores, pois verdadeiramente possuem o hábito de ler. Essa etapa da alfabetização é quando o professor consegue fazer com que a criança seja verdadeiramente uma pessoa alfabetizada, despertando-a a vontade ler, e escrever sendo produtores da sua própria aprendizagem.

## **COMO DESPERTA O HÁBITO DA LEITURA NA VIDA DOS ALUNOS?**

No processo da alfabetização em nossa sociedade escolar, visa criar dentro dos alunos há vontade de aprender tudo sobre esse mundo mágico, sabemos que para aprender o processo da alfabetização os alunos têm que possuir o hábito de escrever, mas para esse hábito ser desenvolvido, primeiramente o aluno deve gostar de ler para conhecer as letras e, interpretá-las quando fazem o uso da escrita.

Esse desenvolvimento ocorre da melhor forma possível se o ambiente escolar seja algo “mágico” para criança, onde esse mundo novo desperte curiosidade, expectativas, espírito investigador no sujeito, caso esse ambiente escolar apresentar receio para criança ela se sentira desprotegida e com medo e não se sentirá bem em estar nesse ambiente, dificultando o processo de ensino aprendizagem. Esta nova concepção de mundo quando a criança se familiariza no ambiente escolar faz com que ela se apóie no professor, pois ele é a figura marcante e amiga proporcionando ao aluno segurança. Nesse aspecto é que o professor entra com sua espontaneidade despertando no

aluno o hábito da leitura, mostrando que o ato de ler é um hobby interessante, pois a cada leitura o aluno vai aprender e adquirir um novo conhecimento, o próprio aluno perceber que a cada leitura adquire informações e conhecimento.

Para isso cabe ao professor, tornar as aulas de leitura algo dinâmica, não apenas algo rotineiro sem nexos, sem aprendizagem na vida do aluno. O professor em suas escolhas de leitura deve possuir um olhar instigador, necessita trazer textos que desperte a sensibilidade e a argumentação na vida dos alunos, para isso o professor deve perceber a personalidade de cada aluno, analisando cada gosto que eles possuem para trazer leituras interessantes que desperte a curiosidade dos alunos. Dessa maneira a vontade de ler é algo evidente, isso faz com que professor e alunos aprendam um com o outro.

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina ensina alguma coisa e alguém. (FREIRE, 2015, p.25).

A sala de aula é o ambiente que denota o respeito, por isso aprendizagem é algo que parte dos dois eixos principais nessa aquisição de possuir o hábito da leitura que são o professor e o aluno. Entretanto o eixo que desenvolve a sensibilidade para o mundo da leitura é o professor, pois em suas aulas usa métodos diferentes que chamam a atenção na vida dos alunos para a leitura.

O método que desenvolve esse olhar crítico no aluno, e o aluno ver o professor contar histórias envolvendo ele na cotação, assim participa ativamente sendo personagem da história percebendo que nas leituras ele pode visitar vários lugares diferentes através da imaginação. Esse envolvimento entre professor e aluno, ajuda o aluno a perceber que a leitura é algo bom, pois é através da leitura é que ele pode sair da realidade, criando formas dos personagens em sua mente, sendo o narrador das histórias em que lê, e além disso reconhece todas as palavras aprimorando sua escrita.

Já compreendemos que nosso problema não é apenas ensinar ler e a escrever, mas é, também, e sobretudo, levar os indivíduo – crianças e adultos – a fazer uso da leitura e da escrita, envolver-se em práticas sociais da leitura e de escrita. (SOARES, 2012, p.58).

Nesse contexto quando o aluno se faz presente no momento da leitura como próprio narrador, como já havíamos falado antes, o mesmo articula o conhecimento sobre o que leu, além disso, envolve todos que estão em sua volta na sala de aula, ou seja, quando o aluno lê e relata o que leu troca experiências valorosas com os demais colegas, aprende e troca conhecimento sobre os contos, livros, histórias que acabou de ler.

Esse relato na sala de aula em contar as vivências que o aluno teve com o mundo da leitura, proporcionar criar um momento na sala de aula de descontração, isso quer dizer que o professor pode criar um momento que seja dedicado ao relato da leitura de algum livro de literatura infantil, assim além de



exercitar o ato de se expressar na frente dos outros, os demais alunos não vão querer faltar nem um dia de aula, pois desejam saber o que seu colega leu em casa e vai compartilhar com os demais da sala. Assim, desse modo o professor contribui para duas coisas quando propõe essa atividade em seu método de dar aula, o aluno tem a curiosidade de ir na aula e o aluno que vai contar a história sente que aquele exercício é algo importante para seu desenvolvimento e que o professor e seus colegas se importam com ele e tem vontade de escutar o que ele tem para contar sobre a história que leu.

Para que ocorra essa vontade de escutar o que o aluno acabou de ler dentro da sala de aula, o professor pode fazer uma busca de livros que os alunos se interessam, achar livros que contenham diversas histórias ou livros que contenham a sequencia da historia assim torna cada dia a aula mais instigadora e curiosa, pois os aluno terão vontade de desvendar o final de cada historia lida.

O melhor para desenvolver o hábito da leitura nesse momento da alfabetização e fazer com que os alunos entendam que essa tarefa de ler e contar para seus colegas, nada mais é que uma brincadeira entre amigos, assim o aluno desperta a imaginação e se solta na hora de relatar o que leu.

Esse momento crucial na sala de aula mostra que verdadeiramente o aluno se apropriou do conhecimento linguístico, isso significa dizer, em dimensões escolares, que o aluno se apropriou do uso da leitura e da escrita, em termos mais simples consegue ler e escrever, ou seja, consegue decodificar símbolos, ler, compreender, interpretar e o mais importante é que consegue se expressar na frente dos outros sem receio de constrangimento, pois compreende que aquele lugar, a sala de aula é o local que o acolhe para desenvolver suas potencialidades, sendo que uma das potencialidades que o mundo atual exige do ser humano é a leitura, leitura coesa e clara aonde os demais consigam compreender o que o leitor está lendo, sendo claro nas pronuncias das palavras.

A leitura, do ponto de vista da dimensão individual de letramento (a leitura como uma “tecnologia”), é um conjunto de habilidades lingüísticas e psicológicas, que se estendem desde a habilidade de decodificar palavras escritas até a capacidade de compreender textos escritos. (SOARES, 2012, p. 68).

Com isso compreendemos que o professor para despertar o hábito de leitura em seus alunos deve fazer a melhor escolha quando deseja trabalhar a leitura dentro da sala de aula, vendo que o livro da qual escolheu deve ter um objetivo final para a vida do educando, assim o mesmo percebe que aquele momento de ler e interpretar o que leu e de extrema importância na sua formação. Contudo vale ressaltar que com uma leitura prazerosa desenvolvida dentro da sala de aula, o aluno cresce se torna adulto e cultua ainda um momento do dia dedicado a leitura se tornando um hobby para vida pessoal, mas para isso acontecer é necessário que no momento da alfabetização o sujeito compreenda que a leitura é algo extraordinário que faz com que nos seres humanos saímos no mundo inanimado indo rumo ao mundo animado de

contos, histórias, mitos até mesmo histórias reais, com a leitura adquirimos um vocabulário rico e além disso nos apropriamos de vários conhecimentos do mundo atual quando exercitamos a nossa leitura diariamente.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em visto do que foi mencionado, vemos que a alfabetização por si mesma é algo complexo na vida do educando, por ser complexo é também muito significativa para desenvolver todas as cognições do aluno. Além das cognições desenvolvidas, é nesse momento em que pode se despertar na vida do sujeito, uma vida ativa voltada para o mundo da leitura, onde o aluno percebe no exato momento em que se alfabetiza que a leitura é uma atividade muito boa, pois desperta a imaginação e ajuda na apropriação de uma escrita melhor. É pensando nessa apropriação que o artigo Alfabetização: O Processo Crucial para Desperta o Hábito da Leitura na Vida dos Alunos, foi elaborado para nortear os leitores do artigo a compreender como algumas metodologias aplicadas dentro da sala de aula fazem toda diferença na vida dos alunos, diferença essa que define se o aluno será ou não um leitor ativo diariamente ao longo de sua vida.

Nesse sentido que o primeiro capítulo abordou uma questão relevante do campo educacional com a seguinte descrição: O que é Alfabetização no Âmbito Escolar? Para essa pergunta cabe aqui somente essa resposta, em visto do que foi argumentando no primeiro capítulo percebemos que antes de tudo para desenvolver o hábito da leitura no processo da alfabetização, o aluno precisa necessariamente dominar a escrita, leitura é o mais essencial conseguir interpretar todo o mundo linguístico que o cerca. Sendo assim acreditamos que a alfabetização é a etapa essencial para a vida do educando, pois é a partir desse momento crucial que o aluno tem o domínio da leitura e da escrita. Quando o aluno se apropriar dessas habilidades linguística o professor consegue aplicar metodologias eficazes para poder despertar o hábito da leitura na vida dos alunos.

A partir dessa apropriação linguística, quando o aluno verdadeiramente consegue ler e interpretar o que leu é que chegamos no segundo capítulo com a seguinte temática: Como Despertar o hábito da leitura na vida dos alunos? Para despertar o hábito da leitura o professor na sua prática didática no âmbito escolar pode investir em uma leitura de histórias em que os alunos demonstram interesse, e vejam o mundo da leitura como um lugar exploratório em que pode contextualizar e se fazer presente na leitura em varias épocas. Além de ser exploratória a leitura, ela também é extraordinária em questões de ludicidade o aluno consegue imaginar o que se passa dentro da história. Quando o professor consegue alcançar esse objetivo de criar o método de leitura eficaz que mais condiz com a realidade da sua turma, faz com que os alunos percebam que a leitura é algo prazeroso e que toda essa interação ajuda em suas relações com o meio social em que vive, mostrando para o aluno que o momento destinado a leitura é muito importante na vida deles.

Como exemplo o método de contar história na sala de aula, tem ganhando credibilidade por vários professores, entretanto, as histórias nesse momento devem ser bem escolhidas e devem ser histórias que mostrem aos alunos ligação com o conteúdo estudado na sala de aula. Assim o aluno lê e vai à frente do quadro e conta para os demais colegas, isso significa dizer, que nesse momento houve uma contribuição do professor para que o aluno tenha coragem de se expressar na frente dos outros, não tendo medo de falar em público, e o mesmo percebe que o professor criou esse momento da leitura com um momento que objetivava algum resultado em sua aprendizagem, mostrando ao aluno interesse e respeito pela dedicação do aluno ler e conseguir interpretar a leitura para seus colegas.

Vale ressaltar a palavra respeito nessa consideração final, pois o professor deve respeitar o conhecimento que o aluno já possui, esse respeito mostra que o professor quer ajudar o educando a se desenvolver da melhor forma possível, e nesse desenvolvimento que acreditamos que para ajudar o aluno a se torna um adulto que verdadeiramente cultua o hábito da leitura e que visamos uma prática educativa em que a aula da leitura na sala de aula tenha um valor significativo nas vidas dos alunos.

Esse valor significativo ocorre na medida em que o aluno percebe que aquele momento é de extrema importância sabendo que ao longo da leitura ele apresentará para os demais colegas o que leu, assim a leitura se torna algo prazerosa sendo compartilhada com os demais colegas, fazendo com que os alunos criem dentro si uma espécie de maturidade em saber que aquele exercício contribui para sua formação e dos seus colegas. Quando ocorre esse contanto da leitura de uma forma prazerosa na vida do educando no processo da alfabetização em que o mesmo descobre um mundo novo faz com que o aluno goste de ler, por ser divertido e poder imaginar os personagens e, além disso, gera uma aprendizagem significativa, e o mesmo sabe que a leitura diariamente ajuda a melhorar o seu vocabulário e a se comunicar em suas relações pessoais, aprimorando seu modo de escrever e de ler dentro da sociedade em que vive, acreditando que cultuando a leitura será um leitor ativo, defendendo seus direitos, pois tem argumentos discursivos que favorecem seu ponto de vista em qualquer situação.

## 1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização sem o Bá-bé-bi-bó-bu/** Luiz Carlos Cagliari. – 1. Ed. São Paulo: Scipione, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa/** Paulo Freire – 52ª Ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

FREIRE, Paulo, 1921-1887. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**/ Paulo Freire, Donald Macedo: tradução Lódio Lourenço de Oliveira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2011.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**/ Magda Soares. – 3. Ed.- 1. Reimp.- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

## ANÁLISE COMPARATIVA DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO E RENTABILIDADE DA SOJA E DO MILHO EM UMA PROPRIEDADE DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Daniela Garbin (danigarbin11@hotmail.com)<sup>2</sup>  
Evandro Bonetti (ebonetti@unochapeco.edu.br)<sup>1, 2, 3</sup>  
Antônio Zanin (zanin@unochapeco.edu.br)<sup>1</sup>  
Edmundo Pozes da Silva (edmundo.pozes@ifpr.edu.br)<sup>2</sup>

<sup>1</sup> - Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó

<sup>2</sup> - Instituto Federal do Paraná – IFPR Campus Palmas

<sup>3</sup> - Bolsista do programa de apoio à produção científica – Unochapecó

**Resumo:** O cultivo da soja e do milho são atividades econômicas muito significativas na região oeste de Santa Catarina. Essas culturas estão inseridas em um mercado muito competitivo que sofre grande influência de fatores que não estão sob controle do produtor. Esse trabalho objetivou auxiliar um produtor a identificar seus custos de produção utilizando a metodologia do TDABC e analisar a viabilidade econômica de seu investimento. Verificando os custos de produção e o desempenho das atividades percebeu-se que o milho tem um melhor retorno financeiro que a soja que não é refletido no lucro bruto devido aos maiores custos de produção da primeira cultura. Verificou-se que as duas culturas foram rentáveis para o produtor e que o plantio alternado é economicamente viável.

**Palavras-chave:** Agronegócio, TDABC, Gerenciamento de custos, análise de investimentos.

**Abstract:** The cultivation of soy and corn are very significant economic activity in the western region of Santa Catarina. These cultures are embedded in a highly competitive market that is greatly influenced by factors that are not under producer's control. This study aimed to assist a producer to identify their production costs using the methodology of TDABC and analyze the economic viability of your investment. Checking the costs and performance of the activities was realized that the corn has a better financial return that soy which is not reflected in gross profit due to higher first crop production costs. It was found that the two cultures were profitable for the producer and the alternate planting is economically feasible.

**Keywords:** Agribusiness, TDABC, cost management, investment analysis.

## **Introdução**

O setor de agronegócios brasileiro é uma importante fonte geradora de recursos para a economia do país. Jesus e Rêgo (2012) destacam que esse setor é um importante agente econômico e social. Além desta relevância econômica pode-se destacar a competitividade deste mercado que traz a necessidade de constante aprimoramento da gestão em busca dos instrumentos necessários para enfrentar a concorrência e fidelizar os clientes.

Com a evolução da concorrência e da complexidade do mercado do agronegócio percebeu-se a necessidade de conhecer as informações da contabilidade para tomada de decisões. Conforme Oliveira (2010) o produtor rural que tiver conhecimento das informações contábeis poderá utilizá-las para controlar os custos de sua produção e também para suportar todo o processo decisório, possibilitando a criação de estratégias que aumentem a eficiência da propriedade como um todo.

Apesar do conhecimento dos benefícios que as informações vindas da contabilidade têm para todos os setores da economia na agricultura, percebe-se certa resistência em realizar seu controle. Esse fenômeno, conforme Fonseca et al (2015) ocorre devido ao desinteresse dos produtores rurais em utilizar as informações contábeis para a gestão das propriedades, servindo apenas como uma ferramenta para apuração da questão tributária.

Como forma de auxiliar na disseminação da importância do conhecimento contábil, principalmente referente aos reais custos de produção para a atividade rural, este artigo buscou responder a seguinte questão de pesquisa: Qual o retorno econômico e financeiro da produção de milho e soja em uma propriedade rural, a partir do TDABC?

Objetivando responder à questão, a pesquisa tem como objetivo comparar o retorno econômico e financeiro da produção de milho e soja em uma propriedade rural, a partir do TDABC.

Estudos como esse se justificam, de um ponto de vista econômico, devido à relevância do agronegócio na economia brasileira, que conforme dados do Cepea (2015), em 2013 movimentou 22,54% do PIB brasileiro, mas que, devido ao atual ambiente de incertezas, sofreu baixas no primeiro semestre do ano de 2015, estimulada principalmente pelas quedas nos preços dos grãos. A alta representatividade do setor agropecuário no PIB brasileiro e as incertezas do ambiente econômico nacional indicam a necessidade de constante aprimoramento do processo de gestão nas propriedades rurais para possibilitar o controle adequado dos custos na produção agrícola, garantido a melhor rentabilidade possível.

## **Aporte teórico**

A revisão da literatura assume importante papel para a elaboração do conhecimento científico sendo o mais importante coletar dados e fornecer ao autor embasamento suficiente para compreender sobre o assunto. Também

podemos destacar a função de oferecer parâmetros comparativos entre as diferentes fontes de conhecimento sobre o assunto abordado (FIGUEIREDO, 1990).

Neste artigo, a revisão bibliográfica buscará um embasamento sobre a gestão de custos em uma propriedade rural.

### 2.1 Gestão de custos nas atividades rurais

Para Doğan, Arslan e Köksal (2013) contabilidade rural é uma das especialidades da contabilidade que é responsável pela contabilização em empresas rurais. Este tipo de contabilidade utiliza dados vindos dos controles financeiros, de custos e gerenciais.

Sobre a importância da contabilidade para propriedades rurais Borilli, et al (2005) destaca que as práticas contábeis podem gerar informações relevantes para suportar o processo de tomada de decisões em uma empresa rural. Para o autor é necessário um processo de gestão eficiente para que uma empresa rural possa aproveitar com eficiência as informações geradas pela contabilidade.

A Contabilidade Rural tem objetivos distintos em cada empresa, mas podem ser destacados os principais:

- Estimativa dos custos reais relativos a produtos agrícolas;
- Determinação dos preços de venda dos produtos obtidos a partir de atividades agrícolas;
- Repartição justa e equilibrada de dividendos entre os parceiros empresariais seguinte estimativa de perda de lucro;
- Assistência aos agricultores e empresas na estimativa da base de cálculo;
- Monitorar os aspectos financeiros e físicos intertemporais das empresas agrícolas;
- Monitorando os movimentos em quantidade e valor referente a bens agrícolas;
- Desempenho de análise de custos, seguido por medidas de precaução racionais;
- Assistência às empresas agrícolas em planejamento orçamentário para o futuro;
- Prestação de informações a fim de facilitar as partes para as transações de aluguel (leasing) parceria, compra ou venda;
- Prestação de informações relacionadas aos altos executivos sobre a determinação da agricultura, receitas e políticas de preços;
- Assistência às empresas agrícolas em monitorar o desempenho de seus próprios empregados e administradores. (DOĞAN, ARSLAN e KÖKSAL, 2013).

A contabilidade rural tem como objetivo controlar o patrimônio das empresas rurais e a apuração dos resultados das atividades deste tipo de organização disponibilizando informações importantes sobre o desempenho para diversos usuários (CREPALDI, 1998).

Para Marion (2002) podemos dividir a contabilidade em geral ou particular e sempre que a contabilidade é direcionada ao um ramo específico ela recebe como complemento a atividade daquele ramo, portanto, a contabilidade rural visa o estudo do patrimônio das empresas rurais.



Para Crepaldi (1998) a contabilidade rural é pouco utilizada, pois a maioria dos produtores acredita que consiste em uma técnica de execução complexa e que traz pouco retorno. Ainda conforme o autor esse fato poderá ser identificado pelos seguintes motivos:

Adaptação de sistemas estrangeiros e de Contabilidade Comercial e Industrial, inadequados para retratar as características da agropecuária brasileira;

a falta de profissionais capacitados na transmissão de tecnologias administrativas aos fazendeiros;

a não inclusão da Contabilidade Rural como instrumento de políticas governamentais agrícolas ou fiscais. (CREPALDI, 1998, p. 73)

Para Magro et al (2009) uma empresa rural de sucesso não é aquela que possui uma produtividade elevada motivada pela utilização de melhorias tecnológicas no processo produtivo, mas também aquela que consegue controlar os custos de produção de forma que garanta sempre um resultado favorável em suas atividades.

### 2.2.1 Time-Driven Activity-Based Costing

Conforme Ratnatungaa, Tseb e Balachandranc (2012) o custeio baseado em atividades (ABC) possui algumas limitações para aplicação em organizações complexas que necessitem constantes adequações em seus sistemas de custeio para se adequarem as mudanças impostas pelo mercado ou avanços tecnológicos. Essas limitações fizeram com que ele tivesse uma baixa aceitação e que vários projetos que utilizavam fossem descontinuados.

As principais limitações apontadas na implementação do ABC são: a demanda de tempo elevado para coleta de dados; necessidade de identificar muitas atividades e outros fatores complexos que exigem muito processamento dos dados; dificuldade em reconhecer a ociosidade no processo (RATNATUNGAA, TSEB e BALACHANDRANC, 2012).

Segundo Kaplan e Anderson (2007), objetivando a simplificação do processo de custeio por atividades foi criado o Time-Driven Activity-Based Costing (TDABC) que demandava menos investimentos que o ABC e sua elaboração é simplificada.

Um dos principais diferenciais da utilização do TDABC para custeio é que esta metodologia dispensa a criação de uma variável simplificadora para elaboração das estimativas de custos, pois essa variável é o tempo consumido pela atividade. Isto permite que as características individuais de cada atividade sejam respeitadas e tratadas individualmente (KAPLAN e ANDERSON, 2007). Conforme Monroy, Nasiri e Peláez (2014) o TDABC analisa o custo de uma atividade através do tempo consumido por ela, resultando em uma equação que determina o custo com base nas características do próprio objeto.

Para elaborar um modelo de custos através do TDABC é necessário realizar a estimativa de dois parâmetros que permitem determinar o custo de cada objeto de custeio que são: custo unitário de um recurso e tempo necessário do recurso para realizar uma transação.

Ainda sobre a elaboração de estimativas de custos utilizando o TDABC Everaert e Bruggeman (2007) determinam que o processo de criação seja

dividido em 6 (seis) etapas, sendo que, na primeira devem ser identificados os grupos de recursos e atividades necessários; na segunda deve ser definido o custo de cada grupo; na terceira deve ser estimada a capacidade prática de cada grupo de recursos; a seguir, deve ser calculado o custo por unidade de tempo; posteriormente, devem-se determinar quantas unidades de tempo são necessárias para cada atividade e, finalmente, na sexta etapa, deve ser calculado o custo por transação.

Ainda conforme Everaert e Bruggemann (2007) a facilidade na implementação e atualização do TDABC disponibiliza aos gestores informações a respeito dos custos e da rentabilidade dos produtos e serviços de uma forma mais simples e com menor custo que o ABC.

#### **Materiais e Métodos**

Este artigo utilizou dados coletados em uma propriedade rural situada na região oeste do estado Santa Catarina para avaliar o retorno econômico e financeiro das culturas de milho e soja. A escolha destas culturas para o estudo ocorreu devido a sua grande relevância para a economia da região estudada que, conforme Osaki e Batalha (2015), devem levar em conta as atividades que possuam maior participação e importância na região estudada.

A propriedade é composta por 197 hectares de área cultivável sendo dividida em setores onde o produtor planta as culturas de milho e soja de forma alternada para garantir maior eficiência produtiva e diminuir riscos ligados a oscilações de preços e outros que possam atingir apenas uma das culturas.

A pesquisa pode ser classificada como descritiva, que conforme (Gil, 2004), preocupa-se em descrever características de um evento e também criar relacionamento entre as variáveis identificadas.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados pode-se classificar a pesquisa como estudo de caso, o qual foi desenvolvido em uma propriedade rural para comparar os resultados econômicos financeiros das culturas de milho e soja.

Os procedimentos utilizados permitem caracterizar a pesquisa como um estudo de caso pois, conforme Beuren e Raup (2014), se caracteriza pelo estudo de um caso em específico que pode apresentar dificuldades em se generalizar para outros casos, portanto, o estudo em tela representa a estrutura de custos da propriedade estudada podendo ser necessárias adequações para verificação em propriedades ou culturas diferentes. A coleta de dados iniciou com entrevista semiestruturada com o proprietário que objetivou a identificação das atividades desenvolvidas e recursos necessários nas culturas em estudo e após isso foi feita uma pesquisa documental através da obtenção dos registros financeiros.

A pesquisa pode ser classificada quanto ao enfoque como quantitativa por buscar elementos em dados contábeis, gerenciais, produtivos e de controle para elaboração dos resultados, pois conforme Beuren e Raup (2014) é caracterizada pela utilização de métodos estatísticos para coletar os dados e interpretar seus resultados e buscando uma visão geral do objeto de estudo.

Através da verificação dos dados financeiros obtidos foi possível apurar os custos de produção das safras de milho e soja no período de 05 de setembro de 2014 a 02 de fevereiro de 2015 para o milho e de 15 de outubro de 2014 a 03 de março de 2015 para a soja, utilizando a metodologia do TDABC para uma amostra de um hectare de cada cultura. Após a identificação dos custos foi possível elaborar Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) das atividades e apurar os resultados econômicos e financeiros das mesmas.

### Resultados e discussão

A primeira etapa necessária para identificação do custo de produção para cada uma das culturas analisadas consistiu em identificar os custos envolvidos na manutenção das atividades da propriedade, estes custos são considerados fixos, pois irão ocorrer mesmo que não seja realizada nenhuma atividade produtiva. Estes custos deverão ser alocados de forma indireta para cada unidade produzida.

Após a realização da identificação dos custos envolvidos na produção das duas culturas efetuou-se uma análise de rentabilidade de cada uma das culturas para determinar qual possui maior viabilidade.

#### Análise dos custos de produção

Para facilitar a identificação dos custos optou-se por trabalhar um período 150 dias para a cultura da soja e 140 dias para o milho.

Tabela 1 - Custos indiretos por cultura safra 2014/2015

Tipo	Soja	Milho
Folha de pagamento	R\$ 23.606,61	R\$ 22.032,84
Energia elétrica	R\$ 350,00	R\$ 326,67
Depreciação	R\$ 29.091,25	R\$ 31.003,75
Manutenção	R\$ 19.600,00	R\$ 21.100,00
Seguros diversos	R\$ 1.758,47	R\$ 1.758,47
Contribuição sindical rural	R\$ 361,00	R\$ 361,00
	<b>R\$ 74.767,33</b>	<b>R\$ 76.582,73</b>

Fonte: Dados pesquisa adaptados (WERNKE, JUNGES e LUIZ, 2015)

Na tabela 1 foram verificados todos os custos fixos identificados da propriedade sendo que, para os custos mensais, foi multiplicado o valor pelo número de meses do ciclo e para os custos anuais foi dividido o custo total pelo número de safras esperadas.

A seguir, foi estimado o tempo de trabalho disponível para cada empregado para poder verificar qual a capacidade prática da propriedade. Para estimar essa capacidade para cada uma das culturas foi levado em conta o tempo dos ciclos.

Tabela 2 - Capacidade prática da propriedade

		Soja	Milho
a)	Numero de pessoas	3	3
b)	Numero de dias trabalhados	100	94
c)	Horas diárias	8,80	8,80
)	Horas totais (a*b*c)	2.640,00	2.481,60
	Minutos por hora	60,00	60,00
	Capacidade prática da propriedade	158.400,00	148.896,00

Fonte: Dados pesquisa adaptados (WERNKE, JUNGES e LUIZ, 2015)

Conforme pode ser observado na tabela 2 existe uma capacidade total de trabalho de 158.400 minutos para desenvolvimento de atividades na cultura de soja e de 126.720 para a cultura de milho. Sabendo a capacidade de trabalho prática da propriedade e o seu custo fixo total podemos verificar a taxa de custo unitário por minuto conforme a seguir.

Tabela 3 - Taxa de custo da capacidade

	Soja	Milho
Custo da capacidade fornecida	R\$ 74.406,33	R\$ 76.582,73
Capacidade pratica da propriedade (minutos)	158.400,00	148.896,00
Taxa de custo da capacidade da propriedade em minutos	R\$ 0,47	R\$ 0,51

Fonte: Dados pesquisa adaptados (WERNKE, JUNGES e LUIZ, 2015)

Depois de identificada a taxa de custo efetiva da utilização dos recursos foram detectadas todas as atividades envolvidas no processo produtivo das duas culturas analisadas e também a taxa de utilização de recursos de cada atividade em um hectare cultivado. A tabela a seguir apresenta as atividades da cultura de soja e seus custos unitários.

Tabela 4 - Atividades cultivo soja

Atividades	Tempo	Custo indireto
Colheita	5	R\$ 21,24
Dessecação	6	R\$ 7,55
Limpa	2	R\$ 15,10
Plantio	5	R\$ 25,96
Tratamento	8	R\$ 22,66
	96	R\$ 92,52

Fonte: Dados da pesquisa

Através da análise das atividades e de seus custos foi possível identificar que o tratamento é a atividade responsável pelo maior consumo de recursos, conseqüentemente, a maior alocação de custos indiretos, aproximadamente 28% dos custos absorvidos. A tabela a seguir apresenta as atividades da cultura de milho e seus custos unitários.

Tabela 5 - Atividades cultura milho

Atividade	Tempo	Custo indireto
Colheita	5	R\$ 43,72
Dessecação	6	R\$ 8,23
Limpa	2	R\$ 16,46
Plantio	5	R\$ 28,29
Pré-plantio	6	R\$ 8,23
Tratamento	2	R\$ 16,46
Ureia	6	R\$ 8,23
	252	R\$ 129,61

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando os custos das atividades do cultivo de milho na propriedade no período de estudo foram identificadas 7 atividades que consomem um total de 252 minutos para realização e através da multiplicação deste tempo pela taxa efetiva percebe-se que esta cultura absorve R\$ 138,44 dos custos fixos da propriedade para cada hectare plantado.

Depois de identificados a proporção de custos fixos que devem ser absorvidos por cada atividade e dos custos variáveis envolvidos na cultura foi possível montar uma tabela dos custos de produção da cultura de soja.

Tabela 6 – Planilha de custos cultivo soja

Atividade	Custos indiretos	%	Custos variáveis	%	Custo total	%
Colheita	R\$ 21,24	1,56%	R\$ 36,60	2,68%	R\$ 57,84	4,24%
Dessecação	R\$ 7,55	0,55%	R\$ 43,58	3,20%	R\$ 51,13	3,75%
Limpa	R\$ 15,10	1,11%	R\$ 124,86	9,15%	R\$ 139,96	10,26%
Plantio	R\$ 25,96	1,90%	R\$ 555,20	40,71%	R\$ 581,16	42,61%
Tratamento	R\$ 22,66	1,66%	R\$ 511,10	37,47%	R\$ 533,76	39,14%
	<b>R\$ 92,52</b>	<b>6,78%</b>	<b>R\$ 1.271,34</b>	<b>93,22%</b>	<b>R\$ 1.363,86</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

A tabela 6 demonstra os custos de produção de um hectare de soja na propriedade e safra estudada. Analisando estes custos podemos verificar que apenas 6,75% dos custos de produção são custos indiretos e fixos como alugueis, depreciação, despesas com pessoal, os quais não sofrem mudança conforme a quantidade produzida. Em contrapartida 93,25% são de custos variáveis como combustível e insumos que são utilizados diretamente na produção.

Tabela 7 - Planilha de custos cultivo milho

Atividade	Custos indiretos	%	Custos variáveis	%	Custo total	%
Colheita	R\$ 43,72	1,88 %	R\$ 36,60	1,57%	R\$ 80,32	3,45%
Dessecação	R\$ 8,23	0,35 %	R\$ 43,58	1,87%	R\$ 51,81	2,23%
Limpa	R\$ 16,46	0,71 %	R\$ 185,36	7,97%	R\$ 201,82	8,67%
Plantio	R\$ 28,29	1,22 %	R\$ 1.142,20	49,08 %	R\$ 1.170,49	50,30%
Pré-plantio	R\$ 8,23	0,35 %	R\$ 33,08	1,42%	R\$ 41,31	1,78%
Tratamento	R\$ 16,46	0,71 %	R\$ 167,76	7,21%	R\$ 184,22	7,92%
Ureia	R\$ 8,23	0,35 %	R\$ 588,88	25,31 %	R\$ 597,11	25,66%
	<b>R\$ 129,61</b>	<b>5,57 %</b>	<b>R\$ 2.197,46</b>	<b>94,43 %</b>	<b>R\$ 2.327,07</b>	<b>100,00 %</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 7 são demonstrados os custos de produção de um hectare de milho. Através da análise destes dados podemos verificar que a maior parte dos custos do cultivo estudado é representada por custos variáveis (94,07%) e apenas 5,93% por custos fixos.

Feita a apuração dos custos envolvidos nos processos produtivos de cada uma das culturas é possível realizar as análises financeiras.

#### **Análise retorno financeiro**

Depois de levantados e absorvidos todos os custos de produção das culturas, buscou-se informações relativas à produtividade e preço de venda das duas culturas, conforme apresentado na tabela abaixo.

Tabela 8 - Custos e produtividades

	Soja	Milho
Quantidade produzida	61	200
Valor venda	60	24

Fonte: Dados da pesquisa

Podemos identificar que a produtividade da cultura de soja é bem menor que da cultura do milho (cerca de 3,3 vezes menor). Em contrapartida, percebe-se que a segunda cultura tem um valor de revenda de 2,5 vezes maior que a cultura do milho, portanto, esses dados não são suficientes para determinar qual cultura tem um melhor desempenho.

Após disponíveis os dados relativos a produção, comercialização e necessidades de capital de terceiros na forma de custeio agropecuário foi possível criar um demonstrativo de resultados do exercício (DRE) para verificar a lucratividade de cada uma das culturas.



Tabela 9 - Demonstração dos resultados do exercício

	Soja	%	Milho	%
Receita bruta de vendas	R\$ 3.660,00		R\$ 4.800,00	
(-) Impostos sobre vendas *	R\$ 84,18	2,30%	R\$ 110,40	2,30%
(=) Receita líquida	R\$ 3.575,82	97,70%	R\$ 4.689,60	97,70%
(-) Custo produto vendido	R\$ 1.327,68	36,28%	R\$ 2.327,07	48,48%
(=) Resultado Bruto	R\$ 2.248,14	61,42%	R\$ 2.362,53	49,22%
(-) Despesas administrativas **	R\$ 6,09	0,17%	R\$ 6,09	0,13%
(=) Lucro operacional ajustado / Ebitda	R\$ 2.242,04	61,26%	R\$ 2.356,44	49,09%
(-) Despesas financeiras	R\$ 72,00	1,97%	R\$ 81,90	1,71%
(-) Despesas escriturais	R\$ 36,17	0,99%	R\$ 52,72	1,10%
(=) Lucro bruto	R\$ 2.133,87	58,30%	R\$ 2.221,81	46,29%

\*Funrural alíquota 2,3%  
\*\* 1 Há equívale a 0,508% da área plantada esse deve ser o percentual de despesas administrativas absorvidas

Fonte: Dados da pesquisa

Através dos dados obtidos pela elaboração da DRE podemos verificar que o lucro operacional da cultura de soja é monetariamente menor que do milho, mas na comparação percentual com a receita bruta a cultura de soja é mais lucrativa sendo que, essa diferença é percebida no Ebitda, que não considera despesas financeiras (juros) e despesa escriturais (depreciação).

Com os dados obtidos podemos calcular a margem de contribuição (MC) de cada saca de soja produzida, essa margem é a sobra monetária obtida com a venda do produto depois de descontados seus custos variáveis. Esta margem servirá para cobrir os custos fixos da propriedade e o restante será o lucro líquido da venda. A tabela a seguir demonstra a MC da produção de soja.

Tabela 10 - Calculo Margem de contribuição

	Soja	Milho
Preço de venda (SC)	R\$ 61,00	R\$ 24,00
Custos variáveis	R\$ 20,84	R\$ 10,99
Margem contribuição	R\$ 40,16	R\$ 13,01
% Margem contribuição	65,84%	54,21%

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando a tabela acima podemos verificar que as duas culturas possuem margens de contribuição semelhantes, sendo que a saca da soja contribui 11,63% a mais que a de milho para cobrir os custos fixos.

Para finalizar a análise foi utilizado o método de *Payback* através da análise dos fluxos de caixas esperados e do cálculo da taxa interna de retorno – TIR que calcula o percentual de retorno gerado por um projeto que exige investimento sendo calculado a dos fluxos de caixa dos períodos futuros.

Outra característica importante levada em conta ao elaborar esse estudo foi a impossibilidade do produtor trabalhar com safras interruptas do mesmo produto portando os cálculos do retorno foram feitos levando em conta



metade do investimento necessário para cultivar um hectare com a estrutura atual. Essa proporção foi utilizada, pois o produtor deverá plantar anualmente uma segunda cultura e, portanto essa novo plantio deverá auxiliar no pagamento das despesas fixas incorridas em seu período de cultivo e dar um retorno financeiro.

Devido a inexistência de modelos para previsão de preços e custos de produção do milho e da soja os fluxos de caixa foram elaborados utilizando como fator de correção a média do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) elaborado pelo Instituto Brasileiro de economia (2015) dos últimos 5 anos que foi de 6,80%.

Tabela 11 - Fluxo de caixa simples

	Milho				Soja			
	Despesa	Receita	Saldo	Valor Presente	Despesa	Receita	Saldo	Valor Presente
0	30.998,26		-30.998,26	30.998,26	30.883,96		- 30.883,96	- 30.883,96
1	2.327,07	4.689,60	28.635,73	26.812,48	1.327,68	3.660,00	- 28.551,64	- 26.733,75
2	2.485,31	5.008,49	26.112,55	22.893,22	1.417,96	3.908,88	- 26.060,72	- 22.847,78
3*	2.910,13	5.349,07	23.673,62	19.433,49	1.770,20	3.908,88	- 23.922,05	- 19.637,43
4	2.834,81	5.712,81	20.795,62	15.984,05	1.617,36	4.174,68	- 21.364,72	- 16.421,48
5	3.027,58	6.101,28	17.721,92	12.754,24	1.727,34	4.458,56	- 18.633,50	- 13.410,29
6*	3.545,09	6.516,16	14.750,84	- 9.940,06	2.156,44	4.761,74	- 16.028,20	- 10.800,83
7	3.453,33	6.959,26	11.244,90	-7.095,07	1.970,25	5.085,54	- 12.912,90	- 8.147,51
8	3.688,15	7.432,49	- 7.500,56	-4.431,22	2.104,23	5.431,36	- 9.585,77	- 5.663,13
9*	4.318,58	7.937,90	- 3.881,23	-2.146,98	2.626,94	5.800,69	- 6.412,02	- 3.546,94
10	4.206,79	8.477,68	389,66	201,82	2.400,13	6.195,14	- 2.617,00	- 1.355,48
11	4.492,86	9.054,16	4.950,96	2.401,08	2.563,34	6.616,41	1.436,07	696,45
12*	5.260,83	9.669,85	9.359,98	4.250,30	3.200,11	7.066,33	5.302,29	2.407,73
13	5.124,66	10.327,40	14.562,72	6.191,79	2.923,81	7.546,84	9.925,32	4.220,05
14	5.473,14	11.029,66	20.119,24	8.009,66	3.122,62	8.060,02	14.862,71	5.916,99
15*	6.408,67	11.779,68	25.490,24	9.501,78	3.898,33	8.608,10	19.572,49	7.295,87
16	6.242,79	12.580,69	31.828,15	11.108,91	3.561,74	9.193,45	25.204,20	8.796,97

17	6.667,30	13.436,1 8	38.597,03	12.613,70	3.803,94	9.818,61	31.218,87	10.202,48
18*	7.806,96	14.349,8 4	45.139,91	13.812,69	4.748,89	10.486,2 7	36.956,25	11.308,51
19	7.604,88	15.325,6 3	52.860,66	15.145,33	4.338,86	11.199,3 4	43.816,73	12.554,12
20	8.122,02	16.367,7 7	61.106,41	16.393,12	4.633,91	11.960,8 9	51.143,72	13.720,41
21*	9.567,18	17.480,7 8	69.020,02	17.337,19	5.841,88	12.774,2 3	58.076,07	14.588,17
22	9.264,17	18.669,4 8	78.425,33	18.445,43	5.285,54	13.642,8 8	66.433,41	15.624,96
23	9.894,13	19.939,0 0	88.470,20	19.483,11	5.644,96	14.570,6 0	75.359,05	16.595,74
24*	11.520,5 1	21.294,8 5	98.244,54	20.258,08	6.982,40	15.561,4 0	83.938,05	17.308,08
<b>Pay-Back</b>		<b>10</b>			<b>10</b>			
<b>TIR</b>		<b>7,32</b>			<b>6,02</b>			
*		Períodos onde será necessário corrigir o solo com calcário no ano 0 o custo desta correção é previsto em R\$ 210 os demais anos sofreram correção conforme IPC						

Fonte: Dados da pesquisa

Através da tabela 11 podemos verificar que o retorno do investimento se dá no décimo ano para ambas as culturas e o projeto se demonstra atraente em um período de 24 apresentando retornos de investimento maiores que o IPC, portanto havendo um ganho real de capital.

Inicialmente um horizonte para retorno de 24 anos pode tornar um investimento como este aparentemente inviável ou pouco atrativo, mas somando a este retorno financeiro das atividades desenvolvidas a uma valorização do capital de aproximadamente 16% torna este tipo de investimento atraente em médio prazo.

### Considerações finais

Os custos das atividades agrícolas e os investimentos necessários são muito altos fazendo com que o produtor rural esteja em um ambiente de muitos riscos e incertezas. Esses riscos ocorrem devido às oscilações nos preços de vendas e nos insumos utilizados no processo produtivo.

Conhecer os custos envolvidos na produção pode auxiliar o produtor a decidir o que plantar em cada momento auxiliando-o na gestão de sua propriedade. Outro fator importante é o investidor conhecer o prazo de retorno de cada tipo de investimento.

Os resultados indicam que a cultura de milho é financeiramente mais rentável que a cultura da soja, já contabilmente as duas culturas apresentam comportamentos muito parecidos. Isso acontece devido aos maiores custos

não contabilizados no lucro operacional ajustado (Ebitda) que foi utilizado para calcular a rentabilidade e projetar o payback do projeto.

Mas a diferença de rentabilidade conforme dados levantados não justifica o fato de o produtor investir apenas na cultura mais lucrativa devido ao maior risco que ele estaria assumindo caso ocorresse uma frustração de safra ou uma mudança brusca nos preços de venda.

### Referências

BASSAN, H.; FERREIRA, G. **A criação de valor nas empresas premiadas pelo PNQ - prêmio nacional da qualidade ano de 2007**. XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção. São Carlos: [s.n.]. 2010.

BEUREN, I. M.; RAUP, F. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Metodologia da pesquisa aplicável as ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2014.

BORILLI, S. P. et al. O uso da contabilidade rural como uma ferramenta Gerencial: um estudo de caso dos produtores rurais no município de Toledo – PR. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, 6, 2005. 77-95.

CEPEA -CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Relatório PIBAGRO - Brasil**. CEPEA. São Paulo. 2015.

CHEN, S.; DODD, J. L. Economic Value Added (EVA™): An Empirical Examination Of A New Corporate Performance Measure. **Journal of Managerial Issues**, p. 318-333, 1997.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisorial**. São Paulo: Atlas, 1998.

DOĞAN, Z.; ARSLAN, S.; KÖKSAL, A. G. Historical development of agricultural accounting and difficulties encountered in the implementation of agricultural accounting. **International Journal of Food and Agricultural Economics**, 1, 2013. 105-114.

EVERAERT, P.; BRUGGEMAN, W. Time-driven activity-based costing: exploring the Underlying model. **Journal of cost management**, p. 16 - 20, 2007.



V Contextos e Conceitos  
Mostra de Produção Científica e Extensão  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas  
18 e 19 de fevereiro de 2016

FIGUEIREDO, N. Da importância dos artigos de revisão da literatura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, 23, 1990.

FONSECA, R. A. et al. Contabilidade Rural no Agronegócio. **SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, Resende - RJ, 29 Outubro 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. **Índice de Preços ao Consumidor (IPC)**. FGV. Brasília. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Normas de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos. Disponível em: <[http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas\\_ifpr\\_completa\\_alta\\_impressao.pdf](http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas_ifpr_completa_alta_impressao.pdf)>. Acesso em: 01 Fevereiro 2016.

JESUS, I. R. D. D.; RÊGO, R. B. Caracterização do agronegócio no mercado acionário Brasileiro. **Relatórios de pesquisa em engenharia da produção**, 14, 2012. 29-37.

KAPLAN, R. S.; ANDERSON, S. R. Time-Driven Activity-Based Costing. **Harvard Business Review**, p. 18, 2003.

KAPLAN, R. S.; ANDERSON, S. R. **Custeio baseado em atividade e tempo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MADITINOS, D. I.; ŠEVIĆ, Ž.; THERIOU, G. N. **The Introduction of Economic Value Added (EVA®)**. International Conference: Innovation. Kavala, Grécia: [s.n.]. 2006. p. 1-11.

MAGRO, C. B. D. et al. Rural accounting: comparative profitability of poul. **Custos e @gronegócio On-line**, 9, n. 1, 2009.

MARION, J. C. **Contabilidade Rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica. São Paulo: Atlas, 2005.



V Contextos e Conceitos  
Mostra de Produção Científica e Extensão  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas  
18 e 19 de fevereiro de 2016

MAZZOTTI, A. J. A. Usos e Abusos dos Estudos de Caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, 2006.

MONROY, C. R.; NASIRI, A.; PELÁEZ, M. Á. Activity Based Costing, Time-Driven Activity Based Costing and Lean Accounting: Differences Among Three Accounting Systems' Approach to Manufacturing. **Annals of Industrial Engineering 2012**, London, 2014.

OLIVEIRA, N. C. D. **Contabilidade do agronegócio**. 2. ed. Curitiba: Jurua, 2010.

OSAKI, M.; BATALHA, M. O. Avaliação econômica dos sistemas de produção de milho, soja e algodão em Sorriso e Campo Novo do Parecis/MT. **Custos e @gronegócio on line**, p. 316-344 , 2015.

RATNATUNGAA, J.; TSEB, M. S. C.; BALACHANDRANC, K. R. Cost Management in Sri Lanka: A Case Study on Volume, Activity and Time as Cost Drivers. **The International Journal of Accounting** , v. 47, n. 3, p. 281-301, 2012.

WERNKE, R.; JUNGES, I.; LUIZ, M. R. A. Proposta de planilha de custos para laboratório de próteses dentárias: Estudo de caso com aplicação do TDABC. **Iberoamerican Journal of Industrial Engineering**, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 216-236, 2015.

## ANÁLISE DA VIABILIDADE DO ENQUADRAMENTO DE SERVIÇOS DA SAÚDE NO ANEXO VI DO SIMPLES NACIONAL

Paula Roberta Petry (paulinha.petry@hotmail.com)  
Adriana Padilha Ferreira (adryanap\_@hotmail.com)  
Jucélia Taiz Cordeiro Müller (jucelia.muller@ifpr.edu.br)  
Curso de Ciências Contábeis – IFPR – Campus Palmas

**Resumo:** O Simples Nacional foi criado com o intuito de unificar a arrecadação dos tributos devidos a Micro e pequenas empresas. Este artigo se propôs analisar os possíveis reflexos do Simples Nacional no Anexo VI, que passou a vigorar a partir de janeiro de 2015. Buscando um maior entendimento sobre o Anexo VI e com intuito de verificar a viabilidade quanto à alteração e seus impactos após a mudança, número de empresas que aderiram à alteração e quais foram os benefícios com relação aos valores dos impostos, foi realizada uma pesquisa na forma de entrevista em dezembro de 2015 com profissionais contábeis, responsáveis por empresas do ramo de saúde e serviços estabelecidas em Palmas – PR. As entrevistas mostram que várias atividades empresariais estão sendo beneficiadas com a alteração para o Anexo VI. Entretanto, a opção pelo Simples Nacional Anexo VI pode aumentar a carga tributária para empresas que não possuem folha de pagamento tão expressiva. Após o estudo do Anexo VI e análise sobre as empresas que efetuaram a alteração conclui-se que em alguns casos houve viabilidade pela opção, porém, devido a desburocratização mesmo sem viabilidade tributária também ocorreu opção pelo novo Anexo do Simples Nacional.

**Palavras-chave:** Desburocratizar. Impacto. Planejamento Tributário.

**Abstract:** The Simple National it was created with the intention of unifying the collection of the due tributes to Personal computer and small companies. This article intended to analyze the possible reflexes of the Simple National in the Annex VI, that started to be in force starting from January of 2015. Looking for a larger understanding on the Annex VI and with intention of verifying the viability as for the alteration and their impacts after the change, number of companies that you/they adhered to the alteration and which were the benefits regarding the values of the taxes, a research was accomplished in the interview form in December of 2015 with accounting professionals, responsible for companies of the branch of health and services established in Palmas - PR. The interviews show that several business activities are being benefitted with the alteration for the Annex VI. However, the option for the National Simple Annex VI can increase the tax burden for companies that don't possess such expressive payroll. After the study of the Annex VI and analysis on the companies that made the alteration is ended that there was viability for the option in some

cases, however, due to same not to bureaucratize without tax viability happened also option for the new Enclosure of the Simple National.

**Keywords:** Not to Bureaucratize. Impact. Tax Planning.

## 1 Introdução

Diante da atual situação fiscal e tributária no Brasil, as empresas buscam uma forma adequada e cuidadosa de opção tributária por meio de planejamento tributário.

Portanto, para ter um bom planejamento tributário o empresário deve antes de qualquer decisão verificar todas as possibilidades que venham a favorecer sua empresa para não se precipitar ficando numa situação crítica.

Com a aprovação da Lei Complementar 147/2014 em julho de 2014 e a criação do Anexo VI, várias empresas passaram a ter direito de optar pelo regime de tributação Simples Nacional.

A nova lei representa importante reforma na lei Geral das MPEs, com vistas a atender inúmeras demandas empresariais, melhorar o ambiente legal para que as MPEs sejam favorecidas e ampliar seu papel estratégico na geração de emprego e renda (JORNAL DO BRASIL, 2014).

Diante disso, a questão problema é: Qual a viabilidade do enquadramento das atividades da saúde e serviços permitidas ao Anexo VI do Simples Nacional a partir de 2015?

No intuito de responder o presente problema e com base na nova lei o objetivo principal é verificar a viabilidade e o impacto pela opção do Anexo VI para os ramos de atividade inserido no Simples Nacional.

## 2 Referencial teórico

Apresentam-se as teorias que dão suporte ao trabalho enfocando a importância do planejamento tributário.

O planejamento tributário é um conjunto de sistemas legais que visam diminuir o pagamento de tributos em que o contribuinte tem o direito de estruturar o seu negócio da maneira que melhor lhe pareça, procurando a diminuição dos custos de seu empreendimento, inclusive dos impostos. Se a forma celebrada é jurídica e lícita, a fazenda pública deve respeitá-la (PORTAL TRIBUTÁRIO 2015).

Muitas empresas vêm adotando o planejamento para manter ou mesmo aumentar seu lucro, este planejamento tem uma forma adequada de ser feito.

Porém, como fazer um planejamento tributário? Em resposta a essa pergunta Alexandre Galhardo disse a revista EXAME (2011) que o empresário que deseja fazer esse planejamento deve seguir dois passos sendo eles:



O primeiro passo é ter um planejamento operacional bem definido e verdadeiro. Os seguintes pontos são obrigatórios na hora fazer esse plano: expectativa de faturamento, para quem e para onde se pretende faturar, quais produtos ou serviços serão oferecidos, previsão de despesas operacionais, o que se pretende comprar e quais serão seus insumos, localização dos fornecedores, margem de lucro e valor da despesa com empregados.

O segundo passo é buscar a ajuda de pessoas especialistas. Assim, será possível analisar todos os pontos e fazer um comparativo entre lucro presumido, lucro real e Simples Nacional. Além disso, a análise de peculiaridades específicas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS-QN) também é importante.

O regime de apuração de impostos varia de acordo com o perfil e faturamento de cada empresa, havendo assim a necessidade de uma análise feita pelo contador para posterior decisão de qual regime de tributação a empresa irá optar, haja vista que a opção vale para todo ano-calendário, sendo então, esta decisão, fundamental para a empresa.

## 2.1 Regimes de Tributação Lucro Real e Presumido

Existem três tipos de regimes de tributação vigentes em nosso país: Lucro real, Lucro presumido e Simples nacional (o qual será abordado no presente artigo), para saber em qual desses regimes a empresa se enquadra é fundamental o conhecimento do empresário sobre cada um deles e também um correto planejamento tributário.

No Lucro Real, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro são determinados a partir do lucro contábil, apurado pela pessoa jurídica, acrescido de ajustes (positivos e negativos) requeridos pela legislação fiscal. Também neste regime o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são determinados (com exceções específicas) através do regime não cumulativo, creditando-se valores das aquisições realizadas de acordo com os parâmetros e limites legais.

No Lucro Presumido realiza-se a tributação simplificada do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), sendo que a opção por esse regime de tributação somente poderá ser exercida por empresas industriais, comerciais ou de prestação de serviços conforme as exigências (GUIA TRIBUTÁRIO, 2015).

De acordo com Oliveira et. al (2013, p. 200) conforme o art.13 da Lei nº 9.718 de novembro de 1998, com a redação dada pela Lei nº 10.637 de 2002, estabelece que:

Art. 13. A pessoa jurídica cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$ 48.000.000,00 (a partir de 2014 esse valor muda para 78.000.000,00) ou a R\$ 4.000.000,00 multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

As empresas tributadas pelo Lucro Presumido não podem aproveitar os créditos do [PIS](#) e da [COFINS](#), por estarem fora do sistema não cumulativo, no entanto recolhem tais contribuições com alíquotas mais baixas do que aquelas exigidas pelo Lucro Real.

## 2.2 Breve Histórico do Simples Nacional

De acordo com Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2015) o sistema de tributação Simples Nacional foi criado pela Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (LCF 123/2006), instituída em 14 de dezembro de 2006.

A Lei Geral já passou por quatro alterações nas Leis Complementares 127/2007, 128/2008, 133/2009, 139/2011 e 147/2014, tendo como objetivo um melhor desempenho, competitividade e a busca pela simplificação para as empresas de pequeno porte.

O Simples Nacional abrange a participação da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Conforme Receita Federal (2015): O Simples Nacional é uma das formas de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos pelo qual há unificação de oito impostos em um único boleto, sendo eles:

- Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- Contribuição para o PIS/PASEP;
- Contribuição Patronal Previdenciária (CPP);

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS-QN).

Esta forma de arrecadação simplifica os processos de cálculo e recolhimento além de reduzir a carga de impostos.

Para o enquadramento no Simples Nacional a pessoa Física ou Jurídica não poderá ter pendência alguma com os órgãos públicos.

Antes da decisão sobre qual sistema de tributação optar a empresa deverá fazer um planejamento tributário juntamente com os contadores e advogados, de acordo com o produto ou serviço, faturamento da empresa, localidade, dentre outros pontos importantes a serem abordados evitando precipitações e pagamentos de mais impostos.

De acordo com Receita Federal (2015): Para fins de opção e permanência no Simples Nacional, poderão ser auferidas em cada ano-calendário receitas no mercado interno até o limite de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e, adicionalmente, receitas decorrentes da exportação de mercadorias ou serviços para o exterior, desde que as receitas

de exportação também não excedam R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). De acordo com Oliveira et. al (2013, p. 392):

para cálculo do Simples Nacional é necessário segregar a receita bruta mensal para o pagamento dos devidos tributos, pois para cada tipo haverá a aplicação de uma tabela, sendo que as ME e EPP optantes pelo Simples Nacional deverão considerar mensalmente e por estabelecimento, dependendo do caso aplicar as alíquotas de acordo com os anexos da Lei Complementar. Para o cálculo do valor devido de imposto é aplicada uma alíquota, ou seja, um percentual ou valor fixo aplicado sobre a base de cálculo para calcular-se o tributo.

Para a determinação das alíquotas, utilizam-se as tabelas dos Anexos I ao VI de acordo com a faixa de Receita Bruta total acumulada nos últimos 12 meses e o ramo de atividade da empresa que poderá ser: Comércio, Indústria e Prestação de Serviços.

O Anexo I do Simples Nacional dispõe das alíquotas que variam entre 4% a 11,61%, de acordo com o faturamento anual da empresa. São aplicadas ao Comércio, ou seja, receitas decorrentes da revenda de mercadorias.

Já no Anexo II, as alíquotas variam de 4,50% a 12,11% aplicadas para as Indústrias.

De acordo com o Anexo III as alíquotas são de 6,00% a 17,42%, destinadas a Serviços e Locação de Bens Móveis.

No Anexo IV as alíquotas variam de 4,50% a 16,85% e no Anexo V as alíquotas variam entre 17,50% a 22,90%, ambas aplicadas de acordo com prestação de serviços. De acordo com Oliveira et. al (2013, p. 393):

o recolhimento do Simples Nacional deverá ser feito no CNPJ do estabelecimento, considerando-se as isenções ou reduções na base de cálculo do ICMS e do ISS. Os tributos devidos deverão ser pagos por meio de um documento único de arrecadação até o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente.

Portanto, o Estado, Distrito Federal ou Município têm competência para conceder isenção ou redução do ICMS e do ISS. O recolhimento tributário é feito por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), o qual unificou o recolhimento dos impostos devidos, repassando os mesmos para as contas do estado, do município e da União.

#### Anexo VI da Tabela do Simples Nacional

Este anexo do Simples Nacional passou a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2015, regido pela Lei Complementar 147/2014 a qual altera a Lei Complementar 123/2006.

A nova Lei universaliza o acesso das empresas prestadoras de serviços ao regime de tributação mais simplificado o qual tem como critério o faturamento bruto anual de R\$ 3,6 milhões para pequenas empresas e 360 mil para microempresas.

Com a criação do novo anexo as principais vantagens estão voltadas para as empresas que possuem uma folha de pagamento expressiva considerando que as alíquotas são um tanto altas para as empresas optantes, pois na nova faixa de tributação a carga a ser recolhida tem início em 16,93% do faturamento incluindo valores de contribuição patronal previdenciária sobre os salários, pois a alíquota já está inclusa nos valores destacados na tabela.

As novas atividades que poderão optar pelo Simples Nacional a partir de 01/01/2015 são destacadas no quadro a seguir:

Quadro 01 – Atividades de Prestação de Serviços Conforme o Anexo VI

Receita Federal – Simples Nacional, 2015.

<b>Atividades de Prestações de Serviços do Anexo VI do Simples Nacional - Janeiro de 2015</b>
Medicina, inclusive laboratorial e enfermagem;
Medicina veterinária;
Odontologia;
Psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, acupuntura, podologia, fonoaudiologia, clínicas de nutrição e de vacinação e bancos de leite;
Serviços de comissária, de despachantes, de tradução e de interpretação;
Arquitetura, engenharia, medição, cartografia, geologia, geodésia, testes, suporte e análises técnicas e tecnológicas, pesquisa, design, desenho e agronomia;
Representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros;
Perícia, leilão e avaliação;
Auditoria, economia, consultoria, gestão, organização, controle e administração;
Jornalismo e publicidade;
Agenciamento, exceto de mão de obra;
Outras atividades do setor de serviços que tenham por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, desde que não sujeitas à tributação na forma dos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar.

O quadro 01 demonstra as empresas prestadoras de serviços decorrentes de atividades, científica, intelectual e desportiva e profissionais como médicos, advogados, jornalistas e várias outras atividades do setor de serviços que foram contemplados pela nova lei.

O Anexo VI prevê alíquotas entre 16,93% e 22,45%, as quais variam de acordo com a receita bruta da empresa conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 02 – Receita tributável e alíquota aplicável

Receita Bruta em 12 meses (R\$)	Alíquota	IRPJ, PIS/PASEP, CSLL, COFINS e CPP	ISS
Até 180.000,00	16,93%	14,93%	2,00%
De 180.000,01 a 360.000,00	17,72%	14,93%	2,79%
De 360.000,01 a 540.000,00	18,43%	14,93%	3,50%
De 540.000,01 a 720.000,00	18,77%	14,93%	3,84%
De 720.000,01 a 900.000,00	19,04%	15,17%	3,87%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	19,94%	15,71%	4,23%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	20,34%	16,08%	4,26%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	20,66%	16,35%	4,31%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	21,17%	16,56%	4,61%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	21,38%	16,73%	4,65%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	21,86%	16,86%	5,00%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	21,97%	16,97%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	22,06%	17,06%	5,00%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	22,14%	17,14%	5,00%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	22,21%	17,21%	5,00%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	22,21%	17,21%	5,00%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	22,32%	17,32%	5,00%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	22,37%	17,37%	5,00%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	22,41%	17,41%	5,00%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	22,45%	17,45%	5,00%

Fonte: Receita Federal do Brasil, 2015.

Pode-se analisar de acordo com o quadro 02 que as alíquotas iniciam em um percentual de 16,93% podendo chegar até 22,45% variando de acordo com a receita bruta da empresa, porém vale ressaltar neste percentual esta inclusa a Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) com alíquota de 20% sobre o pró-labore e folha de pagamento.

Na antiga tabela, os prestadores de serviço estavam sujeitos a uma alíquota inicial de 6% sobre o faturamento da empresa, assim, a tributação inicial que era de 6% passou a ser de 16,93% na primeira faixa, que são as empresas com faturamento de até R\$ 180.000,00 de receita Bruta anual (BRASIL ECONÔMICO, 2014).

De acordo com publicação de Bruno Dutra em Brasil Econômico (2014): “A analista de políticas públicas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio (Sebrae-RJ), Juliana Lohmann, destaca os pontos positivos da universalização criada pela Lei Complementar. “A nova abrangência não é perfeita, mas é muito interessante porque permite que uma série de atividades possam aderir a um sistema tributário que não estava disponível. Não significa apenas diminuição de impostos e facilidade no pagamento, mas traz a diminuição de uma série de obrigações acessórias. Isso tem que pesar na hora da escolha do empresário. Por isso, é importante avaliar”, diz.

Todavia, deve-se considerar que para toda e qualquer alteração ou opção de mudança de regime tributário, deverá ser feito um planejamento, buscando encontrar a melhor forma de tributação, enfatizando vantagens e viabilidades de tais alterações ou opções, evitando um aumento da carga tributária.

### **3 Materiais e Métodos**

Para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se pesquisa quali e quantitativa, pesquisa bibliográfica e levantamento de dados ou *survey*.

De acordo com Beuren (2006, p. 81) “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado, procura destacar as características não observadas por meio de um estudo quantitativo”. Richardson (1999, p.70 apud, BEUREN, 2006, p.92) afirma que pesquisa quantitativa:

caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

Já a pesquisa bibliográfica de acordo com Cervo e Bervian (1983, p. 55 apud BEUREN, 2006, p. 86):

explica um problema a partir de referências teóricas publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

De acordo com os autores a pesquisa bibliográfica pode ser definida como um recolhimento de informações e conhecimentos que já estão prévios visando um problema para o qual se procura uma solução ou resposta.

Levantamento ou *survey* de acordo com Beuren (2006, p. 86) no que concerne à Contabilidade é utilizado, geralmente, quando a população é numerosa e, por conseguinte, há impossibilidade de estudar detalhadamente cada objeto ou fenômeno em específico.

Como instrumento de pesquisa utilizou-se entrevista através de questionamentos pré-elaborados para o levantamento do enquadramento dos serviços da saúde no Anexo VI, direcionados à 45 escritórios de Contabilidade do Município de Palmas – PR no ano de 2015.

As entrevistas foram agendadas e realizadas no mês de dezembro de 2015. Para a análise e apresentação dos dados os escritórios de contabilidade foram tratados com a denominação de Entidade Contábil.

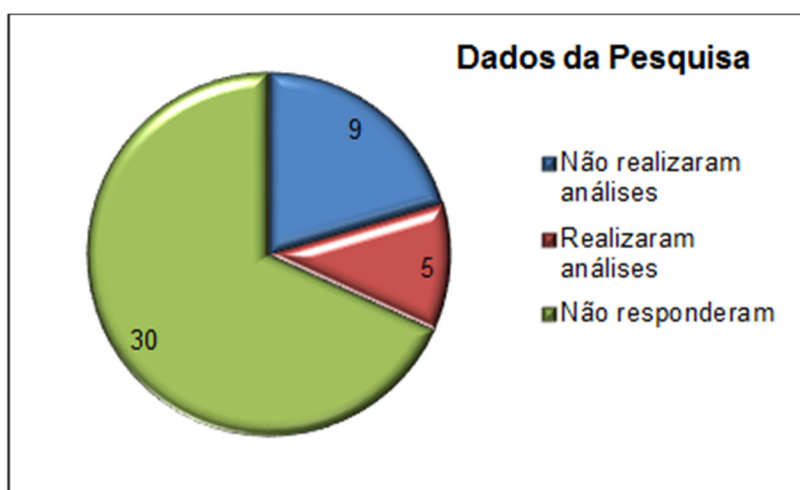
### **4 Resultados e discussão**



Neste item faz-se uma discussão de acordo com os resultados da pesquisa desenvolvida.

No intuito de demonstrar as respostas das entidades contábeis descreve-se na sequência considerando, Entidade Contábil 1, Entidade Contábil 2, Entidade Contábil 3, Entidade Contábil 4 e Entidade Contábil 5. Para expor o número de entidades contábeis respondentes da pesquisa, apresenta-se a Figura 1.

Figura 1. Entidades Contábeis pesquisadas.



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Das entidades contábeis pesquisadas, um total de 45 nas quais foram aplicadas as entrevistas, 30 não responderam, 9 (nove) não realizaram análises para opção do Simples Nacional Anexo VI e 5 (cinco) delas realizaram análises da viabilidade de optar pelo Anexo VI Simples Nacional. Destaca-se que as atividades são da área da saúde e serviços, são constituídas na forma de Sociedade Empresaria Limitada e Individual.

A **Entidade Contábil 1** destacou que 02 (duas) empresas após análise aderiram ao Anexo VI sendo as mesmas do ramo de atividade de Psicologia e Psicanálise, ambas possuem um funcionário, entretanto a alteração foi viável pois os impostos foram reduzidos considerando que o valor de retirada de pró-labore do Administrador é expressivo em relação a folha de pagamento dos funcionários já que a maior vantagem para as empresas é uma folha de pagamento consideravelmente alta.

Já a **Entidade Contábil 2** respondeu que 01 (uma) empresa do ramo de atividade de odontologia a qual era regime de tributação pelo Lucro Presumido, possui dois funcionários sendo a alteração para o Anexo VI viável pois além de diminuir o valor dos impostos, reduziu também a quantidade de guias a serem geradas mensal e trimestral.

Nas respostas da **Entidade Contábil 3** constam que 01 (uma) empresa após análises fez a opção pelo Anexo VI devido ao fato de ser

vantajosa já que houve uma diminuição no valor recolhido referente impostos, considerando que no antigo regime de tributação, somente um dos sócios fazia de retirada de pró-labore e após a opção os dois sócios passaram a fazer retirada de pró-labore, sendo que um deles aumentou ao valor da retirada mensal, além de possuir uma folha de pagamento considerável. Outra vantagem é a facilidade no trabalho considerando a desburocratização de algumas informações fiscais.

Com relação à **Entidade Contábil 4** o relato foi que 02 (duas) das empresas analisadas, sendo uma na área da saúde atuando como Clínica Ortopédica e outra no ramo Prestação de Serviços, Intermediação de Negócios, após planejamentos e estudos realizados juntamente com o contador responsável chegaram as seguintes conclusões:

- a) Clínica ortopédica: após estudos verificou-se que não havia viabilidade, nem vantagens quanto à alteração para o Anexo VI, pois a empresa acabaria recolhendo impostos com valores mais elevados do que o regime atual, pois a mesma não tem uma folha de pagamento com valores relevantes;
- b) Prestação de serviços – intermediação de negócios: conforme as análises, concluiu-se que também não era viável a alteração, pois haveria um pequeno aumento no valor dos impostos recolhidos, haja vista que a empresa possui uma folha de pagamento com valores baixos em relação ao faturamento, entretanto a empresa optou pela alteração mesmo sem vantagem referente valores pelo fato do Simples Nacional ser um tanto menos burocrático quanto as informações obrigatórias e acessórias a serem enviadas aos órgãos competentes e também pela unificação quanto ao recolhimento dos impostos devidos serem todos gerados em uma única guia.

No que se refere às respostas da **Entidade Contábil 5**, uma empresa no ramo de prestação de serviços que enquadram no Anexo III do Simples Nacional solicitou estudos sobre a viabilidade de migrar para o Anexo VI, já que sua atividade poderia ser enquadrada. Após estudos verificou – se a não viabilidade na alteração pelo fato da empresa ter apenas uma retirada de pró-labore no valor de salário mínimo federal e um funcionário. Vale ressaltar que no Anexo III o faturamento mensal atinge a faixa de 6% e no Anexo VI passaria 16,93 sendo esta a primeira faixa do referido anexo.

As 09 (nove) entidades contábeis que responderam não ter realizado análises de viabilidade e alteração na forma de tributação, destacaram que não possuem escrita contábil de empresas com atividades na área da saúde e serviços.

Das 30 entidades que não aceitaram responder a pesquisa, a justificativa foi similar. No momento do agendamento relataram que devido aos fechamentos de final de ano não teriam tempo disponível para responder a pesquisa.

## 5 Considerações finais

Observou-se que além da simplificação dos trabalhos com relação às obrigações acessórias, a principal vantagem quanto à alteração para o Anexo VI encontra-se em casos de pessoas jurídicas possuidoras de um valor de folha de pagamento expressivo bem como valores de pró-labore recolhidos na empresa, haja vista que o valor da Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) está incluso no percentual total de cada uma das faixas de tributação do Anexo VI, pois a alíquota presente no referido anexo conforme regulamentação estabelecida inicia em 16,93% do faturamento indo até 22,45% incluindo a CPP tornando a carga tributária um tanto quanto alta em relação aos anexos já existentes do Simples Nacional.

Em resposta ao presente problema da pesquisa, observou-se que houve viabilidade na maior parte das empresas pesquisadas voltando-se a diminuição dos valores recolhidos de impostos, pois quanto maior o valor da folha de pagamento de acordo com o faturamento da empresa haverá diminuição no valor dos impostos a serem recolhidos pelo fato da alíquota do CPP já estar inclusa desde a primeira faixa a ser aplicada.

Voltando-se para o impacto do novo anexo, observou-se que houve simplificação das informações e um significativo aumento na quantidade de beneficiados, pois várias atividades que antes não poderiam aderir ao Simples Nacional, agora se enquadram com essa nova opção. Observou-se, porém que mesmo sem diminuir valores ou impostos algumas optaram pela devido desburocratização e necessidade de fornecer menos informações ao órgão competente.

Entende-se que entre outros, um possível motivo de algumas das entidades contábeis empresas pesquisadas não terem aderido à alteração para o novo anexo do Simples Nacional, se deve pelo fato da perda do prazo para opção pelo Simples Nacional que se dá até o dia 31 de janeiro e cada ano, caso não seja efetuada até esta data poderá ser solicitada alteração somente no próximo ano calendário.

Conclui-se que após o estudo do Anexo VI pesquisas efetuadas e uma análise sobre as empresas que efetuaram a alteração, observou-se viabilidade em alguns casos na opção pelo novo Anexo do Simples Nacional.

## Referências

BEUREN, I. M. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL ECONÔMICO. **Nova Abrangência do Simples Nacional**. Disponível em: <<http://brasileconomico.ig.com.br/negocios/pme/2014-09-16/nova-abrangencia-do-simples-nacional-pode-trazer-desvantagem-para-mpes.html>>. Acesso em: 29/01/2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 147**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp147.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp147.htm)>. Acesso em: 22/11/2015.

EXAME ABRIL. **Como Fazer Planejamento Tributário**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/pme/noticias/como-fazer-um-planejamento-tributario/>>. Acesso em: 29/12/2015.

GUIA TRIBUTÁRIO. **Regimes de tributação no brasil**. Disponível em: <[guiatributario.net](http://guiatributario.net)>. Acesso em: 29/12/2015

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Normas de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos**. Disponível em: <[http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas\\_ifpr\\_completa\\_alta\\_impressao.pdf](http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas_ifpr_completa_alta_impressao.pdf)>. Acesso em: 13/12/2015.

JORNAL DO BRASIL. **Novas Regras do Simples Nacional Beneficiam Empresas do Setor de Serviços**. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/informe-cnc/noticias/2014/09/08/novas-regras-do-simples-nacional-beneficiam-empresas-do-setor-de-servicos/>>. Acesso em: 29/12/2015.

OLIVEIRA, L. M. de et al. **Manual de Contabilidade Tributária**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **Planejamento Tributário**. Disponível em: <[www.portaltributario.com.br/artigos/planejamento](http://www.portaltributario.com.br/artigos/planejamento)>. Acesso em: 29/12/2015

RECEITA FEDERAL. **Perguntas e Respostas**. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/Perguntas/Perguntas.as>>. Acesso em: 20/12/2015.

RECEITA FEDERAL. **Manual PGDAS**. Disponível em: <[http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arquivos/manual/Manual\\_PGDas.pdf](http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arquivos/manual/Manual_PGDas.pdf)>. Acesso em: 06/12/2015.

SEBRAE - **Observatório da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/Conhe%C3%A7a-o-Observat%C3%B3rio-da-Lei-Geral-da-Micro-e-Pequena-Empresa>>. Acesso em: 06/12/2015.

## ANALISE DOS CUSTOS EM UMA EMPRESA DE MOVEIS SOB MEDIDA.

Cristina de Fatima Arruda Souza – (e-mail: (criskasouza@hotmail.com))<sup>1</sup>

Vanessa Maciel – (e-mail: (vanemaciell@hotmail.com))<sup>2</sup>

Antônio Cecílio Silvério – (e-mail: (antonio.silverio@ifpr.edu.br))<sup>3</sup>

<sup>1 2 3</sup>Curso de Ciências Contábeis – IFPR Campus Palmas

**Resumo:** As empresas com fins lucrativos buscam executar suas atividades com o menor custo possível, sem deixar de prosseguir atendendo as exigências de seus clientes. Um ramo de atividade que vem se destacando é o da indústria mobiliária decorrente da necessidade de espaços compactos que a globalização impõe o que estimula a procura por moveis planejados aumentando significativamente a demanda deste ramo. Em virtude de que seus produtos são específicos, os valores agregados a estes não competem com produtos de varejo, e cabe as empresas deste setor qualificarem-se tanto no processo de produção quanto no processo de tomada de decisão. O objeto de estudo, trata-se de uma microempresa, qual possui um pequeno controle dos gastos, seu preço é formado com a formula clássica, que dá ao empresário a ilusão de lucro, já que nesta não se considera todos os custos e despesas. Diante disso focou-se na classificação dos custos e despesas, na escolha de um sistema de custeio baseado nos objetivos desejados pelo empresário, e na formação de preço conforme a formula de markup. Com base nos resultados será demonstrado o devido valor da contabilidade de custos a administração de uma entidade.

**Palavras-chave:** Custo, Mercado, Preço de venda, competitividade.

**Abstract:** The for-profit companies seek to run their activities at the lowest possible cost, while further meeting the requirements of its customers. A hive of activity that has stood out is the furniture industry, due to the need of compact spaces that globalization imposes which stimulates the demand for furniture designed by significantly increasing the demand for this branch. Because its products are specific, the aggregate values of these do not compete with retail products, and it is up companies in this sector to qualify both in the production process and in the decision-making process. The object of study, it is a micro-enterprise, which has a small control of spending, its price is formed with the classic formula, which gives the business owner the illusion of profit, since this is not considered all costs and expenses. Therefore focused on the classification of costs and expenses, the choice of a funding system based on desired goals by the entrepreneur, and the pricing formula as markup. Based on the results it will be shown the proper value of cost accounting management of an entity.

**Keywords:** Cost, Market, Sale price, competitiveness.

## **Introdução**

Com o crescimento da população e da globalização as pessoas buscam cada vez mais espaços compactos, úteis e personalizados, tornando assim o mercado de moveis sob medida essencial. A demanda deste mercado só aumenta, ter qualidade e preços reais diferencia e assegura a continuidade das entidades deste setor. E a forma mais direta de se alcançar esses quesitos é possuir a contabilidade de custos e tela implantada da maneira correta (OLIVEIRA; FREITAG E CROZATTI, 2006).

Com a finalidade de auxiliar a empresa na análise de cada produto modificado e reduzindo o máximo de custos variáveis e adotando soluções para aperfeiçoamento da produção, até a venda de seu produto ao consumidor final. Diante disto quais os resultados podem ser obtidos na aplicação da contabilidade de custos em uma empresa de fabricação de moveis sob medida?

Com intuito de responder a questão problema o objetivo geral do estudo é de analisar e aplicar um sistema de custeio a gestão de custos de uma fábrica de móveis sob medida, situada no município de Palmas, Paraná. Com os objetivos específicos de identificar o sistema de produção utilizado pela empresa e realizar os cálculos dos custos de produção gerados bem como demonstrar como os custos são acumulados.

A importância deste trabalho está em mostrar a possibilidade de soluções para os problemas da gestão dos custos da empresa pesquisada. Assim podendo, reduzir os custos, melhorando a qualidade, diminuir o tempo de fabricação e aumentando a eficiência e o grau de satisfação dos clientes, fazendo assim com que a empresa cresça e fortaleça sua participação no mercado de móveis sob medida.

## **Referencial Teórico**

A frente do que se trata este trabalho, evidenciaremos o referencial teórico usado no estudo.

### **Contabilidade de custos**

Com a inicialização das fabricas sentiu-se uma fragmentação na contabilidade, já que os produtos sofriam modificações, e não se tinham como estimar o valor destes novos produtos, a contabilidade de custos surgiu então com a finalidade de sanar essa nova barreira na vida empresarial (MARTINS, 2010).

Ela oferece ao seu usuário a possibilidade de analisar o produto, bem ou serviço e os valores a ele agregados, já que o enfoque dado aos custos influencia diretamente resultado da empresa (VICECONTI E NEVE, 2013, p. 42).

Para a fabricação de um bem ou prestação de serviço a um investimento de tempo, mão de obra e materiais, e tudo que for utilizado neste



processo é reconhecido como custos, assim como Martins, (2010, p. 25) define: “gastos relativo à bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços”.

Vale salientar alguns conceitos primordiais a contabilidade de custos. Sendo assim consideram-se custos, também segundo as palavras de Martins, (2010, p. 27): todo “sacrifício na produção”. Despesas é todo gasto que há pós produção, sobre isto Viceconti e Neves (2013, p.14) citam que “no momento da venda, os custos se transformam em despesas, em obediência ao Princípio da Competência”.

Conhecer as definições corretas de despesa e custos é primordial a quem vai incorporar e manusear um sistema de custeio. Visando que a incerteza na hora da classificação altera significativamente os resultados do processo.

#### Classificação dos custos

Há custos que estão relacionados à produção, porém não estão diretamente ligadas a ela, e cabe ao gestor fazer a correta classificação desses gastos para que a contabilidade de custos seja utilizada da forma correta (MARTINS, 2010).

Para uma adequada classificação, existem dois sistemas principais, onde o gestor deve saber diferenciar custos diretos dos indiretos, na qual consiste na classificação pelos produtos fabricados. E Custos fixos dos custos variáveis em que levam em consideração os níveis de produção (VICECONTI E NEVES, 2013, p. 19).

Está classificação de fixo, variável, direta e indireta irá suprir algumas das informações que o sistema de custeio escolhido necessita para dar suporte à administração.

#### Custos diretos e custos indiretos

Martins (2010, p. 49) “toda vez que é necessário utilizar qualquer fator de rateio para a apropriação ou cada vez que há o uso de estimativas e não de medição direta, fica o custo incluído como indireto”.

Os custos que são simplesmente identificados e agregados ao produto, são conhecidos como custos diretos, e os custos indiretos são aqueles que fazem parte da produção porém não são facilmente mensurados por unidade produzida, precisa-se então de um sistema de rateamento (divisão).

#### Custos fixos e custos variáveis

Independente da produção alguns custos, como o aluguel, que não variam por unidade produzida, são classificados como custos fixos.

Sobre os custos variáveis, Viceconti e Neves (2013, p. 20), afirmam: “Se não houver quantidade produzida, o custo variável será nulo”, ou seja, custos variáveis são aqueles que se alteram conforme o volume de produção, no caso clássico matéria – prima.

#### Sistemas de Custeio

Logo após a classificação dos gastos, é necessário um sistema de custeio para interpretar as informações que por eles poderão ser passadas. Sobre isto Struett e Souza (2002, p. 2) afirmam que: “O sistema de custeio é



uma ferramenta de gestão que dá suporte a administração em diversos aspectos”, tornando assim uma peça fundamental.

Existem varias formas de custeio, que variam conforme o objetivo desejado. Biasio (2005, p. 2) relata: “... existe um sistema que melhor responde a necessidade. Se a empresa tem apenas um tipo específico de objetivo, fica fácil escolher qual o sistema a ser implantado.” Os mais utilizados são: Custeio por Absorção, Custeio Direto, Custeio por Ordem de Produção, Custeio Padrão, Marginal, ABC, RKW.

Neste trabalho terá maior enfoque no custeio por ordem de produção, em virtude da entidade objeto deste estudo de caso ser de moveis sob medida.

Custeio por ordem de produção

Segundo Berti (2009, p. 27) o sistema de custeio por ordem de produção configura-se no somatório dos gastos (recursos) envolvidos com insumos (matéria-prima, material secundário, mão-de obra direta, etc.), sendo apropriado diretamente na ordem de produção relacionado aos produtos que serão produzidos.

A produção intermitente pode ser repetitiva (em serie) ou não repetitiva, neste estudo de caso ela será não repetitiva que é quando as ordens são diferentes uma das outras, como encomenda e projetos específicos. Todos os custos a partir da emissão da ordem para a produção serão computados tais como mão de obra, matéria prima e custos indiretos de fabricação, pois a produção só é inicializada quando a venda for efetivada.

Dessa forma, pode-se dizer resumidamente que na ordem de produção conforme MARTINS, (2003, p.144):

Se produz atendendo a encomendas dos clientes, ou então, produz também para venda posterior, mas de acordo com determinações internas especiais, não de forma contínua, já se terá incluído entre as de Produção por Ordem.

Sendo assim cada produto possuirá uma ordem de produção especifica que ela poderá ser para estocagem para revender posteriormente ou por encomenda do cliente que é o caso da empresa estudada.

produção continuada x por ordem de produção

A diferença encontrada nos dois sistemas de custeio de ordem e de produção ou produção continua está na atividade desenvolvida pela empresa, pois quando a produção é por ordem a empresa programa sua produção a partir de uma encomenda especifica de um cliente, na produção continua é quando a produção é uniforme não se é determinado o custo para grupos diferentes ou produto individual, pois a empresa produz para estoque e não para atender encomendas especificas.

Markup multiplicador

A partir do sistema de custos é possível produzir informações uteis compatíveis com a politica de preços da empresa que pode ser fixado com base nos seus custos, sendo possível calcular o preço a partir do custo do bem ou serviço. Nesse custo irá se agregar a margem denominada Markup, que

será estimada para cobrir os gastos não incluídos no custo e comissões incidentes sobre o preço e o lucro desejado.

Assim como Santos salienta (2000, p.191):

O Markup tem por finalidade cobrir as contas: Imposto sobre venda; comissão sobre vendas; Imposto sobre vendas; contribuições sobre vendas; taxas variáveis sobre vendas; despesas administrativas fixas; despesas de vendas fixas; custos indiretos de produção fixos; lucro.

Para se alcançar os resultados esperados há uma formula a ser aplicada:

$$MARKUP = \frac{100}{[100 - (CT + IMP + L)]}$$

No qual 100 representa o preço unitário total de venda em percentual, CT percentual de custo total fixo o qual já estará aplicado todos os custos fixos e variáveis e despesas fixas e variáveis; IMP é o percentual dos impostos e LP para margem de lucro pretendida.

### **Materias e metodos**

Este estudo refere-se a uma pesquisa bibliográfica, pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa e com estudo de caso. Em relação à pesquisa bibliográfica segundo Gil (2010, p. 30) “são aquelas desenvolvidas a partir das contribuições de diversos autores acerca de determinado assunto...”, foram pesquisados livros e artigos científicos sobre o tema abordado, bem como foi elaborado uma entrevista com o empresário da entidade selecionada para o estudo.

Gerhardt e Silveria (2009, p. 32) define pesquisa qualitativa sendo como um ato de explicar os fatos, já Sampieri; Collado e Lucio (2003, p.30) definiram a pesquisa quantitativa como uma ferramenta para provar teorias, através do uso de medições e a estatística. Este estudo tem a finalidade de apontar os pontos positivos de fazer-se uso da contabilidade de custos evidenciando em tabelas os custos e despesas ocorridas.

Com base nos dados coletados desenvolveu-se um estudo de caso que Segundo Yin (2015, p. 4) “permite que os investigadores foquem um “caso” e retenham uma perspectiva holística e do mundo real”. Os dados coletados referem-se a três ordens de serviços expedidos no período de Novembro de 2015 à Janeiro de 2016 por uma empresa situada no município de Palmas – PR que atua no ramo de indústria mobiliária.

O instrumento da pesquisa foram basicamente documentos, tabelas e relatórios disponibilizados pela entidade, livros e artigos científicos sobre o tema abordado. Para a apresentação dos resultados foi utilizado tabelas.

### **Resultado e discussão do estudo de caso**

Depois de explanado os métodos e tipos de pesquisas utilizadas para o desenvolvimento do estudo, segue-se então com resolução do problema, objeto deste trabalho. Serão utilizadas três ordens de serviços, na qual compete a três produtos, que são eles: uma cozinha modular, um painel para sala e um balcão para banheiro.

Primeiro passo é à coleta dos dados, para que assim ocorra a devida classificação de custo e despesas. Tomando cuidado sempre em saber diferenciar custos variáveis dos fixos, diretos dos indiretos, bem como despesas fixas das variáveis.

CUSTOS fixos e despesas fixas e variáveis

Os custos fixos serão rateados conforme as horas de produção de cada produto. Segue abaixo:

**Tabela 1 - Custos Fixos**

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
MÃO DE OBRA E ENCARGOS	R\$ 4.310,36
ALUGUEL	R\$ 800,00
INTERNET	R\$ 53,00
TELEFONE	R\$ 80,00
ALVARÁ E VIGILANCIA SANITARIA	R\$ 42,12
AGUA	R\$ 0,00
IPTU	R\$ 0,00
IPVA E SEGURO OBRIGATORIO	R\$ 12,12
DEPRECIACÃO	R\$ 898,99
<b>TOTAIS CUSTOS FIXOS</b>	<b>R\$ 6.196,59</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

A mão de obra direta está classificada como custo fixo diante do fato de que a entidade não possui um relógio ponto, e nem outra forma de medir a quantidade de horas utilizada em cada produto, impossibilitando assim a distribuição sem a utilização de alguma forma de rateio, referente a isto Martins (2010, p. 133) salienta: “Se recorrer a qualquer critério de rateio ou estimativa, configura-se, para efeito contábil, em indireta”. Foram agregados, conforme o princípio da competência, na conta de mão de obra e encargos os valores de salário, 13º salário e férias, proporcionais ao de um mês.

O valor declarado a alvará e vigilância sanitária são os proporcionais a de um mês. Os valores zerados referentes à água e IPTU dão-se pelo motivo da empresa possuir um poço artesiano, e o IPTU conforme contrato de aluguel, é de responsabilidade do proprietário do imóvel.

IPVA e seguro obrigatório é referente a 40% da parcela de um mês, visto que o veículo é utilizado com maior frequência com a administrativa que com a fábrica.

A empresa possui oito máquinas pesadas, e a depreciação é pelo método linear, que será o valor de cada máquina dividida por sua vida útil que foi predeterminado em 5 (cinco) anos, qual será amortizado mensalmente nos custos, vale ressaltar que a empresa possui ferramentas leves que possui uma vida útil de 1 (um) ano. De tal maneira foi considerada 40% do valor proporcional à amortização de um mês do veículo da entidade, visto que é

utilizado tanto na produção quanto na entrega dos produtos, com uma vida útil de 10 (dez) anos.

Para o rateio dos custos fixos foi utilizado o método de horas de produção, na qual a cozinha levou-se 20 horas, o painel da sala 8 horas e o balcão de banheiro 6 horas.

Constatou-se então que a cozinha modular absorveu dos custos fixos um valor de R\$ 3.655,99 que corresponde a 59%, ficando em segundo lugar o painel da sala com 23% sendo R\$ 1.425,22, e o balcão de banheiro com 18% qual resulta no valor de R\$ 1.115,39.

Pode-se notar que os custos fixos basicamente é composto pela mão de obra direta e seus encargos e depreciação.

Para as despesas fixas e variáveis será utilizado o rateio pelas horas de entrega, no qual foram utilizados 8 horas de entrega para cozinha modular, 4 horas para o painel da sala e 2 horas para o balcão do banheiro. Conforme tabelas abaixo:

**Tabela 2 Despesas Fixas e Despesas Variáveis**

DESPESAS FIXAS	
DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
IMPOSTOS FEDERAIS	R\$ 194,60
HONORARIOS CONTABEIS	R\$ 300,00
COMBUSTIVEL	R\$ 387,00
MATERIAIS DE EXPEDIENT	R\$ 100,00
IPVA E SEGURO OBRIGATORIO	R\$ 18,18
DEPRECIACÃO	R\$ 189,00
<b>TOTAL DESPESAS FIXAS</b>	<b>R\$ 1.188,78</b>
DESPESAS VARIÁVEIS	
DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
COMBUSTIVEIS	R\$ 36,50
VIAGENS E ESTADAS	R\$ 0,00
<b>TOTAL DESP. VARIÁVEIS</b>	<b>R\$ 36,50</b>
<b>TOTAL DE DESPESAS</b>	<b>R\$ 1.225,28</b>

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em relação as despesas fixas, por ser uma entidade optante pelo sistema de tributação do Simples Nacional, conforme Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006, os impostos federais são todos aglomerados em uma alíquota única, disponibilizadas pela Receita Federal. A entidade, objeto deste estudo, iniciou suas atividades em treze de outubro de dois mil e quatorze, porém manteve-se alguns períodos sem movimento, devido a isso ela ainda não encerrou o ano contábil com a receita bruta de R\$ 180.000,00 consequentemente a sua alíquota atual é de 3,5%.

Honorários contábeis referem-se à mensalidade dos serviços prestados no mês de dezembro de 2015, período utilizado para produção do produto. IPVA e seguro obrigatório e referente a 40% da parcela de um mês, visto que o veículo é de uso da parte administrativa e da fabrica.

A depreciação é referente à metade da amortização proporcional a de um mês, decorrente que o veículos e utilizado tanto na produção quanto na administração da entidade. Utilizou-se o pelo método linear, com a vida útil de 10 anos.

Despesas variáveis obedecem à quantidade de unidade vendida, e decorrente da necessidade de se entregar o produto ao local desejado pelo consumidor a uma despesa com combustível e viagens e estadas, qual se encontra com valor zerado em virtude de que o local desejado para a instalação dos três produtos está localizado na cidade cede da empresa, Palmas-PR. E referente a combustível houve corridas que somam 80 km para a entrega dos três produtos.

Sendo assim a cozinha modular incorporou 57% do valor, qual corresponde a R\$ 700,16, o painel de sala 29% sendo R\$ 350,08 e o balcão de banheiro 14% o qual resultou em R\$ 175,04.

#### CUSTOS VARIÁVEIS

Enquadrando-se conforme explanado no referencial teórico, todo gasto ocorrido diretamente com o produto, matéria-prima e insumos necessários para a fabricação do bem. Os dados foram coletados com o empresário através de informações contidas em Notas Fiscais, relatórios e tabelas administrativas.

##### Cozinha modular

Constam na tabela a seguir todos os insumos necessários para a fabricação da cozinha modular.

TABELA 3 – CUSTOS VARIÁVEIS COZINHA MODULAR

DESCRIÇÃO	QUANT	UND	VALOR UNT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Perfil de alumínio p/ porta de vidro	1	und	r\$ 78,00	r\$ 78,00
Esquadetas 45°	8	und	r\$ 4,50	r\$ 36,00
Vidros 30x75	2	und	r\$ 45,00	r\$ 90,00
Chapas de mdf branco 15 mm	5	und	r\$ 118,00	r\$ 590,00
Chapas de mdf preto 15 mm	2	und	R\$ 195,00	r\$ 390,00
Dobradiças	24	und	R\$ 1,80	R\$ 43,20
Pistão a gás	4	und	R\$ 7,90	R\$ 31,60
Corrediças telescópicas	6	und	R\$ 15,80	R\$ 94,89
Bucha	20	und	R\$ 0,36	R\$ 7,20
Parafusos 6.0 x 60	20	und	R\$ 0,32	R\$ 6,40
Parafusos 4x40	130	cento	R\$ 0,056	R\$ 7,28
Parafusos 4x25	200	cento	R\$ 0,048	R\$ 9,60
Parafusos 3,5x16	200	cento	R\$ 0,03	R\$ 6,40
Fita de borda branca 22 mm	100	m	R\$ 0,27	R\$ 27,00
Fita de borda preta 22 mm	50	m	R\$ 0,48	R\$ 24,00
Fita de borda preta 45 mm	12	m	R\$ 0,96	R\$ 11,52
Perfil puxador de alumínio	10	m	R\$ 14,35	R\$ 143,50
Cola	500	g	R\$ 0,0156	R\$ 7,80
Energia Elétrica	20	h	R\$ 5,50	R\$ 110,00
Combustível	20	km	R\$ 0,46	R\$ 9,20
<b>total custos variáveis</b>				<b>R\$ 1.723,59</b>

Fonte: Elaborado pelas Autoras

Conforme pode se observar os insumos são aglomerados ao custo do produto conforme quantidade utilizada, os preços unitários foram obedidos conforme notas fiscais e rateado seguindo o tipo de unidade, ou seja, a cola é comprada por quilo a R\$ 15,63 mas para produzir este produto foi utilizado 500 gramas, então houve a transferência do valor em quilo por grama, para que seja agregado ao produto fabricado apenas o valor utilizado para produzi-lo.

A energia elétrica corresponde as 20 horas utilizadas para a produção deste produto. Com a atividade exercida é preciso ter as medidas exatas do local desejado para a instalação do produto, a distância entre a empresa e o local destino é de 10 km, conforme preço da gasolina atual, e que o veículo faz uma média de 0,46 centavos por quilômetros, houve um custo de R\$ 9,20, vale ressaltar que está sendo levado em conta a ida e volta.

Painel de sala

Seguem-se abaixo os insumos utilizados na fabricação do painel da sala.

TABELA 4 – CUSTOS VARIÁVEIS PAINEL DA SALA

DESCRIÇÃO	QUANT	UND	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Chapa de MDF branco ICE Land 15 mm	1	UND	R\$ 215,00	R\$ 215,00
Parafusos 6.0x60	10	UND	R\$ 0,32	R\$ 3,20
Bucha	10	UND	R\$ 0,36	R\$ 3,60
Chapa de MDF antiqua. 15 mm	3	UND	R\$ 173,00	R\$ 519,00
Corrediça telescópica 45º	2	UND	R\$ 15,80	R\$ 31,60
Parafusos 4x40	100	CENTO	R\$ 0,056	R\$ 5,60
Parafuso 4x25	80	CENTO	R\$ 0,048	R\$ 3,84
Parafusos 3,5x16	30	CENTO	R\$ 0,032	R\$ 0,96
Fita de borda 100 mm antiqua.	20	M	R\$ 14,00	R\$ 280,00
Fita de borda 22 mm branca	20	M	R\$ 0,48	R\$ 9,60
Cola	500	G	R\$ 0,0156	R\$ 7,80
Energia Eletrica	8	H	R\$ 5,50	R\$ 44,00
Combustivel	34	KM	R\$ 0,46	R\$ 15,51
<b>TOTAL CUSTOS VARIÁVEIS</b>				<b>R\$ 1.139,71</b>

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Os custos variáveis do painel da sala segue o mesmo padrão mencionado acima para a determinação do valor unitário. Ou seja, utilizando a unidade para determinar o preço unitário, exemplo, utiliza-se 80 parafusos de 4x25, porém a entidade adquiri caixa que contem cem unidades onde paga-se R\$ 4,80 transformou-se então o valor por unidade para que assim seja agregado apenas o preço dos 80 parafusos utilizados neste produto.

Energia Eletrica corresponde as 8 horas utilizadas para a produção deste produto. Conforme já mencionado o combustivel refere-se a locomoção do responsável pela coleta das medidas do local onde será instalado o produto final, a distancia entre a empresa e o destino final do painel de sala é de 17 quilômetros.

Balcão banheiro

E finalizamos com os insumos utilizados na fabricação do balcão de banheiro.



TABELA 5 – CUSTOS VARIÁVEIS BALÇAO DE BANHEIRO

DESCRIÇÃO	QUANT	UND	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Chapa de MDF Porto 15 mm	1	UND	R\$ 195,00	R\$ 195,00
Corrediça Telesc	1	UND	R\$ 15,80	R\$ 15,80
Rodinhas de silicone	4	UND	R\$ 7,80	R\$ 31,20
Espelho 1x40	1	UND	R\$ 80,00	R\$ 80,00
Parafusos 60x60	5	UND	R\$ 0,32	R\$ 1,60
Buchas	5	UND	R\$ 0,36	R\$ 1,80
Parafusos 4x40	30	CENTO	R\$ 0,056	R\$ 1,68
Parafusos 3,5x16	15	CENTO	R\$ 0,032	R\$ 0,48
Fita de borda porto 100 mm	10	M	R\$ 14,00	R\$ 140,00
Cola	300	G	R\$ 0,0156	R\$ 4,68
Energia elétrica	6	H	R\$ 5,50	R\$ 33,00
Combustível	26	Km	R\$ 0,46	R\$ 11,86
<b>TOTAL CUSTOS VARIÁVEIS</b>				<b>R\$ 517,10</b>

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Assim como os outros dois produtos o balcão de banheiro também segue o contexto para a determinação do preço unitário.

A energia elétrica corresponde as 6 horas gasta para a produção deste produto. Com relação ao combustível entendem-se os 26 km que o responsável pela coleta das medidas tem que fazer, devido que a distancia entre a empresa e o local destino é de 13 km.

#### MARKUP Multiplicador

Após a tabulação e interpretação dos dados coletados será aplicado a formula do MARKUP. Conforme abaixo:

$$MARKUP = \frac{100}{[100 - (CT + IMP + L)]}$$

$$MARKUP = \frac{100}{[100 - (40,8 + 3,5 + 30)]} = 3,90$$

Para maiores esclarecimentos primeiramente coletou todos os dados necessários para a devida utilização da formula, no qual necessita do total dos

custos fixos correspondentes a hora de produção, ou seja, o valor dos custos fixos que é de R\$ 6.196,59 dividido por 220 horas e multiplicado pelas 34 horas de produção, com as despesas fixas e variáveis também utilizou o mesmo processo porém aplicou-se a hora entrega, que são 14 horas. Somaram-se então todos os custos variáveis e os resultados dos processos mencionados acima e dividiu-se com a soma total de custos e despesas para que chegar à porcentagem de 40,88% correspondente à Custo Total.

O valor que consta no IMP da fórmula é correspondente aos impostos da entidade, por ela ser simples nacional todos os impostos estão embutidos na alíquota de 3,5%. E no lucro a porcentagem esperada pelo empresário.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O mercado é dinâmico e flexível e exige dos seus membros uma atitude igualitária, possuir um controle eficiente de seus custos amplifica suas probabilidades de continuar na ativa. Diante disto quais os resultados podem ser obtidos na aplicação da contabilidade de custos em uma empresa de fabricação de moveis sob medida?

A fim de obter uma resposta sobre a questão problema aplicou-se, em uma entidade deste setor, um sistema de custeio que permite adotar a taxa markup para a formulação de preço de venda. Através de entrevista com o empresário e pesquisa em NF's foi possível fazer a classificação de todos os custos e despesas que a entidade possui.

Averiguou-se que o sistema que a empresa estudada utiliza atualmente consiste na formulação de preço de venda com uma taxa de 2,5 aplicada em seus custos variáveis, sendo que ele não leva em consideração todos os custos e despesas. Porém se aplicar esta mesma taxa nos custos variáveis da cozinha modular gera o preço de venda de R\$ 4.308,97, entretanto este produto deve absorver 59% dos custos fixos, 57% das despesas fixas e variáveis bem como seus custos variáveis, evidenciando assim que não a liquidação de todos os gastos que é de R\$ 6.079,74.

Contudo a solução dada ao problema será a utilização da fórmula markup para a elaboração do preço, que aplicados aos mesmos custos variáveis da cozinha modular de R\$ 1.723,59 resulta em um preço de venda de R\$ 6.722,00. Diante disto fica claro que a entidade absorve um prejuízo pelo produto de 10,57%.

Ainda assim a taxa de markup encontrada está alta devido à empresa não possuir controle da mão de obra por hora utilizada em cada produto, à classificação inadequada desta ocasiona um valor de custos fixos elevado, provocando um aumento excessivo da taxa. Sendo que o correto seria apenas alocar o valor da mão de obra diretamente no produto conforme horas utilizadas em cada um dos mesmos.

Por conseguinte, para garantir a continuidade da empresa é necessário que o empresário siga as sugestões dadas, bem como procurar maiores

orientações para auxiliar nas tomadas de decisões baseando-se nos conhecimentos contábeis.

## REFERENCIAS

BERTI, A. **Contabilidade e Analise de Custos**, Curitiba: Juara, 2009

BIASIO, R. **Uma discussão sobre a possibilidade da unificação de vários sistemas de custeio existentes em um único sistema múltiplo de custeio, com o objetivo de agregar as vantagens e reduzir as desvantagens apresentadas quando os sistemas são utilizados isoladamente**. Disponível em: <<http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2134/2134>> Acesso em 13 de Janeiro de 2016.

GERHARD, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em 10 de Janeiro de 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**, São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Normas de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos**. Disponível em: <[http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas\\_ifpr\\_completa\\_alta\\_impressao.pdf](http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas_ifpr_completa_alta_impressao.pdf)>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2016.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**, São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade de Custos**, São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, G. L.; FREITAG, V. C.; CROZATTI, J. **Custeio Baseado em Atividade**: um estudo de caso em fabrica de moveis para escritório. Disponível em: <[http://www.dcc.uem.br/semana2006/anais2006/Anais\\_2006\\_arquivo\\_16.pdf](http://www.dcc.uem.br/semana2006/anais2006/Anais_2006_arquivo_16.pdf)> Acesso em 05 de Dezembro de 2015.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**, Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, J. J.; **Analise de Custos: remodelando com ênfase para custo marginal, relatórios e estudo de caso**, São Paulo: Atlas, 2000.

SOUZA, G. E.; ANZILAGO, M.; BEUREN, I, M. **A percepção habilitante dos gestores de seus sistemas de custeio se reflete no desempenho de tarefas?**. Disponível em:



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

<<http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3978/3979>> Acesso em 10 de Dezembro de 2015.

SOUZA, M. A.; DIEHL, C. A. **Gestão de Custos – Uma Abordagem Integrada Entre: Contabilidade, Engenharia e Administração**, São Paulo: Atlas, 2009.

STRUETT, M. A. M.; SOUZA, A. A. **Análise da Aplicabilidade do Custeio Baseado Em Atividades em Um Hospital Público**. Disponível em: <<http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2729/2729>> Acesso em 13 de Janeiro de 2016.

VICECONTI, P.; NEVES, S. das. **Contabilidade de Custos – Um Enfoque Direto e Objetivo**, São Paulo: Saraiva, 2013.

YIN, R. K. **Estudo de caso Planejamento e Métodos**. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=EtOyBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR1&dq=estudo+de+caso&ots=-j9hnnw-rB&sig=MP8KWiKmWtlWfY7UuSVA2TmEgTc#v=onepage&q=estudo%20de%20caso&f=false>> Acesso em 11 de Janeiro de 2016.

## ANÁLISE PRELIMINAR DA DIVERSIDADE DE FAMÍLIAS DE DIPTERA DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DOS CAMPOS DE PALMAS

Diane Cortese  
Adriana Couto Pereira  
IFPR - campus Palmas  
(adriana.rocha@ifpr.edu.br)

### RESUMO

A ordem Diptera é uma das ordens megadiversas de insetos, popularmente conhecidos por moscas e mosquitos. O presente trabalho visa conhecer as diversas famílias de Diptera, coletadas no Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas (RVS-CP), comparar a presença de cada família de acordo com o ambiente, mensurar a diversidade e a riqueza das principais famílias observadas e comparar os ambientes entre si. O material foi coletado com seis armadilhas Malaise, dispostas aos pares em três ambientes diferentes, campo aberto, borda de fragmento e interior de fragmento (mata). O material coletado foi armazenado em álcool 70%, triado e identificado segundo chave taxonômica. A riqueza de cada amostra foi calculada por Margalef (D). Foram coletados 3083 indivíduos, classificados em 39 famílias. A família mais abundante na coleta foi Sciaridae, com 1045 indivíduos coletados (33,9% do total), presente em todos os ambientes, em quantidades variadas. Tal valor pode ser explicado pelo hábito de voar agrupados em formações semelhantes a enxames. As famílias Dixidae, Heleomyzidae e Rhinophoridae foram as menos coletadas (N=1 para cada uma delas). Rhinophoridae e Dixidae são grupos pouco representativos na fauna brasileira. Heleomyzidae, família que apresenta 82 espécies descritas para a região neotropical, pode estar sub-representada na análise pela dificuldade de diagnosticar precisamente o grupo "Acalyptratae". A análise de riqueza indicou a B2 como armadilha mais rica (D=161,57), seguida por A2 (D=120,8). A diversidade de famílias foi maior nas armadilhas presentes na borda, o que confirma o resultado acima (A=31, B=59, C=45), sendo o ambiente interno de mata a área com menor diversidade de famílias, talvez por apresentar menor luminosidade e menor amplitude de espaço para voo, além de temperaturas mais baixas. O estudo conclui propondo que essas análises sejam continuadas em amostras obtidas em épocas sazonais diferentes, para averiguar o comportamento das famílias ao longo do ano.

**Palavras-chave:** Biodiversidade, Malaise, Diptera, Campos de Altitude.

### ABSTRACT

Diptera is one of the megadiverse insect orders, popularly known by flies and mosquitoes. This study aims to explore the various Diptera families collected in Refúgio da Vida Silvestre dos Campos de Palmas (RVS-CP), to compare the presence of each family according to the environment, to measure the diversity and richness of the leading families observed and comparing the environments to each other. The material was collected using six Malaise traps arranged in pairs in three different environments: open field, forest fragment edge and forest fragment inside. The collected material was stored in 70% ethanol solution, pinned and identified according to taxonomic key. The richness of each area was calculated by Margalef (D). We collected 3083 individuals, classified into 39 families. The most abundant family was Sciaridae, with 1045 individuals collected (33.9% of total), present in all environments, in varying amounts. This value can be explained by the habit of flying grouped into formations like swarms. The families Dixidae, Heleomyzidae, and Rhinophoridae were the least collected (N = 1 for each). Rhinophoridae and Dixiidae are underrepresented groups in the Brazilian fauna. Heleomyzidae family, that features 82 species described for the Neotropics, may be under-represented in the analysis by the difficulty of accurately diagnose the group "Acalypratae". Diversity analysis indicated the B2 as the most diverse trap (D = 161.57), followed by A2 (D = 120.8). The diversity of families was greater in these traps at the edge, which confirms the above result (A = 31, B = 59, C = 45), the internal of forest area showed lower diversity of families, perhaps have lower brightness and lower range of space to flight, as well as lower temperatures. The study concludes by proposing that such tests are continuing on samples taken in different seasons, to investigate the occurrence of families throughout the year.

**Keywords:** Biodiversity, Malaise, Diptera, Highland Fields.

## INTRODUÇÃO

A ordem Diptera é uma das ordens megadiversas de insetos, conhecidos por um grande número de variações linguísticas, mais popularmente por moscas e mosquitos. Lenko & Papavero (1996) listam 77 nomes populares para Diptera no Brasil.

É um grupo bastante estudado, com variados catálogos taxonômicos para diferentes regiões biogeográficas. A ordem apresenta cerca de 153.000 mil espécies descritas, além de algumas fossilizadas. Estas espécies estão divididas entre 160 famílias, a ordem contabiliza de 10 a 15% de toda a diversidade mundial. Somente na região neotropical são conhecidas mais de 31 mil espécies dentre 118 famílias. No Brasil estão presentes cerca de 8.700 espécies conhecidas atualmente, organizadas em 96 famílias, estes dados podem variar pela incipiência dos estudos (CARVALHO *et al*, 2012).

Em sua morfologia são caracterizados por possuírem duas asas funcionais, que são essenciais para taxonomia, e asas posteriores reduzidas conhecidas por halteres ou balancins. Este órgão tem como função o equilíbrio,



que confere estabilidade durante o voo (BUZZI, 2010). Possuem peças bucais do tipo sugador, picador-sugador e também sugador-lambedor; a antena desses insetos pode se diferenciar entre as famílias, pela forma ou número de antenômeros. Na fase adulta, seu tamanho pode ser bem diversificado, podendo chegar de 0,5mm em minúsculos Ceratopogonidae até grandes Mididae de 60mm de comprimento em regiões tropicais (CARVALHO et al, 2012).

As larvas em geral são ápodas e vermiformes, são encontradas em inúmeros habitats como rios, lagos ou em lagos de água salobra, existem algumas espécies cujas larvas se desenvolvem em tecidos vegetais, como no caso das famílias Agromyzidae e Tephritidae, e algumas causam galhas ou podem apresentar hábito minador de folhas (Cecidomyiidae) (CARVALHO et al, 2012).

Seu ciclo de vida pode variar dependendo das espécies, podendo viver de poucos dias até anos, como alguns Chironomidae que ocorrem na Antártica (CARVALHO et al, 2012). Os dípteros adultos podem viver isolados ou em aglomerações, e algumas espécies vivem em ambientes bastante peculiares como é o exemplo de Ephydriidae que vivem em salinas e alguns ainda são encontrados em poças de petróleo, podendo viver também nas sombras de árvores ou como ectoparasitas em aves (BUZZI, 2010).

Quanto à sua alimentação, algumas famílias apresentam espécies que se alimentam do néctar ou pólen das flores, que é o caso de Syrphidae e Bombyliidae, outros ainda de substâncias açucaradas secretadas pelos pulgões e as fêmeas de algumas espécies, como pode-se observar nas famílias Culicidae e Tabanidae, alimentam-se de sangue; outras, ainda, se alimentam de plantas ou animais em decomposição. (BUZZI, 2010; CARVALHO et al, 2012).

Esta ordem tem grande importância para o homem, tanto do ponto de vista médico, veterinário e até agrícola (BUZZI, 2010). Em um olhar antropológico, pode-se citar importância positiva, como moscas predadoras que atuam controlando a população de outras espécies de pragas, podendo ser utilizadas como controle biológico, seu potencial em indicadores de preservação ambiental, famílias polinizadoras, auxiliam na compreensão de processos genéticos, atuando ainda na elucidação de casos forenses onde sua ovulação e período larval são utilizados para definição do intervalo pós-morte (Calliphoridae), dentre outras; bem como importâncias consideradas negativas, atuando como vetores de doenças como a febre amarela (Culicidae), leishmaniose (Psychodidae), malária (Culicidae), também são transmissoras de patógenos, que causam cólera, disenteria e febre tifoide, sendo que muitas espécies como os Agromyzidae, Cecidomyiidae e Tephritidae são causadoras de danos em culturas agrícolas resultando em grandes prejuízos monetários ano a ano, prejudicando a produção de alimentos. Algumas espécies de dípteros podem ser utilizadas para ajudar na limpeza de ferimentos e assim acelerando a cura. Esse tipo de procedimento é conhecido por terapia larval e é utilizado em muitos países. Com tudo isso, pode-se perceber que é de



grande importância à realização de pesquisas e estudos com esta ordem (CARVALHO et al, 2012).

Como foi visto anteriormente, os dípteros vivem em diversos habitats, e uma das formas para estudá-los é capturando-os através de coletas, que utilizam diferentes tipos de armadilhas, o objetivo maior em se utilizar variadas formas de armadilhas, visa coletar maior diversidade de espécies (FILHO & JUNIOR, 2005). As coletas são de grande importância, pois através delas podemos obter informações a respeito da morfologia, identificação de espécies, ciclo de vida, ou de interações entre espécies, podendo ainda fazer confecções de coleções didáticas, e coleções científicas, e também estudar a abundância das espécies em uma determinada região (ALMEIDA et al, 2003).

Rafael (2002) descreveu as metodologias mais adequadas para a coleta dos diferentes grupos de Diptera, relacionando cada metodologia com o hábito do grupo a que se busca coletar. Cabe ressaltar as considerações a respeito de armadilha Malaise, metodologia utilizada no presente estudo.

A ordem Diptera é dividida em duas subordens: “Nematocera” e Brachycera. A subordem “Nematocera” inclui no geral os dípteros diminutos, conhecidos por borrachudos e mosquitos. Os adultos possuem antenas longas e com vários artículos que não se somam com escapo e o pedicelo uma característica plesiomórfica. As asas desse grupo são geralmente longas e estreitas. Algumas vezes as fêmeas possuem antena com poucas cerdas, já os machos tem antena plumosa. Esta subordem contém sete infraordens, e duas das quais são hematófagas: Psychomorpha e Culicomorpha. (Ahid, 2009).

A subordem Brachycera é bastante grande com dípteros robustos, que possuem antenas geralmente com três segmentos, (Ahid, 2009). Essa subordem se divide em diversas infraordens, organizados como Aschiza (sem sutura ptilinial) e Schizophora (com sutura ptilinial). Schizophora tem suas infraordens divididas em Calyptratae (presença de caliptra bem desenvolvida), e Acalyptratae (caliptras ausentes ou subdesenvolvidas) (CARVALHO et al, 2012).

O presente estudo tem por objetivo fazer levantamento das famílias e comparar a dipterofauna nos diferentes fragmentos do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas, coletados em três ambientes de formação florística distinta (mata, campo e borda), a fim de conhecer a diversidade e a riqueza das famílias de Diptera na região e dar suporte para estudos taxonômicos mais específicos.

## **OBJETIVO GERAL**

Conhecer as diversas famílias de Diptera, coletadas no Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas (RVS-CP).

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar as diferentes famílias de Diptera;
- Comparar a presença de cada família de acordo com o ambiente;
- Mensurar a diversidade e a riqueza das principais famílias observadas;
- Comparar os ambientes entre si;
- Fazer o levantamento das famílias coletadas no RVS-CP.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi realizado Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas (RVS-CP). Uma unidade de conservação e proteção ambiental integral, que se situa no município de Palmas, Paraná, que se encontra a aproximadamente 1035 metros de altitude.



Figura 01- Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas, fragmento de mata e campo nativo onde foram realizadas as coletas. Fonte: Autores

As coletas foram realizadas utilizando seis armadilhas Malaise dispostas em pares em três ambientes diferentes, denominadas A1 e A2 para fragmento dentro de mata, B1 e B2 borda de fragmento (entre campo e mata), e C1 e C2 para campo aberto, onde foram montadas e posicionadas no interior de cada fragmento de vegetação, com sete dias de antecedência. O material biológico foi coletado dia 09 de dezembro de 2013. Os ambientes foram caracterizados através da abertura de dossel e da análise visual da vegetação no entorno da armadilha.



Figura 02- Armadilha Malaise instalada em campo. Fonte: Autores

O material coletado foi armazenado em álcool 70%, e levado até o Laboratório de Estudos dos Campos de Altitude (Leca) do Instituto Federal do Paraná, campus Palmas para fazer a triagem em nível de família, onde foram identificados segundo a chave taxonômica proposta por Carvalho et al (2012). A equipe ocupou em torno de 65 horas de trabalho para realizar as identificações, levando em média 11 horas por armadilha, a riqueza e abundância de cada amostra foi calculada pelo índice de Margalef (D).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Foram coletados no total 3083 dípteros de 39 famílias diferentes (Tabela 1).

Tabela 01- Famílias encontradas por área, com o número de registros por área e a porcentagem do total que cada grupo representa.

	Área-A		Área- B		Área-C		Totais	
	N <sub>A</sub>	%N/T	N <sub>B</sub>	%N/T	N <sub>C</sub>	%N/T	Σ N	% T
Acaliptrata NI	2	0,06	210	6,81	20	0,65	232	7,53
Agromyzidae	0	0,00	4	0,13	1	0,03	5	0,16
Anthomyiidae	0	0,00	4	0,13	43	1,39	47	1,52
Asilidae	19	0,62	11	0,36	3	0,10	33	1,07
Bibionidae	0	0,00	1	0,03	1	0,03	2	0,06
Bombilidae	0	0,00	5	0,16	10	0,32	15	0,49
Calliphoridae	2	0,06	12	0,39	12	0,39	26	0,84
Cecidomyiidae	6	0,19	60	1,95	8	0,26	74	2,40
Ceratopogonidae	0	0,00	80	2,59	8	0,26	88	2,85
Chironomidae	7	0,23	35	1,14	3	0,10	45	1,46
Chloropidae	6	0,19	47	1,52	59	1,91	112	3,63
Clusiidae	0	0,00	2	0,06	0	0,00	2	0,06
Conopidae	0	0,00	2	0,06	1	0,03	3	0,10
Dixidae	0	0,00	0	0,00	1	0,03	1	0,03
Dolichopodidae	8	0,26	12	0,39	26	0,84	46	1,49
Drosophilidae	12	0,39	19	0,62	3	0,10	34	1,10
Empididae	9	0,29	9	0,29	0	0,00	18	0,58
Fanniidae	80	2,59	108	3,50	88	2,85	276	8,95
Heleomyzidae	0	0,00	0	0,00	1	0,03	1	0,03
Keroplastidae	0	0,00	46	1,49	1	0,03	47	1,52
Lauxaniidae	0	0,00	3	0,10	0	0,00	3	0,10
Limoniidae	5	0,16	6	0,19	7	0,23	18	0,58
Lygistorrhinidae	0	0,00	3	0,10	0	0,00	3	0,10
Muscidae	5	0,16	163	5,29	40	1,30	208	6,75
Mycetophilidae	0	0,00	22	0,71	1	0,03	23	0,75
Nematocera NI	3	0,10	0	0,00	0	0,00	3	0,10
Phoridae	63	2,04	109	3,54	6	0,19	178	5,77
Psychodidae	0	0,00	6	0,19	1	0,03	7	0,23
Rhinophoridae	0	0,00	0	0,00	1	0,03	1	0,03
Sarcophagidae	5	0,16	44	1,43	99	3,21	148	4,80
Scatopsidae	3	0,10	1	0,03	6	0,19	10	0,32
Sciaridae	596	19,33	429	13,92	20	0,65	1045	33,90
Sepsidae	0	0,00	2	0,06	8	0,26	10	0,32

Simuliidae	0	0,00	0	0,00	2	0,06	2	0,06
Sphaeroceridae	8	0,26	98	3,18	0	0,00	106	3,44
Syrphidae	2	0,06	20	0,65	20	0,65	42	1,36
Tabanidae	11	0,36	61	1,98	0	0,00	72	2,34
Tachinidae	3	0,10	33	1,07	34	1,10	70	2,27
Tephritidae	1	0,03	2	0,06	0	0,00	3	0,10
Tipulidae	0	0,00	8	0,26	6	0,19	14	0,45
Ulidiidae	1	0,03	0	0,00	9	0,29	10	0,32
39 famílias	857	27,80	1677	54,40	549	17,81	3083	100

A Tabela 1 indica as famílias identificadas nas amostras coletadas, onde foi feita a soma das armadilhas (A1+ A2), (B1+ B2), (C1+ C2). Como podemos perceber na tabela, 235 indivíduos não foram identificados satisfatoriamente até o nível de família, por estarem danificados (especialmente asas e antenas). O grupo "Acalypratae" representou 99,1% do material não identificado, por ser constituído principalmente de dípteros pequenos e muito semelhantes entre si, cuja diagnose se dá muitas vezes através de quetotaxia (análise das cerdas presentes na cabeça e corpo do indivíduo), o que foi enormemente dificultado em função do material óptico disponível para realizar o estudo. Os demais não identificados são do grupo "Nematocera", indivíduos de corpo delgado e frágil, que foram danificados durante o manuseio da coleta.

	A1	A2	B1	B2	C1	C2
S	13	18	27	32	32	13
N	47	810	539	1138	505	44
D	11,95	120,8	85,54	161,57	80,97	11,36

Tabela- 02: Medidas de diversidade e riqueza de cada armadilha, e Número total de indivíduos por armadilha (índice de Margalef) (N = número de indivíduos coletados; S = número de famílias coletadas; D = índice de Margalef).

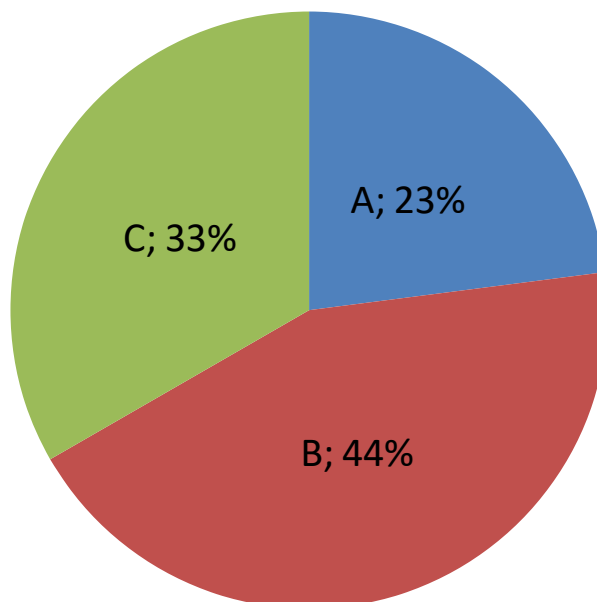


Gráfico 01- Representativo da diversidade de famílias, por soma das áreas.

Comparativamente, a área que apresentou maior diversidade de famílias foi a borda de mata (B), conforme o gráfico e tabela acima. A área B apresentou 59 famílias, o que corresponde a 44% da diversidade, enquanto a área fragmento de mata (A) apresentou 31 famílias, o que representa somente 23% da diversidade. A área de campo (C) supera a área (A), apresentando um número de 45 famílias encontradas, com 33% da diversidade. A justificativa para a menor diversidade na área A pode ser por apresentar menor luminosidade e menor amplitude de espaço para voo, além de temperaturas mais baixas, enquanto os fragmentos de campo apresentam temperaturas mais elevadas e grande espaço de voo, com grande quantidade de flores atraindo dípteros polinizadores em busca de recursos.

A análise de riqueza, mostrada na tabela 02 acima indicou a B2 como armadilha mais rica ( $D=161,57$ ), seguida por A2 ( $D=120,8$ ). Esse resultado corrobora a hipótese do ambiente de borda ser mais rico por apresentar características intermediárias entre os dois ambientes extremos (campo e mata), isso colabora também para armadilha ser a com maior diversidade de famílias. Dessa forma, os organismos ali presentes aproveitam as características de um ambiente diversificado, para ocupar seus nichos ecológicos. A armadilha A2 procede de riqueza após a B2, por apresentar um grande número de indivíduos coletados. Nesta armadilha verificou-se 593 indivíduos coletados da mesma família, o que explica a baixa diversidade encontrada.



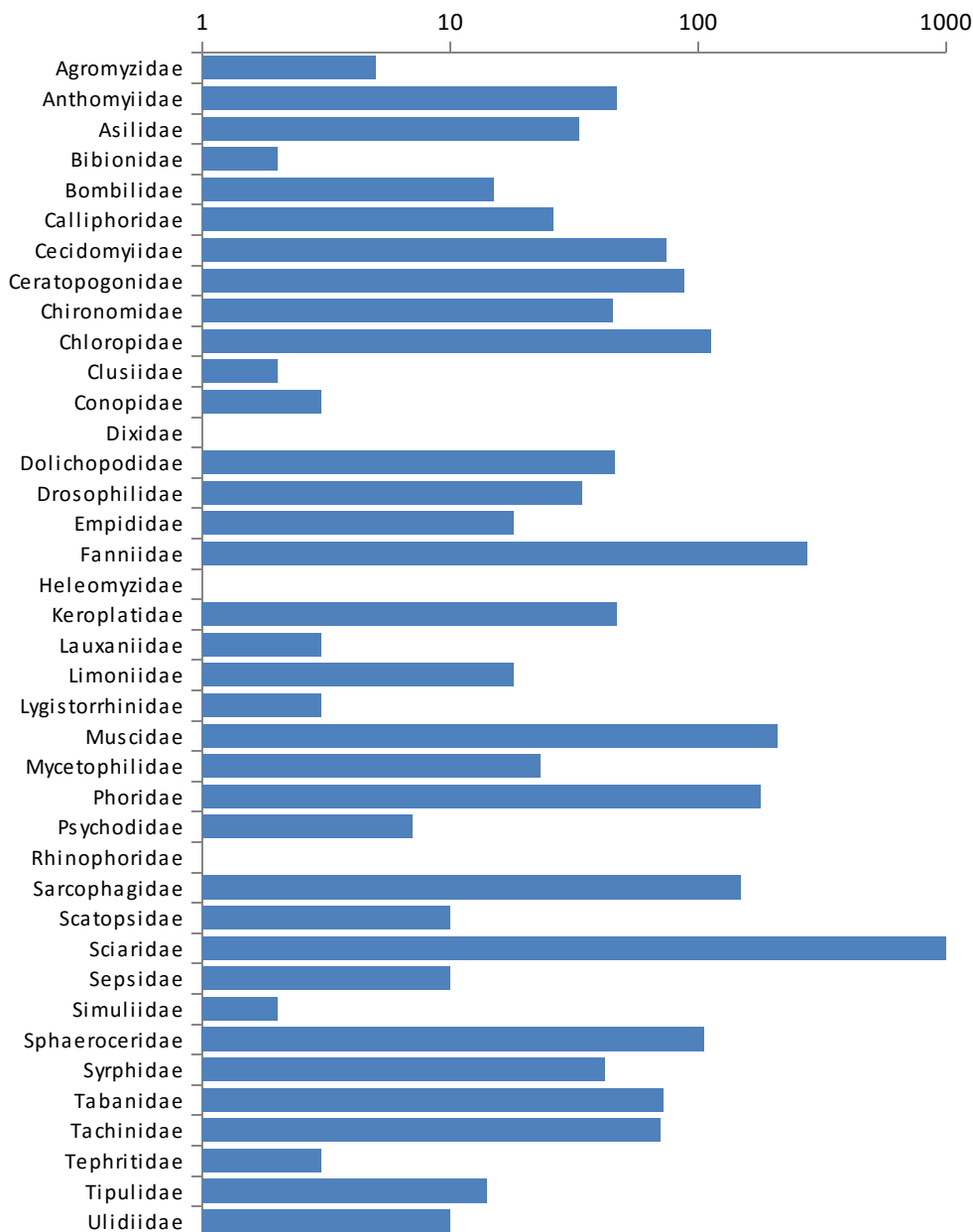


Gráfico- 02: Quantidade total de indivíduos coletados de cada família em logaritmos de base 1000.

A família mais abundante na totalidade da coleta foi Sciaridae, com 1045 indivíduos coletados (33,9% do total). A família esteve presente em todos os ambientes analisados, porém em quantidades muito variadas, de 3 (6% da armadilha) a 593 (73% da armadilha) indivíduos. Esses valores podem ser explicados pelo hábito que algumas espécies da família apresentam, de voar agrupada em formações semelhantes a enxames; dessa forma, a mesma armadilha pode ter capturado um agrupamento inteiro. Além disso, devido ao

hábito detritívoro das larvas de algumas espécies, os valores podem ser explicados pela presença de detritos no entorno, especialmente madeira em decomposição. Os adultos desta família ocupam geralmente locais úmidos e sombreados em busca de fungos presentes em matéria vegetal em decomposição, o que talvez explique a grande quantidade encontrada dentro de mata.

Outras famílias abundantes foram Fanniidae (8,95%), Muscidae (6,75%), e Phoridae (5,77%). Todas essas famílias foram observadas em todos os ambientes. A família Phoridae é uma das maiores famílias de díptera, apresentando cinco mil espécies somente no Brasil; são encontrados em diferentes tipos de ambientes como corpos em decomposição, ninhos, flores, fungos e em cavernas. Muscidae e Fanniidae são famílias comumente encontradas em antropobiocenoses, podendo apresentar o hábito coprófago; considerando-se a presença de diversos animais na região, possivelmente exista grande nicho para estas famílias.

As famílias Dixidae, Heleomyzidae e Rhinophoridae foram às menos coletadas (N=1 para cada uma delas). Rhinophoridae e Dixidae são grupos pouco representativos na fauna brasileira. Heleomyzidae, família que apresenta 82 espécies descritas para a região neotropical, pode estar sub-representada na presente análise em função das dificuldades de diagnosticar precisamente o grupo "Acalypratae", à qual essa família pertence.

## **CONCLUSÃO**

Foram coletados 3083 indivíduos distribuídos em 39 famílias de Diptera. As famílias mais abundantes foram Sciaridae com 1045 indivíduos coletados, totalizando 33,9% do total coletado, em seguida Fanniidae (8,95%), Muscidae (6,75%), e Phoridae (5,77%). As armadilhas que apresentaram maior diversidade e riqueza e indivíduos coletados foram a B2, ou seja, as de borda, isso talvez se de pelo fato de borda apresentar a mistura de dois fragmentos, tornando esse ambiente diversificado, e oferecendo diferentes habitats, fazendo assim com que aconteça uma maior abrangência de famílias e indivíduos.

Para um melhor conhecimento dos padrões de abundância e riqueza, é necessário a continuação desse trabalho para diferentes estações do ano, onde será obtidas amostras em épocas sazonais, para averiguar o comportamento das famílias ao longo do ano, e assim conhecer melhor a comunidade de dípteros no Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas.

## **REFERÊNCIAS**

Ahid, Sílvia Maria Mendes. Apostila Didática em Entomologia Veterinária Mossoró: UFERSA, 2009. 80 f.



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

ALMEIDA, M. L.; RIBEIRO-COSTA, S. C.; MARINONI, L. **Manual de Coleta, Conservação, Montagem de Identificação de Insetos**. Ribeirão Preto: Holos editora, 2003.

BUZZI, Z. J. **Entomologia didática**. Curitiba: UFPR, 2010.

FILHO, A. S. W. & JÚNIOR, P. S. H. P. **Técnicas de Coleta & Identificação de Insetos**. Porto Alegre: Edipucrs editora, 2005. 2ª edição.

LENKO, K. & PAPAVERO, N. **Insetos no Folclore**. Editora Plêiade, São Paulo. 1996. 2ª edição, 467p.

RAFAEL J. A; MELO G. A. R; CARVALHO C J. B; CASARI S. A;  
CONSTANTINO R. **Insetos do Brasil: diversidade e taxonomia**. Ribeirão Preto- SP: Holos, 2012.

RAFAEL, J. A.. V. PROTOCOLOS DE MUESTREO DEL PROYECTO PRIBES: A AMOSTRAGEM. PROTOCOLO E TÉCNICAS DE CAPTURA DE DIPTERA  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2002 p. 301-304.

## A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E SEUS INSTRUMENTOS DE VERIFICAÇÃO

CESCA, Mary Rita Deitos (maryritacesca@hotmail.com)  
STOCKMANNNS, Jussara Isabel ([jussara.stockmannns@ifpr.edu.br](mailto:jussara.stockmannns@ifpr.edu.br))

### Resumo

A avaliação faz parte de todo o processo pedagógico, e interfere neste processo de forma bem particular, pois dependendo da forma como o professor conduz a avaliação acaba interferindo em toda a caminhada dos alunos. Muitos professores ainda embasam suas práticas avaliativas em um sistema tradicional, cuja nota é o foco central e não o processo como um todo. Neste sentido este estudo buscou analisar o conceito de avaliação e quais os principais instrumentos de verificação utilizadas pelos professores. Para tanto foi desenvolvido um estudo bibliográfico com base em autores como Hoffmann (1993, 1994, 2011), Luckesi (1999, 2000), Ludke (2005) e Perrenoud (1999). A partir do estudo foi possível evidenciar que a avaliação tem sido foco de debates em todas as áreas relacionadas à educação, porém mesmo com todos os debates algumas práticas ainda insistem em ser tradicionais, não levando em consideração o que preconizam as novas exigências educacionais, ou seja, de que a avaliação deve ser diagnóstica, formativa e somativa. Para que a avaliação possa contribuir de forma mais efetiva para a qualidade do ensino o professor deve se dispor a compreender como ocorre o processo ensino e aprendizagem e especialmente como cada aluno aprende e interpreta, assim conseguirá interpretar o que o aluno coloca em cada avaliação, buscando nos erros possibilidades de novas aprendizagens.

**Palavras chave:** Avaliação. Aprendizagem. Instrumentos.

### ABSTRACT

The evaluation is part of the whole educational process, interfere in this very particular form of process because depending on how the teacher conducts the evaluation ends up interfering in any walk of students. Many teachers still underpin their assessment practices in a traditional system, whose note is the central focus and not the process as a whole. In this respect this study investigates the concept of evaluation and what the main verification instruments used by teachers. For this purpose it developed a bibliographical study based on authors such as Hoffmann (1993, 1994, 2011), Luckesi (1999, 2000), Ludke (2005) and Perrenoud (1999). From the study it became clear that the assessment has been the focus of debates in all areas related to education, but even with all the debates some practices still insist on being traditional, not taking into consideration what recommend the new educational requirements, or is, that the evaluation should be diagnostic, formative and summative. So that the assessment can contribute more effectively to the quality of education

the teacher must be willing to understand how is the teaching and learning and especially how each student learns and interprets thus able to interpret what the student puts into each evaluation, seeking the mistakes possibilities for new learning.

## **1 INTRODUÇÃO**

Na atualidade a avaliação da aprendizagem tem sido foco de diversos debates tanto dentro do ambiente escolar como nos cursos de formação e capacitação, palestras, debates, enfim, onde há um grupo de professores a debate a educação, a avaliação está em pauta.

Mesmo com todas as discussões sendo efetuada no cotidiano da escola ela ainda é vista como um instrumento que o professor tem em mãos para verificar o nível de aprendizagem dos alunos com vistas a um sistema de avaliação que não leva em consideração todos os elementos que interferem neste processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação ainda é vista pelo sistema com foco nos exames e avaliações externas e internas em busca de dados positivos no quesito aprovação e os instrumentos utilizados direcionam para este sentido.

Os debates atuais em torno do tema da avaliação, assim como a legislação e documentos que norteiam o processo ensino e aprendizagem, dizem que a avaliação deve ser formativa, diagnóstica e somativa, mas este último item.

Com isso os alunos ao invés de preocuparem-se com seu nível de aprendizagem e na aquisição de conhecimentos que estão tendo dirigem seu foco para o processo de promoção no final do ano letivo e os professores fazem uso do sistema de avaliação para que os alunos se vejam obrigados a atingir os resultados que a escola espera deles.

O presente artigo tem como objetivo discutir os conceitos de avaliação e seus diversos instrumentos de verificação da aprendizagem. Para tanto o artigo dividi-se em suas partes, na primeira são analisados os conceitos de avaliação e na segunda parte os instrumentos de verificação da aprendizagem.

## **2 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO ESCOLAR**

Ao buscar compreender os conceitos de avaliação busca-se conhecer como este conceito foi se transformando com a caminhada educacional desenvolvida nas escolas. Objetiva-se assim provocar uma reflexão acerca do tema da avaliação, salientando que nenhuma verdade esta pronta e acabada, conceitos precisam ser discutidos, analisados, questionados e transformados.

De acordo com os parâmetros atuais da educação, a avaliação deve ser continua, ou seja, deve acompanhar todo o processo, verificando-se os diversos momentos e situação de aprendizagem que são propostos aos alunos,

comparando-se inclusive o desenvolvimento do aluno nestes momentos com ele mesmo.

Para Perrenoud (1999, p. 32),

A avaliação da aprendizagem é um processo regulador sobre a individualidade de cada educando, apontando seus limites e possibilidades. A regulação da aprendizagem como da ação pedagógica deve possibilitar ao educador redimensionar as trajetórias a serem percorridas desembocando numa prática formativa.

Com isso entende-se que o professor deve estar atento na escolha dos conteúdos e nos métodos de avaliação, coletando e analisando as informações advindas da avaliação de forma cautelosa e com o propósito de mudar os paradigmas sobre a avaliação que ele tem, que a escola adota e que o sistema valoriza.

Neste sentido Romão (1999, p. 101) destaca que:

A Avaliação da Aprendizagem é um tipo de investigação e é, também, um processo de conscientização sobre a cultura primeira do educando, com suas potencialidades, seus limites, seus traços e seus ritmos específicos. Ao mesmo tempo, ela propicia ao educador a revisão de seus procedimentos e até mesmo o questionamento de sua própria maneira de analisar a ciência e encarar o mundo. Ocorre, neste caso, um processo de mútua educação.

A partir desta afirmação pode-se perceber que a avaliação dentro do processo ensino e aprendizagem deve instigar qual a postura do professor diante da avaliação e qual a postura do aluno, buscando sempre a melhoria da qualidade de ensino.

A avaliação da aprendizagem é um ato amoroso no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. Para compreender isso, importa distinguir a avaliação do julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo e o errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para então, ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança. A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção. O diagnóstico tem por objetivo aquilatar coisas, atos, situações, pessoas, tendo em vista tomar decisões no sentido de criar condições para a obtenção de uma maior satisfatoriedade daquilo que se esteja buscando ou construindo. (LUCKESI, 2000, p. 173)

A avaliação de acordo com o autor citado acima deve ter objetivos claros e ser um ato amoroso realizado pelo professor em favor do aluno e com isso não entende-se que o professor deve avaliar de forma generosa e sim que ele deve avaliar de forma a incluir o aluno no processo e não ao contrário.



Numa concepção mediadora de avaliação, a subjetividade inerente à elaboração e correção de tarefas avaliativas não é um problema, mas um elemento a se trabalhar positivamente. Porque, sem tornar a tarefa como um momento terminal e, sim, como um elo de uma grande corrente, tanto os erros dos alunos como as dúvidas dos professores em interpretá-los retornarão à aula para serem discutidos por todos, elementos importantes e positivos na continuidade das ações desenvolvidas, de outras tarefas propostas. Nesse sentido, o momento da correção passa a existir como um momento de reflexão sobre as hipóteses que vierem sendo construídas pelo aluno e não para considerá-las como definitivamente certas ou erradas. (HOFFMANN, 1994, p. 65).

Os conceitos de avaliação são amplos, inclusivos, em busca da melhoria da qualidade de ensino em nossas escolas, resta apenas que estes conceitos contemporâneos invadam as práticas dos professores e das escolas, pois mesmo com conceitos modernos as práticas em sala de aula ainda são autoritárias e excludentes.

### 3 INSTRUMENTOS DE VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Os instrumentos de avaliação são diversos, os quais tem como objetivo tornar a avaliação, mais dinâmica, levando em consideração os diferentes modos de aprender de cada aluno e de manifestar este aprendizado.

Neste sentido Hadji (2001, p. 32) destaca que “não há um instrumento de avaliação, há instrumentos que podem servir para a avaliação.”

O professor deve se utilizar destes instrumentos para verificar o que o aluno aprendeu ou não e para modificar sua prática para que possa tornar o processo ensino e aprendizagem um processo de real aprendizagem e para que todos consigam aprender, cada um ao seu modo.

São diversos os estudiosos que apresentam e discutem os instrumentos de verificação, neste estudo nos basearemos no pensamento de Haydt (1994) o qual apresenta os seguintes instrumentos de verificação, como sendo os principais:

**A) Auto avaliação:** deve buscar desenvolver o pensamento crítico do aluno em relação ao seu aprendizado. Ao se autoavaliar o aluno deve ser encorajado a analisar seus erros, acertos, e seu compromisso com seu aprendizado. Sobre este instrumento Hoffmann (2005, p. 54) destaca que a autoavaliação “só tem significado enquanto tomada de consciência individual do educando sobre suas aprendizagens, sendo este um aspecto essencial ao seu desenvolvimento”.

**B) Observação:** a observação deve ser uma prática cotidiana do professor sobre seus alunos, e sobre sua prática, através dela o professor consegue melhor conhecer seus alunos, seus comportamentos, atitudes,

dificuldades, possibilidades. Para Salante (2009, p. 1) a observação ajuda o professor em diversas situações do cotidiano:

- **compreender cada vez melhor seus alunos.** Neste sentido a observação busca saber como trabalham na sala de aula, quais seus interesses, suas dificuldades e facilidades, sua forma de relacionar com os colegas, com o(a) professor(a) e suas características pessoais: timidez, tranquilidade, agitação, concentração, habilidades, sua forma de pensar.
- **na avaliação do que sabem os alunos.** A observação contribui para a análise das hipóteses que quer provar, no que parece incompreensível, no que é só intuição.
- **no acompanhamento do planejamento.** Ao acompanhar o desenvolvimento das ações planejadas, o(a) professor(a) avalia sua própria ação, notando os aspectos onde planejou de acordo com a realidade de sua classe e nos momentos onde se afastou dela.
- **no registro do(a) professor(a).** A observação cumpre um papel relevante ao contribuir para a percepção da realidade - objeto do registro do(a) professor(a). Ela faz notar o que não aparece com evidência e que exige saber ver, ouvir e interpretar.

**C) Entrevista:** permite que o professor estabeleça um diálogo com os alunos com a temática que for conveniente em cada situação, através dela o professor consegue saber o que o nível de conhecimento do aluno sobre a temática escolhida.

Neste sentido Haydt (2004, p. 32) destaca que:

O rendimento do aluno é um espelho do trabalho desenvolvido pelo professor na sala de aula. Este professor, ao avaliar seu aluno, também está avaliando seu próprio trabalho. Dessa forma, a avaliação está sempre presente dentro do contexto escolar, e por isso o professor deve sempre observar suas técnicas de avaliar, no sentido de procurar melhorá-las cada vez mais.

**D) Prova oral:** ajuda os alunos a ter um raciocínio lógico, organizar e expor ideias, e ter uma atitude crítica diante do que está sendo abordado. Porém como cada aluno deve ser avaliado individualmente acaba exigindo muito tempo para sua execução, e acaba não sendo utilizada pelos professores.

Para Abreu e Masetto (1990, p. 100) a prova oral:

Pode servir para avaliar além dos conhecimentos, as opiniões, os julgamentos, as habilidades de expressão oral, e ainda a organização de ideias, as soluções criativas, entre outras. Mas possui limitações, como o alto grau de subjetividade, a questão da simpatia entre examinador e examinado e as próprias reações dos alunos, como bloqueios na hora de responder.

**E) Prova escrita de questões objetivas:** neste tipo de avaliação o aluno precisa escolher dentre as alternativas apontadas, exigem respostas precisas, facilita a correção por parte do professor.

Dependendo de como são elaboradas as provas, ou testes, de como são aplicadas, do ambiente, do estado emocional dos alunos ou do professor, de como os alunos são solicitados a participar, do julgamento do professor, se constituirão numa arma nociva. Quando aplicadas de forma contínua, com *feedbacks* permanentes, com caráter incentivador de etapas vencidas e indicador de novos horizontes ou de novas portas abertas, se revestem de um estímulo para concretização do conhecimento e auto-realização dos envolvidos no processo. (SANT'ANNA, 1995, p. 10)

**F) Prova escrita dissertativa:** o aluno tem a possibilidade de organizar suas ideias, escrever a respeito do que lhe está sendo questionado. As questões devem ser elaboradas com clareza e não pode ser mera repetição do que foi escrito no caderno e livros.

As provas dissertativas são úteis para verificar: o raciocínio dos alunos; a organização das ideias; a clareza de expressão; a originalidade; a capacidade de relacionar fatos e ideias; a capacidade de aplicar conhecimentos; a capacidade de analisar criticamente uma ideia e de emitir juízos de valor; a habilidade de expressar opiniões por escrito com clareza e precisão; a capacidade de interpretar dados e princípios, de fazer inferências etc. (TANCREDI, 2002, p. 3)

Existem ainda outros instrumentos de avaliação: portfólios, trabalhos em grupo, seminários, debates, entre outros. Portanto, os instrumentos de avaliação são diversos e devem ser utilizados pelo professor de forma variada buscando atender cada objetivo ao avaliar, e deve ocorrer em todo o processo ensino e aprendizagem e não de forma estanque em determinados momentos do processo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a analisar a temática da Avaliação da Aprendizagem e seus Instrumentos de Verificação para tanto foram desenvolvidos dois textos, o primeiro abordando as concepções da avaliação escolar e o segundo abordando os instrumentos de verificação da aprendizagem.

Observou-se no primeiro texto que a avaliação da aprendizagem deve acompanhar todo o processo ensino e aprendizagem, e tem ganhado espaço em todos os debates acerca da educação, porém não simples avaliar, requer habilidade do professor, assim como conhecimento teórico e prático acerca da temática, assim como uma análise crítica do processo com destaque especial para a observação do professor sobre tudo o que ocorre no processo.

A partir da análise dos instrumentos de verificação da aprendizagem observou-se que não pode ocorrer uma supervalorização por parte do professor dos momentos pontuais de avaliação que ocorrem no processo, pois eles geralmente levam a classificação, e o processo como um todo fica minimizado o qual deve ter peso igual e até maior do que a avaliação pontual.

É preciso que durante o bimestre, trimestre, ano, o professor vá observando o aluno nos quesitos participação e produtividade e deixe o aluno ciente que é o todo que será levado em consideração e que as avaliações pontuais são parte do processo.

A avaliação não pode ser pensada apenas como sendo o elemento que conduz à aprovação ou reprovação, pois assim ela tem um fim em si mesma e este não pode ser o propósito da avaliação da aprendizagem.

Os professores precisam rever seus conceitos acerca da avaliação e mudar suas práticas avaliativas o que conduzirá a uma mudança em todo o processo educacional, inclusive na escola.

## REFERENCIAS

ABREU, Maria Célia de, e MASETTO, Marcos T. **O professor universitário em sala de aula: prática e princípios teóricos**. 8. ed. São Paulo: MG editora, 1990.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

HAYDT, Regina Cazaux. Avaliação: Conceitos e Princípios. In: **Avaliação do processo ensino aprendizagem**. São Paulo: Ática, p.7-16. 2004.

HOFMFMAN, Jussara. **Avaliação: Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre, Educação e Realidade, 1993.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 4a ed. Porto Alegre, 1994.

HOFFMANN, Jussara. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e preposições**. São Paulo: Cortez, 1999.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar: Além do autoritarismo**. In: Educando, AMAE, 2000.

LÜDKE, Menga. **A trama da avaliação escolar**. Pátio Revista Pedagógica. nº 34 – ano IX. Porto Alegre. Artmed, 2005.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação:** da excelência a regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

ROMÃO, José Eustaquio. **Avaliação dialógica:** desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 1999.

SALANTE, Maira Xavier. **Como instrumentos de avaliação na educação de Jovens e Adultos:** uma ponte para o aprendizado. 2009. Disponível em <http://www.artigonal.com/educacao-online-artigos/a-observacao-e-o-registro-como-instrumentos-de-avaliacao-na-educacao-de-jovens-e-adultos-uma-ponte-para-o-aprendizado-1094365.html>. Acesso 29 dez. 2015

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? como avaliar?:** critérios e instrumentos. Petrópolis: Vozes, 1995.

TANCREDI, Regina Maria S. Puccinelli. O acompanhamento do processo ensino-aprendizagem através das provas escritas. **Pró-Ciências**. 2002. Projeto Integrado de Ciências e Matemática para Professores da Rede Pública – UFSCar. CAPES/SEE/DE. Disponível em [http://www.dm.ufscar.br/~salvador/homepage/pro\\_ciencias\\_2002/materialdistribuido/Metodos%20de%20Ensino/instrumentosavaliacao.pdf](http://www.dm.ufscar.br/~salvador/homepage/pro_ciencias_2002/materialdistribuido/Metodos%20de%20Ensino/instrumentosavaliacao.pdf). Acesso 25 jan. 2016.

## AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E SUAS MODALIDADES

Jorge Luiz Oliveira D’Alberti (jorge.eletrico@hotmail.com)  
Jussara Isabel Stockmanns (jussara.stockmanns@ifpr.edu.br)

**Resumo:** O artigo aqui intitulado “Avaliação da Aprendizagem e suas Modalidades”, objetiva contribuir para refletirmos sobre os desafios que os professores enfrentam no quesito avaliação. Professores estudam, tornam-se docentes, analisam e praticam decisões com relação a avaliação a partir de sua formação. A grande maioria aprendeu sozinho a avaliar, de acordo com seus próprios conceitos, e essa formação deficiente impossibilita que professor possa entender e despertar o todo o potencial que o aluno possui. Atualmente avaliar é um processo pedagógico polêmico. O que ocorre é a utilização basicamente da avaliação classificatória em nossas escolas, é parte da rotina escolar medir a capacidade de seus alunos. A avaliação escolar é fator importante na prática do trabalho docente pois ao verificar o rendimento dos alunos os professores também estão avaliando seu desempenho. E essa avaliação, exigência do sistema educacional apresenta-se nas modalidades, diagnóstica, formativa e somativa. Suas funções são: diagnosticar, controlar e classificar. Cada uma com suas peculiaridades. Os métodos avaliativos devem contribuir para a melhoria do ensino aprendizagem, e não ser usados como armas ou castigo para intimidar e reprimir os alunos.

**Palavras chave:** Ensino. Avaliação. Resultados ou Implicações

**Abstract:** The article here entitled "Evaluation of Learning and its modalities", aims to contribute to reflect on the challenges that teachers face in the item evaluation. Teachers study, become teachers, analyze and practice decisions regarding the evaluation from their training. Most taught himself how to evaluate, according to their own concepts, and this makes it impossible for poorly trained teacher can understand and awaken the full potential that the student has. Currently evaluating is a controversial educational process. What happens is basically the use of the qualifying assessment in our schools, it is part of the school routine measure the ability of their students. The school evaluation is an important factor in the practice of teaching it to verify the income of students teachers are also evaluating its performance. And this assessment, a requirement of the education system is presented in the modalities, diagnostic, formative and summative. Its functions are: diagnose, manage and classify. Each with its peculiarities. Evaluation methods should contribute to the improvement of teaching and learning, and not be used as weapons or punishment to intimidate and suppress the students.

### Introdução



Nossa proposta nesta reflexão é a de fazer uma breve análise de conceitos de avaliação, procedimentos, funções e modalidades de avaliação, procurando descrever que muitas vezes avaliação e educação não andam juntas.

Ao avaliar o desempenho escolar do aluno os professores usam técnicas muitas vezes antiquadas para nosso momento presente. Podem ter sido eficientes em algum momento, mas no atual contexto estamos tendo problemas sérios no aproveitamento dos alunos. Novas gerações, novas técnicas, o ser humano se desenvolveu a formas de avaliar também tem que transformar junto.

Como tem a função de modificar e melhorar o ensino a avaliação precisa ser pesquisada, e por ser algo intrigante e envolvente desperta o interesse de educadores comprometidos com um ensino-aprendizagem eficiente.

Portanto, tentaremos desvendar a concepção que educadores renomados nos disponibilizam sobre o assunto avaliação, suas modalidades diagnóstica, formativa e somativa, que tem as funções de diagnosticar, controlar e classificar. Ferramentas que se usadas adequadamente são extremamente úteis no processo ensino-aprendizagem.

### **Relação da Avaliação e aprendizagem**

Ao colocar este assunto extremamente relevante em pauta é de suma importância que possamos elucidar afinal o que é avaliação e os conceitos relativos, e conforme, (THILER apud HAYDT, 2008, p.11) “o processo de avaliação consiste essencialmente em determinar em que medida os objetivos educacionais estão realmente sendo alcançados pelo programa do currículo e do ensino”. Neste aspecto podemos descrever que avaliação tem um objetivo que seria o de verificar se realmente os resultados que foram previamente definidos foram obtidos, se esta sendo eficaz no processo ensino aprendizagem ou esta sendo utilizado apenas como instrumento de visa medir a capacidade de acesso do aluno ao próximo período, ou série escolar.

Avaliação do rendimento escolar é um fator importante na prática no trabalho docente e preocupação constante dos professores e instituições. Ao verificar o rendimento dos alunos os professores também estão avaliando seu desempenho. Nos esclarece sobre este aspecto Hoffmann (2011, p.14) “[...] os professores estão cada vez mais conscientes do seu comprometimento com os resultados obtidos pelos alunos”. E esse resultado é a aprendizagem, finalidade do trabalho docente.

Podemos conceber que avaliação qualquer que seja a intuito é um momento não só de se medir o nível de aprendizagem que o educando se encontra. Mas é, sobretudo, aprendizagem, pois o aluno reflete sobre seu desempenho, e o professor terá uma resposta a respeito de seu trabalho. É positivo para ambos, e ao apresentar a avaliação como verificação de nível de

aprendizagem nos esclarece Haydt (2008, p.21) “Se a avaliação permite verificar diretamente o nível de aprendizagem dos alunos, ela permite também, indiretamente, determinar a qualidade do processo de ensino, isto é, o êxito do trabalho do professor”.

Como o processo avaliativo deva ocorrer em benefício do aluno, que é o sujeito diretamente relacionado com o processo ensino aprendizagem os profissionais da educação devem procurar utilizar técnicas diversas e instrumentos variados para promover o desenvolvimento do educando. Que haja uma permanente interação dos envolvidos neste processo, enfim, todos aprendem, o que tem que ser observado é o tempo de cada um de acordo com suas especificidades.

### **Procedimentos e Metas da Avaliação**

Quanto aos procedimentos e as metas que se pretende alcançar no trabalho docente compreendemos que ele deve ser planejado, pois apenas assim o educador pode ter alguma segurança dos resultados que almeja durante o desenvolvimento de suas aulas, esse é basicamente o papel da avaliação conforme Haydt (2008, p.21)

Avaliar é, basicamente, comprovar se os resultados desejados foram alcançados, ou, melhor dizendo, verifica até que ponto as metas previstas foram atingidas. Há, portanto, uma relação íntima entre a avaliação e a fixação de objetivos.

Com relação ao procedimento podemos conceber como processo em que o professor durante o período letivo desenvolve estratégias de verificar o nível de conhecimento que o aluno se encontra e qual será o desenvolvimento de sua intervenção visando identificar se pode avançar ou retornar aos conteúdos que ele pretendia que os alunos se apropriassem conforme o cronograma pré-estabelecido.

Quanto a meta da avaliação insistimos em frisar que é aprendizagem. Aprendizagem significativa, que se constitua em uma ponte entre nossa realidade e os conteúdos escolares, pois para se chegar à assimilação tem que respeitar interesses e despertar a vontade, que o educando ambicione entender, nos esclarece Hoffmann a respeito quando diz:

Sem dúvida, como defendem Piaget e Vygotsky, interesse afetivos despertam novas curiosidades intelectuais no sujeito e essas novas descobertas geram novos interesse, sem que haja início ou fim neste processo. (HOFFMANN 2011, p. 39)

Podemos observar que os procedimentos são diretamente relacionados ao sucesso ou fracasso do trabalho docente, esse tem como meta que o aluno se aproprie do conhecimento, compromisso das instituições escolares.

### **Funções e Modalidades em Avaliação**

Quando se medita sobre verificação de aprendizagem parte-se do princípio de que o aluno já detém conhecimento mesmo antes de chegar à escola e o papel da avaliação seria o de aferir o grau de aprendizado que ele possui, o que se pretende que ele assimile, o conhecimento que a instituição ambiciona para seu nível escolar, conforme o planejamento e as metas pré-estabelecidas.

A avaliação, uma exigência do sistema educacional apresenta-se nas modalidades, diagnóstica, formativa e somativa, e suas funções são: diagnosticar; controlar e classificar, e cada uma delas tem uma finalidade, um propósito definido.

Estes são alguns dos modos utilizados e de uso corrente no processo ensino aprendizagem, que as instituições utilizam e os profissionais da educação deveriam, no mínimo conhecer para que sua intervenção seja mais eficiente e produtiva.

O primeiro passo seria o de diagnosticar o conhecimento que o aluno possui, e esse momento seria no início do ano ou semestre ou quando inicia um novo assunto. Uma sondagem do conhecimento que o aluno já possui, da condição que ele se encontra neste momento, e visa basicamente o planejamento que o professor vai desenvolver. Sobre este aspecto nos expõe Haydt (2008, p.17) “Pela avaliação diagnóstica, o professor constata se os alunos estão ou não preparados para adquirir novos conhecimentos e identifica as dificuldades de aprendizagem”. A partir da avaliação diagnóstica professor e instituição devem ajustar seus planos de ação.

Os dados que o professor obtém são provisórios e essa é uma ferramenta que deveria ser utilizada rotineiramente, porque aprender é um processo ativo e o aluno diversifica seus esquemas de atingir conhecimento. No processo ele constrói artifícios, conforme for desafiado durante o desenvolvimento dos conteúdos escolares e o professor precisa saber em que nível ele se encontra para avançar.

Quanto a modalidade formativa ela tem o intento de informar professor e aluno dos resultados das atividades efetuadas durante o período, tem papel de identificar as deficiências para que o professor possa reformular sua intervenção para assegurar que se alcancem os objetivos. Haydt (2008, p. 33) descreve a avaliação formativa como “(...) função de controle, é realizada durante todo o decorrer do período letivo, com o intuito de verificar se os alunos estão atingindo os objetivos previstos, isto é, quais os resultados alcançados durante o desenvolvimento das atividades.”

Então ela procura verificar se o aluno conquistou o conhecimento para que se possa prosseguir com segurança para a próxima etapa. Nos diz a autora Haydt (2008, p. 45) que “É principalmente através da avaliação formativa que o aluno conhece seus erros e acertos e encontra estímulos para um estudo sistemático.”, como vemos ela é realmente orientadora, pois orienta tanto o estudo do aluno como a intervenção dos professores no processo ensino aprendizagem, procura perceber se os alunos estão modificando seus desempenhos com relação aos conteúdos propostos. É um *feedback* que

procura encontrar as deficiências e ver se os resultados previstos foram alcançados, se não, mais leitura, diálogo para se chegar aos fins previstos.

A terceira concepção de avaliação, a avaliação somativa ou classificatória, que está vinculada a ideia de medir, determinar um índice com relação a algo, no caso, seriam as provas, testes que nos deparamos no sistema escolar, considerado como avaliação, é uma das mais utilizadas e de fácil interpretação e o educador os usa por ser quantitativa, é um dado concreto fácil de somar. Por ser tal avaliação uma norma que dirige nosso sistema escolar tem sido o mais empregado. Sobre a lei que o rege temos nossa LDB 9394/96, a atual que sustenta basicamente a antiga, assim nos registra HOFFMANN (2011, p. 33)

A LDB em pouco alterou o texto da Lei nº5.692 no que se refere ao sistema de avaliação preconizado, embora a maioria das escolas nem sequer perceba a similaridade de tais determinações. A lei anterior, dentre outros aspectos, já se referia a uma avaliação formativa, à prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e a análise do desempenho global do estudante através do acompanhamento contínuo, aspectos esses que parecem surpreender algumas escolas. (HOFFMANN 2011, p. 33).

Os professores já perceberam que esse tipo de avaliação não envolve nem responde suas preocupações com relação ao ensino-aprendizagem, só ela não é capaz de interpretar do fruto de seu trabalho. Os alunos são diferentes entre si, como poderiam ser testados da mesma maneira? É a mais usual para que o aluno esteja apto para avançar de série.

A avaliação somativa, com função classificatória, realiza-se ao final de um curso, período letivo ou unidade de ensino, e consiste em classificar os alunos de acordo com os níveis de aproveitamento previamente estabelecidos, geralmente tendo em vista sua promoção de uma série para outra, ou de um grau para outro. (HAYDT, 2008, p. 18)

Este tipo de avaliação tem a pretensão de conferir competências por meio de medidas, quantificações, um tipo de avaliação que sugere que os alunos aprendam da mesma maneira, ao mesmo tempo, com a mesma intensidade, mas não é assim na realidade, cada um tem um contexto, sua genética, sua peculiaridade, que vai determinar a capacidade de assimilação. Não raciocinamos do mesmo modo.

Estas formas de avaliação que analisamos devem ser utilizadas de forma inteligente para que possam servir para melhorar o processo de ensino, porque não tem sentido que se conheça as teorias e não se coloque em prática, senão as coisas não vão mudar nunca. Os educadores têm esta responsabilidade.

### **Considerações finais**

De acordo com que foi apresentado ao longo deste artigo, a avaliação é um processo abrangente, alunos, professores, instituições, todos fazem parte do processo. A partir desta constatação devemos tentar superar os obstáculos que possam impedir a aprendizagem dos alunos, captar suas resistências e eventuais dificuldades. Aprender junto com o outro, com o outro esse deve ser o princípio norteador do sistema de ensino. Tem que haver uma reflexão crítica sobre a prática avaliativa.

Após ponderar sobre este assunto avaliação foi possível perceber porque este é um assunto considerado tabu nas conversas entre professores. É uma grande responsabilidade aliada a um acanhado conhecimento que os professores têm do tema, pois em sua formação foi pautada por um tipo de avaliação, ele foi avaliado também. Normalmente é o que usualmente ele usa, são os vícios da formação.

Mas a avaliação é um processo abrangente, que visa captar os avanços e dificuldades durante o processo ensino-aprendizagem, e isso implica em uma reflexão contínua do professor sobre avaliação, procurando analisar o aluno em todos os aspectos, como um ser humano único, que tem suas peculiares, seu momento de aprender, se o assunto for relevante desperta sua curiosidade. Tem que desejar.

Os métodos avaliativos muitas vezes não têm servido para melhorar o processo de ensino, tem sido um empecilho as vezes porque acaba decidindo o avanço ou retenção do aluno sem contribuir para seu desenvolvimento. O ensino pode ser exigente, mas deve ser acima de tudo inteligente. Não se pode reprimir um sujeito, intimidar ele com avaliações autoritárias, como se fosse uma arma ou um castigo. Avaliação deve ser aprendizagem, de todo o sistema e das pessoas envolvidas.

Como vimos, a avaliação classificatória não atende os anseios que nossa educação busca. Temos a avaliação diagnóstica como o melhor modelo e de mais fácil empenho para os atuais profissionais da educação. E é muito eficiente porque tem como finalidade determinar o grau de conhecimentos que o aluno possui para em seguida possa orientar novas aprendizagens. Exige mudanças de postura por parte do professor, mais estudo, observações, reflexão e principalmente inovação. Para que este aluno que está sob seus cuidados possa ser um agente transformador e não apenas reproduzidor. Formar sujeitos críticos e emancipados.

## Referências

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2008.

HOFFMANN, Jussara. **Pontos & Contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. 12. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011

## AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS

Andressa Paula Franceschetti – [andressafranceschetti@hotmail.com](mailto:andressafranceschetti@hotmail.com)  
Prof. Jussara Isabel Stockmanns – [jussara.stockmanns@ifpr.edu.br](mailto:jussara.stockmanns@ifpr.edu.br)

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo conceituar a avaliação do ensino aprendizagem, e bem como os critérios e instrumentos necessários para avaliar o processo de ensino aprendizagem. Durante as discussões em sala de aula, debates realizados foram esclarecidos alguns pontos sobre o processo avaliativo que irei abordar neste trabalho. O professor deve ter em mente como irá trabalhar o conteúdo em sala de aula visando sempre buscar subsídios para um bom processo avaliativo. A avaliação é fundamental no processo de ensino e aprendizagem, pois é através dela que o professor vai verificar o quanto seu trabalho em sala de aula foi aproveitado pelos alunos. Para isso é necessário buscar através de mecanismos meios dentre os quais não só a prova escrita que é fundamental, mas, não única, também outras formas de avaliar o desempenho de seu aluno em sala de aula, dentre eles é preciso que o professor seja um bom observador para que possa observar durante o processo de ensino varias formas de avaliar seu aluno.

**Palavras chave:** avaliação, instrumentos, critérios.

### ABSTRACT

This paper aims to conceptualize the evaluation of teaching and learning, and the criteria and tools needed to assess the teaching and learning process. During the discussions in the classroom, the discussions held were clarified some points on the evaluation process that I will address in this paper. The teacher should keep in mind how it will work content in the classroom aiming to seek grants for a good evaluation process. The evaluation is essential in the teaching and learning as it is through it that the teacher will check how much their work in the classroom was tapped by the students. For this it is necessary to look through mechanisms means of which not only the written test that is fundamental, but not only, also other ways to evaluate the performance of their students in the classroom, among them it is necessary that the teacher be a observant so you can observe during the teaching process various ways to assess your student.

### INTRODUÇÃO

A avaliação faz parte de nossas vidas, somos avaliados constantemente, a roupa que vestimos, o modo como agimos em determinadas



situações, enfim somos julgados a todo o momento. Na escola a avaliação acontece de forma contínua, observando o rendimento dos alunos.

No processo avaliativo, o professor tem nas avaliações uma forma de diagnosticar como esta sendo assimilados os conteúdos, de forma que os alunos possam compreender o que esta sendo proposto. A avaliação ela é necessária para que o professor tenha subsídios para ver se o seu processo de ensino aprendizagem esta sendo bem desenvolvido.

A avaliação é uma tarefa muito complexa, pois o professor não deve somente avaliar seu aluno de forma formal com provas e trabalhos. No processo avaliativo tudo deve ser avaliado de forma que possa proporcionar aos alunos um bom aprendizado, os aspectos qualitativos devem ser relevantes sobre os aspectos quantitativos, assim o aluno deve-se sempre ter uma boa qualidade no ensino aprendizagem com isso terá reflexo nas notas ou conceitos.

Portanto o entendimento correto que deve se ter sobre a avaliação é que ela é fundamental para um bom rendimento escolar e que faz parte do processo de ensino como uma ferramenta a ser utilizada pelo professor como um critério a ser visto para que o ensino seja de forma emancipatória. Assim a escola, o professor a comunidade escolar devem estar sempre atentos para que a avaliação seja uma ferramenta útil favorecendo a aprendizagem dos conteúdos e esses possam preparar os alunos para o mundo.

## **CONCEITO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

A avaliação é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, deve ser muito bem executada pelo professor, possibilitando aos alunos todos os subsídios necessários para que ele tenha um bom desempenho escolar. Para que ele possa compreender o que está sendo ensinado, tornando-o um cidadão crítico e transformado, assim pode ser um sujeito atuante na sociedade. No processo avaliativo o professor deve respeitar a individualidade de seus alunos, pois os alunos passam por várias vivências e são confrontados com elas necessitando reconhecer suas histórias. O papel do professor é de mediar o conhecimento aos alunos priorizando o saber prévio dos alunos para que eles possam absorver o máximo dos conteúdos abordados. Assim:

O olhar do professor precisa ser, assim, sensível ao tempo de cada educando, de cada grupo de alunos, qualitativamente diferente a cada momento e promissor em seu inacabamento. Aprendizagem dá-se por uma sucessão de continuidades e discontinuidades, e muitas manifestações dos alunos contradizem observações anteriormente feitas ou tais observações não foram profundas o suficiente para compreendê-las. (HOFFMANN, 2011, p. 30)

O processo de ensino aprendizagem é repleto de desafios e o maior deles é de avaliar seus alunos e a si mesmo, quais critérios devem

ser utilizados, quais métodos adequados para que o processo avaliativo não se torne um pesadelo tanto para o professor quanto para o aluno. É o que podemos perceber na fala de Hoffmann 2011 cita:

O olhar do professor em avaliação tende a centrar-se em critérios próprios e rígidos, absolutos, incapaz se quer de uma aproximação com o pensar da criança, do jovem ou do adulto, dos seus valores ou expectativas. Centrado em seus próprios procedimentos e critérios, as alteridades de fala, de pensamento, de cheiro dos alunos, de modos de ser, assustam-no, amedrontam-no, incapaz de ver diferentes respostas, de ler diferentes mundos, de estabelecer o diálogo e a convivência com essas diferenças. Quais as consequências disso na escola?(HOFFMANN, 2011, p. 18)

Em sua fala Hoffmann aborda que o professor é centrado de certa forma em seus próprios meios de avaliar o aluno, mas ele deve levar em consideração todos os fatores envolvidos no processo avaliativo, como questões sociais, econômicas, para que a avaliação seja mais igualitária para todos. A avaliação é uma atividade extremamente necessária desempenhada não somente pelo professor mas de certa forma pelos alunos também, pois ao serem avaliados pelos professores os alunos estão avaliando o professor através da compreensão dos conteúdos abordados, e já Libâneo afirma:

Podemos, então, definir a avaliação escolar como um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes. (LIBÂNEO, 1994, p. 196).

É necessário que em suas avaliações sejam elas escritas ou diagnósticas, que o professor tenha clareza em seus critérios e instrumentos para avaliar os alunos valorizando sempre o processo escolar como um todo buscando no dia a dia observar seus alunos para se ter em mente a progressão dos alunos. A avaliação é a forma de verificar dados qualitativos do processo de ensino e aprendizagem fornecendo ao professor subsídios para a tomada de decisões sobre o que esta sendo feito em sala de aula, assim o professor poderá auxiliar seus alunos em qualquer dificuldade ou não no que diz respeito aos conteúdos estudados.

Como a avaliação é complexa, cheia de desafios, ao longo do processo de ensino aprendizagem, a prática avaliativa do professor é constantemente questionada tanto pela equipe pedagógica quanto pelos pais. Devido as mas interpretações as vezes os professores são questionados em seus métodos de avaliar os alunos, achando que por muitas vezes as temidas provas ou trabalhos apenas tem a função quantitativa, deixando de lado os aspectos qualitativos, mas será que isso ocorre com frequência? Em suas palavras Libâneo, (1994, p. 104) aborda:

A prática da avaliação em nossas escolas tem sido criticada sobretudo por reduzir-se à sua função de controle, mediante a qual se faz uma

classificação quantitativa dos alunos relativa às notas que obtiveram nas provas. Os professores não têm conseguido usar os procedimentos de avaliação que, sem dúvida, implicam o levantamento de dados por meio de testes, trabalhos escritos etc.- para atender a sua função educativa...

A avaliação é atribuída muitos conceitos dentre eles o que mais se destaca é a função de controle e atribuição de notas ou conceitos, como uma forma de classificação. Muitos professores ainda acham que a reprovação é a melhor forma de fazer com que seus alunos aprendam, mas isso deve ser desmistificado, pois um excelente professor é aquele que busca durante o ano todo fazer com que seus alunos aprendam de fato o que é proposto.

A avaliação não deve ser vista como recompensa aos “bons” alunos nem como punição para aqueles que não se dedicam o suficiente o ano todo, ela deve ser vista como um critério emancipador visando a qualidade de ensino não a quantidade de alunos reprovados ou que foram aprovados. Para que seja entendida corretamente a avaliação de consistir na união dos aspectos qualitativos e quantitativos, onde a ação pedagógica deve valorizar o que o aluno já sabe, abordando isso em sala de aula transformando esse conhecimento prévio, em um conhecimento sistemático, científico capaz de transformar a realidade vivida pelo aluno, feito isso com clareza o professor terá desempenhado sua função com êxito.

Portanto a avaliação deve ser parte integrante do processo de ensino aprendizagem e não deve ser isolada com provas ao final do semestre ou ano, mas ela deve ser vista como uma forma do professor avaliar e se auto avaliar em relação ao que foi proposto para aquele ano. E também ela deve ser vista perante a sociedade não como uma forma de punição mas como um meio onde o processo de ensino possa ser cada vez mais melhorado proporcionando aos alunos um ensino qualificado.

## **INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

Em suas ações pedagógicas o professor deve saber como irá avaliar seus alunos e quais meios, instrumentos ou critérios são mais adequados para que o processo avaliativo não se torne um fator de preocupação ou até mesmo medo ou trauma para seus alunos e para si mesmo, por isso:

Fazer a análise qualitativa de uma tarefa de aprendizagem compreende, assim, descrever o nível de compreensão do aluno em relação a uma determinada área do conhecimento. Dificilmente essa descrição poderá ser expressa por sinais de certo/errado, notas ou conceitos, porque esses são genéricos, no sentido de não especificar a natureza das respostas dos alunos. Daí a importância da prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos sugeridas em lei. (HOFFMANN, 2011, p. 41).

Em suas avaliações o professor deve levar em consideração os aspectos qualitativos, tendo prevalência sobre os quantitativos, pois os dois estão interligados um depende do outro para que ocorra um bom desempenho escolar. Ao iniciar um ano letivo o professor traça metas a serem alcançadas,

mas as vezes nem tudo da certo como havia planejado, a avaliação seja ela diagnóstica, processual e formativa, poderá ajudar o professor a entender melhor seus objetivos traçados anteriormente, para que possa dar continuidade em seu trabalho.

Uma forma de avaliar seus alunos é a prova escrita podendo ser dissertativa nela o professor não deve abordar questões de repetição ou algo parecido, mas deve por meio delas instigar, cada vez mais que seus alunos possam relacionar tudo que foi assimilado, assim na prova os alunos terão mais confiança em si mesmos e poderão expor de fato que aprenderam, é o que aponta Libâneo (1994, p 205)

A prova escrita dissertativa não pode restringir-se a pedir aos alunos que repitam somente o que foi ensinado ou o que está no livro didático. É claro que as questões devem estar relacionadas com o conteúdo trabalhado, mas o objetivo da prova é verificar o desenvolvimento das habilidades intelectuais dos alunos na assimilação dos conteúdos. (...)

Outra forma de prova para avaliar o processo de ensino-aprendizagem é a prova objetiva, esta por sua vez permite ao professor uma elaboração maior de questões, abrangendo um número maior de conteúdo trabalho. Esse tipo de questão apresenta apenas uma resposta certa facilitando a correção, mas será que o aluno conseguiu demonstrar de fato o que aprendeu? Esse tipo de prova é facilitador na hora da correção, para o professor e o aluno conseguirá lembrar-se de todos os conteúdos trabalhados?

As provas de questões objetivas avaliam a extensão de conhecimentos e habilidades. Possibilitam a elaboração de maior número de questões, abrangendo um campo maior da matéria dada. Por requererem respostas mais preciosas, é possível controlar mais a interferência de fatores subjetivos, tanto do aluno quanto do professor. Possibilitam uma correção mais rápida, pois cada item, geralmente, apresenta apenas uma resposta correta. (LIBÂNEO, 1994. p 207)

Durante o processo de ensino, o professor deve realizar inúmeras formas de avaliar seus alunos seja por meio de provas ou trabalhos, observar se de fato seu aluno está aprendendo, e não deve deixar acumular muita matéria, a avaliação ela é também processual devendo ocorrer durante todo o período letivo, para que assim o aluno possa de fato demonstrar o que aprendeu. A observação é uma forma também de avaliar, nela o professor têm mais subsídios para enriquecer seu planejamento escolar tendo como base a abordagem, investigação do que os alunos tem mais dificuldade, para que assim tenha um melhor desempenho em sua ação pedagógica, portanto:

Para extrair da observação dados que permitam um melhor conhecimento dos alunos individualmente e da classe como grupo, para aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem, o professor deve ter uma atitude criteriosa, ou seja, apenas tirar conclusões após observar os alunos em

várias situações, de forma que o resultado da observação não seja mera *opinião*, mas uma *avaliação fundamentada*. (LIBÂNEO, 1994. p 214)

Com a observação o professor deve investigar individualmente as particularidades dos alunos, entendendo melhor suas dificuldades, identificando fatores que possam estar interferindo na aprendizagem, só assim o professor pode de fato fazer uma avaliação justa com seu aluno. Mas essa percepção do professor deve estar sempre acompanhada por um ou mais profissionais da área, para que o mesmo não esteja cometendo nenhum equívoco, podendo prejudicar seu aluno.

Ao avaliar seu aluno o professor não pode simplesmente atribuir a ele uma nota ou conceito, claro que o sistema exige, mas deve-se levar sempre em consideração os aspectos qualitativos sobre os aspectos quantitativos, ou seja o aluno deve ser avaliado de forma contínua e não só ao final do semestre, abordando de fato tudo o que foi visto e assimilado durante todo o ano escolar, e que ao final desse processo o aluno tenha absorvido tudo ou boa parte do que foi estudado, assim:

As notas ou conceitos traduzem, de forma abreviada, os resultados do processo de ensino e aprendizagem. A nota ou conceito não é o objetivo do ensino, apenas expressa níveis de aproveitamento escolar em relação aos objetivos propostos. (LIBÂNEO, 1994. p 217)

Enfim a avaliação é muito complexa, aborda inúmeros fatores para que o seu real objetivo seja cumprido, e é necessário que o professor use de todos os mecanismos possíveis para que o processo avaliativo seja de fato bem elaborado e atinja todos os objetivos propostos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo busquei conceituar a avaliação bem como os critérios e instrumentos utilizados pelo professor para que ocorra um processo de ensino e aprendizagem priorizando o conhecimento prévio dos alunos e valorizando a sua individualidade. A avaliação é utilizada pelo professor para avaliar o seu rendimento e por consequência a dos seus alunos, e para que isso ocorra de forma satisfatória, o professor deve valorizar os aspectos qualitativos do processo de ensino, assim o ensino fica mais rico e emancipador.

A avaliação deve ser vista como uma ferramenta de apoio ao professor fornecendo informações valiosas para que o professor possa adequar, melhorar suas ações pedagógicas, tornando o processo de ensino cada vez mais qualificado, assim a avaliação possibilita aos alunos a crescerem, possibilita também a aquisição do conhecimento os tornando mais independentes e autoconfiantes. O processo avaliativo deve abordar tudo o que acontece em sala de aula, o professor precisa ser um bom observador para que não passe despercebido aspectos importantes para a avaliação de seus alunos.

O professor deve ter um olhar sensível e atento, e também ter como função primordial a mediação do conhecimento, valorizando o conhecimento prévio dos alunos, assim eles irão absorver melhor os conteúdos propostos. Na avaliação o professor deve ter em mente a clareza em seus objetivos e critérios para avaliar seus alunos de forma igualitária, dando ênfase na individualidade de cada um, buscando cada dia a progressão dos alunos.

Em relação aos seus instrumentos e critérios o professor deve adequá-los para que o processo avaliativo não se torne um pesadelo para ele e os alunos. Todas as formas de avaliar são válidas, não somente as provas escritas e orais, mas tudo o que acontece em sala de aula deve ter a sua importância para que na avaliação o professor tenha o máximo de subsídios ao avaliar seus alunos.

Enfim avaliar faz parte de nós, não somente nas escolas, mas em qualquer lugar que vamos, ou qualquer coisa que fazemos ou deixamos de fazer é avaliado, mas se esse processo de avaliação não tiver formas adequadas de acontecer, prejudicará a todos em relação a sua formação como sujeito cidadão. O objetivo do processo de ensino é proporcionar aos alunos subsídios para que possam se tornar pessoas criativas, críticas com capacidade de opinar criticamente sobre qualquer assunto, visando assim serem cidadãos atuantes na sociedade que vivem.

## **REFERÊNCIAS**

HOFFMANN, J. Pontos e Contrapontos. Do pensar ao agir em avaliação, Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.

LIBÂNEO, J. C. Didática. ( Coleção Magistério. Série formação do professor) São Paulo: Cortez, 1994.



## AVALIAÇÃO DO VIGOR DE SEMENTES DE *ILEX PARAGUARIENSIS* ST. HIL (ERVA – MATE)

Alyeska Wendy Pagliosa - [alyeska\\_pagliosa@hotmail.com](mailto:alyeska_pagliosa@hotmail.com)  
Carolina Hoppen Tonial - [Carolina.hoppen@ifpr.edu.br](mailto:Carolina.hoppen@ifpr.edu.br)

### Resumo

As sementes de *Ilex paraguariensis* St. Hil. São importantes na propagação da espécie. Muitos produtores as colhem e armazenam para posterior quebra de dormência e plantio, deixando-as dentro de frascos em freezer ou geladeira. Por este motivo, as sementes colhidas e armazenadas nem sempre se encontram aptas à germinação, pois a deterioração das mesmas inicia imediatamente após a colheita. A presente pesquisa busca levantar informações sobre a qualidade de sementes de erva-mate colhidas no mês de abril de 2014 e armazenadas em geladeira pelo período de um ano a partir da realização do teste de tetrazólio, conforme indicado pela Regra para Análise de Sementes. Na avaliação os resultados demonstraram que o armazenamento causa perda de vigor nas sementes de erva – mate, pois observou-se uma porcentagem de 39,5% sementes viáveis e 60,5% sementes inviáveis.

**Palavras-chave:** *Ilex paraguariensis*, teste de tetrazólio, viabilidade.

### Abstract

*Ilex paraguariensis* seeds are important for its specie propagation. Many producers that harvest and store the seeds, to break its dormancy later and produce plants, live it in bottles inside freezer or refrigerator. For this reason, seeds that are harvested and stored are not always available to germinate because deterioration starts immediately after harvesting. This research aims to get information about the quality of seeds harvested on april 2014 and stored in refrigerator for one year using the tetrazolium test. The result showed that storage causes loss of vigor, cause 39,5% of the seeds were viable and 60,5% of the seeds were inviable.

**Key-words:** *Ilex paraguariensis*, tetrazolium test, seed viability.

### INTRODUÇÃO

*Ilex paraguariensis* St. Hil, angiosperma pertencente à família das aquifoliáceas e conhecida popularmente como erva-mate, é fonte de economia em cidades do Sul do Brasil, bem como na Argentina e Paraguai, locais onde ocorre naturalmente (CORRÊA, et al., 1999).

A planta pode atingir 12 metros de altura, possui caule cinza com fruto pequeno cuja coloração varia entre verde a vermelho arroxeado e suas folhas apresentam formato oval, sendo muito utilizadas para a produção de chás e de erva para chimarrão (CROCE et al., 1999). Suas sementes apresentam dormência devido à imaturidade do embrião. Além disso, o fruto apresenta

endocarpo lenhoso e substâncias inibidoras no tegumento, o que dificulta ainda mais a germinação da espécie, mesmo sob condições favoráveis (ROBERLI, *et al.*, 2003).

Outro fator importante na produção de mudas de erva-mate e que deve ser levado em conta é que o produtor, ao colher a semente nem sempre a utiliza, deixando-a armazenada em equipamentos como freezer ou geladeira. Devido a este fator, as sementes colhidas e armazenadas nem sempre se encontram viáveis e aptas à germinação. Segundo Cherobini (2006), a deterioração das sementes tem início imediatamente após a maturidade fisiológica e prossegue enquanto estas permanecem em campo, Flores, *et al.* (2011) cita que a qualidade das sementes envolve resultados de como ocorre a colheita, o processamento e o armazenamento.

Alguns testes podem ser realizados a fim de avaliar a qualidade fisiológica das sementes, dentre eles os bioquímicos, que avaliam alterações bioquímicas associadas ao vigor das sementes, tais como o teste de tetrazólio (McDONALD, 1999). Com sua utilização, é possível determinar rapidamente a viabilidade das sementes, em especial das que apresentam o fenômeno da dormência (BRASIL, 2005).

Por este motivo, a presente pesquisa busca levantar informações sobre a qualidade de sementes de erva-mate colhidas no mês de abril de 2014 e armazenadas em geladeira pelo período de um ano a partir da realização do teste de tetrazólio, conforme indicado pela Regra para Análise de Sementes (BRASIL, 2005).

## MATERIAL E MÉTODOS

O teste de tetrazólio em sementes de erva-mate foi realizado no Laboratório de Botânica do Instituto Federal do Paraná, Campus Palmas conforme a Regra para Análise de Sementes (BRASIL, 2009).

As sementes de erva-mate armazenadas em geladeira pelo período de um ano (de abril de 2014 a abril de 2015) foram pré-embebidas em água a 30° C por um período de 24 horas a fim de facilitar seu corte.

Após esse período, as sementes foram cortadas longitudinalmente, próximo ao eixo embrionário, e colocadas em solução de tetrazólio, feita da seguinte maneira:

As sementes foram então colocadas em contato com a solução de tetrazólio. Foram feitas quatro repetições com cinquenta sementes cada, num total de 200 sementes. Cada repetição foi colocada em uma placa de Petry com a solução e armazenada em caixa escura, dentro de BOD a 25° C por um período de 24 horas.

Após este período, foi então avaliada a coloração de cada uma das sementes. As sementes que apresentavam coloração rosada foram consideradas viáveis e as que apresentavam coloração esbranquiçada foram consideradas inviáveis à germinação.

Após a avaliação das sementes foram realizados os cálculos para obtenção da média de sementes viáveis e inviáveis e também do coeficiente de variação, em porcentagem. Estas análises foram feitas com auxílio do programa Assisat (SILVA e AZEVEDO, 2009). Também foram construídos gráficos através do programa Excel®.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos neste trabalho através do teste de tetrazólio para *Ilex paraguariensis* foram baseados na coloração ou não das sementes de quatro repetições de cinquenta sementes, totalizando duzentos exemplares. As sementes apresentando coloração rosada foram consideradas viáveis. Já as sementes que não apresentaram coloração rosada foram consideradas inviáveis.

Na Tabela 1 observamos o número de sementes viáveis e inviáveis, a média e o coeficiente de variação destas análises. Observa-se que a maior porcentagem de sementes viáveis foi encontrada na repetição 2 (R2) com 46% e a maior porcentagem de sementes inviáveis foi encontrada na repetição 1 (R1) com 66%.

Avaliação da Semente	Repetições de Sementes				MÉDIA	CV%
	R1	R2	R3	R4		
Sementes Viáveis	34	46	38	40	39,5	12,66
Sementes Inviáveis	66	54	62	60	60,5	8,26

Tabela 12 Porcentagem de sementes viáveis e inviáveis por repetição após a realização do teste de tetrazólio, médias para sementes viáveis e inviáveis e coeficiente de variação (CV) em porcentagem.

Ainda analisando a tabela acima, pode-se perceber que a média de sementes viáveis foi de 39,5% e de inviáveis 60,5%, com coeficiente de variação aceitável de 12,66% e 8,26%, respectivamente.

Os dados apresentados acima são também demonstrados no Gráfico 1 onde pode-se observar a porcentagem de sementes viáveis e inviáveis, por repetição, bem como, a média destes dois parâmetros.

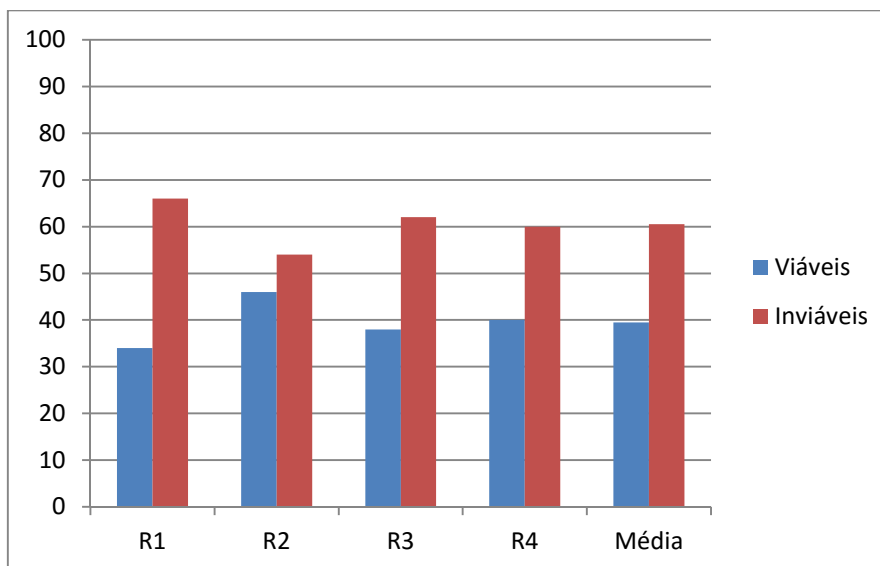


Gráfico 1 Valores de Sementes Viáveis e Inviáveis por repetição e Média.

Catapan (1998) estudou a viabilidade de sementes de erva – mate, inclusive pela realização do teste de tetrázólio. Para isso, 500 sementes foram subdivididas em cinco amostras de 100 pirenos com 4 repetições de 25 sementes. O preparo das sementes ocorreu em quatro etapas, a saber, pré – condicionamento, exposição dos tecidos para coloração e pré – avaliação, coloração e avaliação. Para a etapa de coloração foi utilizado uma concentração de 0,1% de sal tetrázólio, ficando em local com ausência de luz e com temperatura de 35°C pelo tempo de 24 horas. A autora observou uma média de 40,9% de sementes viáveis.

Medeiros et. al. (2001) realizou seu experimento no Laboratório de Análises de Sementes da Embrapa Florestal, com sementes de *Ilex paraguariensis* coletadas em fevereiro de 1998. Os frutos foram coletados ainda verdes, despolidos e as sementes foram secas a sombra pelo período de 49 dias. O teste de viabilidade por tetrázólio foi desenvolvido com três repetições de 25 sementes, sob imersão das sementes em solução de tetrázólio com concentração de 0,1%. O autor observou que 34,9% das sementes apresentou coloração rosada concluindo que esta foi a porcentagem de embriões viáveis no estágio de pós – coloração.

Roberti et. al. (2013) realizou o teste de tetrázólio sem ementes de erva – mãe e observou que, das 307 sementes analisadas 80% eram inviáveis e apenas 20% viáveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O teste de tetrázólio mostrou-se eficiente para sementes de *Ilex paraguariensis*, pois as sementes viáveis obtiveram uma excelente coloração,

podendo-se observar este parâmetro a olho nu por conta da intensidade da cor apresentada.

Este teste pode ser recomendado para a espécie por possuir uma rápida estimativa sobre a viabilidade das sementes. Contudo, é recomendado realizar concomitantemente o teste de germinação para que se obtenham resultados complementares sobre o número de sementes aptos a formação de novos indivíduos.

Com a realização deste estudo, conclui-se também que o tempo de armazenamento pode ter influência sobre a viabilidade das sementes, pois observou-se que a maioria das sementes foram consideradas inviáveis. Isto pode ser atribuído ao tempo de armazenamento de um ano sobre temperaturas em torno de 4°C.

## REFERENCIAS

BITENCOURT, J.; ZUFFELLATO-RIBAS, K. C.; WENDLING, I.; KOEHLER, H. S.; **Enraizamento de estacas de erva – mate (*Ilex paraguariensis* A, St. - Hil.) provenientes de brotações rejuvenescidas.** Rev. Bras. Pl. Med. Botucatu – SP. v.11, n.3, p.277-281. Ano: 2009

CATAPAN, M. I. S.; **Influencia da Temperatura, Substrato e Luz na Germinação de Sementes de *Ilex paraguariensis* St. Hil.** Ministério da educação e do Desporto Universidade Federal do Paraná, Setor das Ciências Agrarias, Curso de Pós – Graduação em Engenharia Florestal. Curitiba – Pr. Ano: 1998.

CHEROBINI, E. A. L.; **Avaliação da Qualidade de Sementes e Mudanças de Espécies Florestais Nativas.** Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós – Graduação em Engenharia Florestal. Santa Maria – RS. Ano: 2006

CORRÊA, S.; KIST, B. B.; QUINTANA, A.; **Anuário Brasileiro da Erva Mate.** Gazeta Grupo de comunicações. Ano: 1999

CROCE, D. M.; FLOSS, P. A.; **Cultura da erva – mate no Estado de Santa Catarina.** Florianópolis: Epagri, 1999. p: 81.

CUQUEL, F. L.; CARVALHO, M. L. M.; CHAMMA, H. M. C. P.; **Avaliação de Métodos de Estratificação para a Quebra de Dormência de Sementes de Erva – Mate.** Sci. Agric.; Piracicaba- SP. Set./Dez. 1994

DANIEL, O.; **Erva – Mate Sistema de Produção e Processamento Industrial.** Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados – MS. Ano: 2009.

FERREIRA, R. A.; VIEIRA, M. G. G. C.; PINHO, E. R. V. R.; TONETTI, O. A. O.; **Morfologia da Semente e de Plântulas e Avaliação da Viabilidade da Semente de Sucupira – Branca ( *Pterodonpubescens* Benth. – FABACEAE) Pelo Teste de Tetrazólio.** Revista Brasileira de Sementes. vol: 23. Nº: 1. p: 108 -115. Ano: 2001.

FERRON, R. M.; MELO, I. B.; **Erva – Mate - Orientações Técnicas de Manejo.** Ano: 2003.

FLORES, A. V.; ATAÍDE, G. M.; BORGES, E. E. L.; SILVEIRA, B. D da.; PEREIRA, M. D.; **Tecnologia e Comercialização de Sementes Florestais: Aspectos Gerais.** Informativo Abrates. Vol: 21. Nº:3. Ano:2011

FOWLER, J. A. P.; BIANCHETTI, A.; **Dormência em sementes florestais.** Embrapa. Colombo, 2000.

FOWLER, J. A. P.; STURION, J. A.; **Aspecto da Formação do Fruto e da Semente na germinação da Erva – Mate.** Embrapa. Nº: 45; p. 1 – 5. Ano: 2000

MAZUCHOWSKI, J. Z.; **A Cultura da Erva – Mate.** Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. Curitiba, 1989. p. 36.

MAZUCHOWSKI, J. Z.; **Incorporação e Exportação de Biomassa e de Nutrientes pela Erva – Mate *Ilex paraguariensis* St. Hil.** Universidade Federal do Paraná, setor de Ciências Agrárias. Curitiba – PR. Ano: 2001.

MEDEIROS, A. C. DE S.; **Dormência em sementes de erva – mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.).** Colombo – Paraná. Ano: 1998. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/17051/1/doc36.pdf>>. Acessado em: 21 fev 2014

MEDEIROS, A. C. DE S.; SILVA, L. C.; **Efeitos da Secagem na Viabilidade das Sementes de *Ilex paraguariensis* St. Hil.** Bol. Pesq. Fl., Colombo, n. 42, jan./jun. 2001, p. 35 – 46.

MENDES, R. M. D.; **Caracterização e Avaliação da Erva – Mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.), Beneficiada no Estado de Santa Catarina.** Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Engenharia Química e Engenharia de Alimentos. Florianópolis. Ano: 2005

MEURER, A. Z.; **Caracterização química e climática de Populações Naturais de Erva – Mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.) No Planalto Norte Catarinense.** Florianópolis – SC. Ano: 2012



MILAN, P.; SANTOS, L.; **Erva – Mate o ouro verde do Paraná**. Gazeta do Povo. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-erva-mate/hoje.phtml>>. Acessado em: 12 set 2014

NOGUEIRA, A. C.; MEDEIROS, A. C. S.; **Coleta de Sementes Florestais Nativas**. Embrapa. Colombo – Pr. Ano: 2007

OLIVEIRA, A. K. K.; SCHLEDER, E. D.; FAVERO, S.; **Caracterização Morfológica, Viabilidade e Vigor de Sementes de *Tabebuia áurea* (Silva Manso) Benth. & Hook. f. ex. S. Moore**. R. Árvore, Viçosa – MG. v: 30. n: 1. p: 25 – 32. Ano: 2006

PENTEADO, S. R. C.; **Principais Pragas da Erva – Mate E Medidas Alternativas para o seu Controle**. Erva – mate: Biologia e cultura no Cone Sul. Editora da Universidade/ UFRGS. Ano: 1995 Porto Alegre – RG.

ROBERLI, L.; SANTOS, K, C, G.; LOPEZ, D, S, H.; PEREZ, L, M.; SCHMIDT, P.; FIGUEIREDO, I.; PERES, C, K.; ROJAS, C, A.; **Estudos Sobre a Germinação de Sementes de Erva – Mate**. Foz Do Iguaçu – Paraná. Ano: 2013.

ROSSA, U. B.; **Produtividade e Compostos Foliares de Erva – Mate Sob Efeitos de Luminosidade e Fertilização**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba – Pr. Ano: 2013.

SANTOS, F. Sda.; **Biometria, Germinação e Qualidade Fisiológica de Sementes de *Tabebuia chrysostricha* (Mart. ex A. DC.) Standl. Provenientes de Diferentes Matrizes**. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, campus de Jaboticabal. Jaboticabal – SP. Ano: 2007

SILVA, F. de A.S.; AZEVEDO, C.A.V. **Principal components analysis in the *software* Assistat-Statistical Attendance**. In: WORLD CONGRESS ON COMPUTERS IN AGRICULTURE, 7., 2009, Orlando

SUERTEGARAY, C. E. O.; **Dinâmica da cultura da erva – mate (*Ilex paraguariensis* StHil.) em sistemas agroflorestais e monocultivos**. Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Ciências Agrárias Programa de Pós – Graduação em Agroecossistemas – Mestrado. Florianópolis, SC. Ano 2002.

VIEIRA, I, G.; FERNANDES, G, D.; **Métodos de Quebra de Dormência de Sementes**. Instituto de Pesquisa e Estudos Florestais. Piracicaba – São Paulo. Ano. 1997. Disponível em: <<http://www.ipef.br/tecsementes/dormencia.asp>>. Acessado em: 14 mar 2014



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

ZANIN T.; **Tua Saúde. Erva – Mate.** Disponível em:<<http://www.tuasaude.com/erva-mate/>>. Acessado em: 2 mar 2014.

## AVALIAÇÃO ESCOLAR: DESAFIOS NO TRABALHO DO PROFESSOR

Priscila Almeida Lima– (plpadilha@hotmail.com)  
Jussara Isabel Stockmanns –( jussara.stockmanns@ifpr.edu.br)

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo mostrar como a avaliação é abordada em sala de aula tanto na visão do professor quanto na do aluno. Dessa forma, a avaliação é fundamental dentro da sala de aula, tendo em vista que é nesse ambiente que ocorre o vínculo entre professor/aluno, podendo o professor auto avaliar os seus conhecimentos e os métodos realizados. Com isso, é necessário buscar, por meio de mecanismos específicos, metodologias de avaliação que vão além da prova escrita, tendo em vista que há outras formas de avaliar o desempenho do aluno em sala de aula. Assim, dentre essas outras formas, é preciso que o professor seja um bom observador para que possa verificar, durante o processo de ensino, outras formas de avaliar o seu aluno. Tendo por finalidade acompanhar os processos de ensino/aprendizagem escolar, compreendendo como eles estão se concretizando.

Palavras chaves: Ensino. Avaliação. Professor.

### Abstract

This work aims to show how the evaluation is discussed in the classroom in both the teacher and in view of the student. Thus, the evaluation is critical in the classroom, considering that it is in this environment that is the link between teacher / student, the teacher can self-assess their knowledge and methods performed. This makes it necessary to search through specific mechanisms, valuation methodologies that go beyond the written test, considering that there are other ways to assess student performance in the classroom. Thus, among these other forms, it is necessary that the teacher is a good observer so you can check during the teaching process, other ways to evaluate your student. Having intended to follow the teaching / learning school, including how they are fulfilled.

### Introdução:

A avaliação da aprendizagem ocorre por meio de um processo de construção de conhecimento a respeito da realidade em questão, assim fazendo uma reflexão de qual forma está sendo trabalhada a questão da avaliação por parte dos professores e das entidades, mostrando as formas negativas e positivas que estão em âmbito escolar.

Fazendo com que os professores questionem sobre como devem avaliar os educandos e quão é importante a auto avaliação, tanto do professor

quanto do aluno, para que possam verificar o que se tem que mudar e o porquê que tem que ser mudado. O aluno tem o direito de aumentar seu espaço dentro da escola, inclusive no processo de avaliação, sendo feita por meio de mudanças concretas, analisando as suas avaliações, dando sugestões, discutindo o processo de avaliação seja junto ao conselho de classe ou dentro da sala de aula. Contudo neste artigo será abordado a questão de como o professor realiza suas atividades em sala de aula, mostrando os pontos positivos e negativos do instrumento avaliativo.

### **1. Avaliação da aprendizagem: óticas dos professores e alunos**

A avaliação da aprendizagem deve questionar e refletir sobre o contexto educacional dentro de toda a forma complexa do fazer pedagógico. O professor, durante o processo de ação pedagógica, em suas práticas cotidianas, estará fazendo um acompanhamento da construção da aprendizagem dos alunos. Essa ação deve permear, de forma gradativa, para que a avaliação e o processo de aprendizagem estejam ligados e, portanto, ocorra a efetivação da avaliação formativa.

A avaliação, muitas vezes, é vista pelos alunos como uma forma de punição e não de aprendizagem, acarretando, dessa maneira, em elevados índices de reprovação. Assim, o aluno, em alguns casos, acaba tendo um baixo rendimento por medo de errar, apresentando, ainda, nervosismo pela forma de como o professor vai se portar diante de uma nota baixa ou de um desempenho inferior ao esperado. Para que a avaliação seja alcançada de maneira desejável, consistindo em uma união dos aspectos qualitativos e quantitativos, a ação pedagógica deve valorizar o que o aluno já sabe, abordando esses conhecimentos dos alunos em sala de aula transformando esse conhecimento prévio em um conhecimento metódico.

Sendo assim, a avaliação é vista somente como uma aplicação restrita ao aluno, ao passo que o professor não percebe que existem outros fatores que estão envolvidos nesse processo, como, por exemplo, os conteúdos, a sala de aula, a gestão, a família e o meio em que o aluno está inserido. Vasconcellos (2006) em sua reflexão sobre a avaliação, ao abordar sobre a problemática da avaliação no campo pedagógico, afirma:

A avaliação, portanto acaba desempenhando na pratica um papel mais político que pedagógico, ou seja, não é usada não como recurso metodológico de reorientação do processo de ensino aprendizagem, mas sim como instrumento de poder, de controle, tanto por parte do sistema social, como pela escola, pelo professor, quanto pelos próprios pais (VASCONCELLOS,2006,p. 49).

O professor deve medir e analisar a capacidade de produção do aluno respeitando o seu ponto de vista e o seu ritmo, e não o ideal de resposta

construída pelos professores, investigando quais os caminhos percorridos pelos alunos para que eles chegassem na resultado obtido. Dessa forma, o professor precisa analisar as tarefas dos alunos, interpretando seus erros e acertos, verificando, assim, uma dimensão qualitativa de suas respostas, em que o professor deve analisar não só de maneira quantitativa, mas também qualitativamente, sendo que alguns autores entendem que avaliação é um momento que antecede, acompanha e sucede o trabalho pedagógico do professor. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, em seu art.24,inciso V, postula que “a avaliação, a trata como verificação do rendimento escolar, sendo contínua e cumulativa, prevalecendo os aspectos qualitativos e quantitativos assim sobrepondo”. Porém, um dos grandes problemas da avaliação escolar é que ela se tornou classificatória, ou seja, o professor avalia e classifica o educando de acordo com o resultado obtido, não qualitativo e sim quantitativo. Assim, na hora da avaliação, cabe ao professor se avaliar primeiro para, na sequência, avaliar o aluno. É preciso, pois, ter claro que nenhum aluno é igual ao outro, cabendo ao professor avaliar os erros do educando, analisando qual percurso ele realizou para chegar até o resultado. Dessa forma, o erro do aluno é mais positivo do que o acerto, tendo em vista que, muitas vezes, ele acerta uma questão sem saber como ele chegou a essa resposta.

Vasconcellos (2006) discorre sobre a efetivação no contexto escolar da avaliação formativa. Uma das ações para que isso ocorra é a ação do professor, tendo em vista que deve se preocupar com a aprendizagem do aluno, com o que ele aproveitou e não somente com o resultado da avaliação quantitativa. O aluno, por sua vez, obtém uma automotivação e confiança própria, podendo realizar práticas concretas. Ademais, ao sentir-se desinibido para realizar as atividades propostas e poder errar ao realiza-las, o aluno consegue expressar suas dúvidas e realizar os questionamentos necessários.

O professor, por meio desse processo, pode orientar os alunos para que eles possam dar sugestões de como a avaliação pode ocorrer, destacando os pontos positivos e negativos relativos à avaliação. Para chegar a esses resultados, o professor pode sugerir aos alunos para que eles façam uma auto avaliação.

Ao encontro dessa questão, Vasconcellos (2006) destaca a importância da organização coletiva dos alunos no espaço da sala de aula, e para tanto, sugere as seguintes ações: reforçar a importância de interagir com os representantes de sala sobre o processo de avaliação, uma vez que o representante de sala é uma chave fundamental para um bom convívio com os alunos dentro da sala de aula, servindo como mediador entre os demais alunos e o professor; realizar conselho de classe com a participação dos alunos e dos professores, objetivando encontrar soluções para que todos possam, de alguma forma, ter um processo de ensino aprendizagem de forma positiva.

Ao encontro dessa questão, é necessário destacar que:

A observação é uma forma também de avaliar, nela o professor têm mais subsídios para enriquecer seu planejamento escolar tendo como base a abordagem, investigação do que os alunos tem mais dificuldade, para que assim tenha um melhor desempenho em sua ação pedagógica, o olhar do professor precisa ser assim, sensível ao tempo de cada educando, de cada grupo de aluno, qualitativamente diferente a cada momento e promissor em seu processo de ensino aprendizagem (HOFFMANN, 2011, p. 30).

A avaliação, nesse sentido, aponta não só os erros ocorridos dentro da sala de aula, mas também as inúmeras necessidades que a escola possui, podendo ajudar, de forma positiva, a gestão da escola. Devendo incentivar a coletividade da construção do conhecimento, haja vista que, somente assim, eles poder obter um crescimento mútuo da responsabilidade social e de ajuda efetiva nesse processo.

Os alunos devem compreender que o aproveitamento de cada um depende não só dele, mas do aproveitamento de todos, assim, a aprendizagem escolar é uma tarefa coletiva e não privada, deixando claro que a escola é tida como um todo e não de maneira individual e que todos são responsáveis pela melhoria do processo de ensino/aprendizagem.

Hoffmann (2011), ao abordar sobre a finalidade da avaliação, discorre que é o momento em que vai ocorrer a reflexão do aluno a partir dos conhecimentos já adquiridos, momento, também, em que ocorre a reelaboração dos seus conceitos diante do conteúdo abordado.

A avaliação deve cumprir a função de auxiliar o professor no processo de ensino/aprendizagem. Dessa forma, o professor acaba acompanhando a construção do conhecimento do educando e não avaliando o educando por pressão, por comodidade ou pelo salário ao final do mês, tendo que atribuir uma determinada nota para o aluno, pelo fato de existir recomendações para tal.

E esse problema acontece muito nas escolas, tendo em vista que o professor passa a trabalhar de forma negativa, com desânimo, sem vontade de transformar o aluno, de mediar uma forma de conhecimento para que seja possível formar um cidadão reflexivo e crítico. O professor é um profissional responsável por refletir na e sobre sua prática, ao passo que o diálogo é um conjunto básico para o entendimento do papel da formação dos professores. A formação é permanente e se enraíza na própria natureza humana, que busca incessantemente o saber, e muitas vezes ele não sabe utilizar o instrumento avaliativo de forma que possa ser positivamente satisfatória, assim quando o professor ajudar no processo de ensino aprendizagem do aluno este instrumento auxiliará na formação de sua própria natureza.

Assim, a maioria dos alunos relaciona a palavra avaliar como explicitar as opiniões e ideias que o professor expõe, portanto, poucos desses alunos conseguem perceber que a avaliação não é uma forma de explicitar as ideias e sim mostrar seu conhecimento, sua visão do tema abordado, tendo a oportunidade de expressar o pensamento crítico e reflexivo.



## 2. A postura do professor diante avaliação

O processo de ensino aprendizagem é repleto de desafios e o maior deles é de avaliar seus alunos e a si mesmo, quais critérios devem ser utilizados, ao iniciar um ano letivo, o professor assume uma postura sem conhecer seus alunos, planejando metas a serem obtidas, entretanto, nem tudo dá certo como havia sido delineado. Assim, por meio da avaliação, seja ela diagnóstica, processual ou formativa, o professor pode entender melhor seus objetivos traçados anteriormente, para que possa dar continuidade ao seu trabalho.

A criatividade é fundamental na formação do educando e do cidadão, o educando, desde cedo, deve ser orientado para ter um sentido nos estudos, mediando o processo de ensino/aprendizagem para que possa compreender, transformar e usufruir do seu conhecimento. Nesse sentido, ele saberá lidar com o mundo que a rodeia, por isso cabe ao professor propiciar um ensino de qualidade, mostrando o desafio que ele irá enfrentar. Dessa feita, quanto mais difícil for para o professor ensinar mais fácil será para o aluno aprender. Quando o professor não se preocupa com a maneira como ele ensina, o aluno acaba não aprendendo pois o professor explica de qualquer maneira, não realizando, muitas vezes, um ensino aprendizagem de forma eficaz. Vasconcellos (2006) discorre sobre como o professor deve desenvolver seu conhecimento:

O educador deve rever sua prática pedagógica, pois a origem de muitos trabalhos de sala de aula encontra-se aqui. Deve procurar desenvolver um conteúdo mais significativo e uma metodologia mais participativa, de tal forma que diminua a necessidade de recorrer a nota como instrumento de coerção (VASCONCELLOS, 2006, p.68).

A avaliação deve ser contínua, pois ela tem a função de prestar auxílio no processo de ensino aprendizagem, cabendo ao professor incentivar o aluno a perguntar, combatendo, portanto, vários paradigmas que os alunos trazem, fazendo com que estabeleça um clima de respeito e de equipe fazendo, assim, eles ajudarem um ao outro.

Já o professor não deve se preocupar somente com anota do aluno e sim com o ensino aprendizagem, com o aproveitamento dos conteúdos realizados, discutindo sobre como eles se portarão diante da avaliação feita. Vasconcellos (2006) ressalta que o professor deve mostrar para os alunos que o erro faz parte da aprendizagem, na medida em que expressa uma hipótese de construção do conhecimento e que, muitas vezes, o erro é uma forma de aprender de maneira diferente, por isso é preciso explicar para o educando de que o erro é um meio de aproximar o professor e o aluno.

Assim, o autor supracitado propõe que o papel que se espera da escola é que ela possa colaborar com a formação do cidadão pela mediação do conhecimento científico, estético e filosófico.

Os alunos, desde cedo, precisariam ser orientados para dar um sentido ao estudo na articulação entre compreender o mundo em que vivemos usufruir do patrimônio acumulado pela humanidade e transformar este mundo, qual seja, colocar este conhecimento a serviço da construção de um mundo melhor, mais justo e solidário (VASCONCELLOS, 2006, p.69).

A forma como o professor trabalha tem que sempre passar por mudanças, cabendo a ele olhar de maneira diferente para cada aluno, analisando as dificuldades no ensino aprendizagem individualmente, mudando suas práticas dentro das salas de aulas, sempre unindo a teoria com a prática. Segundo Vasconcellos(2006), a avaliação deve ter efeito prático, cabendo ao professor mudar a forma de trabalhar retomando conteúdos, explicando de várias maneiras, sempre mudando a forma de organizar seu trabalho em sala de aula e de dar atenção àqueles que estão com maior dificuldades.

## **CONCLUSÃO**

A avaliação deve ser vista como uma ferramenta de apoio ao professor fornecendo informações valiosas para que o professor possa adequar, melhorar suas ações pedagógicas, tornando o processo de ensino cada vez mais qualificado, assim a avaliação possibilita aos alunos a crescerem, possibilita também a aquisição do conhecimento os tornando mais autônomos e preparados para a sociedade.

Esses fatores podem ser decisivos no sentido de trilhar sua construção do conhecimento, devendo sempre colaborar para a formação integral do sujeito. Dessa forma, esse é o papel da escola: propiciar um significativo conhecimento e um ensino de qualidade, para que o educando se torne um cidadão com autoconfiança, reflexivo, com senso crítico, sabendo lidar com os desafios que o mundo traz.

O professor deverá sempre rever seu processo de formação, ou seja, rever os ensinamentos para poder articular com a sua prática, fazendo continuamente sua auto avaliação, para estar sempre apto a explanar novos conhecimento e métodos, temos a avaliação diagnostica como o melhor modelo e de mais fácil emprego para os atuais profissionais da educação.

Assim os alunos passam a assumir um papel ativo dentro da escola e da sociedade construindo um conhecimento amplo, tendo um compromisso com a aprendizagem efetiva percebendo que o professor não é um mero transmissor de informações e sim garantindo que o aluno está, efetivamente, aprendendo.

Existe uma relação entre o que significa aprender a avaliar e como avaliar, e de que forma esta sendo o processo de ensino aprendizagem, a falta de estímulo de o aluno ir a escola pode ser a forma de como o professor trabalha a avaliação com seus alunos.



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

Para que seja estabelecida uma afinidade entre aluno e professor é preciso rever os conceitos de avaliação, a diversidade é que vai possibilitar aos professores obter mais e melhores informações sobre o trabalho que esta desempenhando.

## **REFERÊNCIAS**

HOFFMANN, Jussara. **Pontos e Contrapontos**: Do pensar e agir em avaliação. São Paulo: Mediação, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação**: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 2006.

## AVALIAÇÃO ESCOLAR: UM NOVO OLHAR PARA TRANSFORMAÇÃO DO ALUNO

Larissa Zanatta Sendeski ([larissa\\_23\\_sendeski@hotmail.com](mailto:larissa_23_sendeski@hotmail.com))  
Jussara Isabel Stockmanns ([jussara.stockmanns@ifpr.edu.br](mailto:jussara.stockmanns@ifpr.edu.br))

### RESUMO

Esse artigo tem por objetivo perceber como a avaliação escolar interfere no desenvolvimento do aluno, onde em um primeiro momento se dedicou a elencar os conceitos e sua importância dentro da instituição escolar, e depois quais são as relações entre o trabalho docente e o resultado da avaliação, e como ela pode transformar o contexto educacional do aluno no primeiro capítulo tratou de argumentar a importância da avaliação no meio escolar, e no segundo capítulo aborda como o professor deve agir em meio educacional. Tiveram como base autores como Jussara Hoffman e Celso dos Santos Vasconcellos, esses que estudam e trabalham o tema abordado.

Palavras chaves: Avaliação. Aluno. Professor. Método.

### ABSTRACT

This paper aims to understand how school evaluation interferes with the development of the student, which at first was dedicated to list the concepts and their importance within the school, then what are the relations between the teaching and assessment of results and how it can transform the educational context of the student in the first chapter tried to argue the importance of evaluation in schools, and in the second chapter discusses how the teacher should act in education. The authors base on Jussara Hoffman and Celso dos Santos Vasconcellos, those who study and work the issue addressed.

**Key words:** Evaluation. Student. Professor. Method.

### INTRODUÇÃO:

Muito tem se abordado sobre o tema de avaliação nos últimos tempos, e voltada para um conceito próprio para do cotidiano da escola, principalmente no que se refere à avaliação dentro de sala de aula. Pois se sabe que ela pode ocorrer de várias maneiras e de várias formas com isso torna-se fundamental a constituição de um conceito de avaliação escolar que atenda às necessidades das pessoas principalmente dos educadores.

E como a avaliação pode ser utilizada de instrumento de medida do saber pode influenciar no trabalho docente, aonde o professor com sua metodologia utilizam-se de vários recursos para poder fazer com que a atividade avaliativa seja concreta e de uma maneira que o aluno consiga uma melhor aprendizagem.

Por fim, buscaremos analisar a verdadeira função da avaliação escolar e como ela deve ser aplicada corretamente para que o aluno não sofra problemas e que ele desenvolva o que realmente aprendeu, visando conhecimento em um geral, desde a sua abordagem inicial até o resultado final.

### **IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM MEIO ESCOLAR**

Encontramos o ato de avaliar em diversos momentos da vida, tanto escolar como em âmbitos não formais, aonde julgamos e comparamos algo e ações também estão adentrando no meio avaliativo. Em linhas gerais ela tem sua origem do latim *à+ valere* que significa atribuir valor e mérito ao objeto de estudo. No geral ela diz respeito a um instrumento de verificação para saber se os objetivos foram atingidos ou não.

Em avaliação escolar ela se baseia em métodos, onde ela pode ocorrer em momentos isolados ora em um contexto geral. Ela é um instrumento permanente do professor, é dela que é possível ver se o aluno aprendeu ou não, com isso o professor pode fazer uma reflexão da qualidade e do nível do trabalho escolar, tanto dele e do educando.

Vista que a avaliação faz parte do processo educativo, significa compreendê-la como elemento de fundamental importância no desenvolvimento da aprendizagem do educando. Com isso abre-se o leque e se vê dois objetivos principais.

O primeiro que atende a exigência da formação do aluno, onde a avaliação assume um aspecto qualitativo e se desenvolve no decorrer de todo o processo de ensino aprendizagem, na qual o professor passa a ter um comprometimento maior e por sua vez o aluno precisa ter maior envolvimento, elencando que essa relação deve se basear no respeito e no bem querer do educando. Hoffmann (2011) aborda que o olhar do professor precisa ser assim, sensível ao tempo de cada educando, de cada grupo de aluno, qualitativamente diferente a cada momento e promissor em seu inacabamento.

E em um segundo ponto a avaliação assume outra finalidade, que vai de encontro com as exigências burocráticas, onde se é exigido do professor a verificação do aprendizado do aluno e se torna quantitativamente, e os resultados são obtidos por meio de notas e testes atribuídos a valores numéricos para observar se o aluno absorveu o conteúdo.

A avaliação deve ter por finalidade principal auxílio ao aluno, concebendo-o como responsável e participante do processo educativo, no sentido de favorecer-lhe a tomada de consciência sobre suas conquistas e dificuldades e de apontar-lhe alternativas possíveis de evolução na disciplina e na vida profissional. (HOFFMANN, 2011, p.87)

Com isso percebe-se que na atualidade as questões de avaliação estão sendo trabalhadas de maneira voltada mais para o quantitativo do que para o qualitativo, visto que a “nota” se torna o maior mecanismo de

aprendizagem, e o professor tem uma grande culpa, pois passa a valorizar simplesmente o final e não avalia o desenvolvimento.

Sabe-se também que do ato avaliativo alguns pontos devem ser levados em consideração como o nervosismo, possíveis problemas pessoais, sono, entre outros, e faz com que o aluno perca sua total concentração e possivelmente isso acarreta em sua nota.

Para Vasconcellos (2006) “a avaliação é, na prática, um entulho contra o qual se coloca esforços para ter um pouco de dignidade no processo escolar”.

Portanto, a avaliação, é um processo pelo qual se observa se verifica, se analisa se busca respostas para certas indagações, situando o aluno a uma nova aprendizagem e focando para que ele se torne um cidadão mais crítico.

## 2 O PAPEL DO PROFESSOR NA AVALIAÇÃO ESCOLAR

Embora a avaliação deva ser desenvolvida pelos professores, em geral, a poucas ou nenhuma orientações nos cursos de formação de professores sobre este aspecto tão importante.

O desafio é muito grande no que se refere à formação de professores para o ensino fundamental, considerando-se os índices assustadores de fracasso escolar e evasão nas escolas públicas decorrentes, em grande parte de tais práticas avaliativas seculares instituídas. (HOFFMANN, 2011, p.67)

Mesmo com as mudanças de comportamento dos professores e também dos paradigmas de avaliação, ainda se foca no resultado e se esquece do processo de aprendizagem do aluno, e tem aqueles professores que conseguem superar os erros e ainda fazem com que a avaliação torne-se meio de tortura, pois ameaçam e esquece-se de abordar como que o educando chegou àquela determinada resposta, o professor visa à rapidez e então valorizam as respostas mecânicas como sim e não, verdadeiro e falso certo e errado. Onde a avaliação deixa de ser aplicada para o conhecimento do aluno e passa a valer-se apenas de julgamento de capacidades.

O docente deveria repensar abordar em suas análises em um primeiro passo quais são seus anseios, suas metas e frustrações? Após olhar para si, só então é que o educador pode olhar para o aluno como mediador não é de conhecimento, mas de carinho, compreensão e ajuda mútua.

O potencial de cada criança deve se buscar expandir de acordo com a capacidade de cada um, com as características particular de cada, só assim o professor poderá definir testes a que eles deverão ser submetido para atingir um bom nível inicial de aprendizagem.

A avaliação deve ter por finalidade principal auxílio ao aluno, concebendo-o como responsável e participante do processo educativo, no sentido de favorecer-lhe a tomada de consciência sobre suas conquistas e dificuldades



e de apontar-lhe alternativas possíveis de evolução na disciplina e na vida profissional. (HOFFMANN, 2011, p.87)

Explicando melhor pode-se colocar que o professor precisa seguir alguns passos ele precisa ter objetivos claros, saber o que as crianças já conhecem e preparar o que eles devem aprender tudo em função de suas necessidades o segundo passo é selecionar conteúdos e atividades adequadas àquela turma, visando o coletivo e também a individualidade de cada.

Periodicamente, ele deve parar e analisar o que já foi feito, para medir o desempenho dos estudantes. Ao final, todo o processo tem de ser repensado, de forma a mudar os pontos deficientes e aperfeiçoar o ensino e a aprendizagem.

Hoffmann (2011), ao abordar a finalidade da avaliação discorre sobre a reflexão do aluno a partir dos seus conhecimentos já adquiridos e onde ele vai reelaborar seus conceitos diante do conteúdo abordado.

E é também do erro que o aluno vai tirar aprendizados, aonde o aluno vai construir a sua percepção da resposta mesmo tendo errado, e o professor tem um papel muito importante, pois surge dele a metodologia para melhor conduzir a questão do erro e de como trabalhar isso em sala de aula não constringendo os alunos, e mostrando um novo caminho para aquilo que ele já sabe.

A avaliação deve ser continua para que possa cumprir sua função de auxílio ao processo de ensino aprendizagem. A avaliação que importa é aquela que é feita no processo, quando o professor pode estar acompanhado a construção do conhecimento pelo educando. (VASCONCELLOS, 2006, p.71)

Por fim, vê-se a necessidade de ter uma avaliação mediadora do conhecimento, onde deixa de ver o coletivo e focando no individual sem deixar que as características de todos atrapalhem o desenvolvimento da turma ou que alguns dos educando fiquem com mais ou menos suporte para o desenvolvimento da atividade avaliativa.

Portanto, o professor precisa estar focado no que realmente se busca, colocando o aluno como ponto central e ir administrando sua pratica em torno dele, para que o educando se torne um ser pensante, critico e com o olhar voltado para o conhecimento e a aprendizagem.

## **CONCLUSÃO**

Após termos estudado e pesquisado sobre este tema, foi possível ter a concepção da avaliação da aprendizagem, mostrando-nos como é importante sua aplicação, mesmo tendo inúmeras críticas, o artigo nos deu a real importância do ato de avaliar, e como isso pode interferir na vida do aluno, da importância do docente que saiba aplicar a avaliação.

Percebemos que o educador tem um importante papel dentro da avaliação escolar, pois é ele o responsável de administrar e propor uma avaliação que realmente se enquadre no contexto da turma, fazendo que o



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

método utilizado não seja meio de constrangimentos e sim de total aprendizagem. Portanto se torna necessário que cada educador dê condições para que os alunos possam exercer sua função como ajudante e construtor deste sistema.

Diante dos fatos, faz-se necessário ver a avaliação com um novo olhar, buscando seu real significado e sua função. Nessa leitura, a avaliação passa a ser vista como instrumento não apenas de classificação, mas como um processo que envolve planejamento e aprendizagem.

### **REFERÊNCIAS**

HOFFMANN, Jussara. **Pontos e Contrapontos: Do pensar e agir em avaliação.** Editora. Mediação, 2011

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepção dialético-libertadora do processo de avaliação escolar.** Editora Libertad, 2006

## AVALIAÇÃO FORMATIVA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Adriana Calegari (adrik49@live.com)  
Prof. Jussara Isabel Stockmanns (jussara.stockmanns@ifpr.edu.br)

**RESUMO:** Este artigo busca analisar e refletir sobre uma temática que constantemente está sendo discutida, pelo fato de compor o processo de ensino e aprendizagem: a Avaliação. Esta, pode ser realizada de forma contínua, processual e formativa com uma variedade de instrumentos selecionados conforme os objetivos destacados. O objetivo do presente trabalho foi de analisar e refletir sobre os referenciais teóricos que abordam a temática, considerando principalmente os aspectos da avaliação formativa, a qual tem seu foco no processo ensino-aprendizagem. Alguns teóricos chegam a nomear essa modalidade com o nome de avaliação formativa diagnóstica. A avaliação formativa não tem finalidade probatória e está incorporada no ato de ensinar, integrada na ação de formação. Este trabalho baseia numa pesquisa com abordagem qualitativa e exploratória por meio de uma revisão de literatura, visando contribuir para uma reflexão sobre o tema.

**Palavras-chave:** Avaliação Formativa; Processo; Ensino-aprendizagem.

**ABSTRACT:** This article seeks to analyze and reflect on a theme that is constantly being discussed , in that compose the process of teaching and learning : a review . This can be carried out continuously , process , formative with a variety of instruments selected according to the purposes highlighted . The objective of this study was to analyze and reflect on the theoretical frameworks that address the issue , especially considering aspects of formative evaluation, which focuses on the teaching-learning process . Some theorists come to name this mode with the name of diagnostic formative assessment . Formative assessment has no evidentiary purpose and is incorporated into the act of teaching , part of the training action. This work is based on a survey of qualitative and exploratory approach through a literature review , to contribute to a reflection on the theme .

### INTRODUÇÃO

Avaliar a aprendizagem é um ato complexo. Implica a concepção clara de finalidades, valores e entendimentos que encaminhem seu aprendizado, pois os métodos avaliativos concretizados, no particular das salas de aula, preservam reservada analogia com a percepção de ensino, de educação e de aprendizagem amparadas, mesmo de maneira implícita, pelos estabelecimentos de ensino e pelos educadores que nela atuam.

Para que o processo de ensino/aprendizagem realmente chegue aos alunos, o professor em seu dia a dia precisa utilizar-se de inúmeras práticas. Para aferir essa aprendizagem, lança mão de inúmeras atividades avaliativas, que se bem preparadas, podem auxiliá-lo e justificar ao final do ano letivo a decisão de aprovação ou reprovação do aluno.

Geralmente, os educadores se deparam com problemas e pressões para a efetivação do seu trabalho no dia a dia. Pois, é do conhecimento de todos, que os entendimentos docentes são estruturados tanto em cursos teóricos, ocorridos no decorrer da formação inicial e ininterrupta, quanto em conhecimentos experimentados nesse procedimento e no desempenho profissional.

A avaliação da aprendizagem deve ser discutida constantemente por toda a comunidade escolar, isto é, dos profissionais que trabalham na educação infantil até os do ensino superior, transformando, por conseguinte, a ação avaliativa de atitude sentenciosa, excludente e classificatória sem qualquer ato reflexivo ao final de cada série.

De acordo com Luckesi, (2003, p.47) “[...] embora reconheçamos a utilidade e a necessidade dos exames nas situações que exigem classificação, como os concursos, e naquelas que requerem certificação de conhecimentos”. Para ele, a sala de aula é o lugar onde, em termos de avaliação, deveria “predominar o diagnóstico como recurso de acompanhamento e reorientação da aprendizagem, em vez de predominarem os exames como recursos classificatórios”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996, determina que a avaliação seja contínua e cumulativa e que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos. Da mesma forma, os resultados obtidos pelos estudantes ao longo do ano escolar devem ser mais valorizados que a nota da prova final. Tudo porque a avaliação formativa serve a um projeto de sociedade pautado pela cooperação e pela inclusão, em lugar da competição e da exclusão. Uma sociedade em que todos tenham o direito de aprender.

Para que a avaliação sirva à aprendizagem é essencial conhecer cada aluno e suas necessidades. Assim o professor poderá pensar em caminhos para que todos alcancem os objetivos. O importante não é identificar problemas de aprendizagem, mas necessidades. Quando a LDB estabelece que a avaliação deva ser contínua e priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem, o desempenho do aluno ao longo de todo o ano e não apenas numa prova ou num trabalho.

Nesse sentido, este trabalho objetiva apresentar algumas reflexões sobre os desafios enfrentados pelos professores ao utilizar a avaliação formativa. Buscando com o aprofundamento teórico sobre a temática de avaliação formativa oportunizar aos professores ter acesso a informações, de forma que possa nortear a prática avaliativa emancipatória.

Visto que, alguns autores consideram que a avaliação formativa englobe as outras modalidades de avaliação já que ela se dá durante o processo educacional. Seu caráter é especificamente pedagógico.

### **Avaliação Formativa no Processo Ensino Aprendizagem**

Em todos os momentos de nossa vida passamos por avaliações, sejam de forma direta ou indireta, de modo consciente ou não. Este ato, acaba por impulsionar mudanças no ser humano, procurando soluções para seus problemas, gerando novas conquistas, superando desafios. Desta forma, pode-se atingir de diferentes formas a formação do ser humano, visto que, podem ocorrer aspectos negativos que levam a marcar a vida. Por isso, a ação de avaliar deve ser fundamentada com atos construtivos, fundamentados na moral, na autoridade e na justiça.

Sendo assim, Avaliar a aprendizagem é um ato complexo. Envolve romper com paradigmas interiorizados e arraigados sobre o processo de avaliação, requeando esforços dos educadores para a busca do entendimento e compreensão sobre os elementos que constituem a prática avaliativa emancipatória.

De acordo com Luckesi (2002), a avaliação é um dos aspectos mais problemáticos do processo de ensino, quando utilizada apenas com o sentido de verificação, desta forma, não apresenta efeitos na dinâmica da ação pedagógica conduzida pelo docente. Faz suas ponderações, alertando para o real significado da avaliação, afirmando que a mesma se faz presente não só na identificação da perspectiva político-social, como também na seleção dos meios alternativos para se buscar a construção de um pensamento crítico na construção do sujeito.

Hoffmann (2003) acredita que da interação entre os envolvidos no processo avaliativo, vão surgir condições mais efetivas para que professores e alunos possam ser capazes de se avaliar, de avaliarem o conteúdo em questão e de tomarem decisões quanto ao prosseguimento do processo do ensino e da aprendizagem.

Portanto, o papel do docente é fundamental na implantação de qualquer processo de mudança relativo ao sistema de ensino e sem a conscientização, adesão e participação dos professores, qualquer tentativa de diferentes abordagens fracassará. Convém ressaltar que, além da figura do professor é importante também, a integração e participação de todos os envolvidos no processo. O foco da qualidade de ensino e do sucesso da aprendizagem está diretamente ligado à atuação do professor em sala de aula e em suas atividades acadêmicas. Daí a necessidade da fixação de metas para o sucesso da empreitada.

Luckesi, (1995, p. 81) afirma que, “a avaliação não seria tão-somente um instrumento para a aprovação ou reprovação dos alunos, mas sim um

instrumento de diagnóstico de sua situação, tendo em vista a definição de encaminhamentos adequados para a sua aprendizagem.”

O ato de avaliar não deve ser entendido como um processo onde um indivíduo avalia o outro, mas sim, um ato onde ambos avaliam juntos a ação praticada, as aprendizagens concretizadas o desenvolvimento adquirido, as conquistas edificadas, os entraves encontrados ou os erros e absurdos por acaso ocorridos; daí o seu estilo dialógico.

Segundo Luckesi (1995, p. 69), a avaliação é como “juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão”.

Sendo assim, faz-se necessário uma tomada de posição baseada na necessidade de cada um, de acordo com o que se pretende modificar, qual processo avaliativo atingirá mais adequadamente os objetivos propostos, respeitando as diferenças, as especificidades de cada um, em prol do bem comum.

### **AVALIAÇÃO FORMATIVA: CONTRIBUIÇÕES E FUNÇÕES**

A avaliação enquanto parte integrante do processo ensino e aprendizagem torna-se um meio importante para que os educadores possam direcionar o trabalho almejando o sucesso dos alunos. Partindo dessa compreensão a conceituação das funções da avaliação é enriquecedora para o trabalho pedagógico.

Segundo Luckesi (1995, p.12): “[...] a avaliação da aprendizagem não poderia continuar a ser tratada como um elemento à parte, pois integra o processo didático do ensino-aprendizagem como um de seus elementos constitutivos”.

A Avaliação Formativa privilegia a observação do processo ensino e aprendizagem com a utilização de diversos instrumentos que podem ser utilizados para verificar o alcance dos objetivos almejados, o domínio do conhecimento, os avanços, as dificuldades em que o aluno necessita de uma abordagem. O erro é visto como parte integrante de uma caminhada e revela a necessidade interventiva para o aluno naquele determinado conteúdo ou em dado momento. A dificuldade do aluno é o ponto de partida para a investigação de suas causas e a determinação dos procedimentos a serem tomados.

“A finalidade da avaliação passa a ser a de desafiar o aluno a refletir sobre as noções estudadas e situações vividas, a formular e reformular os seus próprios conceitos” (HOFFMAN 2011, p. 61).

Neste contexto, Hoffmann, 2006, p.91, afirma que: “[...] apesar de possuírem concepções inovadoras acerca da avaliação, sentem dificuldade de modificar sua postura em sala de aula”.

De acordo com essa reflexão, percebe-se a importância da avaliação como meio de interferir e auxiliar nas mudanças necessárias para se alcançar os objetivos propostos nos atos pedagógicos aos quais se direciona.



[...] a avaliação é um ato de investigar a qualidade daquilo que constitui seu objeto de estudo e, por isso mesmo, retrata a sua qualidade. Desse modo, ela não soluciona nada, mas sim subsidia as decisões sobre atos pedagógicos e administrativos na perspectiva da eficiência dos resultados desejados (LUCKESI, 2011, p.13)

Assim, considera-se a avaliação como um ato investigativo, o qual destina-se a investigar a qualidade do que constitui seu objeto de estudo, com o objetivo maior de subsidiar as decisões sobre os atos sejam pedagógicos ou administrativos, buscando a eficiência nos resultados que se deseja chegar.

Conforme Luckesi (2011) “[...] não há como trabalhar com o conceito e com a prática da avaliação de acompanhamento da aprendizagem – que é dinâmica- no seio de uma pedagogia que compreende o educando como um ser “dado pronto”.

A avaliação formativa oportuniza a tomada de consciência do aluno em relação aos processos de aprendizagens. Sendo que, a todo o momento ele analisa suas dificuldades sob a intervenção pedagógica e apoio do docente que exerce o papel de mediador.

A avaliação formativa possibilita que os alunos possam desenvolver diferentes estratégias de aprendizagens, a construção de habilidades de auto avaliação e avaliação, proporciona a compreensão da caminhada percorrida e a revisão dos pontos nevrálgicos durante o processo, sendo diferente da avaliação somativa em que o aluno só teria o resultado a final da soma dos resultados.

Para o docente utilizar a avaliação formativa, torna-se necessário o estudo da concepção que a embasa, além de organizar intencionalmente o feedback; e ao aluno, (agente ativo do processo avaliativo) o desenvolvimento da capacidade de medir aquilo que está sendo ensinado, ou seja, estar comprometido com suas produções com responsabilidade na condução da auto avaliação.

Hoffmann (2011, p. 09): “Sucesso e fracasso em termos de aprendizagem parecem ser uma perigosa invenção da escola.” Ao abordar a discussão sobre o sucesso e fracasso no processo ensino aprendizagem menciona que esta pode ser uma invenção da escola. Com essa reflexão faz-se necessário o professor adotar critérios que venham a discordar dessa suposição.

O que se precisa questionar, levando em consideração esse ponto de vista, são os princípios que fundamentam tais práticas avaliativas que, cada vez mais estreitas e padronizadas, impedem ver e sentir cada sujeito da educação em seu desenvolvimento integral e singular.

Em relação à avaliação, notamos que os professores estão cada vez mais conscientes do seu comprometimento com os resultados obtidos pelos alunos. Entretanto, a história da avaliação educacional é constituída por um forte reprodutivismo. As mesmas práticas se repetem há um século e as tentativas de uma reflexão sobre elas são obstaculizadas por posturas comportamentalistas que colocam a culpa do fracasso em mal

professores/expositores e em desatentos alunos/ouvintes por condições sociais e materiais que independem da escola. (HOFFMANN, 2011, p.14).

Observando o que diz a autora, pode-se observar que a história da avaliação constitui-se de reprodutivismo, repetindo-se as mesmas práticas por séculos. Colocar a culpa do fracasso em professores considerados despreparados e/ou em desatentos alunos, nas condições sociais e materiais. Porém, nota-se que os professores estão buscando cada vez mais uma mudança, que demonstre a necessidade de estar consciente da importância do papel que cada um apresenta nesse processo avaliativo.

Indo além, Hoffmann, (2011, p. 15) afirma que: “[...] considero que a tomada de consciência do educador precisa se dar justamente sobre o caráter subjetivo da avaliação”. E complementa afirmando que muitos são os procedimentos avaliativos que, sem dúvida alguma, punem os desvios ao padrão estabelecido e premiam os que deles se aproximam.

Analisando o Sistema de Avaliação vigente, observa-se que a LDB em pouco alterou o texto da Lei nº5.692 no que se refere ao sistema de avaliação preconizado, embora a maioria das escolas nem sequer perceba a similaridade de tais determinações. A lei anterior, dentre outros aspectos, já se referia a uma avaliação formativa, à prevalência dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, e a análise do desempenho global do estudante através do acompanhamento contínuo, aspectos esses que parecem surpreender algumas escolas (HOFFMAN 2011, p. 33)

De acordo com esses estudos, fica claro que a magia do avaliar, está em descobrir a complexidade do ato de aprender. Uma troca de saberes e experiências, não apenas o ato de verificar se o aluno consegue reproduzir o que lhe foi transmitido. Planejar a ação educativa a partir das necessidades das crianças e dos aspectos observados do seu desenvolvimento. Neste ponto, encontra-se a essência do processo avaliativo mediador, como investigação da complexidade educativa. A reflexão permanente sobre o processo de conhecimento dos alunos favorece ao educador o desvelamento dos horizontes de provocação e desafio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo como objetivo principal analisar e refletir sobre os referenciais teóricos que abordam a avaliação formativa no processo ensino-aprendizagem, percebeu-se que alguns teóricos chegam a nomear essa modalidade com o nome de avaliação formativa diagnóstica. Buscou-se neste trabalho uma revisão de literatura que possa servir como embasamento para se chegar a uma reflexão que ajude a construir práticas avaliativas que auxiliem no desenvolver integral do ser humano.

Atualmente, muito se tem discutido sobre a avaliação no contexto escolar. Busca-se uma verdadeira definição para o seu significado, justamente

porque esse tem sido um dos aspectos mais problemáticos na prática pedagógica.

O professor deve ver seu aluno como um ser social e político, construtor do seu próprio conhecimento. Deve percebê-lo como alguém capaz de estabelecer uma relação cognitiva e afetiva com o seu meio, mantendo uma ação interativa capaz de uma transformação libertadora e propiciando uma vivência harmoniosa com a realidade pessoal e social que o envolve. O professor deverá, ainda, ser o "mediador" entre o aluno e o conhecimento, proporcionando-lhe os conhecimentos sistematizados.

A avaliação tem um significado muito profundo, à medida que oportuniza a todos os envolvidos no processo educativo momentos de reflexão sobre a própria prática. Através dela, direciona o trabalho, privilegiando o aluno como um todo, como um ser social com suas necessidades próprias e também possuidor de experiências que devem ser valorizadas na escola. Devem ser oportunizados aos alunos os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade.

O educador deve ter, portanto, um conhecimento mais aprofundado da realidade na qual vai atuar, para que o seu trabalho seja dinâmico, criativo, inovador. Assim, colabora para um sistema de avaliação mais justo que não exclua o aluno do processo de ensino-aprendizagem, mas o inclua como um ser crítico, ativo e participante dos momentos de transformação da sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Lei 9.394 de 19 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1997.

HAYDT, R. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1995.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 20. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em educação**. Porto Alegre: Mediação, 2011. (11. Ed. ver. e atual.) 152 p.

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 1996.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? : Como avaliar? : critérios e instrumentos**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

## A AVALIAÇÃO NA PRÁTICA ESCOLAR E OS PROTAGONISTAS DO PROCESSO: PROFESSOR E ALUNO

Liliane Padilha Schauss (lilidproposito@hotmail.com )  
Jussara Isabel Stockmanns (jussara.stockmanns@ifpr.edu.br)

### RESUMO

A temática da avaliação no processo ensino e aprendizagem são debatidas com bastante frequência na atualidade em diversas esferas sociais. Principalmente no cotidiano escolar. Considerando, portanto, a necessidade de investigação do papel de cada um no processo avaliativo, o objetivo desse estudo é trazer alguns conceitos teóricos de Ilza Sant'Anna (2013) e Jussara Hoffmann (2011), definições de avaliação, para posteriormente compreender como é a relação professor-aluno dentro desse contexto.

**Palavras-chave:** Avaliação, Prática Escolar, Professor-Aluno.

### ABSTRACT

The evaluation of the subject in the teaching and learning are discussed quite often nowadays in various social spheres. Especially in the school routine . Whereas, therefore, the need to investigate the role of each in the evaluation process , the aim of this study is to bring some theoretical concepts of Ilza Sant'Anna (2013 ) and Jussara Hoffman (2011 ) , evaluation definitions , to further understand how the teacher-student relationship in this context.

### INTRODUÇÃO

Diariamente agimos como avaliadores, como também sem perceber avaliamos ações pessoais e da comunidade. É algo natural e espontâneo, que acontece de maneira informal.

Na prática escolar a ação também acontece, porém, aqui a avaliação deve ser intencional, ou seja, o agente mediador, que nesse caso é o professor, deve ter em seu planejamento desde o momento da sua entrada na sala de aula, o que irá avaliar, por que avaliar e como se dará esse processo. Portanto, professor e aluno devem entender seus papéis, para que a práxis realmente aconteça.

Nesse sentido, *a priori* o texto, permeará sobre ideias e conceitos das autoras Ilza Sant'Anna (2013) e Jussara Hoffmann (2011), para assim refletirmos sobre as práticas escolares, bem como a importância dos sujeitos fundamentais desse contexto: o professor e o aluno.

### DEFINIÇÕES DE AVALIAÇÃO

Muitas concepções pedagógicas permeiam a avaliação dentro do contexto escolar, também diversos são os significados atribuídos para o termo.

Mesmo sendo tema bastante conhecido e discutido, ainda há o esquecimento do seu real significado, o que reflete na prática escolar. Portanto, a necessidade de resgatarmos a conceituação a fim de embasar o trabalho em questão.

Ilza Sant’Anna (2013) contribuiu positivamente para essa reflexão, onde é consenso que todos os profissionais da educação realmente comprometidos buscam minimizar os índices do fracasso escolar e que os professores integrem cada vez mais em suas práticas avaliativas, modalidades essencialmente humanas e que substituam hábitos ultrapassados, reprodutivistas para novos métodos, e que agreguem ao termo, seu real significado, que para ela (2013, p.31).

A avaliação é um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático.

O que podemos considerar é que a avaliação não é algo somente direcionada ao aluno, mas sim, “a nota, o conceito, ou o parecer descritivo, sejam para o professor, para o aluno, para a escola, para os pais, indicadores de uma etapa vencida, de um progresso qualitativo e quantitativo de conhecimento” (SANT’ANNA, 2013, p.7). E para que isso se efetive, é preciso re (pensar) novas estratégias metodológicas. Portanto, “antes de se fazer diferente, é preciso pensar diferente sobre o que se faz”. Hoffmann (2011, p.36).

Um processo bastante complexo, que começa com a formulação de objetivos e requer a elaboração de meios para obter evidências de resultados, interpretação dos resultados para saber em que medida foram os objetivos alcançados e formulação de um juízo de valor. (SARABBI, 1971, apud SANT’ANNA, 2013, p.28)

A avaliação, portanto deve ser coerente, com objetivos, planejamento, e consciência crítica, pois é de responsabilidade do professor a atribuição desse valor ao aluno.

Penne Firme (1976, p.17 apud SANT’ANNA 2013, p.28), ao contrário de Sarabbi, conceitua a avaliação, simplificando-a como essencialmente centralizado em valores. Deixando de lado todo o processo de formulação, elaboração e interpretação dos objetivos alcançados, para daí a formulação de um juízo de valor.

Bloon; Hasting & Madaus (s/a) (apud, SANT’ANNA 2013) acrescenta que “a avaliação pode servir como meio de controle de qualidade, para assegurar que cada ciclo novo de ensino-aprendizagem alcance resultados tão bons ou melhores que os anteriores”. Ficando evidente que acredita na necessidade da mesma para a aprendizagem significativa.

Para Marques, Juracy C.(1976 apud SANT’ANNA, 2013 p.29), “é um processo contínuo, sistemático, compreensivo, comparativo, cumulativo, informativo e global, que permite avaliar o conhecimento do aluno”.

Podemos observar que Marques (1976), ao mencionar seu conceito sobre avaliação, deixa evidente o desempenho do aluno como o único sujeito a ser avaliado. E “enquanto a avaliação estiver voltada exclusivamente para o aluno, a qualidade do ensino permanecerá comprometida” (SANT’ANNA 2013 p.29). E mais do que isso, além da necessidade de uma capacitação para melhorar a compreensão de avaliação para os professores, a escola como um todo, deve favorecer e investigar maneiras de processos mais eficientes para que a avaliação seja compreendida, utilizada de acordo com as necessidades reais da escola.

Seria possível escrever diversas páginas, com conceitos e significados de avaliação na perspectiva de diversos pensadores. Porém, acredita-se que professores, alunos e escola devem juntos buscar critérios de avaliação mais justa possível, proporcionando ao aluno oportunidades de criar, participar, de uma prática escolar libertadora, ou seja, que não rotula, que não intimida, que incentiva o aluno a vencer etapas.

## **O PROFESSOR E O ALUNO NO CONTEXTO DA AVALIAÇÃO**

Ao mencionar as práticas escolares, fica impossível não falar dos principais protagonistas desse contexto. O professor e o aluno. Sujeitos que vivenciam a avaliação diariamente, pois “analisa-se a aprendizagem do estudante levando-se em conta a agregação ou o acúmulo de conhecimentos, o seu envolvimento em prol de atividades, enfim, o cumprimento de uma rotina escolar” (HOFFMANN, 2011 p.26), sendo o professor o responsável na elaboração/planejamento de metodologias que alcance e oportunize esse conhecimento ao aluno.

Jussara Hoffmann (2011) menciona o compromisso e responsabilidade que o professor tem ao atribuir um peso/valor sobre as avaliações aplicadas ao educando. É ele, que leva o aluno refletir sobre o conteúdo ensinado, explicado, selecionado, e elaborado por ele em forma de “teste”.

Dessa forma poderíamos dizer que não é o aluno que alcança um conceito, que “tira uma nota” ou que é o responsável absoluto pelos pareceres que lhe conferem. Verdadeiramente, é o professor que lhe atribui um conceito, uma pontuação ou elabora um parecer sobre ele. (HOFFMANN, 2011 p.13)

Segundo Hoffmann (2011 p.65)

O possível cognitivo é essencialmente invenção e criação, daí a sua importância no processo avaliativo, uma vez que o desenvolvimento intelectual do educando dá-se pela oportunidade de invenção de alternativas próprias para alcançar o êxito que só poderão ser construídas por ele e jamais ensinadas pelo professor.

Pode-se perceber que as ferramentas para a aprendizagem são fornecidas pelo professor, dadas através de oportunidades de criar, inventar, construir, porém, é o aluno que precisa encontrar quais caminhos o fazem alcançar o êxito.

E acrescenta:



O esforço e o comprometimento do aluno não são por si só suficientes. Precisa o educador corresponder ao esforço e comprometimento fazendo-lhe desafios intelectuais significativos, para que esse alcance o saber científico e se torne um permanente pesquisador em sua ciência (HOFFMANN,2011, p.87).

O professor, portanto, deve dar subsídios para que o aluno possa criar, buscar, investigar, desbravar caminhos para chegar a tão sonhada aprendizagem significativa, ou seja, a autora, reforça a grande importância do professor nessa conquista pelo sucesso educacional.

Vejam a análise de Sant'Anna, (2013, p. 27), sobre a sobrecarga que por vezes recai sobre o aluno, onde culpamos o mesmo pela educação que estamos vivenciando nos dias de hoje.

Bem, uma coisa é certa, enquanto todos os dedos estiverem apontados para o aluno, apenas para condená-lo, classificá-lo, conscientizá-lo de sua derrota, a educação continuará tendo como produto uma sociedade e políticos da categoria que estamos vendo.

É preciso também atentarmos às práticas reprodutivistas, padronizadas, fortemente marcado pela história educacional brasileira.

O que se precisa questionar, no meu entender, são os princípios que fundamentam tais práticas avaliativas que, cada vez mais estreitas e padronizadas, impedem ver e sentir cada sujeito da educação em seu desenvolvimento integral e singular, negando a heterogeneidade que os torna humanos e limitando o acesso à escola apenas aos que se aproximam ou se submetem a expectativas rigidamente determinadas por ela (HOFFMANN, 2011, p.11).

Mudar hábitos, práticas, metodologias, traz insegurança a muitos docentes, isso porque, em suas graduações, pouco abordou-se e debateu sobre o tema. Isso infelizmente causa danos irreversíveis ao sistema educacional, principalmente nos alunos.

(...) a resistência dos professores em termos de mudar sua prática, dar-se conta do prejuízo causado aos estudantes, precisa ser analisada do ponto de vista das concepções construídas por eles ao longo de sua vida como estudantes e em termos das influências teóricas sofridas. (HOFFMANN, 2011 p.68).

Hoffmann (2011), portanto, faz uma crítica aos cursos de magistério e licenciatura, pois, vem abordando superficialmente os estudos na área de avaliação, que refletem diretamente na sala de aula, sendo que a discussão é positiva, pois é dela que surgem novas maneiras de ver/fazer a avaliação, e esse é o primeiro passo para as transformações.

Pode-se perceber que, ambos, professor e aluno, são definitivamente os principais atores na conquista de uma educação de qualidade, bem como da superação de metodologias ultrapassadas e da conquista de uma avaliação justa, democrática e libertadora.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A temática em questão é familiar no âmbito educacional, porém, ainda há que (re) pensarmos sobre nossas práticas avaliativas, mas, para que a superação da desqualificação educacional aconteça, muitas reflexões aqui estudadas foram importantes.

Primeiramente, há necessidade de professor, aluno e escola, resgatarem o conceito de avaliação, no sentido de recuperarem o real significado dessa prática necessária no cotidiano escolar.

É preciso também deixar o reprodutivismo de lado, e encontrar metodologias inovadoras que consigam alcançar uma práxis satisfatória para os protagonistas (professor-aluno). Refletir sobre as nossas ações é essencial para essa conquista.

Os cursos de licenciatura necessitam dar mais abertura para discutir esse tema. Isso implicará nas práticas avaliativas dos futuros profissionais da educação.

Enfim, após apontamentos relevantes do cenário educacional, mais especificadamente, dos principais atores desse cenário, o professor e o aluno no processo avaliativo, podemos entender que essa relação, quando bem planejado e intencionado de ação coletiva, tem grandes possibilidades de progresso. É o que afirma Sant’Anna (2013 p.27) “A avaliação só será eficiente e eficaz se ocorrer de forma interativa entre professor e aluno, ambos caminhando na mesma direção, em busca dos mesmos objetivos”. E que a avaliação não rotule, não amedronte, não fuja dos seus princípios, que seja, interpretada por todos como uma ferramenta necessária, libertadora, e acima de tudo justa.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em educação**. Porto Alegre: Mediação. 11. ed. 2011.

SANT’ANNA, Ilza Martins. **Porque avaliar?: Como avaliar?: Critérios e instrumentos**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

## CAMISA DE FORÇA: DOS HOSPÍCIOS À LUTA PELO MOVIMENTO ANTIMANICOMIAL

Rafaela Gubert Cherobin ([rafaela\\_cherobin@hotmail.com](mailto:rafaela_cherobin@hotmail.com))<sup>1</sup>

Juliana Eloize Magro ([juliana\\_eloize@hotmail.com](mailto:juliana_eloize@hotmail.com))<sup>2</sup>

Francieli Maria de Lima ([francieli.lima@ifpr.edu.br](mailto:francieli.lima@ifpr.edu.br))<sup>3</sup>

Jaqueline de Fátima Roman ([jaqueline.roman@ifpr.edu.br](mailto:jaqueline.roman@ifpr.edu.br))<sup>4</sup>

<sup>1,2</sup> Acadêmicas do Curso de Direito do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

<sup>3,4</sup> Professoras do Curso de Direito do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

**Resumo:** O debate sobre a saúde mental no Brasil é muito recente. Antes da transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, as Santas Casas de Misericórdia, eram os únicos estabelecimentos destinados a assistir às pessoas que padeciam de transtornos psíquicos. Em 1852 foi instalado o primeiro hospital psiquiátrico, localizado no Rio de Janeiro, assim, com nítida finalidade higienista, afastando os “indesejáveis” do convívio social. No maior hospício do Brasil da década de 80, o Colônia, mais de 70% dos pacientes não tinham nenhum tipo de transtorno mental. As pessoas eram internadas sem laudos médicos que atestassem qualquer transtorno psíquico. Em decorrência do péssimo atendimento e das condições precárias desses estabelecimentos, mais de 60 mil pessoas morreram. Diante de tantas violações aos direitos humanos sobreveio a luta por uma sociedade sem manicômios (movimento antimanicomial), que pugna pelo tratamento mais humanizado às pessoas que padecem de transtornos psíquicos. Esse movimento originou-se no Brasil por volta da década de 70 e continua presente. Assim, a proteção aos direitos das pessoas com transtorno psíquico deve ser um imarcescível objetivo social, exigindo-se do Estado uma criação de políticas públicas a fim de se traçar um novo paradigma em saúde mental no Brasil.

**Palavras-chave:** saúde mental; transtorno psíquico; direito.

### 1 Introdução

Este artigo tem como objetivo, além de demonstrar a história dos hospitais psiquiátricos no Brasil, analisar ao longo o tempo como as pessoas que possuem transtornos mentais foram tratadas pelos hospitais, também conhecidos como manicômios.

Importante frisar esse tema, visto que anteriormente os deficientes mentais não tinham a proteção dos direitos que atualmente possuem, nem lhes eram proporcionados um tratamento digno.

### 2 Breve Histórico: das Santa Casas aos Hospitais Psiquiátricos no Brasil

Inicialmente os estabelecimentos que eram denominados de “hospícios”, tinham como finalidade abrigar as pessoas que não tinham condições de saúde favoráveis, contudo não tinham médicos presentes nesses locais. Leia-se o seguinte trecho:

(...) aqueles que dependiam da caridade: os órfãos, os recém-nascidos abandonados (chamados ‘expostos’), os mendigos, os morféticos e os loucos. Tais hospícios poderiam contar eventualmente com alguma assistência médica, mas sua principal intenção era dar aos necessitados um abrigo, alimentos e cuidados religiosos. (DALGALARRONDO; ODA, 2005, p. 985).

Data de 1841 a primeira atitude política voltada às pessoas que padeciam de doença mental no Brasil. Nesse ano um decreto autorizou a construção de um hospício. No entanto, tal decreto não foi promulgado motivado pela preocupação com o tratamento, cura ou bem-estar dos doentes. A motivação foi outra: “foi a perturbação do funcionamento do Cais do Rio de Janeiro pelos inúmeros loucos que por ali perambulavam” (Diretrizes para um Modelo de Assistência Integral em Saúde mental no Brasil, p. 9).

Nota-se que historicamente a preocupação política e legislativa com o doente mental somente surgiu quando essas pessoas passaram a “atrapalhar” o desenvolvimento de atividades econômicas, em um local de visibilidade, a saber, o Cais do Porto do Rio de Janeiro. Nítido, portanto, o objeto de higienização social.

Onze anos depois, foi construído o primeiro hospital psiquiátrico no Brasil: o Hospital Dom Pedro II em 1852. Localizado no Rio de Janeiro o hospital era controlado pela igreja e vinculado à Monarquia. A instalação de um hospital psiquiátrico surgiu da necessidade de abrigar os doentes mentais em locais apropriados, visto que anteriormente os doentes mentais, também chamados de alienados, ficavam na Santa Casa de Misericórdia (no Rio de Janeiro) ou viviam em situação de rua. Dessa forma, o hospital além de servir como um local de tratamento dos doentes mentais servia, principalmente, como uma forma de afastá-los do convívio social.

Mais tarde, com a Proclamação da República, o Hospital Dom Pedro II se torna responsabilidade do governo e passa a se chamar Hospital Nacional de Alienados. Nesse período, o hospital já estava com superlotação de pacientes, tendo em vista a grande demanda que o sobrecarregava, o que fez com que entrasse em crise.

Com a superlotação do Hospital Nacional surgiram as denominadas “Colônias”, que tinham como finalidade dirimir a superlotação do até então único hospital psiquiátrico e oferecer um tratamento mais adequado às pessoas com deficiência mental, pois além de abrigá-las, oferecia-lhes o trabalho agrícola como ocupação.

Contudo, mais uma vez, a superlotação desses estabelecimentos gerou uma crise nesse sistema, senão vejamos:

Na época em que surgiram as Colônias, elas eram o que de melhor se podia oferecer à população, mas a partir da década de 1950, com a superlotação, o sistema entra em falência, principalmente pelo seu gigantismo e elevados custos operacionais, gerando a incontrolável crise da assistência psiquiátrica estatal, a qual se prolonga até os dias de hoje. (DIRETRIZES PARA UM MODELO DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL EM SAÚDE MENTAL NO BRASIL, 2006, p. 9).

Por volta dos anos 60 houve a instalação do modelo psiquiátrico hospitalocêntrico, havendo uma expansão de vagas de leitos nos hospitais psiquiátricos.

Em 1978 foi criado o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental, em que tem como finalidade apresentar alternativas para o modelo psiquiátrico hospitalocêntrico. Mais tarde, em 1987 foi realizada a primeira Conferência Nacional de Saúde Mental, na qual foi lançado o tema “Por uma sociedade sem manicômios”.

Importante destacar que somente em 2006, houve um maior investimento nas ações comunitárias do que em hospitais psiquiátricos, consolidando uma etapa no projeto de desinstitucionalização.

### **3 A realidade do maior hospício do Brasil: O Colônia de Barbacena - Minas Gerais**

Um dos estabelecimentos psiquiátricos mais conhecidos no Brasil foi o Colônia, fundado em 1903 e localizado no município de Barbacena, no estado de Minas Gerais, que ficou famoso pelo tratamento desumano ao qual seus pacientes eram submetidos.

Tortura, frio, fome, maus-tratos, doenças eram apenas alguns dos sofrimentos que os internados no Colônia sofriam. A falta de recursos também era um fator agravante da situação vivida no Colônia, em razão de ter sido instalado em um momento em que não havia a necessária assistência aos doentes mentais, como se observa nesse relato abaixo:

Como a psiquiatria se constituiu no Brasil somente no início do século XIX, a assistência aos alienados ainda era algo incipiente no país, que teve o seu primeiro hospício, o Pedro II, instituído por decreto em 1841. Por isso, apesar de ser um hospital, o Colônia era carente de médicos” (ARBEX, 2013, p. 26).

Assim, estabelecimentos como o Colônia eram institutos destinados a oferecer tratamento às pessoas com problemas mentais. Contudo, percebe-se que ao longo de sua história não demonstravam ter caráter terapêutico.

Muitos são os relatos de que os locais que deveriam ser de tratamento de pessoas com anomalias psíquicas, funcionavam, na verdade, apenas como meio para afastá-las do convívio social. Os locais que deveriam ser de amparo à saúde dos doentes mentais, buscando a cura ou de forma

subsidiária o tratamento deles, a fim de diminuir os efeitos da doença, possuíam, na verdade, como finalidade precípua apenas afastá-los da vida social:

A teoria eugenista, que sustentava a ideia de limpeza social, fortalecia o hospital e justificava seus abusos. Livrar a sociedade da escória, desfazendo-se dela, de preferência em local que a vista não pudesse alcançar (ARBEX, 2013, p. 21).

O Trecho acima é extraído do Livro *O Holocausto Brasileiro* e se refere ao hospício Colônia. Reforçando a ideia de exclusão social, pessoas que não se enquadravam nos padrões vividos pela sociedade naquela época também eram enviadas ao Colônia:

Cerca de 70% não tinham diagnóstico de doença mental eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder. Eram meninas grávidas, violentadas por seus patrões, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, eram filhas de fazendeiros as quais perderam a virgindade antes do casamento. Eram homens e mulheres que haviam extraviado seus documentos. Alguns eram apenas tímidos. Pelo menos trinta e três eram crianças (ARBEX, 2013, p. 12).

Para lá, muitas pessoas eram mandadas apenas por requisição da autoridade policial: “Além do trem, muita gente era enviada para o hospital de ônibus ou em viatura policial. Várias requisições de internação eram assinadas por delegados” (ARBEX, 2013, p. 26).

Nota-se que no Colônia não havia muita dificuldade para se realizar a internação. Pessoas eram internadas sem necessidade de laudo médico. Muitas pessoas, agentes de ilícitos penais, ou não, eram para lá mandadas, em viaturas policiais ou a pedido de delegados, o que era considerado suficiente para internação e manutenção dela.

Essa espécie de curatela velada que dava direito às autoridades policiais de enviarem pessoas portadoras de anomalia psíquica aos hospícios, sem a existência de qualquer laudo médico que atestasse tal necessidade, origina-se antes mesmo dos hospitais psiquiátricos, pois já havia uma relação muito próxima entre as pessoas com doença mental e o ambiente penal punitivo. Muitas pessoas com anomalias psíquicas, mesmo sem terem cometido qualquer ilícito penal, eram encaminhadas às casas de cadeia devido à ausência de estabelecimentos adequados. Na ausência de tratamento, oferecia-se a prisão: “Antes da construção do Colônia, muitos dos chamados loucos em Minas tinham como destino as cadeias públicas ou as Santas Casas de Misericórdia, onde eram mantidos em anexos” (ARBEX, 2013, p. 26).

No local, devido às condições precárias e aos péssimos cuidados no atendimento, um número absurdo de pessoas morreu: mais de sessenta mil, conforme descreve Arbex:



Holocausto é uma palavra assim. Em geral, soa como exagero quando aplicada a algo além do assassinato em massa dos judeus pelos nazistas na Segunda Guerra. Neste livro, porém, seu uso é preciso. Terrivelmente preciso. Pelo menos 60 mil pessoas morreram entre os muros do Colônia. Tinham sido, a maioria, enfiadas nos vagões de um trem, internadas à força. Quando elas chegaram ao Colônia, suas cabeças foram raspadas, e as roupas, arrancadas. Perderam o nome, foram rebatizadas pelos funcionários, começaram e terminaram ali (2013, p. 12).

Sobre o tema, veja o trecho abaixo:

Na vida cotidiana, o destino dos loucos pouco mudou dos anos 30 até hoje. É verdade, já não se pensa mais em eliminá-los fisicamente, como no discurso eugênico. Mas quem frequenta ou frequentou um asilo neste país, dificilmente pode esquecer o que é a vida de um interno. Nesses lugares, centenas de pessoas são maltratadas fisicamente e humilhadas moralmente, de maneira cruel e sórdida. O mesmo desprezo racista e o mesmo preconceito de classes, abertamente defendidos pelos Teóricos da Liga, continuam existindo na prática, embora negados na teoria. (COSTA, 2007, p. 35).

#### **4 Movimento Nacional da Luta Antimanicomial**

Por volta de 1970 ocorreu o início de um movimento de luta, que existe até os dias de hoje, em favor dos direitos humanos dos doentes mentais. Esse movimento é chamado de Movimento Nacional da Luta Antimanicomial.

O objetivo do citado movimento é a luta por uma sociedade sem manicômios, criticando o atual modelo de tratamento aos doentes mentais. Discute dentro de uma possível reforma psiquiátrica um novo modelo de assistência à saúde mental, sempre buscando efetivar os direitos daqueles que possuem transtornos mentais.

Luchmann *et al* explicam as características desse movimento: “o movimento da luta antimanicomial é um movimento social, plural, independente, autônomo que deve manter parcerias com outros movimentos sociais” (2007, p. 403).

O movimento integra uma luta por uma reforma psiquiátrica, que tem se destacado e se tornando essencial para buscar e efetivar as reivindicações pautadas. No que diz respeito à reforma psiquiátrica e o movimento, anota-se:

Tem sido importante a atuação do movimento de luta antimanicomial no sentido de estar pressionando para a efetivação da Reforma Psiquiátrica com o conseqüente fim dos hospitais psiquiátricos e fortalecimento da rede de atenção à saúde mental de base comunitária e atenção à saúde de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, a atuação do referido movimento é relevante para a luta pelos direitos dos portadores de transtornos mentais, sobretudo no que diz respeito às denúncias da violação de tais direitos. (COSTA *et al*, 2007, p. 516).

Destacam-se dois marcos importantes desse movimento: O primeiro é que no início, o movimento contava apenas com a participação de profissionais de saúde, mais tarde a participação se estendeu para as famílias e os usuários. O outro marco foram as mudanças que ocorreram na sociedade nas questões de saúde mental (AMARANTE, 2008).

No que tange ao lema “por uma sociedade sem manicômios” defendido pelo movimento, Correia explica:

Ao denunciar as precárias condições de atendimento e as péssimas condições sanitárias encontradas nos manicômios, o Movimento Antimanicomial luta pela implementação de instituições abertas, que tenham no seu bojo o respeito aos direitos daqueles usuários. Os profissionais atuantes nessa área propuseram o fechamento dessas estruturas e a divulgação de novos referenciais terapêuticos. (Correia, p. 86).

Propor o fim dos manicômios significaria proporcionar aos doentes mentais mais que um local de abrigo, pois não podemos esquecer que os manicômios, disfarçados de hospitais psiquiátricos, lembram uma instituição carcerária, pois se aproxima de um local que tem como pressuposto a vigilância, o controle e a disciplina (AMARANTE, 2007).

Senão vejamos o trecho abaixo:

A estrutura manicomial se apresenta como desumana e ineficiente por seus resultados desastrosos, constituindo-se um lugar de sofrimento e dor, onde os pacientes, sem direito à defesa, são submetidos a maus tratos, privação de sua liberdade, de seu direito à cidadania e à participação social. (CORREIA, p. 83).

Devido aos motivos acima expostos surge o movimento antimanicomial, que como o próprio nome sugere, busca o fim das atividades dos manicômios que funcionavam como verdadeiros instrumentos de violação dos direitos das pessoas com transtornos mentais.

Outro ponto importante defendido pelo movimento é o modelo de tratamento ofertado para os doentes mentais. Um passo importante é humanizar o tratamento, tornando-o adequado a fim de garantir os direitos das pessoas portadoras de anomalias psíquicas, tratando-as à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, observando todos os direitos e garantias que lhes são inerentes.

Veja abaixo o trecho em que sustenta a justificativa do movimento por uma reforma psiquiátrica:

Este processo implica em mudanças na cultura, na organização dos processos de trabalho e na estrutura dos serviços psiquiátricos, pretendendo a desinstitucionalização psiquiátrica. Significa o reconhecimento de que a essência do modelo clássico da psiquiatria é a

institucionalização do paciente, por sua exclusão social, que se propõe pelo asilamento. A reforma psiquiátrica pressupõe essa inversão, não somente pela humanização das relações entre os sujeitos nas instituições que venham substituir o asilo, mas pela mudança na organização dos processos de trabalho e na estrutura dos serviços psiquiátricos; pelo desenvolvimento de outras culturas e outros lugares sociais, onde se tolere com ética e solidariedade a diversidade da loucura (BARROS *et al*, 2002, p .8).

No que se refere às normas jurídicas de proteção às pessoas com deficiência a Constituição Federal de 1988 possui vários dispositivos, tendo em vista que em seu preâmbulo preconiza a igualdade como valor supremo; veda e pune a discriminação que atente contra os direitos fundamentais (artigos 3º, IV e 5º, XLI), preocupando-se inclusive com a proteção do trabalhador portador de deficiência (artigo 7º, XXXI).

Decorrido um ano da promulgação da Constituição Federal, em 1989, foi apresentado no Congresso Nacional o projeto de lei chamado Paulo Delgado, que propôs uma mudança nos direitos dos deficientes mentais. Contudo, somente em 2001 o projeto de lei se transformou na lei nº 10.216, também conhecida como lei Paulo Delgado ou lei da reforma psiquiátrica.

A lei da reforma psiquiátrica traz em seu bojo a garantia e a proteção dos direitos das pessoas com transtornos mentais, criando um modelo assistencial na área da saúde mental.

Uma das mudanças trazidas pela lei 10.216 está descrita no artigo 4º que dispõe que “a internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra hospitalares se mostrarem insuficientes” (BRASIL, 2001). Pela redação do artigo 4º, verifica-se que não se pode banalizar as internações, visto que nem todas as pessoas que possuem transtornos mentais necessitarão de internamentos.

As críticas sobre esse novo modelo assistencial são muitas, mas a que se destaca quanto aos locais de internação, é que a lei não traz direções a serem seguidas para que haja a extinção completa dos antigos manicômios.

Quanto aos recursos governamentais destinados à promoção das garantias e o funcionamento do modelo assistencial, existe um grande problema tendo em vista que o repasse de recursos financeiros mostra-se insuficiente para atender a demanda.

A lei também deu base para a criação de Políticas de Saúde Mental pelo Governo, assim fica a cargo dos órgãos públicos a implementação dessas políticas e ao Ministério Público e a toda sociedade fiscalizar a inserção e proteção dos direitos dos alienados mentais.

## **5 Considerações Finais**

Este artigo, como objetivo geral, se propôs a apresentar como os doentes mentais foram tratados ao longo da história da psiquiatria no Brasil. Nota-se que existe uma luta constante para que os doentes mentais recebam o

atendimento digno de que são merecedores, tendo em vista que necessitam de um local adequado para receber tratamento de saúde.

Verifica-se que somente após a criação do movimento antimanicomial, é que se iniciou a luta pelos direitos das pessoas que sofrem de transtornos mentais, e também uma luta por um tratamento mais digno a eles.

Assim, com a realização deste artigo, conseguimos demonstrar que após anos de luta foram conquistadas algumas garantias para a proteção dos direitos das pessoas portadoras de anomalias psíquicas. Contudo, ainda se mostra necessária a constante vigilância da sociedade e do Estado para se garantir a manutenção das garantias e direitos já alcançados, bem como a busca por novas medidas protetivas.

## REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. **Saúde Mental, Desinstitucionalização e Novas Estratégias De Cuidado**. Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008, p.735-759.

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

Arbex, Daniela. **Holocausto brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BARROS; Sônia; OLIVEIRA, Márcia Aparecida Ferreira de; SILVA, Ana Tereza de M. C. da. **Políticas de Saúde e de Saúde Mental no Brasil: a exclusão/inclusão social como intenção e gesto**. Revista Escola Enfermagem, 2002, p. 4-9. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v36n1/v36n1a01>>. Acesso em: 10 set. 2015.

BRASIL, Lei nº 10.216 de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, Brasília, 09 abr. 2001.

CORREIA, Ludmila Cerqueira. **O movimento antimanicomial: movimento social de luta pela garantia e defesa dos direitos humanos**. Periódicos Universidade Federal da Paraíba, p. 84. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/primafacie/article/viewFile/7186/4326>>. Acesso em: 08 set. 2015.

COSTA, Jurandi Freire. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Garamound, 2007.

COSTA, Tereza Cristina Ribeiro; GRUNPETER, Paula Veloso; MUSTAFÁ, Maria Alexandra Monteiro. **O movimento da luta antimanicomial no Brasil e os direitos humanos dos portadores de transtornos mentais.** In: Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 2007, Florianópolis. Anais Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, 2007, p. 511-520.

DALGALARRONDO, Paulo; ODA, Ana Maria Galdini R. **História das primeiras instituições para alienados no Brasil.** História, Ciências, Saúde. Rio de Janeiro: 2005, p. 983-1010.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; RODRIGUES, Jefferson. **O movimento antimanicomial no Brasil.** Revista Ciência & Saúde Coletiva, n. 12, v. 2. Rio de Janeiro, 2007, p. 399-407. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n2/a16v12n2>>. Acesso em: 08 set. 2015.

Reforma Psiquiátrica propõe reinserção de pacientes na sociedade. **Carta Capital.** 01 set. 2009. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/saude/reforma-psiquiatrica-propoe-reinsercao-de-pacientes-na-sociedade>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

## CASAMENTO OU UNIÃO ESTÁVEL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: DIREITO ADQUIRIDO À LUZ DA CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Carla Regina Wingert de Moraes (carlinhawm@hotmail.com) <sup>1</sup>

Jaqueline Fátima Roman (jaqueline.roman@ifpr.edu.br) <sup>2</sup>

<sup>1,2</sup> Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

**Resumo:** Este artigo pretende discutir a harmonização do ordenamento jurídico brasileiro no que se refere ao direito adquirido pelas pessoas com deficiência intelectual após a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ao casamento ou união estável, enfocando aspectos legais, doutrinários, e a realidade vigente, bem como as implicações jurídicas, principalmente quando se considera as recentes diretrizes e recomendações internacionais e nacionais a respeito do assunto. Visa-se demonstrar que a Lei nº 13.146/2015 que entrou em vigor em 02 de janeiro de 2016, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência apenas compatibilizou o ordenamento jurídico interno, alterando vários dispositivos infraconstitucionais, com a Convenção sobre os direitos da Pessoa com Deficiência, conhecida como Convenção de Nova Iorque. Questões relacionadas ao casamento ou união estável das pessoas com deficiência muitas vezes geram dificuldades à pessoa com deficiência intelectual; aos profissionais e familiares, principalmente pela pouca clareza no meio jurídico. Assim, o objetivo geral desse trabalho é a promoção do debate e a reflexão sobre os direitos da pessoa com deficiência intelectual, e como objetivo específico o confronto legislativo a fim de demonstrar, com amparo legal, que as pessoas, sem distinções, possuem os mesmos direitos.

**Palavras-chave:** Deficiência; Direitos Humanos; Igualdade.

### 1 Introdução

O direito adquirido pelas pessoas com deficiência intelectual após a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ao casamento ou união estável apresenta-se como tema deste estudo, enfocando aspectos legais, doutrinários, e a realidade vigente.

A escolha deste tema fundamenta-se no fato de que o contato profissional com pessoas com deficiência intelectual proporcionou a percepção de que as questões sobre casamento ou união estável são fatos do cotidiano, que geram dificuldades a serem enfrentadas pela pessoa com deficiência intelectual, por profissionais e familiares, essencialmente por serem de pouca clareza no meio jurídico.



Com o propósito de se compreender a deficiência intelectual, os direitos adquiridos após a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e a necessidade de reflexão dessas conquistas na área jurídica, em especial nos ramos do direito constitucional e de família, justifica-se este estudo.

Como desafio contínuo, à defesa dos direitos da pessoa com deficiência intelectual, afigura-se a necessidade de reflexões e avanços nas mais diversas áreas, visando a busca de seu desenvolvimento pleno e sobretudo percebendo-a como ser humano capaz, e sujeito de suas próprias escolhas.

O objetivo geral é apresentar uma visão de vanguarda sobre os direitos da pessoa com deficiência intelectual, no que tange ao casamento ou união estável, e os objetivos específicos são proporcionar uma reflexão sobre a matéria, possibilitando o liame entre os aspectos teórico e prático, bem como produzir e difundir conhecimento acerca das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência intelectual.

## **2. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**

A Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo assinado em Nova York, em 30 de março de 2007, promulgada no Brasil pelo Decreto número 6.949, de 25 de agosto de 2009 garantiu a aplicação dos propósitos e princípios dispostos na Carta das Nações Unidas, mormente no que se refere à dignidade da pessoa humana.

A referida Convenção destaca que os direitos humanos pertencem a todos indistintamente, pois são inerentes à própria condição humana. Ressalta-se, portanto, a importância da afirmação de que as pessoas têm todos os direitos e garantias presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Ocorre que, no Brasil, apesar da promulgação em 2009, pela nossa legislação dos direitos e garantias previstos na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, essa igualdade de tratamento não tem, por muitas vezes, efetividade. Exemplo disso são as dificuldades que as pessoas com deficiência intelectual encontram para se casarem ou para constituírem união estável. Esse óbice, muitas vezes, vinha sendo criado pela própria legislação nacional, o que passa a ser corrigido.

A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é um Tratado Internacional sobre Direitos Humanos que foi construído para proteger as pessoas com deficiência de todo o mundo. No Brasil foi aprovado com o *status* de emenda constitucional.

Esse tratado tem como objetivo de garantir a igualdade de oportunidades, combate à discriminação e a eliminação das barreiras sociais - tanto arquitetônicas como de atitude. Proporcionando assim o pleno exercício dos direitos, autonomia e respeito à dignidade das pessoas com deficiência.

Para Piovesan, a Convenção tem como propósito maior:

promover, proteger e assegurar o pleno exercício dos direitos humanos das pessoas com deficiência, demandando dos Estados – Partes medidas legislativas, administrativas e de outra natureza para a implementação dos direitos nela previstos. Introduce a Convenção o conceito de “reasonable accommodation”, apontando o dever do Estado de adotar ajustes, adaptações, ou modificações razoáveis e apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o exercício dos direitos humanos em igualdade de condições com as demais (2012, p.48).

Apresentam-se como princípios da Convenção: respeito pela dignidade inerente; independência da pessoa, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas (autonomia individual); não-discriminação; plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; respeito pela diferença; igualdade de oportunidades; acessibilidade; a igualdade de gênero e respeito pelas capacidades em desenvolvimento de crianças com deficiência (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2011).

Para entender a dignidade humana se faz essencial reconhecer e respeitar a nobreza de toda e qualquer pessoa, apenas pelo fato de ser humana. A percepção do homem como centro do mundo surge no final da Idade Média e é firmado em documento internacional quando da promulgação dos Direitos Humanos pela ONU em 1948.

Toda pessoa é digna de respeito, sem qualquer ressalva. Acerca da dignidade humana Sarlet preconiza:

[...] qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover uma participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida (2010, p.70).

A independência consiste na capacidade da pessoa realizar escolhas, sem pedir autorização (de alguém ou de alguma instituição). É importante ressaltar que o processo de construção da independência inicia com a família e estende-se a sociedade, através do respeito às manifestações da pessoa com deficiência.

Não discriminar a pessoa com deficiência é, sobretudo, não negar seus direitos como ser humano, é dar a ela possibilidades de desenvolver-se de forma plena; é criar condições de convívio em sociedade.

A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade significam abrir espaço, quer seja transformando os ambientes sociais, mas acima de tudo derrubando barreiras atitudinais.

Com esta concepção, Santos (2003, p.83) já preconizava que a inclusão é “um processo que reitera princípios democráticos de participação social plena [...] de qualquer cidadão, em qualquer arena da sociedade em que viva, à qual ele tem direito, e, sobretudo a qual ele tem deveres”.

Tornar as oportunidades iguais significa criar condições diversas, respeitando-se as necessidades de cada pessoa. Determinados sujeitos de direitos, exigem uma resposta específica e diferenciada. Uma sociedade que respeita a diferença e aceita as pessoas como parte da diversidade humana, que promove a igualdade de oportunidades precisa promover as adaptações necessárias, para que as pessoas com deficiência possam estar em convívio social pleno.

A acessibilidade não pode ser compreendida apenas no aspecto físico ou geográfico. Ela necessita ser compreendida de forma ampla, como ingresso e permanência aos meios físicos e aos de comunicação, aos sistemas, políticas, serviços e programas implementados pela comunidade.

Importante ressaltar que a acessibilidade é o instrumento que vai eliminar as desvantagens sociais enfrentadas pelas pessoas com deficiência, pois dela depende a realização dos demais direitos. A sociedade precisa se modificar e passar a se organizar de forma que todas as pessoas, sem exceções, tenham acesso à educação, saúde, trabalho, lazer, dentre outros, possibilitando assim vida plena e independente.

Através da acessibilidade é possibilitado às pessoas com deficiência a remoção dos impeditivos de acesso aos mesmos direitos dos demais, fazendo com que ele passe a estar inserido na sociedade, no mundo do trabalho e sobretudo tendo a garantia de construir uma vida familiar, de amar e ser amado.

Para Barcellos e Campante a acessibilidade é:

[...] uma pré-condição ao exercício dos demais direitos por parte das pessoas com deficiência. Sem ela não há acesso possível às pessoas com deficiência. Por isso a acessibilidade é tanto um direito em si quanto um direito instrumental aos outros direitos (2012, p. 176).

Importante destacar a necessidade de igualdade de tratamento de gênero e idade, uma vez que na área das deficiências a condição feminina torna a mulher com deficiência particularmente vulnerável e em condições de desvantagem social. Nesse sentido, faz-se necessário respeitar as capacidades de desenvolvimento de crianças com deficiência, possibilitar seu desenvolvimento e acreditar nas potencialidades dela, para tanto deve-se investir em atendimento especializado.

## **2.1. Conceituando a Deficiência**

A seguir seguem conceitos e apontamentos que versam sobre o entendimento que se deve ter sobre a conceituação de deficiência e deficiência intelectual, abordando a visão preconizada após a Convenção.

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2011, p. 26).

Para Araújo (2015, p.1) “A Convenção da ONU traz um novo conceito de pessoa com deficiência, muito mais complexo do que o critério médico existente até então. [...], envolve o conceito com a ideia de barreiras que a pessoa enfrenta”.

Nesse sentido, Fernandes e Moreira apontam que:

[...] a incorporação, pelo Brasil, da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2006) acarretou a substituição da compreensão da deficiência pautada exclusivamente no modelo médico por uma visão multidisciplinar que considera também os fatores sociais, econômicos e políticos e têm como escopo promover não apenas a inclusão, mas também a autonomia (2014, p. 44).

Não existe mais a possibilidade apenas de aplicação de um teste ou critério médico para “classificar” a pessoa com deficiência, cada caso precisa ser analisado, relacionando com o ambiente social em que o indivíduo esta inserido.

No sentido do exposto, o artigo 2º, § 1º, da Lei 13.146/2015 aduz que:

A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III - a limitação no desempenho de atividades; e IV - a restrição de participação.

A deficiência intelectual, segundo a Organização Mundial de Saúde, caracteriza-se por uma redução significativa da habilidade de entender informações novas ou complexas e de desenvolver novas habilidades. Isso resulta em uma capacidade reduzida de viver de forma independente e inicia-se antes da idade adulta, e estende por toda a vida. (REVISTA DI, 2011, s/p)

## **2.2. Capacidade Civil das pessoas com deficiência intelectual**

Ao expor que as pessoas com deficiência têm capacidade jurídica nas mesmas condições que as demais pessoas, a Convenção apresenta-se como uma legislação de vanguarda e impede a supressão da capacidade civil da pessoa com base na sua deficiência.

Nesse diapasão, Leite preconiza que a Convenção trata da capacidade civil no art. 12, e estabelece alguns paradigmas:

a) as pessoas com deficiência gozam de capacidade civil em igualdade de condições com as outras pessoas; b) as pessoas com deficiência devem receber o apoio necessário para que possam exercer a sua capacidade; c) eventuais limitações à capacidade da pessoa com deficiência devem ser pautadas no respeito à sua vontade e às suas escolhas, e também ser proporcionais e condizentes com as particularidades de cada um, devendo ser aplicadas pelo período mais curto possível (2012, p.319) .

A convenção internacional apresenta a condição de que a pessoa com deficiência tenha sua capacidade jurídica reconhecida, e que o papel do curador não seja o de quem represente o interditado e tome as decisões por ele, mas sim que lhe preste assistência e em conjunto assumam os direitos e deveres, respeitando sempre a pessoa com deficiência, possibilitando a ele a decisão assistida.

Ferraz aponta:

Sob a ótica humanista, a ideia de que a deficiência reduz a capacidade do indivíduo para ser considerado sujeito de relações jurídicas é considerada plenamente ultrapassada, pois a concepção de deficiência à luz da interpretação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007) encontra respaldo em não delimitar a deficiência em si como doença, pois a pessoa com deficiência nada mais é do que um indivíduo que sofre restrições físicas, sensoriais, mentais ou intelectuais (2012, p. 325).

Há a expectativa de maior clareza sobre as questões que envolvem a pessoas com deficiência no meio jurídico com a sanção da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), publicada em sete de julho de 2015, dispositivo este que vem para adequar a legislação brasileira a Convenção e que entrou em vigor em 02 de janeiro de 2016.

Essa lei traz significativos avanços na proteção da pessoa com deficiência, alterando diversos dispositivos da legislação infraconstitucional, principalmente no Código Civil, Lei nº 10.406/2002, compatibilizando o ordenamento interno com o internacional.

Dentre as modificações mais significativas para o tema desse artigo, está o Art. 6º da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015 que prevê:

Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:

- I - casar-se e constituir união estável;
- II - exercer direitos sexuais e reprodutivos;
- III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar;
- IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória;
- V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e
- VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o artigo 3º, II do Código Civil de 2002 que estabelecia que as pessoas com deficiência ou enfermidade mental que não tivessem o necessário discernimento para os atos da vida civil eram consideradas absolutamente incapazes, encontra-se revogado. Com o advento da Lei nº 13.146/2015 são considerados absolutamente incapazes apenas os menores de 16 anos, é o que se extrai da atual redação do artigo 3º do Código Civil:

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos. ([Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015](#))

I - ([Revogado](#)); ([Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015](#))

II - ([Revogado](#)); ([Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015](#))

III - ([Revogado](#)). ([Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015](#))

No mesmo sentido, encontra-se ultrapassado o conteúdo dos incisos II e III do artigo 4º do Código Civil de 2002 que previam como relativamente incapazes aqueles que por deficiência mental tivessem o discernimento reduzido, e os excepcionais sem o desenvolvimento mental completo. O Estatuto da pessoa com deficiência que alterou o Código Civil retirou essas duas causas de incapacidade relativa.

Vale ressaltar que as alterações legislativas provocadas pela Lei nº 13.146/2015 visam adequar a ordem jurídica interna às mudanças à Convenção de Nova Iorque, tendo em vista que desde a ratificação da referida Convenção a capacidade civil das pessoas com deficiência intelectual já havia sido reconhecida. O recente reconhecimento na ordem jurídica interna da plena capacidade civil visa tão-somente compatibilizar o ordenamento interno com a Convenção de Nova Iorque.

Diante disso, não há mais questionamentos sobre a viabilidade jurídica do casamento ou união estável entre pessoas com deficiência intelectual, visto que tal direito é garantido no Brasil desde a ratificação da Convenção de Nova Iorque, estando dirimidas quaisquer dúvidas após as modificações legislativas ocorridas com o advento da Lei nº 13.146/2015.

A possibilidade do casamento da pessoa com deficiência, independentemente de representação ou assistência fica ainda mais clara no texto expresso do § 2º do artigo 1550 do Código Civil, modificado pela Lei nº 13.146/2015, que dispõe:

Art. 1.550. É anulável o casamento:

[...]

§ 2º A pessoa com deficiência mental ou intelectual em idade núbia poderá contrair matrimônio, expressando sua vontade diretamente ou por meio de seu responsável ou curador.

Note que o citado artigo acima deixa clara a ausência de necessidade de representante ou assistente à pessoa com deficiência para manifestar a



vontade de contrair matrimônio quando possibilita que ela (pessoa com deficiência) expresse diretamente sua vontade.

### 2.3 Relações Familiares

Tradicionalmente, a família era constituída a partir do casamento e com o objetivo principal de procriar filhos. Através do tempo a constituição e o conceito de família sofreram modificações. A família ganhou nova estrutura e definição, transformou-se num contexto onde se acentuam as relações de sentimentos entre os membros do grupo; tornando-se um espaço em que as pessoas movidas pelos seus interesses e afinidades convivem, sobrepondo-se suas vontades aos interesses sociais.

Enfim, hoje se percebem vários modelos de família, a família não possui sua base na consangüinidade, mas sim no afeto, e isso só fez aumentar sua relevância social e jurídica. O objetivo dessa união não é mais somente gerar filhos, mas sim o amor, o afeto e as relações que deles decorrem, inclusive as sexuais. Atualmente, o principal fundamento das relações familiares é o afeto, que se apresenta como a valorização da dignidade humana.

Dias (2010, p 70.) aponta que a família modifica-se “ na medida em que se acentuam as relações de sentimento entre seus membros: valorizam-se as funções afetivas da família.

Segundo Ferraz:

A família na contemporaneidade se caracteriza pela desconstituição da figura ‘chefe de família’, pela perda da relevância do patriarcado, pela equiparação da mulher, por novas formas de constituição de família e pela busca incessante pela felicidade. A nova família extrapola o aspecto matrimonial e tem como elemento mais significativo a pluralidade de sua constituição. (2012, p. 326)

Apresentam-se modelos de família mais flexíveis, menos sujeitas à regra, atendendo mais as vontades e expectativas particulares, do que preocupada a seguir um modelo social. Preconiza ainda Ferraz:

Na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, a família não dependerá sequer da existência de capacidade civil, pois compreendemos que devemos distinguir a prática de atos negociais do exercício dos atos meramente existenciais (2012, p. 328).

Efetivando o modelo biopsicossocial sobre a deficiência, respaldado na emancipação, a Convenção apresenta a autonomia como um dos seus princípios norteadores apresentando vários dispositivos que concedem direitos antes impossíveis de imaginar para pessoas com deficiências. De acordo com Shaaf:

As pessoas com deficiência não devem ser privadas da oportunidade de experimentar a sua sexualidade, de ter relações sexuais ou de ter filhos. Os

Estados devem promover a adoção de medidas destinadas a modificar as atitudes negativas perante o casamento, a sexualidade e a paternidade e maternidade das pessoas com deficiências. Em especial das jovens e das mulheres com deficiências, que ainda persistem na sociedade (2011, p. 124 e 125)

O art. 23 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência inclui como dever dos Estados tomar medidas efetivas para a discriminação contra pessoas com deficiência, em todos os aspectos relativos a casamento, família, paternidade e relacionamentos, em igualdade de condições com as demais pessoas.

### 3 Considerações finais

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ou Convenção de Nova Iorque proporcionou grandes avanços normativos ao nosso ordenamento jurídico, o que foi corroborado pelas alterações legislativas trazidas pela Lei nº 13.146/2015. Sabe-se que não basta uma mudança no paradigma normativo para solucionar determinada questão social, existe a necessidade da modificação de pensamento da sociedade, vivemos em uma época em que o processo é de mão dupla, a sociedade se organiza para eliminar as barreiras, tanto físicas, quanto atitudinais a fim de que a pessoa com deficiência tenha efetivamente os mesmos direitos das demais.

Aceitar e respeitar a pessoa com deficiência é, sobretudo, compreender que ela é sujeito de vontades e direitos, como qualquer outra pessoa. É livrar-se de preconceitos e tabus; é perceber a diversidade da sociedade atual e entender as transformações sociais, tendo em vista que está superada a visão da incapacidade, pois possuem direito à plena participação social.

### REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Alberto David. **Mudanças legislativas ( Código Civil, CLT, Código Eleitoral) e direito à inclusão.** Disponível em: <http://emporiododireito.com.br/mudancas-legislativas-codigo-civil-c-l-t-codigo-eleitoral-e-direito-a-inclusao-por-luiz-alberto-david-araujo/> Acesso em 14/07/2015.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BARCELLOS, Ana Paula de e CAMPANTE, Renata Ramos. **A Acessibilidade como instrumento de promoção de direitos fundamentais.** In: Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. São Paulo: Saraiva, 2012.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011

DIAS, Maria Berenice. 6 ed. **Manual de Direito das Famílias**. São Paulo: Revista dos Tribunais; 2010

FERNANDES, Fernanda Holanda e MOREIRA, Thiago de Oliveira. **A Nova Definição Constitucional de Pessoa com Deficiência Produto do Diálogo com o Direito Internacional e suas Implicações no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. Revista Internacional dos Direitos Humanos. v. 2, n. 1, jan./jun. 2014, p. 43 – 66 Disponível em : [http://www.surjournal.org/conteudos/getArtigo8.php?artigo=8,port,artigo\\_dhand a.htm](http://www.surjournal.org/conteudos/getArtigo8.php?artigo=8,port,artigo_dhand a.htm) Acesso em: 07/03/2015

FERRAZ, Carolina Valença. **Dos Direitos da Pessoa com Deficiência nas relações familiares**. In: Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso: 07/03/2015

LEITE, Salomão Glauber. **O Regime Jurídico da Capacidade Civil e a Pessoa com Deficiência**. In: Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. São Paulo: Saraiva, 2012.

PIOVESAN, Flávia. **Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: inovações, alcance e impacto**. In: Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. São Paulo: Saraiva, 2012.

SANTOS, Mônica. Pereira dos. **O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva**. Revista da Faculdade de Educação da UFF. n. 7, p. 78-91, maio, 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais**. 8 ed. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 2010,

SCHAAF, Marta. **Negociando Sexualidade na Convenção das Pessoas com Deficiência**. Revista Internacional de Direitos Humanos. v. 8, n. 14, 2011 Disponível em: <http://conectas.org/Arquivos/educacao/publicacoes/publicacao-201425155217454-25856803.pdf> . Acesso em: 07/03/2015

RAMOS, Cleide. **Reconhecimento Igual Perante a Lei**. In: A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: – Versão Comentada –



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

Coordenação de Ana Paula Crosara de Resende e Flavia Maria de Paiva Vital.  
– Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

REVISTA DI. São Paulo: Zeppelini Editora, jul/dez, 2011. Disponível em :  
[http://www.apaesp.org.br/instituto/Documents/Revista\\_DI](http://www.apaesp.org.br/instituto/Documents/Revista_DI) Acesso em:  
28/03/2105.

## CHAMAMENTO AO PROCESSO COMO INSTRUMENTO DE ACESSO A MEDICAMENTOS

Mariana Hazt Lencina (marianahaztlencina@hotmail.com) <sup>1</sup>

Eduardo Stachera (eduardos@tjsc.jus.br) <sup>2</sup>

Paulo Vinícius Vasconcelos de Medeiros

<sup>1,2</sup> Instituto Federal do Paraná - Campus Palmas

**Resumo:** O assunto é de interesse preponderantemente processual. Não obstante, após mesclar a ritualística do direito processual com uma área específica das ações coletivas, obteve-se um meio de cultura fértil para novos raciocínios que atingem diretamente o direito constitucional e inclusive extrapolam a pirâmide Kelseniana, alcançando assim princípios inerentes ao ordenamento jurídico e o que de mais puro existe no direito, os Direitos Fundamentais. Nesse caso a efetivação só poderá ser alcançada através do chamamento ao processo, inserido na realidade de ações civis públicas.

**Palavras-chave:** Chamamento ao Processo, Medicamentos, Direitos Fundamentais, Intervenção.

**Abstract:** The subject is of interest mainly procedural. Nevertheless, after merging the ritual of procedural law with a specific area of collective actions, there is a fertile form of culture for new developments that affect directly the constitutional law and even extrapolate the Kelsen's pyramid, thus reaching inherent principles in the legal system and what we have of most pure in law, fundamental rights. In this case the effect can only be reached through the call to the process/impleader, inserted into the public civil actions reality.

**Keywords:** Call to the process/impleader, Medicines, Fundamental Rights, Intervention.

### 1 Introdução

O chamamento ao processo é modalidade de intervenção de terceiros que convoca devedores solidários, os quais concorrem como coobrigados pela mesma dívida, possuindo obrigações conjuntas com o réu demandando inicialmente no processo, com relação ao objeto da lide. Por haver também relação de direito material entre os coobrigados demandados e o autor, ambos entram no processo ao lado do réu originariamente citado, como litisconsortes. A sentença desse processo, se for o caso, não somente condenará o polo passivo com relação ao autor, mas inclusive servirá de título executivo para que aquele que saldar a dívida reaver o valor que arcou, além do que era por ele devido de fato, executando os demais devedores solidários.

Esta modalidade está prevista nos artigos 77 a 80 do Código de Processo Civil. É importante ressaltar que no Chamamento ao Processo,

àquele que for chamado não possui somente relação com o réu originário, mas também tem obrigação para com o autor, mesmo este não o citando inicialmente. É faculdade exercida pelo devedor citado no processo, e terá de utilizá-la no prazo para sua contestação. Predomina o entendimento que só poderá ser admitida nos processos de conhecimento, nos quais haverá a sentença condenatória a ser executada.

Quando da análise das ações coletivas, no caso em tela a Ação Civil Pública, observa-se ser o cabimento do chamamento ao processo um tema definitivamente em voga. Juntamente com este questionamento emergem problemáticas como a chamada judicialização das políticas públicas. O debate gira em torno especificamente da solidariedade dos entes federados, da liberdade que o autor da ação tem para compor sua lide, bem como da formação ou não de litisconsórcio no polo passivo da demanda.

Para ambos os lados, os que defendem o cabimento do chamamento ao processo ou não, trazem fortes argumentos constitucionais e legais, mas após todo o esforço comprobatório entendeu-se pelo cabimento, vez que protege núcleos essenciais de direitos fundamentais.

## **2 Aspectos Relevantes do Chamamento ao Processo**

### **2.1 Intervenção de Terceiros**

Torna-se imprescindível iniciar a explanação, em se tratando de chamamento ao processo, por uma breve explicação da intervenção de terceiros. No meio processual, as relações de direito material tendem a produzir efeitos, direta ou indiretamente em terceiros que não estão, em princípio, relacionados à lide. Em situações como essa a lei permite que o terceiro interessado, ou aquele que for atingido pelos efeitos do processo, ingresse à lide, seja no polo passivo ao lado do litigante originário, seja substituindo o mesmo.

“A intervenção será sempre voluntária, sendo injurídico pensar que a lei possa obrigar o estranho a ingressar no processo” (THEODORO JUNIOR, 2008, p. 134).

Seguindo esta explanação, a intervenção poderá ser espontânea, quando o terceiro intervém sem ser chamado, ou provocada por uma das partes. Todavia, não será de forma obrigatória. Pode ocorrer que seja necessário a citação de terceiros no processo, para que haja o andamento do processo e apreciação do mérito. Porém, como Humberto Theodoro Junior menciona “a coação legal exerce-se sobre a parte e não sobre o terceiro” (2008, p. 134).

A intervenção de terceiros poderá ter como objetivos auxiliar uma das partes durante o curso do processo, ingressar no lugar de outrem como parte legítima para o processo, opor-se à ambas as partes já existentes na lide, ou ainda entrar conjuntamente em determinado polo processual.



As modalidades de intervenção de terceiros, sinteticamente explicadas, são:

a) Assistência – O terceiro, voluntariamente, ingressa no processo para assistir uma das partes, tendo o interesse de que a sentença a beneficie. A relação pode não ser direta, mas o assistente verá a sentença surtir efeitos si;  
b) Oposição – O opositor terá a pretensão de direito que controverte tanto o autor quanto o réu, não podendo se posicionar ao lado de nenhum deles;  
c) Nomeação à autoria – O detentor do objeto da lide, quando demandado ao processo como réu, deverá nomear à autoria do proprietário ou possuidor, que são as partes legítimas para ocupar o polo passivo;  
d) Denúnciação da lide – É considerada a mais complexa das intervenções, porém, explicando brevemente, será demandado ao processo o terceiro que será o responsável pelo resultado da lide. Remete-se ao direito de regresso;  
e) Chamamento ao processo – Intervenção explanada a seguir.

## 2.2 Chamamento ao Processo

O chamamento ao processo pode ser chamado de intervenção de solidariedade, incidente provocado pelo réu originário, trazendo à lide os demais coobrigados que inicialmente não foram demandados. Deve existir uma relação jurídica de direito material, entre o chamante e o chamado. A sentença poderá, então, ser executada contra os coobrigados, no caso de um ou de alguns arcarem com o pagamento da dívida.

O chamado entrará no processo, através de manifestação do réu, respondendo juntamente com este em face do autor. Portanto, forma-se, nesta intervenção de terceiros, um litisconsórcio facultativo passivo por faculdade do réu, ou seja, não há a obrigatoriedade do ingresso dos litisconsortes no polo passivo, visto que é faculdade da parte requerê-los, o que seria uma modalidade diferenciada, considerando que, de acordo com Marinoni e Arenhart, (2007,p. 187), “a determinação de litisconsórcio passivo facultativo é de incumbência do autor, que pode optar por propor a demanda em face de um, alguns ou todos os legitimados passivos”.

Didier Junior (2014,p. 414) critica a faculdade que o Código de Processo Civil fornece ao réu, porque acaba por retirar o benefício fornecido ao autor pelo Código Civil, que seria o credor poder exigir toda a dívida de qualquer um dos devedores solidários:

“O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto”.  
(Art. 275 do Código Civil de 2002)

O artigo 77 do Código de Processo Civil prescreve hipóteses obrigacionais admissíveis para o chamamento ao processo. Admite-se o chamamento:

I - do devedor, na ação em que o fiador for réu;  
II - dos outros fiadores, quando para a ação for citado apenas um deles;  
III - de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.”

O devedor que estiver como réu originário no processo somente poderá chamar os codevedores que responderem pela dívida tanto quanto ele, ou mais que ele. Com base no artigo 595, § único do Código Civil, é concedido, expressamente, o direito de que o fiador, ao pagar a dívida, execute o afiançado nos mesmos autos do processo principal. Para que o fiador possa executar o devedor principal nos moldes do artigo 595 do Código Civil, é necessário que ao ser “individualmente acionado em processo de conhecimento, tenha ‘chamado’ seu afiançado, para, julgada procedente a ação, tanto ele, quanto o afiançado, sejam devedores reconhecidos no título executivo” (ALVIM, 2005, p.188), o que também está expresso no artigo 568, inciso I do Código de Processo Civil.

Não ocorre necessariamente a demanda regressiva, como é presenciado na Denúnciação da Lide. Como verifica Didier (2014, p.415), o objetivo é que todos os coobrigados estejam no mesmo polo, para que a sentença condene a todos, possibilitando a execução do título judicial contra os litisconsortes do polo passivo da ação de conhecimento.

Na hipótese do inciso III, do artigo 77, poderá o devedor demandado chamar ao processo os demais devedores solidários, podendo cada um contestar com defesas personalíssimas contra o autor comum (ALVIM, 2005, p.189).

Para que o réu se utilize da faculdade do chamamento, terá que exercê-lo unicamente no prazo da contestação. Para o procedimento ordinário, portanto, o prazo é de 15 dias. Caso não o faça, há preclusão, ou seja, a perda do prazo no curso do processo.

O juiz decidirá quando o chamado se recusar a compor o processo ou quando o autor se manifestar contra. No caso de indeferimento do pedido, o recurso, que cabe ao réu interpor, é o agravo de instrumento, por se tratar de decisão interlocutória.

Uma vez deferido o pedido, o juiz suspenderá o processo e serão obedecidos os prazos e a citação da denúnciação da lide, segundo os artigos 72 – “residindo o(s) chamado(s) na mesma Comarca, o prazo será de 10 dias; residindo em outra Comarca ou local incerto, o prazo será de 30 dias” - e 74 do Código de Processo Civil, que refere-se expressamente à denúnciação da lide, porém na forma adaptada ao chamamento, a leitura se daria neste sentido: “Feito o chamamento pelo autor, o chamado, comparecendo, assumirá a posição de litisconsorte do chamante e poderá aditar a petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu”. Na possibilidade de não haver a citação nos prazos mencionados, o §2º do artigo 72 esclarece que o processo seguirá normalmente, porém somente com relação ao réu originário.

O artigo 280 do Código de Processo Civil proíbe expressamente a intervenção de terceiros:

“Art. 280 - No procedimento sumário não são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro”.

Nos processos de execução, também, não serão admitidos o chamamento, uma vez que “não haverá sentença sobre a pretensão executiva” (ALVIM, 2005, p.192). A sentença condenatória que poderá ser executada contra os demais litisconsortes do polo passivo será proferida no processo de conhecimento, portanto é nele que o demandado deve exercer o direito do chamamento.

### **3 Chamamento ao Processo em Ações Cíveis Públicas Destinadas à Garantia do Acesso a Medicamentos**

#### **3.1 Conceituação e Cabimento da Ação Cível Pública**

A Ação Cível Pública é uma modalidade de ação coletiva prevista pelo ordenamento e traduz-se em um mecanismo de combate à ineficiência estatal em prestar, através de políticas públicas, ações que possam vir a afetar diretamente direitos fundamentais difusos ou coletivos.

O citado meio processual está disciplinado na lei nº. 7.347 de 24 de julho de 1985, em seu artigo primeiro:

Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: (Redação dada pela Lei nº 12.529, de 2011).

I - ao meio-ambiente; II - ao consumidor; III - a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo; V - por infração da ordem econômica; VI - à ordem urbanística; VII - à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos; VIII - ao patrimônio público e social.

É demonstrada profunda necessidade em dar gênese ao assunto por este tópico, uma vez que todos os questionamentos processuais apontados vão acontecer na realidade da Ação Cível Pública.

Existem variados casos que confirmam a possibilidade de provocação do Poder Judiciário através da ação em tela. Em caráter exemplificativo, é citado um acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que emoldurou o tema da seguinte maneira:

“AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Obrigação de fazer – Implantação por parte do Município e do Estado de programa de atendimento à criança e ao adolescente portador de “diabetes mellitus” e ao fornecimento de medicamentos e materiais necessários ao controle da doença Carência da ação – Ilegitimidade passiva “ad causam” – Inocorrência – Competência administrativa concorrente da União, do Estado e do Município para cuidar da saúde pública – Inteligência dos artigos 23, II, e 198, I, da Constituição Federal e 4º e 9º da Lei n. 8.080/90 -Preliminar rejeitada. (Apelação n. 513.556-5/0 – Bauru – 1ª Câmara de Direito Público – Relator: Renato Nalini – 19.12.06– V.U. – Voto n. 12.482).” (citado por SILVA, p.48)

Apesar de ser este apenas um julgado disciplinando o assunto, existem vários no mesmo norte. Comprovando desta maneira, inclusive constitucionalmente o meio adequado para a requisição judicial de medicamentos, como sendo a Ação Cível Pública.

### 3.2 A Judicialização Das Políticas Públicas

Para que seja possível compreender a problematização do Chamamento ao Processo tratando-se de ações civis públicas, cumpre-se necessária a explicação de um movimento premente no Judiciário brasileiro, qual seja, a judicialização das políticas públicas.

Como é sabido o direito a saúde é direito fundamental de todo cidadão brasileiro. A Constituição Federal, em seu artigo 196, define o citado direito como:

“Direito de todos; dever do Estado; garantido mediante “políticas sociais e econômicas”; que visem à redução do risco de doenças e outros agravos; regido pelo princípio do “acesso universal e igualitário; às ações e serviços para sua proteção, promoção e recuperação.” (citado por MENDES; BRANCO, 2014, p.643).

O processo judicializador pode ser descrito como uma procura anormal, quase que geral, pelo poder judiciário por parte de determinada classe ou grupo social desassistidos, para que desta maneira, possa alçar-se ao poder judiciário com o liame de ver resolvida sua pretensão. Na maioria dos casos, quando da realidade da ação popular que dá início ao tema, o acionamento da justiça se deve à busca de medicamentos não ofertados nas farmácias do Sistema Único de saúde – SUS.

Com o intuito de promover a transição da introdução da temática para seu desenvolvimento e assim lançar-se ao problemas práticos, foi colhido o artigo 23, II, de nossa Carta Maior, que estabelece que a saúde é competência comum da União, dos estados, do distrito federal e dos municípios: “Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (...) II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; “

É exatamente neste ponto que acontece o chamamento que da vida a todo o trabalho e que possibilita muitas vezes a esperança aos desconsolados. Os entes da federação, que na maioria das situações com o intuito de poupar recursos, buscam eximir-se da responsabilidade de prestar medicamentos, chamando ao processo ente diverso, como se a responsabilidade fosse exclusiva deste.

Buscando aporte da técnica jurídica sobre o tema, infere-se da constituição da república, como já citado acima, que seu art. 23, II, estabelece que a saúde é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou seja solidariamente. O respaldo constitucional que envolve o tema não tem como único alicerce o artigo 23, o mesmo deverá ser interpretado em conjunto com o artigo 198 da Constituição Federal de 88, que também credita fundamento a teoria do cabimento do chamamento, quando dispõe:

“Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: (...)”

§ 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.”

Além do citado indispensável viés constitucional, contribui para esta linha de pensamento a própria lei de número 8.080/1990 em seu artigo 4º. Não obstante com uma interpretação diversa da anteriormente apresentada:

“A co-responsabilidade dos entes públicos das três esferas também pode se extrair do artigo 4º da Lei nº 8.080 de 1990, que preceitua que “O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).”

Em uma visão mais filosófica, ampla, aprofundada e por assim dizer acertada, deve-se levar em consideração o espírito constitucional dos direitos fundamentais, a saúde e a solidariedade.

### 3.3 Do Chamamento Motivado pelo Não Oferecimento de Medicamentos Excepcionais

Primeiramente, torna-se imperioso salientar que o tema é carregado de discrepância jurisprudencial e doutrinária, uma vez que os próprios Tribunais e autores divergem quanto ao cabimento ou não do chamamento ao processo em ações relativas a direitos fundamentais que tratam, em específico, da concessão de medicamento excepcionais – não disponibilizados pela farmácia do SUS.

A questão da legitimidade passiva para integrar processos que envolvem o fornecimento de medicamentos com verbas provenientes do erário público, traz acentuada discrepância de entendimentos por colocar à baila posicionamentos diversos, os quais culminarão em caminhos totalmente opostos.

Há quem diga que se for levantada a tese de formação de litisconsórcio do tipo necessário haveriam alguns problemas de pronto. A primeira negação seria acerca da competência para julgar o feito. Como é sabido, se a União integrar o polo passivo da demanda, então a competência para julgar a disputa será da Justiça Federal. Na visão oposta, se aquela não integrar o polo passivo do litisconsórcio então o caso tramitará sob a égide da justiça estadual.

Um segundo problema apontado para esse contexto incidiria sobre a questão da técnica legal do tema, que se fosse adotada, atingiria o cerne da garantia processual, denominado chamamento. O Caput do artigo 47 do Código de Processo Civil trata do assunto:

“Art. 47. Há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.”

Conforme infere-se da própria norma, a sobrevinda do litisconsórcio do tipo necessário ocorre quando por força de lei ou então pela própria natureza da relação jurídica. Os defensores da não formação de litisconsórcio do tipo



necessário, amparam-se na principal lei disciplinadora no caso, 8.080/1990, com o principal argumento de que a mesma não imputa a nenhum dos entes em específico a responsabilidade pelo fornecimento de medicamentos.

A última tese argumentativa contrária ao chamamento nesses casos, baliza-se no modo em que se vislumbra a questão da solidariedade entre os entes.

Uma parte da doutrina, afirma que o autor da ação possui o direito de indicar o polo passivo da disputa. Segundo estes, partindo do pressuposto que o autor tem a liberdade de escolher contra quem quer ingressar com a ação, o ente estatal não poderia ter o direito discricionário de suprimi-la. Neste sentido aponta o julgado:

“DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. CONSTITUCIONAL. FORNECIMENTO DE REMÉDIOS A NECESSITADO. LEGITIMAÇÃO PASSIVA DO MUNICÍPIO. CHAMAMENTO AO PROCESSO DO ESTADO. DESNECESSIDADE. O Município possuiu legitimidade passiva para a demanda visando ao fornecimento de medicamentos a necessitado, devendo responder integralmente pelos medicamentos pleiteados no processo. O direito à saúde é assegurado a todos, devendo os necessitados receberem do ente público os medicamentos necessários, não havendo necessidade de comprovação de risco de vida para o fornecimento dos medicamentos, demonstrada a urgência, que decorre da própria doença do autor. Aplicação do artigo 196 da Constituição Federal. Precedentes do TJRS e STJ. Cabe à parte escolher contra quem ajuizar a ação, tornando descabido o pedido de chamamento ao processo do Estado do Rio Grande do Sul” (citado por MENDES, 2011).

A doutrina supracitada guarda lógica e amparo legal, contudo não merece prosperar. A massiva parte dos nomes respeitados do Direito, pode-se falar até em âmbito mundial, não discordam da ideia de que essa ciência social aplicada constitui-se em um todo e que deve funcionar harmoniosamente. Já mencionou brilhantemente em seus discursos o então ministro do STF, Dr. Luiz Roberto Barroso, que a Constituição tem a obrigação de constituir-se em um todo harmonioso e dessa maneira deveria ser afastada qualquer hipótese de interpretá-la em tiras, mais fidedignamente a suas palavras “como uma colcha de retalhos”. Inclusive deve ser tratada como norma fundamental, capaz de iluminar todo o ordenamento abaixo de si, inclusive com toda sua gama de direitos fundamentais.

Pois bem, tendo isso exposto, não há de se discordar da doutrina da “não admissibilidade do chamamento ao processo” quanto ao argumento da liberdade do autor para compor sua lide da maneira que melhor lhe provier, dentro dos limites previstos na lei, é claro. No caso em estudo entende-se que a responsabilidade entre os entes é sim solidaria, portanto seria resguardo esse direito ao querelante.

Quando se trata do Sistema Único de Saúde, especialmente na área de custeio de medicamentos, que por óbvio demandará investimentos pesados na nação, não se pode deixar de considerar o aspecto econômico de cada ente da federação separadamente, é exatamente nesse ponto que sobrevém a



chamada reserva do possível. Ora, é clarividente que muitas vezes determinado município pobre não deverá arcar com custos de um tratamento de um linfoma, por exemplo. Tal afirmação comprova-se facilmente se imaginarmos que se concedido um tratamento caríssimo para salvar uma única vida, milhares de outras padecerão por conta de não ter sequer um tratamento para doenças consideradas básicas, como as provenientes do músculo miocárdio. Não podemos esquecer que estamos tratando aqui do bem mais valioso do ser humano, a vida.

Para afastar eventual utopicidade do raciocínio foi colhida a parte final de um julgado da 1ª Turma Recursal, em Seção Judiciária do Paraná, autos nº 201070540010992 (p. 04):

“Portanto, devem integrar o polo passivo tanto a União, quanto o Estado e o Município, motivo pelo qual dou parcial provimento ao recurso da União para anular a sentença, devendo o feito prosseguir contra os três entes federados, prejudicado o recurso do Estado do Paraná. “

É possível concluir claramente da análise do julgado a possibilidade de chamamento ao processo nestes casos. Denota-se a substancial possibilidade do chamamento ao processo no cenário de ações civis públicas. Em maior monta quando se fala em prestação de medicamentos ou tratamentos que venham a garantir a incolumidade da pessoa humana, e em um sentido mais amplo a própria vida.

#### **4 Considerações Finais**

Um ponto do chamamento ao processo já pacificado pela doutrina é que este caberia em casos de responsabilidade solidária entre o réu citado e os demais coobrigados, ou ainda quando aquele que for chamado tenha obrigação igual ou maior para com o autor da ação.

O principal consenso do presente artigo é que por mais que os direitos fundamentais guardem espaço de notoriedade em nosso ordenamento jurídico e que são indispensáveis para a produção legal e sua consequente aplicação, de nada serviriam sem a ritualística do direito processual.

Foi possível entender que uma eventual diferença de pensamento do aplicador da lei (devendo os entes estatais integrar o polo passivo da lide de maneira solidária ou não), no sentido do caminho que o processo tomará pode ser decisivo para salvar ou abandonar uma vida.

Por fim, vislumbrou-se de forma clara a homogeneidade existente entre o direito material e o processual, sendo imperioso que essas duas magníficas áreas se desenvolvam em conjunto sem nunca uma abandonar a outra.

#### **5 Referências**

ALVIM, Arruda. **Manual de Direito Processual Civil** – Processo de conhecimento. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973.

CÓDIGO CIVIL DE 2002.

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil** – Introdução ao direito processual civil e processo de conhecimento. Salvador: Juspodivm, 2014.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz. **Processo de Conhecimento** – 6ª ed. rev. Atual e ampl. da obra Manual do processo de conhecimento. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MENDES, Gilmar; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, Josiane Fernandes. **Impossibilidade de Chamamento da União ao Processo nas Ações para o Fornecimento de Medicamentos**. 2011. Disponível em: <http://www.oab-sc.org.br/artigos/impossibilidade-chamamento-uniao-ao-processo-nas-acoes-para-fornecimento-medicamentos/197>

Recurso. 1ª Turma Recursal – Seção Judiciária do Paraná. **Autos n. 201070540010992**. Disponível em: [https://www.jfpr.jus.br/tr/201070540010992\\_voto.pdf](https://www.jfpr.jus.br/tr/201070540010992_voto.pdf)

SILVA, Leny Pereira da. **Direito à saúde e o Princípio da Reserva do Possível**. Disponível em: [http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaSaude/anexo/DIREITO A SAUDE por Leny.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaSaude/anexo/DIREITO_A_SAUDE_por_Leny.pdf)

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil** – Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

## COMEDIA DELL'ARTE: A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DO TEATRO NA ESCOLA

Cintia de Souza Santos ( cintya\_beet@hotmail.com)  
Neuza de Fátima da Fonseca

**Resumo:** O presente artigo aborda o desenvolvimento de um projeto organizado e aplicado por meio do programa PIBID do curso Licenciatura em Artes Visuais do IFPR – *Campus Palmas*, através do programa esta sendo possível trazer à escola o ensino de artes e principalmente o teatro como método de ensino. Com o objetivo de mostrar as várias maneiras de se ensinar o teatro na sala de aula de uma forma objetiva e diferenciada sem fugir do contexto teórico, que deve estar presente a todo o momento na arte cênica, utilizando como objeto de estudo a comédia dell'arte, um gênero de teatro que surgiu durante os séculos XV e XVI na Itália em contrapartida ao teatro erudito que predominava naquela época. Ao longo do desenvolvimento do projeto serão trabalhados os elementos formais do teatro como introdução a essa área, dando ênfase a comédia dell'arte também serão trabalhados os personagens do gênero, as máscaras e o teatro propriamente dito. A finalidade do ensino do teatro na escola por muitas vezes tem sido apresentado de maneira superficial e é necessário compreender a importância de trabalhar essa área na escola. O teatro para o aluno é como um meio de mostrar o seu eu para o mundo e dentro do ambiente escolar ensinar o teatro como meio de expressão é o melhor meio para conhecer o aluno, suas dificuldades e habilidades. Com o ensino do teatro na escola pública estadual é possível trazer para os alunos a arte como forma de mostrar suas habilidades que muitas vezes são subestimadas e limitadas, afinal todos são capazes de se expressar por meio do teatro, basta que surjam as possibilidades e os momentos adequados que devem estar no ambiente escolar, ou seja, de uma forma acessível para aqueles que não veem meios de encontrar a arte capaz de representá-los. Por muitas vezes o aluno vê no teatro a maneira de se refugiar e se mostrar através de personagens e essa é a essência do teatro na escola.

**Palavras-Chave:** Expressão. Personagens. Máscaras. Teatro.

**Abstract** The theater education in school is something that has been studied since the discovery of the importance of teaching the arts in the school environment, the concern with the way this area is being worked in the classroom and what steps will be used to improve this teaching are the main objects of study of this article. The purpose of theater education at school has often been presented in a superficial way and you need to understand the importance of working that area at school. The problems present in art education has been discussed over the years by the need to formulate the

discipline not as a tool other materials and for other purposes, but rather as a source knowledge. As project completion methodology will be held the practical and theoretical activities with students from 7th year, among the contents in theater presented the expectations of the notebook is dell'arte comedy that will be the main estudo. Muitas object are the difficulties appear throughout the development projects in theater, most of the time is directed to understand and sought help in the difficulty that students are exposing yourself to the rest of the room, looking for alternatives so that these students overcome their insecurity interaction making it possible the class as a whole.

## **Introdução**

O ensino do teatro na escola é algo que vem sendo estudado desde a descoberta da importância do ensino das artes no ambiente escolar, a preocupação com a maneira como essa área esta sendo trabalhado dentro da sala de aula e quais os passos que serão utilizados para melhorar esse ensino são os principais objetos de estudo deste artigo. Para se trabalhar o teatro na escola é preciso abranger todo o universo presente ao redor do aluno, através desse método pode-se entender o que se passa na cabeça do aluno, quais os seus desejos, suas aflições para enfim desafiá-lo a superar suas dificuldades. Atualmente o teatro vem sendo apresentado por vários autores dentre eles podemos citar, Augusto Boal, Viola Spolin, que procuram tratar do teatro pelo contexto de desenvolvimento e construção da arte cênica, ou seja, não se pode encontrar algo pronto que se encaixe em todos os aspectos na vida escolar, é uma criação constante que precisa ser reformulada de acordo com cada característica e pensada para determinados ambientes.

Dessa forma o objetivo da pesquisa é mostrar como tornar o teatro um método de ensino e ligação com o aluno no contexto teórico e prático a fim de desmistificar o termo que define a arte como ferramenta para outros fins e até mesmo para outras disciplinas, é possível compreender cada aluno, entender como trabalhar com determinada característica que se torna desafiadora isso por meio do teatro que possibilita entender o aluno a partir do momento em que ele se projeta no personagem, em outras palavras, o aluno mostra o seu eu através de um personagem, conta a sua história.

O projeto foi trabalhado com alunos de 7º ano, como primeiro momento o objetivo foi apresentar o contexto teórico da comédia dell'arte e em seguida partir para a prática sobre tudo trazendo aspectos importantes sobre a comédia, adaptando o conteúdo e o desenvolvimento das atividades de acordo com as características e possibilidades que a turma apresenta, pois o primeiro passo para se iniciar o ensino do teatro é conhecer a turma e apresentar os objetivos que se encaixem na maneira como a turma trabalha.

## **Desenvolvimento**

No momento em que decidimos que o teatro deve ser trabalhado na escola com a importância que possui, entendemos a necessidade de usar de forma adequada a arte como fonte de conhecimento e meio de ligação entre aluno e professor. Segundo as DCE's, Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná,

As diferentes formas de pensar a Arte e o seu ensino são constituídas nas relações socioculturais, econômicas e políticas do momento histórico em que se desenvolveram. Nesse sentido, as diversas teorias sobre a arte estabelecem referências sobre sua função social, tais como: da arte poder servir à ética, à política, à religião, à ideologia; ser utilitária ou mágica; transformar-se em mercadoria ou simplesmente proporcionar prazer". (PARANÁ, 2008)

Para compreender como o teatro está diretamente ligado ao aluno usamos como base o artigo publicado na Revista CEPPG – Nº 20 – 1/2009 – ISSN 1517-8471 teatro e a escola: funções, importâncias e práticas, que trata da evolução da metodologia teatral na sala de aula. O artigo aponta o questionamento que se levanta em torno da função e da importância de se utilizar o teatro na escola faz com que haja a necessidade de abordarmos, de modo geral, os aspectos mais relevantes a respeito dessa arte, quanto à definição e à evolução do teatro no decorrer dos tempos. Na verdade, entendemos que conhecer a definição e a trajetória histórica do teatro já se constitui um caminho para a compreensão da importância e da função desse instrumento dentro do espaço escolar.

Podemos destacar o trecho do artigo que se refere ao teatro como um papel importante na vida dos estudantes, uma vez que, sendo devidamente utilizado, auxilia no desenvolvimento da criança e do adolescente como um todo, despertando o gosto pela leitura, promovendo a socialização e, principalmente, melhorando a aprendizagem dos conteúdos propostos pela escola. Além disso, sob a perspectiva de obra de Arte, o teatro também incomoda, no sentido filosófico, porque faz repensar e querer modificar a realidade instaurada. Ademais, possui caráter lúdico e constitui-se como forma de lazer.

A problemática presente no ensino da arte vem sendo discutida ao longo dos tempos pela necessidade de formulação da disciplina não como ferramenta de outras matérias e para outros fins, mais sim como fonte de conhecimento para compreender destacamos o trecho das DCE's do estado do Paraná, que trata das possibilidades de aprendizagem oferecidas pelo teatro na educação, onde podemos apartar a criatividade, socialização, memorização e a coordenação, sendo o encaminhamento metodológico, proposto pelo professor, o momento para que o aluno os exercite. Com o teatro, o educando tem a oportunidade de se colocar no lugar de outros, experimentando o mundo sem correr risco. Ainda de acordo com as DCE's Existem diversos encaminhamentos metodológicos possíveis para o ensino de teatro, no entanto se faz necessário proporcionar momentos para teorizar,

sentir e perceber e para o trabalho artístico, não o reduzindo a um mero fazer. Uma possibilidade seria iniciar o trabalho com exercícios de relaxamento, aquecimento e com os elementos formais do teatro: personagem – expressão vocal, gestual, corporal e facial, Composição: jogos teatrais, improvisações e transposição de texto literário para texto dramático, pequenas encenações construídas pelos alunos e outros exercícios cênicos (trabalho artístico).

Um artigo publicado pela FAP "perspectivas para o teatro na educação como conhecimento e prática pedagógica" produzido por Juliana Cavassin, trata do ensino do teatro como principal método para a produção do conhecimento e socialização com os alunos. Para compreender melhor destaca-se o seguinte parágrafo "O Teatro, assim, pode ser a brecha que se abre na nova perspectiva da ciência e ensino-aprendizagem, pois envolve essencialmente o que o soberanismo da lógica clássica e do modelo racional excluía; o ilógico, as possibilidades (o "vir a ser"), a intuição, a intersubjetivação, a criatividade... enfim, elementos existentes nas relações dessa manifestação artística e que são princípios para a concepção de Inteligência na Complexidade e vice-versa."

Como metodologia de realização do projeto foram realizadas as atividades práticas e teóricas com alunos de 7º ano, dentre os conteúdos em teatro apresentados no caderno de expectativas se encontra a comédia dell'arte que será o principal objeto de estudo. No desenvolvimento das atividades para que possa haver um entrosamento entre os alunos foram desenvolvidos jogos teatrais e dinâmicas de socialização no término das atividades como método de fechamento ao conteúdo prático. O tempo necessário para o desenvolvimento desse projeto são 12 aulas de 40 minutos cada, num primeiro momento contando as duas primeiras aulas foram trabalhados os elementos formais do teatro bem como conceitos básicos, o que é teatro, o significado do termo os bastidores, os gêneros do teatro e suas principais características, ou seja, fez-se uma introdução ao teatro.

Dando continuidade as atividades com o tempo de duas aulas, foram apresentados os principais aspectos e conceitos básicos da comédia dell'arte, quando surgiu a metodologia como aconteciam as peças ressaltando a relação desse gênero que vinha contrapor a comédia erudita que predominava na Itália entre os sec.XV e XVI, tratando de sua teatralidade e como veio decair com o tempo. Como fechamento das atividades realizou-se um jogo teatral que tinha como objetivo o entrosamento entre os alunos para que pudessem se acostumar com a timidez e a insegurança.

O próximo passo da realização do projeto ainda se encontra no aspecto de teoria utilizando como objeto de pesquisa os personagens da comédia dell'arte. Nesse momento foi preciso mais atenção e cuidado pois os personagens desse gênero do teatro além de serem fixos possuem suas complexidades e compreendem a parte essencial do desenvolvimento do projeto. Para que os alunos pudessem compreender de maneira clara cada personagem e suas características primeiramente foram vistos conteúdos de forma expositiva e com complementação com o auxílio das mídias presentes



na escola foram passadas imagens correspondentes a cada personagem e a máscara que utiliza durante o espetáculo, bem como vídeos que mostram cada personagem em ação nas peças que são realizadas na atualidade.

Como dinâmica de interação a sala foi dividida em grupos de três alunos, cada grupo teve que fazer um momento de conversa e nesse momento cada integrante do grupo conta uma história engraçada, uma piada ou formula um verso engraçado, o objetivo é que terminada essa etapa os alunos escolhessem a história mais engraçada e em seguida possam encenar para a turma. Após terminada essa etapa o trabalho se dirige para o conteúdo no momento em que se pede para que os alunos troquem os personagens da história pelos personagens da comédia dell'arte.

Utilizando-se de mais duas aulas, partimos do aspecto teórico para o prático produzindo as máscaras correspondentes a cada personagem com materiais acessíveis, dentre eles encontramos: papelão, cola branca, jornal, uma pequena quantidade de água, bexiga, tintas e adornos adicionais de acordo com cada personagem. Cada aluno se responsabilizou pela produção de um personagem destacando suas características e com o auxílio de imagens tentou-se reproduzir as máscaras da maneira mais fiel possível.

Para concluir as atividades nas duas últimas aulas de realização do projeto os alunos fizeram um apanhado geral de todo o conteúdo que foi estudado durante as aulas e como fechamento utilizando as máscaras podendo colocar figurinos e cenários como complemento, fizeram encenação das histórias que surgiram como exercício com os personagens da comédia dell'arte realizando um festival de cenas breves desse gênero.

### **Considerações finais**

Ao longo do desenvolvimento do trabalho é possível perceber o quanto o teatro interfere na vida escolar no âmbito educacional e social da criança. O ensino do teatro é mais do que contar uma história encenar algo ou reproduzir uma peça, ao ensinarmos o teatro temos que trazer uma bagagem de conhecimento que possa abarcar o contexto prático a ser desenvolvido.

A criatividade deve ser indispensável para o bom andamento das atividades, e de acordo com a personalidade de cada aluno, a dinâmica deve ser adaptada ou transformada uma vez que cada aluno possui suas particularidades e não uns iguais aos outros por esse motivo um trabalho pode ser bem sucedido em uma classe e em outra não dessa forma a flexibilidade também é um item essencial no ensino do teatro, essa linguagem também auxilia na perda da timidez e estimula o bom trabalho em equipe.

Muitas são as dificuldades que aparecem ao longo do desenvolvimento de projetos em teatro, a maior parte do tempo se direciona a entender e procurar ajudar na dificuldade que os alunos encontram de se expor para o restante da sala, procurando alternativas para que esses alunos superem sua insegurança tornando possível a interação da turma como um todo. Outro fator

que influencia muito na dificuldade do ensino da arte cênica é a resistência que alguns alunos apresentam em virtude de problemas pessoais, e tornam impossível a realização de dinâmicas descontraídas e lúdicas na sala de aula, como método de relacionamento com esses alunos é sempre importante entender suas dificuldades e esperar o tempo necessário para que esse aluno se solte e perceba no ensino do teatro uma forma de se expressar e se encontrar.

### Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente a professora Neuza de Fátima da Fonseca, coordenadora do projeto PIBID em teatro do curso de Licenciatura de Artes Visuais, pelo apoio e orientações que foram essenciais para a produção deste artigo, também a professora Lilian Rodrigues supervisora do projeto PIBID no Colégio Estadual Alto da Glória bem como a instituição que tornou possível a elaboração do projeto que foi aplicado com alunos do 7º ano, a quem também deixo meus agradecimentos.

### Referências

- BERTHOLD, Margot. **História mundial do teatro**. 2. ed. Campinas: Perspectiva, 2004.
- BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei n. 9394/96: **lei de diretrizes e bases da educação nacional, LDB**. Brasília, 1996.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do. **Diretrizes Curriculares de Arte para a Educação Básica**. Departamento de Educação Básica. Curitiba, 2008.
- REVERBEL, Olga. **O texto no palco**. Porto Alegre: Editora Kuarup, 1993.
- \_\_\_\_\_, Olga. **Jogos teatrais na escola**. São Paulo: Editora Scipione LTDA. 1996.
- Teatro na escola: funções, importâncias e práticas**.  
[http://www.portalcatalao.com/painel\\_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/a1129237b55edac1c4426c248a834be2.pdf](http://www.portalcatalao.com/painel_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/a1129237b55edac1c4426c248a834be2.pdf) Acesso em 30 de julho de 2015.
- Perspectivas para o teatro na educação como conhecimento e prática pedagógica**. [http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/RevistaCientifica3/08\\_Juliana\\_Cavassin.pdf](http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/RevistaCientifica3/08_Juliana_Cavassin.pdf) Acesso em 17 de julho de 2015.

## CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO IFPR/UNICS DE PALMAS - PR PARA A ASCENSÃO PROFISSIONAL E SOCIOECONÔMICA DE SEUS EGRESSOS

Edson José Argenta – edson.argenta@ifpr.edu.br  
Rudineia Aparecida de Freitas

### RESUMO

O presente artigo resulta de pesquisa que teve como objetivo principal compreender se a formação no Curso de Administração do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná e do campus Palmas do Instituto Federal do Paraná contribuiu para a ascensão profissional e/ou socioeconômica de seus egressos. Pretendeu-se ainda definir o perfil profissional e socioeconômico dos egressos. Tratou-se de pesquisa de cunho exploratório, o método utilizado no estudo foi de pesquisa descritiva quanto aos fins e bibliográfica, de campo e documental quanto aos meios. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental e de questionários disponibilizados em rede social e por correio eletrônico. O universo é composto de 475 egressos de Administração ofertado pelas Instituições citadas, no período de 2002 a 2013 e a amostra, definida por acessibilidade, de 63 respondentes da pesquisa sobre as contribuições do curso e de 107 egressos que atualizaram seus dados cadastrais. Com a atualização cadastral foi possível identificar que os alunos são oriundos em sua maioria da cidade de Palmas, PR ou de cidades próximas, a faixa de renda da maioria dos pesquisados é de 3 a 6 salários mínimos, os cargos mais ocupados são de gerente e auxiliar administrativo em organizações privadas. A partir da pesquisa é possível afirmar que o curso contribuiu tanto para a ascensão profissional quanto social de seus egressos.

### ABSTRACT

This article is the result of a research that aimed to understand whether the Management Course formation at the Catholic University Center from the Southwest of Paraná and at the campus Palmas of the Federal Institute of Paraná contributed to the professional growth and / or socioeconomic of its graduates. It was also intended to define the professional and socioeconomic profile of the graduates. This was an exploratory research. The method used in the study was descriptive, in relation to the purposes, and bibliographic, field and documental in relation to the means. Data were collected through desk research and questionnaires available on social network and email. The universe is composed of 475 Management graduates offered by such institutions, in the period from 2002 to 2013 and the sample, defined by accessibility, of 63 survey respondents on the contributions of the course and 107 graduates who have updated their registration information. With the registration update is possible to identify that the students are coming mostly from the city of Palmas, PR or nearby towns, that he income level of the

majority of respondents is 3-6 minimum wages, and the most frequent posts are manager and administrative assistant in private organizations. From the research it is possible to say that the course contributed to both the professional and social mobility of its graduates.

Keywords: Graduates Management; BA Management; Professional growth; Socioeconomic growth.

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo é fruto da pesquisa realizada junto a egressos do curso de Administração do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná e do Instituto Federal do Paraná, campus Palmas.

O curso de Bacharelado em Administração foi implantado em Palmas PR nas Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas (FACEPAL) pelo Decreto Federal nº 84784/80, publicado em 13 de junho de 1980, com 75 vagas semestrais, ou seja, 150 sendo reconhecido pelo MEC através da Portaria nº 76 de 18 de fevereiro de 1983.

As Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas (FACEPAL), depois Faculdades Católicas Integradas de Palmas (FACIPAL), deram origem ao Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná (UNICS) que, federalizado em 2010 originou o Câmpus Palmas do Instituto Federal do Paraná (IFPR).

Ao instalar-se em Palmas o IFPR não herdou apenas os cursos existentes e alunos matriculados do UNICS, mas também a história e tradição da extinta Instituição na oferta de ensino superior para a população do sul e sudoeste paranaense, oeste catarinense e norte do Rio Grande do Sul.

Ao longo de 30 anos o Curso de Administração do UNICS e IFPR/Palmas disponibilizou ao mercado aproximadamente 1600 administradores, que de alguma forma contribuem para o desenvolvimento regional e nacional.

Com a pesquisa buscou-se compreender algumas questões a respeito dos egressos do curso: Onde estão? O que fazem? Exercem a profissão? Foram capazes de empreender? Sua condição profissional e socioeconômica melhorou após a formação profissional? Na visão do egresso a formação no Curso de Administração contribuiu para a sua ascensão profissional e socioeconômica?

O objetivo geral da pesquisa foi compreender as contribuições do curso de Administração do UNICS e do IFPR de Palmas PR para a ascensão profissional e socioeconômica de seus egressos. Os objetivos específicos foram: estudar os Projetos Pedagógicos do Curso, visando entender o perfil esperado dos egressos; identificar os egressos do curso no período de 2002 a 2013 e seu perfil; localizar os egressos e atualizar seus dados e aplicar instrumento de pesquisa visando objetivo geral.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa realizada trata-se de pesquisa exploratória, que, segundo (Triviños, 1987) permite ao pesquisador aumentar sua experiência em torno de determinado problema, é classificada quanto a sua natureza como aplicada, que é aquela que foi projetada para aplicar suas descobertas a um problema específico (COLLIS & HUSSEY, 2005). É uma pesquisa quantitativa, pois traduz em números algumas das informações coletadas e, qualitativa, pois pretendeu expor opiniões pessoais dos egressos em relação ao curso.

O método utilizado no estudo foi o da pesquisa descritiva quanto aos fins e bibliográfica, de campo e documental quanto aos meios. (VERGARA, 1997).

Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental e de questionários contendo questões abertas e fechadas.

A pesquisa documental foi realizada por meio de consulta a documentação referente inscrições de Estágio Obrigatório do Curso de Administração ao longo dos últimos anos de funcionamento do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná - UNICS visando identificar graduados daquela Instituição e do Sistema Acadêmico Sagres visando identificação de graduados do IFPR.

Os dados foram analisados e discutidos visando os objetivos traçados para a pesquisa, com essa finalidade alguns dados foram confrontados com resultados de pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Administração (CFA) em 2011 sobre o perfil do Administrador.

Como pressuposto teórico partiu-se da teoria do capital humano de Schultz que estabelece estreita relação entre educação e ascensão profissional e econômica dos trabalhadores.

### 2.1. AMOSTRAGEM E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

O universo da pesquisa é composto pelos alunos formados no curso de Administração, bacharelado, do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS, de 2002 a 2009 e no Instituto Federal do Paraná \_ IFPR, Câmpus Palmas, de 2010 a 2013.

A partir da pesquisa documental foi possível chegar ao universo de 475 graduados entre os anos de 2002 a 2013, sendo 397 no UNICS e 78 no IFPR.

O tipo de amostragem utilizada foi a não-probabilística, de conveniência, tendo em vista a possibilidade de acesso aos cadastros da Instituições de Ensino envolvidas e a possibilidade de localização do egressos. Para Vergara (1997, p. 49) esse tipo de amostra, “[...] longe de qualquer procedimento estatístico, seleciona elementos pela facilidade de acesso a eles.”

O tipo de amostragem de conveniência, embora não se possa generalizar seus resultados para o todo do universo, teve sua escolha justificada pelo método de coleta dos dados primários utilizado: formulário estruturado para atualização cadastral dos graduados visando a localização dos egressos e questionário contendo 10 (dez) questões, sendo 09 (nove) abertas e 01 (uma) fechada, ambos disponibilizados por mensagem eletrônica (e-mail) e perfil criado na rede social *Facebook*.

(<https://www.facebook.com/profile.php?id=100004479166498&fref=ts>)

O método de coleta de dados não se mostrou eficiente já que somente 22,5% (107) dos graduados atualizaram seus dados cadastrais e desses 58,9% (63) responderam ao questionário de pesquisa (13,3% do universo).

O perfil *EgressosAdmIfpr* no *Facebook* mantém atualmente 178 cadastrados e pretende-se utilizá-lo como meio de comunicação entre o Curso de Administração e seus egressos, ampliando a atualização cadastral e permitindo futuras pesquisas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos estão apresentados a seguir.

### 3.1- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 3.1.1- A Administração

A administração é uma das profissões que mais cresce no mundo, tanto em número de profissionais quanto em importância no contexto econômico e social. Peter Druker, um dos mais conhecidos e respeitados escritores da área, ressalta essa importância mundial dizendo que não existem países desenvolvidos ou subdesenvolvidos e sim países administrados ou subadministrados.

Nas organizações em geral e em particular nas empresas (organizações com fins lucrativos) a relevância da administração é elevada à medida que a concorrência acirra-se e as demais condições externas tornam-se cada vez mais instáveis. As empresas vivem em ambiente dinâmico, de mudanças constantes e rápidas. Como não podem mudar o ambiente as empresas precisam adaptar-se a ele para sobreviver, o que exige administração. As empresas raramente estão sozinhas em um mercado, algumas concorrem em uma cidade, outras em uma região e algumas enfrentam a concorrência global. A concorrência trás consequências que exigem administração.

A importância da administração para as organizações modernas é destacada por Chiavenato (2007, p. 06): “A organização é a maneira pela qual a sociedade consegue que as coisas sejam feitas. E a administração é a



ferramenta, a função ou o instrumento que torna as organizações capazes de gerar resultados e produzir o desenvolvimento.”

Podemos definir administração de várias maneiras. Etimologicamente a palavra administração tem origem no latim, formada pelos termos *ad*, que sugere “tendência para algo” e *minister* “subordinação”, significa “tendência para a subordinação”. Lacombe & Heilborn (2003, p. 48) definem administração como “um conjunto de princípios e normas que tem por objetivo planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os esforços de um grupo de indivíduos que se associam para atingir um objetivo comum.” Ainda os mesmos autores dizem que administrar é o “ato de trabalhar com e por meio de pessoas para realizar objetivos tanto da organização quanto de seus membros.”. Chiavenato (2000a, p. 03) conceitua: “A tarefa da *Administração* é interpretar os *objetivos* propostos pela empresa e transforma-los em *ação empresarial* por meio de *planejamento, organização, direção e controle* de todos os esforços realizados em todas as áreas e em todos os níveis da empresa, a fim de atingir *tais objetivos*. Assim, a *Administração* é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso dos recursos organizacionais para alcançar determinados objetivos de maneira eficiente e eficaz.”.

Estes conceitos, do ponto de vista mais técnico, evidenciam que a etimologia da palavra administração não é aplicada quando tratamos da profissão do administrador uma vez que cabe a este desempenhar papel de comando e não apenas de subordinação.

Baseando-nos nestes autores podemos definir a administração como uma atividade humana, uma função, uma profissão que com base em princípios e normas busca incessantemente compreender o contexto organizacional, definir e realizar objetivos de uma organização e de seus membros por meio de planejamento, organização, direção e controle das atividades.

### 3.1.2 - O Administrador

Embora comumente alguém que está no comando ou desempenhe papel decisório em uma organização seja considerado o “administrador”, legalmente administrador é o profissional com formação superior em administração e apto ao exercício das funções estabelecidas na Lei n 4.769 de 09 de setembro de 1965 que dispõe sobre o exercício da profissão.

Ao administrador profissional cabe a responsabilidade de entender o contexto em que está inserida a organização na qual atua e, por meio das pessoas sob seu comando realizar objetivos que a mantenham viva a partir do equilíbrio entre as suas atividades internas e as pressões incontroláveis vindas do ambiente.

Com uma área de atuação vasta e desafiadora os administradores podem agir em entidades públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, nos setores industrial, comercial, de serviços, governamental e terceiro setor,

justificando a crescente procura por cursos de graduação e pós-graduação na área.

### 3.1.2.1- Papéis do Administrador

Recordando a definição de administração como “uma atividade humana, uma função, uma profissão que com base em princípios e normas busca incessantemente compreender o contexto organizacional, definir e realizar objetivos de uma organização e de seus membros por meio de planejamento, organização, direção e controle das atividades”, podemos discutir o papel dos administradores.

Lacombe & Heilborn (2003) destacam como principais papéis do administrador: obtenção de resultados por meio de pessoas e prioridade para os resultados econômicos. Drucker (1998) diz que fixar objetivos, organizar, motivar e comunicar, mensurar e formar pessoas são as atribuições do administrador.

Discutiremos alguns desses papéis:

*Fixar objetivos organizacionais:* Um papel do administrador é a definição de objetivos organizacionais de curto, médio e longo prazo. Cabe ao profissional da administração definir o que a organização deve almejar para o futuro e os caminhos a seguir para chegar lá.

Somente quem conhece profundamente o contexto de uma organização pode determinar objetivos para ela. O Administrador tem a responsabilidade de entender a missão (razão da existência) da organização a qual faz parte e, a partir disso estabelecer o que alcançar ao longo do tempo.

*Organizar:* As organizações dependem de uma série de recursos para cumprirem seu papel, recursos materiais, humanos, financeiros, etc. A perfeita alocação desses recursos é de responsabilidade do administrador e é fundamental para a realização de objetivos, a essa perfeita alocação dos recursos chamamos organização. Cabe esclarecer que o termo “organização” aqui usado trata-se do “ato de organizar, ordenar” para que não se confunda com o termo organização como “conjunto de pessoas que se unem com o propósito de realizar objetivos que individualmente não seriam alcançados.”. Lacombe e Heilborn (2003, p. 18) ressaltam que “A organização pode ser entendida como o processo de organizar, isto é, como a atividade organizadora. Nesta acepção, já dizia Henry Dutton, no início do século passado, que a organização é a arte de empregar com eficiência todos os recursos disponíveis, a fim de alcançar um determinado objetivo. Neste sentido, organizar é uma responsabilidade do administrador.”

*Obter resultados por meio de pessoas:* o administrador é responsável pelos resultados da organização, porém ele não trabalha sozinho, outras pessoas desempenham tarefas individuais que contribuem para os objetivos organizacionais. O administrador planeja, organiza, dirige e controla, porém não executa as atividades rotineiras que farão que uma organização chegue aos objetivos esperados. A ação, ou execução das tarefas, cabe aos

funcionários sem função administrativa, ao administrador cabe o papel de comando. Ele depende dos resultados individuais de cada integrante da sua equipe para o seu próprio sucesso e de sua organização, portanto teve ter habilidade para lidar com pessoas, entender seus anseios, suas limitações e potencialidades, caso contrário não chegará a resultado algum. É sempre bom lembrar, uma organização trata-se de um organismo vivo, que envolve pessoas, e delas depende para o alcance de objetivos. Para Chiavenato (1999, p.05) “O administrador é o responsável pelo desempenho de uma ou mais pessoas de uma organização. O administrador obtém resultados através de sua organização e das pessoas que nela trabalham.”.

A Essência do papel do administrador é a obtenção de resultados por meio de terceiros, do desempenho da equipe que ele supervisiona e coordena. Portanto o administrador depende de terceiros para alcançar seus objetivos e os de seu grupo. LACOMBE & HEILBORN (2003, p. 03).

*Priorizar resultados econômicos:* a organização seja ela com ou sem fins lucrativos para sobreviver depende da oferta de produtos que sejam aceitos pelos consumidores e ao preço que estes estejam dispostos a pagar. Transformar insumos em bens ou serviços é atividade básica de qualquer organização e é papel do administrador o estudo constante dos custos dos insumos envolvidos em relação aos benefícios da comercialização dos produtos deles resultantes visando resultados positivos. Lucro, para as organizações com fins lucrativos ou, *superávit*, para aquelas cujo fim não seja o lucro.

Todas as organizações dependem de resultados econômicos positivos para sua auto sustentação. O que difere uma organização com fins lucrativos de uma sem fins lucrativos é a destinação dos excedentes financeiros positivos que na primeira são distribuídos entre os proprietários e na segunda são investidos para manutenção da sua atividade fim, normalmente voltada às questões sociais.

Os resultados econômicos são importantes, porém Lacombe & Heilborn (2003, p. 03) advertem que “Há também resultados não econômicos: a satisfação dos membros do negócio, contribuição ao bem-estar ou à cultura da comunidade. No entanto, o administrador terá falhado se não produzir os bens ou serviços desejados pelo consumidor, por um preço que ele esteja disposto a pagar.”.

Nesta mesma linha os mesmos autores (p. 23) comentam “Alguns autores dizem que o objetivo final de uma empresa é sempre o lucro e tudo mais são meios para alcançar esse objetivo. Essa é uma forma simplista de colocar a questão. O lucro é absolutamente indispensável para que qualquer organização possa sobreviver, mas não se pode afirmar com precisão que todas as organizações existam tendo em vista só esse objetivo. A maioria das organizações tem como objetivo produzir um bem ou prestar um serviço à sociedade, embora para isso precisem ter lucro.”.

Estas colocações dos autores são fundamentais para que se compreenda que, embora os objetivos de lucro devam ser priorizados pela administração, não devemos desprezar a existência de outros, que se não realizados ou atendidos podem inviabilizar uma organização. A necessidade de que as empresas participem de ações de responsabilidade sócioambiental é um exemplo, pois empresas que degradam o meio-ambiente ou não se importam com a qualidade de vida da população ao seu redor tem sua imagem prejudicada junto à sociedade e isso reflete na não aceitação de seus produtos ou serviços que são os geradores de lucro.

Estes são alguns dos papéis do administrador e todos estão vinculados a maior de todas as suas responsabilidades: a decisão, ou, a escolha de alternativas satisfatórias para a resolução de problemas ou aproveitamento de oportunidades de uma organização.

Há momentos que o administrador se deparará com situações incertas em que precisará fazer opção por um ou outro caminho a trilhar para manter os objetivos organizacionais possíveis. O administrador não se deve furtar da escolha, é o que se espera do profissional. Você como administrador deverá decidir, correta ou incorretamente (afinal, nem todas as decisões dão certo), mas jamais poderá omitir-se da decisão.

### 3.1.2.2 - Habilidades do Administrador

O administrador no exercício de suas funções irá deparar-se com situações que exigirão habilidades distintas. Em alguns momentos os seus conhecimentos técnicos serão requeridos para que problemas sejam resolvidos por meio de ferramentas administrativas, em outros ele poderá ser chamado a intervir em conflitos pessoais envolvendo seus subordinados ou a participar de reuniões do alto escalão para discutir questões estratégicas ligadas à concorrência, por exemplo.

Habilidades técnicas, humanas e conceituais são determinantes para o sucesso profissional do administrador, trataremos de cada uma delas.

*Habilidades técnicas* são relacionadas aos métodos e práticas administrativas adquiridas no decorrer da formação acadêmica e com as experiências vividas no dia-a-dia da organização. Para Bateman (1998, p. 37) “Uma **habilidade técnica** é poder desempenhar uma tarefa que envolve certo método ou processo.”. Esta habilidade, fundamental para o profissional que atua no nível operacional, é voltada para a ação, para a execução das tarefas.

*Habilidades humanas ou interpessoais* tratam de saber trabalhar com pessoas, saber incentiva-las para que cumpram seu papel na organização e envolve a capacidade que deve ter o administrador de liderar, motivar, e comunicar-se com as pessoas ao seu redor. Estas habilidades são importantes para o administrador seja qual for o seu nível hierárquico uma vez que um de seus papéis é a obtenção de resultados por meio dessas pessoas.

*Habilidades conceituais* são voltadas à capacidade que tem o administrador de interpretar questões complexas, com alto grau de incerteza, e

avaliar seu impacto na organização como um todo. Bateman (1998, p. 37) diz que estas habilidades “envolvem o reconhecimento de questões complexas e dinâmicas, o exame de fatores numerosos e conflitantes que influenciam essas questões e problemas, e a resolução de problemas para o benefício da organização e de todos os envolvidos.”. Complexidade, dinamismo, incertezas, visão da organização como um todo, relação com variáveis ambientais são características das questões estratégicas, portanto o administrador quando chega aos níveis mais elevados de comando na organização irá cada vez mais deparar-se com situações que exigirão dele habilidades conceituais.

Para um profissional que atua no nível mais baixo (operacional) de uma organização as habilidades técnicas e humanas são fundamentais, enquanto que as habilidades conceituais têm menor importância. Tal fato justifica-se uma vez que o administrador no nível operacional estará diretamente ligado à execução das tarefas, logo deve dominar os conhecimentos técnicos de como fazer as coisas e ter a capacidade de liderar as pessoas para que façam o que precisa ser feito. Um gerente de produção de uma indústria, por exemplo, deve conhecer todo o processo para a elaboração de um produto, pois deverá instruir seus comandados de forma adequada para que o produto tenha a qualidade esperada. Por outro lado este mesmo gerente raramente estará envolvido em decisões complexas que envolvam a empresa como um todo, embora tenha que ter noção do todo.

Já para o profissional que atua em nível intermediário (tático) as habilidades humanas passam a ser mais importantes uma vez que se distancia das atividades operacionais que exigem conhecimentos técnicos e tem papel de liderar um número maior de pessoas. Este profissional depende muito dos resultados de seus comandados para o seu sucesso e precisa agir como um líder, ou seja, um profissional capaz de fazer com que seus comandados realizem seu trabalho com satisfação.

As habilidades conceituais são as mais exigidas do administrador que exerce função no nível mais elevado da organização (estratégico). Neste nível as decisões são complexas e envoltas em incertezas provenientes do ambiente. Questões estratégicas afetam toda a organização e decisões erradas neste nível podem ser fatais.

Para o aluno de administração deve estar claro que não basta apenas conhecer muito das técnicas administrativas para alcançar o sucesso profissional, deve desenvolver-se também como pessoa, como ser humano capaz de compreender e respeitar outras pessoas independentemente do nível hierárquico que ocupe, além de compreender a organização de que participa como um todo, porém não desprezando nenhuma das partes por menor que seja.

### 3.1.3 - O Curso de Administração

A história dos cursos superiores de Administração no Brasil é recente se comparada a de outros cursos. Apesar de registros apontarem a



existência nos Estados Unidos de cursos na área já no final do século XIX, no Brasil o primeiro curso foi implantado somente em 1952, pela Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro.

Segundo o Conselho Federal de Administração (CFA) em termos curriculares são três os momentos mais importantes para a evolução dos cursos e profissionais da área:

Em 1966, por meio do Parecer nº 307 de 08 de julho, do então Conselho Federal de Educação foi criado o primeiro currículo mínimo do Curso de Administração no Brasil. O Parecer foi aprovado logo após publicação da “Lei do Administrador”, em 09 de setembro de 1965.

Em 1993 o Conselho Federal de Educação expede a Resolução nº 2, de 4 de outubro, instituindo o currículo pleno dos cursos de graduação em Administração, autorizando as instituições a criar habilitações específicas, mediante intensificação de estudos correspondentes às matérias fixadas pela própria Resolução, além de outras que viessem a ser indicadas para serem trabalhadas no currículo pleno.

Finalmente a Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2004 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado, determina que todos os cursos superiores de administração do Brasil levem o nome de Bacharelado em Administração, impedindo a exploração das habilitações previstas na Resolução de 1993. A Resolução de 2004 ainda vigora.

Embora com história recente, os cursos de administração são os que mais crescem no Brasil, segundo dados do MEC Administração foi o curso que teve o maior número de inscrições no SISU de 2014, com 302.191 candidatos, a frente de Direito (225.688) e Pedagogia (271.116).

Tratando-se de número de alunos matriculados o curso também lidera, segundo o Senso da Educação Superior de 2012 divulgado pelo Ministério da Educação, naquele ano eram 833.042 alunos.

### 3.1.4 - Educação e Ascensão Social e Econômica

Seria redundante alegar que a educação tem estreita relação com a ascensão social, econômica e profissional daqueles que tem acesso a ela.

Anualmente milhares de pessoas buscam ingresso em universidades e faculdades públicas e privadas na esperança de melhorar suas condições de vida (ou pelo menos a manutenção das condições atuais, em alguns casos) fato que por si comprava a importância de graduação para que jovens e adultos consigam avançar em seus empregos (ou negócios próprios) e a partir daí conquistar avanços sociais e econômicos.

Embora nem todos tenham sucesso profissional a partir de uma graduação é possível afirmar que a educação é agente transformador da sociedade e indispensável para o desenvolvimento econômico e social das nações e de seus indivíduos. Segundo Relatório da UNESCO (2011) um ano



extra de escolaridade aumenta a renda individual em até 10% e aumenta a média anual do PIB em 0,37%.

Outro dado relevante que confirma a educação como precursora do desenvolvimento profissional foi divulgado recentemente pela Universidade Estácio de Sá (2015), referente à pesquisa realizada com seus egressos de vários cursos. A pesquisa apontou que “...em carreiras como administração e ciências contábeis, o salário dos estudantes chegou a dobrar com a graduação. O galho salarial médio, considerando todas as áreas, foi de 58%.” (RAMAL, 2015)

A relação da educação com a renda encontra base na teoria do capital humano elaborada por Schultz entre nos anos de 1960. Segundo Lemos; Dubeux; Pinto (2009):

A proposição fundamental de Schultz é que, por intermédio do investimento em educação, as pessoas valorizam suas capacidades e as habilidades adquiridas exercem influência sobre os padrões de acumulação de poupanças e formação de capitais, além de alteraram as estruturas de pagamentos e salários e os totais ganhos decorrentes do trabalho relativo ao montante do rendimento da propriedade.

A teoria de Schultz reforça a visão de que o aumento da renda individual passa necessariamente pelo desenvolvimento econômico como um todo, porém é de domínio público que nem todos os indivíduos conseguem desfrutar desse desenvolvimento, senão alguns que tem acesso à educação e outros de classes sociais já abastadas. “O capital educacional acumulado pelo trabalhador asseguraria não só sua maior produtividade, como explicaria as diferenças individuais de oportunidades de inserção no mercado e de remuneração recebida” (LEMOS; DUBEUX; PINTO, 2009).

### 3.2 – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A seguir são apresentados os resultados da pesquisa documental e de campo realizadas.

#### 3.2.1 - Projetos de Curso

Um dos objetivos da pesquisa foi identificar o perfil geral desejado do egresso a partir dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC).

No quadro abaixo se destacam detalhes de matrizes curriculares que foram base para a formação dos egressos pesquisados e outras que estão ativas:

Nome	Início	Fim	Carga horária (horas)	Perfil geral
ADM02	1994/2	2002/2	2955	Formação generalista
ADM03	2003/1	2007/2	3168	Formação empreendedora
ADM04	2008/1	2008/2	3192	Formação empreendedora
UNI	2009/1	2011/2	3002	Formação empreendedora
ADM05	2012/1	2013/2	3075	Formação empreendedora
ADM06	2014/1		3012	Formação empreendedora

Quadro 1 – Matrizes Curriculares

Fonte: Dados da pesquisa documental

Observa-se que desde a matriz implantada em 2003 o curso de Administração começa a preocupar-se com a formação de egressos com perfil empreendedor, com ofertas de disciplinas específicas para esse fim.

Nas matrizes implantadas em 2012 e 2014 a intenção de formar administradores com perfil empreendedor fica ainda mais evidente na ênfase dada em ambos os PPC's e no conjunto de disciplinas de formação empreendedora oferecidas do terceiro ao sétimo período do curso.

### 3.2.2 - Perfil dos Egressos Cadastrados

A partir da pesquisa documental e da atualização cadastral realizada foi possível traçar um perfil dos egressos do período pesquisado.

#### Ano de graduação

Como visto no gráfico abaixo o número de graduados no curso sofreu um declínio ao longo dos anos, reflexo da expansão da oferta de cursos superiores na região de abrangência do extinto UNICS.

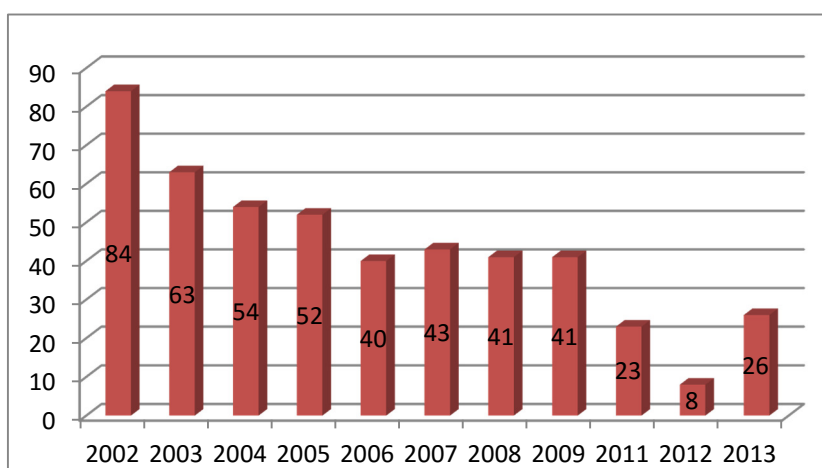


Gráfico 1 – Graduados por ano

Fonte: dados da pesquisa documental

A média de alunos formados por ano caiu de 63 de 2002 a 2005, para 32 de 2006 a 2013, mais de 30% dos alunos graduados no período pesquisado concluiu o curso nos anos de 2002 e 2003.

Destaca-se que não houve formado no ano de 2010, ano de transição do UNICS para o IFPR.

### Gênero dos graduados

A maioria dos graduados é do sexo masculino.

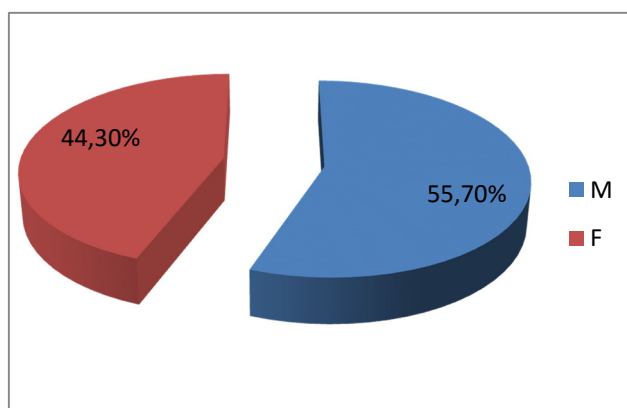


Gráfico 2 – Gênero dos graduados

Fonte: Dados da pesquisa documental

Importante salientar que, apesar da maioria dos graduados ainda ser do sexo masculino, nos últimos anos as mulheres tem aumentados seus percentuais. Já em 2011 o número de mulheres e homens formados se igualou e nos anos seguintes, 2012 (62,5%) e 2013 (57,7%), as mulheres graduadas foram maioria, como mostra o Gráfico 3.

O aumento da participação das mulheres na profissão de Administração foi também observada na Pesquisa Nacional do Sistema CFA/CRA realizada em 2011: “O número de Administradoras vem crescendo continuamente. Em 1994, foi de 21%; em 1998, de 25%; em 2003 de 30%; em 2006, de 33% e, na pesquisa atual, atingiu 35%.” (p.15).

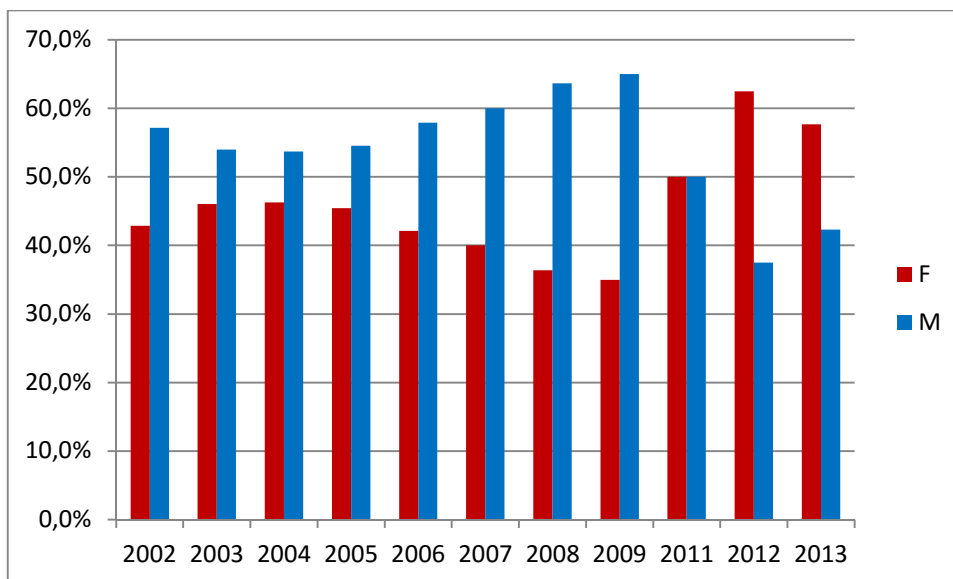


Gráfico 3 – Gênero dos graduados por ano

Fonte: Dados da pesquisa documental

Observa-se que os índices de participação das mulheres nos anos citados na Pesquisa CFA/CRA's (2003, 2006 e 2011) na presente pesquisa sempre foram superiores a 40%, portanto maiores que a média nacional.

#### Procedência

Os egressos do curso vieram em sua maioria dos estados do sul, particularmente do Paraná (74,7%) e Santa Catarina (22,3%).

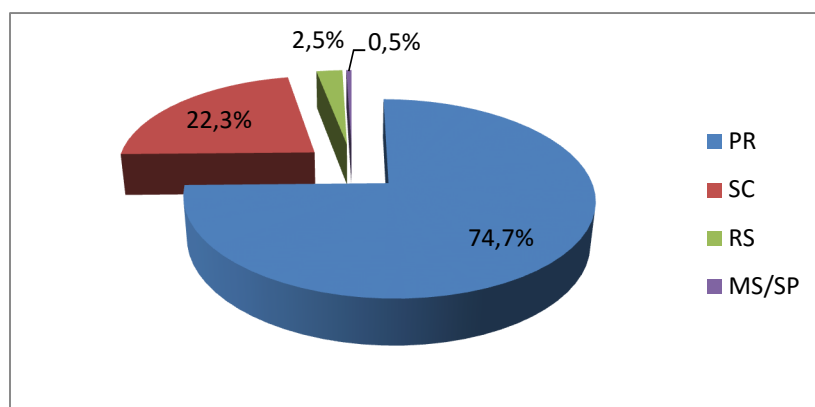


Gráfico 4 – Procedência dos egressos

Fonte: Dados da pesquisa documental

Segundo dados cadastrais atualizados pela pesquisa atualmente a maioria dos graduados continua no sul do país, com algumas exceções.

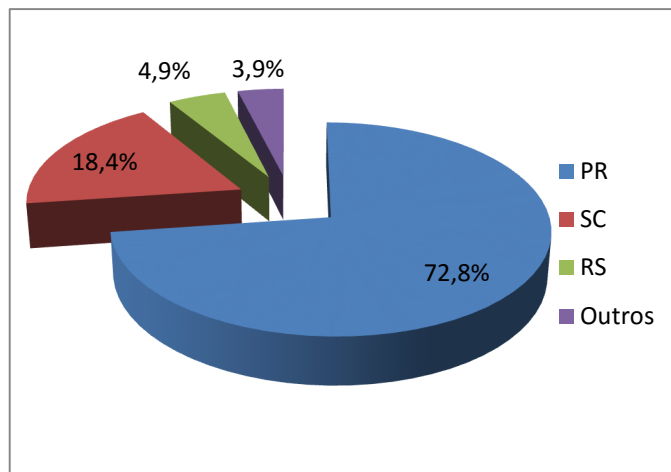


Gráfico 5 – Atual localização dos egressos  
Fonte: Dados atualizados da pesquisa

Nota-se no gráfico acima que 91,2% atuam no Paraná e Santa Catarina, número próximo daquele que indica a procedência dos alunos dos mesmos estados (97%).

Dos egressos que atualizaram seus dados e estão localizados no Paraná a maioria se encontra na cidade de Palmas, sede do campus do IFPR e do antigo UNICS, e em outras 22 cidades, em Santa Catarina estão espalhados em mais de 15 cidades diferentes.

#### Cargos ocupados pelos egressos

No Gráfico abaixo é possível visualizar quais cargos são ocupados pelos egressos que atualizaram seus dados na pesquisa. Percebe-se que a maioria exerce cargos relacionados à profissão, sendo que desses 44,6% tem funções de chefia (gerente, administrador, diretor, proprietário, supervisor) e os demais (28,1%) funções operacionais (assistente ou auxiliar administrativo, analista, comprador ou vendedor).

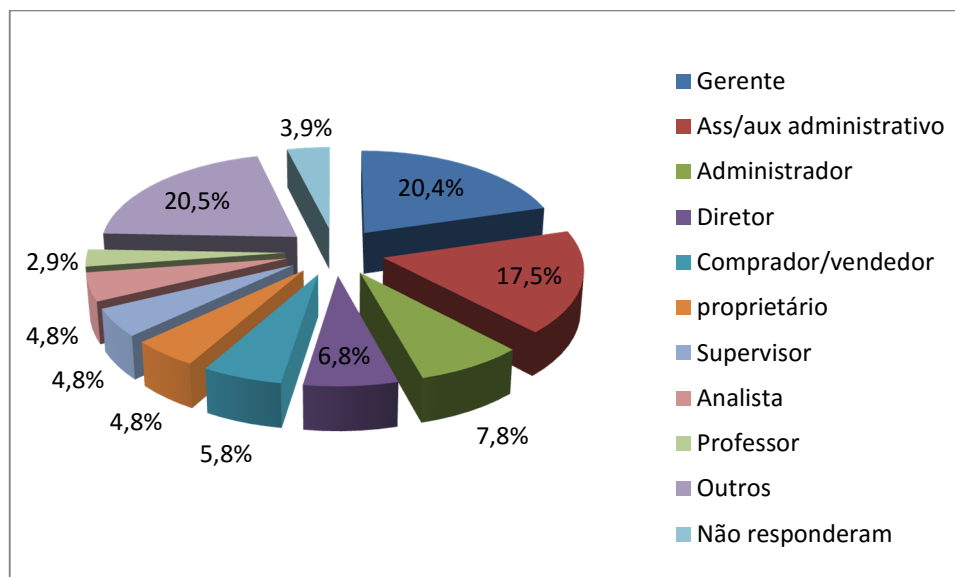


Gráfico 6 – Cargos ocupados pelos egressos  
Fonte: Dados atualizados da pesquisa

A função de gerente aparece como o mais indicado pelos pesquisados, com 20,4%, número próximo ao apontado na Pesquisa CFA/CRA (2011, p.18), em que 21,84% dos Administradores disseram ocupar cargo de gerência. “Os Administradores continuam sendo bem aceitos como gerentes.” (p.19).

Outras funções foram citadas, algumas relacionadas à profissão, outras não: bombeiro, caixa, policial, técnico contábil, locutor, etc.

### 3.2.3 - Resultados da Pesquisa de Campo

A pesquisa realizada no período de outubro de 2014 a março de 2015, por meio de formulários disponibilizados na ferramenta *Google Drive*, teve como objetivo principal compreender se o curso de Administração do UNICS/IFPR contribuiu para a ascensão profissional e social de seus egressos dos anos de 2002 a 2013, na perspectiva dos próprios graduados.

Além do proposto como objetivo principal pretendeu-se ainda saber o ano de conclusão do curso do respondente, qual sua ocupação, se empreendeu e em que momento, se exerce a profissão de Administrador e em qual área de atuação, se tem registro no Conselho Regional de Administração (CRA) e sua faixa de renda. Também foi disponibilizado espaço para comentários sobre o curso.

Embora o tipo de amostragem não vise generalizar os resultados para o universo, como destacado no item 2.3, destinado a Metodologia Utilizada, é possível entender um pouco mais sobre a contribuição do curso para seus egressos.



### Ano de Graduação

Conforme demonstrado no gráfico abaixo os egressos que mais contribuíram para a pesquisa foram dos anos de 2008 e 2013, sendo que nenhum formado no ano de 2002 respondeu as questões.

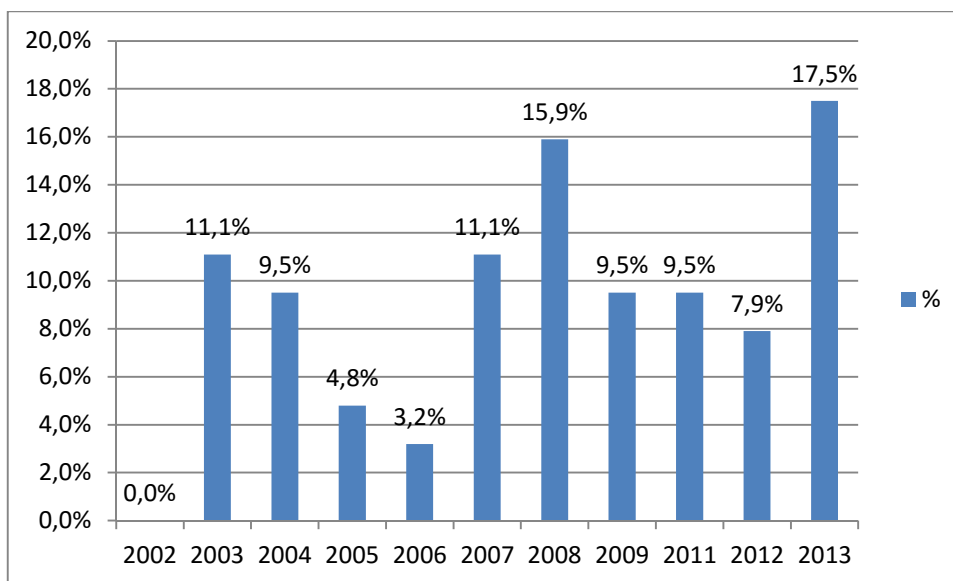


Gráfico 7 – Ano de formação dos pesquisados

Fonte: Dados da pesquisa

Os egressos de 2005 e 2006 tiveram os menores percentuais de participação na pesquisa.

### Ocupação dos Egressos

O Gráfico 8 mostra a ocupação atual dos graduados no período pesquisado, a maioria atua como empregado de organização privada e uma parcela significativa (22,2%) tem seu próprio negócio.

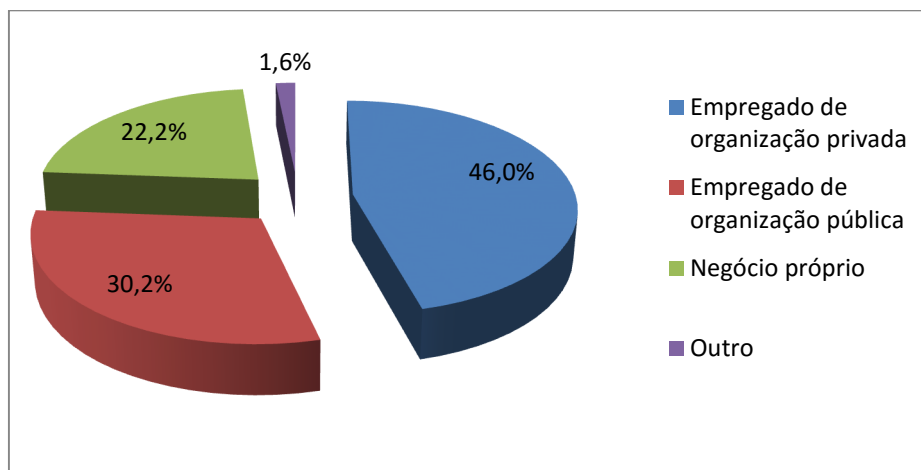


Gráfico 8 – Ocupação atual dos egressos

Fonte: dados da pesquisa

Considerando que os negócios próprios também são do setor privado, tem-se que 68,2% dos egressos pesquisados atuam nesse tipo de organização e 30,2% estão em atividades públicas.

Segundo dados apontados pela Pesquisa CFA/FIA (2011), no estado do Paraná 53,77% dos Administradores estão em atividade no setor privado, enquanto que 36,53% estão no setor público. 9,70% dos pesquisados em 2011 estavam desempregados.

Comparativamente aos dados da Pesquisa CFA/FIA (2011), o percentual de egressos com negócio próprio do UNICS/IFPR (22,2%) é superior à média do Paraná, de 16% dos pesquisados que disseram atuar como empresários.

#### Em que momento empreendeu

Os pesquisados que responderam que se ocupam em seus próprios negócios foram questionados quanto ao momento em que empreenderam, os resultados estão no gráfico abaixo:

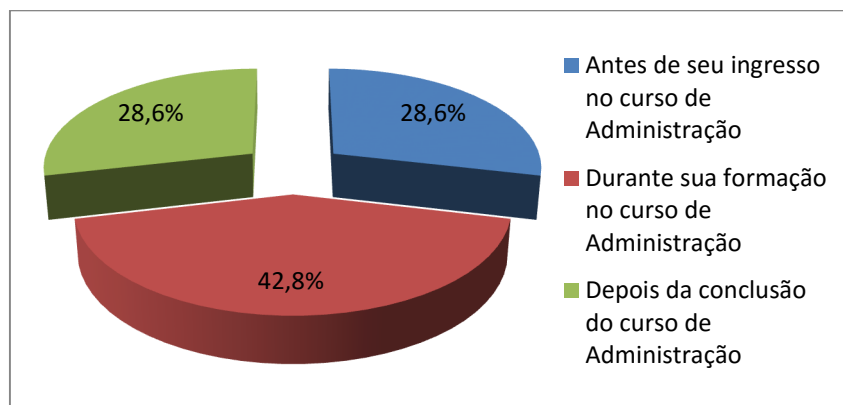


Gráfico 9 – Momento em que o egresso empreendeu

Fonte: dados da pesquisa

Os dados demonstram que 71,4% dos egressos iniciaram seus empreendimentos durante ou depois da conclusão do curso de Administração o que, embora se reconheçam as limitações da pesquisa relativas às questões de amostragem, se pode atribuir ao perfil geral de egresso esperado para o curso a partir do Projeto Pedagógico de 2003. 70% dos egressos que empreenderam concluíram sua graduação após 2008.

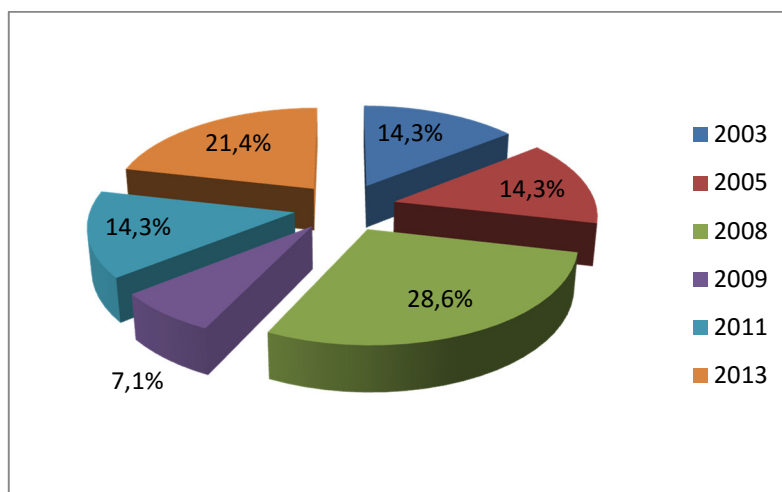


Gráfico 10 – Negócio próprio por ano

Fonte: Dados da pesquisa

Exercício da profissão

Como observado no Gráfico 11, a maioria dos pesquisados disseram exercer a profissão de Administrador, porém é grande o número de graduados que não atua na área.

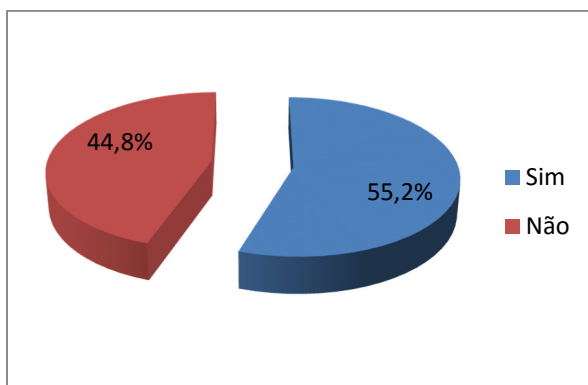


Gráfico 11 – Exercício da profissão

Fonte: dados da pesquisa

Dos que dizem não exercer a profissão 44,4% estão no setor público e 48,2% no setor privado.

#### Área de atuação profissional

Os egressos que disseram exercer a profissão atuam principalmente na Administração Geral (47,4%) e na área Financeira (21%), áreas apontadas com maior frequência na Pesquisa CFA/FIA(2011): Administração Geral (27,99%) e Financeira (13,18%).

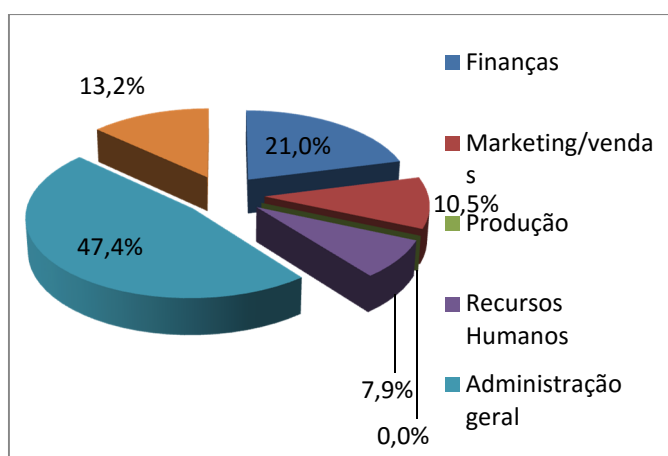


Gráfico 12 – áreas de atuação

Fonte: Dados da pesquisa

Marketing/Vendas e Recursos Humanos também foram apontadas na pesquisa, não há egressos atuando na área de Produção.

#### Registro no Conselho Regional de Administração (CRA)

O gráfico abaixo mostra o baixo número de egressos com registro no CRA, embora mais da metade dos graduados digam que exercem a profissão de Administrador, apenas 12,7% desses possui registro no Conselho.

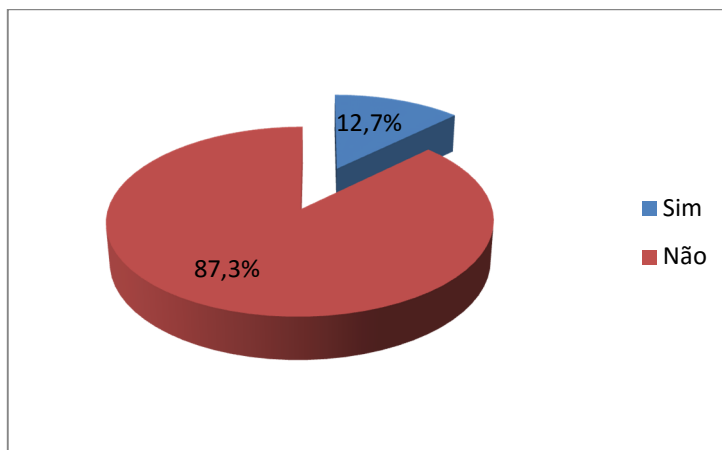


Gráfico 13 – Registro no CRA

Fonte: Dados da pesquisa

#### Faixa de renda

De forma geral a maior parte dos egressos possui renda entre 3 e 6 salários mínimos (57,1%), apenas 4,8% disseram receber entre 9 e 12 salários e nenhum formado disse receber mais que 12 salários mínimos.

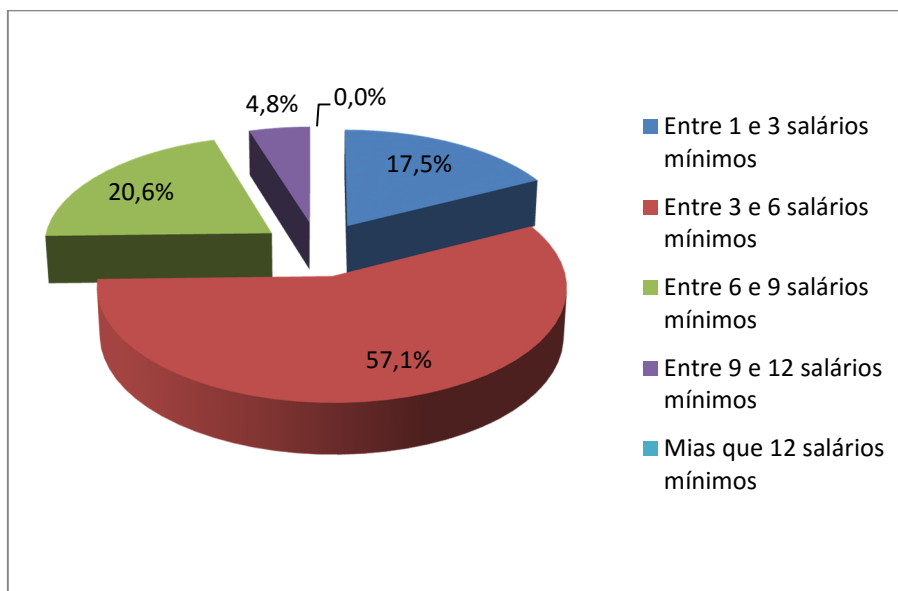


Gráfico 14 – Faixa de renda egressos

Fonte: Dados da pesquisa

Entre os que disseram exercer a Administração 59,4% alegam estar na faixa de renda de 3 a 6 salários e 28,2% na faixa de 6 a 9 salários. 9,3% dos que exercem a profissão estão na faixa de 1 a 3 salários, enquanto que 30,8% dos que não exercem estão na mesma faixa de renda.

Segundo dados da Pesquisa CFA/FIA(2011) a remuneração mensal do Administrador, em termos de Brasil situa-se entre 3,1 e 10 salários mínimos (43,37%), no Sul do país, localização da grande maioria dos egressos da presente pesquisa, 48,11% estão naquela faixa de renda. A média nacional é próxima a 9,5 salários mínimos. Considerando o salário mínimo nacional em 2014 de R\$ 724,00 a média salarial seria de R\$ 6.878,00.

Na mesma faixa de renda estão aproximadamente 80% dos graduados no UNICS e IFPR que exercem a profissão.

A Federação Nacional dos Administradores – FENAD sugeriu em 2014 que na carreira um Administrador deveria receber, quando recém-formado R\$ 2.250,00 e com três anos de experiência R\$ 5.000,00, considerando o salário mínimo nacional observa-se que a maioria dos egressos UNICS/IFPR pesquisados tem renda de R\$ 2.170,00 a R\$ 6.516,00, porém uma parte expressiva dos que não exercem a profissão (30,8%) recebem menos do que R\$ 2.170,00.

Grau de contribuição do curso para ascensão profissional



Os pesquisados foram questionados quanto à contribuição da formação no curso de Administração do UNICS/IFPR para a sua ascensão profissional.

Percebe-se que, mesmo que mais de 40% dos pesquisados tenha admitido não exercer a profissão, 54% responderam que a formação no curso contribuiu fortemente para com a sua ascensão profissional e outros 44,4% disseram que a contribuição foi moderada.

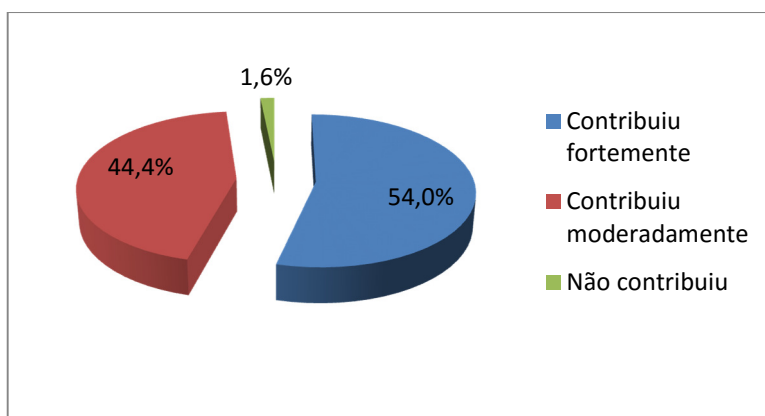


Gráfico 15 – Contribuição para ascensão profissional

Fonte: Dados da pesquisa

Daqueles que exercem a profissão 68,75% dizem que o curso contribuiu fortemente para o seu crescimento profissional. 64% dos que não atuam na Administração dizem que o curso contribuiu moderadamente para a sua ascensão profissional.

#### Grau de contribuição do curso para ascensão social

Quanto à ascensão social de forma geral a maior parte dos pesquisados (49,2%) respondeu que houve forte contribuição da formação no curso para a melhoria de suas condições de vida, como acesso a produtos, serviços, espaços, lazer e grupos sociais antes não possíveis (Compreensão dada sobre ascensão social em complemento a questão de pesquisa).

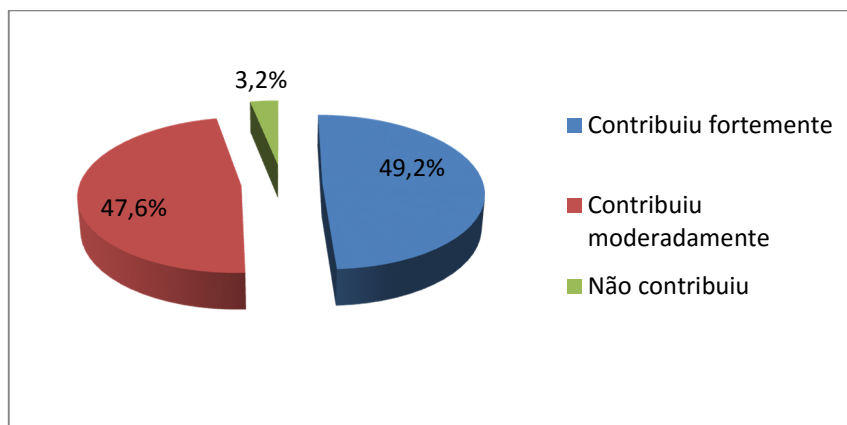


Gráfico 16 – Contribuição para ascensão social

Fonte: Dados da pesquisa

Apenas 3,2% dos egressos afirmaram que não houve qualquer contribuição de sua formação no curso para sua ascensão social.

Quando se remete somente aos que exercem a profissão de Administrador observa-se que 56,25 % acreditam que o curso contribuiu fortemente para sua ascensão social.

### 3.3 - DISCUSSÃO

A administração, definida por Lacombe & Heilborn (2003, p. 48) como “um conjunto de princípios e normas que tem por objetivo planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os esforços de um grupo de indivíduos que se associam para atingir um objetivo comum.” tem sido considerada uma das profissões que mais cresce no mundo.

A complexidade das organizações e as questões ambientais têm exigido profissionais capacitados para a gestão.

O grande desafio dos cursos que formam os profissionais da administração é a adequação do perfil do egresso ao que é exigido pelas organizações. Nesse sentido o curso de Administração do UNICS/IFPR, em decorrência das características econômicas da região de seu entorno, tomada principalmente de micro e pequenas empresas, busca a formação generalista e com ênfase no empreendedorismo. Isso evidenciado nos Projetos Pedagógicos de Curso – PPC examinados.

Embora não se deva limitar a atuação dos formados às regiões próximas à universidade a pesquisa realizada mostra que 91,2% dos egressos residem no Paraná e em Santa Catarina e a maioria desses em cidades próximas a sede do IFPR/Palmas.

Druker (1998) diz que o administrador deve cumprir vários papéis nas organizações, dentre eles: fixar objetivos, organizar, motivar e comunicar,

mensurar e formar pessoas. Para esses papéis é indispensável que o profissional desempenhe função de chefia.

Os resultados da pesquisa aplicada junto aos egressos do curso apontam que 44,6% dos que atualizaram seu cadastro exercem funções de chefia, portanto com atividades diretamente relacionadas à profissão, em que terão oportunidade de experimentar suas habilidades humanas e conceituais, além das habilidades técnicas. Três habilidades apontadas por Bateman (1998) como determinantes para o sucesso do administrador.

Gerentes dos níveis estratégicos e táticos usam mais suas habilidades conceituais e humanas que as técnicas, enquanto que gerentes e funcionários operacionais tendem a ser mais cobrados em relação às suas habilidades técnicas. 28,1% dos pesquisados dizem exercer funções operacionais.

O administrador, portanto pode atuar nos três níveis organizacionais: estratégico, tático e operacional e em várias áreas, como finanças, marketing e vendas, recursos humanos, produção e logística e em todos os tipos de organização. As atribuições e áreas de atuação do administrador estão regulamentadas pela Lei 4.769/65.

Com a realização da pesquisa percebe-se que os egressos do curso que dizem exercer a profissão estão em atividade em organizações públicas e privadas e exercem principalmente funções ligadas à administração geral (47,4%), finanças e marketing/vendas, em números parecidos com os apontados em pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Administração – CFA.

A formação generalista e o perfil empreendedor esperados nos PPC's do curso ao longo dos últimos anos tem relação com a atuação dos egressos, segundo a pesquisa, em duas situações: no exercício da administração geral pela maioria dos profissionais e na participação de 22,2% deles em negócios próprios, média superior a estadual, de 16% segundo pesquisa do CFA.

Outro dado relevante é de que os que empreenderam a maioria iniciaram seus negócios durante ou depois de sua formação no curso do UNICS/IFPR.

O exercício irregular da profissão fica evidente na pesquisa, já que somente 12,7% dos egressos dizem possuir registro no Conselho Regional de Administração, quesito obrigatório para o exercício da profissão, segundo a legislação.

Em relação ao objetivo principal da presente pesquisa é possível afirmar que o curso de administração contribuiu para a ascensão profissional e social de seus egressos, já que a maioria concordou fortemente com isso.

Segundo a teoria do capital humano de Schutz o capital educacional obtido pelo trabalhador contribui para o seu sucesso profissional e conseqüentemente para uma maior renda. “O capital educacional acumulado pelo trabalhador asseguraria não só sua maior produtividade, como explicaria as diferenças individuais de oportunidades de inserção no mercado e de remuneração recebida” (LEMOS; DUBEUX; PINTO, 2009).

A formação em um curso superior permite ao indivíduo a valorização de suas capacidades e habilidades – técnicas, humanas e conceituais, no caso de Administração – o que lhe proporciona maiores possibilidades no mercado de trabalho, em relação aos que não tiveram acesso à educação. Nesse caso ha interferência do nível educacional das pessoas em relação a geração de renda de modo geral da população como nos ganhos individuais daqueles que estudaram mais.

#### **4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Ao término da pesquisa foi possível afirmar que os objetivos propostos foram alcançados.

Em relação aos Projetos Pedagógicos do Curso de Administração do UNICS foi realizada análise das matrizes curriculares implantadas a partir do ano de 1994 o perfil geral esperado a partir da matriz de 2003 foi o do profissional empreendedor, com a inserção de componentes curriculares de formação empreendedora.

Tal perfil esperado justifica-se pela necessidade do curso em contribuir para com o desenvolvimento socioeconômico de sua região de abrangência, região esta considerada de baixo desenvolvimento atestado pelos baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), além do reconhecimento de que o porte das organizações instaladas na região muitas vezes não comportam a contratação de profissionais graduados em Administração.

A alternativa dos egressos do curso é ampliada uma vez que lhe é ofertada a formação geral, necessária a qualquer profissional da área, e a formação empreendedora que lhe permite investir com maior segurança em um negócio próprio.

Com a pesquisa documental e atualização cadastral foi possível identificar os egressos do curso, definir o universo de pesquisa e identificar algumas características dos formados.

Ao longo dos últimos 12 anos concluíram o curso 475 pessoas, sendo nitidamente decrescente o número de graduados a partir de 2002. Naquele ano 84 alunos obtiveram o diploma e em 2011 somente 23.

A explicação para esse fenômeno está na proliferação de Instituições de Ensino ofertando o curso de Administração na região em cidades como Pato Branco, Clevelândia e Mangueirinha no Paraná e Xanxerê, Xaxim e Chapecó em Santa Catarina a partir do final dos anos 1990. A oferta de novos cursos em várias áreas por novas instituições, incentivadas pelo governo federal, é reconhecidamente aceita com uma das causas dos problemas financeiros do UNICS que culminaram em seu fechamento em 2009 e federalização em 2010.

Embora a maioria dos graduados seja do sexo masculino o percentual de mulheres formadas no curso é superior ao percentual apontado na pesquisa nacional dos Administradores realizada pelo Conselho Federal de

Administração. Nos anos de 2012 e 2013 o número de mulheres formadas no IFPR foi superior ao de homens.

Outro dado relevante está relacionado à procedência dos alunos ingressantes no curso, a maioria é originária dos estados do Paraná (predominantemente de Palmas), Santa Catarina e alguns poucos do Rio Grande do Sul. Com a atualização cadastral foi possível perceber que após a graduação eles permanecem no sul.

Confrontando-se esses dados com o fato de que 44,8% dos pesquisados diz não exercer a profissão, deve-se considerar a possibilidade, porém não de forma conclusiva, de que muitos abdicaram de sua formação superior limitando sua atuação à região de origem, desconsiderando a possibilidade de mudar-se para outros centros. Uma parcela muito pequena dos egressos atua hoje fora da região sul do país.

Os egressos atuam em diversos cargos e funções, entretanto 44,6% deles exercem cargos de chefia como direção, gerência e supervisão. 46% são empregados em organizações privadas e 22,2% dizem ser empresários, percentual superior ao identificado na Pesquisa CFA/FIA (2011) de 16%.

Um indicativo de que o curso de Administração e seu projeto voltado ao empreendedorismo surtiram resultados. Isso fica mais evidente considerando-se o momento em que cada empresário iniciou seu negócio, 71,4% dos pesquisados disseram ter sido durante ou após a sua formação e o fato da maioria ter concluído seu curso a partir de 2008 e cursado currículo cujo perfil esperado do egresso era de empreendedor.

Um dado preocupante é quanto ao exercício da profissão, como já comentado anteriormente cerca da metade dos graduados não exerce a profissão de Administrador, possível indicativo de alguma deficiência na formação dos alunos passível de investigação em outra pesquisa.

Daqueles que exercem a Administração como profissão as áreas de atuação principais são a Administração Geral, Finanças e Marketing, dados que corroboram com a pesquisa do CFA. A predominância de egressos atuando na Administração Geral possivelmente se deva à predominância de micro e pequenas empresas na região e de que parte significativa dos que apontaram essa área são empresários.

Componentes curriculares como Direção de Empresas, Simulação Gerencial, Gestão de Micro e Pequenas Empresas e Gestão Estratégica, das matrizes atuais do curso, dão ênfase à Administração Geral, enquanto que as áreas de Finanças, Marketing, Gestão de Pessoas e Gestão da Produção são conteúdos obrigatórios em qualquer curso de Administração do país.

Comparando-se aqueles que exercem a profissão e os que não a exercem é possível afirmar que os primeiros possuem renda superior aos outros e recebem, em salários mínimos, a média nacional apontada na pesquisa CFA de 2011.

Reportando-se ao objetivo principal da pesquisa, é possível afirmar (porém não de forma conclusiva e ressaltadas as limitações de amostragem) que a formação no curso de Administração contribuiu em algum grau

(fortemente ou moderadamente) para a ascensão profissional (considerada crescimento profissional) e social (consideradas melhorias nas condições de vida como acesso a produtos, serviços, espaços, lazer, grupos sociais, etc. antes não possíveis) de seus egressos, notadamente àqueles que exercem a profissão.

Os dados indicam que de forma geral 54% concordam que o curso contribuiu fortemente para a sua ascensão profissional, enquanto que entre os que exercem a Administração o percentual com a mesma afirmação foi de 68,75%.

Quanto a sua ascensão social, considerando o total da amostra 49,2% disseram concordar que o curso contribuiu fortemente. Dos que exercem a profissão 56,25% acreditam em uma forte contribuição de sua formação para as melhorias sociais.

Finalizando é importante lembrar que a pesquisa apresentada é de cunho exploratório e, a partir dos dados primários e secundários coletados e resultados aqui expostos pode-se ampliar e aprofundar o estudo. Questões como as seguintes podem ser exploradas: quais motivos estão impedindo boa parte dos egressos de exercer a profissão? Se buscaram ocupação em outras regiões do país? Se buscaram continuidade dos estudos?

## 5. REFERÊNCIAS

BATEMAN, T. S. & SNELL, S. A. **Administração**: construindo vantagem competitiva. São Paulo : Atlas, 1998.

CHIAVENATO, I.. **Administração**: teoria, processo e prática. 4 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro : Elsevier, 2007.

\_\_\_\_\_. **Administração**: teoria, processo e prática. 3 ed. São Paulo : Makron Books, 2000a.

COLLIS, J & HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração**. Um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. **Pesquisa Nacional 2011**: Perfil, Formação, Atuação e Oportunidades de Trabalho do Administrador. Disponível em [pesquisa.cfa.org.br/grep/home](http://pesquisa.cfa.org.br/grep/home). Acesso em março de 2015.

CRAINER, S. **Os Revolucionários da Administração**: um guia indispensável dos pensadores e suas idéias que criaram e revolucionaram a administração e o mundo dos negócios. São Paulo : Negócio Editora, 1999.

DRUCKER, P. **Introdução à Administração**. 3. ed. São Paulo : Pioneira, 1998.

LEMOS, A. H, da C.; DUBEUX, V. J. C.; PINTO, M. C. S. **Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências**.





V Contextos e Conceitos  
Mostra de Produção Científica e Extensão  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas  
18 e 19 de fevereiro de 2016

Disponível em [www.scielo.br/php?script=sci\\_arttex&pid=S1679-39512009000200012](http://www.scielo.br/php?script=sci_arttex&pid=S1679-39512009000200012). Acesso em 19/04/2015.

RAMAL, A. **Concluir uma graduação pode dobrar o salário**. Disponível em [g1.globo.com/educa%C3%A7%C3%A3o/blog/andrea-ramal/post/concluir-uma-gradua%C3%A7%C3%A3o-pode-dobrar-o-sal%C3%A1rio.html](http://g1.globo.com/educa%C3%A7%C3%A3o/blog/andrea-ramal/post/concluir-uma-gradua%C3%A7%C3%A3o-pode-dobrar-o-sal%C3%A1rio.html). Acesso em 13/04/2015.

ROBBINS, S. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo : Saraiva, 2001.

STONER, J. A. F. & FREEMAN, R. E. **Administração**. 5º. ed. Rio de Janeiro : Prentice-Hall, 1985.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Relatório de monitoramento Global da Educação para Todos de 2011**. Disponível em <http://unesco.org>. Acessado em 13/04/2015.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

## COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO PARANÁ E O MERCADO MUNDIAL

Wilian Padilha<sup>2</sup>  
Carlos José Espíndola<sup>3</sup>

### RESUMO:

As exportações das cooperativas brasileiras aumentaram significativamente nos últimos anos, somando US\$ 50 bilhões de 2000 a 2014. Desse valor, 40% foram comercializados por cooperativas agropecuárias do Paraná. Além do aumento da produtividade no campo e na indústria, a melhora nas condições de crédito, logística e infra-estrutura contribuíram para intensificar as exportações. No Paraná um ponto importante foi a diversificação dos mercados consumidores, sobretudo de países emergentes ou em desenvolvimento. As vendas do setor no estado cresceram devido aos novos parceiros comerciais localizados na Ásia, África e América Latina, diminuindo a dependência dos mercados tradicionais, Europa e EUA.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cooperativas Agropecuárias, Exportações, Paraná.

### 1. Introdução

As cooperativas agropecuárias do Paraná apresentaram elevado crescimento nos últimos anos. Entre 2000 e 2013 o número de cooperativas do ramo aumentou de 64 para 78, os sócios de 98 mil para 130 mil, os empregados evoluíram de 25 mil para 56 mil e o faturamento de R\$ 5,75 bilhões para R\$ 32 bilhões. A participação no PIB Agropecuário do estado aumentou de 47% em 2000 para 56% em 2013 (OCEPAR, 2015).

As exportações foram um ponto fundamental para o desempenho do setor: entre 2000 e 2014 as exportações das cooperativas do estado aumentaram de US\$ 355 milhões para US\$ 2,1 bilhões. O volume exportado no Paraná representou mais de 40% das vendas totais do setor no Brasil.

Um dos principais fatores para o aumento das vendas internacionais das empresas foi o surgimento de novos mercados consumidores, sobretudo,

---

<sup>2</sup> Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor de Geografia do Instituto Federal do Paraná (IFPR), Campus de Palmas – PR. E-mail: [wilian.padilha@ifpr.edu.br](mailto:wilian.padilha@ifpr.edu.br)

<sup>3</sup> Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988), Mestre em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1995) e Doutor em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002). Pós-doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona (2010). Professor de da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: [cje@cfh.ufsc.br](mailto:cje@cfh.ufsc.br)

países emergentes ou em desenvolvimento. Na crise internacional de 2008, a maioria dos países desenvolvidos – que até então eram o principal destino nas vendas – diminuíram participação, por outro lado, países que não eram mercados tradicionais, concentrados na Ásia, África e América Latina, aumentaram suas importações.

Entre 2000 e 2014 foi exportado pelas cooperativas paranaenses US\$ 18 bilhões, sendo entre US\$ 8,9 bilhões de 2000 e 2009, e US\$ 9,3 bilhões de 2010 a 2014. Ou seja, mesmo após a crise internacional as exportações continuaram crescendo e as vendas de cinco anos foram superiores as da década anterior.

O objetivo desse artigo é analisar o panorama das exportações das cooperativas agropecuárias do Paraná após 2000, destacando a evolução dos mercados consumidores após a crise financeira de 2008. O texto divide-se em três partes: panorama das exportações das cooperativas brasileiras nos anos 2000; evolução das exportações das cooperativas paranaenses; e análise dos principais destinos das exportações no pós-2010. A metodologia utilizada baseou-se no levantamento de bibliografias relacionadas a temática e coleta de dados estatísticos que forneceram informações para a construção de tabelas e gráficos.

## **2. As exportações das cooperativas brasileiras no século XXI**

A década de 2000 pode ser considerada como um marco divisor nas exportações das cooperativas agropecuárias brasileiras. Nesse contexto, mais precisamente após 2003, as empresas cooperativas traçaram uma linha ascendente nas vendas externas, diversificando os mercados consumidores e produtos exportados.

Com a mudança no governo federal no início da década houve a criação de incentivos fiscais<sup>4</sup> e melhoras nas condições de financiamento das cooperativas, que incentivaram a integração vertical e horizontal das empresas, aumentando a produção e competitividade. Esses fatores juntamente com a desvalorização cambial (que se iniciou em 1999), aumento no preço das commodities e abertura de novos mercados, contribuíram para o crescimento das exportações cooperativas.

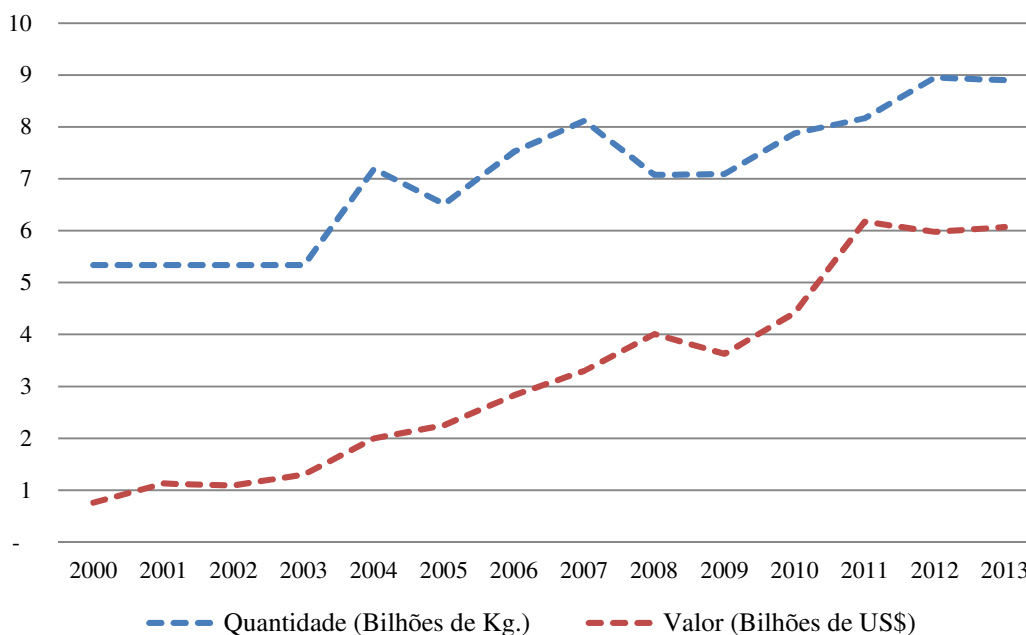
Comparado com outros setores da economia, o desempenho das cooperativas nas exportações foi um dos mais dinâmicos nos últimos anos. Por exemplo, no crescimento médio anual entre 2000 e 2013 o Brasil aumentou as vendas externas em 13,3%, o agronegócio em 12,5%, a agropecuária em 14,4% e as cooperativas em 16,6% ao ano. Na evolução entre 2000/13 enquanto as cooperativas cresceram 700%, as exportações totais do país 339%, o agronegócio 389% e a agropecuária 552% (MDIC, 2015).

---

<sup>4</sup> Conforme Filho e Pinheiro (2008), em 2003 através da Instrução Normativa nº358, editada pelo Governo Federal, foi eliminada a cobrança do PIS/Cofins para as cooperativas agropecuárias e de infra-estrutura.

O Gráfico 01 apresenta a evolução das exportações das cooperativas em valores (US\$) e em quantidade (Kg) entre 2000 e 2013.

Gráfico 01: Exportação das cooperativas agropecuárias brasileiras – 2000/13



Fonte: MDIC, 2015.

As exportações cresceram em valores e volume, com expansão mais significativa a partir de 2003, quando o volume cresceu 35% e os valores 53% em 2004. Entre 2003 e 2013 os valores aumentaram em média 18% ao ano e o volume 6% ao ano, o que indica que nesse período houve variação de preços positiva. Outro ponto foi o aumento na exportação de produtos com maior valor agregado, como carnes de aves e suínos.

Na somatória da década de 2000, as vendas foram de US\$ 22,3 bilhões e 64,8 bilhões de quilogramas. Nos anos noventa as vendas foram apenas de US\$ 7,8 bilhões.

Na década de 1990 a política econômica foi prejudicial para aos setores produtivos. A dificuldade de acesso ao crédito, juros elevados, queda nos preços agrícolas e o câmbio valorizado dificultaram as exportações. Nesse período ocorreram inúmeras quedas nas vendas externas das cooperativas, como em 1991 (-14,4%), 1994 (-7,1%), 1998 (-17,1%), 1999 (-2%), 2000 (-11,6%) e 2002 (-3,2%). O maior valor exportado na década foi em 1997 com US\$ 1 bilhão, inferior a 1987, quando as exportações foram de US\$ 1,06 bilhão.

Após 2003 somente em 2009 e 2012 houve queda no valor das exportações, de -9% e -3%. A diminuição de 2009 pode ser atribuída à crise

financeira de 2008, que retraiu as importações nos principais mercados das cooperativas (o estadunidense e europeu). Porém, os impactos da crise foram passageiros e os valores voltaram a crescer 21,7% em 2010 e 40% em 2011.

Em 2012, a diminuição nas exportações ocorreu nos valores em 3%, porém na quantidade houve aumento de 9%. Nesse momento houve queda nos preços médios dos principais produtos exportações pelo setor, como álcool (-23%), açúcar (-9%), café (-16%) e carne de frango (-15%), fazendo com que o valor exportado fosse menor que do ano anterior com uma quantidade maior comercializada (MDIC, 2015).

### 3. Exportações das cooperativas paranaenses nos anos 2000

O número de cooperativas agropecuárias no Paraná é 78, os associados somam 134 mil e os empregados 56 mil. Apesar do número de empresas representarem apenas 5% do total no Brasil e os sócios corresponderem a 14%, os empregados são 52% do total nacional. O faturamento das cooperativas paranaenses em 2013 foi de R\$ 32 bilhões (OCEPAR, 2015).

No estado o setor é responsável por 56% do PIB Agropecuário, tendo elevada participação na coleta e industrialização da produção do campo. Em 2013 a produção de grãos e cereais no Paraná foi de 36 milhões de toneladas, sendo 20 milhões das cooperativas. A **Tabela 01** demonstra a produção agropecuária e a capacidade agroindustrial das cooperativas paranaenses em 2012.

Tabela 01: Participação das cooperativas na produção agropecuária e industrial do Paraná

	2012	Part. <sup>1</sup>
<b>Prod. Agropecuária</b>		
Soja (ton.)	10.925.878	74%
Trigo (ton.)	2.107.515	64%
Milho (ton.)	16.571.751	61%
Leite (mil litros)	1.036.074	40%
<b>Cap. Agroindustrial</b>		
Derivados lácteos (ton./ano)	500.000	72%
Leite em pó (ton./ano)	30.000	67%
Abate de suínos (cab./dia)	17.500	37%
Abate de aves (cab./dia)	4.400.000	39%
Farelo de soja (ton./dia)	35.000	39%
Óleo de soja (ton./dia)	4.000	29%
Malte de cevada (ton./dia)	270.000	100%
Fiação de algodão (ton./ano)	80.000	45%

<sup>1</sup> Percentual de participação com relação ao total do Paraná.

Fonte: Balanço Econômico e Social, OCEPAR, 2013.

As cooperativas paranaenses responderam pela maior parte da produção de soja/milho/trigo em 2012. No caso da produção agroindustrial, destacaram-se na capacidade produtiva dos derivados de leite (72%), leite em pó (67%), malte de cevada (100%), abate de suíno (37%) e aves (40%) e fiação de algodão (45%). Além da grande produção de soja, as cooperativas possuíam 39% da capacidade da indústria de óleo e 29% de farelo.

As cooperativas paranaenses também se destacaram na tomada de crédito de políticas públicas. No caso do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), do total destinado ao setor no Brasil em 2012, cerca de 33% foram para instituições do Paraná (R\$ 4,8 bilhões). Nos programas de investimentos do BNDES (PRODECOOP e PROCAP-AGRO)<sup>5</sup> a participação paranaense entre 2003 e 2012 foi de 44%, cerca de R\$ 5 bilhões (BACEN, 2015).

A capacidade produtiva e de aporte de capital fez as cooperativas do Paraná destacarem-se nas exportações. O estado concentra algumas das maiores associações ligadas ao ramo agropecuário e que estão entre as principais exportadoras, como: Coamo, Lar, Copacol, C. Vale, Coopavel, Agraria, Copagril, Cocamar, Frimesa e Coasul (MDIC, 2015).

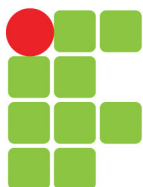
A **Tabela 2** apresenta a evolução das vendas externas das cooperativas paranaenses entre 2000 e 2014. Nesse período elas representaram cerca de 40% das exportações totais do setor no Brasil.

Tabela 02: Evolução das exportações das cooperativas agropecuário do Paraná (em milhões de US\$)

	Paraná	Cresc. <sup>1</sup>	Brasil	Cresc. <sup>1</sup>	Part.%
<b>2000</b>	355,4	-	759,0	-	46,8
<b>2001</b>	633,8	78,3	1.132	49,1	56,0
<b>2002</b>	643,9	1,6	1.096	-3,2	58,8
<b>2003</b>	800,0	24,2	1.304	19,0	61,3
<b>2004</b>	992,0	24,0	2.002	53,5	49,6
<b>2005</b>	740,6	-25,3	2.253	12,5	32,9
<b>2006</b>	804,6	8,6	2.832	25,7	28,4
<b>2007</b>	1.069	32,9	3.301	16,6	32,4
<b>2008</b>	1.388	29,9	4.010	21,5	34,6
<b>2009</b>	1.489	7,3	3.627	-9,6	41,1

<sup>5</sup> O PRODECOOP (Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária) criado em 2003 e PROCAP-AGRO (Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias) criado em 2009 são os principais programas de capitalização das cooperativas agropecuárias brasileiras. São específicos para o setor, sendo o primeiro para investimentos em estruturas produtivas e comerciais, e o segundo para formação de capital de giro (BNDES, 2014).





INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ

## V Contextos e Conceitos

### Mostra de Produção Científica e Extensão

#### Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

#### 18 e 19 de fevereiro de 2016

<b>2010</b>	1.639	10,0	4.417	21,8	37,1
<b>2011</b>	1.930	17,7	6.175	39,8	31,3
<b>2012</b>	1.743	-9,7	5.980	-3,2	29,1
<b>2013</b>	1.909	9,5	6.077	1,6	31,4
<b>2014</b>	2.119	11,0	5.280	-13,1	40,1
<b>Total</b>	<b>18.259</b>	<b>15,7</b>	<b>50.245</b>	<b>16,6</b>	<b>40,7</b>

<sup>1</sup> Crescimento percentual anual. Fonte: MDIC, 2015.

No acumulado do período as cooperativas do Paraná exportaram US\$ 18,2 bilhões, com média de crescimento anual de 15,7%. Em 2000 as exportações somaram apenas US\$ 355 milhões, aumentando para US\$ 1 bilhão após 2007 e atingindo o melhor resultado em 2014 com US\$ 2,1 bilhões.

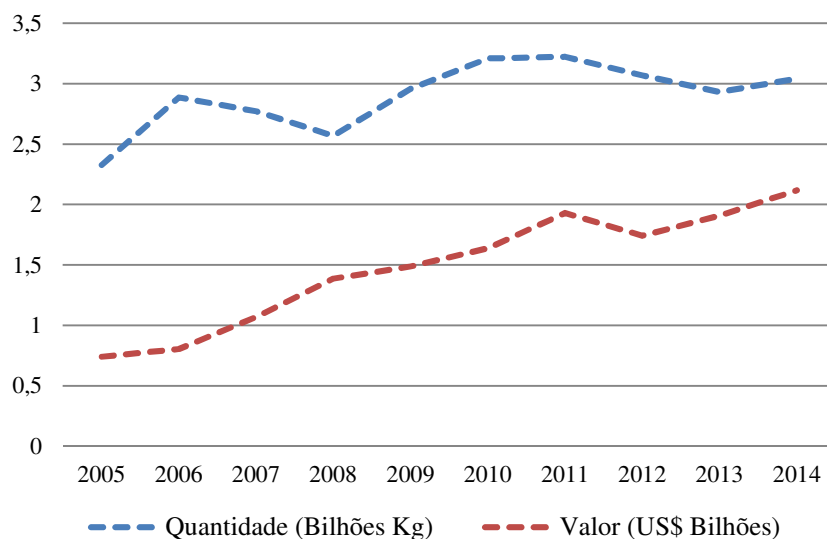
No total as exportações foram de US\$ 50,2 bilhões. A participação das empresas do Paraná nas exportações variou entre 28% e 61% no período. Em alguns anos o principal estado foi São Paulo, onde as cooperativas destacam-se na produção de açúcar e álcool. Entre 2006 e 2014, as cooperativas paulistas exportaram US\$ 11,6 bilhões, cerca de 27,8% do total no período, contra US\$ 14 bilhões do Paraná, 33,6% do total.

A média de crescimento das vendas estaduais foi de 15,7% ao ano, inferior a média do setor no Brasil, que foi de 16,6%. Porém, entre 2013 e 2014 enquanto as exportações totais evoluíram 1,6% e -13%, as exportações estaduais foram 9,5% e 11%.

O máximo exportado pelas cooperativas paranaenses foi US\$ 2,1 bilhões em 2014. Mesmo no período pós-crise de 2008, quando os mercados tradicionais das cooperativas brasileiras (Europa e EUA) diminuíram as importações, as cooperativas do estado mantiveram o crescimento das vendas. Entre 2010 e 2014 as vendas somaram US\$ 9,3 bilhões, 4,5% a mais que do que foi exportado na década de 2000 (US\$ 8,9 bilhões). A evolução do comércio das cooperativas paranaenses entre 2010 e 2014 será melhor apresentado no **Item 4**.

Apenas em dois anos as cooperativas do estado registraram queda nas vendas: em 2005 de -25% e em 2012 de -9,7%. A primeira deve-se a queda nos preços da soja e a segunda ao recuo do mercado europeu. O **Gráfico 2** ajuda a compreender melhor as exportações das cooperativas estaduais, demonstrando o volume e valor exportado entre 2005 e 2014.

Gráfico 02: Exportação das cooperativas agropecuárias paranaenses – 2005/14



Fonte: MDIC, 2015.

O gráfico demonstrou que em 2005 e 2006 o setor exportou maior quantidade sem tantas receitas. Isso decorreu da queda nos preços da soja: em 2004 o valor da tonelada era US\$ 226, caindo para US\$ 199 em 2005 e US\$ 193 em 2006. Após isso, até meados de 2008 (quando estourou a crise financeira internacional) as commodities estiveram valorizadas (em 2008 a tonelada da soja era US\$ 388) fazendo com que o volume caísse mas as receitas aumentassem.

Em 2012 houve queda nos dois fatores, valor e volume. Nesse contexto o aprofundamento na crise econômica européia fez com que o continente importasse menos, impactando também nas exportações totais do setor.

Em termos de quantidade, o máximo exportado foi em 2010 e 2011, volume acima de 3,2 bilhões de quilogramas (3,2 milhões de toneladas). No total foram comercializados 29 milhões de toneladas entre 2005 e 2014. Os principais produtos exportados pelas cooperativas foram a soja e derivados (óleo e farelo), cortes de aves, açúcar, suínos e milho.

#### 4. Cooperativas paranaenses e o mercado mundial no pós-2010

A década de 2000 foi um marco para as exportações das cooperativas brasileiras. Além de aumentar o volume e valor comercializado, é nesse contexto que ocorre a transição dos principais mercados consumidores. Os mercados tradicionais, europeu, perderam participação para países da Ásia, que passaram a ser o principal destino das exportações.

A mudança de mercados também ocorreu nas cooperativas do Paraná: em 2001 os principais países destinos das exportações foram Estados Unidos

com 17,5% (US\$ 111,9 milhões), França 7,2% (US\$ 45,4 milhões), Argentina 6,7% (US\$ 42,4 milhões), Holanda 5,5% (US\$ 35 milhões) e Alemanha 5,3% (33,5 milhões) (MAFIOLETTI, 2002).

Nos últimos anos o principal mercado foi a China, que em 2014 participou com 24% do exportado pelas cooperativas estaduais. Em seguida, destacaram-se a Alemanha com 17,8% e Holanda com 10,3%. **Tabela 03** apresenta a evolução dos principais mercados das cooperativas paranaenses entre 2010 e 2014. Os vinte seis países selecionados representaram 91,7% das exportações no período.

Tabela 03: Principais destinos as exportações das cooperativas paranaenses

	2010	2011	2012	2013	2014	Soma
<b>China</b>	362,2	397,6	409,9	438,2	506,5	2.114,5
<b>Alemanha</b>	317,3	298,7	202,8	222,1	378,0	1.419,0
<b>Holanda</b>	85,5	199,0	153,6	201,4	219,1	858,5
<b>Japão</b>	117,9	166,0	133,6	109,8	97,2	624,5
<b>França</b>	124,2	89,8	34,5	76,5	98,9	424,0
<b>Coréia do Sul</b>	81,0	63,0	60,5	87,0	80,9	372,4
<b>Reino Unido</b>	53,9	48,2	49,9	67,3	68,2	287,4
<b>Hong Kong</b>	85,5	40,5	34,5	62,0	54,7	277,2
<b>Itália</b>	7,7	3,2	89,3	9,8	67,3	177,3
<b>Rússia</b>	31,1	34,3	16,3	20,9	63,4	166,0
<b>Emirados A.U.</b>	32,5	29,9	28,0	42,6	26,3	159,3
<b>África do Sul</b>	24,3	38,9	41,5	27,1	27,0	158,7
<b>Índia</b>	36,8	14,5	23,7	21,0	61,0	156,9
<b>Irã</b>	43,1	30,2	39,0	27,7	8,5	148,5
<b>Bangladesh</b>	10,4	61,3	7,8	23,5	26,2	129,2
<b>Egito</b>	6,1	25,5	20,5	38,7	30,2	121,0
<b>Arábia Saudita</b>	17,0	30,1	26,6	21,5	13,5	108,7
<b>Taiwan</b>	7,3	35,6	51,9	0,1	5,5	100,4
<b>Argélia</b>	26,4	26,2	20,7	17,6	8,8	99,8
<b>Eslovênia</b>	2,4	-	16,3	51,1	22,4	92,2
<b>Malásia</b>	10,2	7,5	20,7	15,6	37,5	91,5
<b>Uruguai</b>	11,1	12,3	15,8	20,9	29,7	89,9
<b>Tailândia</b>	5,7	0,2	0,4	18,7	49,2	74,2
<b>Vietnã</b>	16,7	26,6	-	25,9	4,5	73,8
<b>Canadá</b>	13,6	4,9	21,0	12,5	13,0	65,0
<b>Turquia</b>	1,1	18,8	3,7	14,6	16,6	54,9
<b>TOTAL</b>	<b>1.537</b>	<b>1.729</b>	<b>1.543</b>	<b>1.713</b>	<b>2.044</b>	<b>8.565,7</b>
<b>Total PR</b>	<b>1.639</b>	<b>1.930</b>	<b>1.743</b>	<b>1.909</b>	<b>2.120</b>	<b>9.341,4</b>
<b>Part.(%)</b>	<b>93,8</b>	<b>89,5</b>	<b>88,5</b>	<b>89,7</b>	<b>96,4</b>	<b>91,7</b>

Em Milhões de US\$. Fonte: MDIC, 2015.

Os países selecionados importaram de cooperativas paranaenses US\$ 8,5 bilhões no período observado. Esse valor representou 91,7% do total

exportado pelas cooperativas estaduais, sendo que em 2014 representaram 96,4% do total. Entre 2011 e 2013 nota-se que a participação desses países foi menor, entre 88% e 89%, justamente momento em que houve queda nos valores importados por alguns países, sobretudo, europeus.

A China foi o principal mercado das cooperativas do Paraná, importando entre 2010/14 US\$ 2,1 bilhões, equivalente 22,6% do total. Em 2001, o país não apareceu na lista dos principais destinos. Além disso, as empresas paranaenses foram as principais exportadoras para os chineses: entre 2010 e 2014 do total importado pela China das cooperativas brasileiras, cerca de 56,5% foram de empresas do Paraná.

Os EUA, que haviam sido o principal mercado no início dos anos 2000, apresentaram pouca participação. Entre 2010 e 2014 os norte-americanos importaram apenas US\$ 23 milhões das cooperativas paranaenses. Os EUA importam principalmente etanol e café, por isso o maior fluxo comercial ocorreu com cooperativas de São Paulo e Minas Gerais. Do total importado pelos norte-americanos em 2013/14 (cerca de US\$ 1 bilhão), 62% foram das cooperativas de São Paulo e 24% de Minas Gerais.

Depois da China, destacaram-se a Alemanha com US\$ 1,4 bilhão, Holanda com US\$ 858 milhões, Japão com US\$ 624 milhões, França com US\$ 424 milhões e Coreia do Sul com US\$ 372 milhões. Apesar das vendas distribuírem-se por diversas nações (no total são mais de cem países que as cooperativas paranaenses exportam), os seis países mencionados concentram mais de 60% do total exportado em 2010/14.

Regionalizando as exportações da tabela tem-se: 55% na Ásia, 38% na Europa, 4,5% na África e 2% na América. Das vinte e seis nações da tabela, quinze são asiáticas, seis européias, três africanas e duas americanas.

Com relação a divisão entre países desenvolvidos e não-desenvolvidos, em 2010 os países desenvolvidos da tabela respondiam por 52% das vendas, diminuindo para 46% em 2013 e 50% em 2014. No panorama geral das exportações das cooperativas brasileiras, a queda na participação dos países desenvolvidos foi de 60% em 2000 para 50% em 2013.

É importante destacar que a tabela apresenta dados após 2010, ou seja, momento de mudanças importantes na economia mundial devida a crise financeira em 2008. As nações como um todo foram afetadas pela recessão, algumas mais outras menos, impactando negativamente no comércio mundial das cooperativas. Apenas China e Uruguai não diminuíram as importações das empresas paranaenses nesse período.

Os países do centro do sistema capitalista foram os que mais perderam participação. Os países europeus diminuíram as importações em 2010 e 2012, sendo as principais quedas da Alemanha de US\$ 317 milhões para US\$ 202 milhões e da França de US\$ 124 milhões para US\$ 34 milhões. Após 2013 a Europa volta a aumentar as importações.

Em 2012, ano que as exportações foram menores que em 2011, as principais diminuições de vendas ocorreram para a Alemanha (queda de US\$ 96 milhões), França (menos US\$ 55,3 milhões), Bangladesh (US\$ 53,5

milhões), Holanda (US\$ 45,4 milhões) e Japão (US\$ 32 milhões). Este último após 2011 diminuiu consecutivamente suas importações: de US\$ 166 milhões para US\$ 97 milhões em 2014.

Enquanto que os países desenvolvidos oscilaram no comércio, os emergentes aumentaram as compras. Encabeçados pela China, que aumentou as compras de US\$ 362 milhões em 2010 para US\$ 506 milhões, uma série de países que não eram mercados ou que tinham pouca participação, aumentaram as importações, como Egito (US\$ 6,1 para US\$ 30,2 milhões), Malásia (US\$ 10,2 para US\$ 37,5 milhões), Uruguai (US\$ 11 para US\$ 29,7 milhões), Tailândia (US\$ 5,7 para US\$ 49,2 milhões) e Turquia (US\$ 1 para US\$ 16,6 milhões). Esses países incrementaram as exportações em US\$ 129 milhões.

No que se refere aos produtos comercializados: para China os principais produtos enviados pelas cooperativas paranaenses foram soja e derivados (farelo e óleo), cerca de 70%, e carne de frango, 25%. Para a Coreia do Sul foram vendidos principalmente soja, óleo de soja e carne de frango; Alemanha e Holanda farelo de soja e carne de frango; Japão, Hong Kong, Rússia e Reino Unido destacou-se a carne de frango.

## **Conclusão**

Após a crise de 2008, ao contrário do que se imaginava, o fluxo do comércio mundial se intensificou. Entre 1990 e 2013 as exportações no mundo somaram US\$ 212 trilhões, sendo US\$ 46 trilhões na década de noventa, US\$ 98,7 trilhões na década de 2000 e US\$ 70 trilhões de 2010 a 2013 (MDIC, 2015).

Essa tendência pode ser observada no comércio das cooperativas brasileiras e paranaenses. No nível nacional, as exportações do setor entre 1990 e 2014 foi US\$ 58 bilhões, sendo: US\$ 8 bilhões nos anos noventa, US\$ 22 bilhões nos anos 2000 (2000-09) e US\$ 28 bilhões entre 2010 e 2014. No Paraná as exportações das cooperativas entre 2000 e 2009 foi de US\$ 8,9 bilhões e US\$ 9,3 bilhões de 2010 a 2014.

Os números indicam que mesmo após a crise de financeira mundial de 2008, que impactou diretamente os principais mercados consumidores do mundo (Europa e EUA) as exportações das cooperativas continuaram crescendo. No caso do Paraná, em apenas cinco anos as exportações foram superiores aos valores da última década.

Grande parte do incremento das vendas ocorreu em mercados novos, que compensaram a queda no comércio com EUA e Europeus, mercados tradicionais das cooperativas brasileiras. Esses países são compostos na maioria por nações emergentes ou em desenvolvimento, que nos últimos anos apresentaram um aumento na geração de renda, aprofundando sua participação no comércio mundial.

A China, que no início dos anos 2000 tinha pouca participação nas exportações paranaenses, consolidou-se como principal destino no pós-2010. Somente os chineses representam 22,6% das vendas entre 2010 e 2014. Outros países também aumentaram consideravelmente suas importações das cooperativas estaduais, localizados principalmente na Ásia, África e América Latina.

### Referências Bibliográficas

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. Brasília: BACEN, vários anos.

BANCO MUNDIAL. Site <<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil>> Acesso em julho de 2014.

BNDES. Site <<http://www.bndes.gov.br>> Acesso em julho de 2014.

BENETTI, Maria Domingues. **Boom exportador: ruptura ou continuidade do padrão de comércio brasileiro?** Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 34, n. 1, pp. 75-88, julho de 2006.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **Notas sobre as recentes exportações brasileiras de commodities agropecuárias**. Revista Princípios, nº 125. Ed. Anita Garibaldi, pp. 44-49, Junho-Julho de 2013.

EXAME. **Maiores e Melhores**. Vários anos.

FILHO, Miguel H. da Cunha; PINHEIRO, José César V. **Algumas considerações sobre o cooperativismo agrário brasileiro**. Texto publicado pela SOBER, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/10P467.pdf>> Acesso em junho de 2011.

GONÇALVES, José Sidnei. **Agricultura Sob a Égide do Capital Financeiro: Passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento do agronegócio**. Informações Econômicas, São Paulo, v.35, nº 4, pp.7-36, abril de 2005.

GONÇALVES, José Sidnei, VICENTE, José Roberto. **Agregação de valor nas exportações no período 1997-2011: São Paulo agronegócio-exportador num Brasil primário-exportador**. Instituto de Economia Agrícola, São Paulo, 2011.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Banco de dados. Disponível em <[www.ipedata.gov.br](http://www.ipedata.gov.br)> Acesso em 05 ago. de 2014.

MAFIOLETTI, Robson Leandro. **Análise econômico-financeira comparativa de diferentes projetos de investimento em agroindústrias de cooperativas no âmbito do PRODECOOP**. GETEC, OCEPAR, 2002.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/>> Acesso em agosto de 2014.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. **Estatísticas do comércio exterior**. Disponível em



<<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>> Acesso em maio de 2015.

NINAUT, Evandro Scheidt; MATOS, Marcos Antonio. **Panorama do cooperativismo no Brasil: censo, exportações e faturamento**. Informações Econômicas, São Paulo, v.38, n.8, pp.43-55, agosto de 2008.

OCB – **Organização das Cooperativas Brasileiras**. Disponível em <<http://www.ocb.org.br>> Acesso em maio de 2015.

OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **Balanco Econômico e Social**. Curitiba – PR, 2013.

OMC – **Organização Mundial do Comércio**. Disponível em <<https://www.wto.org/>> Acesso em julho de 2014.

RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas. Vol. 1 e 2**. Rio de Janeiro: Contraponto/BNDES, 2005.

RICKEN, José Roberto. **A integração econômica e social nas cooperativas agropecuárias do Paraná**. Dissertação de Mestrado, FGV, Rio de Janeiro, 2009.

SIMÃO, Gustavo L.; CAMPOS, Antônio C. **Participação das cooperativas brasileiras no comércio internacional**. Revista de Política Agrícola, v. 20, n. 3. Jul./Ago./Set. de 2011, p. 45-46.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa x Fluxo de Caixa: Ferramentas Importantes para o Processo Decisório das Empresas

Ana Tieli Dutra ([anatieli\\_dutra@hotmail.com](mailto:anatieli_dutra@hotmail.com))<sup>1</sup>

Martina Castoldi ([martinacastoldi@hotmail.com](mailto:martinacastoldi@hotmail.com))<sup>2</sup>

Andreia Gura ([andreia.gura@ifpr.edu.br](mailto:andreia.gura@ifpr.edu.br))<sup>3</sup>

Everaldo Veres Zahaikévitch ([everaldo.veres@ifpr.edu.br](mailto:everaldo.veres@ifpr.edu.br))<sup>4</sup>

<sup>1, 2</sup> Alunas do IFPR – Campus Palmas – Curso de Ciências Contábeis

<sup>3, 4</sup> Professores do IFPR – Campus Palmas – Curso de Ciências Contábeis

**RESUMO:** Atualmente as empresas estão expostas a um mundo de incertezas geradas pela crise econômica, situação esta que leva os empresários a preocupar-se com a continuidade da empresa no mercado e com a saúde financeira da mesma. Nesse contexto a busca por informações precisas e verdadeiras tornou-se imprescindível na tomada de decisões dos empresários; e para que estas decisões sejam tomadas de forma objetiva necessita-se de resultados passados e previsões futuras. Sendo que esta análise pode ser obtida através da DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa, relatório pelo qual os usuários das informações podem verificar onde foram utilizados os recursos da empresa, ou seja, todas as entradas e saídas de disponíveis; bem como através das previsões do Fluxo de Caixa, uma ferramenta gerencial que confronta todas as contas a pagar com as a receber, para verificar se terá recursos financeiros suficientes, ou caso seja necessário a aquisição de recursos ainda há tempo hábil para o mesmo, evitando gastos exorbitantes com juros e multas. Portanto com o presente trabalho foi possível identificar algumas diferenças, dentre elas que a Demonstração do Fluxo de Caixa apresenta os resultados passados e o Fluxo de Caixa as previsões futuras dos disponíveis da entidade.

Palavras-chaves: Decisões. Informações. Resultados Financeiros.

### 1 INTRODUÇÃO

Diante de um quadro de incertezas econômicas, a alta dos juros, o dólar, reajustes fiscais dentre outros fatores, as empresas possuem a preocupação constante, de manter-se em continuidade no mercado com equilíbrio financeiro, ou seja, cumprir com suas obrigações e se possível manter uma reserva em caixa.

Este cenário é comum para todos os empresários, o que diferencia a situação de uma empresa para outra é saber como são avaliados os resultados econômicos e financeiros, bem como seus administradores se preparam para o

futuro, e é nesse contexto que entra a importância das demonstrações contábeis e sua correta utilização e interpretação.

Segundo a NBC TG 26 (Norma Brasileira de Contabilidade) - item 9 as demonstrações possuem a seguinte definição:

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados.

A NBC TG 26, em seu item 10 apresenta como demonstrações contábeis o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Período, Demonstrações das Mutações do Patrimônio líquido, Demonstração do resultado abrangente do período, Demonstrações dos Fluxos de caixa, Notas explicativas e Demonstração do valor adicionado (esta última somente estão obrigadas as companhias de capital aberto).

Todas as demonstrações possuem uma particularidade e objetivo individual, contudo se forem apresentadas e analisadas em conjunto são uma excelente ferramenta de administração.

Sendo assim este trabalho teve como objetivo apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa e do Fluxo de Caixa quanto a suas particularidades e importância para avaliação econômica e financeira das empresas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Demonstrações Contábeis**

Todas as empresas, independente de seu porte econômico estão obrigadas a efetuar a elaboração das demonstrações contábeis ao final de cada exercício social. Além de ser uma obrigação, as empresas podem utilizá-las a seu favor para fazer uma análise da situação econômica e patrimonial da mesma.

As demonstrações contábeis exigidas por lei segundo o Art. 176 da lei 11.638/07 são:

Balanço Patrimonial (BP);

Demonstração de Lucro ou Prejuízo Acumulado (DLPA);

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);

Demonstração do resultado abrangente do período;

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

Demonstração do Valor Adicionado (DVA), esta somente para companhias de capital aberto.

#### Notas Explicativas.

Estas demonstrações buscam evidenciar as contas (receita e despesas) das empresas quanto a sua posição patrimonial e financeira, a maioria destas demonstrações são obrigatórias desde a lei 6.404/76, porem com a alteração desta lei e a promulgação das leis 11.638/07 e 11.941/09 foram inclusas a Demonstração do Valor Adicionado e a Demonstração do Fluxo de Caixa, sendo esta última em substituição a Demonstração de Origens e aplicações de Recursos (DOAR).

O objetivo principal das demonstrações contábeis é auxiliar seus usuários na tomada de decisão; conforme afirma Braga (2011, p.33)

“Um dos elementos fundamentais de informação de que dispõe o administrador é o conjunto das demonstrações contábeis da empresa. Bem utilizadas, as demonstrações contábeis constituem a base mais completa de informação, uma vez que, por meio delas, é possível detectar os pontos fracos da estrutura econômico-financeira da empresa, proporcionando uma visão resumida do resultado dos negócios e da situação patrimonial, e servindo de base para exercer a ação corretiva constante de qualquer controle adequado”

É importante destacar que no caso das micro e pequenas empresas, segundo a NBC TG 1000, item 3.17 a DFC assim como as demais demonstrações são obrigatórias para todas as empresas, independente do seu porte.

Portanto as demonstrações contábeis podem ser entendidas e utilizadas como um conjunto de relatórios que fornecem aos seus usuários informações importantes quanto a empresa no que diz respeito aos seus resultados financeiros e patrimoniais, bem como suas informações podem ser utilizadas para planejamentos futuros, correções e diminuição de custos.

Conclui-se que todas as entidades estão obrigadas a emitir a DFC segundo as normas contábeis, acrescentando-se ainda que esta demonstração é importante quanto a análise da capacidade de a empresa gerar caixa ou equivalentes de caixa. Conforme aconselha Velter e Missaglia (2011, p. 299).

As informações dos fluxos de caixa de uma entidade são uteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez.

Diante do exposto este trabalho vai focar em uma das demonstrações contábil obrigatória, a Demonstração de Fluxo de Caixa e também em um relatório contábil não obrigatório, mas de extrema importância para as empresas tomarem suas decisões o Fluxo de Caixa.

#### **2.1.1 Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Esta demonstração foi inclusa na lei 11.638/07 em substituição a DOAR com o objetivo de facilitar o entendimento dos usuários das informações referente ao “caixa” das empresas, conforme afirma Braga (2011, p. 102) “A

DFC ao contrário da DOAR, por utilizar linguagem e conceitos simples, possui uma melhor comunicação com a maioria dos usuários das demonstrações contábeis”.

Esta é uma demonstração que busca trazer informações sobre todas as entradas e saídas de caixa ou equivalentes de caixa (valores em dinheiro - caixa ou bancos) ou aplicações financeiras de alta liquidez, ou seja, curto prazo (até 90 dias e baixo risco) dentro de um determinado período, sendo estas entradas e saídas separadas por atividade operacional, investimento ou financiamento.

Conforme dispõe o item 10 do CPC 03 (R2) “A demonstração dos fluxos de caixa deve apresentar os fluxos de caixa do período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.”

Esta separação dá-se em virtude da origem da operação, conforme afirma Martins et al (2013, p. 653) “[...] o formato adotado para a DFC é o de classificação das movimentações de caixa por grupo de atividades.”

Observa-se que a DFC apresenta as informações referente a movimentação financeira da empresa, ou seja, a entrada e a saída de valores conforme cada operação e sua finalidade, em um determinado período de tempo passado.

Esta separação dos lançamentos de entradas e saídas por tipo de operação não é somente um método de organização da DFC, mas sim tem como objetivo facilitar sua análise de como e onde a empresa tem adquirido ou recebido receitas, desta forma é possível seus investidores avaliarem a “saúde” financeira da empresa, conforme indica o item 11 do CPC 03 (R2):

A entidade deve apresentar seus fluxos de caixa advindos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da forma que seja mais apropriada aos seus negócios. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliar o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa. Essas informações podem ser usadas também para avaliar a relação entre essas atividades.

**A) Atividades Operacionais:** São aquelas que ocorrem de forma natural em uma empresa; o recebimento de receitas (entradas) e pagamento de obrigações (saídas) sem a necessidade de uma fonte externa de receita, conforme explica o item 13 do CPC 03 (R2):

O montante dos fluxos de caixa advindos das atividades operacionais é um indicador chave da extensão pela qual as operações da entidade têm gerado suficientes fluxos de caixa para amortizar empréstimos, manter a capacidade operacional da entidade, pagar dividendos e juros sobre o capital próprio e fazer novos investimentos sem recorrer a fontes externas de financiamento.

Segundo o item 14 do CPC 03 (R2), podemos citar como exemplos de atividade operacional dentre outros os recebimentos de caixa pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços; recebimentos decorrentes de royalties, honorários, comissões e outras receitas; pagamentos de caixa a fornecedores de mercadorias e serviços; a empregados ou por conta de

empregado  
dentre outras situações

Para a DFC, a atividade operacional é uma das mais importantes indicações de que uma empresa encontra-se ou não em nível normal de atividade e pode cumprir com o princípio da continuidade perfeitamente. Conforme explica Neves e Viceconti (2013, p. 272) “[...] por que o que interessa a credores e sócios da empresa é a sua capacidade operacional de gerar caixa para o pagamento de seus empréstimos contraídos juntos a terceiros, inclusive os juros deles decorrentes, e de dividendos”.

**B) Atividades de Investimento:** Estas ocorrem quando uma empresa excede sua atividade operacional, ou seja, necessita da venda de um ativo não circulante (imóveis, máquinas etc.) ou resgate de aplicações de longo prazo para gerar caixa futuro, sendo que estas operações geralmente geram prejuízo já que a venda de um ativo em situação de emergência pode ser abaixo de seu real valor, bem como o resgate de uma aplicação antes do prazo determinado diminui seu capital investido. Nesta atividade a empresa sempre estará optando por um desembolso em função de um resultado futuro.

Velter e Missaglia (2011, p. 302) ensinam que caracterizam a atividade de investimento:

[...] os desembolsos efetuados ou as entradas de recursos originadas nas aquisições ou vendas de participações em outras entidades e de ativos utilizados na produção de bens ou prestação de serviços ligados ao objeto social da Entidade. As atividades de investimentos não compreendem a aquisição de ativos com o objetivo de revenda.

De uma maneira geral a atividade de investimento sempre vai indicar uma operação envolvendo ativo não circulante com desembolso.

**C) Atividades de financiamento:** Para Velter e Missaglia (2011, p. 303), esta atividade é definida por: “Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade, não classificadas como atividade operacional”, ou seja, indica que a empresa teve de buscar capital de terceiros para “financiar” suas atividades; que podem ser por empréstimos em instituições financeiras, ou a venda/compra de ações, arrendamentos, dentre outras opções.

Conforme explica o CPC 03 (R2) item 17: “A divulgação separada dos fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento é importante por ser útil na predição de exigências de fluxos futuros de caixa por parte de fornecedores de capital à entidade”

O CPC 03 (R2) traz alguns exemplos de fluxos de caixa que provêm das atividades de financiamento como: “(a) caixa recebido pela emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais; (b) pagamentos em caixa a investidores para adquirir ou resgatar ações da entidade” dentre outros.



### 2.1.1.1 Métodos de divulgação da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As empresas devem seguir alguns critérios previstos nas normas contábeis brasileiras, conforme indica o CPC 03 (R2), a DFC pode ser apresentada pelo método direto ou indireto.

A) Método direto: São lançadas as atividades operacionais de forma bruta (compras, vendas, recebimentos e pagamentos), ou seja, registra-se exatamente o valor que entrou e/ou saiu. Conforme indica o item 18 “a” do CPC 03 (R2) “o método direto, segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos são divulgadas;”

Ainda segundo o CPC 03 (R2) as informações para serem lançadas no método direto podem ser obtidas, dos registros contábeis ou pelo ajustes das vendas e custos necessários.

Para Viceconti e Neves (2013, p. 274) “o método direto consiste em mensurar diretamente as entradas e saídas de caixa ou equivalentes de caixa (disponível) derivados das atividades operacionais”.

B) Método Indireto: Este método considera a “conciliação” entre o lucro ou prejuízo líquido da empresa, sendo que para considerar um resultado líquido é necessário remover do lucro ou prejuízo qualquer operação que tenha feito parte do caixa no passado ou que possa fazer no futuro, como recebimento e ou pagamentos antecipados, créditos previstos e etc. O método indireto serve para verificar o quanto do lucro ou prejuízo atingiu o caixa e ou os equivalentes de caixa.

Segundo Viceconti e Neves (2013, p. 274), o método indireto, define-se:

“O método indireto procura reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais, mostrando quanto desse lucro se converteu efetivamente em caixa ou equivalentes-caixa, evidenciando as parcelas do lucro que foram aplicadas em outros grupos do Ativo ou Passivo Circulante.”

É necessário destacar que na apresentação do método direto e indireto as diferenças estão nos lançamentos das atividades operacionais; para as atividades de financiamento e investimentos os lançamentos são os mesmos independente do método escolhido (VICECONTI e NEVES 2013, p. 276).

Ambos os métodos, são importantes. Contudo vale ressaltar que a escolha de qual método será utilizado deve ser feito segundo a intenção de análise da DFC, ou seja, se análise for relativamente prática para verificar as entradas e saídas de uma forma rápida e simples o método direto é o mais indicado; entretanto se a análise for para avaliar a alocação do resultado da

empresa o método indireto é o mais indicado, já que este método evidencia cada entrada e saída e onde estes valores afetaram o resultado da empresa.

### 2.1.2 Fluxo de Caixa

É um instrumento utilizado pela gestão financeira, com o intuito de analisar todas as entradas e saídas que serão realizadas por uma empresa em um determinado período (futuro). As empresas utilizam-se dessa ferramenta para ter uma noção aproximada de como será seu fluxo de dinheiro no futuro e qual será o saldo do seu caixa. Levando em consideração que se o empresário e sua equipe mantiverem o fluxo de caixa alimentado corretamente, com informações reais e fidedignas, será possível “elaborar a Estrutura Gerencial de Resultados, a Análise de Sensibilidade, calcular a Rentabilidade, a Lucratividade, o Ponto de Equilíbrio e o Prazo de retorno do investimento.” (SEBRAE, 2011).

Silva (2014) ressalta que alguns fatores podem ocasionar diferenças, que comprometem a eficácia do sistema e sua liquidez. O autor divide os fatores em internos e externos e cita como fatores internos: aumento no prazo de vendas concedido como uma maneira de aumentar a competitividade ou a participação no mercado; Compras que não estão em linhas com as projeções de vendas; Diferenças representativas nos prazos médios de recebimento e pagamento; Ciclos de produção muito longos que não estão em consonância com o prazo médio dado pelos fornecedores; Política salarial incompatível com as receitas e demais despesas operacionais; Pequena ocupação do ativo fixo; Distribuição de lucros incompatíveis com a capacidade de geração de caixa; Custos financeiros altos originários do nível de endividamento;

Já alguns dos fatores externos citados por Silva (2014) são: Inflação, recessão, e taxas de juros; Mudança na política cambial, fiscal e de crédito; Mudanças na política de importação e exportação; Diminuição das vendas em decorrência de retração do mercado.

Para que esses fatores não influenciem na saúde financeira da empresa, nem comprometam a eficácia do fluxo de caixa é necessário que haja um entrosamento entre os setores, todas as informações sejam repassadas ao administrador financeiro, para que o mesmo possa tomar as decisões corretas e verificar o impacto no caixa.

As principais áreas de estudo, e que influenciam diretamente no fluxo de caixa são os responsáveis pela entrada e saída de dinheiro do caixa. Silva (2014) destaca como ingressos as vendas a vista, recebimentos parcelados, inadimplência, Vendas de ativos permanentes, empréstimos bancários e de coligadas, desconto de títulos, entre outros; e como desembolsos o autor cita: Compra de matéria-prima, pagamentos de salários, dividendos, tributos, despesas com vendas, administrativas e com empréstimos, resgates de títulos, ampliação da empresa.

Portanto o fluxo de caixa é uma ferramenta gerencial que funciona como uma agenda sofisticada onde são registrados todos os recebimentos

esperados e despesas programadas, num certo período e permite ao administrador da empresa uma visão geral e futura dos recursos financeiros integrando o caixa central, as contas correntes em bancos, contas de aplicações, receitas, despesas e as previsões. Pode e deve ser utilizado por qualquer empresa, independente do seu porte, pois é imprescindível planejar o futuro da empresa e saber exatamente quanto de dinheiro terá disponível e se esses recursos serão suficientes para cumprir as obrigações da empresa.

A estrutura do fluxo de caixa varia conforme a necessidade de cada empresa quando se tratar de uma empresa de pequeno porte o mesmo pode ser elaborado de forma simples em planilhas do Excel, em empresas maiores aconselha-se utilizar sistemas próprios em virtude da quantidade de informações fornecidas pela mesma, que ao longo do tempo o controle poderá ficar complexo comprometendo os resultados.

O fluxo de caixa nada mais é que uma confrontação de todas as contas a pagar com as contas a receber, buscando saber se “vai faltar dinheiro ou não”, com essa análise se o saldo for negativo indica que a empresa está gastando mais do que sua venda, ou seja, mais do que sua capacidade de pagamento, e devem-se tomar medidas para cortar gastos; caso o saldo seja positivo o empresário pode ficar tranquilo que sua empresa está conseguindo pagar as suas obrigações e ter disponibilidade financeira.

### 2.1.2.1 Vantagens do Fluxo de caixa

A partir do momento que uma empresa implanta o fluxo de caixa e o mantém atualizado, a mesma poderá contar com um forte aliado para projeção assertiva do seu futuro seja ele semana, mês, semestre. A confrontação entre o fluxo projetado com o realizado indica as falhas nas projeções. Estas variações são excelentes oportunidades de melhoria de novos planejamentos.

O fluxo de caixa pode ser utilizado pelas empresas de duas maneiras:

A) Fluxo de Caixa Realizado: De acordo com Marion (1998, apud Ramos, 2012) fluxo de caixa realizado tem como objetivo mostrar como se comportam as entradas e saídas de recursos financeiros da empresa em determinado período. O estudo cuidadoso do fluxo de caixa realizado, além de propiciar análise de tendência, serve de base para o planejamento do fluxo projetado. Outro aspecto que deve ser considerado é a comparabilidade que existe entre o fluxo de caixa realizado e o projetado, isto possibilita identificar os motivos das variações ocorridas, se ocorreram por falha de projeções ou por falhas de gestão. O fluxo de caixa realizado é uma análise de um passado recente, ou de um mesmo período porém em anos anteriores, nele observa-se o que realmente ocorreu na empresa em determinada data, o valores gastos com cada segmento, seja matéria prima, energia, encargos sociais, materiais intermediários e etc, e confronta-se com os dados atuais para construir um fluxo de caixa projetado o mais real possível.

Segundo ADDUCI (2008, p.11)

Uma boa análise do fluxo de caixa realizado, é fundamental para construir um fluxo de caixa projetado, pois o realizado mostra as tendências e serve como base para a projeção futura. Um outro ponto importante e confrontar o fluxo de caixa realizado com o projetado, com isso identificar as variações, se houver, e verificar se as variações ocorreram por falha da projeção ou na gestão.

B) Fluxo de Caixa Projetado: Já o fluxo de caixa projetado, como o próprio nome já diz é uma projeção, uma estimativa para o futuro que pode ser a curto ou longo prazo. Geralmente analisa-se o período passado para estimar o futuro, facilitando a utilização dos recursos disponíveis, e na falta deles possibilitando prazos hábeis para aquisição de recursos, sem juros exorbitantes; a utilização desse método permite uma redução considerável de erros e falhas, facilitando o gestor na tomada de decisões e o planejamento financeiro da empresa. De acordo com Ludícibus et.al (2009, p.187) “por meio do conhecimento do que ocorreu no passado, é possível para o gerente fazer uma boa projeção do Fluxo de Caixa para o futuro”.

Com informações atualizadas conforme o prazo estabelecido a empresa terá um forte aliado de gestão, auxiliara nos fechamentos de compras, pois o comprador tem como saber qual será o melhor prazo de pagamento, e principalmente o fluxo vai permitir a empresa manter sua saúde financeira, pois permite que todas as contas sejam provisionadas e pagas em dia, e projeta o futuro a curto prazo da empresa, buscando um perfeito equilíbrio entre entradas e saída de dinheiro da empresa.

Portanto, a partir do momento que a empresa tiver o fluxo de caixa funcionando em perfeita ordem o controle financeiro da mesma se tornara muito mais pratico e fácil, permitindo ao gestor basear-se em números, e informações fidedignas e reais para tomar suas decisões e não em “achismos”.

## **2.2 Diferença entre Demonstração dos Fluxos de Caixa e Fluxo de Caixa.**

Para muitos usuários das informações contábeis, a DFC e o Fluxo de caixa teriam a mesma finalidade, entretanto apesar do nome bem próximo seus objetivos são totalmente diferentes, conforme apresenta-se na seguinte tabela:

QUADRO 1 – Diferenças entre DFC e Fluxo de Caixa

<b>Demonstração do Fluxo de Caixa</b>	<b>Fluxo de Caixa</b>
Demonstração contábil obrigatória por lei.	Ferramenta Gerencial não obrigatória.
Demonstra todas as entradas e saídas efetuadas.	Planeja entradas e saídas esperadas.
Lançamentos de entrada e saída por tipo de atividade (operacional, investimento e financiamento).	Lançamentos são realizados conforme necessidade da empresa.
Pode ser apresentada apenas em dois formatos método direto e indireto.	Pode ser utilizado o método realizado ou projetado.
Obrigatoriamente deve apresentar resultado do período atual e do anterior.	A empresa após escolher o método verifica a necessidade de apresentar ou não um período anterior.
Objetivo: Evidenciar o que a empresa fez com os recursos e avaliar a saúde financeira da mesma.	Objetivo: verificar em um determinado período de tempo a capacidade de pagamento das obrigações e de onde serão obtidos estes recursos.

FONTE: Elaborado pelas autoras (2016)

Em resumo, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é uma demonstração obrigatória para as empresas e que apresenta os resultados passados, que serve de histórico porém não como garantia futura, já o Fluxo de caixa, pode ser elaborado para auxiliar de forma gerencial, o mesmo irá apresentar as previsões futuras das movimentações financeiras, ou seja, os dois controles são necessários e úteis para a correta tomada de decisão.

Muito importante e valioso seria se a empresa além de cumprir com a sua obrigação de elaborar a Demonstração dos Fluxos de Caixa fizesse também a elaboração do Fluxo de Caixa Gerencial, pois desta forma ela teria o controle do seu passado e do seu futuro no que diz respeito aos recursos da empresa.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa caracteriza-se como descritiva quanto a seus objetivos, pois descreve as características da Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Fluxo de Caixa, evidenciando suas principais diferenças. Segundo Beuren (2014, p. 81) para a pesquisa descritiva “descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos”.

Referente aos procedimentos caracteriza-se como bibliográfica, baseando-se em materiais já publicados, constituídos de livros, artigos e monografias, legislação. Para Oliveira (2011, p. 73) a pesquisa bibliográfica é “a busca de conhecimento relevante a determinado assunto pesquisado em livros, artigos, monografias, dissertações e teses”.

Com relação a abordagem do problema a pesquisa é qualitativa, porque descreve com detalhes a demonstração dos Fluxos de Caixa e o Fluxo

de Caixa, buscando compreender sua aplicabilidade e suas particularidades. Beuren (2014, p. 92) explica que “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração a atual situação do país, para que as empresas consigam se manter de forma “saudável” no mercado, inicialmente devem organizar a sua administração financeira, priorizando as regras básicas da mesma, “organizar, controlar, analisar, verificar, e por fim decidir”, antes de qualquer coisa certificar-se das informações obtidas, para não se precipitar na hora de fechar algum negócio.

As empresas possuem ferramentas disponíveis para auxiliá-las e facilitar a gestão. Durante o desenvolvimento da pesquisa buscou-se dar ênfase para a DFC apresentar suas particularidades, quais são seus objetivos e suas vantagens mas principalmente apresentar as diferenças entre a DFC e o Fluxo de caixa, que apesar da semelhança entre os nomes elas trabalham em direções opostas, pois a Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta o passado da empresa, onde foram aplicados seus recursos, é uma demonstração contábil, obrigatória para algumas empresas, enquanto o fluxo de caixa é uma considerável ferramenta de gestão, que vai planejar o futuro da empresa e onde serão aplicados seus recursos, e não é obrigatória, cabe ao gestor decidir se vai utilizá-la ou não.

#### 5 REFERENCIAS

ADDUCI. R, SOARES. U.B, **Fluxo de Caixa**. Trabalho de graduação (Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Tecnologia em Sistemas de Informação, Setor Escola Técnica, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/fluxo-de-caixa/26610/>>. Acesso em 11/01/16.

BEUREN, I.M et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 3. ed – São Paulo: Atlas, 2014.

BRAGA D.C.S. da. **Proposta de Implantação de Fluxo de Caixa para Gestão Financeira**. Trabalho de graduação (Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Ciências Contábeis, do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2009. Disponível em: <[http://sinescontabil.com.br/monografias/trab\\_profissionais/danielle\\_1.pdf](http://sinescontabil.com.br/monografias/trab_profissionais/danielle_1.pdf)>. Acesso em 07/02/16.



BRAGA H. R. **Demonstrações Contábeis**. 7 ed. São Paulo: Editora Atlas AS, 2012.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC Nº. 1.159/09** <[http://www.cfc.org.br/uparq/Res\\_1159.pdf](http://www.cfc.org.br/uparq/Res_1159.pdf)> Acesso em: 28/01/2016.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Técnicos – **CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34> > Acesso em: 15/01/16.

IUDÍCIBUS E. et al. **Introdução à Teoria da Contabilidade Para o Nível de Graduação**. 5 ED. São Paulo – SP: Editora Atlas, 2009.

MARTINS E. et al. **Manual de Contabilidade Societária**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, A.B.S. **Métodos da Pesquisa Contábil**. São Paulo: Atlas, 2011.

RAMOS.G.V. et al. **Fluxo de Caixa: Instrumento Indispensável para o Planejamento, Controle Financeiro e Sobrevivência das Pequenas Empresas. O Caso Márcio Bueno de Castro – ME.**, 2012. Disponível em <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/30016823.pdf>>. Acesso em 23/01/2016.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas. **Fluxo de Caixa**, disponível em:<[http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/0\\_fluxo-de-caixa.pdf](http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/0_fluxo-de-caixa.pdf)>. Acesso em 07/01/16.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas. **Como Implantar o Fluxo de Caixa**, disponível em : <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Fluxo-de-caixa:-o-que-%C3%A9-e-como-implantar>>. Acesso em 11/01/16;

SILVA, E. C. da. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas: guia prático e objetivo de apoio aos executivos**. 2. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA. D.C.da. **Elaboração de um Fluxo de Caixa Projetado para a Empresa Claudia Scheifele ME**. Trabalho de graduação (Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Gestão da Universidade do Vale do Itajaí, 2014. Disponível em <<http://www.univali.br/ensino/graduacao/ceciesa-gestao/cursos/administracao/administracao-itajai/estagio-obrigatorio/trabalhos->



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

de-conclusao-  
deestagio/Lists/Artigos/Attachments/39/DIANA%20CRISTINA%20DA%20SILV  
A.pdf>. Acesso em 23/01/16;

SILVA. E.C. da. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas: Guia de Sobrevivência Empresarial**. 8 ed. rev. São Paulo. Editora Atlas, 2014.

SILVA.L.S, **A Elaboração do Fluxo de Caixa para Pequena Empresa de Cosméticos de Florianópolis**, Trabalho de graduação (Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Disponível em: <  
<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis291350>>. Acesso em 20/01/2016.

VELTER F.; MISSAGA R. L. **Contabilidade Avançada**, Ed. 4ª, Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2011.

VICECONTI P.; Neves S. **Contabilidade Avançada**. 17 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA PROPOSTA DE (RE)EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA COOPERATIVA AGRÍCOLA

Zenilda de Fatima Carneiro (zenylida\_carneiro@hotmail.com)<sup>1</sup>

Fernanda Terezinha Dario Borba (nanda-dario@hotmail.com)<sup>1</sup>

Fernanda Schroll Damasceno Carneiro (fernandaschroll@hotmail.com)<sup>1</sup>

Suzana Patricia Tesori (suh\_tesori@hotmail.com)<sup>1</sup>

Caroline Bacelar Hauschild ([carolinecbio@gmail.com](mailto:carolinecbio@gmail.com))<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

### RESUMO

Essa proposta de educação ambiental foi criada buscando o desenvolvimento sustentável de uma cooperativa, visando a conscientização dos funcionários e cooperados, tornando-os mais conscientes quanto aos problemas ambientais causados pela empresa, buscando alternativas para acabar ou minimizar o problema. A coleta de dados na cooperativa foi realizada por meio de um questionário, com perguntas sobre os gastos da empresa e número de funcionários, por se tratar de uma empresa de pequeno porte o quadro de funcionários é bem reduzido. Depois do levantamento de dados algumas propostas de educação ambiental foram estabelecidas. Ao propor a empresa soluções que além de reduzir os gastos, reduziria o impacto ambiental espera-se que todas as medidas propostas sejam adotadas pelos funcionários e cooperados da cooperativa.

Palavras-chave: sustentabilidade, parcimônia ecológica, natureza

### ABSTRACT

This proposed environmental education was created seeking the sustainable development of a cooperative, aimed at raising awareness of employees and members, making them more aware about the environmental problems caused by the company, seeking alternatives to stop or minimize the problem. Data collection in the cooperative was conducted through a questionnaire with questions about the company's spending and headcount because it is a small company the staff is greatly reduced. After data collection some proposals for environmental education were established. In proposing the business solutions and reduce spending, reduce the environmental impact it is expected that all proposed measures are adopted by employees and cooperative members of the cooperative.

**Keywords:** sustainability, ecological thrift, nature

### INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental começou a ser tratada por volta dos anos 70, quando as questões ambientais emergiram como um problema significativo. O desenvolvimento industrial e socioeconômico são uns dos principais motivos desse agravante. A degradação dos ecossistemas e uso inadequado dos recursos naturais atingem diretamente as populações e comprometem não somente a qualidade de vida mais a continuidade da vida desses seres na terra. A educação ambiental seria um método estratégico de melhorar a qualidade de vida, buscando o desenvolvimento consciente e sustentável do planeta. O fato de a sociedade estar enfrentando diversas catástrofes ambientais torna-se extremamente importante que se trabalhe com a Educação Ambiental, não somente com a sociedade em geral, mas implantar essa ideia nas escolas e em empresas privadas (VARGAS, 1999).

O número crescente de dúvidas com relação ao futuro do meio ambiente são uma das consequências das várias mudanças que marcaram a segunda metade do século XX. Os desastres ambientais que ocorreram entre os anos de 1960 e 1980 como o da baía de Minamata, no Japão, a acidente de Bhopal na Índia, e o acidente na usina nuclear de Chernobyl, provocaram o crescimento da conscientização da população europeia sobre os problemas ambientais. Na América do Norte o mesmo ocorreu quando houve um vazamento de petróleo do Exxon Valdez, provocando a irritação da população. Embora os danos causados tenham sido gigantescos não se pode comparar com os causados de maneira cumulativa no ambiente. Embora não existam materiais suficientes referentes a balanços ecológicos, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento econômico OECD, estimou os dados ambientais acumulados para a Europa em 4% do PNB médio de cada país (BELLEN, 2005).

A Educação Ambiental tem como principal objetivo a disseminação do conhecimento sobre o ambiente, procura ajudar à sua preservação e utilização sustentável dos seus recursos. Esse é um procedimento permanente, onde os indivíduos e a comunidade devem tomar consciência do meio em que vivem, adquirindo assim habilidades, experiências, determinação e conhecimentos que os tornem capazes de agir em busca de soluções para a problemática ambiental (SILVA, 2012).

A preocupação em preservar o ambiente foi gerada pela necessidade de oferecer a população futura as mesmas condições e recursos naturais de que dispõe a geração presente. Essa problemática que se faz constantemente presente na contemporaneidade foi abordada inicialmente na teoria econômica em 1798, por Thomaz R. Malthus. Malthus demonstra preocupação com o estrangulamento da produção de alimentos, que cresce na sua visão, linearmente, ante o crescimento exponencial da população (OLIVEIRA; LIMA, 2006).

Atualmente a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento tecnológico e econômico existente no mundo, tem estado diretamente relacionada aos modos e costumes da sociedade. Modelo este caracterizado pelo consumo exagerado de bens e serviços vinculados ao conceito da

qualidade de vida, exploração insensata dos recursos naturais e o descaso com as desigualdades sociais (LEAL, 2004).

A atual problemática revela uma ampla crise da própria civilização. Arquitetamos uma sociedade de risco e somos conferidos a geri-la. É de extrema necessidade adotar medidas que levem o ser humano a se afeiçoar a natureza, estabelecer respeito com todos os seres vivos do planeta e aprender a conviver com estes, procedendo a favor do bem e em compromisso com a vida (SILVA, 2012).

A convivência da humanidade com o Planeta tinha o intuito de crescimento, desenvolvimento e construção de uma história nas relações com a natureza e os outros seres vivos. Considerando o lado positivo desta convivência a proposta seria atender as necessidades básicas de todos os seres vivos em termos de água, alimento, abrigo, saúde e energia, porém, sobretudo no século passado, surgiram inúmeras contradições causadas pelo término sem precedentes dos recursos naturais por modos de vida destruidores, com completo descuido com o meio ambiente (CONCEITOS, 2015).

O conceito de desenvolvimento sustentável acrescenta outra extensão, a sustentabilidade ambiental à dimensão da sustentabilidade social. Ela é fundamentada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Ela nos compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço. Impelemos ainda a buscar saídas vantajosas que eliminem o crescimento errôneo obtido ao custo de ações degradadoras tanto sociais como ambientais (SACHS, 2008).

No âmbito dos negócios é possível observar uma preocupação crescente por parte das empresas no sentido de programar mudanças em seus paradigmas e modelos gerenciais, visando atender os desafios e satisfazer as exigências para a construção de um desenvolvimento sustentável planetário. Esse movimento abrange a adoção de regras austeras de conduta ética e de responsabilidade social para com suas partes interessadas sejam eles funcionários, familiares, fornecedores e o público em geral. As empresas que passarem por esse processo de modificação e conseguirem realizar mudanças corporativas que as qualifiquem e sejam percebidas como organizações sustentáveis estarão mais adequadas ao novo modelo de desenvolvimento global e melhor preparadas para operarem no futuro mercado de negócios da era da sustentabilidade (LEAL, 2004).

O movimento em torno do desenvolvimento sustentável, contra a degradação ambiental, na atualidade, é muito grande. Centenas de organizações não governamentais (ONGs) e praticamente todos os governos e órgãos oficiais do mundo lutam pelo controle da poluição e pela preservação da natureza como forma de garantir a qualidade de vida no planeta (OLIVEIRA; LIMA, 2006).

O cooperativismo contemporâneo é um exemplo socioeconômico que objetiva o crescimento econômico e o bem das comunidades onde estão

implantados. Por sua vez a sustentabilidade também prioriza os dois aspectos acima citados atrelando a eles a dimensão ambiental, baseando-se na conservação e proteção dos recursos naturais para as futuras gerações (COOPERATIVAS, 2015).

Há indícios do surgimento das primeiras cooperativas brasileiras durante o século XIX. Segundo a OCB Organização das Cooperativas Brasileiras, estima-se que o número de cooperativas ultrapasse o número de 6.500 em todo o Brasil. Os números demonstram a importância deste setor para o desenvolvimento do País e para a sustentabilidade. Presentes nas áreas como, agropecuária, comércio, habitação, educação, entre outros, injetou em 2012 cerca de oito bilhões na economia nacional somente com salários e benefícios ao trabalhador (COOPERATIVAS, 2015).

O termo sustentabilidade em geral é a capacidade de apoiar, manter ou resistir. Esse conceito tem evoluindo desde a década de 80 onde começou a abranger as dimensões ambiental, econômica e social. Outra vez as cooperativas ganham notoriedade como precursores da sustentabilidade moderna. Ao priorizarem necessidades humanas, elas contrapõem à crise de sustentabilidade atual e apresentam uma forma peculiar de valor comum (COOPERATIVAS, 2015).

Discutindo a questão do desenvolvimento sustentável Sachs (1993) aponta cinco dimensões de sustentabilidade dos sistemas econômicos que precisam ser observadas para se planejar o desenvolvimento: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. O objetivo da sustentabilidade social é a melhoria da distribuição de renda a fim de minimizar a desigualdade financeira que separa as classes sociais. A sustentabilidade econômica diz respeito ao aumento na eficiência do sistema. Sustentabilidade ecológica procura aumentar a preservação do meio ambiente sem danificar a oferta dos recursos naturais necessários à sobrevivência do ser humano. A sustentabilidade espacial refere-se ao equilíbrio da população rural e urbana assim como, uma melhor divisão territorial de atividades econômicas e assentamentos humanos. A sustentabilidade cultural tende a promover uma modificação no comportamento humano que visa um modelo de vida que diminua o consumo de produtos geradores de impactos ambientais (OLIVEIRA; LIMA, 2006; SACHS, 2008).

Segundo o relatório “Perspectivas da População Mundial: Revisão de 2012”, somente por meio do desenvolvimento agrícola sustentável seremos capazes de superar os desafios demográficos e atender a crescente demanda mundial por alimentos, fibras e energia (AS COOPERATIVAS, 2015).

Um dos objetivos para a década é posicionar as cooperativas como construtoras de sustentabilidade. O setor cooperativo tem de comprovar ao mundo que a sustentabilidade é parte essencial de sua natureza. A ONU atualmente está definindo algumas metas para o período pós 2015 intitulados “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”. O movimento cooperativo atinge 1 milhão de pessoas em todo o mundo através desta visão buscam ser parceiros importantes para este desenvolvimento (COOPERATIVAS, 2015).



A sustentabilidade tem recebido grande destaque devido a crescente conscientização da necessidade de melhoria nas condições ambientais, sociais e econômicas, visando aumentar a qualidade de vida da sociedade, preservando o meio ambiente. A sustentabilidade nos negócios tem como pilares as pessoas, o planeta e o lucro. As pessoas remetem à dimensão social, o planeta o ambiente e o lucro à economia. Quando esses três pilares forem estabelecidos será possível obter lucro com sustentabilidade (SILVA, 2012).

Diante deste cenário, a sustentabilidade empresarial deve ser vista como uma oportunidade de novos negócios para as empresas. Pois, conciliar o progresso econômico, equidade social e preservação ambiental podem gerar bons dividendos (ZAMBON; RICCO, 2009).

Sabendo disso é de extrema importância que sejam realizados estudos que promovam a sustentabilidade e educação ambiental em empresas, tanto públicas como privadas, a fim de promover ações mais sustentáveis de toda população empresarial.

Pensado nisso esse trabalho visa a implantação de uma proposta de educação ambiental em uma cooperativa, buscando a conscientização dos funcionários da associação sobre a consequência de cada ação realizada no dia-a-dia dentro do local de trabalho. Torná-los conscientes quanto aos problemas ambientais gerados por determinadas ações e estimulá-los a buscar alternativas e soluções para minimizar ou acabar com estes problemas.

## **MATERIAIS E MÉTODO**

A associação analisada compreende uma cooperativa agrícola, conforme FIGURA 1, localizada em uma pequena cidade do Estado de Santa Catarina, Bom Jesus, a qual se encontra na região Oeste do estado e contém aproximadamente 2.770 habitantes. As principais culturas econômicas do município são o milho, soja, feijão, trigo e o fumo. A pecuária caracteriza-se pela produção leiteira dos pequenos agricultores. O armazenamento da produção agrícola é feito em cooperativas e outras empresas privadas (PORTAL DO MUNICIPIO DE BOM JESUS).

A coleta dos dados da empresa foi realizada em forma de questionário contendo perguntas objetivas e descritivas relacionadas aos gastos permanentes da empresa, como por exemplo, os de luz e água, além do uso dos materiais permanentes e consumo dos não permanentes.



FIGURA 1 - Cooperativa agrícola de Bom Jesus.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A cooperativa possui três funcionários, considerada, portanto uma empresa de pequeno porte, no entanto, há um fluxo semanal de cerca de 60 pessoas, aumentando consideravelmente alguns custos, como por exemplo, o de água, energia elétrica e copos plásticos. O gasto médio mensal com energia elétrica é de aproximadamente R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), embora nos meses de novembro e fevereiro haja um acréscimo de aproximadamente 45% por conta do uso do ar condicionado, o qual possui 12 BTU's de potência.

Ressalta-se que a empresa possui cinco cômodos incluindo o banheiro; quando o ar condicionado é utilizado as portas entre as dependências ficam abertas para aumentar o fluxo de ar, seja ele quente ou frio. Isso faz com que o equipamento gere mais energia para manter a temperatura do ambiente condicionada, aumentando também o gasto de energia.

Já o consumo mensal de água corresponde a um valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), totalizando aproximadamente R\$ 600,00 (seiscentos reais) durante um ano. O papel consumido é do tipo A4, sendo utilizada cerca de 1000 folhas durante ao mês, correspondendo um gasto anual de aproximadamente 12.000 folhas.

O lixo é separado apenas em lixo seco de úmido, e os produtos de limpeza utilizados pela cooperativa todos contém expedição da ANVISA. As lâmpadas usadas não são lâmpadas econômicas, acarretando em um gasto maior de energia. Outra pergunta interessante feita à empresa, refere-se ao desligamento do computador na hora do almoço, hábito esse que não se tem na cooperativa.

A questão ambientalista empresarial cresceu muito desde a década de 90, Layrargues (2000) em um de seus trabalhos aponta que, “hoje o setor empresarial possui membros considerados como os amigos do verde”. Com base nessa, e em outras literaturas, se propôs a empresa mudanças que refletirão a redução de gastos, e a diminuição dos impactos ambientais.

A proposta de educação ambiental que é apresentada à empresa implica uma mudança de atitudes dos funcionários, cooperados e demais frequentadores dessa cooperativa. Essas medidas seriam de fácil emprego, podendo ser empregadas em qualquer outro estabelecimento seja ele comercial ou não, uma vez que são poucos os funcionários, tornando mais preciso esse trabalho dentro da empresa.

Dentre as propostas de mudança de hábitos encontra-se o de desligar o computador na hora do almoço, o que refletirá em uma redução de aproximadamente 60kwh, diminuindo não somente o valor econômico como a emissão de CO<sub>2</sub> na atmosfera. As lâmpadas de LED consomem em torno de 60% menos energia que as convencionais, o que implicaria numa redução de energia considerável a empresa. As torneiras utilizadas pela cooperativa seriam trocadas por torneiras economizadoras que chegam a reduzir em até 55% do consumo com água em relação às convencionais. Os copos plásticos substituídos por canecas, como forma de incentivo, a empresa pode personalizar as canecas com o logo da empresa, como mostrado na FIGURA 2.

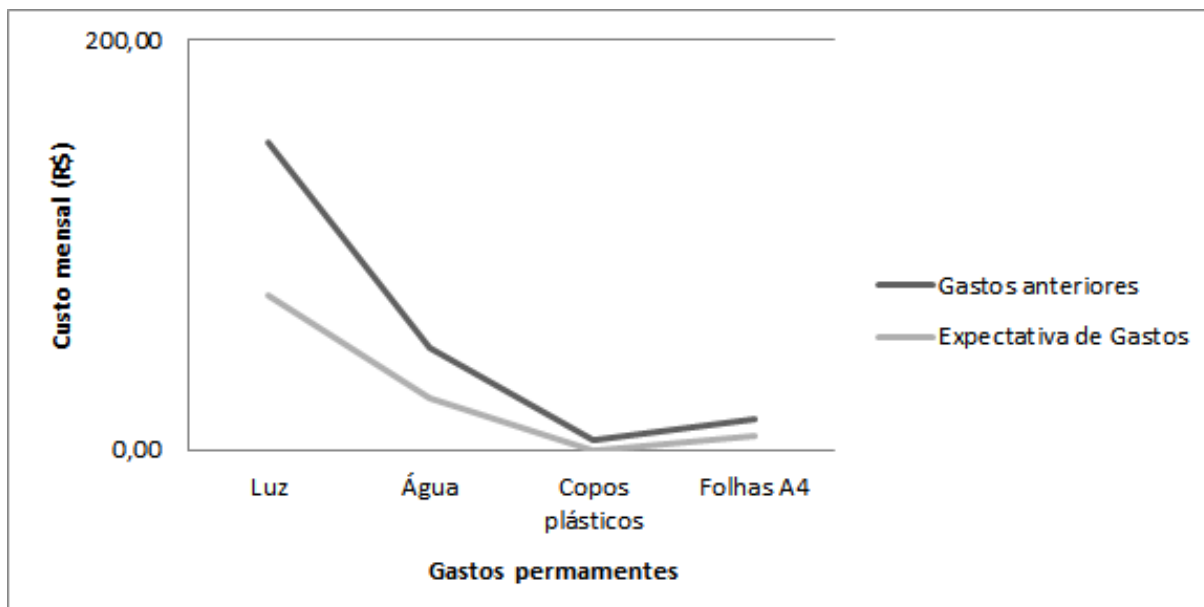


FIGURA 2 - Relação de gastos da cooperativa e expectativa de gastos após as mudanças propostas.

Os copos plásticos reduziriam de 1200 ao ano, para zero com o uso das canecas. Utilizar mais e-mail seria uma forma de reduzir o consumo de papel A4, além de reaproveitar as folhas que seriam jogadas no lixo, fazendo bloquinhos de papel. Adotando todas essas medidas a empresa teria uma economia de quase 50% em seu orçamento, o impacto ambiental causado pela

cooperativa reduziria consideravelmente, tornando essa empresa mais sustentável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ambiental é um trabalho que tende a ser contínuo dentro da instituição, dessa forma será possível transformar esta cooperativa em um local consciente com os problemas ambientais e com a sustentabilidade do planeta. A redução dos gastos financeiros da cooperativa, fez com que funcionários e cooperados percebessem quão seria vantajoso implantar as propostas apresentadas à empresa.

O impacto ambiental causado pela cooperativa será reduzido, trazendo benefícios não somente a clientela da cooperativa, mas para toda comunidade da cidade de Bom Jesus. Ressalta-se que este tipo de trabalho deve ser incentivado em todos os tipos de instituições, além de ser viável e de fácil realização, os benefícios gerados por tais atitudes são imensuráveis e duradouros.

## REFERÊNCIAS

**As cooperativas e o desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <<http://www.envolverde.com.br/noticias/as-cooperativas-e-o-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 10 set. 2015.

**Cooperativas conquistam desenvolvimento sustentável para todos.** Disponível em: <<http://www.uniodontopiracicaba.com.br/cooperativas-conquistam-desenvolvimento-sustentavel-para-todos/>>. Acesso em: 10 set. 2015.

LAYRARGUES, P. P. Sistemas de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa–meio ambiente no ecocapitalismo. **RAE - Revista de Administração de Empresas.** São Paulo. Jun. 2000.

LEAL, C. E. **A Era das Organizações Sustentáveis.** Universidade Castelo Branco, 2004. Disponível em:<<http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoco/files/08/04.pdf>> Acesso em: 09 set. 2015.

MUNICIPIO DE BOM JESUS. Disponível em: <<http://www.bomjesus.sc.gov.br/>> Acesso em: 11 set 2015.

OLIVEIRA, G.B.; LIMA, J. E .S. **O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar.** 1ed. São Paulo: Annablume, 2006.



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SILVA, D. B. Sustentabilidade no Agronegócio: dimensões econômica, social e ambiental. **Comunicação e Mercado** – UNIGRAN. vol. 01, n. 03, p. 23-34. 2012. Disponível em:<  
<http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/3/3.pdf>> Acesso em: 13 set. 2015.

SILVA, D. G. A importância da educação ambiental para a sustentabilidade. **Faculdade Estadual de Educação**, Ciências e Letras de Paranavaí. São Joaquim, 2012.

**Vamos cuidar do brasil : conceitos e práticas em educação ambiental na escola**.v.216. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. Disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

VARGAS, M. Questão ambiental e educação: Contribuições para o debate. **Ambiente & Sociedade**. Ano II - No 5 - 2o Semestre de 1999.

ZAMBON, B. P.; RICCO, A. S. **Sustentabilidade Empresarial: Uma Oportunidade para Novos Negócios**. 2009. Disponível em:<  
[http://www.craes.org.br/arquivo/artigoTecnico/Artigos\\_Sustentabilidade\\_Empresaria\\_Uma\\_oportunidade\\_para\\_novos\\_negciosl.pdf](http://www.craes.org.br/arquivo/artigoTecnico/Artigos_Sustentabilidade_Empresaria_Uma_oportunidade_para_novos_negciosl.pdf)>

## AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO BRASIL: EM ANÁLISE A META 8 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Silvane Lopes<sup>6</sup>

Yedda Lemos Sperotto<sup>7</sup>

Allan Andrei Steimbach ([allan.steimbach@ifpr.edu.br](mailto:allan.steimbach@ifpr.edu.br))<sup>8</sup>

**Resumo:** A educação é um direito reconhecido e para que ele seja garantido é preciso que esteja inscrito em lei de caráter nacional. O contorno legal indica os deveres e as proibições, segundo Cury. Com base nos autores Araújo, Cury e Oliveira, estudaremos neste artigo a Meta 8 do Plano Nacional da Educação (PNE) e a Lei 13005/14, cuja finalidade é proporcionar o acesso ao ensino a todos. O direito à educação estabelece relação com a obrigação do indivíduo perante suas necessidades, pois a lei garante o acesso à instituição de ensino, mas não a qualidade do mesmo. Em busca da diminuição do analfabetismo entre adultos o governo criou vários programas que sucedeu o aumento expressivo no número de matrículas no Brasil, mas o problema com qualidade nas escolas permaneceu de maneira preocupante, incluindo em seu contexto a desigualdade social e política, ou seja, os resultados determinados pelos programas governamentais não garantem ao indivíduo boa qualidade no âmbito escolar. Portanto são previstas estratégias na qualidade de ensino que visam melhorar a educação no país.

**Palavras-chave:** Desigualdade; direito à educação; qualidade.

### Introdução

No Brasil, por ser um país colonizado, o direito à educação é algo que se expandiu lentamente. O país conviveu e ainda convive com grandes desigualdades sociais, preconceitos e discriminações, sendo assim a educação demorou em ser significativa para a sociedade. Conforme Cury (2002), a pirâmide educacional brasileira acompanha a pirâmide da distribuição de renda e riqueza.

A educação é um direito reconhecido, portanto ela deve ser garantida e o primeiro passo para que isso aconteça é que esse direito esteja inscrito em lei de caráter nacional. No caso do Brasil é imprescindível a declaração do direito da educação, devido à tradição elitista que reservam somente para as classes privilegiadas a esse acesso. A educação deve ter como pressuposto o ensino básico de qualidade e não deve reproduzir de diferenciação e exclusão social. De acordo com Cury (2002), o acesso à educação é uma abertura que

<sup>6</sup> Acadêmica do curso de Letras do IFPR – Campus Palmas.

<sup>7</sup> Acadêmica do curso de Letras do IFPR – Campus Palmas.

<sup>8</sup> Professor do Colegiado de Pedagogia do IFPR – Campus Palmas.



dá ao indivíduo a capacidade de se reconhecer como capaz de opções e neste contexto a educação é relatada como oportunidade de crescimento cidadão.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O direito tem relação mútua com a obrigação, pois as pessoas têm o direito à educação, mas em consequência elas têm a obrigação de ir à escola onde ricos e pobres são postos em um mesmo plano, diminuindo assim a liberdade. A lei que garante o direito a educação é do final do século XIX e início do século XX. A Constituição Federal de 1988 e sua alteração pela emenda constitucional nº14 de 1996, diz respeito ao direito à educação e a garantia do acesso e permanência no ensino fundamental, garantindo também um padrão de qualidade. Nos dias atuais praticamente todos os países garantem através de Leis o direito ao acesso e permanência à educação escolar. Para Cury (2006):

A educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania e tal princípio é indispensável para a participação de todos nos espaços sociais e políticos e para (re)inserção qualificada no mundo profissional do trabalho.

A constituição federal de 1988 garante ao povo brasileiro o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça com valor supremo a todos, deste modo constitui-se em Estado democrático os direitos estabelecidos por lei ao cidadão brasileiro conforme Araujo e Oliveira (2004).

A constituição Federal de 1988 assinalou uma perspectiva mais universalizante dos direitos sociais e avançou na tentativa de formalizar, do ponto de vista do sistema jurídico brasileiro, um Estado de bem-estar social numa dimensão inédita em nossa história.

Nesse contexto o direito à educação, se estabelece no Brasil, que toma como exemplo outros países. Todo modo, o direito a educação vem se expandindo no território brasileiro em busca de uma perspectiva de ampliação dos direitos civis, políticos e sociais. Contudo, hoje se coloca em questão junto ao direito à educação escolar o direito às diferenças que abrange gênero, etnia e credo, nestes casos é preciso fazer a defesa à igualdade como princípio de cidadania do indivíduo, porém há de se estabelecer a diferença humana de qualquer pessoa ao Estado democrático. Em um momento em que a educação igualitária passa a ser prioridade, tornando-se um direito de todos declarado e

garantido pelo Estado, é fundamental que o indivíduo-cidadão tenha seu direito público subjetivo perante a sociedade. Com isso o indivíduo dá abertura a uma autoconstrução, dando acesso a oportunidades de crescimento a si mesmo, podendo assim ter direito a uma educação escolar de qualidade como direito à cidadania humana.

### Material e métodos

Faz-se uma análise qualitativa da Meta 8 do PNE a partir dos autores Araújo e Oliveira. Eles consideram o significado da palavra qualidade abrangente, no Brasil a mesma foi verificada em três formas no que se refere à qualidade da educação:

- a) A primeira, em que a qualidade é determinada pela insuficiente oferta de ensino, como exemplo na década de 1920 em que mais de 60% da população brasileira era analfabeta, em 1940 teve início um processo de extensão de oportunidades ao acesso a escolarização, acesso esse concedido por intermédio de construção de mais escolas, mas sem qualidade do ensino oferecido, pois a mesma não havia sido preparada para receber essa nova demanda.
- b) A segunda foi observada pelas disfunções no fluxo, ou seja, ao número de alunos que progridem dentro do sistema de ensino, que é conhecido a partir da comparação entre a entrada e a saída de alunos. Por exemplo, se a saída da fase em que o aluno encontrava-se matriculada para a próxima fase fosse muito pequena, o colégio era considerado de baixa qualidade. Apesar do aumento expressivo do número de matrículas no Brasil, ele chega ao final da década de 80 com um grande número de repetentes, ou seja, ficou de fácil acesso o Ensino Fundamental, mas permaneceu difícil conseguir concluí-lo. A partir daí surge o combate à reprovação e emerge assim outro problema, pois os índices de aprovação deixam de ser uma medida considerada adequada para a averiguação da qualidade.
- c) A terceira forma de qualidade, que é a generalização de sistemas de avaliação, em que a qualidade é indicada por meio de testes padronizados em grande escala, nos moldes do Sistema Nacional de Avaliação e Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Exame Nacional de Cursos. Essa forma ainda encontra resistência entre os profissionais da educação, pelo fato de se pensar a qualidade como medida.

Deste modo, categorizamos as estratégias contidas na Meta 8, pelas perspectivas de qualidade contidas nos itens b e c.

## Resultados e discussão

Quando estratificamos a população brasileira, percebemos que a cidade ou o campo, a população branca ou negra, pobre ou rica e das diferentes regiões trazem realidades muito diferentes, aumentando a desigualdade educacional no país. Em relação ao Ensino Fundamental os resultados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), mostram que apesar da ampliação do acesso às escolas ainda existe uma elevada desigualdade regional, por exemplo, no ano 2010 a taxa de repetência nacional era de 10,3%, enquanto nos estados da região Sul era de 10,4%, a região Sudeste que é a mais populosa, apresentava o índice de 7,9%, enquanto que na região Centro-oeste o índice estava em 9,3%, nos estados da região Norte 11,8%, já na região Nordeste apresentava-se o índice em 12,9%. Para alguns setores da sociedade, o direito à educação enfrenta uma série de obstáculos, tendo como consequência grandes diferenças na escolaridade da população.

Como uma das tentativas de reverter essa realidade foi homologada a Meta 8, do PNE (Plano Nacional da Educação), aprovado pela Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. De acordo com essa Lei a meta 8 procura:

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A meta 8 define um objetivo preciso em relação ao tempo de anos de estudos, deixando claro a necessidade e a urgência do País na busca de tentativas para reduzir as desigualdades sociais e regionais, tendo como propósito dessa busca a educação acessível a todos. Com base nos últimos dados apresentados pelo Observatório do PNE em 2013, observamos que a população de 18 a 29 anos de idade, que é a faixa etária abrangente pela meta 8, era de 7,9 anos para a população do Campo; de 8,1 anos para os 25% mais pobres; de 9,2 anos da população negra e de 9 anos para a região de menor escolaridade, população que se concentrava na região Nordeste, lembrando que a meta a ser atingida para o ano de 2.024 é de 12 anos estudados para cada um desses grupos

Sobre a região Nordeste podemos constatar que é uma região que necessita ser observada com atenção. Segundo Sada, tendo como base o Censo de 2010:

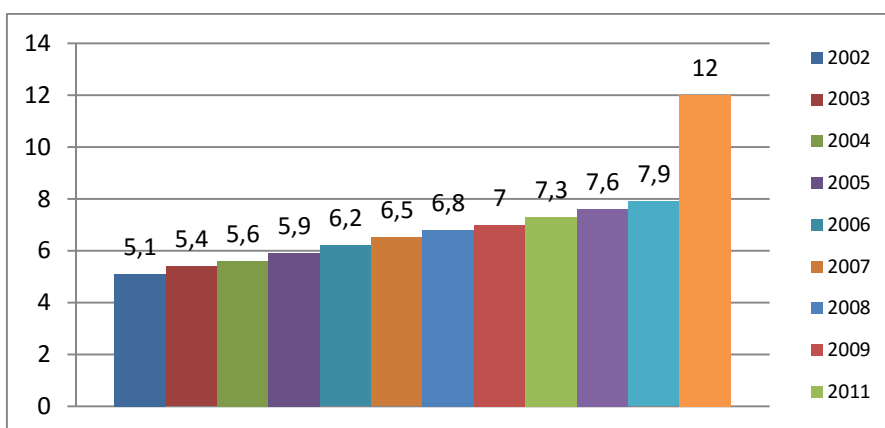
O Nordeste acaba sobrepondo uma série de vulnerabilidades que são abordadas pelo PNE. Além de concentrar a maioria da população rural, o nordeste também concentra cerca de 60% das pessoas em situação de

pobreza extrema do país. O Nordeste é também a região com mais negros proporcionalmente: quase 10% dos nordestinos se consideram negros.

O PNE pressupõe que a escolaridade média entre os negros e os não negros seja igualada. Na faixa etária entre os 18 e 19 anos, os da população negra tem cerca de nove anos de estudo enquanto a branca chega a 10,6. Esta diferença se dá pela desigualdade racial existente no Brasil.

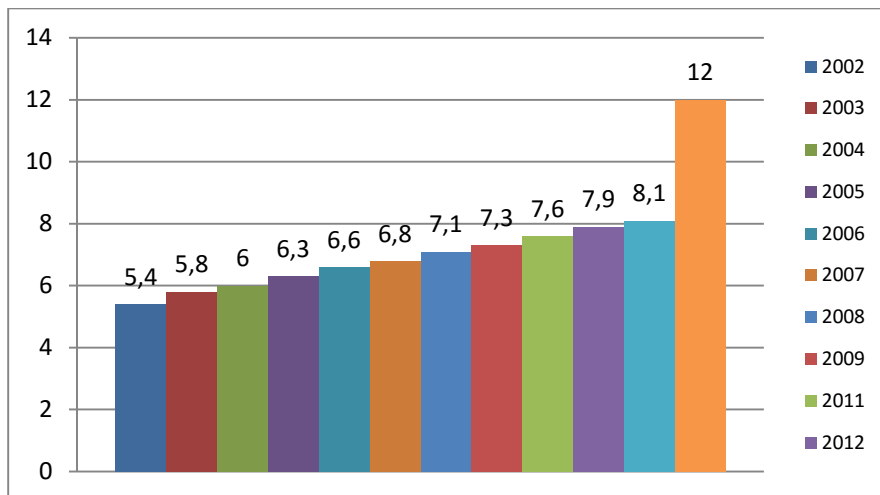
A meta 8 aborda a desigualdade no acesso escolar das populações mais vulneráveis, representaremos a seguir mediante gráficos os anos estudados de cada população incluída na meta. Com base nos dados do Observatório do PNE, em que o indicador é calculado com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). No cálculo consideram-se os anos de estudo da população entre 18 e 29 anos, independentemente das etapas de ensino. Os 12 anos estudados mencionados na meta correspondem ao número de anos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, isso não quer dizer que esses 12 anos correspondem realmente a este período. Pois a forma de coleta de dados somente se refere ao total de anos estudados podendo ser inclusos outras etapas do ensino como a Educação Infantil, Ensino Profissional e a Educação Superior.

O gráfico abaixo representa a população do Campo, que em 11 anos apresentou um aumento de 2,8 anos de estudos. Se continuar no mesmo ritmo de crescimento, chegaremos ao ano de 2024, em 10,7 anos estudados, não alcançado o objetivo estabelecido pela meta.



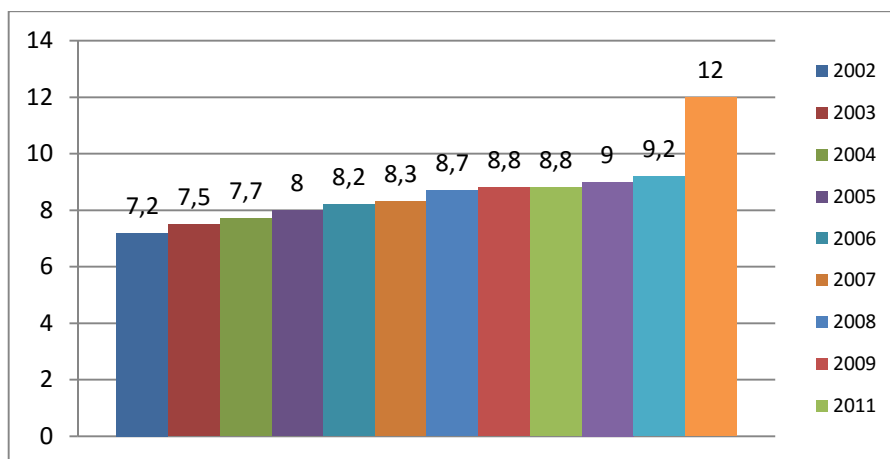
FONTE: Observatório PNE.

Ainda nos referindo à meta, mas agora com foco na a população de menor renda, ou seja, na população 25% mais pobre do país registrou um aumento de 2,7 anos estudados no mesmo período. Para que a meta de doze anos seja alcançada em 2024 precisamos de um crescimento de 3,9 anos a partir do ano 2014 até 2024.



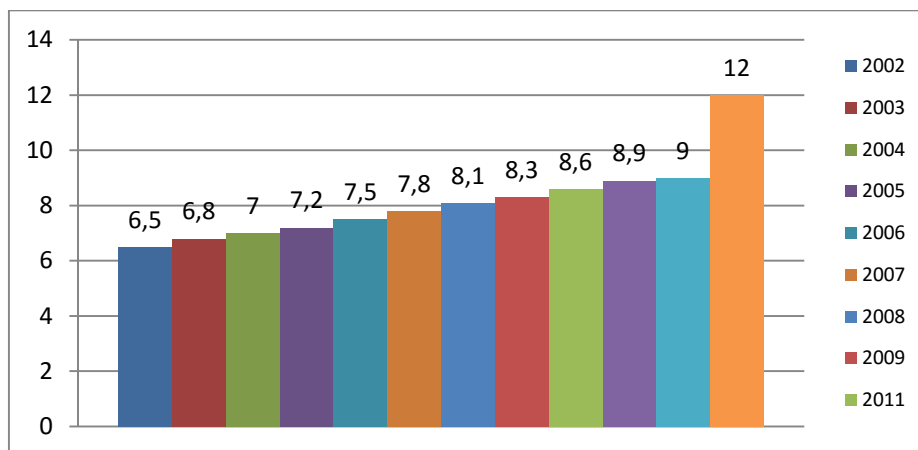
FONTE: Observatório PNE.

Quando nos referimos à população negra relatamos um crescimento de 2 anos estudados no decorrer de onze anos. A meta estabelecida para 2024 é de 12 anos de estudos e para que isso aconteça deve ocorrer um aumento de 2,8 anos de estudos.



FONTE: Observatório PNE.

O grupo com menor escolaridade no Brasil acrescenta um desafio ao seu controle em razão que essa região pode mudar ao longo do tempo. De acordo com dados do observatório do PNE, no ano de 2013 a região com menor escolaridade correspondia ao Nordeste. Que apresentou um aumento de 2,5 anos no mesmo período, caso continue no mesmo ritmo em 2024 faltaria 0,5 anos de estudo para que a meta fosse alcançada.



FONTE: Observatório PNE.

Existem alguns programas realizados pelo MEC que ajudam na tentativa de alcançar os objetivos da Meta 8. Podemos verificar alguns desses programas no Portal do Mec. Citaremos abaixo dois desses programas:

- A. O Programa Brasil Alfabetizado voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é voltado para o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste.
- B. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) juntamente com os sistemas de ensino exercem políticas educacionais nas áreas de alfabetização, educação de jovens e adultos, educação ambiental e em direitos humanos, educação especial, do campo, indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais. O objetivo é colaborar para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas.

Em busca do aumento dos anos estudados formula-se a emenda constitucional 59 de 2009, que ampliou o ensino obrigatório. Segundo Sada, a partir do ano de 2016, todos entre 4 e 17 anos devem estar matriculados na escola e o Estado deve garantir a oferta de vagas desde o ensino infantil até o médio, recordamos que a meta 8 busca atingir em média doze anos estudados o que faz com que os municípios e estados brasileiros se sintam desafiados. Mas, somente o aumento dos anos da educação obrigatória e a oferta de vagas não bastam precisa-se olhar atentamente a qualidade do ensino ofertado.

Dentre as estratégias previstas para atingir essa meta, consideramos que todas elas estão voltadas para a segunda forma de qualidade, referente ao fluxo, afirmamos isso com as seguintes passagens das estratégias: 8.1



objetiva-se institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo; 8.2 fomentar programas de educação de jovens e adultos; 8.3 garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio; 8.4 fomentar a expansão da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica; 8.6 fortalecer acompanhamento e monitoramento de acesso à escola, identificando motivos de ausência e baixa frequência e o item 8.7 promover a busca ativa de crianças fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais.

Podemos analisar dentre as estratégias o reforço de itens que interferem direta e indiretamente com relação ao fluxo, iniciativas para acesso e permanência na escola, objetivando aumento ao número de matrículas nos estabelecimentos de ensino, frequência e permanência escolar. A questão da qualidade no aprendizado acaba ficando de lado, pois a mesma é mencionada somente na estratégia 8.5 em que é posta a frequência escolar como uma maneira de apoio a aprendizagem.

### Considerações Finais

A educação escolar é um direito previsto por lei e deve estar ao alcance de todos independente de raça, classe social, local onde reside ou até mesmo da idade. Para que isso ocorra foram homologadas diversas leis, entre elas a Meta 8 e as estratégias da educação que podem ser constatadas nos documentos do PNE. Essa meta prevê o direito para as pessoas que não puderam concluir o Ensino Médio e Fundamental dentro do prazo estipulado. A meta é apresentada dentro do padrão de qualidade de fluxo que se preocupa basicamente com o número de alunos matriculados nas escolas e não tendo cuidado com a qualidade de ensino aprendizagem ofertada para esses alunos. Em análise a essa meta observa-se que pode ser mais importante a quantidade de alunos na escola do que a qualidade do ensino aplicada.

### Referências

ARAUJO, G. C.; OLIVEIRA, R. P. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.28, p. 5-23, jan./fev./mar./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a02n28.pdf>>. Acesso em: 19 de jan. 2016.

BRASIL. **IPEADATA**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 21 de jan. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Planejando a próxima década**. Construindo as Metas. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>>. Acesso em: 20 de jan. de 2016.

\_\_\_\_\_/ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Brasil Alfabetizado – Novo**. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17457&Itemid=817](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17457&Itemid=817)>. Acesso em: 20 de jan. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Pronacampo**. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=18720&Itemid=817](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18720&Itemid=817)>. Acesso em: 20 de jan. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=290&Itemid=816&msg=1](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816&msg=1)>. Acesso em: 20 de jan. de 2016.

\_\_\_\_\_. Planejando a próxima década. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Disponível em:

<[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)>. Acesso em: 22 de jan. 2016.

CONGRESSO NACIONAL. **Projeto de Lei nº de 2010**. Estabelece o Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2011-2020. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7116-pl-pne-2011-2020&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7116-pl-pne-2011-2020&Itemid=30192)>. Acesso em: 22 de jan. 2016.

CURY, C. R. J. Direito à educação: Direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245-262, jul. 2002. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14405.pdf>>. Acesso em: 19 de jan. 2016.

CURY, C. R. J. **O direito à educação**: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. [2006]. Disponível em:

<<http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf>>. Acesso em: 27 de jan. de 2016.

FREITAS, E. **IDH, Escolarização no Brasil**. Disponível em:

<<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/idh-escolarizacao-no-brasil.htm>>. Acesso em: 20 de jan. de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Séries históricas e estatísticas. Disponível em:

<<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=M101&amp%3bt=taxa-de-aprovacao>>. Acesso em: 22 de jan. de 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS  
ANÍSIO TEIXEIRA. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. 2015. Disponível em:  
<<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/1362>>. Acesso em: 21 de jan. de 2016.

Jusbrasil. Art. 205 da Constituição Federal de 88. Disponível em:  
<<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/1241734/artigo-205-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 27 de jan. de 2016.

OBSERVATÓRIO DO PNE. Disponível em:  
<<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/8-escolaridade-media/indicadores>>. Acesso em: 20 de jan. de 2016.

\_\_\_\_\_. Escolaridade média. Disponível em:  
<<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/8-escolaridade-media/indicadores#escolaridade-media-da-populacao-de-18-a-29-anos-campo>>. Acesso em 23 de jan. de 2016.

SADA, J. **Desvendando o PNE:** superação de desigualdades históricas é alvo do Plano. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/noticias/desvendando-pne-superacao-de-desigualdades-historicas-e-alvo-plano/>>. Acesso em: 22 de jan. 2016.

## AS DIVERSAS CONCEPÇÕES QUANTO A COMPETÊNCIA DOS MAGISTRADOS: APLICADORES OU CRIADORES DO DIREITO?

Luana Isabel Reis Oliveira (llu\_reis@hotmail.com)  
Regina Martinello Gonçalves Lins (reginamglins@outlook.com)  
Francieli Maria de Lima ([francieli.lima@ifpr.edu.br](mailto:francieli.lima@ifpr.edu.br))  
Instituto Federal do Paraná-Palmas/PR

**Resumo:** Partindo da premissa de que todos estão submetidos ao campo da ética através de seus princípios e valores, pode-se concluir que todos possuem ética, pois a mesma é composta por um conjunto de tais princípios e valores, de forma coletiva ou individual. A ética no direito é um assunto muito debatido por filósofos e autores. Os juízes, em sua função são a representação do Estado, e são regulados pelo Código de Ética da Magistratura, onde presa-se características, como a imparcialidade, transparência, dignidade e honra, ou seja, fatores que visam a Segurança Jurídica, com o propósito de guiar e assim aperfeiçoar o serviço público de administração da Justiça, dessa forma, abre-se a possibilidade para que seja debatido pelas mais diversas concepções e pensamentos. Como o que ocorre quanto ao campo da autonomia e da competência dos magistrados, uma vez que, juramentados e agentes éticos, alguns pensadores afirmam que tais possuem competência apenas para aplicar o direito, contrariamente a outros, crentes que a competência do magistrado ultrapassa a de um aplicador de leis e passa até mesmo a ser criador delas, agindo de certa forma, como um legislador. Logo, o campo de atuação do magistrado está sempre posto à prova, exposto em uma linha do tempo e sempre questionado quanto à sua imparcialidade e em qual nível poderia ter um maior grau de competência ou não. O ato do magistrado de interpretar uma norma põe sua capacidade e imparcialidade em desconfiança, além de contrariar afirmações de que o juiz não deve opinar, e de certa forma, cumprir a lei positivada, sem questioná-la. Tal afirmação pode ser comparada com a aplicação e interpretação do direito contemporâneo, onde a interpretação da norma é realizada dia após dia, resguardando a mais ampla gama de direitos dos indivíduos. De qualquer maneira, a ânsia por certa forma de justiça, vezes confundida pelo desejo de vingança, pode ser notada em qualquer tempo ou civilização, e parte da questão ética de cada magistrado é garantir, que, de forma humanitária, o direito seja aplicado e garantido a todos de forma fundamental a sua existência.

**Palavras-chave:** Magistratura. Segurança. Autonomia. Ética.

**Abstract:** Based on the premise that everyone is subjected to the field of ethics through its principles and values, we can conclude that every person has ethics, since this is a whole of principles and values of a group or an individual. The

ethics at Law is a subject largely debated by philosopher and authors. The judges, when exercising their office, are the personification of the State and are ruled by these principles and values, being esteemed characteristics such as impartiality, transparency, dignity and honor, factors that intend to guarantee the Legal Certainty, with the purpose to guide and then to improve the public service of Justice administration. Thereby, rises the possibility of debate, by many renowned authors, about the magistrates' field of autonomy and competence, once that, sworn and ethics agents, some authors affirm that the magistrates have competence only to apply the law, contrary to others, defenders of the position by which the magistrate's competence goes beyond that of a law applicator, even a creator of them.

**Keywords:** Magistrature. Security. Autonomy. Ethics.

## 1 Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a ética do magistrado, estudando autores que marcaram o direito ao longo da história e contribuíram para a questão, como Aristóteles, Montesquieu, Hans Kelsen e Ronald Dworkin.

Ao abarcar o assunto sobre a competência dos magistrados, deve-se ter em mente as mais diversas teses e concepções, que buscam como máxima, o melhor desempenho possível dos magistrados tanto na Common Law quanto no Civil Law, estes os maiores sistemas jurídicos atuais. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, dá maior liberdade para o juiz, permitindo uma maior autonomia nas decisões do Judiciário, aceitando a analogia e a equidade, assim conduzindo as decisões para tornarem-se mais justas, democráticas e efetivas presando pelos Direitos Fundamentais e Humanos, fundados na dignidade da pessoa humana e da realidade social em que sua decisão se aplica. Como afirma Calamandrei: “Não basta que os magistrados conheçam com perfeição as leis [...] seria necessário que conhecessem igualmente a sociedade em que essas leis devem viver” (1995. p. 183).

A meta desta análise é expor as dificuldades que os juízes enfrentam em seu cotidiano ao tratar de casos onde há uma lacuna na lei e obrigado por sua função a decidir tais conflitos. Cabe então o principal enfoque deste artigo, que é refletir e considerar qual a melhor maneira de se decidir um processo onde a lei não é explícita, bem como se compete ao juiz ponderar entre as possibilidades da decisão e se tal ato o faz transcender de um aplicador do direito tornando-o um criador de direitos.

## 2 Aporte teórico

Já dizia Sócrates: “Há quatro características que um juiz deve possuir: escutar com cortesia, responder sabiamente, ponderar com prudência e decidir imparcialmente” (*apud* ANDRADE, 2007, p. 9.). O grande filósofo ateniense já

definida com generalidade as principais posturas que os magistrados deveriam seguir, conceito ainda aceito nos dias atuais, independente de qual sistema jurídico seja discutido, porém, não sem encontrar alguns desafios.

Ética Profissional é o juramento do indivíduo que concluiu a sua formação em nível superior, que se compromete com a categoria profissional. (GLOCK, *et al*, 2003, p. 1). Para Mario Sergio Cortella (2009, p. 105) a ética como um conjunto de princípios e valores de conduta que um indivíduo ou um grupo tem. O ser humano não é movido por instinto, como os animais, ele age por reflexão, por decisão, por juízo. A ética é o que faz a fronteira entre o instinto e o que o homem decide, pois é um conjunto de princípios e valores da conduta humana que orienta a capacidade de decidir, julgar e avaliar. A ética pressupõe liberdade e é característica humana. O autor afirma ainda que “quem tem princípios e valores para decidir, avaliar e julgar está submetido ao campo da ética” (2019, p. 109).

Os sistemas jurídicos dominantes, Common Law e Civil Law, possuem raízes distintas, sendo que o Common Law deriva do direito anglo-saxão, (FRAGA, 2012) e tem como fonte primária a Jurisprudência, portanto é um sistema pragmático formando o direito através de decisões jurisdicionais, ou seja, o direito nasce com base na experiência (PORTO, 2012). Já o Civil Law tem tradições romano-germânica, adotada em vários países europeus, e também de toda América Latina colonizada por portugueses e espanhóis, tendo como fonte primária as leis e por fim a atuação do direito objetivo, pois nesse sistema, os juízes são subordinados à lei, sendo chamados de “boca da lei”, expressão usada por Montesquieu para justificar tal ideia. (GRECO, 2009, p. 03).

Além das divergências que existem entre o sistema de Civil Law e Common Law quanto a sua origem e sua aplicabilidade, muito se discute sobre a “Segurança Jurídica” nesses sistemas. Ponto crucial em toda decisão jurídica, tal discutida por diversos autores, sociólogos ou juristas, que em suas obras, expõem como os debates jurídicos devem ser tomados, qual é a função e quanta autonomia deve ser garantida aos magistrados que devem agir de forma ética e protetora de direitos em sua atuação.

Apesar de suas distinções, há de reconhecer as semelhanças entre os sistemas Common e Civil Law. De acordo com Prado:

Nenhum juiz americano poderia negar seriamente a autoridade do precedente. Os juízes da civil law, por sua vez, também levam em conta a jurisprudência no momento de decidir, embora não se sintam, nem de longe, tão obrigados quanto os juízes da common law. (2012, p.1)

Ao se pensar sobre a ética na magistratura, deve-se levar em consideração muitas questões, inclusive, qual é a função do magistrado na sociedade, e qual a sua competência. Ou seja, o magistrado cria leis ou apenas às aplica?



Para, Montesquieu, o juiz deve apenas aplicar o direito, e não criá-lo. Segundo ele, o Poder Judiciário não passava de um mero executor de leis, além de qualificar os juízes como meros seres inanimados e que não teriam a autonomia para medir a força ou o rigor da lei (2001, p. 78). Porém não deve se esquecer de que Montesquieu partiu para essa interpretação através de uma visão totalmente política e não jurídica. Ele tinha em mente a restrição máxima da liberdade dos magistrados para que houvesse a preservação da segurança jurídica bem como para se ter um parâmetro, para que se evitasse a arbitrariedade do poder do juiz (LEAL, 1999).

Além disso, Montesquieu afirmava que a opinião do juiz deveria ser nula, de tal forma que não interferisse na aplicação da lei:

Mas, se os tribunais não devem ser fixos, os julgamentos devem sê-lo a tal ponto que nunca sejam mais do que um texto preciso da lei. Se fossem uma opinião particular do juiz, viveríamos em sociedade sem saber precisamente os compromissos que ali assumimos. (2001, p. 78).

Em contraposto, para o jurista positivista Hans Kelsen, a lei é como uma ferramenta essencial capaz de fazer justiça e o juiz é um “refém da legalidade escrita”, não podendo criá-la, bem como somente a lei pura deve estabelecer o ordenamento jurídico, pois é preciso aplicar o que o Estado decretou como direito. Para ele, os códigos, as normas, as leis e as regras são os manuais do positivismo puro e o magistrado deve através de sua interpretação, extrair a norma jurídica a ser aplicada, sempre de forma neutra (KELSEN, 1999 p. 246).

Portanto, caberia ao juiz interpretar a lei e aplicá-la e não apenas ser “a boca da lei”. O magistrado ainda teria autonomia para decidir como a norma seria aplicada em casos, por exemplo, em que fosse cabível pena pecuniária ou prisão, além de distinguir em qual caso caberia pena de prisão, o limite máximo ou mínimo de tempo de acordo com sua vontade dentro das diversas possibilidades oferecidas, desde que não houvesse confronto com outras leis, alegando ainda que:

[...] a interpretação de uma lei não deve necessariamente conduzir a uma única solução como sendo a única correta, mas possivelmente a várias soluções que [...]. Dizer que uma sentença judicial é fundada na lei, não significa, na verdade, senão que ela se contém dentro da moldura ou quadro que a lei representa, não significa que ela é a norma individual, mas apenas que é uma das normas individuais que podem ser produzidas dentro da moldura da norma geral. (KELSEN, 1999 p. 247).

Sustenta Kelsen ainda que: “A interpretação feita pelo órgão aplicador do Direito é sempre autêntica. Ela cria Direito [...] não apenas para um caso concreto, mas para todos os casos iguais (KELSEN, 1999 p. 249).

Já sobre a interpretação do Direito pela ciência jurídica, afirma:

A interpretação jurídico-científica não pode fazer outra coisa senão estabelecer as possíveis significações de uma norma jurídica [...]. Ela não

pode tomar qualquer decisão entre as possibilidades por si mesma reveladas, mas tem de deixar tal decisão ao órgão que, segundo a ordem jurídica, é competente para aplicar o Direito (KELSEN, 1999 p. 249).

Dessa forma, ao exibir as possíveis interpretações e aplicações científicas, buscar-se-ia a formulação de novas normas jurídicas inequívocas, ou ao menos que houvesse o mínimo possível de interpretações cabíveis a cada caso.

Kelsen afirma que não existem lacunas no ordenamento, pois para ele o sistema jurídico é fechado e completo e o magistrado deve procurar a solução na ordem jurídica.

J. C. Gray afirma que “o fato de os tribunais aplicarem regras é que faz delas Direito, que não existe nenhuma entidade misteriosa, ‘o Direito’, separado dessas regras, e que os juízes são antes os criadores que os descobridores do Direito” (1927, apud KELSEN, 1990, p. 217). Kelsen discordava de Gray de que somente os tribunais criavam o Direito, pois há uma relação entre decisão judicial e legislação e não se pode escolher uma ou outra para representar o Direito. Este também argumentava que não se pode ignorar as fontes do Direito, como opiniões de especialistas e princípios de moralidade, que são normas jurídicas, são realmente Direito (KELSEN, 1990, p. 218 - 221).

O filósofo do Direito norte-americano Ronald Dworkin questiona: “Em que circunstâncias surgem os deveres e as obrigações?” Através do exemplo de tais tipos de juízo, como uma pessoa que deve ajudar uma instituição de caridade, seria tratado diferentemente de dizer á uma pessoa que ela tem o dever de realizar tal caridade. O mesmo se aplica em casos de não dever e não ter direito de fazer algo, pois em certos casos, juízos de dever são “mais fortes” do que juízos de recomendação sobre o que deve ser feito, pois para as obrigações e deveres pode-se constituir uma punição quando violadas, ou exigir obediência, diferentemente de recomendações (DWORKIN, 2002, p. 77).

O mesmo cabe à aplicabilidade do Direito, o qual não recomenda uma conduta ou sua violação, há um sentido de exigência, obediência perante a ele, e o seu descumprimento acarreta em uma sanção. Porém, os juízes em sua função não são meramente aconselhados pelo direito a tomar uma decisão, e sim, estabelece um padrão que se deve vigorar e que o mesmo tem que seguir. Em contrapartida, Dworkin afirma que em alguns casos o juiz não tem o dever de decidir de uma forma ou outra, e tem-se que crer que o mesmo tomará suas decisões da forma que ele deve tomar, assim, torna-se possuidor do chamado “poder discricionário”, autonomia/liberdade que criaria um direito até o momento inexistente:

Quando uma ação judicial específica não pode ser submetida a uma regra de direito clara, estabelecida de antemão por alguma instituição, o juiz tem, segundo tal teoria, o “poder discricionário” para decidir o caso de uma maneira ou de outra (DWORKIN, 2002, p. 127).

Dworkin ainda defende que as regras são aplicadas na regra do “Tudo ou nada”, são válidas ou inválidas ao caso, que princípios possuem peso e importância e funcionam com sopesamento (pesam de acordo com a sua importância em um caso), oferecem uma forma de orientação para se chegar a uma decisão, e o seu desuso não acarreta em invalidez (LEITE, 2001, p. 2).

Por fim, Dworkin reconhece as controvérsias que podem ser encontradas na doutrina e jurisprudências, e alega que juízes podem divergir sobre o sentido das normas jurídicas, porém, afirma que tais divergências não invalidam o processo de interpretação, pois busca de uma forma racional evitar espaços discricionários (PRADO, 2012, p. 1).

No Brasil atual, os guias principais dos deveres e preceitos éticos da magistratura estão no art. 93 da Constituição Federal, na Lei Orgânica da Magistratura Nacional e no Código de Ética da Magistratura Nacional:

É fundamental para a magistratura brasileira cultivar princípios éticos, pois cabe aos juízes também a função educativa e exemplar de cidadania em face dos demais grupos sociais, entendendo a essencialidade de os magistrados incrementarem a confiança da sociedade em sua autoridade moral, fortalecendo a legitimidade do Poder Judiciário através da excelência da prestação dos serviços públicos e da distribuição da justiça (CERQUEIRA, 2014, p. 1).

Ainda visando a autonomia dos magistrados em suas decisões, há também o conceito de equidade, que apareceu na história pela primeira vez com Aristóteles, que a relacionava com a justiça, no sentido mais amplo. Para ele, o juiz deve se colocar no lugar do legislador e decidir como se o mesmo estivesse ali, já que para o caso em questão não há lei prevista. Conclui-se que a equidade é a adequação da lei ao caso concreto, tendo em vista o caráter genérico e abstrato da lei e confere ao magistrado a ponderação proporcional da norma à situação.

No Brasil, o uso da equidade não é amplo, porém, na Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro está previsto que “na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum”, ou seja, é permitido ao juiz o uso da equidade de modo a adequar a norma ao caso concreto desde que vise tal proposta (ANTUNES, 2011, p. 1).

O uso da equidade pode ser encontrado também na Constituição Federal, na Consolidação das Leis do Trabalho, no Código Tributário Nacional e nas decisões do STF, mas de forma esparsa.

Contudo, a utilização da equidade não deve ultrapassar os limites legais que foram postos pelo legislador, e não pode se tornar instrumento livre e desmedido do juiz, sendo utilizado apenas não há outra alternativa (ANTUNES, 2011, p. 3), pois a equidade é um complemento que torna a justiça plena.

Ao se tratar sobre os chamados “Casos Difíceis” (hard cases), pode-se ponderar a presença de um magistrado que aplica direitos preexistentes ou criam novos direitos (FELIPE, 2014, p. 4).

Para o jurista americano, Richard A. Posner, quando há o que ele chama de “zona cinzenta” de direitos, em casos difíceis o “juiz necessariamente exercerá uma atividade legislativa, pois estará criando novos direitos”. Surge o que o jurista denomina de Legislador Ocasional, pois não é sua tarefa principal criar direitos, mas o fazem quando necessário (ocasionalmente), mesmo que inconscientemente (POSNER, 2008, *apud* FELIPE, 2014, p. 11).

Tal teoria de Posner é contrária a de Dworkin, uma vez que este era contra a ideia de que magistrados criavam direito a partir da solução de Hard Cases, afirmando que o mesmo não era autorizado a isso, por ser uma tarefa que competia apenas ao legislador, uma vez que esses eram eleitos pela sociedade, diferente dos magistrados:

Em contrapartida, e crítico ao “Juiz criador”, Dworkin cria um personagem para dar fundamento à sua tese, tal nominado de Hércules:

[...] eu inventei um jurista de capacidade, sabedoria, paciência e sagacidade sobre-humanas [...] ele aceita que as leis têm o poder geral de criar e extinguir direitos jurídicos, e que os juízes têm o dever geral de seguir as decisões anteriores de seu tribunal ou dos tribunais superiores.” (2002, p. 165)

Adiante, são expostas diversas questões para quais não há lei específica que a regule, e cabe a Hércules raciocinar e aplicar princípios que melhor justificam os precedentes para resolver cada caso. De acordo com Dworkin, os casos devem ser tratados como uma “teia inconsútil”, ou seja, sem remendos ou costuras, mesmo que não o fosse, tarefa essa que mais justifica o nome dado ao juiz fictício, por sua capacidade de solucionar tarefas sobre-humanas (2002, p. 182).

### 3 Conclusão

Tendo em vista os argumentos apresentados, percebe-se que não há uma uníssona perspectiva das ações dos magistrados e de competência a eles admitida. Portanto, hoje, faz-se cotidianamente necessária que haja a confiança mútua para o bom desenvolvimento do judiciário e para se atingir a justiça. (MENDES, 2015, p. 01).

Tal confiança se baseia em temas éticos. As partes do poder judiciário baseiam-se na ética profissional de seus membros e espera-se que os mesmos ajam de acordo com os códigos de ética a eles impostos no que concerne sua atuação e posicionamento. Por exemplo, espera-se que um juiz aja eticamente em suas relações profissionais, para que assim chegue-se à melhor solução possível para os casos que deve decidir. Portanto, acredita-se que suas ações sejam imparciais e condizentes com a lei, estas aplicadas da melhor forma possível para que seja alcançada a tão ansiada justiça.

Todavia, quando um magistrado esquiva-se de seus deveres quanto à sua função, ou dela tira proveito, afirma-se que o mesmo foi antiético, pois

infringiu os parâmetros a ele estipulados e pode até mesmo prejudicar uma das partes, senão ambas. Toma-se como exemplo, o recente caso do Juiz Flávio Roberto de Souza, investigado pelo Ministério Público Federal. Souza é suspeito, por peculato, fraude processual e lavagem de dinheiro, entre outros crimes, uma vez que o magistrado teria se aproveitado de sua posição como responsável pelo julgamento dos processos do empresário Eike Batista, utilizando de seus bens de forma que não condizia com a sua função, além de ser suspeito em outros casos, também por fraude ou desvio de dinheiro. Hoje, o juiz encontra-se afastado de sua função por designação médica e as investigações prosseguem (NITAHARA, 2015).

Por consequência, hoje, no Brasil, os juízes possuem certa autonomia em suas decisões, porém devem basear-se sempre na lei, interpretando-a e ponderando a mesma à realidade onde será aplicada. Já em casos onde a lei não está clara, ou há uma “lacuna”, o juiz não pode decidir totalmente a seu gosto e nem eximir-se da responsabilidade de decidir. Portanto, há uma série de parâmetros que devem seguir quando isso ocorre, estes definidos na Lei de Introdução ao Código Civil, onde afirma que: “Art. 4º: Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito” (BRASIL, 1942). Ainda, o Código de Processo Civil (BRASIL, 2015), trás o título IV onde se exhibe o capítulo intitulado: “Dos Poderes, Dos Deveres E Da Responsabilidade Do Juiz” e define, em seu Art. 139, como o Juiz deve ter por bases, como garantir a igualdade de tratamento a ambas as partes, além de trazer o tema da equidade, em que define:

Art. 140: O Juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico. Parágrafo único: O Juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei. (BRASIL. 2015)

Portanto, no Brasil, o juiz tem autonomia quanto à interpretação da lei, tal que deve ser aplicada conforme definido pela mesma, pressupondo sempre a ética do magistrado quanto a sua função, sua moralidade, honra, o bem estar social, o zelo pela reputação e imagem do judiciário bem como ter por objetivo assegurar o direito a todos, firmando o que o Art. 5º da Constituição Federal impõe:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1988).

## Referências

ANDRADE, Gustavo Pereira. **O Recurso de Agravo**. 1ª edição, Jaruaia – MG, Clube de Autores, 2007.

ANTUNES, Fábio Luiz. Equidade como instrumento de integração de lacunas no Direito. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 2925, 5 jul. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19473>>. Acesso em: 6 abr. 2015.

NITAHARA, Akemi. **Juiz do "caso Eike Batista" é denunciado à Justiça pela Procuradoria do Rio**. Brasília, 06abr. 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/04/juiz-flavio-roberto-e-denunciado-justica-pela-procuradoria-regional-do-rio>> Acesso em: 26jul. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988, Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 10 de abr. 2015.

BRASIL, **Código de Processo Civil**, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm)> Acesso em: 10 abr. 2015

BRASIL, **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro**, DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del4657.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657.htm)> Acesso em: 10 abr. 2015

BRASIL. Código de Ética da Magistratura. **Conselho Nacional de Justiça: 2008**  
Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/publicacoes/codigo-de-etica-da-magistratura> Acesso em: 10 abr. 2015

CALAMANDREI, Piero. **Eles, Juízes, vistos por um Advogado**. 1ª edição: São Paulo, Martins Fontes, 1995.

CERQUEIRA, Ivan dos Santos. Ética profissional do juiz. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 19, n. 3856, 21 jan. 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/26455>>. Acesso em: 1 abr. 2015

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**, Parte Geral. São Paulo/SP, 2005. Ed. Saraiva, 8ª edição.

CORTELLA, Mario Sergio. **Qual a tua Obra?**. Petrópolis/RJ, Vozes, 2009.

DWORKIN, Ronald. **Levando os Direitos a Sério**. 1ª Edição, São Paulo: Martins Fontes, 2002

Felipe, Bruno Farage da Costa. **O Juiz Como Legislador Ocasional E O Juiz Hércules: Entre A Criação E A Descoberta Dos Direitos Nos Casos**



**Difíceis**, 2014. Disponível em: <  
<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=722bdebbbc5e6f16>> Acesso em:  
5 de abr. 2015.

FRAGA, Vitor Galvão. O sistema do Common Law. **Revista Jus Navigandi**,  
Teresina, ano \_\_\_\_\_ 17, n. \_\_\_\_\_ 3394, 16 out. 2012. Disponível  
em: <<http://jus.com.br/artigos/22816/o-sistema-do-common-law>>. Acesso  
em: 27 mar. 2015.

GLOCK, Rosana Soibermann; GOLDIM, José Roberto, **Ética Profissional é  
compromisso social**, 2003. <Disponível em:  
<http://www.bioetica.ufrgs.br/eticprof.htm>> Acesso em: 01 Abr. 2015

GRECO, Leonardo. **Estação Científica (Ed. Especial Direito)**, Juíz de Fora,  
V.01, n.04, Out. e Nov. 2009. <Disponível em:  
<http://portal.estacio.br/media/2654371/artigo%2004.pdf>> Acesso em: 27 mar.  
2015.

KELSEN, Hans. **A Teoria Pura do Direito**. 6ª edição, São Paulo: Martins  
Fontes, 1999.  
\_\_\_\_\_. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. 4ª edição, São Paulo:  
Martins Fontes, 2005.

LEAL, Roger Stiefelmann, **A judicialização da política**, 1999. Disponível em:  
<<http://www.ufrgs.br/ppgd/doutrina/leal1.htm>> Acesso em: 27 mar. 2015

LEITE, Taylisi de Souza Corrêa. **O Modelo De Regras De Ronald Dworkin**,  
2001. Disponível em:  
<[http://seer.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/  
article/viewFile/347/367\\_2](http://seer.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/viewFile/347/367_2)> Acesso em 27 mar. 2015

MONTESQUIEU, **O Espírito das Leis**, 2001. <Disponível em:  
<[http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh\\_montesquieu\\_o\\_espirito\\_  
das\\_leis.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_montesquieu_o_espirito_das_leis.pdf)> Acesso em: 27 mar. 2015

MENDES, Débora Fernandes de Souza. A boa-fé como princípio ideal do  
processo. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 98, mar 2012. Disponível  
em:  
<[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura  
&artigo\\_id=11246](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11246)>. Acesso em 05 abr. 2015.

PORTO, Sérgio Gilberto. **Sobre A Common Law, Civil Law E O Precedente  
Judicial**, 2012. <Disponível em:  
<<http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Sergio%20porto-formatado.pdf>>  
Acesso em: 27. Mar. 2015.



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

PRADO, Esther Regina Corrêa Leite.; 2012, **Os métodos interpretativos de Ronald Dworkin e o Direito como integridade**, Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,os-metodos-interpretativos-de-ronald-dworkin-e-o-direito-como-integridade,41027.html>> Acesso em: 27. Mar. 2015.

## DO SER RESPONSÁVEL ÀS RESPONSABILIDADES: QUANDO O ANSEIO PELA DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO ULTRAPASSA OS LIMITES ÉTICOS JORNALÍSTICOS

Isabelle Rodrigues Luza ([isabelle\\_luza@hotmail.com](mailto:isabelle_luza@hotmail.com))  
Jociane Rissardi ([jocianerissardi@hotmail.com](mailto:jocianerissardi@hotmail.com))  
Francieli Maria de Lima ([francieli.lima@ifpr.edu.br](mailto:francieli.lima@ifpr.edu.br))  
Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campus Palmas

**Resumo:** A Ditadura Militar Brasileira trouxe diversos prejuízos no que tange à liberdade de imprensa. A censura e a repressão tomaram conta do cenário nacional e fizeram da mídia marionete do governo. No entanto, os tempos mudaram e atualmente este meio de comunicação em massa encontra amparo constitucional, o qual resguarda a liberdade de expressão, de pensamento e proíbe todo e qualquer tipo de censura. Deste modo, torna-se lamentável vislumbrar esses direitos adquiridos pelos comunicadores – os quais poderiam ser otimizados para o bem social – servindo como artifício para a manipulação de informações e visando apenas o lucro, ao invés de zelar pela qualidade do conteúdo informativo e pela ética profissional. O presente artigo tem como enfoque principal tratar da falta de ética nos meios de comunicação, e os malefícios que essa prática acarreta para a sociedade de modo geral, principalmente, no que diz respeito às responsabilidades geradas para o jornalista através da tensão existente entre a liberdade de imprensa e o Direito à privacidade. E por fim, ressaltar a importância da ética no dia-a-dia desses profissionais como fator capaz de evitar diversos conflitos sem que o direito intervenha constantemente.

**Palavras-chave:** censura, jornalista, responsabilidade, ética, tensão.

**Abstract:** The Brazilian Military Dictatorship brought many losses in terms of press freedom. Censorship and repression took hold of the national scenario and made the media a government puppet. However, times have changed and currently this means of mass communication finds constitutional support, which protects the freedom of expression, of thought and forbids any kind of censorship. Therefore, it is regrettable to glimpse these acquired rights by the communicators – which could be optimized for the social good – serving as subterfuge to manipulate information and to profit, rather than cherish for the quality of information and professional ethics. This article's focus addresses the lack of ethics in the media and the harm that this practice causes to society in general, especially with regard to the responsibilities generated for the journalist by means of tension between freedom of press and the right to privacy. Finally, this article also highlights the importance of ethics in the daily routine of these professionals as a factor able to enable many conflicts without the need of constant judicial intervention.

**Keywords:** censorship, journalist, responsibility, ethics, tension.

## 1 Introdução

Numa sociedade em que os meios de comunicação constituem um dos papéis mais importantes para o desenvolvimento social, a liberdade de imprensa tem extrema importância para que a informação seja passada à toda comunidade de maneira rápida e precisa.

Partindo desse pressuposto, é possível identificar a importância da proteção à imprensa exposta na Constituição Federal de 1988, a qual não permite qualquer tipo de censura, bem como, garante a liberdade de acesso e transmissão de informações. Tudo isso, para deixar no passado o retrocesso causado pela Ditadura Militar em relação aos direitos fundamentais inerentes ao cidadão.

Todavia, o que tem se tornado cada vez mais frequente e preocupante é a falta de ética por parte dos profissionais jornalísticos. A prática antiética acarreta em diversas responsabilidades, sejam elas geradas pela tensão entre direitos fundamentais – liberdade de imprensa e direito à privacidade -, ou pela própria busca de divulgação instantânea da informação e de maior audiência, momento em que muitos esquecem de alguns valores que deveriam nortear a sua relação com terceiros.

O trabalho que segue, tem como principal objetivo demonstrar os prejuízos gerados pela falta de valores éticos nas relações jornalísticas, com enfoque principalmente no que o Código de Ética do jornalista traz a respeito desses abusos. Abordando desde os direitos e deveres desses agentes comunicadores, até os meios de punição e julgamento em caso de descumprimento deste conjunto de normas. Por fim, se pretende mostrar a importância que esses princípios éticos possuem para a resolução de conflitos e até mesmo para evitar que estes ocorram.

## 2 Desenvolvimento (Aporte Teórico)

Ditadura Militar brasileira, período sombrio e inesquecível por todos aqueles que tinham como função difundir notícias e informações através dos meios de comunicação em massa. Através da censura, o governo militar ocasionou um grande retrocesso no que tange aos direitos constitucionais, especialmente em relação à liberdade de imprensa. Conforme assevera Glaucio Ary Dillon Soares:

A liberdade de imprensa foi assegurada aos brasileiros em 28 de agosto de 1821, assinada por D. Pedro I. Cento e cinquenta e um anos depois, precisamente no dia 6 de setembro de 1972, o decreto de D. Pedro foi censurado pelo Departamento da Polícia Federal, com a seguinte ordem a todos os jornais do País: "Está proibida a publicação do decreto de D. Pedro I, datado do século passado, abolindo a Censura no Brasil. Também está

proibido qualquer comentário a respeito". A proibição de se referir, nos meios de comunicação de massa, ao ato de D. Pedro revela a orientação da Censura. Protegida pela própria censura, ela não hesitava em fazer proibições ridículas, segura de que elas não chegariam ao conhecimento público. Houve muitos outros episódios que seriam cômicos, se não fossem humilhantes para o País. A Censura, parte do Estado autoritário, o protegia e, protegendo-o, protegia a si. (SOARES, 1988)

Diante do exposto, os profissionais da área jornalística se viram exilados e extremamente limitados ao exercer o seu ofício de informar e conceber opiniões. Através de um árduo esforço, a cultura da censura almejava delimitar o legal e o ilegal, deixando muitos profissionais perplexos, vez que, divulgar era preciso, mas não era permitido.

Censurar, como uma política de Estado, tornou-se, portanto, a ação individual ou em grupo realizada por um censor – alguém designado pelo governo a pôr em prática o artifício censório – que, ao analisar obras de cunho artístico e/ou jornalístico, permite ou não a sua difusão. (KUSHNIR, 2012, p. 35)

Obviamente, “a postura de vigiar e reprimir, nesse parâmetro, teve (e tem) a intenção de manter uma (imaginária) harmonia social” (KUSHNIR, 2012, p. 35). Temendo o caos, a máquina da censura movia suas engrenagens controlando o direito à informação, inerente à população civil, com o intuito de camuflar a verdadeira realidade da época.

Todavia, o silêncio foi quebrado e a imprensa reconquistou sua voz. Libertando-se das amarras dos anos de chumbo, a mídia atual encontrou e encontra amparo na Constituição Federal, especificamente em seu artigo 220, o qual sustenta que “a manifestação do pensamento (consagrada no artigo 5º, inciso IV), a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição” e proíbe, em seu § 2º “toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística”.

Deste modo, torna-se lastimável vislumbrar este grande progresso impulsionando muitos jornalistas a extrapolar os limites entre o público e o privado – com a justificativa de que o direito à informação deve prevalecer sobre o direito à privacidade – além de ferir o próprio código de ética que corrobora a sua profissão.

Como diversas instituições e profissões, estes operadores da mídia possuem o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, o qual é composto por cinco capítulos e dezenove artigos, versando sobre o direito à informação, a conduta profissional do jornalista, a responsabilidade profissional do jornalista, as relações profissionais, e por fim, acerca da aplicação deste Código de Ética.

No entanto, não há como falar em ética quando o capitalismo dita quem são os detentores do poder, e quando “a imprensa constrói e destrói reputações, cria verdades, conduz a opinião coletiva por caminhos nem sempre

identificáveis e para finalidades muitas vezes ambíguas” (NALINI, 2004, p. 181).

Cegos pelos holofotes e submersos no mercado midiático, jornalistas manipulam informações e as disseminam pela mídia como verdades absolutas, sem resguardar a lealdade aos fatos apurados e comprovados. Nem mesmo a credibilidade que deveria caracterizar a sua atividade tem relevância diante do sistema capitalista contemporâneo, o qual é tão abrangente que até mesmo:

A informação, inseriu-se no mercado. É um bem da vida com valor comercial apurável. Para alcançá-la, os profissionais dos órgãos de divulgação não se permitem hesitar se precisam ferir outros interesses, sobretudo aquele consubstanciado na verdade. O que interessa mesmo é a versão, nem sempre o fato (NALINI, 2004, p. 181).

Diversas vezes, para obter reconhecimento profissional e satisfazer aos interesses da imprensa, o jornalista viola o artigo 4º do seu próprio Código de Ética, o qual dispõe que “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação”.

Outro fator que fortalece ainda mais esta prática antiética é a gigantesca competitividade entre os meios de comunicação. “No afã de divulgar, não sobra espaço ou tempo para pruridos morais. É sempre mais produtivo divulgar a nova, mesmo com o risco de desmenti-la em oportuno, do que deixar o concorrente fazê-lo” (NALINI, 2004, p. 182). Do mesmo modo que se torna mais produtivo divulgar a nova, também se torna mais lucrativo, afinal, “na era em que informação é dinheiro, custa crer que o interesse econômico se subordinará aos cânones éticos” (NALINI, 2004, p. 182).

Contudo, todo este arcabouço de exposição exacerbada da imagem e distorções feitas pela mídia, com o intuito de atingir uma audiência extraordinária, tem seu preço. Aliás, surge então uma tensão existente entre os direitos da mídia e o direito das partes. Neste ponto, argumentou Nalini:

De um lado a liberdade de expressão, inadmitindo censura prévia de qualquer natureza, e o direito de informação titularizado pela comunidade. De outro, o direito à privacidade, à intimidade e à tutela da dignidade humana. Os métodos da mídia constantemente atropelam a ética [...] Impregnando-se de civilização que prega o sucesso a qualquer custo, o homem perde a capacidade de indignação e se acostuma com a infração ética. Ela parece-lhe melhor diante de outras faltas (2004, p. 182).

Nesse sentido, a Constituição Federativa do Brasil é utilizada como pretexto por profissionais que agem de má-fé, mas também, por aqueles que sequer sabem como agir diante desse impasse. Versa o seu artigo 5º, inciso IX que “é livre a expressão da atividade intelectual, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Confrontando o inciso retro, o qual



garante a liberdade de imprensa e de informação, há o inciso X deste mesmo artigo garantindo a proteção à intimidade e à vida privada, qual seja: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente da sua violação”.

Destarte, esta tensão impulsionou diversos teóricos, estudiosos e juristas a buscarem uma solução coerente para a resolução de casos complexos como este. Quando direitos fundamentais entram em conflito, o que deve ser feito? O que deve prevalecer?

A doutrina separa a colisão de princípios entre casos “fáceis” e casos “difíceis”. Para a resolução de casos fáceis são aplicados três critérios, o hierárquico, no qual a regra superior derroga a inferior; o cronológico, no qual a regra posterior prevalece sobre a anterior; e por fim, o critério da especialidade, que consiste na supremacia da regra especial sobre a geral (BARROSO, Colisão entre Liberdade de Expressão e Direitos da Personalidade. Critérios de Ponderação. Interpretação Constitucionalmente adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa).

Todavia, em se tratando de casos difíceis não é possível aplicar esses critérios, visto que se tratam de direitos com o mesmo “peso” na Constituição. Para tanto, utiliza-se a teoria da ponderação, proposta por Alexy, a qual afirma que:

Se dois princípios colidem – o que ocorre, por exemplo, quando algo é proibido e, de acordo com o outro, permitido -, um dos princípios terá que ceder. Isso não significa, contudo, nem que o princípio cedente deva ser declarado inválido, nem que nele deverá ser introduzida uma cláusula de exceção. (ALEXY, 2008. p. 93 e 94)

Portanto, segundo o autor, através dessa ponderação seria possível chegar a um resultado mais justo. Ainda sobre este tema, discorre Virgílio Afonso da Silva: “na metáfora de colisão entre princípios, que deve ser resolvida por meio de um sopesamento, para que se possa chegar a um resultado ótimo. Esse resultado ótimo vai sempre depender das variáveis do caso concreto e é por isso que não se pode falar que um princípio sempre prevalecerá sobre o outro” (Princípios e regras. 2003. p. 611).

Diante do exposto, é possível afirmar que não há uma solução concreta para a resolução da tensão entre os direitos fundamentais vivenciada diariamente pelos operadores da mídia. É preciso analisar caso a caso, e levar em consideração todas as circunstâncias que envolvem o fato ocorrido.

Um fato acontecido serve para exemplificar tal assertiva: o caso Carolina Dieckmann em face ao programa Pânico na TV. Ao se recusar a calçar as “sandálias da humildade” – um quadro famoso do programa – a atriz passou a ser “perseguida” pelos apresentadores a ponto de ter a sua privacidade invadida. Porém, esta perseguição atingiu o seu extremo no momento em que os integrantes desta trupe do riso subiram até a janela do

apartamento desta celebridade com um guindaste, gerando um extremo desconforto pela exposição de sua imagem e, principalmente, pela exposição de seu filho que estava no local.

Ciente de seus direitos, Dieckmann bateu às portas do judiciário e a emissora foi condenada a pagar uma indenização por danos morais à atriz global. No próprio acórdão os ministros fazem questão de frisar que não há hierarquia entre os direitos fundamentais, mas alegam além da necessidade de ponderação, o respeito por parte da imprensa para a não violação do direito à privacidade, considerando que não era sequer uma notícia de interesse público, conforme afirma Nagib Slaibi Filho, desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, no julgamento do caso:

O direito à intimidade deve ser ponderado com a liberdade de expressão, pois ambos são direitos constitucionais, não havendo hierarquia entre eles. No caso, prepondera a intimidade da agravada, pois além de ser atriz e possuir vida pública, a sua vida privada e de sua família, principalmente a de seu filho deve ser preservada, em detrimento da exposição desnecessária, sem intuito jornalístico ou de informação, mas simplesmente humorístico-jocoso. A agravante, por sua vez também faz jus a manutenção do seu direito de informação, que deve atender ao disposto no art. 220 da Constituição, inclusive a privacidade e a intimidade das pessoas. (2005. p. 2)

Percebe-se, portanto, que a busca pela divulgação instantânea de informações e, conseqüentemente, a busca pela maior audiência, faz com que os jornalistas se deparem com essa dubiedade ética, fazendo com que infrinjam muitas de suas normas por fazerem apenas o “sopesamento lucrativo” de suas ações.

Está prescrito no artigo 6º e incisos do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros que é dever deste operador da mídia, além de respeitar o direito à privacidade do cidadão, buscar também valorizar, honrar e dignificar a profissão. Especificamente em seu inciso VIII, no que diz respeito à vida privada e ao interesse público, este profissional deve “respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão”. Por fim, a Constituição Federal em seu artigo 221, expõe que os meios de comunicação devem ter finalidade educativa, artísticas, culturais e informativas, bem como o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. Com base no exemplo aludido, percebe-se que diante de uma dicotomia entre direitos fundamentais, o jornalista ignora valores éticos em prol de valores financeiros.

Embora seja o “responsável” por assegurar às pessoas o direito à informação, este profissional deve estar ciente de que no momento em que normas éticas são infringidas surgem as “responsabilidades”. Para isso, “existem códigos e sanções, inclusive mediante adoção de alternativas internas de apuração de eventuais descaminhos na divulgação da notícia. Entretanto, chega-se a admitir que é raro existir ética no jornalismo” (NALINI, 2004, p. 181).

Neste liame, aplica-se ao responsável – o jornalista – as responsabilidades de sua profissão. O próprio artigo 8º do seu Código de ética

prescreve que “o jornalista é responsável por toda a informação que divulga, desde que seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros, caso em que a responsabilidade pela alteração será de seu autor”. Ainda, complementa o artigo 10 deste mesmo conjunto de normas éticas que “a opinião manifestada em meios de informação deve ser exercida com responsabilidade”.

Em caso de transgressão deste regulamento, o jornalista, conforme prevê o artigo 15 deste mesmo Código, será julgado pela comissão de ética dos sindicatos e posteriormente, em sendo o caso, pela Comissão Nacional de Ética. Entretanto, quando esta violação configurar crime, contravenção ou dano à categoria ou à coletividade, o Ministério Público se torna o órgão responsável para a apuração destas infrações.

Durante a apuração, a apreciação e o julgamento, este profissional encontra-se à mercê de penalidades, sejam estas de observação, advertência, suspensão e/ou exclusão do quadro social do sindicato e à publicação da decisão da comissão de ética em veículo de ampla circulação, conforme dispõe o artigo 17.

Ainda, segundo Nalini, há outras alternativas eficazes para assegurar os direitos das partes lesadas pela falta de ética da mídia:

Outra alternativa eficaz é a responsabilização criminal e cível. A primeira não é novidade no sistema jurídico. A tutela à honra das pessoas está prevista em todos os ordenamentos. A segunda é talvez mais eficiente. O dispêndio financeiro como forma de ressarcir a objetividade jurídica lesada pela mídia é retribuição que imporá, mais do que a expressão inofensiva do ânimo do destinatário, uma correção de rumos nos órgãos da mídia. A responsabilização parece o único contraponto à liberdade de imprensa (NALINI, 2004, p. 183).

Não obstante, um caminho diverso e provavelmente mais útil e eficaz à sociedade é o caminho ético. Como bem observa Gonçalves:

Há ainda uma exigência peremptória: comportar-se eticamente pode ser a fórmula para evitar que o direito venha a corrigir todas as condutas e a retificar as infrações (GONÇALVES, 2001, p. 96).

Assim sendo, percebe-se que resolver conflitos entre direitos fundamentais não é nada fácil. Quando os jornalistas se afastam da conduta ética que deveria servir de parâmetro para exercer todos os atos de sua profissão, estão esquecendo que devem, antes de tudo, zelar pela qualidade e veracidade dos fatos no momento da publicação, assim como afirma Daniela Ferro A. Rodrigues Alves:

A imprensa precisa ser livre, porque sem liberdade ela não cumprirá sua missão. Contudo, essa liberdade não pode permitir que o veículo de comunicação social agrida outros direitos atribuídos à pessoa,

mesmo porque, nenhum direito é completamente absoluto (2008. p. 9).

Por fim, vale ressaltar que a manutenção de um Estado Democrático de Direito deve ser buscada constantemente, mas para que isso ocorra é necessário que haja uma harmonia social, e principalmente uma harmonia constitucional. Conforme afirma Patrícia Brito Teixeira:

A falta de ética na comunicação e a evolução dos meios tecnológicos, a qual exige agilidade das informações, são desencadeadores de crises de imagem e reputação. Sendo assim, pode-se afirmar que a velocidade da informação e as notícias mal apuradas são riscos para um negócio de uma corporação. Por outro lado, é com ética e transparência que uma crise é amenizada (TEIXEIRA. 2010)

De fato a imprensa precisa ser livre, mas acima de tudo, justa e ética. A rapidez exigida para a transmissão da informação não pode se sobressair à qualidade e ao respeito que os profissionais devem aos cidadãos. Afinal, é notório que:

Ao optar por uma profissão, o homem se impõe uma série de deveres que não tinha antes. São consequências do vínculo contraído com a sociedade e próprias do profissional que o indivíduo se torna. (COSTA, 1999, p. 60).

Outrossim, o que deve nortear a imprensa é o interesse público pautado sempre pela autenticidade da informação, e acima de tudo, pelo respeito às partes. Para que isso se dê de forma ainda mais evidente é necessário um eterno debate sobre o tema, bem como a sua constante atualização diante da evolução social. Em um mundo onde se preza tanto pelos meios de comunicação, não faz sentido deixar de lado algo que é tão útil para a garantia da justiça na sociedade, ou seja, a ética.

### **3 Considerações finais**

Do AI-5 à Constituição de 1988, a imprensa vivenciou o declínio e o apogeu de seus direitos, especificamente em relação à liberdade de imprensa. A censura, que antes servia como instrumento de controle para garantir a “harmonia social”, hoje cedeu espaço à liberdade de imprensa, a qual serve de instrumento para movimentar os cofres da mídia, afinal, a informação tem valor comercial.

Deste modo, o responsável pela veiculação de informações, o jornalista, se depara com inúmeros dilemas éticos. Coexistindo entre a liberdade de imprensa – direito constitucional – e o direito à privacidade – vital à humanidade, inalienável e também assegurado pela Constituição – este profissional acaba ignorando o direito das partes e violando o seu Código de Ética para garantir o seu reconhecimento e emprego.

Embora os valores éticos estejam interiorizados em cada indivíduo, conseqüentemente seu resultado atinge diretamente outros seres humanos. E essa tensão acarreta justamente em comportamentos antiéticos por parte desses profissionais, os quais passam a ser responsabilizados por seus atos, gerando um círculo vicioso dentro do mercado midiático.

A teoria do “sopesamento” utilizada para resolver conflitos entre direitos fundamentais, como os supracitados, não basta para resolver os impasses a que os jornalistas estão constantemente expostos. A solução passa, portanto, a ter um cunho ético. Conforme aduz Jair Gonçalves, “o mundo transmuta freneticamente e a única forma palpável de se ponderar o limite é tornar o homem mais consciente de suas responsabilidades. E homem cômico de seus atos é homem ético” (GONÇALVES, 2001, p. 95).

Superado o poder autoritário dos anos da ditadura, chegou o momento de superar o poder tirânico da mídia. Mas para que isso se concretize, faz-se necessário que os indivíduos sejam conscientes de seu presente, reflitam sobre seu passado e projetem-se para um futuro no qual sejam capazes de espelhar seus valores sobre aquilo que está sendo propagado.

Os resultados dessa superação virão a longo prazo. Entretanto, no presente momento, a ética deve cercear aos estudantes de todas as carreiras na esfera da comunicação – Jornalismo, Televisão – e nas atividades afins – Publicidade, por exemplo. Esta seria a alternativa, como concebe José Renato Nalini, “para que uma nova geração de profissionais seja menos irresponsável no trato de questões que podem vulnerar o patrimônio humano de maior sensibilidade: a honra” (NALINI, 2004, p. 183).

Não se deve esperar uma conversão ética espontânea. O caminho para a renovação ética na mídia passa por uma saudável reação do universo dos destinatários da notícia. Somente assim o jornalismo recuperará a sua função essencial: a de ser ciência útil à sociedade para a qual tem serventia.

## Referências

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 93 e 94.

ALVES, Daniela Ferro Rodrigues. **Direito à privacidade e liberdade de expressão**. 2008. P. 9. Disponível em:

<[http://www.tjrj.jus.br/institucional/dir\\_gerais/dgcon/pdf/artigos/direiconst/direito\\_privacidade\\_liberdade.pdf](http://www.tjrj.jus.br/institucional/dir_gerais/dgcon/pdf/artigos/direiconst/direito_privacidade_liberdade.pdf)>. Acesso em: 31 mar. 2015.

ANGHER, Anne Joyce. **Código Civil, Constituição Federal e Legislação**. 20. ed. São Paulo: Editora Rideel, 2014.

BARROSO, Luiz Roberto. **Colisão entre Liberdade de Expressão e Direitos da Personalidade. Critérios de Ponderação. Interpretação Constitucionalmente adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa**.

Disponível em:

<[http://www.migalhas.com.br/arquivo\\_artigo/art\\_03-10-01.htm](http://www.migalhas.com.br/arquivo_artigo/art_03-10-01.htm)>. Acesso em: 01 abr. 2015.

**Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 01 abr. 2015.

COSTA, Elcias Ferreira da. Responsabilidade Social das Profissões. **Deontologia Jurídica: ética das profissões jurídicas.** 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999. p. 59-62.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Ética no jornalismo,** Vitória, (ago.), 2007. Disponível em <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

FILHO, Nagib Slaibi.. **Agravo de instrumento nº 2005.002.19245.** Acórdão. Tribunal de justiça do Estado do Rio de Janeiro – sexta comarca cível. 2005. P. 2. Disponível em: <<http://georgemlima.xpg.uol.com.br/carolina.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

GONÇALVES, Jair. Ética e os meios de comunicação. **Direito em questão: Aspectos Éticos.** 1ª Edição. Campo Grande: Editora UCDB, 2001. p. 79-97.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda - Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988.** 1ª Edição rev. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 47-56. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=laTWCneAbUC&oi=fnd&pg=PA12&dq=related:Zs-Dx1qJrQkJ:scholar.google.com/&ots=WuafSkpKc8&sig=IDZRdW5bHukvgXdtZkAC9W5iVqA#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

NALINI, José Renato. Ética e sociedade. **Ética geral e profissional.** 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. p. 156-188.

SANTOS, Claudionor Mendonça dos. Ética e mídia. **Correio da Cidadania,** (jan.), 2008. Disponível em <[http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1345&Itemid=79](http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1345&Itemid=79)>. Acesso em: 22 mar. 2015.

SILVA, Virgilio Afonso. **Princípios e regras: mitos e equívocos acerca de uma distinção.** Revista Latino-Americana de Estados Constitucionais 1. 2003. p. 611.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. **Censura durante o regime autoritário.** São Paulo, (out.), 1988. Disponível em





V Contextos e Conceitos  
Mostra de Produção Científica e Extensão  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas  
18 e 19 de fevereiro de 2016

<[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_10/rbcs10\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm)>.

Acesso em: 25 mar. 2015

TEIXEIRA, Patrícia Brito. **Conflitos da vida moderna: ética, comunicação e crise**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação da Faculdade Cásper Líbero. Volume 2, número 1. Junho/2010. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comtempo/article/viewFile/6901/6478>>. Acesso 31 mar. 2015.

## EDUCAÇÃO BÁSICA: UNIVERSALIZAÇÃO *VERSUS* QUALIDADE – O DESAFIO DA META 7 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Camila Regina de Miranda<sup>9</sup>  
Magda Karolyna da Rosa Valgoi<sup>10</sup>  
Allan Andrei Steimbach<sup>11</sup>  
([allan.steimbach@ifpr.edu.br](mailto:allan.steimbach@ifpr.edu.br))

### Resumo

O presente artigo pretende analisar se a universalização da educação por si só, pode ser considerada um elemento de qualidade, se os aspectos exteriores voltados à realidade socioeconômica, cultural e regional do aluno são levados em consideração, bem como os dados apresentados pelo indicador de qualidade (IDEB), e se a criação das metas, através do Plano Nacional de Educação (PNE) visam o melhoramento desse elemento e o que propõem para tal fim. Assim, escolhemos a meta 7 como base para a análise e, categorizaremos as suas estratégias em dois elementos: fluxo e desempenho para mostrarmos qual a intenção dessa meta e quais meios são propostos para alcançarmos as médias do Ideb que são apresentadas como ideais até o ano de 2021. Por fim, comentaremos o que seria, em nossa opinião, necessário para uma melhora significativa na qualidade da educação brasileira, deixando em aberto algumas questões para possíveis reflexões e pesquisas futuras.

**Palavras chave:** Política Educacional; Direito à educação; Estratégias.

### Introdução

Este artigo foi produzido durante as aulas de Políticas Educacionais e Legislação de Ensino no Brasil de forma a entender como se consolidou a educação básica pública e gratuita no Brasil.

O novo Plano Nacional de Educação aprovado pela lei 13.005 de 25 de junho de 2014 estará em vigor durante 10 anos, e propõe diversas medidas a serem seguidas pela educação nesse período. Uma delas é a melhoria da qualidade da educação que consta na meta 7 do PNE, e contém 36 estratégias a serem seguidas para o seu cumprimento. Buscamos analisar como tal meta e suas estratégias estão colocadas para melhorar a qualidade do ensino básico, e se contribuem ou não para o avanço do mesmo.

### Materiais e Métodos

<sup>9</sup> Acadêmica do curso de Letras do IFPR – Campus Palmas.

<sup>10</sup> Acadêmica do curso de Letras do IFPR – Campus Palmas.

<sup>11</sup> Professor do Colegiado de Pedagogia do IFPR – Campus Palmas.

A pesquisa é de análise documental, feita em perspectiva qualitativa do seguinte modo: Análise descritiva da meta sete do Plano Nacional da Educação. As suas estratégias foram categorizadas usando o procedimento do texto “Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação” de Romualdo Portela de Oliveira e Gilda Cardoso de Araujo que consiste basicamente na criação de uma tabela que distribua os dados de forma a mostrar qual é o fator principal de focalização da meta, se o fluxo ou o desempenho.

### **Resultados e Discussão**

A consolidação do direito a Educação dá-se através do capitalismo por volta do século XI. Na Europa com as mudanças na sociedade e a queda do regime feudal os burgueses iniciaram uma revolução contra a nobreza. Com isso, vieram as revoluções políticas, econômicas e a queda do regime feudal (finais do século XV) em detrimento do capitalismo. As pessoas deixaram de produzir apenas para sua subsistência e passaram a vender seus bens e serviços. As posses das propriedades ficaram concentradas nas mãos dos burgueses. A partir da Revolução Industrial (meados do Século XVIII) consolida-se o capitalismo com a geração de lucro e capital e a produção em massa, fazendo surgir direitos que não existiam anteriormente dividindo-os em: civis, políticos e sociais, como nos diz Marshall apud Cury (1967).

A partir daí, o direito social está para a cidadania, fazendo com que a educação seja necessária para a “liberdade civil”, e objeto da coerção do Estado, pois o homem burguês deve ter autonomia, e o ignorante não possui a capacidade de fazer as escolhas livremente. Cury (2002, p.249,250)

Devido ao fato de o Brasil ter sofrido com a colonização ibérica e a população nativa ser considerada inferior pelas elites, na perspectiva dessas classes era suficiente para as classes denominada por eles inferiores o acesso apenas a cultura oral. Durante meio século após a independência do Brasil, a educação primária ainda não atendia a todos por discriminação da classe dominante que proibia o acesso à escola aos negros escravos, aos índios e as mulheres, essa situação produziu gritantes desigualdades sociais.

O Estado liberal brasileiro (pós independência) diferentemente do Europeu segundo Faoro apud Wolkmer (2003,p.76) “consolidou-se pela vontade do governo e da elite da época, preocupava-se com a ordenação do poder nacional”, e para Décio Saes,<sup>12</sup> (2003,p.77) esse também não estava relacionado a democracia representativa e sim em excluir as massas incultas de participar do funcionamento das instituições democráticas”. Os ideais liberais no Brasil não eram reais pois seu discurso pregava a igualdade e liberdade como direitos porém não terminou com a escravidão, ao invés disso, dava suporte aos interesses das oligarquias e dos grandes proprietários de terra.

---

<sup>12</sup> Apud Wolkmer.

Essa nova lógica social exigiu um novo Estado, com novas necessidades e possibilidades, uma delas é a Educação. É uma construção social que rege e é regido pelo funcionamento da sociedade e nem sempre existiu.

Segundo Marshall apud Cury (2002, p.249), a educação é um pré-requisito necessário a liberdade civil e como tal, um pré-requisito do exercício de outros direitos. O acesso à educação pública e gratuita no Brasil é garantido por lei de caráter nacional, sendo assim todos tem direito a educação pública gratuita. Assim, a escola contemporânea deve ser uma ferramenta de emancipação do indivíduo, uma forma de acesso aos bens sociais e a luta política e envolver-se no processo de formação do intelecto tanto do burguês como do proletariado, atentando o direito à diferença tanto de gênero, etnia, credo, entre outras.

Mas, se estabelece uma forte e complicada ligação dialética entre o direito à igualdade a o direito à diferença, pois, enquanto a primeira é a maneira pela qual se busca a eliminação das diferenças discriminatórias, a heterogeneidade se mostra amplamente sensível e mais direta do que a relação igualdade-diferença, pois, dependerá também da aplicação dos direitos em determinadas situações.

Polon (2010, p.27) nos diz que,

“Enquanto as forças das instituições internacionais (elites) e as elites nacionais (governo nacional) buscam a homogeneidade por intermédio da unificação do mercado consumidor, do trabalho e fatores tecnológicos, os movimentos sociais (ONGS, partidos políticos, alguns segmentos da sociedade civil) buscam a singularidade, na tentativa de suprir necessidades peculiares referentes às suas lutas de classe, grupos sociais.”

Apenas na constituição de 1988, no Brasil, a educação tornou-se dever do Estado e um Direito de todos e, foi consolidada como direito subjetivo mas só foi expandida mais tarde em meados dos anos 90.

Assim, sendo a educação um direito de todos, deve-se avaliar sua qualidade e uma das formas de fazê-la é por meio de testes padronizados, trazendo dados de evasão, reprovação e distorção idade série (DIS). Levando em consideração o espaço geográfico e as diferenças sociais, econômicas e culturais percebe-se que nas regiões onde há mais problemas relacionados a esses aspectos, o número de reprovação e DIS é maior. Isso mostra que é necessário repensar um padrão de qualidade de acordo com a realidade social, econômica, cultural, histórica e política de cada região do país, fazendo com que menos alunos abandonem a escola e que esta venha contribuir efetivamente no desenvolvimento de sua capacidade cognitiva e em sua vida social.

O Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb), criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), é nosso indicador de qualidade da educação brasileira, analisando, através de dados concretos, quais melhorias devem ser realizadas

para que haja aumento na qualidade educacional. O cálculo do Ideb é feito a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os dados são obtidos através do Censo Escolar que conta a taxa de aprovação na escola e no município, da Prova Brasil e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) em nível estadual e federal.<sup>13</sup>

A partir disso, debatem-se as melhorias que devem ser implementadas para o funcionamento e qualificação das escolas públicas. O artigo nº 13 do PNE de 2014, coloca em lei, com prazo de dois anos para a validação das 20 metas e suas estratégias para a educação, criadas para alcançar os objetivos educacionais que se aspiram.

As metas são

“o caminho traçado de evolução individual dos índices, para que o Brasil atinja o patamar educacional que têm hoje a média dos países da OCDE.<sup>14</sup> Em termos numéricos, isso significa evoluir da média nacional 3,8, registrada em 2005, para um Ideb igual a 6,0, na primeira fase do ensino fundamental.” (Inep, 2011- nota das autoras).

A partir disso, pretende-se analisar como a meta 7 e suas trinta e seis estratégias contribuem e/ou contribuirão para a melhoria da qualidade da aprendizagem e assim, garantir a permanência dos alunos na escola. Primeiramente, vejamos o que diz a meta: “Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:”<sup>15</sup>

	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do E. F. <sup>16</sup>	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do E. F.	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2

FONTE: Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/14

Devido ao objetivo da meta, de melhorar o fluxo escolar e a aprendizagem, podemos dividir as estratégias nos dois grupos que compõem o cálculo do Ideb: fluxo, para quais as ações devem visar condições de acesso e permanência do aluno na escola, e o desempenho aferido em avaliações e que objetivam o alcance dos índices acima.

Seis estratégias são pertencentes ao fluxo. Essas envolvem meios de manter o aluno na escola. De modo geral, tratam da melhoria nas condições e recursos escolares como o transporte, principalmente para alunos que moram longe da escola, alimentação, material didático, espaços para práticas

<sup>13</sup> Todos os dados foram retirados do Portal do MEC: <http://portal.mec.gov.br/ideb-sp-1976574996>.

<sup>14</sup> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

<sup>15</sup> Proposta pelo Plano Nacional da Educação- PNE.

<sup>16</sup> Ensino Fundamental.

esportivas, culturais, artísticas e das tecnologias e ciências, acessibilidade aos alunos portadores de deficiências, inclusão dos jovens em regime de liberdade e em situação de rua, bem como, garantir que as escolas em seu todo, tenham abastecimento de água tratada, energia elétrica e rede de esgoto.

Vinte e seis estratégias são pertencentes ao desempenho e estão ligadas a aprendizagem dos alunos com o objetivo de atingir as médias nacionais propostas pela meta para o Ideb. Resumidamente, essas estratégias falam sobre estabelecer diretrizes pedagógicas para a educação básica e uma base nacional comum, nos quais devem constar os direitos e objetivos de aprendizagem em cada etapa, considerando as diversidades regionais, estaduais e locais. Propõe, também, constituir um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional levando em conta as especificidades de cada realidade escolar, e como estas devem orientar as dimensões a serem fortalecidas, e utilizar o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, como um instrumento externo de referência de qualidade.

Há estratégias que versam sobre a disponibilização de recursos para a melhoria da infraestrutura escolar, colocando que a assistência financeira prevista da LDB deve priorizar as redes de ensino abaixo da média nacional com o intuito de diminuir as diferenças entre as médias dos Estados, Distrito Federal e Municípios, visando garantir a equidade da aprendizagem e prover equipamentos e recursos tecnológicos para a utilização pedagógica. E sobre a violência, deve-se realizar ações ligadas a capacitação de educadores fazer com que esses possam identificar possíveis sinais e causas, visando promover a paz e um ambiente escolar seguro, devendo ainda ser articulados planos de ações e estratégias de melhoria de gestão educacional, formação de professores e profissionais de serviço de apoio escolar.

Quatro metas não foram incluídas nas categorizações por tratarem de aspectos tecnológicos e de prevenção e promoção de saúde do estudante, e relacionar a escola pública com a privada de modo a garantir a qualidade.<sup>17</sup>

Considerando todas estas estratégias, percebe-se que conseguimos superar a ideia de que a universalização do ensino básico é sinônimo de qualidade. Não basta apenas o aluno estar na escola. Este é sem dúvidas um fator importante para a qualidade do ensino, mas não o único. O que as estratégias da meta sete propõem, é que criemos um norte de qualidade para o ensino, e este deve ser feito através de avaliações a serem desenvolvidas por todos os setores profissionais e responsáveis envolvidos na educação.

Tendo essas avaliações como indicadores de qualidade da educação e metas ligadas a médias para atingirmos, estamos de fato avaliando a relevância do que é ensinado e o que aprendido nas escolas do Brasil, ou estamos transformando o processo educacional em cursinhos de preparação para Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)? A questão é, até que ponto

---

<sup>17</sup> São elas: 7.12; 7.15; 7.30; 7.35. Elas poderiam ser encaixadas em uma nova categoria, a qual não nos atemos aqui, por disponibilidade do tempo e não estarem relacionadas ao método que compõem o cálculo do Ideb.



uma avaliação executada pelos alunos vai indicar que estes estão efetivamente aprendendo os conteúdos propostos nos planejamentos?<sup>18</sup>

Por mais que haja avanços nessas provas e sejam levadas em consideração fatores que antes não eram analisados, como por exemplo os aspectos culturais, regionais e socioeconômicos, devemos tomar cuidado ao ater a qualidade educacional as metas, índices e avaliações para conseguir recursos. Não devemos levar o ensino a preparar os alunos apenas para provas, pois isso, pode se tornar prejudicial para a educação, tendo em vista que estes resultados podem não estar de fato comprovando a qualidade do ensino nas escolas e podendo ser, inclusive, burlados, (por que não?).

As avaliações devem contribuir com o avanço educacional e não tornar-se propósito de ensino das escolas, e nem devem ser os únicos indicadores de qualidade de ensino, pois como já dito anteriormente, não sabemos se de fato essas provas vão mostrar a qualidade do ensino público. Além disso, não devemos medir o aprendizado apenas com números, e qualidade com avaliações, há aspectos cognitivos e emocionais, aos quais não nos prendemos aqui, que devem ser levados em conta na avaliação de um aluno, e isso não é possível através de uma única prova, e nem o governo seria capaz de medi-lo um por um em cada indivíduo.

### Considerações Finais

Desde que a educação básica tornou-se gratuita e obrigatória ela teve diversas mudanças para suprir as dificuldades que foram surgindo. A meta sete do novo Plano Nacional da Educação traz formas de avaliar e fornecer educação de qualidade através de suas estratégias, porém não garante que todo o ensino básico ofertado o seja, nem a certeza de que essas formas de avaliar e ofertar educação trazidas pelo PNE sejam efetivos indicadores de educação de qualidade.

As estratégias da meta 7 visam atingir médias para o IDEB, sendo assim todas elas estão relacionadas com possíveis melhorias a serem feitas com relação ao fluxo e aprendizagem na educação básica.

### Referências

BRASIL. Ministério da Educação. IDEB - Apresentação. 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ideb-sp-1976574996>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

CURY, Carlos Alberto Jamil. Direito à educação: Direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa*, Minas gerais, n. 116, jul. 2002.

---

<sup>18</sup> No momento da elaboração deste artigo, não foi possível aprofundar a pesquisa acerca destas questões, de tal modo que as deixamos como sugestão para reflexão e pesquisas futuras.



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

MEC/INEP. O que são as metas. 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-sao-as-metas>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Revista Brasileira de Educação*, Poços de Caldas, n. 28, out. 2003.

Plano Nacional de Educação (PNE). Meta 7. Nova Escola [on-line]. 2012. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/pne-meta-7-691920.shtml>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

POLON, Sandra Aparecida Machado. *Política Educacional*. Guarapuava: Unicentro, 2010.

WOLKMER, Antônio Carlos. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiorense, 2003, p.73-77.

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E HUMANOS

Eveline de Fátima Paim – evelinefpaim@gmail.com<sup>19</sup>

Carmem Waldow – carmem.waldow@ifpr.edu.br<sup>20</sup>

### RESUMO

O ano de 2014, no âmbito educacional, foi marcado pela Conferência Nacional de Educação, que culminou na elaboração de um documento que disserta sobre grandes questões da educação brasileira. O tema desenvolvido neste trabalho foi escolhido por ser considerado um eixo central da educação, o qual vem sendo tratado também no Eixo II da Conferência Nacional de Educação (CONAE), de 2014, bem como abordado por vários autores, os quais afirmam que a inclusão é um objeto de política educacional. As ações afirmativas de educação inclusiva dizem respeito à garantia do acesso, da permanência e do direito à aprendizagem nos diferentes níveis, etapas e modalidades da educação aos grupos historicamente excluídos, então por este motivo, busca-se aprofundar estudos em relação aos direitos sociais e humanos juntamente com a educação inclusiva. Por sua vez, este artigo trata sobre a igualdade de condições para o acesso e permanência de pessoas com determinadas necessidades educacionais especiais, dentro do espaço escolar, e os resultados que estas ações vêm trazendo.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva. Política Educacional. Direitos Sociais.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade apresentar as problemáticas que envolvem a educação inclusiva, tratando sobre a construção dos direitos sociais e humanos, embasado no Eixo II do Conae 2014, bem como em autores que tratam sobre a questão da educação inclusiva.

Uma política educacional pautada na diversidade traz para o exercício da prática democrática a problematização sobre a construção da igualdade social e as desigualdades existentes. Neste sentido, pode-se indagar: a laicidade pode ser considerada um eixo estruturante neste contexto? Ou seja, considerando a inclusão de pessoas com necessidades especiais no espaço escolar, a liberdade que cada indivíduo tem para exercer sua cidadania é levada em conta? Ou somente se inclui por leis que afirmam que a inclusão é de fato necessária, um direito?

---

<sup>19</sup> Acadêmica do 8º Período do curso de Pedagogia pelo Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas.

<sup>20</sup> Professora orientadora.

A garantia do direito à diversidade na política educacional e a efetivação da justiça social, da inclusão e dos direitos humanos implicam a superação de toda e qualquer prática de violência e discriminação. Por isto, busca-se a implementação de políticas públicas que garantam o direito à diversidade em articulação com a justiça social, neste contexto, este estudo, uma pesquisa teórico-bibliográfica e documental, abrange os âmbitos da educação, e políticas públicas pautadas para a inclusão, os quais são assuntos necessários na discussão dos direitos sociais e humanos, bem como as necessidades e dificuldades encontradas, e os resultados que se obtém nas escolas que praticam a inclusão.

## **2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRÁTICA DE INCLUSÃO DE TODOS**

Segundo o Documento Final da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2014), as políticas educacionais voltadas ao direito e ao reconhecimento à diversidade estão interligadas à garantia dos direitos sociais e humanos e à construção de uma educação inclusiva. Faz-se necessária a realização de políticas, programas e ações concretas e colaborativas entre os entes federados, garantindo que os currículos, os projetos político-pedagógico, os planos de desenvolvimento institucional, dentre outros, considerem e contemplem a relação entre diversidade, identidade étnico racial, igualdade social, inclusão e direitos humanos, garantindo também a especificidade linguística, a história e a cultura surda.

Ainda segundo este documento, na educação, as ações afirmativas dizem respeito à garantia do acesso, da permanência e do direito à aprendizagem nos diferentes níveis, etapas e modalidades da educação aos grupos historicamente excluídos. Isto requer o pleno reconhecimento do direito à diferença e o posicionamento radical na luta pela superação das desigualdades socioeconômicas, raciais, de gênero, orientação sexual, regionais, de acesso à terra, à moradia, e oriunda da condição de deficiência, para o exercício dos direitos humanos:

A concepção de direitos humanos, numa perspectiva emancipatória, se contrapõe à compreensão abstrata de humanidade ainda presente em muitos discursos, políticas e práticas de educação, meramente, regulatórios, que mantêm suposta neutralidade frente à luta pela inclusão social. Essa compreensão traduz a prevalência do modelo de humanidade que nega a diversidade e reforça um determinado padrão de humano: branco, masculino, de classe média, adulto, heterossexual, ocidental e sem deficiência. Nessa concepção homogeneizante e hegemônica de direitos humanos, a diversidade é colocada como um problema e não como um dos principais eixos da experiência humana. (CONAE, 2014, p.31).

Focando-se inicialmente na historicização de direitos como a inclusão, se entende, conforme MEC (2004), que a concepção de direitos humanos se esclarece na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948),

e se fundamenta no reconhecimento da dignidade de todas as pessoas e na universalidade e indivisibilidade desses direitos; universalidade, porque a condição de pessoa é requisito único para a titularidade de direitos e indivisibilidade, porque os direitos civis e políticos são conjugados aos direitos econômicos, sociais e culturais, por isso, neste contexto, o valor da diversidade se impõe como condição para o alcance da universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos:

O respeito à diversidade, efetivado no respeito às diferenças, impulsiona ações de cidadania voltadas ao reconhecimento de sujeitos de direitos, simplesmente por serem seres humanos. Suas especificidades não devem ser elemento para a construção de desigualdades, discriminações ou exclusões, mas sim, devem ser norteadoras de políticas afirmativas de respeito à diversidade, voltadas para a construção de contextos sociais inclusivos. (MEC, 2004, p. 7).

Ainda segundo MEC (2004), a ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade, sendo assim, se compreende a necessidade da garantia do acesso e da participação de todos independente da particularidade de cada pessoa.

O termo educação inclusiva supõe a disposição da escola de atender a diversidade total das necessidades dos alunos nas escolas comuns. Isto pode ser conseguido por meio de um ambiente de aprendizagem escolar que tenha altas expectativas a respeito de seus alunos, que seja seguro e acolhedor e que entenda a diferença como um fator positivo. A educação inclusiva tem sido discutida em termos não somente de novas estratégias de ensino, mas de maneira bem mais ampla como ações que levem a reformas escolares, melhorias nos programas de ensino e novas medidas de justiça social. Por isso, a inclusão pressupõe uma escola que se ajuste a todas as crianças, em vez de esperar que uma determinada criança com deficiências se ajuste a escola. (Disponível em: <<http://assistiva.com.br/ei.html>>.)

A educação inclusiva pode ser definida como “a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas”. (STAINBACK & STAINBACK *apud* MARTINS, 2008, p. 19).

### **3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO CHAVE NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA**

Analisando o que afirma Facion (2005), pode-se perceber que há uma busca por uma sociedade igualitária, por um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da condição de viverem a salvo do

temor e da necessidade; onde o reconhecimento da dignidade inerente a todos os homens e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da autonomia, da justiça e da paz no mundo originou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, movimento internacional do qual o Brasil é signatário.

Ainda na concepção de Facion (2005), é necessário que se reflita sobre a construção de um modelo educacional que se possa ser coerente com a realidade, que extrapole o universo escolar, onde todas as crianças podem estar na escola, sim, mas com a garantia de viver no âmbito social uma vida mais digna e humana. Pois de nada adianta se planejar leis e políticas inclusivas voltadas para o ambiente escolar, se não prover-se no social uma equidade econômica capaz não só de levar os alunos para a escola, mas, principalmente, reduzir a exclusão a que se acham submetidos inúmeros seres na sociedade.

Em estudo ao Documento do Ministério da Educação (2004), se vê como a Constituição Federal do Brasil assume um princípio de igualdade, o qual é julgado como o pilar de uma sociedade democrática e justa, sendo que cita no caput de seu art. 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (CF - Brasil, 1988 *apud* Mec, 2004, pg. 8).

É que o processo de inclusão, tal como é visto na experiência escolar brasileira, não pode deixar de fugir a uma perspectiva crítica, não só porque foi pensado apenas para uma parcela do universo dos nossos excluídos sociais, isto é, as pessoas cujas necessidades especiais vão associadas à deficiência – ficando claro que, do ponto de vista da educação das pessoas para a cidadania, o movimento de inclusão tem maior abrangência e exige dos poderes públicos e da sociedade civil organizados compromissos e responsabilidades também maiores. (PIRES, 2008, p. 32).

Analisando o que cita MEC (2004), por cada ser humano ser diferente, ter suas particularidades, a lei vem a amparar cada um, para que todos possam participar da sociedade e usufruir das oportunidades que a mesma oferece, por este motivo se torna tão importante a disponibilização de condições, para a garantia da igualdade.

[...] É necessário que se entenda que a escola tem a tarefa de ensinar aos alunos a compartilharem o saber, os sentidos das coisas, as emoções; a discutir e a trocar experiências e pontos de vista. Neste sentido, a escola tem um compromisso primordial e insubstituível: introduzir o aluno no mundo social, cultural e científico; e isto é direito incondicional de todo o ser humano, independente de padrões de normalidade estabelecidos pela sociedade ou pré-requisitos impostos pela escola. A administração da escola deve encorajar práticas inovadoras e o planejamento ser feito de forma colaborativa entre todos os seus integrantes incluindo também a família e os alunos. Uma escola inclusiva deve ser



capaz de orientar o ensino e a formação, tendo em vista a cidadania. (SARTORETTO; BERSCH, 2014, p. 1)

Levando em consideração a importância do cumprimento da lei, cita-se o art. 172, da Constituição Federal de 18 de Setembro de 1946, o qual afirma que – “cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar”. (BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946, art. 172).

[...] não bastam leis inspiradas no princípio de da inclusão a determinar a inclusão: esta só acontece mediante a ruptura, isto é, uma mudança radical de atitudes como instauradoras de uma nova ética. Novas políticas de formação precisam de ser instauradas em todas as agências formadoras, e novas posturas éticas precisam de presidir a construção dos projetos pedagógicos das nossas escolas, com adoção de currículos e mudanças organizacionais apropriadas, novas estratégias de ensino e pedagogias que eduquem com sucesso todos os alunos, parcerias com a comunidade, nesses esforço conjunto do qual todos: professores, funcionários, alunos, pais, famílias, comunidade somos convidados a participar. (PIRES, 2008, p. 47-48).

Considerando o que diz Facion (2005), a inclusão, estabelece, para o sistema educacional, vários desafios: conscientização da comunidade escolar e da sociedade em geral sobre a nova maneira de entender e educar o alunado; investimento sério na formação continuada da equipe escolar; preparação de pessoas especializadas no tema, em nível de graduação e pós-graduação para prestar apoio aos professores generalistas; formação de mestres e doutores, de docentes formadores de professores e outros profissionais para o atendimento educacional e para o desenvolvimento de pesquisas que possam subsidiar a ação educativa empreendida; estruturação de métodos, técnicas e recursos de ensino adequados a este alunado; adaptação de currículos para atender às necessidades e especificidades dos alunos em classes regulares; envolvimento de pais e pessoas da comunidade ampla nesse processo.

Quando se fala em inclusão social escolar, deve-se entender que a inclusão rompe os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos, produzindo o respeito às diferenças, pois:

Os sistemas educacionais constituídos a partir da oposição - alunos normais e alunos especiais - sentem-se abalados com a proposta inclusiva de educação, pois não só criaram espaços educacionais distintos para seus alunos, a partir de uma identidade específica, como também esses espaços estão organizados pedagogicamente para manter tal separação, definindo as atribuições de seus professores, currículos, programas, avaliações e promoções dos que fazem parte de cada um desses espaços. (ROPOLI, 2010, p. 7).

Assim como afirma Facion (2005), a era da inclusão no mundo educacional, marca o retorno à valorização da diversidade humana, a qual requer uma nova forma de ensinar e, também, de ensinar a ensinar, que demanda uma multiplicidade de respostas educativas coerentes com as necessidades diversas dos alunos. Segundo o autor, para que isto transcorra com coerência e sabedoria, é necessário que haja uma redefinição do papel da escola e, conseqüentemente, dos professores e demais agentes educativos. Esses precisam estar devidamente preparados para assumir novos valores profissionais que abranjam, além de uma prática diferenciada, um conhecimento pedagógico, científico e cultural transformado, voltado às características individuais de seus alunos.

Neste âmbito, Cunha (2014), afirma que a grande maioria dos alunos com necessidades educacionais especiais possui *déficits* em áreas significativas, por este motivo, se torna imprescindível que o professor atue fortemente, para que sejam superadas as dificuldades que venham a impedir a aquisição de conhecimentos e habilidades essenciais para a inclusão, estimulando no ensino-aprendizagem a afetividade, a socialização, bem como a ludicidade, a linguagem e comunicação, a educação psicomotora, a música e a arte, além da boa alimentação.

Ainda conforme Cunha (2014), os professores necessitam tanto do conhecimento que adquirem em razão do exercício da prática docente como as diversas teorias pedagógicas que dão suporte ao trabalho.

Os educadores verdadeiramente engajados no processo de inclusão são os criadores e defensores de novos valores e novas condutas que rompem com a moral tradicional, instaurando a nova ética. Por isso eles são seres criativos: os criadores éticos são capazes de colocar suas vidas a serviço de um novo tempo, inaugurado por eles graças às suas ações, que contrariam a moral vigente. Isso também sinaliza a crise moral e a fragilidade dos paradigmas sobre os quais a sociedade de consumo, da competitividade e a indiferença foi construída. A nova ética da inclusão está despertando; ela é o fermento de uma sociedade mais equitativa, mais solidária, mais responsável, mais respeitadora das diferenças e portadora de novos valores onde cada ser humano, com ou sem necessidades especiais, na existência compartilhada com os outros, encontrará liberdade, justiça e felicidade. (PIRES, 2008, p. 52).

Partindo desses pressupostos, leva-se em conta o que Martins (2008), afirma: hoje, não basta inserir fisicamente o educando na escola. É imprescindível que o governo adote, efetivamente políticas inclusivas e não apenas divulgue, através dos diversos meios de comunicação, que está promovendo a inclusão escolar e que, em decorrência disto, as escolas estão receptivas para receber a todos os educandos, sem exceção. Também é necessário buscar formas a fim de contribuir para mudar a escola, para torná-la receptiva às necessidades de todos os alunos. Contudo, é preciso ajudar os professores a refletir e a aceitar a sua responsabilidade quanto à aprendizagem

de todos os educandos, colaborando assim para prepara-los para ensinar àqueles que são comumente excluídos das escolas, por qualquer razão. Outra prática que se faz importante neste contexto é propiciar o envolvimento dos vários elementos que constituem a escola – do porteiro ao diretor – no processo inclusivo, bem como, possibilitar que os educandos com necessidades especiais, efetivamente, possam se sentir parte integrante daquele ambiente educacional, aceitos e apoiados por seus pares e pelos demais membros da escola.

Quando se fala em aprendizagem, o profissional da educação tem a seu dispor algumas linhas de atuação para auxiliá-lo. Com base em Chamat (2004), *apud* Cunha (2014), se pontua algumas delas como: abordagem psiconeurológica, abordagem comportamental, abordagem cognitivista, abordagem interacionista.

Do ponto de vista psicológico e afetivo, não há dúvida de que é na interação com o grupo e com as diferenças de sexo, de cor, de idade, de condição social e com as diferenças de aptidões e de capacidades físicas e intelectuais existentes no grupo que a criança vai construindo sua identidade, vai testando seus limites, desafiando suas possibilidades e, conseqüentemente, aprendendo. Este é o mundo real. E quanto mais diversificadas forem essas experiências, quanto mais instigantes esses desafios, mais a criança aprende. Segregar a pessoa com deficiência é negar-lhe o direito a viver num mundo real, é negar-lhe o direito a aprender pela convivência com pessoas ditas não deficientes. (SARTORETTO, 2011, p. 1).

Aqui, pontua-se ainda, com embasamento em Cunha (2014), que o quadro de necessidades inclusivas é bem amplo, e dentre as necessidades mais encontradas nas escolas estão: autismo (comprometimento na comunicação, dificuldade na interação social e atividades restrito-repetitivas); Síndrome de Down (limita o desenvolvimento intelectual e pode causar deficiência intelectual leve); TDAH (Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade), transtornos emocionais (influenciam a organização do pensamento); Transtorno da conduta (dificuldade para aceitar regras e limites); Dislexia (jeito diferente de aprender e ser, às vezes pode ser confundida com déficit de atenção); Dispraxia (disfunção motora neurológica); Discalculia (transtorno relacionado à identificação e à classificação dos números e à realização de cálculos mentalmente e no papel); Disgrafia (alteração da escrita, normalmente ligada a problemas da percepção motora); e Disortografia (atraso do pleno domínio da linguagem).

Conforme Pires (2008), em se tratando de escola inclusiva, pode-se acrescentar os fatos que dizem respeito aos alunos e professores no processo de formação que respeite as especificidades e as diferenças, rendimento escolar em que êxito ou fracasso são situações que se tornam importantes na vida do indivíduo; aceitação, rejeição, interação, sem esquecer

das rotinas, reuniões pedagógicas, planejamento, programas escolares, eventos e encontros comunitários.

Ainda segundo este autor, a escola, como espaço inclusivo que é, deve ter como desafio o êxito de todos os seus alunos, sem exceção. Assim, ao construir seu projeto político-pedagógico, inspirado nos princípios da inclusão, deverá contemplar em sua renovação pedagógica o respeito às diferenças.

Na escola inclusiva a escolarização do aluno com necessidades especiais é um problema educativo, como o é, também, a educação/escolarização de outros excluídos: as classes populares pouco favorecidas, a escola rural, a educação de crianças de rua, dos indígenas, dos jovens e adultos analfabetos, e também de presidiários. Em todos esses grupos há especificidades que os diferenciam, mas há, também, um fator comum, que faz as semelhanças: são classificados como minorias, e sofrem exclusão semelhante, antes mesmo do processo educativo. (PIRES, 2008, p. 114).

Segundo Cunha (2014) a família e a escola caminham juntas, na luta da inclusão. Não se pode falar de inclusão escolar, se não houver primeiramente, inclusão familiar, pois a inclusão social começa na família e na escola, pelo fato de os indivíduos com necessidades especiais ou com características específicas, muitas vezes trazerem uma carga de isolamento por serem vistos como “diferentes”, mas isto pode ser revertido com afeto:

O afeto é um instrumento pedagógico que precede ao uso do giz e da lousa, todavia não se tornou anacrônico. O afeto é científico: ao consumir o afeto, o cérebro recompensa o corpo por meio da liberação de impulsos químicos que trazem a sensação de prazer e de alegria. Ser afetivo não é ser adocicado. Ser afetivo é trabalhar com as qualidades, as emoções, os interesses e os sonhos. Homem algum vive sem sonhos, pois eles despertam ações. (CUNHA, 2014, p. 131).

No contexto desta sociedade capitalista, tal qual complexa, conforme Pires (2008), observando-se as outras pessoas, como elas são, como elas se comportam, como elas reagem às situações, o indivíduo vai fazendo a descoberta da diversidade, das semelhanças e das diferenças. Esta percepção da diversidade e das diferenças não teria significado maior se não fosse acompanhada de uma avaliação: os outros não são apenas diferentes; nestas diferenças em geral, cabem valores: eles podem ser, ou parecer mais ou menos felizes do que nós. Não que necessariamente o sejam.

Pelos motivos que decorrem até aqui, fica explícito que tratando-se de inclusão, é impossível não relacioná-la à ética, por isso entende-se que:

A ética da inclusão é um imperativo do direito da cidadania, e fundamenta-se no direito que as pessoas com necessidades educativas especiais têm de tomar parte ativa na sociedade, com oportunidades iguais às da maioria

da população. A construção de uma sociedade para todos, onde todos os cidadãos possam ver concretizada a qualidade de vida, só pode acontecer no respeito às diferenças e na valorização da diversidade, e esta concretização, integrada ao desenvolvimento das pessoas com necessidades especiais deve acontecer dentro e através do processo de inclusão. (PIRES, 2008, p. 47).

Conforme pensamento de Pires, (2008), a pedagogia da inclusão não é disciplina normativa e prescritiva ao ato pedagógico situado. Ele afirma que a prática inclusiva é socialmente construída, eticamente comprometida, sempre inscrita num contexto atravessado por tensões e contradições, ambiguidades e perplexidades, conflitos de valor, referenciais teóricos e epistemológicos, perspectivas políticas, modelos de sociedade, concepções do mundo, de educação e do próprio ser humano e, sobretudo, está submetida às variações do contexto e às decisões dos atores sociais:

Na escola para todos a competitividade cede lugar à cooperação e à solidariedade, a primazia do rendimento nos conteúdos cede lugar à valorização do sujeito. Só uma escola democrática, aberta para todos, que abrace a diversidade e a pluralidade das diferenças, responda às necessidades educativas de todos os alunos tem legitimidade de afirmar-se inclusiva. (PIRES, 2008, p. 91).

Sem grandes utopias e sem esquecer o cenário contraditório em que o discurso da inclusão é anunciado, Facion (2005) diz que não se pode perder de vista que qualquer aluno pode aprender, independentemente de sua condição, de sua classe social ou de sua deficiência. Essa possibilidade, contudo, deve ser pensada de forma diferente, não a partir daquilo que uma deficiência determina como limitação, mas, neste caso em particular, em se tratando de deficiência mental, nas diferenças de abstração do pensamento. Aprender é um ato singular que requer criatividade, investimento e credibilidade por parte de quem ensina.

Ainda segundo Facion (2005), a educação, torna-se um bom cenário para nos indagarmos sobre o quanto temos sido tolerantes. Nas escolas as diferenças estão marcadas, há a assimilação, a fotografia é multicultural e as crianças com deficiências já compõem esse cenário. No entanto, a operação discursiva para fixar as identidades aos estereótipos, repete-se como única ancoragem para ser aquilo que se é - a ideia do mesmo. Segundo o autor, diferente de um conceito que possa pensar o sujeito sempre em interação comunicativa e em sua autêntica condição e direito de ser diferente, de ser “outro”.

Torna-se interessante então, a análise do que afirma Cunha (2014): o que torna o homem feliz é o que ele possui de qualitativo, que outorga valor inestimável a coisas cotidianas. E sua maior expressão é o amor. O prazer, a vida ou a morte está no interior do homem. Por isso, desejo mais justo não há: o de ser feliz. Quando se pensa em educação há uma troca que

se fundamenta no desejo. O desejo surge de uma falta, de uma necessidade, uma justa e extrema necessidade de complemento. É para tal, que Cunha (2014), afirma que nascemos. Educadores, inevitavelmente, devem ser professores das matérias inerentes a esse princípio permanente da raça humana.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se enfim, que a inclusão social necessita de políticas públicas para se tornar um processo satisfatório, que traga benefícios não somente aos alunos que na escola estão inseridos, mas aos professores, pais, e até mesmo ao próprio espaço escolar, onde em conjunto, se promova um ambiente acolhedor que acomode, realmente, a diversidade.

Vê-se que cada ambiente escolar, tem a possibilidade de se adequar à inclusão. Que os professores e profissionais da escola podem e devem ter uma formação mais abrangente e continuada, visando superar dificuldades cotidianas que rodeiam esta ação, bem como buscar sugestões para que se melhore cada vez mais no âmbito educacional inclusivo.

Para o sucesso da inclusão, se faz necessário que os alunos sintam-se acolhidos, respeitados, valorizados, apoiados e principalmente seguros no ambiente escolar, evitando assim, a segregação, e possibilitando construir na realidade do dia a dia, mesmo com lutas e dificuldades, a tão sonhada escola “de todos” e “para todos”.

#### 5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. 1946. Rio de Janeiro. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm).

CONAE. **Conferência Nacional de Educação**. 2014. Disponível em:  
<http://fne.mec.gov.br/images/doc/DocumentoFina240415.pdf>

CUNHA, Eugênio. **Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

FACION, José Raimundo. **Inclusão Escolar e suas Implicações**. Curitiba: IBPEX, 2005.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; PIRES, José; PIRES, Gláucia Nascimento da Luz; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de (orgs). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.





**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

MEC. Ministério da Educação. . **Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade**. Brasília: 2004. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/fundamentacaofilosofica.pdf>

ROPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos; MACHADO, Rosângela (orgs). **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Universidade Federal do Ceará [Fortaleza], 2010.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita. **Inclusão Escolar x Escola Inclusiva**. Disponível em: <http://assistiva.com.br/ei.html>, 2014.

SARTORETTO, Maria Lúcia. **Os Fundamentos da Educação Inclusiva**. 2011. Disponível em: [http://assistiva.com.br/Educa%C3%A7%C3%A3o Inclusiva.pdf](http://assistiva.com.br/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva.pdf)

## OS EFEITOS DA INFLAÇÃO ALTA SOBRE O MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO

Gilmar da Silva Prado (e-mail: (gilmardoprado@hotmail.com) <sup>1</sup>

Adriano de Souza Pinto (e-mail: (adrpinto@hotmail.com) <sup>2</sup>

Augusto Faber Flores (e-mail: (augusto.flores@ifpr.edu.br) <sup>3</sup>

<sup>1,2</sup> Estudantes do Curso de Ciências Contábeis – IFPR Campus Palmas

<sup>3</sup> Professor do Curso de Ciências Contábeis – IFPR Campus Palmas

**Resumo:** Este trabalho evidencia como a inflação em níveis altos prejudica o desenvolvimento do Mercado de Capitais e também o crescimento da economia de um País. No Brasil o Mercado de Capitais vem sendo penalizado com a inflação em patamares elevados, com taxas acima da meta, que no Brasil é de 4,5% ao ano. Portanto neste trabalho é apresentado o que é o Mercado de Capitais e como é medida a inflação no Brasil. Foi elaborado um gráfico com as taxas de inflação dos últimos anos, e também tabelas que mostram o percentual de ativos negociados nos últimos anos na Bm&fBovespa comparada com as taxas de inflação dos últimos 15 anos, e os valores de saque da poupança com relação as taxas de inflação desde 2005 até 2015.

**Palavras-chave:** IPCA, CVM, Investimentos, Ações, Economia.

**Abstract:** This work shows how inflation at high levels affect the development of the capital market and also the growth of a country's economy. In Brazil Capital Markets has been penalized with inflation at high levels, with above target rates, which in Brazil is 4.5% per year. So this work is presented which is the Capital Markets and how far inflation in Brazil. It has produced a chart with inflation rates of recent years and also tables showing the percentage of assets traded in recent years in BM & FBOVESPA compared to the inflation rates of the past 15 years, and the savings withdrawal values regarding rates inflation from 2005 to 2015.

**Keywords:** IPCA, CVM, Investment, Stocks, Economy.

### 1 Introdução

Com o processo de globalização, o mercado acionário adquire crescente importância no cenário financeiro, com essa tendência, os países em desenvolvimento procuram abrir suas economias para poder receber investimentos tanto de investidores do próprio país ou como de outros países.

O Mercado de Capitais é um importante elo de ligação entre aqueles que possuem capacidade de investimentos ou de poupança, e aqueles que

necessitam captar recursos ou investimentos, como empresas para financiar seus projetos e obter um capital de giro com custos mais baixos.

Assim, quanto mais desenvolvida e controlada a economia de um país, mais ativo será o seu mercado de capitais. E por ser um canal fundamental na captação de recursos que permitem o desenvolvimento das empresas, gerando novos empregos e contribuindo para o progresso de um país, o mercado de capitais também se torna uma importante opção de investimento para pessoas físicas e jurídicas.

A taxa de inflação é um aumento do nível de preços, ou seja, é a média do aumento dos preços de um conjunto de bens e serviços em um período determinado.

A inflação alta é prejudicial para a economia de um país. Quando alta ou fora de controle, pode gerar diversos problemas e distorções econômicas. Taxas de inflação altas são aquelas que ficam acima de 6,5% ao ano.

Diante deste contexto elaborou-se a questão problema da pesquisa, sendo como: Quais os efeitos da inflação alta no Mercado de Capitais Brasileiro?

Com a intenção de responder a questão problema o objetivo geral do presente artigo é evidenciar o qual importante é o mercado de capitais para economia e desenvolvimento de um país.

## **2 Referencial Teórico**

Neste item seguem as teorias, que serviram como base para este estudo.

### **2.1 Mercado de Capitais**

Segundo Assaf Neto (2011, p.74), o mercado de capitais “é o grande municiador de recursos permanentes para a economia, em virtude da ligação que efetua entre os que têm capacidade de poupança, e aqueles carentes de recursos de longo prazo, ou seja, que apresentam, déficit de investimento”.

Para Lagioia (2011, p.77), nesse mercado ocorre a transferência de recursos financeiros entre os agentes tomadores (basicamente as companhias abertas) e os agentes investidores (os aplicadores).

Pinheiro (2009, p.174), comenta que “o mercado de capitais pode ser definido como um conjunto de instituições e de instrumentos que negociam com títulos e valores mobiliários, objetivando a canalização dos recursos dos agentes compradores para os agentes vendedores”.

Ou seja, o mercado de capitais representa um sistema de distribuição de valores mobiliários que tem o propósito de viabilizar a capitalização das empresas e dar liquidez aos títulos emitidos por elas.

Portanto o mercado de capitais tem um papel dos mais relevantes para o processo de desenvolvimento econômico de um país, pois à medida que cresce o nível de poupança, maior será a disponibilidade para investir. A poupança individual e a poupança das empresas (lucros) constituem a fonte principal do financiamento dos investimentos de um país. Esses investimentos são o motor do crescimento econômico, que, por sua vez, gera aumento de renda com conseqüente aumento da poupança e do investimento.

Conforme Lagioia (2011, p.77), a transferência de recursos entre os tomadores e os investidores ocorre normalmente por meio de intermediários financeiros (bolsa de valores, bancos de investimentos e sociedades corretoras). No mercado de capitais são negociados diversos tipos de ativos, como ações, debêntures e cotas de fundos, entre outros.

O mercado de capitais compreende tanto o mercado de bolsa, organizado por uma ou mais instituições e regulamentado por organismos governamentais, no Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e também o mercado de balcão. O mercado de balcão organizado, quando existe fiscalização governamental e não organizado nos demais casos.

Segue abaixo a definição de alguns ativos negociados no mercado de capitais:

### 2.1.1 Ações

Assaf Neto (2011, p.74), diz que, as ações constituem a menor parcela (fração) do capital social de uma sociedade anônima. São valores caracteristicamente negociáveis e distribuídos aos subscritores (acionistas) de acordo com a participação monetária efetivada.

As ações são títulos de renda variável, emitidos por sociedades anônimas, que representam a menor fração do capital da empresa emissora. Podem ser escriturais ou representadas por cautelas ou certificados. O investidor de ações é um coproprietário da sociedade anônima da qual é acionista, participando dos seus resultados.

As ações são conversíveis em dinheiro, a qualquer tempo, pela negociação em bolsa ou no mercado de balcão.

Para Pinheiro (2009, p.198), as ações são títulos de propriedade de uma parte do capital social da empresa que as emitiu. Quem tem ações, portanto, pode-se considerar sócio da empresa emissora. Como já mencionado as ações são títulos de renda variável, portanto os riscos deste investimento são altos.

As ações podem ser do tipo, Ação Ordinária e a Ação Preferencial.

Ação ordinária garante o direito de voto nas assembleias para eleger diretores, aprovar demonstrações financeiras, modificar estatutos sociais, etc.

Já a ação preferencial, oferece preferência no recebimento de resultados ou no reembolso do capital em caso de liquidação da companhia.

### 2.1.2 Debêntures

Conforme Lagioia (2011, p.135), debênture é um título emitido por sociedades anônimas não financeiras de capital aberto, para obter recursos de médio e longo prazos, destinados normalmente a financiamento de projetos de investimento ou alongamento do perfil do passivo.

Em resumo, seus recursos são destinados principalmente, para capital fixo das empresas e são remunerados em juros, participações nos lucros, etc. As debêntures estão entre os mais antigos tipos de investimento no Brasil.

Ainda Assaf Neto (2011, p.77), diz que, a debênture “constitui-se, em essência, num instrumento no qual o tomador de recursos (emitente do título) promete pagar ao aplicador (debenturista) o capital investido, acrescido de juros, em determinada data previamente acertada”.

As debêntures da mesma maneira que as ações, as operações também são normatizadas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

### 2.1.3 Certificado de depósito bancário (CDB)

O CDB (certificado de depósito bancário) é um título que os bancos emitem para se capitalizar, ou seja, conseguir dinheiro para financiar suas atividades de crédito. Portanto, ao adquirir um CDB, o investidor está efetuando uma espécie de empréstimo para a instituição bancária em troca de uma rentabilidade diária. O tipo mais comum de CDB, é o pós-fixado, neste caso, a rentabilidade do investimento é baseada em alguma taxa de referência. A principal delas é o CDI (certificado de depósito interbancário), que está sempre muito próxima da Selic (taxa básica de juros).

### 2.1.4 Caderneta de poupança

Conforme Assaf Neto (2011, p.81), a caderneta de poupança é considerada a modalidade de investimento mais tradicional do Brasil, classificada como conservadora por oferecer baixo risco e, também, menor retorno, principalmente se comparada com outros tipos de aplicações financeiras.

De acordo com a legislação atual, art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, com a redação dada pela Medida Provisória nº 567, de 3 de maio de 2012, e art. 7º da Lei nº 8.660, de 28 de maio de 1993, a remuneração dos depósitos de poupança é composta de duas parcelas:

I – a remuneração básica, dada pela Taxa Referencial – TR, e

II – a remuneração adicional, correspondente a:

a) 0,5% ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano for superior a 8,5%; ou

b) 70% da meta da taxa Selic ao ano, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, enquanto a meta da taxa Selic ao ano for igual ou inferior a 8,5%.

No mercado de capitais também podem ser negociados os direitos e recibos de subscrição de valores mobiliários, certificados de depósitos de ações e outros derivativos autorizados à negociação (contratos futuros, opções, etc).

## 2.2 Mercado de Capitais Brasileiro

### 2.2.1 Evolução

Pinheiro (2009, p.182), cita que:

Antes da década de 60, o mercado de capitais possuía pouca expressão no contexto brasileiro. Os investimentos eram direcionados para ativos reais (imóveis), evitando os ativos financeiros como os títulos públicos e privados. Cabe destacar que a Lei da Usura, que limitava em 12% a taxa máxima de juros anual, bem como a aceleração do processo inflacionário, que alcançou o patamar de 100% ao ano, no primeiro trimestre de 1964, inviabilizavam as operações com títulos de prazo superior a quatro meses.

Ainda Pinheiro (2009, p. 183) comenta, “em uma tentativa de recuperação do mercado acionário, foram introduzidas, em 1976, a Lei das Sociedades Anônimas e a segunda Lei do Mercado de Capitais, que criou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM)”.

Pinheiro (2009, p.183), destaca, “na década de 90, com o plano Collor, foi acelerado o movimento de abertura da economia brasileira e, conseqüentemente, aumentou a participação de investidores estrangeiros no mercado acionário brasileiro”.

## 2.3 Inflação Brasileira

A taxa de inflação é um aumento do nível de preços, ou seja, é a média do aumento dos preços de um conjunto de bens e serviços em um período determinado.

Assim Assaf Neto (2011, p.30), comenta que “a inflação é um fenômeno econômico e pode ser interpretada como uma variação (aumento) contínua nos preços gerais da economia durante certo período de tempo”.

Ainda Assaf Neto (2011, p.30), diz que “esse processo inflacionário ocasiona também contínua perda de capacidade de compra da moeda, reduzindo o poder aquisitivo dos agentes econômicos”.

Portanto com a inflação alta, a moeda perde seu valor com o passar do tempo e os consumidores que não tem reajuste constantes, não conseguirão comprar os mesmos produtos com os mesmos valores anteriores.

Assaf Neto (2011, p.31), cita que:



O crescimento da economia e a inflação não devem seguir a mesma tendência, sob pena de provocar desequilíbrio na atividade econômica. Os investidores internacionais (bancos, fundos de pensão e fundos de investimentos, empresas multinacionais, etc.) priorizam países que apresentam estáveis indicativos de crescimento econômico (evolução do PIB, por exemplo) e baixos níveis de inflação.

Com isto em um país que sofre de inflação alta, é visto no mercado internacional de forma negativa. Os grandes investidores e empresas evitam fazer investimentos produtivos de médios e longos prazos nestes países, pois sabem que a inflação alta é um indicativo de economia com problemas.

### 2.3.1 Índices de Inflação

Conforme pode ser consultado na página eletrônica do Banco Central do Brasil:

No Brasil, não há um índice oficial para inflação de períodos passados. A inflação é medida por meio de diversos índices, divulgados por várias instituições, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

A inflação possui vários índices entre eles o IGP (Índice Geral de Preços), IPA (Índice de Preços no Atacado), INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), INCC (Índice Nacional do Custo da Construção), CUB (Custo Unitário Básico).

Porém o principal índice para aferir a inflação do Brasil é o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

O IBGE explica que o “IPCA abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (hum) e 40 (quarenta) salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões”.

Outro exemplo é o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), monitorado pela FGV. Ele registra a inflação de preços variados, desde matérias-primas agrícolas e industriais até bens e serviços finais. É muito usado na correção de aluguéis e tarifas públicas, como conta de luz.

## 3 Materiais e Métodos

Este trabalho quanto aos objetivos é tipo bibliográfica, para a qual utilizaram-se livros de Mercado financeiro, Mercado de Capitais, e também material disponibilizados por meios eletrônicos e internet. Para Gil (2010), “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado, que inclui material impresso, livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos, entre outras fontes disponibilizadas em meios eletrônicos e na internet”.

Com relação ao problema a pesquisa é qualitativa e quantitativa, visto que para Beuren (2013, p. 92):

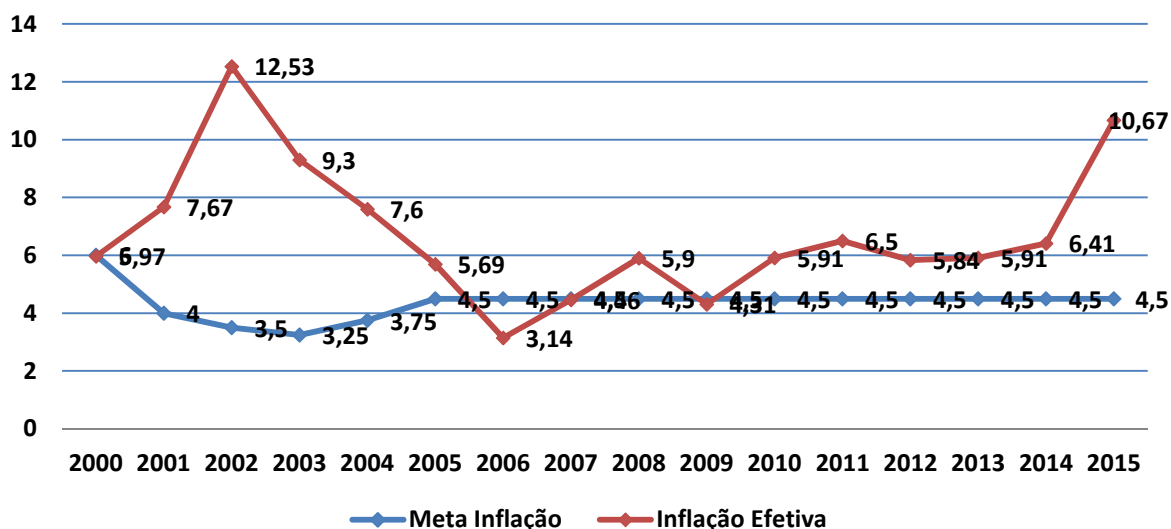
Diferente da pesquisa qualitativa, a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados. Esse procedimento não é tão profundo na busca do conhecimento da realidade dos fenômenos, uma vez que se preocupa com comportamento geral dos acontecimentos.

Visto que, a pesquisa qualitativa, utiliza-se de informações bibliográficas descritivas e definições, já a pesquisa quantitativa, requer informações estatísticas para que tenha embasamento afim de realizar o estudo com eficácia.

#### 4 Resultado e discussão

O gráfico a seguir foi criado através de dados informados na página eletrônica do Banco Central, no mesmo, é possível comparar a meta nacional da inflação e a inflação efetiva, ou seja, a que ocorreu entre os anos de 2000 até 2015.

### Meta Inflação



Fonte: Banco Central do Brasil, 2015

O sistema de metas de inflação é um compromisso que o país assumiu em 1999, para dar segurança ao mercado sobre os rumos da economia. Esse sistema prevê que a inflação medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) deve ficar dentro de um limite de tolerância; ou seja, dentro de uma faixa estabelecida.

Abaixo, podemos comparar o percentual do crescimento da carteira de ativos negociados na Bm&fBovespa e o percentual da Inflação Efetiva dos últimos 15 anos.

<b>Ano</b>	<b>Crescimento %</b>	<b>Inflação Efetiva %</b>
2000	-10,7	5,97
2001	-11	7,67
2002	-17	12,53
2003	97,3	9,3
2004	17,8	7,6
2005	27,7	5,69
2006	32,9	3,14
2007	43,7	4,46
2008	-41,2	5,9
2009	82,7	4,31
2010	1	5,91
2011	-18,1	6,5
2012	7,4	5,84
2013	-15,5	5,91
2014	-2,9	6,41
2015	-13,3	10,67

Fonte: Banco Central do Brasil, 2016.

O decréscimo já ocorria nos anos anteriores a 2000, chegando a marca de 17% negativos em 2002, e com a inflação batendo o índice de 12,53%/ano, com a retenção

em 2003 da inflação e perspectivas de melhoras para o cenário brasileiro passa a ter incremento de ativos até o ano de 2008, quando a crise mundial chega, dando decréscimo de -41,2%, e mesmo sendo um ano mundialmente conturbado, a crise de 2008 afetou principalmente os países de primeiro mundo.

Deixando assim no Brasil menos sequelas que nos países mais desenvolvidos, dando credibilidade para investimentos logo no próximo ano, mas a economia brasileira não conseguiu manter a inflação enquadrada na meta, e com isso, como já esperado pelo mercado financeiro, acabou acarretando o retrocesso na carteira de ativos da Bm&fBovespa até então.

Segundo dados do BC, a caderneta de poupança encerrou 2015 com saque líquido de R\$ 53,568 bilhões, o maior já registrado na série histórica do Banco Central (BC), iniciada em 1995. Abaixo segue uma tabela referente aos saldos de poupança nos últimos dez anos e também qual foi a taxa de inflação nestes anos.

Ano	Inflação %	Saldos (em bilhões)
2005	5,69	-2,72
2006	3,14	6,47
2007	4,46	33,38
2008	5,90	17,75
2009	4,31	30,42
2010	5,91	38,68
2011	6,50	14,19
2012	5,84	49,72
2013	5,91	71,05
2014	6,41	24,03
2015	10,67	-53,57

Fonte: Banco Central do Brasil, 2016

Um dos fatores que ajudam a explicar esses saques em 2015 e que segundo alguns especialistas em economia deve continuar em 2016, é a elevação da inflação.

A poupança tem perdido atratividade também devido à taxa básica de juros, a Selic, mais alta, o que torna outras aplicações mais atraentes, e também como já citado a inflação mais alta do que a remuneração da poupança. Além disso, há menos dinheiro para aplicar devido à alta dos preços, ao endividamento das famílias e ao aumento do desemprego.

Portanto num processo inflacionário intenso, o valor da moeda deteriora-se rapidamente, ocorre um desestímulo à aplicação de recursos no mercado de capitais financeiros. As aplicações em poupança sofrem retração, por outro lado, a inflação estimula a aplicação de recursos em bens, como terras e imóveis.

Alguns papéis, como os títulos públicos, e também títulos privados, passaram a ser reajustados (ou indexados) por índices que refletem aproximadamente o crescimento da inflação, com isso aumenta os investimentos nestes tipos de papéis.

## 5 Considerações Finais

Com relação ao que o estudo apresenta, a inflação com níveis elevados e sua instabilidade deterioraram a economia de um país, causando impacto em diversos setores inclusive no mercado financeiro.

A elevação das taxas de juros a curto prazo vai desencorajar os investimentos de longo prazo e terá como consequência continuarmos sob a

preferência das aplicações de curto prazo e favorecendo os investimentos financeiros de emissão do Governo e do setor privado.

Como verificado através do estudo, a inflação é uma inimiga das aplicações de longo prazo, e com isso o mercado de ações tem sido fortemente penalizado.

Conclui-se que que uma variável importante para o Mercado de Capitais, será o do comportamento da inflação. As medidas que forem tomadas para colocá-la nos trilhos e mantê-la no centro da meta, será de grande relevância para o Mercado de Capitais e para a economia do país que tanto depende do bom funcionamento do Mercado Financeiro.

### Referências

ASSAF NETO, ALEXANDRE. **Mercado Financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Remuneração dos depósitos de poupança**. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/poupanca/poupanca.asp>. Acesso em 07 de janeiro de 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Índices de Inflação**. Disponível em: < [http://www.bcb.gov.br/pre/portalCidadao/indecon/indice\\_inflacao](http://www.bcb.gov.br/pre/portalCidadao/indecon/indice_inflacao) >. Acesso em 14 de janeiro de 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Tabela, metas e resultados**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/metastabelametaseresultados.pdf>. Acesso em 27 de janeiro de 2016.

BEUREN, I. M. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc\\_ipca](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca). Acesso em 14 de janeiro de 2016.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Normas de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos**. Disponível em: <[http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas\\_ifpr\\_completa\\_alta\\_impresao.pdf](http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas_ifpr_completa_alta_impresao.pdf)>. Acesso em: 05 de dezembro de 2015.



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

LAGIOIA, U. C. T. **Fundamentos do Mercado de Capitais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PINHEIRO, J. L. **Mercado de Capitais – fundamentos e técnicas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009



## UMA ANÁLISE ÉTICA ACERCA DA ELISÃO FISCAL

Eduardo Stachera (eduardos@tjsc.jus.br) <sup>1</sup>  
Mariana Hazt Lencina (marianahaztlencina@hotmail.com) <sup>2</sup>  
Francieli Maria de Lima ([francieli.lima@ifpr.edu.br](mailto:francieli.lima@ifpr.edu.br)) <sup>3</sup>  
<sup>1,2,3</sup> IFPR - Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo levantar a discussão sobre um tema recorrente no meio empresarial, mas que para a maioria da população ainda é desconhecido, ou simplesmente desconsiderado. Trata-se da elisão fiscal. De outra monta, existe um fenômeno muito parecido que é recorrentemente ventilado pela mídia – sonegação de impostos. A prática para esquivar-se do pagamento de tributos pode ocorrer de varias formas. Algumas delas com amparo legal e outras de maneira vedada pelo ordenamento jurídico pátrio. Além da acentuada diferença do ponto de vista legal, existem importantes questionamentos que devem ser levantadas no tocante a prática tributária. A conclusão aponta para o fato de que apesar da elisão ser um ato lícito, a mesma afronta muitos aspectos éticos, sendo assim no mínimo reprovável.

**Palavras-chave:** Tributária –Sonegação –Lícito –Aspectos Éticos.

**Abstract:** The present article aims to raise the discussion about a recurring theme in the business environment, but that for big part of population is still unknown, or simply disregarded. It's about tax avoidance. From the other side, there is a very similar phenomenon that is recurrently ventilated by the media - tax evasion. The practice to evade payment of taxes can occur in several ways. Some of them with legal support and other way prohibited by the Brazilian legal system. In addition to the sharp difference from a legal point, there are important questions that must be raise dregarding the tax practice. The conclusion points to the fact that despite the circumvention be a lawful act, the same outrage many ethical aspects, thus at least reprehensible.

**Keywords:** Tax Law – Tax Evasion - Laeful – Ethical Aspects.

### 1 Introdução

A origem do tributo na história das sociedades remonta ao Egito Antigo, em ordem aproximada à data de 10.000 a.c. (FERRARI, 2013), e se considerada em sua substância, continua sendo a mesma prática até a atualidade. Consiste também na principal forma de sustentação econômica da maioria dos Estados do globo ao decorrer das gerações. Logicamente, quando se refere ao mundo antigo não se pode falar em direito tributário ou lei

tributária, ao menos do modo que então conhecemos. A não ser é claro pelo seu valor histórico. Naqueles tempos pretéritos, a quota devida ao governo era calculada ao devaneio do rei e no mais das vezes de maneira corrosiva à própria economia. Pelo advento das constituições muita coisa mudou, sendo possível falar inclusive em função social do tributo.

Como a prática de arcar com as obrigações perante o fisco nunca foi vista com prazer por nenhum povo pagador do mundo, muitas foram as maneiras de tentar esquivar-se de seu cumprimento. Referidas maneiras podem ser divididas do ponto de vista do direito e da própria análise social em dois grandes blocos, sendo elas lícitas ou ilícitas. Neste ponto emerge o tema do presente artigo, a elisão fiscal. Podendo ser referida pelo simples nome, no direito português, de elusão.

Não existem relatos de elisão tão antigos quanto aos que dizem respeito à origem da tributação. Não obstante, no *Concilium* 135 consta uma passagem de mais de 650 anos, na qual é possível identificar o ato. Determinada comuna havia criado uma taxa para aqueles que objetivassem vender a pele dos animais caçados em praça pública. No advento da norma, determinado caçador que lá objetivava empreender comércio, negou-se a pagar a quota fiscal alegando que não utilizava o chão da praça, conforme constava expressamente em lei, mas que transitava por ela (SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ELISÃO FISCAL, 2001). O exemplo é simples, porém muito ilustrativo quando da caracterização da prática elusiva.

A elisão fiscal consiste na prática de uma conduta lícita, executada com o intuito de pagar a menor carga tributária autorizada por lei, e deve, necessariamente, ser praticada antes do advento do fato gerador. Não obstante, para melhor esclarecimento, os conceitos mencionados neste parágrafo serão discorridos nos tópicos a seguir.

## 2 Conceitos

### 2.1 Elisão Fiscal

A elisão fiscal pode ser definida como sinônimo de planejamento tributário, efetuada com o condão de diminuir ou isentar o pagamento da carga tributária, sempre antes do fato gerador, sobre determinada operação financeira nos limites já dispostos pela lei. O citado planejamento, desde que observados determinados requisitos, implementa-se através de manobra interpretativa, ou seja, ligada ao entendimento da lei em si, promovendo a descaracterização de determinado fato gerador. Denota-se que o principal requisito a ser observado para a incidência do tributo consiste na ocorrência do fato gerador.

Para Ricardo Lobo Torres a elisão divide-se em lícita e ilícita. Preceitua ainda que a modalidade lícita seria totalmente legítima:

Elisão (tax avoidance em inglês; Steuerumgehung em alemão; elusione em italiano) pode ser lícita (= planejamento fiscal consistente) ou ilícita (=

planejamento fiscal abusivo = abusive tax avoidance). No primeiro caso, é a economia de imposto alcançada por interpretação razoável da lei tributária; no segundo, é a economia do imposto obtida pela prática de um ato revestido de forma jurídica que não se subsume na descrição abstrata da lei ou no seu espírito (TORRES, 2013. p. 08).

Torres, na mesma obra, aponta a visão de Amilcar de Araújo Falcão, o qual defende a tese da ilicitude da prática elisiva:

A tese da ilicitude da elisão, hoje em refluxo, defenderam-na os adeptos da consideração econômica do fato gerador e da autonomia do direito tributário, já que constituiria abuso da forma jurídica qualquer desconformidade entre a roupagem exterior do negócio e o conteúdo econômico que lhe corresponde; entre seus defensores destacou-se Amilcar de Araújo Falcão (TORRES, 2013. p. 08-09).

## 2.2 Fato Gerador

Quando o assunto é direito tributário, existem alguns institutos jurídicos que intuitivamente são a ele associados. Vale dizer que os referidos institutos, em casos tais, não carregam uma carga positiva atrelada a si. É possível citar o exemplo da sonegação de impostos ou então da evasão de divisas. Esse fenômeno tem associação direta no imaginário das pessoas e possivelmente ocorre em virtude de o direito penal tutelar os bens jurídicos de determinadas fraudes. Por consequência, recebem maior atenção midiática. Muitas vezes ocorre verdadeira espetacularização de fenômenos jurídicos, promovida por detentores dos meios de comunicação. Neste momento não é pertinente dissecar de forma minuciosa cada um dos institutos. Não obstante, torna-se imprescindível apontar duas diferenças entre o tema principal do texto e os meios considerados ilegais frente ao ordenamento jurídico pátrio.

Primeiramente, cumpre-se citar que a elisão se difere dos outros institutos por não carregar consigo um caráter imediato de ilicitude, uma vez que da sua ocorrência no direito brasileiro, não considera-se razoável falar em crime. É necessário citar que parte da doutrina defende a existência de múltiplas maneiras de planejamento tributário, que também seriam lícitos. São adeptos dessa linha de pensamento Klaus Tipke e Ricardo Lobo Torres. Para eles, é possível dividir a própria evasão fiscal em lícita e ilícita, dependendo de seu modo de implemento.

A segunda informação diz respeito à ocorrência do fato gerador, tema mais ligado a técnica tributária e que será objeto de análise neste momento. O fato gerador, conforme dito anteriormente, é quem dá gênese à obrigação tributária. Fazendo um paralelo, é possível citar o exemplo de uma gravidez. Tanto nela, quanto no caso elisivo, se tomados os devidos cuidados, o resultado final pode nem vir a acontecer – fecundação e a obrigação tributária, respectivamente. Não obstante, uma vez confirmada não há saída possível dentro da legalidade. Na prática tributária, se a manobra é efetuada antes da ocorrência do fato gerador, fala-se em elisão fiscal, portanto legal. Porém, se a

operação realiza-se posteriormente ao fato gerador, tratar-se-á de espécie de ilícito fiscal, podendo por exemplo ser configurada fraude à lei ou então simulação. Na gravidez os efeitos não são diferentes, se as providências forem tomadas antes da fecundação o direito não se preocupará com o assunto. Caso contrário estaria se incidindo no crime de aborto.

**Conceito de fato gerador, segundo Martins e Scardoelli:**

No plano abstrato ou normativo, fato gerador significa a descrição legal do evento que, uma vez ocorrido, dará nascimento à obrigação tributária, acepção em que a melhor Doutrina o designa por hipótese de incidência. Já no plano concreto ou fático, refere-se à ocorrência efetiva do fato descrito na lei tributária, melhor designada por fato jurídico-tributário ou simplesmente fato gerador (MARTINS; SCARDOELLI, Obrigação Tributária e Fato Gerador).

Concluindo, tem-se que o fato gerador sempre estará disposto na lei, fato gerador é o que a lei (em sentido estrito) dispõe expressamente e é a partir dele que nasce a obrigação pecuniária.

### **3 Função Social dos Tributos**

O sistema econômico em que o Brasil está inserido enquadra-se em uma realidade neoliberal.

O núcleo essencial desse sistema, do ponto de vista econômico, encontra-se em uma regulamentação mitigada do mercado e de suas transações. Desta maneira, é de fácil constatação que a maioria das empresas com sede no país não é de propriedade estatal, mas sim administrada por particulares.

O referido modelo econômico – tendo como principal método descentralizador as privatizações-, foi implementado de maneira mais acentuada no governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesta mesma linha, é notório vislumbrar que a maior parte das riquezas internas (âmbito nacional), circula pelas mãos da iniciativa privada. Sendo assim, denota-se que a principal maneira de manter os custos da Estatais (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), recai sobre a tributação. Neste condão, estão inclusos aqueles impostos que atingem as pessoas jurídicas, como os relativos ao transporte de mercadorias ou o da própria exportação. Existe também a tributação incidente sobre particulares, o mais em voga com as últimas gestões governamentais é o IPI (Imposto Sobre Produto Industrializado).

No contexto deste tópico, já mencionou o ilustre integrante do tribunal constitucional alemão, Paul Kirchhoff: “Enquanto a Constituição deixa em poder dos particulares o domínio individual sobre os bens econômicos (...), o Estado só pode financiar-se por meio da participação no êxito da economia privada” (1998, p. 26).

Em linhas gerais, foi demonstrado o aporte prático sobre a destinação e função do tributo pelo prisma governamental, ou seja, para o custeio de

serviços como educação, saúde, transporte, segurança, dentre tantos outros. Tal raciocínio é retirado da própria Carta Política, quando dispõe:

Art. 3º- Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I – Constituir uma sociedade livre justa e solidária; (...)
  - III – Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
  - IV – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (Constituição Federal de 1988).

Dentre vários exemplos, foi escolhido o terceiro artigo da Carta Política para extrair do próprio texto constitucional a legitimidade ética para tributar.

Pois bem, como visto o Brasil não assume posição demasiadamente centralizadora no que diz respeito a economia (como em um regime socialista), basta que seja considerado o domínio de muitas empresas que atuam em âmbito nacional. Desta maneira é clarividente sua dependência da receita tributária.

Dentre os objetivos da nação elencados no art. 3º encontram-se o de erradicar a pobreza, promover a igualdade social e regional e em uma visão mais ampla, o de propiciar uma vida mais digna a todos os cidadãos. Tal missão reputar-se-á utópica sem uma necessária repartição de renda.

Prosseguindo no raciocínio, merece atenção da ciência ética um fenômeno Jurídico- Constitucional que ganha relevância desde o fim da 2ª guerra mundial: os direitos fundamentais ditos de terceira geração. Denominados também de direitos a fraternidade estão estritamente ligados com a solidariedade e o bem da coletividade.

De todo o apresentado acima, considerando precipuamente o bem estar da coletividade, retira-se a função social do tributo e sua importância para a economia contemporânea.

#### **4 Elisão Fiscal e seu Reflexo Desleal no Meio Empresarial**

É de conhecimento comum que o Estado brasileiro pratica uma das maiores cargas tributárias de todo o mundo, o que consiste em um incentivo natural para que pessoas físicas e jurídicas venham a realizar manobras que visem livrar-se de encargos tributários.

Do ponto de vista econômico não importa se o ato cometido para não honrar a quota governamental é legal para o direito ou não, uma vez que a pretensão de arrecadação anterior simplesmente não se concretizou. Ou seja, determinadas pessoas jurídicas realizaram o pagamento de forma normal, enquanto outras utilizam-se de métodos evasivos para não o fazer, ou encontrando formas para promover sua minoração.

Desde os séculos XVII e XVIII, com o advento da Revolução Industrial, a tendência mundial é a globalização do comércio. Desta maneira, existe um

nível gradual de competitividade entre os componentes do mercado nos seus mais variados ramos.

Ora, fazendo uma comparação entre a explicação dos parágrafos antecedentes e inserindo-a em nossa realidade econômica – qual seja, alto índice de impostos e competitividade imensa-, é fácil vislumbrar que qualquer espécie de barateamento de custos seja muito bem-vinda, seja ela proveniente do próprio processo de produção, armazenagem, distribuição ou mesmo através de manobras tributárias que visem elidir.

Conclui-se desta exposição que a elisão fiscal acaba se tornando extremamente antiética se analisada do ponto de vista empresarial. Basta mencionar que empresas com um bom aporte jurídico e contábil, empenhando muito recurso para isso, galgarão largas vantagens àquelas não tão eficientes em abater tributos. Tendo assim possibilidade de se agigantarem frente as outras, barateando o custo de seus produtos. Mas ela, a elisão, não é injusta somente por esse prisma.

Para dar legitimidade ao pensamento, cita-se definição de ética empresarial, a qual por óbvio não pode ser totalmente distanciada da visão moderna de ética:

A tensão permanente entre "valores universais" e "valores individuais" é a tônica da investigação ética. Sendo assim, pode-se definir a ética a partir de uma reflexão, da busca de uma teoria sobre a conduta humana. A investigação ética, além de visar ao estabelecimento de conceitos sobre o comportamento moral dos seres humanos, pode ser entendida a partir do seguinte princípio: toda decisão que implicar danos ou prejuízos diversos aos outros não pode ser considerada ética. Nos termos expressos, a ética não pode apresentar-se como ameaça ou como "aquilo que as pessoas, empresas ou governos jamais fariam se não fossem obrigadas (PONCHIROLLI; LIMA. Artigo Ética Empresarial, p. 9).

Além de impossibilitar as empresas não praticantes do planejamento de diminuírem os preços de seus produtos, impedindo assim sua competitividade no mercado direto, a elisão também transfere a conta de seus adeptos. Quando se analisa o fato de que o Estado não poderá deixar de arrecadar e irá fazê-lo de modo a arcar com seus custos de manutenção, de qualquer forma o resultado produzido torna-se desastroso. A empresa que esquivou-se da obrigação provocará um rombo que precisará ser preenchido.

A primeira medida adotada será aumentar as alíquotas e muito provavelmente as maneiras de tributar ou então o próprio número de espécies de tributos. Tal situação gera uma profunda desigualdade, que corrobora para falência de empresas não praticantes do planejamento tributário e também para situações mais complicadas como o monopólio e o oligopólio de determinado ramo do mercado. A elisão culmina em um ciclo vicioso e se alastra como uma droga, uma vez que suas vantagens a primeira vista são magníficas. Não obstante, produzem resultados desastrosos no corpo estatal, na relação empresarial e na própria ética do mercado e entre os próprios componentes desse – os cidadãos que nele atuam.



## 5 A Transferência Obrigacional da Pessoa Jurídica para o Cidadão, motivada pelo Planejamento Tributário

O tópico anterior tratou da transferência obrigacional da carga tributária entre empresas, o que por si já traz problemas pontuais às relações do mercado e é comprovadamente injusto.

Será abordada uma segunda transferência que ocorre quando não é mais possível direcionar a obrigação do tributo entre empresas, e por consequência quem terá de pagar a conta é o cidadão brasileiro comum, o assalariado.

Impossível não elencar neste contexto uma tradução perfeita do tema feita por Minikovsky: “Acontece que o empresário repassa o ônus para a classe dos consumidores e o consumidor não tem a quem repassar o tributo” (Minikovsky, 2004, p. 13).

Ora, em uma sociedade como a brasileira, de profunda desigualdades sociais, em que as diferenças de renda e de qualidade de vida são estratosféricas, obrigar o outro a pagar uma conta que deveria ser arcada por uma multinacional, por exemplo, chega a beirar a crueldade. Deve-se salientar a palavra obrigar, tendo em vista que as pessoas jurídicas tem a oportunidade de transferir essa conta e uma vez passada para a população, ela nada poderá fazer, somente arcar com mais esse ônus. Em linguagem mais simples, não existe ninguém abaixo para transferir a obrigação.

Infelizmente no Brasil as pesquisas voltadas a essa área ainda não provocam tanto interesse, tampouco são comuns de se encontrar. Entretanto, para sair da linha puramente argumentativa e demonstrar do ponto de vista fático, serão citados nesse tópico dois exemplos dos impactos da elusão na sociedade estadunidense.

Em um curso disponibilizado pela Escola da Administração Fazendária -ESAF, o professor Marco Aurélio Greco cita a realidade econômica do país norte americano. Ancorado no próprio secretário econômico da época, Dr. Lawrence Summers, menciona em um de seus discursos que a elisão fiscal era o principal problema fiscal dos EUA daquela época.

Dizia o Secretário Summers que se fosse feita uma comparação entre a carga tributária de 1970 e a de 1997 e se verificasse como foi o perfil para as pessoas físicas e jurídicas, encontrar-se-ia o seguinte quadro: que, se as pessoas jurídicas pagassem em 1997 o mesmo percentual proporcional de tributação de 1970, elas deveriam, em 1997, ter recolhido US\$40 ou US\$50 bilhões de tributos a mais. Mas se fosse feito o mesmo cálculo para as pessoas físicas, se em 1997 elas pagassem a mesma proporção de tributo que tinham pago em 1970, deveriam pagar a menos cerca de US\$40 ou US\$50 bilhões, o que significa que houve, para a ótica do Estado, apenas um deslocamento da fonte: o que vinha das pessoas jurídicas passou a vir das pessoas físicas(...) (SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ELISÃO FISCAL, 2001, p. 20).

Vislumbrando o depoimento de Summers, fica claro que o tema não carrega caráter utópico, o deslocamento de obrigação ocorre de fato. Observa-se ainda, do exposto pelo professor Greco, que em um sistema econômico com práticas elisivas mais desenvolvidas, a transferência obrigacional ocorre em porcentagens altíssimas e muitas vezes imputando um peso muito grande para a população em geral. Fato que vai ser comprovado e tratado com maior profundidade no item que segue.

5.1 O alto custo da elisão para o cidadão em sistemas em que a prática elisiva já está arraigada

Devido a grande importância do assunto, torna-se imperiosa explanação acerca do alto custo elisivo, principalmente para as camadas mais baixas da população inseridas em economias altamente desenvolvidas.

É de fácil dedução que o valor de impostos atribuídos às gigantescas multinacionais espalhadas pelo mundo, inclusive no Brasil, é de grande monta. Pois bem, não se constitui decente transmitir essa conta para outras empresas, independentemente de seu porte, vez que a “outra” não é a devedora de fato e mais absurdo ainda é transmiti-la para a pessoa física, que não teve ligação nenhuma com o fato gerador do tributo.

Em segunda palestra ministrada no mesmo seminário da ESAF, apontou o eminente economista Dr. Luiz Arruda Vilela:

Há algum tempo o Comissário Rossotti, que é o Comissário-Chefe da Receita americana, num depoimento ao Congresso Americano, estimou em US\$ 195 bilhões quanto o fisco americano federal deixava de arrecadar por conta de elisão e de evasão. É muito difícil separar o que é elisão e o que é evasão. Obviamente ele, como administrador de imposto, achava que era muito mais elisão do que evasão, porque evasão é uma forma de passar um atestado de incompetência. Com a elisão não, é porque a minha legislação não foi boa o suficiente, o Congresso não me deu meios de combatê-la ou existem circunstâncias outras fora do meu controle. Mas o fato é que esses US\$ 195 bilhões estimados pelo Rossotti correspondem a US\$ 1.600,00 por contribuinte norte-americano, quer dizer, isso é o quanto custa cada contribuinte, um cálculo *per capita* médio – economistas gostam dessas coisas – que indica que o planejamento tributário de alguns, o não-cumprimento de alguns tem um custo que é transferido para aqueles que pagam, custo esse que não é baixo (SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ELISÃO FISCAL, 2001, p. 37).

Com os dados fornecidos pelo Comissário Chefe da Receita americana há possibilidade de visualizar o incrível impacto econômico da elisão fiscal em determinado Estado, bem como para seus atores econômicos.

## 6 Relação entre a lei e a ética

Da leitura de todo o excerto até então desenvolvido, é possível retirar algumas ideias centrais que traduzem o motivo de todo o esforço reflexivo.

Está se referindo ao fato de que, consideradas as devidas proporcionalidades, a carga tributária que deverá ser arcada por todas as empresas é extremamente alta. Por esse motivo, empresas, indústrias e comércios utilizam-se do aporte legal para justificar-se por não adimplirem a quota total que lhes era devida.

Como explicado, em primeira análise, a ocorrência da prática elisiva no ponto de vista da técnica-jurídica não é vista preocupação. Já para a ética, considerando tanto atores econômicos quanto sociais, assim como preceitos constitucionais, o tema deveria ser revestido de acentuada preocupação.

Pois bem, mas será que do ponto de vista do direito contemporâneo está de fato tudo correto? Em um tempo que é possível falar em função social do tributo e em um Estado de bem estar social, o direito realmente deixaria de se preocupar com questões éticas tão importantes? Parece claro que não.

O ilustre professor de Filosofia da Universidade de São Paulo e antigo ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, já se manifestou sobre o assunto:

Para o professor, a relação entre ética e direito é complexa. "Muitas vezes, não temos uma convergência entre ética e lei. É uma relação que procura ser colaborativa, mas que pode ter elementos de tensão", observou. Segundo ele, os preceitos éticos, como as declarações dos direitos do homem, tendem a ser superiores às leis, tanto que na Constituição Federal de 1988 eles fazem parte das cláusulas pétreas.

Em suma, para o filósofo, ética e lei tem uma relação instável, por este motivo entende-se que alegar a existência do direito posto para justificar a eticidade de determinada conduta é perigoso. No caso em questão, descabido.

## **7 Considerações Finais**

Inicialmente foi apresentado o conceito de elisão fiscal, bem como os requisitos necessários à sua configuração, quais sejam a observância dos ditames legais e a antecedência em relação ao fato gerador. Pela importância e divergência na doutrina foram explicados alguns aspectos relevantes acerca da ocorrência do fato gerador do tributo. Abordou-se também os motivos principais que justificam a necessidade de o Estado cobrar tributos. Seja para seu próprio funcionamento, ou então para promover mudanças em uma realidade social a tempos devida. Demonstrou-se o caráter antiético da elisão, tanto pelo ponto de vista da transferência da dívida entre pessoas jurídicas, quanto para as pessoas físicas.

O texto guarda relevância peculiar para a melhor reflexão da população acerca de outras formas que venham a tornar a vida mais difícil do ponto de vista financeiro, tratado aqui como o aumento progressivo de impostos. O maior impacto para o cidadão, que conforme apontado não tem como escapar da quota tributária, traduz-se no elevado custo das mercadorias básicas, além do imposto incidente sobre a renda. Para as empresas deve-se apontar a derrocada no princípio da livre iniciativa e posteriormente a própria

sobrevivência. Foi possível compreender também que práticas realizadas de maneira antiética podem originar um processo em cadeia altamente prejudicial, provocando o aumento de alíquotas de impostos e até o número destes. Por fim, pode-se concluir da pesquisa que um forte motivo das pesadas alíquotas impositivas praticadas no Brasil devem-se em boa parte ao planejamento de tributos.

### Referências

FERRARI, Carlos Gilberto Melchior Rodrigues Sansalone. **História do Direito Tributário – da origem a aplicação no Brasil**. Site Portal da Educação, 4 de junho de 2013. Disponível em:

<http://www.portaleducacao.com.br/direito/artigos/47915/historia-do-direito-tributario-da-origem-a-aplicacao-no-brasil>

KIRCHOFF, Paul. **La Influencia de la Constitución Alemana en su Legislación Tributaria**. In **Garantías Constitucionales del Contribuyente**. Valencia: Tirant lo Blanch, 1998, p. 26.

MARTINS, Alan; SCARDOELLI, Dimas Yamada. **Obrigação Tributária e Fato Gerador**. Capítulo VII, publicação no Site Editora JusPodivm. Disponível em: <http://www.editorajuspodivm.com.br/i/f/p%20173-180.pdf>

PONCHIROLLI, Osmar; LIMA, José Edmilson de Souza. **Ética Empresarial**. Artigo Científico, UNIFAE, p. 9. Disponível em: [http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/cap\\_humano/5.pdf](http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/cap_humano/5.pdf)

ROSSI, Letícia Verdi. **Renato Janine Ribeiro: “Ética e lei nem sempre convergem”**, 2009. Disponível em: [http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/95871](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/95871).

**Seminário Internacional sobre Elisão Fiscal**, 2001, Brasília. *Anais eletrônicos do Seminário Internacional sobre Elisão Fiscal*. Brasília: Escola de Administração Fazendária – ESAF, 2001, p. 37. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudotributarios/Eventos/SeminarioInter/AnaisSeminarioInterElisaofis2002.pdf>

TORRES, Ricardo Lobo. **Planejamento Tributário: elisão abusiva e evasão fiscal**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

## ENFERMEIROS DA ALEGRIA: PRATICANDO O CUIDADO BRINCANDO

Aline Cardoso (alieeguga@gmail.com)  
Mariana Orzekovski (morzekovski@hotmail.com)  
Mariangela Gobatto (mariangela.gobatto@ifpr.edu.br)

### RESUMO

As crianças que necessitam de hospitalização acabam enfrentando o estresse da doença, dos procedimentos invasivos, por vezes muito dolorosos e da imposição de restrições de convivência, seja dos familiares, seja dos amigos. Além disso, é preciso uma readaptação à nova rotina, que se torna mais estressante em pacientes com doenças crônicas, que precisam de internação frequente e por períodos mais prolongados. Tendo em vista a importância do brincar no contexto hospitalar como meio para diminuir o sofrimento causado pela internação, este artigo consiste em um relato de experiência sobre os possíveis benefícios das atividades lúdicas desenvolvidas pelas bolsistas do projeto de extensão Enfermeiros da Alegria e graduandos voluntários do curso de Enfermagem. A partir das atividades lúdicas desenvolvidas no auditório do hospital, foi observado que estas, têm auxiliado as crianças no enfrentamento da hospitalização e na formação de vínculos. É brincando que as crianças criam laços com outras crianças, oportunizando diversão, alegria, socialização e principalmente auxiliando no combate ao estresse, pois possibilita a recuperação da autonomia, uma vez que o brincar é o único momento no qual ela pode escolher e tomar decisões quanto ao que tem vontade e gosta de fazer, tornando a hospitalização mais próxima das atividades cotidianas.

**PALAVRAS CHAVE:** Enfermagem, atividade lúdica, pediatria.

### INTRODUÇÃO

A infância é uma etapa fundamental no desenvolvimento humano, marcada pelas atividades físicas intensas, crescimento, épocas de brincadeiras, de inocência e de tomada de decisões apenas controladas pelos pais ou responsável sendo que com atividades assim a criança possa ir aos poucos explorando e conhecendo o ambiente a sua volta e assim, conseqüentemente, crescendo normalmente e aprimorando seu conhecimento sobre o mundo e sobre tudo.

Para que ela possa percorrer esta etapa de sua vida, sem prejuízos, é necessária uma saúde de qualidade, um bom estar geral. Porém, no decorrer de seu desenvolvimento, as crianças passam também por períodos de doenças, o que muitas vezes pode ser acompanhado de hospitalização.

O adoecimento e a hospitalização na infância são eventos não esperados para esta fase do ciclo de vida, assim, são considerados como momentos de crise para a família e para a criança em questão. O processo de

hospitalização infantil é marcante na vida de qualquer criança, uma vez que neste momento ela se percebe frágil e impossibilitada de realizar suas atividades normalmente, alterando a sua rotina diária, como brincar e ir à escola, seu sono é prejudicado devido a medicações em horários programados e sem interrupções, seu ambiente não é familiar, procedimentos invasivos, alimentação diferenciada.

A imagem de infância está intimamente ligada ao bem estar, energia e alegria, o que torna mais difícil assimilar a doença e a hospitalização nesta fase da vida, tanto por parte da própria criança como de toda sua família. Frustração, choro, dor, angústia, tristeza tomam conta deste cenário diariamente.

O ambiente hospitalar é, geralmente, desconhecido para a criança, dentro da sua rotina. Pessoas com vestimentas iguais, medicações dolorosas não fazem parte de uma rotina de alegria, diversão e entretenimento que é fora do hospital. Ele possui normas e regras específicas, e a criança e sua família precisam se adaptar a estas condições, como o horário e cardápio para as refeições; uma cama na qual não está acostumada a dormir; roupas diferentes das quais utiliza em casa; banheiro comunitário e falta de privacidade, tanto em relação à proximidade dos leitos quanto a procedimentos médicos invasivos e dolorosos.

Estas condições hospitalares podem desencadear tensão nos pacientes e familiares, o que dificulta o enfrentamento da doença. Todas essas mudanças causam um impacto na criança e podem alterar seu comportamento durante e depois da internação. Assim, a hospitalização e o adoecimento podem ser fatores de risco para o desenvolvimento infantil. Vale salientar, que as consequências da hospitalização, em maior ou menor proporção, depende de diversos fatores, tais como: idade, personalidade da criança, tipo de relação pais-filho, reação dos pais para com a doença, tempo de hospitalização, reincidência de internação, as informações que a criança possui sobre seu estado, diagnóstico médico, representações sociais da doença, estratégias de enfrentamento da situação utilizadas pela criança e pela família. (CECCIM, 1997)

É comum os familiares acreditarem que para a recuperação da criança, ela necessite ficar confinada ao leito, em repouso, “quietinha” e quando se deparam com a possibilidade dela brincar, muitas vezes não entendem o que esta atividade representa para o seu desenvolvimento. Devidamente orientados os pais/acompanhantes passam a entender melhor tal questão e a atuar como parceiros do projeto, aprendendo, brincando e estimulando a criança em sua vivência lúdica. (CHIATTONE, 1987)

Compreendendo a brincadeira como método catalisador de mudanças no cotidiano destas crianças e com potência para diminuir a angústia e medos provocados pela hospitalização, o projeto de extensão denominado Enfermeiros da Alegria, tem a pretensão de contribuir, por meio de atividades lúdicas, para uma formação mais humanizada dos profissionais de enfermagem, bem como, auxiliar diminuir o estresse da hospitalização. O



projeto foi contemplado pelo edital 01/2014 do Programa de Bolsas de Extensão do IFPR com o recebimento de duas bolsas estudiantis e de recurso financeiro como apoio as atividades.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Atualmente as atividades do projeto têm se caracterizado por diferentes atividades, sejam de elaboração, organização e execução das atividades lúdicas. As atividades de organização e planejamento ocorrem sempre nas sextas feiras, das 13h00minhrs as 17h00min, no câmpus do IFPR e a execução das atividades programadas ocorrem semanalmente, nas terças e quintas-feiras das 13h00min as 17h00min. As atividades são elaboradas e executadas pelas duas bolsistas do projeto que contam com a cooperação voluntária de alguns acadêmicos do segundo e sextos períodos do curso. Busca-se proporcionar o desenvolvimento de atividades lúdicas e psicopedagógicas com as crianças que voluntariamente aceitam participar das brincadeiras e que não possuem nenhuma restrição, seja clínica ou motora.

A instituição hospitalar disponibiliza o auditório para as atividades e grande parte dos brinquedos utilizados foi adquirida com recursos advindos da Fundação Araucária e do IFPR. Antes da interação com as crianças é comunicado o enfermeiro coordenador do hospital e da pediatria, e com a autorização dos pais, as crianças são encaminhadas para o auditório. O tempo de permanência na brinquedoteca depende das condições das crianças, e variam de duas a três horas.

Toda semana conta-se com a participação voluntária de acadêmicos do curso de Enfermagem, a qual pode ser justificada devido à necessidade de familiarização dos acadêmicos no ambiente hospitalar, da observação das práticas que são inerentes à sua atuação profissional, bem como da sensibilização dos futuros profissionais da enfermagem com questões relativas ao tema.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O desenvolvimento da inter-relação dos acadêmicos de enfermagem com as crianças e familiares contribuiu para a criação de vínculos entre os profissionais de saúde que ali atuavam e as crianças, resultando numa maior empatia o que, muito provavelmente, favoreceu a aceitação e melhor adesão às abordagens terapêuticas. Os pais relataram verbalmente a alegria das crianças durante e após as atividades, o que proporcionou uma melhora, mesmo que momentânea, no quadro clínico. Com isso, é possível inferir uma melhora sobre o prognóstico, provavelmente referentes a reduções em seus níveis de estresse e ansiedade, contudo, a realização de uma pesquisa mais aprofundada sobre o assunto, faz-se necessário. Há relatos dos integrantes do projeto sobre a conscientização a respeito da realidade deste tipo de serviço de

assistência à saúde e da relevância de suas atuações sobre o bem-estar das crianças e sobre si mesmos, ao permitirem-se serem agentes sociais de mudança do cenário assistencial.

A brincadeira estimula a criança a ser protagonista da ação, permitindo a expressão de sua imaginação, o extravasamento de emoções, o desenvolvimento de aspectos motores e sensitivos, cria um espírito de solidariedade, enfim, permite a construção de laços afetivos que a auxiliarão na estabilização de aspectos emocionais e favorecem o convívio social. Neste direcionamento, as atividades que estimulem o brincar durante a internação, favorecem a adaptação ao ambiente hospitalar, uma vez que aproximam as crianças do seu cotidiano e podem facilitar o enfrentamento de uma situação tão adversa, ao mesmo tempo em que diminuem o estresse das crianças e seus familiares e entre estes e a equipe assistencial.

Para nós bolsistas ficou evidente também, o quanto as atividades lúdicas junto às crianças hospitalizadas têm contribuído para a nossa formação, tornando o cuidar não apenas uma ação prática e rotineira, mas, sobretudo uma experiência sensorial com capacidade terapêutica não apenas aos indivíduos a serem cuidados, mas também aos cuidadores.

Nesse sentido, percebemos que a construção do agir, saber e fazer enfermagem estão intimamente ligados e que devem ser trabalhados continuamente, pois não são um fim em si mesmo, mas um processo em construção.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando que o processo de desenvolvimento da criança embora hospitalizada continue ocorrendo, e que a internação pode provocar medo e ansiedade, propiciar atividades lúdicas poderão favorecer a distração e melhor adaptação no período de internamento, contribuindo, deste modo, para que o fluxo de desenvolvimento da criança continue com menor impacto emocional. Deste modo, brincar constitui-se de fato em um recurso viável e adequado para o enfrentamento da hospitalização e por promover melhor interação entre profissionais e crianças, tornando-se terapêutico para as doenças e para as relações.

A Enfermagem, portanto, por ser a profissão que permanece mais tempo junto à criança hospitalizada deve desenvolver atividades que retirem o foco das técnicas e procedimentos padrões, visando um atendimento integral e um cuidar humanizado.

## **REFERÊNCIAS**

1. ABERASTURY, A. A criança e seus jogos. Porto Alegre: Artmed, 1992. p. 88.



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

2. CECCIM, R.B; CARVALHO, P.R.A. **Criança hospitalizada: A atenção integral como uma escuta à vida**. Porto Alegre: Ed. UFRGS; 1997. 18-29
3. CHIATTONE, H.B.C. **A criança e a Hospitalização** In: ANGERAMI, A.V. A Psicologia no Hospital. São Paulo: Traço Editora, 1987. 45-84
4. MOTTA, A.B; ENUMO, S.R.F. **Brincar no hospital: Estratégia de enfrentamento da hospitalização infantil**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 9, n. 1, p. 19-28, 2004.
5. MUSSA, C; MALERBI, FEK. O Impacto da Atividade Lúdica Sobre o Bem Estar de Crianças Hospitalizadas. São Paulo, 2008.

## O ERRO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Patrícia Estephane ([patriciaestephane06@gmail.com](mailto:patriciaestephane06@gmail.com))  
Jussara Isabel Stockmanns ([jussara.stockmanns@ifpr.edu.br](mailto:jussara.stockmanns@ifpr.edu.br))

### RESUMO

O presente artigo no contexto escolar irá afirmar sobre a maneira de se avaliar e como lidar com o erro durante o processo de avaliação. Para a realização deste artigo foi utilizado pesquisa bibliográfica com bases nos autores Jussara Hoffmann e Charles Hadji. A avaliação é vista por muitos alunos como sendo o momento de tortura que é testado o seu aprendizado, e querendo ou não o professor coloca grandes expectativas perante a correção da mesma. Considera-se que a partir do momento que o professor compreender o erro, também, entenderá o aluno, e assim ocorrerá a superação das dificuldades. Ocorre uma grande necessidade de se deixar de lado a concepção de que o erro é um fracasso do aluno, de que não ocorreu nenhuma aprendizagem do conteúdo, os mesmos são julgados pelo erro cometido sem terem a chance de analisar junto com o professor o porquê do ocorrido. Uma avaliação promove ao professor conhecer as principais dúvidas que o aluno tenha perante o conteúdo trabalhado e assim tornar uma construção conjunta entre ambos. Deve-se ocorrer uma formação com uma visão diferente para as novas gerações de professores, para que os mesmos erros não sejam cometidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Avaliação, Erro, Aprendizagem.

### ABSTRACT

This article in the school context will say on how to assess and how to deal with the error during the evaluation process. For the realization of this article was used bibliographical research with bases in Jussara authors Hoffmann and Charles Hadji. The assessment is seen by many students as the moment of torture that their learning is tested, and like it or not the teacher sets high expectations towards the correction of the same. It is considered that from the moment that the teacher understand the mistake, too, understand the student, and thus overcome the difficulties occur. There is a great need to put aside the idea that the error is a failure of the student, that there has been no content of learning, they are judged by mistake without having a chance to analyze together with the teacher why the occurred. An evaluation promotes the teacher know the main questions that the student has worked to the content and thus make a joint construction between them. It should be there is a formation with a different vision for the new generations of teachers, so that the same mistakes are not made.

### INTRODUÇÃO

O processo educacional é constituído por itens de suma importância, e dentro dele se destacam a avaliação e o erro no processo de aprendizagem, que devem ser visto por aqueles que fazem parte de tal processo como sendo algo fundamental para a formação de todos.

A avaliação é vista como uma maneira de se testar os conhecimentos que foram adquiridos pelos alunos no decorrer das aulas e é deixada de lado a preocupação de criar condições para que o aluno se forme também como sujeito. Ocorre a necessidade de se refletir sobre os reais objetivos, conteúdos e métodos para que se possa voltar à atenção para o aluno e não para as exigências do sistema de ensino. Ocorre muito a necessidade de se olhar para a avaliação e para o erro como uma nova visão de se trabalhar em benefício do aluno.

O erro também é visto como uma maneira de intimidar o aluno perante as avaliações, pois o mesmo se encontra com medo de expor suas ideias e ser julgado perante todos. Ocorre a necessidade de que se tenha uma análise criteriosa sobre o motivo que ocasionou o erro e não seu julgamento. Pois a responsabilidade é dada totalmente para o aluno e não se é questionado a culpa que o professor teve, se realmente ele proporcionou condições adequadas para que o aluno tenha realmente mostrado tudo o que sabe ou ocorreu alguma falha nesse processo.

Portanto o professor necessita de uma formação voltada para avaliação e para todas as ações que venha a ser decorrente deste processo, pois o que deve ser levado em conta a todo o instante deve ser se a aprendizagem ocorreu realmente no aluno. É necessário que o professor supere essa concepção já formada sobre a avaliação e o erro, devido aos dois fazerem parte do processo educacional e dizerem por si a sua grande importância para a formação do aluno.

## **AVALIAR EM MEIO A UM SISTEMA QUE VÊ A AVALIAÇÃO COMO PUNIÇÃO**

A forma de avaliação mais utilizada pelos professores para medir o conhecimento dos alunos acaba se tornando um método não tão eficiente, pois atualmente o professor não está sabendo como avaliar o aluno. Hoffmann afirma que o professor acaba se apegando a uma avaliação já pré-definida pelo sistema:

O que se precisa questionar, no meu entender, são os princípios que fundamentam tais práticas avaliativas que, cada vez mais estreitas e padronizadas, impedem ver e sentir cada sujeito da educação em seu desenvolvimento integral e singular, negando a heterogeneidade que os torna humanos e limitando o acesso à escola apenas aos que se aproximam ou se submetem a expectativas rigidamente determinadas por ela. (HOFFMANN,2011, p.11).

O processo avaliativo necessita deixar de lado o que o sistema impõe, e aplicar um processo que deve ser feito em etapas, o professor deve conhecer seu aluno, saber o meio que ele está inserido, pois por diversas vezes o aluno não consegue se manifestar na sala de aula devido a sua timidez ou por medo de críticas de seus colegas.

Sabe-se que a avaliação escrita é uma das formas mais torturantes tanto para as crianças como para os adultos, através dela se gera cada vez mais a competição e o individualismo para ver quem tira a nota maior.

Deve-se debater muito a questão da avaliação, para que possa saber como avaliar seus alunos de diversas formas sem acabar prejudicando nenhum deles. Alguns cursos de Pedagogia estão formando docentes com uma formação precária em avaliação e algo precisa ser feito para que tais situações não acabem prejudicando o aluno. Para Hoffmann o professor necessita ter uma formação continuada, afirma:

É preciso respeitar o professor em suas concepções, promover estudos e espaços de discussão nas escolas e universidades, porque é através do aprofundamento teórico que os professores poderão tomar consciência do significado de determinados procedimentos avaliativos. Não será através de normas e determinações que o professor irá mudar, mas tornando-se consciente do sentido de determinadas posturas avaliativas através de muitas leituras e discussões com outros educadores. (HOFFMANN, 2011, p.68).

Todo o educador deve repensar seus critérios de avaliação, em torno da necessidade de construir políticas e práticas que considerem essa diversidade e que estejam comprometidas com o sucesso e não com o fracasso escolar. O conhecimento parte de toda a sua vivência dentro e fora da escola. Ela afirma:

A maioria dos educadores concorda que a construção do conhecimento pelo educando se dá de forma dinâmica e progressiva, não havendo início, meio ou fim nesse processo. Cada hipótese construída pelo aluno estará constantemente sendo refutada por ele, ampliada, complementada a partir de suas experiências de vida, do seu desenvolvimento geral, das provocações intelectuais sofridas dentro e fora da escola. Daí porque o processo avaliativo não pode se dar por etapas, mas continuamente... Muitos professores concordam com essas afirmações, senão a maioria. Mas, o que se percebe, é que embora enunciem essa concepção, não chegam a desenvolver um processo avaliativo que respeite tal dinamicidade do processo de conhecimento. (HOFFMANN, 2011, p.35).

No momento da avaliação o professor deve ter neutralidade para fazer uma avaliação justa e deve ter critérios bem estabelecidos para que sua avaliação não seja limitada.

Por diversas vezes se acaba agregando pouca importância para a avaliação, ela é vista apenas como mais um item no currículo escolar, devido a isso que é de grande importância ocorrer debates constantes para que tal visão seja mudada e vista a influência dela no contexto escolar.

O professor deve construir o objeto de sua avaliação, saber que informações ele quer coletar, porque a avaliação irá esclarecer as dificuldades



encontradas pelos alunos, pois para cada situação existem vários exercícios que poderão ser escolhidos para se trabalhar.

É preciso se ter claramente as informações que o professor quer coletar com a avaliação. Para Hadji o professor antes de fazer uma avaliação deve saber o que deseja extrair de cada aluno. Hadji afirma:

[...] Construir o objeto de avaliação é dizer, antes de mais nada, sobre o que se dá o questionamento, e sobre, o que se deverá coletar informações. Designar, portanto, o saber, o *savoir-faire*, o saber-ser; a competência, a capacidade, a habilidade, etc., sobre o que se questiona. É essa interrogação que designa (e cria) o objeto da avaliação. O avaliador deverá então, com todo o rigor, expressar essa interrogação. (HADJI,2001,p.79).

Portanto, a avaliação irá esclarecer para o professor os principais problemas encontrados pelos alunos, quais suas dificuldades e principalmente aonde elas se encontram, para que se possa trabalhar para a resolução destes problemas, de uma maneira que venha a acrescentar conhecimento para o aluno, e não apenas para somar uma nota.

## ERRO COMO MOMENTO DE APRENDIZAGEM NA AVALIAÇÃO

O erro precisa ser visto com outros olhos pelos profissionais da educação e ser tratado com a importância que merece, e assim perceber os benefícios que pode acarretar para o professor e para o aluno.

O professor não deve apenas dar como errada as questões que o aluno não acerta mais procurar saber como o aluno chegou naquele resultado, por diversas vezes ele deixa de formar um aluno melhor. Hoffmann (2011) ao abordar a discussão menciona que Cabe ao educador investigar como o aluno chegou a uma resposta ao invés de verificar se encontrou a resposta certa. Em primeiro lugar, porque o ensinar se torna conhecer para o professor, através da investigação sobre processos de pensamento do estudante. Em segundo lugar, porque confrontados com ideias alternativas, todos os envolvidos no processo de aprendizagem (professores e alunos) alcançam a superação em termos de conceitos construídos sobre uma área de conhecimento. Ao invés disso, infelizmente professores pretendem “ensinar” respostas e os alunos tendem a repetir “respostas ensinadas”. Perdem ambos nesse processo.

O erro pode se expressar de diversas maneiras e cabe ao professor identificar se ocorre devido à dificuldade de leitura, de interpretação e de outros aspectos.

É preciso criar as condições para sua superação, deve-se dar ao aluno a informação de que ele precisa para compreender e corrigir aquilo que errou. Segundo Vermersch em apud Hadji o erro deve ser valorizado, e não punido. Afirma:

[...] o erro não é simplesmente um não-acerto, que deve ser lamentado, ou cujo absurdo deveria ser condenado. Ele pode tornar-se inteligível se, por exemplo, for considerado como “o reflexo de uma coerência própria a este ou aquele registro” (VERMERSCH, apud,HADJI,2001.p.89).

O erro na escola é visto como uma falha que o aluno cometeu o que de fato não pode ser encarado com esse propósito pelo professor. Ocorre a necessidade de se compreender que o aluno está se apropriando, está em meio à construção de conhecimentos e que o erro não é nada mais que parte desse processo. Para Hadji o erro vai causar no aluno um aprendizado, ele afirma:

[...] E o essencial, mais uma vez, é ter vontade de compreender. Compreender os erros para criar as condições de sua superação. Exceto para os pesquisadores, a análise dos erros não é um fim em si. É um meio oferecido para tornar a avaliação mais informativa e imaginar melhor as condições didáticas e/ou pedagógicas adequadas para a superação do obstáculo revelado pelo erro. (HADJI,2001,p.101)

O avaliador cria resultados por ele no processo de avaliação sem analisar se deu as condições necessárias para que os alunos cheguem ao resultado proposto por ele.

O processo avaliativo se, aplicado corretamente fará o erro se tornar uma forma de aprendizado para o aluno, e contribuindo amplamente em toda a avaliação proposta pelo professor.

Portanto, ocorrem à necessidade de se fazer válido dentro da sala de aula, tais considerações sobre a importância do trabalho com o erro cometido, e assim não expor a situações constrangedoras e a punições, fazendo o aluno regredir.

## CONCLUSÃO

O referente artigo objetivou ao professor rever sua prática de avaliação, pois errar deveria ser algo normal na vida de qualquer ser humano, quer este erro ocorresse dentro ou fora dos muros escolares. Todavia, o erro cometido nas avaliações escolares gera consequências altamente indesejáveis para aqueles que o cometem. O professor deve estar preparado para lidar tanto com a avaliação como com o erro que ocorre entrelaçado a ela.

O papel do erro é para contribuir no processo de aprendizagem, identificando ao professor onde ficaram as dúvidas para que sejam superadas em todos os seus âmbitos. O aluno precisa estar confiante de que o erro irá lhe proporcionar o aprendizado futuramente e que é preciso que ele venha a ocorrer.

O processo de avaliação deve contribuir para o sistema educacional e principalmente formar um cidadão que tenha uma visão totalmente diferente da avaliação. Pois ela é algo extremamente importante para que saiba o nível de conhecimento que o aluno alcançou e através dela se pode concluir se o conhecimento foi fixado ou se necessita trabalhar novamente, até que o aluno aprenda.

A união da avaliação e o entendimento do erro são essenciais para que o professor possa estar desenvolvendo um trabalho que prioriza o aluno e



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

principalmente ele aprenda com os erros e não veja a avaliação como uma forma de exclusão com uma justificativa já dada. . Fica visível a importância de se avaliar o aluno diariamente e a superação do erro durante todo o processo escolar e não somente no processo avaliativo, o que acarretará somente em benefícios tanto para o professor como para o aluno.

### **Referências**

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Artmed, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Pontos e Contrapontos. Do pensar ao agir em avaliação**. Mediadora, 2011.

## ESCRAVIDÃO E PROPAGAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO: HERANÇAS HISTÓRICO-SOCIAIS

Autores: Keyla Sabrina Moreira ([keylamoreira@live.com](mailto:keylamoreira@live.com))

Francieli Maria de Lima ([francieli.lima@ifpr.edu.br](mailto:francieli.lima@ifpr.edu.br))

Jaqueline Fátima Romana ([jaqueline.roman@ifpr.edu.br](mailto:jaqueline.roman@ifpr.edu.br))

**Resumo:** No presente trabalho, demonstra-se a necessidade de aproximar o tema escravidão, e realizar as adequadas amarras histórico-sociais para assim poder compreender os problemas atuais objetivos do trabalho escravo contemporâneo, não apenas como fatos históricos isolados, mas com sua devida inserção na complexa instituição escravista, e fazer a devida localização e reconhecimento dos sujeitos históricos.

**Palavras-chave:** Escravidão. Trabalho escravo. história

### Introdução

O projeto sobre o trabalho escravo contemporâneo com enfoque na região sudoeste tem como objetivo conhecer um pouco acerca da história sócio-cultural brasileira, de maneira ampla, para então compreender mais especificamente a região do sudoeste do Paraná, e sua incidência de casos com o trabalho escravo. Para isso, recorreram-se às diversas fontes bibliográficas, dentre elas: livros, artigos científicos, textos de domínio públicos, arquivos históricos, entre outros.

### Desenvolvimento

*“A verdadeira imagem do passado perpassa veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido”*(Walter Benjamin, 1987).

Primeiramente, torna-se necessário ressaltar o caráter imprescindível de conhecer a história do sistema escravista no Brasil, e da escravidão como um todo, para atualmente compreender a complexa dimensão dos tecidos sociais brasileiros. Não é possível enfrentar os problemas que amedrontam a atualidade, sem adentrar nas mazelas do passado. Precisamos expor as faces da escravidão, ainda que nos enrubesça o rosto ao desvendar uma de suas mais mascaradas expressões: o trabalho escravo.

No livro *“A escravidão no Brasil”*, Perdigão Malheiros clarificando a propriedade e situação de escravo, elucida sobre a posição jurídica e o tratamento que lhe é conferido:

Pelo direito de propriedade, que neles tem, pode o senhor alugá-los, emprestá-los, vendê-los, dá-los, aliená-los, legá-los, constitui-los em penhor ou hipoteca, dispor dos seus serviços, desmembrar da nua propriedade o usufruto, exercer enfim todos os direitos legítimos de verdadeiro dono ou proprietário. Pode, igualmente, impor nos contratos ou nos atos de última vontade, assim como aceitar, todas as condições e cláusulas admissíveis quanto aos bens em geral; salvas as exceções de Direito especiais à propriedade — escravo —. (MALHEIRO, 1976)

Desta maneira entendia-se o escravo como propriedade, objeto de negociação, *ente despersonalizado*, desprovido de capacidade civil, sujeito em situação antagônica ao compreendido como princípio fundamental da República Federativa do Brasil: a dignidade da pessoa humana, previsto no inciso III do artigo 1º da Constituição Federal.

Se recorrermos anteriormente ao período romano, temos o seguinte entendimento sobre o conceito de escravo: “desde que o homem é reduzido à condição de cousingo, sujeito ao poder e domínio ou propriedade de um outro, é havido por morto, privado de todos os direitos, e não tem representação alguma”, disserta MALHEIRO (1976 p. 37), e prossegue a fundo,

aí veremos sancionada a extrema conseqüência da latitude do direito de propriedade constituído sobre o escravo, quando, conferindo-se ao senhor, além do *jus dominii*, o *jus potestatis*, se lhe deu a faculdade de dispor do escravo como bem lhe aprouvesse, de maltratá-lo e até matá-lo impunemente (*jus vitae et necis*), do mesmo modo que o poderia fazer com um animal que lhe pertencesse, ou outro qualquer objeto de seu domínio. (MALHEIRO, 1976 p. 32).

Assim, percebe-se a aniquilação *in praxis* do que hoje entendemos como princípios humanos, através da sujeição condição de escravo à coisificação total do homem, tornando-se artefato de negociação, com as mesmas características da propriedade, como empregado atualmente tais conceitos a componentes objetos do direito civil.

O grande historiador Joaquim Nabuco, defensor das ideias do partido abolicionista e autor da obra *O abolicionismo*, a respeito do tema e seus fatos históricos, narrou em 1883:

Em 1850, queria-se suprimir a escravidão, acabando com o tráfico; em 1871, libertando-se desde o berço, mas de fato depois dos vinte e um anos, os filhos dos escravos ainda por nascer. (...) A opinião, em 1845, julgava legítima e honesta a compra de africanos, transportados traiçoeiramente da África e introduzidos por contrabando no Brasil. A opinião, em 1875, condenava as transações dos traficantes, mas julgava legítimas e honestas a matrícula depois de 30 anos de cativeiro ilegal das vítimas do tráfico. O abolicionismo é a opinião que deve substituir, por sua vez, esta última, e para a qual todas as transações de domínio sobre entes humanos são crimes que só diferem no grau de crueldade. (NABUCO, 2000)

A partir do entendimento do abolicionismo, como a solução para o principal problema que sua sociedade enfrentava, bem como suas questões em torno destas condições degradantes, ainda no século XIX, nos seus escritos em defesa da abolição da escravidão, tocando diretamente na ferida, brilhantemente escreveu:

Que a pátria, como a mãe, quando não existe para os filhos mais infelizes, não existe para os mais dignos; aqueles para quem a escravidão, degradação sistemática da natureza humana por interesses mercenários e egoístas, se não é infamante para o homem educado e feliz que a inflige, não pode sê-lo para o ente desfigurado e oprimido que a sofre.(NABUCO, 2000).

Aprofundando na história da exploração, percebe-se que ainda no início da colonização portuguesa, com o patrulhamento dos terrenos brasileiros e sua divisão em capitanias hereditárias, o grande objetivo para centralização do poder, era o exercício de domínio das terras. O poder se concentrava na posse, inexistindo aplicação de conceitos do que hoje entendemos como *função da terra* ou propriedade.

Inicialmente, nesta expressão colonizadora é que se estabelece a necessidade de uma mão-de-obra, pioneiramente na produção de açúcar, de modo a criar os tentáculos desse sistema escravista e seu autodesenvolvimento:

O processo colonizador do território brasileiro é desenvolvido por Portugal fundamentalmente a partir da produção do açúcar, o maior responsável pelo estabelecimento do europeu nessas áreas. Foi principalmente a partir dessa estrutura que se consolidou a utilização de mão de obra escravizada. Quanto tratamos de escravidão nas atividades econômicas do Brasil colonial, é impossível não fazer menção à escravização dos nativos e ao seu confronto com os colonizadores. (MONTEIRO, 1994; MARCHANT, 1980 *apud* MACHADO, 2015, p. 31).

Nos estudos sobre a formação social e econômica do Brasil, muitas foram às divergências dos pesquisadores quanto ao ponto de início para compreensão do período colonial. Alguns autores ofertaram juízos a partir de bases socioeconômicas distintas, sejam eles: a partir do modo feudal (com Alberto Passos Guimarães), do sistema patriarcal, ou como a defesa da base capitalista apresentada por Caio Prado Jr, entre outras estruturas clássicas que foram adotadas.

Neste contexto, inovando ao analisar as peculiaridades das regiões brasileiras e a pirâmide econômica estruturante das relações sociais, Jacob Gorender expõe em *O escravismo colonial* uma crítica sistêmica do modo de produção, e apresenta dois grandes institutos de produção: a *plantagem* e a *escravidão*. Assim, conforme explana Mário Maestri:



Segundo Gorender, a formação social escravista brasileira conheceu duas grandes formas de produção. A primeira, o modo de produções escravista colonial, hegemônico, apoiado no trabalho coercitivo e na propriedade alodial-latifundiária da terra, que ensejou fraca acumulação, em parte devido à "inversão inicial" necessária para iniciar a exploração do produtor direto. A segunda, o modo de produção de pequenos cultivadores não-escravistas, subordinado, apoiado na propriedade ou na posse de pequena quantidade de terra, que produzia para a subsistência e mercantilizava parte de produção. (MAESTRI, 2005)

O pesquisador José Lúcio da Silva Machado esclarece sobre a importância destes domínios produtivos, pois “a partir da *plantagem* escravista ocorre à disseminação do modo de produção essencialmente baseado na exploração da mão de obra escravizada”, e desta forma que se admite a observação do caráter escravista dos círculos sociais, e permite “trazer para o debate formações sociais localizadas em áreas distantes dos centros e economias exportadoras” (MACHADO, 2015), como no caso das regiões do sudoeste paranaense.

Nesta perspectiva, a plantagem sendo molde desenvolvimentista do período colonial, alinhada a mão de obra escrava com a ausência de compradores e mercado interno, por conta do baixo número de “homens livres”, não acompanhava a produção das plantagens, que foram então destinadas as especialidades para mercados externos.

O sistema de plantação em grande escala estabelecido ao longo da costa brasileira nos séculos XVI e XVII requeria trabalhadores dóceis e que não fossem dispendiosos, pouco tendo sido feito no sentido de contratar camponeses europeus para trabalharem sob as condições que existiam nas plantações. (CONRAD, 1975 p. 4)

Os nativos foram usados por vários anos como trabalhadores escravizados pelos europeus, até o início e ascensão do tráfico negreiro, onde houve a densa transição para utilização do trabalho forçado de escravos africanos. Desta forma, “essa substituição, lenta e contínua, foi decorrente da extinção tendencial da população nativa da costa, substituída por um comércio de trabalhadores escravizados na África pré-existentes”(MACHADO, 2015 p. 36).

A igreja teve forte influência nesta ‘substituição’, visto que reconheceu os índios como humanos, sujeitos dignos de liberdade. E assim, inserida em determinado contexto econômico e aliada aos interesses da coroa portuguesa, plantou ao tempo que reforçou a ideia dos nativos como “impróprios” para o trabalho. Conforme narrativa de Galeano,

Em 1537, o papa Paulo III ditou sua bula "Sublimis Deus". A bula entrou em choque contra "aqueles que, desejando saciar sua cobiça, se atrevem a afirmar que os índios devem ser dirigidos à nossa obediência, como se fossem animais", com o pretexto de que ignoram a fé católica. E em defesa dos aborígenes do Novo Mundo, estabeleceu que eles são "verdadeiros

homens, e como verdadeiros homens que são podem usar, possuir e gozar livre e licitamente de sua liberdade e do domínio de suas propriedades e não devem ser reduzidos à servidão”. Na América, ninguém tomou conhecimento. (GALEANO, 2012 p. 182).

O tráfico negreiro por sua vez, desenvolveu-se como uma das principais atividades econômicas da coroa portuguesa, como explana José Lucio Machado, “a economia escravista movimentou enorme ganho comercial, favorável à metrópole portuguesa e aos traficantes, que lucravam diretamente com a escravização e comércio de africanos”(MACHADO, 2015 p. 38).

O estabelecimento do tráfico vai promover a entrada contínua de trabalhadores escravizados no Brasil. Nas décadas posteriores serão registrados numeros que aumentam rapidamente. Esse aumento populacional é proporcional ao aumento de engenhos instalados (GOULART: 1975,99). De acordo com os dados fornecidos por Pero Magalhães Gandavo, o autor Roberto Simonsen (1978,88) atribuiu, para os anos, entre 1560 e 1570 a quantidade de sessenta engenhos produzindo açúcar em território brasileiro. (MACHADO, 2015 pp. 50-51).

Os navios negreiros, caracteristicamente lembrados por suas condições precárias e completamente desumanas, oscilavam suas movimentações financeirassegundo diferentes períodos de produtividade. Ainda que não desfavorecessem o lucro final dos traficantes, apontavam grandes porcentagens de morte durante os trajetos, sendo que em determinados períodos, as perdas chegaram a representar mais de 20%(MACHADO, 2015).

A abolição do tráfico africano foi seguida, por conseguinte, por mais de uma década de quase silêncio sobre o problema dos escravos. O Brasil aprendeu a viver sem o tráfico de escravos da África, mas a escravatura, já há muito extinta na maioria dos países latino-americanos, (...) ainda era uma poderosa instituição no Brasil. Poucas foram às pessoas que pensaram seriamente na sua abolição até que tais pensamentos lhes foram impostos por condições diferentes (CONRAD, 1975 p. 52).

A primeira tentativa de abolir com o tráfico legalmente é através da lei assinada em 1831, entre os governos de regência do Brasil e da Grã-Bretanha, em que declarava: “todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres”. Como ilustra Nabuco (2000, p. 3), “antes de 1840 o Brasil é presa do tráfico de africanos; o estado do país é fielmente representado pela pintura do mercado de escravos no Valongo”.

Em 1850 a Lei Eusébio de Queirós introduz à normativa que decreta o fim do tráfico de escravos para o Brasil, e o significativo impacto contra a escravidão. Relatando da dificuldade do processo de abolição do tráfico,

pontua José Lúcio Machado sobre a análise dos conflitos feitas por Alice Piffer Canabrava:

“Desde a implantação dos primeiros engenhos pelos donatários, pareceu-lhes premente a necessidade de importar escravos da África (...)”. A autora observou a existência de uma articulação entre o tráfico de cativos e a condição de produção colonial. Uma ação coordenada pela Coroa portuguesa de forma que o colono instalado nessas terras cumprisse suas práticas econômicas associado com o comércio escravista. (MACHADO, 2015 p. 49)

Assim, identifica-se a relação de dependência do colono para com o trabalhador escravo. O autor americano Robert Conrad ao lecionar sobre os últimos anos de escravatura, explica que, em razão da produção interna e a escassez de mão de obra, a demanda por escravos aumentou, e assim, o complexo sistema da escravidão se aperfeiçoava:

Quando o tráfico africano terminou, uma sociedade complacente ajustou-se à nova realidade com um vasto e espontâneo aumento no movimento interno dos escravos, consequência da procura constante de mais escravos na região do café e de atitudes imutáveis no que se refere a própria instituição da escravatura. (CONRAD, 1975 p. 39).

Em nome das atividades econômicas, resultado das plantações e produções agrícolas, e em geral, do desenvolvimento de tais atividades, que inicialmente eclodiram com a safra do café, o autor direciona que devido à procura e aos lucros, os preços dos escravos aumentaram e, “os escravos eram obrigados a migrar e, por vezes, seus donos vendiam tudo o que tinham e partiam com todos os trabalhadores para regiões mais promissoras”.

A migração forçada dos escravos brasileiros, que se seguiu à supressão do tráfico africano, começou nas plantações, fazendas e cidades das regiões do norte, do oeste e do extremo sul do país e terminou com a chegada às plantações de café do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. (...) Com a abrupta supressão do tráfico africano, o fluxo de escravos do norte para o sul transformou-se numa autêntica torrente e começou sendo considerado vital para os interesses dos fazendeiros da região do café. (CONRAD, 1975 pp. 64-65)

Conforme observação de Jacob Gorender, o trabalhador feitorizado adentrou em diversos espaços da economia, “difundindo-se na generalidade da vida social”, apresentando a contribuição e influência dos cativos nos setores da economia e sociedade (MACHADO, 2015 p. 55).

Diante da necessidade de considerar as atividades econômicas com o processo de colonização e formação da sociedade, nota-se que tais aparelhos tiveram grande influência sobre a ocupação das regiões brasileiras, como de destaque as atividades pastoris, fixadas entre o engenho e a

mineração, de modo a acrescentarem auxílio para estabelecimento dos trabalhadores em áreas longínquas, ao tempo que estabeleciam e fortaleciam diferentes redes de comércio (MACHADO, 2015).

Estes pressupostos econômicos são importantes para entender o caráter das relações comerciais que vão se expandir pelo país, e configurar pano de fundo do desenvolvimento das demais relações estabelecidas, sejam elas sociais, de produção, comercialização, econômicas, trabalhistas, etc.

O gado produzido no nordeste, que se torna um importante produto de comercialização entre terras brasileiras, após sofrer dificuldades regionais de produção, passaporuma transição maciça para as regiões sulinas, causando um grande impacto desenvolvimentista, sendo considerada por pesquisadores como a maior responsável pela colonização territorial do sul.

Os vastos campos ofereciam possibilidades de estabelecimento e sobrevivência desses indivíduos de forma relativamente fácil. Essa condição fez com que poucos se sujeitassem ao trabalho assalariado. Diante da relativa autonomia e a valorização do trabalhador assalariado, tornou-se difícil o estabelecimento de um mercado livre. (MACHADO, 2015 p. 69)

Isso explica como ocorre a ocupação por cativos de origens africanas presentes nas regiões pastoris, “empregados nas mais diversas formas de trabalho”, torna-se indispensável a “produção de alimentos e manutenção das fazendas” (MACHADO, 2015).

O trabalhador escravizado desempenhou também a função de *peão* e em algumas regiões durante a ausência do dono, esteve responsável pela fazenda (MAESTRI: 1994, 76-78, apud MACHADO, 2015).

Em termos de lastro histórico temporal, pode-se dizer que somente agora, fim do século XX é que tal tema ganha a devida atenção, após criação de organizações internacionais empenhadas para combater o trabalho escravo. Sendo que no Brasil, posterior as denúncias feitas pela OEA – Organização dos Estados Americanos, apenas em 1995 foi oficialmente reconhecida à existência de brasileiros submetidos a condições desumanas, onde entre estes que compunham o quadro, estavam crianças e adolescentes.

Observa-se quanto ao escravo, anteriormente objeto de propriedade, passa ter sua imagem refletida nas fisionomias do atual trabalhador escravizado, que no posto de cidadão, segundo a carta constitucional de 88, devia estar numa posição de igualdade aos demais indivíduos e sujeito de direitos, mas caracteriza-se por ser refém da violação do princípio da dignidade humana ao ter sua condição de ser humano reduzido ao de coisa, bem como sua liberdade cerceada.

O entrosamento previsto na redação da lei 11.803/2003, que inova o entendimento do artigo 149 do Código Penal, estabelece novas hipóteses e diferencia formas de reconhecimento do trabalho escravo, entre elas: i)

condição análoga a de escravo; ii) restrição de liberdade e do direito de ir e vir, por razão de dívida com o empregador, ou pela restrição de transporte, unicamente com o intuito de retê-lo em determinado local de trabalho; iii) condições degradantes impostas no trabalho e jornada extensiva de trabalho.

Segundo entidades responsáveis pelo combate ao escravo, bem como, dados fornecidos por organizações governamentais, estima-se que são escravizados anualmente 25 mil trabalhadores, considerando que a Comissão Pastoral da Terra alerta ao fato dos casos que não são contabilizados e se figuram invisíveis, acreditando que este número pode chegar até 40 mil.

## **Conclusões**

Conforme demonstrado, torna-se arriscado estabelecer uma data precisa para celebrar o fim da escravidão, considerando que, apesar de ter sido oficialmente abolida em 1888, com o decorrer dos anos continuou camuflada nos tecidos da sociedade brasileira. A questão da escravidão ainda é um problema contemporâneo, pois apesar de atualmente se vestir com novas roupagens, utiliza de sua roupa mais antiga, o trabalho escravo.

No presente texto, procurou-se afastar o caráter subsidiário histórico dado ao trabalhador escravizado em razão do desenvolvimento econômico, e reconhecê-los primariamente em sua condição essencial de sujeitos históricos.

Reconheceu-se que o modo de produção e expansão de atividades agrícolas e pastoris foram elementos determinantes, que atingiram direta e indiretamente a atual caracterização do perfil escravista, tanto das áreas que são encontradas tais expressões, como dos trabalhadores e suas atividades em meios às circunstâncias a configurar trabalho escravo.

As plantações, safras e necessidade de mão de obra, bem vários outros fatores, e a estimacão do desenvolvimento econômico, foram fatores que influíram e decidiram a questão da propagação e alastre desta instituição. Como apontou Joaquim Nabuco, seriam necessários séculos para limpar a mancha da escravidão e desenrolar as linhas, de opressão, superstição e ignorância, que de modo complexo, amarraram-se na nossa sociedade e invadiram nossas vidas e instituições.

No entanto, atualmente órgãos governamentais e vários institutos tem sido responsáveis por lutar contra o trabalho escravo, e de modo geral, para supressão completa destas diferentes formas de expressões da herança cultural. O direito por sua vez, em face da escravidão e do trabalho escravo, tem a obrigação de contribuir para correção desta dívida histórica e afrontar todas as formas expressivas da escravidão.

O que intriga e deve ser objeto de exausto estudo são os fatores de manutenção do trabalho escravo no Brasil, em pleno século XXI, em um país no qual abunda legislação interna de proteção aos trabalhadores, bem como tratados e estatutos internacionais recepcionados. O ordenamento jurídico possui inúmeros instrumentos que possibilitam o combate ao trabalho escravo

tais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) com as convenções nº29 e 105, Declaração universal dos direitos humanos através do decreto 678 de 1992, o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional com o decreto 4.388 de 2002, e através de direitos e garantias constitucionais e infraconstitucionais como o Código Penal pelo art. 149. No âmbito governamental possui ações de políticas públicas como o Projeto Naus, Programa Nacional de acompanhamento na construção civil pesada, Programa nacional de representação dos trabalhadores nas empresas, Programa de promoção de trabalho decente no setor sucroalcooleiro, Programa Nacional de combate às Irregularidades trabalhistas na Indústria da construção civil, MPT na escola, entre outros. Entretanto, não se demonstram suficientes para a erradicação dessa forma de trabalho. Toda esta legislação somado ao aparente valor cultural de combate ao trabalho escravo o qual resplandece à boca, inclusive dos grandes latifundiários e agroindustriais, como um mal a ser combatido. Cotidianamente vê-se na mídia um número elevado de empresas sendo multadas e embargadas pela manutenção de trabalho escravo. A pergunta que paira é o que subordina tais empregados, que muitas vezes não são mantidos em cárceres, podem exonerar-se daquele trabalho a qualquer momento, entretanto mantêm-se naquela situação de jornadas exaustivas, baixos salários, falta de condições de higiene, alimentação e segurança.

## Bibliografia

**CONRAD Robert** Os últimos anos da escravatura no Brasil [Livro] / trad. Ferro Fernando de Castro. - Rio de Janeiro : Civilização Brasileira S.A., 1975. - Retratos do Brasil : Vol. 90.

**GALEANO Eduardo** [Seção do Livro] // Os filhos dos dias. - Porto Alegre, RS : L&PM, 2012.

**MACHADO José Lucio da Silva** O sertão e o Cativo: escravidão e pastoreio: os Campos de Palmas - Paraná 1859-1888 [Livro]. - Porto Alegre : FCM Editora, 2015. - Vol. Coleção Malungo : p. 189 p.. - 978-85-67542-14-0.

**MAESTRI Mário** O escravismo colonial: a revolução copernicana de Jacob Gorender. [Periódico] // Revista Espaço Acadêmico. - Rio de Janeiro : [s.n.], 2005. - História & Luta de Classes : Vol. 35 e 36. - pp. 77-102.

**MALHEIRO Perdigão** A escravidão no Brasil - Ensaio Histórico, Jurídico e Social [Livro]. - Brasília : Petrópolis, Vozes, 1976. - Vol. 3 : p. 266.





**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

**NABUCO Joaquim** O abolicionismo [Livro]. - São Paulo : Publifolha, 2000, 2000.

**Walter Benjamin** Magia e técnica, arte e política // Ensaio sobre literatura e história da cultura / trad. Gagnebin Prefácio de Jeanne Marie. - São Paulo : Brasiliense, 1987. - pp. 222-232.

## O ESTIMULO DA LITERATURA INFANTIL E O SEU DESENVOLVIMENTO COM A PRÁTICA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIA.

Nayura Ai More Santos (nayura.aymore@hotmail.com)  
Jussara Isabel Stockmanns (jussara.stockmanns@ifpr.edu.br)

### RESUMO

O artigo, o estímulo da literatura infantil e seu desenvolvimento com a prática da contação de história, tem por objetivo, apresentar a natureza da literatura infantil e quais são os objetivos que a literatura infantil deseja atingir no educando, ou seja, trabalhar com os valores dos alunos, para que a formação da criança aconteça de uma forma total, sendo assim trabalhando com o todo do aluno, pegando suas emoções e sentimentos e imaginação para estimulá-lo à leitura, trabalhando a favor do aluno, por meio da contação de história assim o educando irá imbuir o gosto pela leitura, expandir suas habilidades cognitivas, trabalhar com o convívio social, desenvolver seu idioma e diversas variedades de linguagem, diversificando as histórias escolhidas para se trabalhar em sala de aula. Da importância contação de história, que é uma arte milenar, trabalhada há séculos e séculos onde seu objetivo era outro, o de “educar”, ou seja, trabalhar com regras de um bom convívio, ensinar a conviver em uma sociedade e obedecer à mesma, isso valia tanto para adultos quanto para crianças. Portanto a contação de história é uma estratégia indispensável para o professor e para a instituição escolar, porque pode garantir a formação de futuros leitores, e indivíduos pensantes e críticos.

**PALAVRAS CHAVE:** Leitor, Criança, Imaginação.

### ABSTRACT

The article, stimulation of children's literature and its development with the practice of storytelling, aims to present the nature of children's literature and what are the objectives that children's literature wants to achieve in the student, that is, work with values students, for the education of children happens in a full way, so working with all the students, taking their emotions and feelings and imagination to stimulate it to reading, working in favor of the student, through story-telling so the student will instill a love of reading, expand their cognitive skills, work with social life, develop their language and several language varieties, diversifying the stories chosen to work in the classroom. The importance of storytelling, which is an ancient art, crafted for centuries and centuries where your goal was another, to "educate", so, work with rules of good living, teaching to live in a society and obey the same this value for both adults and children. So the storytelling is an indispensable strategy for the

teacher and the school institution, because it can guarantee the formation of future readers thinkers, and critical individuals.

## **INTRODUÇÃO**

Em nossa sociedade a literatura infantil, ainda não está tendo o seu valor significativo, apenas esta sendo vista como algo prazeroso, como um passatempo entre as crianças, mas não é assim que deve ser a literatura em si ou a literatura infantil, não é apenas um ato de satisfação, onde o leitor irá ler um livro e se sentirá bem, muito menos uma mera distração.

A literatura infantil é muito importante para a sociedade e para o ambiente escolar, pois é através da literatura que podemos aprender ensinar e conhecer e experimentar, ou seja, conhecer um outro universo, diferentemente daquele em que a criança já conhece, permitindo assim que a criança viaje no mundo da imaginação. O aluno ao interagir e entrar nesse mundo da leitura irá interpretar e compreender o mundo que o cerca, levando o mesmo a poder modificar a sociedade ou ambiente em que vive.

Desenvolvendo sua imaginação e sentimentos de uma forma alegre e lúdica tornando significativa para a criança, ao trabalhar a oralidade com os alunos, ou seja, a contação de história no ambiente escolar é muito importante porque enriquece o ato de se comunicar e se expressar, fazendo com que os professores ao adquirirem a prática da contação de história, instiguem a curiosidade em seus alunos assim os educandos formulem soluções para os problemas que encontram.

Instigando também a criatividade, a imaginação o gosto pela leitura, trabalhando para a formação da personalidade própria, melhorando o seu desenvolvimento no processo de aprendizagem escolar.

A contação de história ainda é vista como algo apenas entre pai e filho, como algo da família, mas o professor que trabalha com a oralidade em sua sala de aula, enriquece o lado cultural e o repertório de vocabulário do aluno, tornando aula mais prazerosa pro aluno e para o professor, fazendo com que o aluno passe a gostar de ler, e ao mesmo tempo influenciando a criança a se tornar uma formadora de opinião.

### **A natureza da literatura infantil e sua relevância.**

A literatura em geral se torna uma necessidade vital para o ser humano, para o homem, porque através da mesma, o homem irá compreender o que acontece em sua volta, juntando o imaginário com o real, estimulando e desenvolvendo suas ideias e seus ideais tornando possível a compreensão do mundo e a sua interpretação.

De acordo com Coelho (1991 p. 24) “A literatura infantil é antes de tudo, literatura: ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida através da palavra”.

Literatura é uma linguagem, como qualquer outra expressa algo, quer transmitir algum conhecimento determinado. Especificamente a literatura, quer transmitir uma experiência, do homem, ou seja, do ser humano, onde aquele que escreve relata uma experiência sua, ou um sonho, ou vontades. Fazendo com que o leitor entenda a seu modo.

De certa maneira a literatura infantil ou a literatura em si, interfere no modo de pensar das pessoas, acabando por decidir suas vontades e suas ações fazendo com que o conhecimento se torne mais vasto, dando um valor significativo para a sua vida, nesta abordagem Coelho afirma:

A literatura aparece ligada a essa função essencial: atuar sobre as mentes, onde se decidem as vontades ou ações; e sobre os espíritos, onde se expandem as emoções, paixões, desejos, sentimentos de toda ordem, no encontro com a literatura (ou com a arte em geral) os homens têm oportunidade de ampliar, transformar ou enriquecer sua própria experiência de vida, em um grau de intensidade não igualada por nenhuma outra atividade (COELHO, 1991, p. 25).

A literatura tem essa ligação muito forte com o conhecimento, fazendo com que o leitor ao ler um livro se torne parte do mesmo entendendo e buscando desvendar ou transcrever os significados e o sentido em que o livro apresenta e no que o autor quer passar.

Contribuindo para o desenvolvimento de uma língua, ou seja, de seu idioma e das variedades linguísticas culturais, através de uma forma lúdica e confiável, tornando se um método garantido, permitindo que as crianças e os jovens tenham acesso a valores e conhecimentos obtidos e acumulados durante esses anos em que a civilização passou por um grande desenvolvimento e grandes mudanças. Expandindo a cultura de uma sociedade e ampliando uma visão de realidade.

A literatura infantil não difere muito da literatura para adultos, pois a sua essência é a mesma, pois quer agregar novos saberes e valores, que venha mudar o “pensar” do leitor, à diferença que existe é a natureza do receptor que é a criança.

Ao falar em literatura infantil o que aparece de imediato é uma ideia de livros com lindas ilustrações, com apenas um objetivo, de entreter a criança, em algum outro propósito significativo. A literatura infantil até pouco tempo era tratada como um gênero menor, que não tinha muita importância.

Tanto que outrora a criança era vista como um adulto em miniatura, segundo Coelho (1991 p.26) “Os primeiros textos infantis resultaram de uma adaptação (ou da minimização) de textos escritos para adultos”.

Então as primeiras obras para a literatura infantil era de cunho adulto não tinha uma essência própria. Não se importando com as dificuldades,

que as crianças apresentariam, que seria a linguagem e interpretação daqueles livros, nesta abordagem Coelho afirma:

Até bem pouco, em nosso século a literatura infantil fosse encarada pela crítica como um gênero secundário, e fosse vista pelo adulto como algo pueril (nivelada ao brinquedo) ou útil (nivelada à aprendizagem ou meio para entreter a criança entretida e quieta) (COELHO, 1991, p.26).

O livro visto como um brinquedo no qual se refere, não é com o intuito focado para o desenvolvimento para o desenvolvimento do leitor em questão, mas sim para apenas acomodar a criança, não havendo relevância para o conhecimento da mesma.

Como a literatura infantil antes não mudava a sua linguagem e continuava um conteúdo relacionado com a literatura em si, não destinado para as crianças, era uma literatura popular, onde passava alguns valores, inclusive de ética, ou de algum comportamento que a sociedade queria impor e tanto as crianças como os adultos teriam que acompanhar, ou seja, seguir o padrão imposto.

A literatura infantil teve sua importância, a partir da psicologia experimental o qual passou a observar as fases do desenvolvimento (da criança para o adolescente), como que cada fase evoluía para a formação de sua personalidade e como que ocorria essa evolução, concluindo que cada fase é diferente uma da outra e o meio em que a criança vive também pode haver fatores para um aprendizado diferente. Desde então se muda o conceito de criança onde ocorre no século XIX, mudando o gênero da literatura infantil, adequando-o a uma linguagem destinada para a criança dando um significado abrangente para a formação intelecto infantil.

A literatura infantil ou a literatura em si, não pode ser um mero passatempo, mas sim algo que transmita uma experiência valorativa resultando no estímulo da perceptibilidade do conhecimento e no sentido das emoções, mudando a interpretação da vida para o leitor.

Ao trabalhar a literatura infantil pode se trabalhar com a realidade, mas com um padrão fantasista, segundo Freire (2015, p.42) “Às vezes, mal se imagina o que pode representar na vida de um aluno um simples gesto do professor, o que pode um gesto aparentemente insignificante valer como força formadora”.

Porque o professor ao trabalhar a literatura com um lado fantasista pode transformar em um recurso que contribuirá para a formação do leitor, procurando instigar no aluno a imaginação e a criação, fazendo com que o aprendizado esperado pelo professor seja alcançado com sucesso e que para o aluno tenha significado. Podendo o educando ampliar seus caminhos de descobertas e compreensão do meio em que vive, fazendo com que a leitura se torne uma emoção, um encantamento e assim a criança sempre desejará ler mais e mais.

E também ao trabalhar esse padrão da para se labutar de fatos reais, que acontecem no cotidiano de uma forma mágica, onde o imaginário infantil

se transforme, fazendo com que a criança desenvolva o gosto por obras literárias, além de desenvolver o seu emocional e o seu social.

A prática trabalhada pode ser por meio da contação de história, que irá contribuir para habilidades cognitivas e sociais a serem desenvolvidas na criança e imbuir o gosto pela leitura.

### **A valorização da contação de história.**

O primeiro contato que a criança tem com um livro, ou com um texto, é através da contação de histórias. Seu contato com a história não precisa ser necessariamente e primeiramente com um livro, as histórias podem vir de acontecimentos históricos de uma família passada de mãe para filho, ou histórias inventadas pelos próprios pais, com a ajuda das crianças, nas quais se incluem nas histórias trabalhando seu imaginário.

Além de procurar resguardar uma cultura de uma sociedade ou de uma família até os dias atuais, garantindo também seus valores, e a cultura. A arte de contar histórias inventadas ou não, é bem antiga, vem junto com o começo da civilização, e durante muitos períodos foi a única forma e a única fonte de uma transferência de conhecimento.

A contação de história é muito importante para o sistema da aprendizagem, porque envolve seu cognitivo, sua imaginação, seus sonhos, seus propósitos e o seu social, segundo Abramovich: “É também suscitar o imaginário, é ter a curiosidade respondida em relação a tantas perguntas, é encontrar outras ideias para solucionar questões (como as personagens fizeram...)”. (ABRAMOVICH, 1997, p.17).

Porque a criança se relaciona com as histórias contadas, se identificando com alguns personagens, podendo solucionar dificuldades por ela encontrada ou achar um caminho para a mesma, refletindo sobre a história narrada. Nesta abordagem de acordo com Abramovich:

É ouvindo histórias que se pode sentir (também) emoções importantes, como a tristeza, a raiva, a irritação, o bem estar, o medo, a alegria, o pavor, a insegurança, a tranquilidade, e tantas outras mais, e viver profundamente tudo o que as narrativas provocam em quem as ouve – com toda a amplitude, significância e verdade que cada uma delas fez (ou não) brotar... Pois é ouvir, sentir e enxergar com os olhos do imaginário! (ABRAMOVICH, 1997, p.17).

Através da contação de histórias, a criança irá deixar transpassar o que ela está sentindo, e o que está passando na realidade em seu convívio social, podendo levar a criança no entendimento e compreensão desses sentimentos, dando significados para os mesmos.

Trabalhando com a contação de histórias é se ter vários conhecimentos sobre diversas coisas e diversos assuntos, como por exemplo, política e filosofia entre outros, além de aprender sobre outros lugares, outros modos de agir, ou seja, de ser etc., a criança aprende tudo isso de uma forma prazerosa.



A contação de história no ambiente escolar é uma prática que se deve manter sua presença na escola, por que os professores podem trabalhar contação de histórias como portadora de significados, porque além de desenvolver a linguagem, estimula também a imaginação, a criatividade, o cognitivo, e desperta sentimentos.

Ao trabalhar a contação de histórias na instituição escolar não se deve apenas levar em conta seu caráter lúdico, mas o seu método, enriquecendo o trabalho do professor, promovendo, a instrução e aprendizagens múltiplas.

Quando o professor trabalha com a contação de história têm que deixar seus alunos a participarem da história, fazendo com leve em consideração o conhecimento que o educando já possui e sua opinião, fazendo com que o mesmo consiga criar uma nova versão da história ouvida. E porque não trabalhar com a realidade do aluno, no qual ele está inserido, da para fazer isso através da contação por que ao ouvir uma narrativa seja um conto de fábulas ou um conto folclórico entre outros, pode fazer com que o aluno formule hipóteses que venham resolver problemas enfrentados por eles, seja do cotidiano ou não. Segundo Freire: “Por que não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduo?”. (FREIRE, 2015, p.32) ao indagar sobre as experiências individuais dos alunos como indivíduos, Freire questiona porque não se trabalhar em sala de aula essa realidade, podendo ajudar o educando a formar situações, ou refletir sobre as dificuldades para que possa resolvê-la, resultando em um aluno mais empenhado em seu processo de aprendizagem, compreendendo mais o conteúdo trabalhado. Isso também pode se aplicar na contação de história, deixando os alunos a criar e imaginar e assim irá enriquecer e ajudar no desenvolvimento da personalidade própria.

Assim o desenvolvimento do aluno será perceptível no ambiente escolar e o mesmo passará a tomar gosto pela literatura em seus diversos gêneros, trabalhando igualmente dessa forma prazerosa, que é o universo da contação de história, melhorando e desenvolvendo sua aprendizagem num aspecto significativo.

## **CONCLUSÃO**

A literatura infantil e a prática da contação de história, em uma instituição escolar, deve-se dar uma grande importância porque ela contribui no processo de aprendizagem em todos os aspectos, desde o cognitivo ao social, favorecendo um desenvolvimento amplo da criança.

A literatura infantil trabalha com a reconstrução do saber do aluno, ou seja, o educando já traz consigo um conhecimento inato, que ao ingressar no mundo da literatura, irá perceber o quão é encantador e instigante, onde se aprende se divertindo, sendo assim através de uma prática lúdica, trabalhada com diversos gêneros literários, onde dará a oportunidade da escola formar leitores ávidos.

A contação de história busca resgatar aquela essência de infância, onde nossos pais contavam histórias vividas por eles, que interpretávamos de tal forma, que adquiríamos algum conhecimento, que contribuía para a nossa formação. A contação de história estuda o universo da fantasia, estimulando a criatividade e a imaginação, trabalhando de uma forma lúdica, onde seu aprendizado escolar seja simbólico.

Então a literatura infantil trabalhada como prática de contação de história ganhará mais sentido para o aluno, porque a criança aprenderá se divertindo, em um mundo onde envolve a imaginação e os sonhos.

## **REFERÊNCIAS**

ABRAMOVICH, F. Literatura Infantil: gostosuras e bobices: pensamento e ação no magistério. 5ª edição. São Paulo: Editora Scipione, 1997.

COELHO, N.N. Literatura Infantil, teoria, análise e didática. 5ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1991.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 52ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.

## A ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Rafaela Gubert Cherobin ([rafaela\\_cherobin@hotmail.com](mailto:rafaela_cherobin@hotmail.com))  
Juliana Eloize Magro ([juliana\\_eloize@hotmail.com](mailto:juliana_eloize@hotmail.com))  
Francieli Maria de Lima  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

**Resumo:** A ética pode ser considerada uma das características essenciais que o servidor público deve possuir para desempenhar suas funções com honestidade, seriedade e de acordo com os princípios que norteiam a administração pública. O agente público que realiza atos ilícitos no exercício de sua função acaba por agir de modo aético com a entidade para qual ele desempenha seu cargo e juntamente para a sociedade, pois todas as condutas que os servidores públicos praticam inferem diretamente na sociedade, sendo ela receptora desses serviços.

**Palavras-chave:** ética, servidor público, administração pública, comportamento.

**Abstract:** Ethics can be considered one of the essential features that the public servant, who has employment contracts with public entities, must possess to perform their duties with honesty, integrity and in accordance with the principles that guide the government. The public official who performs illegal acts in the exercise of its function turns out to act in unethical way to the entity for which he plays his position and together to society because all conduct that public servants practice infer directly in society, she is receiving these services.

**Keywords:** ethics, public servant, public administration, behavior.

### 1 INTRODUÇÃO

O artigo 1º do Código de Ética do Servidor Público traz a definição de quem é o Servidor Público, aduz “que é a pessoa legalmente investida em cargo ou em emprego público na administração direta, nas autarquias ou nas fundações públicas” (Lei 8.027/90).

São aqueles que possuem um vínculo empregatício e profissional com as entidades do governo, sendo remunerados para desempenharem determinadas funções à administração pública direta ou indireta.

A função dos servidores públicos tem uma grande importância para sociedade na medida em que suas atribuições auxiliam no bom funcionamento dos serviços públicos, tendo em vista que estes são oferecidos para a comunidade em geral.

Diante da premissa que as funções que o agente público desempenha refletem diretamente na sociedade, analisamos os tipos de

condutas que deverão ser realizadas por ele, certamente aquela que melhor atende os interesses de todos, seja em um município, um estado ou em um país.

A ética está no cotidiano de todos os indivíduos, assim como há a necessidade de agir eticamente com as pessoas, no campo profissional também deve haver condutas adequadas, e no serviço público não há entendimento diferente deste.

A palavra ética tem origem grega, “ethos”, que significa “modo de ser”, “caráter”. Está inserida no ramo da filosofia trazendo em suas definições o significado daquilo que é bom e justo para a sociedade e para o indivíduo, faz questionamentos de como o ser humano deve viver, do comportamento humano e sobre a natureza do certo e do errado.

Nesse sentido, a ética se torna imprescindível no trabalho profissional do servidor público, pois além de estabelecer um bom convívio no seu ambiente de trabalho, traz bons resultados no âmbito de suas funções em relação à sociedade.

## 2 Desenvolvimento

### 2.1 Princípios éticos que norteiam a administração pública

Atualmente quando se fala na questão ética da administração pública e de seus membros remete-se a reflexão para o campo da moralidade de cada indivíduo inserido nesse contexto, sendo um dos valores com maior liame com a ética. Diversas vezes o servidor público que não agiu com ética também é chamado de um sujeito sem idoneidade moral e sem ética.

O servidor público é regido pelo Código de ética do Servidor Público (Lei 8.027/1990) a qual trata das normas de conduta que o agente público deve observar e tomá-las como normas básicas do comportamento ético.

Como afirma José Renato Nalini os códigos e normas éticas referentes a cada profissão somente ressaltam a importância da ética, pois todas as profissões em seu interior gritam por condutas com um cunho mais ético (NALINI, 2001).

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 37 direciona alguns princípios que regulamentam os atos pautados na administração pública juntamente com o servidor público. Elencamos alguns princípios que são relevantes para o conjunto da ética:

O Princípio da Legalidade visa o desempenho das funções na administração pública vinculado a lei, não podendo afastá-la sob pena de cometer ato ilícito, ou seja, todos os seus atos serão regidos à luz da lei, não havendo liberdade do servidor público para escolher como deverá agir.

O Princípio da Impessoalidade, muitas vezes confundido com o princípio da finalidade, impõe que administrador realize seus atos para o fim

legal, esse princípio também direciona para o tratamento justo e igual para todos os indivíduos, tendo em vista a neutralidade em que o servidor público deve pautar. Não existe tratamento diferenciado ou preferencial a determinados indivíduos, visto que o ato público não está sendo realizado pela pessoa do servidor público e sim pelo poder público por intermédio de um sujeito concursado, mas a titularidade do ato é do poder público.

Como já citado anteriormente, existe também o princípio da moralidade considerado como pressuposto de validade dos atos praticados na administração pública. A Lei n. 8.112/90 em seu artigo 16, inciso IX estabelece como um dever do servidor manter sua conduta compatível com a moralidade administrativa.

O Princípio da Publicidade consiste na divulgação de todos os atos realizados para o conhecimento público, por meio de veículo oficial de publicação do órgão público, assim dando efeitos externos aos atos. O agente público também deve realizar suas funções com ampla transparência, sob pena daquele ato ser declarado ineficaz e necessitar de nova produção com publicação.

Outro princípio expresso na Constituição Federal, posto pela Emenda Constitucional nº 19/1998 é o Princípio da Eficiência que exige da atividade pública a obtenção de resultados positivos, úteis e satisfatórios atendendo assim as necessidades e prioridades da sociedade em geral.

Além dos princípios éticos constitucionais existem outros princípios considerados importantes para a atividade pública, como o princípio do servidor público que afirma que aquele, estando em serviço exclusivamente do poder público, deverá priorizar os interesses da comunidade sobre os interesses particulares ou de grupos minoritários.

A boa-fé também deve estar ligada ao serviço público, afirma Godoy que:

De toda sorte, expandiu-se a boa-fé objetiva como uma exigência de eticização das relações jurídicas, a ponto, inclusive de espraiar seu campo de abrangência a outras áreas do direito privado, que não só a do contrato, e mesmo a outras áreas do direito, como por exemplo, a do direito público. (2004, p. 100).

Observa-se que para além do direito privado a boa-fé se estendeu nas relações do direito público. Assim, há aplicabilidade também na administração pública, tendo em vista as inúmeras e mais variadas relações que os órgãos públicos mantêm com a sociedade.

**2.2 Condutas aéticas praticadas pelos servidores públicos que caracterizam atos de improbidade administrativa descritos na Lei nº 8.429/92**

No tópico anterior, foi tratado dos princípios que norteiam as atividades do servidor público, bem como o comportamento que este deve seguir. Nesse tópico serão abordadas algumas condutas aéticas descritas na Lei n 8.429/92 que trata sobre improbidade administrativa. No âmbito administrativo da

instituição de trabalho do agente público, é instaurado um procedimento administrativo disciplinar ao servidor público. Marinela explica:

O processo administrativo disciplinar é composto por um conjunto de atos que servem de instrumento para apuração de ilícitos administrativos com a consequente punição de faltas graves praticadas por servidores públicos (...). O fundamento legal utilizado para discorrer sobre processo disciplinar é a Lei nº 8.112/90, que representa o Regime jurídico dos Servidores Públicos Federal. (2010, p. 993).

Observa-se que atos ilícitos administrativos caracterizam conduta ilegal do servidor público, inserindo dentro da ética uma conduta ilegal significando um comportamento humano incorreto, errado socialmente. Assim, nos parâmetros da ética essa conduta é considerada aética.

Destacamos como primeiro comportamento avesso à ética o enriquecimento ilícito, de acordo com o artigo 9<sup>a</sup> da lei de improbidade administrativa caracteriza-se como a conduta de visa auferir qualquer vantagem patrimonial em decorrência do cargo público (Lei 8.429/92). Essa modalidade de infração requer que o agente realize atividades que incorpore qualquer tipo de benefício recebido por este na constância do emprego público.

Pode-se enumerar uma das condutas que descreve o enriquecimento ilícito, a utilização bens que integram o patrimônio do acervo público. Por exemplo, o servidor público que desempenha a função de motorista de ônibus escolar ao final do dia ao invés de resguardar o bem no pátio do departamento de educação, sai do trabalho com o ônibus e o guarda em sua residência, utilizando-o para fins particulares.

Outro comportamento descrito na lei de improbidade administrativa é o que causa prejuízo ao erário, ou seja, condutas que causam danos ao sistema financeiro das entidades públicas. Destacam-se todas as modalidades de desvio de bens, de rendas e de verbas que acabam por deteriorar e dilapidar o patrimônio público.

E por fim, também estão elencados no rol descrito pela lei 8.429/92, os comportamentos dos servidores públicos que atentem ou violem os princípios norteadores da administração pública.

Aquelas condutas que acabam por transgredir os princípios já comentados no tópico anterior, assim descreve o artigo 10 da lei de improbidade administrativa:

Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições (...).

Como exemplo, aquele servidor público que dentro de suas funções desempenhadas na entidade pratica atos diversos daqueles autorizados, que visam fins ilícitos.

Assim, para todos os comportamentos aéticos descritos acima existem sanções que, além daquelas prescritas na lei específica, visam à punição daquele agente público.



Descrevem-se então aquelas descritas no artigo 12 da lei de improbidade administrativa. São elas:

Para o enriquecimento ilícito a pena é a perda do patrimônio auferido ilicitamente durante o emprego público, além de ressarcir todo o dano causado à entidade pública se for dispensado do cargo público, pagamento de multa, a proibição de contratar com o poder público e suspensão dos direitos políticos.

Em relação a prejuízo dado ao erário, ocorrerá a devolução dos bens, o ressarcimento do dano, perda da função pública juntamente com a suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa e não poderá contratar com o poder público por determinado período. Quando houver violação dos princípios da administração pública também haverá as mesmas sanções descritas acima para o servidor público.

**2.3 Condutas aéticas tipificadas como crime praticado pelo servidor público e as sanções impostas pelo Código Penal.**

Neste tópico serão destacadas algumas condutas que estão tipificadas como crimes realizados pelo agente público no desenvolvimento de suas funções.

Essas condutas tipificadas que quebram os valores éticos estão descritas no Código Penal. Nesse âmbito, aqueles que realizam esses atos, estão sujeitos a sanção imposta pelo Estado, na maioria dos casos são penas restritivas de direitos, penas privativas de liberdade e penas de multa.

Primeiramente, o artigo 327 do Código Penal descreve quem é o servidor público para o Direito Penal:

Art. 327 - Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

§ 1º - Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

Destaca-se o crime de peculato, que facilmente pode considerar como o delito principal descrito na lei penal. O crime de peculato como observa Bitencourt:

O crime de peculato, (...), consiste no apossamento ou desvio (destinação diversa), por parte de funcionário público, de coisa móvel (dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel), pública ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, em proveito próprio ou alheio. (2012, p. 44).

A premissa desse delito é que obtenha o bem dentro de suas funções públicas, ou seja, dentro do seu ambiente de trabalho, onde são realizadas suas funções. Percebe-se que esse crime coincide em alguns aspectos com o crime de furto, mas foi dedicada uma sessão especial para ao servidor público.

Contudo, há uma equiparação do particular que se encaixa no delito realizando atividades como partícipe ou coautor, assim exige que somente um tenha essa condição especial de servidor público.

Nesse ponto, demonstrada mais uma vez, a essencialidade do comportamento ético do agente público, em especial para preservação e conservação da administração pública. Para esse fato típico, o Código Penal estabeleceu como sanção a pena de reclusão de dois a doze anos cumulativamente com a pena de multa.

Outra conduta aética que também caracteriza crime é o extravio, a modificação, e a sonegação de documentos pertencentes à administração pública. Aqueles documentos ou livros que fazem parte do seu domínio, sendo necessários para o exercício de sua função. Para esse delito a lei estabeleceu somente a pena privativa de liberdade a pena de reclusão de um a quatro anos.

A quebra do sigilo exigido pela função também configura crime e comportamento que viola a ética do servidor público. Em determinados casos e situações específicas o servidor público deve abster-se de dar publicidade aos atos da administração pública, que são exceções. Ocorre que a violação do sigilo funcional incorre em detenção de seis meses a dois anos ou alternativamente multa, sendo que a lei estabelece esse tipo de sanção se o fato não for grave.

Conforme foram explanadas nesse tópico algumas condutas que revelam um comportamento aético realizado pelo servidor público. Deve-se chamar atenção para o fato que todos aqueles atos incompatíveis com os ditames éticos são penalizados, tendo assim um caráter educativo para todos os servidores públicos.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo, foi possível perceber a importância de um comportamento ético por parte do servidor público dentro da administração pública. Como é imprescindível as condutas éticas dentro do interior humano para que consiga realizar um trabalho que seja em prol da sociedade, pois todas as funções dos agentes públicos inferem em toda a comunidade

Analisando os princípios que norteiam o serviço público, muitos deles transcendem o exercício do cargo público, pois além de um comportamento ético dentro da entidade pública é necessário que esse agente leve para fora do seu trabalho esses princípios básicos.

Também há um destaque para o processo administrativo disciplinar pelo qual o servidor público, que agiu com um comportamento aético realizando as condutas proibidas, recebe sanções administrativas podendo até perder o cargo público em razão de condutas incompatíveis com os princípios da administração pública.

E por fim, é indispensável que sejam repensadas por aqueles que levam consigo o cargo público o comportamento ético e a sua importância para o desenvolvimento da sociedade juntamente com seus cidadãos, pois não existe uma sociedade que se desenvolva completamente onde seus indivíduos não possuem condutas corretas, ou seja, condutas à luz da ética.

## **REFERÊNCIAS**

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal. Vol. 5. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL, Código Penal. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL, Lei nº 8.027 de 12 de abril de 1990. BRASIL, Lei nº 8429 de 02 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicadas aos agentes público. Diário Oficial da União, Brasília, 13 abr. 1990.

BRASIL, Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial da União, Brasília, 19 abr. 1990.

BRASIL, Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicadas aos agentes públicos. Diário Oficial da União, Brasília, 3 jun. 1992.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. Função social do contrato. São Paulo: Saraiva, 2004.

MARINELA, Fernanda. Direito administrativo. 4. ed. - Niterói: Impetus, 2011.

NALINI, José Renato. Ética Geral e profissional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

## A ÉTICIDADE E A GRADUAÇÃO JURÍDICA

Andreza da Silva Jacobsen ([andreza.jacobsen@hotmail.com](mailto:andreza.jacobsen@hotmail.com))  
Naiana Caroline Taques ([naianataques@gmail.com](mailto:naianataques@gmail.com))  
Francieli Maria de Lima ([francieli.lima@ifpr.edu.br](mailto:francieli.lima@ifpr.edu.br))  
Instituto Federal do Paraná – IFPR – Campus Palmas

**Resumo:** No modelo de sociedade atual é difícil manter a postura ética perante os vários fatores como o capitalismo, a competitividade, o consumismo que influenciam os cidadãos a violarem o princípio da dignidade humana. No caso dos bacharéis em Direito, a situação torna-se complexa. O mercado de trabalho é amplo, porém, nos últimos anos enfrenta o problema da do excesso de profissionais na área jurídica, que na maioria dos casos não possuem qualificação profissional, uma vez que, o interesse maior está no fator financeiro, e não de utilizar a ética para conquistar a credibilidade em sociedade.

**Palavras-chave:** acadêmico, compromisso, universidade

**Abstract:** In today's society model is difficult to maintain the ethical attitude towards the various factors such as capitalism, competitiveness, consumerism that influence citizens to violate the principle of human dignity. For bachelors of law, the situation becomes complex, the labor market is large, however, in recent years face the problem of excess professionals in the legal field, which in most cases have no professional qualification, since that the greatest interest is in the business factor, and not to use ethics to gain credibility in society.

**Keywords:** academic, commitment, university

### Introdução

A inclusão da disciplina de Ética na grade curricular dos cursos de Direito foi necessária para o reforço de deveres éticos para que os futuros bacharéis tenham o compromisso com a comunidade e com eles mesmos. O sistema educacional está amplamente ligado a princípios éticos que ajudam a formar indivíduos capazes de trabalhar, ensinar, aprender, pensar e acima de tudo comportar-se e transmitir a todos ao seu redor a consciência crítica, que se opõe a ignorância e propõe liberdade de escolha.

O ato de educar faz com que o conhecimento se expanda cada vez mais, pois toda a bagagem de conhecimento que o estudante adquire no ensino primário vai complementar todas as informações que irá receber no ensino superior, até mesmo o relacionamento com os familiares torna o cidadão mais ético e o auxilia a ter um comportamento adequado em seu

convívio social. No caso do profissional jurídico é de extrema importância que seu grau de eticidade seja elevado, a ponto de resolver situações de modo correto a fim de ser respeitado pela comunidade.

### **Desenvolvimento**

O estudante de direito em sua profissão está acostumado a vivenciar diversos casos da comunidade, principalmente, na resolução de casos delicados que envolvem assuntos de cunho polêmico. A carreira jurídica em si, é concorrida e faz com que seus profissionais busquem cada vez mais seus objetivos, passando por qualquer obstáculo, nem que seja necessário apelar para o egoísmo em virtude de alcançar o sucesso. A sociedade atual está formando cada vez mais indivíduos competitivos, não somente na área jurídica, mas, nas inúmeras profissões, o que significa que nas relações também estão envolvidas as tentativas de burlar as normas, não interessa se vai prejudicar alguém ou não, o que vale é tirar proveito. O papel da ética tem por objetivo, nortear principalmente os juristas e demais estudantes de Direito, para que eles possam dar exemplos à sociedade, visto que, a maior parte das situações os cidadãos necessitam de auxílio jurídico para serem solucionadas. A ética de cada indivíduo deve existir norteador pelo princípio da dignidade humana, e é essencial para o ensino jurídico, em virtude de controlar a disseminação de numerosas violações por parte dos profissionais, pois a disciplina faz despertar a consciência crítica dos estudantes no início da carreira, para que posteriormente sejam futuros advogados que conquistem a credibilidade perante à sociedade.

Os profissionais da área jurídica devem comprometer-se com a carreira, prezar pela qualidade do serviço e não dos privilégios individuais.

Para o Direito a Ética jurídica, é a ética profissional, ou seja, para os operadores do Direito a ética é um conjunto de regras de condutas que regula a atividade jurisdicional, visando a boa-fé, a prática da função, como também a prevenção da imagem profissional e pessoal. De acordo com o código de ética a Ética jurídica é, portanto, formulada através da prática profissional do Direito. (ROSÁRIO, 2014, pg.01)

A maioria dos acadêmicos desde o início do curso costumam utilizar de táticas fraudulentas para conseguirem as aprovações nas disciplinas, o aluno, acaba por acostumar-se com essas práticas consideradas incorretas, atuando da mesma maneira quando sai da universidade.

(...) exemplo disso é que continua a existir o uso da cola ou de outros artifícios para a obtenção de graus favoráveis nas avaliações periódicas. Cresce a praxe da contratação de profissionais ou equipes para a confecção de trabalhos científicos e monografias. Muitos alunos, em lugar de se valerem da pesquisa e a aprofundarem com a sua análise pessoal, se

limitam a inserir nas monografias os trechos elaborados por outros estudiosos. (NALINI, 2004, pg. 221).

Em inúmeros casos a culpa da falta de eticidade no ramo jurídico, não é somente dos acadêmicos, como também das instituições, principalmente as particulares que visam apenas o lucro com as mensalidades, dando um péssimo exemplo de qualidade de ensino e exemplo ético de como se deve exercer a carreira jurídica. Os mestres não desenvolvem atividades extracurriculares como projetos de pesquisa, e se limitam quanto ao conteúdo. O pensamento crítico não é desenvolvido na universidade, por mais que, o acadêmico tenha visão da realidade, e que desde a infância tenha sido incentivado a buscar conhecimento e interagir com outros indivíduos. Assim como, em diversas profissões o aluno acaba sendo frequentemente impedido de explorar mais sobre determinados assuntos que norteiam o convívio social, no caso do estudante de Direito, o problema se complica, já que, depois de formado, atuará nas diversas áreas da ciência jurídica que possivelmente precisem de uma base de conhecimento anterior. Entretanto, a grande parcela de responsabilidade pelo fracasso do ensino é o próprio acadêmico, porque visam somente salários, sem preocupar-se com o aperfeiçoamento da profissão.

É necessário que o exercício profissional seja norteado por valores, solidariedade, honestidade. Os tribunais de Ética da OAB devem exigir mais qualificação de seus advogados para que eles não venham prejudicar os demais cidadãos que apelam por seus auxílios. As orientações de como seguir na carreira devem ter início ainda na vida acadêmica, para que os estudantes depois de formados saibam como resolver diversas situações jurídicas, que estes advogados tenham cautela e não resolvam tudo de modo que beneficiem-se em prejuízo de outrem.

(...) leal para com teu cliente, a quem não deves abandonar a não ser que percebas que é indigno de teu patrocínio. Leal para com um adversário, ainda quando ela seja desleal contigo. Leal para com o juiz, que ignora os fatos e deve confiar no que tu lhe dizes; e que, mesmo quanto ao direito, às vezes tem de confiar no que tu lhe invocas. (CULTURE, 1979, pg. 43)

Os principais deveres do estudante de direito devem ser o respeito com os colegas e mestres, realizar pesquisas, comparecer nas aulas, e principalmente socializar-se com outros acadêmicos através de grupos de estudo e trabalhos em equipe que possibilitem uma convivência harmoniosa entre a classe. A utilização de métodos antigos de aprendizado não permite que os alunos explorem profundamente os conteúdos, as aulas se detêm a resumos e a mínimas avaliações. Quanto à projetos de pesquisa são praticamente inexistentes. Já que não há interesse por parte dos mestres, e quando há oportunidades de pesquisa o estudante não se dispõe exclusivamente sobre os assuntos jurídicos, o que resulta em um ensino superficial, onde os acadêmicos não se interessam por pesquisar novos temas.



Nas faculdades particulares numerosas vezes as notas seguem o cronograma do pagamento das parcelas do curso, então o aluno não tem interesse em aprender, pois sabe que obterá o mérito de aprovado porque paga pelo serviço prestado. Em algumas instituições particulares o ensino está à venda, ou seja, funciona como um mercado, onde o curso se torna um produto que se negocia, mas que em inúmeros casos é sem qualidade.

Os acadêmicos não fazem esforços para melhorarem seus currículos acadêmicos, uma vez que, durante a universidade preferem festas e diversão, pois sabem que a instituição acabará dando-lhes um diploma. Porém, ter o título de formado não garante emprego nem caráter de profissional qualificado e de credibilidade. O estudante recém-formado enfrentará um grande obstáculo que é ser aprovado na OAB, e posteriormente se optar por concursos públicos terá que concorrer com milhares de bacharéis por um número mínimo de vagas.

A carreira jurídica exige muito de seus profissionais, uma vez que eles são responsáveis pelo auxílio à sociedade na resolução de seus conflitos. Para que o profissional do Direito não encontre dificuldades no mercado de trabalho ele deve desde os primeiros anos do curso montar um plano de estudos baseado em horários e se comprometer em cumpri-lo, além de acompanhar todas as aulas aproveitando para tirar suas dúvidas com os professores o máximo que puder.

Em relação ao ingresso nos cargos públicos pode-se afirmar que seus métodos de seleção são baseados em maneiras ultrapassadas. Uma das práticas que sempre acontece é a elaboração das provas baseadas em códigos, o que faz o candidato apenas a decorar os artigos, deixando o conhecimento restrito à um material específico. A falta de inovação do sistema, principalmente nos concursos públicos faz com que a sociedade se detenha a métodos que freiam sua capacidade de progredir, onde as pessoas somente conhecem aquela alternativa, as ideias não são discutidas, há falta de argumentos, ou seja, o conservadorismo ainda continua dominando e não permite que as pessoas pensem em construir uma sociedade mais justa.

Quanto a relacionamentos o profissional de Direito deve simpatizar com um número máximo de pessoas, e principalmente deve gostar de trabalhar com elas. Os primeiros contatos devem iniciar na universidade através de laços de amizade com colegas do curso. Em comparação com turmas mais antigas de direito, pode-se dizer que hoje não se encontram nas mesmas condições anteriormente as relações de amizade e companheirismo eram mais presentes. Nos últimos anos o individualismo ganhou espaço nas instituições de ensino superior, pela influência da tecnologia que ajuda a distanciar as pessoas e traçar uma rotina de vida aos cidadãos.

(...) um dever ético para com o colega é conhecê-lo. Identificá-lo pelo nome. Participar de sua vida. Ser solidário nas dores e nas alegrias. Não se está por acaso na mesma turma. Essa é a oportunidade de fazer amigos, de se irmanar com aqueles que estão submetidos à mesma experiência convivida em tempo idêntico. (NALINI, 2004 pg. 230)

O grande problema é que os acadêmicos desde os primeiros períodos visualizam seus colegas como adversários, concorrentes o que dificulta a aproximação entre eles. Existem duas versões para a palavra concorrência sendo positiva quando ela incentiva o acadêmico a estudar para compreender o conteúdo e se tornar um excelente profissional, ou pode significar um lado negativo quando o objetivo é somente alcançar as melhores notas, não se importando com os métodos utilizados para alcançá-las, através de plágios, consulta que não são permitidas em avaliações. Neste segundo caso, o aluno apela para medidas reprováveis simplesmente para obter o título de destaque e ser aprovado nas disciplinas.

Estas práticas vêm acontecendo demasiadamente no ensino superior vem a atrapalhar o desempenho destes futuros bacharéis quando se deparam com um mundo concorrido onde somente os melhores tem vez, e que também não deixam de ser mal exemplo a quem está visualizando estas atitudes por parte destes futuros juristas. Deve ficar claro que a vida acadêmica não se resume em obter somente avaliações positivas, é de extrema importância interpretar e argumentar sobre os conteúdos, uma forma de explorar o quanto o Direito pode transformar e organizar a sociedade.

Assim como estabelecem vínculos de amizade com os colegas, é essencial que os acadêmicos reforcem seus laços de afeto com os professores, estes que por sua vez vão acompanhá-los em determinado tempo e que com certeza os auxiliarão em como proceder nos estudos. Embora em algumas instituições os cursos estejam lotados o que impossibilita às vezes uma relação mais estreita entre professor-aluno é sempre benéfico o discente demonstrar interesse pelas aulas a fim de vivenciar novas experiências.

(...) a relação professor/aluno deve ser franca, amistosa, cooperativa. Se assim for, o ensino fluirá mais naturalmente, o aprendizado será um processo espontâneo. O encontro entre estudantes de Direito menos experientes e mais experientes – outra coisa não é o professor – deve ser uma parcela prazenteira do período regular de estudo. (NALINI, 2004, pg. 233).

As universidades devem facilitar o acesso de seus alunos a processos judiciais para que conheçam com o que irão trabalhar futuramente. No caso de grupo de pesquisas uma alternativa seria a leitura e a interpretação de processos antigos que relatavam sobre os métodos e a aplicação da justiça em épocas anteriores. Os projetos de extensão nos cursos de Direito são essenciais para que os acadêmicos desenvolvam um pensamento crítico sobre os diversos temas da área jurídica incluindo discussões e grupos de estudo sobre Bioética, Ética na Magistratura e na Advocacia, Ética na política, família e sociedade e em relação com outras ciências. A sugestão de estudos mais aprofundados na disciplina de ética auxilia os estudantes a atuarem na área profissional e maneira séria, para chamar atenção dos estudantes as atividades extracurriculares devem ser compostas de aulas expositivas, vídeos, entrevistas com diversos profissionais, e pesquisas nas mais variadas

bibliografias relacionadas ao tema que auxiliam na produção de artigos e auxiliam o estudante para que se torne um bacharel de êxito.

A educação é o elemento primordial que faz com que o cidadão cresça intelectualmente e moralmente, pois abre possibilidades de escolha aos indivíduos devido ao aprendizado contínuo que não permite a manipulação e a falta de informação.

(...) o conhecimento que se expande se reverte em maiores chances de novas criações e novos encontros de ideias, das quais se engendram ainda novas alternativas de ser e de se comportar. Aí está a chave para a abertura, para a modificação, para o reforço da ética. A falta de instrução é, antes de tudo, privação de escolha e castração de acertada deliberação. (BITTAR, 2002, pg. 70).

A falta da ética na sociedade, afeta todas as suas esferas de maneira negativa, pois o principal efeito reflete na educação considerada de nível insuficiente quando os alunos ingressam no ensino superior. As alterações que ocorrem frequentemente na vida social ocasionam mudanças nas ordens curriculares dos cursos, bem como o aprimoramento dos especialistas em determinadas áreas. A necessidade de incluir a disciplina de Ética no ensino superior é consequência do fracasso da aprendizagem fundamental, da banalização dos cursos de Direito e da insuportável situação do mercado em receber cada vez mais profissionais desqualificados, sem noção do que realmente significa a justiça. A atual situação da carreira jurídica é o alto padrão exigido de conhecimento e atualização, devido às modificações constantes na legislação, porém, isto não está ocorrendo na prática.

Então se deve questionar porque atualmente o mercado recebe um número enorme de profissionais desatualizados? Porque as lacunas de senso crítico ainda persistem? Quem é culpado pela tamanha ignorância que acompanha os estudantes de Direito, mesmo depois de formados e arriscam alterar a sociedade sem desenvolver nenhuma alternativa para torná-la mais justa?

A resposta encontrada é que o déficit de ensino muitas vezes já vem de períodos anteriores à universidade, como no ensino fundamental e médio, e quando o aluno não se dedica nos estudos a situação tende a piorar.

A educação que deveria ser o principal objeto das políticas públicas, porém é ignorada, não há estímulo por parte dos professores que recebem irrisórios salários, que faltam nas aulas e deixam as turmas sem conteúdo, a estrutura de certas escolas que não comportam determinado número de alunos. O que está acontecendo é uma queda no desempenho intelectual dos cidadãos, pois o que deveria ser incentivado desde os primeiros anos de frequência escolar, está sofrendo desgaste pela falta de interesse do sistema governamental.

(...) o plano federal deve pensar na formação integral do estudante, radicando em seus estudos a preocupação com a ética, além de estimular, entre outras coisas: o acabamento dos conhecimentos adquiridos no ensino

fundamental; o direcionamento para o trabalho e a cidadania, o aprimoramento como pessoa humana, incluindo-se nessa preocupação a formação ética e a autonomia intelectual e o pensamento crítico; a coligação entre teoria e prática. Aí se vê como objetivo educacional aprimorar a consciência ética e a formação do estudante como pessoa humana. (BITTAR, 2002, pg. 70)

O sistema público tem por dever lutar por uma educação em nível elevado, esta tendência levará a uma sociedade mais democrática, preocupada com a cidadania e os direitos humanos. “Aquino, em sua obra *Ética na Escola* define cidadania a partir da própria educação”. (BITTAR, 2002, pg. 72)

(...) e, quando se fala cidadania, não se quer falar em mero conjunto de direitos e deveres legais e constitucionais, mas em cidadania ativa e participativa, interativa e crítica, consciente e dinâmica. Além da consciência cívica, para o exercício de direitos e deveres públicos, a educação tem em vista a formação da consciência nacional, uma vez que fortalece os laços históricos, éticos, comunitários, restabelece ligações com o passado e as tradições culturais de um povo. BITTAR, 2002, pg.72)

O ponto inicial para a transformação do sistema educacional é atribuir caráter valorativo aos profissionais que auxiliam na área da educação. A importância de fortificar a educação de base ao envolver mais os alunos e os educadores no sistema, não deixa de ser um modelo de inserção político-social onde os indivíduos programam seus conhecimentos e na fase adulta são capazes de limitar-se quanto ao respeito às opiniões diversas, porém, tornam-se habilidosos na arte de argumentar e questionar.

## REFERÊNCIAS

BITTAR, Eduardo C.B. **Curso de Ética Jurídica**. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

CULTURE, Eduardo. **Os mandamentos do advogado**. Porto Alegre, 1979.

NALINI, José Renato. **Ética Geral e Profissional**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

ROSÁRIO SANTOS. Aldemira, **Ética jurídica**. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/34868/etica-juridica>. Acesso em: 20 de Abril de 2014.

## FINALIDADES DA AVALIAÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA NO PROCESSO EDUCACIONAL

Catiane Santos de Campos (catiane.campos@hotmail.com)  
Jussara Isabel Stockmanns (jussara.stockmanns@ifpr.edu.br)

### RESUMO

O presente artigo, baseia-se em pesquisas bibliográficas dos autores Jussara Hoffmann e José Carlos Libâneo, tendo como objetivo auxiliar os professores no momento da avaliação mostrar aos mesmo a importância de se interpretar os dois métodos, o qualitativo e o quantitativo que são os principais agentes causadores de discussões entre os professores nas instituições escolares. O momento em que os métodos, são compreendidos os mesmos darão subsídios para que o professor aplique uma avaliação contínua e de qualidade promovendo um aprendizado pleno a todos os seus alunos, para que isso aconteça o professor deve levar em consideração todos os aspectos e etapas da educação em que o aluno precisa passar respeitando o seu tempo de aprender, para que o professor possa avaliar a qualidade da sua metodologia e o quanto o seu aluno aprendeu e que possa unir as duas formas de avaliar a qualitativa e a quantitativa pois uma contempla a outra no momento da avaliação, observando o desempenho de cada aluno no decorrer do semestre ou ano letivo e por fim aplicar o método onde será unido todos os dados coletados e transformados em conceito quantitativo que será baseado em todas as observações feitas pelo professor.

**PALAVRAS CHAVE:** avaliação, processo avaliativo, currículo escolar.

### ABSTRACT

This article is based on literature searches of the authors Jussara Hoffmann and José Carlos Libâneo, aiming to help teachers during the evaluation show even the importance of interpreting the two methods, the qualitative and quantitative which are the main causative agents of discussions among teachers in schools. The time when the methods are understood they will provide subsidies for the teacher to apply a continuous evaluation and quality promoting a full learning to all students, for this to happen the teacher must take into account all aspects and stages of education in which the student must pass respecting your time to learn, so that the teacher can assess the quality of their methodology and how much your student has learned and that can unite the two ways to evaluate the qualitative and quantitative as one contemplates the other when assessing, observing the performance of each student during the semester or school year and finally apply the method which will be joined all the data collected and transformed into quantitative concept that will be based on all the comments made by the teacher.

## **INTRODUÇÃO**

Os métodos avaliativos sempre forma motivos de discussão dentro das instituições escolares, em virtude da grande importância que a mesma tem no processo de avaliação dos educandos, fala-se a todo o momento que os alunos devem ser avaliados em um processo contínuo e minucioso dos professores e equipe pedagógica. Para nos ajudar a entender os métodos avaliativos foram utilizados bibliografias dos autores Jussara Hoffmann e José Carlos Libâneo.

A avaliação quantitativa acontece durante o processo anual do aluno, onde o professor avalia o mesmo em todos os aspectos, utilizando de critérios para que a mesma aconteça através da participação, aprendizagem, situação emocional dos alunos entre outros aspectos. A avaliação qualitativa e a quantitativa estão interligadas uma a outra dependendo de todo o processo de aprendizagem do aluno para assim fazer o diagnóstico e atribuições quantitativas ao educando, onde o professor avalia o desempenho os avanços e retrocessos de seu aluno, e o mesmo avalia a sua metodologia e através dos resultados obtidos pelo aluno, o professor auto atribui uma nota um conceito e em relação ao seu desempenho poderá muda-la ou não dependendo do aprendizado dos seus alunos.

Em virtude dos fatos mencionados, entendemos que o processo de avaliação depende de vários fatores que nela interferem como olhar clínico dos professores com relação aos seus alunos, os fatores emocionais dos educandos, o meio social onde os alunos estão inseridos as dificuldades de aprendizagem. Avaliação qualitativa e quantitativa são processos que se desenvolvem em conjunto um ao outro para que a mesma se desenvolva plenamente, e o professor é o principal agente para que essa avaliação aconteça tendo consciência da importância da mesma, buscando sempre envolver seus conteúdos nas situações cotidianas de seus alunos dando condições do mesmo se identificar com a sua realidade podendo direta ou indiretamente transformá-la.

## **A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

O ato de avaliar, não acontece exclusivamente no momento de lançar notas, avaliar é um trabalho minucioso e contínuo do professor, depende do olhar mais profundo do mesmo em relação a seus alunos avaliando os mesmos como um todo e individualmente, buscando compreender a realidade social de cada um, para assim poder desenvolver sua avaliação de acordo com o sentido verdadeiro do processo avaliativo que devem ser qualitativos e quantitativos esses dois conceitos devem estar presentes permanentemente no ato de avaliar.

Avaliar também é relacionar os temas a serem trabalhados de acordo com a realidade social dos alunos que a instituição atende trabalhando a interdisciplinaridade nas disciplinas possíveis tornando o conteúdo



interessante, trazendo o cotidiano dos mesmos, para dentro dos conteúdos a serem desenvolvidos. Para que a avaliação aconteça o professor deve promover o contato dos alunos com matérias relacionados, conteúdos de acordo com a sua realidade e que através de pesquisas nos mesmos os alunos consigam associar a sua vida cotidiana as atividades planejadas. A partir dos objetivos do professor, e das conclusões retiradas pelo mesmo referentes aos seus alunos o professor usará os resultados obtidos para avaliar o nível de aprendizados dos seus educandos e se auto avaliar em relação ao seu desempenho e a sua metodologia o mesmo perceberá se o seu conteúdo, e o seu plano de ensino estão condizendo com o aprendizado de seus alunos ou não podendo assim modifica-lo, e através dá catarse o professor possa perceber e obter o que tanto almeja que é fazer com que seus alunos levem seu aprendizado de sala de aula para fora da escola, para a sua prática social final que onde aplicaram o conteúdo aprendido no meio aonde vivem.

[...]Avaliar é essencialmente questionar. É observar promover experiências educativas que signifiquem provocações intelectuais significativas no sentido do desenvolvimento do aluno. [...] Avaliar é, então, questionar, formular perguntas, propor tarefas desafiadoras, disponibilizando tempo, recursos, condições aos alunos para a construção das propostas. Os conteúdos não deixam de existir, eles são mais do que nunca importantes, assim como a visão interdisciplinar, e é compromisso do professor sugerir e disponibilizar variadas fontes de informação. A premissa é oferecer aos alunos muitas e diversificadas oportunidades de pensar, buscar conhecimentos, engajar-se na resolução de problemas, reformular suas hipóteses, comprometendo-se com seus avanços e dificuldades. (HOFFMANN, 2009, p. 71)

A avaliação é um processo muito importante, na vida escolar dos educandos o professor deverá avaliar o seu aluno desde o primeiro instante, assim o mesmo reúne dados importantes em relação aos seus alunos e em relação ao seu plano de ensino podendo constatar pequenas e grandes defasagens no processo de aprendizagem ou nos objetivos assim traçados para as disciplinas a ser ensinadas. O processo quantitativo é utilizado para se obter critérios para avaliar o aprendizado dos alunos e medir o nível de aprendizagem dos educandos.

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias. A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos. Os dados coletados no decurso do processo de ensino. Quantitativos são interpretados em relação a um padrão de desempenho e expressos em juízos de valor (muito bom, bom, satisfatório etc.) acerca do aproveitamento escolar. (LIBÂNEO, 1944, p. 195)

Diante dos fatos expostos, reafirmamos a dificuldade em avaliar os alunos individual e coletivamente nos métodos de avaliação qualitativo e quantitativo devido as limitações e particularidades de cada um, e a dificuldade dos professores de fazer a análise dos mesmos, para que a avaliação se dê por completo o mesmo deve avaliar as condições sociais e econômica de seus alunos visando elaborar conteúdos problemáticos de acordo com a realidade escolar onde os mesmos estão inseridos. O professor deve trabalhar em todas as áreas do conhecimento promovendo a interdisciplinaridade entre as disciplinas com temas próximos ou da realidade de seus alunos pra que os mesmos consigam entender problemas próximos da sua realidade social.

### **AValiação QUANTITATIVA E QUALITATIVA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM.**

O processo de avaliação nas instituições se detém em classificações quantitativas onde os alunos são classificados de acordo com suas respectivas notas nas avaliações. Os professores não conseguem utilizar os instrumentos para avaliar os educandos havendo assim uma grande defasagem em relação a análise da proposta de ensino permanecendo assim um colapso entre o conceito de avaliação e a função da avaliação nas instituições.

“A prática da avaliação em nossas escolas tem sido criticada sobretudo por reduzir-se à função de controle, mediante a qual se faz uma classificação quantitativa dos alunos relativa às notas que obtiveram nas provas. Os professores não têm conseguido usar os procedimentos de avaliação- que sem dúvida, implicam o levantamento de dados por meio de testes, trabalhos escritos etc. – para atender a sua função educativa. Em relação aos objetivos, funções e papel da avaliação na melhoria das atividades escolares e educativas, têm-se verificado na prática escolar alguns equívocos[...]” (LIBÂNEO, 1944, p. 198)

O professor, ao desenvolver suas avaliações de forma qualitativa o mesmo consegue reunir informações em relação ao processo de aprendizagem de seus alunos suas dificuldades e facilidades em assimilar as atividades e através desta análise o professor desenvolverá métodos e estratégias importantes para o processo mediador do conhecimento do professor, dos alunos em relação aos conteúdos sistematizados. “A análise qualitativa é que fornece ao educador os subsídios essenciais ao processo mediador.” (HOFFMANN, 2011, p. 42)

O desafio maior dentro das escolas é a de romper com paradigmas ultrapassados em relação ao processo avaliativo, avançando sobre a análise do processo de classificar alunos. A instituição deve organizar-se para planejar avaliações que possam avaliar seus alunos como um todo e constantemente durante o ano todo através da análise qualitativa de cada aluno onde o professor irá pensar requisitos justos para com seus alunos no momento de transcrição dos dados para o método quantitativo do processo de análise do

processo de aprendizagem dos mesmos. A formação continuada oferecida aos professores deve organizar-se de forma a mediar conhecimentos sobre os métodos de avaliação orientando os mesmos a reavaliar seus critérios de avaliação. O Curso de Formação de Docentes deve direcionar os professores a utilizar em suas avaliações os dois métodos o qualitativo e o quantitativo para que o processo de avaliação se de plenamente. E para que para que a avaliação aconteça de forma plena os professores devem participar de cursos de formação democrático onde não haja restrições quanto a dúvidas e comentários dos mesmos que possam participar ativamente do processo desde o momento de fixar pontos até o momento de coloca-los em prática nas salas de aula.

“O desafio é justamente redimensionar essa formação, ultrapassando a análise histórica e a crítica ao processo classificatório-importante em termos de compreensão da realidade-, aprofundando estudos sobre concepções teóricas e metodológicas de uma avaliação contínua e qualitativa, em cursos de formação de professores, sem censura de discutir a complexa realidade educacional de nossas escolas.” (HOFFMANN, 2011, p. 67)

A escola deve ter em seu planejamento, métodos de avaliação que ultrapasse as barreiras da avaliação qualitativa mais que ao mesmo tempo não exclua a mesma do plano de ensino e do Projeto Político Pedagógico. Em decorrência desse contraponto entre avaliação qualitativa x quantitativa é que grande maioria dos professores se detêm em um único método de avaliar e na concepção da maioria o método mais eficaz é a avaliação quantitativa argumentando que é a maneira menos “agressiva” de avaliar os educandos colocando a avaliação tradicional como inibidora do saber e do desenvolvimento dos mesmos. A grande maioria dos professores, se preocupam com o desenvolvimento emocional, social e com o desenvolvimento intelectual, usando de argumentos que o método de avaliação quantitativos trazem frustrações e insegurança nos alunos ao desenvolver e participar das atividades proporcionadas aos mesmos.

(...)O quarto equívoco é daqueles professores que rejeitam as medidas quantitativas de aprendizagem em favor de dados qualitativos. Consideram que as provas de escolaridade são prejudiciais ao desenvolvimento autônomo das potencialidades e da criatividade dos alunos. Acreditam que, sendo a aprendizagem decorrente preponderantemente da motivação interna do aluno, toda a situação de prova leva à ansiedade, à inibição e ao cerceamento do crescimento pessoal. Por isso se recusam qualquer quantificação dos resultados. (...) (LIBÂNEO, 1994, p. 199)

As instituições de ensino, estão focados em vencer conteúdos, fechar notas bimestrais e semestrais que acabam esquecendo que seu maior êxito em avaliar é no momento de fazer o intermédio entre o conhecimento do professor e o que o aluno sabe sobre o conteúdo.

A avaliação, é crucial para o professor e para seu aluno, é o momento em que o professor interpreta as questões elaboradas pelos seus alunos e os conhece e o educando concretiza suas concepções e conclusões sobre os conteúdos e o mais importante é o momento em que o professor auto avalia o seu desempenho, metodologia podendo vir a modifica-la ou não.

“De fato, a magia do avaliar, está na descoberta da complexidade do ato de aprender. É isso que me refiro quando nego a ação corretiva e delineio a interpretação das tarefas de aprendizagem: fazer perguntas ao aluno para aprender com ele sobre ele, ao invés de fazer perguntas para comprovar respostas que já foram dadas pelo professor.” (HOFFMANN, 2011, p. 146)

Portanto para se obter um bom êxito no momento da avaliação, o professor deve utilizar os dois métodos citados acima pelos autores, o qualitativo e quantitativo pois um processo complementa o outro garantido assim processo avaliativo pois ocorre durante o ano letivo e analítico devido aos dados coletados sobre os mesmos durante o ano.

## **CONCLUSÃO**

Portanto, os pontos e contrapontos da avaliação qualitativa e quantitativa somos levados a acreditar que os métodos eficazes de avaliação se dá de forma qualitativa e quantitativa, analisando os pontos e contrapontos das mesmas, ao se elaborar e aplicar as mesmas. A avaliação é a etapa mais importante, no processo educacional dos alunos pois através da mesma o professor fará o diagnóstico da evolução da aprendizagem dos seus alunos a avaliação é um processo contínuo no desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos, onde dependerá de um olhar mais aprofundado do professor em relação ao desempenho e a aprendizagem dos seus alunos e aos progressos e retrocessos dos mesmos, onde a partir das conclusões do professor o mesmo avaliará o seu aluno e se auto avaliará assim podendo ou não modificar a sua proposta de ensino. A avaliação qualitativa e a quantitativa, estão interligadas pois não se pode avaliar o aluno baseando-se só mente em números e conceitos a avaliação é muito mais complexa a mesma se dá primeiramente através da observação do professor em relação ao seus alunos o mesmo deve observar o desempenho dos mesmos em sala de aula, suas condições sociais, familiares, avaliar os seus progressos e retrocessos na aprendizagem.

Dessa forma entendemos que a avaliação é um processo educacional e social, para que o professor elabore e desenvolva uma avaliação de qualidade o mesmo precisa ser observador com relação as condições sociais e educacionais dos mesmos, buscar elaborar conteúdos que desafiem o aluno a interferir em sua realidade em que o educando se encontra dando condições, dos mesmos se encontrarem dentro dos conteúdos, o professor tem a tarefa de elaborar atividades que desafie seus educandos a conhecer e a identificar a sua realidade dentro dos conteúdos. Para que, a avaliação qualitativa e a

quantitativa aconteçam o professor deve promover o contato dos alunos materiais que envolvam o seu cotidiano onde os mesmos poderão procurar entender a sua realidade. Após, todos os levantamentos dos dados durante o semestre ou no ano letivo o professor avaliará se os alunos no método qualitativo onde mesmo avaliará o aluno como um todo ao tirar as suas conclusões o mesmo transformará em quantitativo onde após uma minuciosa análise lançará a média final dos seus alunos passando por pelos dois métodos de avaliação transformando os seus conteúdos e os seus alunos.

Por isso tudo, entendemos que a avaliação é importante para o crescimento pessoal do professor, onde o mesmo interpretará a realidade do seu aluno procurando entendê-lo reorganizando os seus conteúdos que envolvam a realidade dos mesmos para a sala de aula ao fazer essa aproximação do conteúdo com a realidade em que o mesmo se encontra o mesmo dará a oportunidade para que os educandos possam interferir e entender a sua realidade e os conteúdos programados.

Em vista dos argumentos apresentados somos levados a acreditar que, a avaliação tem como objetivo promover a aprendizagem e avaliar os educandos como um todo, em todos os seus aspectos seja eles intelectuais, emocionais, culturais e sociais dando aos mesmos a oportunidade de conhecer seus saberes e os elevar a um nível de compreensão ainda maior dando oportunidade ao mesmo de conhecer a sua realidade através de conteúdos elaborados para que isso aconteça o desafiando o aluno a resolver questões que envolvam a sua realidade. O principal agente norteador, desse processo de aprendizagem é o professor que promoverá as condições necessárias para que o aluno desenvolva todas as suas habilidades educacionais, críticas para ser o principal agente mudará direta ou indiretamente o seu ambiente familiar, sua comunidade e a sociedade. Para que aprendizagem ocorra o professor fará uso de dois métodos de avaliação a qualitativa e a quantitativa as mesmas serão a essência para que a avaliação da aprendizagem aconteça, ambas estão interligadas uma a outra não há avaliação quantitativa sem a qualitativa e vice-versa a união dos dois métodos avaliativos será essencial para que a mesma se dê de forma justa para os educandos e segura aos professores.

## **REFERÊNCIAS**

HOFFMANN, Jussara. Pontos e Contrapontos. Do pensar ao agir em avaliação. Editora Mediação, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática/ José Carlos Libâneo.- São Paulo: Cortez, 1994.- (Coleção magistério. Série formação do professor).

## FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – IFPR: ALGUNS IMPACTOS SOBRE O TRABALHO DOCENTE

Karolini Faria Silva - IFPR/PIBIC/FA (karolini\_sfaria@yahoo.com.br) <sup>1</sup>

Marcos R. Chuarts - IFPR/PIBIC/FA (marcos-chuarts@hotmail.com) <sup>2</sup>

Vânia Maria Alves (vania.alves@ifpr.edu.br) <sup>3</sup>

<sup>1,2,3</sup> Instituto Federal do Paraná – IFPR, Campus Palmas

**Resumo:** Objetivamos apresentar resultados da pesquisa que analisa a formação pedagógica de professores do Instituto Federal do Paraná – IFPR e seus impactos no trabalho docente. A metodologia contou com a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A observação de teleaulas, estágios supervisionados e a entrevista semiestruturada com professores participantes, compuseram a empiria do estudo. A análise documental e a pesquisa bibliográfica tiveram como base Freitas (2002; 2007), Saviani (2008; 2009), Oliveira Junior (2008), Pereira (2015), que discutem a história da formação de docentes e a trajetória da formação pedagógica de professores que atuam na educação profissional e tecnológica. Há, nesse aspecto, uma inexpressiva discussão acerca da formação docente para essa modalidade de ensino. A pesquisa empírica indicou que, apesar do reconhecimento da importância dessa formação para seu trabalho, o cumprimento do requisito legal imposto pela instituição motivou a buscar o curso. O formato EaD do curso também não foi bem avaliado pela maioria, pois o conteúdo, embora enaltecido, foi insuficientemente integrado com a forma. Na avaliação dos depoentes, faltou aprofundamento das questões didático-metodológicas relacionadas ao trabalho docente. Além disso, a demora do IFPR em retomar e/ou concluir o curso, demonstra que a formação pedagógica não parece ser uma prioridade na instituição.

**Palavras-chave:** Formação pedagógica. Formação docente. Trabalho docente. Educação Profissional e Tecnológica. Políticas institucionais para a formação pedagógica.

**Abstract:** We aimed to present results of the research that examines the pedagogical training of teachers at the Federal Institute of Paraná - IFPR and their impact on teaching. The methodology included the the bibliographical, documentary and field research. The observation of video lessons, supervised internships and semi-structured interviews with participating teachers composed the empirical study. The documentary analysis and literature research were based on Freitas (2002; 2007), Saviani (2008; 2009), Oliveira Junior (2008), Pereira (2015), who discusses the history of teacher education and the trajectory of teacher training teachers who work in technical and vocational



education. There is, in this aspect, a meaningless discussion of teacher education for this genre of education. Empirical research indicated that, despite the recognition of the importance of this training for their work, the fulfillment of the legal requirement imposed by the institution motivated the search for the course. The Distance Education mode was also not highly rated by most, as the content, though exalted, has been insufficiently integrated with the method. In the evaluation of the deponents, it missed deepening of didactic and methodological issues related to teaching. In addition, the delay of IFPR to resume and / or complete the course, demonstrates that teacher education does not seem to be a priority in the institution.

**Keywords:** Pedagogical training. Teacher education. Teaching. Vocational and Technical Education. Institutional policies for teacher education.

## Introdução

O presente artigo tem como finalidade apresentar os resultados da pesquisa<sup>21</sup> realizada com professores que participaram do Curso de Formação Pedagógica, ofertado pelo IFPR, em 2013. Intenciona também discutir os impactos dessa formação pedagógica no trabalho de docentes que atuam na formação profissional e tecnológica, especialmente do grupo de professores que integrou o referido curso e que compartilhou sua experiência nas entrevistas realizadas.

Para compreender o contexto de ontem e de hoje, apresentamos alguns aspectos históricos da educação profissional e tecnológica e da formação docente para essa modalidade da educação. A análise da trajetória da educação profissional e tecnológica do país evidencia certo desprezo por essa modalidade de educação, por ter sido endereçada prioritariamente aos indígenas e escravos, como os primeiros aprendizes de ofícios, o que demonstra influências da cultura acadêmica jesuítica, elitista que se formou aqui, desde os tempos coloniais (SAVIANI, 2008).

Da mesma forma, a história da formação docente para atuar nessa modalidade de educação, além de ser recente, pois data do início do século XX, está permeada por indefinições políticas e legais. A partir destas constatações, podemos situar o nosso objeto de estudo, que é a proposta de formação pedagógica que o IFPR colocou em prática para capacitar os seus docentes não licenciados para atuar na educação profissional e tecnológica.

## Material e Métodos

---

<sup>21</sup> O projeto de pesquisa, do qual provem este trabalho, foi submetido e aprovado pelo COPE da instituição. Como envolveu o trabalho com professores (entrevistas), também foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), por meio da *Plataforma Brasil* e aprovado em 11/04/2013.

Como destacado anteriormente, este trabalho é resultado do desenvolvimento de um projeto de pesquisa, iniciado em 2013, que teve como foco analisar a formação pedagógica de docentes para atuar na educação profissional e tecnológica. O estudo deu-se através do acompanhamento de um Curso de Formação Pedagógica<sup>22</sup> ofertado pelo IFPR e da posterior entrevista com parte dos docentes que integraram o programa<sup>23</sup>.

Na primeira etapa do projeto, realizamos o estudo e análise dos documentos relativos ao curso de Formação Pedagógica, especialmente o Projeto Pedagógico. Também fizemos incursão no campo, através da participação em atividades do Curso, como teleaulas e orientação de estágios curriculares. Na segunda etapa, ouvimos alguns professores<sup>24</sup> que participaram do curso de Formação Pedagógica.

Do ponto de vista metodológico, optamos pela pesquisa qualitativa por entender, de acordo com Triviños (1987, p. 137) que “o processo da pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques. Ela se desenvolve em interação dinâmica retroalimentando-se, reformulando-se constantemente”. Ou ainda, conforme explicita Netto (2011, p. 53), o método implica, na visão de Marx, “(...) uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”. De acordo com essa visão, o método de pesquisa qualitativo, leva em conta as categorias da totalidade, da contradição e da mediação.

Para colher as informações, realizamos pesquisa de campo (participação em atividades do curso e entrevista semiestruturada). No entender de Vergara (2000, p. 47), “pesquisa de campo é investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não”.

O tipo de pesquisa escolhido foi o Estudo de Caso, que está entre os tipos de pesquisa qualitativa, característicos. Conforme Sarmento (2003, p. 137), “[...] o estudo de caso pode definir-se como ‘o exame de um fenômeno específico, tal como um programa, um acontecimento, uma pessoa, um processo, uma instituição, ou um grupo social’”. Assim, através deste “caso particular”, podemos compreender o contexto da formação pedagógica de

---

<sup>22</sup> Participamos das atividades do Eixo I, em 2013/1. Componentes Curriculares trabalhados: Constituição Docente; Teorias da Educação: Perspectivas Contemporâneas; História e Política da Educação Profissional; Estágio I – Prática na gestão escolar da Educação Profissional.

<sup>23</sup> A interrupção das atividades do curso de Formação Pedagógica ocorreu em agosto de 2013, como consequência da interdição das atividades do Campus EAD do IFPR, motivada pela Operação Sinapse. Apesar de alguns comunicados encaminhados pela PROENS, anunciando a retomada do curso em formato de Especialização, as atividades conjuntas ainda não tiveram início, efetivamente.

<sup>24</sup> Na segunda fase do projeto, foram coletados dados junto aos professores, por meio de entrevistas semiestruturadas; foram ouvidos oito professores (de um total de 34) que participaram do curso, antes de sua interrupção, e que continuam no *campus* e/ou na instituição.

outros docentes que participaram do curso, bem como, as políticas e práticas que tem se efetivado na instituição.

A partir da explicitação dos pilares metodológicos, podemos prosseguir na apresentação e discussão de alguns resultados da pesquisa advindos da análise teórica e empírica. As discussões que seguem estão pautadas em autores que discutem a temática da formação para educação em geral, bem como para a educação profissional e tecnológica no país, tais como Freitas (2002; 2007), Saviani (2008 e 2009), Oliveira Junior (2008), Pereira (2015), entre outros. A ênfase do estudo é dada aos significados e impactos dessa formação para o trabalho como docentes da educação profissional e tecnológica.

### **Aspectos históricos da Educação Profissional e Tecnológica e da formação de professores para essa modalidade de ensino**

Para compreender o atual contexto da formação profissional e tecnológica no país, faz-se necessário fazer um breve resgate da trajetória dessa modalidade de educação em terras brasileiras. Os documentos indicam que a história oficial da formação profissional no Brasil teve início em 1909, quando Nilo Peçanha assumiu a Presidência da República e assinou, em 23 de setembro de 1909, o Decreto nº 7.566, que criou, inicialmente em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove “*Escolas de Aprendizes Artífices*”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito (BRASIL/MEC, 2015).

Contudo, a formação profissional do trabalhador no Brasil começou ainda no período Colonial, tendo os índios e os escravos como os primeiros aprendizes de ofícios. Segundo Fonseca (1961, p. 68 apud BRASIL/MEC, 2015), “Habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”. Assim, desde os anos de 1800, com a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros destinado ao “amparo” da camada menos privilegiada da sociedade brasileira, as crianças e os jovens eram encaminhados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros. Com a chegada da família real portuguesa em 1808, D. João VI fundou o Colégio das Fábricas, considerado o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público, com o objetivo de atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal (GARCIA, 2000, apud BRASIL/MEC, 2015).

A história da formação de docentes para a educação profissional e tecnológica, por sua vez, é ainda mais recente, datando apenas do início do século XX. Conforme Peterossi (1994, apud OLIVEIRA JÚNIOR, 2008, p. 8), durante o ano de 1917, na Escola Venceslau Brás, no Rio de Janeiro, “houve cursos para docentes das escolas profissionais”; e no ano de 1931, num contexto de significativa expansão industrial, “o governo do Estado de São

Paulo instituiu cursos de aperfeiçoamento destinados à formação de docentes nas escolas profissionais, mas esses cursos, com dois anos de duração, foram experiências isoladas”. Nas décadas subsequentes, apesar da existência de pequenas iniciativas na formação dos docentes para atuarem no ensino profissionalizante, a situação não mudou substancialmente em relação às promessas sem seu efetivo cumprimento.

De acordo com Pereira (2014), em nosso país, em pouco mais de cem anos, a Educação Profissional e Tecnológica, muito caracterizada pelo “fazer” é marcada pela forte ação de professores leigos até os dias atuais. As ações na perspectiva de mudança dessa realidade, nas últimas décadas muito mais prementes que na primeira metade do século passado, vêm se constituindo em ritmo crescente sem, contudo, se estabelecer ou mesmo se caracterizar com o rigor, intensidade e a sistematização necessária. Nesse sentido, apresentaremos algumas reflexões atuais acerca da formação pedagógica docente para a educação profissional e tecnológica.

### **Formação pedagógica de professores da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Paraná - IFPR: algumas análises**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96, Art. 62 diz que para atuar na educação básica é necessária formação em nível superior em curso de licenciatura. Portanto, uma vez que os docentes atuantes no IFPR são contratados sob o regime de Educação Básica, Técnica e Tecnológica – EBTT se faz obrigatória a formação pedagógica. Com base nisto o IFPR criou o Curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional, uma vez que o docente, ao ingressar na Instituição, deve cumprir este requisito em 23 meses, de acordo com a Resolução nº 003/2009, Art. 44 do Conselho Superior.

Neste sentido, a partir dos depoimentos de alguns professores que realizaram o Curso de Formação Pedagógica, com vista ao atendimento deste requisito legal, pontuaremos alguns aspectos da proposta de formação pedagógica que o IFPR implantou e discutiremos alguns elementos que parecem relevantes.

Quando perguntado aos professores sobre o que os motivou a fazer o Curso de Formação Pedagógica, foi unânime a resposta de que é uma obrigatoriedade legal e, uma vez que essa obrigatoriedade tem que ser cumprida, melhor será cumpri-la dentro da própria instituição, tendo dispensa de suas atividades, como declarado neste trecho: “[...] Nós assinamos um termo de compromisso, sendo obrigados a fazer esse curso [...] e como é mais fácil estar aqui dentro estudando, por isso eu resolvi fazer o Curso de

Formação Pedagógica” (E QUATRO)<sup>25</sup>. As diferentes motivações para fazer esse curso estão compiladas na tabela que segue:

**Tabela 13** - Motivos que levaram os docentes a fazer o curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional ofertado pelo IFPR.

Tipos de respostas	Frequência
- [...] Por uma exigência legal, pela exigência do Instituto.	3
- Bom, primeiramente pela exigência do Instituto e a facilidade da oferta!	1
- [...] Eu tive interesse, justamente por conta da exigência dos bacharéis cumprirem isso no currículo e com a expectativa de melhorar a prática.	1
- [...] Nós assinamos um termo de compromisso, sendo obrigados a fazer esse curso; e como é mais fácil estar aqui dentro estudando, por isso eu resolvi fazer o curso.	1
- O que me levou a fazer o curso foi a obrigatoriedade [...] para exercer a profissão dentro do Instituto, na carreira EBTT [...]	1
- A primeira motivação foi a questão da exigência legal que nos foi colocada; [...]e o outro é pela questão mesmo de entender que como profissional, seria um acréscimo, um aprendizado que parece contribuir depois na atuação profissional.	1
<b>TOTAL:</b>	<b>8</b>

Fonte: Dados organizados pelos autores, com base nas entrevistas.

É possível considerar que para os professores a necessidade da Formação Pedagógica se dá apenas para um cumprimento legal, e não por uma visão de que esta Formação seja necessária para o aprimoramento de sua prática. Este fato demonstra aquilo que Saviani (2009) descreve sobre os modelos de formação de professores, o modelo dos conteúdos culturais-cognitivos, que “[...] se esgota na cultura geral e no domínio específico dos conteúdos da área de conhecimento correspondente à disciplina que ira lecionar.” (IDEM, 2009, p. 148-149); e o modelo pedagógico-didático que considera necessário ao professor, além dos conteúdos, o preparo pedagógico-didático. E ainda diz que:

<sup>25</sup> Para fins de preservação de identidade, o conjunto dos docentes entrevistados será indicado pela Letra **E** seguida de um número (de um até oito), que segue a ordem de entrevista dos professores ouvidos.

[...] além da cultura geral e da formação específica na área de conhecimento correspondente, a instituição formadora deverá assegurar, de forma deliberada e sistemática por meio da organização curricular, a preparação pedagógico-didática, sem a qual não estará, em sentido próprio, formando professores. (SAVIANI, 2009, p. 148,149)

Portanto a formação de professores está estreitamente relacionada com a formação pedagógica, sendo a prática docente indissociável da prática pedagógica. O modelo dos conteúdos culturais-cognitivos prevaleceu nas universidades, enquanto o modelo pedagógico-didático, na formação Normal (SAVIANI, 2009). Devido a esta dicotomia histórica, é necessário que os cursos de Formação Pedagógica sejam atrativos e capazes de mostrar para o professor a necessidade de tal formação, embora normalmente não seja isto que ocorre, como apresenta Oliveira Junior (2008, p. 64-65):

Alguns professores de cursos técnicos, graduados em engenharia ou em outras profissões, buscam espontaneamente os cursos de licenciatura em pedagogia. Outros fazem isto, estimulados pelas instituições onde atuam, mas acabam se frustrando, pois, nesses cursos, via de regra, os conteúdos e mesmo a vivência de seu corpo docente se limitam ao domínio da formação de professores para o ensino fundamental.

Situação esta da qual o Curso de Formação Pedagógica ofertado pelo IFPR não se distanciou, conforme depoimento: “[...] Eu conheço pouco da pedagogia e o pouco que eu conheço foi por meio do magistério de nível médio, e o que foi falado, a maioria dos textos eu já havia estudado lá, para você ter uma ideia [...]” (E DOIS).

Complementarmente, o Curso de Formação Pedagógica ofertado pelo IFPR apresenta outras falhas, que puderam ser observadas durante as aulas e nos relatos dos docentes que realizaram o curso, e que comprometeu o seu aproveitamento:

[...] falta de interação, muita exposição por parte do professor, então o professor era só um lado, era unilateral, a gente ficava quatro horas em sala de aula, apenas nessa forma unilateral, não tinha interação; [...] o conteúdo, os professores eram bons, [...] mas a forma como ele era abordado. [...]. Eu preferiria que fosse o professor ao vivo; é muito melhor presencial. [...] Uma turma que conversava demais, então aquilo dispersava, e tirava o nosso interesse [...] (E CINCO).

Como se pode observar neste trecho destacado, o Curso de Formação Pedagógica foi uma experiência negativa em certo sentido, pois os professores o consideraram limitado e improvisado, principalmente pelo método adotado, o Ensino a Distância (EAD). O Ensino a distância é, sem dúvidas, um método que nos dias atuais, tendo em vista a vida corrida aliada a falta de tempo e o desenvolvimento das tecnologias, amplia o acesso ao ensino. No entanto o que se tem observado é que os cursos EAD estão sendo



utilizados como maneira fácil para conseguir uma titulação, seja pela carga horária reduzida, ou pelo baixo custo, como relata Freitas (2007, p. 1214): “A maioria dos cursos de formação na modalidade a distância, no Brasil, [...] se apresenta como uma forma de aligeirar e baratear a formação”. Além disso, acrescenta que “Os cursos e programas de EAD, na medida em que se impõem por ações ‘minimalistas’ na formação, pelos encontros presenciais de 4 horas semanais, pelo caráter da ação dos tutores”, constituem “uma forma precarizada de trabalho de formação superior”. (IDEM, 2007, p.1213).

Neste sentido, o curso ofertado pelo IFPR parece não ter se distanciado dos demais cursos EAD, como observado nas entrevistas. Os professores entrevistados relataram diversas vezes problemas do curso que em sua grande maioria estavam ligados ao sistema EAD, o que deu origem ao nosso diagnóstico de que o curso foi uma experiência danosa.

A gente ficava ali meio passivo né, às vezes não dava tempo de se comunicar pela internet, fazer uma pergunta, porque quando você está em sala de aula, “ah professor eu não entendi”, aí já responde na hora, [...] porque na sala, lá, às vezes, saía uma dúvida, um perguntava pro outro, um não sabia, “ah eu vou perguntar lá”, “ah caiu sinal da internet”, não dava certo, então passava. E também [...] muito material era disponível para nós lá na internet, que a gente acabava não lendo. E o sistema de avaliação deles também não concordei muito com a forma, [...] cronometrado, e teve até acho que um dia que caiu a internet [...] (E UM).

Alguns destes problemas relatados são consequência da modalidade EAD, isto é, estão relacionados à forma como a Instituição executou o seu projeto de curso, como descrito pelo entrevistado: “[...] Eu li o projeto do curso e o avaliei. Muito boa proposta, bem como a formatação dos módulos, enfim o material é excelente, [...] pecou em algumas coisas: na operacionalização por exemplo [...]” (E OITO).

As observações feitas durante a pesquisa de campo, e através do depoimento dos entrevistados indicam que o IFPR não estava comprometido com o seu PPC e demonstrou aquilo que a literatura vem apontando sobre a formação de professores. Na realidade, conforme Freitas (2002), este processo não visa formar docentes e sim conferir certificados necessários devido a grande demanda que o sistema de ensino sofre, caracterizando-se por medidas “[...] emergenciais, fragmentárias, pouco intensivas e com um caráter bastante conservador, colocando-se distante das necessidades atuais” (PEREIRA, 2015, p. 1).

Essa falta de comprometimento institucional reforça problemas de caráter individual, quais sejam, que os professores não atribuem a devida importância para a Formação Pedagógica, embora quando questionados sobre a validade de tal formação, tenham sido favoráveis, conforme segue:

[...] Eu acho essencial, porque quem não é licenciado não tem essa formação e vai atuar de uma forma amadora e, geralmente se baseando nos bons professores que teve, [...] faz parte pensar, refletir, ter um pensamento reflexivo sobre a prática, ajuda a identificar erros, mudar pra melhor, [...] a formação ajuda pra isso. E sem falar todo embasamento histórico, filosófico e sociológico da educação, e eu acho que como ele é o professor, profissional da educação, é importante que ele saiba (E SETE).

Mas quando estes docentes se depararam com a Formação Pedagógica, o que se observou foi que houve, por parte de muitos, descaso com o curso, pois durante as aulas a conversa era excessiva e a atenção normalmente estava direcionada à atividades externas ao curso, o qual era percebido como um tempo improdutivo. O que pode ser exemplificado na reação de alguns professores à interrupção do curso, como nos apresenta o depoente: “[...] Dá impressão assim que alguns deram graças a Deus, que terminou, parou, ‘ah não vamos precisar mais fazer’. [...] Posso até estar exagerando, mas mais da metade da turma não tava aí, tava mais por obrigação [...]” (E UM).

Portanto, há uma incongruência entre o discurso e a ação dos professores, pois relatam que a Formação Pedagógica é importante, mas quando são submetidos à mesma, agem como se não fosse relevante. Como pode ser demonstrado também quando questionados sobre o porquê buscaram fazer o Curso de Formação Pedagógica, sendo motivados pela exigência legal, não demonstrando valorização pela formação.

É lamentável que isto ocorra, pois a formação docente é inerente à prática pedagógica (PEREIRA, 2015), uma vez que a formação do professor não pode se distanciar da sua prática, formação esta que não é contemplada em um curso de bacharelado. Isto é relatado por Oliveira Junior (2008, p. 68) quando diz que: “[...] A docência é, antes de tudo, um ofício, uma profissão com características próprias, com um campo de atuação muito distinto da engenharia ou da técnica”.

### Considerações finais

O Curso de Formação Pedagógica, ofertado pelo IFPR, tinha grandes potencialidades, tanto na questão da proposta, da metodologia quanto da própria iniciativa, porém o que se pôde observar foi uma inadequação na forma como foi conduzido e no preparo para lidar com situações que se apresentaram ao longo de sua breve execução.

Um dos principais obstáculos ao sucesso desta iniciativa foi a pouca valorização dada à formação pedagógica no geral, pois o que se viu foi que esta desvalorização origina-se tanto dos professores quanto da própria Instituição, uma vez que ambos dedicaram-se de forma displicente para que esta formação pudesse ocorrer plenamente.

Isto reforça a importância de que este assunto seja abordado de forma a produzir naqueles envolvidos com a educação a consciência de que o

professor sem a formação pedagógica não é, de fato, professor, pois “Não basta saber ler para ensinar a ler.” (MEIRIEU, 2005, p. 148, apud OLIVEIRA JUNIOR, 2008, p. 67).

## Referências

BRASIL/MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº. 9.394, de 20/12/1996.

BRASIL. MEC. **Histórico da Educação Profissional**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf). Acesso em: 21 mar. 2015.

FREITAS, Helena C. L. de. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 136-137, set. 2002.

FREITAS, Helena C. L. de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1203-1230, out. 2007.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - IFPR. **Resolução nº 003/2009 do Conselho Superior, de 16 de abril de 2009**. Ementa: Estabelece Normas de Concurso Público para a Carreira do Magistério no Instituto Federal do Paraná - IFPR. Curitiba, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - IFPR. **Projeto Pedagógico do Curso**: Formação pedagógica de docentes para a educação profissional. Curitiba, 2012.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA JÚNIOR, Waldemar de. **A formação do professor para a Educação Profissional de nível médio: tensões e (in)tensões**. 2008. Disponível em: <http://revistaeletronica.sp.senai.br/index.php/seer/article/viewFile/45/33>. Acesso em 05 jul. 2015.

PEREIRA, Luiz A. C. **A formação de professores e a capacitação de trabalhadores da educação profissional e tecnológica**. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lic\\_ept.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lic_ept.pdf). Acesso em 05 jul. 2015.

TRIVINÕS, N. S. Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a**



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

SARMENTO, M. J. O estudo de caso etnográfico em educação. In: ZAGO, N.; CARVALHO, M. P. de; VILELA, R. A. T. (Orgs.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SAVIANI, Demerval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

\_\_\_\_\_. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. V. 14, n. 40, jan./abr. 2009. P. 144-155.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

## AS FUNÇÕES DO PROFESSOR E DO ALUNO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Marcos Rohweder Chuarts (marcos-chuarts@hotmail.com)  
Jussara Isabel Stockmanns (jussara.stockmanns@ifpr.edu.br)

### RESUMO

Este artigo apresenta e discute algumas ideias sobre as funções de professores e alunos, ao que diz respeito à avaliação educacional, não somente no sentido restrito de avaliar apenas para “dar uma nota” no final do bi/tri/semestre e/ou, no final do ano letivo, mas de constatar os conhecimentos adquiridos através da interação entre docentes e discentes. Com as citações de alguns autores e nossos estudos, podemos relatar que a avaliação quantitativa, possui atualmente, um amplo espaço em nossas escolas, e desta forma nos vemos na obrigação de atuar como futuros profissionais da educação, ter maturidade suficiente para atuar, de maneira que a qualidade neste aspecto tenha de fato uma maior importância. Neste sentido ambos autores citados, possuem um importante papel na cooperação e, com uma posição definida, colaboram com a transformação este dilema que compõe a historicidade da educação como um todo. Ainda dentro deste conceito, entendemos que o aluno não apenas erra, mas que este constrói o conhecimento, interage com seu professor e se auto avalia por meio dos “erros”, dando início a um processo de aprendizagem que lhe proporciona o acerto.

PALAVRAS-CHAVE: avaliação, quantitativa, qualidade, assimilação.

### ABSTRACT

This article presents and discusses some ideas about the roles of teachers and students when it comes to educational evaluation, not only in the narrow sense of assess to just "give a note" at the end of bi / tri / semester and / or, end of the school year, but noting the knowledge acquired through the interaction between teachers and students. With quotes from some authors and our studies, we can report that the quantitative evaluation, currently has a large space in our schools, and thus we find ourselves obliged to act as future professionals of education, have sufficient maturity to act so that quality in this regard has in fact greater importance. In this sense both authors cited, have an important role in cooperation and with a defined position, collaborate with the transformation this dilemma that makes up the historicity of education as a whole. Even within this concept, we understand that the student not only wrong, but this builds knowledge, interact with their teacher and self assessment through the "mistakes", initiating a learning process that gives you the hit.

## **INTRODUÇÃO**

Teremos como objetivo neste artigo, discutir com a intensão de analisar a complexidade do tema proposto e seus efeitos na carreira profissional de professores, esperando que estes façam devida reflexão de velhas atitudes, pois percebemos que algumas Escolas entraram de cabeça na ideia que, a avaliação e qualidade estão aliadas de maneira limitada, sem abrir precedentes para novas práticas e transformações que, qualificarão e quantificarão as práticas de todos os envolvidos no processo educacional.

Isto indica que a avaliação se dá no processo qualitativo, pois conforme Sant'anna (2013), é este quem esclarece o quantitativo, enquanto aquele, expressa numa unidade a consistência e intensidade do fenômeno. Uma vez que o que se busca na verdade, é a formação do sujeito crítico, autônomo, responsável e com todas as demais expectativas esperadas por ele próprio, em seu aprendizado, confirmando o que Hoffmann (2011) fala no sentido que os padrões de determinar as medidas de aprendizagem, os pontos e modelos, são dentre outros os maiores empecilhos para o seguir em frente das avaliações, sem deixar de lado as particularidades de cada um indivíduo. Portanto, quando este processo ocorre de forma contrária, percebemos que acontecem diversos fenômenos mensuradores injustos e arbitrários, que até mesmo provocam a evasão e desistência.

Temos como objetivo nesta reflexão buscar coletar e organizar questões e informações, que visam acima de tudo clarear e vislumbrar esse assunto que tem interferido de forma direta, no processo ensino-aprendizagem por longo tempo; neste sentido buscaremos identificar os papéis de professores e alunos, bem como as responsabilidades e dificuldades de cada um deles neste processo, que deve ser construído em conjunto ou seja, com a colaboração das partes interessadas em construir-se. Não é nossa intensão aqui, encontrar respostas como receitas prontas e muito menos dar uma direção para um caminho correto, mas de contribuir, somando nas tantas pesquisas e relatos neste complexo assunto que é a avaliação.

Como agente educativo, o Professor deve atuar de forma harmoniosa com seu aluno, sabendo que ele, e o conteúdo trabalhado, completam-se e constroem-se juntamente, ou seja, o objeto de estudo a ser conhecido e o aluno devem interagir entre si com a mediação e problematização do professor. Assim o professor assumindo a postura de fazer algo diferente, deve ter a consciência de que não deve ter medo de utilizar-se destas técnicas novas e, portanto, anormais em educação, que podem trazer críticas por sua inovação, que aliás, Hoffmann (2011) refere-se no sentido de educação e diz que o diferente é anormal, por haverem tradicionalismos neste momento de avaliar.

## **PROFESSOR E ALUNO COOPERANDO NO PROCESSO AVALIATIVO**



Sabemos que a avaliação é um processo complexo, que exige e ao mesmo tempo proporciona o crescimento profissional do professor, trabalhando as suas qualidades, potencialidades e atribui valores qualitativos em sua experiência como docente. Não deve ser vista apenas como um sistema conclusivo, como diagnóstico final do processo de desempenho do aluno. Este por sua vez deve ter o interesse em buscar o saber, compreender e questionar os assuntos abordados em sala-aula, cooperando com seu professor no sentido de crescimento de ambos. Sabemos que não há escola sem professores ou sem alunos, além destes sujeitos, deve haver uma constante reflexão de todos os envolvidos na educação, pois fazem parte desta realidade, e quando se trata deste complexo tema, fica evidente que cooperação reflexiva e mudanças práticas de postura, são de fundamental consideração para que aconteçam adições e multiplicações na construção de novos paradigmas. Referimo-nos ao termo cooperação reflexiva, partindo do pressuposto que as práticas dentro da sala-aula, estão carentes de substituições, renovações e para isto é necessário que aconteçam remoções de velhas atitudes, alterações ou transformações que ocorrem. Como por exemplo, as borboletas e outros insetos, e por isto um autoexame pode trazer significativas mudanças para o crescimento daqueles envolvidos nesta temática.

Exemplos de alternativas e possibilidades podem ocorrer com criatividade e rompimentos de modelos tradicionais, que estão impregnados e fundidos no ânimo e ação de quase todos dentro das escolas, e mais seriamente em professores que estão iniciando as suas carreiras como profissionais da educação. Neste mesmo aspecto, concordamos com RUARO (2004 p. 160) quando discorre neste sentido dizendo que:

O professor e os alunos precisam ter consciência de que os falantes que interagem em uma determinada situação social na sala de aula tem papéis sociais definidos na sociedade e falam, pensam e agem a partir destes pontos de vista que representam.

Para que esta situação seja de fato realizada em sala de aula, ambos devem aproximar-se um do outro e com total liberdade, permitir que todos os envolvidos se encontrem em seu papel como cidadão, ser social, aluno, professor e enfim, responsável pela sua própria aprendizagem, porém sem descartar a responsabilidade e a mediação de seu interlocutor e, neste sentido todas as partes envolvidas tomam decisões sobre a continuação de seu trabalho e consequentes aspectos de aprendizagem.

## **OS EFEITOS DA AVALIAÇÃO EM PROFESSORES E ALUNOS**

Neste espaço analisaremos como se dão os efeitos, sejam eles positivo ou negativos, na vida de alunos e professores, pois como atores sociais e escolares, estão a mercê de diferentes resultados que estarão interferindo na referida, continuação e termino de suas jornadas acadêmicas.

É lamentável que em nossos dias, algumas escolas mantem a ideia, o critério de que a avaliação seja de fato uma aliada da qualidade de aprendizado e não um mensurador do ensino-aprendizagem que inclui, não apenas seus alunos, mas de todo seu corpo docente-discente bem como de toda a comunidade escolar.

Dentro deste dilema da avaliação, concordamos quando a autora Hoffmann, (2011, p.42) diz que “erros que uma criança comete ao longo do seu processo de alfabetização, por exemplo, não podem ser considerados erros, mas hipóteses em construção”; portanto, neste caso deve-se tomar o maior cuidado com os traumas já conhecidos, pois não promovem conhecimento, não agregam e, muito menos mantêm os alunos na escola, mas contrariamente pensam em evadir-se. Acreditamos que um primeiro momento de reflexão do professor, já consta como efeito da avaliação de seu trabalho, pois passa a considerar em primeiro lugar, que a criança em seu processo de aprendizagem não erra mas, está construindo seu conhecimento, passa a definir interpretações e traz melhorias neste processo.

Como sabemos, devemos sim, buscar os melhores materiais para a nossa construção e, portanto, estamos na escola e a julgamos por excelência, o local próprio para encontrá-los; desta maneira quando alfabetizados estamos formando as bases de nossa construção, e por isso, aquilo que está abstrato na criança, passa a ser representado por uma realidade sensível e clara. Tanto o aluno quanto o professor devem ter e dar liberdade em sala de aula, pois ali é conforme Hoffmann (2011, p. 55), “o espaço de discussão entusiasmada, da investigação intelectual intensa do sujeito que está nesta fase de aprendizagem, sobre o objeto do conhecimento que está agora ao seu total dispor”.

Também podemos nos referir aos efeitos pós-avaliação, abordando que quando não tomamos novas iniciativas, os alunos não melhoram o processo de aprendizagem, deixam de oferecer informações fundamentais ao professor e, por sua vez este não encontra caminhos sem ter como buscar decisões e recursos para a melhoria de seu currículo. Por este motivo concordamos com Hoffmann (2011) que o melhor caminho para superação desta resistência seja o estímulo, a luta e a propagação de trabalhos de professores, que vem a longo e curto prazo buscando planejar e delinear o paradigma mediador da universidade, com a finalidade de à partir desses relatos, levantar esta questão e que a mesma se instale decisivamente nas escolas para a especialização profissional e científica como um todo, no intuito de instigar professores e demais envolvidos na educação – e não apenas na educação formal, mas também na educação não-formal e informal – em um mesmo mundo, em uma mesma realidade, com a mente transformada em ambos os conhecimentos e desafios. Neste sentido Sant'Anna (2013) diz que, “é preciso admitir, também, que as interações organizadas pelo professor serão feitas com o meio físico e com os colegas, pois a verdadeira construção do saber se dá coletivamente”; isto nos leva repensar as nossas praticas educativas, e diante deste ato buscar uma ação transformadora, fundamentada

na realidade de nosso mundo contemporâneo, que cada vez mais exige reflexões em nossa prática educacional. Isto vem ao encontro daquilo que Hoffmann discorre a respeito de que a cada ato de um professor, educador e que por fim e fins, acaba fazendo uma avaliação de seu contexto social e daqueles que fazem parte do mesmo, dizendo que:

Pode-se dizer, então, que ela parte da conceituação à ação, no sentido de que planeja o seu fazer com base em significados teóricos construídos e, inclusive, enuncia, nos próprios relatórios, a continuidade da sua ação educativa. (HOFFMANN, 2011, p. 128)

A partir desta linha de pensamento, percebemos que há evidências de um rigor em analisar e refletir nossas praticas, enquanto professores e/ou educadores, que por fim nos levam a ser sujeitos pensantes e ao mesmo tempo nos metamorfoseando e permitindo que a ação transformadora da reflexão, venha trazer novidades em nossos planos de uma carreira bem-sucedida. Podemos aqui neste espaço, pensar, mesmo que de forma superficial, que alguns destes alunos atuais serão também um dia formadores de professores, e deixamos então questionamentos que nos levam mais uma vez a refletir se, avaliações rígidas e autoritárias, formarão professores igualmente a nós, ou se estes atuarão com o processo de imitação, ou se tornarão críticos naturalmente pelo fato de ser assim? Segundo Piaget, (in HOFFMANN, p. 23) “não há operação sem cooperação”, e isto nos remete a realidade que devemos mudar nossas praticas avaliativas, mudar o paradigma das oportunidades de desenvolvimento cognoscitivo de nossa comunidade escolar, uma vez que depende de cada um de nós como docentes, e consiste em estabelecer uma relação entre o que foi alcançado e o que se pretende atingir, de que forma, quais são os meios pelos quais estes estão sendo construídos. Neste sentido a mesma autora afirma que:

Não assumimos o fracasso escolar a partir das especificidades da nossa realidade social e desenvolvemos praticas desenraizadas que impedem a construção de paradigmas articulados ao nosso sistema educacional. (HOFFMANN, 2011, p. 74)

Sabemos que não se pode atribuir fracasso escolar apenas ao professor, que pode e deve rever sua prática avaliativa devido à sua abrangência de diversos fatores, interferentes de maneira direta neste dilema, mas que este possui autonomia para mudar seus procedimentos, e desta forma mudar a visão deste pensamento que assola nossas escolas e denigre o seu trabalho; por outro lado temos os alunos, que não colaboram com seus professores, não são críticos, estão em sala-aula apenas por obrigatoriedade de suas famílias, mas que também são de forma direta atingidos, e seu rendimento muitas vezes comprometido pela intensidade que a avaliação interfere em sua vida acadêmica, e quando falamos em vida acadêmica, se fala no processo como um todo, sabendo que com a sua própria educação e humanismo deve reconhecer que o aluno está em processo de construção e

depende deste ser-pessoa-professor, que está ao seu dispor. Como ser humano, o aluno pode equivocar-se, até por seu conhecimento e experiência imaturos, e então o papel do professor, que segundo Hoffmann (2011), deve esclarecer com comentários ricos em informações, dar direção para respostas, provocando a curiosidade de investigação, apontar soluções equivocadas ao contrário de fazer aquilo que temos visto desde as séries iniciais tradicionais, marcando certo/errado em tarefas e provas dos alunos; além de oportunizar sua expressão, devem realizar tarefas auxiliadoras nas dificuldades que dizem respeito aos conteúdos introduzidos e desenvolvidos. O professor, neste caso deve ter uma visão que o erro tem uma importante repercussão em seu papel, quando diz respeito à forma de definição e arranjos em seu desempenho, e neste sentido refere-se ABRECHT (1994, p. 184, in Vasconcelos, p. 60) dizendo que: “se há várias maneiras de errar, há também várias maneiras de aprender”. Em outras palavras, que sejam aproveitados os momentos de correção em novos momentos de aprendizado e, portanto, momentos de possibilidades para que estes discentes agreguem conhecimento.

Talvez alguns questionamentos podem auxiliar este momento de atuação do professor, que por sua vez leva ao acadêmico, à uma mais seria reflexão de sua prática, já que estamos nos centrando nos efeitos que mensuram o conhecimento, e por isto ele poderia perguntar-se: meu aluno agregou algo em seu conhecimento? Eu colaborei de alguma forma para isto? Devo mudar algo para melhorar? Quais passos devem ser dados daqui em diante? O que devo melhorar?

É indispensável que haja esta prática de verificação avaliativa, e esta reflexão leve ao professor, à consciência que deve ser guia e não desumano, com penas ou castigos. Neste âmbito ressaltamos que se deve formar ou transformar, a prática dos alunos que não superam expectativas de avaliação, e por isto culpam apenas a ação do professor como reflexo de seu nível de conhecimento. Neste sentido afirma Rogers (in HOFFMANN, p. 15) que “ninguém ensinou nada a ninguém”, referindo-se que o acadêmico deve ser seu próprio agente no acúmulo de conhecimentos, dependendo de seu interesse pelo conteúdo, e que os questionamentos vêm trazer buscas por novas respostas em conjunto; a orientação do professor deve trazer melhorias na autoestima do aluno e isto de maneira automática. No processo de mudança de atitudes, temos a tendência de centrar nossas atenções no professor e culpá-lo pelos efeitos nos alunos, e com isto, tomamos nota do que Vasconcelos (2008) fala que a ousadia pode ser uma grande aliada para as mudanças, porém ela deve ser seguida de investigação, procura de caminhos e antes de mais nada já falamos, de reflexão para não ver o barco afundar, e apenas após o fato ocorrido correr atrás do prejuízo, portanto:

Refletir sobre essas diferentes e múltiplas dimensões do conhecimento é a tarefa do avaliador. Não para encontrar respostas definitivas ou absolutas, mas para delinear caminhos, estratégias de aprendizagem, para formular novas perguntas que complementem e enriqueçam suas hipóteses iniciais, para desenvolver uma ação de reciprocidade com o seu aluno, no sentido

de ensina-lo e, ao mesmo tempo aprender com ele. (HOFFMANN, 2011, p. 146)

Percebemos aqui, que fica evidente a autora enfatizando o termo "aprender com ele", então surgem questões como: será que o aluno sabe mais do que o professor? Estaria o professor descendo degraus, para que o aluno suba alguns? Porque se estuda tanto para depois ter que descer? Estaria o professor submetendo-se ao aluno, aviltando-se? Acreditamos na hipótese de uma mistura de conhecimentos do professor e suas práticas, juntamente com as necessidades e pré-conceitos do aluno, seriam de fato uma fórmula inicial de soluções que podem facilitar o trabalho e a aprendizagem de ambos.

Podemos neste momento único refletir nossas ações como docentes, e identificar dentro de si, o aluno em potencial que está inserido no mundo acadêmico e pessoal de cada um, e desta forma permitir que as práticas que transformam sejam transformadas e melhoradas para as atividades de ensino que estarão ao nosso dispor futuramente.

## CONCLUSÃO

Diante de tantas incertezas e indefinições dos papéis que procuramos investigar neste trabalho, parece-nos que tanto professores quanto alunos, estão de maneira bem acentuada, com grande equilíbrio em suas influências e ao mesmo tempo entendem, que não podemos aprender sem os devidos papéis. Que há muito a ser feito. Como temos as características de ambos os atores sociais, no papel da construção de conhecimentos, de transformação dos sujeitos e da conscientização que este paradigma deve com certeza, ser transformado, acreditamos ainda mais na prática educativa dentro de sala de aula e, nas ações que a sociedade espera daqueles que estão envolvidos neste processo.

Por onde iniciar este processo, não deveria ser a questão mais séria, nem ao menos encontrar culpados, mas sim que toda a comunidade escolar deve ser e estar disposta a uma mudança, seja ela a começar por alunos, professores, pais, direção, secretarias e todos os demais sistemas, que dizem fazer parte da nossa realidade educacional.

Todas as atividades avaliativas, como seria de se esperar devem concorrer para desenvolver e diagnosticar a participação de Escolas, pais, alunos e sua influência para com uma sociedade cada vez mais exigente e, que cobra a superação de dificuldades, diagnosticando-as e aumentando responsabilidades para todos os atores sociais que compõem este conjunto de sujeitos.

Concluimos que existe uma intensa ligação entre professor-aluno, docente-discente, ensino-aprendizagem, teoria-prática, e não podemos negar que são indissociáveis, e que não apenas dependem um do outro, mas, completam-se, e que juntos serão resistentes a ponto de quebrar paradigmas tradicionais, causando em um sistema igualmente conservado neste modelo,

uma quebra de ingredientes que evidenciam a necessidade de mudanças iminentes. Para isto fica o desafio à comunidade escolar como um todo, de refletir suas ações, romper tradições e modelos, permanecendo flexível às transformações e atualizações que está sujeita.

## REFERÊNCIAS

**HOFFMANN**, Jussara. **Pontos & contrapontos, do pensar ao agir em educação**. Porto Alegre. Editora Mediação, 2011.

**MIZUKAMI**, Maria da Graça Nicoletti. **Educação e Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

**SANT'ANNA**, Ilza Martins. **Por que avaliar?: Como avaliar? : Critérios e instrumentos**. 16. Ed. Petrópolis – RJ: vozes, 2013.

**VASCONCELOS**, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança – por uma práxis transformadora**. 9ª ed. / Celso dos Santos Vasconcelos. – São Paulo: 2008. – (coleção cadernos Pedagógicos do libertad; v. 6).

**RUARO**, Dirceu Antônio. **Prática reflexiva de professores: possibilidades e limites**. Pato Branco, Pr. 2004.



## A IMPLANTAÇÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA EM UMA EMPRESA DE PALMAS - PARANÁ

Anderson GauzaCaciano (e-mail:andersoncaciano@hotmail.com)

Lucas Pacheco Cardoso (e-mail:lucas\_k2\_cardoso@hotmail.com)

Elza Terezinha Cordeiro Müller (elza.muller@ifpr.edu.br)

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo incentivar a aplicabilidade do conceito de governança corporativa para médias empresas. Criada non anos 90, a governança corporativa visa aumentar o grau de confiança com a organização, e sua continuidade no mercado através de mecanismos ajustados a cada empresa. O tema é de grande importância, e nos últimos anos vem tornando-se eficaz no combate a fraudes e a prevenção de perda de capital dos investidores. Ao longo a elaboração deste artigo, foram pesquisadas e estudadas fontes sobre o tema para entender a importância da governança corporativa têm sido nas organizações. Apresentam-se neste trabalho os tipos de conselhos que a empresa precisa para implantar a governança, as auditorias que necessitam ser feitas por auditores especializados e as características das empresas de grande porte. A pesquisa é qualitativa com levantamento de dados ou *survey*. Com o estudo conclui-se que as práticas de governança criam valor para a empresa e que a aplicabilidade da governança poderá ser utilizada por qualquer tipo ou porte de empresa, a partir da adaptação para a gestão. Entende-se, que a governança tem um papel principal de boas práticas e boa conduta, pois viabiliza a maximização da confiança dos gestores e fornecedores.

**Palavras-chave:** Boas Práticas. Empresa de Grande Porte. Governança Corporativa.

**Abstract:** This article aims to encourage the applicability of the concept of Corporate Governance for midsize businesses. Created non 90s, corporate governance aims to increase the degree of confidence to the organization and its continuity in the market through mechanisms tailored to each company. The subject is of great importance, and in recent years has become effective in combating fraud and the prevention of investor capital loss. Throughout the writing of this article, sources were researched and studied on the subject to understand the importance of corporate governance have been in organizations. They are presented in this paper the kinds of advice that the company needs to implement the governance audits that need to be taken by specialist auditors and characteristics of large companies. The research is qualitative with data collection or survey. With the study concluded that the governance practices create value for the company and that the applicability of governance can be used for any type or size company, from the adaptation to management. It is understood that governance plays a major role of good

practice and good conduct, since enables to maximize the confidence of managers and suppliers.

**Keywords:** Good Practices. Corporate Governance. Lange Enterprise.

## 1 Introdução

Destaca-se, que muitas empresas de grande porte, não possuem Governança Corporativa, com a implantação das práticas de governança, cria-se valor e seus indicadores poderão ser adequados conforme a gestão da empresa, Oliveira (2006, p. 17) destaca que:

práticas administrativas para otimizar o desempenho das empresas – com seus negócios, produtos e serviços – ao proteger, de maneira equitativa, todas as partes interessadas – acionistas, clientes, fornecedores, funcionários e governo - facilitando o acesso às informações básicas e melhorando o modelo de gestão.

O investidor espera retorno, e exige que as empresas estejam cada vez mais transparentes e que possuam equidade, a transparência em análises de resultados da empresa, e perspectiva para o futuro, e equidade para que as informações estejam disponíveis a novos investidores do negócio.

Este Trabalho tem por objetivo, demonstrar a importância da governança corporativa em médias empresas. A Governança Corporativa contemporaneamente está em destaque não só no Brasil como no mundo. Empresas de Grande porte necessitam de uma governança corporativa forte, capaz de trazer retornos financeiros aos seus investidores, através da implantação da governança corporativa, passará a tornar-se guardião dos interesses coletivos da empresa.

Pensando nisso, o presente estudo visa ajudar a compreender a forma implantar a governança corporativa em empresas de grande porte, que aplicada de forma correta, traz confiança e mostra que decisões da administração do negócio visando assegurar os direitos dos acionistas (RAMOS, 2015).

As práticas de governança corporativa são de suma importância para uma gestão, empresas necessitam de informação de qualidade, que visem o interesse coletivo. Para que se evitem conflitos, e que aumente o grau de confiabilidade na organização.

Gestores ou empreendedores precisam compartilhar com a empresa suas decisões, as decisões tomadas visam tão somente o futuro organização. Para Ramos 2015, Importante ainda destacar que a ausência de governança corporativa é a principal razão pelos conflitos existentes em empresas entre os sócios e entre sócios e executivos, colocando em risco a continuidade do negócio.

Diante deste contexto, a questão da presente pesquisa, é Quais os procedimentos necessários para a implantação da governança corporativa em empresa de grande porte?

No intuito da resolução deste problema tem se como objetivo geral, analisar informações e detectar controles relevantes à Governança. Verificando os principais métodos utilizados na implantação da Governança Corporativa em empresas e como objetivo específico, identificar os princípios da Governança corporativa e as dificuldades encontradas no processo de implantação da Governança corporativa.

## **2 Referencial Bibliográfico**

Neste Tópico destacam-se, as bibliografias e referências sobre o tema.

### **2.1 Governança Corporativa**

Conforme (Lodi, 2000, p. 24), governança corporativa é “o sistema que assegura aos sócios proprietários o governo estratégico da empresa e a efetiva monitoração da diretoria executiva. A governança corporativa, traz transparência e equidade as empresas, além de confiança aos seus gestores”.

Sobre isso (Silveira, 2010 p. 2) cita que "a Governança Corporativa lida com o processo decisório na alta gestão e com os relacionamentos entre principais personagens das organizações empresariais, notadamente, executivos, conselheiros, e acionistas".

A governança corporativa vem como forma amenizar riscos que possam ocorrer, e definir a estrutura de conselhos e suas atribuições. Bem como a necessidade da auditoria externa.

Aduz o Regulamento do IBGC, que o conselho necessita estar em pleno funcionamento, para que não prejudique os acionistas, e facilite o acesso de novos parceiros que possam contribuir com a empresa. Vale ressaltar, que a auditoria tanto interna, quanto externa é de grande importância para empresa tanto de médio porte quanto para empresa de capital aberto, pois a auditoria traz maior transparência com relação ao acontecimento corporativo.

#### **2.1.1 Princípios Básicos da Governança Corporativa**

A Transparência, visa obter uma comunicação interna e externa, ser o mais transparente possível na organização, o ato se ser transparente, precisa demonstrar segurança, e que a organização faça o possível para atender as pessoas interessadas as informações.

Equidade caracteriza-se pela forma que administração tratará a todos, de forma justa e igual aos envolvidos, qualquer atitude discriminatória da empresa para qualquer um interessado é inaceitável, pois a empresa precisa assegurar os direitos e deveres das partes.

Prestação de Contas, o gestor ou o administrador da empresa é responsável e responde por seus atos, e precisa prestar contas de sua

administração. Qualquer atividade no qual o mesmo é responsável, deverá esclarecer, não se omitindo quando ocorrer dúvidas que surgirem pelos acionistas.

Responsabilidade Corporativa, os gestores precisam zelar pela organização, tanto de forma financeira, quanto de forma ambiental, conduzir os negócios para minimizar qualquer fato que venha causar prejuízos para a entidade.

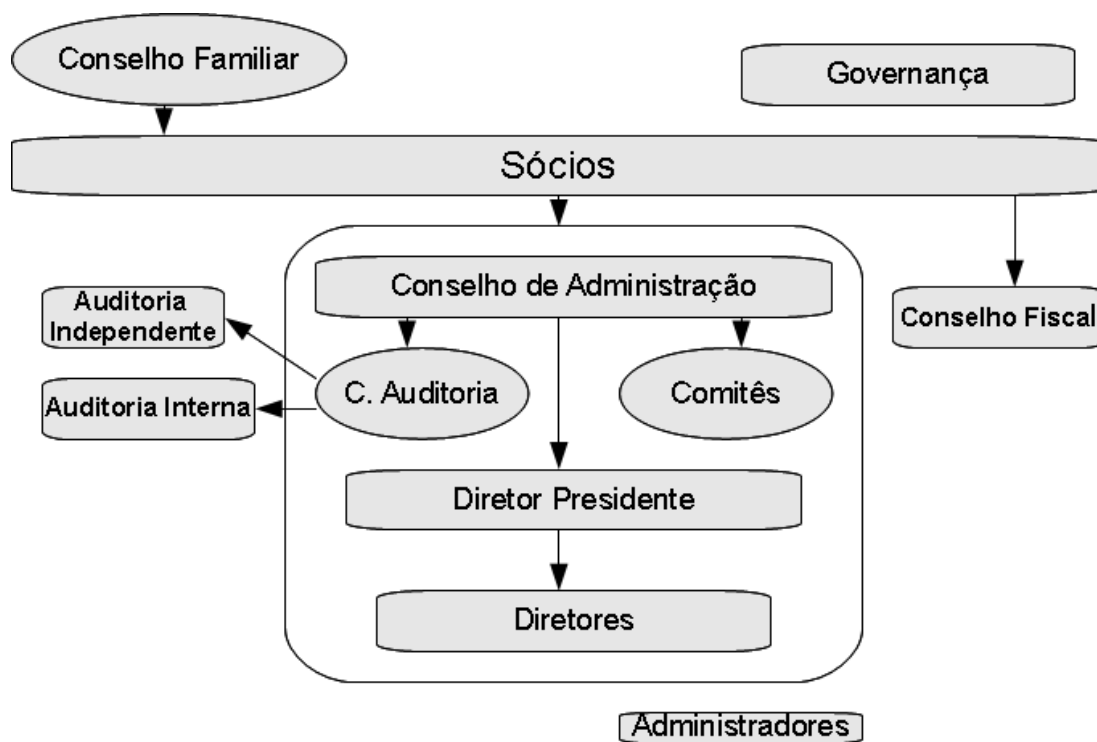
Os princípios são de suma importância, pois norteiam a forma com que se conduzirá a governança corporativa dentro da empresa, outro ponto relevante, é que ajuda a aumentar o grau de confiabilidade das demonstrações contábeis da organização.

#### 2.1.1 O Modelo Organizacional de GC para a empresa.

Segundo o IBGC em sua 4ª edição, define alguns modelos para as companhias, sendo elas de grande porte ou assemelhadas, o modelo utilizado para os negócios, poderá ser ajustado conforme a organização.

O modelo precisa ser seguido pelos membros da empresa, de forma eficiente, e que sirva como base para a gestão que é responsável pelo monitoramento ao todo.

O Fluxograma a seguir, demonstra conforme o modelo ideal da governança corporativa os cargos exercidos na empresa, esta estrutura poderá ser visualizada pelos usuários, interno e externo.



Fonte: Adaptado do Código das Melhores Práticas de Governança, 4ª Edição – IBGC

#### Os Conselhos e suas atribuições

Apresentam-se neste tópico, a definição dos conselhos de administração, pelo qual ter por objetivo zelar pelo patrimônio, e trazer mais transparência a empresa.

Lodi (2000, p. 47) cita que “o Conselho de Administração deve zelar pela observância dos valores, crenças e propósitos dos acionistas, nas atividades da empresa”. Seja no Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

#### a) Conselho de Administração

O Conselho de Administração, conforme Andrade e Rossetti (2007) é responsável pelos interesses dos sócios, administrando de forma eficaz os recursos da empresa, tem pleno poder outorgado por uma assembleia geral. É responsável também por definir regras e missão e formas de atuação.

Steinberg (2003) aponta o Conselho de Administração como principal órgão na empresa, onde deve ter pleno conhecimento dos valores da empresa, e zelar pelo patrimônio, administrando de acordo com interesse da empresa.

Conforme a Lei 6404/76 no seu Artigo 142, atualmente convergente com a Lei 11.638/2009, tornou-se legal a prática do Conselho de Administração, trazendo regras e atribuições que o conselho necessita em uma empresa. As atividades do conselho, são separadas por comitês que, segundo Lodi (2000 p. 47) “os comitês precisam de análises profundas que tomam mais

tempo do que disponível em reuniões”, sendo que os diferentes comitês, têm diferentes atribuições, cada um com alguns membros do conselho devem ser formados. Por exemplo, o Conselho Fiscal.

b) Conselho Fiscal

A função do conselho, além de fiscalizar, é trazer informação aos interessados, para que as demonstrações financeiras estejam fidedignas com a realidade da organização, focando preferencialmente na transparência e o controle interno.

Para Andrade e Rossetti (2004 p. 305) atribui ao conselho fiscal “denunciar erros, fraudes e crimes, sugerindo providências à companhia, analisar as demonstrações financeiras, e prover informações aos acionistas com o mínimo 5% de capital social”. Confirma-se na Lei das S.A. em seu Art. 163 que define as seguintes competências para o Conselho Fiscal:

I - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

II - opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia-geral;

III - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (Vide Lei nº 12.838, de 2013)

IV - denunciar aos órgãos de administração, e se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia-geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis a companhia;

IV - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia-geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

V - convocar a assembleia-geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias;

VI - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia;

VII - examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

Conforme o exposto na Lei das S.A, o conselho fiscal é considerado os olhos da empresa, responsável por denunciar qualquer fato que venha contra o interesse da organização. Este conselho tem como obrigação analisar ao menos trimestralmente o balancete e as demais demonstrações financeiras com isto, possui autonomia, para opinar sobre qualquer tomada de decisão dos demais conselhos.

c) Comitê de Auditoria



O comitê de Auditoria tem uma grande importância dentro dos conselhos da Governança Corporativa, pois possui autoridade e recursos para investigar, qualquer assunto em sua área de responsabilidade. Vale ressaltar, que o comitê de auditoria, tem total acesso a informações contábeis, e suas demonstrações.

Conforme explana Andrade e Rossetti (2007), as principais atribuições deste órgão de governança são:

- I - Supervisão da integridade e da qualidade das práticas contábeis e dos demonstrativos convencionais de resultado,
- II - Verificação da conformidade dos atos da administração em relação ao ordenamento legal, e os estatutos sociais,
- III - Orientação das relações da companhia com os analistas, os mercados e os investidores.
- IV - Levantamento e análise de riscos vitais.

Observa-se, que os membros pertencentes ao comitê de auditoria, necessitam possuir notório conhecimento da companhia, precisa estar ligado ao conselho de administração, mas principalmente ser transparente e trabalhar com equidade dentro da organização.

O Comitê de auditoria, é separado dos demais conselhos da empresa pois tem obrigação de ser imparcial com os mesmos, devido ao fato de ser o principal órgão doutrinador.

Encontra-se no regulamento do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, que o Comitê de Auditoria, deve adotar as melhores práticas para assegurar supervisão, e o monitoramento dos controles internos e identificar os riscos, particularmente nos procedimentos para elaboração de relatórios financeiros das organizações. Deve também, melhorar os processos de supervisão dos controles e da gestão de riscos nas organizações, acompanhar a auditoria independente e supervisionar a auditoria interna (IBGC (2009)).

Vale destacar que a auditoria externa é de extrema relevância na implantação da governança corporativa.

## 2.2 Auditoria Externa

A auditoria externa é de grande importância da empresa, pois, os auditores verificam e analisam as demonstrações conforme a exigência do País. As atividades e análises são realizadas por auditores independentes, a Lei 6404/76, atualizada pelas Leis 11.638/2009 e 11.941/2011 reforça a importância em empresas S/A, obrigando as empresas a serem auditadas por auditores registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A auditoria externa tem papel importante e necessário no contexto da Governança Corporativa, pois além de analisar e verificar as demonstrações contábeis verifica a aplicação das normas e leis vigentes no país.

Segundo Andrade e Rossetti (2007):

A responsabilidade primordial da Auditoria Independente dentro da Governança Corporativa é analisar as demonstrações contábeis das empresas, verificando se estão de acordo com as leis exigidas no país e as internacionais e se refletem a realidade da empresa quanto aos resultados e

variações patrimoniais. Essas responsabilidades são de interesse dos proprietários, do Conselho de Administração e de seu Comitê de Auditoria, analistas e investidores do mercado de capitais também buscam essas informações.

Os auditores independentes registrados na CVM revisam e avaliam os controles internos da organização, posteriormente emitem parecer sobre a situação em que se encontra a entidade.

A auditoria contratada, segundo o IBGC (2009) deve ser renovada em um prazo máximo de 5 anos para que haja uma rotatividade dos auditores e é submetida à aprovação da maioria dos sócios presentes em Assembleia Geral. Se após 5 anos o serviço for recontratado, o Comitê de Auditoria deve garantir que o auditor independente renove o seu pessoal para prosseguir com o seu trabalho.

### 2.3 Classificação de porte de empresas

Para a classificação das empresas em micro, pequena, média e grande é utilizado o faturamento anual e o quadro de funcionários como base, Conforme a Circular 11/2010 do BNDES, caracteriza-se como média empresa as que tem faturamento bruto entre R\$ 16.000.000,00 e R\$ 90.000.000,00

Perante a Receita Federal do Brasil no ano 2015, existe uma classificação para Micro Empresa – ME com limite de R\$ 380.000,00 e Empresa de Pequeno Porte – EPP no limite de R\$ 3.600.000,00 de receita bruta anual. Estes valores além da classificação de ME e EPP são limites para enquadramento no sistema tributário Simples Nacional.

No intuito de enfatizar a classificação de portes de empresas verifica-se o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE estabelece uma classificação por número de empregados e setores de atividades. Conforme apresenta o quadro 1.

Quadro 1 – Classificação das Empresas conforme número de empregados

Porte da Empresa	Números de Empregados	
	Comércio e Serviços	Indústria
Microempresa	Até 9	Até 19
Empresa de Pequeno Porte	10 a 49	20 a 99
Empresa de Médio Porte	50 a 99	100 a 499
Empresa de Grande Porte	>99	>499

Fonte: SEBRAE – SC, 2015.

No presente estudo, torna-se necessário visualizar o porte das empresas, que nas atividades de comércio e/ou serviços se classificam como médias quando possuem entre 50 e 99 empregados, sendo que para atividades industriais o número de empregados eleva-se entre 100 e 499 empregados.

### 3 Metodologia da Pesquisa

A metodologia utilizada para esse trabalho é de cunho qualitativo e descritivo com levantamento de dados ou *survey*. A empresa em estudo está estabelecida no município de Palmas – PR, devido a não autorização da divulgação de seu razão social será tratada como empresa XYZ. Os dados foram coletados em documentos e relatórios fornecidos pela empresa, sendo que o levantamento foi realizado entre os meses de outubro e dezembro de 2015.

Os dados da empresa XYZ, foram analisados e apresentado por meio de estudo de caso, que conforme Gil (2010, p.37) é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências sociais que “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Para a apresentação, foram elaborados textos e quadros com descrição dos procedimentos da implantação da governança corporativa.

### 4 Estudo de Caso

Neste tópico apresentam-se os resultados da pesquisa com foco no roteiro da implantação da governança corporativa.

#### 4.1 Resultados da Pesquisa

O roteiro para ora descrito, foi utilizado pela empresa XYZ, estruturado com base em quatro categorias:

Primeira: trata da observação dos procedimentos utilizados para implantação;

Segunda: refere-se à composição dos conselhos e o comitê de auditoria;

Terceira: sobre a atuação do Comitê de Auditoria;

Quarta: sobre as reuniões do Comitê e os Conselhos.

A partir destas categorias foi analisada a forma de implantação da Governança Corporativa – GC, nesta empresa, que se classifica como grande porte, pois tem 880 empregados e aproximadamente R\$ 36.000.000,00 de faturamento anual.

#### Roteiro da Implantação da GC

##### a) Procedimentos utilizados para implantação

Inicialmente o setor administrativo da empresa foi dividido em subsetores como contabilidade, recursos humanos e fiscais. O primeiro passo tomado foi a adequação das atividades exercidas pelo pessoal com as atividades executadas em empresas que já possuem Governança Corporativa,

como elaboração de planilhas de controles internos que não existiam até então por exemplo.

b) **Composição dos conselhos e Comitê de Auditoria**

O Conselho de administração ficou composto por 4 (quatro) membros sendo um deles o fundador da empresa e os outros 3 trêssão bacharéis em administração. Ficaram responsáveis em elaborar as regras missões e formas de atuação dos setores da empresa, administrando de forma eficaz os recursos da empresa tem pleno poder.

O Conselho Fiscal foi composto por 8 (oito) membros sendo 2 dois deles bacharéis em Ciências Contábeis e os demais apenas com conhecimento em contabilidade, ficaram responsáveis pela função de elaborar as demonstrações financeiras com um foco em transparência e controle das demonstrações para que haja uma maior fidedignidade na situação real da empresa, e o controle interno.

Por fim, o Comitê de auditoria foi composto por 1 (um) Coordenador e 4 (quatro) membros bacharéis em ciências contábeis com conhecimento contábil e em áreas da auditoria e também finanças. O comitê deve seguiri regimento internoobedecendo as normas regulamentadas pelo Conselho de Administração, essas normas referem-se as diretrizes para o seu funcionamento como a frequência das reuniões com os conselhos e a forma que serão apresentados os relatórios dos resultados de sua atuação. Estes relatórios serão revisados e divulgados à todas as partes da organização periodicamente. Percebe-se a importância da formação contábil neste segmento.

4.1.2 **Atuação do Comitê de Auditoria**

O Comitê de Auditoria atuará permanente no processo de elaboração das demonstrações contábeis, com foco nos controles internos e riscos, auditando diretamente o Conselho fiscal. A estrutura do plano de trabalho do Comitê será elaborada anualmente, mas existem algumas funções pré-definidas como:

- a) Demonstrações contábeis;
- b) Riscos fiscais, legais e trabalhistas;
- c) Relacionamento e fornecimento de informações para auditorias externas;
- d) Controles internos;
- e) Relacionamento e comunicação com o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

Mensalmente serão elaboradas atas para a comprovação da atuação do comitê de auditoria além de criar responsabilidades para os envolvidos. As atas elaboradas devem seguir numeração sequencial, data, horário, local e presenças; assunto a ser tratado, esclarecimentos da forma de funcionamento e novos relatórios à serem elaborados. Após a elaboração da

ata será enviada ao conselho de Administração e ao Conselho Fiscal para que todos saibam das decisões tomadas pelo Comitê.

#### 4.1.3 Reuniões do Comitê e os Conselhos

As reuniões do Comitê de Auditoria com o Conselho de Administração serão realizadas no período de dois em dois meses, para discussões de formas de atuação e exposição dos resultados de desempenho da entidade. No intuito de deixar o processo de elaboração das demonstrações contábeis cada vez mais fidedigno e expor os resultados, o Conselho Fiscal terá reuniões trimestralmente com o Comitê de Auditoria.

Apresenta-se no quadro 2 o relacionamento do Comitê de Auditoria com os demais setores envolvidas no processo.

Quadro 2 – Relacionamento com o Comitê de Auditoria

Setor	Relacionamentos	Frequencia
Conselho de Administração	Periodicamente	Seis Vezes por ano
Conselho Fiscal	Periodicamente	Quatro vezes por ano
Auditoria Externa	Periodicamente	Todos os meses

Fonte: elaborado pelos autores.

Os conselhos precisam estar periodicamente ligados a auditoria da empresa, como já citado anteriormente, os conselhos são os olhos da empresa, que visam alcançar os objetivos dos envolvidos. Assim, há a possibilidade da auditoria inibir erros ou falhas de gestão.

## 5 Considerações Finais

O investidor almeja um retorno do capital investido, e que os profissionais atuem com responsabilidade a gestão da empresa e conduzam a organização, de maneira eficiente.

Com a implantação da Governança Corporativa, além de aumentar o valor da empresa, a mesma estará monitorada e contribuirá para o cumprimento do papel social da empresa perante a sociedade.

Observou-se, que as informações e os controles relevantes à Governança Corporativa estiveram presentes durante a implantação na empresa estudada, verificou-se, que os principais métodos utilizados na implantação da Governança em empresas de grande porte são eficazes e contribuem para a melhor funcionalidade da entidade. A implantação buscou seguir os princípios da Governança Corporativa obedecendo as normas do IBGC sem a obrigatoriedade imposta pela legislação pois a empresa continuará como sociedade de capital fechado. Ressalta-se que houve dificuldades durante o processo de implantação, como por exemplo a resistência do pessoal envolvido no processo (colaboradores que estavam acostumados com os métodos utilizados pela empresa antes da decisão da implantação) e a falta de um material específico a ser seguido para uma implantação livre de erros.

Conclui-se, que o conceito de governança corporativa é de grande importância para a administração de uma empresa, a governança trabalha como um instrumento de alinhamento de interesses e está surgindo como grande oportunidade para demonstrar transparência e eficácia nos relatórios financeiros das organizações. As observações rigorosas, ganham relevância em decorrência das constantes fraudes ocorridas nas organizações.

### Referências

ANDRADE, A., ROSSETTI, P. J. **Governança Corporativa: fundamentos desenvolvimento e tendências.** 1 ed. São Paulo: Atlas 2004.

\_\_\_\_\_. **Governança Corporativa: fundamentos desenvolvimento e tendências.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. **Produtos BNDES Finame:** BNDES Finame Leasing e BNDES Finame Agrícola (Circulares nº 195/2006, de 28.07.2006; nº 196/2006, de 04.08.2006; e nº 197/2006, de 18.08.2006, respectivamente), e Cartão BNDES. Disponível em:

<[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/Circ011\\_10.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/Circ011_10.pdf)>. Acesso em 11 Dez. 2015 as 17:27.

\_\_\_\_\_. **Normas Reguladoras do Produto BNDES Automático.**

Disponível em:

<[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/Circ034\\_11.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/Circ034_11.pdf)>. Acesso em 11 Dez. 2015 As 15:28.

\_\_\_\_\_. **Porte de Empresa. Disponível**

**[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/ApoioFinanceiro/porte.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/ApoioFinanceiro/porte.html)** Acesso em 26 Jan. 2016. As 16:10

BRASIL. Lei n. 6.404 de 15 de Dezembro de 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações,** Brasília, DF, 15 de dez. 1976. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 04 Fev. 2016. As 17:08.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.638 de 28 de Dezembro de 2007.

**Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.** Brasília, DF, 28 de dez. 2007. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 04 Fev. 2016. As 17:10.



**CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE EMPRESAS: MEI - ME – EPP**

<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154> Acesso em 26 Jan. 2016. As 16:03.

FÉRES, M. A. **Ensaio sobre o novo Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**: (Lei n.º 9.841, de 05 de outubro de 1999). [Online]. Disponível em: <<http://www.jus.com.br/doutrina/lei9841b.html>>. Acesso em 10 dez. de 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo, atlas, 2010.

GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA MELHORES PRÁTICAS DE COMITÊS DE AUDITORIA. **IBGC**. São Paulo. 2009. **Instituto dos Auditores Independentes do Brasil**. Disponível em: [www.ibgc.org.br/userfiles/files/Guia\\_7\\_.pdf](http://www.ibgc.org.br/userfiles/files/Guia_7_.pdf). Acesso em 10 Dez.2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Princípios Básicos**. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18163> Acesso em 03 Fev. 2016 as 20:26

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Códigos de Melhores Práticas de Governança Corporativa**. Disponível em: [http://www.ibgc.org.br/userfiles/Codigo\\_julho\\_2010\\_a4.pdf](http://www.ibgc.org.br/userfiles/Codigo_julho_2010_a4.pdf) Acesso em 04 Fev 2016. As 16:14.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Normas de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos**. Disponível em: <[http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas\\_ifpr\\_completa\\_alta\\_impressao.pdf](http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas_ifpr_completa_alta_impressao.pdf)>. Acesso em: 13 de Ago. de 2015. As 13:28

LODI, J. B. **Governança Corporativa: o governo da empresa e o conselho de administração**. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus 2000.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Governança corporativa na prática**. São Paulo: Atlas, 2006.

RAMOS D. **Governança Corporativa para PME's**. Disponível em <<https://endeavor.org.br/governanca-corporativa-em-pequenas-empresas/>>. Acesso em 19 Nov. 2015. as 11:54.

STEINBERG, H. **A Dimensão Humana da Governança Corporativa**: pessoas criam as melhores e piores práticas. São Paulo: Editora Gente, 2003.

## IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO CONTROLE DE CUSTOS

Adriano Glevinski Correa ([adrianogcorrea@hotmail.com](mailto:adrianogcorrea@hotmail.com))  
Jose Odair Ribeiro Correa ([odair\\_jorc@hotmail.com](mailto:odair_jorc@hotmail.com))  
Antônio Cecílio Silvério ( [antonio.silverio@ifpr.edu.br](mailto:antonio.silverio@ifpr.edu.br))  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

**Resumo:** Este estudo foi realizado para demonstrar a importância do controle de custos em uma empresa que trabalha com a produção de lanches e busca saber se está utilizando-se de meios eficientes para alocação de seus custos para chegar a uma margem de contribuição adequada ao mercado. Para a elaboração do controle de custos foram utilizados periódicos de vários tipos como livros e periódicos online e com os mais variados conceitos, sendo elaborados quadros para encontrar os custos fixos e variáveis e também a margem de contribuição de cada um dos lanches. Utilizando-se de rateios para a demonstração de valores que cada lanche deve absorver do montante total dos custos. Depois de todos os cálculos realizados pode-se observar que a empresa era refém de um planejamento de custos, pois acabou sendo constatando que a empresa não chegava a cobrir seus gastos com a margem de contribuição obtida nos lanches, o que acabou culminando com o fim das atividades da empresa, sendo assim ficando evidente a importância de um controle de custos para a tomada de decisão e continuidade das atividades da mesma, no caso a falta desse controle foi um dos principais fatores que culminou para que a empresa acabasse encerrando suas atividades.

**Palavras-chave:** Margem de contribuição, Rateio, Lanches.

**Abstract:** This study was conducted to demonstrate the importance of cost control in a company dealing with the production of snacks and seeks to know whether it is using efficient means for allocating their costs to come up with an adequate margin of contribution to the market. For the preparation of cost control were used periodicals of various types such as books and online journals and with very different concepts being developed frames to find the fixed and variable costs as well as the contribution margin of each of the snacks. Using is apportionments for demonstrating values that each snack should absorb the total costs. After all the calculations performed can be noted that the company was hostage to a cost planning, for eventually realizing that the company was not enough to cover your expenses with the contribution margin achieved in snacks, which culminated with the end the company's activities, thus evidencing the importance of an expenditure control to decision making and continuity of its activities, if the absence of such control was one of the main factors that led to the company ended up closing their doors .

**Keywords:** Contribution margin, Apportionment, Snacks.

## **1 Introdução**

Nos dias atuais em que a concorrência é cada vez maior, é de extrema necessidade a busca por aprimoramento da qualidade em todos os segmentos, buscando a permanência de um produto no mercado. Partindo do pressuposto de que o preço de venda é determinado pelo mercado, a cotação de um bem não pode superar significativamente os preços de seus concorrentes, para não se arriscar a consideráveis perdas de venda, porém, o mercado só pode propor e não delimitar o preço de venda aproximado de um produto.

Pela grande facilidade de encontrar os mais diversos tipos de produtos os empresários precisam dos mais variados fatores para torná-los significativos em seus ramos de atuação, assim a necessidade de conhecimento de seus processos para a maximização de sua capacidade de produção pelos menores custos.

A elaboração deste tem por finalidade, demonstrar a importância de um controle de custo para a formação da margem de contribuição, buscando ser eficiente em sua gestão e tomada de decisão para conseguir aprimorar o resultado econômico.

Tendo como base o estudo de caso, em que foram obtidas informações sobre a forma de produção de lanches com um empresário do ramo, também se realizou pesquisas bibliográficas para o aporte teórico em sites, artigos e livros.

Através dos métodos de pesquisa citados acima, foram elaborados quadros para demonstrar se os lanches que estão sendo produzidos estão tendo uma margem de contribuição necessária para continuidade da empresa, sendo a principal problemática, saber quais são os benéficos que um controle de custos pode oferecer ao empresário para tomada de decisão.

Tendo como objetivo a implantação de um controle de custos adequado, através de elaboração de planilhas de rateio dos produtos utilizados na produção, dos custos e despesas diretas e indiretas, sendo assim encontrando o custo real de cada lanche e sua respectiva margem de contribuição.

## **2 Material e Métodos**

O estudo de caso segundo Beuren (2006, p. 84) “caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado de um único caso e é preferido pelos pesquisadores que desejam aprofundar seus conhecimentos a respeito de um caso específico.” Assim buscando compreender o processo de identificação de todos os fatos ocorridos para um melhor desenvolvimento da investigação de todas as características envolvidas na pesquisa.

Para Cervo e Bervian, (1983, p. 55 apud BEUREN, 2006, p. 86) a pesquisa bibliográfica,

explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Esse estudo de caso foi realizado no mês de novembro do ano calendário 2014, a empresa em que foi feito o estudo de custos tem como principal ramo de atividade o fornecimento de alimentos preparados para consumo domiciliar e serviço de alimentação, ela é optante pelo regime tributário Simples Nacional que segundo a Receita Federal (2016) “é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicáveis as microempresas e empresa de pequeno porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006”, a mesma está enquadrada na tabela do Simples Nacional anexo I, a alíquota do ICMS a ser aplicada seria de 1,25%, mais a empresa citada se enquadra na faixa de isenção de ICMS tendo de pagar somente a alíquota de 2,75% referente à Contribuição Previdenciária Patronal sobre o faturamento mensal da empresa e também recolhe 8% de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço sobre o salário do funcionário.

Para Martins (2010, p.19) “até a revolução industrial quase só existia a contabilidade financeira, que, desenvolvida na Era Mercantilista, estava bem estruturada para servir empresas comerciais”, a partir dos primórdios está evidenciada cada vez mais a necessidade da contabilidade de custos nos processos de produção de bens ou serviços.

Para Crepaldi (2010, p. 1) a contabilidade de Custos “traz a integração da contabilidade financeira analisando suas implicações na produção de informações para subsidiar o processo decisório”. Sendo assim de suma importância para o controle dos processos de produção e formação do preço de venda de um determinado produto.

Ainda segundo Crepaldi (2010, p. 2),

Contabilidade de Custos é uma técnica utilizada para identificar, mensurar e informar os custos dos produtos e/ou serviços. Ela tem a função de gerar informações precisas e rápidas para a administração, para a tomada de decisões. É voltada para a análise de gastos da entidade no decorrer de suas operações.

A contabilidade de custos passou a ser utilizada como um instrumento de gestão em vários ramos de atividades e não tinha tanta relevância a esse tipo de controle, assim nos dias atuais acabou sendo de grande valia tendo como objetivos principais, para ter um eficiente sistema de custos, que segundo Crepaldi (2010, p.2)

“Ter dados para o estabelecimento de padrões, orçamentos e outras formas de previsão; Acompanhar os gastos efetivamente ocorridos e compará-los com os valores anteriormente definidos; Estabelecer preços de vendas compatíveis com o mercado que atua; Conhecer a lucratividade de cada produto; Decidir sobre o corte de produtos: opção de compra ou de fabricação; Reduzir Custos; Avaliar o desempenho.”

O sistema de custos foi implantado na produção de lanches para encontrar o custo aproximado do produto e maximizar os processos de forma que possa encontrar a margem de contribuição do mesmo, que segundo Martins (2010, p. 179) “é a diferença entre o preço de venda é o custo variável de cada produto; é o valor que cada unidade efetivamente traz à empresa de sobra entre sua receita e o custo que de fato provocou e que lhe pode ser imputado sem erro.” Que segue a seguinte fórmula:

$$\text{Margem de Contribuição} = \text{Receita Unit.} - \text{Custo Variável Unit.}$$

Para chegar à margem de contribuição foi necessário à separação dos custos fixos e variáveis. Conforme o Portal de Contabilidade (2016) “Despesas ou Custos fixos são aqueles que não sofrem alteração de valor em caso de aumento ou diminuição da produção. Independem, portanto, do nível de atividade, conhecidos também como custo de estrutura.” Nesse caso pode-se citar como exemplo de custo fixo a depreciação, aluguel, luz, telefone, honorários contábeis, etc., ou seja, esses custos não variam com a quantidade de lanches produzidos.

Também segundo o Portal de Contabilidade (2016) “Classifica-se como custos ou despesas variáveis aqueles que variam proporcionalmente de acordo com o nível de produção ou atividades. Seus valores dependem diretamente do volume produzido ou volume de vendas efetivado num determinado período.” Como custos variáveis, podemos mencionar os ingredientes usados na produção, tais como ervilha, milho, hambúrguer, salada, pão, etc. além dos demais custos diretos como gás, embalagens, bloco de pedidos, entre outros, sendo assim todos esses custos aumentam ou diminuem conforme a produção por isso são variáveis.

Entre os custos encontra-se a depreciação acumulada que é regida pela Lei nº 11.638/2007, que segundo Portal de Contabilidade (2016)

“Depreciação corresponde ao encargo periódico que determinados bens sofrem, por uso, obsolescência ou desgaste natural. A taxa anual de depreciação de um bem, será fixada em função do prazo, durante o qual se possa esperar utilização econômica. A quota de depreciação a ser registrada na escrituração contábil da pessoa jurídica, como custo ou despesa operacional, será determinada mediante aplicação da taxa de depreciação sobre o valor do bem em reais.”

Para alocar esses custos em cada lanche foi feito rateio, que segundo Crepaldi (2010, p. 93) “é um artifício empregado para a distribuição dos custos, ou seja, é o fator pelo qual dividimos os custos indiretos de fabricação”. Que se aplica em produtos que não se pode identificar diretamente a quantificação utilizada em cada unidade produzida, como por exemplo, o gás.

Sendo assim foi utilizados livros, artigos e sites para base das pesquisas.

Pelas tipologias de pesquisa aplicáveis a contabilidade quanto à abordagem do problema pode se citar a pesquisa qualitativa que segundo Richardson (1999, p. 80 apud BEUREN, 2006. p. 91) “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Ainda segundo Richardson (1999, p. 80 apud BEUREN, 2006. p. 92) a pesquisa quantitativa,

“caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, as mais complexas como coeficientes de correlação, análise de regressão etc.”

No estudo realizado foram utilizadas as duas tipologias de pesquisa citadas acima, pois se emprega instrumentos estatísticos que é uma característica da pesquisa quantitativa e quanto à qualitativa tem análise e interação de algumas variáveis.

Foram coletados os dados através de pesquisas elaboradas com o proprietário do comércio de lanches, o peso dos produtos utilizados como matéria prima de elaboração dos lanches, cronometrados tempos de execução de cada lanche para a alocação de seus custos diretos, análise de documentos fiscais tipo contas de luz, água, notas de fornecedores de alimentos e cálculos de depreciação dos ativos imobilizados.

Foi utilizado o método de custeio variável para a alocação dos custos em cada lanche, para o Portal de Contabilidade (2016).

O Método de Custeio Direto, ou Variável, atribui para cada custo um classificação específica, na forma de custo fixo ou custo variável. O custo final do produto (ou serviço) será a soma do custo variável, dividido pela produção correspondente, sendo os custos fixos considerados diretamente no resultado do exercício. Gerencialmente, é um método muito utilizado, mas, por sua restrição fiscal e legal.

Através de todos os dados coletados foram elaborados quadros com a apuração de todos os elementos que estão envolvidos no custo final de cada lanche, demonstrando todos os custos diretos e indiretos, cálculos de



depreciação dos ativos, margens de contribuição de cada lanche, assim dando um parâmetro palpável para o empresário elaborar seu preço de venda.

### 3 Resultados e Discussão

Para esse estudo de caso foi utilizado todos os lanches produzidos pela referenciada empresa, mais para a avaliação dos resultados foi utilizado os que mais geram impacto no resultado do estudo, ou seja, no mês em questão foram produzidos 1191 unidades de lanche, sendo que o X Salada tem um peso de 40% no total fabricado e o X Tudo apenas 10%, dessa forma, mesmo o X Salada sendo o mais produzido não gera uma margem de contribuição suficiente para cobrir seus custos fixos, e o X Tudo com uma produção baixa tem a maior margem de contribuição de todos os lanches gerando uma lucratividade maior a empresa.

A seguir os quadros utilizados com todos os esclarecimentos e cálculos necessários dos custos que estão envolvidos para a obtenção dos resultados da pesquisa.

QUADRO 1 – CUSTOS COM FUNCIONÁRIOS.

COLABORADORES	SALARIO	FGTS 8%	FÉRIAS	13º	CUSTO TOTAL
FUNCIONÁRIO 1	R\$1.060,00	R\$84,80	R\$117,48	R\$88,33	R\$1.350,62
FUNCIONÁRIO 2	R\$600,00		R\$66,50	R\$50,00	R\$716,50
PRÓ LABORE	R\$724,00				R\$803,64
CUSTOS COLABORADORES					<b>R\$2.791,12</b>

Fonte: Apurado pelos autores.

Estão demonstrados no quadro todos os custos que envolvem o departamento de pessoal da empresa, sendo que a mesma tem dois funcionários e um pró labore, com os devidos encargos e obrigações previstos em lei, como férias, décimo terceiro salário e FGTS, sendo que apenas um dos funcionários está registrado conforme CLT e o outro trabalha com um contrato, o proprietário do estabelecimento usa de retirada apenas um salario mínimo no valor de R\$ 724,00 que é o salário vigente no ano de 2014 e é o mínimo possível que o mesmo pode usar como pró labore, salientando que férias e décimo terceiro é referente a provisão de apenas 1 mês.

QUADRO 2 – DESPESAS

DESPESAS	
ALUGUEL	R\$600,00
LUZ	R\$100,00
TELEFONE	R\$40,00
PUBLICIDADE	R\$250,00
ÁGUA	R\$ 53,00
CONTADOR	R\$350,00
HIG / LIMPEZA	R\$184,50
<b>TOTAL</b>	<b>R\$1.577,50</b>

Fonte: Apurado pelos autores.

O quadro acima está evidenciando o total de todas as despesas fixas e variáveis apuradas no período de um mês em que o estudo foi realizado.

QUADRO 3 – DEPRECIAÇÃO

DEPRECIAÇÃO			
BENS DEPRECIÁVEIS	VALOR	TEMPO (MÊS)	VALOR DEPRECIAÇÃO
FOGÃO	R\$200,00	24	R\$8,33
CHAPA GRANDE	R\$1.000,00	36	R\$27,78
CHAPA PEQUENA	R\$300,00	36	R\$8,33
GELADEIRA	R\$900,00	24	R\$37,50
FREEZER	R\$1.600,00	36	R\$44,44
LIQUIDIFICADOR INDUST.	R\$500,00	48	R\$10,42
TOTAL DEPRECIAÇÃO / MÊS			<b>R\$136,81</b>

Fonte: Apurado pelos autores.

O quadro mencionado especifica todos os bens depreciables que a empresa tem em seu ativo imobilizado, cada qual com seus valores e vida útil, assim sendo calculado o valor da depreciação de cada bem referente a 1 (um) mês, gerando um total de depreciação mensal, sendo que o valor limite de depreciação é o próprio valor do bem.

QUADRO 4 – RATEIO DOS CUSTOS E DESPESAS FIXAS

CUSTOS / DESPESAS FIXAS	VALOR TOTAL DOS CUSTOS	QUANTIDADE DE "X" PRODUZIDOS	CUSTO POR "X"
COLABORADORES	R 2.791,12	1191	R\$3,78
DESPESAS	R\$1.577,50		
DEPRECIAÇÃO	R\$136,81		

Fonte: Apurado pelos autores.

Foi exposto no quadro 4 o total das despesas fixas e custos fixos, gerando um total que foi rateado pelo total de lanches produzidos no mês assim gerando um custo fixo de R\$ 3,78 por lanche.

QUADRO 5 – CUSTOS VARIÁVEIS

CUSTOS VARIÁVEIS		
SACOLA	1	R\$0,04
SACO P/ LANCHE	1	R\$0,03
PAPEL	1	R\$0,03
COPO 200 ML	1	R\$0,03
GÁS	1	R\$0,17
BLOCO DE PEDIDO	1	R\$0,01
COMISSÃO	1	R\$0,30
<b>CUSTO TOTAL</b>		<b>R\$0,61</b>

Fonte: Apurado pelos autores.

No quadro 5 esta demonstrando todos os custos variáveis envolvidos na produção de 1 lanche, sendo que foi utilizado na elaboração do produto apenas 1 item de cada material citado acima, com exceção do gás que foi feito o rateio e chegou a um valor aproximado de quantidade utilizado do produto por lanche, a comissão destacada é pago ao funcionário que trabalha na produção dos lanches a cada lanche produzido, assim chegando a um custo variável total por lanche de R\$ 0,61.

QUADRO 6 – CUSTO X SALADA

X SALADA		
INGREDIENTES	QUANTIDADE	VALOR
PÃO	1	R\$0,80
ALFACE	40G	R\$0,10
TOMATE	40G	R\$0,06
MILHO	30G	R\$0,07
CARNE	215G	R\$2,08
MAIONESE	190G	R\$0,78
CATCHUP / MOSTARDA	2	R\$0,10
CUSTOS VARIÁVEIS	1	R\$0,61
DAS	1	R\$0,22
CUSTOS / DESPESAS. FIXA	1	R\$3,78
<b>CUSTO TOTAL</b>		<b>R\$8,60</b>

Fonte: Apurado pelos autores.

Os dados do quadro 6 demonstram o custo total do lanche X SALADA que é composto por vários ingredientes citados acima mais seus custos e despesas fixas e variáveis, e ainda a DAS que é um custo variável tributado sobre o preço de venda, sendo feito rateio dos ingredientes chegando a quantidade necessária de cada para formar o lanche, e assim o custo total do lanche fica em R\$ 8,60.

QUADRO 7 – CUSTO X TUDO

X TUDO		
INGREDIENTES	QNTDADE	VALOR
PÃO	1	R\$0,80
OVO	1	R\$0,27
FRANGO	120G	R\$0,95
CALABRESA	38G	R\$0,31
BACON	40G	R\$0,52
ALFACE	40G	R\$0,10
TOMATE	40G	R\$0,06
MILHO	30G	R\$0,07
CARNE	215G	R\$2,08
MAIONESE	190G	R\$0,78
CATCHUP/MOSTARDA	2	R\$0,10
DAS	1	R\$0,39
CUSTOS VARIÁVEIS	1	R\$0,61
CUSTOS / DESPESAS FIXA	1	R\$3,78
CUSTO TOTAL		R\$ 10,82

Fonte: Apurado pelos autores.

No quadro acima mencionado estão demonstrados todos os custos e despesas que compõe o custo total do X TUDO, chegando a um valor final de R\$10,82.

QUADRO 8 – CUSTO X FRANGO

INGREDIENTES	QTDADA	VALOR
PÃO	1	R\$ 0,80
OVO	1	R\$ 0,27
FRANGO	190G	R\$ 1,50
ALFACE	40G	R\$ 0,10
TOMATE	40G	R\$ 0,06
MILHO	30G	R\$ 0,07
CARNE	215G	R\$ 2,08
MAIONESE	190G	R\$ 0,78
CATCHUP/MOSTARDA	2	R\$ 0,10
DAS	1	R\$ 0,33
CUSTOS VARIÁVEIS	1	R\$ 0,61
CUSTOS / DESPESAS FIXA	1	R\$ 3,78
CUSTO TOTAL		R\$ 10,48

Fonte: Apurado pelos autores.

Neste quadro estão demonstrados os custos e despesas produzidos para a elaboração do lanche X frango, sendo que estes totalizam um total de R\$ 10,48.

QUADRO 9 – CUSTO X EGG

INGREDIENTES	QTDADA	VALOR
PÃO	1	R\$ 0,80
OVO	1	R\$ 0,27
CALABRESA	80G	R\$ 0,65
ALFACE	40G	R\$ 0,10
TOMATE	40G	R\$ 0,06
MILHO	30G	R\$ 0,07
CARNE	215G	R\$ 2,08
MAIONESE	190G	R\$ 0,78
CATCHUP/MOSTARDA	2	R\$ 0,10
DAS	1	R\$ 0,30
CUSTOS VARIÁVEIS	1	R\$ 0,61
CUSTOS / DESPESAS FIXA	1	R\$ 3,78
CUSTO TOTAL		R\$ 9,60

Fonte: Apurado pelos autores.

Este quadro demonstra o custo total para se produzir o lanche X EGG que totalizou R\$ 9,60 cada.

QUADRO 10 – CUSTO X BACON

INGREDIENTES	QTDADDE	VALOR
PÃO	1	R\$ 0,80
OVO	1	R\$ 0,27
BACON	200G	R\$ 2,60
ALFACE	40G	R\$ 0,10
TOMATE	40G	R\$ 0,06
MILHO	30G	R\$ 0,07
CARNE	215G	R\$ 2,08
MAIONESE	190G	R\$ 0,78
CATCHUP/MOSTARDA	2	R\$ 0,10
DAS	1	R\$ 0,30
CUSTOS VARIÁVEIS	1	R\$ 0,61
CUSTOS / DESPESAS FIXA	1	R\$ 3,78
CUSTO TOTAL		R\$ 11,55

Fonte: Apurado pelos autores.

No quadro 10 apresentam-se todos os custos envolvidos na elaboração do lanche X BACON que somados chegam a um total de R\$ 11,55.

QUADRO 11 – MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO				
	PREÇO DE VENDA	CUSTO VARIÁVEL E DESPESA VARIÁVEL	MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	MC %
X SALADA	R\$ 8,00	R\$ 4,82	R\$ 3,18	39,75%
X TUDO	R\$ 14,00	R\$ 7,04	R\$ 6,96	49,71%
X FRANGO	R\$ 12,00	R\$ 6,70	R\$ 5,30	44,17%
X EGG	R\$ 11,00	R\$ 5,82	R\$ 5,18	47,07%
X BACON	R\$ 13,00	R\$ 7,77	R\$ 5,23	40,21%

Fonte: Apurado pelos autores.

O quadro demonstra a margem de contribuição dos lanches mencionados no estudo, sendo que o X SALADA tem uma margem de contribuição de R\$ 3,18 por unidade equivalendo a 39,75% do preço de venda do lanche, sendo a menor entre todos os lanches produzidos, já o X TUDO teve uma margem de contribuição de R\$ 6,96 por unidade que equivale a 49,97% do preço de venda, com isso se colocando como o de maior margem de contribuição entre todos os lanches.

Com todas as informações obtidas e processadas através dos quadros elaboradas acima se conclui que na empresa estudada existe uma



incompatibilidade entre a forma que o empresário determina o preço de venda com a que seria correta, para que a empresa gera-se ganhos financeiros e pudesse se manter competitiva no mercado.

Através dos resultados conclui-se que a mesma não esta conseguindo encontrar um denominador comum para cobrir seus custos através da rentabilidade que os lanches lhe proporcionam, pois entre os lanches em que foram feitos os estudos pode-se encontrar dois lanches com grande relevância para o faturamento da empresa, sendo que um que é o menos comercializado gera uma margem de contribuição maior, para absorver os custos fixos e formar o lucro, já o que tem um volume de venda maior tem a menor margem de contribuição, de tal ponto que não consegue nem cobrir seus custos, assim desequilibrando o resultado econômico da empresa.

### **Considerações Finais**

A Contabilidade de Custos pode ser entendida como uma ferramenta para o fornecimento de informações para a gestão da empresa, sendo ela responsável por gerir e processar tais informações, assim sendo utilizadas para a tomada de decisão.

O artigo em questão tinha como objetivo demonstrar o quão importante é um controle de custos adequado para que os empresários não cometam erros que possam afetar a empresa economicamente mediante a tomada de decisão em relação a seus custos, através desse controle chegando a uma margem de contribuição que se enquadre no mercado e também não afete os ganhos da empresa.

Através do estudo ficou evidenciado que a empresa realmente necessita de um controle de custos adequado para que possa dar continuidade em suas atividades e consiga chegar a um equilíbrio econômico.

Quanto à margem de contribuição pode-se perceber que os lanches com maior preço de venda geram uma margem de contribuição maior e os com preço de venda mais baixo tem uma margem de contribuição menor, por isso precisa encontrar um equilíbrio nos preços de venda para se chegar a uma margem de contribuição ideal.

Fica como recomendação que o administrador da empresa não tome as decisões por impulso e sim implante e utilize o controle de custos em todo seu processo, com isso a empresa poderá estabelecer-se e manter-se competitiva no mercado.

Observou-se no decorrer do estudo que um dos principais problemas da empresa esta na pequena flexibilidade que seu administrador tem para aceitar mudanças e sugestões de profissionais que tenham uma capacidade maior de entendimento sobre o assunto, sendo assim o gestor da empresa acabou optando por não utilizar-se do controle de custos, mesmo com o profissional contábil o orientando a utilizar e o que se tem de informação é que a empresa acabou encerrando suas atividades no ano-calendário de 2015.

## Referências Bibliográficas

BEUREN, Ilse Maria. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade – Teoria e Prática. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 2013.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso Básico de Contabilidade de Custos. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. 10ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: [http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas\\_ifpr\\_completa\\_alta\\_impressao.pdf](http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas_ifpr_completa_alta_impressao.pdf)  
Acesso em: 03 de janeiro de 2016.

Métodos de custeio. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/metodosdecusteio>  
Acesso em: 04 de janeiro de 2016.

PORTAL DE CONTABILIDADE. Custos Fixos e Variáveis. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/custo-fixo-variavel.htm>  
Acesso em: 04 de janeiro de 2016.

PORTAL DE CONTABILIDADE. Depreciação. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/depreciacao.htm>  
Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

PORTAL DE CONTABILIDADE. Depreciação Contábil Segundo os Critérios da Lei nº 11.638/2007. Disponível em: [http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/depreciacao\\_lei11638.htm](http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/depreciacao_lei11638.htm)  
Acesso em: 04 de janeiro de 2016.

SIMPLES NACIONAL. O que é o Simples Nacional? Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Documents/Pagina.aspx?id=3>  
Acesso em: 05 de janeiro de 2016.

## JOGOS COOPERATIVOS NO CONTEXTO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Tatiana Barnabé Gonçalves ([tbgoncalves2014@gmail.com](mailto:tbgoncalves2014@gmail.com))  
Jussara Isabel Stockmanns ([jussara.stockmanns@ifpr.edu.br](mailto:jussara.stockmanns@ifpr.edu.br))

### RESUMO

Este artigo tem como propósito a apresentação de possibilidades de transformar uma aula pautada em parâmetros tradicionais, em uma aula mais dinâmica, mais atrativa, que cativa aos alunos, para isso é importante a inserção de atividades diferenciadas, assim como jogos cooperativos, os quais tem como ideal não só uma aula mais dinâmica, mas agregar conhecimento de uma forma mais agradável, mais divertida, não deixando de ser uma ferramenta essencial para a apropriação do conhecimento, pois possibilita uma interação entre todos os componentes da turma, atraí e instiga aos educandos. Este novo método, caminho, didática de encaminhamento da aula, trará não só a possibilidade de apreensão do conhecimento, mas auxiliará na descoberta de algumas dificuldades apresentados pelos discentes, e também por que não na superação destes. Reorganizar, repensar e refletir, deve ser itens a serem observados e praticados todos os dias pelo educador, pois este precisa a cada dia se atualizar e procurar novos meios para propor aulas significativas e produtivas. Por este motivo estarão explicitas no decorrer do artigo questões interessantes a serem observadas por parte do educador, pontuando quais jogos podem ser trabalhados, como trabalhar e quais os resultados que serão obtidos a partir dessa nova organização de aula.

**Palavras-Chave:** Jogos Cooperativos, Ludicidade, Organização da Aula.

This article aims possibilities for presentation to transform a class guided by traditional parameters in a more dynamic class, more attractive, that captivates students, so it is important the inclusion of different activities, and cooperative games, which has as ideal not only a more dynamic class, but add knowledge to a more enjoyable, more fun, not ceasing to be an essential tool for the appropriation of knowledge, as it allows interaction between all the class components, draw and urges learners . This new method, the way, didactic forwarding class, will bring not only the possibility of acquisition of knowledge, but will assist in finding some difficulties presented by students, and also why not in overcoming these. Reorganize, rethink and reflect, should be items to be observed and practiced every day by the educator, because it needs every day get up and look for new ways to offer meaningful and productive classes. For this reason will be explicit throughout the article interesting questions to be observed by the educator, scoring what games can be worked out, how to work and what results will be obtained from this new class organization.

## **INTRODUÇÃO**

As propostas de implementação de jogos cooperativos nas aulas vêm com a intenção de trazer novas possibilidades de apreensão do conhecimento, levar as crianças a desejarem o ambiente escolar, a terem prazer em estudar, tornar o momento de difusão do conhecimento algo prazeroso, mas para isso é importante conhecer muito bem o nível de aprendizagem em que se encontra cada aluno, selecionar os jogos a serem trabalhados com este grupo, ter objetivos pré-estabelecidos e quais as potencialidades que serão desenvolvidas através deste ou aquele jogo.

A inclusão dos jogos nas aulas tem uma segunda objetivação, além de propiciar uma aprendizagem mais significativa, traz consigo a aceitação social, fazendo com que haja uma comunicação em comum entre todos os alunos, deixando claro que independente de classe social, etnia, cor, família a que pertencem, todos são seres humanos detentores dos mesmos direitos e deveres.

Nos parágrafos a seguir, estarão explícitos o que é jogo, não apenas brincar, vai muito além desse conceito, também quais os jogos que podem ser desenvolvidos na sala de aula e que produzirão resultados significantes, quais os métodos que devem ser observados, como direcionar a aula, tudo isso estará desdobrado no decorrer do texto.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO DOS JOGOS COOPERATIVOS**

O jogo pode ser entendido como o ato de: brincar, divertir, distrair, etc. Mas a atitude de jogar não se restringe apenas a um momento de diversão, está ligada ao desenvolvimento de potencialidades que serão úteis na vida adulta. Segundo a Enciclopédia Americana ( 1957, p.226 apud DeVries 1991, p.3)

Nos jogos... há atitudes prescritas, sujeitas á regras, geralmente penalidades para a desobediência das regras, e a ação se procede de forma evolutiva até culminar num clímax que geralmente consiste em uma vitória de habilidades, tempo ou força.

O jogo consiste em uma preparação para a vida adulta, pois possibilita a apreensão de valores, mostra como devemos proceder no meio onde estamos inseridos, exercitando nossos direitos e deveres. Jogos cooperativos em sua singularidade se resumem em dinâmicas, jogos e brincadeiras realizadas em grupos, na coletividade, evidenciando a importância da lateralidade e socialização.

Para que essa ideia de jogar ocorra de forma efetiva e proporcione resultados aplausíveis é necessário que o professor, o educador tenha objetivos pré-estabelecidos quanto à realização de tais jogos, quais as

potencialidades que deseja desenvolver em cada criança através de determinado jogo, dinâmica ou brincadeira.

Para isso a avaliação educacional do momento educativo em que se encontra cada discente é essencial para que haja um direcionamento de quais atividades podem ser trabalhadas em devido momento, auxiliando ao professor quanto à escolha de jogos a serem desenvolvidos em sala de aula, sendo assim, é de extrema importância que o professor tenha em mente que a utilização de jogos e atividades diferenciadas devem estar ligadas tanto a vida educacional, social, intelectual e familiar de cada criança.

A construção de tais jogos deve ser realizada em conjunto com os alunos, pois esta interação, professor- aluno, aluno-aluno, permite aos educandos um momento de desenvolver habilidades, potencialidades, convivência, respeito mútuo, moralidade e autonomia.

Algumas crianças apresentam dificuldades quanto ao desabrochar de potencialidades e habilidades, isso pode ser decorrente de um sedentarismo na prática educativa, pois na atualidade em que vivemos há um grande consumismo, a mídia, a TV, influenciam ao consumo exacerbado, vendem de tudo, as crianças já não se importam mais em obter um momento seu para usar a criatividade e a imaginação, e quando lhes é proporcionado este momento, estes não sabem do que brincar, como brincar, pois tudo lhes é ofertado pronto como nos afirma Lopes (2011, p. 35).

A oferta de brinquedos eletrônicos e os atraentes jogos e brinquedos à disposição no mercado desmerecem o artesanato, colocando no lugar da satisfação de criar o gosto pelo consumo exacerbado, trocando-se os valores entre o ter e o fazer.

O professor deve então incumbir-se de organizar e planejar aulas mais dinâmicas, ter consciência da prática educativa que está trabalhando e qual deveria trabalhar ser consciente do seu papel como educador, assim como nos mostra Freire (1996, p.17).

O pensar certo sabe, por exemplo, que não é a partir dele como um dado dado, que se conforma a prática docente crítica, mas sabe também que sem ele não se funda aquela. A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer.

O pensar crítico deve ser real na prática educacional, mas para que se possa observá-lo nestas aulas mais versáteis é necessária à relevância de alguns critérios, os quais veremos a seguir, como:

- **Ser interessante e desafiador:** para isso o professor precisa estar certo do nível de aprendizagem de cada aluno, e quais as funções cognitivas deseja estar desenvolvendo em cada um. Na visão de DeVries (1991, p.7).

Tomando a perspectiva da criança, o professor pode avaliar o grau de interesse que cada jogo provavelmente terá para cada uma delas ou para cada grupo de crianças; se levará ou não ao desenvolvimento do raciocínio

e da cooperação. Essa abordagem prática é geralmente mais eficiente na avaliação do potencial de um jogo do que uma análise puramente teórica.

Proporcionar aos discentes jogos que promovam conhecimentos significativos, instiga-los ao raciocínio lógico, leva-los a criar novas formas, maneiras para chegar ao resultado desejado no jogo, fazer com que eles se superem, desenvolvendo a autonomia, com certeza trará resultados positivos quanto a apreensão da aprendizagem por parte dos alunos.

**Permitir que os alunos façam uma auto avaliação quanto ao seu desempenho no jogo:** Este segundo item nos leva a entender a importância primeiro da autonomia da criança, deixando com que eles criem os meios, que se utilizem de seus próprios mecanismos para ganharem o jogo, em um segundo momento, como consequência do primeiro fator, leva as crianças a refletirem sobre sua atuação no jogo, onde errou, acertou, onde precisa melhorar, deixar com que eles próprios se avaliem e se superem no decorrer de cada jogo.

**Propor jogos que incluam a classe toda:** O educador precisa propor atividades que venham incluir a classe inteira, levar os alunos a se interessarem pela atividade apresentada, em alguns jogos pode-se perceber a frustração, e a não vontade de participação por parte de algumas crianças pelo fato de algumas vezes terem sido eliminadas do jogo. Para que isso não ocorra é importante o professor elaborar novas formas de jogar em determinado jogo, evitando a não participação das crianças, por exemplo: o jogo da memória é interessante para ser trabalhado em sala de aula, é evidente que no final haverá um ganhador, mais no decorrer do jogo não há eliminados, há a participação comum de todos.

Observando estes critérios e colocando-os em prática uma enorme quantidade de potencialidades serão desenvolvidas em cada aluno. Estarei citando algumas destas potencialidades que foram descritas por Lopes (2011, p. 39, 40, 41,43).

**Diminuir a dependência- desenvolvimento da autonomia:** Aspecto pelo qual aprimora a maturidade nas crianças, fazendo com que estas sejam responsáveis pelas suas ações e atitudes, estejam cientes do que é certo e errado, fazer com que estes se disponham a criar, e se desprendam dessa ideia de que sempre devem estar à mercê de alguém que os ensine, que os oriente, que indique qual brincadeira brincar, com brincar, com quem brincar, etc.

**Aprimorar a coordenação motora:** Através de alguns jogos pode-se auxiliar no problema de coordenação motora, que é apresentado por algumas crianças, pode ser solucionado com a aplicação de atividades que utilizem materiais como: tesouras, massa de modelar, desenhos, colagens, entre outros.



**Aumentar a atenção e a concentração:** Realizar atividades, jogos ou dinâmicas que despertem interesse nas crianças, fazendo com que eles empenhem maior atenção e concentração, como por exemplo: quebra-cabeça, jogo da memória, xadrez.

**Desenvolver a criatividade:** Propor dinâmicas nas quais possam criar, imaginar, fazer o seu próprio modo de brincar, deixar com que interajam uns com os outros, que possam expressar o que pensam e sentem.

Após essa exposição de como os jogos podem se úteis no contexto escolar, é necessária uma reflexão de como está sendo minha prática educativa, será que minhas aulas têm produzido resultados significativos? Será que meus alunos têm apreendido o conhecimento? Através das aulas que tenho proporcionado meus alunos conseguem produzir novo conhecimento ou apenas reproduzem? Essas devem ser perguntas frequentes na vida da cada profissional da educação, pois para o ensino ser cada vez melhor, precisamos nos questionar quanto a nossa atuação de cada dia.

No próximo capítulo veremos quão importante é a aplicação destas atividades para o meio educacional.

## **A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DE JOGOS COOPERATIVOS NA ESCOLA**

A infância como uma fase primordial na vida de cada ser humano passa por três momentos históricos, o primeiro acontece em um contexto onde a criança é considerada um adulto em miniatura, com responsabilidades, tarefas e regras a serem seguidas, o segundo se dá no momento que se percebe a importância de ter alguém responsável por estes, pois sozinhos não conseguem cuidar-se e muito menos ser responsável por algo, inicia-se então a valorização dessa fase chamada infância, e num terceiro momento que é a atualidade, as crianças são vistas como crianças, mas não lhes é possibilitado espaço para expressar a sua visão de mundo, realidade, não mais o uso da criatividade, imaginação, e se acontece é somente uma pequena parcela de indivíduos.

Por isso essa nova visão de organização de aula vêm para derrubar ideais de que atividades diferenciadas trazem somente bagunça, desordem, isso pode ocorrer mas só se não tiver sido levado em conta critérios para desenvolver essa aula, pois a integração de jogos só reforça e fixa o conhecimento já abordado pelo professor, é um auxílio quanto a apreensão do conhecimento, como nos afirma Lopes (2011, p.64)

O lúdico abre espaço e cria um ambiente natural para a aprendizagem e desenvolvimento integral da criança, respeitando a diversidade, tempo e nível de desenvolvimento de grupos heterogêneos numa mesma classe. O jogo, brinquedo ou brincadeira, por terem a característica comum de serem prazerosos, constituem instrumentos naturais de aprendizagem para crianças, adolescentes ou adultos.

muitas crianças apresentam dificuldades quanto a absorção do conhecimento, não conseguem se desenvolver como os demais colegas, o professor muitas vezes não consegue dar a atenção necessária a estas crianças com dificuldades por conta do grande número de alunos em sala, está opção de agregar jogos as aulas estará ao mesmo tempo abrangendo a classe inteira e dando a oportunidade de conhecer cada aluno individualmente, quais as suas dificuldades e habilidades e então procurar trazer jogos que venham sanar essas dificuldades.

Os jogos constituem a possibilidade de expressão da criança, ou seja, além de trazer uma aprendizagem mais rápida e significativa, dá a oportunidade de as crianças se expressarem.

Lopes (2011) nos retrata que o momento da brincadeira é envolto em um processo de apropriação dos conhecimentos e habilidades, como da linguagem, cognição, dos valores e socialização.

Nos jogos a criança está subordinada tanto ao momento de prazer que é proporcionado pelo jogo, quanto à sujeição regras e ao espaço do outro, estando desenvolvendo o domínio próprio, o equilíbrio.

Percebe-se então que o jogo está ligado ao fator de apropriação do conhecimento tanto individual, como social, não é somente um momento de alegria, de risos, de competição, mas de preparação para um futuro próximo.

A seguir veremos alguns jogos fáceis de serem construídos e que podem ser muito úteis no processo de ensino-aprendizagem de acordo com o que nos mostra Lopes (2011).

## 2.1 Quebra-Cabeça

**Aplicação:** Clínica e Escolar

**Faixa-etária:** Todas as idades

**Objetivos:**

Desenvolvimento da coordenação motora fina (recortes, colagem, montagem).

Organização Espacial (organização das peças no todo)

Percepção de figura-fundo (durante a montagem da figura)

Aceitação das regras (obedecendo as etapas de construção e depois do jogo)

Desenvolvimento de habilidades matemáticas (identificação, classificação, sequência lógica).

**Material:**

Doze caixas de fósforos vazias.

Uma figura em branco e preto de aproximadamente 15x20 cm

Lápis de cor

Giz de cera

Tesoura

Cola

**Estratégia:** Para que se atinjam os objetivos estabelecidos são necessários uma preparação da criança ou do grupo. Fazer um questionário oral que propicie a participação de todos é um bom começo para uma historinha inventada pela criança.

A professora por meio dos conteúdos trazidos pelas crianças pode conhecer melhor o grupo. A gravura deverá ter na parte posterior um quadriculado do tamanho das caixas de fósforos.

Diante disso podem-se levantar algumas perguntas-problemas, relacionadas ao cotidiano das crianças, a partir das quais se podem buscar soluções: Como o palhacinho está se sentindo? Do que mais gosta? Do que ele não gosta?

As respostas ser registradas pelo professor, e após transformá-la em uma história.

**O jogo:** As crianças deverão pintar com lápis ou giz de cera as cenas, em seguida deverão recortar a figura seguindo as linhas da parte posterior e colar cada uma em uma caixa de fósforos assim está pronto o quebra-cabeça e é só brincar.

## 2.2 Adivinhações em estudos sociais e ciências

**Aplicação:** Clínica e Escola

**Faixa-etária:** 7 à 10 anos

### **Objetivos:**

Desenvolver a criatividade  
Desenvolver o espírito cooperativo  
Trabalhar atenção e concentração  
Fixação de conteúdos  
O gosto de pesquisas

### **Material:**

Papel-cartão  
Lápis de cor  
Canetas hidrográficas  
Tesoura  
Régua  
Cola

**Estratégia:** Selecionados s conteúdos deve-se pedir com antecedência que as crianças pesquisem e guardem o maior número possível de figuras relacionadas. A classe pode ser dividida em equipes para a realização das tarefas. Deverão trazer, em dia marcado pela professora, o material

pesquisado e o conteúdo estudado. São preparados cartões, e a quantidade deverá ser definida de acordo com o conteúdo estudado. Os cartões, depois de cortados, deverão conter em seu verso figuras, que tanto podem ser gravuras de livros, revistas, xerox ou mesmo desenhos feitos pelas crianças. A forma de jogar é a mesma do jogo das adivinhações.

### **2.3 Jogo das adivinhações**

**Aplicação:** Clínica e Escolar

**Faixa-etária:** Pré-escolares

**Objetivos:**

Identificação (a criança identifica as figuras)

Discriminação auditiva (quando ditado as palavras, a criança terá de discriminar palavras surdas e sonoras)

Vocabulário (enriquecimento do vocabulário, raciocínio lógico).

Coordenação motora fina (recorte, colagem, pintura).

**Material:**

Papel-cartão de cor clara

Lápis de cor

Giz de cera

Tesoura

Cola

Cópias xerox de figuras

**Estratégia:** Necessita-se de preparação prévia do material. O papel cartão deve ser dado à criança cortado em retângulos de 9X6 cm, as figuras deverão estar em folhas sulfites, com a sua parte posterior quadriculada do mesmo tamanho dos cartões para a criança recortar. As crianças poderão ter diversas formas, porém é necessário que se estabeleçam classes para criança escolher, ex: coisas de comer, brinquedos e peças de vestuário.

**O jogo:** Pode-se contar para a criança uma historinha com alguns elementos do jogo, em seguida, a criança poderá pintar as figuras, de, pois recortá-las e colar nos cartões.

O número de participantes pode ser de dois ou de quatro. Para jogar, deixam os cartões empilhados com as figuras voltadas para baixo. Cada participante deverá retirar uma das figuras, e sem que os outros vejam, terá de responder sim ou não a pergunta, dando assim pistas para que adivinhem qual o cartão retirado.

Dessa forma, cada vez que um participante acertar toma posse do seu cartão. O vencedor será aquele que tiver o maior número de cartões quando esses terminarem. O jogo tem como primordial objetivo o trabalho tanto no aspecto ensino-aprendizagem quanto no desenvolvimento de habilidades, no reconhecimento da infância como fase essencial na vida de cada pessoa, por isso professor utilize-se desse novo modelo de aula, pois os resultados dessa

mudança serão vislumbrados com certeza após um ano de dedicação e trabalho.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após o término dessa pesquisa bibliográfica à respeito de jogos cooperativos, firmou-se a ideia de que aulas dinâmicas, interativas e diversificadas são possíveis de serem aplicadas e trabalhadas no ambiente escolar, pois estas tem como propósito a apropriação do conhecimento de uma maneira mais fácil, rápida e alegre, tornando a aula mais prazerosa e significativa. A alternância de um modelo de organização de aula para outro faz parte de um profissional preocupado e desejoso de ver suas aulas sendo produtivas, gerando resultados, não continuar insistindo em um aluno ou acreditando no seu potencial, não deve fazer parte da prática docente, o professor deve buscar maneiras, formas e estratégias as mais diversas tentando abranger a classe toda e não apenas alguns, pois isso faz parte de uma prática educacional consciente e significativa.

Podemos sonhar com um futuro educacional diferente e não só isso, mas colocar em prática, organizar aulas diversificadas, tomar a iniciativa, fazer parte da geração que faz a diferença. Alguns destes jogos estão explícitos no capítulo dois, são apenas alguns, mas muitos outros podem ser utilizados e após isso verificar os resultados, basta apenas ter planejamento e dedicação.

Com certeza com este novo modo de pensar e fazer o ensino no final de uma jornada escolar estaremos satisfeitos e felizes com os resultados obtidos.

## **REFÊRENCIAS**

FREIRE , Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora paz e terra S/A. 25<sup>o</sup> edição. 1996.

LOPES, Maria da Glória. Jogos na Educação: Criar, fazer, jogar. São Paulo: Cortez editora. 7<sup>o</sup> edição. 2011.

KAMII, Constance e DEVRIES, Rheta. Jogos em Grupo na educação infantil: Implicações da teoria de Jean Piaget. São Paulo: Divisão editorial de Grano EPC Ltda.1991.

## JUSTIÇA RESTAURATIVA: PROCESSOS CIRCULARES NA APURAÇÃO DE ATOS INFRACIONAIS

Juliana Ferreira da Rocha (darochajuliana@yahoo.com.br)<sup>1</sup>

Jaqueline Fátima Roman (jaqueline.roman@ifpr.edu.br)<sup>2</sup>

<sup>1,2</sup> Instituto Federal do Paraná – IFPR (Campus Palmas)

**Resumo:** A Constituição Federal do Brasil assegura às crianças e aos adolescentes a proteção integral, lhes garantido múltiplos direitos, estabelecendo que é dever de todos garantir a observância desses direitos, com prioridade absoluta. Institui, ainda, que elas são inimputáveis - sujeitos à legislação especial e não ao Código Penal, por não possuírem capacidade de entender a ilicitude de uma conduta e de agir de acordo com esse entendimento. Porém, o sistema atual mostra-se altamente falho, razão pela qual, a exemplo do ocorrido no estado do Rio Grande do Sul, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná vem, aos poucos, ampliando as possibilidades para a resolução dos conflitos, através da Justiça Restaurativa, que consiste em uma nova forma de resposta do Estado quando um ilícito é praticado, buscando o consenso entre os envolvidos no conflito (autor e vítima) e, em alguns casos, da comunidade. No presente estudo buscar-se-á estabelecer quais as principais causas que levam a ineficácia do sistema socioeducativo atual e se analisará a possibilidade e efeitos da aplicação da Justiça Restaurativa na apuração de atos infracionais, através da aplicação dos processos circulares.

**Palavras-Chave:** Resolução de Conflitos e Cultura da Paz.

### 1. Introdução:

A crescente criminalidade da sociedade brasileira nos remete à iminente necessidade de repensarmos e reformularmos nossa política penal, a fim de cessarmos com aumento das condutas reiteradas e respostas cada vez mais violentas às praticas criminais.

Considerando que a busca constante pela adaptação social, tem levado crianças e adolescentes a cometerem atos definidos como crimes, com escopo de alcançar os padrões socialmente aceitos, acreditamos que a mudança deve ocorrer na comunidade em que o individuo está inserido, e não somente em si próprio.

Nesta perspectiva surge a Justiça Restaurativa que nos ajudará a repensar alguns conceitos, entre eles o de crime, para podermos transformar a sociedade em que vivemos, reinventando as relações sociais, desenvolvendo nossos concidadãos, instaurando assim a cultura da paz, levando comunidade à resolução pacífica dos conflitos.



Nesta pesquisa avaliaremos qual a aplicabilidade da justiça restaurativa, especificamente dos processos circulares, na apuração de atos infracionais, verificando se é possível, através da inserção de todas as partes:

Solucionar conflitos de maneira pacífica e eficaz;

Restaurar as relações estremecidas e

Obter resultados positivos para a sociedade de modo geral.

## 2. Atos Infracionais

Pelo ordenamento jurídico vigente no Brasil, os menores de dezoito anos são considerados penalmente inimputáveis, e para eles não devem ser aplicadas as sanções. Nesse sentido o artigo 228 da Constituição Federal:

Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial (Brasil, 1988).

A legislação especial a que se refere o artigo 228 da Constituição Federal é a Lei nº 8069/90, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que possui determinação no mesmo sentido constitucional, conforme dispõe o artigo 104:

Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei (Brasil, 1990).

O Estatuto da criança e do adolescente possui título próprio dedicado à Prática do Ato Infracional, estabelecendo, em seus artigos 103 a 130, as normas, procedimentos e medidas aplicáveis no caso de cometimento de atos infracionais. Inicia conceituando ato infracional no artigo 103:

Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal (Brasil, 1990).

Como afirma Sposato (2013, p. 41) “em termos conceituais [...] ato infracional é toda conduta típica (crime ou contravenção penal), antijurídica e culpável (punível/reprovável)”. No entanto, devem ser analisados outros aspectos da prática delitiva, tais como: contrariedade à ordem jurídica, reprovabilidade da conduta, consciência da ilicitude, culpabilidade do agente, e, ainda, o nexa causal entre a conduta e o resultado da ação.

Os atos infracionais podem ser praticados tanto por crianças - pessoas de até doze anos incompletos - quanto por adolescentes – pessoas que possuem entre doze e dezoito anos de idade - conforme artigo 2º do ECA, porém, o tratamento jurídico dado às crianças e adolescentes é diferente, conforme se vê. Quando um adolescente pratica uma das condutas descritas como crime ou contravenção penal ser-lhe-á imputada a prática de um ato infracional, e a ele poderá ser aplicada uma das medidas socioeducativas previstas no artigo 112 do ECA:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV -

liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI (Brasil, 1990).

Quando uma criança comete um ato infracional, para ela somente podem ser aplicadas medidas de proteção, previstas no artigo 101 do ECA, conforme prevê o artigo 105 do ECA:

Art. 105. Ao ato infracional praticado por criança corresponderão às medidas previstas no art. 101 (Brasil, 1990).

Cabe ressaltar que as medidas de proteção visam assegurar a não violação dos direitos das crianças e adolescentes, a fim de garantir sua proteção integral, devendo ser aplicadas, até mesmo, nos casos de ameaça de lesão; diferindo-se, portanto, das medidas socioeducativas, que não possuem caráter punitivo, mas essencialmente pedagógico, buscando socializar, educar e orientar o adolescente, devido à “prática anterior de ato definido como crime ou contravenção penal; sendo este seu pressuposto de existência” (SPOSATO, 2013, p. 43).

### **3. Justiça Restaurativa**

As medidas socioeducativas objetivam, como o próprio nome sugere, socioeducar, ou seja, educar para a sociedade, buscando evitar que o adolescente se coloque novamente em conflito com a lei, na tentativa de evitar a repetição do ato infracional: “procuram evitar a prática de novos atos infracionais por adolescentes e, sobretudo, diminuir a vulnerabilidade do adolescente [...], por meio da oferta de um conjunto de serviços e políticas sociais” (SPOSATO, 2013, p. 44).

Porém, tais medidas, muitas vezes vêm se demonstrando ineficazes, uma vez que sua aplicação considerada, tão somente, o ato praticado, sem analisar as circunstâncias e o resultado do fato; as necessidades dos indivíduos envolvidos; as desigualdades sociais, dentre outros. Esse procedimento tem resultado no aumento da criminalidade e marginalização de jovens e adolescentes, pois, “As população carcerárias continuam a crescer [...] aumentando o número de pessoas sob o controle e supervisão do Estado [...] sem atender às necessidades da vítima e do ofensor” (ZEHR, 2014, p. 62).

A ineficácia das medidas socioeducativas faz com que os adolescentes reiterem na prática de atos infracionais, levando a imposição de novas medidas, muitas vezes mais gravosas, com maior restrição de liberdade, buscando a educação para a sociedade, o que nem sempre ocorre.

Nos casos de atos infracionais com vítima, essa muitas vezes acaba por sentir-se culpada, por não saber quais os motivos que levaram o agressor a praticar o fato, acreditando que pode ter contribuído de alguma forma para tanto. Além disso, a vítima pode se tornar insegura, pois “Ela sempre lutará com o medo e com a sensação de vulnerabilidade e impotência” (ZEHR, 2014, p. 21). Ademais, ela não possui interferência no processo de julgamento do

agressor, não tomando sequer conhecimento da sanção imposta, participando apenas com seu depoimento sobre os fatos. Agrava a situação o fato de não haver o “encerramento da experiência”, pois não há uma resolução eficaz para a maldade.

De acordo com ZEHR (2014, p. 35), o agressor, por sua vez, muitas vezes se envolve com o crime:

[...] por ter pouca auto-estima, autonomia e poder pessoal. Mas a experiência de encarceramento irá despi-lo completamente do pouco que tinha, deixando-o ainda mais privado de recursos para obter auto-estima e autonomia de forma legítima. Estou convencido de que crimes e violência são muitas vezes uma forma de afirmar a identidade e poder pessoais.

Deste modo mostra-se totalmente impróprio o sistema socioeducativo atual, pois além de não cumprir com sua função de ressocialização e prevenção, acaba por remeter os infratores ao cometimento de novos delitos, como resultado da retirada total de poder de decisão sobre sua própria vida: “são privados de praticamente todas as oportunidades de tomar decisões e exercer poder pessoal. De fato, o foco de todo o ambiente é a obediência e o aprendizado de aceitar ordens” (ZEHR, 2014, p. 38). Assim, após o cumprimento da reprimenda imposta ao adolescente, pode ocorrer que ele venha a cometer novos delitos para que, de forma distorcida, exerça poder, mesmo que seja sobre novas vítimas.

Ademais, o cumprimento da medida socioeducativa a ele imposta, não o isentará do “rótulo” de “infrator”, dificultado ainda mais sua reintegração social:

[...] não há um reconhecimento público no final, quando a dívida já foi paga. Esse pagamento não traz grande benefício para a comunidade. Aliás, custa muito dinheiro a essa mesma comunidade. Passar ao ofensor a mensagem de que ‘você fez mal a alguém então faremos mal a você também’ simplesmente aumenta a quantidade de mal no mundo (ZEHR, 2014, p. 72).

A fim de superar as negligências e imperfeições apresentadas pelo sistema socioeducativo brasileiro, vem sendo implementada a Justiça Restaurativa, “que prioriza o diálogo entre os envolvidos na relação conflituosa e terceiros atingidos, para que construam de forma conjunta e voluntária soluções mais adequadas para a resolução dos conflitos” (Manual de Justiça Restaurativa - TJPR, 2015, p.5), visando, além de reparar os danos causados à vítima e à sociedade, conscientizar, de forma efetiva o adolescente em conflito com a lei, levando-o primeiramente a compreender o mal que causou, e, em seguida, a buscar e/ou desenvolver, juntamente com a sociedade, meios ou alternativas para repará-lo, reestabelecendo a paz social.

Na Justiça Restaurativa ponderam-se as circunstâncias que levaram o adolescente a praticar o delito, devendo, portanto, incluir a comunidade na resolução do conflito, a fim de “resgatar e fortalecer o senso de coletividade e o sentimento de corresponsabilidade, no estabelecimento de inter-relações

horizontais” (Manual de Justiça Restaurativa - TJPR, 2015, p.7), tornado todos os cidadãos responsáveis pelo reestabelecimento da ordem e das relações afetadas, sendo imprescindível a colaboração de cada um, na medida de seus direitos e obrigações.

Esta inclusão leva à diminuição da sensação impunidade, haja vista que a sociedade fará parte do procedimento e da solução conflito e tomará conhecimento das providências tomadas e das medidas impostas, gerando a união da comunidade, pois “tem o condão de conferir a toda comunidade maior dignidade e consciência de seu papel na sociedade, na medida em que empodera a vítima, responsabiliza o ofensor e fortalece o sentido comunitário” (Art. 3º da Resolução nº 004/2015 - NUPEMEC/TJPR).

### 3.1. Processos Circulares

Na perspectiva da Justiça Restaurativa o crime não deve ser visto somente como uma violação às normas vigentes, mas sim como uma violação aos indivíduos e seus relacionamentos, portanto para que a justiça seja eficaz, ela deve envolver “a vítima, o ofensor e a comunidade na busca de soluções que promovam reparação, reconciliação e segurança” (ZEHR, 2014, p. 171).

Assim, dentre os possíveis métodos para a aplicação de práticas restaurativas, nos deteremos aos processos circulares, que são descritos por Kay Pranis (instrutora de Círculos de Construção de Paz e Justiça Restaurativa) como “uma nova forma de congregar as pessoas, chegar ao entendimento mútuo, fortalecer relacionamentos e resolver problemas grupais [...]” (PRANIS, 2010, p.15).

Esta pratica visa horizontalizar as relações, levando os indivíduos a sentirem-se valorizados, reconhecendo sua própria dignidade, bem como a dos demais participantes, tendo em vista que todos poderão falar e ser ouvidos, e, do mesmo modo, terão a oportunidade ouvir as considerações dos demais, “A filosofia dos Círculos reconhece que todos precisam de ajuda e que, ajudando os outros, estamos ao mesmo tempo, ajudando a nós mesmos” (PRANIS, 2010, p. 18).

No círculo, além de estarem todos na mesma “posição”, tendo em vista que não há hierarquia, os envolvidos têm a oportunidade de conhecerem-se, olharem-se nos olhos, compartilhem suas histórias, aproximando, tanto, uns dos outros, como o grupo (comunidade) em si, pois:

O círculo é um processo estruturado para organizar a comunicação em grupo, a construção de relacionamentos, tomada de decisões e resolução de conflitos de forma eficiente. O processo cria um espaço à parte de nossos modos de estarmos juntos. O círculo incorpora e nutre uma filosofia de relacionamento e de interconectividade que pode nos guiar em todas as circunstâncias – dentro do círculo e fora dele. (WATSON e PRANIS, 2011, p.35).

No círculo os participantes devem sentir-se livres, devem estar à vontade e dispostos a solucionar o conflito, por isso devem “expressar a “verdade pessoal, deixar de lado as máscaras e defesas, para estar presente como um ser humano inteiro [...] para conseguir reconhecer erros e temores” (Pranis, 2010, p. 25).

De acordo com Pranis (2010, p. 25/28), para a realização dos Círculos de Construção da Paz, as cadeiras devem estar dispostas em círculo, sem mesa no centro, podendo, entretanto, ser utilizado algum objeto simbólico no centro do círculo, que tenha algum significado especial para aquele determinado grupo.

Ela afirma ainda que devem ser observados alguns elementos estruturais intencionais:

- Cerimônia para abertura e encerramento (marcar o espaço sagrado do círculo), a presença e importância da participação de todos os envolvidos, devendo a atenção de todos estar totalmente voltada para aquele momento específico;

- Um bastão da fala: organiza o diálogo no grupo, contém o poder da fala, somente quem o possui deve falar, devendo os demais ouvirem com atenção o interlocutor, possibilitando o respeito e escuta de todos os demais para com aquele que está falando;

- Um facilitador ou guardião (coordenador): necessita de capacitação prévia para tal função; prepara o círculo, realizando pré-círculos (encontros individuais), a fim de identificar quem precisa participar do círculo, bem como quem pode auxiliar na resolução do conflito, e ainda “expõem as diretrizes e objetivos do encontro e colhe o consentimento quanto a participação no procedimento, que será reduzido a termo”; após, define quando será aplicado o círculo, oportunidade na qual “orienta e coordena os participantes” (Manual de Justiça Restaurativa - TJPR, 2015, p.10);

- Orientações: devem ser criadas, pelo próprio grupo, diretrizes para a realização do círculo e a conversação, garantindo a confidencialidade das declarações ali prestadas e a segurança dos participantes, a fim de possibilitar os diálogos complexos;

- Processo decisório consensual: é trabalhando no decorrer da aplicação do círculo, sem influência do facilitador, é o resultado das ponderações do grupo, cada um dos participantes deve estar assumir o compromisso de respeitar e fazer cumprir a decisão tomada, apoiando sua implementação.

O círculo deve criar relacionamentos entre os participantes, por isso é indispensável que, primeiramente, seja realizada sua apresentação, devendo cada um contar sua história de vida, para que haja identificação e sensibilização entre eles, somente após esse estreitamento de laços é que deve ser abordado o conflito que deve ser solucionado, uma vez que “no Círculo, chega-se a sabedoria através das histórias pessoais. [...] os ouvintes absorvem as histórias de modo muito diferente do que se estivessem ouvindo conselhos” (Pranis, 2010, p. 28).

#### 4. Apuração de Atos Infracionais

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece qual o procedimento a ser observado para a apuração de atos infracionais, em seus artigos 171 a 190, que ocorre, basicamente, da seguinte forma:

O adolescente deve ser apresentado à autoridade policial competente (Delegado);

Os pais ou responsáveis são comunicados;

A autoridade policial pode: a) liberar o adolescente, mediante termo de compromisso de apresentação do adolescente mediante a Promotoria de Justiça correspondente; ou, b) se for o caso (atos graves ou de grande relevância social) manter o adolescente apreendido, devendo apresentá-lo imediatamente ao Ministério Público (o prazo máximo para apresentação é de 24 horas); caso o adolescente permaneça apreendido, deve ser encaminhado à entidade de atendimento especializada, ou à repartição policial especializada, e no caso de inexistência destas, permanecer na Delegacia de Polícia de origem separado dos demais presos adultos.

O representante do Ministério Público, além de proceder a oitiva informal do adolescente e de seus pais ou representantes legais, deve

Verificar o trabalho policial, ouvir o adolescente e decidir se irá ou não representá-lo. [...] decidir qual, dentre três caminhos, seguirá: a) arquivamento, se constatada ausência de crime ou a inviabilidade lógica de provar sua autoria; b) remissão, com ou sem ajuste de medidas ou; c) representação para aplicação de medida: opta o promotor por submeter o adolescente ao processo judicial, encaminhando o caso à autoridade judiciária. (SOCIOEDUCAÇÃO, 2012, p. 40/41).

A autoridade judiciária (juiz) analisará a proposta do representante do Ministério Público, podendo solicitar opinião de profissional qualificado (psicólogo, assistente social, etc.) ou estudo do caso, a ser realizado por equipe interprofissional, para então proceder à homologação, nas hipóteses de arquivamento e oferecimento de remissão, ou, então, receber a representação, designando audiência em continuação, onde será realizada a oitiva do adolescente e de pais ou seus representantes legais;

Após a oitiva, a autoridade judiciária pode: oferecer a remissão, ouvindo previamente o representante do Ministério Público, ou determinar a continuidade do procedimento para aplicação de medida socioeducativa, no qual será verificada qual a medida mais adequada ao caso, designando audiência em continuação para ouvir as testemunhas arroladas pelo Ministério Público e pela defesa.

Posteriormente a inquirição das testemunhas o Ministério Público e a Defesa do adolescente devem apresentar suas últimas ponderações (alegações finais).



Concluída a instrução do procedimento o juiz proferirá a sentença, que “deve ser bem fundamentada, inclusive no que se refere à escolha de determinada medida em detrimento de outra” (SOCIOEDUCAÇÃO, 2012, p. 41).

As medidas socioeducativas, já mencionadas no item “2” do presente estudo, podem ser aplicadas tanto na oportunidade da remissão como na sentença final do procedimento para aplicação de medida socioeducativa.

Transitada em julgado a sentença que homologou a remissão ou a que aplicou determinada(s) medida(s), inicia-se o cumprimento da medida pelo adolescente, na fase denominada “execução”, que é regulamentada pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, instituído pela Lei nº 12.594/2012, que é: o “Sistema [...] elaborado com o propósito de orientar e dar diretrizes para a execução das medidas socioeducativas, tanto as de privação e restrição de liberdade quanto as de meio aberto [...]” (SOCIOEDUCAÇÃO, 2012, p. 45).

## 5. Processos Circulares na Apuração de Atos Infracionais

De acordo com o Manual de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná “a Justiça Restaurativa pode ser aplicada em qualquer momento da relação conflituosa, tanto na fase pré-processual, quanto processual” (2015, p.10), e no âmbito da Infância e Juventude as possibilidades são ainda maiores, pois as medidas possuem caráter pedagógico.

Assim acreditamos que é perfeitamente possível a aplicação da justiça restaurativa, através dos processos circulares, na apuração de atos infracionais, podendo tal medida ser proposta, ao adolescente e seus responsáveis legais, quando do oferecimento da remissão (Art. 126 e 186, § 1º, do ECA), “suspendendo o feito para que a Justiça Restaurativa seja aplicada” (Manual de Justiça Restaurativa - TJPR, 2015, p.19).

Ressalta-se que, conforme mencionado no tópico “3.1” desta pesquisa, para que haja eficácia em sua aplicação, as partes (adolescente e responsáveis) devem consentir com a utilização da Justiça Restaurativa, devendo ser previamente esclarecidos de que se trata de uma nova forma de solucionar os conflitos existentes em nossa sociedade.

Ainda, de acordo com o Manual retro mencionado, é possível a aplicação da Justiça Restaurativa na execução da medida socioeducativa:

O juiz pode vincular à homologação do PIA (Plano Individual de Atendimento) do adolescente a Justiça Restaurativa. O adolescente e sua família são chamados a comparecer, assim como membros da comunidade, trabalhadores da rede de atendimento à criança e ao adolescente, conselheiros tutelares, representantes de escola e demais envolvidos com a execução das metas do plano construído, para um contato consciente, estabelecendo conexões significativas uns com os outros e um pacto capaz

de vir ao encontro das necessidades do adolescente (Manual de Justiça Restaurativa - TJPR, 2015, p.19).

### Considerações Finais

Baseados nos excelentes resultados obtidos com a aplicação de práticas restaurativas em determinadas comunidades da cidade de Porto Alegre/RS, pelas quais foi possível concluir que “através da realização dos projetos com os jovens [...] é possível criarmos juntos uma real perspectiva de alternativas e métodos para cada situação de conflito e para a sua prevenção” (DUARTE, ROCHA e ROMERO, 2012, p115), bem como, considerando todo o exposto no presente estudo, acreditamos que a possibilidade de aplicação dos círculos de construção da paz na apuração de atos infracionais é concreta, e, acreditamos, ser esta a solução efetiva para a cessação da marginalização dos adolescentes brasileiros.

### REFERÊNCIAS:

BOYES-WATSON, Carolyn. **No coração da esperança**: guia de práticas circulares: o uso de círculos de construção da paz para desenvolver a inteligência emocional, promover a cura e construir relacionamentos saudáveis / Carolyn Boyes-Watson, Kay Pranis ; tradução : Fátima De Bastiani. – [Porto Alegre : Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas, 2011. 280 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 13 de julho de 1990; 169º da Independência e 102º da República. Diário Oficial da União 16.7.1990 - retificado em 27.9.1990.

CONSIJ - PR e CIJ - PR. **SOCIOEDUCAÇÃO** – Adolescentes em conflito com a lei. Curitiba. 2012. Disponível em: <<https://www.tjpr.jus.br/documents/116858/6189d24c-9a62-4b73-9f31-5d7fa3e64983>>, acesso em 01/08/2015.

Justiça juvenil restaurativa na comunidade: uma experiência possível / organizadores Ana Cristina Cusin Petrucci [et al.]. – Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Assessoria de Imagem Institucional, 2012. 240 p. ISBN 978-85-88802-18-6



V Contextos e Conceitos  
Mostra de Produção Científica e Extensão  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas  
18 e 19 de fevereiro de 2016

PRANIS, Kay. **Processos Circulares** / Kay Pranis; tradução de Tônia Van Acker. – São Paulo: Palas Athena, 2010.

SPOSATO, Karyna Batista. **Direito penal de adolescentes: elementos para uma teoria garantista**. São Paulo: Saraiva, 2013.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Manual de Justiça Restaurativa. Curitiba, 2015. Disponível em: <[www.tjpr.jus.br](http://www.tjpr.jus.br)>, acesso em 10/08/2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. **RESOLUÇÃO Nº 004/2015 - NUPEMEC/TJPR**. Curitiba, 2015. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/e-dj/publico/diario/baixar.do;jsessionid>>, acesso em 01/08/2015.

TOMKIEWICZ, Stanislaw. **ADAPTAR, MARGINALIZAR OU DEIXAR CRESCER?** - Coleção FRESTA Nº 1 - Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça** / Howard Zehr; tradução de Tônia Van Acker. – São Paulo: Palas Athena, 2008.

## LEITURA, FERRAMENTA PARA A CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA

Jussara Isabel Stockmanns, [jussara.stockmanns@ifpr.edu.br](mailto:jussara.stockmanns@ifpr.edu.br)  
Roberto Carlos Bianchi, [roberto.bianchi@ifpr.edu.br](mailto:roberto.bianchi@ifpr.edu.br)  
Viviane Aparecida Traversin Pereira, [viviane.pereira@ifpr.edu.br](mailto:viviane.pereira@ifpr.edu.br)  
Yedda Lemos Sperotto, [yedda\\_sperotto@hotmail.com](mailto:yedda_sperotto@hotmail.com)

### Resumo

Este artigo intitulado “Leitura, ferramenta para a construção da cidadania”, vem ao encontro das expectativas do IFPR, quando o mesmo deverá promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico, nas potencialidades regionais, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática. Socializamos aqui um projeto que objetiva contribuir para o exercício da cidadania juntamente com os adolescentes e jovens, por meio de intercâmbio entre o IFPR – Campus Palmas e a Centro da Juventude, na construção do hábito da leitura, visando estimular a autoestima e valorizar as habilidades e competências resgatando os adolescentes e jovens em situação de risco e incluindo-os nas ações da sociedade local. As ações do mesmo permeiam o circuito de leitura com momentos de leitura individual com estímulo e acompanhamento utilizando a gibiteca, os livros infanto-juvenis, jornais e revistas de circulação local, regional e nacional, lendas, poemas, canções, trava-línguas, piadas, provérbios, tarjas, notícias e anúncios; vivência da leitura com momentos de socialização da leitura realizada através de ações vivenciadas como teatros, danças, monólogos, e outras formas de representação corporal, a ser efetivado com várias técnicas de representação oral, escrita ou gráfica; e, disseminação da leitura com a socialização do processo de compreensão da leitura para a comunidade local ou regional, com representação vivenciada, ou sistematizada de forma impressa ou gráfica.

**Palavras-chave:** Reencantamento; leitura; cidadania.

### Abstract

This article entitled "Reading, tool for building citizenship", meets the IFPR expectations when it should promote integration and verticalisation of basic education to vocational education and higher education, with an emphasis on socio-economic development, the potential regional, environmental protection, transparency and democratic management. Socialize here a project that aims to contribute to the exercise of citizenship along with adolescents and young people, through exchange between the IFPR - Campus Palmas and Youth Centre, in building the habit of reading, to stimulate self-esteem and enhance the skills and rescuing skills adolescents and young people at risk and including

them in the actions of local society. Shares the same permeate the reading circuit with individual reading time with stimulation and monitoring using gibiteca, the children's books, newspapers and magazines of local circulation, regional and national legends, poems, songs, tongue twisters, jokes , sayings, stripes, news and announcements; Reading experience with reading socialization moments performed by experienced actions such as theaters, dances, monologues, and other forms of body representation, to be effected with various techniques of oral representation, written or graphic; and dissemination of reading with the socialization of reading comprehension process for the local or regional community with experienced representation, or systematic printed or graphic form.

### **Compreendendo a função da leitura no contexto social**

A leitura é a base para formar e informar um indivíduo, pois a mesma possibilita um crescimento cultural e social, além de interagir com seu conhecimento individual para a efetiva compreensão e como o texto reflete o modo de ser, pensar, agir e sentir de quem os produz. Giovaninni (1999, p.29) ressalta que também é importante o conhecimento do leitor acerca do tema a ser desenvolvido para facilitar e auxiliar na compreensão do texto, a interação do autor e a atitude adotada ao escrever. Para isso ser possível, afirma que "(...) isto não serve somente do que se lê, mas também do que se sabe anteriormente, da experiência que se tem sobre o tema."

O ato de ler é, fundamentalmente, um ato de conhecimento, e conhecer significa perceber as forças e as relações existentes no mundo, sendo um ato de conhecimento e construção de sentidos, onde o leitor faz suas inferências a partir de seu conhecimento e como realiza sua leitura, com que objetivo a encara e utilizará o texto lido, podendo ser também uma procura de respostas as quais vão sendo elaboradas pelo leitor.

Em relação à esse ato de procura às respostas, referencia-se Smith (1999, p.12):

Existem muitos tipos diferentes de texto e finalidades muito diferentes de leitura. Um dos aspectos da leitura que todos têm em comum é que perguntas são feitas sobre o texto. A compreensão ocorre quando são encontradas as respostas para essas perguntas. A habilidade de fazer perguntas relevantes e de saber onde encontrar as respostas no texto depende do conhecimento, do tipo de material envolvido, e da finalidade específica da leitura. Nada disto pode ser ensinado explicitamente, mas é desenvolvido com a prática da leitura.

Como este processo não é solitário, entende-se a leitura como uma construção dialógica de sentidos, onde os responsáveis (leitor e autor) inter-relacionam-se neste universo de diálogos e discursos.

Angela Kleiman (2001, p.96) aponta sobre a relevância de ler expressando e/ou descobrindo a criticidade:

Não é apenas o texto cuja função principal é a de expressar uma opinião que deve ser lido criticamente: toda leitura de qualquer texto, por mais neutro que pareça, está inserida num contexto social que determina as maneiras de escrever e ler.

A leitura é passaporte para o ingresso no mundo da cultura e que, quando estimulada pela imaginação transporta o leitor para outros mundos abrindo novos horizontes e estimulando novos conhecimentos. Porém a leitura não pode ser apenas "fantasia". O ato de ler é ação. E ação tende sempre a transportar-nos, modificar-nos. Nunca mais seremos os mesmos. Assim, se começa pela leitura de mundo, depois a leitura da palavra. Para Freire (1984), Linguagem e realidade se prendem dinamicamente entrelaçando-se e confundindo-se.

A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. Neste sentido, leitura não pode ser um ato mecânico, repetitivo, de memorização. A leitura deve ser um processo crítico, de confronto entre o que se lê e o que se conhece, permitindo por meio da reflexão a construção de novos conhecimentos. Assim, o ato de conhecimento torna-se ato criador e a leitura dará os subsídios necessários para alcançar tais objetivos. É preciso, pois, que a leitura leve o indivíduo a ser um cidadão crítico, ou seja, não fique alienado do mundo e para o mundo. A leitura deve ser libertadora. Deve agir no indivíduo para que se construa consciente e criticamente.

De uma simples charge até um texto científico, os referidos componentes que circulam a leitura necessitam estar envolvidos, direcionando também qual é a verdadeira finalidade do texto escolhido (leitura – pesquisa; leitura – busca de informações ou leitura por prazer).

O bom leitor é aquele que sabe avaliar e escolher o que lhe é apreciável ou importante, mas para ser este sujeito é, preciso ter em mente quão universo fantástico, histórico e cultural existe num texto. Para que existam bons leitores em nossa sociedade, é importante a conscientização, a vontade, a escolha do que lhe atrai, um espaço, ou seja, requisitos para uma boa e produtiva leitura.

Zilberman (2005, p.18) complementa sobre os aspectos citados:

Não, leitura não é esse ato solitário, é interação verbal entre indivíduos, e indivíduos socialmente determinados: o leitor: seu universo, seu lugar na estrutura social, suas relações com o mundo e com os outros, o autor, seu universo, seu lugar na estrutura social, suas relações com o mundo e com os outros.

Os leitores estão em toda a parte, não só em ambientes escolares, numa formação acadêmica, para produção de uma pesquisa, a leitura se faz em qualquer momento e em qualquer condição.



Relacionando então a leitura com as estratégias e/ou requisitos, afirma-se que os mesmos são peças fundamentais para a efetivação da leitura ontem, hoje e amanhã, visto que um bom texto também ultrapassa a época, idade e lugar.

Silva (1996, p.95) expõe sobre alguns pontos importantes em relação à leitura, especificamente no contexto brasileiro:

O ato de ler inicia-se quando um sujeito, através da sua percepção, toma consciência de documentos escritos existentes no mundo. Ao buscar a intencionalidade, o sujeito abre-se para possibilidades de significação, para as proposições de mundo que os signos do documento evocam ou sugerem.

É de grande apreciação o entendimento das estratégias, funções e requisitos para o ato de ler para uma efetiva orientação ao leitor em suas descobertas perante o texto, pois além de compreender a mensagem, o leitor deve compreender-se também na e pela mensagem, interagindo assim, num todo e no mundo.

Por assim conceituarem diversas condições de realização da leitura, ao final, o principal objetivo sempre será responder a o que e o porquê se está lendo tal livro ou texto.

### **A educação não formal e ação cidadã**

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, ocorreram novas circunstâncias no cenário educacional trazendo para a mesma novos desafios a serem enfrentados. O caminho institucional aos processos educativos em espaços não formais foi aberto em 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, quando ela define educação como aquela que abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Nos anos 90 a educação não-formal passou a ganhar ênfase no cenário nacional como uma possibilidade na área da educação, conseqüentemente surgiram vários desafios para a mesma. Um desses desafios foi o crescimento das demandas educacionais, o qual gerou discussões e análises da sociedade, para o atendimento aos diversos problemas da população. Outro desafio posto para a educação diante de um panorama tão diversificado e desigual, de sociedades e movimentos sociais ativos exigindo constantemente novas ações no que tange a esfera pública e privada. O Documento “Educação, um tesouro a descobrir”, escrito por Delors (1998) como relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, afirma:

As tecnologias da informação e da comunicação poderão constituir, de imediato, para todos, um verdadeiro meio de abertura aos campos da educação não formal, tornando-se um dos vetores privilegiados de uma sociedade educativa, na qual os diferentes tempos de aprendizagem sejam repensados radicalmente. Em particular, o desenvolvimento destas tecnologias, cujo domínio permite um enriquecimento contínuo dos saberes, deveria levar a reconsiderar o lugar e a função dos sistemas educativos, na perspectiva de uma educação prolongada pela vida afora. A comunicação e a troca de saberes já não serão apenas um dos pólos principais do crescimento das atividades humanas, mas um fator de desenvolvimento pessoal, no contexto de novos modos de vida social. (DELORS, 1998, p. 66)

Dentro do contexto mundial, por conta das exigências sociais, urge desenvolver o potencial humano, também pela educação não formal. Perante o cenário, em que a educação não formal passa a ganhar ênfase no Brasil, o conceito de Educação é ampliado não se limitando apenas aos espaços escolares formais, preso somente ao processo de ensino-aprendizagem de seus educandos. A Educação é chamada a transpassar os muros da escola, para os espaços da casa, do trabalho e do lazer. Caracteriza-se assim um novo campo da educação que aborda processos educativos fora das escolas ou não, em processos organizativos da sociedade civil, abrangendo organizações sociais e não governamentais, movimentos sociais ou processos educacionais vinculados com a escola e comunidade.

A educação não formal não objetiva substituir a educação formal, ela é uma possibilidade de produção de conhecimento fora das estruturas curriculares da educação formal básica e profissional. A educação formal está relacionada ao espaço estruturado pelas escolas e pelas universidades, sendo responsável pela alfabetização, possui papel essencial na formação humana. O tema da educação não formal passou a ser abordado com mais frequência, por educadores e estudiosos, no final do século XX. Onde foi valorizado o aprendizado grupal, bem como os valores culturais que revelam o indivíduo em suas habilidades.

A educação formal e não formal diferenciam-se em relação à ausência ou presença de algumas características, a educação não formal existe para complementar a educação formal, segundo Souza (2013. p. 12):

A educação formal possui estruturas burocráticas com hierarquias e órgãos superiores para garantir o cumprimento de currículos e ordens pré-estabelecidas, sendo representada por escolas e universidades, tem como característica normativa e sistêmica, em comparação a educação não formal não está submetida a sistemas normativos, o espaço e o tempo são flexíveis.

Os processos de educação não formal trabalham o sentido de despertar a cidadania no indivíduo e fazê-lo se enxergar como cidadão e não apenas como sujeito a ser manipulado. O tempo da aprendizagem é flexível,

respeitando as diferenças e as capacidades de cada um. Pode possibilitar a conquista da cidadania aos indivíduos, pois proporciona um processo de conscientização de seu contexto sócio-histórico, buscando transformá-lo em um cidadão participativo e crítico. A educação não-formal permeia a aprendizagem por meio da prática social. Gohn (2014, p.103) afirma: “A produção do conhecimento, portanto, não ocorre pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando ser apreendidos, mas o conhecimento é gerado por meio da vivência de certas situações problema.”

Portanto, o conhecimento compartilhado na educação não formal dará frutos que poderão possibilitar aos jovens mudanças nas realidades em que vivem. Os projetos de educação não formal não são a solução para os problemas da comunidade, mas são o primeiro passo em busca da libertação da alienação que os cerca.

### **Projeto Leitura no contexto do Centro da Juventude em Palmas/PR**

A existência da articulação do Instituto Federal do Paraná Campus Palmas com o Centro da Juventude do Município de Palmas permitiu a elaboração deste projeto “Leitura e construção da Cidadania”. O Centro da Juventude tem por finalidade, atender adolescentes entre 10 a 18 anos, principalmente que estejam em situação de vulnerabilidade social, mas pode-se abrir também novas inscrições a sociedade em geral, incluindo pessoas especiais. A sede possui um espaço físico para atendimento diário de 250 adolescentes por período, podendo ofertar oficinas de informática, artesanato, leitura, dança, artes marciais, rádio comunitário, xadrez, atividades esportivas em geral, skate, teatro, natação. O Centro da Juventude mantém uma linha de educação não formal, onde conseguimos através de respeito mútuo, uma organização na qual os adolescentes, tem liberdade para conversar e procurar sanar suas dúvidas, porém com uma equipe reduzida de profissionais para atender a demanda.

O projeto em ação intitulado “Leitura, ferramenta para a construção da cidadania” auxiliará os adolescentes e jovens no desenvolvimento de habilidades, buscando estimular a importância da leitura como caminho de socialização e conhecimento; complementar as atividades de leitura com o Teatro, a Poesia e a Contação de Histórias; valorizar a socialização da leitura e da escrita de textos variados e de qualidade, principalmente a Literatura; resgatar os valores sociais e familiares por meio do Teatro, Poesia e Contação de Histórias; estimular a percepção sensorial, sonora, visual, espacial, motora e afetiva; criar o prazer pela leitura, o interesse pela arte, a sensibilidade na apreciação da poesia; e, Disseminar a prática deste projeto através da produção escrita e socialização oral desta experiência.

De acordo com o Relatório para a UNESCO sobre a Educação no século XXI (DELORS, 2006), a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que acompanharão o indivíduo ao longo de toda a

sua vida, a saber: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Em consonância com a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, LDB 9394/96, em seu artigo 32, explicita que um dos objetivos da Educação Básica é “a formação básica do cidadão”. Os incisos I e III, respectivamente esclarecem que este objetivo será atingido mediante “o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como os meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo” e “o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem tendo em vista a aquisição de conhecimento e habilidades e a formação de atitudes e valores”. Neste sentido segundo Ezequiel T. da Silva (1995, p. 112) “... a leitura é um processo de compreensão do mundo, das gentes e das coisas”.

O processo de ensino-aprendizagem, no Brasil, tem sido alvo de inúmeros estudos, os quais revelam problemas de várias ordens. Porém, em meio a essa discussão, há diversas experiências escolares bem sucedidas no que diz respeito à formação de leitores e escritores no espaço escolar. Essas experiências evidenciam a importância do trabalho da educação formal e não formal com os textos literários. A principal função dos espaços de educação não formal, que é de formar sujeitos sociais, implica garantir uma ação educacional voltada para o desenvolvimento da competência comunicativa, da sua capacidade de interpretar e produzir, para que ele se torne capaz de ler e pronunciar o mundo.

Para tanto, é imprescindível que haja uma ação pedagógica organizada nos espaços de educação não formal, e que se desenvolva segundo uma prática que contemple a utilização de uma metodologia diversificada, ou seja, os materiais de apoio pedagógico devem constituir-se, sobretudo, das diferentes leituras que circulam socialmente.

Pode-se dizer que a leitura é construída no próprio meio em que vivemos, pois todas as expressões, símbolos e objetos são palavras lançadas como códigos de leitura, os quais o leitor terá que decifrar, ou seja, a leitura é a interação do indivíduo com o próprio mundo.

Nesta perspectiva, o papel do educador na formação do leitor é também decisivo no encaminhamento da reflexão sobre as questões fundamentais que devem permear o cotidiano da sala de aula: o que é ler? ler para quê? ler para quem? o que ler? como ler?. É justamente a postura crítica e aberta do educador que possibilitará um trabalho diferenciado e com perspectivas de sucesso. Esse posicionamento reafirma a exigência de trazer ao adolescente e ao jovem os diferentes tipos de textos que circulam socialmente, sejam textos ficcionais ou não ficcionais, uma vez que é pelo confronto com temas e enfoques variados que o aprendiz vai construindo seus pontos de vista sobre as questões vitais com que se defronta. Acreditamos que tal confronto de textos oferece a possibilidade da emergência de um leitor crítico. Os textos ficcionais, por exemplo, possibilitam a constituição do sujeito-cidadão, na medida em que, além de funcionarem também como fonte de informação, estimulam e oferecem ao leitor a possibilidade de uma leitura plural

e mais abrangente, levando-o a interrogar-se sobre si mesmo e sobre o mundo. Ao mesmo tempo, permitem a fruição da dimensão lúdica da linguagem.

O acesso democrático à leitura e à escrita é das conquistas mais poderosas que os povos de todos os países devem almejar. Apropriar-se da arte de escrever e ler é garantia de autonomia e cidadania. Ser leitor, porém, não é resultado de um processo natural. É preciso, além da interferência educacional e cultural, contato permanente com o material escrito, variado, e de qualidade, desde cedo, fruto de uma ação consciente da sua importância e função social. O contato com textos recheados de encantamento faz-nos perceber quão importante e cheio de responsabilidade é toda forma de literatura.

A leitura e a escrita, ainda não são bens culturais plenamente desejados e compreendidos pela sociedade brasileira, de desconhece sua abrangência como instrumentos e de cidadania e como direito individual. A sociedade brasileira, como uma nação que vem discutindo e enfrentando variados e sérios problemas de maneira dinâmica e criadora, deverá ampliar e consolidar suas conquistas, desejar e buscar todos os meios para vir a ser uma sociedade de cidadãos autônomos, críticos e criadores, como leitores e escritores.

Assim sendo o IFPR engaja-se em diversas parcerias para cumprir, ou pelo menos, dar andamento a projetos diversos que englobam a formação de alunos do Ensino Fundamental e Médio, no que se refere aos cursos de Graduação que oferta. Este projeto vem ao encontro das expectativas do IFPR, quando o mesmo deverá promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico, nas potencialidades regionais, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática. Efetivando este projeto pode-se contribuir com esta tarefa, buscando a formação de cidadania e a inclusão dos alunos através do presente projeto que pretende realizar atividades de extensão no Centro da Juventude promovendo a leitura e produção de textos, através do teatro, da poesia e da contação de histórias.

Este projeto objetiva estimular a leitura através da leitura com a contação de histórias, a poesia e o teatro. Por que Contação de Histórias? O impulso de contar histórias deve ter nascido no homem, no momento em que ele sentiu necessidade de comunicar aos outros alguma experiência sua, que poderia ter significação para todos. Não há povo que não se orgulhe de suas histórias, tradições e lendas, pois é a expressão de sua cultura e devem ser preservadas. Concentram-se aqui a íntima relação entre a literatura, oralidade, teatro e poesia. E não há povo que não aprecie contar e/ou ouvir histórias. Por isso a contação de histórias entra no presente projeto, como um grande aliado, pra chamar atenção, motivar para leitura, conseqüentemente, para a produção de textos, partindo da oralidade.

A poesia, sendo também uma história, só que expressada de maneira diferente, vai ser utilizada para despertar o lado estético, o lado belo da leitura e ao mesmo tempo, resgatar as antigas versões de quadrinhas populares, de

trovas e pequenos poemas que os próprios alunos, ou seus pais conhecem e/ou escrevem.

E, finalmente, utilizar-se-á do teatro como a forma mais perfeita de arte que leva a motivar-se pelo livro, pela leitura. Conta-se histórias, diz-se poesias, expressa-se com o corpo e expõe-se a alma, promovendo uma reflexão sobre o homem e seu 'estar' no mundo.

A realidade social de Palmas nos apresenta um ambiente cultural diversificado e com grande potencial. A falta de acesso à educação e a desigualdade social podem ser apontadas como motivo de preocupação de administradores públicos e educadores. Por diversas causas, muitos alunos não concluem o Ensino Fundamental. Contudo, sabe-se que se não tiverem uma formação sólida nas séries iniciais tornam-se vulneráveis e dependentes dos que detêm o conhecimento o que pode ser o entrave para prosseguir seus estudos.

É preocupante a situação de muitos alunos que chegam ao ensino médio ou universidade com enormes deficiências, mesmo em questões básicas de aprendizagem. A falta de leitura, pode ser apontada, como um fator determinante, que interfere no ensino-aprendizagem desses alunos. Há grande necessidade de se trabalhar de uma forma mais sólida e diferenciada os conteúdos básicos da educação, em especial a formação de leitores. Outro fator importante, que também deve ser levado em conta, é a falta de perspectivas para o futuro, considere-se o ensino por vezes desqualificado, praticado atualmente, que acaba formando, muitas vezes, apenas um diplomado no Ensino Fundamental e Médio, porque lhe falta a consciência de cidadania. Também, considere-se que o professor fica sujeito a utopias que dificultam seu trabalho, e que aliada a falta de exigência e responsabilidade criam barreiras intransponíveis.

Por isso acreditamos realmente, que o desestímulo por parte dos alunos e professores é um problema provocado também pela falta de embasamento e real conhecimento da prática de ensinamentos escolares em suas vidas, uma vez que o aluno está inserido no grupo dos dominados e vê os dominantes no mando, acreditando ter apenas direitos e não deveres como cidadão. Essas crianças e professores não vêem a possibilidade de elas mesmas poderem resolver muitos de seus problemas pessoais e a escola não lhes fornece elementos para isso.

Portanto, o Teatro, a Poesia e a Contação de Histórias contribuem para o crescimento emocional, cognitivo e para a identificação pessoal da criança, propiciando a ela percepção de diferentes resoluções de problemas, despertando a criatividade, a autonomia, a criticidade, que são elementos necessários na formação do cidadão para nossa sociedade.

## **Conclusão**



Podemos afirmar que os processos de educação não formal buscam trabalhar o intuito de despertar a cidadania no indivíduo e fazê-lo se enxergar como cidadão, proporcionando um processo de conscientização de seu contexto sócio-histórico, buscando transformá-lo em um cidadão participativo e crítico. Com base nisso, destacamos que o projeto intitulado “Leitura, ferramenta para a construção da cidadania” tem como objetivo contribuir na construção do hábito da leitura, visando estimular a autoestima e valorizar as habilidades e competências resgatando os adolescentes e jovens em situação de risco e incluindo-os nas ações da sociedade, cooperando assim para o exercício da cidadania, ou seja, busca-se estimular a importância da leitura como caminho de socialização e conhecimento.

O ato de ler requer o entendimento das estratégias, funções e requisitos da leitura para uma efetiva orientação ao leitor em suas descobertas perante o texto, pois além de compreender a mensagem, o leitor deve compreender-se também na e pela mensagem, interagindo assim, num todo e no mundo. Por assim conceituarem diversas condições de realização da leitura, ao final do projeto este, em parceria do IFPR-Campus Palmas e Centro da Juventude de Palmas, objetiva estimular a leitura através de ações dinâmicas como a contação de histórias, a poesia, leitura orientada, o teatro e outros processos metodológicos que motivem os jovens ao ato de ler.

Portanto, este projeto que almejamos efetivar, já aprovado pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX/IFPR – 2015 – COPE parecer 149 – Campus Palmas, está prestes a ser iniciado. Acreditamos que o Teatro, a Poesia e a Contação de Histórias contribuem para o crescimento emocional, cognitivo e para a identificação pessoal da criança, propiciando a ela percepção de diferentes resoluções de problemas, despertando a criatividade, a autonomia, a criticidade, que são elementos necessários na formação do cidadão para nossa sociedade.

### Referências

Brasil. **Estatuto da criança e do adolescente**: lei n. 8069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 9.ed. –Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 270 p. Disponível em: <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto\\_crianca\\_adolescente\\_9ed.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf)>. Acesso em: 15 de dez. de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **LDB 9394/96**. Brasília, 1996.

DELORS, Jacques et al. **Educação**: Um tesouro a descobrir. 10 ed. São Paulo : Cortez; Brasília : MEC/UNESCO, 2006.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores associados: Cortez, 1984

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. (Coleção Polêmicas do nosso tempo). São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

GIOVANINNI, Arno. **Professor en acción**. Madrid: Edelsa, 1999, v.3.

Gohn, M. G.; **Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos**. INVESTIGAR EM EDUCAÇÃO. n.1. 2014. p. 35 – p. 50. Disponível em: <[https://ec.europa.eu/epale/sites/epale/files/gohn\\_2014.pdf](https://ec.europa.eu/epale/sites/epale/files/gohn_2014.pdf)>. Acesso em: 02 de fev. de 2016.

KLEIMAN, Angela. Oficina de **Leitura**: teoria e prática.8.ed. Campinas: Pontes, 2001.

SILVA. Ezequiel T. **Leitura na Escola e na Biblioteca**. 5. Ed. São Paulo : Papyrus, 1995.

SILVA, Ezequiel Theodoro da.**O ato de ler**: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 7.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SMITH, Frank. **Leitura significativa**. 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

Souza, P. M. **Educação não formal e seus desafios**. Trabalho de conclusão de pós graduação. Mídia, informação e cultura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://200.144.182.130/celacc/sites/default/files/media/tcc/680-1897-1-PB.pdf>>. Acesso em: 18 de dez. de 2015.

ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da (Orgs.).**Leitura**: perspectivas interdisciplinares. 5.ed. São Paulo: Ática, 2005.

## LETRAMENTO E LUDICIDADE: UMA RELAÇÃO DE RECIPROCIDADE NA ALFABETIZAÇÃO

Debora Aparecida Ferreira (deboraferreira88@bol.com.br)  
Jussara Isabel Stockmanns (jussara.stockmanns@ifpr.edu.br)

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a relação existente entre letramento e ludicidade para o ensino das crianças do ensino fundamental, bem como apresentar e desmitificar o termo letramento dentro do cenário pedagógico e apresentar um panorama da situação no qual se encontra o letramento tema. Para melhor compreendermos a importância do letramento e da ludicidade na Terei como objetivo específico explicitar, a luz da teoria, a importância das atividades lúdicas e do letramento no desenvolvimento infantil prática pedagógica como facilitadora da aprendizagem do aluno no processo de alfabetização um estudo teórico nos autores supracitados. Para a realização desse trabalho me utilizarei de uma metodologia baseada em teóricos que abordam o tema Portanto constatei esse artigo que os professores consideram importante à prática do lúdico em sala de aula, porém, muitos deixam de utilizá-lo por encontrarem dificuldade em conciliar atividades lúdicas e os conteúdos previstos. Assim sendo, esse artigo tem o objetivo de contribuir e estimular os educadores a utilizarem o letramento e o lúdico como um recurso metodológico facilitador do processo de alfabetização o educador que souber utilizar jogos e brincadeiras para auxiliar na construção do conhecimento dos seus educandos terá em suas mãos um recurso metodológico de alta qualidade.

**PALAVRAS CHAVES:** Alfabetização, crianças, ludicidade.

### ABSTRACT

This article aims to analyze the relationship between literacy and playfulness to the teaching of elementary school children, as well as introduce and demystify the term literacy within the educational setting and present an overview of the situation in which we find the literacy theme. To better understand the importance of literacy and playfulness in. I will explain how specific goal, the light of the theory, the importance of play activities and literacy in child pedagogical practice development as a facilitator of student learning in the literacy process in a theoretical study authors mentioned above. To carry out this work will use me to a methodology based on theoretical on the topic so I found this article that teachers consider important to the practice of playfulness in the classroom, but many fail to use it because they find it difficult to reconcile leisure activities and expected content. Therefore, this article aims to help and

encourage educators to use literacy and playful as a methodological resource favors the educator literacy process that know how to use games and activities to help build knowledge of their children will have in their hand a methodological resource of high quality

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem por objetivo principal analisar qual a relação existente entre letramento e ludicidade no ensino fundamental das crianças. Terei como objetivo específico explicitar, a luz da teoria, a importância das atividades lúdicas e do letramento no desenvolvimento infantil prática pedagógica como facilitadora da aprendizagem do aluno no processo de alfabetização um estudo teórico nos autores supracitados. O tema letramento, ainda recente no contexto brasileiro, nem sempre vem sendo compreendido com clareza pelos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, responsáveis por auxiliar as crianças ao longo do caminho da aprendizagem da leitura e da escrita, por isso dividiremos nosso artigo em duas partes, na primeira parte iremos trabalhar os tipos de letramento e na segunda faremos uma exposição acerca da importância de ser trabalhar a ludicidade como auxílio a aprendizagem. Assim com a recente incorporação do termo letramento no campo da educação brasileira associada com a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos gerou uma série de dúvidas entre os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente os que se dedicam ao trabalho com turmas de primeiro ano, as dúvidas que surgiu com mais frequência entre os profissionais da educação é aquela que diz respeito sobre qual seria o conceito e o que estaria sendo proposto pelo termo letramento.

Atualmente, parece que estamos passando por um daqueles momentos de mudança é o que prenuncia o questionamento a qual vêm sendo submetidos os quadros conceituais e as práticas deles decorrentes que prevaleceram na área da alfabetização nessas últimas três décadas. Tanto o letramento quanto a ludicidade não são temas que podem ser trabalhado de forma fácil, pois os mesmos apresentam uma vasta gama de conhecimentos, de habilidades, capacidades e funções, tornando-se difícil de contemplarmos todos esses aspectos em apenas uma definição. Tanto o letramento quanto a ludicidade são os norteiam os educadores durante o processo de ensino e aprendizagem que tem a função de auxiliar os educadores. Além de todas essas implicações encontradas até aqui sobre como deve ser o procedimento para mostrarmos o papel do letramento para o auxílio ao desenvolvimento da aprendizagem.

A tendência, utilizada até aqui é aquela que privilegia a aprendizagem inicial da língua escrita apenas uma de suas várias facetas e, por conseguinte, sendo apenas uma metodologia: assim fazem os métodos hoje considerados

como “tradicionais”, voltam-se predominantemente para a faceta fônica, isto é, para o ensino e a aprendizagem do sistema de escrita. Por outro lado, assim também vem sendo trabalhado o chamado “construtivismo”, que é aquele que se volta predominantemente para as facetas referentes ao letramento, privilegiando o envolvimento da criança com a escrita em suas diferentes funções. No entanto, os conhecimentos que atualmente esclarecem tanto os processos de aprendizagem quanto os objetos da aprendizagem da língua escrita, e as relações entre aqueles e estes, evidenciam que privilegiar uma ou algumas facetas, subestimando ou ignorando outras, se torna um equívoco, um descaminho no ensino e na aprendizagem da língua escrita, mesmo em sua etapa inicial.

#### Letramento Como Apoio Pedagógico Para Alfabetização

Por ser um termo ainda pouco usual ainda dentro do meio da Educação e das Ciências Linguísticas a palavra letramento vem se tornando uma nova perspectiva sobre como se dá a prática social da escrita nos dias atuais. Dessa maneira a cada tempo são criadas novas palavras ou então aquelas palavras que já temos conhecimento acabam ganhando novos significados no momento em que ouvimos a palavra “letramento” a mesma nos causa uma espécie de estranheza já que a mesma ainda é um fato novo para o nosso dia a dia. Mas mesmo a palavra letramento não sendo tão usual ainda, podemos encontrar outras referências como analfabetismo, analfabetismo, analfabeto, alfabetizar, alfabetização, ou mesmo as palavras como letrado e iletrado já são conhecidas. Para Soares (2009, p. 65),

As dificuldades e impossibilidades devem-se ao fato de que o letramento cobre uma vasta gama de conhecimentos, habilidades, capacidades, valores, usos e funções sociais; o conceito de letramento envolve, portanto, sutilezas e complexidades difíceis de serem contempladas em uma única definição.

Assim, cabe a nós reconhecer que a alfabetização é entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita distinguindo-se do letramento que é entendido como o desenvolvimento dos comportamentos e das habilidades do uso competente da leitura e da escrita nas práticas sociais do cotidiano. Assim podemos perceber que o letramento é diferente da alfabetização, já que o termo letramento se refere a processos sociais mais amplos assim o letramento. Veremos a compreensão de TFOUNI:

Focaliza os aspectos sócio históricos da aquisição da escrita tem por objetivo investigar não somente quem é alfabetizado, mas também quem não é alfabetizado, e, nesse sentido, desliga-se de verificar o individual e centraliza-se no social mais amplo” (TFOUNI, 1988, apud MORTATTI, 2004, p. 89).

A diferença existente entre alfabetização e letramento diz respeito que a alfabetização trabalha os processos mais simples da aprendizagem enquanto o letramento é a forma mais complexa dessa mesma aprendizagem priorizando todos os aspectos existentes do cotidiano. Para alguns profissionais da área da educação pensam que o termo letramento é um método didático que veio para

substituir a alfabetização, já outros consideram que a alfabetização e letramento são processos iguais e que estão intimamente relacionados um com o outro. Por isso o importante é relacionar uma proposta onde possam ser trabalhadas o uso social da escrita e da leitura, levando em consideração a necessidade de ampliar a prática docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental para além do ensino e da aprendizagem da tecnológica do ler e do escrever.

Portanto constatamos que o letramento é um instrumento diferente da alfabetização em si, pois o letramento trabalha com todos os ramos do campo da linguística seja no âmbito escolar, ou então no cotidiano. O letramento é o passo a passo da aprendizagem enquanto a alfabetização nada mais é que o processo final da aprendizagem.

### **A importância da ludicidade na alfabetização**

Nesse capítulo temos por objetivo analisar a importância da ludicidade como recurso didático no processo ensino-aprendizagem, tendo em vista a alfabetização das crianças do ensino fundamental. Os jogos representam na alfabetização mais do que uma mera mudança de concepção, pois sua utilização deve ser baseada em uma mudança que visa mudanças de valores dos alunos na sociedade. Os jogos os precisam ser valorizados já que os mesmos fazem parte do cotidiano do mundo todo, já que o mesmo possibilita uma aprendizagem de forma mais significativa na alfabetização, já que o mesmo faz com que as crianças descubram as palavras através de brincadeiras lúdicas. No momento em que a criança ela consegue comparar, analisar, nomear, associar, calcular, etc. Assim os jogos trazem uma nova realidade de aprendizagem para a criança.

Dessa maneira quanto mais jogos os educadores utilizar em sua metodologia, mais rapidamente as crianças assimilaram o conhecimento que o professor (a) está tentando passar, assim segundo KISHIMOTO:

O jogo como promotor de aprendizagem e do desenvolvimento passa a ser considerado nas práticas escolares como importante aliado para o ensino, já que coloca o aluno diante de situações lúdicas como o jogo pode ser uma boa estratégia para aproximá-los dos conteúdos culturais a serem vinculados na escola. (KISHIMOTO, 1994, p.13)

Constamos que em todas as disciplinas escolares é possível desenvolvermos atividades lúdicas que podem auxiliar a criança a transpor a linguagem oral e a escrita. Assim são as atividades lúdicas atuam como o elo norteador entre o cotidiano e a aprendizagem das crianças, o ambiente escolar é um local onde se busque a todo o momento a eficácia do ensino e da aprendizagem através de uma série de jogos e brincadeiras. Partindo de pressupostos básicos. Os jogos trazem o mundo para a realidade da criança, permitindo que a mesma desenvolva sua inteligência, sua sensibilidade, habilidades e criatividade, o que conseqüentemente auxilia a mesma em sua aprendizagem. A presença dos jogos no ambiente escolar ajuda a criança em



desenvolvimento e contribui de forma fundamental para o seu aprendizado. As atividades lúdicas tornam as aulas mais vivas, dinâmicas e atraentes para a criança, possibilitando à criança uma ampliação de conhecimentos e facilitando o seu processo de ensino e aprendizado, já que leva a um aprendizado expressivo, gradativo e eficaz e sem pressa.

Segundo Ferreiro e Teberoski (1999, p. 8) afirmam que “Nenhuma criança entra na escola regular sem nada saber sobre a escrita e que o processo de alfabetização é longo e trabalhoso para todas, não importa a classe social”. Para a autora quando as crianças entram na escolar normal ela não tem nenhum conhecimento acerca do processo da escrita, ela vai desenvolvendo o hábito da escrita com o passar do tempo é nesse ponto que a ludicidade assume seu papel, fornecendo as bases necessárias pela qual a criança começa a adquirir seu aprendizado.

Assim fica claro que a ludicidade é um dos meios de ajudar o educador no momento em que o mesmo está trabalhando a alfabetização com os alunos, as brincadeiras e os jogos em sala de aula ajudam as crianças a se expressarem e a desenvolverem suas capacidades, já que alguns desses alunos encontram dificuldades para aprender e ou para se expressar usada de forma correta a ludicidade é o grande auxílio para o educador desenvolver e motivar seus alunos e terem uma melhor alfabetização. Porém, as atividades lúdicas não se referem somente à modalidade da Educação fundamental, elas permeiam todas as fases da infância e estão presentes em todos os segmentos da vida, muitos estudiosos apontam que quanto maior for a interação da criança com brincadeiras e outras atividades educativas, maior será seu desempenho na aprendizagem. Cabe salientar aqui que para cada fase de aprendizagem a um tipo específico de atividades que devem ser trabalhada, pois nem todas as atividades propostas serão assemelhadas pela criança. O educador também deve levar em consideração a especificidade de cada criança já que algumas tem maior dificuldade em aprender e outras não. Ao professor da classe cabe o desenvolvimento das atividades primordiais de alfabetização, ou seja, escolher aquelas atividades que mais combinam com cada faixa etária.

Portanto a ludicidade é uma ferramenta de grande ajuda para os profissionais da área da educação seja para o ensino fundamental ou para as séries iniciais. Assim sendo a ludicidade desenvolverá na criança a sua criatividade, seu espírito de análise, sua interação com os demais colegas, conseqüentemente a criança se tornara mais participativa e terá maior facilidade em aprender os conteúdos que estão sendo proposto pelo professor.

## **CONCLUSÃO**

Como já foi referido, no desenvolvimento da pesquisa, tanto o letramento como o lúdico pode é considerado como algo que promove o desenvolvimento dos indivíduos estimulando-os de maneira prazerosa e

significativa durante o processo de aprendizagem. A pesquisa demonstrou que uma pessoa letrada é aquela que aprende a ler e a escrever e que passa a fazer uso da leitura e da escrita, a envolver-se em práticas sociais de leitura e ou da escrita, ou seja, que faz uso frequente e competente da leitura e da escrita. Assim notamos a importância da utilização do método do letramento para a promoção e a facilitação do desenvolvimento da alfabetização com os alunos do ensino fundamental, o letramento é o responsável para que os alunos adquiram um maior interesse pela aula. O letramento torna esses mesmos alunos a se tornarem mais participativa fazendo com que os mesmos tenham um maior interesse pelas aulas. Assim aquele aluno (a) que teve acesso ao processo de letramento passa a ter outra condição social e cultural, muda o seu lugar social, seu modo de viver, sua inserção na cultura e conseqüentemente passa a agir de uma forma de pensar diferente das demais. Pessoa letrada é aquela que aprende a ler e a escrever e que passa a fazer uso da leitura e da escrita, a envolver-se em práticas sociais de leitura e de escrita, ou seja, que faz uso frequente e competente da leitura e da escrita.

Assim constatamos que a utilização de atividades lúdicas no ensino das crianças do ensino fundamental se faz uma ferramenta importante para que as mesmas adquiram maior interesse pelo aprendizado. Por fim constatamos que no momento em que os profissionais da educação se utilizam de atividades lúdicas fazem com que suas aulas se tornem mais atraentes e mais divertidas. No que se referem às atividades lúdicas as mesmas desenvolvem nas crianças o gosto pela participação de uma maneira mais interativa dentro da sala de aula, no momento de propor uma brincadeira para os alunos, o professor precisa conhecer os temas de brincadeiras que mais interessam a eles, sabemos que cada tipo de brincadeira ou jogo possui sua especificidade, porém todos eles estimulam a criança a trabalhar com regras. Assim além da educação as atividades lúdicas irão contribuir para que esses mesmos alunos aprendam a conviver com regras que cedo ou tarde a sociedade irá impor a eles (as).

Portanto, concluímos que este artigo teve o papel de contribuir no sentido de auxiliar os professores em sua prática através de alternativas que proporcionem aos alunos uma aprendizagem menos dolorosa, mais prazerosa, dinâmica e significativa, e uma educação de qualidade fazendo com que seus alunos tenham além do gosto pela aprendizagem ainda tenham participação na sociedade. Ou seja, consigam formar opiniões próprias e aprendam a seguir normas e regras. E o letramento atua como sendo o primeiro passo para que esses alunos se tornem alfabetizados e consigam compreender o mundo de uma forma diferente.

## **REFERÊNCIAS**



V Contextos e Conceitos  
Mostra de Produção Científica e Extensão  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas  
18 e 19 de fevereiro de 2016

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre. 1999.

KISHIMOTO, T. M. **Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação**. Petrópolis: RJ:Vozes, 1993.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.

SOARES, Magda **Letramento: um tema em três gêneros**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

## LEVANTAMENTO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS EM BAIROS DO MUNICÍPIO DE PALMAS – PR E IMPORTÂNCIA DA ESTERILIZAÇÃO PARA CONTROLE POPULACIONAL

Ana Paula Cardoso Alves (ana.paula.alves@live.com) <sup>1</sup>

Romário Daniel Jantara (r17jantara@outlook.com) <sup>2</sup>

Adriana Couto Pereira (adriana.rocha@ifpr.edu.br) <sup>3</sup>

<sup>1,2,3</sup> Instituto Federal do Paraná

**Resumo:** A superpopulação de animais domésticos pode acarretar em vários problemas, dentre eles a transmissão de doenças aos seres humanos. No município de Palmas, estado do Paraná, a ONG APPAnimal atua principalmente fornecendo subsídios para a castração de animais de rua e semi-domiciliados. Visando o controle populacional dos animais no município, o objetivo do trabalho é levantar o número de cães e gatos existentes nas residências que necessitam ser esterilizados. Para o levantamento, foi realizada a abordagem dos proprietários de cada residência, e com questionário em mãos, houve uma breve conversa entre o proprietário e o entrevistador. Após o cadastros das residências, essas fichas são encaminhadas à ONG APPAnimal, que entrará em contato com os moradores para encaminhar os animais para os veterinários que esterilizam os animais. Até o momento foi feito levantamento em apenas um bairro do município. Foram entrevistados proprietários de 12 residências, durante o levantamento de dados, observou-se que o número de cães é extremamente superior ao número de gatos. A castração dos animais domésticos de famílias de baixa renda é de suma importância para controle populacional, isso porque quanto menos nascimentos, menor é o índice de maus tratos e abandono por falta de condições de cuidados.

**Palavras-chave:** Esterilização, Animais domésticos, Palmas, Superpopulação.

**Abstract:** The pet overpopulation can lead to several problems, including the transmission of diseases to humans. In the city of Palmas, state of Paraná, The ONG APPAnimal operates primarily by providing subsidies for the casration of homeless and semi-domiciled animals. Aimed at population control of animals in the city, the objective is to set up the number of dogs and cats in homes that need to be sterilized. For the survey, was conducted the approach of the owners of each residence and with the questionnaire in the hand, there was a brief conversation between the owner and the interviewer. After the registers of residences, these were referred to the ONG APPAnimal, which will contact the residents to head the animals for the veterinarian to sterilize the animals. The

survey was done in only one neighborhood in the city. were interviewed 12 households during the research, it was observed that the number of dogs is higher than the number of cats. The castration of domestic animals of low-income families is of paramount importance to population control, this because how much the less births, the lower the rate of abuse and neglect for lack of care conditions.

**Keywords:** Castration, Pets, Palmas, Overpopulation.

## 1 Introdução

De acordo com Nassar & Fluke (1991), a superpopulação de cães e gatos é um problema global que gera sérios transtornos para os habitantes das localidades onde ele não é enfrentado de maneira efetiva. A superpopulação destes animais pode acarretar em sérias doenças que podem ser transmitidas ao ser humano como a raiva, a leishmaniose e a toxoplasmose, sem contar com a proliferação de parasitas, poluição por dejetos, poluição sonora e possíveis acidentes de trânsito (WHO, 1990).

No Brasil, em muitos municípios, os animais abandonados tem um destino trágico, eles são capturados e encaminhados a canis de extermínio. A esterilização dos animais de rua e animais cuja família tutora é de baixa renda é uma boa alternativa para controle populacional, com menos gatas e cadelas concebendo, o número de animais nas ruas tende a diminuir.

No município de Palmas, estado do Paraná, em 2007 foi fundada a ONG APPAnimal, tendo atuação inicial no recebimento de animais abandonados para posterior encaminhamento para adoção e castração. Em 2014 houve uma mudança no corpo diretor da ONG. A nova direção abandonou a proposta de recebimento de animais abandonados, por não ter sede própria nem recursos financeiros suficientes. Nessa nova etapa, a ONG atua principalmente fornecendo subsídios para a castração de animais de rua e semi-domiciliados, bem como desenvolvendo atividades educativas nas escolas e outras entidades dispostas a recebê-la.

Segundo Sampaio, Silva e Salan (2009) a população carente é a que possui o maior número de animais domésticos em suas residências, principalmente cães, que vivem em condições precárias de higiene e limpeza, em locais de baixa sanidade, alimentando-se de restos de lixo, e que não recebem vacinação ou tratamento preventivo. Isso se deve a falta de informações, mas principalmente a baixa renda da população, contribui para o aumento de maus tratos e falta de cuidados para com os animais domésticos.

## 2 Objetivo

Visando o controle populacional dos animais no município de Palmas – PR, principalmente em bairros carentes, o objetivo do trabalho é levantar o

número de cães e gatos existentes nas residências que necessitam passar pelo processo de esterilização.

### **3 Material e Métodos**

Para o levantamento, foi realizada a abordagem dos proprietários de cada residência, e com questionário em mãos, houve uma breve conversa entre o proprietário e o entrevistador. Nesta conversa foi perguntado ao responsável pelo animal alguns dados gerais como nome completo, telefone, endereço, CPF, RG, profissão, renda familiar, número de pessoas que moram em sua casa.

Com relação ao cadastro dos animais, foi perguntado ao proprietário o número de animais que tem na casa, quantos eram cães e quantos eram gatos, gênero dos animais, se eles apresentaram vômito ou diarreia nos últimos 15 dias, se algum deles havia ficado doente nos últimos dias, se algum dos animais possuía algum tipo de problema cardíaco, se os animais haviam tomado vacina e vermífugo no último ano, se algum animal já era esterilizado, se eles eram mansos e se, em caso de futura esterilização, se o ambiente era bom para acondicionar animal em pós-operatório.

Nessa ficha cadastral há uma autorização, que o responsável pelo animal deve assinar, caso concorde com o processo de esterilização dos animais que ele mantém em sua residência. Na autorização estão descritos os riscos que o animal pode correr durante a cirurgia e autoriza o médico veterinário a realizar os procedimentos.

Após o cadastros das residências, essas fichas são encaminhadas à ONG APPAnimail (Associação Palmense de Proteção Animal). A APPAnimail entrará em contato com os moradores para encaminhar os animais para os veterinários que esterilizam os animais.

### **4 Resultados e discussões**

Até o momento foi feito levantamento em apenas um bairro do município. Em um primeiro momento, ao chegar no bairro percebe-se que trata-se de um bairro carente de recursos e infraestrutura, pois as ruas não são asfaltadas e as casas são simples, na grande maioria de madeira e muitas sem cerca a volta do terreno, onde os animais ficam.

É nítido que o nível de escolaridade dos moradores não é elevado, pois alguns não são alfabetizados e outros sabem apenas escrever o seu próprio nome. A maioria dos chefes de família trabalham como autônomos, como catadores de produtos recicláveis ou empregadas domésticas.

Foram entrevistados proprietários de 12 residências, durante o levantamento de dados, observou-se que nenhum dos animais foi vacinado ou tomou vermífugo no último ano, o que pré-dispõe o animal ao risco de adquirir doenças com maior facilidade. Observou-se também que, em média, o número



de cães é superior ao número de gatos em cada residência, somando 26 cães e 16 gatos no total. A tabela 1 demonstrará com maior propriedade estes resultados, dividindo os números de cães e gatos em casa residência.

Casa	Número de moradores	Renda familiar	Número de Cães	Número de Gatos	Total de animais
01	3	780,00	4	7	11
02	6	500,00	1	0	1
03	7	1.200,00	3	0	3
04	3	780,00	5	0	5
05	5	700,00	1	0	1
06	4	140,00	1	0	1
07	5	Não informada	3	1	4
08	4	600,00	3	2	5
09	6	300,00	1	1	2
10	3	780,00	1	0	1
11	3	400,00	1	0	1
12	4	780,00	2	5	7
<b>Média</b>	<b>4,42</b>	<b>632,73</b>	<b>2,17</b>	<b>1,33</b>	<b>3,5</b>

**Tabela 1:** Levantamento de dados das casas do bairro Fortunato no município de Palmas-PR

A tabela 1 demonstra também que, em média, as famílias possuem uma renda menor que R\$700,00 por mês o que indica menos de R\$150,00 *per capita* mensalmente. Esses números nos mostram a importância da esterilização dos animais domésticos de famílias de baixa renda, pois quando os animais não são castrados a procriação é intensa, aumentando assim os cuidados com os filhotes, que muitas vezes por falta de condições financeiras dos tutores, são abandonados à própria sorte nas ruas da cidade.

Outro número que nos chama a atenção é quantidade de animais que estão de posse dessas famílias, em média de 3 a 4 animais por residência. Esse número é grande, considerando as condições das famílias, pois os animais precisam de cuidados veterinários, vacinas e alimentação, cuidados que demandam de condições financeiras que as famílias que residem nesse bairro não possuem.

## 5 Conclusões

A castração dos animais domésticos de famílias de baixa renda é de suma importância para controle populacional, isso porque quanto menos nascimentos, menor é o índice de maus tratos e abandono por falta de condições de cuidados.

### Referências

NASSAR, R., & FLUKE, J. (1991). Pet population dynamics and community planning for animal welfare and animal control. *Journal of American Veterinary Medicine Association*, 198 (7), 1160-1164. Apud BORTOLOTTI, R.; D'AGOSTINO, R. G. **Ações pelo controle reprodutivo e posse responsável de animais domésticos interpretadas à luz do conceito de metacontingência.** Revista Brasileira de Análise do Comportamento / Brazilian Journal of Behavior Analysis, 2007, vol. 3, no. 1, 17-28

SAMPAIO, G.R; SILVA, F.R.C; SALAN, M.O, Controle Populacional de Caninos e Felinos por meio da Esterilização Cirúrgica. **UFLA**, 2009.

WHO. (1990). World Health Organization. *Guidelines for dog population management*. Geneva: WHO/WSPA. Apud BORTOLOTTI, R.; D'AGOSTINO, R. G. **Ações pelo controle reprodutivo e posse responsável de animais domésticos interpretadas à luz do conceito de metacontingência.** Revista Brasileira de Análise do Comportamento / Brazilian Journal of Behavior Analysis, 2007, vol. 3, no. 1, 17-28

## MEDIDAS PREVENTIVAS PARA ÚLCERA POR PRESSÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Franciele Todescatto (francieletodescatto@hotmail.com.br)  
Saimon da Silva Nazário (nazariosaimon2@gmail.com)  
Marcia Domênica Cunico Barancelli (marcia.domenica@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo identificar as medidas preventivas para úlcera por pressão a partir da produção científica da enfermagem brasileira. **Método:** trata-se de uma revisão integrativa realizada em junho de 2015 na base de dados da BIREME a partir dos descritores “Úlcera por Pressão” e “Cuidados de Enfermagem” onde foram selecionados artigos completos, disponível e em português entre os anos de 2011 a 2014 e adequados para a temática em estudo. **Resultados:** Foram analisados 9 artigos para identificar as medidas preventivas para úlcera por pressão. As medidas que mais se destacaram neste estudo foram: mudança de decúbito; uso de colchão piramidal; hidratação da pele; uso de coxins e a utilização da Escala de Braden. **Conclusões:** A equipe de enfermagem identifica e reconhece as medidas preventivas, porém a falta de qualificação/capacitação desses profissionais, a falta de recursos humanos e materiais, além da sobrecarga de trabalho, a complexidade da assistência aos pacientes com doenças crônicas degenerativas e idosos com dependência, acabam por interferir na aplicação destas medidas preventivas. Assim consideramos fundamental a presença de profissionais capacitados para a implementação do cuidado e a educação em saúde na prevenção de úlceras por pressão.

**Palavras-chave:** Úlcera por Pressão, Cuidados, Enfermagem.

**Abstract:** This study aims to identify preventive measures for pressure ulcers from the scientific production of Brazilian nursing. **Method:** This is an integrative review held in June 2015 in database of BIREME from descriptors “Pressure Ulcer” and “Nursing Care” where were selected full papers available in Portuguese and from 2011 to 2014 and suitable to the topic under study. **Results:** 9 articles were analyzed to identify preventive measures to pressure ulcer. The measures mattress; hydration of the skin; use of cushions; Braden Scale utilization. **Conclusions:** the nursing staff identifies and recognizes the importance of these preventive measures, however the lack of qualification/training of these professionals, the lack of human and material resources, in addition to the workload, the complexity of the order.

**Keywords:** Pressure Ulcer, Care, Nursing.

## Introdução

O aparecimento das úlceras por pressão é ainda considerado um problema grave, pois atinge pessoas com doenças crônicas degenerativas e idosos. Conforme American National Pressure Ulcer Panel (NPUAP) e European Pressure Ulcer Advisory Panel (EPUAP), a úlcera por pressão é considerada uma lesão localizada na pele ou tecidos subjacentes, sobre uma proeminência óssea, secundárias a um aumento de pressão externa, ou pressão em combinação com cisalhamento. (National Pressure Ulcer Advisory Panel, 2010)

A úlcera por pressão apresenta um grande impacto social e econômico na saúde pública, além de ser um fator importante de morbidade e mortalidade em indivíduos idosos ou com imobilidade prolongada, tal condição demanda também a presença de uma equipe de enfermagem capacitada não somente para atender ao agravo mas essencialmente para trabalhar a prevenção. (BRANDÃO *et al*, 2013).

Vale ressaltar também, que a presença das úlceras por pressão acaba causando um aumento no sofrimento físico e mental, e conseqüentemente a diminuição da capacidade funcional das atividades diárias destes pacientes. (FAUSTINO *et al*, 2010.)

A sua ocorrência pode gerar desconforto físico, aumento de custos no tratamento, cuidados intensivos, aumento da permanência no hospital, aumento de complicações adicionais, necessidade de correção cirúrgica e aumento na taxa de mortalidade. (CREUTZBERG *et al*, 2011).

A partir do entendimento de que as úlceras por pressão constituem-se por alteração da integralidade da pele decorrentes da compressão de tecidos moles entre uma proeminência óssea e uma superfície dura, estas são classificadas de acordo com sua profundidade, extensão e grau de comprometimento. (ANSELMINI *et al*, 2009).

Também são classificadas em estágios de I a IV de acordo com a avaliação da lesão, considerando suas estruturas, podendo envolver a pele, tecidos subcutâneos, músculos, cartilagem e até mesmo ossos. (ARAÚJO *et al*, 2011). O Ministério da Saúde classifica como estágio I: eritema não branqueável; estágio II: perda parcial da espessura da pele; estágio III: perda total da espessura da pele e estágio IV: perda total da espessura dos tecidos. (BRASIL, 2013).

Para Lise e Silva (2007) esta lesão da pele é caracterizada por fatores internos e externos, que fazem com que ocorra a isquemia seguida de hiperemia, edema e necrose tecidual, evoluindo para morte celular. A idade avançada, estado nutricional deficiente, pressão arteriolar, temperatura corporal, mobilidade reduzida, incontinência urinária e fecal e a obesidade também são fatores que contribuem para as úlceras por pressão.

A úlcera por pressão representa uma ferida crônica, de frequente persistência e difícil cicatrização, com maior provável ocorrência em idosos e pessoas com múltiplos problemas sistêmicos. (COELHO *et al*, 2012).

Rugenski e Kurcgant (2012) considera este um dos fenômenos que excede os cuidados de enfermagem, pois a etiologia é multifatorial. .

Assim o aparecimento das úlceras pode ser evitado se houver uma adequada avaliação por parte de enfermeiros e da equipe de saúde sobre os riscos de surgimento dessas lesões. (ARAÚJO *et al*, 2010).

A enfermagem executa então um papel fundamental na prevenção de úlcera por pressão e suas ações evitam a evolução desses danos ao paciente, afirmando que são relacionadas ao cuidado de enfermagem. (ZAMBONATO *et al*, 2013).

A prevenção para este tipo de complicação é um objetivo desafiador para a enfermagem, pois ela deve identificar os fatores de risco, além de planejar e implementar medidas de prevenção eficazes. (BRANDÃO *et al*, 2013).

O Ministério da Saúde (2013), estabelece três níveis de prevenção: a primária que é a ação tomada para remover causas e fatores de risco antes do desenvolvimento de uma condição clínica; a secundária detecta um problema de saúde em estágio inicial, facilitando o diagnóstico e tratamento e a terciária é a ação para reduzir os prejuízos funcionais de um problema agudo ou crônico.

Assim, este estudo busca identificar estas medidas a nível primário, secundário e terciário visto que mesmo o indivíduo já portador do agravo deve prevenir o surgimento de novas lesões além de tratar as existentes, bem como o indivíduo com pele íntegra deve prevenir o surgimento de lesão inicial.

Dentre as medidas de prevenção desenvolvidas pela enfermagem podemos considerar: a mobilização e o posicionamento adequado do paciente; cuidados com a pele; utilização de hidratantes, indicação e monitoramento das condições nutricionais e ingestão hídrica, entre outros. (ANSELMINI *et al*, 2009).

Para Pereira *et al* (2014) o cuidado com a integridade da pele e tecidos são práticas do enfermeiro o que inclui a prevenção de úlceras, isso demanda de uma avaliação de riscos para este tipo de lesão e conseqüentemente intervenções de enfermagem para prevenir complicações que possam comprometer a qualidade de vida.

A partir destas considerações o presente estudo tem como questão norteadora: qual a produção da enfermagem brasileira nas medidas preventivas em úlceras por pressão?

Buscamos, portanto como objetivo deste estudo identificar as medidas preventivas para úlcera por pressão a partir da produção científica da enfermagem brasileira.

## Desenvolvimento

Na intenção de responder à questão norteadora e alcançar os objetivos propostos neste estudo, foi realizada uma revisão integrativa com base nas publicações da enfermagem brasileira na prevenção úlceras por pressão.

A revisão integrativa proporciona a síntese do conhecimento e assimilação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática. É a mais ampla abordagem metodológica referente a revisões, permitindo a inserção de estudos experimentais e não-experimentais, dados da literatura teórica e empírica. (SOUZA et al, 2010).

Possibilita a síntese do estado do conhecimento de uma deliberada temática, além de apontar falhas do conhecimento que precisam ser preenchidas com a realização de novos estudos. Este método de pesquisa possibilita a síntese de múltiplos estudos publicados e proporciona conclusões gerais a respeito de uma particular área de estudo. (MENDES et al, 2008).

Para a elaboração da revisão integrativa são realizadas seis etapas, sendo que a primeira será a elaboração da questão norteadora, na segunda ocorrerá a busca na literatura, na terceira etapa a coleta dos dados, a quarta a análise crítica dos estudos incluídos, na quinta etapa será realizada a discussão dos resultados e pôr fim a sexta fase será a apresentação da revisão integrativa. (SOUZA et al, 2010).

Foram realizadas buscas de artigos online na Biblioteca Virtual em Saúde (BIREME), utilizando-se dos seguintes Descritores em Ciência da Saúde (DECS): “Úlcera por Pressão” e “Cuidados de Enfermagem”, com o operador booleano and. A busca ocorreu no mês de junho de 2015 e foi utilizada somente a seguinte associação: “Úlcera por Pressão and Cuidados de Enfermagem”.

Utilizamos como critérios de inclusão: artigos completos, publicados em português e disponível, que abordassem a temática deste estudo relacionada as medidas preventivas para úlcera por pressão e publicados no período de 2011 a 2014.

Os critérios de exclusão foram artigos repetidos, teses e dissertações, artigos fora da temática e que sejam de revisão de literatura.

Encontrou-se 3.504 artigos que após utilizados os seguintes filtros da plataforma: disponível, artigos e português, resultou em 95 artigos, após foi aplicado o ano de publicação (2011 a 2014), que ficou em 54 artigos, e após utilizado o assunto principal: cuidados de enfermagem e úlcera por pressão resultou em 51 artigos. Destes 51 artigos, foram lidos os resumos para fazer a seleção, 15 mostravam-se repetidos, 3 de revisão, e 24 fora da temática, resultando apenas em 9 artigos para a análise. Após está seleção observamos que no ano de 2011 não foi encontrado nenhum artigo que abordasse a temática.

Os resultados alcançados neste estudo são retratados em forma descritiva utilizando-se quadros e gráficos, afim de facilitar o entendimento da síntese praticada pelos autores.



O quadro 1 apresenta as informações dos artigos selecionados. São 9 artigos que estão ordenados numericamente, com seus correspondentes títulos, autores, ano de publicação, tipo de estudo e revista.

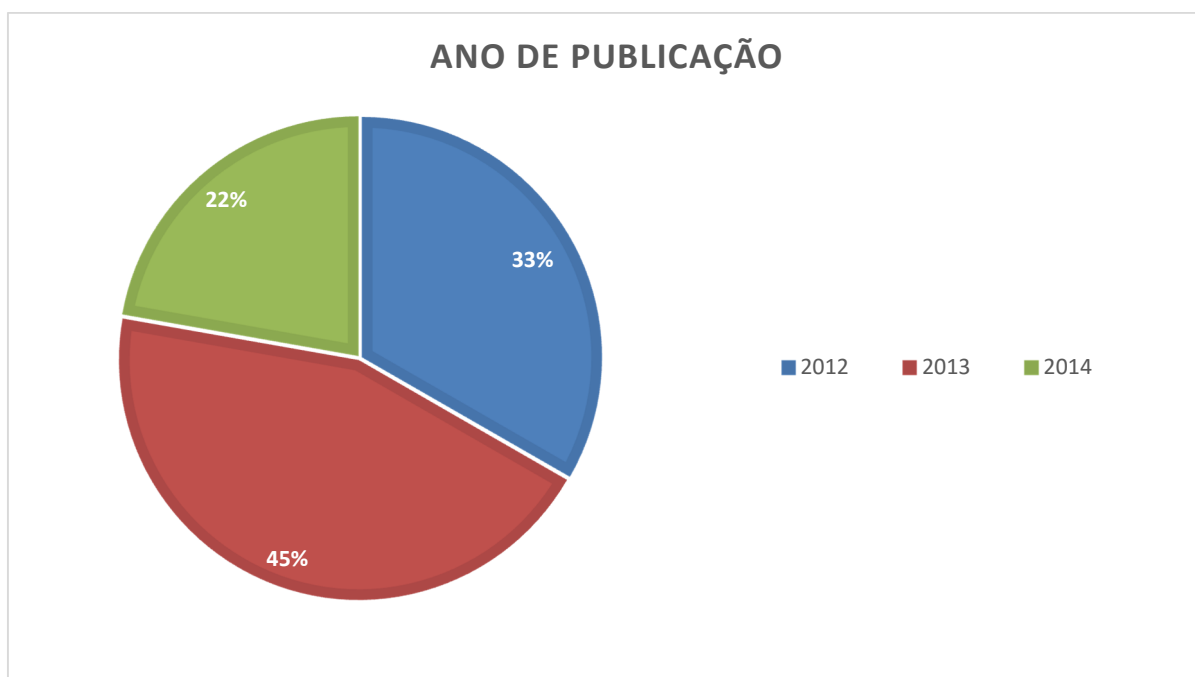
Quadro 1: Artigos selecionados para a análise

Nº	Título	Autores/ano	Tipo de Estudo	Periódico
1	Mapeamento de cuidados de enfermagem com a NIC para pacientes em risco de úlcera por pressão.	PEREIRA, Ana Gabriela Silva <i>et al</i> , 2014.	Estudo de mapeamento cruzado com abordagem quantitativa.	Revista Escola de Enfermagem USP
2	Mulher cardiopata com úlcera por pressão: reflexão fenomenológica sobre um modelo de cuidado clínico de conforto.	SILVA, Aurilene Lima da <i>et al</i> , 2013.	Método fenomenológico, com abordagem qualitativa.	Escola Anna Nery
3	Prevenção de úlceras por pressão no calcanhar com filme transparente de poliuretano.	SOUZA, Thaís Sanglard <i>deet al</i> , 2013.	Ensaio clínico controlado, não-randomizado com abordagem quantitativa.	Acta Paul. Enfermagem
4	Avaliação do risco de úlcera por pressão em UTI e assistência preventiva de enfermagem.	BARBOSA, Taís Pagliuco; BECCARIA, Lúcia Marinilza; POLETTI, Nádia Antônia Aparecida, 2014.	Estudo transversal, prospectivo com abordagem quantitativa	Revista de enfermagem UERJ
5	Conhecimento e prática de acadêmicos de enfermagem sobre cuidados com portadores de feridas.	FERREIRA, Adriano Menis <i>et al</i> , 2013.	Estudo quantitativo com delineamento descritivo-exploratório	Escola Anna Nery Revista de Enfermagem
6	Prevenção e tratamento de úlceras por pressão no cotidiano de enfermeiros intensivistas.	ROLIM, Jaiany Alencar <i>et al</i> , 2013.	Estudo de caráter exploratório com abordagem qualitativa	Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste
7	Incidência de úlcera por pressão como indicador de qualidade na assistência de enfermagem.	VARGAS e SILVA, Mara Rosane <i>et al</i> , 2012.	Estudo quantitativo	Revista de enfermagem da UFSM
8	Ações dos enfermeiros na gerência do cuidado para prevenção de úlceras por pressão em unidade de terapia intensiva.	STEIN, Emanoeli Agnes <i>et al</i> , 2012.	Estudo exploratório-descritivo com abordagem qualitativa	Revista de pesquisa cuidados fundamentais (online)
9	A relação entre a dependência de cuidados, risco e úlcera por pressão.	URBANETTO, Janete de Souza <i>et al</i> , 2012.	Estudo transversal com abordagem quantitativa	Enfermagem em Foco

Fonte: TODESCATTO, F; NAZÁRIO, S. S; BARANCELLI, M. D. C. **Medidas preventivas para úlcera por pressão: uma revisão integrativa.** Palmas, 2015.

A metodologia que mais se identificou nestes artigos foi a quantitativa com 55,55%, com 33,33% a qualitativa e quali-quantitativa com 11,11%.

Gráfico 1- Ano de publicação



Fonte: TODESCATTO, F; NAZÁRIO, S. S; BARANCELLI, M. D. C. **Medidas preventivas para úlcera por pressão: uma revisão integrativa.** Palmas, 2015.

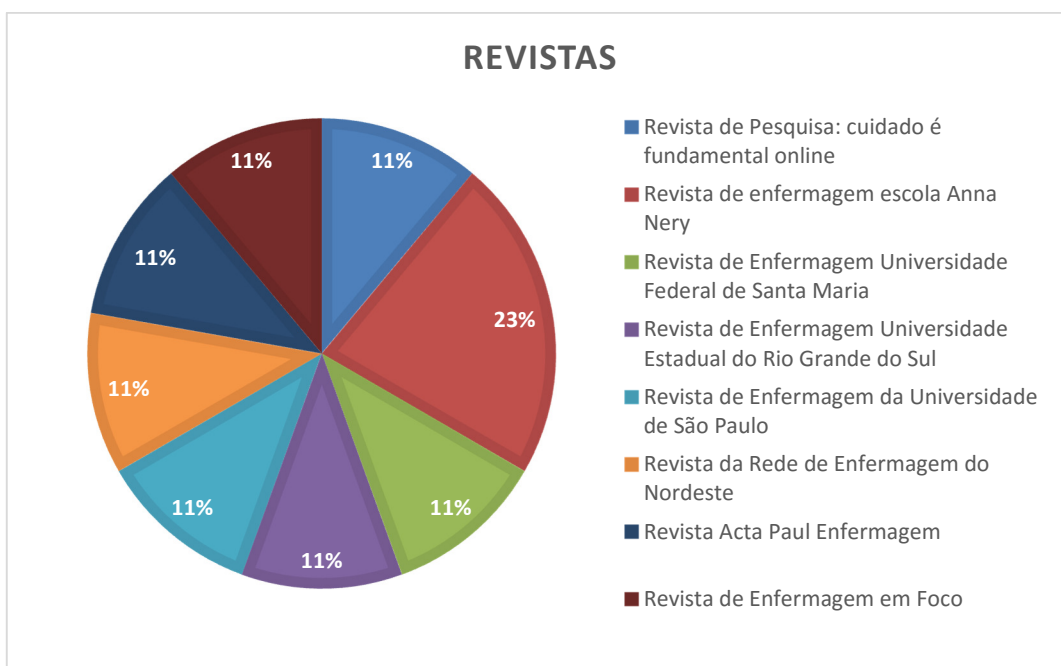
Conforme mostramos no gráfico 1, o ano de 2013 foi o de maior publicação de artigos relacionados a prevenção de úlceras por pressão que obteve um percentual de 45% totalizando em 4 artigos, seguido do ano de 2012 com 3 artigos publicados (33%) e 2014 com 2 artigos (22%).

O gráfico 2 mostra a revista de publicação desses artigos, são 8 revistas diferentes mas podemos observar que todas as revistas são da área de enfermagem, o que nos afirma uma grande preocupação desses profissionais para prevenir as úlceras por pressão.

Podemos observar no gráfico abaixo as revistas utilizadas nesta pesquisa: Revista de Pesquisa: cuidado é fundamental online 1 artigo (11%), seguido da Revista de enfermagem escola Anna Nery 2 artigos (23%), Revista de Enfermagem Universidade Federal de Santa Maria 1 artigo (11%), Revista de Enfermagem Universidade Estadual do Rio Grande do Sul 1 artigo (11%), Revista de Enfermagem da Universidade de São Paulo com 1 artigo (11%), Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste 1 artigo (11%), Revista Acta

Paul Enfermagem 1 artigo (11%), Revista de Enfermagem em Foco 1 artigo (11%).

Gráfico 2: revista de publicação



Fonte: TODESCATTO, F; NAZÁRIO, S. S; BARANCELLI, M. D. C. **Medidas preventivas para úlcera por pressão: uma revisão integrativa.** Palmas, 2015.

Pereira *et al* (2014), artigo1, tiveram como objetivo identificar os cuidados de enfermagem prescritos para pacientes em risco de úlcera por pressão e compará-los com as intervenções de enfermagem propostas pela NIC (Classificação das Intervenções de Enfermagem. As medidas preventivas encontradas neste estudo foram: uso de colchão piramidal, mudança de decúbito, proteger proeminências ósseas (coxins), proteger e hidratar a pele para evitar seu rompimento, inspecionar a pele e observar se não a pontos hiperemiados e inserir protocolos assistências e de escalas de risco para úlceras por pressão junto ao processo de enfermagem.

Silva *et al* (2013), artigo 2, objetivaram neste estudo refletir sobre um modelo de cuidado clínico de enfermagem que possibilite proporcionar conforto as mulheres cardiopatas que, em período de internação hospitalar vivência a ocorrência de úlceras por pressão. Acreditam na capacidade para a enfermagem cuidar de forma fenomenológica, em um modo de cuidar em Serviço de Estomaterapia, afim de estimular a possibilidade de conforto. Este

cuidado não foca apenas na técnica e no cuidado, mas nas necessidades dos pacientes, levando em conta seus desejos, escolhas e possibilidades.

Souza *et al* (2013), artigo 3, tiveram como objetivo avaliar a efetividade do filme transparente de poliuretano na prevenção da úlcera por pressão no calcâneo. Esta pesquisa afirmou a eficiência do filme transparente de poliuretano na prevenção de úlceras por pressão calcâneas, além de ser bem aceito por pacientes e profissionais ele exige apenas um profissional qualificado para a sua implementação. Este estudo sugere novas pesquisas usando esta medida preventiva em outras partes do corpo, especialmente na região sacral. Destacam ainda que a enfermagem necessita de treinamento para a pesquisa clínica.

Barbosa, Beccaria e Poletti (2014), artigo 4, tiveram como objetivo nesta pesquisa identificar os pacientes com risco de desenvolver úlcera por pressão em UTI, por meio da Escala de Braden, e relacionar os escores obtidos com as medidas preventivas realizadas pela equipe de enfermagem. Identificou como cuidados a limpeza da cama e do paciente, uso de colchão piramidal, hidratação da pele, mudança de decúbito, uso de coxins em proeminências ósseas e a utilização da escala de Braden. Apontaram também as limitações dos enfermeiros que foram as de compreender e interpretar os escores da escala de Braden, além da ausência de informação na prescrição de enfermagem.

A Escala de Braden foi publicada em 1987 e validada para o Brasil em 1999, avalia seis categorias diferentes: percepção sensorial; umidade; atividade; mobilidade; nutrição; fricção e cisalhamento. As cinco primeiras subescalas são pontuadas de um a quatro; a sexta subescala, fricção e cisalhamento, é pontuada de um a três. A somatória total está entre os valores de 6 a 23. A contagem de pontos baixa, indica uma baixa habilidade funcional, estando, portanto, o paciente em alto risco para desenvolver UP. Ao fim da avaliação do cliente pelo enfermeiro, chega-se a uma pontuação, que nos diz que: Abaixo de 11= Risco Elevado, 12–14 = Risco Moderado, 15 – 16 = Risco Mínimo. (FREITAS; ALBERTI 2013).

Ferreira *et al* (2013), artigo 5, tinham como objetivo identificar o conhecimento, prática e fontes de informações de graduandos de enfermagem sobre o cuidado de pacientes com feridas. Esta pesquisa constatou que há um déficit de conhecimento referente ao cuidado com feridas pelos acadêmicos de enfermagem, o teste de conhecimento utilizado nesta pesquisa mostrou que a porcentagem para o instrumento usado para avaliar úlcera por pressão (Escala de Braden) teve um acerto de 11,8%, o que mostra o desconhecimento dos acadêmicos em relação a esta escala de prevenção.

Rolim *et al* (2013), artigo 6, tiveram como objetivos identificar as atividades de prevenção e tratamento de úlcera por pressão planejadas e/ou implementadas pelos enfermeiros para pacientes críticos na UTI; investigar a importância atribuída por esses profissionais às intervenções planejadas e/ou implementadas; e identificar as dificuldades que eles encontram para executar as suas ações na prevenção e no tratamento da úlcera por pressão. Foram

citadas como medidas de prevenção pelos enfermeiros deste hospital: mudança de decúbito; uso de colchão piramidal; superfícies de suporte avaliadas quanto ao corpo encontrada sobre ela; realização de massagens. Demonstraram, neste estudo que os profissionais enfermeiros necessitam de uma qualificação para avaliar o risco de os pacientes desenvolverem este problema e para ao planejamento de ações preventivas.

Vargas e Silva *et al* (2012), artigo 7, tinham como objetivo analisar a incidência de úlcera por pressão como indicador de qualidade assistencial em um hospital de Porto Alegre. Verificaram que vários são os fatores de risco para o desenvolvimento de úlcera por pressão e que a enfermagem tem diversos cuidados para preveni-las. Destacaram-se neste estudo o uso de colchão piramidal e mudança de decúbito.

Stein *et al* (2012), artigo 8, tiveram como objetivo identificar as estratégias de prevenção de úlcera por pressão utilizadas pelos enfermeiros na gerência do cuidado em uma UTI. As enfermeiras mostraram o conhecimento necessário para prevenir úlcera por pressão e a dificuldades em trabalhar com um número reduzido de pessoal de enfermagem. Foi citado pelas enfermeiras como prevenção: mudança de decúbito, exame físico diário da pele, uso de colchão piramidal e coxins, administração de hidratantes corporais e suporte nutricional.

Urbanetto *et al* (2012), artigo 9, tinham como objetivo neste estudo analisar a associação entre os escores de cuidados do Sistema de Classificação de Pacientes (SCP) com as classificações de risco de Braden e a ocorrência de úlcera por pressão em pacientes adultos internados. Constatou que as duas escalas estão associadas entre si e que a utilização desses instrumentos é importante para o planejamento em saúde, e que esta seja sistematizada e periódica, pois permite avaliar os riscos para o desenvolvimentos de úlceras por pressão em pacientes internados.

Após a leitura e análise dos artigos identificamos que dos nove artigos oito (88,8%) foram realizados em hospitais e apenas um teve como amostra estudada diferente acadêmicos do 9º período de enfermagem. O que chamou a atenção foi que nenhum artigo realizado em Unidade Básica de Saúde e Estratégia de Saúde da Família apareceram para análise deste estudo, sendo que na maioria dos casos, estas são a porta de entrada desses pacientes.

No quadro abaixo levantamos as principais medidas preventivas encontradas nos artigos em estudo:

Quadro 2: análise

Medidas preventivas	Artigo
Mudança de decúbito	1; 4; 6; 7;8.
Uso de colchão piramidal	1; 4;6; 7; 8.
Hidratação da pele	1;4; 8.

Uso de coxins	1; 4;8.
Utilização da Escala de Braden	4;5;9.

Fonte: TODESCATTO, F; NAZÁRIO, S. S; BARANCELLI, M. D. C. **Medidas preventivas para úlcera por pressão: uma revisão integrativa.** Palmas, 2015.

Podemos observar após a análise dos artigos e da tabela (segue numeração de referência do quadro 1 no quadro 2 para cada artigo/autor) acima que as medidas preventivas para úlceras por pressão que mais se destacaram foram: mudança de decúbito; uso de colchão piramidal; hidratação da pele; uso de coxins; utilização da Escala de Braden.

Nos artigos 1, 4, 6, 7 e 8 os autores mostraram que a mudança de decúbito deve ser feita para reduzir a pressão sobre proeminências ósseas, ter horários programados para indivíduos acamados e sua frequência se dá as condições dos pacientes, deve também ser considerado para todos os indivíduos em situações de risco, está medida preventiva possibilita que não ocorra a interrupção da circulação, que associada a pressão externa sobre as proeminências ósseas podem trazer danos teciduais aos pacientes com imobilidade prolongada.

Stein *et al* (2012), artigo 8, relata que os colchões piramidais e coxins são instrumentos que ajudam na proteção das proeminências ósseas e consequentemente previnem as úlceras por pressão. (STEIN *et al*, 2012).

Nos artigos 4, 5 e 9 mostra que Escala de Braden foi desenvolvida para avaliar o risco de pacientes acamados em desenvolver úlceras por pressão, seu uso correto ajuda na prevenção. Ainda no artigo 4, os autores relatam que os enfermeiros necessitam de treinamento inicial e periódico para que tenham clara entendimento do significado das descrições das subescalas.

Hidratar a pele é essencial em acamados, afirmam os autores dos artigos 1,4 e 8, pois a pele passa por modificações, se torna mais seca, ocorrendo ainda a diminuição da vascularidade, auxiliando na proteção de proeminências ósseas, ajudando a prevenir as úlceras por pressão.

Artigo 6, os autores destacam que os enfermeiros necessitam conhecer a fisiopatologia das úlceras por pressão, saber as condutas a serem adotadas no tratamento e prevenção. Ressalta ainda que a falta de recursos humanos e matérias desmotiva os profissionais.

Vale ressaltar que no artigo 2 os autores não trazem nenhuma medida preventiva exposta no quadro 2, trazem um modelo de cuidar de enfermagem autêntico, onde levam em consideração os desejos, escolhas e possibilidades de existir, e que consequentemente traga bem-estar a estes pacientes, e não só um cuidado técnico.

Ressaltamos também que no artigo 3 não aparece medidas preventivas presentes no quadro 2, os autores trazem o uso de filme transparente de poliuretano em calcanhar como prevenção para UP,



descrevem ser um curativo secundário e que seu uso é eficaz para a prevenção de UP em calcanhar, afirmam que os profissionais enfermeiros só precisam de qualificação para aplicar este método.

Observamos através da análise dos artigos a lacuna de estudos na saúde pública, dos 9 artigos utilizados neste estudo 8 foram realizados em hospitais e um em uma universidade. Constatamos a falta de estudos realizados em saúde pública sendo que as ações de prevenção são prioritárias nesses serviços.

### **Considerações finais**

A partir da realização deste estudo, alcançamos nosso objetivo de identificar as medidas preventivas para úlceras por pressão utilizadas por enfermeiros, evidenciando dentre as mais utilizadas, a mudança de decúbito, o uso de colchão piramidal, a hidratação da pele, o uso de coxins e a utilização da Escala de Braden.

Segundo o ministério da saúde (2013), é considerado como medidas preventivas para úlcera por pressão: avaliar úlcera por pressão na admissão de todos os pacientes (Escala de Braden); reavaliar diariamente o risco de desenvolvimento de UPP de todos os pacientes; inspecionar a pele diariamente (examinar a pele); manter a pele limpa, seca e hidratada; otimizar a hidratação e nutrição; minimizar a pressão; usar medidas preventivas conforme classificação de risco e elaborar estratégias de monitoramento.

A mudança de decúbito, o uso de colchão piramidal, a hidratação da pele e o uso de coxins, além de serem medidas preventivas para as úlceras por pressão trazem conforto a esses pacientes debilitados.

Destacamos a Escala de Braden como uso indispensável em pacientes acamados, é um instrumento que facilita a identificação do risco de ocorrência das úlceras por pressão e deve ser relacionada como uma medida preventiva além subsidiar a prescrição de enfermagem. É um instrumento relevante ao planejamento em saúde, porém há uma limitação dos profissionais em relação a utilização deste instrumento, porque cada profissional interpreta os itens e pontuam os escores conforme seus conhecimentos.

É necessário que esses profissionais busquem a atualização continuada, afim de aperfeiçoarem a assistência frente a prevenção desta problemática, efetivando a diminuição dessas lesões e melhorando a qualidade da oferta desses serviços.

As úlceras por pressão são associadas a diversos fatores de risco e são vários os cuidados presentes na assistência de enfermagem na prevenção dessas feridas. Os enfermeiros reconhecem a importância dessas medidas preventivas, porém a falta de qualificação/capacitação desses profissionais, a falta de recursos humanos e materiais, além da sobrecarga de trabalho, a complexidade da assistência aos pacientes com doenças crônicas degenerativas e idosos com dependência, acabam por interferir na aplicação destas medidas preventivas. Assim consideramos fundamental a presença de

profissionais capacitados para a implementação do cuidado e a educação em saúde na prevenção de úlceras por pressão.

A partir deste estudo foi possível identificar as medidas de prevenção e perceber a necessidade de avanço de capacitações da equipe e principalmente do enfermeiro na sua atuação profissional, buscando a implantação efetiva destes cuidados.

## REFERÊNCIAS

ANSELMINI, M. L., *et al.* **Incidência de úlcera por pressão e ações de enfermagem.** Acta Paul Enfermagem, v. 22, n. 3, p. 257-64, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v22n3/a04v22n3.pdf>> Acesso em: 10 de ago. 2015.

ARAÚJO, C. R. D. D., *et al.* **A enfermagem e a utilização da escala de Braden em úlcera por pressão.** Revista de enfermagem UERJ, v. 18, n. 3, p. 359-364, 2010. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v18n3/v18n3a04.pdf>> Acesso em: 10 de ago. 2015.

ARAÚJO, T. M., *et al.* **Diagnóstico de enfermagem para pacientes em risco de desenvolver úlcera por pressão.** Revista Brasileira de Enfermagem, v. 64, n. 4, p. 671-676, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v64n4/a07v64n4.pdf>> Acesso em: 10 de ago. 2015.

BARBOSA, T. P.; BECCARIA, L. M.; POLETTI, N. A. A. **Avaliação do risco de úlcera por pressão em UTI e assistência preventiva de enfermagem.** Revista de enfermagem UERJ, v. 22, n. 3, p. 353-358, 2014. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v22n3/v22n3a10.pdf>> Acesso em: 27 de jun. 2015.

BRANDÃO, E. S.; MANDELBAUM, M. H. S.; SANTOS, I. **Um desafio no cuidado em enfermagem: prevenir úlcera por pressão no cliente.** Revista de Pesquisa: cuidado é fundamental online, v. 5, n. 1, p. 3221-3228, 2013. Disponível em: <[http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/1956/pdf\\_677](http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/1956/pdf_677)> Acesso em: 10 de ago. 2015.

COELHO, A. D. A., *et al.* **O idoso e a úlcera por pressão em serviço de atendimento domiciliar.** Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste, v. 13, n. 3, p. 639-649, 2012. Disponível em: <<http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/731/pdf>> Acesso em: 10 de ago. 2015.

CREMASCO, M. F., *et al.* **Úlcera por pressão: risco e gravidade do paciente e carga de trabalho de enfermagem.** Acta Paul Enfermagem, v. 22, n. 1, p.

897-902, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v22nspe/11.pdf>>  
Acesso em: 10 de ago. 2015.

CREUTZBERG, M., *et al.* **Fatores de risco para úlcera de pressão em idosos de Unidade de Terapia Intensiva.** *Enfermagem em Foco*, v. 2, n. 2, p. 133-136, 2011. Disponível em:  
<<http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/112>>  
Acesso em: 10 de ago. 2015.

FAUSTINO, A. M., *et al.* **O conhecimento de enfermeiros acerca dos novos descritores de classificação para úlcera por pressão: estudo descritivo.** *Online Brazilian Journal of Nursing*, v. 9, n. 1, 2010. Disponível em:  
<<http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/rt/printFriendly/2800/629>>  
Acesso em: 10 de ago. 2015.

FERREIRA, A. M.; **Conhecimento e prática de acadêmicos de enfermagem sobre cuidados com portadores de feridas.** *Revista de Enfermagem Escola Anna Nery*, v. 17, n. 2, p. 211-219, 2013. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ean/v17n2/v17n2a02.pdf>> Acesso em: 27 de jun. 2015.

Freitas, J. D. P. C.; Alberti, L. R. **Aplicação da Escala de Braden em domicílio: incidência e fatores associados a úlcera por pressão.** *Acta Paulista de Enferm [Internet]*, v. 26, n. 6, p. 515-21, 2013. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ape/v26n6/02.pdf>> Acesso em: 17 de out. 2015.

LISE, F; SILVA, L. C. **Prevenção de úlcera por pressão: instrumentalizando a enfermagem e orientando o familiar cuidador.** *Acta Sci. Health Sci*, v. 29, n. 2, p. 85-89, 2007. Disponível em:  
<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHealthSci/article/view/1072>>  
Acesso em: 10 de ago. 2015.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C.; GALVÃO, C. M. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências da saúde e na enfermagem.** *Texto Contexto Enfermagem*, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>> Acesso em: 15 de jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo para prevenção de úlcera por pressão.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos Atenção primária.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

National Pressure Ulcer Advisory Panel (NPUAP). NPUAP Announces the Release of the NPUAP-EPUAP Guidelines for Pressure Ulcer Prevention and Treatment. <http://www.npuap.org/Guidelines%20Flyer.pdf>. Available on April 19th 2015.

PEREIRA, A. G. S.; *et al.* **Mapeamento de cuidados de enfermagem com NIC para pacientes em risco de úlcera por pressão.** Revista Escola de Enfermagem USP, v. 48, n. 3, p. 454-461, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48n3/pt\\_0080-6234-reeusp-48-03-454.pdf](http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48n3/pt_0080-6234-reeusp-48-03-454.pdf)> Acesso em: 27 de jun. 2015.

ROGENSKI, N. M. B., KURCGANT, P. **Incidência de úlceras por pressão após a implementação de um protocolo de prevenção.** Revista Latina Americana de Enfermagem, v. 20, n. 2, p. 1-7, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/rlae/v20n2/pt\\_16](http://www.scielo.br/pdf/rlae/v20n2/pt_16)> Acesso em: 10 de ago. 2015.

ROLIM, J. A.; *et al.* **Prevenção e tratamento de úlceras por pressão no cotidiano de enfermeiros intensivistas.** Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste, v. 14, n. 1, p. 148-157, 2013. Disponível em: <<http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/336>> Acesso em: 27 de jun. 2015.

SILVA, A. L.; *et al.* **Mulher cardiopata com úlcera por pressão: reflexão fenomenológica sobre um modelo de cuidado clínico de conforto.** Revista de Enfermagem Escola Anna Nery, v. 17, n. 1, p. 168-172, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v17n1/23.pdf>> Acesso em: 27 de jun. 2015.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. **Revisão integrativa: o que é e como fazer.** Revista Einstein, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <[http://astresmetodologias.com/material/O\\_que\\_e\\_RIL.pdf](http://astresmetodologias.com/material/O_que_e_RIL.pdf)> Acesso em: 15 de jun. 2015.

SOUZA, T. S.; *et al.* **Prevenção de úlcera por pressão no calcanhar com filme transparente de poliuretano.** Revista Acta Paul de Enfermagem, v. 26, n. 4, p. 345-352, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v26n4/v26n4a08.pdf>> Acesso em: 27 de jun. 2015.

STEIN, E. G.; *et al.* **Ações dos enfermeiros na gerência do cuidado para prevenção de úlceras por pressão em unidade de terapia intensiva.** Revista de pesquisa: cuidado é fundamental online, v. 4, n. 3, p. 2605-2612, 2012. Disponível em: <[http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/1606/pdf\\_599](http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/1606/pdf_599)> Acesso em: 27 de jun. 2015.



V Contextos e Conceitos  
Mostra de Produção Científica e Extensão  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas  
18 e 19 de fevereiro de 2016

URBANETTO, J. S.; *et al.* **A relação entre a dependência de cuidados, risco e úlcera por pressão.** Revista Enfermagem em Foco, v. 3, n. 4, p. 198-201, 2012. Disponível em:  
<<http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/384>>  
Acesso em: 27 de jun. 2015.

VARGAS e SILVA, M. R.; DICK, N. R. M.; MARTINI, A. C.; **Incidência de úlcera por pressão como indicador de qualidade na assistência de enfermagem.** Revista de Enfermagem UFSM, v. 2, n. 2, p. 339-346, 2012. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reufsm/article/view/5238/3758>> Acesso em: 27 de jun. 2015.

ZAMBONATO, B. P., ASSIS, M. C. S. D., BEGHETTO, M. G., **Associação das sub-escalas de Braden como risco do desenvolvimento de úlcera por pressão.** Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 34, n. 1, p. 21-8, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v34n2/v34n2a03.pdf>> Acesso em: 10 de ago. 2015.



V Contextos e Conceitos  
Mostra de Produção Científica e Extensão  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas  
18 e 19 de fevereiro de 2016



V Contextos e Conceitos  
Mostra de Produção Científica e Extensão  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

## OS EFEITOS DA INFLAÇÃO ALTA SOBRE O MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO

Autor: Gilmar da Silva Prado (e-mail: (gilnardoprado@hotmail.com) <sup>1</sup>

Autor: Adriano de Souza Pinto (e-mail: (adrpinto@hotmail.com) <sup>2</sup>

Orientador: Augusto Faber Flores (e-mail: (augusto.flores@ifpr.edu.br) <sup>3</sup>

<sup>1, 2</sup> Estudantes do Curso de Ciências Contábeis – IFPR Campus Palmas

<sup>3</sup> Professor do Curso de Ciências Contábeis – IFPR Campus Palmas

**Resumo:** Este trabalho evidencia como a inflação em níveis altos prejudica o desenvolvimento do Mercado de Capitais e também o crescimento da economia de um País. No Brasil o Mercado de Capitais vem sendo penalizado com a inflação em patamares elevados, com taxas acima da meta, que no Brasil é de 4,5% ao ano. Portanto neste trabalho é apresentado o que é o Mercado de Capitais e como é medida a inflação no Brasil. Foi elaborado um gráfico com as taxas de inflação dos últimos anos, e também tabelas que mostram o percentual de ativos negociados nos últimos anos na Bm&fBovespa comparada com as taxas de inflação dos últimos 15 anos, e os valores de saque da poupança com relação as taxas de inflação desde 2005 até 2015.

**Palavras-chave:** IPCA, CVM, Investimentos, Ações, Economia.

**Abstract:** This work shows how inflation at high levels affect the development of the capital market and also the growth of a country's economy. In Brazil Capital Markets has been penalized with inflation at high levels, with above target rates, which in Brazil is 4.5% per year. So this work is presented which is the Capital Markets and how far inflation in Brazil. It has produced a chart with inflation rates of recent years and also tables showing the percentage of assets traded in recent years in BM & FBOVESPA compared to the inflation rates of the past 15 years, and the savings withdrawal values regarding rates inflation from 2005 to 2015.

**Keywords:** IPCA, CVM, Investment, Stocks, Economy.

### 1 Introdução

Com o processo de globalização, o mercado acionário adquire crescente importância no cenário financeiro, com essa tendência, os países em



desenvolvimento procuram abrir suas economias para poder receber investimentos tanto de investidores do próprio país ou como de outros países.

O Mercado de Capitais é um importante elo de ligação entre aqueles que possuem capacidade de investimentos ou de poupança, e aqueles que necessitam captar recursos ou investimentos, como empresas para financiar seus projetos e obter um capital de giro com custos mais baixos.

Assim, quanto mais desenvolvida e controlada a economia de um país, mais ativo será o seu mercado de capitais. E por ser um canal fundamental na captação de recursos que permitem o desenvolvimento das empresas, gerando novos empregos e contribuindo para o progresso de um país, o mercado de capitais também se torna uma importante opção de investimento para pessoas físicas e jurídicas.

A taxa de inflação é um aumento do nível de preços, ou seja, é a média do aumento dos preços de um conjunto de bens e serviços em um período determinado.

A inflação alta é prejudicial para a economia de um país. Quando alta ou fora de controle, pode gerar diversos problemas e distorções econômicas. Taxas de inflação altas são aquelas que ficam acima de 6,5% ao ano.

Diante deste contexto elaborou-se a questão problema da pesquisa, sendo como: Quais os efeitos da inflação alta no Mercado de Capitais Brasileiro?

Com a intenção de responder a questão problema o objetivo geral do presente artigo é evidenciar o qual importante é o mercado de capitais para economia e desenvolvimento de um país.

## **2 Referencial Teórico**

Neste item seguem as teorias, que serviram como base para este estudo.

### **2.1 Mercado de Capitais**

Segundo Assaf Neto (2011, p.74), o mercado de capitais “é o grande muniador de recursos permanentes para a economia, em virtude da ligação que efetua entre os que têm capacidade de poupança, e aqueles carentes de recursos de longo prazo, ou seja, que apresentam, déficit de investimento”.

Para Lagioia (2011, p.77), nesse mercado ocorre a transferência de recursos financeiros entre os agentes tomadores (basicamente as companhias abertas) e os agentes investidores (os aplicadores).

Pinheiro (2009, p.174), comenta que “o mercado de capitais pode ser definido como um conjunto de instituições e de instrumentos que negociam com títulos e valores mobiliários, objetivando a canalização dos recursos dos agentes compradores para os agentes vendedores”.

Ou seja, o mercado de capitais representa um sistema de distribuição de valores mobiliários que tem o propósito de viabilizar a capitalização das empresas e dar liquidez aos títulos emitidos por elas.

Portanto o mercado de capitais tem um papel dos mais relevantes para o processo de desenvolvimento econômico de um país, pois à medida que cresce o nível de poupança, maior será a disponibilidade para investir. A poupança individual e a poupança das empresas (lucros) constituem a fonte principal do financiamento dos investimentos de um país. Esses investimentos são o motor do crescimento econômico, que, por sua vez, gera aumento de renda com consequente aumento da poupança e do investimento.

Conforme Lagioia (2011, p.77), a transferência de recursos entre os tomadores e os investidores ocorre normalmente por meio de intermediários financeiros (bolsa de valores, bancos de investimentos e sociedades corretoras). No mercado de capitais são negociados diversos tipos de ativos, como ações, debêntures e cotas de fundos, entre outros.

O mercado de capitais compreende tanto o mercado de bolsa, organizado por uma ou mais instituições e regulamentado por organismos governamentais, no Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e também o mercado de balcão. O mercado de balcão organizado, quando existe fiscalização governamental e não organizado nos demais casos.

Segue abaixo a definição de alguns ativos negociados no mercado de capitais:

### 2.1.1 Ações

Assaf Neto (2011, p.74), diz que, as ações constituem a menor parcela (fração) do capital social de uma sociedade anônima. São valores caracteristicamente negociáveis e distribuídos aos subscritores (acionistas) de acordo com a participação monetária efetivada.

As ações são títulos de renda variável, emitidos por sociedades anônimas, que representam a menor fração do capital da empresa emissora. Podem ser escriturais ou representadas por cautelas ou certificados. O investidor de ações é um coproprietário da sociedade anônima da qual é acionista, participando dos seus resultados.

As ações são conversíveis em dinheiro, a qualquer tempo, pela negociação em bolsa ou no mercado de balcão.

Para Pinheiro (2009, p.198), as ações são títulos de propriedade de uma parte do capital social da empresa que as emitiu. Quem tem ações, portanto, pode-se considerar sócio da empresa emissora. Como já mencionado as ações são títulos de renda variável, portanto os riscos deste investimento são altos.

As ações podem ser do tipo, Ação Ordinária e a Ação Preferencial.

Ação ordinária garante o direito de voto nas assembleias para eleger diretores, aprovar demonstrações financeiras, modificar estatutos sociais, etc.

Já a ação preferencial, oferece preferência no recebimento de resultados ou no reembolso do capital em caso de liquidação da companhia.

### 2.1.2 Debêntures

Conforme Lagioia (2011, p.135), debênture é um título emitido por sociedades anônimas não financeiras de capital aberto, para obter recursos de médio e longo prazos, destinados normalmente a financiamento de projetos de investimento ou alongamento do perfil do passivo.

Em resumo, seus recursos são destinados principalmente, para capital fixo das empresas e são remunerados em juros, participações nos lucros, etc. As debêntures estão entre os mais antigos tipos de investimento no Brasil.

Ainda Assaf Neto (2011, p.77), diz que, a debênture “constitui-se, em essência, num instrumento no qual o tomador de recursos (emitente do título) promete pagar ao aplicador (debenturista) o capital investido, acrescido de juros, em determinada data previamente acertada”.

As debêntures da mesma maneira que as ações, as operações também são normatizadas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

### 2.1.3 Certificado de depósito bancário (CDB)

O CDB (certificado de depósito bancário) é um título que os bancos emitem para se capitalizar, ou seja, conseguir dinheiro para financiar suas atividades de crédito. Portanto, ao adquirir um CDB, o investidor está efetuando uma espécie de empréstimo para a instituição bancária em troca de uma rentabilidade diária. O tipo mais comum de CDB, é o pós-fixado, neste caso, a rentabilidade do investimento é baseada em alguma taxa de referência. A principal delas é o CDI (certificado de depósito interbancário), que está sempre muito próxima da Selic (taxa básica de juros).

### 2.1.4 Caderneta de poupança

Conforme Assaf Neto (2011, p.81), a caderneta de poupança é considerada a modalidade de investimento mais tradicional do Brasil, classificada como conservadora por oferecer baixo risco e, também, menor retorno, principalmente se comparada com outros tipos de aplicações financeiras.

De acordo com a legislação atual, art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, com a redação dada pela Medida Provisória nº 567, de 3 de maio de 2012, e art. 7º da Lei nº 8.660, de 28 de maio de 1993, a remuneração dos depósitos de poupança é composta de duas parcelas:

- I – a remuneração básica, dada pela Taxa Referencial – TR, e
- II – a remuneração adicional, correspondente a:

a) 0,5% ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano for superior a 8,5%; ou

b) 70% da meta da taxa Selic ao ano, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, enquanto a meta da taxa Selic ao ano for igual ou inferior a 8,5%.

No mercado de capitais também podem ser negociados os direitos e recibos de subscrição de valores mobiliários, certificados de depósitos de ações e outros derivativos autorizados à negociação (contratos futuros, opções, etc).

## 2.2 Mercado de Capitais Brasileiro

### 2.2.1 Evolução

Pinheiro (2009, p.182), cita que:

Antes da década de 60, o mercado de capitais possuía pouca expressão no contexto brasileiro. Os investimentos eram direcionados para ativos reais (imóveis), evitando os ativos financeiros como os títulos públicos e privados. Cabe destacar que a Lei da Usura, que limitava em 12% a taxa máxima de juros anual, bem como a aceleração do processo inflacionário, que alcançou o patamar de 100% ao ano, no primeiro trimestre de 1964, inviabilizavam as operações com títulos de prazo superior a quatro meses.

Ainda Pinheiro (2009, p. 183) comenta, “em uma tentativa de recuperação do mercado acionário, foram introduzidas, em 1976, a Lei das Sociedades Anônimas e a segunda Lei do Mercado de Capitais, que criou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM)”.

Pinheiro (2009, p.183), destaca, “na década de 90, com o plano Collor, foi acelerado o movimento de abertura da economia brasileira e, conseqüentemente, aumentou a participação de investidores estrangeiros no mercado acionário brasileiro”.

### 2.3 Inflação Brasileira

A taxa de inflação é um aumento do nível de preços, ou seja, é a média do aumento dos preços de um conjunto de bens e serviços em um período determinado.

Assim Assaf Neto (2011, p.30), comenta que “a inflação é um fenômeno econômico e pode ser interpretada como uma variação (aumento) contínua nos preços gerais da economia durante certo período de tempo”.

Ainda Assaf Neto (2011, p.30), diz que “esse processo inflacionário ocasiona também contínua perda de capacidade de compra da moeda, reduzindo o poder aquisitivo dos agentes econômicos”.

Portanto com a inflação alta, a moeda perde seu valor com o passar do tempo e os consumidores que não tem reajuste constantes, não conseguirão comprar os mesmos produtos com os mesmos valores anteriores.

Assaf Neto (2011, p.31), cita que:

O crescimento da economia e a inflação não devem seguir a mesma tendência, sob pena de provocar desequilíbrio na atividade econômica. Os investidores internacionais (bancos, fundos de pensão e fundos de investimentos, empresas multinacionais, etc.) priorizam países que apresentam estáveis indicativos de crescimento econômico (evolução do PIB, por exemplo) e baixos níveis de inflação.

Com isto em um país que sofre de inflação alta, é visto no mercado internacional de forma negativa. Os grandes investidores e empresas evitam fazer investimentos produtivos de médios e longos prazos nestes países, pois sabem que a inflação alta é um indicativo de economia com problemas.

### 2.3.1 Índices de Inflação

Conforme pode ser consultado na página eletrônica do Banco Central do Brasil:

No Brasil, não há um índice oficial para inflação de períodos passados. A inflação é medida por meio de diversos índices, divulgados por várias instituições, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

A inflação possui vários índices entre eles o IGP (Índice Geral de Preços), IPA (Índice de Preços no Atacado), INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), INCC (Índice Nacional do Custo da Construção), CUB (Custo Unitário Básico).

Porém o principal índice para aferir a inflação do Brasil é o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

O IBGE explica que o “IPCA abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (hum) e 40 (quarenta) salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões”.

Outro exemplo é o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), monitorado pela FGV. Ele registra a inflação de preços variados, desde matérias-primas agrícolas e industriais até bens e serviços finais. É muito usado na correção de aluguéis e tarifas públicas, como conta de luz.

## 3 Materiais e Métodos

Este trabalho quanto aos objetivos é tipo bibliográfica, para a qual utilizaram-se livros de Mercado financeiro, Mercado de Capitais, e também material disponibilizados por meios eletrônicos e internet. Para Gil (2010), “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado, que inclui material impresso, livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de

eventos científicos, entre outras fontes disponibilizadas em meios eletrônicos e na internet”.

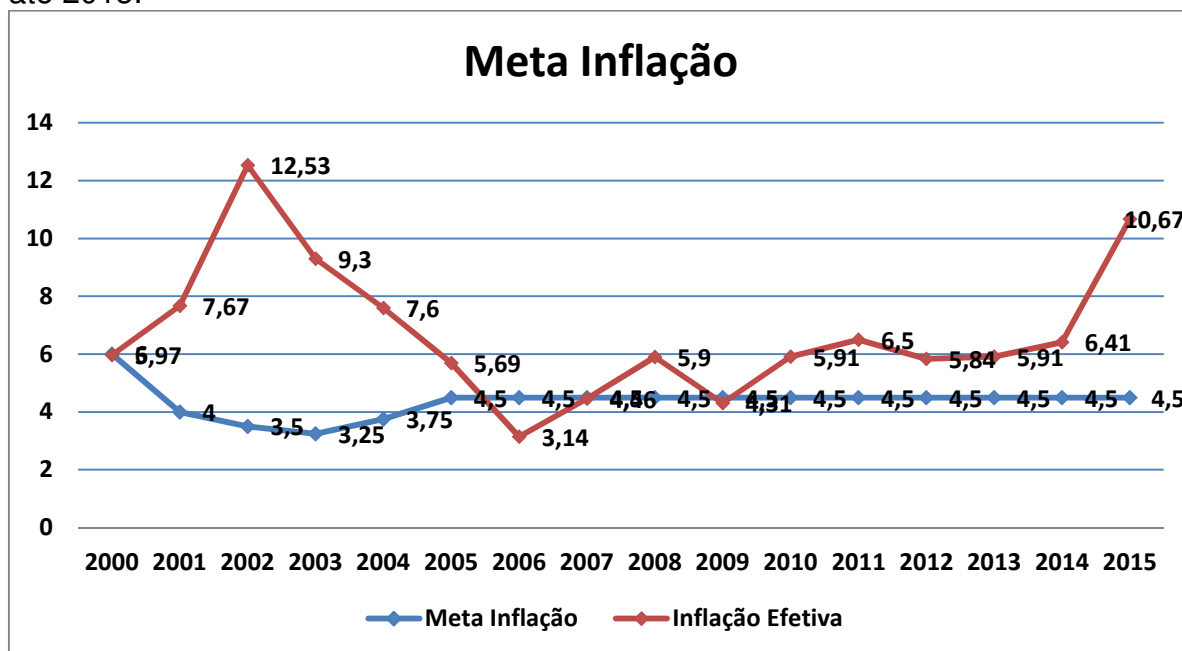
Com relação ao problema a pesquisa é qualitativa e quantitativa, visto que para Beuren (2013, p. 92):

Diferente da pesquisa qualitativa, a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados. Esse procedimento não é tão profundo na busca do conhecimento da realidade dos fenômenos, uma vez que se preocupa com comportamento geral dos acontecimentos.

Visto que, a pesquisa qualitativa, utiliza-se de informações bibliográficas descritivas e definições, já a pesquisa quantitativa, requer informações estatísticas para que tenha embasamento afim de realizar o estudo com eficácia.

#### 4 Resultado e discussão

O gráfico a seguir foi criado através de dados informados na página eletrônica do Banco Central, no mesmo, é possível comparar a meta nacional da inflação e a inflação efetiva, ou seja, a que ocorreu entre os anos de 2000 até 2015.



Fonte: Banco Central do Brasil, 2015

O sistema de metas de inflação é um compromisso que o país assumiu em 1999, para dar segurança ao mercado sobre os rumos da economia. Esse sistema prevê que a inflação medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) deve ficar dentro de um limite de tolerância; ou seja, dentro de uma faixa estabelecida.



Abaixo, podemos comparar o percentual do crescimento da carteira de ativos negociados na Bm&fBovespa e o percentual da Inflação Efetiva dos últimos 15 anos.

Ano	Crescimento %	Inflação Efetiva %
2000	-10,7	5,97
2001	-11	7,67
2002	-17	12,53
2003	97,3	9,3
2004	17,8	7,6
2005	27,7	5,69
2006	32,9	3,14
2007	43,7	4,46
2008	-41,2	5,9
2009	82,7	4,31
2010	1	5,91
2011	-18,1	6,5
2012	7,4	5,84
2013	-15,5	5,91
2014	-2,9	6,41
2015	-13,3	10,67

Fonte: Banco Central do Brasil, 2016.

O decréscimo já ocorria nos anos anteriores a 2000, chegando a marca de 17% negativos em 2002, e com a inflação batendo o índice de 12,53%/ano, com a retenção

em 2003 da inflação e perspectivas de melhoras para o cenário brasileiro passa a ter incremento de ativos até o ano de 2008, quando a crise mundial chega, dando decréscimo de -41,2%, e mesmo sendo um ano mundialmente conturbado, a crise de 2008 afetou principalmente os países de primeiro mundo.

Deixando assim no Brasil menos sequelas que nos países mais desenvolvidos, dando credibilidade para investimentos logo no próximo ano, mas a economia brasileira não conseguiu manter a inflação enquadrada na meta, e com isso, como já esperado pelo mercado financeiro, acabou acarretando o retrocesso na carteira de ativos da Bm&fBovespa até então.

Segundo dados do BC, a caderneta de poupança encerrou 2015 com saque líquido de R\$ 53,568 bilhões, o maior já registrado na série histórica do Banco Central (BC), iniciada em 1995. Abaixo segue uma tabela referente aos saldos de poupança nos últimos dez anos e também qual foi a taxa de inflação nestes anos.

Ano	Inflação %	Saldos (em bilhões)
2005	5,69	-2,72
2006	3,14	6,47
2007	4,46	33,38
2008	5,90	17,75
2009	4,31	30,42
2010	5,91	38,68
2011	6,50	14,19
2012	5,84	49,72
2013	5,91	71,05
2014	6,41	24,03
2015	10,67	-53,57

Fonte: Banco Central do Brasil, 2016

Um dos fatores que ajudam a explicar esses saques em 2015 e que segundo alguns especialistas em economia deve continuar em 2016, é a elevação da inflação.

A poupança tem perdido atratividade também devido à taxa básica de juros, a Selic, mais alta, o que torna outras aplicações mais atraentes, e também como já citado a inflação mais alta do que a remuneração da poupança. Além disso, há menos dinheiro para aplicar devido à alta dos preços, ao endividamento das famílias e ao aumento do desemprego.

Portanto num processo inflacionário intenso, o valor da moeda deteriora-se rapidamente, ocorre um desestímulo à aplicação de recursos no mercado de capitais financeiros. As aplicações em poupança sofrem retração, por outro lado, a inflação estimula a aplicação de recursos em bens, como terras e imóveis.

Alguns papéis, como os títulos públicos, e também títulos privados, passaram a ser reajustados (ou indexados) por índices que refletem aproximadamente o crescimento da inflação, com isso aumenta os investimentos nestes tipos de papéis.

## 5 Considerações Finais

Com relação ao que o estudo apresenta, a inflação com níveis elevados e sua instabilidade deterioraram a economia de um país, causando impacto em diversos setores inclusive no mercado financeiro.

A elevação das taxas de juros a curto prazo vai desencorajar os investimentos de longo prazo e terá como consequência continuarmos sob a

preferência das aplicações de curto prazo e favorecendo os investimentos financeiros de emissão do Governo e do setor privado.

Como verificado através do estudo, a inflação é uma inimiga das aplicações de longo prazo, e com isso o mercado de ações tem sido fortemente penalizado.

Conclui-se que que uma variável importante para o Mercado de Capitais, será o do comportamento da inflação. As medidas que forem tomadas para colocá-la nos trilhos e mantê-la no centro da meta, será de grande relevância para o Mercado de Capitais e para a economia do país que tanto depende do bom funcionamento do Mercado Financeiro.

### Referências

ASSAF NETO, ALEXANDRE. **Mercado Financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Remuneração dos depósitos de poupança**. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/poupanca/poupanca.asp>. Acesso em 07 de janeiro de 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Índices de Inflação**. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/portalCidadao/indecon/indice\\_inflacao](http://www.bcb.gov.br/pre/portalCidadao/indecon/indice_inflacao)>. Acesso em 14 de janeiro de 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Tabela, metas e resultados**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/metastabelametaseresultados.pdf>. Acesso em 27 de janeiro de 2016.

BEUREN, I. M. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc\\_ipca](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca). Acesso em 14 de janeiro de 2016.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Normas de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos**. Disponível em: <[http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas\\_ifpr\\_completa\\_alta\\_impressao.pdf](http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas_ifpr_completa_alta_impressao.pdf)>. Acesso em: 05 de dezembro de 2015.



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

LAGIOIA, U. C. T. **Fundamentos do Mercado de Capitais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PINHEIRO, J. L. **Mercado de Capitais – fundamentos e técnicas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

## NÍVEIS DE FLEXIBILIDADE: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2014 E 2015 EM ESCOLARES DE PALMAS/PR

Jozias Fortunato ([josias-92@hotmail.com](mailto:josias-92@hotmail.com))<sup>1</sup>

Fernando Marlon Pilger Gradaschi<sup>2</sup>

Cleomar Ferraz<sup>3</sup>

Aluísio Menin Mendes<sup>4</sup>

<sup>1,2,3,4</sup> Instituto Federal do Paraná- Campus Palmas

### Resumo

Flexibilidade, componente da aptidão física relacionada à saúde e indispensável na educação física escolar (EFE), tendo em vista sua imensa relevância para o desenvolvimento dos alunos ao longo de sua vida. Portanto, para adequar um programa de flexibilidade à realidade escolar, o professor de EFE deve ter um bom conhecimento dos fatores que poderão interferir na realização do programa, tendo em vista que esse desconhecimento, pode culminar em consequências indesejadas nos resultados. O presente estudo tem por objetivo, comparar os resultados em percentis, do nível de flexibilidade dos anos de 2014 e 2015 da Escola Municipal Oscar Röcker – Palmas PR e verificar se a aplicação de um programa de flexibilidade voltado a saúde entre os anos mencionados foi satisfatório ou não. O presente estudo é de cunho experimental, quantitativo e descritivo, realizado dentro do programa PIBID no período de Maio de 2014 e 2015, onde participaram da amostra 106 alunos em 2014 e 100 alunos em 2015 de ambos os gêneros e com idades entre 8 a 10 anos. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados o protocolo de flexibilidade referenciado pelo PROESP - BR 2012. A análise comparativa e descritiva em percentuais dos dados foram realizadas mediante cálculos feitos pelo programa Excel 2013, onde revelaram que desde maio de 2014 até maio de 2015, com implantação do programa de flexibilidade dentro da EFE, obteve-se 15% de melhora nos resultados. Diante disso, conclui-se que o resultado encontrado entre anos de 2014 e 2015, em uma primeira vista parece pequeno, porém, tendo em vista que as aulas do programa foram aplicadas somente duas vezes por semana totalizando 20 minutos, conclui-se que o resultado foi muito satisfatório, mas poderia ser melhor se as autoridades competentes dessem mais incentivo em programas voltados a saúde de crianças e adolescentes.

**Palavras-chave:** PIBID. Saúde. Aptidão Física.

### Abstract

Flexibility component of physical fitness related to health and essential in physical education (EFE), in view of its immense importance for the development of students throughout his life. Therefore, to adjust a flexibility program to the school environment, the teacher (EFE) should have a good

knowledge of the factors may interfere with the implementation of the program in view of this ignorance, may result in unintended consequences in the results. This study aims to compare the results in percentages, the level of flexibility of the years 2014 and 2015 of the Municipal School Oscar Röcker - Palmas PR and verify that the application of a flexibility program aimed at health between the years mentioned was satisfactory or not. This study is experimental nature, quantitative and descriptive, carried out within the PIBID program in the period from May 2014 to 2015, attended the sample 106 students in 2014 to 100 students in 2015 from both genders and aged 8-10 years. Was used as data collection instrument the flexibility protocol referenced by PROESP - BR 2012. The comparative and descriptive analysis as a percentage of the data were performed by calculations made by the Excel 2013 program, which revealed that from May 2014 until May 2015, with implementation of the flexibility within the program EFE, it obtained 15% improvement in the results. Therefore, it is concluded that the results found between years 2014 and 2015, at a first glance seems small, however, given that the program's lessons were applied only twice a week totaling 20 minutes, it is concluded that the result was very satisfactory, but could be better if the authorities give more incentive programs aimed at health of children and adolescents.

**Keywords:** PIBID. Health. Physical Fitness.

## Introdução

Flexibilidade é um tema para muitas discussões no âmbito de Educação Física Escolar, segundo Barbanti, (2010, p.190), flexibilidade, “é a capacidade de realizar movimentos em certas articulações com amplitude de movimento adequada”. Portanto, pode-se considerá-la componente importante da aptidão física relacionada a saúde e valência física indispensável no âmbito da educação física escolar, tendo em vista sua imensa relevância para o desenvolvimento dos alunos em sua vida escolar e posteriormente adulta.

Segundo Achour Júnior, (2004, p.27), “se o programa de flexibilidade for bem aplicado na fase escolar, a prática de alongamento poderá continuar espontaneamente na idade adulta”. Porém, vale ressaltar que quando se pensa em realizar um programa de flexibilidade na escola, não é algo simples a se fazer, pois depende de vários fatores que interferem para o total desenvolvimento da mesma, começando pela própria aula que não deve ser pautada somente na valência física flexibilidade, mas também preconizar as demais capacidades físicas relacionadas a saúde, como força, resistência muscular e resistência aeróbica dentre outras que contribuirão de maneira significativa para o desenvolvimento dos alunos.

Outros fatores importantes a ser citados são: o tempo dedicado a tal programa, as adversidades do dia a dia escolar, a hora do dia que for aplicado o teste, a condição psicológica do aluno tudo isso são fatores internos e externos que poderão contribuir de maneira positiva ou negativa para uma



melhora significativa nos níveis de flexibilidade nestes escolares assim como ressaltam Blank e Mellion (1997, p.88), que os fatores endógenos e exógenos são componentes diretamente ligados aos graus de flexibilidade do indivíduo avaliado. Portanto, o profissional que irá ministrar suas aulas, deve levar em conta que para realizar um bom trabalho centrado nessa capacidade física, terá que se aprofundar muito no assunto, para não trabalhar de maneira errônea e fazendo com que seus alunos não atinjam o mínimo do limiar recomendado para a saúde.

Diante do exposto, será que houve uma melhora no nível de flexibilidade dos alunos mensurados do ano de 2014 para 2015? O que pode ser feito para melhorar ou manter os níveis dessa capacidade física nestes escolares? Qual a importância dos professores de Educação Física juntamente com o PIBID, realizar avaliações constantes na escola? E será que o PIBID tem papel fundamental para promoção da saúde desses escolares?

Sendo assim, o presente estudo justifica-se, pelo fato que em tempos de muito avanço tecnológico, as crianças e adolescentes, não são mais ativas como algum tempo atrás, pois estão a mercê de computadores, videogames, celulares, tablets, smartphones e até mesmo a televisão com mais opções de canais, tecnologia essa que os torna de uma certa forma “dependentes” ou “escravos” dessa evolução tecnológica, fazendo com que se tornem cada vez mais sedentários, assim como salientam Mendes e Da Cunha,( 2013, p. 03), que “a tecnologia pode desencadear em dependência do objeto adquirido, fazendo com que a pessoa deixe de realizar atividades que faziam antes, e se tornem pessoas extremantes sedentárias”.

Diante do exposto por Mendes e Da Cunha sobre o sedentarismo, vale lembrar também que, a escola deve ser o melhor lugar para se desenvolver a flexibilidade em crianças e adolescentes, assim como salienta, Achour Júnior, (2004, p.24), “a flexibilidade pode ser desenvolvida em todas as idades e os períodos dos anos escolares são efetivos para se estruturarem movimentos com grandes amplitudes”. Sem contar que este é o local onde esses alunos passam a maior parte de seu tempo.

Portanto, deve-se trabalhar essa valência física a fim de evitar muitas disfunções e até problemas físicos relacionadas a falta de flexibilidade na idade adulta, onde destacam-se os encurtamentos, desvios posturais, rompimento de ligamentos, tendões e distensões musculares, tudo isso ocorre da falta de um programa de exercício físico regular, como nos afirma Monteiro (2006, p.55), que a inatividade leva ao processo adaptativo das estruturas, fazendo com que aja rupturas das estruturas acometidas pela falta de flexibilidade e outros exercícios, prejudicando a qualidade de vida desses escolares na fase adulta.

Contudo, convém mencionar outro aspecto que justifica esse trabalho que é a falta de estudos mais detalhados nesta área, diante disso o presente estudo tem por objetivo, comparar os níveis de flexibilidade, dos alunos de 8 a 10 anos, da Escola Municipal Oscar Röcker na cidade de Palmas - PR, nos anos de 2014 e 2015, onde as aulas de Educação Física tem a presença de acadêmicos participantes do programa PIBID, para aprender na prática a ser

um bom profissional de Educação Física e contribuir de maneira positiva nas aulas ministradas. Através desta comparação também terá como objetivo deste estudo, realizar uma análise quantitativa dos dados, para demonstrar o quanto foi ou não eficiente o programa de atividades voltada a saúde dos alunos, ministrado pelos bolsistas do PIBID juntamente com o professor supervisor da escola.

#### **Materiais e Métodos**

O presente estudo é de cunho experimental, quantitativo e descritivo, realizado no período de maio à junho de 2014 e 2015, após um tempo de aplicação de  $\frac{1}{4}$  da aula do professor supervisor da escola, parte essa ministrada pelo acadêmico bolsista, onde essa fração de aula, totalizou cerca de 20 minutos semanais, participaram da pesquisa 106 alunos no ano de 2014, destes 42 meninas e 64 meninos com faixa etária entre 8 e 10 anos de idade.

No ano seguinte a amostra foi de 100 alunos, sendo 48 do gênero feminino e 52 do gênero masculino, todos de mesma faixa etária e devidamente matriculados na Escola Municipal Oscar Röcker da cidade de Palmas – PR, utilizou-se para mensuração dos níveis de flexibilidade, o teste de sentar e alcançar sem banco de Wells, recomendado segundo a padronização da bateria de testes do PROESP – BR (2012), onde através da análise descritiva dos dados, o mesmo classifica os avaliados em Zona de risco e Zona saudável para a saúde, antes de aplicar todos os testes da bateria, deveria ser realizados um aquecimento padrão prévio de 10 minutos de duração (GAYA, SILVA, 2012).

O teste foi aplicado por uma equipe de acadêmicos, todos matriculados no curso de Educação Física do Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campus Palmas - PR, participantes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o teste de sentar e alcançar foi realizado no período da manhã em uma quadra esportiva semiaberta, todos os acadêmicos receberam treinamento prévio, nos dois a anos seguidos de programa, tudo isso para aumentar a fidedignidade dos dados apurados na aplicação.

O protocolo de testes do Projeto Esporte Brasil 2012 (PROESP - BR 2012), foi escolhido por ser de fácil acesso ao profissional de Educação Física Escolar e por não necessitar de muitos materiais sofisticados para sua aplicação, porem o mais importante possibilitar ao professor de Educação Física uma avaliação prévia dos padrões de crescimento corporal, estado nutricional, aptidão física relacionado a saúde e para o desempenho esportivo em crianças e adolescentes, diante disso após a análise dos dados, serão propostos novas estratégias junto ao professor da escola, para contribuir de maneira positiva nas aulas de Educação Física.

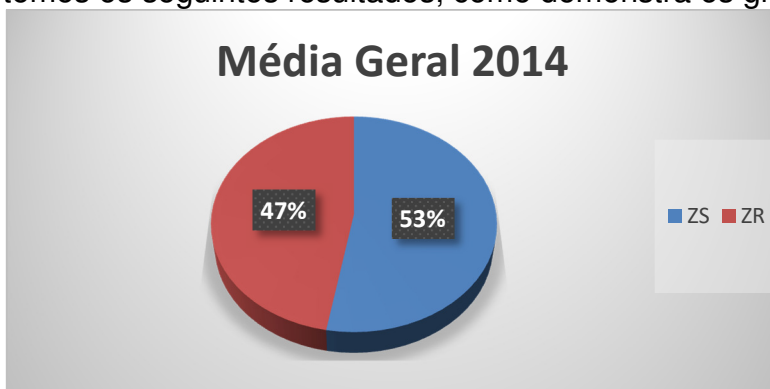
Diante desses apontamentos cabe aqui salientar, que todas as atividades desenvolvidas pelos acadêmicos, tanto na aplicação dos testes, quanto de um programa de atividades voltado a manutenção ou melhora dos níveis de flexibilidade voltado à saúde, foram supervisionados pelos

professores universitários e orientadores do subprojeto de Educação Física, que sempre que possível se faziam presentes na escola, onde foram agentes importantíssimos para a confecção deste trabalho sobre a variável flexibilidade e das aulas ministradas pelos acadêmicos na escola, tudo isso para contribuir para uma Educação Física Escolar com muito mais qualidade.

#### Resultados e Discussões

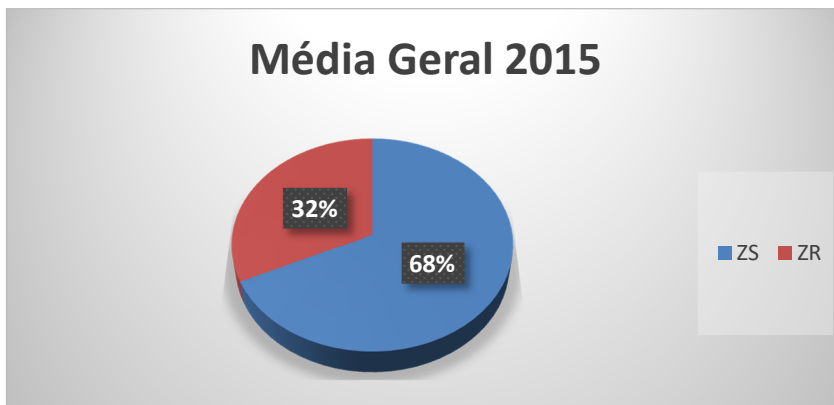
Constituiu-se como amostra deste estudo, 106 alunos de ambos os gêneros, de faixa etária de 8 a 10 anos todos avaliados no ano de 2014, em contrapartida no ano de 2015, participaram da pesquisa 100 alunos de ambos os gêneros e de mesma faixa etária. Todos os dados foram obtidos através do mesmo teste de sentar e alcançar referenciado pelo protocolo da PROESP – BR 2012 e os resultados em percentis foram coletados através de análise feita pelo programa de computador chamado Excel 2013.

Diante do exposto quando analisado a média geral do ano de 2014 e 2015, relacionado a variável flexibilidade referenciada pelo PROESP – BR 2012, que classifica os avaliados em Zona saudável e Zona de risco a saúde temos os seguintes resultados, como demonstra os gráficos 1 abaixo:



(Gráfico 1: Média Geral 2014). **ZS** = Zona saudável e **ZR** = Zona de risco. Fonte: Fortunato, 2015.

No ano de 2014, nota-se que dos 106 alunos mensurados, 53% destes encontravam-se na zona saudável, porém 47% dos alunos estavam a baixo dos escores recomendados para a saúde. Contudo, no ano de 2015, os resultados foram muito mais satisfatórios que no ano anterior como demonstra o gráfico 2 abaixo:



(Gráfico 2: Média Geral 2015). **ZS** = Zona saudável e **ZR** = Zona de risco. Fonte: Fortunato, 2015.

Como mencionado anteriormente no ano de 2015, pode-se notar que os resultados foram muito satisfatórios, onde dos 100 alunos mensurados 68% destes, enquadraram a valência física flexibilidade nos parâmetros referenciados para a saúde. Porém, ainda há 32% dos escolares que necessitam urgentemente de atenção no quesito flexibilidade, reforçando que o programa de flexibilidade voltado a saúde deve continuar. Diante dos dados apresentados aqui, devemos salientar que desde o ano de 2014 para 2015, os dados nos demonstram que houve uma melhora de 15% no índice de flexibilidade destes escolares quando analisados a média geral dos já mencionados anos, fazendo jus ao trabalho que os integrantes do Programa PIBID realizaram na escola no ano de 2014 e do corrente ano de 2015.

A primeira vista, parece um pequeno percentual, visto que o programa de flexibilidade foi realizado durante um ano, porém vale lembrar que esse programa foi ministrado em  $\frac{1}{4}$  da aula e cada turma tem aulas de Educação Física somente duas vezes por semana e totalizou um tempo de 15 a 20 minutos semanais de exercícios de flexibilidade e portanto o resultado foi excelente. Contudo, deve-se salientar que os resultados poderiam ser melhores se as aulas de Educação Física fossem pelo mínimo três vezes por semana e se essa valência física fosse vista com mais atenção pelas autoridades competentes e responsáveis pelos departamentos relacionados a saúde e esporte.

Tendo em vista a imensa importância destes dados, trabalhar com a flexibilidade nas aulas é indispensável, visto que a posição onde os alunos ficam mais tempo é sentados, vale lembrar que esta posição assim como outras pode desencadear muitos problemas como salienta Weineck (2003, p.146) que "ficar sentado por um longo período de tempo (escola, televisão, jogos no computador etc.) conduz a modificações típicas na região da coluna vertebral". Portanto, mais um motivo para ser inserido novamente o programa de flexibilidade em todas as aulas de Educação Física, levando em conta que a cada ano que passa teoricamente os alunos tendem a diminuir sua

flexibilidade, se não for trabalhado adequadamente como afirmam alguns estudiosos.

Baseando-se no fato de que com o aumento da idade diminui a capacidade de alongamento dos tendões e músculos, assim como de todas as estruturas da articulação, em caso de falta de treinamento ou treinamento insuficiente de flexibilidade, então, o meio escolhido para vencer o lento e progressivo “processo de endurecimento” é um treinamento regular e diário de flexibilidade. (WEINECK, 2003, p.148).

Sendo assim, como mencionado o processo de melhoria dos níveis de flexibilidade é lento e progressivo, justificando assim que o programa de flexibilidade proposto pelos integrantes do programa PIBID deve continuar, pois só assim nossos alunos num futuro próximo estarão dando continuidade ao programa sozinhos, pois terão como hábito saudável se exercitar, mas tudo isso se o aluno aprender de maneira prazerosa bons costumes advindos das aulas de Educação Física.

Sendo assim, sugere-se que se criem novos programas de promoção à saúde, não somente de flexibilidade, mas também para o desenvolvimento das demais capacidades físicas. Para que assim tenhamos crianças e adolescentes mais saudáveis, pois através dos esportes, danças, lutas, ginásticas, jogos e brincadeiras os alunos desenvolvem seu acervo motor e cognitivo, mas o mais importante essas modalidades citadas servem como atividades profiláticas. Logo, serão adultos mais saudáveis que não precisarão de remédios, reduzindo assim os gastos do município com medicações em um futuro próximo.

### Considerações Finais

Conclui-se que, através da inserção do programa de flexibilidade houve uma melhora de 15% nos índices bons de flexibilidade nos alunos avaliados, comprovando assim que o programa inserido na escola com poucos 15 a 20 minutos semanais aplicado em  $\frac{1}{4}$  da aula foi muito eficaz para a promoção de saúde destes escolares. Portanto, cabe aqui salientar que, para erradicar os níveis ruins de flexibilidade, necessita-se um tempo maior para aplicação do programa nas aulas, cabendo aí uma atenção dos órgãos responsáveis pela saúde e esporte para criar novos incentivos de programas que promovam a saúde e o bem estar de crianças e adolescentes não só das escolas como da cidade também, uma vez que, se esses problemas persistirem serão com certeza absoluta mais onerosas para esses órgãos.

Através destes apontamentos, salienta-se a importância que tem o programa PIBID juntamente com os professores de Educação Física em realizarem avaliações na escola, pois através dessas avaliações anuais que o professor e os pibidianos terão respaldo para cobrar um posicionamento das entidades competentes em razão de dados importantes que são coletados na escola, dessa maneira com esses dados, todos terão argumentos para conseguir melhores condições de trabalho e ministrar aulas com mais

qualidade e então conseguir proporcionar atividades que promovam de verdade a saúde para todos alunos da escola.

## Referências

ACHOUR JUNIOR, A. **Flexibilidade e Alongamento: saúde e bem estar**. Barueri, SP: Manole, 2004.

ACHOUR JR, A. Efeitos do alongamento na aptidão física de crianças e adolescente s. **Revista da Associação dos Professores de Educação Física de Londrina**, v.10, n.17, p.36-45,1995.

BARBANTI, V.J. **Treinamento esportivo: as capacidades motoras dos esportistas**. Barueri, SP: Manole, 2010.

BLANKE, D. e MELLION, M.B. Flexibilidade. **Segredos em Medicina Desportiva**. Porto Alegre, Artes Médicas. p. 87-92.1997.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos** – 3 ed. – São Paulo: Phorte, 2005. P. 345-412.

GAYA, A. et al. **Projeto Esporte Brasil PROESP – Br: Manual de testes e avaliação**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. RS, 2012.

GUEDIN, Karoliny Debiase, et. al. Flexibilidade de adolescentes do ensino médio da cidade de Florianópolis – SC. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde** v. 12, n.2, 2007.

MENDES, C. M. L.; DA CUNHA, R. C. L. As novas tecnologias e suas influências na prática de atividade física e no sedentarismo. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, v. 1, n. 2, 2013.

MONTEIRO, G.A. **Treinamento da Flexibilidade: Sua aplicabilidade para a saúde**. 1. ed. Londrina, PR: Midiograf, 2006.

WEINECK, J. **Atividade física e esporte: para quê?** Barueri, SP: Manole, 2003.



## OCORRÊNCIA DE PEIXES NÃO NATIVOS NO RESERVATÓRIO SEGREDO, BACIA DO MÉDIO IGUAÇU, PARANÁ

Autora: Suzana Patricia Tesori (suh\_tesori@hotmail.com)<sup>1</sup>  
Autora: Caroline Bacelar Hauschild (carolinecbio@gmail.com)<sup>1</sup>  
<sup>1</sup>Instituto Federal do Paraná-Campus Palmas

**Resumo:** A invasão biológica é um dos principais causadores da perda da biodiversidade mundial, interferindo no ciclo biológico, na reprodução, dispersão e nutrição de espécimes locais. São favorecidas pela falta de predador natural e muitas vezes alimentando-se de espécies indígenas. A Bacia Hidrográfica do Médio Rio Iguaçu é conhecida mundialmente por sua biodiversidade e por seu alto grau de endemismo, porém, as modificações causadas por ações humanas como a pesca artesanal e a introdução de espécies exóticas vêm fazendo com que haja um declínio na variedade de populações de peixes locais, apresentando uma séria ameaça à ecologia e diversidade ictiofaunística. É importante salientar que nem todas as espécies exóticas invasoras causaram impacto econômico, ambiental ou para a saúde humana, mas algumas que foram encontradas durante as coletas já foram mencionadas em estudos anteriores pela intensidade do impacto que causaram ao meio ambiente. Mesmo as espécies exóticas sendo uma ameaça ao equilíbrio ecológico mundial, e o Brasil sendo um país onde existem diversas espécies invasoras, responsáveis por inúmeros prejuízos e vetores de incontáveis doenças, o assunto é pouco divulgado ao público em geral e há escassez de pesquisa sobre tal tema. Por isso, o levantamento da diversidade e riqueza de espécies invasoras é imprescindível para assim, favorecer estudos futuros de manejo e erradicação dessas espécies invasoras.

**Palavras-chave:** Ictiofauna, Espécies exóticas invasoras, conservação da biodiversidade

**Abstract:** The biological invasion is a major cause of loss of global biodiversity, interfering in the life cycle, reproduction, dispersal and nutrition of local specimens. They are aggravated by the lack of natural predators and often feeding on native species. The basin of the Middle Rio Iguaçu is known worldwide for its biodiversity and for its high level of endemism, however, the changes caused by human activities such as fishing and the introduction of exotic species come so that there is a decline in the variety of populations local fish, presenting a serious threat to ecology and fish diversity. Importantly, not all invasive alien species caused economic, environmental or human health impact, but some have been found during the collections have already been

mentioned in previous studies by the intensity of the impact caused to the environment. Even the exotic species are a threat to the global ecological balance, and Brazil is a country where there are several invasive species, responsible for numerous losses and vectors of countless diseases, it is little known to the general public, there is limited research on such theme. Therefore, the lifting of the diversity and richness of invasive species is essential to thus facilitate future studies of management and eradication of these invasive species.

**Keywords:** fish populations, invasive alien species, biodiversity conservation

## INTRODUÇÃO

A bacia do médio rio Iguaçu é conhecida por seu alto grau de endemismo de peixes e pelas diversas barragens que existem no decorrer do rio formando diversos reservatórios artificiais, como é o caso do Reservatório Segredo (BAUMGARTNER *et al.*, 2012). O Reservatório Segredo situa-se na divisa entre os municípios de Manguaçu e Pinhão e foi criado na década de 90, com o objetivo de abastecer a *Usina Hidrelétrica Governador Ney Aminthas de Barros Braga*, e destaca-se pela as atividades de pesca e piscicultura (LACTEC, 2008). Essas atividades trouxeram desenvolvimento econômico para a região, mas em contrapartida, várias espécies de peixes exóticos foram introduzidas acidentalmente ou através de soltura e estão colocando em risco a diversidade e abundância das espécies indígenas (VITULE; PRODOCIMO, 2012).

São consideradas espécies exóticas qualquer organismo ou material de procedência biológica que se encontra em ambientes que originalmente não existiriam (BARBIERI *et al.*, 2007).

As espécies não nativas podem tornar-se invasoras e trazer efeitos negativos para a biodiversidade local, podendo haver predação, competição, extirpação e hibridação, acarretando problemas ao ecossistema e à pesca. Grande parte dessa invasão biológica é ocasionada por ações humanas mal projetadas e sem fiscalização (BARBIERI *et al.*, 2007), como os açudes construídos ao entorno do Reservatório Segredo, onde por várias vezes ocorreram rompimentos dessas estruturas liberando os peixes ali cultivados no Rio Iguaçu.

A introdução de espécies exóticas é uma questão não somente ambiental, mas também de cunho econômico e, principalmente, de saúde pública, mesmo assim o Brasil tomou poucas medidas para mitigar os efeitos de tal problema ecológico (VITULE; PRODOCIMO, 2012). O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) lançou em 2015 a lista de espécies invasoras presentes no estado, mas poucas providências foram tomadas no intuito de combater a proliferação dessas espécies, tão pouco a fiscalização de criadouros próximos a rios, lagos e reservatórios.

Por esse motivo houve a necessidade de um estudo de campo onde foi efetuado o levantamento de espécies não indígenas presentes no reservatório Segredo, no município de Mangueirinha/PR.

## **MATERIAIS E MÉTODO**

Foi efetuado um levantamento direto de espécies através de coletas no Reservatório Segredo em Mangueirinha, na Colônia Euzébio, zona rural do município, no período do mês de agosto de 2015 a janeiro de 2016, com revisão de seis em seis horas, em quatro pontos diferentes distribuídos a 800 metros um do outro como mostra a FIGURA 1. Em cada ponto foi utilizado uma rede de espera e tarrafa para realizar as coletas. No ponto um (P1) foi posto a rede de espera malha quatro com 50 metros de comprimento, no ponto dois (P2) a rede de malha dois e meio com 15 metros, no ponto três (P3) a armadilha posta foi a de malha seis com seus 30 metros, e no ponto quatro (P4) a rede de malha oito com 30 metros, esta última escolhida para este ponto seguindo conselhos de ribeirinhos que explicaram que esse ponto de água barrenta e com diversas plantas rasteiras na beira era favorável para peixes de grande porte. A cada revisão foi tarrafeado dez vezes próximo a cada ponto. Durante a coleta foi avaliado o pH, temperatura e a profundidade da água.

Na encosta dos pontos de coleta a ação antrópica é evidente, apesar de não haver ocupação urbana e o desmatamento ter diminuído (LACTEC, 2008). O P1 apresenta características de um solo que já foi usado para manejo de gado, ainda possui pastagens e na encosta há somente capoeira e poucas árvores, sua profundidade é de aproximadamente cinco metros. No P2 o solo é utilizado para plantio, na encosta há algumas árvores plantadas há pouco tempo por ribeirinhos, tem quatro metros de profundidade. O P3 apresenta uma pequena faixa de mata ciliar na encosta, interrompida por construções de casas de veraneio e trapiches na beira do rio, no local que foi introduzido a rede a profundidade é de dois metros e meio, nesse local a flora aquática é abundante. No P4 o rio torna-se estreito, nesse ponto o Rio Vila Nova desemboca no Reservatório Segredo, deixando a água num estado lótico e barrenta, na sua encosta não há mata, somente uma capoeira densa em ambos os lados, possui profundidade de dois metros.

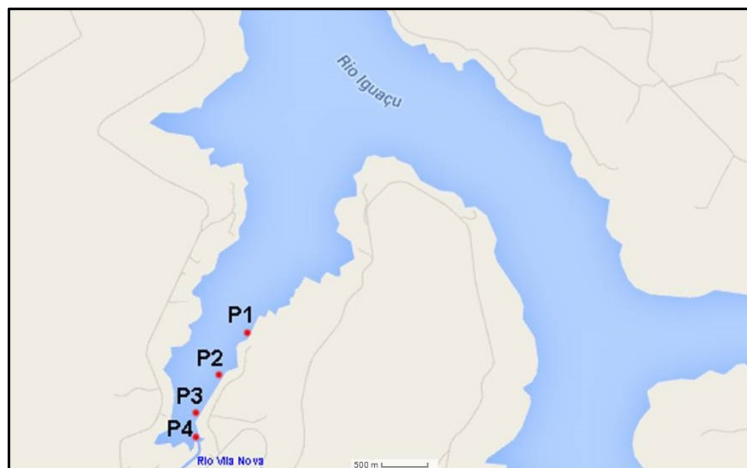


FIGURA 1 – Localização dos pontos de amostragem no Reservatório Segredo. (Fonte: Google Maps)

Os espécimes de peixes coletados vivos foram imediatamente acondicionados em recipientes plásticos com água para posterior identificação de espécies, pesagem e medições do comprimento do corpo (CC). As espécies foram identificadas de acordo com Baumgartner *et al.* (2012).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total foram capturados 285 indivíduos exóticos de dez espécies distribuídos em oito famílias pertencentes a seis ordens distintas conforme mostrado na TABELA 1.

TABELA 1 - Espécies de peixes exóticos coletados no Reservatório Segredo, Rio Iguaçu, Mangueirinha, PR.

Ordem/Família/Espécie	Nome popular
Ordem Characiformes	
Família Characidae	
<i>Astyanax altiparanae</i> (Gerutti & Britskii, 2000)	Lambari-relógio
<i>Charax stenopterus</i> (Cope, 1894)	Dentudo
Família Anostomidae	
<i>Leporinus macrocephalus</i> (Gavarello & Britskii, 1988)	Piavuçu
Ordem Siluriformes	
Família Loricariidae	
<i>Hypostomus commersoni</i> (Valenciennes, 1836)	Cascudo-avião
Família Clariidae	
<i>Clarias gariepinus</i> (Burchell, 1822)	Bagre-africano
Ordem Atheriniformes	
Família Atherinopsidae	
<i>Odontesthes bonariensis</i> (Valenciennes, 1835)	Peixe-rei
Ordem Perciformes	
Família Cichlidae	
<i>Oreochromis niloticus</i> (Linnaeus, 1758)	Tilápia-do-Nilo
Ordem Cyprinodontiformes	
Família Cyprinidae	
<i>Ctenopharyngodon idella</i> (Valenciennes, 1844)	Carpa-capim
<i>Cyprinus carpio</i> (Linnaeus, 1758)	Carpa-comum
Ordem Gymnotiformes	
Família Apterontidae	
<i>Apterontus</i> sp.	Ituí-cavalo

As ordens Characiformes e Siluriformes apresentaram maior número de famílias com espécimes não indígenas. A abundância das espécies coletadas está demonstrada na FIGURA 2.

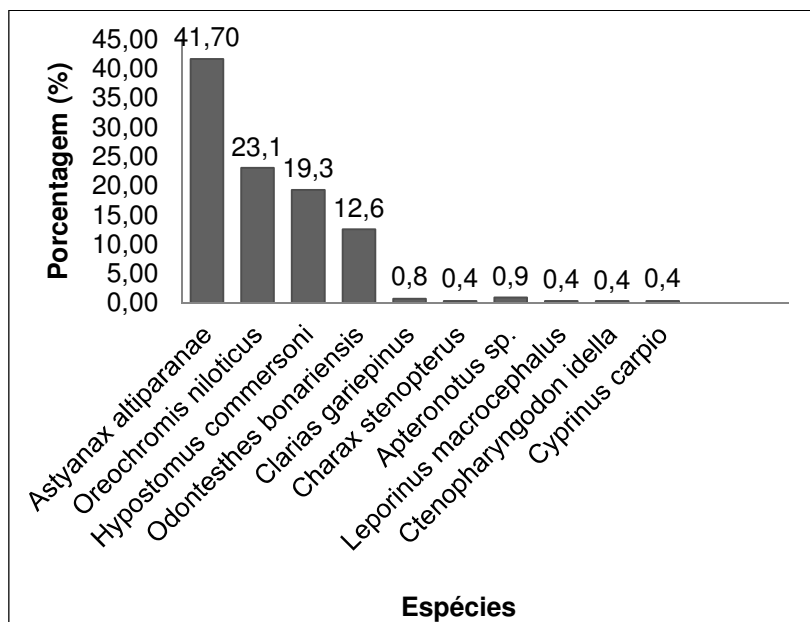


FIGURA 2 – Abundância de espécies exóticas coletadas no Reservatório segredo

A espécie *Astyanax altiparanae* destacou-se por sua representatividade com 119 indivíduos coletados. Coletada somente no P2 onde pode ter sido favorecida pela presença de vegetais na encosta e, conseqüentemente, de insetos, pois é uma espécie considerada herbívora, mas pode também tornar-se insetívora dependendo de sua necessidade nutricional. As espécies *C. gariepinus*, *O. niloticus*, *L. macrocephalus*, *C. idella* e *C. carpio* são espécies originárias de escapes de piscicultura, sendo que o *C. gariepinus* foi originalmente trazido para o Brasil com o intuito de ser usada para consumo de carne, mas foi rejeitada por grande parte da população e atualmente é usada em pesque-pagues, onde foi muito bem aceito por ser um espécime de grande porte, forte e veloz. O *Aptereronotus sp.* é amplamente usado por pescadores como isca viva, isso explicaria o seu aparecimento no Reservatório Segredo, onde possivelmente tenha escapado e se reproduzido (BAUMGARTNER *et al.*, 2012).

A *Oreochromis niloticus* é originária de rios africanos foi a única espécie encontrada em todos os pontos. Oriunda de escapes de açudes de piscicultura adaptou-se muito bem ao hábitat presente no reservatório e sem predador natural dispersou-se pelo rio, sendo muito bem vista pelos pescadores ribeirinhos que a veem como uma boa fonte de renda local. Além de ser exótica ela é considerada invasora (BAUMGARTNER *et al.*, 2012).

A *Clarias gariepinus* possui comportamento alimentar oportunístico, podendo causar desequilíbrio ambiental e predação de espécies nativas. Por causa da sua fácil adaptação e dispersão é visto por muitos ecólogos como uma das espécies mais ameaçadoras para a ictiofauna local (BAUMGARTNER *et al.*, 2012).



Todas as espécies encontradas no Reservatório Segredo foram citadas na lista de espécies invasoras divulgada pelo IAP (2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversidade de espécies indígenas no Reservatório Segredo encontra-se ameaçada pela introdução de espécies exóticas invasoras. Para a manutenção da diversidade das espécies locais se torna indispensável a monitoração dos espécimes invasores bem como, acompanhada de campanhas de divulgação e fiscalização de pisciculturas da região.

Os resultados dessa pesquisa são alarmantes levando em consideração o pouco tempo de coleta e o tamanho do trecho avaliado. Todavia, esses dados podem servir de suporte para futuras pesquisas e procedimentos para a mitigação da dispersão dessas espécies invasoras.

## REFERÊNCIAS

BARBIERI, E. *et al.* **Ocorrência de espécies exóticas na comunidade do Jairé no Rio Ribeira de Iguape.** Rev. Estudo de Biologia. 269-276.

BAUMGARTNER, G. *et al.* **Peixes do baixo rio Iguazu.** Maringá: Universidade Estadual de Maringá. 2012. Disponível em:  
<http://static.scielo.org/scielobooks/sn23w/pdf/baumgartner-9788576285861.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2015.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO. Plano ambiental de conservação e uso do entorno de reservatório artificial: **UHE Governador Ney Aminthas de Barros Braga atualização.** n 1. Curitiba, 2008.

PARANÁ. Instituto Ambiental do Paraná. **Fauna do Paraná em extinção.** Disponível:[http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/cobf/livro\\_fauna\\_extincao.pdf](http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/cobf/livro_fauna_extincao.pdf). Acesso em: 10 dez. 2015.

VITULE, J. R. S.; PRODOCIMO, V. **Introdução de espécies não nativas e invasoras biológicas.** Rev. Estudo de Biologia. 225-237.

## O PAPEL DA ESCOLA: SUA FUNÇÃO POLÍTICA E SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Evandro Antônio Corrêa<sup>26</sup>  
Letícia Silveira Romig<sup>27</sup>  
Adriana Cristina Kozelski<sup>28</sup>  
Suzete Verginia de Souza Reiter<sup>29</sup>

**Resumo:** A discussão sobre cidadania voltada na perspectiva da educação nos leva a uma reflexão sobre a função da escola enquanto espaço de formação dos cidadãos. Se o papel da escola é de transformação social e também dos sujeitos, cabe investigar em que medida se dá esta proposta. O educador desempenha um papel político na escola e para isso necessita ter conhecimento e posicionamento diante de determinados assuntos, principalmente no que se refere ao papel da escola na sociedade e formação dos sujeitos. Assim o trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel da escola, sua função política e social na construção da cidadania, considerando a participação do indivíduo através seus direitos e deveres políticos, civis e sociais, durante todo o processo de desenvolvimento da educação. A escola no processo de construção da cidadania deve levar o educando a refletir sobre a sua realidade e da sua comunidade, suscitando o debatendo e discutindo tais problemas, estimulando nos estudantes a consciência crítica, a participação, a responsabilidade e a sua função enquanto cidadão, assim levar o educando a entender e questionar, diante das diversas questões sociais. São muitas atribuições dadas à escola, porém não podemos esperar que ela seja o único meio de transformação da sociedade. A escola apresenta-se como um caminho possível em busca da cidadania à medida que é crítica e transfere essa criticidade aos sujeitos que completam os níveis de escolaridade oferecidos na rede pública. O cidadão consciente respeita os espaços e as pessoas. A educação para a ética prepara o ser humano para o equilíbrio de aceitar que não devem prevalecer as vontades individuais; a cidadania, afinal, não é um direito solitário – é a arte da convivência social.

**Palavras-chave:** Escola. Educação. Cidadania

---

<sup>26</sup> Acadêmico de Letras – Português/Inglês – Instituto Federal do Paraná Campus Palmas– Bolsista CAPES – PIBID – Projeto Língua Portuguesa – e-mail: [evandroacorrea@yahoo.com.br](mailto:evandroacorrea@yahoo.com.br)  
<sup>27</sup> UNILAGOS Acadêmica do Curso de Pedagogia - E-mail: [leticiaromig@hotmail.com](mailto:leticiaromig@hotmail.com)

<sup>28</sup> Mestre em Educação – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC. Docente curso Pedagogia UNILAGOS – Professora de Educação Básica Secretária do Estado do Paraná – e-mail [adrianaccristo@yahoo.com.br](mailto:adrianaccristo@yahoo.com.br)

<sup>29</sup> Especialista em Língua Inglesa – Coordenadora do Projeto de Iniciação a Docência PIBID – Letras – Português/IFPR– Docente do Instituto Federal do Paraná, CAPES/IFPR - e-mail [suzete.reiter@ifpr.edu.br](mailto:suzete.reiter@ifpr.edu.br)

**Abstract:** The discussion focused on citizenship in the context of education leads to a reflection on school function while space training of citizens. If the role of the school is social transformation and also of the subject, it should be investigated to what extent it gives this proposal. The teacher plays a political role in the school and it needs to have knowledge and attitudes towards certain issues, especially with regard to the school's role in society and formation of subjects. So the work is objective reflect on the role of the school, its social and political function in the construction of citizenship, considering the participation of the individual through their political rights and duties, civil and social rights, throughout the education development process. The school in the process of building citizenship should take the student will reflect on their reality and their community and raise debating and discussing of such problems, encouraging the students to critical awareness, participation, responsibility and their role as citizens, thus lead the student to understand and question, given the many social questions. There are many assignments given to the school, but we can not expect it to be the only means of transforming society. The school presents itself as a possible way in search of citizenship as it is critical and transfers these critical subjects to complete levels of education offered in public. The conscious citizen respects the spaces and people. Education for ethics prepares human beings for the balance to accept that they should not prevail the individual wills; citizenship, after all, is not a solitary right - is the art of social coexistence.

**Keywords:** School. Education. Citizenship

## 1. INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo geral refletir sobre o papel da escola no processo da construção da cidadania, os quais podem-se considerar os seguintes conceitos: históricos, políticos e sociais desta trajetória.

Em alguns desses conceitos, a cidadania pode estar baseada em direitos sociais, civis e políticos, sendo assim entendido em como o educador pensa o sujeito, visando o pleno desenvolvimento e seu preparo para o exercício da cidadania.

A escola pública dessa forma, não apenas contribuir significativamente para a democratização da sociedade, como também ser um lugar privilegiado para o exercício da democracia participativa, para o exercício de uma cidadania consciente e comprometida com os interesses da maioria socialmente excluída ou dos grupos sociais privados dos bens culturais e materiais produzidos pelo trabalho dessa mesma maioria.

Para responder aos desafios inerentes ao problema lançado, a pesquisa foi organizada nos seguintes objetivos específicos: Investigar como o segmento interno escolar está contribuindo para a formação da cidadania, autonomia e educação do sujeito; identificar quais são as funções que os

professores exercem enquanto educadores na construção da cidadania; e verificar o processo de entendimento e construção sobre os conceitos de cidadania mais evidentes no espaço escolar;

## **2. DESENVOLVIMENTO**

A escola e a cidadania são decorrentes de um processo evolutivo, e o que faz a diferença nesta evolução são os indivíduos na sua maneira ou modo de organizar as leis e os seus ideais, na busca de garantir os seus direitos. Pode-se dizer que isso acontece também na escola, pois tudo o que existe na escola são resultados de decisões políticas, interesses da sociedade, uma necessidade de profissionalismo que visa a cumprir com os direitos e deveres de uma escola, mercado, loja, etc.

A cidadania sempre esteve presente nos movimentos marcados pelos avanços e evolução, inclusive em toda a trajetória da Educação escolar, pois a expressão cidadania traz uma ideia de cidade, de área urbana, ou uma comunidade politicamente organizada, a expressão “cidadania” vem do latim quer dizer civitas (cidades), e pode-se considerar então aquele que tem participação na cidade.

Desde a sua origem a cidadania pode-se dizer que cidadão é aquele que mora na cidade. Para entender melhor, tem-se como exemplo a civilização Grega, a qual a expressão significava muito mais, de acordo com o pensamento de Aristóteles,

O cidadão não é cidadão só porque vivem na cidade, afinal os estrangeiros e os escravos também ali vivem; tampouco são cidadãos aqueles que compartilham de um mesmo sistema legal, de levar ou ser conduzido diante do tribunal, pois residentes estrangeiros não possuem completamente esses direitos, sendo obrigado a apresentar um patrono, um cidadão responsável por eles; os chamamos de cidadãos apenas na acepção em que se aplica o termo às crianças que são muito jovens para o registro de cidadão ou aos homens velhos que já estão isentos dos deveres cívicos. (ARISTÓTELES, 2008 apud GORCZEVSKI e MARTIN, 2011, p. 21).

O Cidadão, de acordo com a participação, onde qual não se possa apresentar nenhuma exceção é representado por aquele que tem a autonomia de tomar parte de uma administração, política, ou faz parte de uma sociedade independente das classes sociais existentes em uma cidade.

Independentes das classes sociais existentes na sociedade, a escola faz parte de um meio social, político e econômico assim possuem uma função desenvolver nos educandos o ensino formal, relativa à sua realidade, o conhecimento para que possam agir com criticidade diante de tais situações. A escola enquanto espaço de formação de sujeitos deve assim promover a inclusão destes no espaço público como forma de participação política, atuantes na sociedade e preparando para o exercício da cidadania.

Dentro desta perspectiva relacionar a escola com a cidadania desenvolvem algumas questões, como por exemplo, os direitos básicos estão sendo garantidos, mas deve-se também buscar uma qualidade. A constituição federal de 1988 segundo o artigo 205 do capítulo III, onde diz que a “educação deve desenvolver, além do desenvolvimento pleno da pessoa e sua qualificação para o trabalho, o preparo para o exercício da cidadania”. É um espaço onde os indivíduos dispõem para conhecer leis, direitos e deveres da cidadania. Segundo Loureiro,

Pode-se afirmar que cidadania é o direito a ter direitos, além do dever de lutar por estes. Não é só isso, porém; cidadania também representa a necessidade de reconhecimento de novos direitos. (LOUREIRO, 2009, p. 175).

Com este argumento, considera-se então que a escola desempenha um papel muito importante na formação dos indivíduos à medida que tenham educadores qualificados, que exerçam suas práticas pedagógicas adequando à cultura, partindo de uma criticidade e conhecimento sobre leis, direitos e deveres.

O autor Gorczewski e Martin nas afirmações de Pinsky refere-se ao cidadão em “ser cidadão é ter direito à vida, à propriedade, à igualdade perante a lei: e em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos”. (PINSKY, 2003. p. 9 apud GORCZEWSKI e MARTIN, 2011, p. 22).

De acordo com este argumento, cidadão é aquele que, em uma determinada comunidade política, usufruir plenamente dos direitos civis (liberdades individuais, direito de escolhas), dos direitos políticos (direito de participação em coletividade) e dos direitos sociais (direito a Educação, saúde, emprego, moradia, etc.). Pode-se considerar cidadão aquele que tem uma participação na sociedade. Segundo Marconi Pequeno,

A cidadania é a condição social que confere a uma pessoa o usufruto de direitos que lhe permitem participar da vida política e social da comunidade no interior da qual está inserida. A esse indivíduo que pode vivenciar tais direitos chamamos de cidadão. Ser cidadão, nessa perspectiva, é respeitar e participar das decisões coletivas a fim de melhorar sua vida e a da sua comunidade. (PEQUENO, 2008, p. 35).

No contexto social que estamos vivendo espera-se uma sociedade mais humanizada convivendo com as diversidades, entre elas: a fome, violência, miséria, e que a escola tenha um objetivo em fazer com que o indivíduo resgate uma identidade cívica, efetivando uma igualdade de direitos. Desta maneira, também levar o educando a compartilhar estes direitos, com todos os membros que fazem parte de uma sociedade.

Para que isso venha acontecer é preciso que o indivíduo tenha acesso a uma Educação democrática e com qualidade, uma vez que a escola é mediadora neste processo de construção social. Assim a escola cidadã será

um modelo de escola de acordo com a democracia, de acordo com o educador Paulo Freire, “a escola cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e deveres é uma escola que vive a experiência tensa da democracia”. (FREIRE apud GADOTTI, 1996 p. 11-12).

De acordo com as Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/96, as metas e os princípios elencados na Constituição de 1988, foram reformulados e as garantias, referente ao termo cidadão, sendo considerado um sujeito com posses de direitos. Desta forma a Lei disponibiliza e organiza a cidadania sendo um dos elementos principais considerados essenciais para a prática educativa diante ao currículo em todos os níveis e modalidades de ensino, assegurando aos níveis estaduais, federais e municipais, sendo os responsáveis para considerar a existência dos direitos e a sua articulação plena no cotidiano escolar.

A função social da escola tem objetivo de incluir o indivíduo ao saber histórico, ao conhecimento científico, de forma eficaz e com qualidade, também cumpre com sua função social de preparar o sujeito para o trabalho, o pleno exercício da cidadania e seu desenvolvimento de pessoas solidárias, cooperativas, autônomas, capazes de conviver com as diferenças.

Dessa maneira pode-se dizer que somente quando o indivíduo tiver seus direitos realizados, sua igualdade reconhecida e protegida, daí decorre o processo em que pode-se considerar uma sociedade justa. Segundo Freire “a sua cidadania que não se constrói apenas com sua eficácia técnica, mas também com sua luta política em favor da recriação da sociedade injusta, a ceder seu lugar à outra menos injusta e mais humana”. (FREIRE, 1996, p. 63).

A Escola e a cidadania foram sendo instituída por elas uma grande transformação evolutiva da sociedade brasileira, percebe-se que uma escola tem um processo histórico e em constante evolução. Assim, quando falar em uma qualidade de cidadão, primeiro deve-se analisar a realidade social que se está referindo, porque de acordo com a evolução, desenvolvem novas características, que se diferenciam conforme o tempo, o lugar e as condições socioeconômicas.

Com o surgimento dos PCNs (1997), os profissionais dentro das suas áreas de atuação passaram a ganhar um norte para a elaboração das suas práticas pedagógicas, orientando e garantindo a coerência em um sistema educacional. Os PCNs apresentavam-se em coleção de dez volumes desenvolvidas pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), trazendo algumas concepções de cidadania no contexto escolar:

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como o exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito. Conhecer características fundamentais do Brasil, dimensões sociais, materiais e culturais como meios para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país. Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de



confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania. Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos. (PCNs, Volume I, apud SIMETTE, 2006, p. 22).

No entanto, compreender a cidadania como a participação social, o conhecimento e informação a respeito desta participação, levando em algumas sugestões, os segmentos da escola além dos que já existem, tais como exemplo, a o grêmios estudantil e conselho escolar, na perspectiva de ampliar as discussões na dimensão pedagógica, administrativa e financeira.

Atualmente tudo o que é desenvolvido na sociedade e na escola é denominado cidadania, na escola o objetivo de formar cidadãos, é incluir-se ao objetivo de desenvolver nos alunos pensamentos críticos, conscientes, participantes, conhecendo a sua realidade social.

A escola enquanto espaço de reflexões sobre a comunidade, neste sentido, para reconstruir alguns elementos de desenvolvimento de uma escola para a formação da cidadania, precisa formar profissionais que conheçam quais as funções sociais da escola brasileira em diferentes momentos, para que em seguida possa discutir a função pedagógica, política e do trabalho em relação à escola cidadã.

Diante dos enfrentamentos dos problemas sociais, ambientais, econômicos, políticos, religiosos, entre outros, a escola tem desenvolvido um papel de intervenção pra cada uma destas questões, visando a melhoria da educação, cabe citar alguns exemplos: educação ambiental, educação sexual, ambiental, educação para o trânsito etc., de que cidadania fala a escola e como esta instituição social este que podem estar elencados ou não no Projeto-Político-Pedagógico das escolas,

No deslocamento desse eixo, é que se viabiliza e se justifica o interesse em desvelar promove ou busca garanti-la em seu fazer sistematizado a fim de aproximar conteúdos, rotina escolar, currículos e ações didáticas. (SIMETTE, 2006, p. 10).

A escola tem o objetivo de propiciar ao aluno a aquisição de instrumentos que possibilitam o acesso de um saber sistematizado a fim de socializar o saber, este fator dependerá da boa ou má administração da educação, dependendo das ideologias que norteiam a ação pedagógica.

Desta maneira será através das direções que nortearam todo o processo educativo baseada no contexto social, cultural, nos princípios das relações políticas e sociais. O educador Freire destaca-se em seu livro pedagogia da autonomia algumas ideias sobre a escola enquanto propicia a aquisição desse saber sistemático,

Porque não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Porque não estabelecer uma necessária

“intimidade” entre os saberes curriculares fundamental aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Porque não discutir as implicações políticas e ideológicas de tal descaso dos dominantes elas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso? Porque, dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem nada que ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos, transferi-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos. (FREIRE, 1996, p. 17).

A escola necessita de uma prática educacional destinada através dos espaços de organização e da gestão da educação. Atualmente vem ocorrendo mudanças profundas que afetam nossa capacidade de compreender a realidade social, assim buscam-se uma escola que tenha autonomia, dignidade, solidariedade, afetividade.

As mudanças exigem da escola e dos educadores uma tarefa de traduzir as determinações do mundo em que vivem. De acordo com estas transformações é necessário que a escola esteja preparada para atuar diante dos novos desafios, tomando decisões que viabilizem o sujeito a atribuir os conhecimentos baseados num princípio de igualdade, enfrentando os paradigmas. De acordo com Freire,

Saber que devo respeito à autonomia, à dignidade e à identidade do educando e a prática, procurar a coerência com este saber, me leva inapelavelmente à criação de algumas virtudes ou qualidades sem as quais aquele saber vira inautêntico, palavreado vazio e inoperante. De nada serve, a não ser para irritar o educando e desmoralizar o discurso hipócrita do educador, falar em democracia e liberdade mais impor ao educando a vontade de arrogante do mestre. (FREIRE, 1996, p. 36).

De acordo com este diálogo, na perspectiva de Freire, ainda é possível estabelecer alguns princípios de autonomia, fazendo a organização do trabalho pedagógico, no desenvolvimento das novas relações econômico-produtivas e sociais, respeitando a identidade do educando pelo qual o educador deve ter como objetivo em compreender a nova pedagogia escolar, fundamentada nas mudanças ocorrida na sociedade atual.

A atual ação pedagógica deve ser baseada no que os estudantes vivenciam na sua prática cotidiana, tornando uma escola mais digna, mais íntegra obtendo o ensino da democracia e ética.

A escola e os desafios das políticas de formação dos profissionais da educação nos dias atuais levam-nos a refletir sobre a complexidade das funções entre uma boa ou má administração da educação e as políticas de formação dos profissionais de educação no contexto de transformações que vêm ocorrendo no mundo, sendo assim,

Como professor, se minha opção é progressista e venho sendo coerente com ela, se não me posso permitir a ingenuidade de pensar-me igual ao educando, de desconhecer a especificidade da tarefa do professor, não posso, por outro lado, negar que o meu papel fundamental é contribuir

positivamente para que o educando vá sendo o artífice de sua formação com a ajuda necessária do educador. (FREIRE, 1996, p. 42).

O professor que exerce a sua função enquanto educador pode estimular o educando a refletir sobre os cuidados com a saúde, natureza, as questões da sociedade, entre outros, a consciência do que seja participante dessa sociedade.

A partir desta reflexão, o aspecto importante que se fundamenta o exercício de uma democracia é o exercício da cidadania, na escola, em especial, porque a criança, ao lado de outras, de forma coletiva, vai assimilar as regras gerais de convivência social. De acordo com Castro,

A família de certo nível social e educacional é um cursinho preparatório para a escola e para a socialização que vem com ela. É uma pré-educação para a cidadania. Ora, se falha este processo, o trabalho da escola se torna muito mais árduo. De fato, isso é um problema sério no caso de crianças de famílias destruídas, de meios miseráveis, de situações de pobreza abjeta, de comportamentos antissociais dos pais. (CASTRO, 1999, p. 4).

As noções e os hábitos de civilidade e responsabilidade social são construídos partir do desenvolvimento da moralidade, esta pode ser uma situação de mudança ou atrofiamento, dependendo dos resultados das convivências familiares, em um meio que o estimula ou impede.

A escola enquanto agente de socialização é intermediária também na relação entre a família e a sociedade. A escola é uma etapa de transição para entrar na sociedade. “Portanto, não será grande novidade dizer que a escola tem um papel de extraordinária importância no desenvolvimento da cidadania”. (CASTRO, 1999, p. 3). É um intervalo de construção social no desenvolvimento de um ser humano.

Ao começar ir à escola entre os três e seis anos de idade, até o final do processo da educação básica, entre dezesseis a vinte dependendo da capacidade cognitiva de cada aluno, acontece muitas coisas neste processo de socialização. De acordo com a educação na infância Propeim faz alguns apontamentos em relação à formação da criança na sociedade,

A educação da infância deve ser considerada como processo de base para a aquisição da autonomia, da conquista do sentimento e consciência da cidadania [...] A criança é então um sujeito social e histórico, participante de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade e num momento histórico[...] Busca-se hoje uma educação emancipatória, voltada à formação de um sujeito que seja de fato, um cidadão do mundo. Toda a estrutura curricular e sistematização de atividades mudam de paradigma, para conseguir proporcionar ao sujeito a apropriação de saberes que se transformem em mais valia para a sua vida. [...] (PROPEIM apud SIMETTE, 2006, p.26).

A educação na infância requer uma base para a autonomia, o papel da escola é, pois decisivo, mas poder ser possível, durante os planejamento e reflexão curricular é preciso que tenha o objetivo de efetuar uma ligação entre a

teoria e a prática (práxis), constituindo grandes desafios importantes em meio às reflexões sobre os momentos de capacitação, para que o currículo seja de acordo com a realidade dos educandos.

Assim a relação entre teoria e prática estará de acordo com desafios da ação social. O educador não deve fazer acepção com os indiferentes ou sem a responsabilidade de atuar diante da realidade, ele deve procurar intervir e aprender juntamente com os seus alunos, caso contrário acontecerá um grande conflito na base de todo o aprendizado. A relação entre teoria, prática e cidadania para Machado,

Nada parece mais característico à ideia de cidadania do que a construção de instrumentos legítimos de articulação entre projetos individuais e coletivos [...] Neste sentido, educar para a cidadania significa prover os indivíduos de instrumentos para a plena realização desta participação motivada e competente, desta simbiose entre interesses pessoais e sociais [...] e também a negociação de uma compreensão adequada dos valores acordados, sem o que as mais legítimas bandeiras podem reduzir-se a meros slogans e o remédio pode transformar-se em veneno. (MACHADO, 1999, p. 26).

De acordo com as características de cidadania, através da articulação de projetos motivando uma competência pessoal e social, deve-se considerar a inserção de um novo paradigma progressista surgem dois conceitos principais de cidadania fazendo assim uma espécie de emancipação: a cidadania politizadora e a cidadania cognitiva. Ambas constituídas por experiências e períodos históricos diferentes, pela qual mantém uma reflexão sobre a transformação social, devendo ser assumidos pelos educadores em discursos sobre a formação de cidadão na medida em que as duas vertentes de cidadania se misturam na contemporaneidade, onde a politização e a posse de conhecimentos se unem na tentativa de formar o cidadão.

A cidadania cognitiva é baseada pela ideia de democratizar o acesso ao conhecimento de todas as pessoas em um maior número de informações possíveis, assim a cidadania cognitiva é aquele que tem a posse de conhecimentos necessários para a inclusão social em uma nova geração globalizada. Cidadania para Simette,

É também necessário lembrar que o paradigma progressista contemporâneo de cidadania, ao discutir o papel do conhecimento para o desenvolvimento humano, insere a vertente cognitiva nos debates sobre as finalidades da escola. Pautada na busca pelo cidadão global, capaz de desempenhar um papel ativo na era globalizada: um “cidadão do mundo” aposta na posse da informação contextualizada como premissa para a inclusão. (SIMETTE, 2006, p. 10).

O processo de globalização trouxe consequências ao questionar quem é cidadão num contexto atual, onde ocorrem muitas transformações, surgindo diversas barreiras, exigindo novos conceitos sobre o atual cidadão e a ideia de democracia, a cidadania na escola necessita, pois ser refletida através da

comunidade escolar, meios de comunicação, políticos, educadores, educandos incluindo até mesmo as classes menos favorecidas.

### 3.RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com a escola pode-se afirmar que é um ambiente de integração social, onde as influências da sociedade nos dias de hoje estão deixando de lado o seu verdadeiro papel, a escola deve ser um espaço de harmonia, consolidando com as formações de sujeitos que compreendam o mundo a sua volta.

Os conflitos gerados pelo mundo da globalização trouxeram aspectos competitivos, o modelo de produção acelerou um processo de consumo, as pessoas podem adquirir as mesmas coisas, desenvolvendo até violência, o que é bastante visível nas escolas, deixando de fora o conhecimento, desestruturando a organização escolar muitas vezes. As consequências da globalização nas palavras do autor Gonçalves Filho,

Os cidadãos de todo o mundo se comunicam instantaneamente, bens e serviços são trocados a todo instante entre os mais extremos pontos do planeta, tornando o conceito de consumo global uma realidade e neste contexto, países menos desenvolvidos economicamente e socialmente, correm risco considerável de perderem a identidade no cenário que se desenvolve. (GONÇALVES FILHO, 2012, p. 12).

A globalização no ambiente escolar pode trazer algumas consequências à escola, precisa-se organizar um redirecionamento, ou seja, levar em consideração que a globalização é um fenômeno inevitável e que pode ir aumentando cada vez mais.

A escola deve estar preparada para enfrentar diferentes desafios, em frente a globalização, fazendo com que o sujeito atribua conhecimentos baseados em princípio de igualdade, participativo e sistematização do saber acumulado pela sua cultura.

Trata-se de se apropriar dos instrumentos teóricos e práticos necessários aos equacionamentos dos problemas detectados na prática social. Como tais instrumentos são produzidos socialmente e preservado historicamente, a sua apropriação pelos alunos está na dependência de sua transmissão direta ou indireta por parte do professor. Digo transmissão direta ou indireta porque o professor tanto pode transmiti-los diretamente como pode indicar meios pelos quais a transmissão venha se efetivar. (SAVIANI, 1995, p. 71).

A escola deve criar meio ou condições para que os alunos tornem-se sujeitos críticos, fazendo com que estes tenham uma visão ampla sobre as ideologias existentes que impedem a emancipação de pensamentos, sem influencias de terceiros, por isso a escola também deve estar analisando qual é o papel dos professores ou educadores nas suas práticas diárias em sala de

aula, pois a escola é à base de um processo capitalista, o professor deve então assumir um diálogo político e assim direcionar o pensamento dos seus educandos tornando-os intelectual.

Com o objetivo de refletir sobre o papel da escola, sua função política e social na construção da cidadania desenvolvida juntamente com seus diferentes períodos históricos, entendendo que a educação e cidadania estão baseadas no conhecimento historicamente acumulado e na socialização através de um conhecimento científico, em vista que a escola esta inserida em um espaço social, político e econômico, desempenhando um papel de levar os alunos a refletir sobre o conhecimento científico e sua realidade social, na medida em que se tenham educadores qualificados, exercendo a sua função diante das transformações sociais ocorridas nos dias atuais.

Para superar estas transformações sociais ocorridas, exige dos educadores uma criticidade, assim a construção da cidadania estará baseada no diálogo, reflexões, opiniões que levem o educando a perceber o que esta ocorrendo no mundo em sua volta, o educador deverá ensiná-los ou conduzi-los a sair de tais situações ou dificuldades que o cercam.

Sendo assim, o processo de construção da cidadania é garantido pelo processo de iniciativa visualizada junto aos educadores em um desenvolvimento decorrente das transformações da sociedade atual, tais como problemas familiares, indisciplina dos educandos, concentrados basicamente nas tentativas de desenvolver um cidadão crítico diante destas transformações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O conceito de cidadania geralmente é baseado nas contradições e transformações provindas de desencontros entre a teoria e a prática pedagógica, o que a escola precisa é realizar uma base discursiva sobre uma cidadania reflexiva-crítica fundamentada na ideia política, social e ética, considerando que as contradições ocorrem de acordo com a organização dos sistemas de ensino.

Para que as dificuldades de colocar um trabalho voltado para a construção da cidadania sejam superados é preciso investir nas situações de reflexão e do diálogo, baseado em estudos e planejamentos coletivos, a educação escolar para a construção da cidadania necessita de criticidade e consciência por parte dos educadores.

Assim o objetivo de refletir sobre o papel da escola, sua função política e social na construção da cidadania, é baseado no resultado da pesquisa relatado pelos educadores nas questões apresentadas neste assunto, discutindo o processo da construção da cidadania no ambiente escolar, considerando que esta tem a função de formar cidadãos críticos e atuantes na sociedade e que o direito ao acesso a educação também garantem o reconhecimento de valores, leis, direitos e deveres da cidadania.



É preciso lembrar que a presente temática em questão ainda não foi encerrada e que ainda esta aberta para futuros estudos a fim de ampliar a discussão, incluindo uma dimensão mais ampla sobre o tema.

O que se pode concluir que as discussões colocaram a importância crítica em função do tema o papel da escola, sua função política e social na construção da cidadania, a partir das análises pode-se ressaltar que a educação evoluiu e todas as discussões, precisam ser bem-vindas, através de um objetivo de colocar um fim no silêncio de que tudo parece estar tranquilo e que no futuro todos assumam a responsabilidade na construção da história da nossa educação brasileira, pelo qual os educadores desenvolver uma tarefa difícil, de formar um cidadão nos dias atuais.

A escola de hoje deve ser uma escola aberta a todos, para aqueles que irão cursar uma faculdade, ou não, desempenharão outras funções sociais, é preciso acreditar que a função da escola que deverá repassar aos alunos uma nova visão de conhecimento, o educador passe a ensinar ao educando não apenas diferentes teorias através do saber, mas que ensine aos alunos o desenvolvimento pleno, buscando inúmeras informações cada vez maiores que estas informações sejam de acordo com a sua realidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de diretrizes e bases da educação Nacional**. Lei 20 de dezembro de 1996(LDB 9394/96). Brasília, 1996.

CASTRO, Cláudio de Moura. **Escola para cidadania?** 1999. Disponível em: <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/cidadania%20-%20claudio%20castro.doc>  
Acesso em Jul/2015

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. (Org.). **Paulo Freire: uma bibliografia**. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 1996.

GONÇALVES FILHO, Jaime. **Cidadania e Globalização**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: Publicado em 29 de maio 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.37259&seo=1>>. Acesso em: 08 jul. 2015.



V Contextos e Conceitos  
Mostra de Produção Científica e Extensão  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas  
18 e 19 de fevereiro de 2016

GORCZEWSKI, Clovis. MARTIN, Nuria Beloso. **A necessária revisão do conceito de cidadania:** movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

LOUREIRO, Patrícia. **A cidadania da União Europeia:** mito ou realidade? In: SOUSA, Mônica Teresa Costa e LOUREIRO, Patrícia (Org.). Cidadania. Novos temas, velhos desafios. Ijuí: Unijuí, 2009.

MACHADO, Nilson José. **Educação:** Seis Propostas para o Próximo Milênio. Pensamento & Realidade. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração - FEA. 1999, v. 4, p. 23-43

PEQUENO, Marconi. J. P. **Ética, educação e direitos humanos.** Educação em Direitos Humanos: fundamentos histórico-filosóficos In: ZENAIDE, Maria de Nazaré; GUERRA, Lucia de Fatima. (Org.). **Direitos Humanos:** capacitação de educadores., 2008, v. 1, p. 35-39.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. 29ª edição. Autores Associados. Campinas, SP. 1995.

SIMETTE, Ises Eraci. **Cidadania na escola:** entre limites e possibilidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

## O PAPEL DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Jessica de Lima MUSSOLINI ([jessica.mussolini@hotmail.com](mailto:jessica.mussolini@hotmail.com))  
Jussara Isabel STOCKMANN ([jussara.stockmanns@ifpr.edu.br](mailto:jussara.stockmanns@ifpr.edu.br))

### RESUMO

O brincar na ação pedagógica docente desenvolve na criança um ensino muito além de qualquer forma de aprender, e é brincando que a criança aprende verdadeiramente, nesse sentido vamos analisar como esse processo acontece. Nesse artigo vamos aprofundar mais sobre o papel do brincar na educação infantil, abordando sobre como as brincadeiras ajudam no ensino e aprendizagem das crianças, sabemos que o brincar é um fator essencial na aprendizagem de qualquer criança e por isso iremos tratar desse assunto, também serão apresentadas as diversas modalidades de jogos, brincadeiras e faz de conta, que consequentemente também alfabetiza enquanto ensina.

**Palavras Chaves:** Brincar, Educação Infantil, Criança, Aprendizagem, Brincadeiras.

### ABSTRACT

Playing in the teaching pedagogical action on child develops a teaching far beyond any form of learning, and is playing the child learns truly, in this sense we will analyze how this process happens. In this article we will delve more about the role of play in early childhood education, addressing how the games help in the teaching and learning of children, we know that play is an essential factor in learning of any child and therefore we will address this issue, will also be presented the different types of games, play and make-believe, which consequently also teaches literacy while teaching.

### INTRODUÇÃO

O brincar é importante para o ensino e aprendizagem de qualquer criança, é por meio da brincadeira que o aluno acha uma forma de se comunicar com os demais, o brincar facilita a construção, a criatividade e a aprendizagem de cada criança, é brincando que se aprende com mais facilidade, a brincadeira possibilita à criança um momento de interação e ao mesmo tempo em que essa criança brinca, ela aprende muitos valores.

A brincadeira é importante para o desenvolvimento físico, social, cultural, afetivo, emocional da criança. A ludicidade é um fator que influencia muito quando criança, o brincar é uma atividade prazerosa para as crianças, mas não deixa de ensinar, enquanto criança se aprende muito mais fácil, e muitos usam muito disso, essa aprendizagem que eles conseguem levar para a vida toda.

Sendo assim vamos analisar o porquê o brincar na educação infantil, muitos relatam que a brincadeira é um fator importante na infância da criança e que o brincar sim influência e muito no ensino aprendizagem.

## **O PAPEL DO BRINCA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A criança desde os primeiros anos de vida já começa a vivenciar o ato de brincar, as brincadeiras são importantes para desenvolver a ludicidade, imaginação, criatividade, entre outros.

As crianças têm por sua natureza a vontade e o estímulo de brincar, e a brincadeira se torna a visão central de cada criança. Conforme (MOYLES, 2002, p.11), “O brincar é sem dúvida um meio pelo qual os seres humanos e os animais exploram uma variedade de experiências em diferentes situações, para diversos propósitos” Tendo como base principal do brincar a imaginação, durante todo o ciclo de vida da criança, ela nunca em nenhuma situação deixa de usar a sua imaginação, em todas as brincadeiras elas conseguem imaginar além do que estão brincando e criando e isso torna a criança cada vez com mais estímulos de criar e evoluir.

Dentro das várias formas de brincar se encontra o brincar livre, onde as crianças com peças e outros materiais constroem o que acham ser importante comparando com sua imaginação, elas criam o que conseguem imaginar e depois repassam para os adultos o que tentaram criar, a criança consegue usar a imaginação para se relacionar com as diferentes situações, dos problemas que muitos adultos pensam ser impossíveis, para uma criança é apenas uma situação onde com brincadeiras tudo pode ser resolvido.

As crianças criam e recriam constantemente ideias e imagens que lhes permitem representar e entender a si mesmo e suas ideias sobre a realidade. Isso pode ser percebido em suas conversas, desenhos e pinturas, artesanato, design, música, dança, teatro e, evidentemente, no brincar. (MOYLES,2002,p.83).

A criança consegue criar personagens dentro de sua imaginação e até incorporar neles, como por exemplo, ela consegue se passar por outra pessoa para experimentar como é viver aquele papel, ela adota várias formas e atitudes para se relacionar com as outras pessoas, a criança consegue imitar gestos, expressões, formas, tudo que ela pode ver ou sentir, ela também pode imitar de forma que ela interprete, como um médico, ela brinca de cuidar de outra pessoa, de sentir se aquela pessoa esta bem ou não, ela incorpora e fantasia o que realmente esta imaginando, a criança consegue sentir até mesmo como é estar vestida com aquela roupa toda branca, a imaginação de uma criança vai muito mais além de criar e brincar, ela usa, vivência, imita e transforma tudo que ela consegue sonhar, toda a brincadeira é transformada e baseada na realidade, e isso se torna comum para a criança.

Ao abordar a questão do brincar analisamos que no Referencial Curricular Nacional para a Educação infantil, se tem como aspecto três objetivos na educação infantil: Brincar, Cuidar, Educar. Esses aspectos têm como objetivo chegar a uma mesma conclusão, a aprendizagem da criança para sua formação.

No brincar se usa muito da imaginação, crianças brincam conforme imaginam, usam de seu potencial para criar, e usam os gestos para se expressar e assim transferem sentimentos, a brincadeira sempre vai ser o essencial na infância da criança, pois para ela o que realmente importa é brincar. Conforme (BRASIL,1998, p.27), “A brincadeira é uma linguagem infantil que mantém o vínculo essencial com aquilo que é o não brincar”.

O brincar cria na criança um desenvolvimento muito mais além do que ela já consegue desenvolver, uma criança que não brinca não se desenvolve de uma forma rápida, a brincadeira ajuda no desenvolvimento interno e externo da criança.

Portanto também se torna diferente o brincar com outras crianças e o brincar com adultos, o brincar traz muitas situações como o compartilhar, dividir elas negociam com outra criança a troca de brinquedos e é mais criativo e imaginário, também se aprende as maneiras do companheiro na hora da brincadeira e se conta novidades sobre o que ela já conhece e divide e compartilha momentos que ela já vivencia.

### **AS BRINCADEIRAS COLETIVAS E A ESTIMULAÇÃO DA CURIOSIDADE**

Quando a criança brinca com outros colegas ela entende que é muito importante saber dividir o que ela tem, e que quando ela precisar usar o brinquedo que os colegas estão usando, a partir do momento que ele não usar mais ele vai empresta para os demais, quando se brinca em grupos as crianças aprendem a esperar a ter paciência para esperar o colega desocupar o que ela precisa usar, aprende sobre as regras que o outro coleguinha segue na sua casa. Conforme (MOYLES, 2002, p.36), “O brincar como um processo e modo, proporciona uma ética da aprendizagem em que as necessidades básicas de aprendizagem das crianças podem ser satisfeitas”. Na hora da brincadeira a criança aprende muito, no momento em que ela está brincando ela está aprendendo sobre valores, ética, sobre a moral, aprende que se deve respeitar sempre quem precisa e que isso faz parte de todos nós, aprende que os valores são muito importantes e que se deve usar sempre( Por favor, obrigado,etc). São os ensinamentos que passamos para eles que eles vão seguir a vida toda, o que eles aprendem em casa ou na escola que eles vão levar com aprendizado para a vida toda, e quando se esta brincando se aprende muito desses valores.

Outro fator muito importante que acontece muito enquanto criança é a questão da curiosidade. Conforme (FREIRE, 2015, p.83), “Como professor

devo saber que sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino”.

Qual criança que não é curiosa, as crianças geralmente querem saber de tudo, querem pegar tudo, querem conhecer os objetos com as mãos querem sentir, e tem curiosidade em tudo, fazem perguntas e mais perguntas como: Porque? Aonde? Como aconteceu? O que é isso? São perguntas que toda criança faz quando quer saber de algo, ou quer conhecer algo que nunca viu e essa curiosidade deve ser estimulada cada vez mais para que eles tenham a vontade de descobrir de ir além do que já sabem, de pesquisar, adquirir mais conhecimentos do que já se tem. Conforme (FREIRE,2015,p.83):

Estimular a pergunta, reflexão crítica sobre a própria pergunta, o que se pretende com esta ou com aquela pergunta em lugar da passividade em face das explicações discursivas do professor, espécies de respostas às perguntas que não foram feitas.

O professor deve estimular o aluno a pergunta e a questionar. As crianças carregam em si uma curiosidade sobre tudo que acontece em volta delas, questionar e perguntar é o que elas mais fazem e a aprendizagem está ligada em todo esse universo juntamente com a curiosidade. Conforme (MOYLES,2002,p.101):

O professor se torna um organizador efetivo da situação de aprendizagem, na qual ele reconhece, afirma e apóia as oportunidades para a criança aprender á sua própria maneira, em seu próprio nível e a partir de suas experiências passadas (conhecimentos prévios).

Pode-se ter a certeza que a criança aprende mais quando está brincando e que isso motiva mais ainda eles a aprender a entender e a cada vez mais procurar conhecimentos, o ensino aprendizagem de cada criança depende muito do que cada criança está passando.

A vida familiar da criança também influência muito na escola e principalmente na aprendizagem, quando não se está passando por bons momentos no lar da criança isso obviamente vai refletir dentro da sala de aula, no momento em que ela vai ter que prestar atenção nos ensinamentos do professor para depois refazer atividades que forem passadas, o professor é a pessoa que fica perto da criança em sala de aula e que conhece sempre quando esta criança está prestativa na aula e quando alguma coisa esta tirando a atenção dela.

## **BRINCAR E ENSINAR EM SALA DE AULA**

Apesar dos descasos a criança também aprende muito através dos jogos que muitos deles são essências para ajudar na aprendizagem de cada aluno.

Os jogos ao mesmo tempo em que a criança brinca, ela aprende, são várias modalidades de jogos educativos que podem ser muito bem utilizados pelos alunos, os jogos são uma peça chave para o desenvolvimento da criança, e nos dias atuais tudo se torna muito mais fácil, a tecnologia foi



umentando cada vez e está facilitando cada vez mais a vida de alunos, pois é uma ferramenta que se for bem utilizada e da maneira correta pode ajudar muito para ensinar diversas coisas e tirar muitas dúvidas.

Com o auxílio da tecnologia tudo fica mais fácil, jogos, pesquisas, estudo, em fim tudo para que os alunos tenham uma fonte de pesquisa para se auxiliarem, e a tecnologia pode sim ajudar e muito para ensinar e despertar o ensino aprendizagem das crianças.

Sabendo que os jogos são importantes para o ensino aprendizagem de uma criança, podemos também analisar quais jogos vão ajudar a facilitar o desempenho da criança, como memória, atenção, concentração, rapidez, agilidade, todos esses fatores podem contribuir para que a criança se desempenhe melhor nas atividades de sala de aula e na aprendizagem.

O jogo da memória ajuda na memorização da criança, é um jogo em que a criança tem que lembrar onde está a peça certa para que ela consiga pontos para ganhar o jogo, ajuda para que a criança tenha uma boa memória e consiga lembrar, mais tarde esse jogo ajuda para que o aluno consiga lembrar-se de suas tarefas e seus compromissos.

Os jogos do tabuleiro são os mais práticos que explicam sobre a economia, contem bastantes símbolos e ajuda incentiva a criatividade e construção de imagens, esse jogo também ajuda bastante a adquirir conhecimento, fazer estratégias e exige muito da atenção da criança.

A criança gosta de aprender enquanto brinca, é assim que ela consegue memorizar, aprender, é brincando que surgem dúvidas e questionamentos, e os mais importantes são os jogos que podem ser dois ou até mesmo em grupos, assim a criança consegue interagir, conversar com outro colega sobre o jogo, se tornam companheiros no jogo, elas podem explorar sobre a linguagem, conversar sobre aquilo que fizeram e depois descrever como foi à experiência.

Quando se brinca a criança consegue aprofundar o que ela já sabe conversar sobre o que elas ainda podem fazer, podem ter oportunidades de brincar com a ludicidade e planejar brincadeiras que ajudem. Conforme (FREIRE,2015,p.70), “a esperança de que professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos a nossa alegria”

O professor e o aluno juntos conseguem aprender um com o outro, produzir o que realmente pensam, juntos podem fazer a educação melhor e a aprendizagem da criança ir além das salas aulas, o professor auxilia para que a criança tenha um bom desenvolvimento, e a criança transfere o resultado para o professor, mostrando que realmente aprendeu e entendeu o que o professor quis lhe ensinar. Conforme (MOYLES,2002,p.114):

Os professores, evidentemente, devem ser capazes de reconhecer aspectos diferentes de progresso nas crianças que ensinam, não apenas por uma questão de responsabilidade, mas também para sua satisfação profissional.

Com todo o ensino que o professor passa para o aluno, sempre conseguirá ver um progresso na criança, se a criança conseguiu melhor, se ela já está se situando melhor com o conteúdo, o professor deve estar sempre atento a todos os níveis de educação da criança, e perceber todo o avanço que cada criança consegue dar.

As crianças enquanto pequenas conseguem aprender com mais facilidade e rapidez, nos dias atuais as crianças são muito espertas e curiosas, e com a tecnologia que temos hoje tudo fica mais fácil.

O professor pelo modo em que a criança brinca, também consegue avaliar, essa avaliação se dá pelo modo em que a criança brinca, como ela rege com os colegas, como se situa com os amigos, se ela tem fácil interação ou não, tudo isso se torna um meio em que o professor consegue avaliar.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O papel do brincar se torna muito importante na educação infantil, quando criança se tem muita curiosidade e é isso que faz com que a criança se desenvolva da melhor forma, a criança consegue aprender brincando e isso torna muito melhor a aprendizagem.

Nesse artigo, podemos analisar que a brincadeira é sem dúvida um fator muito importante para toda e qualquer criança, sem brincadeira não se desenvolve a educação de uma criança, a criança aprende por meio do que vive e enquanto criança o que ela mais faz é brincar, em seu desenvolvimento nos anos iniciais os brinquedos e os jogos são muito importantes pois desenvolvem linguagem, memória, atenção, criatividade entre outros que auxiliam muito o desenvolvimento, a ludicidade é importante em qualquer idade mas principalmente enquanto criança ela é usada não só como diversão mas para desenvolver as potencialidades da criança, o brincar juntamente com a aprendizagem se tornam juntos o melhor meio de ensino que cada criança pode ter.

O brincar não é apenas brincadeiras, o brincar é sem dúvida a melhor forma de ensinar enquanto se brinca, a brincadeira torna tudo mais divertido e o ensino aprendizagem da criança se torna muito mais eficaz quando se aprende da melhor maneira possível.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015.

MOYLES, J. **Só brincar? O papel do brincar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

## PARALELO ENTRE O CARÁTER INDIVIDUALISTA DA PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E OS DIREITOS HUMANOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E CULTURAIS.

ROBER ELIAS MARINI (remarini@celesc.com.br)  
LAILA GALVÃO (laila.galvao@ifpr.edu.br)

### RESUMO

Nesse breve estudo, sobre o paralelo entre o caráter individualista da propriedade intelectual e os direitos humanos sociais econômicos e culturais, busca-se trazer de forma sucinta uma provocação para que se repense como os direitos autorais e a propriedade industrial tem-se oposto ao desenvolvimento humano, servindo como uma ferramenta de maximização de lucros em meio ao sistema capitalista no cenário atual. Esta pesquisa, trata-se de uma revisão bibliográfica e tem como base o texto DIREITOS HUMANOS E PROPRIEDADE INTELECTUAL da autora Flavia Piovesan escrito no ano de 2007, e também a Dissertação de Mestrado, escrita por Daniela O. Rodrigues com o título LIMITES AOS DIREITOS DE AUTOR SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, que tratam-se de estudos no mesmo sentido, porém, mais aprofundados. Parte-se da ideia que as garantias ou direitos estabelecidos quando da produção intelectual, tanto de conhecimentos científicos, obras literárias ou culturais acabam, devido ao contexto capitalista atual, por restringir o acesso, principalmente dos menos favorecidos a estas produções. Inegável neste caso a importância destas produções para o desenvolvimento humano pleno, visto que para considerar-se plenamente o sentido de humano deve-se contemplar questões que extrapolam o sentido de subsistência ou sobrevivência, o que seria alcançado apenas com a manutenção de um patamar mínimo existencial sustentado apenas em questões financeiras. As soluções para tanto, ao que parece, passam por uma revisão legislativa, não no sentido de aniquilar direitos autorais, mas que se pondere as esferas individual e coletiva.

**Palavras Chave:** Propriedade intelectual; função social; tratados internacionais; interesse privado; interesse coletivo.

### 1 INTRODUÇÃO

Com o advento da concepção contemporânea dos Direitos Humanos pós declaração 1948, qual traz a ideia de Universalidade dos direitos humanos marcada pela condição humana como único requisito para titularidade de Direitos Humanos, bastando portanto a condição de “pessoa humana” para tanto, desconsidera-se as fronteiras geopolíticas e consideram-se as pessoas. A partir daí entra-se na discussão dos meios para chegar-se à efetiva proteção aos direitos humanos. (PIOVESAN, 2007 p. 4-5)

Partindo do enfoque dos Direitos Humanos de cunho cultural econômico e social, embora anteriormente considerados menos importantes, tem-se hoje a certeza da sua importância na realização e concretização dos direitos humano, não sendo mais considerados direitos em segundo plano, mas “fundamentais” assim como os direitos civis políticos, mesmo porque estes são na verdade supletivos uns dos outros, indivisíveis. (PIOVESAN, 2007 p. 5-6)

Surge então o desafio estatal ou universal de ponderar direitos, uma espécie de antinomia principiológica universal, pois é necessário ponderar-se sobre a questão da proteção privada dos direitos autorais, contrapondo-se ao direito ao acesso à informação como um direito de suma importância para o desenvolvimento humano, sob uma perspectiva humana universal. (PIOVESAN, 2007 p.6)

## 2 O ÓBICE IMPOSTO PELA PROPRIEDADE INTELECTUAL FRENTE AOS DIREITOS HUMANOS

Há de se considerar que os direitos autorais, ou as obras, possuem também uma função social, onde a exploração econômica/financeira do invento deve ser sim garantida como direito, porém a função social deve também ser considerada. Sobre o conflito existente no âmbito dos Direitos Humanos vejamos o que nos diz Flavia Piovesan, (2007, p. 12):

“Ao afirmar a indivisibilidade dos direitos humanos, invocando uma visão integral destes direitos, enuncia a Declaração Universal de 1948, em seu artigo XXVII:

“1. Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios. 2. Toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor”.

E ainda:

Este direito de alcance universal é reiterado pelo Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que em seu artigo 15 adiciona: “Os Estados partes no presente Pacto reconhecem a cada indivíduo o direito de: a) participar da vida cultural; b) desfrutar do progresso científico e suas aplicações; c) beneficiar-se da proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de toda a produção científica, literária ou artística de que seja autor.”

O que Piovesan tenta nos mostrar é que o fato de termos garantido o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios encontra certas controvérsias normativas quando a mesma Declaração diz que toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja

autor. Não que o direito de usufruir da obra seja um obstáculo intransponível ao desenvolvimento, mas a forma como esse direito vem sendo usufruído na sociedade atual tem se mostrado problemática. É o que a autora confirma quando diz:

“No que tange à produção científica, literária ou artística, ao mesmo tempo que a Declaração Universal e o Pacto estabelecem a proteção dos direitos do autor e de seus interesses materiais e morais, consagram o direito difuso ao desfrute dos progressos científicos, bem como a proteção aos direitos sociais à saúde, educação, alimentação, dentre outros. O Pacto enfatiza, ademais, a importância da cooperação internacional no domínio da ciência e da cultura. (PIOVESAN, 2007 p.13)

Continuando com o raciocínio, não que as garantias autorais por si só sejam ruim para a sociedade simplesmente por existirem, mas essas garantias inseridas no contexto capitalista atual geram a controvérsia, quando consideramos que no âmbito dos direitos matérias autorais, estes encontram-se em sua maioria no poder de grandes corporações, que já adquiriram-os dos verdadeiros autores que como em qualquer outro âmbito da sociedade atual acabam sendo engolidos pelo sistema capitalista, restando para eles apenas o mérito do direito moral da obra, uma simples assinatura ao final.

De acordo com Piovesan (2007, p.15):

“A própria Unesco encoraja a remoção de barreiras ao sistema educacional e de pesquisa, considerando a possibilidade da ciência produzir avanços ao crescimento econômico, ao desenvolvimento humano sustentável e à redução da pobreza. Para a Unesco, o futuro da humanidade mostra-se cada vez mais condicionado à produção, à distribuição e ao uso equitativo do conhecimento, em uma sociedade global. Na ordem contemporânea, o bem estar social e o direito ao desenvolvimento estão condicionados à informação, ao conhecimento e à cultura.”

Trata-se de uma concepção lógica, o desenvolvimento humano depende de conhecimento científico, literário e artístico, portanto em que pese direitos individuais, até onde pode-se obstar o desenvolvimento social para proteger direitos autorais?

Deve considerar-se, ou atentar-se mais a função social da obra, sabe-se a carência mundial em todos os sentidos que se vive hoje no mundo, fome miséria, déspotas, estados onde os direitos humanos ainda não são observados, crises epidemiológicas como o caso recente do ebola na África, bem como a atual vulnerabilidade que o Brasil apresenta em relação ao mosquito *aedes aegypti*, a crise humanitária pela qual passa o Oriente onde grupos extremistas sob o argumento religioso devastam vidas, geram pânico e conseqüentemente grandes massas de refugiados que vivem em um limbo desprovidos de qualquer direito por mais básico que possa ser. Ainda em âmbito nacional também podemos citar o caso de pessoas que vivem abaixo

da linha da miséria ou em favelas onde nem o Estado consegue fazer valer suas leis ficando à mercê de traficantes e milicianos.

O conhecimento, ou a disseminação do conhecimento é peça fundamental na resolução desses problemas, é aí que encontra-se o problema de forma concreta, ao mesmo tempo que tudo isso acontece, empresas lucram com a “privatização do conhecimento” de acordo com Piovesan (2007, p.15): “Neste contexto, o direito ao acesso à informação surge como um direito humano fundamental.”

Podemos sintetizar o pensamento em consonância com o que nos fala a autora:

“Deste modo, a proteção ao direito à propriedade intelectual não pode inviabilizar e comprometer o dever dos Estados-partes de respeitar, proteger e implementar os direitos econômicos, sociais e culturais assegurados pelo mesmo Pacto.

Além dos Estados-partes buscarem o balanço adequado destes direitos, com o razoável equilíbrio entre a proteção do interesse privado do autor e do interesse público concernente à proteção dos direitos sociais, frisa o Comitê que a propriedade intelectual é um produto social, apresentando uma função social. Deve, portanto, ser avaliado o impacto no campo dos direitos humanos dos regimes jurídicos de proteção da propriedade intelectual.” (PIOVESAN, 2007. p.20)

No mesmo sentido, temos o que escreve Daniela O. Rodrigues, sob a orientação de Professora Dra. Maristela Basso, em sua Dissertação de Mestrado, com o título Limites Aos Direitos de Autor Sob a Perspectiva do Direito Internacional dos Direitos Humanos:

“Cabe, portanto, ao Estado, enquanto agente Regulador adotar medidas que possibilitem o desenvolvimento econômico e o estímulo a criatividade do autor e compartilhamento de obras pelo titular sem que, no entanto, impeça o usuário de ter acesso ao conteúdo das obras gratuitamente ou a baixos custos em situações legítimas, impassíveis de conflito com o interesse do autor.” (RODRIGUES, 2014 p.17)

Nota-se a consonância de opiniões quanto a aplicação de regras de proteção a produção intelectual, imputando a cada Estado, considerando princípios internacionais de regulação, estabelecer um regulamento diga-se justo. Lê-se ainda:

“[...]o problema não é novo [...], ao longo da história do direito internacional da propriedade intelectual se assistiu à contraposição de interesses e expectativas entre os países atuantes nas negociações, tendo sido assinados acordos que buscavam coadunar tais intenções, sem que, contudo, o fizessem de forma efetiva.” (RODRIGUES, 2014 P. 179)

O que a autora conclui, é que, o conflito existe em âmbito internacional, considerando-se países desenvolvidos e em desenvolvimento, e que nem nas tratativas internacionais conseguiu-se êxito na prática. Para Rodrigues, tanto a



Declaração Universal dos Direitos Humanos, quanto outros tratados internacionais oferecem diretrizes para o balanceamento, do privado e o coletivo no que diz respeito a propriedade privada, considerando o acesso às obras como uma importante ferramenta para capacitar o indivíduo ao meio social (RODRIGUES, 2014 p. 179 a 182)

O que percebe-se é uma consonância entre os autores em afirmar a necessidade de uma legislação autoral que fomente o desenvolvimento humano.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que refere-se à legislação atual, o que percebe-se é a brecha para o domínio da informação como um trunfo, inclusive de reserva de mercado, daí que sugerem Piovesan, embasada em fundamentos jurisprudenciais de cortes internacionais, da revisão da matéria, como uma forma de garantir a função social das obras, bem como o direito dos autores, mas sob uma perspectiva coletiva e não privada. É o que nos mostra falando sobre a recomendação do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais:

“Na visão do Comitê os próprios delineamentos conceituais do direito à propriedade intelectual não de ser redefinidos considerando a necessária proteção dos direitos sociais, econômicos e culturais. Isto é, à luz dos direitos humanos, o direito à propriedade intelectual cumpre uma função social, que não pode ser obstada em virtude de uma concepção privatista deste direito que eleja a preponderância incondicional dos direitos do autor em detrimento da implementação dos direitos sociais, como o são, por exemplo, à saúde, à educação e à alimentação. Observe-se ainda que, via de regra, o conflito não envolve os direitos do autor *versus* os direitos sociais de toda uma coletividade; mas, sim, o conflito entre os direitos de exploração comercial (por vezes abusiva) e os direitos sociais da coletividade.” (PIOVESAN, 2007 p. 21)

Atenta-se para o fato da autora, esclarecer, que o problema maior se dá com a exploração comercial, e não com os direitos do autor em si, ou seja volta-se para o problema das grandes corporações que exploram comercialmente o mercado das criações intelectuais em uma lógica mercadológica muito exacerbada, buscando obter o máximo de lucro possível desconsiderando o fim social que a obra pode proporcionar.

O mesmo sentido observa-se nas, nas conclusões de Rodrigues, ao chamar a atenção para a necessidade de cada Estado, observados os tratados internacionais pertinentes, regular as questões de propriedade intelectual também sob a perspectiva coletiva, não excluindo os direitos autorais, mas utilizando as criações como ferramenta de inclusão social. (RODRIGUES, 2014 p. 179 a 182)

Em suma, o que conclui-se nessa breve pesquisa, é que, atualmente precisamos considerar vários aspectos no que concerne à

propriedade intelectual. . Contrapondo-se a propriedade intelectual frente direitos humanos, é imprescindível avaliar o impacto que aqueles tem sobre estes, portanto, é preciso reconsiderar as benesses geradas no âmbito privado em detrimento do caráter público, considerando principalmente, o contexto atual de grandes empresas detentoras de poder econômico/financeiro e também político . Existe hoje portanto um conflito de interesses, que precisam ser ponderados, , quais sejam o lucro privado e o bem estar social, desde a erradicação da pobreza da fome da violência das doenças até o desenvolvimento em níveis elevados tantos científicos como culturais e artísticos.

## REFERÊNCIAS

PIOVESAN, Flávia:. **Direitos Humanos e Propriedade Intelectual**. Cultura Livre. Disponível em<[www.culturalivre.org.br](http://www.culturalivre.org.br)>

RODRIGUES, Daniela O.**Limites ao Direito de Autor sob a perspectiva do Direito Internacional dos Direitos Humanos**: Estudo dos limites ao direito de autor frente ao direito de acesso ao conhecimento e à educação nos ordenamentos internacional e interno. Area de Direito Internacional, Curso de Pós Graduação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

## PERFIL DOS ACADÊMICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS PALMAS INGRESSANTES NOS ANOS DE 2012 A 2015

Carla Viviane da Rocha ([carla\\_viviane@hotmail.com](mailto:carla_viviane@hotmail.com))<sup>1</sup>

Daverson Valentin da Silva ([sdvalentin@hotmail.com](mailto:sdvalentin@hotmail.com))<sup>2</sup>

Andreia Gura ([andreia.gura@ifpr.edu.br](mailto:andreia.gura@ifpr.edu.br))<sup>3</sup>

Everaldo Veres Zahaikévitch ([everaldo.veres@ifpr.edu.br](mailto:everaldo.veres@ifpr.edu.br))<sup>4</sup>

<sup>1, 2</sup> Alunos do IFPR – Campus Palmas – Curso de Ciências Contábeis

<sup>3, 4</sup> Professores do IFPR – Campus Palmas – Curso de Ciências Contábeis

**Resumo:** O presente artigo tem o propósito de investigar o perfil dos ingressantes no curso de Ciências Contábeis do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas nos anos de 2012 a 2015, através de pesquisa descritiva e bibliográfica, utilizando-se de material bibliográfico já elaborado para descrever conceitos referentes a profissão contábil. A pesquisa também enquadra-se como de levantamento ou *survey*, sendo utilizado questionário para a coleta de dados com 20 questões fechadas. Quanto à abordagem do problema é classificada como uma pesquisa qualitativa e quantitativa, porque pesquisa os ingressantes do curso de Ciências Contábeis e os resultados são demonstrados através de gráficos e tabelas. Na análise dos resultados foi possível identificar que 38% dos acadêmicos escolheram o curso de Ciências Contábeis devido as oportunidades profissionais/salariais, que a grande maioria trabalha no setor fiscal/tributário ou no setor financeiro. Destaca-se que 93% dos acadêmicos gostaria de cursar pós graduação após o término da graduação, pois consideram a pós graduação muito importante. As áreas mais visadas para cursar pós graduação foram Auditoria Contábil com 20% de interessados, Gestão Financeira de Negócios com 19% e Controladoria e Finanças com 17%, ou seja grande parte dos alunos pretende cursar pós graduação relacionada a área de finanças.

**Palavras-chave:** Oportunidades. Pós graduação. Profissão.

### 1. Introdução

Vivemos em dias de constantes mudanças tanto no cenário econômico quanto profissional, onde as organizações procuram profissionais qualificados e preparados para desempenhar de forma eficiente suas funções. Neste cenário, o profissional contábil mostra sua real importância, uma vez que é o responsável por gerenciar todo o sistema de informação, imprescindível na tomada de decisões da empresa. Para ser um bom profissional, é essencial que o contador tenha uma boa formação e estudo contínuo, pois o profissional

mais qualificado terá melhores condições para entrar e manter-se no mercado de trabalho.

De acordo com *Iudicibus et al* (2009, p.12) “diante de um leque diversificado de atividades, podemos dizer que a tarefa básica do Contador é produzir e/ou gerenciar informações úteis aos usuários da Contabilidade para a tomada de decisões”. Diante do exposto, a questão problema que se pretende responder é: qual o perfil dos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis do IFPR – Campus Palmas, ingressantes entre os anos de 2012 a 2015?

O trabalho justifica-se, pois é fundamental conhecer os alunos, suas expectativas e percepções, por isso o artigo tem o objetivo de investigar o perfil dos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis do IFPR – Campus Palmas ingressantes a partir do ano de 2012. Os objetivos específicos são: apresentar os dados gerais dos acadêmicos, identificar o motivo pelo qual optaram pelo curso de Ciências Contábeis, investigar se os alunos trabalham na área contábil e em qual setor e verificar o interesse em cursar pós-graduação e em que área.

## 2. Fundamentação Teórica

### 2.1 A Evolução da Contabilidade

Desde os primórdios da civilização o homem já praticava contabilidade, ao contar seus rebanhos de animais, seus instrumentos de caça e pesca, por esse motivo, diz-se que a Contabilidade é tão antiga quanto o próprio homem. Para *Iudicibus* (1997, p. 30), “o homem primitivo, ao inventar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar os seus rebanhos, ao contar ânforas de bebidas, já estava praticando uma forma rudimentar de contabilidade”. Desenvolvida com o objetivo de controlar o patrimônio, conforme *Lopes de Sá* (1997, p. 20) “admite-se, pois, que há cerca de 20.000 anos, o homem já registrava os fatos da riqueza em contas, de forma primitiva”. Os registros eram expressos, em gravações de osso de rena, em forma de figuras, desenhos e traços, identificando a quantidade.

A contabilidade continuou a desenvolver-se, mas em 1494, houve um marco na literatura contábil, a consolidação do método das partidas dobradas (todo débito corresponde a um crédito, e vice-versa), pelo Frei Luca Pacioli, com sua obra *Suma de aritmética*, geometria, proporção e proporcionalidade, que pode ser considerada como início do pensamento científico da Contabilidade (*IUDÍCIBUS et al*, 2009).

A partir do método das partidas dobradas a Contabilidade evoluiu muito, muitos foram os estudiosos que dedicaram-se a estudar a Contabilidade e com o passar dos anos a contabilidade deixou de ser feita apenas para fins fiscais, e as informações geradas e fornecidas pela Contabilidade passaram a ter grande influência na tomada de decisão dos gestores, os quais se utilizam

das informações contábeis repassadas pelo contador através das demonstrações contábeis e relatórios gerenciais.

Cita-se uma importante e recente alteração nas normas contábeis trazidas pelas leis 11.638/08 e 11.941/09. Tais leis surgem para atualizar a contabilidade no Brasil e trazem significativas alterações na estrutura das demonstrações contábeis. Surgem também os pronunciamentos contábeis visando a convergência às normas Internacionais de Contabilidade e a centralização na emissão de normas para as empresas.

## **2.2 A Importância das Informações Contábeis**

As empresas, sem exceções, necessitam de um aporte de informações pertinentes a todos os setores da organização, que são valiosas para o bom andamento da mesma, conforme Sunder (2014, p.14) “a contabilidade ajuda a fazer com que a firma funcione”. A Contabilidade ajuda a empresa em vários tipos de decisões, para Marion (2009, p. 28) “a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar pessoas a tomarem decisões”.

Para gerar informações úteis para a tomada de decisão, são desenvolvidas as Demonstrações Contábeis, que segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TG 01 “são preparadas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas”. A mesma Norma diz ainda que:

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica.

As quatro principais características qualitativas das informações contábeis são, de acordo com a NBC TG 01: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.

Entende-se por compreensibilidade as informações contábeis que possam ser prontamente compreendidas pelo usuário, presumindo-se que o usuário tenha um conhecimento razoável dos negócios, atividades econômicas e contabilidade. Quanto à relevância, são as informações que podem influenciar as decisões econômicas dos usuários. Uma informação confiável é aquela livre de erros e deve representar adequadamente aquilo que se propõe a representar. Sobre a comparabilidade a NBC TG 01 explica que tendo em vista que os usuários desejam comparar a posição patrimonial e financeira, é importante que as demonstrações contábeis apresentem as correspondentes informações de períodos anteriores.

A contabilidade, com todas as suas atribuições, é um precioso instrumento que influencia diretamente na tomada de decisão, portanto a

qualidade das informações geradas deve ser a melhor possível, para que sejam úteis aos seus usuários e contribua para o bom gerenciamento da empresa. Uma característica importante para o contador é que ele deve ser perceptivo para saber repassar as informações de acordo com a necessidade e a compreensibilidade de cada usuário, ou seja, o contador deve estar atento ao nível de instrução de cada usuário das informações.

### 2.3 Conceitos e Definições Contábeis

Existem muitas definições para contabilidade, sob o ponto de vista de diversos autores, sendo possível citar algumas dessas definições. Segundo Lopes de Sá (2006, p. 46): “Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais”. Para melhor entender o fato pelo qual o mesmo define contabilidade desta forma o autor destaca que “ao se definir Contabilidade, define-se pelo essencial, pois o acessório é decorrente, ou seja, deixaria de existir se os fenômenos não ocorressem”.

Ribeiro Filho *et al* (2009, apud Salmonson, 1977) menciona que a contabilidade é um “processo sistemático de mensuração e evidenciação a vários usuários, de informações financeiras relevantes para os tomadores de decisões a respeito das atividades econômicas de uma organização ou entidade”. Franco (1997, p.19) diz que a contabilidade é “um conjunto de conhecimentos sistematizados, com princípios e normas próprias, ela é, na concepção ampla do conceito de ciência, uma das ciências econômicas e administrativas”.

A contabilidade possibilita atender as necessidades de seus muitos usuários, por isso torna-se importante saber quem faz uso das informações contábeis. Marion (2009) evidencia que os usuários são as pessoas que utilizam a contabilidade, destaca ainda que os administradores não são os únicos que utilizam a contabilidade, mais também os investidores, fornecedores, bancos, governo, empregados, sindicatos e concorrentes.

### 2.4 Habilidades do Profissional Contábil

As habilidades exigidas de um profissional contábil têm mudado nos últimos anos, não são apenas aquelas de “guarda-livros” ou cobrador de impostos. O contador deve desempenhar uma função que agregue valor à organização, atuando na gestão dos negócios como auxiliador aos gestores da entidade. Ribeiro Filho (2009, apud Zarowin, 1997) afirma ainda que “nos dias atuais espera-se que o contador seja mais do que um profissional que se dedica ao registro e elaboração de dados financeiros e históricos, assumindo um papel mais analítico e pró-ativo”.

Para Ribeiro Filho (2009) o profissional contábil deve desenvolver algumas habilidade como: habilidade de comunicação, habilidades



computacionais, habilidades analíticas, habilidades intelectuais, habilidades multidisciplinares e interdisciplinares, conhecimentos de assuntos globais, qualidades pessoais, pensamento crítico.

Além das habilidades citadas acima, o contador deve observar o Código de Ética Profissional do Contador – CEPC, cujas revisões constam na resolução n.º 1.307/2010 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As competências exigidas de um profissional contábil não estão apenas em enfrentar os desafios adequadamente e de forma capacitada, fornecendo as informações pertinentes à organização e aos seus usuários, através de seus conhecimentos técnicos, mas também em desempenhar suas funções de forma ética, honesta a fim de proteger o patrimônio da entidade com diligência.

## 2.5 Campo de Atuação de Profissional Contábil

O campo de atuação para aqueles que escolheram o curso superior em Ciências Contábeis é vasto. Como cita Iudícibus *et al* (2009, p. 24) “A Contabilidade é uma das áreas que mais proporcionam oportunidades para o profissional. O estudante que optou por um curso superior de Contabilidade terá inúmeras alternativas”.

- Como Contador o profissional pode exercer a profissão em diversas áreas, conforme Iudícibus *et al* (2009):
- Contabilidade Financeira;
- Contabilidade de Custos;
- Contabilidade Gerencial;
- Auditor Independente;
- Auditor Interno;
- Analista Econômico-financeiro;
- Perito Contábil;
- Consultor Contábil;
- Professor de Contabilidade;
- Cargos Públicos
- Cargos Administrativos.

## 3. Materiais e Métodos

A presente pesquisa classifica-se como descritiva no que se refere aos objetivos da mesma, pois descreve as características dos alunos que ingressaram no Curso de Ciências Contábeis no IFPR – Campus Palmas entre os anos de 2012 a 2015. Segundo Beuren (2014, apud GIL, 1999) “a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis”. Ainda a mesma autora explica que a característica mais significativa está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, pois se utilizou a leitura e análise de referenciais teóricos com a busca de conhecimento acerca da temática pesquisada, conforme explica Beuren (2014, apud GIL,1999) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos [...] abrange todo referencial já tornado publico em relação ao tema de estudo”. A pesquisa também é de levantamento ou *survey*, pois para análise dos resultados foram utilizados questionários. Segundo Gil (1999, p. 70) pesquisa de levantamento ou *survey* “caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”.

Referente à abordagem do problema é uma pesquisa qualitativa e quantitativa, quantitativa porque pesquisa de forma minuciosa os ingressantes do curso de Ciências Contábeis e quantitativa uma vez que utilizou-se de coleta de dados através de questionário e análise de dados por meio de gráficos e tabelas.

A pesquisa qualitativa pode descrever a complexidade de um estudo ou pesquisa, segundo Beuren (2014, p.92) “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”. Beuren (2014, p. 92) ensina que a pesquisa quantitativa “caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados”.

A pesquisa tem como Universo os ingressantes do IFPR Campus Palmas e como amostra os ingressantes do Curso de Ciências Contábeis no período de 2012 a 2015. Para obter o perfil dos ingressantes do Curso de Ciências Contábeis dos anos de 2012 a 2015, utilizou-se questionário com 20 questões fechadas. A definição da amostra tomou como base a lista de ingressantes do Curso de Ciências Contábeis fornecida pela Secretaria do IFPR Campus Palmas, sendo um total de 126 alunos matriculados. Os questionários foram aplicados em sala de aula nos dias 18 e 21 de dezembro de 2015 aos alunos dos 2º, 4º, 6º e 8º períodos, obtendo-se um retorno de 75 questionários respondidos, o que representa um percentual de 59,52% da amostra.

A análise dos dados foi desenvolvida com o auxílio de gráficos e tabelas e demonstram o posicionamento dos respondentes referente as questões propostas pelo trabalho. Os resultados são apresentados em três seções: Dados Gerais dos Acadêmicos, Caracterização Acadêmica e Profissional e Percepção e Expectativas Futuras.

#### 4. Resultados

Após a aplicação do questionário aos acadêmicos do 2º, 4º, 6º e 8º períodos foi obtido resultados quanto ao perfil dos ingressantes do Curso de Ciências Contábeis do IFPR – Campus Palmas dos anos de 2012 a 2015.

#### 4.1 Dados Gerais dos Acadêmicos

Inicialmente os alunos responderam questões relacionadas as suas características gerais, tais como sexo, faixa etária, estado civil, idade, ano de ingresso, renda mensal da família, onde cursou o ensino médio, se fizeram curso preparatório para prestar vestibular, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Dados Gerais dos Acadêmicos

Características	Quantidade	Percentual
<b>Sexo</b>	Masculino	32 43%
	Feminino	43 57%
<b>Faixa etária</b>	Entre 18 e 25 anos	40 54%
	Entre 26 e 30 anos	11 15%
	Entre 31 e 49 anos	10 13%
	Mais de 50 anos	1 1%
	Não respondeu	13 17%
<b>Ano de ingresso</b>	Ano de 2012	17 23%
	Ano de 2013	21 28%
	Ano de 2014	11 15%
	Ano de 2015	24 31%
	Não respondeu	2 3%
<b>Renda mensal familiar</b>	Até 1 salário mínimo	2 3%
	De 1 a 2 salários mínimos	9 12%
	De 2 a 5 salários mínimos	42 56%
	De 5 a 10 salários	20 27%
	Acima de 10 salários	1 1%
	Não respondeu	1 1%
<b>Cursou o Ensino Médio</b>	Escola Pública	70 94%
	Escola Particular	3 4%
	Parte publica/particular	1 1%
	Supletivo	1 1%
<b>Curso Preparatório Vestibular</b>	Sim	10 13%
	Não	65 87%

Fonte: dados da pesquisa (2015).

Verificou-se que a maioria dos acadêmicos é do sexo feminino, 57 %, sendo o restante 43% do sexo masculino. Com esse resultado percebe-se que a mulher cada vez mais vem buscando atuar no mercado de trabalho onde anos atrás a grande maioria era composta por homens. A grande maioria dos alunos são jovens, 54% tem entre 18 e 25 anos.

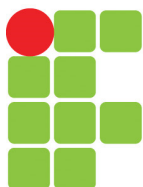
Os alunos foram perguntados qual o ano de ingresso, com esta questão é possível verificar qual o período que teve maior participação na pesquisa, sendo que os ingressantes no ano de 2015 teve o maior número de questionários respondidos, representando 31%.

Quanto a renda familiar é possível verificar que mais da metade, 56% dos acadêmicos pesquisados possuem renda familiar entre 2 a 5 salários mínimos. É notória a diferença quando perguntado onde os acadêmicos cursaram o ensino médio, sendo que 94% dos acadêmicos estudaram em escola pública. Quando perguntado se realizaram curso preparatório para o vestibular, 13% dos acadêmicos responderam que sim, e 87% responderam que não realizaram curso preparatório.

#### 4.2 Caracterização Acadêmica e Profissional

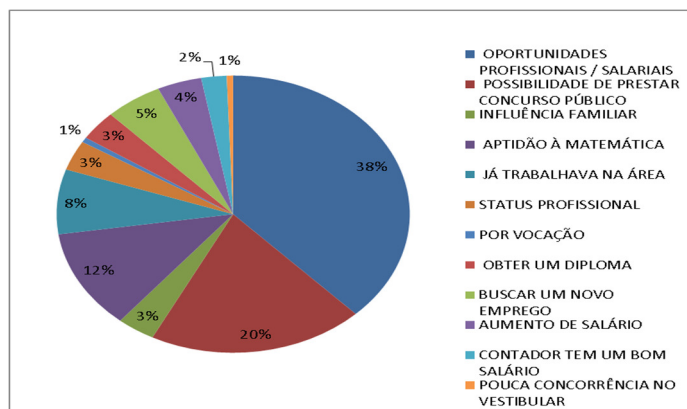
Os acadêmicos foram questionados referente aos principais motivos que levaram à escolha pelo Curso de Ciências Contábeis, 38% responderam que um dos motivos são as oportunidade profissionais/ salariais, 20% selecionaram a opção de possibilidade de prestar concurso público, 8% dos acadêmicos escolheu porque já trabalhavam na área, 12% dos acadêmicos responderam que um dos principais motivos foi aptidão à matemática, 3% dos acadêmicos escolheram o curso por influência familiar, 3% dos acadêmicos escolheram o curso pela busca de status profissional, 3% dos acadêmicos escolheram o curso para obter um diploma, 5% escolheram o curso para buscar um novo emprego, 4% para aumento de salário, 2% escolheram o curso pelo fato de que um contador possui bom salário, apenas 1% dos acadêmicos escolheram o curso por vocação, e 1% pelo fato de ter pouca concorrência no vestibular. Nesta questão fica evidente que os acadêmicos pretendem com o curso buscar novas oportunidades de emprego e com salários mais altos ou obter uma promoção de cargo e aumento de salário, conforme dados representados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Motivos da Escolha do Curso



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ

## V Contextos e Conceitos Mostra de Produção Científica e Extensão Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas 18 e 19 de fevereiro de 2016



Fonte: dados da pesquisa (2015).

Quando perguntado aos acadêmicos qual a percepção sobre a escolha pelo curso 39% responderam que foi ótima, 32% responderam que foi boa, 23% dos acadêmicos responderam que foi excelente, 5% responderam que foi regular e apenas 1% dos acadêmicos deixou de responder. Evidenciando-se assim, que a grande maioria está contente quanto à escolha do curso.

Quando questionados se alguém da família é formada em Contabilidade, 67% dos acadêmicos responderam que não possuem ninguém de sua família formado na área de Contabilidade, 25% possuem alguém da família com formação de bacharel em Ciências Contábeis, 4% dos acadêmicos possuem várias pessoas da família formadas em Ciências Contábeis, e 4% possuem algum familiar formado como técnico em Contabilidade.

Também foi perguntado se os alunos já possuem outra formação acadêmica e 83% não possuem outra formação, 9% dos acadêmicos haviam iniciado em outra área mas não concluíram, 5% já possuem outra formação acadêmica que não esta relacionada à contabilidade e 3% dos acadêmicos já haviam iniciado o curso de Ciências Contábeis mas não haviam concluído o curso.

Outro questionamento feito aos respondentes foi se antes de iniciar a faculdade já trabalhavam na área contábil, 73% dos acadêmicos não trabalhavam, 27% já atuaram ou ainda atuavam na área contábil. Dos acadêmicos que responderm trabalhar na área contábil antes de iniciar a faculdade, 36% trabalhavam ou trabalham na área fiscal/tributária, 29% no departamento de recursos humanos e 14% no departamento contábil, 14% na área financeira e apenas 7% na área de custos. Quanto ao fato dos acadêmicos estarem empregados, 89% responderam que estão empregados e apenas 11% estão desempregados, o que demonstra que para quem está cursando Ciências Contábeis existe grandes chances de se inserir no mercado de trabalho.

Os acadêmicos também foram questionados sobre qual o ramo de atividade que trabalham, percebendo-se que 27% dos acadêmicos trabalham em escritórios, 29% trabalham no ramo da indústria, ainda 21% trabalham no



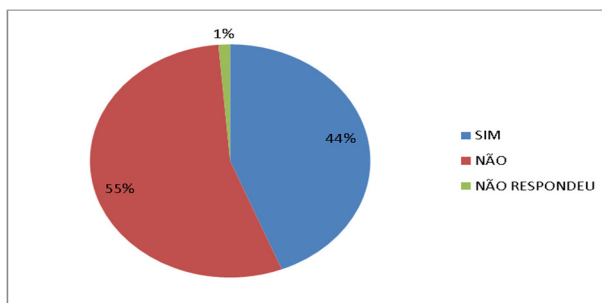
**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

comércio, 9% trabalham no ramo de serviços, 8% trabalham no serviço público, 1% atuam no terceiro setor (sem fins lucrativos) e apenas 5% dos acadêmicos não responderam a questão.

Foi investigado se os alunos trabalham na área contábil, neste sentido verificou-se que do total dos acadêmicos 44% trabalham na área contábil, ou seja atuam diretamente exercendo atividades referente a contabilidade, 55% não atuam na área contábil e 1% não responderam, conforme pode-se observar no Gráfico 2.



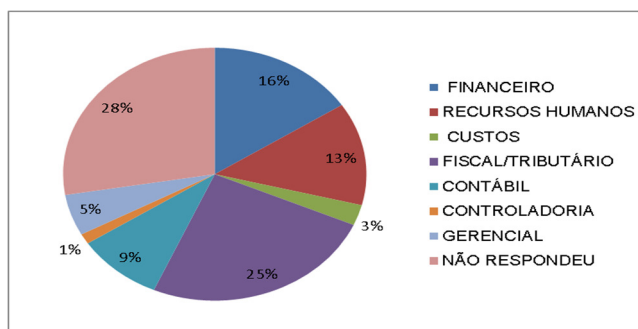
Gráfico 2 – Trabalha na área contábil



Fonte: dados da pesquisa (2015).

Com relação a qual setor da contabilidade atuam os acadêmicos, obteve-se um resultado de que 25% do total dos acadêmicos atuam no setor fiscal/tributário, 16% atuam no setor financeiro, 13% dos acadêmicos atuam no setor de recursos humanos, 9% dos acadêmicos atuam no setor contábil, 3% dos acadêmicos atuam no setor de custos, 5% dos acadêmicos atuam na área gerencial, e apenas 1% atuam na área de controladoria, contudo 28% não responderam por não atuar em setor referente a contabilidade, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 – Setor em que o Acadêmico trabalha



Fonte: dados da pesquisa (2015).

Nota-se que o setor de controladoria é o que tem menos alunos atuando, isso pode se explicar devido o setor de controladoria exigir profissionais mais experientes.

Os acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis devem realizar constantemente atividades extras curriculares, contudo quando questionados qual a frequência em que participam de atividades acadêmicas, 40% responderam que raramente participam de atividades, 36% dos acadêmicos responderam que eventualmente participam, 17% dos acadêmicos participam frequentemente de atividades e 7% nunca participam de atividades.

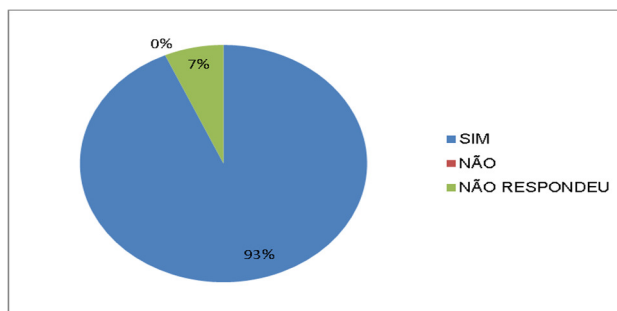
### 4.3 Percepção e Expectativas Futuras

Quanto à expectativa profissional futura dos acadêmicos, 29% responderam que almejam ser funcionários públicos, 28% dos acadêmicos buscam trabalhar na contabilidade de uma empresa, já 15% buscam ser proprietários de escritório contábil, 15% buscam atuar com auditor contábil, 7% desejam atuar como professor, 3% querem trabalhar em instituição financeira, e ainda 3% desejam atuar como perito contábil.

Quando questionados às exigências profissionais do contador ou qual características os mesmos consideram mais importantes, 42% dos acadêmicos responderam que o contador deve ser prático, objetivo e atento às mudanças referentes à legislação e normas contábeis, 23% responderam que o contador deve ter posicionamento ético e cumprimento de todas as exigências legais, 18% dos acadêmicos responderam que o contador deve sempre ser o responsável pelo fornecimento de informações para a tomada de decisões, 15% dos acadêmicos responderam que o contador além de fornecer informações deve sempre participar das decisões da empresa, e somente 2% responderam que o contador deve possuir conhecimentos avançados em informática e domínio de outros idiomas.

Quanto ao interesse em cursar pós graduação na área contábil, 93% dos acadêmicos responderam que possuem interesse e 7% não responderam, porém nenhum dos acadêmicos respondeu que não possui interesse em cursar pós graduação. Pode-se verificar o grande interesse dos acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis em cursar pós graduação, conforme Gráfico 4.

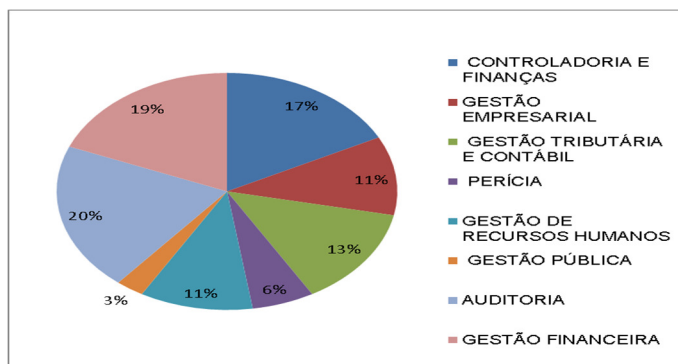
Gráfico 4 – Interesse em cursar Pós Graduação



Fonte: dados da pesquisa (2015).

Quando perguntados sobre qual área gostariam de cursar pós graduação, fica evidente que a grande maioria dos acadêmicos tem interesse na área de finanças, sendo que 19% responderam ter interesse em Gestão Financeira de Negócios e 17% em Controladoria e Finanças. As outras duas áreas que os acadêmicos mostraram-se mais interessados foi auditoria com 20% das respostas e Gestão Tributária com 13%, conforme Gráfico 5.

Gráfico 5 – Área em que gostaria de cursar Pós Graduação



Fonte: dados da pesquisa (2015).

É possível relacionar a escolha por essas áreas ao setor que os acadêmicos já atuam, onde a grande maioria que já trabalha na área, atuando no setor fiscal tributário e financeiro, conforme demonstrado em pergunta anterior. Neste sentido, percebe-se o interesse em relacionar a prática com a teoria e o aperfeiçoamento em uma área específica da Contabilidade.

## 5. Considerações finais

Foi possível identificar quais os principais motivos que levaram os alunos à escolha do curso e a percepção sobre o curso, pode-se observar que os acadêmicos optaram pelo curso de Ciências Contábeis por entender que é uma profissão que possibilitará novas oportunidades de emprego, com bons salários, tendo em vista que o profissional contábil pode atuar em diferentes áreas de uma empresa. Foi possível identificar que a maioria dos alunos está satisfeita com a escolha profissional e satisfeitos por estarem cursando Ciências Contábeis, sendo que boa parte já trabalha na área contábil.

Conclui-se portanto que o perfil dos acadêmicos de Ciências Contábeis – Campus Palmas é de profissionais jovens que almejam crescimento profissional e melhores salários, que pretendem prestar concurso para atuar em cargos públicos.

Por fim, observou-se que os acadêmicos entendem que o profissional contábil deve estar em constante aprendizado, pois a grande maioria dos alunos tem interesse em cursar pós graduação na área, principalmente em Auditoria Contábil, Gestão Financeira de Negócios e Controladoria e Finanças.

## Referências

BEUREN. I. M. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade – Teoria e Prática**. 3º Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CRCPR - Conselho Regional de Contabilidade do Paraná. **Resolução CFC nº 1.307/10 – Código de Ética Profissional do Contador**, 2010. Disponível em: < <http://www.crcpr.org.br/new/content/download/codigoEtica.pdf>> Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

FRANCO, H. **Contabilidade Geral**. 23º ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDICIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDICIBUS, S. (*et al*). **Introdução à Teoria da Contabilidade para o nível de Graduação**. 5 Ed. São Paulo. Atlas, 2009.

LOPES SÁ, A. **Teoria da Contabilidade**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LOPES SÁ, A. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 10º ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PORTAL CFC, 2015. **Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TG 01**. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/04/NBC\\_TG\\_COMPLETAS03.2013.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/04/NBC_TG_COMPLETAS03.2013.pdf)> Acesso em: 01 de dezembro de 2015.

RIBEIRO FILHO, J. F. (*et al*). **Estudando Teoria da Contabilidade**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SUNDER, S. **Teoria da contabilidade e do controle**, São Paulo: Atlas, 2014.

## PIBID: FORMAÇÃO DOCENTE NO IFPR CAMPUS PALMAS - PR

<sup>30</sup> BIANCHI, ROBERTO CARLOS  
PIMENTA, SAMUEL FERNANDES<sup>31</sup>  
SOZIN, LINDISAI<sup>32</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo evidenciar o que o PIBID representa para o IFPR desde sua implantação nos campus Palmas e Paranaguá, através de abordagem quali-quantitativa e de análise documental. O Programa foi proposto em 2007 e tornado política pública de educação em 2013 e mostra-se como um importante espaço para a qualificação do ensino superior e das escolas públicas. Os principais autores e documentos utilizados são Lourenço (2005), Souza (2006), Lüdke (2005 e 2013), Tardif (2007), Contreras (2012) e Brasil (1996, 2008, 2010, 2011 e 2013), Portaria nº38 (2007), Decreto nº 6.755 (2009), Decreto nº 7.219 (2010). Os principais resultados referem-se a alta adesão ao Programa desde sua implantação por parte dos envolvidos; o impacto na permanência nos cursos de licenciaturas; a troca de informações entre universidades-escolas; e a formação continuada de professores, assim como, a partir das análises dos dados do SAC-CAPES demonstrou-se que a maioria dos profissionais retornaram ao Programa após novos editais e a permanência dos acadêmicos no PIBID é muito significativa.

**Palavras-chave:** PIBID, bolsistas, IFPR, formação docente.

### 1. Introdução

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID é um programa da CAPES/MEC. Tem por objetivo fomentar o aperfeiçoamento e valorização da formação de professores para a Educação Básica. É uma articulação entre a educação superior e as escolas estaduais e municipais, em busca da melhoria do ensino nas escolas públicas, principalmente àquelas com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB abaixo da média nacional, ou seja, 4,4, porém, não exclusivamente.

---

30 Coordenador de Área de Gestão de Processos Educacionais, PIBID – IFPR, Campus Palmas e Mestrando em Desenvolvimento Regional – UTFPR – Campus Pato Branco, PR – [bianchi\\_roberto@hotmail.com](mailto:bianchi_roberto@hotmail.com)

31 Acadêmico do curso de licenciatura em Química, no IFPR – CAMPUS PALMAS e bolsista PIBID – CAPES. – [samuelpimenta1992@hotmail.com](mailto:samuelpimenta1992@hotmail.com).

32 Acadêmica do curso de licenciatura em Letras Português/Inglês, no IFPR – CAMPUS PALMAS e bolsista PIBID – CAPES. – [donna\\_lindy@hotmail.com](mailto:donna_lindy@hotmail.com).

O PIBID foi regulamentado em 24 de junho de 2010, através de publicação no Diário Oficial da União - DOU, decreto nº 7.219 assinado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad. Em 2013, o PIBID tornou-se Política de Estado, integrando-se e alterando as políticas educacionais organizadas pela Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, sobretudo no que se refere ao artigo 62.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

O Programa oferece bolsas, distribuídas nas diversas áreas dos cursos de licenciatura oferecidos pela Universidade, para estudantes e professores desses cursos e também para professores das escolas públicas (estaduais e municipais) participantes do Programa. O PIBID também prevê recursos para custeio dos projetos disponibilizados via edital. Os valores são repassados às Instituições de Ensino Superior a partir das previsões de materiais e gastos dos projetos submetidos pelas Instituições de Ensino Superior - IES e aprovados pela CAPES, através da Coordenação Institucional do PIBID.

O Programa inicialmente tinha por objetivo incentivar à carreira do magistério nas áreas da educação básica com maior carência de professores para formação específica: ciência e matemática de quinta ao nono ano do ensino fundamental e física, química, biologia e matemática para o ensino médio. No entanto, após reformulações foi estendido a outras áreas do conhecimento.

Podem apresentar propostas de projetos de iniciação à docência instituições federais e estaduais de ensino superior, além de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com cursos de licenciaturas que apresentem avaliação satisfatória no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Os estabelecimentos devem ter firmado convênio ou acordo de cooperação com as redes de educação básica pública dos municípios e dos estados, prevendo a participação dos bolsistas do PIBID em atividades nas escolas públicas.

Através do PIBID, escola e universidade desenvolvem uma dinâmica de integração para a formação dos futuros professores e o espaço escolar é vivenciado pelos licenciandos para a construção de conhecimentos teórico e prático com o trabalho conjunto entre professores, alunos, supervisores, gestores da escola, professores e alunos dos cursos de licenciatura. O Programa inclui atividades em dias letivos, nos diferentes turnos, sem interferir no planejamento das escolas participantes.

Desde 2012, com continuidade a partir de Edital lançado em 2013, o PIBID no Instituto Federal do Paraná - IFPR é desenvolvido nas licenciaturas



do Campus Palmas e Paranaguá. Por meio deste Programa, 08 cursos de licenciatura são beneficiados, com 9 subprojetos, totalizando 255 bolsas de iniciação à docência, 19 Coordenadores de Áreas e 44 Supervisores. As equipes de cada subprojeto são compostas por professores do curso de licenciatura (coordenadores de área), estudantes do cursos de licenciaturas e professores supervisores de escolas públicas de educação básica, selecionados por meio de edital público.

O objetivo deste artigo é evidenciar o que o PIBID – Programa Institucional de Bolsas à Iniciação à Docência representa para o IFPR, desde sua implantação, em 2012 até 2015, através de abordagem quali-quantitativa, utilizando-se dos relatórios do Sistema de Acompanhamento de Concessões de Bolsas – SAC-CAPEs para levantamento e análise de dados.

Este artigo apresenta a seguinte estrutura: No item 1 – apresentou-se a introdução à temática; o item 2 – apresentou-se a metodologia da pesquisa; no item 3 – infere-se sobre o PIBID e a formação de professores; no item 4 – analisou-se os dados levantados.

Apresentamos no próximo item a metodologia de pesquisa utilizada neste artigo.

## **2. Metodologia**

Com o objetivo de evidenciar a realidade dos cursos de formação docente do IFPR, especificamente dados concernentes ao PIBID, a metodologia utilizada neste trabalho buscou reduzir o caráter empírico com o qual desenvolvemos o trabalho no dia a dia junto ao Programa, para trazer à tona elementos que explicitem o impacto do PIBID como Política Pública de Educação para o IFPR.

A metodologia desenvolvida neste trabalho baseou-se na abordagem quali-quantitativa. Segundo Demo (1998), a pesquisa qualitativa é traduzida por aquilo que não pode ser mensurável, pois a realidade e o sujeito são elementos indissociáveis, ou seja, analisa particularidades e aspectos subjetivos, o que não pode ser traduzido em números quantificáveis. Por outro lado, a pesquisa quantitativa contará com o levantamento e a análise dos relatórios do Sistema de Acompanhamento de Concessões de Bolsas – SAC-CAPEs.

Optou-se por essa abordagem quali-quantitativa baseando-nos nos preceitos de DEMO (1998) que ressalta que a qualidade e a quantidade são coisas distintas, contudo, complementam-se. Dessa forma, não se pode elevar ou privilegiar muito uma abordagem em detrimento da outra. De acordo com este autor, a ciência geralmente privilegia os métodos quantitativos, pois podem ser testados e medidos, mas reconhecem como real, apenas o que é mensurável. Entretanto, neste trabalho mostrou-se necessário aferir também os dados qualitativos, pois determinados aspectos não podem ser explicitados unicamente pelo viés quantitativo.

Após definirmos o tipo de abordagem, a pesquisa passou a ter maior especificidade aprofundando a questão do impacto do PIBID no IFPR, através da discussão da importância do programa para a instituição e para os alunos bolsistas. Nesta etapa foram consultados documentos, essencialmente o SAC-CAPES, para verificar os números referentes ao programa no IFPR, ativos e inativos constam no Programa desde sua implantação, como também dados referentes às coordenações e supervisões. Definiu-se o período dos dados compreendidos entre 2012 à 2014. Ressalta-se que houveram exclusões/inserções em 2015, porém para substituições às vagas abertas do edital 2014. Buscou-se analisar a história do Programa, sua origem, motivos de sua implantação nas universidades e institutos do país. Também, a pesquisa teve caráter bibliográfico, através de estudos teóricos sobre o conceito de políticas públicas em Lourenço (2005), Souza (2006), e sobre formação de professores em Lüdke (2005 e 2013), Tardif (2007), Contreras (2012) e documentos do PIBID (Brasil 1996, 2009, 2010, 2011 e 2013).

Finalmente, foram analisados os dados coletados, relacionados os índices de adesão e desistências dos envolvidos, e aferidos os principais motivos pelos quais os alunos desistiram ou se desligaram do Programa. Os resultados obtidos foram descritos na forma de gráficos e tabelas.

No próximo item, apresentamos os dados referentes ao PIBID enquanto política pública de educação.

### **3. Fundamentação Teórica**

Neste texto, pretende-se tecer fundamentos a cerca da formação de professores e a relação universidade-escola, ambos temas que vêm constituindo objetos de interesse de inúmeros trabalhos de pesquisadores. O papel do professor passa por mudanças acompanhado da redefinição do papel da escola e da postura da universidade. Mostra-se necessário aproximar a escola da universidade, com vistas à educação de qualidade.

A formação de professores é preocupação constante nos círculos de estudo da educação, sendo considerada ponto central dos problemas enfrentados nos centros de formação e ensino do Brasil. Para Lüdke (2013, p. 113), “não apenas os pesquisadores, mas os pais, a mídia, toda a sociedade apontam essa formação como um dos principais fatores responsáveis pela baixa qualidade da educação oferecida por grande parte das nossas escolas, sobretudo as da rede pública”.

Historicamente, é notada a dicotomia ou dissonância na relação universidade-escola relacionado à temática da formação de professores. Lüdke (2013, p. 116)<sup>33</sup>, refletindo sobre "... a “profissão” e da profissionalização

---

33 Motivada pela palestra de Maurice Tardif, na abertura do Colóquio Internacional em Educação, realizado em maio último, pelo CRIFPE, Centre de recherche interuniversitaire sur la formation et la profession enseignante, em Montreal, sobre questões atuais e futuras da formação e da profissão docentes. O tema da palestra de Tardif, que será em breve publicada

docentes nos últimos 30 anos refere que Tardif (2013) propõe sua evolução em três idades: a da vocação, a do *metier* e, finalmente, a da profissão". O primeiro ponto aponta, de acordo com a autora, pela "dedicação, ... a missão... geralmente ligado às ordens religiosas" (LÜDKE, 2013, p. 116); o segundo preconiza "as habilidades próprias de um *metier*, um ofício, em convivência com o mestre" (idem, ibidem, p. 116-117), mas aqui insere a questão salarial mudando o tipo de relação. O terceiro representa maior autonomia do professor, mas exige dele a formação adequada ao seu novo papel social, como ..."trabalhadores reconhecidos como responsáveis pelo seu desempenho no trabalho..." (idem, ibidem, p. 117).

Nesta perspectiva, reforça-se a necessidade de se trabalhar com cursos de formação docente que contribuam para a autonomia dos professores, de acordo com o exposto por Contreras (2012). Entende-se de acordo com Pimenta, que "a educação é um fenômeno complexo, porque histórico, produto do trabalho de seres humanos, e como tal responde aos desafios que diferentes contextos políticos e sociais lhe colocam", (PIMENTA, 2002 in CONTRERAS, 2012, p. 19). Assim, percebe-se que a educação é reflexo e reprodução da sociedade, porém também projeta a sociedade que se quer. Porém, a autonomia dos professores não pode dar-se apenas na "forma de slogans" (CONTRERAS, 2012, p. 27) desgastando e desprestigiando seus significados. A autonomia de professores na sua multiplicidade de significados não pode perder sua essência, tornando-se isolamento ou falta de apoio e colaboração. Ela institui-se, de acordo com Contreras (2012), na construção reflexiva da formação docente inicial e continuada.

### 3.1 O PIBID Como Política Pública de Educação

Observa-se que Políticas Públicas como área de conhecimento é algo recente e ainda em período de definições. Na literatura é comum encontrar multiplicidade de definições e significações de acordo às áreas referenciais a que se denominam. De acordo com Souza (2006), o conceito de política pública nasceu nos Estados Unidos. Para a autora, "o pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o que de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes" (SOUZA, 2006, p. 22). Como uma terceira via, a autora indica ainda que na ciência política - políticas públicas pode ser entendido "como e por que os governos optam por determinadas ações" (SOUZA, 2006, p. 22).

Para Lourenço (2005, p. 41) "o processo de formulação de políticas públicas é eminentemente político, na medida em que certos grupos sociais,

---

na revista Educação & Sociedade, é: "A profissionalização do magistério passado trinta anos: dois passos para frente, três para trás" (2013).

para verem executadas as ações públicas de seu interesse, exercem influência sobre os tomadores de decisões governamentais".

As políticas públicas para qualificação do ensino básico têm aumentado significativamente nos últimos anos, incluindo projetos voltados para a formação, valorização e qualificação de professores. Nesse contexto foi criado o PIBID que é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. De acordo com a Portaria N<sup>o</sup> 096, de 18 de Julho de 2013,

Art. 2<sup>o</sup> O Pibid é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria da qualidade da educação básica pública brasileira (BRASIL, 2013, s/p).

O Programa foi instituído no âmbito do Ministério da Educação, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Ele foi criado em 2007 através da Portaria Normativa da Capes n<sup>o</sup> 38, de 12 de dezembro de 2007, mas implementado a partir de 2008, tem como base legal a Lei n<sup>o</sup> 9.394/1996, a Lei n<sup>o</sup> 12.796/2013 e o Decreto n<sup>o</sup> 7.219/2010.

O PIBID concede bolsas a alunos de licenciaturas participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por IES em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino.

Art. 3<sup>o</sup> Os projetos apoiados no âmbito do PIBID são propostos por instituições de ensino superior (IES) e desenvolvidos por grupos de licenciandos sob supervisão de professores de educação básica e orientação de professores das IES (BRASIL, 2013, s/p).

Estes projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

O expressivo crescimento quantitativo do Pibid; a evolução dos editais e da regulamentação; a sólida adesão das instituições participantes; a procura de diretores de escolas e de secretários de educação pelos bolsistas; o número de teses, dissertações, monografias, artigos e trabalhos acadêmicos publicados e apresentados em eventos no país e no exterior, todos esses são indicadores de sucesso do programa (GATTI, 2014, p. 05).

De acordo com a Portaria n<sup>o</sup> 260, de 30 de dezembro de 2010 e do Edital N<sup>o</sup>001/2011/ CAPES, os objetivos do Programa são “incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; contribuir para a valorização do magistério; e elevar a qualidade da formação inicial de

professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica”. Através do PIBID é possível inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido, a ideia é incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério e contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

Para a participação no Programa as IES devem apresentar à CAPES projetos de iniciação à docência conforme os editais de seleção publicados. Podem candidatar-se IES públicas e privadas com e sem fins lucrativos que oferecem cursos de licenciatura. As instituições aprovadas pelos Editais recebem cotas de bolsas e recursos de custeio e capital para o desenvolvimento das atividades do projeto. Os bolsistas do PIBID são escolhidos por meio de seleções promovidas por cada IES.

Art. 19. Pode participar do PIBID instituição habilitada de acordo com cada edital e que: I – possua curso de licenciatura legalmente constituído; II – tenha sua sede e administração no país; III – mantenha as condições de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao cumprimento e execução do projeto, no caso de sua aprovação (BRASIL, 2013, s/p).

A CAPES concede cinco modalidades de bolsa aos participantes do projeto institucional: I – coordenação institucional, para o professor de licenciatura que coordena o projeto PIBID na IES; II – coordenação de área de gestão de processos educacionais, para o professor de licenciatura que auxilia o coordenador institucional na gestão do projeto na IES; III – coordenação de área, para o professor de licenciatura que coordena o subprojeto; IV – supervisão, para o professor da escola pública de educação básica; V – iniciação à docência, para o estudante de licenciatura.

Contudo, os valores da bolsa de cada modalidade são definidos pela CAPES em norma específica e a duração da bolsa varia conforme a modalidade da concessão. As bolsas são pagas pela CAPES diretamente aos bolsistas, por meio de crédito bancário.

Instituições públicas e privadas sem fins lucrativos participantes do Programa podem receber recursos financeiros para custear despesas essenciais à execução dos projetos, por exemplo, a aquisição de material de consumo para as atividades desenvolvidas nas escolas. A CAPES pode conceder tanto recurso de custeio como de capital, conforme definido nos editais de seleção.

Devido ao fato do projeto PIBID ter caráter institucional, cada IES poderá possuir apenas um projeto em andamento. O projeto institucional deve



abrange diferentes características e dimensões da iniciação à docência, conforme definido pela Portaria nº 096, de 18 de julho de 2013: estudo do contexto educacional; ações que valorizem o trabalho coletivo e interdisciplinar; planejamento e execução de atividades em diferentes espaços formativos; participação nas atividades de planejamento do projeto pedagógico da escola; embasamento teórico; relação entre teoria e prática; reconhecimento das estratégias didático-pedagógicas; elaboração de ações em parceria com a comunidade; e sistematização e registro das atividades.

Ainda, conforme o Artigo 7, da Portaria Nº 096, de 18 de Julho de 2013, o Projeto deve ser desenvolvido por meio da articulação entre a IES e o sistema público de educação básica e deve contemplar:

I – a inserção dos estudantes de licenciatura nas escolas da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente; II – o contexto educacional da região onde será desenvolvido; III – atividades de socialização dos impactos e resultados; IV – aspectos relacionados à ampliação e ao aperfeiçoamento do uso da língua portuguesa e à capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos centrais da formação dos professores; V – questões socioambientais, éticas e a diversidade como princípios de equidade social, que devem perpassar transversalmente todos os subprojetos BRASIL, 2013, s/p).

Em 2008 foi lançado o primeiro edital PIBID, que era destinado somente às Universidades Federais e priorizava os cursos de Matemática, Química, Física e Biologia, por serem consideradas áreas de maior carência de professores no ensino médio. Somente nas próximas edições (em 2009, 2010 e 2011) foram incluídas as instituições públicas de educação superior, federais e estaduais. Devido aos resultados positivos desde seu início e também as políticas de valorização do magistério e o crescimento da demanda, o PIBID passou a atender a toda a Educação Básica, incluindo educação de jovens e adultos, indígenas, do campo e escolas quilombolas. Em 2010 foi lançado um edital voltado especificamente às Universidades Comunitárias e outro edital denominado “Diversidades”, voltado à educação no campo e educação indígena. Em 2010 que o PIBID consolidou-se como política pública, através do Decreto no. 7.219/2010.

Desde sua implantação o PIBID tem demonstrado sua importância na formação dos estudantes das licenciaturas na medida em que vem reduzindo a distância existente entre a teoria e a prática na área da educação, considerando-se que desde que os acadêmicos ingressam na graduação já entram em contato com a realidade escolar. Também, o Programa colabora com a permanência dos graduandos nos cursos de licenciatura e aprimora o desenvolvimento da pesquisa nas suas respectivas áreas de atuação.

### **3.2. Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IF's)**



A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia fazem parte das políticas de expansão e interiorização da educação das últimas décadas, segundo Brasil (2008) e tem por objetivos a democratização e acesso à educação, sobretudo em locais de maior fragilidade social, criado pela Lei 11.892, de 29/12/2008. O Instituto Federal do Paraná - IFPR conta com 25 Campi. Em Palmas - PR iniciou suas atividades no ano de 2010 depois de um processo de federalização do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná - UNICS. Este Campus tem peculiaridade dentro dos IF's, pois os mesmos têm a natureza educativa voltada principalmente ao ensino técnico e tecnológico de nível Médio e com porcentagem para cursos de graduação e pós-graduação. Neste caso, ao federalizar-se uma IES privada que tinha como foco principal cursos de educação superior, principalmente os voltados às licenciaturas, incorporou-os e dá sequência no trabalho de formação nas licenciaturas e alguns cursos de bacharelado e com abertura de cursos técnicos integrados de nível médio

No ano de 2012 houve a primeira participação do IFPR nos editais da CAPES para participar do PIBID. Foram aprovados naquele edital 9 (nove) subprojetos do IFPR, sendo assim distribuídos: Câmpus Palmas: Letras Português, Letras Inglês, Educação Física, Química, Ciência Biológicas, Pedagogia e teatro (Curso de Artes); e Câmpus Paranaguá: Física e Ciências Sociais. O projeto institucional foi aprovado para o período de agosto de 2012 a setembro de 2013, sendo depois estendido pela CAPES até dezembro de 2013. A renovação dos projetos deu-se depois da nova submissão no início de 2014 para o período 2014-2017.

Além dos objetivos propostos pelo Programa, foram definidas diretrizes no Projeto Institucional do PIBID IFPR: inserção dos acadêmicos no cotidiano da escola pública, proporcionando-lhes o contato com diferentes realidades educacionais e experiências didático-pedagógicas; espaço da escola pública como lócus da formação dos licenciandos; formação permanente dos educadores; articulação entre ensino-pesquisa-extensão; relação entre instituição formadora, os cursos de licenciatura e as unidades escolares (BRASIL, 2013, s/p).

Neste sentido, infere-se que o PIBID como programa de formação docente diferencia-se do estágio supervisionado, por ser uma proposta extracurricular, com carga horária maior do que é estabelecida para o estágio, permitindo admissão de bolsistas desde o ingresso nos cursos superiores e não tem caráter de observação (sem intervenção), como é frequente no estágio supervisionado, pois proporciona a inserção dos acadêmicos em experiências pedagógicas diferenciadas.

O PIBID apresenta propostas de superação para os pontos frágeis dos cursos de Licenciatura como, por exemplo, colocar o licenciando no contexto para o qual está se formando, especialmente nos semestres iniciais, fomentar a formação na prática, em estreita relação teoria-prática, mas sem perder a perspectiva de desenvolvimento em metodologias, materiais, conteúdos de ensino. Além disso, o projeto deve abrir possibilidades de realização de

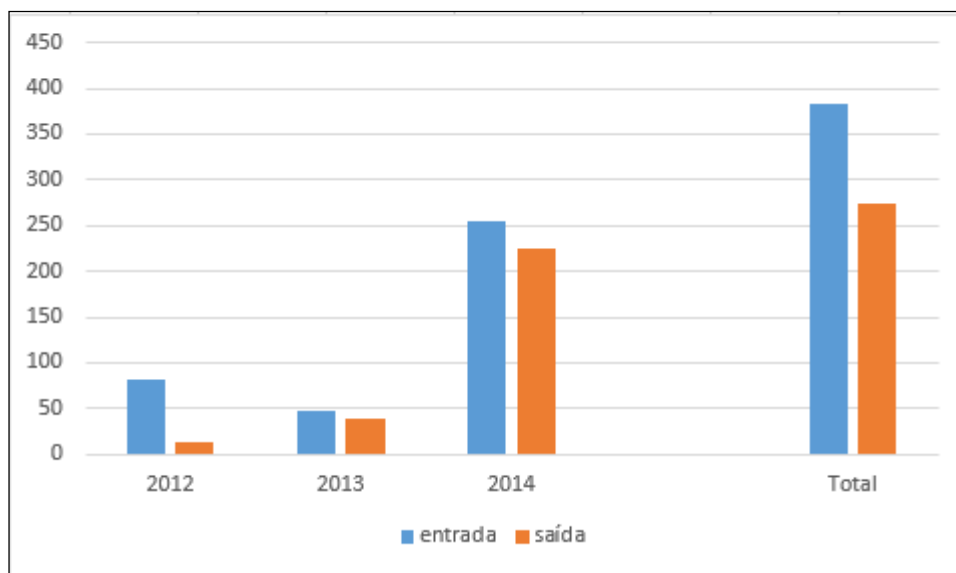
trabalhos colaborativos entre professores da universidade, professores em exercício e licenciandos, em várias dimensões: co-participação do professor em exercício na formação do licenciando, formação continuada dos professores em exercício, e estímulo para que o professor universitário, formador de futuros professores, conheça a realidade escolar. A ideia é estar com alunos na escola básica, formando grupos de trabalho e desenvolvendo ações, em constante processo de diálogo, reflexões, troca de conhecimentos e experiências compartilhadas nos e para os diversos momentos e situações da escola.

A seguir apresenta-se os dados referentes ao PIBID IFPR.

### 3.3 O PIBID no IFPR

Conforme o objetivo deste artigo, buscou-se evidenciar o que o PIBID representa para o IFPR no que tange a formação docente inicial e os impactos sobre a permanência nos cursos de graduação. Para tanto, elenca-se os dados dos relatórios do Sistema de Acompanhamento de Concessões de Bolsas – SAC-CAPES, o número de acadêmicos que tiveram adesão ao Programa, bem como, ano de início e/ou término destas bolsas.

Gráfico 1 – Número geral de bolsistas (estudantes)

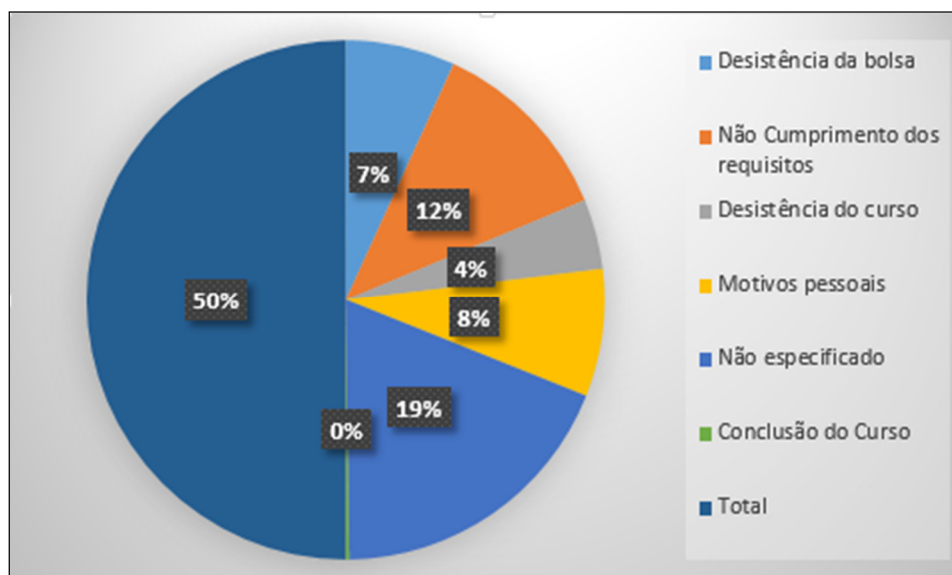


Fonte: Dados da pesquisa

Ressalta-se que muitos alunos que entraram para o PIBID em 2012, na realidade não saíram do Programa, mas sim, tiveram a bolsa renovada, ou seja, muitos alunos que no gráfico constam como “saída”, em 2014, retornaram ao Programa, após a renovação da Bolsa. Assim, percebe-se que em 2014, o número de bolsas concedidas cresceu significativamente, mostrando o impacto e aceitação do programa junto aos acadêmicos.

Entre os “desistentes” verificou-se variada gama de motivos que levaram os acadêmicos a terem suas bolsas canceladas. Entre os motivos principais destacam-se: desistência da bolsa, não cumprimento dos requisitos necessários para continuar sendo bolsista, desistência do curso, motivos pessoais, conclusão do curso superior, dentre outros motivos não especificados pela CAPES. Esses motivos podem ser observados em percentual no gráfico 2.

Gráfico 2 – Motivos dos cancelamentos das Bolsas



Fonte: Dados da pesquisa

Outro quesito pesquisado foi o número de coordenadores gerais, coordenadores de área e supervisores de cada subprojeto PIBID. Neste sentido, observou-se que o IFPR conta com 42 Supervisores em situação ativa, sendo que 8 são do campus Paranaguá e 34 do campus Palmas. Os supervisores de área têm um período de bolsa de 12 meses, sendo que após esse tempo deve se abrir novo edital para que possam reassumir ou novos bolsistas adentrarem no programa.

O IFPR conta com 19 coordenadores de área ativa, sendo que os mesmos estão divididos em diversos subprojetos, como pode ser analisado na tabela a seguir.

Quadro I - Número de coordenadores

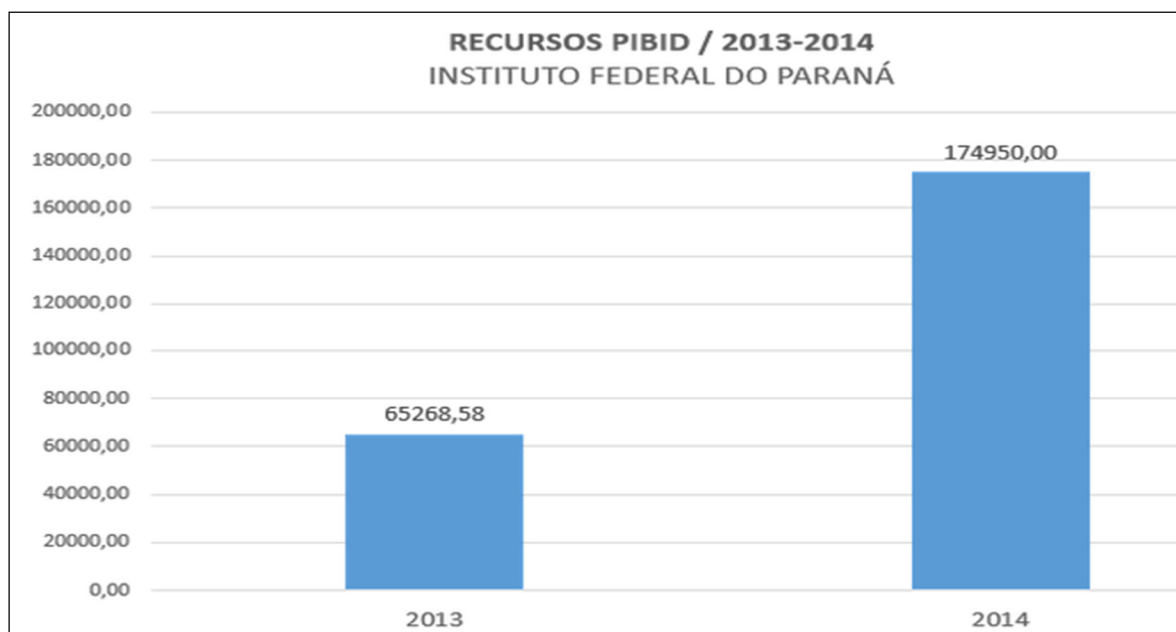
SubProjetos PIBID - IFPR	Coordenadores	Supervisores	Bolsista de iniciação à Docência
Artes	1	2	15
Ciências Biológicas	2	8	41
Ciências Sociais	3	6	41
Educação Física	3	8	41
Física	2	2	25

Letras Inglês	1	2	10
Letras Português	2	4	21
Pedagogia	3	7	41
Química	2	3	21
Total	19	42	255

Fonte:Dados da pesquisa

Outro dado importante, assim como o aumento do número de participantes no Programa, diz respeito ao investimento financeiro no programa pelo governo federal, para o IFPR. Esses valores podem ser observados no gráfico 3, a seguir:

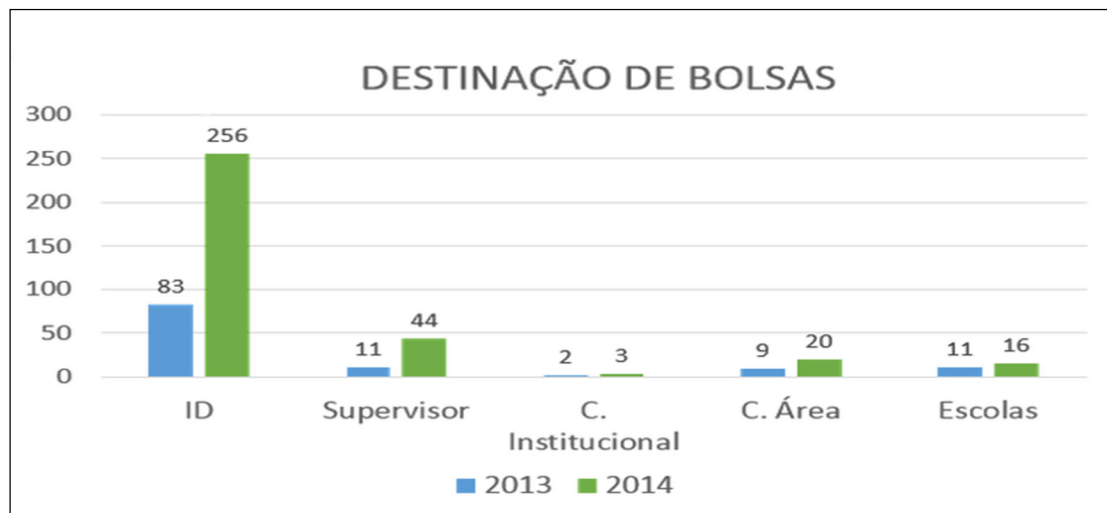
Gráfico 3 – Recursos PIBID



Fonte:Dados da pesquisa

Percebe-se que o valor investido no PIBID pelo governo federal triplicou em apenas um (01) ano. Esse dado também pode ser evidenciado como sucesso nos resultados que o Programa apresenta na prática. Esse valor foi dividido nas diversas áreas do programa, conforme detalhes no gráfico 4.

Gráfico 4 – Destinação de Bolsas



Fonte: Dados da pesquisa

Estes dados demonstram que o governo federal está investindo e o Programa tem apresentado retorno tendo em vista a adesão dos envolvidos: instituições de ensino superior, através dos professores de licenciatura e acadêmicos e escolas públicas, através dos professores-supervisores e alunos. É importante destacar que, mesmo ainda se fazendo necessários alguns ajustes, conforme demonstrado por CANAN (2012), perspectiva que não é foco de discussão neste trabalho, não podemos salientar nenhum aspecto negativo do PIBID, pois muitos avanços ocorreram em curto período de tempo, desde sua implantação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PIBID é a transformação do histórico modelo de formação de professores, baseado principalmente na teoria, atualmente estabelecendo um diálogo mais estreito com a realidade e com as situações concretas do trabalho docente.

O encontro entre os sujeitos das instituições envolvidas no Programa é capaz de promover o diálogo que muitas vezes não é possível ser realizado no ambiente acadêmico e escolar, por falta de espaço para discussão sobre o fazer docente e também estimular o vínculo entre universidade-escola e transformar o PIBID em política pública educacional é consagrá-lo como fundamental para a formação docente.

Através da análise dos dados aqui demonstrados foi possível aferir que o PIBID atinge grande população acadêmica, tanto no campus Palmas, como Paranaguá. O alto índice de novos licenciandos egressos por si só já bastaria para refletir a excelente aceitação do Programa no meio acadêmico e escolar.

O envolvimento dos professores-supervisores e dos professores dos cursos de graduação como coordenadores de área também é o resultado do

interesse desses profissionais que confiam no Programa como sendo importante para a melhoria da qualidade do ensino e para a formação acadêmica. Assim, podemos dizer que as principais contribuições para os cursos de licenciatura, professores e bolsistas são a valorização da categoria revitalizando a profissão; o movimento de discussão do currículo dos cursos e da metodologia empregada; formação de espírito crítico dos acadêmicos quanto a prática docente; apresentação de novas propostas e metodologias; troca de saberes e de vivências entre acadêmicos e professores; instiga o trabalho coletivo; aproximação mais consistente entre a teoria e prática docente; formação qualificada dos licenciandos; e o Programa contribui para a permanência dos estudantes nas licenciaturas, para a redução da evasão e para atrair novos estudantes devido ao repasse do valor da bolsa. Já para os professores-supervisores é uma maneira única de participar de formação docente constante e qualificada, pois gera estímulo na busca de novos conhecimentos e prática e de estratégias diferenciadas para o ensino. Para os professores das licenciaturas é um momento de aproximação da realidade das escolas e também contribui para a formação docente continuada. Além disso, proporciona aos professores dos cursos de graduação modificação de determinadas posturas em sala de aula e de reflexão da relação teoria-prática.

Finalmente, para as escolas e os alunos proporciona estratégias de ensino diferenciadas e qualidade no ensino, o que contribui para a redução da evasão escolar, além de ser um espaço que pode otimizar a relação escola-comunidade.

Com base nos resultados aqui apresentados, o PIBID apresenta-se como Política Pública em expansão nos campus do IFPR de Palmas e Paranaguá, que traz inúmeros benefícios para todos os envolvidos, pois movimenta os sujeitos envolvidos e os espaços onde ele acontece.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm). Acesso em 06/09/2015.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.892, de 29/12/2008.** Disponível em: [file:///C:/Users/CAPS2/Downloads/lei\\_11892\\_08\\_if\\_comentadafinal.pdf](file:///C:/Users/CAPS2/Downloads/lei_11892_08_if_comentadafinal.pdf). Acesso em: 25/08/2015.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 260, de 30 de dezembro de 2010.** Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria260\\_PIBI\\_D2011\\_NomasGerais.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria260_PIBI_D2011_NomasGerais.pdf). Acesso em 03/07/2015.

\_\_\_\_\_. **Editais Nº001/2011/ CAPES.** Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Editais\\_001\\_PIBID\\_2011.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Editais_001_PIBID_2011.pdf). Acesso em: 03/07/2015.



\_\_\_\_\_. **PORTARIA Nº 096, DE 18 DE JULHO DE 2013.** Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria\\_096\\_18jul13\\_AprovaRegulamentoPIBID.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_096_18jul13_AprovaRegulamentoPIBID.pdf). Acesso em 25/08/2015.

\_\_\_\_\_. **PIBID Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.** Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>. Acesso em 03/07/2015.

CANAN, Sílvia Regina. **PIBID: promoção e valorização da formação docente no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores.** IN: Formação Docente. Belo Horizonte, v. 04, n. 06, p. 24-43, jan./jul. 2012. Disponível em: <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>. Acesso em 05/09/2015.

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores.** São Paulo: Cortez, 2012.  
DEMO, P. **Avaliação qualitativa.** Coleção primeiros passos. São Paulo: Autores Associados, 1998.

LOURENÇO, Marcus Santos. **Políticas Públicas e desenvolvimento.** In Silva, Christian, L. D; Medes. Reflexões sobre desenvolvimento sustentável: rentes e interações sobre a ótica multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005.

LÜDKE, M. **Aproximando Universidade e escola de educação básica pela pesquisa.** Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 125, p. 81-109, maio/ago. 2005.

\_\_\_\_\_, M. **Educação em Perspectiva.** Viçosa, v. 4, n. 1, p. 111-133, jan./jun. 2013

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** Rev. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 8ª edição. Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.

## PIBID: SER E MANTER-SE PROFESSOR: “PARA SER ALGUÉM NA VIDA É PRECISO ESTUDAR”

Laura Beatriz da Silva Spanivello<sup>34</sup>  
Suzete Verginia de Souza Reiter<sup>35</sup>

**Resumo:** Este estudo iniciou com a expectativa de desmistificar crenças em torno do ensino da Língua Portuguesa e das condições que propiciam a aprendizagem. Percebeu-se que a formação continuada com os profissionais envolvidos era uma necessidade constante, já que nem todas as situações com respeito a conteúdos e metodologias estavam definidas. Woods (1996) propõe o uso do termo BAK (beliefs, assumptions and knowledge) para reduzir a distinção entre crença e conhecimento. Para este autor é difícil separar o que uma pessoa sabe daquilo que ela acredita saber (crença). Assim, pensamos esta proposta como situação de diagnóstico entre supervisores do PIBID Português de Palmas-PR e alunos da graduação, bolsistas do programa acerca do conceito dos conteúdos e da metodologia de aplicação. Observamos que entre os mitos identificados durante o levantamento bibliográfico consta o da aprendizagem como fator responsável pela permanência do aluno na escola. Por isso, para 2015 focamos a pesquisa nas causas da evasão escolar, pois segundo Stecanela (2009, p. 20) “para ser alguém na vida é preciso estudar” e entendemos que para manter o aluno na escola precisamos conhecê-lo, torná-lo alguém importante no espaço escolar. Este trabalho objetiva registrar ações em prol do desafio de manter o aluno na escola. Associamos oficinas desenvolvidas por bolsistas e supervisores do PIBID-Português na busca de elevar a autoestima de alunos do ensino fundamental e médio, bem como estimular a qualificação dos supervisores. A satisfação dos alunos em comprometer-se em desenvolver tarefas, frequentar as aulas e melhorar seu aprendizado são os resultados imediatos constatados. É visível também que apenas o estágio regular previsto nos PPCs do Curso de Letras não basta para formar um professor, tornando o PIBID um programa essencial. Estudos teóricos, levantamento bibliográfico, pesquisa de campo com questionários para entrevistas e observações in loco foram os norteadores iniciais desse projeto. Em longo prazo esperamos melhora no índice do Ideb e de aprovação.

---

34 Mestre em Letras – Coordenadora do Projeto de Iniciação a Docência PIBID – Letras – Português/IFPR– Docente do Instituto Federal do Paraná, CAPES/IFPR - e-mail [laura.spanivello@ifpr.edu.br](mailto:laura.spanivello@ifpr.edu.br)

35 Especialista em Língua Inglesa – Coordenadora do Projeto de Iniciação a Docência PIBID – Letras – Português/IFPR– Docente do Instituto Federal do Paraná, CAPES/IFPR - e-mail [suzete.reiter@ifpr.edu.br](mailto:suzete.reiter@ifpr.edu.br)

As reflexões realizadas estão embasadas em STECANELA (2009); ALVES CANÁRIO (2004); MARTINS (2003); DUBET (2003) E PERRENOUD (1995).

**Palavras-chave:** PIBID – Formação Continuada – Língua Portuguesa – Literatura.

**Abstract:** This study began with expectations to demystify the beliefs that surround the teaching of Portuguese and the conditions that promote learning. It was felt that continued education to the involved professionals was a constant need, since not all situations related to content and methodology were well defined. Woods (1996) suggests the use of the term BAK (beliefs, assumptions and knowledge) to reduce the distinction between belief and knowledge. For this author it is difficult to separate what a person knows from what he/she believes to know (belief). So, we proposed this study as a diagnostic situation between supervisors of PIBID- Portuguese Palmas-PR and undergraduate students, PIBID scholars on the concept of content and methodology. We realized that among the myths identified during the literature review is that the learning is the responsible factor for keeping students in school. So for 2015 we focused the research into the causes of school dropout, because according to Stecanela (2009, p. 20) "to get somewhere in life one must study" and we understand that to keep a student in school we need to know him/her, make him/her feel important at school. This study aims actions and the challenge of keeping the student in school. We associated workshops developed by scholars and supervisors of PIBID – Portuguese aiming to raise the self-esteem of elementary and high school students as well as stimulate the qualification of supervisors. The students' satisfaction and commitment in developing tasks, attending classes and improving their learning were the immediate results recorded. It is also visible that only the regular practices provided in the PPCs during the studies of Language Arts are not enough to form a teacher, this way making PIBID an essential program to the ones involved in education. Theoretical studies, literature review, field survey with questionnaires (interviews) and on-site observations were the initial guidances for this project. In the long term we expect improvements in the Basic Education Development (Ideb) as well the approval indices. Our reflections are informed in Stecanela (2009); ALVES CANARY (2004); MARTINS (2003); DUBET (2003) and PERRENOUD (1995).

**Keywords:** PIBID – Continued Education - Portuguese Language – Literature.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo propõe registrar as ações realizadas pelo grupo de Pibidianos Português do IFPR - Campus Palmas em busca de incentivar a necessidade de planejamento, conhecimento conceitual de conteúdos da área e metodologias de aplicação, bem como a urgência de formação continuada com os profissionais envolvidos. Destacamos proposto por Woods (1996), BAK

(beliefs, assumptions and knowledge) para reduzir a distinção entre crença, suposições e conhecimento, pois para ele é difícil separar o que uma pessoa sabe daquilo que ela acredita saber (crença), já que um dos princípios usado pelos docentes para isentar-se da formação continuada é confiar que seu saber está pronto e não carece de aprimoramentos.

Observamos que entre os mitos levantados durante a pesquisa bibliográfica consta o da aprendizagem, enquanto um condicionador da permanência na escola. Então, em 2015 focamos a pesquisa nas causas da evasão escolar, pois segundo Stecanela (2009, p. 20) “para ser alguém na vida é preciso estudar” e entendemos que para manter o aluno na escola precisamos conhecê-lo, torná-lo alguém importante no espaço escolar, elevar sua autoestima. Nesse sentido, utilizamos a proposição acima como tema norteador do planejamento. A pretensão era elevar a autoestima do aluno para que sentisse a escola como lugar de desejo. Primeiramente, decidiu-se conhecer e descrever o mundo e as expectativas do aluno; ou seja, saber quem é ele, sua origem, os lugares que frequenta além da escola. Para isso, o gênero Memorial foi o escolhido. Em seguida, os supervisores elencaram os conteúdos e as atividades desenvolvidas nas aulas de língua portuguesa; identificaram número de alunos/turmas; o índice IDEB de 2014; da turma e da disciplina. O terceiro passo foi a realização de estudos sobre situações que podem causar a evasão como: drogas, bullying, descaso do professor para com o aluno, esclarecendo o mito de que o aluno não aprende porque é pobre, mas que é necessário reforçar estímulos e qualidade à aula ministrada.

A seguir descreveremos as três escolas estaduais com as quais desenvolvemos o projeto: Colégio Estadual Dom Carlos, Colégio Estadual Monsenhor Eduardo e Colégio Estadual Sebastião Paraná, todas localizadas na região central do município de Palmas/PR, sendo que as duas primeiras participam do PIBID desde 2012 e a última iniciou em 2015.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 APRESENTAÇÃO DOS ENVOLVIDOS E SUAS PROPOSTAS

O subprojeto Pibid-Português é composto por 2 coordenadoras, 4 supervisoras e 21 bolsistas, que atendem 3 escolas estaduais do município. Passamos a descrevê-las distintamente, em ordem alfabética, para evitar demonstrar nenhuma preferência, pois são todas importantes para o projeto.

#### 2.1.1 Colégio Estadual Dom Carlos

O Colégio Estadual Dom Carlos, localizado na região central da cidade, atende em torno de 1.168 alunos oriundos de diferentes bairros vizinhos. O colégio participa do PIBID, desde 2012. Em 2013, o Ideb do Colégio atingiu 3,7 em Língua Portuguesa e a expectativa para 2015 é de 4,3. Contamos com

duas professoras supervisoras: Karin, graduada em 1996 – especialista em Produção e Recepção Textual; e Maria Geonice que graduou-se em 2000 e tem especialização em Leitura como Fonte de Lazer. Cada uma possui uma equipe com 5 bolsistas pibidianos. Segundo as professoras

[...] a maioria dos alunos do colégio Dom Carlos moram somente com a mãe; poucos são os que residem com pai e mãe; há boa parcela que estão sob os cuidados de avós. Muitos moram nos bairros próximos ao colégio e na zona rural. Alguns frequentam a igreja, há meninos que participam de treinos de futebol fora do colégio, assim como têm aqueles que são matriculados na Escola de Arte. (DEPOIMENTO DAS PROFESSORAS)

Quanto à aprendizagem, ambas concordam sobre a influência econômica:

Como nossos alunos, na sua maioria, são oriundos de escolas municipais da periferia e do interior, percebe-se grande defasagem na leitura e produção textual. Por isso, os conteúdos em Língua Portuguesa foram trabalhados de acordo com a realidade das turmas. Como os alunos de 7º ano possuem maiores dificuldades na leitura e escrita, conforme já foi citado, priorizamos a leitura e compreensão de textos narrativos, histórias em quadrinhos e poesias. (DEPOIMENTO DAS PROFESSORAS)

A partir da realidade da escola, os bolsistas pibidianos, sob a supervisão da Prof. Karin, propuseram as seguintes oficinas intituladas: “Nosso planeta, nossa casa – Sustentabilidade” e “Clube de Leitura Dom Carlos”.

O primeiro projeto “Nosso planeta, nossa casa - Sustentabilidade”, desenvolvido pelos alunos Bruna Socolovski Siqueira, Evandro Antônio Correa e Lediana dos Santos partiu do princípio de que para manter o aluno na escola precisamos conhecê-lo, torná-lo alguém importante no espaço escolar. Este projeto foi desenvolvido com os alunos dos 7º anos A, B e C no período vespertino, introduzido em março, com término previsto para dezembro de 2015. Tem-se por objetivos disseminar a filosofia e as práticas da sustentabilidade; bem como conscientizar os alunos sobre a importância da preservação do Planeta Terra, com sugestões para minimizar o impacto de nossas ações sobre o meio ambiente, formando assim, verdadeiros multiplicadores da cultura do uso sustentável dos recursos naturais.

As atividades são elencadas com os seguintes conteúdos de: leitura e produção textual de gêneros informativos, dissertativos e narrativos;

observando semântica, concordância, pontuação e ortografia. Iniciamos o projeto com a cartilha “Nosso planeta, nossa casa”, material doado pelo SESI – Palmas/PR, explanando e discutindo de forma reflexiva o assunto proposto no material. A partir de então, as reflexões tornaram-se práticas: os alunos adquiriram atitudes individuais e em grupos, reutilizando materiais como PETs e pneus. A atividade focou o cultivo de flores e hortaliças no pátio do colégio estendendo-se para sua casa, bairro e município. Os materiais utilizados nas aulas práticas como tintas e pallets foram doados. Os alunos organizados em grupos foram responsabilizados em trazer mudas de plantas que tivessem em casa, garrafas pets e pneus usados para o desenvolvimento da prática, com exceção da terra que foi doada pela direção do colégio. Uma vez que houve introdução do projeto com a parte teórica, alguns alunos demonstraram atitudes diferentes de quando o projeto deu início. Pode-se destacar a preocupação com a higiene da sala de aula, criando lixeiras individuais, a plantação de arbustos nas árvores, horta individual utilizando PETs e cartazes com frases de impacto sobre o tema. Pretende-se no decorrer do projeto atingir um número maior de alunos com o intuito de sensibilizar suas atitudes além da sala de aula, levando conhecimento e prática para a sociedade.

O projeto “Clube de Leitura Dom Carlos”; desenvolvido pelas alunas Leticia Aparecida Terres Kemes e Natalia Regina Ricardo de Ramos versa sobre o problema comum enfrentado pelos profissionais de Letras: a resistência dos alunos do Ensino Médio em fazer leitura de textos literários, buscando uma forma mais dinâmica para as aulas de literatura, pois muitos professores ensinam-na de forma “engessada”, sempre do mesmo modo, privilegiando o aspecto cronológico da história da literatura; além de que há outro agravante: o número de aulas é insuficiente para desenvolver o trabalho de leitura mais complexa com os alunos. Para tanto, o grupo traçou neste projeto as seguintes questões problemas: a) Como trabalhar com a leitura literária enquanto gênero informativo, já que os alunos dos 3º ano do Ensino Médio mostram-se resistentes? b) Como trabalhar a leitura e a contextualização da literatura de forma dinâmica que os levem a ler textos literários?

A proposta pretendia promover um debate literário tendo como ponto de partida a Teoria da Recepção formulada por Hans Robert Jauss, a qual nos aponta alternativas à apresentação de textos literários aos alunos, sem anular a época em que foram escritos e os motivos que levaram os autores a determinada produção. Assim, o grupo elaborou temáticas sem deixar de aproximar autor/leitor/obra. Com o interesse de mudar e aperfeiçoar a conduta pedagógica, buscando contribuir para a mudança e a forma de exercitar a leitura de textos literários com o Ensino Médio. O projeto foi dividido em três momentos: o primeiro ocorreu com a apresentação contextualizada das obras: Madame Bovary de Gustave Flaubert, O Retrato de Dorian Gray de Oscar Wilde, O crime do Padre Amaro de Eça de Queiroz e a A menina que roubava livros de Markos Zusak, em um Café Literário no IFPR-Palmas.



No segundo momento, a turma foi dividida em dois grupos para a leitura e estudo das obras “Romeu Imortal” e “Julieta Imortal”, ambas da autora Stacey Jay. Neste Café Literário, os alunos defenderam dois personagens clássicos: Romeu e Julieta, de acordo com a mencionada releitura. Por meio das atividades já desenvolvidas, podemos concluir que, projetos como este impõem às aulas de literatura um novo significado em relação à leitura, proporcionando maior produtividade, divertimento e conhecimento.

Sob a orientação da Professora Supervisora Maria Geonice, os alunos do 2º ano do Ensino Médio desenvolveram atividades referentes ao Romantismo e os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental referentes à Literatura Infanto-Juvenil através da releitura dos contos de fadas: O gato de botas e Cinderela na versão editada pela Brasil leitura, da Coleção Clássicos de Ouro. As bolsistas Daiane Almeida e Lourdes Aparecida da Fonseca priorizaram a leitura, a escrita, a oralidade, interpretação e a dramatização. Entendem o trabalho como desafiador pelo distanciamento do aluno para com o ato de ler.

O projeto foi desenvolvido com os alunos do nono ano C do ensino fundamental. Primeiro realizou a leitura individual e oral dos contos de fadas e discutiu-se sobre a diferença de ser e ter. Os alunos leram outros contos de fadas, adaptados ao ensino fundamental, os quais serviram de estímulo para que escrevessem suas próprias histórias. Para a continuidade do projeto, os alunos escolheram os contos de fadas O gato de botas e Cinderela, em versões adaptadas, que foram reescritos e interpretados através de teatro, música e poesia. Os alunos realizaram uma apresentação de gala, na qual foram convidados a direção da escola, pedagogos, professores e alunos de outras turmas. Logo após as apresentações, eles foram aplaudidos em pé e receberam os parabéns de todos os presentes. Isso gerou tamanho orgulho nos alunos e propiciou maior envolvimento com as situações de aprendizagem do conteúdo formal em sala de aula.

Nos aspectos sociais, a maioria dos educandos não mantinha uma interação com a Professora, eles pouco questionavam durante as aulas, não interagiam uns com os outros, claro que, não todos, mas grande parte era individualista, não gostavam de trabalhos em grupos. Manifestavam problemas na comunicação oral, a execução dos discursos em sala de aula, tanto em apresentações de trabalhos como em simples diálogos entre eles mesmos. (DEPOIMENTO DE DAIANE ALMEIDA)

### 2.1.2 Colégio Estadual Monsenhor Eduardo

O Colégio Estadual Monsenhor Eduardo atende em torno de 500 alunos. Localizado na região central da cidade, recebe alunos oriundos de diferentes bairros vizinhos: Serrinha, São Francisco, Divino e Klubege. Alguns do centro e 4 alunos vem do interior – área rural. Em 2013, obteve no IDEB 3,9 em Língua Portuguesa e a expectativa para 2015 é de 4,1. A professora

supervisoras Patrícia graduou-se em 2005 e tem especialização em Metodologia em Ensino de Línguas.

O grupo propôs o projeto intitulado: “Valores Morais - A Charge em Sala de Aula”. As alunas envolvidas: Fabiane Nesi, Paola Fernanda Gomes e Lindsay Ângela Sozin partiram do pressuposto de que valores morais são adquiridos durante a vida, porém a escola desempenha papel fundamental nesse agregado de conceitos sobre comportamentos e atitudes. Com intuito de trabalhar conceitos como família, mídia, política, escola e educação, visando afinar o senso crítico dos alunos, debatendo e interpretando as charges escolhidas. Com as atividades realizadas, os alunos tiveram a oportunidade de trabalhar com produções textuais, observando semântica, concordância, pontuação e ortografia. O projeto foi desenvolvido em quatro passos: Primeiramente conceituou-se o gênero charge, em seguida foram lidos, interpretados e discutidos textos com o ponto de vista dos alunos, na sequência realizou-se uma reflexão acerca dos itens citados acima para introduzir a produção textual que consistiu em produzir charges de cunho crítico, levando em conta a sociedade na qual os alunos estão inseridos. Na interpretação, os alunos deveriam perceber a charge como unidade textual de sentido completo, trabalhando a correlação texto/contexto, imprescindível para compreensão da mensagem contida na mesma. Os alunos analisaram a inter-relação texto verbal x texto não-verbal, enquanto elementos intensificadores de seu aspecto crítico, produzindo textos estrutural e funcionalmente semelhantes aos analisados.

### 2.1.3 Colégio Estadual Sebastião Paraná

Na Escola Sebastião Paraná, 1.200 alunos são atendidos. Localizada na região central da cidade, recebe alunos oriundos de bairros vizinhos. A maioria dos alunos é de classe média baixa, com falta de uma estrutura familiar. Muitos moram no mesmo bairro do colégio e outros utilizam o transporte escolar municipal, pois moram na zona rural. A professora supervisora Luciana Schneider, graduada em 1994, especializou-se em 1996 em Metodologia do Ensino de Línguas – Português. O índice do IDEB de 2013 foi de 3,9 na 8ª série/9º ano. As principais dificuldades encontradas pelos alunos foram em relação à leitura, escrita e a falta de concentração, o que ocasionou também dificuldades de interpretação.

O projeto intitulado “Projeto PIBID português para ser alguém na vida é preciso estudar: O quê e como? – norteou o Subprojeto Contação de histórias: Causos e Causos” com o objetivo de analisar, discutir, refletir e colocar em prática atividades de incentivo à leitura, produção textual, dramatizações e ilustrações, mostrando diversas estratégias através da obra “Causos do Coração de minha Terra” da autora Lucy Bortolini Nazaro. Outro objetivo foi enfatizar a linguagem cultural e o valor da cultura regional, já que a autora do livro é residente na cidade de Palmas e foi possível aproximá-la de seus leitores. É importante conhecer a imagem que o aluno cria do escritor para

desmistificar a distância entre ambos. Os alunos realizaram uma coletânea de causos e lendas resgatados pelos pais ou familiares, tal qual nos causos lidos em aula. A oralidade foi trabalhada através das dramatizações e contações de histórias feitas pelos alunos. Entendemos que o ser humano tem habilidade e capacidade de expor suas ideias e experiências já vivenciadas. Assim, a contação de histórias é uma forma de expor essas experiências. No final, percebemos que os alunos progrediram nas produções textuais e houve a quebra de paradigma pela desmistificação entre leitor e escritor, mostrando que o mesmo é uma pessoa acessível e próxima, modificando a ideia que muitos têm do escritor ser “um ser de outro mundo”. Assim, realizou-se um café literário com a ilustre presença da escritora Lucy Bortolini Nazaro que descreveu a origem do estímulo para escrever.

## 2.2 SISTEMATIZANDO

A partir do relato das professoras supervisoras e dos trabalhos desenvolvidos, de forma sucinta temos, no quadro abaixo, o seguinte panorama imposto por conteúdos e IDEB. O objetivo é elevar a aprendizagem, mas o quê e como fazer dependerá do quanto de comprometimento profissional e social encontramos no professor regente. Tentamos estabelecer uma relação entre os conteúdos e as dificuldades encontradas.

<b>Escolas</b>	<b>SÉRIES/ ALUNOS</b>		<b>IDEB 2013/ PERSP 2015</b>	<b>CONTEÚDOS / I SEMESTRE DIFICULDADES</b>
DOM CARLOS (Karin)	7º A  7ºB  7ºC	25 26 26	3,7  4,3	Leitura de contos e poemas;  Pontuação: parágrafo, ponto final, ponto e vírgula, dois pontos, travessão, aspas, ponto de interrogação, ponto de exclamação e reticências;  Ortografia;  Produção de narrativas envolvendo diálogo;  Produção de poemas.
DOM CARLOS (Maria Geonice)	2ºC EM 9ºC	16 32	3,7  4,3	Literatura Brasileira (Romantismo); Literatura Infanto-Juvenil (Contos de Fadas); A maior dificuldade encontrada pelos alunos foi na questão da exposição do trabalho, mais especificamente, no quesito oralidade.
MONSENHOR EDUARDO	9º C	27/ 22	3,9	Gênero Charge - Os valores morais através do gênero charge 1º Conceito do gênero; diferenças entre charge, cartum e tirinha;

			4,1	2º Apresentação de algumas charges e questionamentos aos alunos sobre o gênero; 3º Leitura e interpretação, individual e em grupos; 4º Seleção de alguns temas relacionados à valores morais para a produção das charges; 5º Produção de charges, em grupos; 6º Produção de cartazes com as charges sobre os valores que cada grupo selecionou;
SEBASTIÃO PARANÁ	8º e 9º		3,9	Exercícios de sondagem/revisão de conteúdos; Pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, indefinidos e interrogativos; Linguagem figurada: metáfora e personificação; Leitura, produção e interpretação textual; Leitura de obra literária; Gêneros textuais: poesias/varal literário; Verbo: modo, tempo e locuções verbais; Leitura, produção e interpretação textual; Leitura de obra literária; Gêneros textuais: memórias (Envelhecimento Digno e Saudável) e biografia.

Percebe-se na relação entre conteúdos e dificuldades que a oralidade é a maior preocupação por parte do aluno. Garantir fluência durante uma exposição oral, mesmo na língua materna, parece causar muito nervosismo para o discente. Um dos fatores pode ser o preconceito linguístico, devido à cobrança da norma culta. Outro fator pode ser a baixa autoestima. O fato interessante é que, muitas vezes, nem o professor adquiriu pleno domínio da norma padrão, mas é autoridade em exigir o domínio do aluno, constrangendo-o. Porém, todas as tarefas desenvolvidas propiciaram que a timidez fosse vencida e ao mesmo tempo houvesse evolução na aprendizagem da norma culta e mais desenvoltura na oralidade, resultando em confiança mútua na relação professor – aluno – bolsista. O maior ganho está no aluno que passa a acreditar em sua aprendizagem.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados em prol da permanência do aluno na escola são satisfatórios, o ânimo do supervisor em contar com a colaboração do bolsista diminuiu o índice de ausência dos alunos. Quanto ao bolsista certamente estamos formando uma nova geração de profissionais, mais comprometida com a profissão e com seu domínio de saber. A seguir registramos os pareceres de alguns bolsistas do subprojeto Português:

A relação com os alunos do 9º ano do ensino fundamental do Colégio Estadual Monsenhor Eduardo foi construída gradualmente, primeiro houve um estranhamento da parte deles, não sabiam exatamente qual era nossa função na sala ou como trabalharíamos. Conforme as aulas passavam, eles entendiam o motivo pelo qual estávamos ali, e ao mostrar interesse em

conhecê-los eles também mostravam interesse em participar das aulas. A fase de conhecimento e reconhecimento foi a mais difícil seguida da aceitação que foi gratificante ao vê-los realizar os trabalhos propostos com dedicação. Creio que em qualquer sala de aula deve haver interesse mútuo do professor em ensinar e do aluno em aprender, e mais que isso, saber com quais alunos estamos convivendo, seus sonhos e vontades utilizando isso como ferramenta para uma aula interessante em que realmente haja contato e interação, onde o aprendizado seja compartilhado e que os objetivos sejam alcançados da forma mais proveitosa possível. (BOLSISTA PAOLA)

Foi perceptível a mudança dos alunos que compuseram nosso projeto. Os estudantes eram envergonhados e pareciam não acreditar numa suposta metodologia diferenciada para aprenderem Língua Portuguesa, estavam estagnados a receber ordens e aceitá-las por não conhecerem novas perspectivas de ensino. Porém, com o início de nosso projeto “Contação de histórias – PIBID PORTUGUÊS” aos poucos os alunos perceberam como é possível aprender saindo daquela rotina de sala de aula. Aprenderam a trabalhar em equipe, a ajudar o colega nas tarefas que lhes eram incumbidas e a importância da leitura, escrita e interpretação para a realização de todo o projeto. Houve melhoras significativas nos quesitos da disciplina de Língua Portuguesa. A turma recebeu muitos elogios de toda equipe pedagógica do Colégio que trabalhamos. (ANELISE BERGENTHAL)

Houve um grande avanço em termos sociais, os alunos apresentam uma melhor interação. Existe uma coletividade entre eles; um desejo de se trabalhar em conjunto e principalmente em harmonia. O interesse em arriscarem-se a dar respostas acontece com maior frequência nas aulas. Outro avanço ocorre em relação ao fato de que conseguem construir um paralelo entre os conhecimentos prévios e os conhecimentos novos; os diálogos construídos em sala, principalmente com os bolsistas e os professores são mais bem elaborados, começaram a pensar antes de falar, ou seja, fazem uma autocorreção para falar ou perguntar. Procurando uma melhor expressão; aprenderam a pronunciar melhor as frases para não ter que repeti-las, isso ocorreu com os ensaios das releituras, que trabalhou todo o processo de pronúncia correta pensando nos ouvintes das mesmas e também com o teatro, que serviu justamente para melhorar a oralidade e também verificar na escrita os erros gramaticais. Claro que, as dificuldades em relação à escrita ainda estão sendo trabalhadas, portanto, o projeto continua onde a proposta é melhorar e preparar esses alunos para um futuro e principalmente incentivá-los à formação acadêmica. (ADRIANA RIBAS, GISELE ROCHA E MAIKON SIMÃO)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percebeu-se que propiciar a aprendizagem exige planejamento com atividades interativas. O aluno sendo desafiado a ser autor do seu trabalho, demonstrando comprometimento com as tarefas é um dos fatores essenciais ao sucesso. Percebeu-se que a formação continuada com os profissionais envolvidos era uma necessidade constante, já que nem todas as situações com respeito a conteúdos e metodologias estavam definidas, principalmente ao que

diz respeito aos gêneros textuais, seus aspectos linguísticos e estruturais. Isso torna verdadeira a máxima de Woods (1996) sobre a distinção entre crença e conhecimento. Nota-se que os supervisores acreditam em seu saber, mas talvez não consigam administrá-lo em consonâncias com as diretrizes e teorias. Já, quanto aos alunos bolsistas visualizamos dois grupos: os que têm o domínio teórico e os que estão construindo. Isso é perceptível nos planejamentos que propõe ponto de partida e um ponto de chegada; embora o grupo em construção também “pense” que sua elaboração esteja completa.

A formação continuada também foi fator responsável ao implicar escolha dos textos a serem trabalhados, por exemplo, o trabalho com os contos de fadas. As versões escolhidas, adaptações para séries iniciais, não impediram o sucesso sobre o envolvimento com os alunos. Mas, caso o grupo optasse por uma das versões originais, talvez possibilitasse reflexões mais interessantes sobre a linguagem e o cenário. Isso reforça o quanto devemos nos dedicar ao planejamento e estimular a qualificação dos envolvidos, pois não estamos isentos de falhas pela constante necessidade de reflexão sobre nosso fazer pedagógico.

Entendemos que a compreensão do letramento proporcionado pelas práticas de formação que pressupõe saberes em diferentes níveis urge no processo de formação dos professores em suas relações com os conhecimentos a serem didatizados. Isso foi recorrente ao especificar a semântica como um conteúdo e não objetivar o nível de leitura do educando enquanto apropriação e transformação dos significados atribuídos. Nessa situação de leitura, o gênero textual passa a ser o objeto de ensino, portador de significados sociais, além do contexto escolar.

Aos olhos dos coordenadores e supervisores envolvidos, foi motivo de orgulho participar da construção de novos saberes e da desenvoltura do discente do Curso de Letras. O aluno tímido do início da graduação ao professor responsável e ciente do quanto ainda há a aprender, que depende do seu fazer pedagógico a permanência de muitos alunos na escola. Pois, o PIBID possibilita conhecer e tornar o aluno da graduação alguém importante no espaço escolar da universidade, colaborando com a baixa do índice de evasão no curso superior; a turma de 40 alunos que ingressou em 2012, hoje têm 16 em busca da conclusão, cujo 10 deles são bolsistas desde então. Já, da turma de 2013 permanecem 26 e destes a metade já vivenciou o programa e outros estão em lista de espera.

A proposição de Stecanela (2009, p. 20) “para ser alguém na vida é preciso estudar” não cabe apenas a escola de ensino fundamental e médio; estende-se aos bancos universitários.

As oficinas desenvolvidas por bolsistas e supervisores do PIBID-Português na busca de elevar a autoestima de alunos do ensino fundamental e médio, bem como estimular a qualificação dos supervisores que obtiveram pleno sucesso. Repetimos aqui que a satisfação dos alunos em comprometer-se em desenvolver tarefas, frequentar as aulas e melhorar seu aprendizado são os resultados imediatos constatados, o que contradiz a opinião dos



supervisores na abertura deste artigo que a situação econômica impede o aluno de comprometer-se com sua aprendizagem. É visível também que apenas o estágio regular previsto nos PPCs do Curso de Letras não basta para formar um professor, tornando o PIBID um programa essencial.

Nesse artigo se entrelaçam percursos da formação de alunos de graduação, professores do ensino básico e professores universitários. Busca-se a reflexão contínua em prol da aprendizagem do ensino da leitura e da escrita como fator relevante da permanência do aluno na escola, que acredita em seu futuro. Pois, segundo Neves (2000, p.52) devemos considerar a adequação social do produto linguístico dos alunos, o que significa ensinar e aprender a língua para e nas práticas sociais de uso. Embora o conceito de gênero textual não esteja claro aos profissionais envolvidos nesse trabalho, ele é o instrumento que media, representa e materializa a prática de linguagem de um enunciador, configurando um texto que circula socialmente em um suporte.

Nesse sentido, entra em pauta a importância dos programas de formação continuada para docentes. Um professor já dominando sua atividade docente, conhecendo os objetivos que regem esse coletivo de trabalho, desenvolve em sua prática pedagógica ações singulares, por meio de operações diversas, as quais logo se transformam em hábitos e habilidades e se automatizam. Por isso, o professor (tal como o aluno) precisa ser exposto a novas ações e a novos instrumentos para que suas funções psicológicas superiores se desenvolvam. (NASCIMENTO: 2014, p. 89)

Inclua-se à fala de Nascimento, acima o quão favorável está sendo o PIBID, na formação de novos docentes.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Natália; CANÁRIO, Rui. **Escola e exclusão social: das promessas às incertezas.** Análise Social – Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, v.38, n.169, p.981-1009, 2004.

DUBET, Francois. **As desigualdades multiplicadas.** Ijuí: Ed. Da Unijuí, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LIMA, Anselmo Pereira de. **Dinâmica das dimensões impessoais, pessoais, interpessoais e transpessoais no processo de iniciação à docência.** IN: Revista Querubim Digital 2014 – Ano 10 nº 24 – vol.p. 10-15, Rio de Janeiro: Querubim, 2014

MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996.



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

MORAIS, Artur Gomes de. **Ortografia: ensinar e aprender**. São Paulo: Ática, 2000.

NASCIMENTO, Elvira Lopes. **Prática de ensino e aprendizagem da escrita**. IN: NASCIMENTO, Elvira Lopes (org). Gêneros Textuais. Da didática das línguas aos objetos de ensino. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: UNESP, 2000.

PAULINO, Walkiria Presa; PALAVICINI, Jonathan Luiz. **A ortografia e seus desafios para o aluno e para o professor: como realizar o processo de ensino-aprendizagem?** IN: LIMA, Anselmo Pereira de. Práticas de iniciação à docência. Curitiba: CRV, 2013. p. 51-60.

PERRENOUD, Philippe. **Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar**. Porto: Porto 1995.

STECANELA, Nilda. **A crise da escola e o esboroar de seus mitos fundadores**. IN: SANTOS, Carla Sotero; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. (Org.). Educação: o uno e o múltiplo. Caxias do Sul: EDUCS, 2009, v., p. 101-122

## PIBID: UM RE-CONHECIMENTO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

BIANCHI, Roberto Carlos **36**  
RIBEIRO, Evandro<sup>37</sup>

**Resumo:** O conceito de sustentabilidade apresenta-se na literatura como polissêmico e, por vezes, aplicado às mais diversas áreas, utilizando-se como rótulos, slogans e propagandas. A crise ambiental constitui um chamado à reconstrução social do mundo: apreender a complexidade ambiental (LEFF, 2002a). Nesta busca por uma forma diferente de pensar e agir neste meio, entende-se que, além da crise socioambiental estamos face de uma crise de saberes, que está relacionada à acumulação de externalidades (LEFF, 2010). O objetivo deste trabalho é apresentar a necessidade de um Re-conhecimento, uma postura epistemológica de conhecer nossa forma de conhecer. Entende-se que o PIBID como programa de formação apresenta-se como campo fértil para esta discussão e como instrumento para chegar às escolas por meio do Subprojeto português. Ressalta-se, neste sentido, a importância de trabalhar com o desenvolvimento sustentável para as atuais gerações com alunos das escolas públicas, buscando superar as resistências e permitir à reflexão sobre novas posturas epistemológicas para o re-conhecimento do mundo. O desafio está em estimular mudanças de atitudes e comportamento na sociedade a partir dos alunos. Há ações necessárias e importantes para desenvolver nas escolas e construir posturas epistemológicas que valorizem o diálogo de saberes (SANTOS, 2010).

**Palavras-chave:** PIBID. Educação. Sustentabilidade. Re – conhecimento.

### Introdução

Em diversos lugares, seja em relação ao meio ambiente, à política, à educação ou às organizações administrativas, encontramos a palavra sustentabilidade. Porém, numa realidade social onde prevalece a ordem capitalista, muitas vezes o real uso desta palavra é feito de forma inadequada. Frequentemente é usada como uma forma de economia popular, ou de ações de preservação ambiental ligadas à reciclagem ou de interações sociais preocupadas com o consumismo.

Fala-se em sustentabilidade e, logo pensa-se em reciclagem ou separação de lixo, porém para criar uma racionalidade ambiental, precisamos construir uma transformação dos paradigmas tradicionais e de produção de

---

36 Instituto Federal do Paraná, Letras: Português/ Inglês, Capes, roberto.bianchi@ifpr.edu.br

37 Instituto Federal do Paraná, Letras: Português/ Inglês, Capes, pimpao-evandro@hotmail.com

conhecimentos, além de integração de saberes para que consigamos fazer a organização do pensamento para o desenvolvimento sustentável. De acordo com Leff (2010), passou-se de noção de ambiente que considera essencialmente os aspectos biológicos, químicos e físicos, a uma concepção mais ampla, a qual dará um lugar as questões econômicas e sociais.

A complexidade ambiental ultrapassa esses limites comuns e necessita de uma hibridização dos saberes<sup>38</sup>, levando em consideração as questões sociais, ambientais, econômicas e culturais. Assim, para LEFF, (2002a, p. 207) “A crise ambiental é a primeira crise do mundo real produzida pelo desconhecimento do conhecimento; da concepção do mundo e do domínio da natureza [...] Os problemas ambientais são fundamentalmente problemas de conhecimento [...]” ou então, para o mesmo autor “A crise ambiental constitui um chamado à reconstrução social do mundo: apreender a complexidade ambiental (LEFF, 2002a, p. 218). No entanto essa hibridização ainda está em uma fase de construção, onde precisamos fazer um Re - conhecimento, ou seja, precisamos sintetizar nosso pensamento de consumo para buscar solucionar os problemas socioambientais, através de novas posturas epistemológicas.

Neste sentido, diante da necessidade do re-conhecimento do mundo, e sobretudo, das possibilidades do conhecimento do conhecimento. Cabe perguntar-nos se podemos realmente conhecer ou o que conhecemos quando conhecemos? E ainda, se o que conhecemos corresponde ou não ao que percebemos? Onde e como "armazena-se" o que conhecemos? E assim, poderíamos estender a lista de perguntas. Porém, poucas vezes nos questionamos sobre o conhecimento do conhecimento. Assim, a questão aqui discutida caracteriza-se como algo de suma importância para nós futuros professores, pois ela se enquadra como uma política de educação ambiental voltada para a sustentabilidade. Como bolsista e futuro professor ela me auxiliará na construção de uma postura sustentável, auto consciente de meu próprio consumo. Vivemos em um regime capitalista e, desta forma, o trabalho com educação x sustentabilidade através do PIBID: Subprojeto português, se caracteriza como algo de suma importância, pois ela se enquadrará como uma educação ambiental voltada para a reflexão acerca da sustentabilidade, ou seja, procuramos contribuir para a formação de uma nova relação neste sentido, pois o ambiente escolar se revela como um centro de atividades e relações que devem ser estimuladas para ações emancipatórias para uma novo conceito de capitalismo e de consumo.

## 2 – Objetivo

O trabalho (ainda em construção) aqui apresentando é uma amostra das reflexões e discussões que partiram de uma disciplina modular (Educação

---

38 Aprender o conhecimento que já foi aprendido como forma de re-conhecer ou conhecer de novo.

e sustentabilidade), do Curso de Letras: português/inglês do Instituto Federal do Paraná – IFPR Campus Palmas. A temática apresentou-se como algo essencial e muito importante para ser debatida no PIBID a partir da relação universidade-escola usando as horas que o programa nos permite entrar em contato com o ambiente e a realidade da comunidade escolar da qual nossos projetos fazem parte. Observou-se que o público alvo está "contaminado" por pensamentos e atitudes consumistas e a proposição de discussões e reflexões sobre a temática em questão, apresenta-se como desafiadora, porém necessária.

A disciplina educação e sustentabilidade ajudou a construir reflexões sobre a ecologia e re-conhecimento de meus saberes em relação ao consumo (desenfreado ou sustentável), com ênfase no papel da educação versus desenvolvimento sustentável, auxiliando-me na construção do meu fazer pedagógico como futuro professor. O professor ministrante, conseguiu desenvolver uma dinâmica agradável e construiu debates e questionamentos relevantes da disciplina e os questionamentos que surgiram no desenvolvimento do conteúdo e da aula. Desta forma, nosso objetivo neste trabalho, é levar para a escola pública as dinâmica e as reflexões para os alunos com os quais o PIBID Letras-Português atua.

### 3 – Conhecer ou Re-conhecer

A vida humana tem se caracterizado como uma constante busca do conhecimento em suas mais diversas formas ou manifestações. Conhecer é muito mais do que um desejo intrínseco, natural, que potencialmente vai desenvolvendo-se (BIANCHI, 2015). E assim, antes de partirmos para a sala de aula, faz-se necessário refletir, reforçando a importância desta temática “O Re – Conhecimento”, ou seja o conhecer o que conhecemos.

Nesse sentido, o desafio aqui proposto é o de "conhecer o conhecer". É preciso cultivar atitudes de abertura na busca e valorização de outras formas de conhecimento e de outros tipos de conhecimentos propostas por Santos (2010) e a "ecologia de saberes"<sup>39</sup>, proposta por Leff (2010) e Santos (2013).

O capitalismo além de uma "proposta econômica" é também, uma construção epistemológica que tem proporcionado desigualdades e alienação. Neste sentido, de acordo com Santos (2010), busca-se a valorização de uma proposta que proporcione um diálogo horizontal entre os conhecimentos, com o intuito de conhecer e re-conhecer o conhecimento do conhecimento, assim como, sua necessidade e possibilidades. Através do conhecimento, os indivíduos representam-se socialmente e buscam significar sua existência. Na atualidade um dos problemas que mais afetam a sociedade são os problemas relacionados à crise ambiental. Porém, de acordo com Leff (2010), a crise do

---

<sup>2</sup> "as ecologias de saberes são conjuntos de práticas que promovem uma nova convivência ativa de saberes no pressuposto de que todos eles, incluindo o saber científico, se podem enriquecer nesse diálogo... (SANTOS, 2013, p. 472)

risco ecológico é, sobretudo, gerado pelos questionamentos frente ao conhecimento do mundo e reforça a necessidade de re-conhecimento do mundo como uma nova postura epistemológica.

Neste sentido, Leff (2010), nos interpela a conhecer e re-conhecer o "ambiente" do qual vivemos hoje, pois nossas crises surgem, essencialmente, do desconhecimento da lei da entropia, regulamentada pela "mania de crescimento". Esta problemática intensifica-se e deteriora-se pela produção sem limites e a distorção epistemológica entre o que se predica como desenvolvimento econômico e as consequências deste mesmo crescimento econômico. Não se trata, obviamente, de sermos contrários ao crescimento, porém o problema está quando se usam os dois conceitos como sinônimos. Sabe-se que, semanticamente possuem significados diferentes, (Bianchi, 2015).

Portanto, uma tentativa de unificação entre as duas respostas não criará as condições necessárias para o re-conhecimento do mundo. De acordo com Leff (2010), a natureza explode em energias de libertação e, assim, a complexidade emerge com fundamentos epistemológicos necessários, referenciando o diálogo de saberes como alternativa e possibilidade de intervenção no mundo, e no conhecimento.

#### 4 – Considerações Finais:

A partir das palavras do filósofo e escritor Mario Sergio Cortella: “Devemos pensar sem resmungar, algo além do que nos faça bem para fazer o melhor com o melhor possível no momento, enquanto não têm melhor para fazer melhor ainda” YouTube. (2015, Janeiro 25). Mário Sérgio Cortella “fazer o melhor na condição que você tem” e John Huckle (2001) “... o papel chave da Educação para a Sustentabilidade é o de ajudar as pessoas a refletirem e agirem [...], duas passagens das quais levarei para todas as atividades da qual irei desempenhar, seja para com a futura profissão ou em qualquer outra.

Conclui-se que após as discussões durante a disciplina modular da qual serviu de base para este trabalho, durante a leitura do embasamento teórico e com as palavras de Huckle (2001) “Como a liberdade, justiça e democracia, sustentabilidade não possui um significado comum a todos”, da que existem sim ações das quais são importantes e necessárias para um melhor ambiente sustentável, porém apenas uma mudança significativa na educação e no modo de pensar em relação ao consumismo farão um mundo melhor e mais sustentável.

É preciso re-conhecer o conhecimento do mundo e do próprio conhecimento, as sociedades precisam, de tempos em tempos, resignificar-se, reconhecer-se e reconstruir-se. As gerações futuras devem ser pensadas a partir da re-construção e com re-conhecimento, para que se tornem criticamente competentes e capazes de tomar decisões positivas do ponto de vista individual e coletivo. Finaliza-se afirmando que o trabalho desenvolvido



aqui teve como principal objetivo produzir reflexões sobre re-conhecer o mundo e re-pensar atitudes frente ao conhecimento e sobre as formas de conhecimento, sendo uma provocação ao diálogo de saberes. Não basta saber que conhecemos. Precisamos re-pensar, re-conhecer e refletir sobre o conhecimento do conhecimento.

### Referências

BIANCHI, Roberto Carlos. **O conhecimento do conhecimento: Da necessidade às possibilidades**, 2015.

BIANCHI, Roberto Carlos. **RACIONALIDADE E MUDANÇA PARADIGMÁTICA: os desafios do conhecimento científico contemporâneo**, 2015.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade e Educação**. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2012/05/06/sustentabilidade-e-educacao/> acesso em: 25/10/2015 as 10:15.

CORTELLA, Mario Sérgio. **FAZER o melhor na condição que você tem**. Palestra com Mario Sérgio Cortella. 120'4". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YqswMZTujw8&spfreload=1>. Acesso em: 25 de julho de 2015.

HUCKLE, J. & STERLING, S. **Education for Sustainability**. Earthscan Publications Limited: London, 2001. Apud GRANDISOLI, Edson. **Educação para a Sustentabilidade**. Disponível em: <http://www.envolverde.com.br/educacao/sociedade-educacao/educacao-para-a-sustentabilidade/>. Acesso em: 28/10/2015.

LEFF, Henrique. **Epistemologia Ambiental / Tradução de Sandra Valenzuela**. 5. Ed. São Paulo: Cortez 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa **Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna**. Revista Estud. av. vol.2 n.2 São Paulo May/Aug. 1988, p. 46-71. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141988000200007#not57/](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007#not57/) acessado 06/08/2014.

\_\_\_\_\_, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

**POLINIZADORES DE *SENECIO BRASILIENSIS* LESS.  
(ASTERACEAE) NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ –  
CAMPUS PALMAS**

Zenilda de Fátima Carneiro (zenylda\_carneiro@hotmail.com)<sup>1</sup>  
Fernanda Dario Borba (nanda-dario\_@hotmail.com)<sup>1</sup>  
Fernanda Damasceno Schroll Carneiro (fernandaschroll@hotmail.com)<sup>1</sup>  
Mariana Priscila Vedovatto (marianavtt@hotmail.com)<sup>1</sup>  
Suzana Patricia Tesori (suh\_tesori@hotmail.com)<sup>1</sup>  
Caroline Bacelar Hauschild (carolinecbio@gmail.com)<sup>1</sup>  
<sup>1</sup>Instituto Federal do Paraná-Campus Palmas

**RESUMO**

A família Asteraceae possui aproximadamente 1200 espécies identificadas no mundo todo, dentre elas, a *Senecio brasiliensis*, uma das mais abundante e comumente encontrada na Argentina, Uruguai e Centro-Sul Brasileiro. Popularmente conhecida como maria-mole é muito conhecida por ser tóxica aos animais (principalmente bovinos e equinos). O presente estudo tem por objetivo identificar os polinizadores mais frequentes da *S. brasiliensis*. As observações da interação inseto/planta foram realizadas em uma área em início de sucessão ecológica do Instituto Federal do Paraná - Campus Palmas durante o mês de novembro de 2014, sempre em dias favoráveis (ensolarados e sem chuva). As visitas foram contabilizadas de hora em hora (das 07 às 19 horas) e os indivíduos identificados até nível de ordem no momento da visita, os demais foram coletados com o auxílio de pinças e redes entomológicas e posteriormente identificados no Laboratório de Zoologia do IFPR Campus Palmas. No total, foram observadas 216 visitas/interações sendo 184 de indivíduos pertencentes à Ordem Hymenoptera, 30 à Ordem Diptera, um à Ordem Coleoptera e um à Ordem Lepidoptera. As ocorrências de visitas foram maiores sempre nos horários com maior intensidade de luz solar e temperaturas elevadas, confirmando a preferência climática dos insetos. Palavras-chave: interação inseto-planta, Hymenoptera, co-evolução.

**ABSTRACT**

The Asteraceae family has about 1200 species identified worldwide, among them, *Senecio brasiliensis*, one of the most abundant and commonly found in Argentina, Uruguay and South-Central Brazil. Popularly known as maria-mole is well known to be toxic to animals (mainly cattle and horses). This study aims to identify the most common pollinators of *S. brasiliensis*. The observations of insect interaction / plant were carried out in an area at the beginning of ecological succession of the Federal Institute of Paraná - Campus Palmas

during the month of November 2014, always in favorable days (sunny with no rain). The visits were recorded each hour (from 07 to 19 hours) and individuals identified to level of order at the time of the visit, the rest were collected with forceps and entomological nets and subsequently identified in the IFPR Campus Zoology Lab palms. In total, we observed 216 visits/interactions with 184 individuals belonging to the order Hymenoptera, 30 to the Order Diptera, one on the order Coleoptera and Lepidoptera to the Order. Occurrences visits were always greater in zones with higher intensity of sunlight and high temperatures, confirming the climate preference of insects.

**Keywords:** insect-plant interaction, Hymenoptera, co-evolution.

## INTRODUÇÃO

A planta do gênero *Senecio*, pertence à família Asteraceae, abrange muitas espécies, ao todo são mais de 1.200 espalhadas por todo o mundo, dentre elas a *Senecio brasiliensis* é umas das mais abundantes, sendo mais frequente na Argentina, Uruguai e no Centro-Sul do Brasil. Popularmente conhecida como maria-mole, flor-das-almas, vassoura-mole, craveiro-do-campo e mal-me-quer, está inclusa no grupo das plantas tóxicas (MENDES *et al.*, 2005). A toxidez das espécies de *Senecio* deve-se aos alcalóides chamados de pirrolizidinas que estão presentes nessas plantas, desencadeando uma síndrome chamada de seneciose. As intoxicações comumente afetam bovinos e equinos, causando lesões irreversíveis no fígado do animal que a ingeriu (TONIETTO *et al.*, 2005).

A Classe Insecta destaca-se por ser um grupo com hábitos alimentares que promovem a polinização das plantas. Ao se alimentarem do néctar ou pólen das flores auxiliam na reprodução sexuada e no aumento da variabilidade genética das espécies. As abelhas, pertencentes à ordem Hymenoptera, são um dos mais frequentes polinizadores não somente de *Senecio brasiliensis* como de outras plantas florais (KRUG; SANTOS, 2010). Conhecida como melitofilia, a polinização por abelhas se dá em plantas com flores azuis, amarelas ou com cores pertencentes ao espectro ultravioleta, sem a necessidade de uma grande produção de néctar, mas sim, com grandes concentrações de açúcares e proteínas de pólen e sempre com odores agradáveis (ALMEIDA *et al.*, 2003).

As redes formadas pela interação entre plantas e abelhas como visitantes florais estão sendo muito utilizadas, a fim de verificar a relação planta e polinizador para evidenciar a presença de mutualismo no grupo. Essas redes nada mais são do que descrições das observações feitas em um determinado tempo e local. Estudos comprovam que a espécie *Apis mellifera* está diretamente relacionada com a polinização de espécies de plantas, sejam elas nativas ou cultivadas, mesmo em locais que tais espécies de vegetais são exóticas, como, por exemplo, na região Neotropical (KRUG, 2010).

A interação que há entre abelha e planta tem sido considerada um processo co-evolutivo, uma vez que a abelha utiliza o pólen como fonte de carboidratos para sua alimentação e o néctar como matéria-prima para produção do mel, em contrapartida as plantas precisam da abelha como agente polinizador para sua reprodução (BRAGA *et al.*, 2012).

Outro importante polinizador são os indivíduos da família Syrphidae (Diptera). A região Neotropical é a mais rica em espécies desse grupo, ao todo são 5.905 espécies distribuídas em 903 gêneros espalhadas pelo mundo. Para o Brasil a estimativa é de 2.030 espécies de Syrphidae, dessas aproximadamente 1.500 encontram-se no Sul do Brasil (MORALES; KÖHLER, 2008).

Por não haver muitas publicações e estudos relacionados com a polinização da planta *Senecio brasiliensis*, encontrando registros somente para insetos considerados controle biológico das espécies de *Senecio*, foi desenvolvido um trabalho que visa caracterizar os polinizadores da planta, e por meio de observações, identificar qual o mais frequente.

## MATERIAIS E MÉTODO

O estudo foi realizado em área inicial de sucessão secundária localizada na região norte do campus do Instituto Federal do Paraná, no município de Palmas/PR, localizado nas coordenadas 26°30'38.28"S, 51°59'4.83"O, conforme FIGURA 1.



FIGURA 1 – Vista aérea do IFPR-Campus Palmas com o ponto de observação indicado pela seta branca.

FONTE: Google Earth, 2014.

Foram realizadas sete observações das interações inseto-planta em um exemplar adulto de *Senecio brasiliensis* durante o mês de novembro em

2014. O indivíduo escolhido encontrava-se em fase vegetativa no início das observações passando para a fase reprodutiva durante o estudo. No final do mês de novembro que corresponde ao término da primavera, as flores estavam desaparecendo e a planta morrendo, característico das plantas deste gênero (KARAM *et al.*, 2002).

As observações foram realizadas das 07h às 19h sem interrupções, sempre em dias quando o tempo era favorável (ensolarado e sem chuva) (adaptado de MORALES; KÖHLER, 2008) sendo as visitas contabilizadas de hora em hora. Aqueles organismos em que não foi possível identificar em nível de ordem no momento da visita, foram coletados manualmente com pinças entomológicas e com auxílio de redes entomológicas (GALLO *et al.*, 2002) e posteriormente identificados no laboratório de Zoologia do IFPR/Campus Palmas com auxílio de chaves de identificação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram observadas 216 visitas/interações de indivíduos pertencentes às ordens Hymenoptera (N = 184), Coleoptera (N = 1), Lepidoptera (N = 1), Diptera (N = 30) de acordo com a FIGURA 2.

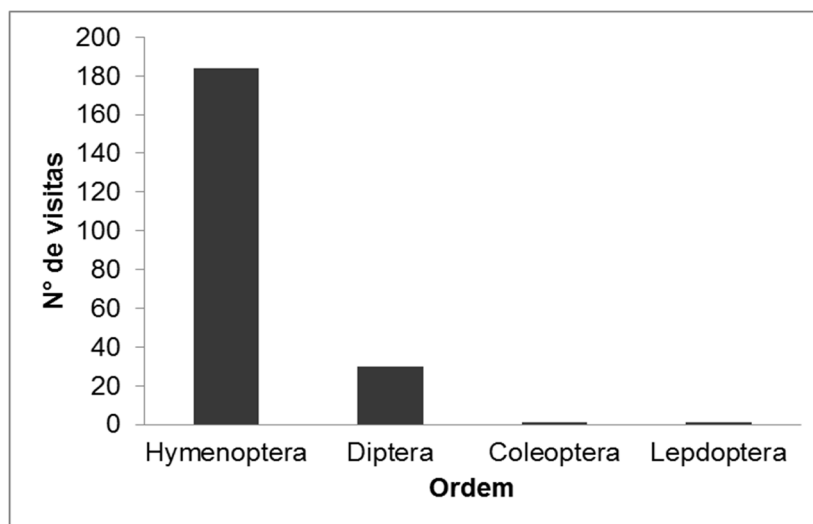
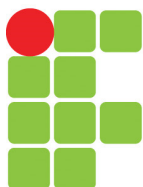


FIGURA 2 - Relação entre o número de visitas observadas e a ordem de insetos a que pertencem

A evidente predominância de visitas de indivíduos pertencentes à Ordem Hymenoptera confirma os estudos que apontam as preferências florais desses indivíduos, bem como o seu grande papel na polinização de plantas.



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ

## V Contextos e Conceitos Mostra de Produção Científica e Extensão Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas 18 e 19 de fevereiro de 2016

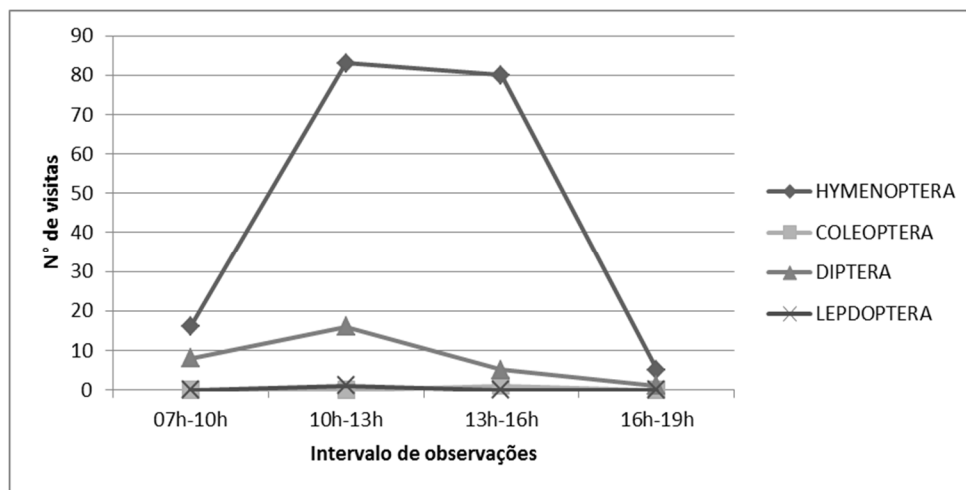


FIGURA 3 – Número de visitas das respectivas ordens entomológicas nos períodos de observação

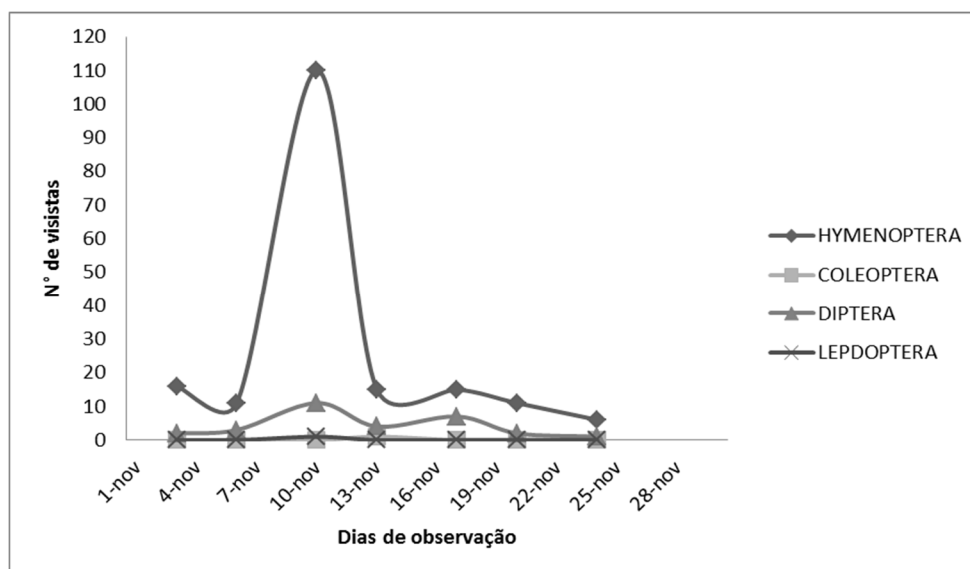


FIGURA 4 – Frequência de visitas de cada ordem entomológica nos dias de amostragem

A variação na temperatura se manteve constante nos dias de observação, variando entre 12,7°C e 26,7°C ao longo do dia, sendo que as temperaturas mais elevadas encontram-se entre às 10h e 14h.

O período em que houve maior número de interações foi entre as 10h e 15h para todos os táxons amostrados, evidenciando a preferência dos insetos por temperaturas elevadas (em torno de 25°C) e pelos períodos de maior incidência de luz solar, conforme FIGURA 3.

As primeiras observações podem estar relacionadas com fatores climáticos, como a temperatura e a umidade relativa do ar. No período da manhã a presença do vento era mais intensa, entretanto a temperatura era



elevada, por esta razão houve uma frequência razoável de pousos. Essa análise se repetiu na segunda observação. Nota-se que a frequência dos polinizadores aumentou no momento em que a planta aflorou, ou seja, abriu, deixando evidente as estruturas reprodutivas, além disso, fatores com a temperatura elevada e a ausência de vento contribuíram para o aumento de polinização na planta. Nas observações seguintes, devido à presença de vento e o aumento da precipitação, a frequência de pousos voltou a cair.

A partir da quarta observação, ao iniciar as coletas dos polinizadores, somando com os dados anteriores, foi possível observar que o polinizador mais frequente foi abelha pertencente à ordem Hymenoptera, seguido dos sirfídeos pertencentes à ordem Diptera. Nas quatro últimas observações a planta perdeu as flores e começou a secar, em razão disso a frequência de polinizadores reduziu drasticamente, o que também indicou o fim da primavera, de acordo com a FIGURA 4.

De acordo com Solera *et al.* (2007), as visitas à *S. brasiliensis* ocorrem com maior frequência quando a planta encontra-se em plena floração, onde as flores amarelas apresentam-se vistosas.

Fazendo uma análise minuciosa de todas as observações realizadas durante o mês de novembro, ficou evidente que os polinizadores da *Senecio brasiliensis* preferem dias quentes, sem presença de vento ou precipitação, nos horários entre 11h e 14h.

Os dados obtidos através dessas observações se aproximam do estudo realizado por Solera *et al.* (2007) na cidade de Toledo, Estado do Paraná, que também apontaram a sazonalidade característica dos insetos e a maior intensidade de interações planta/inseto durante a floração do *S. brasiliensis*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de intensa atividade de polinização durante a época de floração da planta na área observada, porém sem uma grande variedade de ordens visitantes. Apesar de poucas ordens obtidas, esses dados são semelhantes aos encontrados por outros autores e ressalta-se que o presente estudo utilizou somente um exemplar de *Senecio brasiliensis* tornando os dados obtidos aqui extremamente significativos. Para compreender melhor a interação inseto-planta e obter mais resultados e talvez amostrar mais táxons seria necessário repetir o estudo no seguinte ano e ainda aumentar a área de amostragem. Dessa forma, as relações ecológicas realizadas por estes organismos no campus do IFPR no município de Palmas seriam melhor compreendidas.

## REFERÊNCIAS



V Contextos e Conceitos  
Mostra de Produção Científica e Extensão  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas  
18 e 19 de fevereiro de 2016

ALMEIDA, D. *et al.* **Plantas visitadas por abelhas e polinização**. Piracicaba: 2003.

BRAGA, L. S. *et al.* **PLANTAS APÍCOLAS NATIVAS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO-PR**. 2012. Disponível em:  
[http://www.sei.utfpr.edu.br/sei\\_anais/trabalhos/comunicacao\\_oral/Sala%20D/PLANTAS%20AP%C3%8DCOLAS%20NATIVAS%20DA%20REGI%C3%83O%20ODE%20CAMPO%20MOUR%C3%83O-PR.pdf](http://www.sei.utfpr.edu.br/sei_anais/trabalhos/comunicacao_oral/Sala%20D/PLANTAS%20AP%C3%8DCOLAS%20NATIVAS%20DA%20REGI%C3%83O%20ODE%20CAMPO%20MOUR%C3%83O-PR.pdf) Acesso em: 02 nov. 2014.

GALLO, D. *et al.* **Entomologia agrícola**. Piracicaba: FEALQ, 2002.

KARAM, F. S. C. *et al.* Fenologia de quatro espécies tóxicas de *Senecio* (Asteraceae) na região Sul do Rio Grande do Sul. **Pesquisa Veterinária Brasileira**, v. 22, n. 1, p. 33-39, jan./mar. 2002.

KRUG, C.; SANTOS, I. A. Como a extinção de *Apis mellifera* L. pode afetar a estrutura de uma rede de interação abelha-planta em mata com araucária? In: IX Encontro sobre Abelhas: Genética e Biologia Evolutiva de Abelhas, 2010 Ribeirão Preto. **Anais**. Ribeirão Preto: 2010.

MENDES, M. M. *et al.* Entomofauna associada ao *Senecio brasiliensis* Less. (Asteraceae), e *Phaedon confinis* (Insecta; Coleoptera; Chrysomelidae) como possível agente controlador desta planta tóxica. **Publicatio UEPG, Exact and Earth Sciences, Agrarian Sciences and Engineering**, v. 11, n. 3, p. 45-53, dez. 2005.

MORALES, N. M.; KÖHLEN, A. Comunidade de Syrphidae (Diptera): diversidade e preferências florais no Cinturão Verde (Santa Cruz do Sul, RS, Brasil). **Revista Brasileira de Entomologia**, v.52, n. 1, p. 41-49, mar. 2008.

SOLERA, M.; HEFLER, S. M.; PAULA, M. C. Z. Estudo das interações entre insetos e *Senecio brasiliensis* Less. (Asteraceae) em área experimental no Campus da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Toledo, Brasil. **Revista Estudo de Biologia**, vol. 29, n. 66, p. 81-87, jan/mar. 2007.

TONIETTO, S. M. *et al.* Estudo Populacional de *Senecio leptolobus* DC num campo nativo do Rio Grande do Sul. **Pesquisa Agropecuária Gaúcha**. Porto Alegre, v. 11, n.1-2, p.15-21. 2005.

## AS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Cleidiane Matiello (cleidimatiello@hotmail.com)<sup>40</sup>  
Carmem Waldow (carmem.waldow@ifpr.edu.br)<sup>41</sup>

**RESUMO:** Este texto tem por objetivo trazer à discussão algumas das Políticas de Financiamento da Educação no Brasil, tanto das instituições públicas quanto das instituições de ensino privadas, bem como os programas criados pelo governo para que estas verbas sejam realmente repassadas para programas de Educação e assim possam ser repassadas aos municípios, e, sucessivamente, para as escolas. A educação é um direito universal de todos os seres humanos segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a Constituição Federal Brasileira de 1988, e é dever do Estado garantir recursos para que este direito seja assegurado. As primeiras Políticas de Financiamento para a educação surgiram no período colonial. Nos períodos Imperial e Republicano lentamente foram se delineando novas políticas, mas foi com a criação do Ministério da Educação – MEC – que surgiram programas específicos para o financiamento da educação tanto pública, quanto privada. Atualmente vários são os programas que financiam a educação, entretanto, o Brasil é carente de instrumentos de fiscalização para os Programas de Financiamento da Educação, que permitiriam saber se de fato os recursos destinados pelas políticas de financiamento educacional estão, realmente, sendo investidos em melhorias para a educação. É necessário que os educadores conheçam a forma como se dá o financiamento da educação, para que utilizem este conhecimento, bem como a possibilidades que dele emanam para não somente fiscalizar a utilização dos recursos públicos destinados à educação, como também, melhorar a qualidade do ensino, através da utilização de todas as fontes que permitam investimentos na escola.

**Palavras-chave:** Educação. Políticas de Financiamento. Programas para Educação.

### Introdução:

As primeiras Políticas de Financiamento para a educação que foram pensadas surgiram no período colonial, em que foram destinadas responsabilidades às províncias a fim de assumirem os encargos com a educação e a divisão de responsabilidades entre o setor municipal, estadual e federal.

---

<sup>40</sup>Acadêmica do 8º Período do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Paraná – IFPR/ *campus* Palmas.

<sup>41</sup>Professora orientadora.

Com a criação do MEC surgiram programas específicos para o financiamento da educação tanto pública quanto privada (através do Prouni que oferece bolsas de 50% e 100% em instituições de ensino superior privadas e seu ingresso é através da nota do Enem, e o Sisu financia a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições privadas).

A educação é um direito universal de todos os seres humanos segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a Constituição Federal Brasileira de 1988, e é dever do Estado garantir recursos para que este direito seja assegurado.

Este texto pretende discutir algumas das políticas de financiamento da educação no Brasil, procurando historicizá-las. É necessário que os educadores conheçam a forma como se dá o financiamento da educação, para que utilizem este conhecimento, bem como a possibilidades que dele emanam para não somente fiscalizar a utilização dos recursos públicos destinados à educação, como também, melhorar a qualidade do ensino, através da utilização de todas as fontes que permitam investimentos na escola.

## **Desenvolvimento**

O dinheiro para o financiamento da educação no Brasil provém de recursos públicos, de empresas privadas e dos cidadãos, através do pagamento de impostos. Cabe ao Ministério da Educação implementar as políticas que são pensadas para financiar a educação.

Os recursos públicos destinados à educação têm origem em:

Receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Receita de transferências constitucionais e outras transferências.

Contribuições sociais.

O financiamento da educação brasileira começou a ser definido no Brasil colonial, segundo Barros e Moreira (p. 195, 2012) o:

[...] período em que foram destinadas responsabilidades às províncias a fim de assumirem os encargos com a educação e a divisão de responsabilidades. Quem cuidava da educação nas províncias eram as escolas ditas comunitárias ligadas à Igreja Católica, e posteriormente as protestantes, as quais, com o aval do governo passaram a cobrar o uso dos seus serviços educacionais. Com a vinda da Família Real ao Brasil surgiu à necessidade de criar cursos voltados aos interesses Reais, o ensino passou a assumir caráter profissionalizante e com estabelecimentos de ensino isolados.

O período do império continuou, timidamente, com as políticas iniciadas ainda na colônia, bem como as primeiras fases da República.

A Carta Magna de 1946 no seu Artigo 170, determina que, “a União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios”.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) foi criado pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação e Cultura<sup>42</sup> (MEC).

Segundo o portal do FNDE este fundo de desenvolvimento foi criado com o objetivo de Para alcançar a melhoria e garantir uma educação de qualidade a todos, em especial a educação básica da rede pública, tornando-se o maior parceiro dos 26 estados, dos 5.565 municípios e do Distrito Federal. Neste contexto, os repasses de dinheiro são divididos em constitucionais, automáticos e voluntários (convênios). Além de inovar o modelo de compras governamentais, os diversos projetos e programas em execução – Alimentação Escolar, Livro Didático, Dinheiro Direto na Escola, Biblioteca da Escola, Transporte do Escolar, Caminho da Escola, Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – fazem do FNDE uma instituição de referência na Educação Brasileira.

A Constituição Federal foi promulgada em 5 de outubro de 1988, no seu Artigo 208 traz o dever do Estado para com a educação e suas garantias:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

Segundo Melchior (1997, p.9) “na verdade, o único grau de ensino que é gratuito para todos [...] é o ensino fundamental”. Pois os demais graus de ensino deveriam ser aplicados o princípio da seletividade dos recursos públicos beneficiando assim a população de menor renda.

Para o princípio ser estendido principalmente ao ensino médio e superior segundo Melchior (2007, p.9) eles são os “[...] graus que recebem a clientela já selecionada economicamente. Os poucos que não o são devem ter prioridade de acesso, inclusive bolsas, para garantir a permanência e continuidade nos estudos.

Segundo a Constituição Federal de 1988 foram organizados os regimes de colaboração do ensino conforme consta no Artigo 211:

---

<sup>42</sup> O Ministério da Educação e Cultura foi criado em 14 de novembro de 1930 como Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n.º 19.402, pelo então presidente Getúlio Vargas com a finalidade de atender questões na área da educação, saúde pública e hospitalar sem o aumento de despesas dos cofres públicos.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.

Quanto ao financiamento a Constituição Federal de 1988 define percentuais mínimos para a educação no Artigo 212:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A Emenda Constitucional que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) determinou que, por um período de dez anos, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão pelo menos 15% dos impostos e transferências de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental. Calcula-se o valor do dinheiro que será destinado a escola através do seu número de alunos matriculados.

No dia 20 de dezembro de 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDBEN) 9.394 que vai trazer o dever do estado para com a educação no Artigo 4:

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;



Segundo o portal do Ministério da Educação e Cultura (MEC), O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, que vigorou de 1998 a 2006. É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, vinculados à educação por força do disposto no Art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

As principais origens de arrecadação de recursos financeiros do Fundeb advêm dos seguintes impostos: ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), ITCMD (Imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de bens e direitos), IPlexp (Imposto sobre Produtos industrializados, proporcional às exportações), ITRm (Imposto Territorial Rural da parcela pertencente aos municípios) e outra parcela do FPE (Fundo de Participação dos Estados), do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e da desoneração de exportações previstas na Lei Complementar nº 87/96.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, foi lançado pelo Ministério da Educação em 24 de abril de 2007, o PDE foi criado com o objetivo de criar programas para o desenvolvimento da educação como por exemplo o Mais Educação, este programa propõe a ampliação do tempo de permanência dos alunos nas escolas, e a ampliação dos espaços escolares para a realização das atividades que forem realizadas pelos educandos. Com o mais Educação o governo brasileiro financia a Educação Integral e em Tempo Integral dentro das escolas municipais e estaduais, ampliando a sua jornada escolar para 7 horas diárias.

Segundo Trindade e Santos o Programa Mais Educação é um programa que integra:

[...] as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e uma estratégia de governo para introduzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. Este programa deve ser aderido, preferencialmente, pelas escolas em situação de vulnerabilidade ou com baixos desempenhos no índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O programa é operacionalizado pela secretária de Educação Básica (SEB) por meio do Programa Dinheiro Direto nas

escolas (PDDE) do FNDE que repassa dinheiro direto as Unidades Executoras.

Outra ação do Mais Educação é o Programa de Dinheiro Direto nas Escolas (PDDE) foi criado em 1995, segundo a resolução nº 10, de 18 de abril de 2013, no seu Artigo 2:

Art. 2º O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) consiste na destinação anual, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de recursos financeiros, em caráter suplementar, a escolas públicas, e privadas de educação especial, que possuam alunos matriculados na educação básica, e a polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica, com o propósito de contribuir para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento e para a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, bem como incentivar a autogestão escolar e o exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social.

O Programa de Dinheiro Direto nas Escolas vai dar autonomia financeiras as escolas. Este dinheiro é de acordo com o número de alunos, e todo o dinheiro gasto deve ser comprovado através de notas de pagamento. Quanto a destinação de recursos, segundo o Artigo 4:

Art. 4º Os recursos do programa destinam-se à cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiários, devendo ser empregados:

- I - na aquisição de material permanente;
- II - na realização de pequenos reparos, adequações e serviços necessários à manutenção, conservação e melhoria da estrutura física da unidade escolar;
- III - na aquisição de material de consumo;
- IV - na avaliação de aprendizagem;
- V - na implementação de projeto pedagógico; e
- VI - no desenvolvimento de atividades educacionais;

O Plano de Desenvolvimento da Educação também financia a avaliação da educação pública brasileira através da Provinha Brasil, que tem por objetivo verificar se os alunos da rede pública estão conseguindo chegar aos 8 anos de idade efetivamente alfabetizados. Segundo o portal do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) conforme estabelece a Portaria n.º 931, de 21 de março de 2005, é composto por dois processos: a

Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc).

Quanto à avaliação do ensino médio segundo o portal do INEP, temos o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade.

A partir de 2009 passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior. Foram implementadas mudanças no Enem que contribuem para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), para a mobilidade acadêmica e para induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio.

Quanto ao financiamento do ensino Superior no Brasil existem o Fies e o Prouni. O Programa Universidade para Todos (Prouni) segundo o portal do Ministério da Educação foi criado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. Conforme consta na Lei nº 11.096, as bolsas são destinadas a:

- I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;
- II - a estudante portador de deficiência, nos termos da lei;
- III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os § 1º e 2º art. 1 desta Lei.

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

## **Conclusão**

As primeiras Políticas de Financiamento para a educação que foram pensadas surgiram no período colonial, e com a criação do MEC em 1930 surgiram programas para financiar a educação tanto pública como privada.

Desde a Constituição de 1988, a LDBEN 9.394/96 e até hoje a porcentagem que cada instância (municipal, estadual e federal) deve investir na educação não mudou.

Mesmo sendo a educação um direito de todos assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, e obrigatória aqui no Brasil para crianças de 04 a 17 estarem frequentando a escola, muitas criança ainda estão

fora da sala de aula, e muitas escolas não tem condições mínimas de estrutura, profissionais para trabalhar, materiais didáticos.

Na maior parte do Brasil faltam Políticas Públicas que fiscalizem os Programas de Financiamento da Educação, para saber se fato estão sendo investidos em melhorias para a educação.

### Referências:

BRASIL, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 24 de Maio de 2014.

BRASIL, RESOLUÇÃO Nº 10, DE 18 DE ABRIL DE 2013. **Dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009**. Disponível em <[www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sql\\_tipo=RES&num\\_ato=00000010&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2013&sql\\_orgao=CD/FNDE/MEC](http://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sql_tipo=RES&num_ato=00000010&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sql_orgao=CD/FNDE/MEC)>. Acesso em 24 de Maio de 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1946. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em 13 de Junho de 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em 24 de Maio de 2015.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. **Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm)>. Acesso em 24 de Maio de 2015.

MEC. **Fundeb**. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=12407/](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12407/)>. Acesso em 24 de Maio de 2015.

MEC. **Programa Universidade para Todos (PROUNI): Tire suas dúvidas**. Disponível em <[http://siteprouni.mec.gov.br/tire\\_suas\\_duvidas.php#prouni\\_fies](http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php#prouni_fies)>. Acesso em 24 de Maio de 2015.

MEC. **Programa Mais Educação**. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=16690&Itemid=1115](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16690&Itemid=1115)>. Acesso em 24 de Maio de 2015.

FIES. **Programa de Financiamento Estudantil**. Disponível em  
<<http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>>. Acesso em 24 de Maio de 2015.

FNDE. **Fundo de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em  
<<http://www.fnde.gov.br/fnde/institucional>>. Acesso em 24 de Maio de 2015.

FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em  
<<http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-apresentacao>>. Acesso em 24 de Maio de 2015.

INEP. **Exame nacional do Ensino Médio (Enem)**. Disponível em  
<<http://portal.inep.gov.br/web/enem/sobre-o-enem>>. Acesso em 24 de Maio de 2015.

INEP. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**. Disponível em  
<<http://portal.inep.gov.br/saeb>>. Acesso em 24 de Maio de 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. 4 ed. Rev. - Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise crítica da política do MEC**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

## PRÁTICA DOCENTE E AS INFLUÊNCIAS DOS CONDICIONANTES NA EDUCAÇÃO

Daniela Fátima Ramos Lopes ([danielaramoslopes@gmail.com](mailto:danielaramoslopes@gmail.com))  
Jussara Isabel Stockmanns ([jussara.stockmanns@ifpr.edu.br](mailto:jussara.stockmanns@ifpr.edu.br))

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo trazer reflexões sobre a prática do professor, e nas transformações positivas que ela pode desencadear dentro da escola e fora dela, organizando o processo educacional que opera na maioria das vezes na escuridão. O grande desafio é ser diferente, fazer um trabalho significativo num meio onde é mais cômodo ficar estático, esta é a opção de muitos dos educadores, apenas reproduzir. Na primeira parte do presente artigo, são tecidas reflexões sobre a valorização da prática docente, pois essa prática é fundamental no processo de ensino e aprendizagem. Na segunda parte, estão as reflexões sobre a influência dos condicionantes sociais, políticos, econômicos e culturais que envolvem os processos que acontecem no ambiente escolar. Esse artigo não esgota as reflexões sobre o tema, apenas nos convida a pensar a educação com o olhar voltado para a importância do professor nos processos, bem como também sobre como deve ser sua prática dentro do espaço escolar.

Palavras-chave: Prática do professor. Valorização. Ambiente escolar.

### ABSTRACT

This article aims to bring reflections on the practice of the teacher, and the positive changes it can trigger within the school and beyond, organizing the educational process which operates most of the time in the dark. The great challenge is to be different, do meaningful work in an environment where it is more comfortable staying static, this is the choice of many educators, just play. In the first part of this article, reflections are made about the value of teaching practice, because this practice is essential in the process of teaching and learning. In the second part, are reflections on the influence of social, political, economic and cultural conditions that involve the processes that take place in the school environment. This article does not exhaust the reflections on the subject, only invites us to think about education with an eye toward the importance of the teacher in the process and also on how it should be your practice within the school environment.

### Introdução

Falar de prática docente e educação escolar, nos leva a sociedade, uma vez que os agentes do processo educativo, professor e aluno, são parte da sociedade e precisam ser ativos da vida em grupo. A educação



inexiste sem seus condicionantes, seja de ordem social, política cultural, porém o grande desafio é trabalhar levando em consideração que é inevitável o contato com esses fatores da vida no processo educativo.

O presente artigo retrata a importância da valorização da prática docente enquanto a vivência e exercício do magistério. A prática docente é um trabalho complexo que envolve planejamento, execução, avaliação, comprometimento e dedicação, junto a isso é primordial demonstrar amor e respeito aos seres que compõem o processo educar/aprender. Para que o trabalho docente tenha sucesso, é fundamental olhar para a educação como sendo o principal meio de unir as pessoas, aprender transforma e enriquece a alma, é um direito de todos ter acesso a uma educação de qualidade onde são respeitadas as singularidades.

### **Valorização da prática docente**

Ao pensar sobre a prática do educador, devemos levar em consideração que ela é singular e não é um processo isolado. O educador em seu exercício precisa ter consciência que precisa atingir um alvo que tem expectativas quanto a sua maneira de construção de conhecimento, cabe ao educador querer transformar o aluno em sujeito com capacidade de ser crítico e responsivo criando assim uma empatia capaz de fazer toda a diferença.

A prática docente está envolvida em muitas situações que decorrem da maneira de como está organizada a sociedade. Antes de qualquer coisa é preciso conhecer sobre o que é a prática docente, a educação para encontrarmos o elo com a sociedade que a compõe.

Sabe-se que a educação é um processo que acontece dentro e fora das instituições de ensino. O primeiro contato que o indivíduo tem com a educação propriamente dita ocorre nas famílias, nos grupos sociais. Mas é na escola que esse processo se solidifica, uma vez que sua função é dar oportunidades para que os atores criem uma consciência crítica frente a realidade.

É nesse contexto que o papel da prática docente se situa, sendo ela parte integrante do processo que os membros da sociedade compõem.

De acordo com Libâneo (1994, p. 16), “a prática educativa- é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades”.

A educação é um processo socialmente determinado na medida que acompanha as exigências sociais, políticas, vale também considerar que a prática educativa inexiste sem seus condicionantes. Desde o início de sua existência, os homens vivem em grupos, sua vida está relacionada à vida de outras pessoas, os indivíduos por sua vez travam batalhas para que possam abstrair do meio em que vivem o máximo necessário para garantir sua subsistência.

O autor Libâneo (1994) ao mencionar o assunto nos orienta que, para haver a compreensão sobre a dinâmica das relações que envolvem o indivíduo, educação e sociedade, é preciso considerar os aspectos em questão, prática docente e as relações que as circundam e vão assim se assumindo pela ação prática dos homens.

Para considerar a prática docente como parte integrante das dinâmicas das relações sociais é preciso voltar o olhar para o fato de que ela não é estática, imutável. As mudanças acontecem na escola e são refletidas na vida fora dela, os educandos são senão a razão de existir da prática docente, por isso essa precisa ser pensada e repensada respeitando o público a ser atingido.

Construir um ensino pautado na mediação de um saber significativo que venha a contribuir para uma prática educativa crítica é preciso, foco no ensino. Segundo Freire (2015, p.24) "ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção".

Esse processo precisa considerar a existência de uma parceria entre os agentes envolvidos, uma vez que não há como separá-los, pois, quem ensina precisa ensinar alguém, e o discente ao adquirir conhecimento está transmitindo um saber renovado, é muito complexo e requer cuidado.

Para Freire (2015, p.26):

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender, participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade.

Precisa, portanto, andar de acordo com o funcionamento da sociedade, mas, na maioria das vezes ela não é respeitada, pois os processos envolvidos relacionam-se intimamente com os condicionantes, ou seja, inexistem sem considerá-la enquanto processo histórico e social, político, estético, ético.

Para Freire (2015, p.93): "Quanto mais penso sobre a prática educativa, reconhecendo a responsabilidade que ela exige, tanto mais me convenço do dever nosso de lutar no sentido de que ela seja realmente respeitada."

Respeitada no sentido prático, olhar o docente como mediador de um conhecimento que visa à união de teoria e prática, que respeita as singularidades, que sabe trabalhar unindo os conteúdos, que saiba respeitar e mereça ser respeitado. O docente precisa ter pleno domínio dos saberes a serem ensinados a fim de que os educandos sintam segurança e sejam capazes de criticar, opinar e assim construir-se como sujeitos.

Cabe, portanto aos agentes da prática docente, sair do comodismo, deixar de reproduzir suas práticas, mostrando superação, assumindo uma postura crítica que instigue a reflexão como início, meio e fim de um processo ensino-aprendizagem em constante transformação.

## A influência dos condicionantes na educação

A prática docente como qualquer atividade humana, sofre as influências do meio social em que se manifesta. São muitos os condicionantes que precisam ser considerados enquanto parte do processo educativo, sejam se ordem social, política, cultural, religiosa que interferem no andamento do processo de ensino e aprendizagem.

Desde os primórdios, os homens foram aprendendo a viver em sociedade, e em determinada época descobriram que era possível e principalmente preciso aperfeiçoar o processo de ensinar e aprender, pois faz parte da vida em sociedade.

O homem só se torna humano porque convive com outros seres humanos. A prática docente, por sua vez, é uma atividade coletiva e direcionada pela influência do meio que a circunda.

De acordo com Libâneo (1994, p.21): "No trabalho docente, sendo manifestação da prática educativa, estão presentes interesses de toda ordem\_ sociais, políticos, econômicos, culturais\_ que precisam ser compreendidos pelos professores".

Em uma sociedade em constante transformação, divididas em classe com perspectivas antagônicas em que a dominação vem da minoria que impõe como deve funcionar o sistema, fica cada vez mais difícil organizar um trabalho docente crítico e reflexivo, mais não é impossível, como nos mostra Libâneo (1994), ao mencionar que, na sociedade de classes não é apenas a minoria dominante que põe em prática seus interesses, mas também as classes trabalhadoras podem elaborar e organizar concretamente os seus interesses.

A grande batalha travada no seio da educação está voltada em reverter o processo, a maioria dominada sofre influências dos meios de comunicação de massa, das religiões, da desigualdade entre os homens, acarretando, quase que inevitavelmente o fracasso escolar.

Segundo Libâneo (1994, p.20):

A desigualdade entre os homens, que na origem é uma desigualdade econômica no seio das relações entre as classes sociais, determina não apenas as condições de vida e de trabalho dos indivíduos mas também a diferenciação no acesso à cultura espiritual, à educação.

A educação é uma forma de intervenção no mundo, que ultrapassa o conhecimento dos conteúdos ensinados/aprendidos, não é estática, vive em constante transformação e junto a ela os seres humanos se transformam tornando-se capazes de criar e recriar o mundo à sua volta. Eis o grande desafio do professor, estabelecer uma prática que desvie do caminho árduo de exploração, reprodução e dominação.

Freire (2015, p.47):

É preciso insistir: este saber necessário ao professor – de que ensinar não é transmitir conhecimento – não apenas precisa ser apreendidos por ele e pelos educandos nas suas razões de ser – ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, mas também precisa ser constantemente testemunhado, vivido.

Uma das formas de driblar esse emaranhado de contradições no meio educacional é estabelecer o princípio da ética, como alicerce, para que o educador possa voltar o olhar para a prática docente que está desempenhando.

Freire (2015) nos diz que somente o fato de sermos gente, de sabermos que existem condições sejam elas de ordem material, econômica, social, política, cultural e ideológica, automaticamente encontramos as barreiras que querem nos impedir de mudar o mundo, mas como nos lembra o autor, os obstáculos não serão eternos.

O trabalho docente deveria ser sincronizado, para proporcionar uma educação de qualidade. Para os educandos que enfrentam muitas dificuldades no meio inseridos e acabam refletindo na escola suas frustrações. Isso exige mais comprometimento quanto às ações do educador. Este precisa conhecer seu aluno, respeitar sua bagagem de vida, ensinar sem desmerecer o conhecimento trazido pelo educando, transformando o pensamento de submissão em um olhar de esperança e criticidade, alertando que não somos obrigados a viver na condição de alienados, difícil mais não impossível, eis a beleza do trabalho docente, uma luta diária na construção de uma prática educativa transformadora.

## **Conclusão**

Esta temática aqui refletida objetivou refletir sobre a prática do professor, e nas transformações positivas que ela pode desencadear dentro da escola e fora dela, organizando o processo educacional que opera na maioria das vezes na escuridão. O grande desafio é ser diferente, fazer um trabalho significativo num meio onde é mais cômodo ficar estático, esta é a opção de muitos dos educadores, apenas reproduzir.

No primeiro título foram tecidos ideias sobre a valorização do professor, que esta deve ser respeitada uma vez que o educador é fundamental no processo de ensino.

No segundo momento foi abordado sobre a influência dos condicionantes sociais, políticos, culturais no processo de ensino, e como interferem na vida fora da escola. É preciso considerar que a educação inexistente sem os condicionantes e precisa superá-los muitas vezes para que tenha seu objetivo alcançado, transformar aluno em sujeitos capazes de contribuir com seu próprio crescimento.

Inevitável e indispensável, a prática docente adotada pelo educador deve olhar a educação primeiramente como questão social e



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

direito de todos, sendo assim precisa ser pensada e repensada como o meio ou talvez a única maneira de contato do educando para com outra realidade.

É preciso lutar para que seja pensada e executada sem nenhuma forma de discriminação, e sem sombra de dúvidas deve permitir que o aluno possa construir um novo caminho a partir do já sabido.

## **REFERÊNCIAS**

**FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire – 52ª ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.**

**LIBÂNEO, José Carlos. Didática / José Carlos Libâneo.-São Paulo: Cortez, 1994. - (Coleção magistério. Série formação do professor).**

## PRÁTICAS AVALIATIVAS NA APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DE CHARLES HADJI E JUSSARA HOFFMANN

Idinéia Ferreira Dutra (idi\_marquezotti@hotmail.com)  
Jussara Isabel Stockmanns (jussara.stockmanns@ifpr.edu.br)

### RESUMO

O artigo aqui descrito relata sobre as visões dos autores de como entender os tipos de avaliação e como saber usá-las, focando em uma visão de avaliação formativa, que seria a mais correta, procurando entender os alunos e o avaliar dos professores como uma forma correta de medir aprendizagem e ter a avaliação como auxílio, uma ferramenta. Analisar os objetivos compreender os critérios de avaliação e os tipos de avaliação: a) A avaliação criteriada b) avaliação cumulativa c) avaliação diagnóstica, d) implícitas, e) espontâneas f) instituída dar esses passos e compreender que além de depender do olhar crítico e técnico do professor, seguir esses critérios nos abrem porta para fornece muitas informações, e serve como um instrumento de controle de qualidade tendo como objetivo um ensino de qualidade, que tenha bons resultados, qualquer ato ou decisão de como avaliar necessita estar envolvidos direção, professores, alunos, porque se a forma que estão usando está ruim todos precisam encontrar e participar de um novo processo, buscar melhorá-la, pois é um processo longo que tem muitas transformações, como todo processo pedagógico e de ensino aprendizagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Avaliação. Concepções. Espaço Escolar.

### ABSTRACT

The article described here reports on the views of the authors of how to understand the types of assessment and to know how to use them, focusing on a formative evaluation of view, it would be the most correct, trying to understand students and evaluate teachers as a way correct to measure learning and have the evaluation as an aid, a tool. Analyze the objective to understand the evaluation criteria and types of evaluation: a) Evaluation criteriada b) cumulative assessment c) diagnostic evaluation, d) implicit and) spontaneous f) established taking these steps and understand that in addition to depend on critical eye and technical teacher, follow these criteria open the door to provide a lot of information, and serves as a quality control instrument aiming to quality education, which has good results, any act or decision of how to evaluate needs to be involved direction, teachers, students, because the way they are using is bad all need to find and join a new process, seek to improve it because it is a long process that has many transformations, like any educational process and teaching learning.



## 1. INTRODUÇÃO

Ao falar de avaliação, eu relato a importância de o professor aplicar seus conteúdos e do aprendizado dos alunos por isso coloquei a visão de Jussara Hoffmann e Charles Hadji, onde os autores apresentam a importância do avaliar e também dos passos para chegar a uma avaliação formativa que é um modelo mais correto que precisamos chegar.

No processo de ensino aprendizagem a avaliação não é neutra, e sim algo investigativo com senso crítico, para dar um suporte

A perspectiva da avaliação é delimitar as aquisições e os modos de raciocínio de cada aluno, para auxiliá-lo a progredir no sentido dos objetos. A atividade de avaliar é de grande importância e por isso poderá justificar a organização de um momento de rotina, comumente denominada de avaliação para realizar a construção de conhecimento.

Para que um professor faça uma boa avaliação, é necessário fazer uma avaliação formativa para acompanhar as intervenções diferenciadas, com o que isso supõe em termos de meio de ensino de organizações dos horários, dos grupos de aula, até mesmo de transformação radicais das estruturas escolares.

Portanto o tema de Avaliação é importante, mas para ser bem realizado é preciso ser embasado teoricamente nos autores, e ter consciência que a avaliação necessita ser formativa, e deve-se dar atenção aos erros, pois, a partir deles veremos como está o desempenho dos alunos.

## 2. VISÃO DE CHARLES HADJI E JUSSARA HOFFMANN PERANTE A AVALIAÇÃO.

Compreender a visão dos autores de aprendizagem na avaliação exige uma boa capacitação, devemos analisar o contexto educacional, pois sabemos que o processo de fracasso e de sucesso, porque a avaliação e a forma medidora e esperamos que seja a mais justa possível.

O que precisa questionar no meu entender são os princípios que fundamentam tais práticas avaliativas que cada vez mais estreitas e padronizadas, impedem ver e sentir cada sujeito da educação em seu desenvolvimento integral e singular, negando a heterogeneidade que os torna humanos e limitando o acesso à escola apenas ao que se aproximam ou se submetem a expectativas rigidamente determinadas por ela. (HOFFMANN, 2011, p.11)

Ao falar da avaliação percebe-se o real comprometimento dos professores e a importância do entender entre os próprios colegas. Para ter um significado de aprendizagem no processo avaliativo, pois as consequências de um processo sem clareza mostram que o aluno não consegue aprender e que o professor não está preparado para ensinar e com isso surge as barreiras na educação com alunos maus preparados e professores sem capacitação, sedo

ele um grande problema que gera preocupação onde temos que ter conteúdo e clareza nos fatos para a melhor andamento da avaliação.

Avaliar aos alunos para fazer com que evoluam melhor (rumo ao êxito), esta ideia central do que designamos pela expressão “aprendizagem assistida por avaliação”. Uma avaliação capaz de compreender tanto a situação do aluno quanto de “medir” seu desempenho; capaz de fornecer-lhe indicações esclarecedoras, mais do que o oprimir com recriminações; capaz de preparar a operacionalização das ferramentas do êxito, mais do que se resignar a ser apenas um termômetro (até mesmo um instrumento do fracasso), não seria o mais belo auxiliar, e o primeiro, de uma pedagogia enfim capaz? (HADJI, 2001, p.9)

A avaliação nos coloca muitas dúvidas e um objeto de estudo pois, todos procuram um conceito, sabemos que é complicado avaliar um aluno e que ela é a alavanca para uma ampliação na escola, onde toda escola com seu corpo de docentes deveria correr e se preocupar com a avaliação formativa sendo a mais justa e correta, temos muito para pensar e dialogar sobre os momentos de aprendizagens e as melhores formas de avaliar, sempre ao relatar a avaliação temos que ter uma concepção prévia dos fatos e uma razão sobre eles.

Para Hoffmann (2011), do que necessita em avaliação é justamente a construção de um olhar reflexivo, consciente e sensível do educador, que como tal só pode ser curioso e indagativo.

Portanto, é complicado ter um olhar tão reflexivo é quase impossível não cometer erros, salas muito cheias, excesso de conteúdo, pouco tempo e a grande responsabilidade para o professor, com isso dobra o cuidado e atenção. Isso não seria uma desculpa, mas sim uma forma de mostrar a preocupação com os alunos e sua formação seu desempenho e ter conhecimento de como estamos passando o conteúdo.

### **3. COMPREENDER AS PRÁTICAS AVALIATIVAS NO ESPAÇO ESCOLAR**

É de extrema importância conhecer como se aplica e desenvolve a avaliação, para que ela não seja injusta ou até mesmo como um norte para os professores terem um olhar reflexivo e conheçam as formas e os tipos de avaliação por isso a busca incansável pela avaliação formativa.

Segundo Hadji (2001), de modo que, finalmente, é a intenção dominante do avaliador que torna a avaliação formativa. Isso fica muito claro quando se considera a maneira como se descreve, classificamente, uma avaliação formativa.

Percebe-se, então, que se trata de um modelo ideal indicando o que deveria ser feito para tornar a avaliação verdadeiramente útil em situação pedagógica! Desta forma, considera-se primeiramente que a avaliação formativa é uma avaliação informativa.

Ocorre alguns tipos de avaliações durante o processo escolar da parte dos alunos e também dos professores como as avaliações: a) implícitas, b) espontâneas c) instituída. Uma das mais comuns e a explícita onde o aluno se julga fracassado se auto elimina, faz um julgamento avaliativo negativo da sua carreira escolar, avaliação espontânea acontece da parte do professor e do aluno sem ter um embasamento teórico e a avaliação instituída já e ao contrário repousa sobre uma razão e tem uma teoria.

Avaliação de referência normativa ela é baseada em regras e normas, segundo Hadji (2011), desse ponto de vista, toda a avaliação socialmente organizada, anunciada e executada como tal dentro de uma instituição é normativa.

A avaliação criteriada está focada em uma avaliação que aprecia um comportamento em relação ao seu foco principal, com base em um critério em busca de um objetivo a ser conquistado.

A transformação da prática avaliativa exige de todos (agências formadoras, órgãos oficiais de educação, escolas, professores e sociedade) a humildade de se reconhecerem alfabetizados na questão de uma prática avaliativa mediadora e promotora de desenvolvimento de educando. Humildade que gere uma integração efetiva de todos para enfrentar o mito de eliminação na escola brasileira. (HOFFMANN, 2011.p.78)

Uma avaliação que é muito rara, porém importante de acontecer e a prognóstica ela é como se fosse um diagnóstico onde faz um balanço com que o professor ensinou e o aluno aprendeu provocando um ajuste para melhor desempenho e aprendizagem.

A avaliação cumulativa é aquela que observa e analisa o aluno aprovando o mesmo com certificado e afirmando suas competências, é uma importante aliada, a avaliação formativa tem a função principal pois busca informações para uma melhor reorganização do processo de ensino aprendizagem.

A avaliação diagnóstica é uma maneira que encontra de como obter informações no início do processo de aprendizagem analisando competências e conhecimentos dos educandos, avaliação diagnostica mostra as evidências e os pontos fracos e forte dos alunos, e como chegar ao ponto certo de uma boa sequência de aprendizado, com isso delimitar o método mais adequado de ensino.

Conseguindo ter compreensão dos tipos de avaliação conseguimos encontrar os erros que aconteceram no processo de interpretação do aluno e na metodologia que o professor aplica, pois, o professor deve fazer sua auto avaliação perceber seus erros para não cometer como seu aluno onde atrai futuras complicações.

Mas para que esses critérios de avaliação sejam aplicados corretamente, precisa estabelecer os espaços de observação e o professor necessita realizar suas anotações para poder fazer uma avaliação correta e completa, antes de realizar qualquer tipo de avaliação devemos ter claro em nossas ações que ela não é punitiva e sim de forma que vem interpretar a produção do aluno, buscando chegar a avaliação formativa e aos objetivos

propostos nas metodologias, criando novos métodos, preparando melhor nossa didática, não criticando o erro, buscar fazer uma auto avaliação ter um ótimo referencial teórico aliada com experiências de sala de aula e um fator bem importante preocupar como avaliar corretamente os nossos alunos e seus aprendizados.

### 3. CONCLUSÃO

Ao falar de Jussara Hoffman e Charles Hadji e de suas visões sobre a avaliação percebe-se a preocupação que os autores possuem sobre a mesma, pois a avaliação necessita ser a mais correta possível e precisamos dela para saber como estão se desenvolvendo nossos alunos, os professores na maioria das vezes não são claros em suas avaliações, mas devem ter cuidado pois o posterior da avaliação é muito significativo para o aluno e o seu aprendizado.

No entanto a avaliação na educação consiste no acompanhamento de todo o desenvolvimento do aluno é preciso ser conduzido, no segundo capítulo fala sobre os tipos de avaliação e de como elas são importantes para acompanhar o aluno e buscar chegar na avaliação formativa. Onde Charles Hadji faz uma abordagem específica e uma definição dos passos a serem seguidos para uma boa avaliação, e explicando suas consequências e desafios, tanto para os professores quanto para os alunos.

Há muito tempo a avaliação é usada como um instrumento de classificar os alunos em bom ou ruim, uma delas e as provas que assustam muito os alunos, muitas vezes ela toma o sentido contrário ao invés de ser uma aliada do professor torna-se uma ameaça para os alunos, mas ao passar dos tempos essa visão foi mudando e criando uma nova roupagem, nos dias de hoje a avaliação é umas das mais importantes ferramentas que pode ser usada pelo professor e para buscar o principal objetivo juntamente com a escola, que é estimular e desenvolver os alunos.

Um fator importantíssimo é buscar novos caminhos para medir a qualidade do aprendizado dos alunos e recursos para ajudar os professores na caminhada da avaliação, para desfazer a questão da avaliação somativa e dar um passo à frente em relação a avaliação formativa.

### REFERÊNCIAS

HADJI, Charles **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

HOFFMAN, Jussara **Pontos e Contrapontos do agir ao pensar**. Porto Alegre: Editora Mediação 2011.

## PRÁTICAS MUSICAIS ADAPTADAS PARA O ALUNO SURDO

Diana Bruno Schiavini : [dii\\_schiavini@hotmail.com](mailto:dii_schiavini@hotmail.com)<sup>1</sup>  
Neuza de Fatima Fonsca : [neuza.fonseca@ifpr.edu.br](mailto:neuza.fonseca@ifpr.edu.br)<sup>2</sup>

**Resumo:** este artigo vem apresentar a historia do surdo e suas conquistas, a legislação vigente no Brasil e a educação brasileira, fazendo um analise de quais as possibilidades de trabalhar atividades musicais com um aluno surdo ante a inclusão. Este trabalho tem como ponto de partida a discussão da prática musical para o aluno surdo e o levantamento de hipóteses para uma possível solução. Para isso é apresentado brevemente a cultura surda e explanada a forma como acontece, fortalecendo a inclusão de todos em uma escola regular, defendendo também, o direito de uma vivencia musical, sendo ela individual ou em grupo. Diante disso enfatizando a importância dos profissionais estarem preparados para enfrentar esses desafios, além de um essencial trabalho em conjunto com a comunidade em geral. Sendo assim compete aos professores e equipe pedagógica instigar e preparar os alunos para que todos estejam abertos a participar de uma nova experiência educacional, cabendo aos profissionais da área convencer e encantar sobre o conhecimento musical oferecendo atividades práticas para que todos consigam ter contato com a música e seus elementos formadores, seja ela apreciação sonora, visual ou tátil. Estudando a forma de tornar a música meio pelo qual todas as pessoas possam ter contato independente de sua limitação.

**Palavras- chaves:** Educação musical. Surdo. Música. Educação. Inclusão.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como ponto de partida a discussão da prática musical adaptadas para o aluno surdo. Porém um dos desafios é como trabalhar atividades musicais com o aluno surdo incluso na escola regular.

O trabalho tem como objetivo sugerir algumas atividades musicais que podem ser realizadas com alunos surdos. Para isso, é necessário conhecer um pouco sobre a história da educação dos surdos e sua cultura. Foram citados alguns fatos históricos que marcaram a educação dos surdos no Brasil e no mundo. A proposta das aulas será de constatar, através da observação, a reação, a apreciação e a execução musical dos alunos. O principal parâmetro musical que será utilizado nas aulas é a vibração. As atividades musicais foram planejadas a partir de Louro, em seu livro Educação musical e deficiência: propostas pedagógicas (Louro, 2006 apud da Silva, 2008).

Trabalhar atividades adaptadas nas aulas de música para que aconteça a inclusão também nessa área da arte. O aluno surdo presente na escola regular é um desafio, tanto para ele quanto para seus colegas e professores que o acompanham, porém é neste momento que se coloca em

prática a inclusão. Quando o professor planeja sua aula ele lembra de todos os alunos que fazer parte daquela turma, logo terá que pensar que o aluno surdo deve participar e entender a aula assim como todos os outros. Nas aulas de arte quando trabalhadas atividades musicais não é diferente, o professor terá de trabalhar atividades adaptadas em que todos os alunos participem juntos independente da limitação de cada um.

Tornar a música um meio pelo qual todas as pessoas possam ter contato independentemente de suas limitações, onde cada um possa ter um contato individual e aprender com ela é o objetivo geral dessa pesquisa. Oferecer atividades práticas, por meio da música onde todos consigam ter contato com ela de forma individual, ampliar os conhecimentos em relação a música e seus elementos formadores, desenvolver atividades onde todos os alunos possam passar pela experiência de sentir a música, utilizar de diversos objetos para provocar ruídos e vibrações, proporcionar o contato com instrumentos de percussão para que todos possam sentir as diferentes vibrações.

#### **UMA BREVE HISTORIA DA EDUCAÇÃO PARA OS SURDOS**

Segundo estudos não existem registros de quando o homem começou a comunicar-se e que a mesmas fossem consideradas línguas, a língua de sinais também não tem registros do início de sua utilização.

Segundo dados do IBGE no censo do ano 2000 o Brasil possui cerca de 24,5 milhões de pessoas portadoras de alguma deficiência, dentre eles 4,6 milhões possuem deficiência auditiva e 1,1 milhão são surdas totalizando 5,7 milhões de brasileiros que corresponde a 3% da população.

Sem a linguagem, o ser humano é incapaz de se comunicar, compartilhar experiências e compreender o outro. A linguagem promove comunicação e socialização. ( Capovilla, 2001 apud Da Silva 2008).O ser humano necessita da linguagem para poder se relacionar com o outro, desde a pré-história o homem busca uma forma de se comunicar, seja ele por sinais , por desenhos entre outras formas.

A língua de sinais é uma linguagem que não possui forma sonora, não acontece por meio da acústica e sim pela linguagem visual, através de sinais corporais. Portanto é necessário conhecer a história da cultura surda.

Nos tempos antigos, o surdo era considerado incapaz de aprender algo, foi somente na Idade moderna que começou a constituir seus. Em Paris foi onde surgiu o primeiro Instituto para os surdos no mundo criado por l'Èpée.

A cultura surda representa a identidade do surdo, durante toda a história essa cultura passou por muitos acontecimentos tais como um método em que o surdo deveria falar e desenvolver a competência linguística oral (Capovilla, 2001 apud Da Silva 2008). Concluiu-se então que este método não era o mais apropriado, o oralismo não conseguiu atingir seu objetivo principal que era a comunicação.

Outra forma que surgiu foi a da comunicação total que se fortaleceu na década de 1970, baseava-se na fala sinalizada, usava sinais similar a língua



falada. Notou-se que através da comunicação total houve maior desenvolvimento dos alunos na escola, em casa, e os surdos participavam ativamente das conversas com familiares, amigos e professores (Capovilla, 2006 apud da Silva 2008).

Moura (2001) relata como a comunicação através de sinais passou a ser reconhecida como língua:

A Suécia foi o primeiro país que tornou o bilinguismo legal, Outro fator importante é que “os surdos suecos têm direito a um intérprete sempre que se faça necessário, sendo que este direito pode se estender para o ensino universitário” (Ahlgren, 1990. apud Moura, 2001, p.76).

Outros países também realizaram a experiência bilíngue como a França, Estados Unidos, Itália, Inglaterra, Alemanha, Venezuela e Argentina.

Para melhor entender a cultura surda em seu livro Cristina Lacerda (2000), apresenta as diversas identidades as quais desenvolvem particularmente rituais, linguagens, olhares, sinais, representações, símbolos, modelos convencionais, processos profundamente plurais e culturais’ (Lacerda; Góes, 2000, p.23 apud da Silva 2008 p.09). Segundo a autora, a identidades são:

- Identidade Surda Política: Surdos que frequentam a comunidade surda, as associações e órgão representativos. Usam a Libras, a tecnologia, aparelhos celulares e legenda.
- Identidade Surda Híbrida: Surdos que nasceram ouvintes, ou seja, têm surdez poslinguística. Possuem duas línguas.
- Identidade Surda Flutuante: Surdos que não tem contato com as comunidades surdas. Desconhecem e rejeitam intérpretes e sentem-se inferiores a ouvintes
- Identidade Surda Embaçada: Não possuem identidade surda nem ouvinte
- Identidade Surda de Diáspora: Surdos que mudam o local físico de moradia e adquirem e adquirem nova cultura, mas continuam politizados.
- Identidade Surda Intermediária ou Incompleta: Possuem alguma audição e levam a vida de ouvintes. Não aceitam a Libras e nem intérpretes.

Para entender melhor pode-se ainda destacar os diferentes níveis de perda auditiva. Essa perda é avaliada em particular a cada ouvido medida pelas frequências que é conferida em decibéis (dB), essas perdas são classificadas em graus leves, médio, sério e profundo.

Classificação da perda auditiva

Perda leve	20 a 40 decibéis
Perda media	40 a 70 decibéis
Perda séria	70 a 90 decibéis
Perda profunda	Superior a 90 decibéis

Na aplicação das atividades musicais, é necessário considerar que não precisa ser alunos que já tenham tido experiências ou alguma lembrança musical. A vibração dos instrumentos musicais será o elemento para a definição e o entendimento individual do som ou possivelmente da música.

No meio educacional tem surgido várias discussões em relação a educação musical para surdos e muitos trabalhos musicais tem sido desenvolvido com surdos.

Musicalidade é a possibilidade que o homem tem de expressar a música interna, ou entrar em sintonia com a música externa, por meio do seu corpo e seus movimentos, por meio da sua voz, cantando, do tocar, do perceber um instrumento sonoro musical ou não, ou de uma escuta musical atenta. (Haguiara-Cervelline, 2003, p.75).

Por meio dessas palavras pode-se concluir que a música é perceptível aos sentidos humanos, portanto a música não é somente para ouvintes, mas para qualquer pessoa que se permita a experiência da música, o ritmo está presente na pulsação, isso não quer dizer que a forma de trabalhar música com o aluno surdo é a mesma forma de trabalhar com o aluno ouvinte. Segundo Haguiara-Cervelline, (2003) o surdo reage à música e expressa sua musicalidade utilizando o toque. É possível captar vibrações das ondas sonoras por todo o seu corpo, através da pele e ossos. Portanto é possível que se realizem atividades musicais com o aluno surdo, de formar que ele aprecie e que também possa expressa-la, porém como já afirmado anteriormente, essas atividades não podem ser trabalhadas da mesma forma com o aluno ouvinte, isso significa, procurar e desenvolver meios de atividades para trabalhar o mesmo conteúdo musical com o aluno surdo.

Porém o que não se pode afirmar é se o surdo consegue diferenciar acordes dissonantes e consonantes, no entanto para pessoas ouvintes é possível estabelecer diferentes sensações quando diferentes acordes são tocados, pode-se levar ao questionamento de quais as possibilidades do surdo sentir essas mesmas sensações somente com a vibração.

Assim como pessoas ouvintes tem diferentes entendimentos musicais, isso quando algumas pessoas tem mais facilidade de entender, aprender, expressar e executar a música e outras mais dificuldade estando isso em vários níveis, pode-se também afirmar que as pessoas surdas também tenham essa diferença no momento da aprendizagem. Luci K citada como exemplo e experiência no livro de Sancks, de possuir surdez profunda e ainda conseguir diferenciar acordes dissonantes e consonantes perceptível por vibrações, pode-se afirmar que nela existe uma pré-disposição musical mais relevante do que em outras áreas.

Em pesquisa mais aprofundada, com alunos de diferentes realidades, culturais, econômicas, religiosas sendo eles de diferentes graus de surdez tendo acompanhamento musical desde criança até sua idade adulta e depois avaliar o entendimento musical seria possível afirmar que toda a pessoa

surda poderia entender e saber fazer a diferenciação entres os acordes, sem levar em consideração a pré-disposição de cada pessoa.

Neste presente trabalho a intenção é apresentar algumas atividades musicais adaptadas a serem trabalhadas em sala de aula durante as aulas de arte, e que todos os alunos consigam interagir com a aula. E em nenhum momento tentar provar se os alunos surdos terão ou não o entendimento musical.

## **A INCLUSÃO**

A educação musical deve ser acessível a todos os alunos independente de suas limitações, como em arte para trabalhar o conteúdo de música e os alunos surdos consigam assimilar o conhecimento nessa área. Para que todo esse contexto vire realidade toda a equipe escolar, professores de arte e de música, coordenação e orientação devem estar abertos a novas experiências que consequentemente serão enfrentadas no cotidiano escolar e preparados para receber esses alunos em sua classe.

Para todo esse contexto existem leis e políticas públicas o qual buscam promover uma sociedade justa e integradora, a favor das escolas inclusivas que acolham a todos inclusive os que apresentam alguma deficiência e necessidades educacionais especiais. Dentre elas pode -se citar a constituição brasileira-1988.

A constituição promove o direito de todo e qualquer cidadão a educação, isso está previsto no capítulo terceiro, sendo tratados a educação na seção primeira seguido a cultura e o desporto. Sendo assim é dever do estado, da sociedade e da família permitir e garantir que aconteça a educação a todos sem qualquer discriminação.

Diante disso poderia interpretar em um processo bilateral que, as pessoas excluídas buscariam entre si forma de educação, esporte e lazer. Porém dentre os documentos que amparam as pessoas portadoras de algum tipo de necessidade especial encontra-se também a Declaração de Salamanca, que foi uma conferência mundial de educação especial que aconteceu em Salamanca na Espanha, entre os dias 7 e 10 de julho de 1994, reconhecendo a importância e a necessidade da inclusão de pessoas com necessidades especiais ao ensino regular.

[...] independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, crianças deficientes e bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de população distante ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.17)

Apesar da importância deste documento, no Brasil ainda se tem a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – n 9 394-96, que garante avanços no atendimento educacional e no atendimento educacional para portadores de necessidades especiais (Brasil, 2001) através

da resolução CNE-CEB n. 2 de setembro de 2001. Este documento tem como critério dar base para a identificação “ dos portadores de necessidades especiais”, sendo assim o documento está apresentado da seguinte forma:

Processo educacional definido em uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente, para apoiar, complementar, suplementar e em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas da educação básica. (Brasil CNE-CEB n 2 de setembro de 2001).

Este documento, portanto, trata dos conceitos da educação especial, da identidade dos alunos, de sua caracterização, do serviço especializado, da formação de professores, das modalidades que contém o atendimento inclusivo dentre outros fatores.

Dentro das políticas públicas o primeiro documento emitido em relação a educação especial-inclusiva foi a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 1994) tinha em seu corpo o atendimento “necessidades educacionais especiais”- NEE- estando relacionada a dificuldades educacionais especiais, a atendimento nas diferentes modalidades de ensino. Este documento previa a organização e o reajuste do projeto político pedagógico, preparado e amparado por lei para o atendimento de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, além da preparação do espaço físico da escola para o acolhimento desses alunos.

Porem desde 2008 entrou em vigor uma nova versão do documento, que foi realizado por um grupo de trabalho do MEC-SEESP: a Política educacional de educação especial sob perspectiva da escola inclusiva (2008c). Nele a educação inclusiva é considerada como um projeto de amplificação cultural, social, pedagógica (Brasil 2008 c, p. 01). A partir desse documento, é garantido o direito de que todos devem compartilhar de seus conhecimentos, realidades deixando de lado as limitações e as diferenças sociais, culturais ou religiosas, a garantia de que todos possam usufruir de um bem comum, onde juntos podem aprender sem nenhuma forma de discriminação, tendo seus fundamentos no conceito de que “ na concepção dos direitos humanos, que cuja igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação a ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstancias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola” ( Brasil, 2008c p. 01).

Os principais objetivos desse documento da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (2008), é a da aprendizagem dos alunos com deficiência, da participação dos alunos com altas habilidades no sistema regular de ensino, do acesso a participação dos alunos com deficiência, assim como:

- 1.transversalidade da educação especial desde a educação infantil até o ensino superior;
2. Atendimento educacional especializado;
3. Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino;
4. Formação de professores para atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para inclusão escolar;
5. Participação da família e

da comunidade;6. Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamento, no transporte, na comunicação e informação;7. Articulação Inter setorial na implementação das políticas públicas. (Brasil, 2008c p 08 apud Finck 2009).

Portanto entende-se que o professor deve ter formação inicial e continuada, formação essa que possibilita o atendimento educacional especial, o sistema de ensino deve dispor de instrutor, interpretes, monitor ou cuidador; que os professores disponham de conhecimento prévio em língua brasileira de sinais - LIBRAS disponibilizando trabalhos adequados assim como atividades em braille. O acesso à educação inicia na educação infantil perpassando todos os níveis de ensino, além de que os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso à educação. Esse documento foi elaborado baseado na Constituição federal de 1988, na Lei de diretrizes e bases da educação nacional, declaração de Salamanca e Ministério da educação secretaria de educação especial.

### **Escola Inclusiva**

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura – UNESCO (2007), a educação inclusiva é uma “abordagem desenvolvimental que procura responder as necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos com um foco específico naqueles que são vulneráveis a marginalização e exclusão”. Segundo o Ministério da educação, secretaria de educação especial indica que um análise crítico feito sob a história da humanidade bem-sucedida acontece pelo convívio mutuo da humanidade e o respeito da diversidade que constitui essa sociedade. A educação tem um papel fundamental nessa sociedade, sendo o lugar onde os cidadãos têm acesso ao conhecimento e aprimoramento de suas competências.

A escola inclusiva garante o conhecimento aos alunos respeitando a diversidade, equiparando cada um com suas necessidades e reconhecendo suas potencialidades. Porém a escola somente pode ter tida como escola inclusiva a partir do momento que ela estiver preparada para receber todo e qualquer aluno independente de sua classe social, cultura, etnia, sexo, deficiência ou qualquer outra situação.

Além do mais, Rocin deixa claro em sua citação que a simples presença de um aluno com dificuldade, ou alguma limitação esteja em sua classe, não significa que ali esteja acontecendo a inclusão escolar. O autor enfatiza que a inclusão realmente acontece quando á a interação de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, segundo ele o fato de haver relação entre os integrantes, do compartilhamento e troca é o momento em que acontece o contato com o conhecimento.

Segundo o Ministério da Educação para a construção de uma escola inclusiva, é necessário que haja transformação no contexto educacional, transformando ideias, atitudes para as possíveis relações sociais, além do trabalho integrado dos professores, equipe pedagógica, gestores da escola assim como a cooperação dos outros setores da sociedade tais como:

assistência social, saúde, transporte, conselho tutelar, esporte, lazer, instituições religiosas e empresas.

### **Lei 11.769 de 2008, Obrigatoriedade do ensino da música**

Em alteração a Lei de Diretrizes e Bases Curricular da educação em seu artigo 26 parágrafo 6 “ A música deverá ser conteúdo obrigatório mas não exclusivo, do componente curricular”. Sendo assim o conteúdo de música deverá ser trabalhado como por exemplo nas aulas de arte.

No Brasil, dentro da história da educação muito foi discutido sobre a importância do ensino musical na educação básica. Como por exemplo, em 1854 ainda no regime imperial surgiu o primeiro decreto para o ensino de música. Mais tarde em 1930 com o canto Orfeônico da escola de música de Villa Lobos. Somente na década de 80 com o surgimento da primeira pós – graduação em música, que houve o fortalecimento e foi criada a Associação Brasileira de Educação Musical ( ABEM), e em 1996 com a nova Lei de diretrizes e base Curricular da educação LDB 9.394 de 96 que houve a inclusão do ensino da arte obrigatório do currículo escolar da educação básica, e agora como complemento os conteúdos de música trabalhados junto ao ensino da arte na lei 11.769 de 2008.

Perante isso, fica o questionamento e a preocupação do professor de arte sob a situação de encontrar em sua turma um aluno oriundo da inclusão devido a surdez, em um momento que deve-se trabalhar conteúdos de música que significativamente serão explorados elementos sonoros.

### **A EDUCAÇÃO DO ALUNO SURDO**

Surge o questionamento aos professores da disciplina de arte, como trabalhar atividades musicais, quando em sua classe estiver presente um aluno inclusivo cuja sua deficiência é a surdez? segundo Vigotsky “ [...] do ponto de vista pedagógico e psicológico [...] a educação do surdo, não se distingue em nada, essencialmente de uma criança normal’, para esse fator não impede o processo de aprendizagem em qualquer âmbito, ele não tinha as crianças surdas como deficientes e sim como, modelos para um processo de ensino- aprendizagem diferenciado.

Portanto para Vygotsky uma deficiência biológica não poderia necessariamente acarretar em um atraso na forma de aprendizagem, o cognitivo da pessoa está essencialmente intacto, e ele ainda complementa defendendo que esse tipo de deficiência pode ser superado através de procedimentos alternativos, sendo assim, crianças com “diferenças” precisam ter oportunidade de se relacionar, de ter contato com o meio e com os outros, pois a melhor forma de aprender é quando a criança se relaciona com o mundo, entrando aqui na abordagem que Vygotsky chamava de interacionismo. ( VYGOTSKY, 1997).



Se existe então, um educador que acredita que quando se trabalha com aluno surdo deve-se pensar em tendências compensatórias, porém sobre tudo era defendido a interação do aluno “diferente” onde o educador deve trabalhar e atender esse aluno com atividades que possam ser adaptadas para que todos dessa classe possam compreender o conteúdo independente de sua limitação, sem nenhuma restrição. Assim, nessa concepção qualquer arte tem aspectos técnicos para que aconteça o conhecimento.

### **As múltiplas inteligências segundo Howard Gardner**

Para Celso Antunes que estudou a fundo as ideias e as obras de Garder, afirma em seu livro que inteligência é a capacidade cerebral mais ampla para ter a compreensão das coisas e chegar a elas escolhendo o melhor caminho.

Pesquisas recentes no campo da neurobiologia aponta que podem existir divisões no espaço da cognição do cérebro humano:

[...] No cérebro humano, que corresponde pelo menos de maneira aproximada, a determinados espaços da cognição, mais ou menos como se em um ponto do cérebro representasse um setor que abrigasse uma forma específica de competência e de processamento de informações. Embora seja uma tarefa difícil dizer claramente quais são essas áreas existe o consenso de que possam, cada uma delas, expressar uma forma diferente de inteligência. (ANTUNES, 2008 p.25)

Do ponto de vista de Garder (1983), essas áreas seriam oito pontos diferentes no cérebro, onde se localizariam as diferentes inteligências, seriam elas a inteligência musical, a espacial, a logico-matemática, a verbal, a espacial, a cenestésica, a naturalista, e a pessoal que divide-se em duas a intrapessoal e a interpessoal.

### **A inteligência musical**

Dentro da teoria das inteligências múltiplas Gardner ainda especifica cada uma delas.

Inteligência musical: a capacidade de perceber (por exemplo, como aficionado por musica) discriminar ( como critico de musica) transforma ( como compositor) e expressar (como musicista) formas musicais. Essa inteligência inclui uma sensibilidade ao ritmo, ao tom , a melodia e timbre em uma peça musical. Podemos ter um entendimento figural ou geral da musica ( global, intuitivo) um entendimento formal ou detalhado (analítico, técnico) ou ambos. (STREHL p 4)

Dessa forma, levando em conta a teoria de Vygotsky onde que o aluno independente da sua situação, social, política, econômica e portador de uma deficiência como a surdez, afirma ele que seu cognitivo não altera em relação a deficiência, entende-se que em suas faculdades mentais o aluno tem todo e qualquer poder de desenvolver o aprendizado, assim como uma criança dita “normal”. E Gardner em sua teoria das múltiplas inteligências, afirma que

devido a diversos pontos específicos do cérebro, as pessoas podem desenvolver diferentes inteligências podendo elas ser instigadas no processo de aprendizagem, dentre elas a inteligência musical.

Entende-se como uma hipótese, que pode acontecer de o aluno surdo em sua plena habilidade cognitiva ainda possuir a inteligência musical ou não, tendo assim maior facilidade ou não de entender a música, isso por poder existir a inteligência musical e não pelo fato da surdez.

Portanto o professor de arte que encontrar-se com um aluno incluso, o qual sua deficiência é a surdez, terá de conhecê-lo bem, a fim de poder trabalhar as atividades musicais com o mesmo. Dentro de diversas situações que pode acontecer, este aluno pode apresentar gosto pela música querendo ou tentando entendê-la mais, pode também não querer ter contato nenhum com a música simplesmente por não entender, pode ter uma facilidade imensa com as atividades dando abertura para que o professor possa levar atividades cada vez mais específicas, entre outras. Isso vai depender da situação e da abertura de cada aluno, junto com as capacidades e a vontade do professor.

### **Considerações Finais**

O que obtivemos são algumas hipóteses sobre o assunto, a educação musical trabalhada com alunos independente se for ouvinte ou surdo, ainda deve-se passar por diversas outras reflexões antes de qualquer conclusão, pois para se estudar a música não basta saber ouvir ou sentir, tem questões muito mais aprofundadas, como o cognitivo, o entendimento proporcionado por cada aluno e os que cada aluno traz consigo. Para isso o professor deve estar preparado e disposto, pois para cada aluno a forma a metodologia do ensino será modificada, dependendo sim da condição de cada um.

A educação inclusiva é Lei e já vem acontecendo na grande maioria das escolas brasileiras, sendo assim em muitas vezes o aluno de inclusão é um aluno surdo, encontra-se então o desafio do professor de artes ou outro professor que será responsável pela transmissão da educação musical. Surgem as dúvidas de que forma trabalhar a inclusão e as atividades musicais com o aluno surdo. Para que a inclusão aconteça, é necessário o envolvimento de toda a comunidade, sendo ela a equipe escolar, o conselho tutelar, a sociedade civil, os empresários outros órgãos públicos e a família. Quando trata-se de inclusão não deve-se pensar apenas na introdução de alunos “deficientes” na escola regular, mas a inclusão da dificuldade e todos os alunos possam apresentar no momento de interação e do processo de aprendizado. Sabe-se que todos tem potencial para o aprendizado cabe ao professor encontrar o caminho, pois segundo Vygotsky o fato do aluno ser surdo não implica em nada no seu cognitivo, ele tem a capacidade de aprender como qualquer outro aluno, junto a ele foi levado a teoria de Gardner onde á a

possibilidade de existir a inteligência musical, sendo assim o aluno teria uma facilidade diferenciada no entendimento musical, pode-se pensar então que a momento em que o aluno surdo possa ter uma facilidade maior no entendimento musical, e quando aplicado as atividades musicais com esse aluno, não se pode afirmar de forma geral todos os surdos possam ter facilidade com a música, da mesma forma que não se pode afirmar que toda a pessoa ouvinte consiga ter um entendimento musical.

Para tanto além das hipóteses levantadas nesse trabalho deve-se pensar que de uma forma ou de outra, utilizando uma metodologia adequada todo aluno poderá ao menos, ter um entendimento prévio dos conteúdos da educação musical, basta que o profissional envolvido esteja disposto a procurar caminhos, encontrar metodologias e instigar, envolver aguçar a criatividade do aluno, para que ele vá atrás, tente e busque o conhecimento independente de suas limitações.

#### Referencia Bibliografica:

- MOURA, Cristina B. F. de; GÓES, Maria Cecília R. *Surdez, Processos Educativos e Subjetividade*. São Paulo. Editora Lovise, 2000.
- DA SILVA, CRISTINA SOARES. "EDUCAÇÃO MUSICAL PARA SURDOS." Acesso em 11(2015)
- Finck, Regina. "Ensinando música ao aluno surdo: perspectivas para ação pedagógica inclusiva." (2009). Acesso em 10(2015)
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998. Acesso em 12 (2015)
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010. Acesso em 12 (2015)
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Necessidades educativas Especiais – NEE In: Conferencia Mundial sobre NEE: Acesso em: Qualidade – UNESCO** . Salamanca/Espanha: UNESCO 1994. Acesso em 12 (2015)
- BRASIL, Lei Ordinária nº. 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Diário Oficial, Brasília, DF. **Acesso em 01 (2016)**
- Strehl, Leticia. "Teoria das múltiplas inteligências de Howard Gardner: breve resenha e reflexões críticas."** Acesso em 02 (2016).
- Gardner, Howard. *Inteligências múltiplas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. Acesso em 02 (2016)

## A PRÁXIS JURÍDICA E A ÉTICA: CONDUTAS INCOMPATÍVEIS COM O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA

Autores: Letícia Rodrigues Lobas (le\_lobas@hotmail.com) <sup>1</sup>  
Lís Caroline Almeida (liscaroline@hotmail.com) <sup>2</sup>  
Francieli Maria de Lima (francieli.lima@ifpr.edu.br) <sup>3</sup>  
<sup>1,2,3</sup> Instituto Federal do Paraná – IFPR (Campus Palmas).

**Resumo:** O presente trabalho analisa algumas condutas consideradas pelo Código de Ética e Disciplina da OAB e pelo Estatuto da Advocacia e OAB (Lei 8.906 de 1994) como antiéticas, uma vez que os normativos retro sancionam, disciplinarmente, as referidas condutas incompatíveis com o exercício da advocacia, atividade primordial no desempenho da justiça. O texto consiste em um pensamento crítico e reflexivo no qual é possível observar a influência que o Código Moral estabelecido exerce sobre a classe profissional dos operadores do Direito e, conseqüentemente, a maneira pela qual estes juristas enfrentam os valores normativos impostos no exercício de sua profissão na prática de suas atividades. Denota-se como importante alicerce não tão somente na formação da consciência do ser, mas característica fundamental em sua conduta no mercado de trabalho perante os princípios universais, fruto de um juízo ético e de responsabilidade social. Assim, o ramo da ciência do Direito utilizado para tal estudo é deontologia jurídica, a qual trata das normas, princípios jurídicos e doutrinários sistematizados que regulam o comportamento e conduta dos operadores do Direito no que tange aos deveres profissionais. Tais deveres estão positivados no Estatuto da Advocacia e no Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, nas leis orgânicas do Ministério Público e da Magistratura, as quais aplicam sanções como censura, suspensão, exclusão e multa, caso tenham seus princípios violados. É nesta perspectiva que as condutas praticadas na advocacia podem desencadear no abandono da causa, angariação das mesmas, captação de clientela, ausência de prestação de contas, ausência de propositura de ação contratada, locupletamento ilícito, retenção ou extravio de autos e violação do sigilo profissional. Estas práticas compuseram o objeto deste estudo, pois sendo comportamentos negativos, requerem a aplicação das respectivas sanções, sejam elas administrativas, civis ou penais com o fim máximo de aproximação da justiça.

**Palavras-chave:** Deontologia jurídica. Deveres profissionais. Infração disciplinar.

### 1 Introdução

Muito se discute acerca da conceituação da ética. De fato, concebê-la é uma tarefa árdua e muitos autores se empenham em definir e divisá-la conceitualmente. A par disso, é possível perceber que os diversos

entendimentos assemelham-se em certo ponto, pois trazem a ética como o conjunto de valores e princípios morais norteadores da conduta humana, que servem de equilíbrio e bom funcionamento na tessitura da vida social, construída através de diretrizes histórico-culturais de determinada sociedade.

Consiste então, em um pensamento crítico e reflexivo, tanto no âmbito coletivo quanto no individual, acerca da influência que o código moral estabelecido exerce sobre a subjetividade do ser e a maneira pela qual este enfrenta tais condutas, seja como cidadão, seja como profissional perante os valores normativos impostos. Isto é, a ética pode ser entendida como um domínio da filosofia que tem por objetivo a apreciação do bem e do mal, do certo e do errado.

Com frequência a palavra ética é utilizada para designar o exercício de determinada profissão, que permite aos profissionais a reflexão quanto à prática de suas atividades, característica principal e evidente da ética profissional, uma vez que forma a consciência do ser e representa os imperativos de sua conduta no mercado de trabalho. Significa que a eticidade envolve, além do cumprimento dos valores estabelecidos em sociedade, a concordância para com as atividades da profissão, seguindo os princípios universais, tais como a honestidade, responsabilidade e competência, além dos preceitos positivados para determinada coletividade de profissionais, através do Código de Ética, que varia de acordo com as especificidades de cada atividade.

Nesta perspectiva, as profissões jurídicas destacam-se das demais, por envolverem questões de interesse coletivo e por seus exercícios vincularem-se a obrigações e preceitos jurídicos e éticos. Deve-se ressaltar ainda que o juiz, o promotor e o advogado, entre outros, exercem função pública e desempenham importante função social, devendo submeter-se a comandos prescritivos, passíveis de sanções pelos conselhos profissionais em caso de afronta aos princípios éticos positivados. Eis aí o propósito deste estudo: analisar algumas condutas contrárias ao exercício, em particular, da advocacia.

## **2 Aporte teórico**

Deontologia é a ciência ou tratado dos deveres, princípios e normas que regem a conduta e o comportamento do homem adotadas por determinado grupo profissional para designar o exercício de certa profissão e estabelecer a reflexão por parte dos profissionais quanto ao impacto social de suas atividades, sendo este fruto de um juízo ético e de responsabilidade social.

Outrossim, a deontologia jurídica trata das normas e princípios jurídicos e doutrinários, sistematizados para regular a conduta e comportamento dos operadores do direito quanto a seus deveres de ordem profissional, consolidando-se como um ramo especializado da ciência do direito, não pertencendo tão-somente à filosofia moral. Os fundamentos positivados da deontologia jurídica estão presentes, entre outros, no Estatuto da Advocacia e

no Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, nas leis orgânicas do Ministério Público e da Magistratura.

É dever do jurista, contudo, exercitar o direito com zelo e consciência, ensejando sempre o alcance a justiça através de um comportamento moral e ético, para fortalecer e consolidar ainda mais o Estado democrático de direito.

Para tanto, a Ordem dos Advogados do Brasil, através do advogado, exerce papel fundamental nesse quesito, visto que a própria Constituição Federal de 1988 traz, em seu art. 133, a indispensabilidade do advogado à administração da justiça.

Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

Assim sendo, o advogado deve agir em concordância com os princípios éticos trazidos pela Lei 8.906 de 1994 (Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil), bem como pelo Código de Ética e Disciplina da OAB. Caso contrário, pode se submeter à aplicação de sanções disciplinares, sejam elas: censura, suspensão, exclusão e multa. Isto posto, passaremos à análise de algumas infrações que merecem considerações, seja pela frequência com que são praticadas, seja pelo dano causado ao cliente e à sociedade como um todo.

## 2.1 Abandono da causa

Previsto no artigo 34, inciso XI do Estatuto da Advocacia e a OAB, o abandono da causa é infração punível com censura. Entende-se por abandono a ausência da promoção de diligências e atos processuais, podendo, se por prazo superior a trinta dias, gerar a extinção do processo, nos termos do art. 267, III, § 1º do Código de Processo Civil (1973). No que tange ao advogado, o abandono caracteriza-se quando desertar sem justo motivo, ou, antes de decorridos dez dias da renúncia comunicada.

Isso não significa dizer que o advogado tem o dever de permanecer, a partir de proposta a ação, adstrito à causa até seu término, pode, porém, renunciar seu mandato mediante justificção, e, caso seu constituinte não o substitua por prazo inferior, deve aguardar por dez dias após esta comunicação. A título de exemplo, tem-se o julgado do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB Distrito Federal:

EMENTA: “REPRESENTAÇÃO DISCIPLINAR – ABANDONO DE CAUSA SEM JUSTO MOTIVO E CONSEQUENTE PREJUÍZO AOS INTERESSES DO CLIENTE CUJO PATROCÍNIO LHE FOI CONFERIDO. **É preceito ético que o advogado não deve deixar ao abandono ou ao desamparo os feitos, sem motivo justo e comprovada ciência do constituinte.** Portanto, a não apresentação de alegações finais em processo de crime,



ato para o qual foi efetivamente intimado, é conduta delituosa, tipificada no art. 34, XI, do EAOAB e está tipificado como falta disciplinar punível com censura. A reincidência da conduta impõe ao representado, cumulativamente, sanção definitiva no inc. VI, do art. 35 e do art. 39 do mesmo diploma (Proc. TED nº 0021809, do Relator da segunda Turma Dr. Arnaldo Puccini Medeiros, julgamento 20.03.2009 publicado no Dj nº 2064, pág. 364, de 13.10.2009). Acordam os membros da Turma, por maioria, nos termos do voto do Relator, em julgar procedente a representação para aplicar ao representado a pena de censura, descrita no art. 37, I, da Lei nº .906/94”. (Processo nº 27261/2008, Relator Eduardo de Barros Pereira, 18.04.2013, 7ª Turma do TED/OAB-DF). (*grifos nossos*)

Neste sentido, dispõe o artigo 12 do Código de Ética e Disciplina que “o advogado não deve deixar ao abandono ou ao desamparo os feitos, sem motivo justo e comprovada ciência do constituinte”.

Assim, além da punição administrativa cabível pela OAB, com respectiva representação no órgão por descumprimento de preceito ético disciplinar, pode o procurador sofrer responsabilidade no âmbito civil, pois sua atividade pode ter causado algum prejuízo à parte passível de reparação. O Advogado possui a obrigação de amparar seu outorgante durante todo o trâmite processual evitando que em algum momento esteja desprovido da assistência jurídica, o que poderia lhe causar prejuízos passíveis de indenização.

Em suma, é defeso ao mandatário desistir, sem que renuncie previamente ao seu mandato, nos termos acima citados.

## 2.2 Angariação de causas e captação de clientela

Tudo aquilo que venha a caracterizar a captação de clientela é vedado pela OAB. Em sua obra “Comentários ao Novo Estatuto da Advocacia e da OAB”, LÔBO (1994, p. 128-129, *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 14) comenta o artigo 34 da Lei 8.906/94, afirmando que “[...] o advogado não pode oferecer seus serviços ao cliente potencial como se fosse uma mercadoria. Por isso, a publicidade deve ser realizada de modo genérico e com moderação”.

O Estatuto da Advocacia e da OAB pune com sanção de censura a publicidade incontrolada da prática da advocacia, e o Provimento n.º 94/2000 do Conselho Federal da OAB regula este dispositivo, trazendo as especificações da norma e ordenando de maneira sistemática tal conteúdo. Este estatuto permite apenas uma publicidade informativa dos serviços que o advogado se propõe a prestar ao público em geral, ou da sua respectiva clientela.

Neste âmbito, dispõe o art. 28 do Código de Ética e Disciplina da OAB que o procurador:

[...] pode anunciar os seus serviços profissionais, individual ou coletivamente, com discrição e moderação, para finalidade exclusivamente informativa, vedada a divulgação em conjunto com outra atividade.

Conforme descrito, é vedado ao advogado anunciar a advocacia em conjunto com qualquer outra atividade. Neste sentido, a ementa do Tribunal de Ética e Disciplina do estado de Santa Catarina, julgada em 2013, demonstra:

Processo Disciplinar nº 1452/2011. Repte: OAB/SC, “ex officio”. Repdo: F.A.L. Relator: Luiz Carlos Papp. Acórdão nº62/2013. Ementa: Escritório de Advocacia – Divulgação de advocacia em conjunto com outra atividade. Manutenção de sociedade com característica mercantil. Captação irregular de clientes. Infração disciplinar – art. 34, IV da Lei nº 8.906/94 – Desobediência ao art. 1º, § 3º, da Lei 8.906/94, c/c Art. 28 do Código De Ética e Disciplina da OAB – Reincidência – Pena de suspensão, inteligência do Art. 37, II do EAOAB, pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme § 1º do mesmo artigo. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Membros da 2ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SC, por unanimidade de votos, julgar a presente representação, nos termos do voto do relator (Blumenau, 21 de junho de 2013. João Leonel Machado Pereira, Presidente. Luiz Carlos Papp, Relator).

Assim, baseado nos preceitos fundamentais ao exercício da advocacia, é possível afirmar que a maneira mais eficaz de publicidade da profissão é o seu próprio exercício, já que, uma vez atuada com dignidade, ética e conhecimento, o profissional terá como consequência um bom desempenho e, conseqüentemente, reconhecimento e ampla publicidade, fazendo com que sua conduta seja respaldada nos bons valores da justiça e não tão somente vise o lucro.

### **2.3 Ausência de prestação de contas**

A prestação de contas fundamenta-se fortemente pelos princípios éticos, seja pela necessidade de transparência dos valores recebidos, seja pelo dever funcional enquanto mandatário por uma procuração. O instrumento de mandato caracteriza-se como uma autorização ao advogado para que realize determinado ato judicial representando a parte. Nada mais ético que a prestação de contas de valores e atos realizados por este mandatário. Pelo artigo 34, inciso XXI, “recusar-se, injustificadamente, a prestar contas ao cliente de quantias recebidas dele ou de terceiros por conta dele” é infração punível com suspensão, perdurando-se a pena até que satisfeita integralmente a dívida (art. 37, inc. I e §2º). Nesta lógica julgou o Tribunal de Ética e Disciplina da OAB do Rio Grande do Sul em 2014:

Processo Disciplinar Nº 290115/2011 - por unanimidade. EMENTA: LOCUPLETAMENTO E RECUSA INJUSTIFICADA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONFIGURADOS. Demonstrado que a representada não prestou contas, se apropriando indevidamente de valores, configuradas estão as infrações disciplinares, previstas no art. 34, incisos XX e XXI, da Lei 8.906/1994, aplicando-se à representada a sanção prevista nos parágrafos 1º e 2º, do artigo 37, do EAOAB, pena de suspensão exercício profissional em todo território nacional, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis até a satisfação integral da dívida. Representação procedente.

Terceira Turma Julgadora do TED – Relator DILCE ELENA DA SILVA PICCOLI – Porto Alegre, 19 de março de 2014.

Isto é, o advogado deve honrar os valores percebidos por ele enquanto gestor dos interesses privados de seu cliente, demonstrando honestidade e eticidade pessoal e profissional.

#### 2.4 Ausência de propositura de ação contratada

Dentre os principais deveres do profissional ético está o de cumprir com o compromisso ajustado com seu cliente. Portanto, a partir do momento que manifesta a aceitação em representar pessoa interessada, deve fazê-lo, isto é, deve agir em favor de seu cliente; caso contrário, poderá prejudicá-lo, por vezes de maneira irreversível. DIAS relata que:

a perda de uma chance [...] sucede, por exemplo, no esquecimento de propor uma ação antes do prazo decadencial ou prescricional, perdendo, então, o cliente a chance de ver a pretensão da ação examinada pelo Poder Judiciário (1999 *apud* MANICA, 2006).

Outrossim, a não propositura de ação para a qual foi contratado demonstra a deslealdade do patrono para com o beneficiário da outorga, bem como implica no artigo 34, inciso IX da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil), pelo qual “prejudicar, por culpa grave, interesse confiado ao seu patrocínio” constitui infração disciplinar punível com censura.

Ainda, em caso de recusa injustificada para a propositura de ação judicial pertinente, o advogado poderá incorrer na infração ao artigo 34, inciso XX do já referido Estatuto (tópico a ser abordado posteriormente), quanto mais se já recebeu os honorários de maneira adiantada. Assim julgou o Tribunal de Ética e Disciplina OAB - Santa Catarina:

Processo Disciplinar nº 116/2012. Repte: R.E.T. Repdo: R.F. Relatora: Maria Fernanda de Oliveira. Acórdão nº 46/2014. Ementa: Representação. Ausência de propositura da ação contratada. Existindo provas nos autos de que o representado **percebeu os honorários contratados e não propôs a ação para qual recebeu mandado**, comprovada está a infração ética prevista no art. 34, incisos XX e XXI, do EAOAB. Pena de suspensão, forte no art. 37 daquele Diploma. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da 1ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por maioria julgar procedente a presente representação com pena de suspensão de 30 (trinta) dias prorrogáveis até a devolução dos valores recebidos. Florianópolis, 28 de março de 2014. João Leonel Machado Pereira, Presidente. Maria Fernanda de Oliveira, Relatora. (*grifos nossos*)

#### 2.5 Locupletamento ilícito

O enriquecimento indevido à custa do cliente também é disciplinado pelo estatuto da OAB. O locupletamento é infração punível com a pena mais

grave de suspensão e pode se dar de diversas maneiras, conforme o artigo 34, inciso XX e artigo 37, inciso I.

Referido locupletamento pode ocorrer de diversas formas, dentre elas, por exemplo, quando o profissional recebe determinada quantia a ser repassada a seu cliente ou quando recebe do próprio cliente quantia destinada ao custeio de despesas ou das custas processuais, e apropria-se do numerário. Assim agindo, deve sujeitar-se às sanções previstas no Estatuto do referido órgão, quais sejam: i) suspensão, conforme artigo 37 inciso I e; ii) multa, cumulativamente, em havendo circunstâncias agravantes, conforme artigo 39.

Além do mais, o enriquecimento ilícito pode ocorrer com a cobrança abusiva de honorários profissionais, tema recentemente discutido nos meios de comunicação, demonstrando a cobrança de valores exorbitantes de idosos em ações previdenciárias. Neste sentido, a ementa do Tribunal de Ética e Disciplina do Estado de Santa Catarina, julgada em 2014, demonstra o locupletamento por cobrança de honorários abusivos:

Processo Disciplinar nº 327/2009. Reptes: L.R.R. e C.R.R. Repdo: C.I.L.F. Relator: Osmar Colpani. Acórdão nº 157/2014. Processo de representação. Infração disciplinar caracterizada. Locupletamento ilícito. Honorários advocatícios abusivos. Ausência de prestação de contas. Condenação judicial para devolver valores referentes a honorários advocatícios cobrados indevidamente. Infração ao art. 34, incisos XX e XXI do EAOAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os integrantes da 3ª Turma do Tribunal de Ética e de Disciplina. Pena de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, em face da reincidência, prorrogáveis até que satisfaça integralmente a dívida, inclusive com correção monetária, conformidade com o que o art. 37, incisos I e II e § 2º esse mesmo dispositivo legal da Lei 8.906/94 do EAOAB. Decisão unânime. Canoinhas, 05 de setembro de 2014. João Leonel Machado Pereira, Presidente. Osmar Colpani, Relator.

No art. 36 do CED (Código de Ética e Disciplina), se prevê critério de moderação na fixação dos honorários advocatícios, e no art. 5º do mesmo Código, a OAB dispõe que “o exercício da advocacia é incompatível com qualquer procedimento de mercantilização”. Além da moderação, contudo, exige-se o bom senso do profissional, que deve levar em consideração, dentre outros aspectos, a real prestação dos serviços e até mesmo a condição econômica de seu cliente.

Em síntese, ARAUJO lamenta a conduta antiética em uma das profissões jurídicas mais importantes para o pleno funcionamento da justiça:

Infelizmente verificamos que, embora haja vedação expressa, cada vez mais vem se confundindo a profissão da advocacia com o mercantilismo e locupletamento, onde se procuram mais clientes ignorando-se a apreciada boa-fé, diante de sociedade a qual aprecia sempre o enriquecimento capital em detrimento aos princípios éticos, norteadores de uma das profissões mais belas e respeitáveis de todos os tempos (2011, p. 02).

Diante dos dispositivos normativos apresentados, visualiza-se a forte tendência em coibir, seja por órgãos de classe, seja pelo Poder Legislativo, referidas práticas tidas como reprováveis pela sociedade.

## **2.6 Retenção ou extravio de autos**

Ocorre a retenção quando o advogado, por meio abusivo, excede o prazo para devolução dos autos, com o intento de obter vantagem e tirar proveito indevido, excetuando-se na ocorrência de caso fortuito ou força maior. Assim agindo, estará sujeito à sanção disciplinar de suspensão. Regulamenta o artigo 34, inciso XXII do Estatuto da Advocacia e da OAB que:

Art. 34. Constitui infração disciplinar:  
XXII - reter, abusivamente, ou extraviar autos recebidos com vista ou em confiança;

No extravio, há de se considerar a culpa do agente, a qual deve ser analisada em cada caso concreto. Já a retenção configura-se em crime previsto no art. 356 do Código Penal (1940) que versa:

Art. 356 - Inutilizar, total ou parcialmente, ou deixar de restituir autos, documento ou objeto de valor probatório, que recebeu na qualidade de advogado ou procurador:  
Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa.

Para tanto, é vedada a retenção dos autos além do prazo legal e o não atendimento por parte do advogado à intimação judicial para a devolução do processo pode constituir infração disciplinar e civil, conforme demonstra o julgado do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/BA:

Processo Disciplinar nº 90/02 – Ementa: “RETENÇÃO ABUSIVA DOS AUTOS”. A retenção abusiva dos autos ou extravio dos mesmos recebidos em confiança constitui infração permanente que se projeta no tempo, donde o “dies a quo” da fluência do prazo prescricional quinquenal é o do dia em que cessa a ilicitude do ato. II. Rejeita-se assim a prescrição. III. Advogado que usando da prerrogativa de retirar os autos com vistas fora do cartório, notificado regularmente, mantém a retenção nos termos do inciso XII, do art. 34, da Lei 8.906/94, sujeitando-se à sanção do art. 37, I, 1º, cumulada com multa de quatro anuidades, quer por sua ação dolosa, quer por ser o ato caracterizado penalmente como crime. Sala das Sessões, 17/10/2007. Relator: Dr. Carlos Eduardo Carvalho Monteiro – Presidente: Dr. João da Costa Pinto Dantas Neto.

Assim, como defensor do Estado Democrático de Direito, é dever do advogado atuar com boa fé, independência, honestidade e lealdade, defendendo a dignidade da profissão com eticidade e moralidade pessoal e profissional.

## **2.7 Violação do sigilo profissional**

Amparado pelo valor da confiança entre advogado e cliente e, alçado de interesse constitucional, o sigilo profissional do advogado está inserido em capítulo próprio no Código de Ética e Disciplina da OAB, constituindo infração administrativa passível de censura, além de configurar crime:

Art. 25 - O sigilo profissional é inerente à profissão, impondo-se o seu respeito, salvo grave ameaça ao direito à vida, à honra, ou quando o advogado se veja afrontado pelo próprio cliente e, em defesa própria, tenha que revelar segredo, porém sempre restrito ao interesse da causa.

São limitadas e excepcionais as circunstâncias em que o princípio ético do sigilo profissional cederá frente a outro valor de maior prestígio.

Deste modo, todo e qualquer dado emitido ao advogado será utilizado “nos limites da necessidade da defesa”, devendo este filtrar o que é realmente necessário para a tutela dos direitos do cliente em juízo, sob pena de infração ética. Além disso, tais confidências devem ter a autorização prévia do cliente para que possam ser inseridas em peças processuais ou citadas em audiência publicamente.

Julgam-se confidenciais, também, toda e qualquer informação de natureza epistolar, não podendo ser revelada a terceiros quando caracterizadas na relação entre advogado e cliente.

Isto é, conforme aponta CASTRO (2004), o sigilo profissional do advogado faz-se necessário ao Estado Democrático de Direito por servir de garantia constitucional ao direito do contraditório, ampla defesa, além do devido processo legal.

Assim, a brilhante assertiva de CASTRO traduz precisamente como um profissional ético deve agir no exercício da advocacia:

O dever de ser o juiz de seu próprio valor e sua consciência, agindo na administração da justiça pautado nas condutas éticas e na boa fé no relacionamento com seu cliente (2004, p. 03).

### **3 Considerações Finais**

A Lei nº 8.906/94 e o Código de Ética e Disciplina da OAB disciplinaram a formulação de normas que vedam condutas atentatórias aos preceitos éticos a serem observados pelos profissionais da advocacia. Condutas estas, conforme já frisado, essencial ao desempenho da justiça.

Por meio de condutas morais, probas e leais, o operador do direito evita que a ele sejam imputadas condutas negativas e que sejam aplicadas as respectivas sanções, sejam elas administrativas, civis ou penais.

No âmbito administrativo, são competentes o Conselho Seccional e o Conselho Federal da OAB, dependendo de onde tenha sido cometida a infração. O processo disciplinar está regulado no Estatuto e no Código de Ética



e Disciplina da OAB (art. 49 a 61), instaurando-se de ofício ou mediante representação dos interessados perante o Tribunal de Ética e Disciplina.

Depreende-se que, pela importância crucial do acompanhamento de um defensor, seja ele público ou privado, nos atos processuais, o advogado deve agir em concordância com princípios éticos e morais, sejam eles positivados ou não, passíveis de punição ou não, esquivando-se do agir com descaso perante situações de incomensurável relevância individual e social, já que “ao advogado incumbe o *munus* público de conferir à população acesso aos seus próprios direitos” (BITTAR, 2007, p. 464).

### Referências

ARAUJO, Wilclem de Lázari. A ética presente nas profissões jurídicas. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 2930, 10 jul. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19525>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de ética jurídica: ética geral e profissional**. 5. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL, Código de ética e disciplina da OAB. **Diário da Justiça**, Brasília, 01 mar. 1995. Seção 1, p. 4000/4004. Disponível em: <<http://www.oabam.org.br/downloads/pdf/codigodeetica.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL, Lei nº 8.906 de 4 de julho de 1994. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 jul. 1994. Seção 1, p. 10093. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8906.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8906.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL, Provimento 94/2000. Dispõe sobre a publicidade, a propaganda e a informação da advocacia. **Diário da Justiça da União**, Brasília, 12 set. 2000. Seção 1, p. 374. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/noticias/2000/09/13/689>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

BRASIL, Tribunal de Ética e Disciplina da OAB da Bahia. **Processo Disciplinar nº 90/2002**, Rel. Carlos Eduardo Carvalho Monteiro, julgado em 17 out. 2007. Disponível em: <<http://www.oab-ba.org.br/oab/tribunal-de-etica/ementas/>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

BRASIL, Tribunal de Ética e Disciplina da OAB de Santa Catarina. **Processo Disciplinar nº 327/2009**, Rel. Osmar Colpani, julgado em 5 set. 2014. Disponível em: <<http://www.oab-sc.org.br/ted-ementarios>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL, Tribunal de Ética e Disciplina da OAB de Santa Catarina. **Processo Disciplinar nº 116/2012**, Rel. Maria Fernanda de Oliveira, julgado em 28 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.oab-sc.org.br/ted-ementarios>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL, Tribunal de Ética e Disciplina da OAB de Santa Catarina. **Processo Disciplinar nº 1452/2011**, Rel. Luiz Carlos Papp, julgado em 21 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.oab-ba.org.br/oab/tribunal-de-etica/ementas/>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

BRASIL, Tribunal de Ética e Disciplina da OAB do Distrito Federal. **Processo nº 27261/2008**, Rel. Eduardo de B. Pereira, julgado em 18 abr. 2013. Disponível em: <[http://www.oabdf.org.br/wp-content/uploads/2013/03/TED\\_Ementario\\_Rev04.pdf](http://www.oabdf.org.br/wp-content/uploads/2013/03/TED_Ementario_Rev04.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL, Tribunal de Ética e Disciplina da OAB do Rio Grande do Sul. **Processo Disciplinar 290115/2011**, Rel. Dilce Elena da S. Piccoli, julgado em 19 mar. 2014. Disponível em: <[http://www.oabrs.org.br/arquivos/EMENTARIOS\\_TED2014.pdf](http://www.oabrs.org.br/arquivos/EMENTARIOS_TED2014.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

CASTRO, Daniel Penteado. A quebra de sigilo profissional na relação cliente/advogado perante a legislação brasileira. **Portal Migalhas online**, 20 dez. 2004. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI8970,21048-A+quebra+de+sigilo+profissional+na+relacao+clienteadvogado+perante+a>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

FERREIRA, Fabrizio Rodrigues. Advocacia e sigilo profissional. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 17, n. 3331, 14 ago. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22409>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

KNOPFELMACHER, Marcelo. Constituição respeitada: sigilo de advogado deve ser sempre respeitado. **Revista Consultor Jurídico**, 2 abr. 2012. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2012-abr-02/advogado-direito-sigilo-garantido-qualquer-situacao>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

MANICA, Giovani Carter. A responsabilidade civil do advogado perante seu cliente por ato praticado no exercício da profissão. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 12, n. 1427, 29 mai. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/9942>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

MORAES, Heberon. As infrações e sanções disciplinares, previstas no Estatuto da Advocacia e da OAB – Lei nº 8.906/94. **Blog Sala de Direito**, 01



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

ago. 2014. Disponível em: <<http://www.saladedireito.com.br/2010/12/as-infracoes-e-sancoes-disciplinares.html>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

OLIVEIRA, George Dias. Advocacia: uma questão de não mercantilização. **Revista Jus Navigandi**, dez. 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/35137/advocacia-uma-questao-de-nao-mercantilizacao>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

ROMANO, Rogério Tadeu. O dever de sigilo profissional do advogado. **Portal No Ar online**, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <<http://portalnoar.com/opinia/o-dever-de-sigilo-profissional-advogado/>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

TUVACEK, Livia. Ética na advocacia: do abandono da causa e da apropriação indevida do dinheiro do cliente. **Revista Jus Brasil**, ago. 2014. Disponível em: <[http://liviaturvacek.jusbrasil.com.br/artigos/131584465/etica-na-advocacia-do-abandono-da-causa-e-da-apropriacao-indevida-do-dinheiro-do-cliente?ref=topic\\_feed](http://liviaturvacek.jusbrasil.com.br/artigos/131584465/etica-na-advocacia-do-abandono-da-causa-e-da-apropriacao-indevida-do-dinheiro-do-cliente?ref=topic_feed)>. Acesso em: 13 abr. 2015.

## REFLEXÕES NECESSÁRIAS À PRÁTICA DOCENTE

Debora Maria Ramos Lopes ([debora.lopescq@gmail.com](mailto:debora.lopescq@gmail.com))  
Jussara Isabel Stockmanns ([jussara.stockmanns@ifpr.edu.br](mailto:jussara.stockmanns@ifpr.edu.br))

### RESUMO

Este artigo objetiva discorrer sobre algumas reflexões acerca da prática docente, da relação entre o desenvolvimento e a aprendizagem na criança e quais são as implicações desses processos no âmbito escolar. Questões como qual é o papel do professor e da escola nos processos de ensino e aprendizagem, também estão contempladas no presente trabalho. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica à luz das referências teóricas da psicologia embasada em Vygotsky e Leontiev, bem como também à luz das teorias de Paulo Freire, este que traz ideias de como o professor deve se posicionar diante de tamanha responsabilidade, a fim de alcançar a aprendizagem e o bem estar de seus alunos. A primeira parte trata da abordagem histórico cultural das relações entre a aprendizagem e o desenvolvimento na criança, questões sobre como esta aprende e supera etapas no desenvolvimento, e as implicações desses processos na escola. A segunda parte desenvolve reflexões sobre a prática docente e as teorias de Paulo Freire, bem como também a importância de conhecer mais a fundo essas teorias.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Aprendizagem. Teorias. Âmbito escolar.

### ABSTRACT

This article aims to discuss some reflections on the teaching practice, the relationship between development and learning in children and what are the implications of these processes in schools. Issues such as what is the role of the teacher and the school in teaching and learning processes, are also covered in this work. To this end, we developed a literature review in the light of theoretical references grounded psychology Vygotsky and Leontiev, and also in light of the theories of Paulo Freire, this one brings as ideas the teacher must stand before such responsibility, order to achieve the learning and well-being of their students. The first part deals with the historical cultural approach to relations between learning and development in the child, questions about how this learning and overcomes steps in the development, and the implications of these processes at school. The second part develops reflections on the teaching practice and the theories of Paulo Freire, and also the importance of knowing more deeply these theories.

### Introdução

A produção deste artigo propõe reflexões que são necessárias à prática docente, inspirado a partir de situações observadas durante os estágios pertinentes à grade curricular do curso de licenciatura em Pedagogia, onde se percebeu que grande parte dos docentes tecem discursos sobre a aprendizagem e o desenvolvimento de seus alunos do ponto de vista do senso comum, ou seja, conhecimentos relevantes na prática escolar, muitas vezes não são buscados de forma clara e coerente, acarretando no decreto precoce do fracasso do aluno, sem uma análise mais aprofundada sobre o porquê este não está aprendendo.

Outros temas como o papel do professor e da escola, bem como também quais são as práticas pedagógicas que devem ser escolhidas a fim de propiciar aos educandos desenvolvimento e aprendizagem em todos os aspectos que o envolvem também são pouco refletidos no dia a dia escolar.

Portanto, a relevância desses conhecimentos e suas reflexões tornam pertinente a construção deste artigo, que objetiva munir os educadores de teorias importantíssimas que são indissociáveis da prática no cotidiano escolar e extraescolar.

### **Relações entre o desenvolvimento e a aprendizagem: sob a ótica da psicologia segundo Vygotsky e Leontiev**

A partir de seus estudos Lev Semenovitch Vygotsky, autor russo, elaborou proposições teóricas relevantes dentro da Psicologia, ciência que se tornou fundamental para a educação, pois possibilita a compreensão de alguns aspectos do desenvolvimento humano, como a estruturação da linguagem e da aprendizagem.

Para Vygotsky (2012) o sujeito se constitui nas relações sociais, onde a construção do conhecimento deve ser determinada por interações mediadas nessas relações. Para o autor, nos tornamos seres humanos através do contato social que temos com outros seres humanos e sua cultura, ou seja, somos seres sociais e culturais.

Dentro dessa perspectiva, desenvolvimento e aprendizagem são experiências do ser humano no mundo, e sobre esses processos Vygotsky (2012)

diz-nos que surgiram três grandes proposições teóricas.

A primeira centra-se no pressuposto de que os processos de desenvolvimento da criança são independentes do aprendizado. O aprendizado é considerado um processo puramente externo que não está envolvido ativamente no desenvolvimento. Ele simplesmente se utilizara dos avanços do desenvolvimento em vez de fornecer um impulso para modificar seu curso e mudar sua direção. Um exemplo dessa teoria é a concepção de Jean Piaget, que diz que os processos de desenvolvimento e aprendizagem são completamente diferentes um do outro, postulando uma nítida separação entre ambos. Para resumir esta posição pode se afirmar que o aprendizado forma

uma superestrutura sobre o desenvolvimento, deixando este último essencialmente inalterado.

A segunda grande posição teórica nos diz que a aprendizagem é desenvolvimento. Essa ideia pertence a um grupo de teorias, um exemplo destas é a de que o desenvolvimento é o domínio de reflexos condicionados, misturando ao processo de aprendizagem, ou seja, os processos acontecem simultaneamente.

Já a terceira teoria fala sobre a relação entre a aprendizagem e desenvolvimento, esta combina as duas primeiras posições teóricas. De acordo com Vygotsky, um exemplo dessa abordagem teórica é a teoria de Koffka, que diz que o desenvolvimento se baseia em dois processos diferentes que se relacionam. O processo de maturação prepara e torna possível um processo específico de aprendizagem. Este estimula e empurra para frente o processo de maturação, ou seja, aprendizagem e desenvolvimento não coincidem.

Vygotsky (2012) se contrapõe a algumas dessas ideias e dentro de sua ótica histórico cultural, entende as especificidades do desenvolvimento da criança como uma dialética entre o biológico e o social, a aprendizagem e o desenvolvimento estão inter-relacionados desde o início da vida da criança, possibilitando processos internos de desenvolvimento, desde que esta tenha contato com um mundo cultural.

A partir do que a criança vivencia em sua cultura ela aprende, assim esse aprendizado é essencial para seu desenvolvimento, para o desenvolvimento das características psicológicas do ser humano.

O aprendizado da criança começa muito antes de sua entrada na vida escolar, e esse aprendizado é importante, pois ao entrar em contato com a escola, poderá acrescentar novos elementos em seu desenvolvimento. Segundo Vygotsky (2012, p. 109): “[...] A aprendizagem escolar nunca parte do zero. Toda aprendizagem da criança na escola tem uma pré-história. [...]”.

O autor exemplifica utilizando o estudo da aritmética, que antes de ser iniciado formalmente na escola, é precedido pelo contato que a criança tem no dia a dia com noções de quantidades, com a execução prática de operações como a adição e subtração, e isso o professor não poderá ignorar ao pensar suas aulas.

A psicologia sempre demonstrou interesse em detectar os níveis de desenvolvimento dos indivíduos, nesse sentido, foram identificados pelo menos dois níveis de desenvolvimento segundo Vygotsky (2007, p.95):

O primeiro nível pode ser chamado de nível de desenvolvimento real, isto é, o nível de desenvolvimento das funções mentais da criança que se estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já completados.

Aqueles que conseguem resolver problemas de forma independente estão no nível de desenvolvimento real. De acordo com Vygotsky (2007), as crianças expostas à resolução de problemas que são capazes de fazê-los sob a orientação de um adulto se encontram no nível de desenvolvimento potencial,



já a zona de desenvolvimento proximal é a distância entre os dois níveis explicitados anteriormente.

Estudos e pesquisas se desenvolveram e apontaram que as crianças têm diferentes idades mentais e que o curso de seu aprendizado sob a orientação de um professor varia e é diferente um dos outros. O professor vai atuar na zona de desenvolvimento proximal, por isso a relevância desse assunto abordado até aqui.

Segundo Vygotsky (2007, p.98): “O nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento prospectivamente”. Ou seja, alargando a zona de desenvolvimento proximal, abrem-se muitas possibilidades de se alcançar o nível de desenvolvimento real.

Esclarecidos esses aspectos da aprendizagem e do desenvolvimento sob a ótica da psicologia, precisamos ressaltar outros apontamentos de Vygotsky e Leontiev que também são relevantes para a prática docente, adentremos então a temática: o desenvolvimento da psique Infantil, no texto que se segue.

O desenvolvimento da psique infantil acontece a partir do momento em que a criança entra em contato com forças motivadoras, ou seja, no seu dia a dia ela sofre a influência de situações concretas de sua realidade, e assim que ela supera essas circunstâncias mudando o lugar que ocupa dentro das relações humanas da qual faz parte.

Para os educadores de qualquer nível de ensino é relevante compreender como acontece o desenvolvimento da psique infantil. Sobre esse assunto o autor nos diz que:

Ao estudar o desenvolvimento da psique infantil, nós devemos, por isso, começar analisando o desenvolvimento da atividade da criança, como ela é construída nas condições concretas de vida. Só com este modo de estudo pode-se elucidar o papel tanto das condições externas de sua vida, como das potencialidades que ela possui. Só com este modo de estudo, baseado na análise do conteúdo da própria atividade infantil em desenvolvimento, é que podemos compreender de forma adequada o papel condutor da educação e da criação, operando precisamente em sua atividade e em sua atitude diante da realidade, e determinando, portanto, sua psique e sua consciência. (LEONTIEV, 2012, p. 63).

No entanto, o autor alerta que as atividades não podem ser construídas mecanicamente, bem como também, existem atividades adequadas para cada estágio do desenvolvimento. Cabe ressaltar que a criança depende da mudança do tipo de atividade para passar de um estágio de desenvolvimento ao outro.

De acordo com Leontiev (2012, p.64) a atividade principal da criança caracteriza-se pelos seguintes atributos:

Ela é atividade em cuja forma surgem outros tipos de atividade e dentro da qual eles são diferenciados. Por exemplo, a instrução no sentido mais estreito do termo, que se desenvolve em primeiro lugar já na infância pré-

escolar, surge inicialmente no brinquedo, isto é, precisamente na atividade principal deste estágio do desenvolvimento. A criança começa a aprender na brincadeira.

A atividade principal é aquela na qual processos psíquicos particulares tomam forma ou são reorganizados. Os processos infantis da imaginação ativa, por exemplo, são inicialmente moldados no brinquedo e os processos de pensamento abstrato nos estudos. Daí não se segue, porém, que a modelagem ou reestruturação de todos os processos psíquicos só ocorra durante a atividade principal [...].

A atividade principal é a atividade da qual dependem, de forma íntima, as principais mudanças psicológicas na personalidade infantil, observadas em certo período de desenvolvimento. É precisamente no brinquedo que a criança, no período pré-escolar, por exemplo, assimila as funções sociais das pessoas e os padrões apropriados de comportamento [...].

Neste sentido o brinquedo tem papel preponderante no desenvolvimento da criança, uma vez que elas satisfazem suas necessidades através dele. De acordo com as proposições de Vygotsky (2012), as crianças menores de três anos satisfazem seus desejos de modo imediato, enquanto que as crianças em idade pré-escolar tendem a ter uma grande quantidade de tendências e desejos impossíveis de serem realizados imediatamente, assim, se satisfazem no brinquedo, envolvidos num mundo ilusório e imaginário onde tudo pode acontecer. O brinquedo também introduz na vida da criança as regras comportamentais, a reprodução da vida adulta, a interiorização dos signos e significados da cultura na qual está inserida, fornecendo estrutura básica para as mudanças da sua necessidade e da consciência.

Já a criança em idade escolar se sente socialmente mais importante, pois nessa atividade seus pais não poderão negar algumas coisas, como por exemplo, a compra de materiais escolares, ou a designação de horário específico para estudar.

Assim quando a criança se desenvolve, ela se torna membro da sociedade, pois se torna consciente das relações sociais, compreendendo-as e suportando as situações nas quais ela é submetida. O desenvolvimento da consciência ocorre nesses processos, assim que a motivação é superada, surgem novas atividades e novos estágios, ou seja, novas motivações.

Vale ressaltar também que os processos de desenvolvimento do pensamento, vão do social para o individual nas relações sociais estabelecidas, em processos interpessoais ou interpsicológicos para depois se tornarem individuais, intrapessoais ou intrapsicológicos. Os processos interpessoais ou interpsicológicos são aqueles que acontecem nas atividades coletivas, nas atividades sociais, na interação com o outro, já os processos intrapessoais ou intrapsicológicos são aqueles resultantes de atividades individuais, como propriedades internas do pensamento da criança. A linguagem nasce nessa interação da criança e as pessoas que a circundam e depois se internaliza, tornando-se meio criador do pensamento. (VYGOTSKY, 2012).

Na vida escolar a criança enfrentará tarefas, desafios que correspondem as suas potencialidades, a sua necessidade de mudança.

Sabendo disso podemos afirmar que é papel do professor e da escola, proporcionar um ambiente que venha de acordo com esses preceitos.

Conforme Vygotsky (2007) aponta, o curso de desenvolvimento da criança tem relação com cada matéria escolar, e essa relação muda conforme a criança passa de uma etapa para a outra. Esse fato obriga a repensar as disciplinas formais, a importância e o papel de cada uma delas no posterior desenvolvimento psicointelectual geral da criança. A escola deve estar preparada para atender as diferentes faixas etárias, os diferentes tipos de necessidade de superação. E, tudo deve ser organizado de modo que a brincadeira e o brinquedo estejam contemplados também nesse ambiente.

Portanto essas teorias devem ser parte do cotidiano do professor e dos demais educadores que fazem parte da comunidade escolar, pois assim, as atividades pedagógicas podem ser planejadas de modo a atender os educandos em sua singularidade, com vistas a alcançar seu desenvolvimento integral.

### **3. Outros saberes relevantes para a prática docente: teorias de Paulo Freire**

Anteriormente falávamos de teorias da psicologia embasadas em Vygotsky, com vistas a dispor aos docentes conhecimentos relevantes a sua prática docente, levando em consideração a criança e o modo como esta se desenvolve e aprende. Mas a prática docente exige apenas o conhecimento psicológico acerca do desenvolvimento e da aprendizagem dos educandos? A prática docente requer que escolhamos os conteúdos das aulas de acordo com as diferentes faixas etárias, e apenas isso?

Paulo Freire, educador brasileiro escreve muito a respeito de alguns saberes relevantes para a prática docente, e algumas de suas ideias integram essa parte do presente artigo. A primeira proposição sobre a prática docente elencada de acordo com o autor é a seguinte:

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar- aprender, participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade. (FREIRE, 2015, p.26).

Porém, ao ter contato com as escolas e alguns de seus educadores, pode se perceber que essas reflexões raramente acontecem, e quando acontecem são vagas e carregadas de senso comum. Uma das maiores preocupações presentes na escola atual é dar conta do conteúdo do planejamento anual. E nesse sentido, será que realmente há preocupação com o desenvolvimento e a aprendizagem dos indivíduos? Até que ponto esses educadores tem seriedade e amor pela profissão que escolheram? Será que a singularidade dos educandos tem sido respeitada? A educação é pensada para ser realmente democrática?

Para Freire (2015, p.28): “O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”. Todavia, a realidade dentro das escolas não se mostra democrática, e o que realmente importa são os números que serão apresentados no final do ano letivo, mas não entraremos a fundo nessa questão, pois esse não é o foco do presente artigo.

Dentro de um grande leque de tarefas do educador, Freire (2015) nos diz que uma das tarefas primordiais do educador é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica, esta que deve os aproximar dos objetos cognoscíveis, todavia o autor nos traz a ideia de que a rigorosidade metódica deve proporcionar aos educandos a aprendizagem de forma crítica, ensinando a pensar certo, não através da repetição e transmissão de conteúdos apenas. Somente em condições de verdadeira aprendizagem é que os educandos se transformam em sujeitos da construção e reconstrução do saber ensinado, isso lado a lado ao educador, que também é sujeito nesse processo. A esse respeito Paulo Freire (2015, p.30) nos diz:

O professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de intervindo no mundo, conhecer o mundo. Mas, histórico como nós, o nosso conhecimento do mundo tem historicidade. Ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se dispõe a ser ultrapassado por outro amanhã. Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente.

Assim, a escola como espaço de criação do conhecimento deve ser pensada de modo que a liberdade, a curiosidade e a criticidade possam se fazer presentes nela.

Toda essa exposição teórica emaranhada em reflexões é relevante, pois os educadores precisam estar em constante formação para aprimorar sua prática, e isso se dá através da pesquisa. Segundo Freire (2015), ensinar, aprender e pesquisar são processos dialéticos, estas são práticas essenciais para a aprendizagem e produção de novos conhecimentos.

Os educadores precisam no cotidiano escolar “relembrar” os conteúdos que aprenderam em sua graduação. Para tanto, Freire (2015) nos diz que o professor precisa perceber que não há ensino sem pesquisa e nem pesquisa sem ensino. O professor precisa pesquisar para constatar, intervir, educar, conhecer, para posteriormente anunciar a novidade.

E, além de tudo isso o professor precisa ter bom senso, respeito à autonomia dos educandos, curiosidade, e amor ao que faz, pois o processo de ensinar e aprender são complexos e precisa ser bem pensado, planejado e praticado na busca da transformação social que há anos se idealiza, e que é possível.

### Considerações finais

Este artigo trouxe a tona algumas reflexões necessárias a prática docente e se faz importante retomar aqui, algumas ideias abordadas em seu desenvolvimento. Inicialmente foi apresentado neste artigo o modo como o ser humano se constitui em suas relações sociais e como ocorrem os processos de desenvolvimento e aprendizagem. Na sequência refletiu-se sobre os níveis de desenvolvimento e como e onde o professor deve atuar para alcançar o desenvolvimento e a aprendizagem na criança. Estágios do desenvolvimento a superação das crises e o papel do brinquedo no desenvolvimento também foram explanados de maneira sucinta. Nesse sentido cabe ressaltar que os educadores precisam ter essa bagagem teórica de forma clara e como parte integrante do seu dia a dia escolar, para melhor estruturar suas ações exercendo influência positiva e significativa no desenvolvimento das crianças. Na sequência foram abordadas algumas ideias de Paulo Freire que contribuem de maneira consistente e intrínseca a atividade docente.

Tanto as teorias da psicologia quanto as teorias freirianas foram aqui expostas para que os educadores tenham acesso ao conhecimento, com bases sólidas e bem orientadas para a sua prática na escola. Com tanta informação disponível não podemos mais admitir educadores que simplesmente desistem de seus alunos, decretando seu fracasso escolar como se ele não tivesse capacidade de se desenvolver e aprender. Com tanto conhecimento historicamente acumulado não podemos mais aceitar práticas que exijam alunos apáticos, meros repetidores de informações.

Tanto na escola quanto fora dela à brincadeira, à singularidade, o modo como cada um se desenvolve e aprende deve ser respeitado e levado em consideração. É assim que aprendemos, nos desenvolvemos e nos humanizamos. O ensino deve ser praticado de modo prospectivo como nos propôs Vygotsky (2007), pautado em uma relação dialética entre teoria e prática.

Assim, conclui-se que essas reflexões vão contribuir para a mudança no modo que os educadores compreendem seus alunos, porém vale ressaltar que esse estudo não se esgota nesse artigo, pois como seres inacabados sempre teremos algo a aprender e a ensinar.

### Referências

**FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire- 52ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

**INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de bibliotecas. Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR).** Curitiba, 2010.



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

**VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

**VYGOTSKY, L.S. et al. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** - 12ª edição- São Paulo: Ícone, 2012.



## RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO – CONFLITOS COM AUTORITARISMO

Suzana Gonçalves Oliveira Ferreira (oliveira.suzana777@gmail.com)  
Jussara Isabel Stockmanns (jussara.stockmanns@ifpr.edu.br)

### RESUMO

Este artigo aborda a relação professor-aluno, tendo em vista a posição do professor ao exercer autoridade. Muitas vezes confundido como poder em sala de aula. Que geram conflitos, os quais os professores com suas experiências e conhecimentos, tentam conseguir através de um processo de discussão, conseguir resolver o problema buscando alternativas que facilitem a compreensão, podendo assim buscar respostas, soluções e compreensões para o conflito muitas vezes gerados entre professores e alunos. Como nem sempre os professores estão preparados para transformar os conflitos em oportunidades de crescimento, vemos como Paulo Freire e José Carlos Libâneo abordam esse assunto ajudando-nos com os aspectos de interação mostrando-nos as diversas formas, para entender melhor o trabalho docente. Há diversos tipos de situações encontradas em sala de aula são ocasionado por falta de equilíbrio e competência dos professores, além da falta de conhecimento sobre a aula ser aplicada. Devido a esse problema, foi pesquisado em livros, para chegar a conclusão apresentada nesse artigo, sobre a autoridade exercida em sala de aula, e a diferenciação de autoridade com poder. Dessa forma completado o artigo com alguns conceitos prescritos que darão ideias em ajudar no dia a dia do trabalho docente, podendo assim melhorar e aprimorar nossos conhecimentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Professor. Aluno. Autoridade.

### ABSTRACT

This article addresses the teacher-student relationship, given the position of the teacher to exercise authority. Often mistaken as power in the classroom. That generate conflicts, which teachers with their experiences and knowledge, try to get through a process of discussion, the problem persists seeking alternatives that facilitate comprehension, and thus can seek answers, solutions and insights to the conflict often generated among teachers and students. As teachers are not always prepared to transform conflict into opportunities for growth, we see as Paulo Freire and Jose Carlos Libâneo address this issue helping us with aspects of interaction showing us the different ways to better understand the teaching. There are several types of situations encountered in the classroom are caused by lack of balance and competence of teachers and the lack of knowledge about the class be applied. Because of this problem, it has been researched in books, to reach the conclusion presented in this article

on the authority exercised in the classroom, and the authority of differentiation with power. Thus completed the article with some prescription concepts and ideas that will help in the day teaching, and thus can enhance and improve our knowledge .

## **INTRODUÇÃO**

Entre as relações dos professores e alunos, podemos destacar as formas de trabalho docentes, que variam entre elas as comunicações de modo afetivos e emocionais. Sabendo pois, que é fundamental a interação professor e aluno na organização, pois poderá alcançar os objetivos do processo de ensino. Mas há outros fatores importantes para a organização do ensino dentre eles a forma de aula.

A relação professor e aluno não se baseiam em apenas nos objetivos da aprendizagem, isso influencia na admiração, troca e respeito. Isso influencia tanto no interesse do aluno em aprender como satisfação de adquirir conhecimentos, tornando o trabalho do professor mais realizado.

Muito se tem discutido quanto o autoritarismo em sala de aula, alguns autores que destacam, sobre esse determinado assunto, às vezes polêmicos. Mas isso é de extrema concordância quando se trata do conhecimento do professor, ou seja, as experiências, os saberes. Dando autoridade do docente estabelecer regras e limite.

Esse artigo vai propor discutir a temática das relações dos professores e alunos que vão dos conflitos à autoridades em sala de aulas.

## **ASPECTOS DE INTERAÇÃO PROFESSOR E ALUNO**

A interação Professor e aluno é fundamental para organizar os trabalhos pedagógicos, tendo em vista que os aspectos de interação do professor-aluno são de grande objetividades, quando se trata do processo de ensino a aprendizagem.

Como citar Libâneo (1994), que há dois aspectos de interação professor-aluno no trabalho docente o Aspecto Cognitivo e o Aspecto sócio emocional. Levando em consideração que Aspecto Cognitivo que fala a respeito as formas de comunicação dos conteúdos escolares indicadas aos alunos e Aspecto sócio emocional diz a respeito das relações pessoais entre professor e aluno e as normas disciplinares indispensáveis ao trabalho docente. São aspectos que se fazem necessário quanto ao desenvolvimento da criança.

### **2.1 Aspecto Cognitivos da Interação**

É o processo ou o movimento que transcorreu no ato de ensinar e no ato de aprender, tendo em vista a transmissão e a assimilação de conhecimentos.

O professor deverá cuidar ao apresentar as tarefas, seus objetivos, sua forma de comunicação compreensível e clara. O uso da língua portuguesa deve ser usada pelo professor de forma corretamente, para que o aluno não seja prejudicado na aprendizagem.

Como citado Libanêo (1994): “O Professor não apenas transmite uma informação ou faz perguntas, mas também ouve o aluno”.

Dessa forma o professor poderá observar se seus alunos questiona se envolverá com o assunto, assim dará oportunidades de ouvi-los, e chegar realmente ao ponto de chegada, isto é, se conseguiram absorver o conteúdo, aprender, entender, para que não sejam prejudicados. Podendo também elaborar respostas para melhor compreender o determinado assunto.

## 2.2 Aspecto Sócio emocional

Os aspectos sócios emocionais se referem a relação que a criança começa a desenvolver através das emoções é pensamentos e modificações das quais se percebem dos estados internos, os quais podemos entender muitas vezes quando vemos a criança falar, pensar, correr, saltar, e brincar com os outros. Mas, as emoções algumas vezes interferem na vida escolar da criança, confundindo-se a relação de efetividade do professor e aluno, sabendo pois, que o professor interage com o aluno porque é o processo de ensino que pois essa relação dinamiza e dá sentido ao processo educativo.

De acordo com LIBÂNEO (1994, p. 251), o professor não transmite apenas informações ou faz perguntas, ele também deve ouvir os alunos:

Os aspectos sócios emocionais se referem aos vínculos afetivos entre professor e alunos. Isso não é afetividade do professor para com o aluno, lembrando que a escola não é um lar, deve ser evitado essa forma de afeto, tendo em conta que a interação deve estar voltada para a atividade de todos os alunos, alcançando objetivo de todos os alunos. Deve-se evitar uma relação maternal ou paternal, deve estabelecer normas, deixando claro o que espera do aluno. (Libanêo, Didática, SP 1990, p. 247)

Portanto, precisa que o professor leve em consideração o profissionalismo, quando exerce suas atividades em sala de aula, para que não haja relações mais familiares. Tendo em vista que o professor tem que estabelecer seus objetivos sociais e pedagógicos, selecionando e organizando os conteúdos, escolhendo métodos e organização na classe.

Pelo que foi observado anteriormente o professor quando interage com o aluno mais profundamente com o aluno acaba se envolvendo em uma condição de afeto, para evitar relações mais familiares em alguns casos precisam exercer autoridade. Mas para o professor ter autoridade em sala de aula ele não precisa ser arrogante, o professor com muita autoridade acaba fazendo com que o aluno rompa a capacidade de interação, não consegue criar algo, pois dessa forma o aluno acaba se fechando, não podem esclarecer suas dúvidas devido a autoridade do professor, pois nos momentos informais, os alunos aproximam-se do professor, trocando ideias e experiências,

expressando opiniões e criando situações para, posteriormente, serem utilizadas em sala de aula.

Paulo Freire (2015) destaca que o professor deverá dominar o conhecimento, dessa forma ganham respeito por sua forma do saber, ou seja, conhecimento. Afirma:

“(...)não precisa perguntar a ninguém, certa de que sua legitimidade, se “sabe com quem esta falando”. Seguro de si ele, é porque tem autoridade, porque exerce com indiscutível sabedoria . (FREIRE, 2015, p. 89)

Portanto, quando se tem caráter, tem o conhecimento, não há porque ficar inseguro de si, tendo suas qualidades. Isso já é o suficiente para garantir em sua autoridade. De modo que isso poderá gerar conflitos, confrontos inesperáveis de ambas as partes, ocasionando situações desagradáveis, muitas vezes envolvendo pais de alunos e coordenação em geral. Podendo assim se pensar que o professor deve evitar tal constrangimento, não desconsiderando que a escola é um lugar de aprender e ensinar, sem ao menos fugir da determinada situação, sempre pronto a esclarecimentos óbvios. Então surgem as perguntas: como fazer com que o aluno mude? Como conseguir sua atenção? Afirmando que Freire complementa:

Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições, um ser crítico e inquietador, inquieto em face da tarefa que tenho - a ele ensinar e não a de transferir conhecimento. ( FREIRE, 2015, p.47 )

Desse modo podemos compreender que o professor deve conseguir que o aluno fique focado em suas aulas, deixando livre para questionar, criticar para compreender melhor para fazer sentido a eles.

Autoridade e autonomia são dois polos do processo pedagógico. É quando o professor representa uma sociedade exercendo um papel de mediação entre o individuo e a sociedade e o outro quando aluno traz consigo a sua individualidade e liberdade.

A liberdade é o fundamento da autoridade e da responsabilidade a síntese da autoridade e da liberdade.

A interação entre professor e aluno não está livre de conflitos e deformações como vimos anteriormente. Em alguns casos o professor se apresenta com superioridade fazendo imposições descabidas, humilha o aluno. Tais formas de autoritarismo e destacado a exacerbação da autoridade e a que não são educativas, pois não contribuem para o crescimento do aluno.

O professor autoritário não exerce autoridade a serviço do desenvolvimento da autonomia e intencionalidade dos alunos Freire destaca:

(...)A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade. (FREIRE, 2015, p. 105)

A capacidade de organizar sozinho com seus próprios meios o professor e aluno adquirindo essas experiências, estão de certa forma em liberdade dos seus pensamentos, tornando-se mais responsáveis por suas decisões e seus questionamentos. Podendo dessa forma, amadurecer com essas oportunidades. Porque ninguém amadurece de repente.

### **A Disciplina na Classe como relação de Autoridade**

Uma das dificuldades mais comuns enfrentadas pelo professor é o chamado “controle de disciplina”, parece algo difícil de ser encontradas pelos professores, mais e algo muito fácil, e somente uma autoridade profissionalmente, moral e técnica do professor, com isso o professor consegue envolver seus alunos, com diálogos, questionamentos, conseguindo um desempenho maior na aprendizagem.

O professor pode até querer o controle de disciplina, mas, esquece que isso não é apenas algo que se pega, e pronto já tenho em meu domínio. Este processo é importante quando se trata de educação escolar, pois o professor além de ter experiências já adquiridas em sala de aula, primordialmente o domínio do conhecimento se faz necessário.

(...).Tão importante quanto ele, o ensino dos conteúdos, é o meu testemunho ético ao ensiná-los. É a decência com que o faço. É a preparação científica revelada sem arrogância, pelo contrário, com humildade. É o respeito jamais negado ao educando, a seu saber de experiência feito que busca superar com ele. Tão importante quanto o ensino dos conteúdos é a minha coerência entre o que digo, o que escrevo o que faço. (FREIRE, 2015, p. 101)

Dessa forma o professor deve esforçar-se em buscar melhorar, pois nenhuma hipótese da aprendizagem é descartada, pode ocorrer em algumas situações de conflitos, que acabam contribuindo para superação do professor. Isso é muito importante para adquirir experiências no trabalho docente.

Libâneo (1994) afirma que a autoridade técnica não é apenas prática docente é constituída por um conjunto de capacidades, habilidades e hábitos didático-pedagógicos necessários para conseguir com sucesso a transmissão e assimilação de conhecimento aos alunos. Para uma boa organização de Ensino destacou: Um bom plano de aula, a estimulação para a aprendizagem e o conjunto de normas e exigências que vão assegurar o ambiente de trabalho escolar.

Dessa forma além de organizada as aulas terá um bom desempenho durante seu processo de ensinamento. Evitando assim, de ficar inseguro quanto ao conteúdo aplicado. Sabendo que o professor que não está com seu material didático, não está preparado para dar aula. Além de estar submetido a uma série de situações das quais não saberá como resolvê-las. De nada lhe caberá autoridade nesse momento, o professor deverá comprovar o que estabelece em sala de aula, cientificamente.

Os conflitos gerados em sala de aula sempre são de formas inesperadas, portanto o professor sempre deve estar preparado para tal situação, aonde são expressas suas opiniões e necessidades de suas próprias reflexões. Isso tende a desequilibrar o andamento das atividades em sala de aula.

O equilíbrio deve ser mantido em sala de aula, não permitindo que venha prejudicar o aprendizado, respeitando as regras e leis que regem o trabalho docente. Podendo ainda ressaltar que a autoridade do professor em sala de aula não é apenas porque ele tem o conhecimento, lembrando que não é apenas a escola que tem o poder de conhecimento. Visando que o professor não deve apenas ficar preso em seu contexto, mais adquirir novos métodos de ensino a aprendizagem.

## **CONCLUSÃO**

Levando em conta os pontos abordados sobre relação professor e alunos e conflitos que gerado em sala de aula. Mas depende muito do professor em estar preparado, não falando somente fisicamente, mas, tendo entendimento absoluto de conhecimento sobre o qual será aplicado em sala de aula.

No primeiro instante o artigo, mostra-nos a relação professor-aluno como fundamental para principalmente para ensinar e compreender o aluno no processo educativo, podendo assim chegar no objetivo proposto em sala de aula.

Em segundo instante em virtude do que foi mencionado, mesmo com essa relação do professor-aluno sendo compreensível, podemos dizer que de forma alguma vamos evitar conflitos. Mas que de certo modo poderemos ter possibilidades de compreender o indivíduo quando manifesta seus pensamentos, e entre outros aspectos cognitivos onde se expressam.

Podemos assim perceber, que esses autores nos ajudaram a compreender algumas dificuldades ou situações criadas em sala de aula, e aspectos que muitas vezes são indispensáveis no dia a dia no trabalho docente. Também podemos compreender que a autoridade não pode ser confundida como poder, mas, como conhecimento adquirido.

## **Referências**

- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011  
LIBÂNEO, José Carlos, DIDÁTICA. Editora Cortez, 1994..



## RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO INFLUÊNCIAS NO ENSINO APRENDIZAGEM

Andreia Camianski Ferreira ([deiacamianski@gmail.com](mailto:deiacamianski@gmail.com))  
Jussara Isabel Stockmanns ([jussara.stockmanns@ifpr.edu.br](mailto:jussara.stockmanns@ifpr.edu.br))

### RESUMO

A importância de uma boa relação entre professor e aluno, reflete claramente no tipo de aprendizado que ele terá, o método escolhido pelo professor também terá sua influência. Muitas vezes o professor tem que mudá-lo no meio do caminho pois, percebe que não está havendo reciprocidade por parte dos educandos, o conteúdo não está sendo internalizado e aí ele volta atrás, revê seus objetivos e começa outra vez visando atingir os objetivos do ensinar e o do aprender. O objetivo do presente artigo é destacar a importância dessa relação entre professor e aluno no processo de ensino aprendizagem no espaço da sala de aula, e isso vai depender fundamentalmente, do clima estabelecido pelo professor, da relação empática com seus alunos e da criação de elos entre o seu conhecimento e deles, visando à formação de cidadãos conscientes. E para tanto, o professor deve oferecer oportunidades para que a aula seja de fato, um lugar de desenvolvimento de potencialidades, crescimento intelectual e descoberta de valores que irão contribuir para o seu desenvolvimento pessoal de cidadão.

**PALAVRAS-CHAVE:** reflete-aprendizado-objetivo

### ABSTRAT

The importance of a good relationship between teacher and student, clearly reflected in the type of learning that he will, the method chosen by the teacher will also have its influence, often the teacher has to change it in the way it realizes that is not there reciprocity on the part of students, the content is not being internalized and then he goes back, review your goals and start again so that both teacher and students reach their goal to teach and to learn. The purpose of this article is to highlight the importance of the relationship between teacher and student in the teaching and learning process in the classroom space, and this will depend fundamentally, climate established by the teacher, the empathic relationship with his students and the creation of links between your knowledge and theirs, for the training of concerned citizens. And for both, the teacher should provide opportunities for the class is indeed a place of potential for development, intellectual growth and discovery of values that will contribute to their personal development citizen.

**KEY-WORDS:** reflected learning-goal

### INTRODUÇÃO

O presente artigo ressalta a importância da relação professor-aluno no processo de ensino aprendizagem. O objetivo é dar enfoque para essa relação mostrando como é importante que esse relacionamento seja saudável, de confiança e respeito de ambas as partes, para que, a relação professor-aluno seja uma forma de interação que dá sentido ao processo educativo.

Essa interação se dá de forma natural, mas às vezes é necessário que haja um esforço por parte do professor, para alcançar seu aluno de maneira que o ensino se torne mais produtivo, uma vez que é no coletivo que os sujeitos elaboram conhecimentos. O docente precisa refletir a todo o momento sobre sua prática, fundamentar-se em uma base teórica e sólida, buscar novos métodos e caminhos para tornar suas aulas agradáveis e produtivas, buscar um caminho que vá de encontro as expectativas de seus alunos, assim eles irão participar das aulas dando opiniões e criando debates sobre o assunto.

Isso tornará a relação entre docente e discente cada vez mais sólida e agradável, o aluno sentirá que realmente é importante para o professor, que não é apenas um depósito de informações mas que sua opinião também é levada em conta. Não há um método que seja realmente o certo, mas cabe ao professor buscar a melhor maneira de alcançar seu aluno e fazê-lo se interessar por sua aula, porque somente assim o ensino será produtivo.

Não há um manual com regras a serem seguidas, cada caso é um caso, e, é essa diferença que torna o ato de ensinar um desafio agradável, porque não deixa o professor se acomodar, ele sempre estará se reciclando para acompanhar seus alunos e tornar seu relacionamento em ensino, aprendizagem e amizade.

## **2. Ser professor**

O trabalho do professor de estimular a construção do conhecimento, não é uma tarefa fácil, pois ele em muito depende da vontade do aluno em aprender, esse movimento cognoscitivo de ensinar e aprender é uma característica constante na vida do professor e do aluno, por isso a necessidade do professor em buscar assuntos, temas, maneiras de ensinar os conteúdos que seja atraente aos olhos do seu aluno.

Sobre a relação professor e aluno José Carlos Libâneo nos diz:

O professor não apenas transmite uma informação ou faz perguntas, mas também ouve os alunos. Deve dar-lhes atenção e cuidar para que aprendam a expressar-se, a expor opiniões e dar respostas. O trabalho do docente nunca é unidirecional. As respostas e as opiniões dos alunos mostram como eles estão reagindo à atuação do professor, às dificuldades diagnosticar as causas que dão origem a essas dificuldades. (LIBÂNEO,1994 p.250)

A partir dessa afirmação, percebe-se a importância de ouvir o aluno, o professor não deve ser o único a falar, precisa dar espaço para seu aluno expor suas ideias, angústias e dificuldades, tornando assim as aulas mais prazerosas onde o aluno se sente importante, se sente realmente fazendo parte daquela aula não somente como ouvinte, espectador, mas que também está contribuindo com algo, apesar de sua pouca experiência.

A relação professor-aluno no processo ensino aprendizagem que aparece como ponto forte nas escolas deve ser visto como ponto chave para o pleno desenvolvimento da criança. A relação entre ensino e aprendizagem não é mecânica, não é uma simples transmissão de conhecimento, esse processo não se configura apenas no fato de ter um professor que ensina para o aluno que aprende. Ao contrário, é uma relação recíproca na qual se destacam o papel do dirigente, do professor e da atividade dos alunos. Assim sendo, as relações entre docentes e discentes envolvem comportamentos intimamente relacionados, em que as ações de um desencadeiam ou promovem as do outro. Dessa maneira, o aluno não é um depósito de conhecimentos memorizados, como se fosse um fichário ou uma gaveta. O aluno é um ser capaz de pensar, refletir, discutir, ter opiniões, participar, decidir o que quer e o que não quer. Libâneo nos diz:

As relações entre professores e alunos, as formas de comunicações, os aspectos afetivos e emocionais, a dinâmica das manifestações na sala de aula de aula fazem parte das condições organizativas do trabalho docente, ao lado de outras que estudamos. (LIBÂNEO,1994, p.249)

O professor deve organizar-se de modo que possa encaminhar seu aluno ao conhecimento programado pelas normas educativas, mas também dar espaço para discussões sobre assuntos que são de interesse dos alunos e que as vezes fogem um pouco ao conteúdo, o professor deve ser visto pelo aluno como um mestre que o instrui mas também como um amigo com quem ele possa discutir sobre diversos assuntos e até mesmo contar seus segredos, o professor que conseguir chegar a esse nível de intimidade com seu aluno com certeza terá uma maior facilidade de conduzir esses alunos ao ensino, pois o elo de confiança estabelecido entre eles faz com que as coisas fruem de maneira natural e espontânea tornando as aulas mais produtivas.

## **2.1 Processos da relação professor e aluno**

O educando deve ser considerado como sujeito interativo e ativo no processo de construção do conhecimento. Por isso, o professor tem um papel de grande relevância no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que se apresenta como pessoa mais experiente e com mais conhecimento sistematizado do que do aluno. O trabalho do professor em sala de aula, bem como seu relacionamento com os alunos é expresso pela relação que ele tem com a sociedade e com cultura. Dentro desse processo, essa relação deve

estar pautada na confiança, afetividade e respeito, cabendo ao professor orientar o educando para o crescimento interno.

O processo de ensino não se limita à transmissão de conhecimentos, à estrutura, mas sim a adequar o conteúdo a realidade do aluno, quanto a isso Freire nos diz:

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso? Porque, dirá um educador reacionário pragmático, a escola não tem nada a ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar conteúdos, transferi-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmo. (FREIRE, 1996, p.15)

É muito importante analisar o contexto em que o aluno vive para adequar o modo de ensino a ele, é o que o filme “escritores da liberdade” nos mostra, o professor sábio busca aproximar-se de seus alunos de maneira que eles entendam o que ele está ensinando, uma boa comunicação fará toda a diferença. Dessa maneira, o aprender se torna mais interessante quando o aluno se sente competente, pelas atitudes e métodos de motivação adotados pelo docente na sala de aula.

Ao professor crítico não basta que denuncie as injustiças sociais, que esteja engajado num sindicato ou partido ou que explicito o caráter ideológico dos conteúdos escolares. É preciso antes de tudo, que dê conta de traduzir objetivos sócio-políticos e pedagógicos em formas concretas de trabalho docente que levam ao domínio sólido e duradouro de conhecimentos pelos alunos, que promovam a ampliação de suas capacidades mentais, a fim de que desenvolvam o pensamento independente, a coragem de duvidar e, com isso, ganhem convicções pessoais e meios de ação prática nos processos de participação democrática na sociedade. (LIBÂNEO, 1994, p.100).

O aluno, enquanto sujeito, constrói o seu conhecimento, bem como sua realidade social através das interações. Essa visão de aprendizagem salienta a construção do significado e do conhecimento como um processo social em que os participantes, por meio do diálogo, criam um conhecimento.

No relacionamento professor-aluno, há trocas de experiências e de conhecimentos, no qual o professor, estando no lugar de quem deve ensinar, de transmitir conhecimentos, também aprende com a realidade de cada aluno; e o aluno no lugar de quem recebe ensinamentos também ensina e aprende mesmo sem intencionalidade. Para Freire (1996, p.52) “ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Isso faz a relação professor aluno.

## CONCLUSÃO

Um bom relacionamento entre professor e aluno depende em muito da empatia criada entre os dois, é de extrema importância que essa relação seja principalmente de respeito, cordialidade e comunicação, para que não haja mal entendidos nem desconfianças nessa relação. O professor precisa buscar meios e métodos que venham de encontro as expectativas dos alunos sobre o tema, assunto que será abordado, não é fácil, ninguém disse que seria, mas é possível, um professor sábio busca ganhar a confiança, a amizade de seus alunos para que assim haja uma receptividade na hora de apresentar lhes os conteúdos a serem trabalhados. Essa confiança estabelecida entre professor-aluno dará o norte para essa relação, pois para um bom relacionamento entre qualquer pessoa o principal é a confiança, saber ouvir também faz parte do trabalho docente, interagir com os alunos trará melhores resultados do que somente falar e eles ouvirem sem dizer palavras.

Ser professor requer amor pela profissão escolhida, nada é mais gratificante do que ouvir um obrigado professor, você fez a diferença em minha vida, mas para fazer essa diferença é preciso dedicar-se ao máximo, reciclar-se sempre, não ficar preso a pré-conceitos, mas manter a mente aberta sempre em busca de novos caminhos, métodos e meios de ensinar.

Não existe uma receita pronta de como se relacionar com seu aluno, é algo em que cada um terá que descobrir, pois ninguém é igual, então sempre será um novo desafio a ser superado, mas não é impossível de se fazer basta apenas dedicar-se um pouquinho que os resultados viram de forma natural.

A importância de um bom relacionamento entre professor-aluno no ensino aprendizagem, pode não ser vista por todos como algo a ser trabalhado, muitos acham que o trabalho do professor é chegar em sala, passar os conteúdos, explicar da melhor maneira possível e pronto o aluno que prestou atenção aprendeu o que não conseguiu entender o conteúdo por algum motivo, que busque por conta própria aprender, mas após tudo o que foi estudado junto nesse artigo, percebemos que o entrosamento entre professor e aluno refletirá claramente no desenvolvimento intelectual do aluno, pois se o professor buscar alcançar aquele aluno que está tendo problema de aprendizagem esse aluno se sentirá motivado a melhorar, isso criará uma relação de amizade entre ambos e buscando isso o professor terá um relacionamento melhor com toda sua turma. O caminho pode ser mais longo se optar trabalhar dessa maneira, mas com certeza os resultados serão melhores para todos os envolvidos, docentes e discentes.

## REFERÊNCIAS

- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo. Cortez, 1994.  
FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

## SOBERANIA POPULAR: O ELEMENTO DIFERENCIADOR DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Autores: Elizieli Lusa (zih\_luza@hotmail.com) <sup>1</sup>  
Jaqueline Fátima Roman (jaqueline.roman@ifpr.edu.br) <sup>2</sup>  
<sup>1,2</sup> Instituto Federal do Paraná, Câmpus Palmas.

**Resumo:** Neste trabalho são apresentados conceitos de Estado de Direito, Estado Liberal, Estado Social e Estado Democrático de Direito, demonstrando que os três últimos são espécies do primeiro. Conceitos importantes como soberania popular, liberdade e igualdade também serão abordados a fim de esclarecer quais os direitos fundamentais existentes nessas formas de Estado. Será dada ênfase especial ao Estado Democrático de Direito - sistema adotado no Brasil. O Estado Democrático de Direito, como o próprio nome sugere, está intimamente relacionado com o regime político Democracia, cujo conceito também será aqui abordado, bem como seu conceito contraposto, a saber, a Autocracia. Da mesma forma, o Estado de Direito está relacionado com a aquisição e manutenção de garantias fundamentais; o Estado Liberal com as liberdades individuais e, por fim, o Estado Social, com os denominados direitos sociais. Esses breves conceitos ou associações contribuem para a compreensão das consequências da adoção dessas formas de Estado. Nesse sentido, a contraposição entre esses modelos de Estado é necessária, mormente no que se refere ao confronto entre Democracia e Autocracia. Assim, verificar qual forma de Estado melhor assegura direitos e garantias fundamentais e que, conseqüentemente, pode vir a prevenir a instalação de um regime autocrático, também chamado ditatorial.

**Palavras-chave:** Democracia; autocracia; garantias fundamentais.

### 1 Introdução

Este artigo pretende tratar das formas de organização de Estado e de governo. Primeiro serão conceituados: Estado de Direito, Estado Liberal, Estado Social e Estado Democrático de Direito, seguindo a ordem cronológica de surgimento de cada uma desses modelos Estatais. Após, se buscará identificar qual sistema seria a forma de Estado que com maior proteção aos direitos e garantias fundamentais de um determinado povo seria menos suscetível à instalação de um regime político autocrático.

A princípio é imprescindível começar por conceituar Estado de Direito, que é aquele em que o governo tem seu poder limitado e a população, por sua vez, tem direitos e garantias fundamentais reguladas em lei. Assim, no Estado de Direito há mais direitos, como o próprio nome sugere, e uma menor intervenção. O Estado fica subordinado ao ordenamento jurídico posto. Nesse sentido, muitos são os autores que correlacionam o Estado de Direito com o



Estado Liberal, tendo em vista que nele o que impera é a lei e os direitos individuais.

Souza *et al* informa, no artigo “Estado de Direito versus Estado Democrático de Direito” (2007), que o Estado de Direito tem características essenciais como a subordinação ao direito (estar sujeito a uma Constituição), existência de direitos fundamentais imutáveis, obediência ao princípio da razoabilidade, proibindo o excesso, e, principalmente, obediência ao princípio da legalidade. Assim, o Estado de Direito é um Estado que responde pelos seus atos e garante o acesso ao Poder Judiciário, garantindo a segurança jurídica (institutos como o do direito adquirido e o da coisa julgada, por exemplo), a divisão de poderes, a igualdade e a liberdade.

Dito isto, fica claro que no Estado de Direito há a prevalência da lei, sendo através dela que os direitos são garantidos.

Intimamente correlacionado ao Estado de Direito está o Estado Liberal, expressões utilizadas muitas vezes como sinônimas. O Estado Liberal é aquele que visa defender a liberdade individual, limitando o poder à lei. O Estado Liberal cria uma separação entre Estado e sociedade colocando o Direito entre ambos, através do imperativo da lei. Note que o Estado Liberal se preocupa com a criação de leis para proteger a liberdade individual que não deverá sofrer com interferência estatal.

Essa proteção das liberdades individuais do Estado Liberal deriva da preocupação que esse novo modelo possuía em superar o modelo de governo monárquico e absolutista. Assim, teve o Estado Liberal fortes ligações com os interesses da burguesia, o que levou a conflitos e desigualdades nas relações sociais que colaboraram com o surgimento de um novo modelo: o Estado Social, que pretende dar um patamar mínimo de sobrevivência ao cidadão. Por isso, o Estado Social pode ser também chamado de Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) Estado de Providência ou, ainda, Estado Interventor.

O Estado Social surge com um modelo intervencionista que busca agrupar a garantias do Estado de Direito com os direitos sociais a fim de se estabelecer maior igualdade para os desiguais. De acordo com Alexandre de Moraes, o Estado Social “[...] consubstanciou-se na importante intenção de converter em direito positivo várias aspirações sociais, elevadas à categoria de princípios constitucionais protegidos pelas garantias do Estado de Direito” (2012, p. 4). Entretanto, Bobbio *et al* explica que há uma “difícil coexistência entre as formas do Estado de Direito com os conteúdos do Estado Social” (1993, p. 401), ou seja:

Os direitos fundamentais representam a tradicional tutela das liberdades burguesas: liberdade pessoal, política e econômica. Constituem um dique contra a intervenção do Estado. Pelo contrário, os direitos sociais representam direitos de participação no poder político e na distribuição da riqueza social produzida. A forma de Estado oscila, assim, entre a liberdade e a participação (FORSTHOFF, 1973 *apud* Gozzi, 1993, p. 401).

Dessa forma, o Estado de Direito ou Estado Liberal garante direitos fundamentais relacionados à liberdade, diminuindo a relação do indivíduo com o Estado, ao passo de que este último deverá interferir menos na vida privada. Por outro lado, o Estado Social aumenta essa relação, pois o Estado fornece ajuda ao cidadão através de políticas públicas, dando melhores condições de vida à população na busca da justiça social e de igualdade substancial, sendo que nele a população possui mais acesso a uma maior participação política. Assim, é fácil crer que o autor está certo quando diz que haverá uma oscilação entre liberdade individual e participação política.

Somando esses valores surge uma nova proposta de Estado, qual seja, o Estado Democrático de Direito.

## 2 Estado Democrático de Direito

No Estado Democrático de Direito estão presentes as nove características citadas por Souza *et al* e descritas acima como características do Estado de Direito e mais uma, a soberania popular, ou seja, o poder emanando do povo. Em outras palavras, o Constitucionalismo mais a Democracia, de acordo com a explicação que segue:

A ideia de Estado Democrático de Direito, consagrada no art. 1º da Constituição brasileira, é a síntese histórica de dois conceitos que são próximos, mas não se confundem: os de constitucionalismo e de democracia. Constitucionalismo significa, em essência, limitação do poder e supremacia da lei (Estado de direito, *rule of law*, *Rechtsstaat*). Democracia, por sua vez, em aproximação sumária, traduz-se em soberania popular e governo da maioria (BARROSO, 2010, p. 88/89).

Para Barroso, os conceitos de Constitucionalismo e Democracia não são antagônicos, mas se complementam no Estado Contemporâneo:

Ambos se destinam, em última análise, a prover justiça, segurança jurídica e bem-estar social. Por meio do equilíbrio entre Constituição e deliberação majoritária, as sociedades podem obter, ao mesmo tempo, estabilidade quanto às garantias e valores essenciais, que ficam preservados no texto constitucional, e agilidade para a solução das demandas do dia a dia, a cargo dos poderes políticos eleitos pelo povo (BARROSO, 2010, p. 91).

Ademais, a soma desses dois (Constitucionalismo e Democracia) garantiria o exercício da liberdade política juntamente com a segurança jurídica, a fim de obter o bem-estar social. Assim, em uma primeira análise pode-se dizer que essa forma de organização do Estado seria a melhor, uma vez que consegue somar todas as conquistas obtidas gradativamente ao longo dos séculos e garantir a soberania do povo, impedindo, assim, a tirania.

Sobre o direito no Estado Democrático de Direito, o jurista Eugênio Pacelli afirma que:

[...] a noção de Estado Democrático de Direito orientada pela necessidade de reconhecimento e de afirmação da prevalência dos direitos fundamentais, não só como meta da política social, mas como critério de interpretação do Direito (2014, p. 32).

Tal afirmação significa que nessa forma de organização do Estado (Estado Democrático de Direito) o Poder Judiciário e todos os operadores do direito devem interpretar as leis com maior zelo e respeito aos princípios e direitos fundamentais. Nesse sentido, continua Pacelli:

[...] dois postulados de interpretação constitucional surgem como exigência de uma ordem jurídica constituída no âmbito de um Estado Democrático de Direito, afirmativos dos direitos fundamentais, quais sejam, o da máxima efetividade dos direitos fundamentais e o da proibição de excesso (2014, p. 32).

Nessa linha de pensamento, Pacelli explica que principalmente no processo penal o excesso deve ser evitado e os direitos fundamentais respeitados, de acordo com o pensamento garantista do qual, afirma o autor, talvez todos sejamos filiados, conforme segue:

Assim, em curtíssimo recorte da síntese do pensamento garantista [...] enfatiza-se aqui a dualidade saber/poder, conhecimento/autoridade, para assinalar que, no fundo, talvez sejamos todos essencialmente garantistas, se e desde que se nos repugne a ideia de condenação (afirmação de certeza judiciária) baseada em convencimento cuja dúvida ainda remanesça no espírito do próprio julgador. *In dubio pro reo*, ou, em bom vernáculo, na dúvida prevalece a incerteza. E, com ela, em um Estado Democrático de Direito, a interpretação pautada pelos postulados da vedação de excesso (do poder) e da máxima efetividade dos direitos fundamentais, impondo, em tais situações, a não condenação (PACELLI, 2014, p. 34).

Dito isto, percebe-se que o Estado Democrático de Direito traz mudanças não só no que pertine à elaboração e aplicação das leis, mas também no tocante à sua interpretação. Aqui o indivíduo é sujeito de direitos que tem voz e precisa ser respeitado, devendo ser considerado inocente sempre que haja dúvida quanto a sua culpabilidade.

Vale lembrar que no Brasil vige o Estado Democrático de Direito, estando previsto no artigo 1º da Constituição Federal, sendo considerado princípio fundamental, conforme segue, *ipsis litteris*:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
  - II - a cidadania;
  - III - a dignidade da pessoa humana;
  - IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
  - V - o pluralismo político.
- Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

## 2.1 A Democracia como parte do Estado Democrático de Direito

Se o Estado Democrático de Direito é aquele com todas as características do Estado de Direito mais o poder emanando do povo, ou seja, a soberania popular. Então isto é o mesmo que dizer que o Estado Democrático de Direito é o Estado de Direito mais a Democracia? A essa pergunta pode ser dada resposta afirmativa, pois o Estado Democrático de Direito apesar de ser considerado espécie do Estado de Direito é uma evolução deste, ou seja, também garante direitos através da lei, como o Estado de Direito faz, e, além disso, traz a soberania popular como um direito fundamental.

Em breves palavras, a Democracia é o que garante a participação política, a liberdade e a igualdade entre os cidadãos. Segundo Kelsen “[...] o princípio de maioria e, portanto, a ideia de democracia, é uma síntese das ideias de liberdade e igualdade” (2005, p. 411).

Sobre liberdade Kelsen explica:

Politicamente livre é quem está sujeito a uma ordem jurídica de cuja criação participa. Um indivíduo é livre se o que ele ‘deve’ fazer, segundo a ordem social, coincide com o que ele ‘quer’ fazer. Democracia significa que a ‘vontade’ representada na ordem jurídica do Estado é idêntica às vontades dos sujeitos. O seu oposto é a escravidão da aristocracia. Nela, os sujeitos são excluídos da criação da ordem jurídica, e a harmonia entre a ordem e as suas vontades não é garantida de modo algum (2005, p. 406 e 407).

Assim, como ensina Kelsen, na Democracia é garantida a harmonia entre a vontade de um indivíduo e as vontades dos outros indivíduos. A ideia é chegar o mais próximo possível de alcançar o melhor para todos. Desnecessário dizer que isso só é possível pela participação política que a Democracia proporciona.

Em sua origem a liberdade não tem significado positivo, pois, de acordo com Kelsen:

A ideia de liberdade tem originalmente uma significação puramente negativa. Ela significa a ausência de qualquer compromisso, de qualquer autoridade obrigatória. Sociedade, no entanto, significa ordem, e ordem significa compromissos. O Estado é uma ordem social por meio da qual indivíduos são obrigados a certa conduta. No sentido original de liberdade, só é livre quem vive fora da sociedade e do Estado. A liberdade, no sentido

original, só pode ser encontrada naquele 'estado natural' que a teoria do Direito natural do século XVIII contrastava com o 'estado social'. Tal liberdade é a anarquia. Portanto, para fornecer o critério de acordo com o qual são distinguidos diferentes tipos de Estado, a ideia de liberdade deve assumir outra conotação, que a original, negativa. A liberdade natural transforma-se em liberdade política. Essa metamorfose da ideia de liberdade é da maior importância para todo o nosso pensamento político (2005, p. 407).

Percebe-se que, segundo o autor, a ideia de liberdade sofre uma metamorfose para ter validade o sentido que dela queremos extrair. Na Democracia a liberdade tem sentido de liberdade política, mas uma liberdade de certa forma mantida pela ordem, ou seja, não se transforma em anarquia. Faz-se necessária essa interpretação para que a liberdade nessa forma de governo não seja vista de forma errada, levando a crer que a Democracia traria desordem ou caos.

Então, chega-se à soma de liberdade mais ordem, que é brilhantemente tratada pelo jurista:

Ordem social significa determinação da vontade do indivíduo. A liberdade política, isto é, a liberdade sob a ordem social, é a autodeterminação do indivíduo por meio da participação na criação da ordem social. A liberdade política é liberdade, e liberdade é autonomia (KELSEN, 2005, p. 408).

Mas é aí que pode surgir uma questão: como garantir liberdade e autonomia a todos os indivíduos e ainda assim ter alguma espécie de limite? Pois bem, Kelsen afirma que existe uma “[...] restrição necessária da liberdade pelo princípio de maioria” (2005, p. 409). Assim, se percebe que a liberdade de um vai até antes de ferir a liberdade dos outros, uma vez que “A ideia subjacente ao princípio de maioria é a de que a ordem social deve estar em concordância com o maior número possível de sujeitos e em discordância com o menor número possível de sujeitos” (KELSEN, 2005, p. 410).

Importante dizer, porém, que o direito da minoria pode vir a influenciar as decisões da maioria, uma vez que “O princípio de maioria não é, de modo algum, idêntico ao domínio absoluto da maioria, à ditadura da maioria sobre a minoria” (KELSEN, 2005, p. 411).

Na Democracia há uma espécie de compromisso entre a maioria e a minoria e isso é imprescindível para que aquela exista. É assim que as decisões da maioria podem vir a mudar, pela influência das vontades minoritárias, como afirmado por Kelsen: “Se a minoria não for eliminada do procedimento no qual é criada a ordem social, sempre existe uma possibilidade de que a minoria influencie a vontade da maioria. [...] Esse é um elemento característico da democracia” (2005, p. 411).

## **2.2 Democracia x Autocracia: a distinção está na ideia de liberdade política**

Partimos agora para a conceituação de Autocracia, que nada mais é do que a concentração de poder somada ao poder absoluto. Falar de Autocracia é o mesmo que falar de Ditadura, termo usado para designar os regimes antidemocráticos ou não-democráticos. Não se trata de regime previsto em regras constitucionais e, portanto, não tem prazo ou limites determinados. Como bem explica Mario Stoppino:

Este tipo de instituição envolve, geralmente, a concentração do poder num órgão constitucional do Estado (frequentemente um órgão executivo), a extensão do poder além dos limites ordinários (por exemplo a suspensão dos direitos de liberdade dos cidadãos) e a emancipação do poder dos freios e dos controles normais (STOPPINO, 1993, p. 369).

Parece-nos, então, que Democracia e Autocracia são formas de governo opostas, pela explicação de Bobbio *et al* uma vez que na Democracia há participação política do povo e este detém a soberania, enquanto que na Autocracia há uma suspensão/supressão de direitos, incluindo, portanto, a ausência de participação política. Na Autocracia há uma imposição de ordem, o povo não tem voz.

Entretanto, para Hans Kelsen, Democracia e Autocracia não são de todo opostas, uma vez que algumas características lhes são comuns, sendo que a diferença entre uma e outra estará em sua constituição que será classificada de tal forma, vejamos: “Um Estado é considerado uma Democracia ou uma aristocracia se a sua legislação tiver natureza democrática ou aristocrática, embora a sua administração ou o seu judiciário possam ter um caráter diferente” (KELSEN, 2005, p. 406). E analisando dessa maneira, parece que nenhum Estado poderia ser dito autocrático ou democrático em sua totalidade, pois, conforme afirma Kelsen:

Na realidade política, não existe nenhum Estado que se conforme completamente a um ou ao outro tipo ideal. Cada Estado representa uma mistura de elementos de ambos os tipos, de modo que algumas comunidades estão mais próximas de um polo, e algumas mais próximas do outro. (2005, p. 407).

Como visto anteriormente, a Democracia parte da ideia de liberdade e soberania popular, enquanto que na Autocracia de acordo com Kelsen “os seus membros estão sob o domínio absoluto do líder do partido que é, ao mesmo tempo, o chefe de Estado” (2005, p. 431), ou seja, o poder se encontra em uma única pessoa.

No que se refere ao princípio da legalidade, presente no Estado de Direito, Kelsen afirma que:

A legalidade, às vezes, é melhor protegida sob uma organização de administração comparativamente autocrática do que sob uma radicalmente



democrática. E quando a legislação é democrática, o melhor método de garantir a legalidade da execução também é democrático (2005, p. 428).

Então, pode-se afirmar que a Democracia proporciona participação política e protege melhor a liberdade dos cidadãos, enquanto que na Autocracia há uma ausência de participação política, mas nela a legalidade seria melhor protegida. O autor faz tal afirmação porque, obviamente, em um Estado dito autocrático o Estado “mantém a ordem” e conseqüentemente a legalidade é posta acima dos outros princípios, enquanto que na Democracia a liberdade se sobrepõe.

Entretanto, há que se ter cuidado com afirmações como a de Kelsen, pensando apenas na legalidade por si só. Pensar na legalidade como princípio supremo pode ser perigoso. Quando essa é a maior preocupação de um povo certamente ele será conduzido a um terreno perigoso, onde outros princípios e direitos importantes são deixados de lado e dão lugar apenas à ordem. Bem, o que se pretende dizer é que o Estado de Direito voltado à manutenção da legalidade pode esquecer-se do indivíduo como sujeito de direitos, levando o Estado, assim, a transformar-se em um Estado autocrático.

A possibilidade da instalação de um regime ditatorial no Estado Democrático de Direito é muito menor, não é nula, mas é menor, uma vez que os direitos são mais bem protegidos e a Democracia se faz presente.

### **3 Conclusão**

Após tratar das formas de Estado uma a uma percebe-se que ao longo do tempo houve uma aprimoração até se chegar ao Estado Democrático de Direito, adotado no Brasil. Assim, há que se destacar que essa é a melhor forma de sistema já vivenciada, pois garante direitos, proporciona a participação política ao povo e protege, através da Democracia, a soberania popular, a fim de impedir que o poder fique concentrado em uma pessoa ou em um grupo de pessoas que imponha sua vontade autoritariamente aos demais indivíduos.

Ademais, no Estado Democrático de Direito as minorias devem ser respeitadas, tendo em vista que a Democracia é o governo da maioria, mas sem ignorar as minorias. Lembrando, ainda, que se trata de minorias representativas, não minorias em termos numéricos.

É certo que a Democracia quando não levada a sério pode transformar-se naquilo que quer evitar, ou seja, quando o povo através do poder popular e dos direitos que tem, como o da liberdade de expressão, por exemplo, sai às ruas pedindo, por exemplo, a volta do regime militar, ele pode estar incoerentemente pedindo, através do uso da Democracia, que a Democracia seja substituída pela Autocracia (regime ditatorial). Ressalta-se que esse artigo não possui como objetivo analisar a conduta (se lícita ou não) daqueles que foram às ruas pedir o retorno de um governo militar no Brasil, mas tão-somente

demonstrar a contradição existente no uso da Democracia para pedir o fim da própria Democracia! Nada pode ser mais contraditório!

Assim, por fim, é importante dizer que não é pelo da Democracia permitir ampla liberdade, que isso a torna ruim. Pelo contrário: o Estado Democrático de Direito é a melhor opção sem dúvidas, pois é o modelo mais garantista; que melhor protege a população contra abusos e arbitrariedades eventualmente praticadas pelas autoridades públicas; que possibilita maior liberdade de expressão e manifestação; que melhor garante a igualdade substancial e, sobretudo, que melhor protege o princípio da dignidade da pessoa humana. Inclusive, vale ressaltar que é o Estado Democrático de Direito que garante a possibilidade daqueles contrários ao regime democrático questionarem-no.

### Referências

BARROSO, L. R. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política – Vol. 1**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: set. 2015.

KELSEN, H. 1881-1973. **Teoria geral do direito e do Estado**; tradução Luís Carlos Borges. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MORAES, A. **Direito Constitucional**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PACELLI, E. **Curso de Processo Penal**. 18 ed. rev. e ampl. atual. de acordo com as Leis nº 12.830, 12.850 e 12.878, todas de 2013. São Paulo: Atlas, 2014.

SOUZA, L. G.; SOUZA JUNIOR, L. L.; SOUZA, L. G. **Estado de direito versus Estado democrático de direito**. Disponível em: <[http://ww3.lfg.com.br/public\\_html/article.php?story=20071022101257274](http://ww3.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20071022101257274)>. Acesso em: ago. 2015.

## A SUBORDINAÇÃO OBRIGATÓRIA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Candice de Carvalho (candice.carvalho\_93@hotmail.com)

### Resumo

Foi realizada uma pesquisa teórica, documental, no ramo de Direito do Trabalho, em que foram analisadas obras de autores que abordaram temas referentes ao empregado e suas características, bem como a pesquisa foi se estreitando primeiramente aos altos empregados, ou seja, pessoas investidas em cargo de confiança, com função de representar o empregador, em primeiro lugar. Esta foi bem acentuada no segundo capítulo ao se falar em altos empregados. Tanto no regime normal encontrado pelo artigo 62, inciso II, da Consolidação das Leis Trabalhistas, quanto no regime dos bancários, marcada pelo artigo 224, §2º da Consolidação das Leis Trabalhistas, falou-se sobre a subordinação. No último assunto, resolveu-se falar acerca desta subordinação de forma detalhada, com explanações sobre o que pensam alguns de seus autores. A característica de maior importância encontrada quando realizada a pesquisa em relação ao empregado, foi a subordinação que este deve apresentar frente ao empregador, sob pena de incorrer em insubordinação, com punição que pode chegar à demissão. Com isso, pode-se dizer que a subordinação nas relações de emprego é o objetivo central desta pesquisa científica. O resultado é simples ao dizer que a subordinação é um assunto muito discutido pelos autores, e que esta não pode ser nula no contrato de trabalho, pois desse modo, não caracterizará uma relação de emprego.

**Palavras-chave:** Altos empregados. Empregados. Subordinação. Cargo de Confiança.

### ABSTRACT

A theoretical, documentary research was carried out in the right branch of Labor, where works of authors analyzed that addressed issues related to the employee and their characteristics as well as the research was primarily narrowing to senior employees, ie invested people position of trust, with function of representing the employer in the first place. This was well pronounced in the second chapter when talking about senior employees. Both in normal regime found by Article 62, Section II, of the Consolidated Laws Trabalhistas, as the regime of banking, marked by Article 224, paragraph 2 of Consolidation of Labor Laws, there was talk about subordination. In the last chapter, it was decided to talk about this subordination in detail with explanations about what they think some of their authors. The most important feature found when performed research in relation to the employee, was tying this should present against the employer, under penalty of insubordination, with punishment of up

to dismissal. Thus, it can be said that subordination in employment relationships is the main objective of this monographic research. The result is simple to say that tying is a subject much discussed by the authors, and that this can not be null in the employment contract as such does not feature an employment relationship.

**Keywords:** Senior employees. Employees. Subordination. Trust office.

## INTRODUÇÃO

É possível encontrar a definição de empregado no art. 3º da Consolidação das Leis Trabalhistas. Suas características principais são: deve ser pessoa física, prestar serviço de natureza não eventual, de forma subordinada e sob meio de em troca receber salário.

Os altos empregados considerados normais, ou seja, a maioria dos que assim podem ser chamados por estarem inseridos em cargos de confiança, serão regidos por meio do art. 62, inciso II, da Consolidação das Leis Trabalhistas. Do mesmo modo, o art. 224, §2º, da Consolidação das Leis Trabalhistas rege os chamados altos empregados ou cargos de confiança específicos, por se tratarem dos bancários. Martins (2007, p. 314) cita alguns exemplos de cargo confiança, os quais podem ser: gerente ou diretor, desde que possam representar o empregador, investidos por este mandato.

Delgado (2008, p. 354) traz, por sua vez, o bancário, como sendo específico na classificação dos altos empregados. Este também cita exemplos entre esta classe de quem pode ser considerado com cargo de confiança, sendo: empregados em poder de chefia no ramo bancário os tesoureiros de agência, os reais chefes do setor ou serviço, os inspetores de agência.

Russomano (2003, p.73-74) entende ser a explicação mais correta para explicar a subordinação ocorrida entre empregado e empregador, a dependência hierárquica ou subordinação jurídica, a qual passar a ser o poder de dar ordens ao empregado, bem como a obrigação de cumpri-las pelo empregado, de forma que estas ordens sejam legítimas. Entendam-se estas ordens como decorrentes do contrato de trabalho entre ambos.

Barros (2011, p. 205), complementa a explicação trazida por Russomano dizendo ela deve ser entendida como a possibilidade do empregador de fiscalização, intervenção, em tudo que desempenha o empregado, para que possa haver o cumprimento das ordens do modo fornecido pelo empregador.

## MATERIAL E MÉTODOS

O material a ser adotado no presente trabalho científico abrangerá uma pesquisa essencialmente documental, em análise de obras, sobre a subordinação no contrato de trabalho.

Esta será apresentada mediante três subtítulos. O primeiro, bem introdutório trata acerca dos empregados e quais as características precisam

estar presentes para que como empregado, possa ser inserido em um contrato de trabalho.

O segundo subtítulo trata dos altos empregados, os quais são uma categoria de empregados inseridos em cargos de confiança, no qual se mostrará, de certo modo, a subordinação.

O terceiro e último mostra a subordinação de forma mais extensa, por vários autores, para que possa ser melhor entendida.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 1. Empregado

Barros (2011, p. 203) conceitua empregado como: “pessoa física que presta serviço de natureza não eventual a empregador mediante salário e subordinação jurídica”.

O conceito explanado é o que trata o artigo 3º da Consolidação das Leis Trabalhistas. Ainda, em seu parágrafo único encontra-se: “Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual”, tentando impedir de toda a forma a discriminação entre os mais diferentes trabalhos existentes.

#### 1.1. Requisitos para configuração de uma relação de emprego

Barros (2011, p. 203) explica os pressupostos/requisitos que são encontrados no conceito de empregado, sendo eles: pessoalidade, não eventualidade, salário e subordinação jurídica. Se não estiverem presentes todos os requisitos acima citados, o indivíduo não é considerado um empregado inserido em uma relação de emprego.

##### 1.1.1. Pessoalidade

A pessoalidade exige que o empregado preste o serviço pessoalmente, ou seja, não poderá colocar um substituto em sua função, salvo, em situações esporádicas, justificadas e com o conhecimento e consentimento do empregador.

Barros (2011, p. 203) sente a atenuação desse pressuposto quando se trata de trabalho em âmbito domiciliar, o qual poderá contar com ajuda de outras pessoas. Totalmente ao contrário deste exemplo, surge a figura do atleta e do músico, os quais possuem um nível de pessoalidade acentuadíssima, haja vista que sua contratação, normalmente, decorre do talento do indivíduo.

##### 1.1.2. Não eventualidade

O pressuposto da não eventualidade decorre do fato que a atividade desenvolvida não deve ser esporádica, mas de ocorrência normal, contínua. Barros(2011, p. 205) lembra que no Direito do Trabalho não importa a característica da exclusividade, mas que haja continuidade, não importando se

a atividade ocorre duas ou três vezes por semana, ou todos os dias, em horários diferentes, mas que essa rotina se repita.

Martins (2007, p. 93) chama esse pressuposto de continuidade e completa dizendo que o contrato de trabalho possui duração, de trato sucessivo entre as partes, referindo-se à prestação de serviços.

### 1.1.3. Salário

O pressuposto do salário, assim chamado por Barros (2011, p.205) e por Martins (2007, p. 93) de onerosidade, é visto como uma contraprestação, pois enquanto o empregado vende sua força de trabalho, ele recebe por isso, sendo esse pagamento em dinheiro ou *in natura* (Barros, p. 205). A forma *in natura* citada está presente no artigo 458, da CLT. Veja-se:

Art. 458 - Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas.

Martins (2007, p. 93) cita, como exemplo, a lei nº 9.608/98, a qual rege o serviço voluntário. De acordo com o artigo 1º, da referida lei, esta deixa bem claro que se tratam de atividades prestadas de forma não remunerada. Se um dos requisitos não estiver presente, esta não se encaixa na relação de emprego aqui citada. Portanto, não gerará vínculo empregatício.

### 1.1.4. Subordinação Jurídica

Por último, na concepção de Barros (2011, p. 205), há o pressuposto da subordinação jurídica, entendida como a dependência que o empregado tem em relação ao empregador. Ela deve ser entendida como a possibilidade pelo empregador de fiscalização, intervenção, às atividades desempenhadas pelo empregado, para que possa haver o cumprimento das ordens por aquele fornecidas e que por este devem ser cumpridas.

Acerca da subordinação, objeto de estudo no próximo capítulo, se verá de forma mais detalhada os critérios e divisões da subordinação.

## 2. Altos empregados

Em meio ao estudo entre os empregados suportados pela CLT e demais requisitos que os assim qualificam, tem-se os altos empregados, os quais se encaixam nessas condições com algumas peculiaridades e várias discussões, as quais se vê a seguir.

### 2.1. Cargos de confiança pelas regras do artigo 62, inciso,II, da Consolidação das Leis Trabalhistas

Segundo Martins (2007, p. 314), é atribuído o termo cargo de confiança a quem pode representar o empregador, investido em mandato. Exemplos de cargos de confiança são: gerente, diretor, administrador, superintendente, dirigente, gestor, entre outros. O mais importante, na verdade, além da nomenclatura que os acompanha é que estejam investidos de poder conferido



pelo empregador para que possam representá-lo, tomar decisões imediatas, dirigir, gerir, não podendo em hipótese alguma ser confundido com o empregador.

Barros (2011, p. 214) se refere àqueles que exercem cargos de confiança como a altos empregados, assim, do mesmo modo, Delgado(2008, p. 349).

O artigo 62 da Consolidação das Leis do Trabalho cita os altos empregados em seu inciso II e parágrafo único:

Art. 62. Não são abrangidos pelo regime previsto neste capítulo:

II- Os gerentes, assim considerados osexercentes de cargos de gestão, aos quais se equiparam, para efeito do disposto neste artigo, os diretores e chefes de departamento ou filial.

Parágrafo único. O regime previsto neste capítulo será aplicável aos empregados mencionados no inciso II deste artigo quando o salário do cargo de confiança, compreendendo a gratificação de função, se houver, for inferior ao respectivo salário efetivo, acrescido de 40 (quarenta por cento).

Entende-se, portanto, que para ser considerado um alto empregado, uma das condições que se sobressai é a da percepção de salário. Vê-se ao parágrafo único do artigo 62, que apenas poderá ser chamado de alto empregado àquele que possuir um salário referente a suas funções, com o acréscimo de 40 % (quarenta por cento) sobre este.

A CLT traz esse artigo no capítulo que trata também acerca da duração do trabalho. Isso porque de acordo com o *caput* do artigo 58, da CLT: “a duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 08 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite”. Ou ainda, melhor representado pelo inciso XIII, do art. 7º da Constituição Federal: “duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho”.

A partir de ambas as normas explanadas acima, vê-se que outro diferencial entre os altos empregados é a jornada de trabalho. Ocorre que a quem pode ser chamado de alto empregado, não há uma jornada pré-estabelecida, podendo normalmente ultrapassar as 08 (oito) horas de trabalho, sem que sobre este excedente incidam as horas extras.

Barros (2011, p.210) cita a discussão sobre a natureza jurídica dos altos empregados, usando como base o art. 3º da CLT: “Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob dependência deste e mediante salário”.

O discutido no artigo acima, segundo Barros (2011, p. 210), é a subordinação jurídica. Isso ocorre porque, o empregado encontra-se, por diversas vezes, representando o empregador, e, normalmente, utilizando-se de seu poder de iniciativa, comando e administração. Assim, caracteriza-se de forma reduzida a dependência que o empregado possui em relação ao empregador, porém, não se pode tomar como ausente, pois esta é uma característica obrigatória da interdependência de relações, o que pode gerar a

insubordinação. E como já dito anteriormente, se houver a falta de algum dos requisitos, como, não será considerado um empregado e não poderá ser inserido neste tipo de vínculo de contrato de trabalho.

O ato de insubordinação é uma causa de demissão por justa causa, constante no artigo 482, da CLT, se a relação de subordinação de empregado para empregador tornar-se ausente.

## 2.2. Cargos de confiança no regime bancário – artigo 224, §2º, da Consolidação das Leis Trabalhistas

No regime bancário também há o estabelecimento de cargos de confiança. Com isso, surge a situação prevista no artigo 224, §2º, da CLT:

Art. 224. A duração normal do trabalho dos empregados em bancos, casas bancárias e Caixa Econômica Federal será de 06 (seis) horas contínuas nos dias úteis, com exceção dos sábados, perfazendo um total de 30 (trinta) horas de trabalho por semana.

§2º. As disposições deste artigo não se aplicam aos que exercem funções de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes, ou que desempenhem outros cargos de confiança, desde que o valor da gratificação não seja inferior a 1/3 (um terço) do salário do cargo efetivo.

O artigo acima citado fala sobre a situação peculiar do bancário. Diferente dos demais, o bancário tem seu horário de serviço fixado em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais. Sendo portador de cargo de confiança, este terá a mesma prerrogativa de aumento de salário já trazido à discussão anteriormente, neste caso, não inferior a 1/3 (um terço) do valor fixado em salário.

A Súmula 287 do Tribunal Superior do Trabalho reza o seguinte:

Jornada de trabalho. Gerente bancário

A jornada de trabalho do empregado de banco gerente de agência é regida pelo art. 224, §2º, da CLT. Quanto ao gerente-geral de agência bancária, presume-se o exercício de cargo de gestão, aplicando-se o art. 62, da CLT.

Pela súmula acima, vê-se que mesmo dentro das características específicas do sistema bancário, pode-se aplicar o regime dos altos empregados fixado pelo art. 62, da CLT, como é o caso do gerente-geral da agência bancária. Já, o gerente da Agência, dentro de suas especificidades, se enquadra pela redação do art. 224, §2º, da CLT.

Delgado (2008, p. 354) em sua classificação particular, traz o bancário como específico. O autor ainda inclui como empregados em poder de chefia no ramo bancário os tesoureiros de agência, os reais chefes do setor ou serviço, os inspetores de agência. Diz ainda que, o bancário diferencia-se dos altos empregados citados no art. 62, da CLT, por não serem tão esgotantes e de tanta abrangência os serviços realizados, de modo que até mesmo os empregados responsáveis por fiscalização e inspeção podem se enquadrar como altos empregados.

No que se trata da jornada de trabalho do bancário exercente de cargo de confiança, de acordo com a Súmula 102 do Tribunal Superior do Trabalho:

102. Bancário. Cargo de confiança.

II – O bancário que exerce a função a que se refere o §2º do art. 224 da CLT e recebe gratificação não inferior a um terço de seu salário já tem remuneradas as duas horas extraordinárias excedentes de seis.

III – Ao bancário exercente de cargo de confiança previsto no art. 224, §2º, da CLT são devidas as 7ª. e 8ª. horas, como extras, no período em que se verificar o pagamento menor da gratificação de 1/3.

IV – O bancário sujeito à regra do art. 224, §2º da CLT, cumpre jornada de trabalho de 08 (oito) horas, sendo extraordinárias as trabalhadas além da oitava.

Com relação ao citado acima, cumpre destacar referente ao inciso I, que o bancário exercente de cargo de confiança não perceberá horas extras pelas duas horas excedentes a 06 (seis), que vem a ser o regime normal de trabalho diário de um alto empregado bancário.

Em relação ao inciso II, a lógica é que empregado que trabalhar em tempo superior à jornada normal de seis horas, terá direito às horas extraordinárias, ou seja, é necessário que para ser tratado do modo grafado pelo inciso I, venha a estar investido de cargo de confiança e com remuneração de 1/3 (um terço) a mais do que o normal. Caso contrário, receberá normalmente as horas extraordinárias devidas.

Quanto ao inciso IV, entende-se que o bancário investido em cargo de confiança, diferente do empregado referente ao inciso 62 da CLT, tem um limite de horas a cumprir, sendo 08 (oito) horas diárias. O que for trabalhado a mais será computado como horas extras.

### 2.3. Espécies de cargo de confiança

Barros (2007, p. 210), acompanhando a doutrina, divide a confiança em quatro espécies. Há a confiança específica, pertencente ao regime dos bancários; a confiança excepcional, na qual se enquadram os gerentes, constantes no art. 62, inciso II, da CLT; a confiança genérica, a qual deve estar presente em todo o tipo de contrato de trabalho estabelecido; e a confiança estrita, constante no art. 499, CLT, tratando-se de estabilidade encontrada no contrato de trabalho dos cargos de diretoria.

Barros (2011, p. 215) achou por bem citar a obra *Trabalhadores de Confiança*, de Teodosio A. Palomino, de 1992, p. 145 (2007, p. 211) para dizer que a doutrina majoritária classifica os altos empregados como sujeitos de relações especiais de emprego, bem como são colocados em uma posição hierárquica privilegiada, quando comparados aos demais empregados.

#### 2.3.1. Confiança estrita

Iniciando-se pelo cargo de confiança estrita, Barros (2011, p. 214) cita os diretores de sociedades anônimas. Dita que até hoje, nem a jurisprudência, nem a doutrina tem uma posição consolidada sobre como se queda o contrato de trabalho do empregado. Tem uma parte da doutrina que diz haver uma interrupção do contrato de trabalho pelo tempo em que o empregado encontrar-se investido em cargo de diretor de S/A.

Há também aqueles que acreditam tratar-se de suspensão do contrato de trabalho, amparado até mesmo pela Súmula 269 do TST:

269. Diretor eleito. Cômputo do período como tempo de serviço.

O empregado eleito para ocupar cargo de direção tem o respectivo contrato de serviço suspenso, não se computando o tempo de serviço desse período, salvo se permanecer a subordinação jurídica inerente à relação de emprego.

Neste caso, volta-se ao artigo 3º constante na CLT que fala sobre a subordinação jurídica. Como dito na súmula acima, tudo vai depender da relação entre as partes, empregado e empregador. Havendo a subordinação jurídica, também há o contrato de trabalho vigente.

Barros (2011, p. 2012) se posiciona de modo acreditar haver o diretor-órgão, aquele sem vínculo empregatício, contratado especificamente para exercer cargo de diretor. Assim, como há o diretor-empregado, se adequando normalmente ao regime de subordinação, haja vista o fato de não haver impedimento para se exercer um cargo de direção e ao mesmo tempo sem empregado da empresa. Deixa bem claro que tudo depende de como os serviços são prestados dentro da empresa.

Nesse sentido, Delgado (2008, p. 357) fala sobre a natureza dos cargos de confiança, citando a corrente clássica:

A vertente clássica, de forte tendência negativista, percebe uma incompatibilidade de situações entre a posição societária do diretor e a posição organizacional do empregado. As situações jurídicas, de natureza diretiva e de natureza subordinada, seriam reciprocamente excludentes, conduzindo à inviolabilidade de se acatar a presença de relação empregatícia para tais diretores.

Explica ainda Delgado (2008, p. 357) que há duas vertentes da corrente clássica. Uma diz que o diretor seria o mandatário da sociedade que representa, não podendo, portanto, representar e subordinar-se a si mesmo. A outra, assim como Barros citou acima, fala do diretor como órgão da sociedade, o que de modo algum poderia fazer com que fosse subordinado a si mesmo.

Volta ainda ao art. 62, da CLT, o qual equipara os diretores a empregados, trazendo como vertente moderna, o qual fala que se deve perceber cada caso de forma diferente, já que tudo depende da forma como é contratado entre o cargo de confiança e a empresa.

Esclarece mais, de modo que os diretores de S/As serão regidos pela Lei das Sociedades Anônimas, Lei nº 6.404/1976.

### 2.3.2. Confiança excepcional

Alice (2011, p. 214) trata em outro lado ainda, da confiança excepcional, que seria aquela firmada pelo art. 62, inciso II, da CLT, em que se investem poderes de representação dentro da empresa, como já tratado acima.

### 2.3.3. Confiança específica

Como já dito anteriormente, se encaixam aqui os bancários investidos em carga de confiança, de acordo com o art. 224, §2º da CLT. Diferenciado do art. 62, inciso II, da CLT, aqui há mais funções que se encaixam como cargo de

confiança. Não se esquecendo, é essencial que os empregados que aqui se encaixem, percebam 1/3 (um terço) a mais do salário devido e, a condição da jornada de trabalho, também já debatido, que é de 08 (oito) horas, diferentemente dos demais bancários da mesma categoria.

#### 2.3.4. Estabilidade

O art. 499, da CLT fala sobre a estabilidade ao se falar em altos empregados:

Art. 499. Não haverá estabilidade no exercício dos cargos de diretoria, gerência ou outros de confiança imediata do empregador, ressalvando o cômputo do tempo de serviço para todos os efeitos legais.

Com isso, vê-se que apesar da especialidade destinada aos cargos de confiança, esta não é uma modalidade que garanta qualquer tipo de estabilidade ao seu cargo.

Os cargos que implicam de estabilidade provisória garantida em lei são: gestantes (art. 10, inciso II, “b”, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), dos empregados eleitos para assumir cargo de direção, desde sua candidatura até um ano após o final de seu mandato (art. 10, inciso II, “a”, da ADCT), bem como em caso de acidente de trabalho, de acordo com o art. 118, da Lei nº 8.213/91, em que possui a manutenção do contrato de trabalho na empresa onde trabalha, pelo prazo de 12 (doze) meses, após voltar ao trabalho, por cessação do auxílio-doença percebido.

A Súmula 372, do TST prevê acerca dessa estabilidade questionada aos altos empregados:

Gratificação de função. Supressão ou redução. Limites.

I – Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira.

II – Mantido o empregado no exercício da função comissionada, não pode o empregador reduzir o valor da gratificação.

Após isso, podemos ver que há a estabilidade ao exercente de cargo de confiança que for mantido no cargo por 10 (dez) anos ou mais, no que concernente à questão salarial, caso, sem um justo motivo, o empregador determine o seu retorno a sua função normal. Isso porque, há a incorporação dessa gratificação ao salário normal, já que o empregado “acostumou” a recebê-la, o que poderia causar um grande prejuízo a sua situação econômica. No mesmo sentido, é quanto à redução da gratificação devida.

#### 2.3.5. Transferência de empregado investido em cargo de confiança

No capítulo presente da CLT que fala sobre a alteração nos contratos individuais do empregado, está presente sobre as transferências de empregado para outra localidade.

O artigo 469, CLT trata sobre essa parte. O *caput* deste artigo diz ser vedada a transferência de empregado, sem o seu consentimento, para localidade diversa daquela expressa no contrato de trabalho.



Porém, o §1º fala especificamente acerca dos altos empregados, o qual diz o seguinte: §1º. “Não estão compreendidos na proibição deste artigo os empregados que exerçam cargos de confiança (...)”. Com isso, pode-se ver que diferentemente do tratado no caput do mesmo artigo, quanto aos empregados exercentes de cargo de confiança, a ótica é diferente.

A respeito disso, manifesta-se Martins (2007, p. 314):

A pessoa que exerce cargo de confiança também tem condições de trabalhos peculiares, distintas de outros empregados. Uma dessas condições é o trabalhador poder prestar serviços em qualquer localidade, justamente por ter a confiança do empregador. (...) O fato de o empregado exercer o cargo de confiança legitima a transferência, não eximindo o empregador, porém, de pagar o adicional de transferência, caso esta seja provisória.

Vê-se aqui mais uma diferença encontrada naquele empregado investido em cargo de confiança, no que se refere à transferência de localidade, o que não se precisa da anuência do empregado.

### 3. Subordinação

Como se viu anteriormente, a subordinação é um dos critérios observados que devem estar contidos no contrato de trabalho entre empregador e empregado, o que se falará de forma mais detalhada neste capítulo, já que afeta tanto os contratos de trabalho, podendo ser requisito, inclusive, para demissão de um funcionário.

Neste sentido se posiciona Russomano (2003, p. 70) “a característica essencial está em que o trabalhador presta serviços, por força da relação de emprego, subordinado às ordens legítimas do empregador”. Aqui, o autor coloca em posição hierárquica no contrato de trabalho a subordinação, objeto de estudo neste capítulo.

Ainda explicando o parágrafo acima, diz Russomano (2003, p. 70):

Relação de emprego é o vínculo obrigacional que une, reciprocamente, o trabalhador e o empresário, subordinando o primeiro às ordens legítimas do segundo, através do contrato individual de trabalho.

Entenda-se esta subordinação como obtida em decorrência da empresa internamente. Ocorre para critério de organização, colocando os empregado e suas atividades em planos de hierarquia, nas quais o empregador é quem os comanda dentro da empresa, de forma que tudo esteja em harmonia (RUSSOMANO, 2003, p. 70).

Apesar de ser mais aceito o critério subordinação jurídica, existem também outros conceitos criados por doutrinadores, os quais são diretamente ligados ao vínculo entre empregado e empregador: subordinação técnica, econômica, social e jurídica. Outros ainda veem que a união de todos estes conceitos constituem a subordinação jurídica. (BARROS, 2011, p. 205).

#### 3.1. Subordinação técnica

A subordinação técnica é assim chamada, tendo em vista que, o empregador pode comandar todo o trabalho realizado pelos seus empregados,



não necessariamente sabendo acerca do aspecto técnico, profissional, pois pode ter também sob suas ordens um supervisor que os ensine (BARROS, 2011, p. 205).

Russomano (2003, p. 72) prefere chamar este critério de dependência técnica. Para o autor, a principal função do empregado dentro de uma empresa é organizá-la para o empregador, pois em contrapartida, a função do empregador dominar, dirigir essa empresa, sendo o responsável pelo prejuízo, mas também pelo lucro originado.

Explica também que está inserido o empregado nesta dependência técnica, pois o trabalho executado dentro da empresa, bem como o modo que promove essa execução, é critério advindo do empregador e de suas ordens, de forma que este decide o que é mais vantajoso para a empresa dele (RUSSOMANO, 2003, p. 72).

O que contraria todo o exposto acima sobre dependência técnica, trata-se da situação que nem sempre o empregador contrata um empregado que obedeça só ao que ele (empregador) lhe diz. Existem empresas que precisam de profissionais altamente capacitados, os quais sabem de determinada função muito mais do que seu empregador. Também há empregos, muitas vezes internacionais, que o empresário busca ideias e projetos novos, no qual o empregado tem livre participação no campo intelectual da empresa. Nisso, o autor, diz que esse critério da dependência técnica fica destruído, totalmente atenuado (RUSSOMANO, 2003, p. 73).

### 3.2. Subordinação econômica

Acerca da subordinação econômica, esta se trata de o empregado ter uma posição econômica menor frente ao seu empregador, bem como necessitar de um emprego para sua sobrevivência. Barros (2011, p. 205) entende ser este um critério falho, tendo em vista que não há nada que proíba de o empregado ter uma ótima situação financeira e não necessitar de um emprego para sustentar a si e sua família. Não há regra para tal, apesar de em grande maioria das vezes esse critério estar dentro dos padrões encontrados.

Quanto à dependência econômica, Russomano também se posiciona (2003, p. 71):

Não é por depender do seu emprego para sobreviver que o trabalhador se subordina às ordens do empresário. Se fosse assim, o trabalhador que (embora por exceção) tivesse recursos próprios para manter-se e que exercesse o emprego pelo prazer ou pela conveniência moral de exercê-lo, não seria um subordinado, Mas realmente, ele o é, por força do contrato de trabalho.

Desse modo, o pensamento do autor é que o real motivo de dependência do empregado ao empregador é sua subordinação frente ao contrato de trabalho a que os dois tem estrita ligação e não ao fato de ocorrer de qualquer forma a dependência econômica por parte do empregado.

Russomano (2003, p 71-72) ainda cita um exemplo que corrobora muito com a temática, apenas afirmando o que já foi dito no parágrafo anterior. Cita que um empregador possuía em seu estabelecimento um único empregado.

Infelizmente, o empregador teve problemas econômicos e recorreu a seu empregado, o qual lhe fez um empréstimo. Passou do prazo para pagamento e o empregado não fez a execução da dívida, aguardando o empregador lhe pagar. Enquanto isso, o que chama a atenção acerca da real dependência do empregado, é que apesar de o empregador estar dependendo de forma econômica de seu empregado, este continuou sob as ordens e comando do seu empregador, pois isso advém do contrato entre ambos.

### 3.3. Subordinação social

A subordinação social, segundo Barros (2011, p. 206) mostra-se como resultado da subordinação técnica e econômica, pois, ao mesmo tempo que o empregado precisa do emprego que lhe é dado pelo empregador para sobreviver, ele também está sujeito a receber ordens de seu empregador. É um critério que descreve o empregado em vias de um contrato de trabalho.

Russomano (2003, p. 75) concorda com Alice Monteiro de Barros no que foi dito acima, apenas dizendo que a dependência social mostra-se resultado da junção entre dependência econômica e hierárquica, considerando a primeira falha e a segunda a mais correta.

### 3.4. Subordinação jurídica

Russomano (2003, p. 73), preferencialmente, chama a subordinação jurídica de dependência hierárquica, considerando esta a mais correta das definições. Para o autor, neste interim, o empregador tem o poder, o direito de dar ordens, assim como, o empregado tem a obrigação de cumpri-las, que fique claro, com o tanto que estas sejam legítimas.

Russomano (2003, p.73) procura deixar bem claro que tudo isso, como já dito antes, é da natureza de organização da empresa, assim como, essas ordens tem também natureza contratual. Portanto, há o cumprimento destas pelo empregado de maneira voluntária, já que este se submete a tal por meio do contrato de trabalho.

Ressalta, em outro momento, Russomano (2003, p. 74) acerca do grau dessa subordinação, na medida em que o empregado tem um cargo mais alto dentro da empresa. É nesse momento em que entram os altos empregados. O autor, assim como no capítulo anterior, deixa claro a atenuação dessa subordinação em relação aos altos empregados, pois fica mais difícil sua caracterização, em meio às tarefas que executa. Porém, apesar disso, não é nula essa subordinação, pois este se encontra sob o poder de comando do empregador, podendo sofrer sanções disciplinares, se caracterizada em subordinação, inclusive de demissão por justa causa, como previsto na CLT.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para uma relação de trabalho, é característica essencial e obrigatória a subordinação do empregado ao seu empregador. No quadro especial dos altos

empregados, a característica da subordinação, presente no contrato de trabalho, é tida de forma atenuada.

A insubordinação causada por um empregado ao seu empregador pode ser causa de demissão por justa causa, possuindo ou não a característica de alto empregado, nos termos do artigo 482, da CLT.

A subordinação jurídica, tratada no último ponto, é a mais aceita entre as teorias de dependências abordadas.

Quanto mais alto o cargo que exerça dentro de uma empresa, ou se o trabalho for muito especializado, menor é a subordinação encontrada no contrato de trabalho observado entre empregado e empregador. E, se for comprovada que a subordinação é nula em um contrato de trabalho, não existe relação de emprego entre empregado e empregador.

## REFERÊNCIAS

BARROS, A. M. de. **Curso de Direito do Trabalho**. 7 ed. São Paulo: LTR, 2011.

DELGADO, M. G. **Curso de Direito do Trabalho**. 7 ed. São Paulo: LTR, 2008

MARTINS, S. P. **Direito do Trabalho**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RUSSOMANO, M. V. **Curso de Direito do Trabalho**. 9 ed. Curitiba: Juruá, 2003.

\_\_\_\_\_. **VadeMecum**. 17 ed. São Paulo: Saraiva: 2014.

## UMA ANÁLISE DA TRIBUTAÇÃO FISCAL DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E SUA PROGRESSIVIDADE

Mônica Carneiro Alves (monica\_c.alves@hotmail.com.br)

Elza Terezinha Cordeiro Müller (elza.muller@ifpr.edu.br)

Curso de Ciências Contábeis - IFPR Campus Palmas

**Resumo:** O lançamento do Imposto Predial Territorial Urbano e a sua obrigação para muitos tem a face de um imposto apenas de arrecadar, pois ao longo da história teve várias bases legais o que trouxe diversas discussões em tornar sua inconstitucionalidade. O imposto na grande maioria dos municípios pequenos tem ênfase na arrecadação e manutenção das despesas municipais, porém pelo histórico conceitual do imposto acabou gerando insegurança na implementação da legislação nos municípios deixando de atender a função social. Vale ressaltar que a função fiscal é o imposto direto de obrigação dos contribuintes, onde sua base é o valor do imóvel e a função extrafiscal é social tendo referência a utilidade pública. Com o intuito de explicar a base legal do tributo e trazer a realidade de um município de pequeno porte e a aplicabilidade da legislação, o presente trabalho representa a função fiscal e a progressividade do imposto cumprindo a sua função social, assim como a forma de apuração e lançamento do imposto para a cobrança da obrigação.

**Palavras-Chave:** Alíquota IPTU. Imposto Municipal. Função Extrafiscal.

**Abstract:** The release of the property tax urban rates and his/her obligation for many have the face of a tax just of collecting, therefore along it recounts had vary her/it legal bases what brought several discussions in turning his/her unconstitutionality. The tax in the great majority of the small municipal districts has emphasis in the collection and maintenance of the municipal expenses, however for the conceptual report of the tax it ended up generating insecurity in the implementation of the legislation in the municipal districts stopping assisting the social function. It is worth to emphasize that the fiscal function is the direct tax of the taxpayers' obligation, where his/her base is the value of the property and the function extrafiscal is social tends reference the public usefulness. With sensed him/it of to explain the legal base of the tribute and to bring the reality of a district of small load and the applicability of the legislation, the present work represents the fiscal function and the progressiveness of the tax accomplishing his/her social function, as well as the counting form and release of the tax for the collection of the obligation.

**Keywords:** Aliquot Property Tax Urban (IPTU). City Tax. Extrafiscal Function.

### 1 Introdução

O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é o imposto de competência municipal, incidente sobre o patrimônio de imóveis, edificações e solos urbanos não edificados que têm como base de cálculo o valor venal do imóvel. Tem sua função fiscal na arrecadação do imposto, devendo atender a função social de acordo com o Estatuto da Cidade (FRANCO NETO, 2014).

Ocorre a progressividade no tempo do IPTU quando o mesmo deixa de atender a função social e passa a ter característica extrafiscal. Sendo identificados os imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados assim como estabelece o art. 182 da Constituição Federal, compete ao município instituir a progressividade no tempo quando estiver disposto em seu Plano Diretor. O proprietário do imóvel será notificado devendo cumprir com as obrigações, se os requisitos não forem atendidos daí então será aplicada a progressividade sobre o IPTU com o aumento da alíquota; ainda, conforme estabelece o Art. 8 do Estatuto das Cidades, se após cinco anos de cobrança do IPTU progressivo o proprietário não cumprir com a obrigação o Município poderá proceder a desapropriação do imóvel, com pagamentos em títulos de dívida pública, servindo como um instrumento de política urbana e financeiro.

Diante deste contexto qual é o procedimento para mensurar o valor a ser arrecadado sem a progressividade e com a progressividade do IPTU? Para tal resposta é necessário averiguar a forma utilizada para tributação do IPTU; descrever a forma de estipular o valor a ser tributado no caso de utilização do IPTU progressivo.

## **2 Referencial Teórico**

Nesta seção enfatiza-se o embasamento teórico referente ao trabalho exposto.

Segundo o CTN os tributos de competência municipal são os; impostos, taxas e contribuições; de melhoria; contribuição para custeio do serviço de iluminação pública- COSIP. O estudo dá ênfase ao imposto que é definido no art. 16 do CTN: “Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade específica, relativa ao contribuinte”. O sujeito passivo tem o imposto como obrigação independente de vinculação de prestação de serviço pelo município.

### **2.1 Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU**

O conceito de IPTU está estabelecido no Código Tributário Nacional (CTN) em seu art. 32º:

O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou acessão física, como definido lei civil, localizado na zona urbana do Município.

O fato gerador é o a obrigação tributária, esta situação deve estar definida em lei (CASSONE, 2011). Como estabelece o art. 32 do CTN para o

IPTU o fato gerador do imposto é a posse de propriedade ou o domínio de um bem imóvel urbano.

De acordo com a art. 15º do Código Tributário Municipal de Clevelândia, a base de cálculo é o valor venal do imóvel e suas alíquotas são seguidas conforme Planta Genérica de Valores. Sendo que o código tributário municipal deve ser em conformidade com a lei de cada município bem como as suas alíquotas e funções.

### 2.1.1 Evolução do IPTU

Para iniciar a contextualização do IPTU é importante estabelecer como começou a cobrança dos tributos. O termo vem do verbo latino *tributum* que significa "repartir entre as tribos", alguns estudiosos explicam que para garantir posse das melhores terras para plantio e caça os homens começaram a se agrupar e lutar contra inimigos, para que sua força fosse revitalizada e as forças aliadas os grupos ofereciam tributos aos seus chefes guerreiros, faraós, reis, ou Estado e até aos deuses, para que os mais fortes permanecessem. Foi com o surgimento da guerra que o caráter compulsório do tributo tomou face como instrumento de servidão entre, os egípcios, assírios, fenícios, dentre outros povos da Antiguidade (PEREIRA, 2004).

No Brasil foi com a Constituição de 1946 que os tributos começaram a tomar suas divisões tributárias consolidada na década de 1960 (METTA, 2013), face ao IPTU, o mesmo deve suas primeiras normatizações em 1891, na sua Constituição no art. 9º estabelecia a competência para cobrar o imposto aos Estados.

É da competência exclusiva dos Estados decretar impostos:

- a) sobre a exportação de mercadorias de sua própria produção;
- b) sobre Imóveis rurais e urbanos.

Assim o tributo foi declarado, sendo incidente sobre os imóveis rurais e urbanos independente de edificado ou não, posteriormente a partir da Constituição de 1934 o imposto passa ser de competência dos municípios, no art. 13º normatizou o tributo como sendo dois impostos, o predial e o territorial.

Os Municípios serão organizados de forma que lhes fique assegurada a autonomia em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse; e especialmente:

(...) § 2º - Além daqueles de que participam, *ex vi* dos arts. 8º, § 2º, e 10, parágrafo único, e dos que lhes forem transferidos pelo Estado, pertencem aos Municípios:

(...)II - os impostos predial e territorial urbanos, cobrado o primeiro sob a forma de décima ou de cédula de renda.

Foi com a décima urbana que o imposto passou a ter sua origem como o Imposto Predial e Territorial Urbano, ainda sim o imposto eram impostos distintos, o primeiro incidia sobre edificações e o segundo sobre imóveis não edificados.

Apenas em 1946 com a Constituição o imposto tornou-se apenas um, como Imposto Predial e Territorial Urbano que é o de fato (METTA, 2013).



Foi na CF de 1988 que a progressividade sobre o IPTU aparece causando diversos debates. Quando se interpreta o IPTU sobre o art. 156 a progressividade era facultativa, traz a dúvida sobre o imposto com função fiscal ou extrafiscal, neste ponto a progressividade seria em função do tempo; sob a interpretação do art. 182 que trata sobre a política urbana, o texto traz no § 4:

É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Sendo assim, ele traz a progressividade com a sua função extrafiscal, ou seja, o imposto atendendo a função social.

Como havia diversas divergências na interpretação do texto constitucional em relação a progressividade sobre um imposto real, que é o IPTU, além dos artigos citados sendo contraditórios, foi então que o Congresso aprovou a Emenda Constitucional nº 29 de 2.000, o chamado Estatuto da Cidade, onde estabeleceu que a progressividade do imposto é tanto fiscal como extrafiscal, ou seja, poderá ser progressivo em razão do valor venal do imóvel e ainda ter alíquotas diferentes em função do uso e localização do imóvel.

#### 2.1.2 Características do IPTU

A função dos tributos é atender as exigências estabelecidas em lei do fato lícito, em sua essência é a geração de riqueza para o ente federado. O art. 3º do CTN define que o tributo em sua essência, é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituído em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. (COELHO, 2005).

É a simples arrecadação estabelecida em lei específica, que deve dispor do fato gerador, base de cálculo e as suas alíquotas para financiar a administração pública e fundos de fomento regionais.

##### a) Função Fiscal

O IPTU trás o sentido Fiscal como sendo “Estado”, ou seja, arrecadação para suprir as necessidades do Estado, contudo o IPTU que atende característica de um imposto direto sendo que o mesmo contribuinte responsável pela obrigação do tributo é aquele que suporta o ônus do imposto, deste ponto pode ser analisado como sendo também um imposto real que

incide sobre o patrimônio levando em consideração a capacidade econômica do contribuinte.

Nogueira (1999, *apud* CASSONE, 2011) reafirma dizendo que “o imposto direto tem a virtude de poder graduar diretamente a soma devida por um imposto, de conformidade com sua capacidade contributiva”.

Diante disto, quando o proprietário tem a posse de mais de um bem o mesmo deverá contribuir com o imposto sobre o valor venal de cada um dos imóveis em seu nome, independente do valor destes, ou seja, de acordo com a capacidade contributiva do sujeito.

#### b) Função Extrafiscal

O IPTU traz a faceta de imposto extrafiscal de acordo com o art. 182º da CF que estabelece a política de desenvolvimento urbano, mais tarde a lei nº 10.257 de julho de 2000, o Estatuto da Cidade desmembra o referido artigo. O art. 156 da CF, com alteração da Emenda Constitucional nº 29 de 13 de setembro de 2000, em consonância com o art. 156º deixa claro a aplicação da progressividade:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

(...), § 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá:

I - ser progressivo em razão do valor do imóvel; e

II - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

O imposto progressivo é o imposto cuja alíquota varia de acordo com a sua base de cálculo, “o IPTU é o único imposto expressamente progressivo” (SABBAG 2011, p. 165).

O tributo passa a ter caráter extrafiscal no caso do IPTU, quando se apresenta como instrumento de política urbana ou ainda de comportamento de agentes privados (FRANCO NETO, 2014), havendo a progressão da alíquota do imposto quando couber, levando em consideração a capacidade contributiva do contribuinte.

De acordo com o art. 7º do Estatuto da Cidade, para que se possa aplicar a progressividade nos imóveis, os mesmos devem estar em descumprimento com o 5º que trata do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios. Portanto, quando o imóvel deixa de cumprir a sua função, o executivo municipal deve notificar o proprietário para que seja dada a devida utilização do imóvel, “devendo fixar as condições e os prazos para a implementação da referida obrigação”, mesmo depois de autuado e respeitado o prazo legal que é de; um ano a partir da notificação para protocolar o projeto; dois anos para iniciar as obras, a partir da aprovação do projeto, caso o imóvel não cumpra com a notificação e com os prazos estabelecidos, então será aplicada a alíquota específica anualmente de no máximo 15% por 5 anos consecutivos sobre o imposto devido, porém se o mesmo não cumprir com a obrigação durante o prazo de 5 anos, o executivo municipal manterá a alíquota máxima até que se cumpra a obrigação, se ainda o proprietário não cumprir com a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização do imóvel

decorridos 5 anos de cobrança do IPTU progressivo, “o município poderá proceder a desapropriação do imóvel, com pagamentos em títulos de dívida pública” (EC nº 29/000).

### 3 Metodologia da Pesquisa

Destaca-se que a metodologia aplicada é documental e bibliográfica, que segundo Gil (2010) a pesquisa documental se caracteriza como toda forma de documentos com finalidades diversas, já pesquisa bibliográfica, é o material já elaborado, com objetivo específico de ser lido por públicos específicos.

A vantagem da pesquisa bibliográfica está “no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômeno muito mais ampla do que aquela que poderia ser pesquisada diretamente,” (GIL, 2010 p. 30). Neste contexto Beuren (2014, p. 89) completa dizendo que a “pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Quanto ao objetivo geral é pesquisa descritiva que de acordo com Gil (2010, p. 27) é “a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”. Por fim, em relação à abordagem do problema é pesquisa qualitativa, sendo esta conforme Beuren (2014, p. 92), uma análise mais profunda em relação ao fenômeno que está sendo estudado, visando destacar características não observadas em um estudo quantitativo.

No que se refere à população, que segundo Beuren (2014, p. 118) “é formada pela coleção de propriedades ou atributos das unidades elementares que estão sob estudo” para o presente trabalho a população é Prefeitura Municipal de Clevelândia, que já destaca sua arrecadação e aplicabilidade da progressividade do IPTU. Dessa forma, a amostra é por acessibilidade, em face da dificuldade de obter informações precisas.

Os instrumentos da pesquisa além de uma entrevista respondida pelo Chefe do Departamento de Tributação do Município de Clevelândia de, Sr. Renato Almeida. Foram cedidos para análise, conjuntos de documentos, relatórios administrativos, (de arrecadação e informativos municipais), legislações federais e municipais. Também, periódicos relacionados a autores tributaristas e artigos contextualizados ao tema do trabalho, basicamente referencial bibliográfico.

O levantamento de dados foi realizado no período entre os meses de outubro a dezembro de 2015, sendo que as informações são referentes ao exercício 2014 no período de janeiro a dezembro. A apuração, análise e demonstração dos dados estão apresentadas em quadros com textos explicativos.

### 4 Resultado e Discussão

Neste tópico expõem-se análise da arrecadação fiscal, assim como a forma de lançamento do IPTU fiscal e progressivo atribuído à arrecadação municipal.

#### 4.1 Arrecadação Fiscal

O trabalho tem como mostra o município de Clevelândia, localizado no sudoeste do Paraná, com área total de 701,5234 Km<sup>2</sup>. Conforme o último censo de 2010 possui uma população de 17.232 habitantes sendo destes 14.756 da zona urbana e 2.476 da zona rural.

Após entrevista aplicada e respondida pelo Chefe do Departamento de Tributação, representando a administração pública, verificou-se que o IPTU no Município de Clevelândia atende somente sua função fiscal, portanto de mero arrecadador e financiador das despesas públicas, mesmo porque a arrecadação do imposto é vista como uma receita livre, portanto o executivo municipal pode destinar o recurso para a área que achar necessário.

No quadro 01 descreve-se a receita arrecadada de IPTU de forma detalha.

Quadro 01 - Receita do IPTU no Município de Clevelândia em 2014.

Receita por Detalhe				
Descrição	Imposto Urbano Predial	Imposto Territorial	IPTU Exercícios Anteriores	Total do Período
Previsão Atualizada Bruta	R\$ 404.652,00	R\$ 297.000,00	R\$ 1.353,00	R\$ 703.005,00
Previsão das Deduções:	0,00	0,00	0,00	0,00
- FUNDEB	R\$ 27.500,00	R\$ 14.850,00	0,00	R\$ 42.350,00
- Demais				
Previsão Atualizada Líquida	R\$ 377.152,00	R\$ 282.150,00	R\$ 1.353,00	R\$ 660.655,00
Arrecadação Bruta	R\$ 383.421,19	R\$ 130.922,65	0,00	R\$ 514.343,84
Deduções da Arrecadação:	0,00	0,00	0,00	0,00
- FUNDEB	R\$ 34.018,16	R\$ 14.281,81	0,00	R\$ 48.300,57
- Demais				
Arrecadação Líquida	R\$ 349.402,43	R\$ 116.640,84		R\$ 466.043,27

Fonte: Adaptado de <http://www.portal.clevelandia.pr.gov.br>, (2015).

Conforme disposto no quadro 01 nota-se que a arrecadação prevista para o exercício de 2014 foi de R\$ 703.005,00, sendo deste R\$ 404.652,00 de imposto predial urbano, R\$ 297.000,00 de imposto territorial, como também receitas oriundas de pagamentos de IPTU de exercícios anteriores, as deduções previstas tanto na previsão como na arrecadação, são em relação ao pagamento antecipado que obtiveram 10%, sendo a taxa efetiva dos percentuais aplicados conforme a data de vencimentos em parcela única, comparando-se com os vencimentos parcelados, que o contribuinte do IPTU

tem por opção em cada ano calendário, sendo que para o ano de 2015 o percentual de dedução foi alterado para 15% sua previsão. Assim resultou em uma previsão líquida de arrecadação no total de R\$ 660.655,000 já com as devidas deduções.

Já, a arrecadação líquida realizada, foi de R\$ 466.043,27 com as devidas deduções, sendo arrecadado sobre imposto predial um montante bruto de R\$ 383.421,19 com a dedução de 10% de R\$ 34.018,16 resultando sobre o imposto predial uma arrecadação líquida de R\$ 349.402,43. No imposto territorial a arrecadação bruta foi de R\$130.922,65, com dedução de R\$ 14.281,81, obtendo um montante de R\$ 116.640,84.

Quanto a arrecadação de períodos anteriores não houve nenhuma arrecadação efetiva bem como por não ser dentro do prazo também não há deduções sobre o imposto devido.

Obteve-se uma arrecadação de 66,60% dos valores lançados (previstos) para cobrança do IPTU, portanto a diferença de 33,30% refere-se ao não pagamento da obrigação. Aos que não efetuaram o pagamento dentro do exercício fiscal, o imposto devido é lançado em dívida pública no último dia do exercício, portanto os imóveis constam com débitos em dívida pública.

Quando questionado quanto às alíquotas aplicadas e suas áreas de aplicação, a resposta foi que as alíquotas seguem o que está disposto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 002/2009). Segundo a Planta Genérica de Valores as áreas são denominadas “Padrões” para os imóveis edificados que no município constam 4, e também é aplicado a alíquota sobre “Galpão alvenaria” e “Galpão madeira”. Para os terrenos os mesmos são dispostos em 5 Zonas, porém, infelizmente não há disponibilizado um mapa para que se possa fazer uma análise em qual das zonas e padrões há a maior arrecadação.

Quadro 2 - Planta Genérica de Valores do Município de Clevelândia – PR.

<b>Edificações – Valores por Padrões</b>	<b>Terrenos – Valores por Zona</b>
Padrão 1 R\$ 283,31 (18,75 UFM) p/m <sup>2</sup>	Zona 1 - R\$ 42,30 (2,80 UFM) p/m <sup>2</sup>
Padrão 2 R\$ 226,65 (15,00 UFM) p/m <sup>2</sup>	Zona 2 - R\$ 28,10 (1,86 UFM) p/m <sup>2</sup>
Padrão 3 R\$ 169,98 (11,25 UFM) p/m <sup>2</sup>	Zona 3 - R\$ 14,05 (0,93 UFM) p/m <sup>2</sup>
Padrão 4 R\$ 113,32 (7,50 UFM) p/m <sup>2</sup>	Zona 4 - R\$ 6,95 (0,46 UFM) p/m <sup>2</sup>
Galpão Alvenaria R\$ 169,98 (11,25 UFM) p/m <sup>2</sup>	Zona 5 - R\$ 1,66 (0,11 UFM) p/m <sup>2</sup>
Madeira R\$ 113,32 (7,50 UFM) p/m <sup>2</sup>	

Fonte: [http://www.clevelandia.pr.gov.br/intranet/restrito/legislacao/leiss/lei\\_complementar\\_002\\_codigo\\_trIBUTARIO.pdf](http://www.clevelandia.pr.gov.br/intranet/restrito/legislacao/leiss/lei_complementar_002_codigo_trIBUTARIO.pdf). (2016).

De acordo com a planta genérica de valores do Código Tributário Municipal da cidade, o valor de R\$15,11 é a UFM (Unidade Fiscal Municipal) que é aplicada por m<sup>2</sup>, conforme quadro 2. Os valores representados no quadro 2, são o resultado das expressões numéricas, onde o valor do imposto das edificações é o dado por  $VVT + VVP * 0,4\%$ , sendo que VVT é o valor venal do terreno e VVP, o valor venal do prédio, ainda o VVT é o resultado de da área do imóvel multiplicado pelo valor do m<sup>2</sup>, portando o valor da representado nas

zonas é o dado pela expressão  $VVT*1\%$ , ou seja o valor venal do imóvel multiplicado por 1%. As áreas disposta do quadro correspondem ao perímetro urbano, sendo que em cada área é aplicado uma determinada alíquota, porém, deveria estar disposto em um mapa e esse para consulta o que não há.

Desta forma é calculado o valor do imposto devido do imóvel respeitando a sua função arrecadatória. Para obter o valor do IPTU com a progressividade, seria necessário um decreto municipal que normatizasse a sua aplicabilidade, contendo os prazos legais e a alíquota específica que deve ser anual. O Estatuto da Cidade traz que a alíquota máxima deve ser de 15%, sobre o valor do imposto devido, como comentado anteriormente.

#### 4.2 A Arrecadação Extrafiscal

Apesar de haver no Código tributário Municipal assim como no seu Plano Diretor o município de Clevelândia não tem uma lei específica que regulamente a cobrança do IPTU progressivo, tanto como em razão da sua função social assim como de acordo com a sua localização, seu lançamento é feito de acordo com o Art. 156 da CF com a interpretação da sua função fiscal, onde a base de calculo é o valor venal do imóvel.

Caso o município de Clevelândia aplicasse a progressividade do IPTU, primeiramente deveria ser feito uma reavaliação nos imóveis da cidade, e no planejamento do município, criação de um mapa atualizado, pois o mesmo não existe, com as devidas áreas de aplicação da alíquota de acordo com o tipo e localização do imóvel. A forma de apuração está estabelecida segue o plano diretor já destacado anteriormente seguindo o Estatuto da Cidade, lançamento independente de progressivo ou não é realizado anualmente, individual por imóvel.

Como não normatização da progressividade do município, não há bases para calcular qual seria o valor arrecado com a progressão, mesmo porque os dados cadastrais dos imóveis são desatualizados, portanto é impossível calcular o alcance tanto como a arrecadação, assim como as mudanças na infraestrutura da cidade, pois muitos seriam os imóveis que passariam a ter a alíquota progressiva, certamente os terrenos abandonados ou com má utilização do solo, causando transtornos para os contribuintes.

### 5 Considerações Finais

Sempre que abordado o tema, em razão da complexibilidade da legislação atual, acaba gerando duvidas sobre o IPTU, a população geralmente não sabe qual origem da obrigação, além da falta de informações do órgão competente, o que reflete no município, na infraestrutura e também na arrecadação do imposto. Com o intuito de elucidar o tema foi destacado durante o trabalho qual é o procedimento para mensurar o valor a ser arrecadado sem a progressividade e com a progressividade do IPTU, trazendo seu embasamento legal e aplicabilidade no município de Clevelândia, assim a



forma de tributação do imposto, seu lançamento e arrecadação do ano exercício 2014.

Porém, quando se conceitua a função extrafiscal do imposto, em virtude das formas de interpretação da legislação de alguns autores, pode-se notar que o município deixa de arrecadar o valor referente a progressividade do IPTU por não ter uma lei que normatize a cobrança mesmo trazendo em seu plano diretor, reflexo de desleixo e falta de informação do executivo municipal, pois não há parametrização alguma nem ao menos atualizações quando trata-se do planejamento urbano.

A falta de controle e informações do município foi destacada quando indagados se havia um mapa para a cobrança do IPTU, pois no código tributário municipal há a planta genérica que divide o município de acordo com as áreas porém o mapa não é disponibilizado para consulta pública, ou seja, não há como afirmar que o valor que está sendo lançado e portanto arrecadado seja justo.

O trabalho inicialmente destaca a arrecadação do município, tanto fiscal como a progressiva, o primeiro foi detectado que o município não tem um decreto/lei que normatize sua cobrança, assim, um ponto analisado para o IPTU progressivo, é a necessidade de conhecer quais são as áreas e quais alíquotas são aplicadas, diante desta análise verificou-se que o executivo municipal não tem um mapa que norteie a cobrança do imposto, ou seja, o lançamento de cobrança é feito da mesma forma há anos.

Da mesma forma com o desejo de averiguar a arrecadação progressiva para chegar em um montante mensurável, é necessário o valor venal dos imóveis o que não é disponibilizado e ainda está desatualizado na tributação municipal.

Apesar das dificuldades para implementar a progressividade nos municípios, é fato que a sua arrecadação e as melhorias para a cidade são válidas, portanto, para que possa ser aplicada, cada município necessita de estudo específico e aplica seus decretos conforme a sua realidade, seguindo alguns dos passos que foram explanados no trabalho.

## Referência

BEUREN, I. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2006.

BRASIL, Lei Complementar n. 002, de 22 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o Sistema Tributário do Município, sua reforma e consolidação, e dá outras providências. **Diário do Sudoeste**, Pato Branco, PR, 29 de dez. 2009. Disponível

em: <[http://www.clevelandia.pr.gov.br/intranet/restrito/legislacao/leiss/lei\\_complementar\\_002\\_codigo\\_tributario.pdf](http://www.clevelandia.pr.gov.br/intranet/restrito/legislacao/leiss/lei_complementar_002_codigo_tributario.pdf)>. Acesso em: 09 julho 2015.

BRASIL, Lei Municipal nº 2.103, de 17 de dezembro de 2007. Institui as Diretrizes do Plano Diretor Municipal – PDM – Clevelândia, nos termos que dispõe no artigo 182 da CF, O Estatuto da Cidade – leis Federal nº 10.257-01, a Lei orgânica e dá outras providências. **Diário do Sudoeste**, Pato Branco, PR, 18 de dez. 2012. Disponível em:<[http://www.clevelandia.pr.gov.br/intranet/restrito/legislacao/leiss/plano\\_diretor\\_.pdf](http://www.clevelandia.pr.gov.br/intranet/restrito/legislacao/leiss/plano_diretor_.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2015.

BRASIL, Lei Municipal nº 8888, 04 de abril de 1990. Institui a Lei orgânica e o ordenamento político-administrativo básico do município de Clevelândia. **Diário do Sudoeste**, Pato Branco, PR, 24 nov. 1990. Disponível em:<[http://www.clevelandia.pr.gov.br/intranet/restrito/legislacao/leiss/lei\\_nr\\_8888\\_\\_180912\\_1642.pdf](http://www.clevelandia.pr.gov.br/intranet/restrito/legislacao/leiss/lei_nr_8888__180912_1642.pdf)>. Acesso em: 19 junho 2015.

BRASIL, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 de julho 2001. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 19 nov. 2015.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, **Art. 156,182, 146**. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 de out. 1988. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 14dez. 2015.

BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Sala das Sessões do Congresso Nacional Constituinte**, Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho. 1934. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm)>. Acesso em: 27 nov. 2015.

BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Sala das Sessões do Congresso Nacional Constituinte**, Rio de Janeiro, RJ, 24 de fev. 1891. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm)>. Acesso em: 14dez. 2015.

CASSONE, V. **Direito Tributário**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

COÊLHO. S. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

FRANCO NETO. Alguns Apontamentos da Função Extra-fiscal do Imposto Predial e Territorial Urbano. **Revista do Curso de Direito do Centro Universitário Candido Rondon – UNIRONDON**. Cuiabá. v. 1. Especial p. 86-100. 2014. Disponível em:<file:///C:/Users/monica%20alves/Downloads/Revista\_Direito.pdf>. Acesso em: 09 julho 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Normas de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos**. Disponível em: <[http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas\\_ifpr\\_completa\\_alta\\_impresao.pdf](http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas_ifpr_completa_alta_impresao.pdf)>. Acesso em: 13 de ago de 2015.

GIL, A. **Como Elaborar Trabalhos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

METTA, V. S. IPTU e o princípio da progressividade. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 115, ago 2013. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=13577](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13577)>. Acesso em: 05 julho 2015.

SABBAG, E. **Manual de Direito Tributário**. 3. ed. Saraiva São Paulo 2011.

SILVA, S. Sistema Tributário Nacional: fiscalidade, parafiscalidade e extrafiscalidade. **JusBrasil**. Disponível em: <<http://saamssilva.jusbrasil.com.br/artigos/119871459/sistema-tributario-nacional-fiscalidade-parafiscalidade-e-extrafiscalidade>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

## UMA ANÁLISE ÉTICA ACERCA DA ELISÃO FISCAL

Eduardo Stachera (eduardos@tjsc.jus.br) <sup>1</sup>  
Mariana Hazt Lencina (marianahaztlencina@hotmail.com) <sup>2</sup>  
Francieli Maria de Lima ([francieli.lima@ifpr.edu.br](mailto:francieli.lima@ifpr.edu.br)) <sup>3</sup>

<sup>1,2,3</sup> IFPR - Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo levantar a discussão sobre um tema recorrente no meio empresarial, mas que para a maioria da população ainda é desconhecido, ou simplesmente desconsiderado. Trata-se da elisão fiscal. De outra monta, existe um fenômeno muito parecido que é recorrentemente ventilado pela mídia – sonegação de impostos. A prática para esquivar-se do pagamento de tributos pode ocorrer de varias formas. Algumas delas com amparo legal e outras de maneira vedada pelo ordenamento jurídico pátrio. Além da acentuada diferença do ponto de vista legal, existem importantes questionamentos que devem ser levantadas no tocante a prática tributária. A conclusão aponta para o fato de que apesar da elisão ser um ato lícito, a mesma afronta muitos aspectos éticos, sendo assim no mínimo reprovável.

**Palavras-chave:** Tributária –Sonegação -Lícito –Aspectos Éticos.

**Abstract:** The present article aims to raise the discussion about a recurring theme in the business environment, but that for big part of population is still unknown, or simply disregarded. It's about tax avoidance. From the other side, there is a very similar phenomenon that is recurrently ventilated by the media - tax evasion. The practice to evade payment of taxes can occur in several ways. Some of them with legal support and other way prohibited by the Brazilian legal system. In addition to the sharp difference from a legal point, there are important questions that must be raise dregarding the tax practice. The conclusion points to the fact that despite the circumvention be a lawful act, the same outrage many ethical aspects, thus at least reprehensible.

**Keywords:** Tax Law – Tax Evasion - Laeful – Ethical Aspects.

### 1 Introdução

A origem do tributo na história das sociedades remonta ao Egito Antigo, em ordem aproximada à data de 10.000 a.c. (FERRARI, 2013), e se considerada em sua substância, continua sendo a mesma prática até a atualidade. Consiste também na principal forma de sustentação econômica da maioria dos Estados do globo ao decorrer das gerações. Logicamente, quando se refere ao mundo antigo não se pode falar em direito tributário ou lei

tributária, ao menos do modo que então conhecemos. A não ser é claro pelo seu valor histórico. Naqueles tempos pretéritos, a quota devida ao governo era calculada ao devaneio do rei e no mais das vezes de maneira corrosiva à própria economia. Pelo advento das constituições muita coisa mudou, sendo possível falar inclusive em função social do tributo.

Como a prática de arcar com as obrigações perante o fisco nunca foi vista com prazer por nenhum povo pagador do mundo, muitas foram as maneiras de tentar esquivar-se de seu cumprimento. Referidas maneiras podem ser divididas do ponto de vista do direito e da própria análise social em dois grandes blocos, sendo elas lícitas ou ilícitas. Neste ponto emerge o tema do presente artigo, a elisão fiscal. Podendo ser referida pelo simples nome, no direito português, de elusão.

Não existem relatos de elisão tão antigos quanto aos que dizem respeito à origem da tributação. Não obstante, no *Concilium* 135 consta uma passagem de mais de 650 anos, na qual é possível identificar o ato. Determinada comuna havia criado uma taxa para aqueles que objetivassem vender a pele dos animais caçados em praça pública. No advento da norma, determinado caçador que lá objetivava empreender comércio, negou-se a pagar a quota fiscal alegando que não utilizava o chão da praça, conforme constava expressamente em lei, mas que transitava por ela (SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ELISÃO FISCAL, 2001). O exemplo é simples, porém muito ilustrativo quando da caracterização da prática elusiva.

A elisão fiscal consiste na prática de uma conduta lícita, executada com o intuito de pagar a menor carga tributária autorizada por lei, e deve, necessariamente, ser praticada antes do advento do fato gerador. Não obstante, para melhor esclarecimento, os conceitos mencionados neste parágrafo serão discorridos nos tópicos a seguir.

## 2 Conceitos

### 2.1 Elisão Fiscal

A elisão fiscal pode ser definida como sinônimo de planejamento tributário, efetuada com o condão de diminuir ou isentar o pagamento da carga tributária, sempre antes do fato gerador, sobre determinada operação financeira nos limites já dispostos pela lei. O citado planejamento, desde que observados determinados requisitos, implementa-se através de manobra interpretativa, ou seja, ligada ao entendimento da lei em si, promovendo a descaracterização de determinado fato gerador. Denota-se que o principal requisito a ser observado para a incidência do tributo consiste na ocorrência do fato gerador.

Para Ricardo Lobo Torres a elisão divide-se em lícita e ilícita. Preceitua ainda que a modalidade lícita seria totalmente legítima:

Elisão (tax avoidance em inglês; Steuerumgehung em alemão; elusione em italiano) pode ser lícita (= planejamento fiscal consistente) ou ilícita (=

planejamento fiscal abusivo = abusive tax avoidance). No primeiro caso, é a economia de imposto alcançada por interpretação razoável da lei tributária; no segundo, é a economia do imposto obtida pela prática de um ato revestido de forma jurídica que não se subsume na descrição abstrata da lei ou no seu espírito (TORRES, 2013. p. 08).

Torres, na mesma obra, aponta a visão de Amilcar de Araújo Falcão, o qual defende a tese da ilicitude da prática elisiva:

A tese da ilicitude da elisão, hoje em refluxo, defenderam-na os adeptos da consideração econômica do fato gerador e da autonomia do direito tributário, já que constituiria abuso da forma jurídica qualquer desconformidade entre a roupagem exterior do negócio e o conteúdo econômico que lhe corresponde; entre seus defensores destacou-se Amilcar de Araújo Falcão (TORRES, 2013. p. 08-09).

## 2.2 Fato Gerador

Quando o assunto é direito tributário, existem alguns institutos jurídicos que intuitivamente são a ele associados. Vale dizer que os referidos institutos, em casos tais, não carregam uma carga positiva atrelada a si. É possível citar o exemplo da sonegação de impostos ou então da evasão de divisas. Esse fenômeno tem associação direta no imaginário das pessoas e possivelmente ocorre em virtude de o direito penal tutelar os bens jurídicos de determinadas fraudes. Por consequência, recebem maior atenção midiática. Muitas vezes ocorre verdadeira espetacularização de fenômenos jurídicos, promovida por detentores dos meios de comunicação. Neste momento não é pertinente dissecar de forma minuciosa cada um dos institutos. Não obstante, torna-se imprescindível apontar duas diferenças entre o tema principal do texto e os meios considerados ilegais frente ao ordenamento jurídico pátrio.

Primeiramente, cumpre-se citar que a elisão se difere dos outros institutos por não carregar consigo um caráter imediato de ilicitude, uma vez que da sua ocorrência no direito brasileiro, não considera-se razoável falar em crime. É necessário citar que parte da doutrina defende a existência de múltiplas maneiras de planejamento tributário, que também seriam lícitos. São adeptos dessa linha de pensamento Klaus Tipke e Ricardo Lobo Torres. Para eles, é possível dividir a própria evasão fiscal em lícita e ilícita, dependendo de seu modo de implemento.

A segunda informação diz respeito à ocorrência do fato gerador, tema mais ligado a técnica tributária e que será objeto de análise neste momento. O fato gerador, conforme dito anteriormente, é quem dá gênese à obrigação tributária. Fazendo um paralelo, é possível citar o exemplo de uma gravidez. Tanto nela, quanto no caso elisivo, se tomados os devidos cuidados, o resultado final pode nem vir a acontecer – fecundação e a obrigação tributária, respectivamente. Não obstante, uma vez confirmada não há saída possível dentro da legalidade. Na prática tributária, se a manobra é efetuada antes da ocorrência do fato gerador, fala-se em elisão fiscal, portanto legal. Porém, se a



operação realiza-se posteriormente ao fato gerador, tratar-se-á de espécie de ilícito fiscal, podendo por exemplo ser configurada fraude à lei ou então simulação. Na gravidez os efeitos não são diferentes, se as providências forem tomadas antes da fecundação o direito não se preocupará com o assunto. Caso contrário estaria se incidindo no crime de aborto.

Conceito de fato gerador, segundo Martins e Scardoelli:

No plano abstrato ou normativo, fato gerador significa a descrição legal do evento que, uma vez ocorrido, dará nascimento à obrigação tributária, acepção em que a melhor Doutrina o designa por hipótese de incidência. Já no plano concreto ou fático, refere-se à ocorrência efetiva do fato descrito na lei tributária, melhor designada por fato jurídico-tributário ou simplesmente fato gerador (MARTINS; SCARDOELLI, Obrigação Tributária e Fato Gerador).

Concluindo, tem-se que o fato gerador sempre estará disposto na lei, fato gerador é o que a lei (em sentido estrito) dispõe expressamente e é a partir dele que nasce a obrigação pecuniária.

### 3 Função Social dos Tributos

O sistema econômico em que o Brasil está inserido enquadra-se em uma realidade neoliberal.

O núcleo essencial desse sistema, do ponto de vista econômico, encontra-se em uma regulamentação mitigada do mercado e de suas transações. Desta maneira, é de fácil constatação que a maioria das empresas com sede no país não é de propriedade estatal, mas sim administrada por particulares.

O referido modelo econômico – tendo como principal método descentralizador as privatizações-, foi implementado de maneira mais acentuada no governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesta mesma linha, é notório vislumbrar que a maior parte das riquezas internas (âmbito nacional), circula pelas mãos da iniciativa privada. Sendo assim, denota-se que a principal maneira de manter os custos da Estatais (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), recai sobre a tributação. Neste condão, estão inclusos aqueles impostos que atingem as pessoas jurídicas, como os relativos ao transporte de mercadorias ou o da própria exportação. Existe também a tributação incidente sobre particulares, o mais em voga com as últimas gestões governamentais é o IPI (Imposto Sobre Produto Industrializado).

No contexto deste tópico, já mencionou o ilustre integrante do tribunal constitucional alemão, Paul Kirchhoff: “Enquanto a Constituição deixa em poder dos particulares o domínio individual sobre os bens econômicos (...), o Estado só pode financiar-se por meio da participação no êxito da economia privada” (1998, p. 26).

Em linhas gerais, foi demonstrado o aporte prático sobre a destinação e função do tributo pelo prisma governamental, ou seja, para o custeio de

serviços como educação, saúde, transporte, segurança, dentre tantos outros. Tal raciocínio é retirado da própria Carta Política, quando dispõe:

Art. 3º- Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I – Constituir uma sociedade livre justa e solidária; (...)
  - III – Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
  - IV – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (Constituição Federal de 1988).

Dentre vários exemplos, foi escolhido o terceiro artigo da Carta Política para extrair do próprio texto constitucional a legitimidade ética para tributar.

Pois bem, como visto o Brasil não assume posição demasiadamente centralizadora no que diz respeito a economia (como em um regime socialista), basta que seja considerado o domínio de muitas empresas que atuam em âmbito nacional. Desta maneira é clarividente sua dependência da receita tributária.

Dentre os objetivos da nação elencados no art. 3º encontram-se o de erradicar a pobreza, promover a igualdade social e regional e em uma visão mais ampla, o de propiciar uma vida mais digna a todos os cidadãos. Tal missão reputar-se-á utópica sem uma necessária repartição de renda.

Prosseguindo no raciocínio, merece atenção da ciência ética um fenômeno Jurídico- Constitucional que ganha relevância desde o fim da 2ª guerra mundial: os direitos fundamentais ditos de terceira geração. Denominados também de direitos a fraternidade estão estritamente ligados com a solidariedade e o bem da coletividade.

De todo o apresentado acima, considerando precipuamente o bem estar da coletividade, retira-se a função social do tributo e sua importância para a economia contemporânea.

#### **4 Elisão Fiscal e seu Reflexo Desleal no Meio Empresarial**

É de conhecimento comum que o Estado brasileiro pratica uma das maiores cargas tributárias de todo o mundo, o que consiste em um incentivo natural para que pessoas físicas e jurídicas venham a realizar manobras que visem livrar-se de encargos tributários.

Do ponto de vista econômico não importa se o ato cometido para não honrar a quota governamental é legal para o direito ou não, uma vez que a pretensão de arrecadação anterior simplesmente não se concretizou. Ou seja, determinadas pessoas jurídicas realizaram o pagamento de forma normal, enquanto outras utilizam-se de métodos evasivos para não o fazer, ou encontrando formas para promover sua minoração.

Desde os séculos XVII e XVIII, com o advento da Revolução Industrial, a tendência mundial é a globalização do comércio. Desta maneira, existe um

nível gradual de competitividade entre os componentes do mercado nos seus mais variados ramos.

Ora, fazendo uma comparação entre a explicação dos parágrafos antecedentes e inserindo-a em nossa realidade econômica – qual seja, alto índice de impostos e competitividade imensa-, é fácil vislumbrar que qualquer espécie de barateamento de custos seja muito bem-vinda, seja ela proveniente do próprio processo de produção, armazenagem, distribuição ou mesmo através de manobras tributárias que visem elidir.

Conclui-se desta exposição que a elisão fiscal acaba se tornando extremamente antiética se analisada do ponto de vista empresarial. Basta mencionar que empresas com um bom aporte jurídico e contábil, empenhando muito recurso para isso, galgarão largas vantagens àquelas não tão eficientes em abater tributos. Tendo assim possibilidade de se agigantarem frente as outras, barateando o custo de seus produtos. Mas ela, a elisão, não é injusta somente por esse prisma.

Para dar legitimidade ao pensamento, cita-se definição de ética empresarial, a qual por óbvio não pode ser totalmente distanciada da visão moderna de ética:

A tensão permanente entre "valores universais" e "valores individuais" é a tônica da investigação ética. Sendo assim, pode-se definir a ética a partir de uma reflexão, da busca de uma teoria sobre a conduta humana. A investigação ética, além de visar ao estabelecimento de conceitos sobre o comportamento moral dos seres humanos, pode ser entendida a partir do seguinte princípio: toda decisão que implicar danos ou prejuízos diversos aos outros não pode ser considerada ética. Nos termos expressos, a ética não pode apresentar-se como ameaça ou como "aquilo que as pessoas, empresas ou governos jamais fariam se não fossem obrigadas (PONCHIROLLI; LIMA. Artigo Ética Empresarial, p. 9).

Além de impossibilitar as empresas não praticantes do planejamento de diminuírem os preços de seus produtos, impedindo assim sua competitividade no mercado direto, a elisão também transfere a conta de seus adeptos. Quando se analisa o fato de que o Estado não poderá deixar de arrecadar e irá fazê-lo de modo a arcar com seus custos de manutenção, de qualquer forma o resultado produzido torna-se desastroso. A empresa que esquivou-se da obrigação provocará um rombo que precisará ser preenchido.

A primeira medida adotada será aumentar as alíquotas e muito provavelmente as maneiras de tributar ou então o próprio número de espécies de tributos. Tal situação gera uma profunda desigualdade, que corrobora para falência de empresas não praticantes do planejamento tributário e também para situações mais complicadas como o monopólio e o oligopólio de determinado ramo do mercado. A elisão culmina em um ciclo vicioso e se alastra como uma droga, uma vez que suas vantagens a primeira vista são magníficas. Não obstante, produzem resultados desastrosos no corpo estatal, na relação empresarial e na própria ética do mercado e entre os próprios componentes desse – os cidadãos que nele atuam.

## 5 A Transferência Obrigacional da Pessoa Jurídica para o Cidadão, motivada pelo Planejamento Tributário

O tópico anterior tratou da transferência obrigacional da carga tributária entre empresas, o que por si já traz problemas pontuais às relações do mercado e é comprovadamente injusto.

Será abordada uma segunda transferência que ocorre quando não é mais possível direcionar a obrigação do tributo entre empresas, e por consequência quem terá de pagar a conta é o cidadão brasileiro comum, o assalariado.

Impossível não elencar neste contexto uma tradução perfeita do tema feita por Minikovsky: “Acontece que o empresário repassa o ônus para a classe dos consumidores e o consumidor não tem a quem repassar o tributo” (Minikovsky, 2004, p. 13).

Ora, em uma sociedade como a brasileira, de profunda desigualdades sociais, em que as diferenças de renda e de qualidade de vida são estratosféricas, obrigar o outro a pagar uma conta que deveria ser arcada por uma multinacional, por exemplo, chega a beirar a crueldade. Deve-se salientar a palavra obrigar, tendo em vista que as pessoas jurídicas tem a oportunidade de transferir essa conta e uma vez passada para a população, ela nada poderá fazer, somente arcar com mais esse ônus. Em linguagem mais simples, não existe ninguém abaixo para transferir a obrigação.

Infelizmente no Brasil as pesquisas voltadas a essa área ainda não provocam tanto interesse, tampouco são comuns de se encontrar. Entretanto, para sair da linha puramente argumentativa e demonstrar do ponto de vista fático, serão citados nesse tópico dois exemplos dos impactos da elusão na sociedade estadunidense.

Em um curso disponibilizado pela Escola da Administração Fazendária -ESAF, o professor Marco Aurélio Greco cita a realidade econômica do país norte americano. Ancorado no próprio secretário econômico da época, Dr. Lawrence Summers, menciona em um de seus discursos que a elisão fiscal era o principal problema fiscal dos EUA daquela época.

Dizia o Secretário Summers que se fosse feita uma comparação entre a carga tributária de 1970 e a de 1997 e se verificasse como foi o perfil para as pessoas físicas e jurídicas, encontrar-se-ia o seguinte quadro: que, se as pessoas jurídicas pagassem em 1997o mesmo percentual proporcional de tributação de 1970, elas deveriam, em 1997, ter recolhido US\$40 ou US\$50 bilhões de tributos a mais. Mas se fosse feito o mesmo cálculo para as pessoas físicas, se em 1997 elas pagassem a mesma proporção de tributo que tinham pago em 1970, deveriam pagar a menos cerca de US\$40 ou US\$50 bilhões, o que significa que houve, para a ótica do Estado, apenas um deslocamento da fonte: o que vinha das pessoas jurídicas passou a vir das pessoas físicas(...) (SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ELISÃO FISCAL, 2001, p. 20).

Vislumbrando o depoimento de Summers, fica claro que o tema não carrega caráter utópico, o deslocamento de obrigação ocorre de fato. Observa-se ainda, do exposto pelo professor Greco, que em um sistema econômico com práticas elisivas mais desenvolvidas, a transferência obrigacional ocorre em porcentagens altíssimas e muitas vezes imputando um peso muito grande para a população em geral. Fato que vai ser comprovado e tratado com maior profundidade no item que segue.

5.1 O alto custo da elisão para o cidadão em sistemas em que a prática elisiva já está arraigada

Devido a grande importância do assunto, torna-se imperiosa explanação acerca do alto custo elisivo, principalmente para as camadas mais baixas da população inseridas em economias altamente desenvolvidas.

É de fácil dedução que o valor de impostos atribuídos às gigantescas multinacionais espalhadas pelo mundo, inclusive no Brasil, é de grande monta. Pois bem, não se constitui decente transmitir essa conta para outras empresas, independentemente de seu porte, vez que a “outra” não é a devedora de fato e mais absurdo ainda é transmiti-la para a pessoa física, que não teve ligação nenhuma com o fato gerador do tributo.

Em segunda palestra ministrada no mesmo seminário da ESAF, apontou o eminente economista Dr. Luiz Arruda Vilela:

Há algum tempo o Comissário Rossotti, que é o Comissário-Chefe da Receita americana, num depoimento ao Congresso Americano, estimou em US\$ 195 bilhões quanto o fisco americano federal deixava de arrecadar por conta de elisão e de evasão. É muito difícil separar o que é elisão e o que é evasão. Obviamente ele, como administrador de imposto, achava que era muito mais elisão do que evasão, porque evasão é uma forma de passar um atestado de incompetência. Com a elisão não, é porque a minha legislação não foi boa o suficiente, o Congresso não me deu meios de combatê-la ou existem circunstâncias outras fora do meu controle. Mas o fato é que esses US\$ 195 bilhões estimados pelo Rossotti correspondem a US\$ 1.600,00 por contribuinte norte-americano, quer dizer, isso é o quanto custa cada contribuinte, um cálculo *per capita* médio – economistas gostam dessas coisas – que indica que o planejamento tributário de alguns, o não-cumprimento de alguns tem um custo que é transferido para aqueles que pagam, custo esse que não é baixo (SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ELISÃO FISCAL, 2001, p. 37).

Com os dados fornecidos pelo Comissário Chefe da Receita americana há possibilidade de visualizar o incrível impacto econômico da elisão fiscal em determinado Estado, bem como para seus atores econômicos.

## 6 Relação entre a lei e a ética

Da leitura de todo o excerto até então desenvolvido, é possível retirar algumas ideias centrais que traduzem o motivo de todo o esforço reflexivo.

Está se referindo ao fato de que, consideradas as devidas proporcionalidades, a carga tributária que deverá ser arcada por todas as empresas é extremamente alta. Por esse motivo, empresas, indústrias e comércios utilizam-se do aporte legal para justificar-se por não adimplirem a quota total que lhes era devida.

Como explicado, em primeira análise, a ocorrência da prática elisiva no ponto de vista da técnica-jurídica não é vista preocupação. Já para a ética, considerando tanto atores econômicos quanto sociais, assim como preceitos constitucionais, o tema deveria ser revestido de acentuada preocupação.

Pois bem, mas será que do ponto de vista do direito contemporâneo está de fato tudo correto? Em um tempo que é possível falar em função social do tributo e em um Estado de bem estar social, o direito realmente deixaria de se preocupar com questões éticas tão importantes? Parece claro que não.

O ilustre professor de Filosofia da Universidade de São Paulo e antigo ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, já se manifestou sobre o assunto:

Para o professor, a relação entre ética e direito é complexa. "Muitas vezes, não temos uma convergência entre ética e lei. É uma relação que procura ser colaborativa, mas que pode ter elementos de tensão", observou. Segundo ele, os preceitos éticos, como as declarações dos direitos do homem, tendem a ser superiores às leis, tanto que na Constituição Federal de 1988 eles fazem parte das cláusulas pétreas.

Em suma, para o filósofo, ética e lei tem uma relação instável, por este motivo entende-se que alegar a existência do direito posto para justificar a eticidade de determinada conduta é perigoso. No caso em questão, descabido.

## 7 Considerações Finais

Inicialmente foi apresentado o conceito de elisão fiscal, bem como os requisitos necessários à sua configuração, quais sejam a observância dos ditames legais e a antecedência em relação ao fato gerador. Pela importância e divergência na doutrina foram explicados alguns aspectos relevantes acerca da ocorrência do fato gerador do tributo. Abordou-se também os motivos principais que justificam a necessidade de o Estado cobrar tributos. Seja para seu próprio funcionamento, ou então para promover mudanças em uma realidade social a tempos devida. Demonstrou-se o caráter antiético da elisão, tanto pelo ponto de vista da transferência da dívida entre pessoas jurídicas, quanto para as pessoas físicas.

O texto guarda relevância peculiar para a melhor reflexão da população acerca de outras formas que venham a tornar a vida mais difícil do ponto de vista financeiro, tratado aqui como o aumento progressivo de impostos. O maior impacto para o cidadão, que conforme apontado não tem como escapar da quota tributária, traduz-se no elevado custo das mercadorias básicas, além do imposto incidente sobre a renda. Para as empresas deve-se apontar a derrocada no princípio da livre iniciativa e posteriormente a própria



sobrevivência. Foi possível compreender também que práticas realizadas de maneira antiética podem originar um processo em cadeia altamente prejudicial, provocando o aumento de alíquotas de impostos e até o número destes. Por fim, pode-se concluir da pesquisa que um forte motivo das pesadas alíquotas impositivas praticadas no Brasil devem-se em boa parte ao planejamento de tributos.

### Referências

FERRARI, Carlos Gilberto Melchior Rodrigues Sansalone. **História do Direito Tributário – da origem a aplicação no Brasil**. Site Portal da Educação, 4 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/direito/artigos/47915/historia-do-direito-tributario-da-origem-a-aplicacao-no-brasil>

KIRCHOFF, Paul. **La Influencia de la Constitución Alemana en su Legislación Tributaria**. In **Garantías Constitucionales del Contribuyente**. Valencia: Tirant lo Blanch, 1998, p. 26.

MARTINS, Alan; SCARDOELLI, Dimas Yamada. **Obrigações Tributárias e Fato Gerador**. Capítulo VII, publicação no Site Editora JusPodivm. Disponível em: <http://www.editorajuspodivm.com.br/i/f/p%20173-180.pdf>

PONCHIROLLI, Osmar; LIMA, José Edmilson de Souza. **Ética Empresarial**. Artigo Científico, UNIFAE, p. 9. Disponível em: [http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/cap\\_humano/5.pdf](http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/cap_humano/5.pdf)

ROSSI, Letícia Verdi. **Renato Janine Ribeiro: “Ética e lei nem sempre convergem”**, 2009. Disponível em: [http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/95871](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/95871).

**Seminário Internacional sobre Elisão Fiscal**, 2001, Brasília. *Anais eletrônicos do Seminário Internacional sobre Elisão Fiscal*. Brasília: Escola de Administração Fazendária – ESAF, 2001, p. 37. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudotributarios/Eventos/SeminarioInter/AnaisSeminarioInterElisaofis2002.pdf>

TORRES, Ricardo Lobo. **Planejamento Tributário: elisão abusiva e evasão fiscal**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

## A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL – DESAFIOS DA META 3 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Lediana dos Santos<sup>43</sup>  
Tamaíza Andressa dos Santos Rocha<sup>44</sup>  
Allan Andrei Steimbach<sup>45</sup>  
([allan.steimbach@ifpr.edu.br](mailto:allan.steimbach@ifpr.edu.br))

### Resumo

Este artigo estuda brevemente a consolidação da educação no Brasil e suas atribuições, pois o direito à educação demorou a ser disponibilizado a todos, sendo um processo que foi, aos poucos, se adaptando à sociedade moderna e seus objetivos. Como a escola não era para todos, então foram necessárias melhorias para que a mesma comportasse um público-alvo maior e diferente, para tanto houve várias adaptações, não somente na parte estrutural, mas também no currículo escolar. Atualmente, a educação básica deve ser obrigatória e gratuita para todos, em diferentes contextos sociais, assegurando uma existência digna, livre e igual para viver em sociedade. Este trabalho é uma análise de como a meta 3 do Plano Nacional de Educação (Lei 13005/14) vem contribuir para o direito a educação ofertando o acesso e permanência de estudantes de 15 a 17 anos no Ensino Médio, bem como os que estão em defasagem curricular ou mesmo fora da escola. A meta possui 14 estratégias que pretendem reformular o Ensino Médio de forma, que além dele ser a continuidade do Ensino Fundamental, possa também preparar os jovens para o trabalho, ou seja, integrar o ensino médio à educação profissional, assim, os estudantes estariam usufruindo de um direito que os estimulará a exercer seu papel social.

**Palavras-chave:** Direito à Educação; Política Educacional; Estratégias.

### Introdução

O direito à educação foi consolidado aos poucos no Brasil. No início era ofertada a uma parcela da população. A educação se universaliza quando se generaliza para todos e amplia os níveis de atendimento. Ademais, além de a educação dever ser ofertada para todos, faz-se necessário que haja qualidade para que ela se efetive.

Trataremos da universalização do Ensino Médio, que ainda está em andamento no Brasil. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece 20

<sup>43</sup> Acadêmica do curso de Letras do IFPR – Campus Palmas.

<sup>44</sup> Acadêmica do curso de Letras do IFPR – Campus Palmas.

<sup>45</sup> Professor do Colegiado de Pedagogia do IFPR – Campus Palmas.

metas, sendo que a meta 3 possui 14 estratégias e trata da universalização do Ensino Médio, tanto no acesso/permanência dos alunos de 15 a 17 anos quanto elevar a taxa líquida de matrículas para 85% até o final da vigência do PNE. O artigo aborda a relevância do direito à educação, como aconteceu no Brasil, a comparação de alguns indicadores de qualidade que foram surgindo com o decorrer dos anos na educação, a importância da educação para a sociedade e a ênfase na universalização do Ensino Médio referente à análise da meta 3 do PNE.

### **Materiais e Métodos**

A pesquisa é de análise documental, feita por abordagem qualitativo-descritiva da meta 3 do PNE. Foram categorizadas as estratégias prevista a meta 3 de acordo com os indicadores de qualidade de educação apresentados por Romualdo Portela de Oliveira e Gilda Cardoso de Araújo no artigo “Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação”. Os indicadores de qualidade utilizados foram: acesso, aprendizagem/permanência e aferição de desempenho.

Análise teórica de como o direito à educação no Brasil se consolidou e suas implicações quanto à qualidade, de acordo com o artigo de Cury (2002) “Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença”.

### **Resultados e Discussão**

O direito à educação foi uma estratégia das classes dirigentes e é recente, foi declarada em lei no final do século XIX e início do século XX. Durante mais de meio século após a independência, a educação primária ainda era negada aos negros, índios e as mulheres no Brasil, e, mesmo após a Constituição de 1934, esse direito demorou a servir a todos. Segundo Marshall apud Cury (2002) o direito à educação resulta em direito à cidadania. O direito à educação possibilita também os direitos Civis, Políticos e Sociais, ela é o norte pelo qual as pessoas podem lutar para ir reduzindo as desigualdades e eliminando as diferenças discriminatórias, originadas no período da colonização e que refletem nas desigualdades sociais presentes na atualidade.

É no nascimento da sociedade moderna que os direitos se consolidam e ganham destaque é um caminho para a sociedade utilizar da igualdade de oportunidades para impulsionar em direção ao mérito, valorizando a responsabilidade individual e garantindo os direitos subjetivos de cada um de acordo com Cury (2002 p.4-5).

A importância do ensino primário tornado um direito imprescindível do cidadão e um dever do Estado impôs a gratuidade como modo de torná-lo acessível a todos. Por isso, o direito à educação escolar primária inscreve-se dentro de uma perspectiva mais ampla dos direitos civis dos cidadãos.

[...] o próprio Estado liberal assegura uma condição universal para o próprio usufruto dos direitos civis.

Houve a necessidade de o Governo criar legislações que garantissem uma base de igualdade de oportunidades para o direito a educação escolar. A garantia de direitos tem históricos diferentes de país para país considerando os elementos socioculturais de cada um. No Brasil o Estado Liberal do século XIX recebe intervenções do Estado em questão de educação.

Conforme Cury (2002 p.10) conceitua “a educação era vista como um canal de acesso aos bens sociais e à luta política e, como tal, um caminho também de emancipação do indivíduo diante da ignorância”. A educação se torna universalizada quando generaliza para todos e amplia os níveis de atendimento. Lutas foram traçadas para conseguirem uma educação média para todos e assim gradativamente conquistando novos níveis.

No Brasil, o reconhecimento do direito à educação existe desde 1934, porém só consolidou juridicamente em 1988 na Constituição Federal que foi alterada pela emenda constitucional n.14 de 1996, pela qual o Ensino Fundamental de oito anos passou a ser um direito social e gratuito para todos, assegurada inclusive a oferta gratuita para aqueles que não tiveram acesso na idade própria.

A educação é um direito público subjetivo, os governantes são os responsáveis em garantir tal direito, pois poderão sofrer punições, caso não proporcionem a educação básica obrigatória e gratuita. Comparando com outros países a educação tornou-se um direito no Brasil muito tarde e, ainda hoje, enfrenta dificuldades como, por exemplo, a falta de vagas em algumas regiões do país. Além de a educação ser ofertada para todos, faz-se necessário que haja qualidade para que ela se efetive. A educação com qualidade pode possibilitar a relação entre os indivíduos da sociedade de uma forma mais humana. Porém, não se sabe quando e nem como essa definição de qualidade será estabelecida no quesito educação, já que a Constituição não os esclarece.

Aproximadamente nas últimas oito décadas, o ensino no Brasil, por exemplo, passou por muitas modificações, surgiram três formas diferentes de perceber o ensino de qualidade. Na primeira, a educação de qualidade era determinada pela oferta insuficiente de vagas, quem frequentava a escola era uma pequena parcela da população favorecida financeiramente, a elite urbana industrial. Já na década de 40 no Brasil houve uma expansão de oportunidades, assim, as escolas incorporou parte das diferenças presentes na sociedade, também o governo construiu prédios escolares e fez compra de material escolar. Nos anos de 70 e 80, como a oferta de educação se ampliou para outros níveis o indicador de qualidade mudou, adotando a forma relacionada ao fluxo de alunos que passava na escola, então a educação de qualidade era os alunos passarem a maior quantidade de anos possível na

escola, a proporção de alunos que entravam na escola tinha que ser igual à proporção de alunos que se formava, sem reprovação<sup>46</sup>.

No final da década de 80, o número de evasão escolar e de alunos que repetiam era grande o que tornava um sistema de ensino de baixa qualidade, apesar de ter facilidade de iniciar os estudos era difícil de concluir e mais difícil ainda continuar progredindo nos estudos. Com isso, surgiram programas de aceleração da aprendizagem (aprovação automática) para evitar a reprovação e a evasão escolar. Assim fez surgir um novo problema de como fazer para aferir novamente a qualidade do ensino, no Brasil surgiu outro indicador de qualidade um teste que indicava a qualidade pela capacidade cognitiva dos estudantes, eram exames padronizados que comparam o conhecimento que o aluno tem dos conteúdos para cada nível de escolarização. Contudo as melhorias e ampliação que a educação recebeu, em algumas regiões do país devido às desigualdades tanto sociais quanto regionais sofreram perdas maiores quanto à qualidade<sup>47</sup>.

Os indicadores de qualidade devem ter critérios claros e objetivos para serem feitas as cobranças certas, já que a qualidade pode estar tanto no processo quanto no produto. Um direito fundamental como a educação deve assegurar a todos uma existência digna, livre e igual para viver em sociedade. A educação como direito deve ser entendida como um ensino de qualidade equivalente para todos de acesso e permanência do aluno na escola. É muito complexo chegar a uma definição do que é uma educação de qualidade de acordo com Oliveira (2003 p.12-13).

[...] o grande desafio do atual momento histórico, no que diz respeito ao direito à educação, é fazer com que ele seja, além de garantido e efetivado por meio de medidas de universalização do acesso e da permanência, uma experiência enriquecedora do ponto de vista humano, político e social, e que consubstancie, de fato, um projeto de emancipação e inserção social. Portanto, que o direito à educação tenha como pressuposto um ensino básico de qualidade para todos e que não (re)produza mecanismos de diferenciação e de exclusão social.

A educação escolar é fundamental para a cidadania, para reinserção no mundo profissional e indispensável para espaços sociais e políticos. Quando se trata de um direito todos tem deveres para que esse direito seja efetivado seja o Estado, a família, a sociedade, escola, enfim, todos que são beneficiados por esse direito. A educação garante autonomia, liberdade, igualdade, direitos sociais, constitui eleitorados conscientes e trabalhadores com boa formação. Para um cidadão participar ativamente na sociedade em tomadas de decisões só seria aceito se possuir conhecimento sistematizado para exercer sua razão.

<sup>46</sup> ARAUJO, G.C; OLIVEIRA. R.P. (2003).

<sup>47</sup> ARAUJO, G.C; OLIVEIRA. R.P. (2003).

A ampliação da educação além do ensino primário ocorreu através de muitas lutas que procuraram oferecer o que Cury (2002, p.3) define “uma concepção democrática da sociedade em que se postula ou a igualdade de oportunidades ou mesmo a igualdade de condições sociais”. A sociedade reconheceu a educação como um instrumento poderoso na luta para criar condições mais propícias de democratização e socialização de gerações mais iguais.

Contudo, políticas efetivas de ampliação do Ensino Médio no Brasil começaram a partir da segunda metade do século XX, a partir da LDB N<sup>o</sup> 9.394, 20 de dezembro de 1996, a seção IV art.35 estabelece que o Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, deve ter duração mínima de três anos e tem por finalidades: possibilitar o aprimoramento dos estudos realizados no Ensino Fundamental; oferecer a preparação básica para o trabalho e a cidadania; desenvolver o pensamento intelectual e crítico, possibilitando a autonomia e a formação ética; compreender os fundamentos científico-tecnológicos e relacionar a teoria com a prática no ensino de cada disciplina.

Em 25 de junho de 2014, foi aprovada a LEI N<sup>o</sup> 13.005 do Plano Nacional de Educação (PNE). Ele constitui-se de 20 metas, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal, que devem ser cumpridas até o final da sua vigência. Optamos por analisar a meta 3, a qual trata da universalização do Ensino Médio, tem por objetivos atender a toda população entre 15 a 17 anos, até 2016, e elevar a taxa líquida de matrículas para 85% (oitenta e cinco por cento) até 2024<sup>48</sup>.

A meta 3, voltada ao Ensino Médio, é composta por 14 estratégias destas, oito encontram-se voltadas nas categorias de acesso à escola são: 3.5, 3.7, 3.8, 3.9, 3.10, 3.11, 3.12 e 3.13. Já as estratégias 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.14 são de permanência/aprendizagem e apenas uma é caracterizada como aferição de conhecimento sendo a 3.6. Apesar de ainda ser maior o número de estratégias que pretendem universalizar o Ensino Médio por meio do acesso houve um grande avanço, já que seis das quatorze estratégias apontam para uma visualização da importância da aprendizagem como forma de qualificar uma educação de direito e qualidade na universalização do Ensino Médio.

Categoriação	Estratégias (numeradas de 1 a 14)							
Acesso	3.5	3.7	3.8	3.9	3.10	3.11	3.12	3.13
Aprendizagem/permanência	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.14		
Aferição de desempenho	3.6							

FONTE: Elaboração própria

<sup>48</sup>Proposta pelo Plano Nacional da Educação - PNE.



As estratégias de aprendizagem configuram-se em propósitos que permitirão ao Ensino Médio, renovar o currículo, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, articular os conteúdos obrigatórios em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte de maneira diversificada, garantir a fruição de bens e espaços culturais, estimular a participação dos alunos nos cursos das áreas tecnológicas e científicas, implantar a proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos de Ensino Médio, a garantir formação básica comum.

Já as estratégias referentes ao acesso visam ampliar programas e ações de correção de fluxo do Ensino Fundamental, para os alunos com rendimento escolar defasado, oferecer suporte individual a ele em turno complementar de forma que este possa estar no ciclo escolar de acordo com a sua idade, fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, promover a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, redimensionar a oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, de forma a atender toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos alunos, desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Médio, implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos alunos.

A estratégia 3.6 refere-se à universalização do Ensino Médio através de uma avaliação sistêmica, certificadora e classificatória feita através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) articulando os resultados comparados com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

A meta 3 vem ao encontro do direito à educação, pois busca formas alternativas para a universalização do Ensino Médio, o que aparentemente não é tão simples, visando os diversos fatores em que os alunos abandonam a escola e reconhecendo que nesta idade é mais difícil impor condições a eles. Para atingir este objetivo não basta apenas ofertar o ensino, mas atraí-los. Historicamente, o Brasil demorou a consolidar a educação para todos, por isso há defasagem. Então se pretende regularizar o Ensino Médio, como já acontece no Ensino Fundamental, e universalizá-lo, para que todos tenham acesso, tanto os que estão fora da escola quanto os que não estão na série correspondente a sua idade. A meta não busca matriculá-los, apenas, e sim que a aprendizagem realmente aconteça e seja comprovada através do Exame Nacional do Ensino Médio, o que os possibilita cursar o ensino superior.

### **Considerações finais**

Conforme Marshall apud Cury (2002), o direito a educação resulta em direito à cidadania, a universalização do Ensino Médio além de formar cidadãos mais críticos, conscientes e familiarizados das áreas tecnológicas e científicas, tem por objetivo também integrar o Ensino Médio à educação profissional, para que os alunos estejam preparados também para o mercado de trabalho, isso faz com que a educação seja contextualizada a eles e os influencie a cursar o Ensino Médio.

Deste modo, concluímos que a meta 3 contribui para o direito à educação promovendo um ensino de qualidade equivalente para todos de acesso e permanência do aluno na escola, oferecendo o atendimento escolar médio de forma gratuita, contribuindo para aprofundar os estudos realizados no Ensino Fundamental, estimulando a continuidade dos estudos tanto dos estudantes que estão em idade regular aos parâmetros quanto para os que abandonaram a escola e propondo uma maior garantia de acesso e permanência do aluno na escola. O direito à educação no Ensino Médio, portanto, está assegurado também nesta etapa da Educação Básica.

## Referências

ARAUJO, G.C.D.; OLIVEIRA, R.P.D. **Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação**. IN: 26ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, realizada de 5 a 8 de outubro de 2003 em Poços de Caldas (MG).

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. 2014. Disponível em: <[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)> Acessado em: 28 jan. 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito À Educação: Direito À Igualdade, Direito À Diferença**. IN: CADERNOS DE PESQUISA, n. 116, julho/ 2002.

## A VIVÊNCIA DE UM GRADUANDO DE ENFERMAGEM A PARTIR DA VISITA DOMICILIAR

Romário Daniel Jantara (r17jantara@outlook.com)  
Gimene Cardozo Braga (gimene.braga@ifpr.edu.br)

**Resumo:** A visita domiciliar do agente comunitário de saúde (ACS) possibilita uma aproximação com a população cadastrada em um território adstrito de uma Estratégia Saúde da Família (ESF). A visita domiciliar promove o cuidado no local onde as pessoas moram e é essencial que toda a equipe da ESF a realize, visando a maior eficácia das ações. Assim, este trabalho visa descrever a vivência de um acadêmico do 1º semestre do curso de Enfermagem em visitas domiciliares. Trata-se de um relato de experiência de ações desempenhadas durante atividades práticas do componente curricular de Vivências em Enfermagem I. A observação participativa deu-se em 12 encontros, e foi registrada em diário de campo, totalizando 24 horas de observação no período de março a junho de 2015. Percebeu-se a importância do conhecimento do agente sobre a área que ele atua e do modo de vida da população, a situação socioeconômica dos indivíduos, a relação entre as pessoas. Verificou-se vinculação das ACS com a área que possibilitou-nos sermos bem acolhidos. A experiência foi importante enquanto acadêmico de enfermagem para situar-me no cenário da atenção básica da saúde, e conhecer o papel do enfermeiro e do agente comunitário de saúde.

**Palavras-Chave:** Estratégia Saúde da Família; Enfermagem; Agentes Comunitários de Saúde; Atenção Primária à Saúde.

### Introdução

Em 1991, a partir da decisão do Ministério de Saúde de implantar o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) para realizar ações no território das unidades básicas de saúde a partir de visitas domiciliares e educação em saúde a domicílio a atenção em saúde começou sua caminhada em prol de uma reorganização do modelo de atenção, até então voltado para atender a doença. Em 1999, com a publicação do Manual para Organização da Atenção Básica no Sistema Único de Saúde (SUS), clarificam-se as estratégias prioritárias para reorganização da atenção básica, com destaque ao Programa de Saúde da Família, fortalecendo os princípios de universalidade, acessibilidade, integridade e equidade, indicando a necessidade de ampliar as ações para a além da prevenção de doença, de forma a focalizar a promoção de saúde. (BRASIL, 2003).

Em 2012, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional da Atenção Básica, pautada no fortalecimento do atendimento à saúde da família, e a partir desta consolida-se a Estratégia Saúde da Família (ESF), configurando-se como

uma proposta de serviço em saúde para todo o território nacional. A equipe da ESF deve ser composta minimamente por um médico generalista ou especialista em Saúde da Família ou médico de Família e Comunidade, enfermeiro generalista ou especialista em Saúde da Família, auxiliar ou técnico de enfermagem, e agentes comunitários de saúde, podendo acrescentar a esta composição, como parte da equipe multiprofissional, os profissionais de saúde bucal. (BRASIL, 2012).

A ESF compõe um território adstrito de atuação, diferentemente das unidades de saúde tradicionais, e por isso lhe é conferido responsabilidade pela qualidade de vida dessa população. Neste contexto, a visita domiciliar, torna-se essencial para conhecer dados demográficos, socioeconômicos, socioculturais e epidemiológicos de cada família da área. Os ACS iniciam este contato através do cadastramento das famílias, coletando e registrando esses dados no sistema de informações. A partir destes, se identificarão fatores de risco e agravantes nas famílias para um planejamento específico para cada área. (BRASIL, 2012).

É a partir das visitas domiciliares realizadas pelos agentes, que se estabelece um planejamento com os demais membros da equipe a fim de elaborar propostas de intervenção para cada família. O Enfermeiro é responsável pela coordenação dos ACS, e, portanto, junto com os demais membros da equipe deve realizar também o acompanhamento domiciliar. Contudo há diferenças entre o papel do enfermeiro e do ACS durante a visita domiciliar. (KEBIAN; ACIOLI, 2010).

O ACS é responsável por acompanhar as demandas de saúde das famílias, centra suas ações na educação em saúde, acompanha os outros profissionais de saúde e vigia a participação da população nos programas obrigatórios como a vacinação infantil e o pré-natal. Já o enfermeiro volta-se para a investigação das necessidades das famílias, realizando diagnósticos e prescrições que conferem a assistência de enfermagem, aprofundando a educação em saúde e estabelecendo, juntamente com a equipe o projeto terapêutico mais indicado a cada família. Dessa forma, o saber científico do enfermeiro complementa a visita domiciliar e o processo de intervenção em educação em saúde do ACS (KEBIAN; ACIOLI, 2010).

Os agentes comunitários de saúde são interlocutores importantes, pois estão imersos na cultura local, e possibilitam o diálogo entre o saber popular da comunidade e o saber científico dos profissionais de saúde, contribuindo para mudanças na forma de pensar de ambos os lados. Eles convivem no contexto em que está inserido a visita domiciliar. (MARTELETO; DAVID, 2014).

Destarte, a grade curricular dos cursos da área da saúde deve estar articulada com os serviços básicos de saúde do SUS. Pressupõe-se que o perfil do graduando de enfermagem se articule com seus princípios doutrinários, e que o enfermeiro contemple em sua formação ações capazes de garantir a assistência à saúde na integralidade, com universalidade e equidade (AMARAL; PONTES; SILVA, 2014).

Sendo assim, este trabalho visa descrever a vivência de um acadêmico do 1º semestre do curso de Enfermagem em visitas domiciliares.

### **Material e Métodos**

Trata-se de um relato de experiência construído a partir da vivência de um acadêmico do 1º período do curso de Bacharel em Enfermagem do Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas, a partir do componente curricular Vivências em Enfermagem I.

Vivências em Enfermagem I possui uma carga horária de 40 horas e busca proporcionar aos estudantes do primeiro período do curso de enfermagem a aproximação com o campo de prática da atenção primária em saúde a fim de fornecer subsídios à reflexão crítica do papel do enfermeiro, bem como que os estudantes sejam capazes de reconhecer o processo saúde-doença como um fenômeno social inserido em um espaço familiar a partir dos princípios do SUS.

Considera-se que o relato de experiência não se propõe a verificar hipóteses ou pressupostos e sim descrever o que o pesquisador observou, de modo que o leitor possa entender a linguagem e chegar as suas conclusões. Caracteriza-se por uma observação sistemática da realidade estabelecendo relações pertinentes entre teoria e prática, fornecendo informações significativas ao meio científico. (DYNIEWICZ; GUTIÉRREZ, 2005).

A observação participante e sistemática permitir aos leitores uma percepção do que o autor observou durante seu estudo, bem como o mesmo se sentiu. (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Os dados foram coletados a partir da observação das práticas em uma ESF do município de Palmas – Paraná.

Os dados foram registrados em diário de campo (DC) e totalizaram 24 horas de observação desenvolvidas, em 12 encontros, no período de 25/03/2015 a 16/06/2015. A análise reflexiva e do conteúdo do DC se deu em junho de 2015.

### **Resultados e Discussão**

As práticas de Vivências em Enfermagem I são desenvolvidas na Atenção Primária e se dão a partir da divisão em grupos de quinze estudantes. Durante as observações de campo que ocorriam quinzenalmente, éramos subdivididos em duplas ou trios.

Num primeiro momento toda a turma acompanhou, juntamente com a facilitadora do campo de prática, as ACS durante o cadastramento do cartão do SUS. Todas as informações levantadas, que envolvem questões socioeconômicas, culturais e tradicionais são de suma importância para a equipe de ESF, para planejar suas ações e conhecer o território.

Em um segundo momento, passamos a visitar mais de uma vez a mesma família, para que pudéssemos nos inteirar e conhecer suas realidades.

Evidenciou-se a proximidade do agente comunitário com sua área e sua vinculação com a população como pontos positivos a qualidade de atenção em saúde.

Já notamos desde o princípio a familiaridade do ACS com as famílias, o que facilitou nossa aproximação [como acadêmicos de enfermagem] (D1, 25/03/2015).

O agente deve residir na comunidade onde trabalha o que possibilita a ele acompanhar as práticas culturais e tradicionais de cuidado tradicional à saúde desenvolvidas pelos próprios moradores como aquela desempenhadas por parteiras, raizeiras e rezadeiras. (MARTELETO; DAVID, 2014).

Para as mulheres que estão atreladas ao cuidado, e são a maioria nessa profissão, o fato de poder atuar na própria comunidade, onde ela mora, permite um acompanhamento da família e dos filhos, e também o cuidado com a casa, isso faz com que para elas a profissão seja muito mais cômoda, e garante uma satisfação maior (MARTELETO; DAVID, 2014).

Isso se verificou nesta comunidade de prática, todas as ACS eram mulheres e conheciam seus vizinhos. Sabiam o que se passava na casa das pessoas, chegavam e cumprimentavam pelo nome. Dessa forma, nos sentíamos bem recebidos pelos moradores locais, o que facilitou a entrada como acadêmico na comunidade. Aqueles quando nos viam acompanhados das ACS contavam histórias de suas vidas, como dificuldades vivenciadas e problemas de saúde. Informações essas, que a ACS deve passar ao enfermeiro ou médico da unidade de saúde.

A atuação dos agentes é marcada pela mediação entre lógicas distantes, e com frequência, conflitantes: entre os profissionais de saúde e a comunidade, com sua cultura em relação as representações, vivências e demandas de saúde (MARTELETO; DAVID, 2014).

Acompanhamos a visita domiciliar a uma família na qual um rapaz de 18 anos é portador de Síndrome de Down. A mãe relatou a dificuldade de lidar com diferentes informações a respeito do tratamento do filho.

[...] relatou que quando leva J. ao médico da APAE, sempre o mesmo receita vários tipos de medicamentos, mas ela não os troca, continua a medicação do médico que ela sempre leva (DC, 20/05/2015).

Os enfermeiros da ESF devem buscar se inserir no cotidiano das pessoas com Síndrome de Down, buscar responder suas necessidades em todas as fases da vida, sejam elas crianças, adolescentes, adultos ou idosos, não as tratando como incapazes. O enfermeiro deve estar preparado para auxiliar essas pessoas dentro de suas especificidades, para que possam ter um futuro com melhores possibilidades, também deve se lembrar de cuidar de



problemas desencadeantes da doença, como cardíacos, endocrinológicos e neurológicos. Para isso, o enfermeiro deve ter uma visão integral do sujeito de forma a buscar sua qualidade de vida (MIRANDA; *et al*, 2014).

Dessa forma, a informação referente às dificuldades encontradas por essa família deve ser verificada tanto pela ACS quanto pela enfermagem a fim de poder garantir o tratamento adequado.

Atualmente, o trabalho de visita aos domicílios, é realizado quase que exclusivamente pelo ACS, sendo que os outros profissionais apenas realizam a visita em situações pontuais (GAIVA; SIQUEIRA, 2011).

Durante outra visita domiciliar teve uma família que não nos convidou para entrar em sua casa, e pelo horário e conduta, possivelmente haviam acabado de acordar. Não sabíamos bem como agir, e não quisemos invadir o espaço, então resolvemos entrevistá-los do lado de fora da casa. Verificou-se maior dificuldade para estabelecermos vínculo com essa família.

[...] o pão estava sobre a mesa. Eles não nos convidaram para entrar, pela simplicidade da casa e desorganização talvez (D1, 25/03/2015).

No entanto, se verificou que a maioria das pessoas se sentia bem em relatar a própria vida, algumas realmente desabafavam, logicamente, que num primeiro encontro limitavam a conversa em assuntos mais superficiais, mas a partir do momento em que voltávamos à comunidade, elas já tinham novas histórias para contar-nos, e ainda estavam mais confiantes para expor detalhes.

### **Considerações finais**

As atividades desenvolvidas foram importantes para o desenvolvimento crítico-reflexivo, necessários a formação do enfermeiro, já que podemos acompanhar a realidade da população daquele local.

Percebeu-se durante a experiência a importância do conhecimento do agente morar na área que ele atua, e ter a percepção do modo de vida da população, da sua situação socioeconômica e da forma como se estabelecem os vínculos a partir de um contexto comum. Isso possibilitou que as pessoas nos recebessem bem em suas casas, relatando suas histórias de vida, problemas de saúde, entre outros assuntos.

A experiência foi importante como acadêmico de enfermagem, pois oportunizou situarmo-nos no cenário da atenção básica da saúde, e conhecer o papel do enfermeiro e do agente comunitário de saúde.

Foi possível acompanhar a rotina das agentes comunitárias em saúde durante a realização das visitas domiciliares, articulação que se faz necessária para o desenvolvimento da educação popular em saúde que deve ser realizada pelos profissionais de saúde.

Essa experiência possibilitou verificar a importância da visita domiciliar ser realizada pelo enfermeiro, profissional este que precisa saber as necessidades das famílias, para poder intervir juntamente com a equipe, unindo assim o saber empírico do ACS e das famílias com o conhecimento científico da academia, possibilitando a intervenção interdisciplinar e integral à saúde das famílias.

### Referências

AMARAL, M. C. S.; PONTES, A. G. V.; SILVA, J. V. O ensino de Educação Popular em Saúde para o SUS: experiência de articulação entre graduandos de enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde. **Interface** (Botucatu) [online] v.18 suppl.2, p. 1547-1558. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Saúde da Família: ampliando a cobertura para consolidar a mudança do modelo de Atenção Básica**. Rev bras saude matern. Infant, v. 3, n.1, p.113-25. 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde**. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

DYNIEWICZ, A. M.; GUTIÉRREZ, M. G. R. Metodologia da pesquisa para enfermeiras de um hospital universitário. **Rev. Latino-am Enfermagem**, v.13, n.3, p.354-363. 2005

GAIVA, M. A. M; SIQUEIRA, V. C. A. A prática da visita domiciliária pelos profissionais da Estratégia de Saúde da Família, **Cienc Cuid Saude**, v. 10, n.4, p. 697-704. 2011.

KEBIAN, L. V. A; ACIOLLI, S. Visita domiciliar: espaço de práticas de cuidados do enfermeiro e do agente comunitário de saúde. **Rev. Enferm. UERJ**, v. 19, n.3, p. 403-409. 2011.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99p.

MARTELETO, R. M.; DAVID, H. M. S. L. Almanaque do Agente Comunitário de Saúde: uma experiência de produção compartilhada de conhecimentos. **Interface** (Botucatu) [online], v.18, suppl.2, p. 1211-1226. 2014.

MIRANDA, A. L. P. L; ARAÚJO J. L; SILVA, K. V. L. G, et al; O cuidado de Enfermagem à pessoa com Síndrome de Down na Estratégia Saúde da Família, **R. Enferm. Cent. O. Min.** v.4, n.2, p.1076-1089, maio./ago. 2014.



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**



**V Contextos e Conceitos**  
**Mostra de Produção Científica e Extensão**  
**Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas**  
**18 e 19 de fevereiro de 2016**

## **RESUMOS**

## ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO CENTESIMAL DE AÇÚCAR REDUTOR DOS EXTRATOS DE *SMALLANTHUS SONCHIFOLIUS* (YACON).

Rafael Reis (rafael\_macedo93@hotmail.com)<sup>1</sup>  
Bianca Poletto (bianka\_poletto@hotmail.com)<sup>2</sup>  
Franciele Caroline Dzieciol (frandzieciol@hotmail.com)<sup>3</sup>  
Pamela Andreia da Rosa (pamelarosinha@hotmail.com)<sup>4</sup>  
Jessica Camille de Oliveira (jeh.mille@hotmail.com)<sup>5</sup>  
Gustavo Luis Lopes Silveira (gustavo.silveira@ifpr.edu.br)<sup>6</sup>  
Diego Matos Favero (diego.favero@ifpr.edu.br)<sup>7</sup>  
Debora Raquel Mergen Lima Reis (debora.reis@ifpr.edu.br)<sup>8</sup>  
<sup>1,2,3,4,5,6,7,8</sup> Instituto Federal do Paraná (IFPR)

**Resumo Expandido:** Atualmente várias pesquisas vêm sendo feitas com enfoque na *Smallanthus sonchifolius*, mais conhecida como batata Yacon, devido às propriedades medicinais deste tubérculo, que é popularmente utilizado para combater a Diabetes e apontado cientificamente como eficaz coadjuvante no tratamento desta doença. O presente estudo tem como objetivo a padronização de um extrato aquoso da raiz tuberosa do Yacon, para ser utilizado em pesquisas sobre diabetes com modelos animais. Desta forma, buscou-se elaborar um extrato com a preservação do máximo possível de fruto-oligossacarídeos e inulina presentes na Yacon, utilizando a menor quantidade possível de ácido, para evitar a oxidação, assim como, a menor quantidade de bases destinadas à neutralização do pH do extrato, necessária para possibilitar o consumo animal. Para a realização do experimento, foram preparados extratos com raízes adquiridas em um mercado local de Palmas-PR. Primeiramente foram aquecidos 100mL de água destilada a 90°C e pesados 100g da batata descascada, que foram rapidamente transferidos para um liquidificador, juntamente com 40mL de água destilada a 90°C e 4mL de ácido cítrico, para evitar a oxidação, agitando-se então por aproximadamente 1 minuto, em velocidade máxima. Em seguida, foi feita a filtração a vácuo, lixiviação com os 60mL de água destilada restante e a neutralização do pH do extrato. Esse procedimento foi repetido alternando-se a base para a titulação e a concentração do Ácido Cítrico. Os resultados obtidos nesse processo foram: Ácido cítrico 1 mol/L (49mL de KOH; 63mL de NaCO<sub>3</sub>; 36mL de NaOH), Ácido Cítrico 1,5 mol/L (105mL de KOH; 58mL de NaCO<sub>3</sub>; 69mL de NaOH), Ácido Cítrico 2 mol/L (142,4mL de KOH; 162mL de NaCO<sub>3</sub>; 116mL de NaOH). Observando os resultados, notamos uma baixa quantidade de base usada na titulação com ácido 1 mol/L, sendo o menor de NaOH, por ser a base mais forte. Após este processo seguiu-se a análise da composição de açúcar redutor. Para tanto, foi feita uma curva de padronização de açúcares, com a adição de 1mL de DNS (Ácido dinitrosalicílico) em um tubo de ensaio,

juntamente com variações de volume de água destilada (0,2; 0,4; 0,6; 0,8 e 0,9mL) e variações de volume da solução mãe de glicose (0,1; 0,2; 0,4; 0,6; 0,8 e 1mL), completando assim 2mL de solução. Em seguida, esta solução foi aquecida em banho-maria a 90°C por 5 minutos e complementada com 8mL de água destilada, para passar por espectrofotometria. Feita esta padronização passamos para o processo de análise do extrato obtido. O procedimento foi semelhante ao da padronização. Após as análises chegamos aos seguintes resultados (g de AR/mL de extrato) / (% de AR): 0,364 / 2,26 (NaCO<sub>3</sub> 1mol), 0,281 / 1,69 (NaCO<sub>3</sub> 2mol), 0,370 / 2,30 (NaOH 1mol), 0,26 / 1,54 (KOH 2mol), 0,264 / 1,57 (NaOH 2mol), 0,318 / 1,94 (KOH 1,5mol), 0,365 / 2,26 (NaOH 1,5mol) e 0,319 / 1,95 (NaCO<sub>3</sub> 1,5mol). Observando esses resultados, podemos concluir que o extrato com menor quantidade de açúcar redutor é o realizado com KOH 2mol, sendo assim este deve ser o extrato utilizado para o tratamento dos animais em pesquisas sobre diabetes.

**Palavras-chave:** Yacon, açúcares redutores, extrato aquoso, diabetes.

**Abstract:** Currently several studies have been made with a focus on *Smallanthus sonchifolius*, better known as yacon potato, due to the medicinal properties of this tuber, which is popularly used to combat diabetes and named scientifically as an effective adjunct in the treatment of this disease. This study aims to standardize an aqueous extract of yacon tuberous root, to be used in diabetes research with animal models. Thus, it sought to draw up a statement to preserve the maximum amount of fructo-oligosaccharides and inulin present in yacon, using the least possible amount of acid, to prevent oxidation, as well as the least amount of bases aimed at neutralizing pH of the extract, necessary to enable the animal consumption. For the experiment, root extracts were prepared with purchased at a local market Palmas-PR. First they were heated in 100 ml of distilled water at 90 ° C and weighed 100 g of peeled potato, which were rapidly transferred to a blender along with 40mL distilled water at 90 ° C and citric acid, 4mL, to prevent oxidation, stirring then for about 1 minute at full speed. Next, vacuum filtration was carried out, leaching the remaining 60mL of distilled water and neutralizing the pH of the extract. This procedure was repeated alternating the basis of the titer and the concentration of citric acid. The results obtained in this process were: citric acid 1 mol \ L (KOH 49mL, 63mL NaCO<sub>3</sub>, NaOH 36mL), Citric Acid 1.5 mol \ L (105mL KOH; NaCO<sub>3</sub> 58mL, 69mL of NaOH), acid citric 2 mol \ L (142,4mL KOH; 162mL NaCO<sub>3</sub>, NaOH 116mL). Looking at the results, we note a low amount of base used in titration with acid 1 mol \ L, the lowest NaOH, being the strongest base. After this process was followed by the analysis of the reducing sugar composition. For this purpose, a sugar standardization curve was made by adding 1 ml DNS (dinitrosalicílico acid) in a test tube, together with distilled water volume changes (0.2; 0.4; 0.6; 0.8 and 0.9 ml), and changes in volume of glucose solution (0.1; 0.2; 0.4; 0.6; 0.8 and 1 ml), thus completing 2mL solution. Then, this solution was heated in a water bath at 90 ° C for 5 minutes and supplemented with 8 mL of distilled water to pass by spectrophotometry. We



made this standardization we move to the analysis process of the extract obtained. The procedure was similar to that of standardization. After the analysis we get the following results (g AR / ml extract) / (% AR): 0.364 / 2.26 (NaHCO<sub>3</sub> 1 mol), 0.281 / 1.69 (NaHCO<sub>3</sub> 2 mol), 0.370 / 2.30 (NaOH 1mol), 0.26 / 1.54 (2 mol KOH) 0.264 / 1.57 (2 mol NaOH) 0.318 / 1.94 (1,5mol KOH) 0.365 / 2.26 (1,5mol NaOH) and 0.319 / 1.95 (NaHCO<sub>3</sub> 1,5mol). Observing these results, we concluded that the extract with a smaller amount of reducing sugars is performed with 2 mol KOH, so that the extract must be used for the treatment of animals in diabetes research.

**Keywords:** Yacon, reducing sugars, aqueous extract, diabetes.

## ANÁLISE DE FERRAMENTAS *OPEN SOURCE* PARA MODELAGEM DE *SOFTWARE* UTILIZANDO A UML

Micheli Letícia Dietrich<sup>1</sup>, Talita Fatima Paula Monteiro<sup>1</sup>, Valdomiro Teixeira  
Viana<sup>1</sup>, Lauriana Paludo<sup>1</sup>

micheli.leticia@hotmail.com; tfpmonteiro@outlook.com;  
valdomiroviana0880@hotmail.com; lauriana.paludo@ifpr.edu.br

<sup>1</sup>IFPR – Instituto Federal do Paraná

**Resumo:** O processo de desenvolvimento de *software* envolve várias atividades e pode ser visto sob diferentes perspectivas, incluindo as do usuário, dos analistas e desenvolvedores. Uma dessas atividades é a análise dos requisitos e uma técnica de análise que torna o desenvolvimento de *software* mais compreensível e garante a qualidade e facilidade de manutenção do sistema desenvolvido, é fazendo uso de ferramentas CASE (do inglês *Computer-Aided Software Engineering* - ferramentas baseadas em computadores que auxiliam atividades de engenharia de software) para construir diagramas utilizando a Linguagem de Modelagem Unificada, ou simplesmente UML. A UML tem por objetivo proporcionar uma forma padrão para os projetos de sistemas, fornecendo diagramas para a construção de modelos que expliquem as características ou comportamentos de um sistema e facilitando o processo de desenvolvimento nas etapas de análise, desenvolvimento, implantação e manutenção do sistema. Neste contexto, a presente pesquisa tem por objetivo realizar uma análise de ferramentas CASE disponíveis na *web* e que sejam do tipo *open source*, devido ao crescente incentivo ao uso de aplicações de código-fonte livres, ou seja, aplicações onde o uso de sua licença garanta a livre distribuição, acesso ao código-fonte, criação de trabalhos derivados, integridade do autor, distribuição de licença, dentre outros. Desta maneira, a pesquisa parte de uma análise exploratória de ferramentas CASE distribuídas livremente na internet e que sejam capazes de

dar suporte à diagramas da UML – mais especificamente à fase de análise de requisitos e aos diagramas de casos de uso. As ferramentas foram selecionadas no período de maio à junho de 2015, utilizando a ferramenta de busca do *google* e os argumentos de pesquisa, “ferramentas *case and software* livre”; “ferramentas uml livres”; “ferramentas *case open source*”. Os seguintes critérios foram estabelecidos pelos autores para a seleção das ferramentas analisadas neste trabalho: I) ferramentas já conhecidas e com algum reconhecimento na área; II) ferramentas com uso alternativo à instalação clássica; III) ferramentas livres do tipo *open source*; IV) ferramentas gratuitas. Seis ferramentas que atendiam a estes critérios foram selecionadas: *Visual Paradigm Community Edition*, *Astah Community*, *StarUML*, *ArgoUML*, *Dia Portable* e *yUML*. Foram comparadas e analisadas sobre os aspectos: facilidade de instalação, facilidade de uso quanto a sua interface, engenharia reversa, notação UML, sistema operacional suportado, geração de código-fonte, geração de documentação, número de diagramas suportados e compatibilidade com demais ferramentas *CASE*. Como resultados da análise, os autores observaram que as ferramentas *Visual Paradigm Community Edition* e *Astah Community*, apesar de apresentarem uma interface mais intuitiva e maior facilidade no uso, reservam a maioria das funcionalidades às versões comerciais, sendo as versões comunitárias limitadas. A ferramenta *StarUML* é pouco intuitiva e possui uma interface mais difícil de entender e usar. Um exemplo disso é o fato do *site* da ferramenta trazer a informação de que é possível gerar o código-rascunho do programa e a engenharia reversa, porém os autores encontraram dificuldades e não conseguiram realizar estas tarefas durante os testes. A ferramenta oferece um número maior de funcionalidades gratuitas, sobressaindo-se em relação às demais. Os autores recomendam para uso intensivo e frequente, a ferramenta *ArgoUML*, por ser mais completa e de fácil utilização, mesmo que sua interface deixe a desejar no primeiro momento, o usuário pode fazer alterações e deixar visível apenas as informações de seu interesse. Já, se a intenção é a criação de diagramas em momentos rarefeitos, a ferramenta *Dia Portable* é capaz de realizar essa tarefa de maneira rápida e eficiente através de uma interface amigável e que exige pouco desempenho de *hardware*, uma vez que não precisa ser instalada para ser utilizada.

**Palavras-chave:** Análise de *Software*, Ferramentas *CASE*, *Open Source*, UML.

## APTIDÃO CARDIORRESPIRATÓRIA DE ESCOLARES DE 7 E 13 ANOS DE IDADE.

Yândara Danguí Kreve  
Aluisio Menin Mendes  
Cezar Grontowski Ribeiro  
Gesiliane Aparecida Lima Kreve  
Marcio Flavio Ruaro  
yandaradkreve@hotmail.com

A aptidão física é tida como um conjunto de atributos que as pessoas possuem ou podem obter, e que está relacionada diretamente com a habilidade em executar e realizar determinadas atividades tanto do cotidiano como esportivas. Como componente fundamental da aptidão física, a aptidão cardiorrespiratória está associada a muitos fatores importantes para a saúde. Deste modo, os valores adequados e recomendados ajudam na prevenção de doenças, principalmente cardiovasculares. Desta forma, avaliar a condição cardiorrespiratória em idades mais precoces se torna uma ferramenta fundamental na prevenção de agravamentos na saúde do indivíduo quando adulto (PALUDO et al., 2012). O objetivo deste estudo é avaliar a condição cardiorrespiratória de escolares entre 7 e 13 anos de idade, em uma escola municipal na cidade de Palmas-Pr. É um estudo descritivo, transversal, de cunho quantitativo onde foram selecionados de forma intencional e avaliadas 160 crianças de ambos os gêneros, com faixa etária entre 7 e 13 anos de idade, da Escola Municipal Oscar Rocker, no município de Palmas-Pr. A coleta de dados foi efetuada através do teste dos 6 minutos corrida/caminhada, de acordo com o manual de aplicação e testes desenvolvidos pelo Projeto Esporte Brasil - PROESP-Br, versão 2012. Resultados: Os resultados demonstram que 63,1% das crianças estão na zona considerada saudável, enquanto 36,8% estão na zona considerada de risco. Quando separados por gênero, os meninos apresentam 63% na zona saudável e 37% na zona de risco, enquanto as meninas apresentam 65,7% na zona saudável e 34,3% na zona de risco. Concluiu-se que no quadro geral, os dados apresentam um número elevado de crianças na zona considerada de risco (36,8%), o que não difere muito quando separados por sexo, meninas (34,3%) e meninos (37%). Desta forma, há a necessidade de estabelecer mais informações acerca do nível de atividade física das crianças e propiciar aulas de melhor qualidade para as mesmas. A melhora na aptidão cardiorrespiratória ajuda no desenvolver de atividades do cotidiano, das esportivas e previne o desenvolvimento ou agravamento de doenças principalmente cardiovasculares e respiratórias, tanto agora como futuramente.

**Palavras-chave:** Criança. Aptidão cardiorrespiratória; saúde.

## ATIVIDADE FÍSICAS AQUÁTICAS NA MELHORIA DA QUALIDADE DO SONO DE IDOSAS.

Yandara Dangui Kreve ([yandaradkreve@hotmail.com](mailto:yandaradkreve@hotmail.com))

Fernando Gradashi ([fernandu91@yahoo.com.br](mailto:fernandu91@yahoo.com.br))

Gesiliane Aparecida Lima Kreve ([gesiliane.kreve@ifpr.edu.br](mailto:gesiliane.kreve@ifpr.edu.br))

Instituto Federal do Paraná

O envelhecimento humano causa sofrimento a partir do momento que avançamos no tempo com problemas de saúde, logo isto nos impede de termos alegria e qualidade de vida. Nos dias atuais, a insônia aparece nas mais tenras idades, pessoas jovens tem problemas para dormir por causa do estresse e a correria do dia a dia, logo, suas rotinas estressantes fazem com que deitem e não consigam relaxar o suficiente para alcançar um sono revitalizador. Esta realidade também se observa nos idosos e se agrava nas mulheres ao chegar a velhice. O presente estudo tem como tema, as atividades físicas aquáticas na melhoria da qualidade de sono de mulheres idosas. O estudo tem por objetivo, melhorar a qualidade do sono de mulheres idosas com atividades físicas executadas dentro da água. Justifica-se o interesse por este assunto, devido a extrema importância que o sono tem na vida das pessoas e o que a sua falta pode acarretar ao longo dos anos, sendo que o aparecimento de inúmeras doenças físicas e psicológicas são atribuídas pela falta de noites de sono reparadoras. Neste estudo foi realizada uma pesquisa teórico-prática, de abordagem qualitativa, onde foram selecionados de forma intencional 20 indivíduos do gênero feminino com idades acima do 55 anos de idade. Expostos a seções de atividades aquáticas duas vezes na semana, com aulas de 50 minutos cada seção, onde executaram exercícios de fortalecimento muscular, de condicionamento físico leve a moderado. O resultado obtido com o pré-teste é que no que se refere à necessidade de mudar os hábitos de sono 100% das alunas disseram que sentiam necessidade de mudar seus hábitos de sono, depois da aplicação das atividades apenas 35% relataram tal necessidade. No que diz respeito a ter problema para adormecer, 47% relataram que sempre tinham dificuldade para pegar no sono, no pós teste apenas 5,8% relatou tal fato. Tais dados mostram como a aplicação de atividades práticas executadas na água podem melhorar as condições do sono das idosas. Buscar a saúde e a qualidade de vida deve ser o objetivo dos seres humanos desde as mais tenras idades, pois começamos a envelhecer logo após a concepção, devemos portanto, pensar na velhice quando ainda somos crianças, buscando hábitos alimentares saudáveis e inserir a prática de atividades físicas regulares em nossas vidas. Os exercícios feitos na água causam aos indivíduos melhoria na sua condição física como um todo, também auxilia na diminuição de problemas psicológicos e de depressão, fazendo com que durmam melhor, melhorando sua vida em todos os aspectos. Concluiu-se através deste estudo, que tais atividades tem a condição de amenizar os

efeitos do envelhecimento e melhorar a qualidade do sono de mulheres idosas, sendo que as atividades desenvolvidas na água quando praticadas regularmente dão totais condições, tanto físicas como psicológicas para que essa melhora ocorra. As atividades aquáticas tem a condição de contribuir para a melhoria da qualidade do sono das mulheres idosas.

**Palavras-Chave:** Sono. Qualidade de vida. Condição física.

## AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE AERÓBICA EM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I NA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PALMAS-PR

Fernando Marlon Pilger Gradaschi  
Jozias Fortunato  
Gesiliane Aparecida Lima Kreve  
Marcio Flavio Ruaro  
Cezar Grontowski Ribeiro  
Alúcio Menin Mendes  
[fernandu91@yahoo.com.br](mailto:fernandu91@yahoo.com.br)

**Resumo:** Níveis baixos de capacidade aeróbica acarretam em diversos problemas, relacionados à saúde, sedentarismo, deficiência cardiorrespiratória e cardiovascular, aumento da pressão arterial, metabolismo lento, enfraquecimento na musculatura responsável pela respiração e suporte físico corporal, atrofia e/ou limitação de movimentos, enfraquecimento do músculo cardíaco, diminuição de células vermelhas do sangue, menor circulação sanguínea, assim como salientam os Cooper e Coutinho (1982, p.19), que, exercício aeróbico, acarreta alterações benéficas nos pulmões, coração e sistema vascular, aumentam a capacidade do corpo para movimentar o ar dos pulmões; melhora a circulação sanguínea e a capacidade de transportar oxigênio para o organismo. Diante disto, o referente estudo, tem como objetivo mensurar o nível de capacidade aeróbica de alunos de ambos os gêneros do ensino fundamental I de uma escola do município de Palmas-PR, tendo em vista que estes dados podem acarretar em possíveis problemas à saúde destes. Portanto, trata-se de uma pesquisa quantitativa, quasi experimental e descritiva, realizada em uma escola municipal de Palmas Paraná, foram avaliados no total, 67 alunos, sendo eles 37 do gênero masculino e 30 do gênero feminino nas faixas etárias de 06 a 14 anos, que frequentam a escola no período vespertino, realizando as aulas de educação física em uma quadra esportiva semiaberta. A aplicação do teste foi realizada por acadêmicos do curso de Educação Física do IFPR - Campus Palmas, por bolsistas do

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), supervisionados e auxiliados pelo profissional de Educação Física, atuante na escola. O teste a ser usado, foi o de Corrida/caminhada dos 6 minutos, este teste tem parâmetros do Projeto Esporte Brasil (PROESP-BR 2012), protocolo recentemente modificado de fácil acesso para profissionais da área do esporte e licenciatura. A plataforma usada para configuração de gráficos e porcentagens de resultados foi Microsoft Excel Starter versão 2010, Windows 8. Tais resultados obtiveram a resposta de, 34,33% dos alunos apresentam-se em nível Fraco, 20,90% na casa do Razoável, 17,91% com índice Bom, Muito bom foram 19,40% e com níveis de Excelência 7,46%. Perante os resultados obtidos, há percepção que houve diferenciações quanto à condição dos alunos, acarretando em riscos e manutenção a saúde, sendo assim comprovando a validade do estudo e possibilitando, o questionamento quanto à orientação e forma como será feita a adaptação das atividades propostas pelo profissional no ambiente escolar, conforme referência do PROESP-BR aos resultados obtidos. Voltado a isso cabe ao âmbito escolar e pedagógico, a obrigação de atender os requisitos negativos e positivos obtidos, sendo eles deveres tanto como local apropriado como socialmente deduzente. Todavia, propostas devem ser tomadas a partir disto, buscando consecutivamente a melhora, sendo elas planejadas pelo profissional de Educação Física, através de capacitações em sua área, buscando bases sólidas construtivas, juntamente com aparatos governamentais, as quais disponibilizem verbas para projetos tanto esportivos, recreativos como de promoção à saúde, cabe também ao bolsista (PIBID) atuante, a construção de propostas, juntamente com a instituição de ensino, para a promoção da saúde e qualidade de vida dos alunos.

**Palavras-chave:** Capacidade Aeróbica. Alunos. PIBID.

## AVALIAÇÃO DA FREQUÊNCIA DE PARASIToses INTESTINAIS EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE PALMAS- PR

Graziele Conder da Cruz (grazyconder@hotmail.com)<sup>1</sup>

Marcos Euzébio Maciel (marcos.maciell@ifsc.edu.br)<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Instituto Federal do Paraná-Campus Palmas

<sup>2</sup>Instituto Federal de Santa Catarina- Campus Chapecó

As parasitoses intestinais são infecções causadas por protozoários e helmintos, sendo estes os patógenos mais frequentes nos países em desenvolvimento como o Brasil. Estas enfermidades constituem um dos principais problemas de saúde pública do Brasil, principalmente nas regiões



mais carentes do país em razão das condições socioeconômicas precárias, instalações sanitárias ausentes ou inadequadas, baixo estado nutricional e hábitos de higiene insuficientes. As consequências destas parasitoses são principalmente má nutrição e diarreia crônica, sendo mais frequentes na infância. Acometem principalmente crianças em idade pré-escolar resultando na dificuldade de aprendizado e comprometendo o desenvolvimento físico, psicossomático e cognitivo dos alunos. Em razão deste quadro clínico as crianças apresentam dificuldade de concentração, sonolência e cansaço. No presente estudo foi verificada a frequência de parasitas intestinais em uma amostra de alunos da Escola Oscar Rocker - Educação Infantil e Ensino Fundamental de Palmas-PR. 28 alunos (13 do sexo feminino – 46,43%; e 15 do sexo masculino – 53,57%) entre 5 e 6 anos forneceram amostras para o exame parasitológico de fezes. Para a coleta das fezes, os alunos da pré-escola receberam um pote coletor etiquetado com conservante, questionário, ficha de inscrição/autorização dos responsáveis e documento com instruções para a correta forma de coleta do material. Foram realizadas duas coletas com o intervalo de uma semana. A preparação para análise das amostras fecais foi realizada de acordo com o Método de Hoffman, Pons e Janer. Os laudos com os respectivos resultados foram preparados no laboratório Gram Análises Clínicas e posteriormente entregue aos pais e responsáveis. Também foi organizada palestra com orientação de pais e alunos sobre os cuidados profiláticos envolvendo as principais parasitoses intestinais. A partir da análise de 27 amostras da segunda coleta verificou-se que cinco (18,52%) apresentaram laudo positivo para parasitoses intestinais e 22 (81,48%) laudo negativo. Estes dados corroboram o trabalho de Santos (2010), que obteve uma frequência de 16% de parasitoses intestinais em indivíduos do município de Maria Helena (PR). Dentre aqueles que apresentaram laudo positivo no presente estudo, um indivíduo apresentou tripla associação de parasitas: *Entamoeba coli*, *Giardia lamblia* e *Ascaris lumbricoides*. Um outro indivíduo apresentou dupla associação de parasitas: *Entamoeba coli* e *Giardia lamblia*. Os demais apresentaram laudo de parasitose simples para *Ascaris lumbricoides*, *Tricuris trichiura* e *Giardia Lamblia*. O parasita mais frequente foi *Giardia Lamblia* (três indivíduos) dos indivíduos com laudo positivo, em seguida *Entamoeba coli* e *Ascaris lumbricoides* (dois indivíduos), finalizando com *Tricuris trichiura* (um indivíduo). Estes dados proporcionou uma indicação do quadro de parasitoses das crianças nesta faixa etária na escola indicada e assim, possibilita a indicação do tratamento destas doenças e redução do seu impacto no desempenho escolar. Além de melhorar a qualidade de vida dos alunos.

**PALAVRAS-CHAVE:** parasitas intestinais, exame Parasitológico de fezes, prevalência.

## AVALIAÇÃO DE VEGETAIS COMO BIOINDICADORES E PARA O DESENVOLVIMENTO DE CARVÃO ATIVADO

Gabriel Neves Alves<sup>49</sup>,  
Amerieli Leticia Marquezoti Cortes<sup>50</sup>,  
Mitaly Franzen<sup>2</sup>,  
Jaqueline Nicolini,  
Keller Paulo Nicolini\*.  
keller.nicolini@ifpr.edu.br.

**Resumo:** Introdução: O uso de insumos agropecuários e de fármacos vem adicionando ao meio ambiente inúmeras substâncias potencialmente prejudiciais. Estas substâncias são denominadas de contaminantes emergentes e vem sendo detectadas por avaliações ambientais em diversas regiões do planeta, em águas residuais oriundas de atividades agroindustriais e em efluentes domésticos. Estudos de nosso grupo de pesquisa têm por objetivo avaliar a potencialidade de espécies vegetais (*Lactucasp.*, *Eruca sp.* e *Bidens sp.*) utilizadas como bioindicadores no monitoramento de ambientes contaminados, com vistas a utilização da biomassa no desenvolvimento de carvão ativado. Desenvolvimento: Para a realização deste estudo foram avaliados os parâmetros fisiológicos das espécies vegetais *Lactucasp.*, *Eruca sp.* e *Bidens sp.* *in vitro* cultivada nos laboratórios interdisciplinares do campus Palmas do Instituto Federal do Paraná. O cultivo foi realizado em vasos contendo sementes de *Lactucasp.*, *Eruca sp.* e *Bidens sp.*, substrato comercial e substrato comercial contaminado por amoxicilina (AMX), diclofenado de sódio (DFS) e nitrofurantoína (NTF). Durante o cultivo foram avaliados os parâmetros fisiológicos: taxa de germinação, comprimento de folhas, comprimento de raízes e massa total da planta em diferentes estágios de desenvolvimento. Estes estudos indicam que a *Lactucasp.* (Alface Baba de Verão) apresenta sensibilidade ao antibacteriano AMX com relação aos parâmetros comprimento de folhas, comprimento de raízes e massa total da planta, não interferindo significativamente na taxa de germinação da espécie avaliada. Estes estudos indicam que *Lactucasp.* (Alface Baba de Verão), apresenta sensibilidade ao anti-inflamatório DFS com relação aos parâmetros comprimento de folhas e massa total da planta, não interferindo significativamente no comprimento de raízes e na taxa de germinação para a espécie estudada. Estes estudos indicam que a *Eruca sp.* (Rúcula Cultivada) apresenta sensibilidade ao antibacteriano NTF com relação aos parâmetros taxa de germinação, comprimento de folhas, comprimento de raízes e massa total da planta para a espécie avaliada. Conclusão: Estes estudos indicam que as espécies vegetais cultivadas apresentam sensibilidade às substâncias avaliadas. Nosso grupo de pesquisa está avaliando demais plantas da fauna da região como potenciais

<sup>49</sup>Bolsista CNPq

<sup>50</sup>Bolsista PIBIC-FA

bioindicadores e bioacumuladores de contaminantes emergentes. Estamos realizando estudos para utilizar a biomassa residual de vegetais no desenvolvimento de carvão ativado.

**Palavras-Chave:** fármacos, bioindicadores, contaminantes ambientais.

### CLUBE DE LEITURA DOM CARLOS

KEMES, Leticia Aparecida Terres<sup>51</sup>

RAMOS, Natalia Regina Ricardo de<sup>52</sup>

ANDRIOLA, Karin Vaniessa<sup>53</sup>

Laura Beatriz Spanivello [laura.spanivello@ifarroupilha.edu.br](mailto:laura.spanivello@ifarroupilha.edu.br)

Suzete Verginia de Souza Reiter [suzete.reiter@ifpr.edu.br](mailto:suzete.reiter@ifpr.edu.br)

**RESUMO:** Este trabalho versará sobre o problema enfrentado pelos profissionais de Letras da cidade de Palmas-Pr: a resistência dos alunos do Ensino Médio em fazer leitura de textos literários buscando uma forma de fazer com que as aulas de literatura sejam mais dinâmicas pois, muitos professores, ensinam-na de forma “engessada”, sempre do mesmo modo, privilegiando o aspecto cronológico da história da literatura; além de que há outro agravante: o número de aulas é insuficiente para desenvolver o trabalho de leitura mais complexa com os alunos. Para tanto, traçamos neste projeto as seguintes questões problemas: Como trabalhar com a resistência dos alunos dos 3º ano do Ensino Médio quanto à leitura tanto literária, quanto informativa? E como trabalhar a leitura e a contextualização da literatura de forma dinâmica que os levem a ler textos literários? Neste sentido, durante o ano letivo de 2015, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID -, do Instituto Federal do Paraná – IFPR – Câmpus Palmas, Curso de Letras – Português/Inglês, desenvolveu-se um projeto cuja proposta é a leitura de livros, objetivando promover um debate literário tendo como ponto de partida a “Teoria da Recepção” formulada por Hans Robert Jauss, a qual nos aponta alternativas à apresentação de textos literários aos alunos, sem que se anule a época em que foram escritos; os motivos que levaram os autores a determinada produção; assim como as temáticas por eles abordadas, sem deixar de aproximar autor/leitor/obra. Com o interesse de mudarmos, aperfeiçoarmos a conduta pedagógica buscando contribuir para a mudança e como forma de exercitar a leitura de textos literários com o Ensino Médio. O

<sup>51</sup> Acadêmica do Curso de Letras do Instituto Federal do Paraná. Bolsista CAPES/PIBID Língua Portuguesa. [leticia\\_kemes@hotmail.com](mailto:leticia_kemes@hotmail.com)

<sup>52</sup> Acadêmica do Curso de Letras do Instituto Federal do Paraná. Bolsista CAPES/PIBID Língua Portuguesa. [nataliaregina92@hotmail.com](mailto:nataliaregina92@hotmail.com)

<sup>53</sup> Professora de Língua Portuguesa da rede pública de ensino. Supervisora CAPES/PIBID Língua Portuguesa. [karinandriola@gmail.com](mailto:karinandriola@gmail.com)

projeto foi dividido em três momentos, sendo que o primeiro concluiu-se em 29 de junho do referido ano, com a apresentação contextualizada das obras: “Madame Bovary” – Gustave Flaubert, “O Retrato de Dorian Gray” – Oscar Wilde, “O crime do Padre Amaro” – Eça de Queiroz e “A menina que roubava livros” – Markos Zusak, em um Café Literário realizado no IFPR Câmpus Palmas. No segundo momento, previsto para o dia 05 de outubro, a turma foi dividida em dois grupos para a leitura e estudo das obras “Romeu Imortal” e “Julieta Imortal”, ambos da autora Stacey Jay. Neste Café Literário os alunos deverão defender dois personagens clássicos: Romeu e Julieta, de acordo com a mencionada releitura. Por meio das atividades já desenvolvidas, podemos concluir que projetos como este, dão às aulas de literatura um novo significado em relação à leitura e a forma como ela é apresentada aos alunos proporciona maior produtividade, divertimento e conhecimento.

**Palavras-chave:** Leitura, literatura, ensino, PIBID

## COMPARAÇÃO FENOLÓGICA DE QUATRO VARIEDADES DE MACIEIRA PRESENTES NO BANCO DE GERMOPLASMA DO IAPAR

Jeferson Benedetti Eilert<sup>1</sup>  
Clandio Medeiros da Silva<sup>2</sup>  
Wilson Schvieczski<sup>2</sup>  
Paulo Mauricio Centenaro Bueno<sup>1</sup>  
paulo.bueno@ifpr.edu.br

<sup>1</sup>Instituto Federal do Paraná  
<sup>2</sup>Instituto Agrônômico do Paraná

Através dos programas de melhoramento genético do Instituto Agrônômico do Paraná – IAPAR, na década de 1980, foram lançadas quatro novas cultivares de macieira, sendo elas a IAPAR 75 (Eva), IAPAR 76 (Anabela), IAPAR 77 (Carícia) e IPR Julieta (Julieta), todas de baixa exigência em frio, característica essa que permite o plantio dessas macieiras em regiões mais quentes, e que suas frutas sejam colhidas anteriormente às cultivares Gala e Fuji, que são as mais produzidas no Brasil. Essa característica permite ao produtor a comercialização dessas frutas por um preço melhor e mais competitivo. O presente trabalho objetivou comparar a fenologia das quatro cultivares do IAPAR (Eva, Anabela, Carícia e Julieta) presentes no banco de germoplasma da estação experimental do IAPAR de Palmas - PR. Foram realizadas avaliações semanais da fenologia das macieiras, segundo descrição de Fleckinger (1953), durante dois anos de avaliação. As do primeiro ano tiveram

início no dia 23 de julho de 2014, e terminaram no dia 7 de janeiro de 2015. No período de avaliação foram acumuladas 251 unidades de frio, sendo suficiente para a quebra de dormência natural das macieiras, porém o recomendado para a cultura é um acúmulo de 300 a 450 unidades de frio. O segundo ano de avaliação teve início no dia 22 de julho de 2015 e terminou no dia 25 de novembro de 2015, com um total de 265,5 unidades de frio acumuladas. No ano de 2014 a primeira macieira a sair da dormência foi a Anabela, seguida pela Carícia e Julieta que estavam no mesmo estádio no momento da primeira avaliação, e por último e pouco mais tardia a Eva. A Primeira a iniciar a floração foi a Carícia, seguida pela Julieta, Anabela e por último a macieira Eva. A Eva e Julieta atingem o estádio de plena florada no mês de setembro, isso confirma a Julieta como polinizadora da Eva, como é usada em pomares comerciais. A carícia possui uma florada mais precoce. No dia 24 de setembro todas as macieiras avaliadas já estavam no estádio de frutos verdes. Em 2015 na data da primeira avaliação todas as 4 variedades avaliadas já tinham saído da dormência e se encontravam em estado de gema inchada, ponta de prata. Entre os dias 12 e 19 de agosto as macieiras iniciaram sua floração, sendo que no dia 19 de agosto estavam todas em estádio de plena florada. As 4 macieiras atingiram o estádio de frutos verdes no dia 9 de setembro de 2015, sendo que no dia 16 de setembro de 2015 ocorreu a geada mais forte do ano no município de Palmas, quando os termômetros chegaram a registrar temperaturas inferiores a  $-8,2^{\circ}\text{C}$ , essa geada atingiu as macieiras no momento em que as mesmas estavam em estágios reprodutivos, isso acarretou no abortamento de algumas das flores e frutos, fazendo com que a produção final ficasse comprometida. Para a região de Palmas, que possui invernos rigorosos, essas cultivares se mostram muito precoces e isso é um fator limitante para a produção, que se torna de risco. Isso se comprova com a ocorrência da forte geada tardia que ocorreu durante o período de avaliação. Dessa forma, essas cultivares de macieira são recomendadas para regiões mais quentes, onde o risco com as geadas tardias é menor.

**Palavras chave:** *Malus domestica*; germoplasma; fenologia.

Órgão financiador: CNPq/PIBIC.

## DANÇA DO DRAGÃO

### Transformando uma lenda em realidade

Luciano Brunetti ([brunetti666@hotmail.com](mailto:brunetti666@hotmail.com))  
Neuza de Fátima da Fonseca

**Resumo:** A dança do dragão como elemento cultural da China, é de extrema importância para seu povo, com elementos zoomórficos e aparência assustadora o Dragão Chinês é um símbolo de audácia e benevolência, dominador dos elementos e símbolo de bom augúrio, sendo por muitas vezes, devidos a esses atributos, utilizado como símbolo da autoridade imperial. A Dança do Dragão se tornou muito conhecido pelo mundo, devido a sua beleza e perícia com o qual é manipulado, difundindo alegria e emoção em suas apresentações, onde uma equipe bem treinada executa com perfeita maestria movimentos rápidos e precisos em sua coreografia, manipulando o grande fantoche de dragão, conseguindo com que ele imite os supostos movimentos deste ser mitológico de uma maneira sinuosa e ondulada, simbolizando o papel histórico dos dragões e demonstrando poder e dignidade. A proposta pedagógica do programa Pibid-Teatro, é de se realizar uma pesquisa ampla sobre o papel do dragão na cultura oriental, abordando principalmente suas origens e simbolismos. O projeto será executado na Escola Municipal Nascera para a Arte – Palmas-Pr, com alunos da turma de teatro, no período vespertino, inicialmente com uma aula de duas horas, abordando o tema com slides, vídeos e música, e ainda explicar características similares encontradas em elementos do folclore brasileiro. Após a observação, como proposta cênica, caberá ao bolsista e aos alunos a confecção de um fantoche de dragão de 25 metros de comprimento, utilizando-se de meios e materiais variados, com o objetivo de obter-se o máximo de fidelidade com o qual é utilizado em comemorações populares da China, mas possibilitando que os alunos tenham total liberdade para exporem e praticar suas ideias, para que o resultado estético seja um reflexo de suas personalidades, o que também será esperado no desenvolvimento da coreografia, que será posta em prática em última instância. A Dança do Dragão envolve dinamismo, disciplina e concentração em sua execução, e espera-se que os alunos se engajem nestes fatores, mas principalmente que, eles se divirtam e aprendam não apenas como espectadores, mas vivenciando e interagindo com outra cultura de uma forma mais profunda, passando por todas as etapas de algo grandioso.

**Palavras-chave:** Dança. Folclore. Dragão chinês. Cultura.



## DESCARTE DE EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS NO OESTE DE SANTA CATARINA

BROETO, Dionatan Bedin (dhio\_broeto@hotmail.com)<sup>1</sup>  
TESORI, Suzana Patricia (suh\_tesori@hotmail.com)<sup>2</sup>  
DINGUELESKI, Patricia Taina (patriciadingueleski@hotmail.com)<sup>3</sup>  
MOREIRA, Jânio Cordeiro (janio.moreira@ifpr.edu.br)<sup>4</sup>  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas<sup>1 2 3 4</sup>

No Brasil, segundo dados divulgados pela Embrapa (2015), foram consumidos aproximadamente 130 mil toneladas de agrotóxicos em 2015. Ainda, conforme a Embrapa, o sul brasileiro é responsável por 31% do consumo de fitossanitários. O estado de Santa Catarina, apesar de possuir uma pequena área territorial, é o quinto maior produtor de alimentos do Brasil e ocupa posição de destaque em relação às seguintes culturas: maçã (1<sup>o</sup>), fumo (2<sup>o</sup>), cebola (2<sup>o</sup>), trigo (4<sup>o</sup>), milho (6<sup>o</sup>) e soja (9<sup>o</sup>) (DENARDIN & SULZBACH, 2003). A elevada produção é acompanhada pelo uso excessivo de produtos fitossanitários tendo sido consumidos no estado no ano de 2012 aproximadamente 6,6 quilos de produto por hectare plantado. Em 2013, Santa Catarina usou 10.764 toneladas de agrotóxicos, o dobro da quantidade vendida no ano de 2000. Esses números vêm preocupando ambientalistas não somente pela produção de alimentos com o uso maciço de defensivos, mas também, pelo destino das embalagens usadas para armazenar os mesmos. Os resultados de estudos preliminares que avaliaram essa questão forneceram subsídios para a criação da Lei Federal nº 9974/00 que ratificou a logística reversa de resíduos sólidos. Em 2001, a fundação do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV) fez com que as empresas fornecedoras de insumos agrícolas se adequassem às normas regidas pela Lei nº 9974/00 e disponibilizassem espaço, materiais e funcionários qualificados para o manuseio das embalagens. Com o objetivo de verificar se o procedimento determinado pela legislação para descartar as embalagens de agrotóxicos vem sendo seguido no oeste catarinense nas cidades de Abelardo Luz, Ouro Verde, Ipuçu, São Domingos e Xanxerê, foram realizadas entrevistas com o apoio de questionários com os produtores agrícolas e empresas responsáveis pela venda e recebimento das embalagens vazias e devidamente higienizadas. Após as entrevistas com 46 produtores rurais e visitas realizadas nas empresas agrícolas atuando nestas cidades, verificou-se que o aumento do uso de defensivos agrícolas e, conseqüentemente, o acúmulo de embalagens de agrotóxicos nas propriedades rurais foi acompanhado de conscientização da maioria dos produtores. Os mesmos passaram a entender a importância do manejo adequado de embalagens para manter o equilíbrio ambiental, e adotaram o procedimento recomendado de armazenamento, lavagem e devolução desses recipientes nas empresas

autorizadas. Contudo, por motivos culturais ou falta de informação, foi observado que os produtores mais antigos e de pequenas propriedades ainda têm dificuldades de entender os impactos biológicos causados pelo acúmulo ou descarte inadequado das embalagens, alguns dos quais ainda acreditam ser mais prático simplesmente soterrá-las e/ou queimá-las em suas propriedades. Durante o desenvolvimento da pesquisa foi observado que a fiscalização dos produtos retirados pelos produtores e que não são devolvidos às empresas ainda é falha. Foi observado que, de modo geral, não há notificação dos agricultores por parte das empresas pelo material faltante. Outro aspecto notado é a falta de campanhas abrangentes de divulgação e conscientização da sociedade como um todo sobre a importância do uso e descarte consciente dos recipientes vazios de defensivos agrícolas. Embora o manejo das embalagens de defensivos agrícolas em algumas propriedades na região oeste de Santa Catarina venha sendo realizado conforme a legislação, tais campanhas seriam importantes para esclarecer dúvidas persistentes na população contribuindo para abreviar o tempo necessário para que a totalidade dos produtores adote práticas adequadas em suas propriedades.

### **DIABETES, HIPERTENSÃO ARTERIAL E SISTEMA DE CUIDADOS À SAÚDE: ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS DOS ADOECIDOS CRÔNICOS DAS CLASSES POPULARES DE PALMAS, PR.**

Apoliana Rosa Jardim - apolianarosa@outlook.com  
Silvano Redon - silvano.redon@ifpr.edu.br

**Resumo:** Introdução: Diante do aumento da expectativa de vida da população brasileira, tem sido constatadas a importância epidemiológica das doenças crônicas e a pouca disponibilidade de pesquisas e textos socioantropológicos sobre o tema. Por outro lado, a preocupação com relação às possibilidades de agenciamento dos itinerários terapêuticos dos adoecidos crônicos tem recebido destaque nas ações de planejamento, implantação, gestão e avaliação das políticas públicas em saúde, com o intuito de subsidiar e auxiliar, adequadamente, as estratégias empregadas no enfrentamento da doença. Objetivos: De caráter qualitativo, a abordagem se insere na interface das ciências sociais com a saúde coletiva, e busca interpretar as estratégias e os itinerários terapêuticos dos doentes das classes populares em tratamento de diabetes tipo 2 e hipertensão arterial, duas das perturbações crônicas mais recorrentes em Palmas. O entendimento de tais estratégias, num contexto em que a atenção à saúde é insatisfatória, permite avaliar as possibilidades do

*sistema de cuidados à saúde*. Metodologia: Foram realizados quatro grupos focais, dois deles com doentes de diabetes tipos 2, e dois com doentes de hipertensão arterial, os quais tiveram, cada um, a participação de oito a onze doentes em tratamento ambulatorial em unidade básica de saúde do referido município. Antes da sua realização, foram feitas visitas individuais a fim de apresentar o propósito do estudo e o modo como ele seria conduzido, bem como para apresentar os procedimentos éticos em pesquisas na área das ciências sociais em saúde. Resultados: A partir dos relatos obtidos nos grupos focais, as estratégias e os itinerários terapêuticos foram interpretados à luz do conceito de *sistema de cuidados à saúde*, proposto por Arthur Kleinmann, o qual engloba uma tríade que compreende três subsistemas de atenção à saúde: o *familiar*, o *popular* e o *profissional*, percorridos pelos doentes no enfrentamento da doença. Como mostram algumas das suas falas, os medicamentos circulam pela rede de vizinhança, associados a remédios e práticas populares, os quais podem ser usados como substitutos ou alternados aos primeiros de acordo com as sensações corporais verificadas pelos doentes. Do mesmo modo, a posologia pode ser reinterpretada de acordo com os processos de negociação da doença que acontecem no curso dos itinerários terapêuticos, e o medicamento ingerido de maneira diferente daquela prescrita pelo médico. O mesmo pode acontecer com o tipo de alimentação recomendada, que sofre um processo de negociação diante da rede de cuidados estabelecida entre os doentes. Considerações: O modo como o curso da doença e as sensações corporais são percebidas, conjuntamente aos arranjos sociais para o enfrentamento da doença a partir da interação entre os subsetores *familiar*, *popular* e *profissional* do *sistema de cuidados à saúde*, influenciam as decisões dos doentes com relação ao gerenciamento da doença. No conjunto do material coletado, os três subsetores são acessados conjuntamente, o que revela a dinâmica das relações sociais e a presença de um sistema médico nativo associado ao biomédico, fatores que podem ser levados em consideração no planejamento e nas ações das políticas públicas em saúde.

**Palavras chave:** diabetes; hipertensão arterial; itinerários terapêuticos  
Apoio: CNPQ

## DIAGNÓSTICOS DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM QUEIMADURA DE TERCEIRO GRAU: UM ESTUDO DE CASO.

Elyn Piana (elyn\_piana@hotmail.com)  
Marcia Domênica Cunico Barancelli (marcia.domenica@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

**RESUMO:** Este estudo teve por objetivo definir os diagnósticos de enfermagem ao paciente com queimadura de terceiro grau, vítima de agressão. Os dados foram coletados em Março de 2015 através do instrumento para o histórico de enfermagem (entrevista e exame físico), pela revisão dos registros do prontuário do paciente e aporte teórico. Trata-se de uma pesquisa descritiva a partir de um estudo de caso onde foram desenvolvidas as etapas da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) a seguir: coleta de dados pelo instrumento e o levantamento dos problemas identificados para definição dos diagnósticos. A fase diagnóstica possibilitou o planejamento e a implementação dos cuidados de enfermagem na assistência ao paciente de forma adequada e segura. Assim a SAE se constitui em um instrumento que permite guiar as ações de enfermagem afim de que possa atender as necessidades individuais do cliente-família-comunidade. O sujeito da pesquisa é do sexo feminino, 19 anos de idade, com queimadura de terceiro grau (tórax, abdômen e membro superior esquerdo) vítima de agressão pelo cônjuge, permanecendo longo período de recuperação em Unidade de Terapia Intensiva, encontra-se no seu segundo dia de reinternamento para analgesia pela queixa de dor intensa na troca de curativos e controle da infecção. Os diagnósticos que mais se destacam, definidos a partir do caso foram: integridade tissular prejudicada, risco para infecção, risco para depressão, risco para anemia, autoimagem prejudicada, risco para desidratação, risco de hipovolemia, dor, distúrbio no padrão do sono e ansiedade. A partir da fase diagnóstica foram estabelecidas e realizadas as intervenções de Enfermagem: monitorar sinais vitais, monitorar o nível de consciência, realizar troca de curativo de forma asséptica, promover analgesia nas trocas de curativos sempre informando a paciente sobre o procedimento a ser realizado, assegurar a ingestão adequada de nutrientes e líquidos, proporcionar apoio emocional durante todo o procedimento, orientação a paciente a manter as unhas curtas e não coçar a lesão, orientar ao banho com proteção ao curativo. Assim a definição dos diagnósticos adequados permitiu a implementação das ações de enfermagem, demonstrando que a adoção do processo de enfermagem através da SAE se constitui como um método científico que permite sistematizar, priorizar e otimizar a assistência promovendo o cuidado com qualidade e segurança.

**Palavras-Chave:** Diagnostico, Enfermagem, Queimadura.

## DIREÇÃO DE ARTE

Ana Maria Ribeiro  
Diogo Arthur Brunetti  
Neuza de Fatima Fonseca

### RESUMO

O estudo de direção de arte tem como objetivo desenvolver uma prática cênica direcionada para a caracterização através da direção de arte, pois desde os tempos remotos o ser humano representa visualmente o personagem, a caracterização começa a ser usada como um elemento que complementa esse processo de representação. A dinâmica na Escola Nascer para a Arte na qual se trata de uma Escola não formal sendo a dinâmica aplicada em um grupo de alunos de uma turma de idade mesclada, de personalidade ativa e fácil compreensão sobre o tema direção de arte, no decorrer das aulas foram trabalhadas com performances que tem como objetivo a integração a representação e o estudo de direção de arte desenvolvido pelos alunos. Essa prática vem favorecendo a compreensão e dessa forma conhecer melhor os seus próprios personagens, sendo assim criados os aspectos principais que compõem o cenário, a maquiagem e figurismo, eles adquiram um conhecimento mais abrangente, isso lhes aguçou melhor o aspecto de personagem criador e representativo, as dinâmicas estão sendo desenvolvidas a partir de dois episódios de roteiro, um é o baile que se trata de uma comédia e o outro um seriado de cenas nos quais os próprios alunos criaram e desenvolveram cenas que optassem para um gênero de terror. Aplicadas por as acadêmicas Ana Maria Ribeiro, Elizangela Ferreira e Angela. Foi trabalhado o interesse em manter a peça adequada a história, pois esses aspectos contribuíram para que eles desenvolvessem um pensamento mais amplo do que é a caracterização, não devemos levar somente o belo para a palco, e quanto mais perto de real, mais fácil alcançaremos nosso objetivo, as dinâmicas tem como função um aproximamento maior dos alunos embora que cada um trabalhe com sua peça eles trocaram ideias, experiências e conhecimento próprio. Através das aulas coletamos dados que nos permitem afirmar que o figurinismo contribui diretamente na representação e no significado da representação.

**Palavra chave:** Teatro. Ator. História. Arte. Expressão.

## DIVERSIDADE DE TEPHRITIDAE (DIPTERA) NO MUNICÍPIO DE PALMAS, PARANÁ

Zenilda de Fatima Carneiro<sup>1</sup>  
Edison Linhares Serpa Neto<sup>2</sup>  
Marcoandré Savaris<sup>3</sup>  
Adriana Couto Pereira (adriana.rocha@ifpr.edu.br)<sup>4</sup>

<sup>1, 2, 4</sup> Instituto Federal do Paraná-Campus Palmas

<sup>3</sup> Universidade Federal do Paraná

**RESUMO:** A ordem Diptera está entre as quatro ordens megadiversas de insetos holometábolos, entre as quatro é a melhor catalogada, contendo material taxonômico para todas as regiões biogeográficas. Atualmente os dípteros correspondem cerca de 153.000 espécies descritas em cerca de 160 famílias. Dentre esses grupos de insetos está a família Tephritidae, a qual engloba 481 gêneros em 4.352 espécies, com uma ampla distribuição geográfica, apresentando, na região Neotropical, 72 gêneros e 747 espécies registrados. Os Tephritidae são popularmente conhecidos como moscas-das-frutas, por suas larvas se desenvolverem nas flores, frutos, sementes, brotos e outros órgãos da planta, e se alimentarem dos nutrientes contidos em seu interior. Os adultos se alimentam principalmente de açúcar e proteínas obtidos a partir da secreção melada e outras substâncias que essas plantas oferecem. São espécies com amplo poder de dispersão como adulto e, quando larvas, transportadas em frutos. Os adultos sobrevivem em clima desfavorável e as larvas têm a capacidade de interagir com muitas plantas de diferentes famílias botânicas. As espécies de plantas pertencentes a família das Asteraceae são as principais hospedeiras para esse grupo de insetos. A associação entre Tephritidae e Asteraceae já é antiga, sendo uma das principais razões para diversificação dos Tephritidae, devido a grande diversidade e distribuição cosmopolita das Asteraceae. Os Tephritidae causam diversos danos econômicos, com baixa densidade populacional, por esse motivo são classificadas como pragas-chaves. As moscas-das-frutas atacam diretamente o fruto, dessa forma os cuidados devem ser durante o período de frutificação. Os estudos com relação a esse grupo de moscas ainda são muito escassos. No Brasil são poucos os estados contemplados com essas pesquisas. Dessa forma, foi realizado no Município de Palmas Estado do Paraná um estudo de interação inseto/planta que tem como objetivo identificar as espécies de insetos pertencentes a família Tephritidae que concentram-se nessa região. O estudo foi desenvolvido de fevereiro a agosto de 2015, quando foram realizadas coletas das plantas da família Asteraceae. Os capítulos coletados foram acondicionados em ambiente controlado até ocorrer a emergência dos indivíduos adultos de Tephritidae. As espécies emergidas foram: *Dioxya lilensis*(2);



*Dioxya peregrina* (20); *Plaumannimyia pallens* (25); *Plaumannimyia imitatri* (6); *Plaumannimyia thomsoni* (11); *Plaumannimyia sp.* (1); *Rhachiptera sp.* (1); *Tomoplagia sp.* (1); *Paracantha australes* (31) e *Xanthaciura chrysur* (5), totalizando 151 indivíduos emergidos. Muitas dessas espécies já foram registradas no Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina, especialmente a espécie *Xanthaciura chrysur*. Ao concluir o trabalho nota-se a necessidade de realizar estudos mais longos, sendo que algumas espécies de Tephritidae aparecem em estações do ano diferentes, no entanto já foi possível registrar a presença desse grupo de mosca no ambiente de campo de altitude do sudoeste paranaense.

**Palavras-chave:** Diptera, Tephritidae, Mosca-das-frutas, Interação inseto-planta, Campos de altitude.

**Abstract:** The order Diptera is among the four megadiverse insect orders, being among the four, the best cataloged, presenting taxonomic material for all biogeographical regions. Diptera corresponds to approximately 153,000 described species in about 160 families. Among these groups of insects is Tephritidae family, which includes 481 genera in 4,352 species with a wide geographical distribution, presenting in the Neotropics, 72 genera and 747 species. The Tephritidae are popularly known as the fruit flies, for their larvae develop in flowers, fruits, seeds, buds and other plant organs, and feed on the nutrients contained within. The adults feed mainly of sugar and proteins obtained from honeydew secretion and other substances offered by these plants. The family has wide dispersion strength as an adult and as larvae, transported in fruits. Adults survive in unfavorable weather and larvae have the ability to interact with many plants of different botanical families. The species of plants belonging to the family of Asteraceae are the main host for this group of insects. The association between Tephritidae and Asteraceae is old, one of the main reasons for diversification of Tephritidae, due to the great diversity and cosmopolitan distribution of Asteraceae. The Tephritidae cause various economic damage, with low population density, therefore are classified as key pests. The flies directly attack the fruit, therefore care must be taken during the fruiting period. Studies about this group of flies are still very scarce, with only a few surveys performed in Brazil. Thus, it was held in the city of Palmas, Parana State, an insect/plant interaction study that aims to identify the species of insects belonging to the Tephritidae family concentrated in this region. The study was conducted from February to August 2015, when samples were taken from plants of the family Asteraceae. The capitula collected were stored in a controlled environment until the emergence of adult individuals of Tephritidae. The species have emerged: *Dioxya naclilensis*(2); *Dioxya peregrina* (20); *Plaumannimyia pallens* (25); *Plaumannimyia imitatri* (6); *Plaumannimyia thomsoni* (11); *Plaumannimyia sp.* (1); *Rhachiptera sp.* (1); *Tomoplagia sp.* (1); *Paracantha australes* (31) e *Xanthaciura chrysur* (5), totaling 151 individuals emerged. Many of these species have been recorded in Rio Grande do Sul, São Paulo and Santa Catarina, especially *Xanthaciura chrysur*. Upon

completion of the work is noted the need for longer studies, and some species of Tephritidae appear in different seasons, however it was already possible to register the presence of this fly group in the highland fields of Paraná southwest.

**Keywords:** Diptera, Tephritidae, Fruit fly, Insect-plant interaction, Highland fields.

## EDUCAÇÃO PERMANENTE DE TRABALHADORES DE ENFERMAGEM EM UMA INSTITUIÇÃO HOSPITALAR: UMA NOTA PRÉVIA

Saimon da Silva Nazário (nazariosaimon2@gmail.com)  
Carolina Gabriel Piris Dornelles(carolinagpiris@hotmail.com)  
Cleverson Andrei Bolsan (cleverson.bolsan@ifpr.edu.br)  
Marcia Domênica Cunico Barancelli (marcia.domenica@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

**Resumo:** A Educação Permanente em Saúde constitui um instrumento que garante a promoção e melhoria das competências técnico-científicas e humanísticas dos trabalhadores com o intuito de garantir a qualidade e segurança dos serviços prestados pelas instituições. Este projeto tem como objetivo identificar as demandas e fatores que interferem na qualificação de trabalhadores da equipe de enfermagem de um hospital no município de Palmas e propor práticas de Educação Permanente em Saúde. O processo metodológico será fundamentado nos princípios da pesquisa-ação no período de 2015 a 2017 a partir de oficinas de capacitação, tendo como sujeito os trabalhadores da equipe de enfermagem da instituição hospitalar. A partir da orientação teórico-metodológico serão realizadas as etapas a seguir: aprovação do projeto no Comitê de Ética pela Plataforma Brasil, identificar os setores e trabalhadores participantes da pesquisa, levantamento participativo das necessidades de capacitações no contexto hospitalar pela equipe de trabalhadores da enfermagem, discussão e tematização com os participantes pesquisadores, elaboração de princípios para uma proposta de educação permanente em saúde com geração de conteúdos que colocam o trabalho como princípio educativo, desenvolvimento de ações em educação permanente com trabalhadores, avaliação e produção de indicadores. Na instituição hospitalar, cenário deste estudo, observou-se a inexistência de práticas continuadas, organizadas, documentadas e padronizadas de ações em capacitação profissional, bem como a instituição de rotinas comuns ao serviço de enfermagem buscando propor melhorias nas práticas assistências

prestadas por estes trabalhadores. Conseqüentemente percebe-se problemas na efetivação das ações considerando as mudanças emergentes nas práticas de saúde de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo esta instituição referência para o atendimento do SUS neste município. O contato com o campo de prática através do estágio supervisionado em enfermagem possibilitou o desenvolvimento inicial de ações pontuais de capacitação promovidas dentro do Plano de Estágio com colaboração da instituição hospitalar em 2014. Estas ações demonstraram uma resposta positiva da equipe de enfermeiros da Instituição hospitalar que manifestaram a necessidade da continuidade destas práticas em Educação Permanente para a equipe de enfermagem. A responsabilidade profissional frente ao serviço desenvolvido pela enfermagem também justifica a relevância na qualificação dos trabalhadores desta categoria, visto que a Educação Permanente em Saúde é caracterizada pela aprendizagem no trabalho, buscando a relação do trabalho com as práticas de formação e desenvolvimento profissional.

**Palavras-chave:** Educação Permanente, Hospitalar, Enfermagem.

## EFEITO DA CINZA DE CALDEIRA SOBRE ACIDEZ POTENCIAL, PH E ÍNDICE SMP EM SOLOS DEGRADADOS

Karina Orso  
Frank Silvano Lagos  
(frank.lagos@ifpr.edu.br)

**RESUMO:** A cinza de caldeira é um resíduo sólido industrial, proveniente da combustão incompleta e variável de madeira e casca, com o intuito de produzir energia térmica para a produção de vapor. Esta cinza aparentemente sem destinação na natureza, tornou-se uma opção para a agricultura, pois dependendo de sua origem pode apresentar quantidades expressivas de nutrientes de baixo custo (Ca, Mg, K, P e C), além de ter efeito corretivo e neutralizador de acidez no solo. O experimento foi conduzido na área experimental do Instituto Federal do Paraná (IFPR), no município de Palmas. Teve como objetivo avaliar diferentes dosagens de cinza (Pinus) de caldeira de indústria madeireira em solo degradado, visando aumentar o teor da acidez potencial, pH e índice SMP. O experimento constituiu de 20 parcelas com 4 repetições e 5 tratamentos em delineamento inteiramente casualizado, com a incorporação de cinza nas dosagens 00, 10, 20, 40 e 80 t/ha<sup>-1</sup> na camada de 0 -20 cm. A avaliação constituiu da análise de variância seguida da análise de regressão, considerando 5% de probabilidade de erro. Após nove meses foram realizadas cinco análises de solo na camada de 0-20 cm de

profundidade, no laboratório de análise ambientais – Terranálises/SC. A aplicação de quantidades crescentes de cinzas, ocasionaram um aumento linear dos níveis de pH ( $y=0,0065x+5,415$ ) e índice SMP ( $0,0067x+6,054$ ) e um decréscimo linear da acidez potencial dos solos, conforme a equação  $y=-0,0383x+4,5475$ , evidenciando os efeitos potenciais da cinza de caldeira como corretivo de solos, elevando o pH e diminuindo a acidez potencial do solo, contribuindo desta forma com a melhoria da fertilidade dos solos.

**Palavras-chave:** Fertilidade, insumos alternativos, correção de solos.

## EFEITO DE BORDA SOBRE A RIQUEZA E ABUNDÂNCIA DE DÍPTEROS EM FRAGMENTO DE FLORESTA OMBRÓFILA MISTA

Zenilda de Fatima Carneiro (zenylida\_carneiro@hotmail.com)<sup>1</sup>

Mariana Priscila Vedovatto (marianavtt@hotmail.com)<sup>1</sup>

Suzana Patricia Tesori (suh\_tesori@hotmail.com)<sup>1</sup>

Fernanda Terezinha Dario Borba (nanda-dario\_@hotmail.com)<sup>1</sup>

Fernanda Schroll Damasceno Carneiro (fernandaschroll@hotmail.com)<sup>1</sup>

Caroline Bacelar Hauschild (carolinecbio@gmail.com)<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Instituto Federal do Paraná-Campus Palmas

A Ordem Diptera é formada por insetos comuns e diversos, com aproximadamente 150.000 espécies catalogadas. Supõe-se que ainda exista cerca de um milhão de espécies não descritas, contudo, já são responsáveis por 10 a 15% da biodiversidade do planeta. Os dípteros possuem grande importância ecológica, pois grande parte das espécies está ligada à humanidade atuando como vetores de doenças, pragas agrícolas, polinizadores, entre outros, por isso, destacam-se em estudos devido à sua importância na manutenção dos ecossistemas. Esta ordem está distribuída por quase todos os habitats graças a sua fácil adaptação a diferentes ambientes e às suas comunidades bem organizadas. A região Neotropical, compreendida pela América do Sul até o centro do México, destaca-se das demais pela sua entomofauna abundante, com aproximadamente 30 mil espécies distribuídas em 118 famílias. O Brasil tem cerca de 8.700 espécies descritas, mas esse número é subestimado, pois faltam taxonomistas para estudá-los e poucos estudos são feitos de forma homogênea em todas as regiões brasileiras. No estado do Paraná as pesquisas e as catalogações são bastante incompletas. O presente trabalho tem como objetivo quantificar a riqueza e abundância desse grupo em um fragmento de Floresta Ombrófila Mista presente no Instituto

Federal do Paraná-Campus Palmas, dessa forma facilitando ações de preservação e manejo dos ecossistemas em que estão inseridos. Muitas metodologias são utilizadas para amostragem de dípteros, uma vez que estes organismos estão amplamente adaptados a diversos ambientes, para tanto, optou-se por utilizar armadilhas de queda, conhecidas como *pitfalls*, contendo álcool 70% e detergente, as quais foram distribuídas em um transecto. A amostragem consistiu em um transecto de 10 metros instalado em área de borda de fragmento de mata no Instituto Federal do Paraná-Campus Palmas, o qual foi dividido em 10 parcelas de amostragem (1mx1m), sendo que somente cinco receberam armadilhas de queda. As armadilhas foram revisadas 8 horas após a sua montagem e consecutivamente um dia por semana durante duas semanas seguintes. Após as revisões, os indivíduos coletados foram encaminhados ao laboratório de Zoologia do IFPR Campus Palmas, sendo armazenados para futura identificação em nível de família. Foram registrados 24 indivíduos pertencentes à ordem Diptera, sendo Acroceridae (N=10), Calliphoridae (N=8), Simuliidae (N=5), Agromyzidae (N=1). Observa-se que as famílias Acroceridae e Calliphoridae são as mais frequentes, ressaltando a importância que as mesmas possuem nos ecossistemas as quais estão inseridas, principalmente em locais de intensa antropização, como é o caso do local deste estudo. A família Acroceridae destaca-se por possuir espécies que são visitantes florais, comportamento essencial para a restauração de áreas degradadas, já Calliphoridae destaca-se por sua importância econômica, pois possui hábito saprófago, esse comportamento é muito estudado pela ciência forense e torna-se também essencial para a sobrevivência dos ecossistemas, uma vez que funciona como importante elo da cadeia alimentar. Estudos do efeito de borda sobre estas comunidades apresentam-se como excelente ferramenta para a verificação da biodiversidade local, promovendo dessa forma o manejo e conservação das espécies.

**Palavras-chave:** Biodiversidade, entomofauna, amostragem de insetos.

## EFEITOS DA CINZA DE CALDEIRA SOBRE O TEOR DE CARBONO, MAGNÉSIO, FÓSFORO E POTÁSSIO EM SOLOS DEGRADADOS

José Nivaldo Oliveira Sátiro  
Frank Silvano Lagos  
(frank.lagos@ifpr.edu.br)

**RESUMO:** As cinzas, de modo geral, possuem em sua composição química, além dos nutrientes (Ca, Mg, K, P e C), as bases que servem para

neutralizar a acidez do solo, também funcionando como corretivo, cujos efeitos podem diferir dependendo do tipo de solo. O experimento foi conduzido na área experimental do Instituto Federal do Paraná (IFPR), no município de Palmas. Teve como objetivo avaliar diferentes dosagens de cinza (*Pinus*) de caldeira de indústria madeireira em solo degradado, visando aumentar o teor de carbono, magnésio, fósforo e potássio. O experimento constituiu de 20 parcelas com 4 repetições e 5 tratamentos em delineamento inteiramente casualizado, com a incorporação de cinza nas dosagens 00, 10, 20, 40 e 80 t/ha<sup>-1</sup> na camada de 0 - 20 cm de solo. A avaliação constituiu da análise de variância seguida da análise de regressão, considerando 5% de probabilidade de erro. Após nove meses foram realizadas análises de solo na camada de 0-20 cm de profundidade, no laboratório de análises ambientais – Terranálises/SC. Os teores de Carbono variaram entre 12 e 13 g/dm<sup>3</sup>, tendo a dosagem de 80 T/ha como melhor resultado. A partir da dosagem de 10 T/ha<sup>-1</sup>, em relação a testemunha, o teor de fósforo apresentou aumento, porém os tratamentos 10 e 20 T/ha<sup>-1</sup> não tiveram grande variação no teor de fósforo. Entre os tratamentos avaliados o de 80 T/ha<sup>-1</sup> de P, apresentou 15,050 mg/dm<sup>3</sup>, sendo este o melhor resultado. Os teores de K no solo variaram de 30,5 a 99,0 mg/dm<sup>3</sup>, sendo que as doses de 20 e 40 T/ha<sup>-1</sup> apresentaram 37,5 mg/dm<sup>3</sup> de K e a dose de 80 T/ha<sup>-1</sup> demonstrou 99,0 mg/dm<sup>3</sup>. A aplicação de cinzas gerou um acréscimo linear dos teores de Carbono ( $y=0,0118x+11,948$ ), Fósforo ( $0,0674x+9,437$ ) e Potássio ( $0,8688x+20,438$ ). Os teores de Magnésio foram alterados seguindo a equação cúbica  $y=0,00004x^3-0,0034x^2+0,0567x+1,854$ . Em relação aos teores de fósforo e potássio, os melhores resultados foram obtidos nas maiores dosagens, devendo-se ao fato de serem os elementos mais expressivos na cinza de caldeira e apresentam dessa forma maior potencial de terem seus teores melhorados visando a melhoria fertilidade do solo pela aplicação de cinza de caldeira.

**Palavras-chave:** Insumos alternativos, nutrientes, fertilidade do solo.

## ESTUDO DA AGILIDADE E NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA EM ESCOLARES DE 8 A 12 ANOS

Caroline Ribeiro dos Santos (caro-ribeiro@hotmail.com)  
Marcio Flavio Ruaro

Introdução: A agilidade é uma capacidade que requer uma magnífica combinação entre força e coordenação para que todo o corpo possa se mover de uma posição para a outra. Dessa forma, para não atletas a agilidade não é de extrema importância quando a relacionamos com a aptidão física. Por outro lado para atletas a agilidade torna-se indispensável na prática de alguns



esportes como Basquetebol, Futebol, Handebol, entre outros. O ambiente escolar é o lugar adequado para a realização de testes que avaliem as capacidades motoras dos alunos, principalmente nas aulas de Educação Física. A escola possui uma grande responsabilidade diante do assunto, cabe a mesma possibilitar e motivar os alunos a praticarem uma atividade física, sem a intenção de formar atletas, mas visando a formação integral dos jovens, também podendo ser um meio para descoberta de possíveis talentos em diversas modalidades esportivas. Objetivos: Avaliar a agilidade e o nível de atividade física em escolares. Metodologia: Estudo de cunho experimental, quantitativo e descritivo. Os bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) avaliaram durante as aulas de Educação Física 103 alunos de uma Escola Municipal do município de Palmas – PR. Foi realizado o teste do Quadrado (quatro metros de lado). Para a coleta de dados foi utilizado o protocolo referenciado pelo Projeto Esporte Brasil (PROESP, 2012), que classifica crianças e adolescentes como Zona de Risco à Saúde ou Zona Saudável. Resultados: A população alvo desta pesquisa foi composta por 103 indivíduos, sendo 42 do gênero feminino e 61 do masculino com faixa etária entre 9 e 12 anos, destes 48,5% das meninas teve a agilidade classificada de excelente à razoável e 51,5% fraco ou muito fraco, ou seja em zona de risco. Os meninos tiveram o resultado de 49,35% excelente à razoável e 50,65% fraco ou muito fraco. Considerações Finais: O teste de agilidade apresentou resultados preocupantes, demonstrando que mais da metade dos alunos têm um nível de agilidade abaixo dos valores de referência conceituados como “fraco” em todas as faixas etárias. Salienta-se a grande importância de profissionais que trabalhem a agilidade motora no ambiente escolar, de forma responsável e eficiente, visando a qualidade de vida dessas crianças, incentivando-as a praticar atividades físicas regularmente.

**Palavras-chave:** Agilidade, Atividade Física, Educação Física Escolar, PIBID.

## ESTUDO DE EXTRATOS DE *OCIMUM SP.* MONITORADOS ATRAVÉS DE ESPECTROSCOPIA DE ULTRAVIOLETA VISÍVEL (UV-VIS)

Yohanne Dangui Krevi (IC)<sup>54</sup>,  
Fabiele Bernardi (IC)<sup>2</sup>,  
Anayana Zago Dangui (IC)<sup>55</sup>,  
Keller Paulo Nicolini (PQ),  
Jaqueline Nicolini (PQ)\*  
\*e-mail: jaqueline.nicolini@ifpr.edu.br

**Introdução:** Indicadores colorimétricos são espécies químicas capazes de responder através de alteração visual as interações químicas que acontecem em um sistema. Neste trabalho, foi utilizado um indicador de pH, isto é, corante que pela alteração na concentração hidrogeniônica, [H<sup>+</sup>], provoca alteração da coloração do meio. Cada indicador tem um ponto de equivalência, isto é, apresenta diferente ponto de viragem com diferentes alterações visuais, e consequentemente espectrais. Foi utilizado o indicador verde de bromocresol (VBC) que apresenta coloração amarela em pH abaixo de 3,8 e azul em pH acima de 5,8. Este indicador é comumente utilizado em aulas experimentais para monitoramento de reações químicas através de titulação. O objetivo deste trabalho é monitorar as alterações espectroscópicas (UV-Vis) de extratos de alfavaca (*Ocimum sp.*) (OC) regadas com solução aquosa de VBC. **Materiais e Métodos:** Foram plantadas 60 sementes de OC, em 2 triplicatas. Em uma das triplicatas as plantas foram regadas com solução aquosa de VBC, 1x10<sup>-5</sup> mol L<sup>-1</sup>. Na outra triplicada, as sementes foram regadas com água. Foi macerado 0,5 g de folhas de OC com 5 mL de etanol 95 %, e analisado por UV-Vis entre 400 e 700 nm para avaliar as alterações espectroscópicas relacionadas às taxas de clorofila da planta. **Resultados e discussão:** Os dados evidenciam após 60 dias de monitoramento, que a adição de solução aquosa de VBC (20 ppm) provoca drásticas alterações quanto aos teores de clorofila, sendo as taxas de *clorofila a* de 23,71 µg mL<sup>-1</sup> e 5,37 µg mL<sup>-1</sup> nas plantas regadas com água (controle) e regadas com solução aquosa de VBC, respectivamente. Enquanto que as taxas de *clorofila b* foram de 48,75 µg mL<sup>-1</sup> e 10,08 µg mL<sup>-1</sup> para as plantas regadas com água (controle) e regadas com solução aquosa de VBC, respectivamente. **Considerações finais:** Observa-se que a OC apresenta alta sensibilidade, refletindo em drásticas alterações espectroscópicas, e consequentemente, nas taxas de clorofila da OC, mesmo quando em contato com baixa concentração do indicador VBC. **Palavras-chave:** Indicador colorimétrico. Verde de bromocresol. Monitoramento ambiental.

<sup>54</sup> Bolsista CNPq

<sup>55</sup> Bolsista PIBIC-FA.

## A EVASÃO ESCOLAR NO IFPR – PALMAS

Ana Carla Meneghetti<sup>1</sup>;

Márcia Beraldo Lagos<sup>2</sup>

e-mail: marcia.lagos@ifpr.edu.br; meneghetti15@hotmail.com

1- Bolsista PIBIC – Jr ; 2- Professora orientadora

**Resumo:** A evasão, segundo o dicionário Aurélio é o ato de evadir-se; fuga. No caso de evasão escolar considera-se o ato de fuga de uma determinada escola ou instituição, seja ela pública ou particular. A evasão escolar está presente nos diversos níveis de ensino, este é um problema que ocorre com frequência amedrontadora nas instituições de ensino em todo o Brasil e exterior. Sendo este um problema que não afeta somente a instituição ao qual o aluno evadido pertenceu, mas a ele próprio. Este estudo surgiu do interesse de conhecer melhor como esse fenômeno se manifesta no Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas. O estudo tem como objetivo geral identificar as causas da evasão escolar no Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas, dos alunos ingressos no período de 2011 e 2012, que estarão completando seus estudos em 2015 e 2016. O mesmo será realizado em três etapas: na primeira etapa do estudo será realizado um levantamento sobre a evasão escolar através de leituras e análises de material bibliográfico; na segunda etapa, será realizada uma pesquisa nos documentos oficiais da instituição para listar a população de alunos evadidos, cujo objetivo será identificar as causas da evasão bem como o perfil do aluno evadido, turno do curso, forma e ano de ingresso, ano e período de desistência e tipo de evasão. Seguida de uma entrevista estruturada com os alunos evadidos, com a finalidade de conhecer os motivos da escolha do curso no vestibular e as causas que levaram os alunos a abandonarem o curso; na terceira etapa será realizada a análise e interpretação dos dados coletados referentes à evasão escolar. A evasão escolar está presente nos diversos níveis de ensino e as pesquisas apontam que a mesma é influenciada por diversos fatores, entre eles estão: as condições socioeconômicas, a idade, o desempenho escolar, a inserção no mercado de trabalho. Ao tentarmos encontrar soluções para este problema, nos deparamos com diversas questões, tais como: a desvantagem cultural, a ausência de condições básicas, que afetam diretamente o desempenho escolar do aluno levando muitas vezes a evasão. Esta por sua vez ocasiona o desperdício social, acadêmico e econômico para a sociedade, a instituição e o aluno. O estudante perde parte de sua integridade escolar ao evadir, podendo gerar mais tarde conflitos maiores a ele próprio. Com a realização desta pesquisa, pretende-se sugerir ações que possam ser desenvolvidas para diminuir a evasão escolar na instituição e obter informações que possam indicar o nível de qualidade no ensino da instituição. Tendo em vista que este estudo encontra-se na fase inicial de desenvolvimento, seria precipitado apresentarmos resultados neste momento. No entanto a importância de

estudar a evasão escolar e os fatores relacionados a ela nos permite buscar por estratégias para diminuir o problema da evasão na instituição e como consequência o êxito do aluno na vida escolar.

**Palavras-chaves:** evasão escolar; ensino superior; estratégias; aluno;  
APOIO: CNPq e Fundação Araucária

## O FIGURINO COMO ENCENAÇÃO NA ESCOLA

Ana Cristina Pedroso Magagnin  
Neuza de Fátima da Fonseca.

O presente estudo surgiu através da necessidade de elaboração de projetos dentro do assunto de Teatro do projeto PIBID em teatro, após as observar e conversar com a minha supervisora Lilian Rodrigues do colégio Estadual Alto da Glória na cidade de Palmas Paraná. O Projeto foi aplicado aos alunos de Ensino Fundamental Anos Finais. Tendo uma abordagem no ensino de Arte nas escolas públicas de acordo com as Diretrizes do Ensino de Arte do estado do Paraná, (DCEs). A proposta do projeto era pesquisar como eram os figurinos a algumas décadas de 1910 à 1950 sem muita tecnologia e como é a produção de figurinos agora na era tecnológica. O projeto usou-se de pesquisa bibliográfica e aplicada. O projeto foi dividido em três etapas distintas: a primeira foi passar um breve contexto históricos do figurino nas décadas já citadas anteriormente e também sobre encenação teatral nessas mesmas décadas, nesse momento foi demonstrado alguns fatos das tecnologias da modernidade e da produção de figurinos através de imagens e vídeos. Logo seguida foi dividida a turma em 5 grupo para cada década sugerida, nessa etapa foram trabalhadas as aulas práticas, utilizando – me dos jogos teatrais como uma forma de ensino na parte de encenação para que os alunos pudessem ter uma experiência de atuação em uma cena curta e criada por eles. A terceira e última etapa, os alunos apresentaram seus conhecimentos adquiridos referente à sua década qual lhe foi atribuída com uma encenação usando os figurinos equivalentes a essa década. Essa apresentação, juntamente com a pesquisa e participação nas aulas teóricas, foi avaliado de acordo com o desempenho de cada grupo e individualmente. O projeto teve como objetivo principal, mostrar aos alunos a evolução dos figurinos desde as décadas bem remotas, sem tecnologias e aos dias atuais usando de toda modernidade existente.

**Palavras – Chave:** Figurino. Tecnologia. Enseñação.

## FISIOLOGIA FÁCIL: MODELO DIDÁTICO DO SISTEMA CARDIO-RESPIRATÓRIO

Graziele Conder da Cruz (grazikonder@hotmail.com) <sup>1</sup>  
Rosangela Duarte (rosangella\_duarte@hotmail.com) <sup>2</sup>  
Débora R. Mergen Lima Reis (debora.reis@ifpr.edu.br) <sup>3</sup>  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas<sup>123</sup>

**Resumo Expandido:** Cada vez mais se busca no ensino das ciências desenvolver materiais didáticos, atividades e métodos que integrem teoria e prática e permitam uma melhor compreensão de conteúdos, que seriam de difícil assimilação se fossem trabalhados somente com os materiais usuais de sala de aula como quadro-negro, giz e livro didático. Os conteúdos biológicos da área de fisiologia muitas vezes são bastante abstratos e não podem ser visualizados facilmente pelos educandos sem o auxílio de laboratórios equipados com maquinários e reagentes muitas vezes de custo elevado. Desta forma torna-se difícil estimular a aprendizagem significativa em escolas carentes destes materiais. Uma das alternativas para este problema é a construção de modelos didáticos biológicos tridimensionais ou semi-planos, que podem complementar o conteúdo escrito e as figuras planas dos livros texto. Estes modelos permitem a visualização e manipulação dos objetos do conhecimento, atuando como facilitadores do aprendizado, uma vez que melhoram a compreensão dos assuntos abordados, até mesmo, porque a própria elaboração destes modelos requer pesquisas teóricas e o aprofundamento dos estudos. Neste sentido, os acadêmicos de Ciências Biológicas, incentivados ao longo do curso a desenvolver recursos didáticos dinâmicos, construíram um modelo semi-plano funcional do sistema cardiorrespiratório - composto pelo coração, vasos sanguíneos, sangue e pulmões – para demonstrar de forma clara e dinâmica a oxigenação sanguínea e a passagem do sangue pelos vários órgãos que compõe o sistema, de forma a facilitar a aprendizagem dos alunos. O modelo foi confeccionado da seguinte forma: Inicialmente mediu-se a localização do pulmão, coração e capilares em uma caixa de papelão. Respectivamente na parte superior central e inferior fez – se quatro inserções na caixa, duas na parte superior e duas na parte inferior de forma horizontal, com 10 cm de distância onde foram inseridas as pontas das mangueiras introduzidas verticalmente na caixa, de forma que não sejam ligadas em nenhum ponto, no local central onde se localiza o coração foram torcidas em 360° de forma que as extremidades encontrem - se. As imagens coloridas dos órgãos foram colocadas de forma que cobrissem as inserções. Depois de montado o sistema cardiorrespiratório dissolveu-se tintas guaches azul e vermelha em 40 ml de água, para injetar simultaneamente nas partes superior (vermelha) e inferior (azul) demonstrando de forma prática a grande circulação e a troca gasosa que ocorre com o sangue durante a respiração interna e externa. Este modelo didático pode ser utilizado por professores para

enriquecer as aulas de ciências e biologia nas escolas para despertar maior interesse por parte dos alunos, uma vez que possibilita a visualização de processos biológicos internos do corpo humano e facilita a assimilação e a aprendizagem dos alunos.

**Palavras-chave:** modelo didático, biologia, sistema cardiorrespiratório, transporte.

**Summary Expanded:** Increasingly we seek in science education to develop educational materials, activities and methods to integrate theory and practice and enable a better understanding of content, which would be difficult to assimilate if they worked only with the usual materials of the classroom as blackboard, chalk and textbooks. The organic content physiology area are often quite abstract and can't be easily viewed by the students without the aid of laboratories with the machinery and reagents often costly. Thus it is difficult to stimulate meaningful learning in disadvantaged schools these materials. One alternative to this problem is to build three-dimensional biological didactic models or semi-flat, which can supplement the written content and the plane figures of textbooks. These models allow the visualization and manipulation of objects of knowledge, acting as facilitators of learning, since they improve the understanding of the subjects, even for the very development of these models requires theoretical research and deepening the studies. In this sense, the students of Biological Sciences, encouraged throughout the course to develop dynamic educational resources, built a functional half-plane model of the cardiorespiratory system - composed of the heart, blood vessels, blood and lungs - to demonstrate clearly and dynamically blood oxygenation and blood passage through the several organs that compose the system, in order to facilitate student learning. The model was made as follows: Initially was measured location of the lungs, heart and capillaries in a cardboard box. Respectively at the top center and bottom made - four inserts in the housing, two on top and two on bottom in a horizontal fashion with 10 cm which were inserted into the ends of the hoses inserted vertically in the box, so that there are linked at any point in the core where is located the heart have been twisted 360 ° so that the ends meet - to. Color images of the bodies were placed in a way that would cover the inserts. After mounting the cardiorespiratory system dissolved blue and red gouaches inks in 40 ml of water, to inject simultaneously on the upper (red) and lower (blue) showing practically large circulation and gas exchange that occurs with the blood during internal and external respiration. This educational model can be used by teachers to enrich the lessons of science and biology in schools to arouse greater interest on the part of students, as it allows the visualization of internal biological processes in the human body and facilitates the assimilation and learning of the students.

**Keywords:** didactic model, biology, cardiorespiratory system, transportation.



## IMPORTÂNCIA DA MUTAÇÃO R337H NO GENE TP53 PARA O CÂNCER DE MAMA ESPORÁDICO

Fernanda Dario Borba (nanda-dario\_@hotmail.com)<sup>1</sup>

Marcos Euzébio Maciel (marcos.maciel@ifsc.edu.br)<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Instituto Federal do Paraná-Campus Palmas

<sup>2</sup> Instituto Federal de Santa Catarina- Campus Chapecó

**RESUMO:** Câncer é a denominação dada a um conjunto de doenças que possui como características o crescimento desordenado e difuso de células anormais, podendo ser desencadeado por diversos fatores, sejam eles externos ou internos. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) evidenciaram que 12% das mortes no mundo são causados por essas doenças, sendo a terceira causa de óbitos no mundo, e responsável pela morte de aproximadamente seis milhões de pessoas por ano. O crescimento celular de todas as células dos organismos vivos é controlado por mecanismos que estão ligados a fatores estimulantes e inibidores. No entanto, pode ocorrer uma ruptura dos mecanismos reguladores da multiplicação celular fazendo com que as células dividam-se desordenadamente, originando células neoplásicas processo chamado de carcinogênese. A carcinogênese é o resultado de inúmeras etapas e pode envolver dezenas até centenas de genes, nesses processos os proto-oncogenes e genes supressores de tumor são os principais envolvidos. O produto da codificação dos proto-oncogenes regulam de forma positiva a proliferação celular em resposta a estímulos fisiológicos. Os dos genes supressores tumorais regulam negativamente a proliferação celular ou positivamente a apoptose, protegendo a célula de um crescimento irregular. Dentre os diversos tipos de cânceres que acometem a população o câncer de mama é o segundo mais frequente do mundo, correspondendo a 22% dos casos novos a cada ano. Segundo dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA) para os anos 2014/2015 estimam-se 576 mil novos casos de câncer no Brasil, sendo 75 mil para câncer de mama. Os principais genes supressores tumorais que podem apresentar mutações que influenciam na predisposição ao câncer de mama são: *BRCA1*, *BRCA2* e *TP53*. Ao longo da evolução, as células dos mamíferos desenvolveram uma série de mecanismos de proteção para a integridade do genoma. A molécula mais importante neste contexto é a p53, devido seu envolvimento nos processos centrais para preservar e fixar a integridade genômica e a homeostase celular. Atualmente, a mutação R337H foi localizada neste gene e associada com casos de câncer de mama esporádico e também com a Síndrome de Li-Fraumeni. Para identificação da mutação R337H são utilizadas diversas técnicas em Biologia Celular, uma das principais é a Reação em Cadeia de Polimerase (PCR) em tempo real que permite a detecção da mutação durante o processo de PCR. No presente estudo descreve-se o todo o processo de análise por PCR em tempo real de

amostras de tecido tumoral fixadas em lâminas de pacientes com câncer de mama esporádico, com idades entre 20 e 80 anos, tratadas na Universidade da Mama do Hospital Nossa Senhora das Graças em Curitiba, entre os anos 2003 e 2015. A possibilidade de identificação dos genes envolvidos no câncer disponibiliza um melhor entendimento acerca da doença, contribuindo para novas formas de diagnosticá-la mais precocemente, facilitando seu tratamento.

**Palavras-Chave:** PCR tempo real, neoplasia mamária, gene supressor tumoral

## A IMPORTÂNCIA DO PIBID NA FORMAÇÃO DOS ACÂDEMICOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO IFPR CAMPUS PALMAS

Viviane Soares (vyvyvandardiga@hotmail.com) <sup>1</sup>

Márcio Flávio Ruaro

Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

**Resumo Expandido: Introdução:** O presente trabalho tratará da importância que o PIBID vem exercendo na formação dos futuros profissionais de Educação Física do IFPR - Campus Palmas. Através de uma pesquisa, onde todos os pibianos responderão um questionário sobre o andamento do programa no curso, os dados coletados serão analisados e posteriormente os resultados mostrarão a qualidade e a contribuição que está sendo acrescentada na formação dos pibidianos. **Desenvolvimento:** Para várias pessoas escolher a docência como profissão é um ato de muita coragem, pois se sabe que no Brasil o progresso da educação caminha a passos lentos e repletos de disparidade regionais (MALDANER, 2011). A inserção do pibidiano na escola, esta contribuindo não apenas com sua formação acadêmica, mas influenciando diretamente na qualidade das aulas. Colocando aqueles professores que estavam desmotivados e acomodados a planejarem suas aulas, estruturá-las e conseqüentemente, oferecerem as crianças aulas fundamentadas. Segundo a CAPES (2014) para a formação de um professor é preciso que a instituição forneça uma infraestrutura excelente e com isto uma base de conhecimentos que poderão ser adquiridos em conjunto com os estágios obrigatórios que a vivência proporciona pelo projeto PIBID. O programa também oportuniza os pibidianos participarem de viagens de estudos, seminários, conhecerem cidades e estados diferentes bem como a troca de experiências com pibidianos de outras cidades e campus. **Resultados:** Responderam ao questionário 39 pibidianos. Quando perguntado se o PIBID reforçou a escolha com relação à docência 33 pibidianos responderam que sim, 2 responderam que não e 4 responderam talvez. Com relação se houve

melhora na qualidade das aulas de Educação Física na escola onde ele está inserido, 31 responderam que sim, 3 responderam não, e 5 responderam talvez. Quando perguntado se o professor supervisor melhorou o planejamento das aulas, 13 responderam que sim, 14 responderam não e 12 responderam talvez. Agora quando questionados sobre a influência da bolsa na sua permanência no projeto, 35 responderam que sim, 2 responderam que não e 2 disseram talvez. **Conclusão:** A maioria dos pibidianos entrevistados estão contentes e satisfeitos com o andamento do programa. A bolsa influencia a grande maioria a permanecer no projeto, pois muitos trabalham e os horários do projeto se chocam com o seu emprego e não podem largar este, pois muitos têm família e a bolsa vem apenas acrescentar a renda além de contribuir para formação. Os dados apontam ainda, que apesar de haverem pontos negativos, tudo vem para acrescentar na formação do pibidiano, visto que no futuro e depois de formado, as situações as quais ele virá se deparar nem sempre serão as mais positivas e fáceis. Tudo é um preparo e soma para a formação acadêmica desses futuros profissionais.

**Palavras-chave:** PIBID, Educação Física, pibidiano

## INIBIÇÃO DA GERMINAÇÃO DE ISOLADOS DE *COLLETOTRICHUM* SPP. NA PRESENÇA DOS FUNGICIDAS MANCOZEBE E TIOFANATO METÍLICO.

ALVES, Ana Paula Cardoso  
RIBAS, Alexandre Friedrich  
HAMADA, Natasha Akemi

Espécies de *Colletotrichum* ocasionam a Mancha Foliar de Glomerella (MFG) em macieira. A doença foi observada pela primeira vez em 1983 no Paraná (Leite et al., 1988) e hoje encontra-se disseminada por todas as regiões produtoras do país. Causa lesões nas folhas e nos frutos e manifesta-se no início do verão com a elevação da temperatura, atingindo a cultivar Gala e seus clones. O controle é basicamente preventivo e baseado na aplicação de fungicidas. O objetivo do trabalho foi avaliar a inibição de germinação dos conídios de *Colletotrichum* spp na presença de diferentes concentrações dos fungicidas mancozebe e tiofanato metílico. Os isolados de *Colletotrichum* spp. são oriundos de gemas e ramos dormentes, folhas caídas e de folhas com lesões foliares de MFG de diferentes cultivares de macieira. Estes isolados foram obtidos em municípios do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul nos anos de 2010 e 2011. As suspensões de esporos dos isolados foram obtidas através de raspagem da parte superficial do micélio de

colônias incubadas durante 10 dias em BOD regulada a 25 °C. As suspensões foram ajustadas a uma concentração de  $1,0 \times 10^4$  conídios.mL<sup>-1</sup> utilizando câmara de Newbauer. Essas suspensões de conídios foram distribuídas em placas de petri contendo meio de cultura BDA suplementado com diferentes concentrações dos fungicidas mancozebe e tiofanato metílico (1, 10, 100 e 1.000 µg.mL<sup>-1</sup>), a fim de avaliar a germinação dos conídios. Em cada placa foram depositadas 4 gotas (0,05 mL) da suspensão, que representaram as repetições. Em seguida, as placas foram incubadas em BOD regulada a 25 °C durante 12 horas, sendo que após esse período, com auxílio de microscópio óptico, foram observados 100 conídios por repetição e determinada a porcentagem de conídios germinados e não germinados. Até o momento foram avaliados 7 isolados, sendo 3 oriundos de folhas caídas, 1 de folhas sintomáticas, 2 de gemas e 1 de ramo dormente. O fungicida mancozebe inibiu a germinação dos esporos em 71,4% dos isolados a partir da dose 10 µg.mL<sup>-1</sup>, sendo que a taxa de inibição de germinação variou entre 0,5% e 26,25%. Já na dose 1.000 µg.mL<sup>-1</sup>, o fungicida teve efeito inibitório em 100% dos isolados, sendo que a taxa de inibição teve variação entre 0,5% e 89%. Para o fungicida tiofanato metílico, a taxa de inibição variou entre 0,75% e 3,5% para 71,4% dos isolados, o que demonstra a ineficiência do produto com relação a taxa de germinação, pois o tiofanato metílico é um fungicida sistêmico, que não age sobre o tubo germinativo, tem sua ação apenas após a infecção. O fungicida mancozebe obteve melhores resultados por sua ação protetora, que age na superfície da planta, inibindo a germinação e penetração dos esporos, e conseqüentemente as fases posteriores do processo de infecção. Estudos mais aprofundados devem ser realizados com um número maior de isolados para compreender a adaptabilidade da população fúngica ao longo do tempo e sob o sistema de produção adotado.

### INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM AO PORTADOR DE DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA (DPOC): ESTUDO DE CASO.

Carolina Gabriel Piris ([carolinagpiris@hotmail.com](mailto:carolinagpiris@hotmail.com))  
Sonia Maria Alves ([sonia-pompeo.alves@hotmail.com](mailto:sonia-pompeo.alves@hotmail.com))  
Marcia Domênica Cunico Barancelli ([marcia.domenica@ifpr.edu.br](mailto:marcia.domenica@ifpr.edu.br))  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

**Resumo:** A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) está associada a resposta inflamatória anormal dos pulmões à inalação de partículas ou gases tóxicos causados principalmente pelo tabagismo, levando a obstrução crônica

do fluxo aéreo que altera os brônquios e parênquima pulmonar. O presente estudo tem como objetivo planejar o cuidado de enfermagem de um paciente com DPOC. Trata-se de uma pesquisa descritiva através de um estudo de caso desenvolvido na prática hospitalar. A coleta de dados foi realizada em março de 2015 a partir das seguintes etapas: busca de dados no prontuário, histórico e exame físico do paciente, levantamento dos problemas apresentados, definição dos diagnósticos de enfermagem para o planejamento e a implementação das intervenções de enfermagem (cuidados). O estudo também inclui a busca do aporte teórico das patologias e dos medicamentos utilizados pelo paciente durante o período de internamento. Trata-se de um paciente do sexo masculino, de 91 anos, diabético, internado por DPOC, tabagista e com suspeita de Acidente Vascular Encefálico (AVE), responde a estímulo verbal, lucido, consciente, desidratado, ventilação espontânea, dispneico, tosse produtiva com secreção em grande quantidade, espessa e com aspecto purulento. Ao exame físico apresentava ausculta pulmonar com roncosp, sibilos bilaterais e cornagem. A partir das etapas iniciais desenvolvidas com o paciente, foram definidos os diagnósticos de enfermagem a seguir: comprometimento da troca gasosa, padrão respiratório ineficaz, limpeza ineficaz das vias aéreas, ansiedade relacionado à doença grave e risco de infecção. Através da fase diagnóstica foi possível realizar o plano de cuidados onde priorizamos as intervenções de enfermagem: monitorizar o estado respiratório, instruir paciente a respirar mais lenta e profundamente para reduzir fadiga, observar nível de consciência, apoiar psicologicamente o paciente, posicionar paciente em fowler ou semi-fowler para melhorar padrão respiratório, promover a higiene oral e mudança de decúbito, administração de broncodilatadores conforme prescrição e incentivo a expectoração. Ao final do processo foi avaliado melhora no estado geral do paciente. Portanto, a realização deste estudo proporcionou novos conhecimentos na prática acadêmica, a sistematização do cuidado pelo método científico e permitiu a reflexão sobre a relevância da qualidade e segurança na assistência de enfermagem no desenvolvimento das ações privativas do enfermeiro.

**Palavras chaves:** enfermagem, cuidado, doença pulmonar

## LASER HARP COM ARDUINO

Bruno Simão Pachesen<sup>1</sup>,  
Evandro Teixeira<sup>1</sup>,  
Talita Fatima Paula Monteiro<sup>1</sup>,  
Lauriana Paludo<sup>1</sup>,  
Lilian Lazzarin<sup>1</sup>,  
Bruno Guaringue Trindade<sup>1</sup>

brunopachesen@hotmail.com; evandroteixeira95@hotmail.com;  
tfpmonteiro@outlook.com; lauriana.paludo@ifpr.edu.br;  
lilian.lazzarin@ifpr.edu.br; bruno.guaringue@ifpr.edu.br

<sup>1</sup>IFPR – Instituto Federal do Paraná

**Resumo:** O projeto *Laser Harp* com Arduino tem como objetivo incentivar o estudo de programação de computadores através do desenvolvimento de uma harpa de laser de baixo custo, utilizando um motor de passos, um sensor de luz, uma ponteira de laser, uma placa Arduino, uma entrada midi e outros componentes eletrônicos gerais, que colaborarão para produzir notas musicais semelhantes a uma harpa. A harpa de laser é um instrumento musical eletrônico que consiste em vários feixes de laser que ao serem bloqueados, em analogia a tocar as cordas de uma harpa, produzem sons. Para tocar a harpa luminosa será necessário movimentar as mãos no ar cortando os feixes de luz gerados por ela. O princípio da harpa de laser é desencadear uma nota num sintetizador do protocolo MIDI quando o feixe é interrompido. Um software é usado para controlar vários parâmetros programados armazenáveis, como o número de feixes, uma nota atribuída a cada feixe, o tempo de abrir e fechar a harpa, o limite de detecção da célula fotoelétrica, o parâmetro de controle do meio-mudança atribuído ao brilho, o nome do programa, etc. Esse *software* será desenvolvido sob três diferentes aspectos e linguagens de programação: a programação por blocos, a estruturada e a orientada a objetos, oferecendo ao aluno a oportunidade de exercitar a resolução de um problema de diferentes maneiras e promovendo seu aprendizado em duas diferentes áreas de conhecimento tecnológico, a de eletrônica e a de programação de computadores. A metodologia da pesquisa é a do aprender fazendo, aprendendo de maneira lúdica a programar computadores. Nesse sentido, a plataforma Arduino auxilia muitos entusiastas a entrar no mundo da eletrônica e da programação. O Arduino é uma pequena placa de microcontrolador contendo um plugue de conexão USB (universal serial bus) que permite a ligação com um computador. Além disso, contem diversos outros terminais que permitem a conexão com dispositivos externos, como motores, relés, sensores luminosos, diodos a laser, alto-falantes e outros. Esta pesquisa, inicialmente realizará uma revisão bibliográfica, onde avaliará os tipos de componentes eletrônicos necessários e disponíveis comercialmente e melhor compreenderá



o funcionamento do Arduino e das ferramentas de desenvolvimento necessárias para o programar. Na sequência, será realizado o desenvolvimento da parte física do projeto, montagem do sistema composto pelos componentes eletrônicos e da placa Arduino. Esse sistema será testado para verificação de sua interação e eficiência. Então inicia-se a construção do software com a programação em blocos para o desenvolvimento da lógica de programação no estudante. Segue-se o desenvolvimento com programação em linguagem estruturada, com o objetivo de conhecer estruturas e comandos desse paradigma de desenvolvimento sequencial, em que cada linha de código é executada após a outra, sem muitos desvios e por último o desenvolvimento orientado a objetos, que é um padrão de desenvolvimento seguido por muitas linguagens modernas e que conta com as vantagens de reutilização de código e pela capacidade de representação do sistema muito mais próxima do mundo real. Durante a realização do projeto, os estudantes serão responsáveis por registrar o processo em relatórios e artigos para a comunicação dos resultados da pesquisa e elaborar tutoriais para posterior aplicação de oficinas introdutórias de programação de computadores.

**Palavra-chave:** arduino, programação de computadores, harpa de laser.

## LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL, O INÍCIO DE UMA VIDA ATIVA

Cleomar Ferraz (Cleomar.ferraz@hotmail.com)<sup>1</sup>  
Jozias Fortunato, Luiz Henrique Güntzel<sup>2</sup>  
Aluísio Menin Mendes<sup>3</sup>

Lúdico, palavra de origem latina que significa brincar, e nela se incluem jogos, brinquedos e brincadeiras, bem como o comportamento de quem a pratica, pode transformar o indivíduo em um ser consciente. A atividade lúdica tem papel fundamental na formação da criança. O ensino da educação infantil abrange desde o nascimento até os seis anos de idade e deve ser estimulado com variedades de atividades físicas, objetivando o seu desenvolvimento motor, cognitivo e sócio-afetivo. Dentro da educação física há várias possibilidades de envolver as crianças fazendo uso da ludicidade, ampliando seu repertório motor através da cultura corporal de movimentos, fazendo com que iniciem desde cedo o desenvolvimento das capacidades físicas, essenciais para despertar o interesse das crianças. Segundo (FALCÃO, 2002), “o brincar se torna cada vez mais importante na construção do conhecimento, oportunizando o prazer enquanto incorpora as informações e transforma as situações da vida real”. Este trabalho tem por objetivo demonstrar a

importância da ludicidade nas atividades de educação física na educação infantil, fazendo com que despertem e estimulem nas crianças o interesse e a participação através da prática prazerosa e divertida. Justifica-se este trabalho, pela importância da atividade física na vida das crianças, pela qual é preciso, desde cedo, estimular e vivenciar práticas de atividades físicas prazerosas, que proporcionem às crianças o seu desenvolvimento motor. Como a criança está para aprender e descobrir tudo que a cerca, o professor tem que oportunizar estímulos, que irão influenciar a criança. Desde que nasce, a criança quer brincar, sendo uma necessidade. Pois é um processo natural, sempre que houver brincadeira tem uma criança sorrindo. É através destas oportunidades que despertam a confiança, a socialização e os laços afetivos. O desenvolvimento na formação está diretamente relacionada com o ensino e a aprendizagem. Com metodologias que oportunizem situações educacionais que vão além do prazer e da diversão, preparando para as diversidades que temos nos deparados numa sociedade cheia de costumes, credos, culturas, orientações sexuais e tantas diferenças ideológicas. Para isso, um ensino que contemple vários aspectos, desde a disciplina, o respeito com os colegas e a sociedade. Este estudo foi desenvolvido a partir de artigos encontrados na plataforma de pesquisa SCIELO, na biblioteca da IFPR - CAMPUS - PALMAS, de livros próprios e fomentado pela CAPES. Conclui-se que com os estudos relatados, podemos considerar que a ludicidade é um dos maiores aliados dos professores nos estímulos de atividades físicas na educação física escolar infantil. Fica evidente que o lúdico desperta nas crianças momentos de prazer, alegria e diversão, que o brinquedo, as brincadeiras, os jogos e tudo que envolve movimento, desenvolvimento motor, cognitivo e sócio-afetivo, precisa ser trabalhado nos primeiros anos escolares. E que o que as crianças aprendem com prazer, com alegria, é duradouro, podendo refletir no repertório motor para uma vida ativa quando adulta, influenciando diretamente no seu comportamento. A partir de estímulos oferecidos desde cedo a probabilidade da criança ser um adulto ativo fisicamente no futuro é muito grande.

**Palavras-chave:** Brincar. Estímulos. Prazer. Crianças.

## NÍVEL DE FLEXIBILIDADE EM ESCOLARES DE 07 A 10 ANOS DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PALMAS PR

Luis Felipe Cordeiro  
Marcio Flavio Ruaro (marcio.ruaro@ifpr.edu.br);  
Instituto Federal do Paraná

**Resumo:** A flexibilidade é uma das capacidades física mais importante do ser humano. É na infância que as pessoas possuem uma maior amplitude de movimentos, e com o passar da idade essa valência vai se diminuindo. A

criança por sua vez como obrigatoriamente passa 09 anos de sua vida na escola, é nessa fase que a flexibilidade deve ser medida, avaliada, mantida e desenvolvida. Vários estudos trazem a flexibilidade como fator principal no desenvolvimento das crianças nas aulas de educação físicas, principalmente para meninas que possuem normalmente a flexibilidade mais aguçada. Vários são os testes usados para medir a flexibilidade, porém os dois mais utilizados é o Banco de Wells e o Sentar e Alcançar. Com a era da modernidade tecnológica, será que as crianças estão se desenvolvendo adequadamente no aspecto físico? As crianças em idade escolar que praticam atividades físicas regulares deverão possuir maior flexibilidade. O objetivo do trabalho é avaliar o nível de flexibilidade de crianças de 07 á 10 anos. Foi realizada uma pesquisa de método quantitativa na Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, no município de Palmas estado do Paraná. Do dia 02 ao dia 30 de junho de 2015. Foram avaliadas 100 crianças, sendo 62 do sexo masculino e 38 do sexo feminino com idade entre 07 e 10 anos. Foi utilizado o Teste de Flexibilidade (Sentar-e-alcançar) PROESP-BR. Das 100 crianças avaliadas, apenas 23 encontram-se na zona de risco á saúde, 10 meninos e 13 meninas. A quantidade em zona saudável é de 52 meninos e 25 meninas. Em qualquer teste realizado pode ser avaliado como está o nível de flexibilidade nas pessoas, os retestes devem ser feitos para analisar se o individuo teve uma melhora manteve-se ou decaiu. É necessário que mais estudos sejam feitos para que se possa ter um maior conhecimento de como esta a flexibilidade de escolares do Brasil todo.

**Palavras-Chave:** PIBID, sentar e alcançar, testes.

## NÍVEL DE FORÇA EXPLOSIVA DE MEMBROS INFERIORES EM CRIANÇAS COM IDADES DE 7 E 8 ANOS

Camila Fragoso Martins (camila.martins14@hotmail.com)  
Aluisio Menin Mendes (aluisio.mendes@ifpr.edu.br)  
Cezar Grontowski Ribeiro (cezar.ribeiro@ifpr.edu.br)  
Marcio Flavio Ruaro (marcio.ruaro@ifpr.edu.br)  
Gesiliane Aparecida Lima Kreve (gesiliane.kreve@ifpr.edu.br)

A escolha do tema deve-se a importância da força explosiva dos membros inferiores para o desenvolvimento motor das crianças para a realização de atividades físicas e do dia a dia. Com a atividade física podemos desenvolver e ampliar nossas capacidades físicas como a agilidade, resistência aeróbica, flexibilidade, força, entre outras. Todas essas capacidades são de extrema importância e devem ser bem trabalhadas e desenvolvidas desde criança e a escola é o melhor lugar para isso, pois este período da vida é

excelente para o desenvolvimento de hábitos saudáveis. O principal objetivo do trabalho é mensurar o nível de desempenho da força explosiva de membros inferiores através do teste de salto horizontal em crianças com idades de 7 e 8 anos. Este estudo justifica-se pelo fato de que na atualidade a tecnologia acaba favorecendo o sedentarismo nas crianças, que tem deixado de praticar esportes e fazer atividades físicas fora da escola. O desenvolvimento da força nas aulas de educação física não está sendo aplicado de forma adequada, talvez seja essa aplicação inadequada o motivo para que muitas crianças não conseguem ter o sucesso em atividades físicas esportivas e acabem desistindo do esporte, sendo que ela deveria ser desenvolvida desde criança sendo que com o aumento da idade a força tende a aumentar. A metodologia utilizada é de cunho experimental, quantitativo e descritivo, a amostra foi determinada de forma intencional. Participaram do teste 77 crianças, sendo 35 meninos e 42 meninas de uma escola municipal de ensino fundamental de Palmas no Paraná. Os materiais utilizados foram uma trena e uma fita crepe. O método utilizado foi baseado no manual do Proesp-Br, onde a trena foi fixada ao solo, perpendicularmente à linha de partida que foi sinalizada com a fita crepe. O ponto zero da trena situou-se sobre a linha de partida. O aluno posicionado atrás da linha, com os pés paralelos, ligeiramente afastados, joelhos semi-flexionados, tronco ligeiramente projetado à frente saltava ao sinal dado pelo professor, a maior distância possível, aterrissando com os dois pés juntos. Foram realizadas duas tentativas, onde foi considerado o melhor resultado obtido. Os dados foram comparados com os resultados das tabelas utilizadas pelo Proesp-Br, que mostraram que dos alunos do sexo masculino 17,14% estão fracos, 31,42% regular, 25,71% bom e 25,71% muito bom. E do sexo feminino os resultados foram 21,42% fracos, 11,90% regular, 30,95% bom, 33,33% muito bom e 2,38% excelência. Então podemos concluir que o nível de força explosiva das meninas está melhor que o dos meninos que está um pouco abaixo do esperado. Concluiu-se com este estudo que os professores de educação física, poderiam trabalhar mais a força nas aulas, além de incentivar os alunos a fazer atividades físicas fora da escola, quer seja para melhorar seu condicionamento físico para a realização de esportes, quanto para a melhoria da sua qualidade de vida, pois a falta de fortalecimento dos membros inferiores ao longo dos anos poderá acarretar deficiências graves em sua marcha dificultando sua locomoção.

**Palavras-chave:** PIBID. Atividades físicas. Força em crianças.

## NÍVEL DE FORÇA EXPLOSIVA DE MEMBROS INFERIORES EM CRIANÇAS COM IDADE ENTRE 7 E 8 ANOS

Camila Fragoso Martins (camila.martins14@hotmail.com)  
Gesiliane Aparecida Lima Kreve ([Gesiliane.kreve@ifpr.edu.br](mailto:Gesiliane.kreve@ifpr.edu.br))  
Marcio Flavio Ruaro (marcio.ruaro@ifpr.edu.br)  
Aluísio Mendes (aluísio.mendes@ifpr.edu.br)  
Cezar Grontowski Ribeiro ([cezar.ribeiro@ifpr.edu.br](mailto:cezar.ribeiro@ifpr.edu.br))  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

**Introdução:** A escolha do tema deve-se a importância da força explosiva dos membros inferiores para o desenvolvimento motor das crianças, para a realização de atividades físicas e do dia a dia. Com a atividade física podemos desenvolver e ampliar nossas capacidades físicas como a agilidade, resistência aeróbica, flexibilidade e força. Todas essas capacidades são de extrema importância e devem ser bem trabalhadas e desenvolvidas desde criança e a escola é o melhor lugar para isso, pois este período da vida é excelente para o desenvolvimento de hábitos saudáveis. **Objetivo:** Mensurar o nível de desempenho da força explosiva de membros inferiores através do teste de salto horizontal em crianças com idade entre 7 e 8 anos. Este estudo justifica-se pelo fato de que na atualidade com tanta tecnologia que acaba favorecendo o sedentarismo as crianças tem deixado de praticar esportes e fazer atividades físicas fora da escola. **Metodologia:** A metodologia utilizada é de cunho experimental, quantitativo e descritivo, onde participaram da análise do teste 77 crianças sendo 35 meninos e 42 meninas de uma escola municipal de ensino fundamental. Os materiais utilizados foram uma trena e uma fita crepe. O método utilizado foi baseado no manual do Proesp-Br, onde a trena foi fixada ao solo, perpendicularmente à linha de partida que foi sinalizada com a fita crepe. O ponto zero da trena situou-se sobre a linha de partida. O aluno posicionado atrás da linha, com os pés paralelos, ligeiramente afastados, joelhos semi-flexionados, tronco ligeiramente projetado à frente saltava ao sinal dado pelo professor, a maior distância possível aterrissando com os dois pés juntos. Foram realizadas duas tentativas, onde somente foi considerado o melhor resultado obtido. **Resultados:** Os dados foram comparados com os resultados das tabelas utilizadas pelo Proesp-Br, que mostraram que dos alunos do sexo masculino 17,14% estão fracos, 31,42% regular, 25,71% bom e 25,71% muito bom. E do sexo feminino os resultados foram 21,42% fracos, 11,90% regular, 30,95% bom, 33,33% muito bom e 2,38% excelência. **Conclusão:** Então podemos concluir que o nível de força explosiva das meninas está melhor que o dos meninos que está um pouco abaixo do esperado. O que poderia ser feito é trabalhar mais a força nas aulas de educação física, além do professor incentivar os seus alunos a continuarem fazendo atividades físicas fora da escola tanto para melhoraria do seu condicionamento físico para a realização de esportes quanto para a melhoria

da qualidade de vida, pois o não fortalecimento dos membros inferiores ao longo dos anos poderá acarretar em deficiências graves em sua marcha e certamente em sua locomoção.

**Palavras-chave:** PIBID. Força explosiva. Força em crianças

### EXPLOSIVE POWER LEVEL LOWER IN CHILDREN AGED 7 AND 8 YEARS

**Introduction:** The choice of theme is the importance of explosive strength of the lower limbs to the motor development of children, to perform physical activities and day to day. With physical activity can develop and extend our physical abilities such as agility, aerobic endurance, flexibility and strength. All of these capabilities are of extreme importance and should be well worked and developed as a child and the school is the best place for this, for this period of life is excellent for the development of healthy habits. **Objective:** To measure the level of performance of the explosive force of lower limbs through the horizontal jump test in children aged 7 and 8 years old. This study is justified by the fact that today with so much technology that ends up favoring sedentary children have stopped playing sports and doing physical activities outside of school. **Methodology:** The methodology used is experimental nature, quantitative and descriptive, which participated in the test analysis 77 children including 35 boys and 42 girls from a local elementary school. The materials used were a measuring tape and masking tape. The method used was based on PROESP-Br's manual, where the tape was fixed to the ground, perpendicular to the starting line that has been flagged with masking tape. The zero point of the tape stood on the starting line. The student positioned behind the line, with feet parallel, slightly apart, knees slightly bent, slightly ahead trunk designed jumped the signal given by the teacher, as far as possible landing with both feet together. two attempts were made, where only was considered the best result. **Results:** Data were compared with the results of the tables used by PROESP-Br, which showed that of male students 17.14% are weak, 31.42% regular, 25.71% and 25.71% good very good . And female results were weak 21.42%, 11.90% regular, good 30.95%, 33.33% and 2.38% very good excellence. **Conclusion:** So we can conclude that the level of explosive force of the girls are better than boys which is a little lower than expected. What could be done is to work harder in physical education classes, besides the teachers encourage their students to continue doing physical activities outside of school either to improve their fitness to carry out sports and for improving the quality of life, because no strengthening of the lower limbs over the years can result in serious deficiencies in their march and certainly in their locomotion.

**Keywords:** PIBID. Explosive Force. Strength in Children



## NÍVEL DE FORÇA EXPLOSIVA DOS MEMBROS SUPERIORES EM ALUNOS DE 8 A 9 ANOS DE IDADE EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA CIDADE DE PALMAS – PR

João Paulo Mazalotti ([jpmaalotti@hotmail.com](mailto:jpmaalotti@hotmail.com))  
Marcio Flavio Ruaro ([marcio.ruaro@ifpr.edu.br](mailto:marcio.ruaro@ifpr.edu.br))

**INTRODUÇÃO:** Na atualidade se fala muito sobre saúde e qualidade de vida, em adultos e jovens e estão esquecendo-se das crianças, pois se elas não se desenvolverem corporalmente, psicologicamente e socialmente não serão jovens e nem adultos saudáveis. A aptidão física dos indivíduos é um dos parâmetros para se identificar níveis de saúde dos indivíduos. A força de membros superiores é um indicativo que o indivíduo, está motoramente preparado para atividades diárias e esportivas, sendo que níveis baixos desta Valência, poderão significar problemas futuros, relacionados com a saúde dos indivíduos. Este estudo tem por objetivo, avaliar a força explosiva de membros superiores de crianças de 7 a 8 anos. **METODOLOGIA:** Este estudo é descrito com caráter quantitativo, sendo avaliado 28 meninas e 25 meninos no total de 53 alunos da Escola Municipal Oscar Röcker de Palmas – PR. A coleta de dados foi efetuada pela classificação de estudo do PROESP – BR. O teste era segurar a bola de areia de 2 quilos junto ao peito com os cotovelos flexionados. Ao sinal dado pelo avaliador o aluno devia lançar a bola o mais longe possível, mantendo as costas encostadas na parede. A distância do arremesso foi registrado do ponto zero até o local onde a bola tocou o solo pela primeira vez. Realizaram dois arremessos, registrado o melhor resultado. A bola foi passada no pó de giz para identificar precisamente o local que a bola tocou o chão. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os dados coletados foram comparados com os resultados das tabelas utilizadas pelo PROESP-BR, os resultados finais mostram que dos 53 alunos 37,7% obtiveram um desempenho fraco, 24,5% tiveram desempenho razoável, 15,01% conseguiram um bom desempenho, 15,01% desempenho muito bom e somente 7,06% obtiveram resultados excelentes. Em relação aos 25 meninos, 28% obtiveram um desempenho fraco, 24% tiveram desempenho razoável, 16% conseguiram um bom desempenho, 16% desempenho muito bom e 16% obtiveram resultados excelentes. Em relação as 28 meninas os resultados foram os seguintes, 46,4% obtiveram um desempenho fraco, 26% tiveram desempenho razoável, 14% conseguiram um bom desempenho, 14% desempenho muito bom e nenhuma obteve resultado excelente, como demonstrado nos gráficos abaixo. **CONCLUSÕES:** Tendo as tabelas normativas do PROESP-BR como critério de referência, em ambos os sexos, foram observados índices elevados para a classificação “fraco” principalmente do sexo feminino. As causas relacionadas a esse baixo nível de força explosiva necessitam ser mais bem esclarecidas, especialmente, na aulas de Educação Física, cujas características podem

estar provocando uma diminuição no envolvimento com a prática regular de atividades físicas, o que resultaria no baixo nível de força explosiva encontrado. Portanto, existe a necessidade de criação de planos de aula com mais atividade física e de novas pesquisas que visem um maior entendimento das relações entre o estilo de vida das crianças e seus respectivos índices de aptidão física.

## OCORRÊNCIA DE *TEMNOCEPHALA SP.* EM *AEGLA PARANA* SCHMITT, 1942 NO ARROIO DO BRINCO, RIO IGUAÇU

Marcos Henrique Carneiro Alves (marcoshcalves23@gmail.com)<sup>1</sup>

Caroline Bacelar Hauschild (carolinecbio@gmail.com)<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Instituto Federal do Paraná-Campus Palmas

### RESUMO

O gênero *Aegla* Leach, 1820 é o único gênero vivo pertencente à Infraordem Anomura, todas as espécies de eglídeos são restritas a região neotropical habitando rios, arroios, lagos e cavernas de água doce, da América do Sul. Devido ao fato deste gênero ser o único gênero vivo e endêmico da região sul da América do Sul, a família Aeglidae tem sido alvo de inúmeros trabalhos classificatórios, filogenéticos e de levantamentos populacionais. Além disso, estes organismos são sensíveis às mudanças ambientais, e habitam áreas de águas límpidas, e bem oxigenadas, estabelecem uma relação trófica importante, pois são considerados um importante elo na cadeia alimentar de ambientes límnicos por ocuparem nível trófico intermediário servindo de principal alimento na dieta de rãs, peixes e aves e alimentando-se de larvas de insetos simúlideos e detritos de folhas. A espécie *Aegla parana* Schmitt, 1942 ocorre no Parque Nacional do Iguaçu na Argentina, Uruguai, sul da Bolívia, Paraguai e centro sul do Chile, no Brasil se restringe ao sudoeste, sul, sudeste do estado do Paraná e norte do estado de Santa Catarina. Os organismos do gênero *Temnocephala*, apresentam variações de tamanho, mas a maioria mede aproximadamente 10 mm, eles vivem aderidos à superfície externa de diversos invertebrados e vertebrados, os mesmos se fixam através de sua ventosa posterior no corpo dos seus hospedeiros. Cerca de 20 espécies já foram descritas como ectossimbiontes de crustáceos, moluscos, insetos e até tartarugas. Verificar a ocorrência desses platelmintos em indivíduos da espécie *Aegla parana* torna-se importante questão para compreender as relações ecológicas desempenhadas nos ecossistemas límnicos. Durante o período de outubro de 2015 a Janeiro de 2016 os crustáceos foram coletados com auxílio de armadilha do tipo covo no Arroio do Brinco, Bacia do Rio Iguaçu (26°24'15"

52°20'23”), no município de Clevelândia, localizado na região sudoeste do estado do Paraná. Os anomuros coletados foram sexados, além disso foi observada a presença ou não de ectossimbiontes do gênero *Temnocephala* sp., e ainda algumas medidas dos decapodas foram tomadas como: comprimento do cefalotórax (CC); largura do abdômen (LA); comprimento do maior própodo quelar (CP) e largura do maior própodo quelar (LP), com intuito de verificar se há relação do tamanho corporal do crustáceo com a presença de *Temnocephala* sp.. Obteve-se um total de 1.954 de indivíduos, destes, 995 eram machos e 959 fêmeas. Dos machos coletados 74,17% apresentavam temnocephalas e no caso das fêmeas, cerca de 70%. Com relação aos meses de amostragem, janeiro se sobressaiu em relação à presença de temnocephalas, tanto fêmeas quanto machos apresentaram altos índices de ocorrência, sendo 92,50% e 94,25% respectivamente. Isso pode estar relacionado com as temperaturas elevadas e os baixos níveis de água durante este mês. Em relação ao tamanho corporal dos crustáceos os dados não foram significativos. Esses organismos utilizam os crustáceos para locomoção, apesar dos mesmos não possuírem alta capacidade de dispersão, os decápodes podem funcionar como excelente transporte de *Temnocephala* sp. a distâncias que as mesmas não alcançariam, auxiliando desta forma da dispersão da espécie e ainda promovendo a sobrevivência da mesma.

**Palavras-chave:** ectossimbionte, ambientes límnicos, comensalismo

## ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS: ESTUDO PARA O SETOR DE COMPRAS EM ORGANIZAÇÕES COMERCIAIS

Stefânia da Silva Pereira Geminiano (stefaniageminiano@hotmail.com)

Alexandre Milkiewicz Sanches (alexandre.sanches@ifpr.edu.br)

Os conceitos de OSM (Organização, Sistemas e Métodos) surgiram em vista da necessidade de se organizar as atividades executadas dentro das organizações, que sofrem influência tanto de fatores internos como externos, e da busca da eficiência, tendo em vista o alcance da eficácia. No mundo globalizado e informatizado em que as empresas vivem, cada vez mais nota-se a importância da utilização de novas tecnologias de compras e da implantação de técnicas mais vantajosas que busquem a integração entre clientes e fornecedores, para melhorar a qualidade de serviços e/ou produtos. No entanto, aspectos como a localização geográfica e a atuação em conjunto também representam facilidades quando se fala na aquisição de produtos ou matérias-primas, o que significa também maior poder de barganha e maior competitividade no mercado. Neste estudo, foram abordados os conceitos de

OSM ligados à administração de compras. O departamento de compras possui sua importância na organização pelo fato de os materiais precisarem estar disponíveis e devendo haver a certeza de que o suprimento será contínuo, para satisfazer os programas de produção. A deficiência neste setor pode acarretar em demoras onerosas, produção ineficiente e produtos inferiores. O objetivo principal de compras é adquirir os materiais ao mais baixo custo que satisfaçam as necessidades de qualidade e de processamento. O custo das aquisições e o custo da manutenção de estoques devem, também, ser mantidos em níveis econômicos. Diante do ambiente competitivo das empresas, surge a preocupação com a melhoria contínua da qualidade dos produtos e processos oferecidos por uma organização. Uma forma eficaz de se obter vantagem nesta competição é através do gerenciamento da cadeia de suprimentos, a qual aborda o projeto, o planejamento, a gestão e a coordenação do fluxo de materiais e informações desde o fornecedor até o consumidor final, buscando a integração de recursos humanos e físicos que possibilite o alcance do objetivo final de satisfação do cliente, com entregas no prazo e com qualidade. O setor de compras dentro de uma empresa tem uma importância e uma influência muito grande sobre os lucros da mesma. Assim, é fundamental para o bom funcionamento da organização que o departamento seja eficaz em seus processos. Para tanto é necessário manter a empresa atualizada sobre os sistemas e métodos de se fazer compras. Neste sentido, foram objetivos desta pesquisa: objetivo geral: a melhoria da produtividade da empresa, apresentando uma forma mais prática de executar as suas tarefas diárias dentro do departamento de compras, com um menor dispêndio de energia e maior eficácia do executante. O ponto central deste trabalho consistiu na análise do departamento de compras da empresa estudada. Através de observações dos métodos de trabalho, foram identificadas as deficiências na forma de executar as tarefas diárias, a fim de se sugerir melhorias para tornar os seus processos mais eficazes, assim podendo otimizar os lucros da mesma. Verificou-se que ferramentas administrativas como Diagrama de Ishikawa e fluxograma foram úteis para a identificação dos problemas, assim como para a proposição de métodos de trabalhos padronizados para as rotinas de compras da organização estudada.

**Palavras-chave:** Sistemas informatizados, gestão de compras, processos organizacionais.

## ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS: PROPOSTA DE MELHORIA DE LAYOUT PRODUTIVO EM INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS

Robson da Silva (r0br0b@hotmail.com)  
Alexandre Milkiewicz Sanches (alexandre.sanches@ifpr.edu.br)

Os aspectos de organização de uma empresa passam, necessariamente, pela localização física de seus departamentos, seções, equipamentos e pessoal. Em outras palavras, trata-se do layout de suas instalações. Os objetivos envolvidos nos problemas de layout são muitos, citando-se: racionalizar o espaço disponível, cuidar da segurança do trabalho e tratamento das questões ergonômicas do sistema produtivo, além da maximização da proximidade dos departamentos, minimização do custo de manipulação de materiais (Machline, 1990). O presente trabalho teve como objetivo apresentar uma proposta de melhoria do layout produtivo para empresas do ramo alimentício. A normatização e racionalização do uso do layout nas empresas do setor são aspectos abordados na pesquisa, podendo-se dizer que fatores importantes na estrutura organizacional foram negligenciados, podendo de forma oculta estar afetando os resultados produtivos da empresa. De tal modos, foram propostas alterações no setor de produção utilizando abordagens técnicas com intuito de obter melhores resultados. Inicialmente, os objetivos específicos foram à verificação e discussão dos problemas na estrutura atual, para posteriormente propor um novo layout de forma que se conquistasse melhoria na qualidade do produto do ponto de vista técnico, junto de maior precisão, rapidez, pontualidade na produção e maior uniformidade do produto. Para isso, foi analisado o fluxo de recursos e pessoas relacionados com a produção, onde foram feitos estudos de alternativas com a finalidade de apresentar uma proposta de um layout aprimorado. A aplicação da metodologia proposta se fez possível através de visitas à unidade fabril de empresas do setor para tomar conhecimento dos processos que envolvem o desenvolvimento dos produtos. Estas averiguações possibilitaram coletas de informações dos setores produtivos em questão. O processo ocorreu por meio de entrevistas, pesquisa documental, levantamento fotográfico e medições. Deste modo, permitiu-se a análise do ambiente para se ter melhor compreensão e avaliação do espaço e das atividades com o propósito de conseguir um diagnóstico inicial das características das organizações. Com a nova proposta, as áreas de produção serão completamente uniformes, possibilitando uma movimentação adequada dos materiais, equipamentos e funcionários. As células de trabalho terão espaços adequados para o aumento da qualidade de trabalho do colaborador e conseqüentemente da produtividade. A confecção das massas ficará centralizada de forma que sua distribuição para os setores seja facilitada diminuindo o *lead time* da produção. A câmara fria estará disposta em um local

de fácil acesso tanto à área de fritura quanto ao corredor que liga a saída de carregamento para entregas, não interferindo na produção que ficou alocada na parte inversa da planta. Com essas alterações será possível a empresa encontrar um ponto de equilíbrio em seu estoque, modificando seu método de trabalho que hoje atende aos pedidos e que muitas vezes causa ociosidade na produção devido a não capacidade de armazenagem. Desta forma, uma produção contínua, mas com cuidado para que o estoque não gere custos foi uma sugestão para a empresa aumentar sua produtividade e criar a possibilidade de atender a novos pedidos maiores gerando mais rentabilidade para suas operações.

**Palavras-chave:** Instalação industrial, produtividade, empresas de alimentos.

**PARA SER ALGUÉM NA VIDA É PRECISO ESTUDAR:  
“NOSSO PLANETA, NOSSA CASA – SUSTENTABILIDADE.”**

Bruna Socolovski Siqueira - Campus/Palmas PIBID -  
brusocolovski@hotmail.com

Evandro Antônio Correa- Campus/Palmas PIBID –  
evandroacorrea@yahoo.com.br

Ledianas dos Santos - Campus/Palmas PIBID -  
ledianasantos1@hotmail.com

Karin Vaniessa Andriola – SEED-PR - karinandriola@gmail.com

Laura Beatriz Spanivello laura.spanivello@iffarroupilha.edu.br

Suzete Verginia de Souza Reiter- suzete.reiter@ifpr.edu.br

**RESUMO:** Entendemos que para manter o aluno na escola precisamos conhecê-lo, torná-lo alguém importante no espaço escolar. Este trabalho trata do projeto desenvolvido no Colégio Estadual Dom Carlos com os alunos dos 7º anos “A”, “B” e “C” no período vespertino, introduzido em março, com termino previsto em dezembro de 2015. O projeto tem por objetivos disseminar a filosofia e as práticas da sustentabilidade; bem como conscientizar os alunos sobre a importância da preservação do Planeta Terra, com sugestões para minimizar o impacto de nossas ações sobre o meio ambiente, formando assim, verdadeiros multiplicadores da cultura do uso sustentável dos recursos naturais. As atividades são elencadas com os seguintes conteúdos de Língua Portuguesa: leitura e produção textual de gêneros informativos, dissertativos e narrativos, observando semântica, concordância, pontuação e ortografia. Iniciamos o projeto com a parte teórica usando a cartilha “Nosso planeta, nossa casa”, material doado pelo SESI – Palmas/PR, explanando e discutindo de forma reflexiva o assunto proposto no material. A partir de então as reflexões tornaram-se práticas: os alunos adquiriram atitudes individuais e em grupos,



reutilizando materiais como PETs e pneus. A atividade focou o cultivo de flores e hortaliças no pátio do colégio estendendo-se para sua casa, bairro e município. Os materiais utilizados nas aulas práticas como tintas e pallets foram doados. Já os demais materiais os grupos de alunos foram responsabilizados em trazê-los para o colégio para que assim se desenvolver a prática, com exceção à terra que foi doada pela direção do colégio. Uma vez que houve introdução do projeto com a parte teórica, alguns alunos já demonstram atitudes diferentes de quando o projeto deu início. Pode-se destacar a preocupação com a higiene da sala de aula criando lixeiras individuais, a plantação de arbustos nas árvores, horta individual utilizando PETs e cartazes com frases de impacto sobre o tema. Pretende-se no decorrer do projeto atingir um número maior de alunos com o intuito de sensibilizar suas atitudes além da sala de aula levando conhecimento e prática para a sociedade.

**Palavras chave:** Sustentabilidade, Leitura, Aprendizagem Prática.

## PARA SER ALGUÉM NA VIDA É PRECISO ESTUDAR: VALORES MORAIS - A CHARGE EM SALA DE AULA

Fabiane Nesi; Fernanda Gomes; Lindsay Angela Sozin; Patrícia Cassia Vieira; Laura Beatriz Spanivello; Suzete Verginia de Souza Reiter  
(suzete.reiter@ifpr.edu.br)

**RESUMO:** Valores morais são adquiridos durante a vida, e a escola desempenha papel fundamental nesse agregado de conceitos sobre comportamentos e atitudes. Levando em conta a realidade dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental desenvolvemos o projeto “Valores morais através das charges” no Colégio Estadual Monsenhor Eduardo. Com intuito de trabalhar conceitos como família, mídia, política, escola e educação, visando afinar o senso crítico dos alunos, debatendo e interpretando as charges estudadas. Com as atividades realizadas os alunos tiveram a oportunidade de trabalhar com produções textuais observando semântica, concordância, pontuação e ortografia. O projeto foi desenvolvido em quatro passos: Primeiramente conceituamos o gênero charge, em seguida foram lidos, interpretados e discutidos textos através do ponto de vista dos alunos, na sequência realizou-se uma reflexão acerca dos itens citados acima para introduzir a produção textual que consistiu em produzir charges de cunho crítico, levando em conta a sociedade na qual os alunos estão inseridos, e por último a produção das charges. Na interpretação os alunos deveriam perceber a charge como unidade textual de sentido completo, trabalhando a correlação texto/contextual, imprescindível para compreensão da mensagem contida na

mesma. Os alunos analisaram a inter-relação texto verbal x texto não-verbal presentes na charge, enquanto elementos intensificadores de seu aspecto crítico, produzindo textos estrutural e funcionalmente semelhantes aos analisados.

**Palavras-chave:** Gênero Textual, Produção Textual, Charge.

## PERFORMANCE: UMA PROPOSTA DE MANIFESTAÇÃO ARTÍSTICA E DE INTERVENÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Carla Kohl Camargo  
Neuza de Fátima da Fonseca  
carla-kohl@hotmail.com

A performance é uma expressão artística que abrange muitas expectativas estéticas e propõe pontos positivos para seu uso no ensino da arte. A proposta pedagógica do PIBID Teatro, atualmente em andamento, tem a oportunidade de produzir uma pesquisa através de expressões cênicas que abrangem a performance como uma manifestação artística na escola. Os alunos do primeiro ano no ensino médio do Colégio Estadual Alto da Glória, na cidade de Palmas PR, executarão a proposta com a função de criar uma linguagem corporal poética (performance) a partir de inconvenientes sociais que ocorrem no cotidiano dos alunos e conseqüentemente a apresentação da proposta em um espaço alternativo para que a escola também participe. A metodologia revisa as bases teóricas da área e busca uma maior compreensão do conteúdo, partindo do estudo para a prática. Usam-se jogos teatrais para que os alunos participem, criem experiências e façam dessa prática sua rotina. Tem como objetivo mostrar aos alunos que o ser performático constitui a própria arte e faz com que o estudante se perca nos limites do seu corpo, construindo uma ação crítica, transmitindo um mundo sensível e poético, que desenvolva a experiência de estar no agora e conquiste liberdade. A performance procura escapar de rótulos, portanto, caracteriza-se como algo que esteja acontecendo em algum momento, podendo entender que ela é uma função do espaço e do tempo. No entanto, é necessário considerar alguns pontos importantes: não exige que o atuante seja um humano, podendo ser um objeto, animal ou uma forma abstrata. Engloba a forma estética e a forma ritual, a relação de espaço-tempo e o texto simbólico. E por fim, é importante que se discuta a performance como um complexo de linguagem, ou seja, pertence a área das artes plásticas, mas desfruta da evolução dinâmico-espacial desta arte. No entanto, ela passa pela body art, em que o artista além de sujeito, torna-se objeto de arte, transformando-se em atuante e agindo como performer. Lembrando que o conceito de performance vem de artistas plásticos e não de

artistas que partem do teatro, como Andy Warhol, Allan Kaprow, Jackson Pollock. Logo, oferece artes plásticas e artes cênicas em uma mesma linguagem, sendo que a primeira coloca-se como origem e a segunda como finalidade. Assim como na década de 1960 e 70 os ateliês foram espaços explorados por artistas performáticos, os corredores, as salas de aula, os pátios da escola, também podem ser usadas para execução destas propostas cênicas. A performance instiga as mais profundas curiosidades, sendo uma arte que envolve principalmente a ação, fugindo dos limites disciplinares.

**Palavras-chave:** Linguagem artística. Expressão cênica. Escola.

### **PIBID - SER E MANTER-SE PROFESSOR: “PARA SER ALGUÉM NA VIDA É PRECISO ESTUDAR”**

Laura Beatriz da Silva Spanivello (laura.spanivello@ifarroupilha.edu.br )  
Suzete Verginia de Souza Reiter (suzete.reiter@ifpr.edu.br)

**Resumo:** Este estudo além de desmistificar crenças tem incentivado a necessidade da formação continuada com os profissionais envolvidos, já que Woods (1996) propõe o uso do termo BAK (beliefs, assumptions and knowledge) para reduzir a distinção entre crença e conhecimento. Para este autor é difícil separar o que uma pessoa sabe daquilo que ela acredita saber (crença). Assim, pensamos esta proposta como situação inicial para diagnosticar próximas etapas do projeto, bem como reforçar junto aos professores supervisores do PIBId a formação continuada. Observamos que entre os mitos identificados durante o levantamento bibliográfico consta o da aprendizagem e da permanência na escola. Por isso para 2015 focamos a pesquisa nas causas da evasão escolar, pois segundo Stecanela (2009, p. 20) “para ser alguém na vida é preciso estudar” e entendemos que para manter o aluno na escola precisamos conhecê-lo, torná-lo alguém importante no espaço escolar. Este trabalho objetiva registrar ações em prol do desafio de manter o aluno na escola. Associamos oficinas desenvolvidas por bolsistas e supervisores do PIBId-Português na busca de elevar a autoestima de alunos do ensino fundamental e médio, bem como estimular a qualificação dos supervisores. A satisfação dos alunos em comprometer-se em desenvolver tarefas, frequentar as aulas e melhorar seu aprendizado são os resultados imediatos constatados. É visível também que apenas o estágio regular previsto nos PPCs do Curso de Letras não basta para formar um professor, tornando o PIBID um programa essencial. Estudos teóricos, levantamento bibliográfico, pesquisa de campo com questionários para entrevistas e observações in loco foram os norteadores iniciais desse projeto. Em longo prazo esperamos melhora no índice do IDEB e de aprovação. As reflexões realizadas estão

embasadas em STECANELA (2009); ALVES CANÁRIO (2004); MARTINS (2003); DUBET (2003) E PERRENOUD (1995).

**Palavras-chave:** PIBId – formação continuada – Língua Portuguesa – Literatura.

## PLANEJAR PARA DECLARAR O IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA

Camila Brandelero (e-mail: [camila.brandelero@outlook.com](mailto:camila.brandelero@outlook.com))<sup>1</sup>  
Elza Terezinha Cordeiro Müller (e-mail: [elza.muller@ifpr.edu.br](mailto:elza.muller@ifpr.edu.br))  
Jucélia Taiz Cordeiro Müller (e-mail: [jucelia.muller@ifpr.edu.br](mailto:jucelia.muller@ifpr.edu.br))  
Curso de Ciências Contábeis – IFPR Campus Palmas

**Resumo Expandido:** O Imposto de Renda Pessoa Física foi instituído no Brasil com a Lei nº 4.625/1922, o objetivo era arrecadar imposto sobre rendimento de pessoas físicas para cobrir dificuldades financeiras causadas por guerras. Tornou-se permanente sobre rendimento do trabalho em 1954 com a Lei nº 2.354. O Imposto de Renda Pessoa Física é administrado pela Secretaria da Receita Federal, e a renda, é remuneração mensal, acréscimo patrimonial, décimo terceiro salário, adicionais entre outras vantagens. A Secretaria da Receita Federal destaca que pessoas físicas obrigadas a declarar Imposto de Renda em 2015, são as que em 2014 obtiveram rendimento tributável maior que R\$ 26.816,55; rendimento isento superior à R\$ 40.000,00; patrimônio acima de R\$ 300.000,00; teve ganho de capital; operou na bolsa de valores. As alíquotas variam de 7,5% a 27,5% sobre a renda. As deduções permitidas em lei são despesas com dependentes, médicas, educação, empregada doméstica, assim, gerando dívida menor com o governo. As formas de declarar são completa ou simplificada no caso de rendimento maior que R\$ 79.404,45 em 2014, pode ser vantagem a declaração completa. Neste sentido o projeto foi desenvolvido com estudos na extensão da área contábil envolvendo controle e patrimônio de pessoas físicas. Pois, para declarar, além de organizar documentos válidos é necessária a instalação de programa e aplicativos disponibilizados pela Receita Federal. Para isso, os contribuintes foram orientados quanto aos procedimentos de instalação, configuração e uso das ferramentas. Relacionando o Imposto de Renda Pessoa Física ao planejamento do contribuinte. Alguns contribuintes necessitam do Programa de Ganho de Capital, que são rendimentos e ganhos líquidos em aplicações financeiras e resultados positivos decorrentes de alienações do ativo permanente. Outro programa utilizado é o Livro Caixa, que o contribuinte não assalariado, pode deduzir da receita de suas atividades, as despesas

escrituradas em livro caixa. O contribuinte produtor rural deve utilizar o Anexo de Atividade Rural, além do boletim de caixa, o empresário rural deve fazer diariamente o controle individual de suas contas. Algumas merecem controle individual por exemplo: venda a vista e a prazo; compra a vista e a prazo, entre outras. O prazo para pagamento do Imposto inicia em março, vai até 30 de abril de cada ano, pode ser parcelado em até 8 quotas com valor superior a R\$ 50,00 cada. A não entrega ou perda de prazos gera multa fixa de R\$165,74. Caso sejam constatados erros ou omissões apresenta-se declaração retificadora. Nas atividades do projeto “O Planejamento e a Contabilidade em Ação, 25 contribuintes participaram e as opções de declarar as informações de 2014, no ano 2015, foram na maioria no modelo simplificado. Entre os 15 contribuintes que declararam na forma simplificada, 06 ficaram isentos de recolher mais imposto de renda e não restituirão nada. Outros 05 optantes pela forma simplificada, restituirão parte do Imposto retido na fonte. Por fim, 04 contribuintes que declararam na simplificada pagarão além do valor já retido na fonte. Dos 10 contribuintes que declararam a completa, 03 recolheram IR além do retido na fonte e 07 restituirão parte do Imposto retido. Verificou-se que um dos contribuintes que declarou no modelo completo, não foi por opção, mas, por obrigatoriedade de informar ganho de capital, outro para informar a atividade rural. Outros 08 usaram o modelo completo por ser mais vantajoso para restituírem ou pagarem menos. Devido a não obrigatoriedade, nenhum tem certificado digital, todos utilizaram o programa Receita-Net para o envio da declaração à Receita Federal. Aos participantes do projeto, o conhecimento relacionado aos controles patrimoniais, financeiros e contábeis, pode ser utilizado em momentos oportunos.

**Palavras-chave:** Contribuinte. Forma de Declarar. Planejamento.

### **Plan to declare the Income Tax of Individuals**

**Abstract:** The Personal Income Tax was introduced in Brazil with Law 4625/1922, the goal was to raise tax revenue from individuals to cover financial difficulties caused by wars. It became permanent on labor income in 1954 with Law 2354. The Personal Income Tax is administered by the Internal Revenue Service, and the rent is monthly compensation, equity increase, 1thirteen first salary, additional among other advantages. The Internal Revenue Service notes that individuals required to declare income tax in 2015, are that in 2014 obtained taxable income greater than R\$ 26,816.55; exempt income higher than R\$ 40.000.00; worth over R\$ 300.000.00; We had capital gain; He operated on the stock exchange. The rates vary from 7.5% to 27.5% on income. The deductions allowed by law are spending on dependents, medical, education, maid, thus generating less beholden to the government. Forms of state are full or simplified in the case of higher income R\$ 79.404.45 in 2014, can benefit the full statement. In this sense the project was developed with studies on the extent of accounting area involving control and asset individuals. Therefore, to declare and organizing valid documents is required to program installation and

applications made available by the Federal Revenue. For this, the taxpayers were informed about the installation procedures, configuration and use of tools. Relating the Income Tax Individuals planning the taxpayer. Some taxpayers need the Capital Gains program, which are income and net gains on investments and positive results arising from disposals of fixed assets. Another program used is the Cash Book, the self-employed taxpayer may deduct from their activities revenues, expenses registered in book case. The taxpayer farmer must use the Attachment Rural Activity, in addition to cash bulletin, the rural entrepreneur must make daily individual control of their accounts. Some deserve individual control for example: sell spot and forward; buys spot and forward, among others. The deadline for tax payment starts in March, going until April 30 of each year, can be parceled up to 8 shares of a value of R\$ 50,00 each. Failure to deliver or missed deadlines generates fixed fine of R\$ 165,74. If errors or omissions are discovered presents rectifier statement. The activities of the project "Planning and Accounting in Action, 25 taxpayers participated and options to declare the 2014 information in the year 2015 were mostly in the simplified model. Among the 15 contributors who declared in simplified form, 06 were exempted to collect more income tax and will not return anything. Other 05 opting for the simplified form, shall restore part of Withholding tax. Finally, 04 taxpayers who declared in simplified pay beyond the amount already deducted at source. 10 taxpayers who declared complete, 03 collected IR beyond the withholding and 07 will restore part of the withholding tax. It was found that one of the taxpayers who declared in the full model, it was not by choice, but by obligation to report capital gain, another to inform the rural activity. Other 08 used the complete model to be more advantageous to repay or pay less. Because of no obligation, no digital certificate has all used the Revenue-Net program for sending the statement to the Federal Revenue. To the project participants, the knowledge related to asset controls, financial and accounting, can be used at appropriate times.

**Keywords:** Planning. Taxpayer. Way to Declare.

Camila Brandelero <sup>1</sup> Bolsista Programa Institucional de Bolsas de Extensão - PIBEX



## PÓS-OPERATÓRIO DE ANEURISMA CEREBRAL: DIAGNÓSTICOS DE ENFERMAGEM A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO.

Elize de Lourdes da silva (elize\_donner@hotmail.com)  
Marcelo Sonza Bellan ( marcelo\_sonza@hotmail.com)  
Marcia Domênica Cunico Barancelli ( marcia.domenica@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

**Resumo:** O aneurisma cerebral é uma dilatação dos vasos sanguíneos cerebrais que possuem um risco potencial de ruptura, o que leva à hemorragia. O tratamento necessita de um procedimento cirúrgico que envolve uma pequena abertura no crânio para a colocação de um clipe que fecha o aneurisma. A morbimortalidade no Brasil, em clientes acometidos por aneurismas cerebrais, cerca de 12% morrem antes de obter atendimento médico e cerca de 40% morrem em até 1 mês após o incidente. Considerando a gravidade desta patologia, este estudo tem como objetivo definir os diagnósticos de enfermagem no pós-operatório tardio de aneurisma cerebral, a partir de um estudo de caso das praticas hospitalares a fim de minimizar complicações e implementar os cuidados. A coleta de dados ocorreu em maio de 2015 onde foram desenvolvidas as seguintes etapas: busca de dados em prontuário, histórico de enfermagem (entrevista e exame físico), levantamento dos problemas identificados, definição dos diagnósticos, implementação dos cuidados de enfermagem, bem como aporte teórico sobre a patologia e os medicamentos que o cliente fazia uso no internamento. O cliente em estudo é do sexo masculino, idade 54 anos, proveniente de outra instituição hospitalar de alta complexidade onde realizou o procedimento cirúrgico, em pós-operatório tardio de clipagem de aneurisma, apresentando-se lúcido, responsivo a estímulos verbais e dolorosos, porém com afasia, tentativas de comunicação pela escrita, restrito ao leito, com sutura em região frontal de crânio limpa e seca, ulcera em região sacral de estagio I, acesso venoso periférico, alimentação via sonda nasogástrica, em uso de fralda. A Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) é o marco que guia as ações para atender as necessidades individuais do cliente. Através dela é possível identificar as repostas e prevenir futuros agravos, neste sentido as definições dos diagnósticos de enfermagem constituem-se como dado fundamental para a assistência e constitui-se uma das etapas da SAE. A seguir destacamos os diagnósticos envolvidos neste estudo segundo a taxonomia NANDA e suas respectivas intervenções. Risco de infecção: Cuidado com lesões; Cuidado na manipulação de sondas, drenos e cateteres; Lavagem das mãos e prevenção de infecção cruzada. Comunicação verbal prejudicada:

Permitir que o paciente ouça a linguagem falada com frequência; Usar palavras simples e curtas. Deambulação prejudicada. Mobilidade física prejudicada e Mobilidade no leito prejudicada: Identificar déficits cognitivos e físicos do paciente, capazes de aumentar o potencial de quedas. Integridade da pele prejudicada: Realizar mudança de decúbito conforme necessidade; Realizar curativo, utilizando cobertura apropriada; Examinar diariamente a pele do paciente. O principal objetivo da assistência de enfermagem tanto no pré como no pós-operatório é prevenir o aparecimento de complicações. Para tanto, o enfermeiro deve ter conhecimento científico acerca desta patologia, realizar o exame neurológico e identificar suas principais complicações atuando com segurança e qualidade. A classificação de diagnósticos de enfermagem seguindo uma taxonomia serve para padronizar e nortear as condutas de enfermagem. Portanto o estudo resgatou as experiências vividas pelo cliente no pós-operatório de aneurisma cerebral e sinalizou a relevância da utilização da SAE como fundamental no processo do cuidar.

**Palavras chaves:** aneurisma cerebral, diagnósticos de enfermagem

## A PRÁTICA CINEMATOGRAFICA NA ESCOLA COM BASE NO CINEMA MUDO

Angela Maria Ramos da Silva<sup>1</sup> (angela.mrs@outlook.com)  
Neuza Fonseca<sup>2</sup> (neuza.fonseca@ifpr.edu.br)

O Projeto “A Prática Cinematográfica na Escola com base no Cinema Mudo” foi aplicado na cidade de Palmas, no estado do Paraná, na Escola Pública Municipal Nascer Para Arte, no decorrer do mês de junho de 2015, com alunos de diversas faixas etárias da turma de Teatro, através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). O Tema surgiu a partir da análise da História do Cinema Mundial, onde a primeira fase dessa, ou seja, o Cinema Mudo, propõe uma forma diferente de pensar a Linguagem Cinematográfica, como expressar-se através desses recursos e compreender a história em si. O presente estudo tem como objetivo geral a utilização da sétima arte com sentido histórico e artístico, e não como frequentemente é utilizado, sendo um momento de lazer e/ou entretenimento. O projeto propôs a utilização do cinema mudo como forma de estudar a linguagem gestual e os recursos de linguagem específicos do cinema. Durante a aplicação do projeto os alunos tiveram contato com a história do Cinema Mudo, a partir de diversas referências bibliográficas e filmes clássicos, a elaboração do roteiro, a direção de arte e a linguagem cinematográfica, sendo estes temas divididos por três acadêmicas bolsistas do PIBID. O trabalho final do projeto consistia na elaboração de curta metragens, onde foram produzidos “O Baile”, de comédia,

e, “Assassinos”, de terror, filmados com câmeras compactas e celulares, na própria instalação da escola. Após serem editados, os filmes foram exibidos na sala de Teatro da escola para todas as turmas terem contato com o resultado do projeto. O objetivo geral foi alcançado, concluindo que, o cinema está presente na vida de grande parte dos homens, assim sendo, está pode ser uma proposta à ser aplicada e estudada no banco escolar, para uma maior significação e interpretação dessa manifestação artística, sendo possível executá-la com materiais acessíveis e que resultaram em produções incríveis.

**Palavras-Chave:** Cinema Mudo; Linguagem Cinematográfica; PIBID;

<sup>1</sup>Acadêmica do 4º Período de Licenciatura em Artes Visuais no Instituto Federal do Paraná e bolsista do PIBID.

<sup>2</sup>Docente do Colegiado de Artes Visuais no Instituto Federal do Paraná e coordenadora do PIBID.

## PROJETO PIBID – PORTUGUÊS: PARA SER ALGUÉM NA VIDA É PRECISO ESTUDAR. O QUÊ E COMO? CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS: CAUSOS & CAUSOS

Fernando Ribas Camargo  
Anelise Helena Bergenthal  
Bruna dos Santos  
Jenifer Jessica Moretto Schadeke  
Silvane Lopes  
Luciana Andrade Schneider dos Santos  
Suzete Verginia de Souza Reiter  
Instituto Federal do Paraná – IFPR – Câmpus Palmas

**Resumo:** O presente projeto do PIBID – Português intitulado “Para Ser Alguém na Vida É Preciso Estudar. O Quê e Como? – Subprojeto Contação de Histórias: Causos & Causos” teve como tema principal as histórias regionais como instrumento de introdução à literatura e o objetivo de analisar, discutir, refletir e colocar em prática atividades de incentivo à leitura e introdução ao mundo literário, produção textual, dramatizações e ilustrações com alunos do 7º ano do Colégio Estadual Sebastião Paraná – Palmas – PR por meio das atividades do PIBID - Português, no segundo semestre de 2015, mostrando diversas estratégias de aprendizado por meio da obra “Causos do Coração de Minha Terra”, da autora Lucy Bortolini Nazaro, levando em conta que os alunos possuem gostos diferentes em relação à aquisição de conhecimento (uns aprendem por meio de imagens, outros por meio do teatro, com as

dramatizações, outros pela escrita, outros por meio da leitura e assim por diante). Outro objetivo foi enfatizar a linguagem cultural e o valor da cultura regional, uma vez que a autora do livro é residente na cidade de Palmas, e foi possível aproximá-la de seus leitores. Tendo como base o livro supramencionado, foi realizada uma coletânea de causos e lendas com as histórias trazidas em sala pelos alunos, tendo sido essas contadas pelos pais ou familiares dos mesmos. A oralidade foi trabalhada por meio de dramatizações e contações de histórias feitas pelos alunos. O ser humano, como ser pensante, tem habilidade e capacidade de expor suas ideias e experiências já vivenciadas. A contação de histórias é uma forma de expor essas experiências. No final, pôde-se perceber que os alunos progrediram na produção textual, após uma série de correções e reestruturações dos textos desenvolvidas pelos bolsistas e professora, na oralidade, através dos ensaios das dramatizações, bem como na relação interpessoal, com a necessidade que se teve em trabalharem em equipe durante os ensaios, havendo também uma quebra de paradigma pela desmistificação da distância entre leitor e escritor, mostrando que este é uma pessoa acessível e próxima daquele, modificando a ideia que muitos têm do escritor como “um ser de outro mundo”. Assim, o encerramento do projeto se deu com um café literário na ilustre presença da escritora Lucy Bortolini Nazaro, que contou a realidade na qual seus contos foram escritos, bem como com a apresentação das dramatizações feitas pelos alunos e declamação das poesias da autora em forma de homenagem e, finalmente, comes e bebes.

**Palavras-chave:** Leitura.Contos.Escritor.Leitor  
Subprojeto PIBID Português

## REAPROVEITAMENTO: ELABORANDO OBJETOS E BRINQUEDOS A PARTIR DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.

Zenilda de Fatima Carneiro (zenylda\_carneiro@hotmail.com)  
Verginia Mello Perin Andriola (verginia.andriola@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná - Campus Palmas

**RESUMO:** No Brasil, a maioria dos resíduos sólidos urbanos são descarregados no solo, em lixões a céu aberto ou em aterros sanitários, sem nenhum tipo de controle técnico. O processo de reciclagem acaba sendo uma alternativa de significativa importância para resolver esta questão, uma vez que permite o reaproveitamento de resíduos sólidos que seriam depositados na natureza, possibilitando novamente o uso desses resíduos e contribuindo para a solução de um dos maiores problemas da atualidade, que é “o que fazer com

o lixo”. Além disso, a reciclagem preserva alguns recursos naturais que seriam utilizados na fabricação de novos produtos. Não é de hoje que se trabalha com reciclagem: essas práticas existem desde a antiguidade, onde “sucateiros” passavam nos campos de batalhas recolhendo espadas para fazer novas armas. Ambientalistas apontam a questão do lixo, como um, se não o mais grave problema urbano da atualidade, o qual aos poucos vem se tornando alvo de muitas propostas de educação ambiental. Sendo assim, é de extrema importância trabalhar essa questão nas escolas, onde o público alvo são jovens e crianças, mostrando à eles formas e soluções para mudar essa realidade. Considerando então, o acúmulo exagerado de lixo um grave problema ambiental, já que essa produção aumenta consideravelmente em todo planeta, é que foi desenvolvido o presente projeto com alunos do 6º ano do Colégio Estadual Sebastião Paraná - Ensino Fundamental e Médio, no município de Palmas - PR, que teve como objetivo, despertar a consciência dos mesmos em relação à importância de reaproveitar materiais que inicialmente seriam descartados, através da explicação do que significa reciclagem, reaproveitamento, meio ambiente, consumismo e sustentabilidade e da confecção de objetos e brinquedos a partir de materiais recicláveis. Para abordar estes conceitos foi realizada inicialmente uma palestra e após, desenvolvidas oficinas nas quais os alunos confeccionaram brinquedos, objetos variados e itens para decoração, usando material recicláveis como, garrafas *pet*, caixas de ovos, caixas de leite, papelão, tampinhas de litros, entre outros. Ao finalizar o projeto percebeu-se a importância de realizar atividades de Educação Ambiental nas escolas, pois ao abordarmos tópicos relacionados à esta questão, permitimos momentos de esclarecimentos e ganho de conhecimentos, o que possibilita que estes alunos venham a realizar de forma adequada o descarte de resíduos e conheçam as possíveis formas de reciclagem, colaborando assim, para a diminuição dos impactos que o acúmulo destes materiais pode vir a causar no meio ambiente.

**Palavras-chave:** Educação ambiental, Escola, Conhecimento, Compreender.

## SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA: PROMOVENDO DISCUSSÕES

Leidiane de Oliveira (leidy\_fane@hotmail.com)<sup>1</sup>  
Caroline Bacelar Hauschild (carolinecbio@gmail.com)<sup>1</sup>  
<sup>1</sup>Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

A sexualidade faz parte de um processo natural do ser humano, que se inicia nos primeiros meses de vida, a qual encontra seu ápice no início da

puberdade. É nessa fase em que os hormônios sexuais estão sendo produzidos, modificando o corpo e a mente dos jovens. Essas modificações tornam-se o princípio dos problemas encontrados pelos adolescentes, uma vez que necessitam conhecer e compreender a sexualidade e construir suas próprias ideias e opiniões. Partindo desse pressuposto, foi proposta uma atividade de extensão com o objetivo de promover esclarecimentos e discussões sobre a fase da adolescência e as mudanças físicas e psicológicas que ocorrem na fase inicial da adolescência, através de encontros com alunos de 12 a 16 anos do 8º ano do Ensino Fundamental do Colégio Estadual Padre Ponciano José de Araújo no município de Palmas/PR. Durante os encontros foram abordadas as principais características da adolescência e também algumas questões introdutórias sobre a sexualidade. Os alunos ficaram receosos e pensativos com os questionamentos e num primeiro momento não souberam responder questões de como é o que puberdade, por exemplo. No entanto, com o passar do tempo, os mesmos mostraram grande interesse por este assunto, pois ansiavam por respostas esclarecedoras, as quais muitas vezes não são obtidas facilmente. No segundo encontro foram abordadas as principais transformações corporais, alguns mitos e verdades sobre sexualidade e também os métodos contraceptivos e como os mesmos são utilizados. Ressalta-se que neste momento vários questionamentos surgiram por parte dos alunos tais como: o porquê das cólicas menstruais, e por parte dos meninos a respeito da vasectomia e o mito de que a mesma afeta a masculinidade do homem; discussões a cerca do fato do hímen estar relacionado com a virgindade ou não também foram realizadas gerando grande agitação por parte dos alunos. Os alunos demonstraram conhecer os métodos contraceptivos mais conhecidos como camisinha e pílula e poucos conheciam os outros métodos. No terceiro e último encontro foi discutido sobre DST's, abordando os sintomas e métodos de prevenção. Percebe-se que os adolescentes ficaram incomodados com as imagens mostradas a eles, e de quanto essas doenças podem interferir em suas vidas, principalmente aquelas que ainda não possuem cura. Para finalizar o último encontro os alunos responderam a um questionário para verificar os níveis de informação a respeito da sexualidade. Verificou-se que cerca de 90% dos adolescentes já beijaram e 22,2% já tiveram relação sexual. Os dados demonstram que apesar de possuírem acesso à internet e conversarem com os amigos, ainda é necessária a educação sexual nas escolas. Muitas das informações obtidas fora do ambiente escolar ou familiar são errôneas e os adolescentes possuem muitas dúvidas que somente outra pessoa é capaz de esclarecê-las de forma adequada e correta. Além disso, ressalta-se que a vida sexual tem iniciado mais cedo, fato que se observa com casos de adolescentes portadoras de DST's e gravidezes indesejadas. A partir destes encontros os alunos tiveram a oportunidade de refletir e discutir sobre a sexualidade, e principalmente esclarecer suas dúvidas.

**Palavras-chave:** puberdade, sexo, gravidez na adolescência



## SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM (SAE) AO PACIENTE COM INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO (IAM): UM ESTUDO DE CASO DA PRÁTICA HOSPITALAR.

Aline Cardoso (alineeguga@gmail.com)  
Andressa Quadros (andressaquadros10@hotmail.com)  
Jandira Sanambaia (jandirasanambaia\_@outlook.com.br)  
Marcia Domênica Cunico Barancelli ([marcia.domenica@ifpr.edu.br](mailto:marcia.domenica@ifpr.edu.br))  
Instituto Federal do Paraná - Campus Palmas

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo implementar os cuidados de enfermagem ao paciente com Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) com supra em ST a partir da Sistematização da Assistência da Enfermagem (SAE). Trata-se de uma pesquisa descritiva por meio de um estudo de caso desenvolvida no mês de junho de 2015. Foram desenvolvidas as seguintes etapas: histórico de enfermagem (entrevista e exame físico), coleta de dados no prontuário, levantamento dos problemas identificados, definição dos diagnósticos, planejamento e implementação dos cuidados. O sujeito deste estudo é do sexo masculino, 78 anos, casado, aposentado, com histórico de diabetes mellitus tipo 2 e hipertensão arterial, com diagnóstico clínico de IAM com supra ST, sendo admitido na unidade de terapia intensiva por 24 horas e posteriormente encaminhado para unidade de baixo risco, onde foram prestados os cuidados de enfermagem. O diagnóstico de IAM é realizado sempre que ocorre curva típica nos marcadores bioquímicos de necrose miocárdica, acompanhada de pelo menos um dos seguintes critérios: sintomas compatíveis de isquemia, alterações no Eletrocardiograma (ECG) indicativas de sofrimento miocárdico e presença da elevação do segmento ST (constitui-se do segmento de linha que une QRS à onda T e corresponde à fase inicial da repolarização ventricular). A SAE é um instrumento de trabalho utilizado pelo enfermeiro, para a identificação de problemas do processo saúde/doença, subsidiando ações de assistência de enfermagem que possam contribuir para a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde do indivíduo. A partir do histórico, foi elaborado uma lista de problemas identificados em relação ao paciente, os quais possibilitaram a definição dos diagnósticos de enfermagem conforme a taxonomia NANDA: risco de complicações de disfunção cardíaca vascular (quantidade insuficiente de sangue bombeado pelo coração para atender as demandas metabólicas corporais), risco de infecção (risco de ser invadido por organismos patogênicos), déficit do autocuidado para banho (capacidade prejudicada de realizar ou completar as atividades de higiene pessoal), síndrome coronariana aguda (risco de redução na circulação cardíaca, que pode comprometer a saúde). Assim, a partir dos diagnósticos estabelecidos, realizamos as seguintes intervenções de enfermagem: monitorar sinais e sintomas de débito/índice cardíaco diminuído, monitorar o estado

hídrico, monitorar sinais e sintomas de arritmia, manter o paciente sentado na posição vertical para permitir uma maior expansão pulmonar, auxiliar o paciente sentar-se e levantar-se lentamente, usar de técnicas assépticas, restringir procedimentos invasivos sempre que possível, promover o autocuidado, higiene pessoal e segurança do paciente. Portanto, foi colocado em prática as ações do cuidado de enfermagem de forma individualizada visando a melhor recuperação a partir da implementação da SAE, que permite ao enfermeiro na prática hospitalar o planejamento adequado dos cuidados de enfermagem para a detecção de variáveis, resultados e melhorias.

**Palavras-chave:** Infarto agudo miocárdico, enfermagem, cuidado.

## SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM TUNGÍASE – UM ESTUDO DE CASO

Saimon da Silva Nazário (nazariosaimon2@gmail.com)

Deivid Sergio Santos Silva (deividsergio@hotmail.com)

Juliana de Souza Rosa (juliana\_souzasandini@hotmail.com)

Marcia Domênica Cunico Barancelli (marcia.domenica@ifpr.edu.br)

Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo planejar o cuidado de enfermagem de um paciente com tungíase a partir de um estudo de caso. A tungíase é uma ectoparasitose causada pela pulga *Tunga penetrans*, é endêmica em comunidades brasileiras de baixo poder aquisitivo, sendo a tungíase uma doença autolimitada que se agrava com precárias condições de vida gerando sequelas e desfechos potencialmente evitáveis. Os dados foram coletados por meio de uma pesquisa descritiva do tipo estudo de caso no mês de maio de 2015. Trata-se de um paciente idoso internado no hospital do município onde foi desenvolvido a Sistematização da Assistência de enfermagem (SAE) através das seguintes etapas: coleta de dados através do prontuário do paciente, histórico de antecedentes, entrevista e exame físico, levantamento dos problemas, definição dos diagnósticos de enfermagem, planejamento e implementação das ações de cuidado a partir da prescrição de enfermagem. A pesquisa teórica sobre a patologia e medicações associados ao caso também fizeram parte deste estudo. Trata-se de uma paciente de 65 anos, com ensino primário incompleto, tendo sua moradia fora da cobertura da Unidade Básica de Saúde, sendo um pós-operatório de debridamento em ambos os pés para a remoção de vários parasitas. Ao exame físico estava desorientada auto psiquicamente e halo psiquicamente, confusão mental, eupneica, acianótica, desnutrida e desidratada, com sinais vitais estáveis, presença de úlceras em estágio IV nos pés (tungíase) que impossibilitava sua

deambulação com pontos necróticos e pouca secreção purulenta. A partir dos problemas identificados foram definidos diagnósticos de enfermagem: risco de abandono, baixa autoestima situacional, confusão aguda, risco de autolesão, autocontrole ineficaz da saúde, constipação, mobilidade física prejudicada, déficit no autocuidado para a alimentação, déficit no autocuidado para banho/higiene, risco de infecção, integridade da pele prejudicada, mobilidade no leito prejudicada e risco de quedas. Assim, os diagnósticos permitiram o planejamento e a implementação adequada das ações de cuidado individualizado no paciente dentro da prática hospitalar possibilitando o acompanhamento adequado e tratamento das úlceras, bem como minimizando o risco de infecção. Portanto verificamos melhora no estado geral da paciente, com diminuição do número de parasitas nos pés através do debridamento e técnica adequada de curativos, melhora nas condições de higiene e segurança e a aceitação da dieta oral oferecida com auxílio. A experiência prática de planejar o cuidado a partir de um estudo de caso foi significativa para o aperfeiçoamento da prática profissional para os acadêmicos.

**Palavras chaves:** cuidado, enfermagem, idoso, tungíase.

### SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM FRATURA DE FÊMUR, TÍBIA E FÍBULA EM USO DE FIXADOR EXTERNO: ESTUDO DE CASO.

Chayene Bruna Alves (chay\_bruna@hotmail.com)

Danielli do Amaral Reznik (dani\_reznik@hotmail.com)

Tainá Cristina Ribeiro (tainna\_cristina@hotmail.com)

Marcia Domênica Cunico Barancelli (marcia.domenica@ifpr.edu.br)

Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo implementar o cuidado a partir da sistematização da assistência de enfermagem (SAE) ao paciente com fratura de fêmur, tíbia e fíbula em uso de fixador externo. Trata-se de uma pesquisa descritiva, do tipo estudo de caso desenvolvida nas práticas hospitalares em junho de 2015. Foram aplicadas as seguintes etapas: busca no prontuário, histórico de enfermagem (entrevista e exame físico), levantamento de problemas, definição dos diagnósticos e planejamento dos cuidados. Neste sentido buscamos planejar as ações do cuidado de enfermagem por meio da SAE, uma ferramenta para a melhoria da prática assistencial, com base no conhecimento, no pensamento e na tomada de decisão clínica com o suporte de evidências científicas obtidas a partir da avaliação dos dados subjetivos e objetivos do indivíduo, da família e da comunidade. O sujeito deste estudo é do sexo masculino, 34 anos, vítima de acidente automobilístico com fratura

exposta de fêmur, tíbia e fíbula com uso de fixador externo (aparelho que permitem manter a estabilidade da estrutura óssea). Na admissão hospitalar permaneceu três dias na Unidade de Terapia Intensiva, onde realizou tratamento para choque hipovolêmico e foi acompanhado na unidade de baixa complexidade pelos acadêmicos durante as práticas hospitalares. Ao exame físico o paciente apresentava sinais vitais estáveis, lucido, orientado, comunicativo, eupneico e acianótico, com curativo oclusivo em membro superior direito e curativo em membro inferior direito com fixador externo tanto em fêmur como em tíbia e fíbula, na troca de curativo com presença de secreção serosanguinolenta com sinais de infecção, queixa de dor, restrição de movimento. Apresenta sutura em membro inferior esquerdo limpa e seca, permanecendo restrito ao leito, alimentando-se com auxílio. Após o levantamento do estado geral do paciente e problemas apresentados foram definidos os diagnósticos de enfermagem: deambulação prejudicada; mobilidade física prejudicada; conforto prejudicado; dor aguda; dor relacionada à fratura; risco de infecção; risco de trauma; intolerância a atividade; integridade da pele prejudicada. Após fase diagnóstica foi realizado o planejamento das ações para a implementação dos cuidados a seguir: posicionar o membro de maneira adequada para redução da dor; avaliar pontos de compressão; realizar curativos em técnica asséptica, observando incisão cirúrgica; avaliar presença de sinais flogísticos; monitorar temperatura e sinais de infecção; realizar banho no leito, utilizando a mudança de decúbito em bloco. Assim, a implementação da SAE possibilitou a implementação dos cuidados de enfermagem, garantindo na prática hospitalar a execução das ações privativas do enfermeiro, visando à melhoria na qualidade de vida e recuperação do paciente.

**Palavras chaves:** Sistematização da Assistência, Enfermagem; Cuidado.

## SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM PICADA DE ARRANHA MARROM: ESTUDO DE CASO.

Amanda Cristina de Assis Rosa (amanda\_rosa@live.com)

Cláudia Aparecida Silva (clapsi.claudia@hotmail.com)

Mariana Orzekovski (morzekovski@hotmail.com)

Márcia Domênica Cunico Barancelli (marcia.domenica@ifpr.edu.br)

Instituto Federal do Paraná - Campus Palmas

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo planejar o cuidado a partir da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) ao paciente com picada de aranha marrom através de um estudo de caso das práticas hospitalares.

Trata-se de uma pesquisa descritiva realizada no período de junho de 2015. Na coleta de dados foram aplicadas as seguintes etapas: busca no prontuário, entrevista e exame físico, levantamento de problemas, definição dos diagnósticos, planejamento e implementação do cuidado e o aporte teórico com a pesquisa sobre a patologia e tratamento medicamentoso em uso. Neste sentido buscamos desenvolver a SAE, uma ferramenta para a melhoria da prática assistencial a partir do planejamento das ações do cuidado. O sujeito em estudo é do sexo feminino, 65 anos, separada, proveniente do Pronto Atendimento Municipal, relatando lesão no antebraço direito com ulcera e edema, sendo encaminhada ao tratamento hospitalar. Na admissão hospitalar foi realizada a avaliação médica onde foi diagnosticada como suspeita de picada de aranha marrom e em seguida realizada a notificação compulsório de acidente por animais peçonhentos. A partir do terceiro dia de internamento a paciente apresentou confusão mental e piora progressiva da ulcera no antebraço com aumento do edema do local e necrose do tecido. Realizado desbridamento cirúrgico no local da ulceração. Após o levantamento inicial do histórico do paciente, foi descrito uma lista de problemas relacionados ao caso e definidos por meio destes os seguintes diagnósticos: confusão, conhecimento deficiente, integridade da pele prejudicada, risco de lesão, risco de infecção e risco de contaminação do indivíduo. A SAE vem sendo utilizada como uma metodologia assistencial que permite o planejamentos das ações através do Processo de Enfermagem, o qual pode ser entendido como a aplicação prática de uma teoria de enfermagem na assistência aos pacientes. Assim seguindo as etapas definidas pela SAE, a fase diagnóstica possibilitou planejar os seguintes cuidados para o caso clínico: investigar os fatores causadores e contribuintes para infecção, promover comunicação que contribua para o senso de integridade da pessoa, prestar atenção no que a pessoa está relatando, destacar os comentários significativos, chamar a pessoa pelo nome, não apoiar momentos de confusão, promover segurança, orientar acompanhante e paciente sobre as duvidas do caso, avaliar a situação da úlcera, realizar troca de curativo diário e orientar para o risco de infecção, encaminhar para o serviço de enfermagem domiciliar, proteger o individuo imunodeficiente de infecções, auxiliar a lidar com o sentimento de medo e vulnerabilidade, modificar o ambiente de modo a minimizar os riscos. Assim, a partir da implementação da SAE foi possível planejar o cuidado adequado ao caso, o qual foi implementado nas práticas hospitalares, bem como realizar a educação em saúde ao paciente hospitalizado.

**Palavras chaves:** Cuidado, Enfermagem, Aranha Marrom.

## SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO TRAUMATISMO CRÂNIO ENCEFÁLICO: ESTUDO DE CASO

Elenice Leite ([leiteelenice@hotmail.com](mailto:leiteelenice@hotmail.com))  
Fernanda Franceschini ([fer1592011@hotmail.com](mailto:fer1592011@hotmail.com))  
Kethleen Henkemaier ([kethleenhenkemaier@hotmail.com](mailto:kethleenhenkemaier@hotmail.com))  
Marcia Domênica Cunico Barancelli ([marcia.domenica@ifpr.edu.br](mailto:marcia.domenica@ifpr.edu.br))  
Instituto Federal do Paraná - Campus Palmas

**Resumo:** O estudo teve como objetivo implementar os cuidados de enfermagem a partir da Sistematização da Assistência de enfermagem (SAE) a um paciente com traumatismo crânio encefálico (TCE), vítima de agressão física. Trata-se de uma pesquisa descritiva do tipo estudo de caso. Os dados foram coletados em março de 2015 nas práticas hospitalares, a partir das seguintes etapas: coleta de dados através de prontuário e relatos do acompanhante cuidador, exame físico, levantamento dos problemas, diagnósticos de enfermagem, planejamento e implementação dos cuidados. O TCE é uma disfunção cerebral, transitória ou permanente, que resulta do impacto entre o crânio e um agente externo, podendo causar uma série de efeitos físicos, cognitivos, sociais, emocionais e comportamentais onde o resultado pode variar da recuperação completa para deficiência permanente ou morte. O sujeito em estudo é do sexo masculino, 22 anos, negro, solteiro, católico, ex-usuário de drogas, aposentado por invalidez, que encontra-se sob cuidados integrais da mãe e permanece restrito ao leito, admitido em hospital em caráter emergência por convulsão em decorrência de TCE com hematoma subdural por agressão física. Ao exame físico apresentava-se desorientado, sonolento, pupilas isocóricas fotorreagentes, presença de ulcera por pressão em região sacral grau III, disfagia, alimentação com auxílio, restrito ao leito, faz uso de fraldas. Após o levantamento dos problemas do indivíduo, definiram-se os seguintes diagnósticos de enfermagem conforme a taxonomia NANDA: Mobilidade física prejudicada (Definição: limitação no movimento físico independente e voluntário do corpo ou de uma ou mais extremidades), risco de quedas (Definição: risco de suscetibilidade aumentada para quedas que podem causar dano físico), risco de aspiração (Definição: risco de entrada de secreções gastrointestinais, secreções orofaríngeas, sólidos ou fluidos nas vias traqueobrônquicas), deglutição prejudicada (Definição: funcionamento anormal do mecanismo de deglutição associado a déficit na estrutura ou função oral, faríngea ou esofágica), comunicação verbal prejudicada (Definição: habilidade diminuída, retardada ou ausente para receber, processar, transmitir e ou usar um sistema de símbolos). Após a fase diagnóstica foram estabelecidos e implementados os cuidados de enfermagem a partir da prescrição: realizar movimentos lentamente, posicionar em alinhamento para prevenir complicações, promover a mudança de decúbito sempre que necessário prevenindo lesões e úlceras, manter grades do leito elevadas, manter



cabeceira da cama elevada para diminuir risco de aspiração, alimentar lentamente, garantindo que a porção anterior tenha sido deglutida, oferecer sólidos e líquidos separadamente, proporcionar métodos alternativos de comunicação, trocar fralda sempre que necessário, fazer higiene diariamente, realizar troca de curativo em ulcera diariamente. Assim, a implementação dos cuidados a partir da SAE permite definir diagnósticos precocemente, promovendo segurança e qualidade da assistência prestada, proporcionando ao indivíduo uma melhora significativa. A implementação da SAE organiza o trabalho profissional quanto ao método, pessoal e instrumentos, tornando possível a operacionalização do processo de Enfermagem.

**Palavras-chave:** Traumatismo crânio encefálico, cuidados, enfermagem.